



# Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição Nº 1911

Sexta-feira - 15 de Janeiro de 2016

Florianópolis/SC

## O CIGA está em novo endereço!

Rua General Liberato Bittencourt, n.º 1885 - Sala 1307  
Bairro Estreito, Florianópolis/SC

Rua General Liberato Bittencourt

Rua Cel. Pedro Demoro



Consórcio de Informática  
na Gestão Pública Municipal



# Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição Nº 1911

Sexta-feira - 15 de Janeiro de 2016

Florianópolis/SC

## Sumário

### Municípios

Abdon Batista .....	3	Grão Pará .....	273	Pomerode .....	448
Água Doce .....	4	Guaraciaba .....	274	Presidente Castello Branco .....	451
Alto Bela Vista .....	6	Guaramirim .....	277	Presidente Nereu .....	458
Anchieta .....	7	Guarujá do Sul .....	278	Rio dos Cedros .....	498
Antônio Carlos .....	34	Herval d'Oeste .....	285	Rio do Sul .....	484
Arabutã .....	35	Ilhota .....	286	Rio Fortuna .....	499
Ascurra .....	36	Imbituba .....	287	Romelândia .....	500
Atalanta .....	37	Indaial .....	291	Salto Veloso .....	503
Balneário Rincão .....	40	Ipumirim .....	307	Santa Rosa do Sul .....	504
Barra Velha .....	43	Irineópolis .....	315	Santa Terezinha do Progresso .....	505
Bela Vista do Toldo .....	44	Itá .....	316	São Bento do Sul .....	507
Benedito Novo .....	45	Itaiópolis .....	317	São Carlos .....	508
Biguaçu .....	46	Itapoá .....	318	São Domingos .....	509
Bom Jardim da Serra .....	49	Ituporanga .....	326	São João do Oeste .....	510
Botuvera .....	50	Joaçaba .....	327	São João do Sul .....	511
Braço do Trombudo .....	56	Lages .....	344	São Joaquim .....	512
Brunópolis .....	57	Laguna .....	345	São José .....	513
Brusque .....	58	Lebon Regis .....	346	São José do Cedro .....	514
Campo Alegre .....	108	Leoberto Leal .....	347	São Lourenço do Oeste .....	515
Campos Novos .....	119	Lindóia do Sul .....	370	São Miguel da Boa Vista .....	517
Canelinha .....	120	Luzerna .....	372	São Miguel do Oeste .....	518
Canoinhas .....	121	Macieira .....	374	São Pedro de Alcântara .....	520
Capinzal .....	126	Mafra .....	375	Schroeder .....	521
Catanduvas .....	128	Maravilha .....	376	Seara .....	525
Caxambu do Sul .....	133	Modelo .....	378	Serra Alta .....	526
Chapecó .....	135	Mondai .....	384	Sombrio .....	527
Cocal do Sul .....	137	Monte Carlo .....	385	Sul Brasil .....	530
Concórdia .....	141	Morro da Fumaça .....	397	Tigrinhos .....	531
Cordilheira Alta .....	225	Navegantes .....	402	Timbé do Sul .....	532
Coronel Martins .....	232	Nova Trento .....	403	Timbó .....	533
Corupá .....	237	Otacílio Costa .....	423	Timbó Grande .....	534
Curitibanos .....	241	Ouro .....	424	Três Barras .....	535
Dionísio Cerqueira .....	245	Ouro Verde .....	425	Tunápolis .....	538
Faxinal dos Guedes .....	246	Palhoça .....	426	Turvo .....	545
Flor do Sertão .....	247	Papanduva .....	438	Vidal Ramos .....	546
Forquilha .....	253	Paraíso .....	439	Videira .....	547
Fraiburgo .....	254	Passos Maia .....	440	Xanxerê .....	551
Frei Rogério .....	261	Paulo Lopes .....	441	Xavantina .....	552
Garopaba .....	265	Penha .....	442	Zortéa .....	553
Garuva .....	270	Peritiba .....	444		
Gaspar .....	271	Pinheiro Preto .....	445		

### Consórcios

CIGA .....	554
CIMCATARINA .....	554

CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

Rua Gen. Liberato Bittencourt, n.º 1885 - Sala 1307, Estreito - CEP 88070-800 - Florianópolis / SC

<http://diariomunicipal.sc.gov.br>

Atendimento: Fone/Fax (48) 3221 8800

[diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br](mailto:diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br)



# Abdon Batista

## PREFEITURA

### **PREGÃO PRESENCIAL 03/2016**

MUNICÍPIO DE ABDON BATISTA – SC

RESUMO EDITAL DE LICITAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO 04/2016

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL 03/2016

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS PARA ELABORAÇÃO DE MERENDA ESCOLAR SERVIDA AOS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO. (Trata-se de licitação EXCLUSIVA para participação de Microempresas, empresas de Pequeno Porte e Empreendedores Individuais, conforme permite e obriga o inciso I do art. 48 da Lei nº 123/06.)

TIPO :Menor preço POR ITEM.

Abertura da Sessão: 09:30hs. do dia 01 de fevereiro de 2016. Informações complementares e Edital obedecendo as normas e artigos da Lei 8.666/93, Lei 10.520/02 e suas alterações, estarão a disposição dos interessados no Setor de Compras e Licitações na Prefeitura Municipal sito à Rua João Santin nº30, Centro ou fone fax 49 3545 11 33, das 08:00 as 12:00 e das 13:00 as 17:00 hs. e site do município [www.abdonbatista.sc.gov.br](http://www.abdonbatista.sc.gov.br)

Abdon Batista, SC, 11 de janeiro de 2016

Lucimar Antonio Salmoria

Prefeito Municipal

Informações complementares e Edital obedecendo as normas e artigos da Lei 8.666/93, Lei 10.520/02 e suas alterações, estarão a disposição dos interessados no Setor de Compras e Licitações na Prefeitura Municipal sito à Rua João Santin nº30, Centro ou fone fax 49 3545 11 33, das 08:00 as 12:00 e das 13:00 as 17:00 hs. e site do município [www.abdonbatista.sc.gov.br](http://www.abdonbatista.sc.gov.br)

Abdon Batista, SC, 11 de janeiro de 2016

Lucimar Antonio Salmoria

Prefeito Municipal

### **PREGÃO PRESENCIAL 08/2016**

MUNICÍPIO DE ABDON BATISTA – SC

RESUMO EDITAL DE LICITAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO 10/2016

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL 08/2016

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA SERVIÇO DE 10.000 M<sup>2</sup>(DEZ MIL METROS QUADRADOS) DE PINTURA SENDO: CORREÇÃO DA SUPERFÍCIE COM MASSA CORRIDA (ONDE HOUVER NECESSIDADE); 01 (UMA) MÃO DE FUNDO E 02 (DUAS) MÃOS DE TINTAS NOS PREDIOS DO CENTRO MUNICIPAL DE ENSINO E DEMAIS EDIFICAÇÕES MUNICIPAIS.

TIPO :Menor preço POR ITEM.

Abertura da Sessão: 09:30hs. do dia 02 de fevereiro de 2016. Informações complementares e Edital obedecendo as normas e artigos da Lei 8.666/93, Lei 10.520/02 e suas alterações, estarão a disposição dos interessados no Setor de Compras e Licitações na Prefeitura Municipal sito à Rua João Santin nº30, Centro ou fone fax 49 3545 11 33, das 08:00 as 12:00 e das 13:00 as 17:00 hs. e site do município [www.abdonbatista.sc.gov.br](http://www.abdonbatista.sc.gov.br)

Abdon Batista, SC, 11 de janeiro de 2016

Lucimar Antonio Salmoria

Prefeito Municipal

### **PREGÃO PRESENCIAL 04/2016**

MUNICÍPIO DE ABDON BATISTA – SC

RESUMO EDITAL DE LICITAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO 06/2016

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL 04/2016

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS PARA ELABORAÇÃO DE MERENDA ESCOLAR SERVIDA AOS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO.

TIPO :Menor preço POR ITEM.

Abertura da Sessão: 14:00hs. do dia 29 de janeiro de 2016. Informações complementares e Edital obedecendo as normas e artigos da Lei 8.666/93, Lei 10.520/02 e suas alterações, estarão a disposição dos interessados no Setor de Compras e Licitações na Prefeitura Municipal sito à Rua João Santin nº30, Centro ou fone fax 49 3545 11 33, das 08:00 as 12:00 e das 13:00 as 17:00 hs. e site do município [www.abdonbatista.sc.gov.br](http://www.abdonbatista.sc.gov.br)

Abdon Batista, SC, 11 de janeiro de 2016

Lucimar Antonio Salmoria

Prefeito Municipal

### **PREGÃO PRESENCIAL 09/2016**

MUNICÍPIO DE ABDON BATISTA – SC

RESUMO EDITAL DE LICITAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO 12/2016

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL 09/2016

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA O TRANSPORTE DE ALUNOS DA REDE MUNICIPAL E ESTADUAL DE ENSINO DE ACORDO COM ANEXO 01 DO EDITAL.

TIPO :Menor preço POR ITEM.

Abertura da Sessão: 14:00hs. do dia 02 de fevereiro de 2016. Informações complementares e Edital obedecendo as normas e artigos da Lei 8.666/93, Lei 10.520/02 e suas alterações, estarão a disposição dos interessados no Setor de Compras e Licitações na Prefeitura Municipal sito à Rua João Santin nº30, Centro ou fone fax 49 3545 11 33, das 08:00 as 12:00 e das 13:00 as 17:00 hs. e site do município [www.abdonbatista.sc.gov.br](http://www.abdonbatista.sc.gov.br)

Abdon Batista, SC, 11 de janeiro de 2016

Lucimar Antonio Salmoria

Prefeito Municipal

### **PREGÃO PRESENCIAL 05/2016**

MUNICÍPIO DE ABDON BATISTA – SC

RESUMO EDITAL DE LICITAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO 07/2016

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL 05/2016

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE PRODUTOS DE LIMPEZA E MATERIAL DE COPA E COZINHA PARA USO NA PREFEITURA MUNICIPAL E DEMAIS SECRETARIA MUNICIPAL. (Trata-se de licitação EXCLUSIVA para participação de Microempresas, empresas de Pequeno Porte e Empreendedores Individuais, conforme permite e obriga o inciso I do art. 48 da Lei nº 123/06.)

TIPO :Menor preço POR ITEM.

Abertura da Sessão: 09:30hs. do dia 04 de fevereiro de 2016

# Água Doce

## PREFEITURA

### DECRETO N 005 2016

DECRETO Nº 005/2016 – DE 07 DE JANEIRO DE 2016

“ESTABELECE O DESDOBRAMENTO DAS RECEITAS E O CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO DAS DESPESAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA DOCE PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2016”

NOVELLI SGANZERLA, Prefeito Municipal de Água Doce – SC. No uso de suas atribuições legais, e de conformidade com a Lei Complementar nº 101/2000,

#### DECRETA:

Art. 1º. Para o cumprimento das disposições dos artigos 8 e 13 da Lei Complementar nº 101/2000, ficam estabelecidos conforme Demonstrativos, peças integrantes deste Decreto, o Desdobramento das Receitas em metas Bimestrais e o Cronograma de Desembolso Mensal das Despesas, da Prefeitura Municipal de Água Doce, dos Fundos Especiais: FMAS - Fundo Municipal de Assistência Social, FMS - Fundo Municipal de Saúde e SIMA - Fundo Municipal de Assistência e da Câmara Municipal.

Art. 2º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 07 de janeiro de 2016  
NOVELLI SGANZERLA  
PREFEITO MUNICIPAL

### DECRETO N 006 2016

DECRETO Nº 006/2016 – DE 14 DE JANEIRO DE 2016

“ANULA O DECRETO Nº 151/2014 DO CÓDIGO TRIBUTÁRIO MUNICIPAL DE ÁGUA DOCE – SC, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

VALTER VALENTIM RAMPAZZO, Prefeito Municipal em exercício de Água Doce – SC. No uso de suas atribuições legais,

#### DECRETA:

Art. 1º. Fica cancelado o Decreto 151/2014 de 17 de dezembro de 2014, sobre a desvinculação e cobrança da Taxa de Coleta de Lixo de que trata o Art. 318 do Código Tributário Municipal do lançamento e cobrança do IPTU.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 14 de janeiro de 2016.  
VALTER VALENTIM RAMPAZZO  
Prefeito Municipal em exercício

### DECRETO N 007 2016

DECRETO Nº 007/2016 – DE 14 DE JANEIRO DE 2016

“NOMEIA MEMBROS PARA COMPOR COMISSÃO DE AVALIAÇÃO E REAVALIAÇÃO DE BENS”

Valter Valentin Rampazzo, Prefeito Municipal em Exercício de Água Doce – SC. No uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto no inciso VIII do artigo 72 da Lei Orgânica do Município e com o artigo 69§ único da Lei Complementar nº 058/2009, de 09 de junho de 2009,

#### DECRETA:

Art. 1º. Ficam nomeados os membros abaixo relacionados para compor a COMISSÃO DE AVALIAÇÃO E REAVALIAÇÃO DE BENS do Município de Água Doce:

ROSANE CORREA PEREIRA, brasileira, casada, residente e domiciliada em Água Doce – SC, inscrita no CPF nº 008.634.399-85 e portadora do RG nº 3.928.296.

MARIA TERESA MACAGNAN CONTE, brasileira, casada, residente e domiciliada em Água Doce – SC, inscrita no CPF nº 044.683.349-59 e portadora do RG nº 4.289.492.

CRISTIANO SAVARIS DA SILVA, brasileiro, solteiro, residente e domiciliado em Água Doce, inscrito no CPF nº 005.614.419-95 e portador do RG nº 3.427.450.

CLAUDETE APARECIDA DE ASSIS, brasileira, solteira, residente e domiciliada em Água Doce – SC, inscrita no CPF nº 908.059.929-87 e portadora do RG nº 2.633.196.

CAMILA RAQUEL MACAGNAN, brasileira, casada, residente e domiciliada em Água Doce - SC, inscrita no CPF nº 048.074.679-64 e portadora de RG nº 5.008.502.

RAQUEL HEBERLE, brasileira, casada, residente e domiciliada em Água doce – SC, inscrita no CPF nº 006.989.399--30 e portadora de RG nº 0.007.14.

DENISE PUTTON, brasileira, casada, residente e domiciliada em Água doce – SC, inscrita no CPF nº 789.384.499-04 e portadora de RG nº 2.632.191.

BELMIR DOTTA, brasileiro, casado, residente e domiciliada em Água doce – SC, inscrito no CPF nº 294.882.299-72 e portadora de RG nº 5.492.95.

JUCIANA DE SOUZA ARAÚJO SOARES, brasileira, casada, residente e domiciliada em Água Doce – SC, inscrita no CPF nº 016.393.309-09 e portadora de RG nº 3.158.347.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 14 janeiro de 2016.  
VALTER VALENTIN RAMPAZZO  
Prefeito em Exercício



**PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 6/2016 - PREGÃO PRESENCIAL Nº. 4/2016**

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA DOCE  
PROCESSO LICITATÓRIO 6/2016  
PREGÃO PRESENCIAL 4/2016

O MUNICÍPIO DE AGUA DOCE, com sua sede Administrativa situada à Praça João Macagnan 322, torna público, para conhecimento dos interessados, que se encontra aberto PROCESSO LICITATÓRIO nº 6/2016, na modalidade "PREGÃO PRESENCIAL nº 4/2016", do tipo "MENOR PREÇO POR ITEM", destinado a aquisição de aquisição de material impresso (notas de produtor rural e capas) para utilização na Secretaria de Agricultura, o qual será processado e julgado no dia 29 de janeiro de 2016 às 13h30, em consonância com a Lei Federal n.º 8.666, de 31 de junho de 1.993 consolidada, e demais normas legais aplicáveis à espécie.

Integra do edital disponível em: [www.aguadoce.sc.gov.br](http://www.aguadoce.sc.gov.br)

Água Doce, SC, 14 de janeiro de 2016

VALTER VALENTIN RAMPAZZO

Prefeito Municipal em Exercício

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 7/2016 - PREGÃO PRESENCIAL Nº. 5/2016**

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA DOCE  
PROCESSO LICITATÓRIO 7/2016  
PREGÃO PRESENCIAL 5/2016

O MUNICÍPIO DE AGUA DOCE, com sua sede Administrativa situada à Praça João Macagnan 322, torna público, para conhecimento dos interessados, que se encontra aberto PROCESSO LICITATÓRIO nº 7/2016, na modalidade "PREGÃO PRESENCIAL nº 5/2016", do tipo "MENOR PREÇO POR ITEM", destinado a aquisição de uniformes para atletas do Grupo da Terceira Idade, o qual será processado e julgado no dia 29 de janeiro de 2016 às 15h30, em consonância com a Lei Federal n.º 8.666, de 31 de junho de 1.993 consolidada, e demais normas legais aplicáveis à espécie.

Integra do edital disponível em: [www.aguadoce.sc.gov.br](http://www.aguadoce.sc.gov.br)

Água Doce, SC, 14 de janeiro de 2016

VALTER VALENTIN RAMPAZZO

Prefeito Municipal em Exercício

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 8/2016 - PREGÃO PRESENCIAL Nº. 6/2016**

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA DOCE  
PROCESSO LICITATÓRIO 8/2016  
PREGÃO PRESENCIAL 6/2016

O MUNICÍPIO DE AGUA DOCE, com sua sede Administrativa situada à Praça João Macagnan 322, torna público, para conhecimento dos interessados, que se encontra aberto PROCESSO LICITATÓRIO nº 8/2016, na modalidade "PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO nº 6/2016", do tipo "MENOR PREÇO GLOBAL", destinado a eventual aquisição de massa asfáltica convencional (CAUQ) e emulsão asfáltica RR1C, para utilização pelo Departamento de Urbanismo, o qual será processado e julgado no dia 29 de janeiro de 2016 às 17h30, em consonância com a Lei Federal n.º 8.666, de 31 de junho de 1.993 consolidada, e demais normas legais aplicáveis à espécie.

Integra do edital disponível em: [www.aguadoce.sc.gov.br](http://www.aguadoce.sc.gov.br)

Água Doce, SC, 14 de janeiro de 2016

VALTER VALENTIN RAMPAZZO

Prefeito Municipal em Exercício

# Alto Bela Vista

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 2.125, DE 12 DE JANEIRO DE 2016

EXONERA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL DE CARGO POR ADMISSÃO DE CARÁTER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

DÉCIO GRÄTNER, Prefeito Municipal em Exercício de Alto Bela Vista/SC no uso das atribuições conferidas por Lei;

#### DECRETA:

Art. 1º Fica exonerada a Servidora Pública Municipal, Matrícula 714, ADELAIDE ERCI MÜLLER, do cargo de PROFESSOR DE BASE DIVERSIFICADA – 20 HORAS, nível superior, cargo por Admissão de Caráter Temporário do quadro de Pessoal do Poder Executivo, a partir de 12 de janeiro de 2016.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto serão consignadas em Dotação Orçamentária Geral do Município.

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando o Decreto nº. 1986 de 04 de fevereiro de 2015 e as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Alto Bela Vista/SC, 12 de janeiro de 2016.

DÉCIO GRÄTNER

Prefeito Municipal em Exercício

Registrado e Publicado em data supra.

MARCELO CONTESSOTTO

Responsável Pelas Publicações

### PORTARIA Nº 009, DE 11 DE JANEIRO DE 2016.

CONCEDER AFASTAMENTO PARA EXERCÍCIO DE MANDATO ELETTIVO

DÉCIO GRÄTNER, Prefeito Municipal em Exercício de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente na forma do § 1º do Art. 51 da LC nº 63 de 26 de agosto de 2014, alterada pela LC nº 74 de 17 de julho de 2015 e pela LC nº 78 de 04 de setembro de 2015;

#### RESOLVE:

Art. 1º Conceder afastamento para exercício de mandato eletivo de Conselheira Tutelar à Servidora Pública Municipal, IDENE WEBER GOSENHEIMER, matrícula 56, ocupante do cargo efetivo de AGENTE DE LIMPEZA E COPA, lotada na Gerência de Educação e Esportes, pelo período de 11 de janeiro de 2016 à 09 de janeiro de 2020, mediante a manutenção dos vencimentos de seu cargo efetivo, acrescidos das vantagens incorporadas, nos termos do que dispõe §1º do Art. 51 da LC nº 63 de 26 de agosto de 2014, alterada pela LC nº 74 de 17 de julho de 2015 e pela LC nº 78 de 04 de setembro de 2015.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação desta portaria serão consignadas em Dotação Orçamentária Geral do Município.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito de Alto Bela Vista/SC, 11 de janeiro de 2016.

DÉCIO GRÄTNER

Prefeito Municipal em Exercício

Registrada e publicada em data supra.

MARCELO CONTESSOTTO

Responsável pelas publicações

### PORTARIA Nº 010, DE 12 DE JANEIRO DE 2016

CONCEDER FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

DÉCIO GRÄTNER, Prefeito Municipal em Exercício de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente na forma do art. 76 da Lei Complementar n.º 011, de 10 de janeiro de 2005;

#### RESOLVE:

Art. 1º Conceder 30 dias de férias a Servidora Pública Municipal, ADELAIDE ERCI MÜLLER, matrícula 119, ocupante do cargo efetivo de PROFESSOR I – 20 HORAS, lotada na Gerência de Educação e Esportes.

Art. 2º Período aquisitivo de 05/01/2016 a 19/01/2016, período de gozo de 12 de janeiro de 2016 à 10 de fevereiro de 2016.

Art. 3º As despesas decorrentes da aplicação desta portaria serão consignadas em Dotação Orçamentária Geral do Município.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito em Exercício de Alto Bela Vista/SC, 12 de janeiro de 2016.

DÉCIO GRÄTNER

Prefeito Municipal em Exercício

Registrada e publicada em data supra.

MARCELO CONTESSOTTO

Responsável pelas publicações



# Anchieta

## CÂMARA MUNICIPAL

### BALANÇO 12/2015

Betha Sistemas  
Exercício de 2015  
Dezembro  
Página: 1/10

ESTADO DE SANTA CATARINA  
CÂMARA MUNICIPAL DE ANCHIETA  
Balancete de Verificação - 2015

Máscara	Subsist. C.	Sup. Fin.	Descrição	Saldo Anterior	Débitos	Créditos	Saldo Atual
1			ATIVO	354.767,80D	96.911,30	120.901,19	330.777,91D
1.1			ATIVO CIRCULANTE	75.336,55D	58.445,58	114.317,21	19.464,92D
1.1.1			CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	68.005,73D	58.371,22	109.279,95	17.097,00D
1.1.1.1			CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA EM MOEDA NACIONAL	68.005,73D	58.371,22	109.279,95	17.097,00D
1.1.1.1.1			CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA EM MOEDA NACIONAL - CONSOLIDAÇ	68.005,73D	58.371,22	109.279,95	17.097,00D
1.1.1.1.1.19			BANCOS CONTA MOVIMENTO - DEMAIS CONTAS	68.005,73D	58.371,22	109.279,95	17.097,00D
1.1.1.1.1.19.00.02			BANCOS CONTA MOVIMENTO - DEMAIS CONTAS	68.005,73D	58.371,22	109.279,95	17.097,00D
1.1.1.1.1.19.00.02.01			BANCO DO BRASIL - MOVIMENTO	68.005,73D	58.371,22	109.279,95	17.097,00D
1.1.1.1.1.19.00.02.01.000001 (46007)	P	F	BANCO DO BRASIL C/MOV C/C 70.000x2	68.005,73D	58.371,22	109.279,95	17.097,00D
1.1.3			DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	4.962,90D	74,36	5.037,26	0,00C
1.1.3.1			ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS	4.962,90D	0,00	4.962,90	0,00
1.1.3.1.1			ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS - CONSOLIDAÇÃO	4.962,90D	0,00	4.962,90	0,00
1.1.3.1.1.01			ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS A PESSOAL	4.162,90D	0,00	4.162,90	0,00
1.1.3.1.1.01.02 (40222)	P	P	13 SALÁRIO - ADIANTAMENTO	4.162,90D	0,00	4.162,90	0,00
1.1.3.1.1.02			SUPRIMENTO DE FUNDOS	800,00D	0,00	800,00	0,00
1.1.3.1.1.02.00.00.000001 (46078)	P	P	VALDEREZ IZOTTON	500,00D	0,00	500,00	0,00
1.1.3.1.1.02.00.00.000003 (46106)	P	P	PAULO FUSIEGER	300,00D	0,00	300,00	0,00
1.1.3.8			OUTROS CRÉDITOS A RECEBER E VALORES A CURTO PRAZO	0,00	74,36	74,36	0,00
1.1.3.8.1			OUTROS CRÉDITOS A RECEBER E VALORES A CURTO PRAZO - CONSOL	0,00	74,36	74,36	0,00
1.1.3.8.1.08			CRÉDITOS A RECEBER POR REEMBOLSO DE SALÁRIO FAMÍLIA PAGO	0,00	74,36	74,36	0,00
1.1.3.8.1.08.00.01			CRÉDITOS A RECEBER POR REEMBOLSO DE SALÁRIO FAMÍLIA PAGO	0,00	74,36	74,36	0,00
1.1.3.8.1.08.00.01.00.000001 (46009)	P	F	SALÁRIO-FAMÍLIA	0,00	74,36	74,36	0,00
1.1.9			VARIÁVEIS PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS PAGAS ANTECIPADAMENTE	2.367,92D	0,00	0,00	2.367,92D
1.1.9.1			PRÊMIOS DE SEGUROS A PROPRIAR	2.367,92D	0,00	0,00	2.367,92D
1.1.9.1.1 (40488)	P	P	PRÊMIOS DE SEGUROS A PROPRIAR - CONSOLIDAÇÃO	2.367,92D	0,00	0,00	2.367,92D
1.2			ATIVO NÃO CIRCULANTE	279.431,25D	38.465,72	6.583,98	311.312,99D
1.2.3			IMOBILIZADO	279.431,25D	38.465,72	6.583,98	311.312,99D
1.2.3.1			BENS MÓVEIS	85.585,00D	18.237,00	0,00	103.822,00D
1.2.3.1.1			BENS MÓVEIS - CONSOLIDAÇÃO	85.585,00D	18.237,00	0,00	103.822,00D
1.2.3.1.1.01			MAQUINAS, APARELHOS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS	16.925,00D	0,00	0,00	16.925,00D
1.2.3.1.1.01.99			OUTRAS MÁQUINAS, APARELHOS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS	16.925,00D	0,00	0,00	16.925,00D
1.2.3.1.1.01.99.01 (40962)	P	P	OUTRAS MÁQUINAS, APARELHOS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS	16.925,00D	0,00	0,00	16.925,00D
1.2.3.1.1.02			BENS DE INFORMÁTICA	8.035,00D	0,00	0,00	8.035,00D
1.2.3.1.1.02.01			EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS	8.035,00D	0,00	0,00	8.035,00D
1.2.3.1.1.02.01.01 (40965)	P	P	EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS	8.035,00D	0,00	0,00	8.035,00D
1.2.3.1.1.03			MÓVEIS E UTENSÍLIOS	33.870,00D	550,00	0,00	34.420,00D
1.2.3.1.1.03.01 (40969)	P	P	APARELHOS E UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS	7.000,00D	0,00	0,00	7.000,00D
1.2.3.1.1.03.03 (40971)	P	P	MOBILIÁRIO EM GERAL	26.870,00D	550,00	0,00	27.420,00D
1.2.3.1.1.04			MATERIAS CULTURAIS, EDUCACIONAIS E DE COMUNICAÇÃO	910,00D	590,00	0,00	1.500,00D
1.2.3.1.1.04.02 (40975)	P	P	COLEÇÕES E MATERIAS BIBLIOGRÁFICAS	910,00D	0,00	0,00	910,00D
1.2.3.1.1.04.05 (40978)	P	P	EQUIPAMENTOS PARA ÁUDIO, VÍDEO E FOTO	0,00	590,00	0,00	590,00D
1.2.3.1.1.05			VEÍCULOS	25.845,00D	0,00	0,00	25.845,00D
1.2.3.1.1.05.01 (40982)	P	P	VEÍCULOS EM GERAL	25.845,00D	0,00	0,00	25.845,00D
1.2.3.1.1.99			DEMAIS BENS MÓVEIS	0,00	17.097,00	0,00	17.097,00D
1.2.3.1.1.99.99			OUTROS BENS MÓVEIS	0,00	17.097,00	0,00	17.097,00D
1.2.3.1.1.99.99.01			OUTROS BENS MÓVEIS	0,00	17.097,00	0,00	17.097,00D

Betha Sistemas  
Exercício de 2015  
Dezembro  
Página: 2/10

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**CAMARA MUNICIPAL DE ANCHIETA**  
Balancete de Verificação - 2015

Máscara	Subsist. C.	Sup. Fin.	Descrição	Saldo Anterior	Débitos	Créditos	Saldo Atual
1.2.3.1.1.99.99.01.00.000001 (46128)	P	P	CERCA TUBULAR COM TELA 5X5, ARAME 12, ALTURA 1,50M E 02 PORT	0,00	17.097,00	0,00	17.097,00D
1.2.3.2			BENS IMOVEIS	199.850,75D	14.224,22	0,00	214.074,97D
1.2.3.2.1			BENS IMOVEIS - CONSOLIDAÇÃO	199.850,75D	14.224,22	0,00	214.074,97D
1.2.3.2.1.01			BENS DE USO ESPECIAL	185.050,75D	0,00	0,00	185.050,75D
1.2.3.2.1.01.03			EDIFÍCIOS	172.550,75D	0,00	0,00	172.550,75D
1.2.3.2.1.01.03.01 (41013)	P	P	EDIFÍCIOS	172.550,75D	0,00	0,00	172.550,75D
1.2.3.2.1.01.04			TERRENOS/GLEBAS	12.500,00D	0,00	0,00	12.500,00D
1.2.3.2.1.01.04.03 (41017)	P	P	TERRENOS/GLEBAS	12.500,00D	0,00	0,00	12.500,00D
1.2.3.2.1.07 (41074)	P	P	INSTALAÇÕES	14.800,00D	0,00	0,00	14.800,00D
1.2.3.2.1.99			DEMAIS BENS IMOVEIS	0,00	14.224,22	0,00	14.224,22D
1.2.3.2.1.99.99			OUTROS BENS IMOVEIS	0,00	14.224,22	0,00	14.224,22D
1.2.3.2.1.99.99.00.00.000001 (46123)	P	P	AMPLIAÇÃO DA LAVANDERIA, EMALVENARIA DE 10,03 M2, EM ESTRUT	0,00	14.224,22	0,00	14.224,22D
1.2.3.8			(-) DEPRECIAÇÃO, EXAUSTÃO E AMORTIZAÇÃO ACUMULADAS	6.004,50C	6.004,50	6.583,98	6.583,98C
1.2.3.8.1			(-) DEPRECIAÇÃO, EXAUSTÃO E AMORTIZAÇÃO ACUMULADAS - CONSOL	6.004,50C	6.004,50	6.583,98	6.583,98C
1.2.3.8.1.01			(-) DEPRECIAÇÃO ACUMULADA - BENS IMOVEIS	6.004,50C	6.004,50	6.582,37	6.582,37C
1.2.3.8.1.01.01			(-) DEPRECIAÇÃO ACUMULADA DE MÁQUINAS, APARELHOS, EQUIPAME	6.004,50C	6.004,50	0,00	0,00
1.2.3.8.1.01.01.01 (46003)	P	P	(R) DEPRECIAÇÃO ACUMULADA DE BENS IMOVEIS	6.004,50C	6.004,50	0,00	0,00
1.2.3.8.1.01.02 (41087)	P	P	(-) DEPRECIAÇÃO ACUMULADA DE BENS DE INFORMÁTICA	0,00	0,00	1.280,88	1.280,88C
1.2.3.8.1.01.03 (41088)	P	P	(-) DEPRECIAÇÃO ACUMULADA DE MÓVEIS E UTENSÍLIOS	0,00	0,00	2.496,23	2.496,23C
1.2.3.8.1.01.04 (41089)	P	P	(-) DEPRECIAÇÃO ACUMULADA DE MATERIAIS CULTURAIS, EDUCACION	0,00	0,00	82,79	82,79C
1.2.3.8.1.01.05 (41090)	P	P	(-) DEPRECIAÇÃO ACUMULADA DE VEÍCULOS	0,00	0,00	1.373,09	1.373,09C
1.2.3.8.1.01.99 (41096)	P	P	(-) DEPRECIAÇÃO ACUMULADA DE DEMAIS BENS IMOVEIS	0,00	0,00	1.349,38	1.349,38C
1.2.3.8.1.02			(-) DEPRECIAÇÃO ACUMULADA - BENS IMOVEIS	0,00	0,00	1,61	1,61C
1.2.3.8.1.02.99 (41104)	P	P	(-) DEPRECIAÇÃO ACUMULADA DE DEMAIS BENS IMOVEIS	0,00	0,00	1,61	1,61C



Betha Sistemas  
Exercício de 2015  
Dezembro  
Página: 3/10

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**CAMARA MUNICIPAL DE ANCHIETA**  
Balancete de Verificação - 2015

Máscara	Subsist. C.	Sup. Fin.	Descrição	Saldo Anterior	Débitos	Créditos	Saldo Atual
2			PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	313.535,53C	94.486,79	92.523,37	311.572,11C
2.1			PASSIVO CIRCULANTE	29.760,26C	92.778,57	92.523,37	29.505,06C
2.1.1			OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PA	19.753,21C	53.379,36	46.034,21	12.408,06C
2.1.1.1			PESSOAL A PAGAR	19.753,21C	45.507,59	38.162,44	12.408,06C
2.1.1.1.1			PESSOAL A PAGAR - CONSOLIDAÇÃO	19.753,21C	45.507,59	38.162,44	12.408,06C
2.1.1.1.1.01			PESSOAL A PAGAR DO EXERCÍCIO	19.753,21C	45.507,59	38.162,44	12.408,06C
2.1.1.1.1.01.01			SALÁRIOS, REMUNERAÇÕES E BENEFÍCIOS DO EXERCÍCIO	0,00	37.140,13	37.140,13	0,00
2.1.1.1.1.01.02			DÉCIMO TERCEIRO SALÁRIO	7.670,16C	8.367,46	697,30	0,00C
2.1.1.1.1.02.00.00.000001 (46064)	P	P	DÉCIMO TERCEIRO SALÁRIO	7.670,16C	8.367,46	697,30	0,00C
2.1.1.1.1.01.03			FÉRIAS	12.083,05C	0,00	325,01	12.408,06C
2.1.1.1.1.03.00.00.000001 (46065)	P	P	FÉRIAS	12.083,05C	0,00	325,01	12.408,06C
2.1.1.4			FÉRIAS	0,00	0,00	7.871,77	0,00
2.1.1.4.3			ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR	0,00	7.871,77	7.871,77	0,00
2.1.1.4.3.01			ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR - INTER OFSS - UNIÃO	0,00	7.871,77	7.871,77	0,00
2.1.1.4.3.01.01			INSS A PAGAR	0,00	7.871,77	7.871,77	0,00
2.1.3			INSS - CONTRIBUIÇÃO SOBRE SALÁRIOS E REMUNERAÇÕES	0,00	7.871,77	7.871,77	0,00
2.1.3.1			FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO	323,08C	24.231,60	41.005,52	17.097,00C
2.1.3.1.1			FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR NACIONAIS A CURTO PRAZO	323,08C	24.231,60	41.005,52	17.097,00C
2.1.3.1.1.01			FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR NACIONAIS A CURTO PRAZO - CO	323,08C	24.231,60	41.005,52	17.097,00C
2.1.3.1.1.01.01			FORNECEDORES NACIONAIS	323,08C	24.231,60	41.005,52	17.097,00C
2.1.8			FORNECEDORES NÃO FINANCIADOS A PAGAR	323,08C	24.231,60	41.005,52	17.097,00C
2.1.8.8			DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	9.683,97C	15.167,61	5.483,64	0,00D
2.1.8.8.1			VALORES RESTITUIVEIS	9.683,97C	15.167,61	5.483,64	0,00D
2.1.8.8.1.01			VALORES RESTITUIVEIS - CONSOLIDAÇÃO	2.680,11C	7.845,53	5.165,42	0,00
2.1.8.8.1.01.02			CONSIGNAÇÕES	2.680,11C	7.845,53	5.165,42	0,00
2.1.8.8.1.02.00.00.000001 (46042)	P	F	IN.S.S.	0,00	4.398,49	4.398,49	0,00
2.1.8.8.1.02.00.00.000002 (46043)	P	F	IRRF	0,00	3.241,33	561,22	0,00C
2.1.8.8.1.02.00.00.000003 (46044)	P	F	ISS	0,00	205,71	205,71	0,00
2.1.8.8.1.99			OUTROS VALORES RESTITUIVEIS	7.003,86C	7.322,08	318,22	0,00D
2.1.8.8.1.99.01 (41645)	P	F	RENDIMENTOS DE APLICAÇÕES FINANCEIRAS	4.890,78C	5.009,00	318,22	0,00D
2.1.8.8.1.99.02 (41646)	P	F	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	2.313,08C	2.313,08	0,00	0,00
2.2			PASSIVO NÃO-CIRCULANTE	1.708,22C	1.708,22	0,00	0,00
2.2.1			OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PA	1.708,22C	1.708,22	0,00	0,00
2.2.1.1			PESSOAL A PAGAR	1.708,22C	1.708,22	0,00	0,00
2.2.1.1.1			PESSOAL A PAGAR - CONSOLIDAÇÃO	1.708,22C	1.708,22	0,00	0,00
2.2.1.1.1.01 (41676)	P	P	PESSOAL A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	1.708,22C	1.708,22	0,00	0,00
2.3			PATRIMÔNIO LÍQUIDO	282.067,05C	0,00	0,00	282.067,05C
2.3.1			PATRIMÔNIO SOCIAL E CAPITAL SOCIAL	282.067,05C	0,00	0,00	282.067,05C
2.3.1.1			PATRIMÔNIO SOCIAL	282.067,05C	0,00	0,00	282.067,05C
2.3.1.1.1 (42066)	P	P	PATRIMÔNIO SOCIAL - CONSOLIDAÇÃO	282.067,05C	0,00	0,00	282.067,05C

Betha Sistemas  
Exercício de 2015  
Dezembro  
Página: 4/10

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**CAMARA MUNICIPAL DE ANCHIETA**  
Balancete de Verificação - 2015

Máscara	Subsist. C.	Sup. Fin.	Descrição	Saldo Anterior	Débitos	Créditos	Saldo Atual
3			VARIAÇÃO PATRIMONIAL DIMINUTIVA	604.392,33D	81.734,70	0,00	686.127,03D
3.1			PESSOAL E ENCARGOS	420.725,78D	41.829,66	0,00	462.555,44D
3.1.1			REMUNERAÇÃO A PESSOAL	346.641,44D	33.957,89	0,00	380.599,33D
3.1.1.1			REMUNERAÇÃO A PESSOAL ATIVO CIVIL - ABRANGIDOS PELO RPPS	342.545,51D	33.260,59	0,00	375.806,10D
3.1.1.1.1			REMUNERAÇÃO A PESSOAL ATIVO CIVIL - ABRANGIDOS PELO RPPS - Cx	342.545,51D	33.260,59	0,00	375.806,10D
3.1.1.1.1.01			VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL - RPPS	342.545,51D	33.260,59	0,00	375.806,10D
3.1.1.1.1.01 (42273)	P		VENCIMENTOS E SALÁRIOS	342.545,51D	32.935,58	0,00	375.481,09D
3.1.1.1.1.01.21 (42291)	P		FÉRIAS VENCIDAS E PROPORCIONAIS	0,00	325,01	0,00	325,01D
3.1.1.2			REMUNERAÇÃO A PESSOAL ATIVO CIVIL - ABRANGIDOS PELO RPPS	4.095,93D	697,30	0,00	4.793,23D
3.1.1.2.1			REMUNERAÇÃO A PESSOAL ATIVO CIVIL - ABRANGIDOS PELO RPPS - Cx	4.095,93D	697,30	0,00	4.793,23D
3.1.1.2.1.01			VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL - RPPS	4.095,93D	697,30	0,00	4.793,23D
3.1.1.2.1.01.01 (42322)	P		VENCIMENTOS E SALÁRIOS	4.095,93D	0,00	0,00	4.095,93D
3.1.1.2.1.01.22 (42343)	P		13. SALÁRIO	0,00	697,30	0,00	697,30D
3.1.2			ENCARGOS PATRONAIS	69.754,82D	7.871,77	0,00	77.626,59D
3.1.2.2			ENCARGOS PATRONAIS - RGPS	69.754,82D	7.871,77	0,00	77.626,59D
3.1.2.2.3			ENCARGOS PATRONAIS - RGPS - INTER OFSS - UNIÃO	69.754,82D	7.871,77	0,00	77.626,59D
3.1.2.2.3.01 (42426)	P		CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS - INSS	69.754,82D	7.871,77	0,00	77.626,59D
3.1.9			OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS - PESSOAL E ENCARGOS	4.329,52D	0,00	0,00	4.329,52D
3.1.9.1			INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	4.329,52D	0,00	0,00	4.329,52D
3.1.9.1.1 (42486)	P		INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS - CONSOLIDAÇÃO	4.329,52D	0,00	0,00	4.329,52D
3.3			USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	133.531,55D	9.817,78	0,00	143.349,33D
3.3.1			CONSUMO DE MATERIAL	6.442,93D	2.514,64	0,00	8.957,57D
3.3.1.1			COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES AUTOMOTIVOS	6.442,93D	2.514,64	0,00	8.957,57D
3.3.1.1.01 (42574)	P		GÁS E OUTROS MATERIAIS ENGARRAFADOS	1.229,06D	110,02	0,00	1.339,08D
3.3.1.1.03 (42575)	P		GÊNEROS ALIMENTAÇÃO	147,00D	0,00	0,00	147,00D
3.3.1.1.06 (42578)	P		MATERIAL DE EXPEDIENTE	940,96D	141,16	0,00	1.082,12D
3.3.1.1.16 (42587)	P		MATERIAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS	1.270,50D	233,60	0,00	1.504,10D
3.3.1.1.17 (42588)	P		MATERIAL DE COXA E COZINHA	751,00D	130,00	0,00	881,00D
3.3.1.1.21 (42592)	P		MATERIAL DE LIMPEZA E PRODUTOS DE HIGIENIZAÇÃO	542,14D	12,57	0,00	554,71D
3.3.1.1.22 (42593)	P		MATERIAL P/ MANUT. E BENS IMÓVEIS/INSTALAÇÕES	667,80D	147,99	0,00	815,79D
3.3.1.1.24 (42595)	P		MATERIAL ELÉTRICO E ELETRÔNICO	0,00	307,50	0,00	307,50D
3.3.1.1.25 (42596)	P		MATERIAL PARA MANUTENÇÃO DE BENS	0,00	590,00	0,00	590,00D
3.3.1.1.26 (42597)	P		MATERIAL PARA MANUTENÇÃO DE BENS	299,40D	806,80	0,00	1.106,20D
3.3.1.1.29 (42600)	P		MATERIAL PARA ÁUDIO, VÍDEO E FOTO	0,00	35,00	0,00	35,00D
3.3.1.1.30 (42601)	P		MATERIAL PARA COMUNICAÇÕES	104,00D	0,00	0,00	104,00D
3.3.1.1.31 (42602)	P		SEMENTES, MUDAS DE PLANTAS E INSUMOS	101,90D	0,00	0,00	101,90D
3.3.1.1.99 (42630)	P		OUTROS MATERIAIS DE CONSUMO	389,17D	0,00	0,00	389,17D
3.3.2			SERVIÇOS	121.084,12D	6.723,66	0,00	127.807,78D
3.3.2.1			DIÁRIAS	40.665,72D	0,00	0,00	40.665,72D
3.3.2.1.1			DIÁRIAS - CONSOLIDAÇÃO	40.665,72D	0,00	0,00	40.665,72D
3.3.2.1.1.01 (42646)	P		DIÁRIAS - PESSOAL CIVIL	40.665,72D	0,00	0,00	40.665,72D
3.3.2.2			DIÁRIAS - PESSOAL CIVIL - NO PAÍS	40.665,72D	0,00	0,00	40.665,72D
3.3.2.2.1			SERVIÇOS TERCEIROS - PF	660,00D	100,00	0,00	760,00D
3.3.2.2.1.08 (42669)	P		SERVIÇOS TERCEIROS - PF - CONSOLIDAÇÃO	660,00D	100,00	0,00	760,00D
3.3.2.2.1.11			LIMPEZA E CONSERVAÇÃO	620,00D	100,00	0,00	720,00D
			MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO	40,00D	0,00	0,00	40,00D



Betha Sistemas  
Exercício de 2015  
Dezembro  
Página: 5/10

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**CAMARA MUNICIPAL DE ANCHIETA**  
Balanço de Verificação - 2015

Máscara	Subsist. C.	Sup. Fin.	Descrição	Saldo Anterior	Débitos	Créditos	Saldo Atual
3.3.2.2.1.11.02 (42673)	P		MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	40,000	0,00	0,00	40,000
3.3.2.3			SERVIÇOS TERCEIROS - PJ	79.758,40D	6.623,66	0,00	86.382,06D
3.3.2.3.1			SERVIÇOS TERCEIROS - PJ - CONSOLIDAÇÃO	79.758,40D	6.623,66	0,00	86.382,06D
3.3.2.3.1.05 (42713)	P		PUBLICIDADE	7.840,00D	980,00	0,00	8.820,00D
3.3.2.3.1.06 (42714)	P		MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO	810,00D	0,00	0,00	810,00D
3.3.2.3.1.08 (42716)	P		SERVIÇOS DE ÁGUA E ESGOTO, ENERGIA ELÉTRICA, GÁS E OUTROS.	3.966,15D	614,18	0,00	4.580,33D
3.3.2.3.1.10 (42718)	P		LOCAÇÕES	7.364,65D	667,12	0,00	8.021,77D
3.3.2.3.1.11 (42719)	P		SERVIÇOS RELACIONADOS A TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	3.607,01D	322,91	0,00	3.929,92D
3.3.2.3.1.22 (42730)	P		EXPOSIÇÕES, CONGRESSOS, CONFERÊNCIAS E OUTROS	7.910,00D	0,00	0,00	7.910,00D
3.3.2.3.1.34 (42742)	P		SERVIÇOS DE APOIO DO ENSINO	250,00D	0,00	0,00	250,00D
3.3.2.3.1.46 (42754)	P		SERVIÇOS GRÁFICOS E EDITORIAIS	518,00D	24,00	0,00	542,00D
3.3.2.3.1.51 (42756)	P		SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS	568,45D	0,00	0,00	568,45D
3.3.2.3.1.56 (42760)	P		PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	10.008,95D	0,00	0,00	10.008,95D
3.3.2.3.1.99 (42761)	P		OUTROS SERVIÇOS TERCEIROS - PJ	36.915,19D	4.025,45	0,00	40.940,64D
3.3.3			DEPRECIAÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO	6.004,50D	579,48	0,00	6.583,98D
3.3.3.1			DEPRECIAÇÃO	6.004,50D	579,48	0,00	6.583,98D
3.3.3.1.1			DEPRECIAÇÃO - CONSOLIDAÇÃO	6.004,50D	579,48	0,00	6.583,98D
3.3.3.1.1.01			DEPRECIAÇÃO DE IMOBILIZADO	6.004,50D	579,48	0,00	6.583,98D
3.3.3.1.1.01.01 (42984)	P		DEPRECIAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	6.004,50D	579,48	0,00	6.583,98D
3.5			TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES CONCEDIDAS	50.000,00D	30.087,26	0,00	80.087,26D
3.5.1			TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	50.000,00D	30.087,26	0,00	80.087,26D
3.5.1.1			TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS PARA A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	50.000,00D	30.087,26	0,00	80.087,26D
3.5.1.1.2			TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS PARA A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - I	50.000,00D	30.087,26	0,00	80.087,26D
3.5.1.1.2.00.00.00.000001 (46109)	P		DEVOLUÇÃO PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA-SC	50.000,00D	30.087,26	0,00	80.087,26D
3.9			OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	135,00D	0,00	0,00	135,00D
3.9.1			PREMIações	135,00D	0,00	0,00	135,00D
3.9.1.5			ORDENS HONORIFICAS	135,00D	0,00	0,00	135,00D
3.9.1.5.1 (43685)	P		ORDENS HONORIFICAS - CONSOLIDAÇÃO	135,00D	0,00	0,00	135,00D

Betha Sistemas  
Exercício de 2015  
Dezembro  
Página: 6/10

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**CAMARA MUNICIPAL DE ANCHIETA**  
Balancete de Verificação - 2015

Máscara	Subsist. C.	Sup. Fin.	Descrição	Saldo Anterior	Débitos	Créditos	Saldo Atual
4			VARIAÇÃO PATRIMONIAL AUMENTATIVA	645.624,60C	0,00	59.708,23	705.332,83C
4.5			TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS	642.000,00C	0,00	58.000,00	700.000,00C
4.5.1			TRANSFERÊNCIAS INTRA-GERNAMENTAIS	642.000,00C	0,00	58.000,00	700.000,00C
4.5.1.1			TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS PARA A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	642.000,00C	0,00	58.000,00	700.000,00C
4.5.1.1.2 (43966)	P		TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS PARA A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - IN	642.000,00C	0,00	58.000,00	700.000,00C
4.9			OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	3.624,60C	0,00	1.708,23	5.332,83C
4.9.9			DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	3.624,60C	0,00	1.708,23	5.332,83C
4.9.9.9			VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS DECORRENTES DE FATOS GI	3.624,60C	0,00	1.708,23	5.332,83C
4.9.9.9.1			VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS DECORRENTES DE FATOS G	3.624,60C	0,00	1.708,23	5.332,83C
4.9.9.9.1.99 (44256)	P		OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS DECORRENTES DE	3.624,60C	0,00	1.708,23	5.332,83C



Betha Sistemas  
Exercício de 2015  
Dezembro  
Página: 7/10

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE ANCHIETA**  
Balanço de Verificação - 2015

Máscara	Subsist. C.	Sup. Fin.	Descrição	Saldo Anterior	Débitos	Créditos	Saldo Atual
5			CONTROLES DA APROVAÇÃO DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO	700.000,00D	0,00	0,00	700.000,00D
5.2			ORÇAMENTO APROVADO	700.000,00D	0,00	0,00	700.000,00D
5.2.2			FIXAÇÃO DA DESPESA	700.000,00D	0,00	0,00	700.000,00D
5.2.2.1			DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	700.000,00D	0,00	0,00	700.000,00D
5.2.2.1.1			DOTAÇÃO INICIAL	700.000,00D	0,00	0,00	700.000,00D
5.2.2.1.1.01 (44279)	O		CREDITO INICIAL	700.000,00D	0,00	0,00	700.000,00D

Betha Sistemas  
Exercício de 2015  
Dezembro  
Página: 8/10

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**CAMARA MUNICIPAL DE ANCHIETA**  
Balanço de Verificação - 2015

Máscara	Subsist. C.	Sup. Fin.	Descrição	Saldo Anterior	Débitos	Créditos	Saldo Atual
6			CONTROLES DA EXECUÇÃO DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO	700.000,00C	209.833,51	209.833,51	700.000,00C
6.2			EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO	700.000,00C	209.833,51	209.833,51	700.000,00C
6.2.2			EXECUÇÃO DA DESPESA	700.000,00C	209.833,51	209.833,51	700.000,00C
6.2.2.1			DISPONIBILIDADES DE CRÉDITO	700.000,00C	209.833,51	209.833,51	700.000,00C
6.2.2.1.1 (44335)	O		CRÉDITO DISPONÍVEL	129.173,78C	49.727,28	640,76	80.087,26C
6.2.2.1.3			CRÉDITO UTILIZADO	570.826,22C	160.106,23	209.192,75	619.912,74C
6.2.2.1.3.01 (44341)	O		CRÉDITO EMPENHADO A LIQUIDAR	36.824,90C	86.605,18	49.780,28	0,00C
6.2.2.1.3.02 (44342)	O		CRÉDITO EMPENHADO EM LIQUIDAÇÃO	0,00	4.204,55	21.301,55	17.097,00C
6.2.2.1.3.03 (44343)	O		CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR	323,08C	69.243,50	68.920,42	0,00
6.2.2.1.3.04 (44344)	O		CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO PAGO	533.678,24C	53,00	69.190,50	602.815,74C

Betha Sistemas  
Exercício de 2015  
Dezembro  
Página: 9/10

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**CAMARA MUNICIPAL DE ANCHIETA**  
Balancete de Verificação - 2015

Máscara	Subsist. C.	Sup. Fin.	Descrição	Saldo Anterior	Débitos	Créditos	Saldo Atual
7			CONTROLES DEVEDORES	653.785,34D	841.879,34	784.223,36	711.441,32D
7.2			ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	646.765,14D	841.879,34	780.180,36	708.464,12D
7.2.1			DISPONIBILIDADES POR DESTINAÇÃO	646.765,14D	841.879,34	780.180,36	708.464,12D
7.2.1.1 (44486)	C		CONTROLE DA DISPONIBILIDADE DE RECURSOS	646.765,14D	841.879,34	780.180,36	708.464,12D
7.9			OUTROS CONTROLES	7.020,20D	0,00	4.043,00	2.977,20D
7.9.1			RESPONSABILIDADE POR VALORES, TÍTULOS E BENS	7.020,20D	0,00	4.043,00	2.977,20D
7.9.1.2			RESPONSABILIDADE DE TERCEIROS POR VALORES, TÍTULOS E BENS	7.020,20D	0,00	4.043,00	2.977,20D
7.9.1.2.1 (44527)	C		CONTROLE DE ADIANTAMENTOS/SUPRIMENTOS DE FUNDOS CONCEDID	3.030,20D	0,00	53,00	2.977,20D
7.9.1.2.9 (44529)	C		OUTRAS RESPONSABILIDADES DE TERCEIROS	3.990,00D	0,00	3.990,00	0,00

Betha Sistemas  
Exercício de 2015  
Dezembro  
Página: 10/10

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**CAMARA MUNICIPAL DE ANCHIETA**  
Balanço de Verificação - 2015

Máscara	Subsist. C.	Sup. Fin.	Descrição	Saldo Anterior	Débitos	Créditos	Saldo Atual
8			CONTROLES CREDORES	653.785,34C	1.042.077,13	1.099.733,11	711.441,32C
8.2			EXECUÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	646.765,14C	1.036.540,13	1.098.239,11	708.464,12C
8.2.1			EXECUÇÃO DAS DISPONIBILIDADES POR DESTINAÇÃO	646.765,14C	1.036.540,13	1.098.239,11	708.464,12C
8.2.1.1			EXECUÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE RECURSOS	646.765,14C	1.036.540,13	1.098.239,11	708.464,12C
8.2.1.1.1			DISPONIBILIDADE POR DESTINAÇÃO DE RECURSOS	21.173,78C	160.387,48	139.213,70	0,00
8.2.1.1.1.01 (44805)	C		DISPONIBILIDADE POR DESTINAÇÃO DE RECURSOS - DISPONÍVEL	36.826,22D	102.313,12	139.139,34	0,00
8.2.1.1.1.02 (44806)	C		DISPONIBILIDADE POR DESTINAÇÃO DE RECURSOS - CRÉDITOS	58.000,00C	58.074,36	74,36	0,00D
8.2.1.1.2 (44807)	C		DISPONIBILIDADE POR DESTINAÇÃO DE RECURSOS - COMPROMETIDA P	36.824,90C	86.605,18	49.780,28	0,00C
8.2.1.1.3			DISPONIBILIDADE POR DESTINAÇÃO DE RECURSOS COMPROMETIDA P	10.007,05C	101.508,11	108.598,06	17.097,00C
8.2.1.1.3.01 (44809)	C		COMPROMETIDA POR LIQUIDAÇÃO	323,08C	86.340,50	103.114,42	17.097,00C
8.2.1.1.3.02 (44810)	C		COMPROMETIDA POR CONSIGNAÇÕES/RETEENÇÕES	9.683,97C	15.167,61	5.483,64	0,00D
8.2.1.1.4 (44812)	C		DISPONIBILIDADE POR DESTINAÇÃO DE RECURSOS UTILIZADA	578.759,41C	688.039,36	800.647,07	691.367,12C
8.9			OUTROS CONTROLES	7.020,20C	5.537,00	1.494,00	2.977,20C
8.9.1			EXECUÇÃO DE RESPONSABILIDADE POR VALORES, TÍTULOS E BENS	7.020,20C	5.537,00	1.494,00	2.977,20C
8.9.1.2			EXECUÇÃO DE RESPONSABILIDADE DE TERCEIROS POR VALORES, TÍTUL	7.020,20C	5.537,00	1.494,00	2.977,20C
8.9.1.2.1			EXECUÇÃO DE ADIANTAMENTOS/SUPRIMENTOS DE FUNDOS CONCEDID	3.030,20C	1.547,00	1.494,00	2.977,20C
8.9.1.2.1.01			ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS A COMPROVAR	800,00C	800,00	0,00	0,00
8.9.1.2.1.02 (44902)	C		ADIANTAMENTOS A APROVAR	0,00	747,00	747,00	0,00
8.9.1.2.1.03 (44903)	C		ADIANTAMENTOS APROVADOS	2.230,20C	0,00	747,00	2.977,20C
8.9.1.2.9			EXECUÇÃO DE OUTRAS RESPONSABILIDADES DE TERCEIROS	3.990,00C	3.990,00	0,00	0,00
			TOTAL:	0,00C	2.366.922,77	2.366.922,77	0,00C

ANCHIETA, 13/01/2016

VALDEREZ IZOTTON  
PRESIDENTE

EDMAR LUIZ GRIEBLER  
CRC SC-036-207/O-8



**RESUMO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA 6º BIMESTRE**

Betha Sistemas  
Exercício de 2015  
6º bimestre

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**CAMARA MUNICIPAL DE ANCHIETA**

Resumo da Execução Orçamentária (Artigo 165 da Constituição Federal)  
Administração Direta, Indireta e Fundacional

Especificação	Previsto/Fixado	Acumulado até 10/2015	Bimestre Nov/Dez/2015	Total até Dez/2015
<b>DESPESAS</b>				
Entidade: CAMARA MUNICIPAL DE ANCHIETA				
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES	700.000,00	505.167,07	114.745,67	619.912,74
Total da Entidade:	700.000,00	505.167,07	114.745,67	619.912,74
<b>TOTAL DA DESPESA :</b>	700.000,00	505.167,07	114.745,67	619.912,74

ANCHIETA, 13/01/2016

VALDEREZ IZOTTON  
PRESIDENTE

EDEMAR LUIZ GRIEBLER  
CRC SC-036.207/O-8

## RFG 2º SEMESTRE ANEXO 1

MUNICÍPIO DE ANCHIETA - SC - PODER LEGISLATIVO  
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO/2015 A DEZEMBRO/2015

RGF – ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")		R\$ 1,00	
DESPESAS COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)		
	LIQUIDADAS  (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	442.193,25	0,00	0,00
Pessoal Ativo	442.193,25	0,00	0,00
Pessoal Inativo e Pensionista	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	0,00	0,00	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)	442.193,25		0,00
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	14.952.917,10	-	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III a + III b)	442.193,25	2,96	
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	897.175,03	6,00	
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	852.316,27	5,70	
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	807.457,52	5,40	
FONTE:			

ANCHIETA, 14/01/2016

VALDEREZ IZOTTON  
PRESIDENTEEDEMAR LUIZ GRIEBLER  
CRC SC-036.207/O-8

## RFG 2º SEMESTRE ANEXO 2

MUNICÍPIO DE ANCHIETA - SC  
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2015

RGF – ANEXO 2 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA CONSOLIDADA</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2015	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
<b>DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	0,00	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00	0,00
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (Inclusive) - Vencidos e não Pagos	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00
<b>DEDUÇÕES (II)</b>	<b>—</b>	<b>77.653,44</b>	<b>17.097,00</b>
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	78.005,24	17.097,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	0,00	351,80	0,00
<b>DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)</b>	<b>0,00</b>	<b>-77.653,44</b>	<b>-17.097,00</b>
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
% da DC sobre a RCL [(I) / RCL]			
% da DCL sobre a RCL [(III) / RCL]			
<b>LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 120%</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) - 108%</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

<u>DETALHAMENTO DA DÍVIDA CONTRATUAL</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2015	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
DÍVIDA CONTRATUAL (IV = V + VI + VII + VIII)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA DE PPP (V)	0,00	0,00	0,00
PARCELAMENTO DE DÍVIDAS (VI)	0,00	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00
Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00	0,00
Com Instituição Não Financeira	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA COM INSTITUIÇÃO FINANCEIRA (VII)	0,00	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00	0,00
DEMAIS DÍVIDAS CONTRATUAIS (VIII)	0,00	0,00	0,00

<u>OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2015	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00
PRECATÓRIOS POSTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00
INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	0,00	0,00	0,00
DEPÓSITOS	0,00	3.117,69	0,00
RP NÃO-PROCESSADOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	33.109,27	17.097,00

FONTE:

Continua 1/2

MUNICÍPIO DE ANCHIETA - SC  
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2015

Continuação 2/2

OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2015	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO	0,00	0,00	0,00
<b>REGIME PREVIDENCIÁRIO</b>			
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2015	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
<b>DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (IV)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Passivo Atuarial	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas - Inclusive precatórios vencidos e não pagos	0,00	0,00	0,00
<b>DEDUÇÕES (V)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a pagar processados (exceto precatórios)	0,00	0,00	0,00
<b>OBRIGAÇÕES NÃO INTEGRANTES DA DC</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (VI) = (IV - V)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

1. Se o saldo apurado for negativo, ou seja, se o total do Ativo Disponível mais os Haveres Financeiros for menor que Restos a Pagar Processados, não deverá ser informado nessa linha, mas sim na linha da "Insuficiência Financeira", das Obrigações não integrantes da Dívida Consolidada - DC. Assim quando o cálculo de DEDUÇÕES (II) for negativo, colocar um "-" (traço) nessa linha.

ANCHIETA, 14/01/2016

\_\_\_\_\_  
VALDEREZ IZOTTON  
PRESIDENTE

\_\_\_\_\_  
EDEMAR LUIZ GRIEBLER  
CRC SC-036.207/O-8

FONTE:



MUNICÍPIO DE ANCHIETA - SC  
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2015

RGF – ANEXO 2 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA CONSOLIDADA</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2015	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
<b>DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	0,00	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00	0,00
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (Inclusive) - Vencidos e não Pagos	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00
<b>DEDUÇÕES (II)</b>	<b>—</b>	<b>77.653,44</b>	<b>17.097,00</b>
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	78.005,24	17.097,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	0,00	351,80	0,00
<b>DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)</b>	<b>0,00</b>	<b>-77.653,44</b>	<b>-17.097,00</b>
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
% da DC sobre a RCL [(I) / RCL]			
% da DCL sobre a RCL [(III) / RCL]			
<b>LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 120%</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) - 108%</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

<u>DETALHAMENTO DA DÍVIDA CONTRATUAL</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2015	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
DÍVIDA CONTRATUAL (IV = V + VI + VII + VIII)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA DE PPP (V)	0,00	0,00	0,00
PARCELAMENTO DE DÍVIDAS (VI)	0,00	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00
Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00	0,00
Com Instituição Não Financeira	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA COM INSTITUIÇÃO FINANCEIRA (VII)	0,00	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00	0,00
DEMAIS DÍVIDAS CONTRATUAIS (VIII)	0,00	0,00	0,00

<u>OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2015	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00
PRECATÓRIOS POSTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00
INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	0,00	0,00	0,00
DEPÓSITOS	0,00	3.117,69	0,00
RP NÃO-PROCESSADOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	33.109,27	17.097,00

FONTE:

Continua 1/2

MUNICÍPIO DE ANCHIETA - SC  
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2015

Continuação 2/2

OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2015	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO	0,00	0,00	0,00
<b>REGIME PREVIDENCIÁRIO</b>			
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2015	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
<b>DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (IV)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Passivo Atuarial	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas - Inclusive precatórios vencidos e não pagos	0,00	0,00	0,00
<b>DEDUÇÕES (V)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a pagar processados (exceto precatórios)	0,00	0,00	0,00
<b>OBRIGAÇÕES NÃO INTEGRANTES DA DC</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (VI) = (IV - V)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

1. Se o saldo apurado for negativo, ou seja, se o total do Ativo Disponível mais os Haveres Financeiros for menor que Restos a Pagar Processados, não deverá ser informado nessa linha, mas sim na linha da "Insuficiência Financeira", das Obrigações não integrantes da Dívida Consolidada - DC. Assim quando o cálculo de DEDUÇÕES (II) for negativo, colocar um "-" (traço) nessa linha.

ANCHIETA, 14/01/2016

\_\_\_\_\_  
VALDEREZ IZOTTON  
PRESIDENTE

\_\_\_\_\_  
EDEMAR LUIZ GRIEBLER  
CRC SC-036.207/O-8

FONTE:

**RFG 2º SEMESTRE ANEXO 3**

MUNICÍPIO DE ANCHIETA - SC  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2015

RGF – Anexo 3 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, § 1º)

R\$ 1,00

GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2015	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
<b>EXTERNAS (I)</b>			
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00
<b>INTERNAS (II)</b>			
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (III) = (I + II)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL IV</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL</b>			
<b>LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 22%</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 19,8%</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2015	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
<b>EXTERNAS (V)</b>			
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00
<b>INTERNAS (VI)</b>			
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS VII = (V + VI)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

**MEDIDAS CORRETIVAS:**

FONTE:

ANCHIETA, 14/01/2016

\_\_\_\_\_  
VALDEREZ IZOTTON  
PRESIDENTE

\_\_\_\_\_  
EDEMAR LUIZ GRIEBLER  
CRC SC-036.207/O-8

**RFG 2º SEMESTRE ANEXO 4**

MUNICÍPIO DE ANCHIETA - SC  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2015/SEMESTRE JULHO - DEZEMBRO

RFG – ANEXO 4 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c")

R\$ 1,00

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR REALIZADO	
	No Semestre de referência	Até o Semestre de referência (a)
<b>SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (I)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Mobiliária	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Abertura de Crédito	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Derivadas de PPP	0,00	0,00
Demais Aquisições Financiadas	0,00	0,00
Antecipação de Receita	0,00	0,00
Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Demais Antecipações de Receita	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Abertura de Crédito	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipação de Receita	0,00	0,00
Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Demais Antecipações de Receita	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito	0,00	0,00
<b>NÃO SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (II)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Parcelamentos de Dívidas	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	0,00	0,00
Previdenciárias	0,00	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00
Melhoria da Administração de Receitas e da Gestão Fiscal, Financeira e Patrimonial	0,00	0,00
Programa de Iluminação Pública - RELUZ	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito Não Sujeitas ao Limite	0,00	0,00
<b>APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES</b>	<b>VALOR</b>	<b>% SOBRE A RCL</b>
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL</b>	<b>0,00</b>	<b>—</b>
<b>OPERAÇÕES VEDADAS</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>DO PERÍODO DE REFERÊNCIA (III)</b>	<b>0,00</b>	
<b>DE PERÍODOS ANTERIORES AO DE REFERÊNCIA</b>	<b>0,00</b>	
<b>TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (IV) = (Ia + III)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS E INTERNAS</b>	<b>0,00</b>	<b>16,00</b>
<b>LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 14,4%</b>	<b>0,00</b>	<b>14,40</b>
<b>OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA</b>	<b>0,00</b>	
<b>LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA</b>	<b>0,00</b>	<b>7,00</b>
<b>TOTAL CONSIDERADO PARA CONTRATAÇÃO DE NOVAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO (V) = (IV + IIa)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

FONTE:

ANCHIETA, 14/01/2016

VALDEREZ IZOTTON  
PRESIDENTE

EDEMAR LUIZ GRIEBLER  
CRC SC-036.207/O-8

RFG 2º SEMESTRE ANEXO 5

MUNICÍPIO DE ANCHIETA - SC - PODER LEGISLATIVO  
CAMARA MUNICIPAL DE ANCHIETA  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A DEZEMBRO 2015/SEMESTRE JULHO - DEZEMBRO

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, inciso III, alínea "a")

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, inciso III, alínea "a")							R\$ 1,00	
IDENTIFICAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS)  (f) = (a - (b + c + d + e))	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos			Demais Obrigações Financeiras			
		De Exercícios Anteriores	Do Exercício	Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores				
Recursos Ordinários - 15% Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DEPOSITOS INDEVIDOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos Ordinários - Orçam. Municipal	17.097,00	0,00	0,00	0,00	0,00	17.097,00	17.097,00	0,00
RECURSOS ORDINARIOS - ORÇAMENTOS MUNICIPAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Sem Recurso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)	17.097,00	0,00	0,00	0,00	0,00	17.097,00	17.097,00	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	17.097,00	0,00	0,00	0,00	0,00	17.097,00	17.097,00	0,00
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES*	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE:  
Nota: \* A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial.  
ANCHIETA, 14/01/2016

VALDEREZ IZOTTON  
PRESIDENTE

EDEMAR LUIZ GRIEBLER  
CRC SC-036.207/O-8



**RFG 2º SEMESTRE ANEXO 6**

MUNICÍPIO DE ANCHIETA - SC - PODER LEGISLATIVO  
CAMARA MUNICIPAL DE ANCHIETA  
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
Até o 2º Semestre de 2015

L.R.F., Artigo 48 - Anexo 6

R\$ 1,00

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	VALOR ATÉ O BIMESTRE	
Receita Corrente Líquida	14.952.917,10	
DESPESAS COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP	442.193,25	2,96
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <%>	897.175,03	6,00
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <%>	852.316,27	5,70
DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida	-17.097,00	0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	0,00	120,00
GARANTIA DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias Concedidas	0,00	0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	3.289.641,76	22,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Externas e Internas	0,00	0,00
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	0,00	0,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas	2.392.466,74	16,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita	1.046.704,20	7,00
RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Total	17.097,00	17.097,00

FONTE:

ANCHIETA, 14/01/2016

VALDEREZ IZOTTON  
PRESIDENTE

EDEMAR LUIZ GRIEBLER  
CRC SC-036.207/O-8

**RREO 6º BIMESTRE ANEXO 1**

Município de ANCHIETA - SC  
CÂMARA MUNICIPAL DE ANCHIETA  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2015/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
<b>RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)</b>							
RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)</b>							
	—	—	—	—	—	—	—
<b>SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)</b>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)</b>							
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)</b>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>DÉFICIT (VI)</b>	—	—	—	—	619.912,74	—	—
<b>TOTAL VII = (V + VI)</b>	0,00	0,00	0,00	0,00	619.912,74	0,00	-619.912,74
<b>SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)</b>	—	—	—	—	0,00	—	—
Superávit Financeiro	—	—	—	—	0,00	—	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	—	—	—	0,00	—	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS <sup>2</sup>
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)			
<b>DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)</b>	700.000,00	700.000,00	114.745,67	619.912,74	80.087,26	122.800,63	602.815,74	97.184,26	602.815,74	17.097,00
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	632.300,00	632.300,00	96.508,67	581.461,52	50.838,48	107.436,41	581.461,52	50.838,48	581.461,52	0,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	460.000,00	460.000,00	80.978,18	442.193,25	17.806,75	80.978,18	442.193,25	17.806,75	442.193,25	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	172.300,00	172.300,00	15.530,49	139.268,27	33.031,73	26.458,23	139.268,27	33.031,73	139.268,27	0,00
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	67.700,00	67.700,00	18.237,00	38.451,22	29.248,78	15.364,22	21.354,22	46.345,78	21.354,22	17.097,00
INVESTIMENTOS	67.700,00	67.700,00	18.237,00	38.451,22	29.248,78	15.364,22	21.354,22	46.345,78	21.354,22	17.097,00
<b>RESERVA DE CONTINGÊNCIA</b>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>RESERVA DO RPPS</b>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/2

Continuação 2/2

Município de ANCHIETA - SC  
CAMARA MUNICIPAL DE ANCHIETA  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2015/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS <sup>3</sup> (k)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)			
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	700.000,00	700.000,00	114.745,67	619.912,74	80.087,26	122.800,63	602.815,74	97.184,26	602.815,74	17.097,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	700.000,00	700.000,00	114.745,67	619.912,74	80.087,26	122.800,63	602.815,74	97.184,26	0,00	17.097,00
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	700.000,00	700.000,00	114.745,67	619.912,74	—	122.800,63	602.815,74	—	602.815,74	17.097,00

FONTE:

ANCHIETA, 14/01/2016

VALDEREZ IZOTTON  
PRESIDENTE

EDEMAR LUIZ GRIEBLER  
CRC SC-036.207/O-8

**RREO 6º BIMESTRE ANEXO 14**

Município de ANCHIETA - SC

**DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A DEZEMBRO 2015/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

Entidade: CAMARA MUNICIPAL DE ANCHIETA

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		Até o Bimestre	
<b>RECEITAS</b>			
Previsão Inicial		0,00	
Previsão Atualizada		0,00	
Receitas Realizadas		0,00	
Déficit Orçamentário		619.912,74	
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)		0,00	
<b>DESPESAS</b>			
Dotação Inicial		700.000,00	
Créditos Adicionais		0,00	
Dotação Atualizada		700.000,00	
Despesas Empenhadas		619.912,74	
Despesas Liquidadas		602.815,74	
Despesas pagas		0,00	
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		17.097,00	
Superavit Orçamentário		0,00	
<b>DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO</b>		<b>Até o Bimestre</b>	
Despesas Empenhadas		619.912,74	
Liquidadas		602.815,74	
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		17.097,00	
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL</b>		<b>Até o Bimestre</b>	
Receita Corrente Líquida		0,00	
<b>RECEITAS / DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA</b>		<b>Até o Bimestre</b>	
Regime Próprio de Previdência dos Servidores			
Receitas Previdenciárias Realizadas (IV)		0,00	
Despesas Previdenciárias Empenhadas (V)		0,00	
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)		0,00	
<b>RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO</b>	<b>Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)</b>	<b>Resultado Apurado até o Bimestre (b)</b>	<b>% em Relação à Meta (b/a)</b>
Resultado Nominal	0,00	-17.097,00	0,00
Resultado Primário	0,00	-619.912,74	0,00
<b>DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO</b>	<b>Valor apurado até o Bimestre</b>	<b>Limites Constitucionais Anuais</b>	
		<b>% Mínimo a Aplicar no Exercício</b>	<b>% Aplicado até o Bimestre</b>
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino	0,00	25%	0,00
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental	0,00	60%	0,00
<b>RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>Valor apurado até o Bimestre</b>	<b>Saldo não Realizado</b>	
Receitas de Operações de Crédito	0,00		
Despesa de Capital Líquida	38.451,22	29.248,78	
<b>PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA</b>	<b>2015</b>	<b>2023</b>	<b>2033</b>
			<b>2048</b>
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores			
Receitas Previdenciárias (IV)	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (V)	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário VI = (IV - V)	0,00	0,00	0,00
<b>RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS</b>	<b>Valor apurado até o Bimestre</b>	<b>Saldo a Realizar</b>	
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos	0,00	0,00	

Continua 1/2

Município de ANCHIETA - SC

Continuação 2/2

**DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**JANEIRO A DEZEMBRO 2015/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO**

Entidade: CAMARA MUNICIPAL DE ANCHIETA

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS		Valor apurado até o Bimestre	Saldo a Realizar
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos		0,00	0,00
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor apurado até o Bimestre	Limite Constitucional Anual	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde	0,00	15,00	0,00
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP		Valor apurado no exercício corrente	
Total das despesas/RCL (%)		0,00	

**FONTE:**

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

ANCHIETA, 14/01/2016

VALDEREZ IZOTTON  
PRESIDENTE

EDEMAR LUIZ GRIEBLER  
CRC SC-036.207/O-8



## RREO 6º BIMESTRE ANEXO 3

Município de ANCHIETA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO/2015 A DEZEMBRO/2015  
Entidade: CAMARA MUNICIPAL DE ANCHIETA

RREO - ANEXO 3 (LRF, Art. 53, inciso I)	ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												PREVISÃO ATUALIZADA 2015
		Jan/2015	Fev/2015	Mar/2015	Abr/2015	Mai/2015	Jun/2015	Jul/2015	Ago/2015	Sep/2015	Out/2015	Nov/2015	Dez/2015	TOTAL (ULT. 12 MES.)
	<b>RECEITAS CORRENTES (I)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
	RECEITA TRIBUTÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	IPTU/L	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	IRPJ/F	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	ISS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	ITBI	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Outras Receitas Tributárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	RECEITA PATRIMONIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	RECEITA DE SERVIÇOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Cota-Parte do ICMS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Cota-Parte do IPVA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Cota-Parte do ITR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Outras Transferências Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Transferências de LC 61/1969	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Transferências de LC 87/1996	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Transferências do FUNDEC	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (II) = (I - II)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

FONTE:

ANCHIETA, 14/01/2016

EDUARDO LUIZ GRIEBLER  
CRC 304062/0-6

VALDEIRIZ ZOTTON  
PRESIDENTE

RREO 6º BIMESTRE ANEXO 7

Município de ANCHIETA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2015/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO  
Entidade: CAMARA MUNICIPAL DE ANCHIETA

RREO - Anexo 7 (LRF, art. 53, inciso V)	PODER/ÓRGÃO	RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES					RP NÃO PROCESSADOS					Saldo Total (a+b)
		Inscritos		Pagos	Cancelados	Saldo (a)	Inscritos		Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo (b)
		Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2014				Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2014				
	RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	TOTAL (III) = (I + II):	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FONTE:												

ANCHIETA, 13/01/2016

VALDEREZ IZOTTON  
PRESIDENTE

EDEMAR LUIZ GRIEBLER  
CRC SC-098.207/O-8

RREO ANEXO 2

Município de ANCHIETA - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A DEZEMBRO 2015/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

Entidade: CAMARA MUNICIPAL DE ANCHIETA

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO		DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (a-d)	INSCRITOS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
				No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/total b)	No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/total d)		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTARIAS) (I)		700.000,00	700.000,00	114.745,67	619.912,74	100,00	122.800,63	602.815,74	100,00	97.184,26	17.097,00
Legislativa		700.000,00	700.000,00	114.745,67	619.912,74	100,00	122.800,63	602.815,74	100,00	97.184,26	17.097,00
Ação Legislativa		700.000,00	700.000,00	114.745,67	619.912,74	100,00	122.800,63	602.815,74	100,00	97.184,26	17.097,00
TOTAL (III) = (I + II)		700.000,00	700.000,00	114.745,67	619.912,74	100,00	122.800,63	602.815,74	100,00	97.184,26	17.097,00

ONTE:

FONTE:

ANCHIETA, 13/01/2016

VALDEREZ IZOTTON  
PRESIDENTE

EDEMAR LUIZ GRIEBLER  
CRC SC-036207/O-8

¹ Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

# Antônio Carlos

## PREFEITURA

### DECRETO N 008/2016

DECRETO Nº 000008/16 de 14 de Janeiro de 2016

Abre crédito adicional -suplementar -originário do orçamento geral no Orçamento programa de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de ANTONIO CARLOS e autorização contida na Lei Municipal nº 001494/15 de 15 de Dezembro de 2015.

DE CRE TA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 100.000,00 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

09 - ENCARGOS GERAIS

09.01 - ENCARGOS GERAIS

09.01.28.843.0010.0.003-3.2.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas 100.000,00

Art 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Superávit financeiro 100.000,00

Art 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 14 de Janeiro de 2016

ANTÔNIO PAULO REMOR

Prefeito Municipal

### PORTARIA N 023/2016

PORTARIA Nº 023/2016

Concede Férias a servidor efetivo.

ANTONIO PAULO REMOR – Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei 558/1992;

Resolve:

Artigo 1º - Conceder, FÉRIAS, por 30 dias, ao servidor RAFAEL GUESSER, ocupante do cargo efetivo de INSEMINADOR, a partir de 01 de fevereiro de 2016, relativo ao período aquisitivo de 15/04/2012 a 14/04/2013.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 14 de janeiro de 2016.

ANTONIO PAULO REMOR

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria em 15 de janeiro de 2016.

### PORTARIA N 024/2016

PORTARIA Nº 024/2016

Concede Férias a servidor efetivo.

ANTONIO PAULO REMOR – Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei 558/1992;

Resolve:

Artigo 1º - Conceder, FÉRIAS, por 30 dias, a servidora ODETE KOCH LEITE, ocupante do cargo efetivo de AUXILIAR DE ENFERMAGEM, a partir de 01 de fevereiro de 2016, relativo ao período aquisitivo de 02/04/2014 a 01/04/2015.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 14 de janeiro de 2016.

ANTONIO PAULO REMOR

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria em 15 de janeiro de 2016.

### PORTARIA N 025/2016

PORTARIA Nº 025/2016

Concede Férias a servidor efetivo.

ANTONIO PAULO REMOR – Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei 558/1992;

Resolve:

Artigo 1º - Conceder, FÉRIAS, por 30 dias, a servidora LETICIA MARTINS, ocupante do cargo efetivo de ENFERMEIRO, a partir de 02 de fevereiro de 2016, relativo ao período aquisitivo de 02/02/2015 a 01/02/2016.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 14 de janeiro de 2016.

ANTONIO PAULO REMOR

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria em 15 de janeiro de 2016.

# Arabutã

## PREFEITURA

### **AVISO DE LICITAÇÃO -PL Nº. 003/2015 RETIFICAÇÃO** MUNICÍPIO DE ARABUTÃ, PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 003/2016, PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2016 – RETIFICAÇÃO.

O Município de Arabutã/SC torna público para conhecimento dos interessados que fica retificada no objeto e no Formulário Proposta a Linha, sendo que onde se lê "Linha 11", leia-se "Linha 12". Maiores informações na Diretoria de Administração e Fazenda do Município, sito à Avenida Lauro Muller, 210, Centro, Arabutã-SC, através do telefone (49)3448-0048. Arabutã/SC, 12 de janeiro de 2016.

MARCELO MORCHE  
Prefeito em exercício

### **AVISO DE LICITAÇÃO -PL Nº. 009/2015** MUNICÍPIO DE ARABUTÃ, PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 009/2016, PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/2016.

O Município de Arabutã/SC torna público para conhecimento dos interessados que estará realizando Processo Licitatório para o Registro de preço de gêneros alimentícios para a Gerência de Assistência Social, conforme identificação constante do Formulário-Proposta, anexo I do Edital. O recebimento dos envelopes e demais documentos exigidos no Edital será realizado até às 13h30 do dia 28 de janeiro de 2016, sendo que na mesma data, às 14h em sessão pública, ocorrerá a abertura e julgamento dos mesmos. Íntegra do Edital e maiores informações poderão ser obtidas junto à Diretoria de Administração e Fazenda ou pelo telefone: (49)3448-0048 e-mail: administracao@arabuta.sc.gov.br e pelo site: www.arabuta.sc.gov.br. Arabutã/SC, 12 de janeiro de 2016.

MARCELO MORCHE  
Prefeito em exercício

### **EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO CONCESSÃO GRATUITA DE DIREITO REAL DE USO DE BENS PÚBLICOS DE Nº 02/2016**

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO CONCESSÃO GRATUITA DE DIREITO REAL DE USO DE BENS PÚBLICOS DE Nº 02/2016

PARTES: Município de Arabutã e Associação de Agricultores Nova Germânia.

OBJETO: Concessão gratuita do direito real de uso, à ASSOCIAÇÃO de um trator agrícola.

PRAZO: 05 (cinco) anos.

DATA DA ASSINATURA: 12 de janeiro de 2016.

### **PORTARIA Nº. 014/2016**

PORTARIA Nº 014/2016

SUSPENDE FÉRIAS DE SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Marcelo Morche, Prefeito em Exercício de Arabutã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei;

RESOLVE:

Art. 1º. SUSPENDER, no período de 14 a 18 de janeiro 2016, as férias concedidas por meio da Portaria nº. 418/2015, de 29 de dezembro de 2015, do servidor PAULO FRITSCH, inscrito no CPF sob nº. 023.318.529-10, ocupante do cargo de Provimento Efetivo de Motorista, sendo que os 5 (cinco) dias remanescentes das férias ora suspensas será gozado no período de 03 a 07 de fevereiro 2016.

Art.2º Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito de Arabutã/SC, 13 de janeiro de 2016.

MARCELO MORCHE

Prefeito em Exercício

Registrado e publicado em data supra.

Carla Sandra Cozer Morche

Responsável pela publicação

### **PORTARIA Nº. 015/2016**

PORTARIA Nº 15/2016

CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Marcelo Morche, Prefeito em Exercício de Arabutã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei;

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER, ao servidor CELIO LOURENÇO VIVAN MERLO, inscrito no CPF sob nº. 796.647.099-72, ocupante do cargo de Provimento Efetivo de Odontólogo, férias referentes ao período aquisitivo de 01 de julho de 2013 a 30 de junho de 2014, suspensas pela Portaria nº. 75, de 19 de janeiro de 2015, para serem gozadas no período de 18 a 25 de janeiro de 2016.

Art.2º Ficam revogados em especial os termos da portaria nº12/2016 de 12 de janeiro de 2016.

Art.3º Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito de Arabutã/SC, 14 de janeiro de 2016.

MARCELO MORCHE

Prefeito em Exercício

Registrado e publicado em data supra.

Carla Sandra Cozer Morche

Responsável pela publicação.

# Ascurra

## PREFEITURA

### EXTRATO DE EDITAL DE PREGÃO N. 1-2016 PMA

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N. 1/2016  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ASCURRA

O Prefeito Municipal de Ascurra comunica aos interessados que fará no dia 27/1/2016 às 8h30min, licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, para a AQUISICAO DE COMBUSTIVEIS PARA A PREFEITURA MUNICIPAL DE ASCURRA, conforme Edital.

Maiores informações e cópia do edital poderão ser solicitadas na Prefeitura Municipal de Ascurra, no horário de expediente, e pelo site [www.ascurra.sc.gov.br](http://www.ascurra.sc.gov.br).

Ascurra, 15 de janeiro de 2016.  
MOACIR POLIDORO  
Prefeito Municipal

### EXTRATO DE EDITAL DE PREGÃO N. 1-2016 FMS

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N. 1/2016  
FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE DE ASCURRA

O Prefeito Municipal de Ascurra comunica aos interessados que fará no dia 27/1/2016 às 9h30min, licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, para a AQUISICAO DE COMBUSTIVEIS PARA O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ASCURRA, conforme Edital.

Maiores informações e cópia do edital poderão ser solicitadas na Prefeitura Municipal de Ascurra, no horário de expediente, e pelo site [www.ascurra.sc.gov.br](http://www.ascurra.sc.gov.br).

Ascurra, 15 de janeiro de 2016.  
MOACIR POLIDORO  
Prefeito Municipal

### EXTRATO DE EDITAL DE PREGÃO N. 2-2016 PMA

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N. 2/2016  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ASCURRA

O Prefeito Municipal de Ascurra comunica aos interessados que fará no dia 27/1/2016 às 10h30min, licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, para a AQUISIÇÃO DE CESTAS BÁSICAS PARA DISTRIBUIÇÃO AOS CARENTES DO MUNICÍPIO, conforme Edital.

Maiores informações e cópia do edital poderão ser solicitadas na Prefeitura Municipal de Ascurra, no horário de expediente, e pelo site [www.ascurra.sc.gov.br](http://www.ascurra.sc.gov.br).

Ascurra, 15 de janeiro de 2016.  
MOACIR POLIDORO  
Prefeito Municipal



# Atalanta

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 071/2015

DECRETO Nº 071/2015.

"Anula e Suplementa Dotação Orçamentária e dá Outras Providências."

O Prefeito Municipal de Atalanta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, que lhe confere a Lei nº 1456 de 14 de dezembro de 2015:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Suplementações na importância de R\$ 10.000,00 (Dez mil reais) destinados a reforçar a seguinte dotação do orçamento do Município para o corrente exercício:

06.00 – SECRETARIA DE TRANSPORTE E OBRAS  
06.01 – SECRETARIA DE TRANSPORTE E OBRAS  
26.782.0061.2.027 – Manutenção do Setor Rodoviário  
3.1.90.00.00.00.00.00.0112 – Aplicações Diretas .....  
..... R\$ 10.000,00

Art. 2º - Os créditos abertos por este Decreto correrão por conta da anulação da seguinte dotação do orçamento do corrente exercício:

08.00 – SECRETARIA DO TURISMO E MEIO AMBIENTE  
08.01 – SECRETARIA DO TURISMO E MEIO AMBIENTE  
23.695.0034.2.013 – Realização de Promoções e Eventos  
3.1.90.00.00.00.00.00.0112 – Aplicações Diretas .....  
..... R\$ 10.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Atalanta (SC), 22 de dezembro de 2015.  
TARCÍSIO EDEGAR HILLESHEIM  
Prefeito Municipal em Exercício

### DECRETO Nº 072/2015

DECRETO Nº 072/2015.

"Anula e Suplementa Dotações Orçamentárias e dá Outras Providências."

O Prefeito Municipal de Atalanta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, que lhe confere a Lei nº 1443 de 19 de outubro de 2015:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Suplementações na importância de R\$ 295.000,00 (Duzentos e noventa e cinco mil reais) destinados a reforçar as seguintes dotações do orçamento do Município para o corrente exercício:

02.00 – GABINETE DO PREFEITO E VICE  
02.01 – GABINETE DO PREFEITO E VICE  
04.122.0004.2.002 – Manutenção do Gabinete do Prefeito e Vice  
3.1.90.00.00.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas .....  
..... R\$ 25.000,00

03.00 – SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS  
03.01 – SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS  
04.123.0013.2.005 – Manutenção dos Serviços Financeiros  
3.1.90.00.00.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas .....  
..... R\$ 22.000,00  
08.243.0079.2.048 – Manutenção das Atividades do Conselho Tutelar  
3.3.90.00.00.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas .....  
..... R\$ 4.000,00  
28.123.0016.2.008 – Pagamento de Inativos e Pensionistas  
3.1.90.00.00.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas .....  
..... R\$ 10.000,00

05.00 – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE  
05.01 – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE  
12.361.0040.2.015 – Manutenção do Ensino Fundamental  
3.1.90.00.00.00.00.00.0106 – Aplicações Diretas .....  
..... R\$ 15.000,00  
12.361.0049.2.018 – Manutenção do Transporte Escolar  
3.1.90.00.00.00.00.00.0107 – Aplicações Diretas .....  
..... R\$ 5.000,00  
12.365.0043.2.016 – Manutenção da Educação Infantil  
3.1.90.00.00.00.00.00.0106 – Aplicações Diretas .....  
..... R\$ 50.000,00

06.00 – SECRETARIA DE TRANSPORTE E OBRAS  
06.01 – SECRETARIA DE TRANSPORTE E OBRAS  
26.782.0061.2.027 – Manutenção do Setor Rodoviário  
3.1.90.00.00.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas .....  
..... R\$ 28.000,00

08.00 – SECRETARIA DO TURISMO E MEIO AMBIENTE  
08.01 – SECRETARIA DO TURISMO E MEIO AMBIENTE  
23.695.0082.2.034 – Promoção do Turismo  
3.1.90.00.00.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas .....  
..... R\$ 8.000,00

07.00 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
07.01 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
08.244.0073.2.031 – Manutenção dos Serviços de Assistência Social  
3.1.90.00.00.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas .....  
..... R\$ 18.000,00

09.00 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
09.01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
10.301.0088.2.036 – Manutenção dos Serviços de Saúde  
3.1.90.00.00.00.00.00.0082 – Aplicações Diretas .....  
..... R\$ 100.000,00  
3.1.90.00.00.00.00.00.0101 – Aplicações Diretas .....  
..... R\$ 10.000,00

Art. 2º - Os créditos abertos por este Decreto correrão por conta do excesso de arrecadação da fonte de recurso 0106 – Transferências do Fundeb 60% no valor de R\$ 65.000,00 (sessenta e cinco mil reais); excesso de arrecadação da fonte de recurso 0107 - Transferências do Fundeb 40% no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais); excesso de arrecadação da fonte de recurso 0101 - Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde - SUS no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), e das anulações das seguintes dotações do orçamento do corrente exercício:

03.00 – SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS  
 03.01 – SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS  
 04.123.0019.2.009 – Pagamento de Despesas de Exercícios Anteriores  
 3.3.90.00.00.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas .....  
 ..... R\$ 15.000,00

04.00 – SECRETARIA DA AGRICULTURA E DO DESENV. ECONÔMICO  
 04.01 – SECRETARIA DA AGRICULTURA E DO DESENV. ECONÔMICO  
 06.182.0039.2.046 – Manutenção da Defesa Civil  
 3.3.50.00.00.00.00.00.0080 – Transferências a Inst. Privadas sem Fins Luc ..... R\$ 10.000,00  
 3.3.90.00.00.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas .....  
 ..... R\$ 10.000,00  
 20.606.0031.2.012 – Mecanização Agrícola  
 3.1.90.00.00.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas .....  
 ..... R\$ 10.000,00  
 20.606.0034.2.013 – Realização de Promoções e Eventos  
 3.3.90.00.00.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas .....  
 ..... R\$ 9.000,00

05.00 – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE  
 05.01 – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE  
 12.361.0049.2.018 – Manutenção do Transporte Escolar  
 3.3.90.00.00.00.00.00.0113 – Aplicações Diretas .....  
 ..... R\$ 100.000,00  
 27.812.0058.2.026 – Manutenção do Desporto Amador  
 3.1.90.00.00.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas .....  
 ..... R\$ 18.000,00  
 4.4.90.00.00.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas .....  
 ..... R\$ 15.000,00

08.00 – SECRETARIA DO TURISMO E MEIO AMBIENTE  
 08.01 – SECRETARIA DO TURISMO E MEIO AMBIENTE  
 18.541.0085.2.035 – Preservação e Conservação Ambiental  
 3.1.90.00.00.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas .....  
 ..... R\$ 12.000,00  
 23.695.0034.2.013 – Realização de Promoções e Eventos  
 3.3.90.00.00.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas .....  
 ..... R\$ 14.000,00

23.695.0082.2.034 – Promoção do Turismo  
 3.3.90.00.00.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas .....  
 ..... R\$ 2.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Atalanta (SC), 30 de dezembro de 2015.  
 TARCÍSIO EDEGAR HILLESHEIM  
 Prefeito Municipal em Exercício

## DECRETO Nº 073/2015

DECRETO Nº. 73/2015

"Dispõe sobre Inclusão de Conta Despesa no Plano Plurianual - PPA, na Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, e Abre Crédito Adicional Especial e dá Outras Providências".

O Prefeito do Município de Atalanta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, que lhe confere a Lei nº. 1452 de 26 de novembro de 2015:

Art. 1º - Fica incluída a Conta Despesa 3.1.90.00.00.00.00.00.0122; no Programa 0040 – EDUCAÇÃO PARA TODOS – ENSINO FUNDAMENTAL, na Lei Municipal nº. 1334/2013 de 30.08.2013, Plano Plurianual – PPA, no montante de R\$ 3.000,00 (Três Mil Reais).

Art. 2º - A Conta Despesa acrescida na ação que trata o artigo 1º, fica por conta do excesso de arrecadação da fonte de recurso 0122 – Transferências do Salário Educação no valor de R\$ 3.000,00 (Três Mil Reais).

Art. 3º - Por conta da inclusão prevista no Artigo 1º do presente Decreto, fica incluída a Conta Despesa 3.1.90.00.00.00.00.00.0122; no Programa 0040 – EDUCAÇÃO PARA TODOS – ENSINO FUNDAMENTAL, na Lei Municipal nº. 1391/2014 de 22.10.2014, Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO, no montante de R\$ 3.000,00 (Três Mil Reais).

Art. 4º - Por conta do disposto no Artigo 3º, fica o Chefe do Poder Executivo autorizado incluir na Lei Orçamentária para o exercício de 2015 a abertura de Crédito Adicional Especial, no montante de R\$ 3.000,00 (Três Mil Reais).

Órgão: 05.00 Secretaria da Educação, Cultura e Esporte  
 Unidade: 05.01 Secretaria da Educação, Cultura e Esporte  
 Função: 12 - Educação  
 Sub-Função: 361 – Ensino Fundamental  
 Programa: 0040 – EDUCAÇÃO PARA TODOS – ENSINO FUNDAMENTAL  
 Projeto Atividade 2.015 – Manutenção do Ensino Fundamental  
 Elemento de Despesa: 3.1.90.00.00.00.00.00.0122 – Aplicações Diretas ..... 3.000,00

Art. 5º - As despesas decorrentes do presente Decreto correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente.

Art. 6º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura do Município de Atalanta, 30 de dezembro de 2015.  
 TARCÍSIO EDEGAR HILLESHEIM  
 Prefeito Municipal em Exercício

**DECRETO Nº 074/2015**

DECRETO Nº 074/2015.

“Anula e Suplementa Dotação Orçamentária e dá Outras Providências.”

O Prefeito Municipal de Atalanta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, que lhe confere a Lei nº 1443 de 19 de outubro de 2015:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Suplementações na importância de R\$ 1.000,00 (Hum mil reais) destinados a reforçar a seguinte dotação do orçamento do Município para o corrente exercício:

03.00 – SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

03.01 – SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

04.122.0010.2.004 – Manutenção dos Serviços de Assistência Técnica Municipal

3.3.50.00.00.00.00.0080 – Transferências a Inst. Privadas sem Fins Lucr... R\$ 1.000,00

Art. 2º - O crédito aberto por este Decreto correrá por conta da anulação da seguinte dotação do orçamento do corrente exercício:

02.00 – GABINETE DO PREFEITO E VICE

02.01 – GABINETE DO PREFEITO E VICE

04.122.0004.2.002 – Manutenção do Gabinete do Prefeito e Vice

3.3.90.00.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas .....  
..... R\$ 1.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Atalanta (SC), 30 de dezembro de 2015.

TARCÍSIO EDEGAR HILLESHEIM

Prefeito Municipal em Exercício

**DECRETO Nº 075/2015**

DECRETO Nº 075/2015.

“Dispõe sobre a atualização da Unidade Fiscal Municipal para o exercício de 2016, e dá Outras Providências.”

TARCÍSIO POLASTRI, Prefeito do Município de Atalanta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e visando melhorar o atendimento público,

DECRETA:

Art. 1º - Fica alterada a Unidade Fiscal do Município de Atalanta, nos termos previstos pela Lei Complementar nº 001/2005 parágrafo 1º do artigo 298, a UFM para o exercício de 2016 será de R\$ 2,9941.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor em 1º de janeiro de 2016.

Art. 3º - Revogam-se as disposições editadas em contrário.

Prefeitura Municipal de Atalanta (SC), 31 de dezembro 2015.

TARCÍSIO POLASTRI

Prefeito Municipal

# Balneário Rincão

## PREFEITURA

### AVISO DO RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DAS AMOSTRAS EDITAL PP. Nº 088/PMBR/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO  
RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DAS AMOSTRAS  
Item COLA  
Empresa OTOMAR COMERCIAL LTDA  
Análise: Aprovado

	Produto	Análise	Marca
21	Cola, composição polivinil acetato- pva, aplicação papel, características adicionais secagem rápida, tipo bastão;	APROVADA	BRW

Relatório de Avaliação das Amostras  
Item BORRACHA  
Empresa ORLEANS INFORMATICA  
Análise: Aprovado

	Produto	Análise	Marca
21	Borracha apagadora escrita, material borracha, cor branca, tipo macia, cinta de proteção, características adicionais tipo ponteira, aplicação para lápis.	APROVADA	LEO E LEO

Relatório de Avaliação das Amostras  
Item SACO DE LIXO 50 L  
Empresa ORLEANS INFORMATICA  
Análise: Aprovado

	Produto	Análise	Marca
146	Saco plástico de lixo domestico de polietileno,com capacidade de 50 litros medindo aroximadamente 63cm x 80 cm,a cor preta.pacote com 100 unidades,com mínimo 08 mc,conforme normas da ABNT.	APROVADA	GERAPLAST

Relatório de Avaliação das Amostras  
Item LIXEIRA  
Empresa RIF  
Análise: Aprovado

	Produto	Análise	Marca
131	LIXEIRA, MATERIAL POLIETILENO INJETADO, CAPACIDADE 25 L, DIÂMETRO 36 CM, ALTURA 37 CM	APROVADA	ARQPLAST

Relatório de Avaliação das Amostras  
Item PAPEL TOALHA  
Empresa RIF  
Análise: Aprovado

	Produto	Análise	Marca
138	Papel toalha de 1ª qualidade interfolhado branco, composto de 100% celulose virgem, sem odor, medindo 22,5 X 21cm, com duas dobras, embalado apropriadamente em pacote de saco plástico, com 1.000 folhas, peso mínimo por pacote de 1.400 Kg. Devem constar na embalagem do produto com indicação da empresa, número do CNPJ do estabelecimento, localidade, rua e número do fabricante e laudo microbiológico do fabricante na validade conforme portaria 1.480 de 31/12/90.	APROVADA	TUBAPEL

Relatório de Avaliação das Amostras  
Item RODO  
Empresa RIF  
Análise: Aprovado

	Produto	Análise	Marca
139	RODO - Rodo de PVC c/ cabo rosqueável de madeira revestido em plástico de 1,5m e borracha dupla medindo 40cm x 3,5cm (L x A)	APROVADA	PEROVINHA

Relatório de Avaliação das Amostras

## Item CANETA ESFEROGRAFICA

Empresa GOLD

Análise: Aprovado

	Produto	Análise	Marca
13	- Caneta esferográfica, material plástico incolor, quantidade cargas 1, com esfera de tungstênio, tipo escrita média, cor tinta azul, características adicionais corpo sextavado, furo lateral para ventilação, tampa ventilada;	APROVADA	MASTERPRINT

## Relatório de Avaliação das Amostras

Item VASSOURA CERDAS

Empresa BARFE

Análise: Aprovado

	Produto	Análise	Marca
149	Vassoura, material cerdas piaçava, material cabo madeira, comprimento cerdas 16 cm, características adicionais com cabo colado e cerdas presas com cinta metálica, aplicação limpeza em geral, comprimento cabo 100 cm	APROVADA	BOMPACK

## Relatório de Avaliação das Amostras

Item FITA ADESIVA

Empresa NADINE

Análise: Aprovado

	Produto	Análise	Marca
30	FITA ADESIVA ESCRITÓRIO: larga, rolo 48 mm x 46 m transparente.	APROVADA	TIGHTTAPE

## Relatório de Avaliação das Amostras

Item FITA ADESIVA

Empresa NADINE

Análise: Aprovado

	Produto	Análise	Marca
31	Fita adesiva, material polipropileno transparente, tipo monoface, largura 50 mm, comprimento 50 m, cor incolor, aplicação multiuso	APROVADA	TIGHTTAPE

## Relatório de Avaliação das Amostras

Item LIXEIRA 50L

Empresa NADINE

Análise: Aprovado

	Produto	Análise	Marca
132	Lixeira plástica, com acionamento da tampa Por pedal, capacidade 50 litros, dimensões 71 x 44 x 37cm	APROVADA	PLASUTIL

## Relatório de Avaliação das Amostras

Item SACO DE LIXO

Empresa NADINE

Análise: Aprovado

	Produto	Análise	Marca
145	Saco plástico de lixo domestico de polietileno,com capacidade de 30 litros, medindo aproximadamente 40 x 60 cm, a cor preta,pacote mínima de 05 micras conforme normas da ABNT.	APROVADA	GERAPLAST

## Relatório de Avaliação das Amostras

Item VASSOURA DE PALHA

Empresa NADINE

Análise: Aprovado

	Produto	Análise	Marca
150	Vassoura de palha, material das cerdas palha, material do cabo madeira, comprimento das cerdas 60 cm, com cabo comprido para limpeza em geral.	APROVADA	COLONIAL

## Relatório de Avaliação das Amostras

Item CAFE

Empresa NADINE

Análise: Aprovado

	Produto	Análise	Marca
153	Café Extra Forte embalagem polietileno aluminizada com peso liquido de 500g. Embalagem de alto vácuo	APROVADA	ELIANE

## Relatório de Avaliação das Amostras

Item CANETA ESFEROGRÁFICA

Empresa ROSILÉIA RAUPP

Análise: Aprovado

	Produto	Análise	Marca
14	Caneta esferográfica, material plástico incolor, quantidade cargas 1, com esfera de tungstênio, tipo escrita média, cor tinta preta, características adicionais corpo sextavado, furo lateral para ventilação, tampa ventilada;	APROVADA	COMPACTOR

## Relatório de Avaliação das Amostras

Item CANETA ESFEROGRÁFICA

Empresa ROSILÉIA RAUPP

Análise: Aprovado

	Produto	Análise	Marca
15	Caneta esferográfica, material plástico incolor, quantidade cargas 1, com esfera de tungstênio, tipo escrita média, cor tinta vermelha, características adicionais corpo sextavado, furo lateral para ventilação, tampa ventilada;	APROVADA	COMPACTOR

## Relatório de Avaliação das Amostras

Item COLA

Empresa ROSILÉIA RAUPP

Análise: Aprovado

	Produto	Análise	Marca
22	Cola, composição polivinil acetato- pva, cor branca, aplicação papel, características adicional lavável e atóxica	APROVADA	MARIPEL

## Relatório de Avaliação das Amostras

Item FITA ADESIVA

Empresa INFOTRIZ

Análise: NÃO APRESENTOU AMOSTRA

	Produto	Análise	Marca
32	Fita adesiva, material espuma acrílica, tipo dupla face, largura 12 mm, comprimento 20 m, espessura 1 mm, características adicionais transparente	NÃO APRESENTOU AMOSTRA	ADELBRAS

## Relatório de Avaliação das Amostras

Item LÁPIS DE COR

Empresa INFOTRIZ

Análise: Aprovado

	Produto	Análise	Marca
37	lápiz de cor material diâmetro carga 0,3 mm, formato cilíndrico, diâmetro corpo 10 mm, comprimento total 170 mm, características adicionais lápis de cor aquarelável caixa com 12 und.	APROVADA	LABRA

## Relatório de Avaliação das Amostras

Item PRANCHETA

Empresa INFOTRIZ

Análise: Aprovado

	Produto	Análise	Marca
59	Prancheta portátil, material acrílico, comprimento 334 mm, largura 234 mm, espessura 2 mm, cor fumê, características adicionais com predendor de metal e cantos arredondados	APROVADA	NOVACRIL

# Barra Velha

## PREFEITURA

**ATO 003/CP/ED/002/15**

EDITAL Nº 002/2015 DE CONCURSO PÚBLICO

Ato 003/CP/ED/002/15

TERCEIRA RETIFICAÇÃO

DO EDITAL Nº 002/2015 DE CONCURSO PÚBLICO BARRA VELHA

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE BARRA VELHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, juntamente com a Comissão Municipal de Concurso Público e o Instituto o Barriga Verde, torna público a segunda retificação do edital conforme segue:

- 1.No anexo I do edital o vencimento mensal do cargo de Carpinteiro (SME) leia-se R\$ 1.292,79.
- 2.No anexo I do edital o vencimento mensal do cargo de Nutricionista (SME) leia-se R\$ 2.023,50.
- 3.As demais normas do edital permanecem inalteradas.

Barra Velha, 14 de Janeiro de 2016

Claudemir Matias Francisco

Prefeito Municipal



# Bela Vista do Toldo

## PREFEITURA

### **AVISO PREGÃO PRESENCIAL - Nº 002/2015 - PREF**

Aviso de Licitações

MUNICÍPIO DE BELA VISTA DO TOLDO/SC

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO 002/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2016

O município de Bela Vista do Toldo, estado de Santa Catarina, torna público e para o conhecimento dos interessados que fará realizar licitação, na modalidade de Pregão Presencial do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, onde o objeto é a AQUISIÇÃO PARCELADA DE PNEUS PARA PÁ CARREGADEIRA JCB PARA EXERCÍCIO DE 2016 – destinado a Secretaria de Infraestrutura e Serviços Públicos, de acordo com o que se encontra definido na especificação e condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.

ENTREGA DE ENVELOPES

Até a 08h30min do dia 26/01/2016.

LOCAL DA REALIZAÇÃO DA SESSÃO PÚBLICA:

Dia 26/01/2016 às 08h30min, na sede da Prefeitura Municipal De Bela Vista do Toldo/SC, à Rua Estanislau Schumann, 839, centro.

O edital estará disponível no site do Município de Bela Vista do Toldo/SC [www.pmbvt.sc.gov.br](http://www.pmbvt.sc.gov.br). Informações poderão ser solicitadas pelo email [compras.licitacao@pmbvt.sc.gov.br](mailto:compras.licitacao@pmbvt.sc.gov.br).

Bela Vista do Toldo, 15 de Janeiro de 2016.

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

# Benedito Novo

## PREFEITURA

### AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 1/2016

MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO

ESTADO DE SANTA CATARINA

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL nº. 1/2016

O Município de Benedito Novo – SC, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade de Pregão Presencial. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR PARA ESTUDANTES DO MUNICÍPIO. ENTREGA DOS ENVELOPES: até as 09:00h do dia 28 de janeiro de 2016, no Setor de Protocolo da Prefeitura. ABERTURA: às 09:05h do dia 28 de janeiro de 2016, na Sala de Reuniões, 2º Piso, no Prédio da Prefeitura de Benedito Novo. Licitação regida pelas Leis nº 10.520/02 e 8.666/93 e alterações vigentes. Maiores informações e a íntegra do Edital poderão ser obtidas diariamente em horário de expediente no Setor de Licitações desta Municipalidade, sito a Rua Celso Ramos, 5.070, Centro, pelo Fone/Fax: (47) 3385-0487 ou no site: [www.beneditonovo.sc.gov.br](http://www.beneditonovo.sc.gov.br).

Benedito Novo (SC), 15 de janeiro de 2016.

Jean Michel Grundmann - Prefeito

### EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO 2/2015

PUBLICAÇÕES LEGAIS

MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 2/2015

PREGÃO PRESENCIAL nº. 64/2015

ÓRGÃO GESTOR: Município de Benedito Novo/SC

OBJETO: Registro de Preços para contratação de empresa(s) para prestação de serviços de conserto, assentamento e reposição de pavimentos em paralelepípedos, lajotas e meio fio em diversas ruas do município.

EMPRESA FORNECEDORA: PAVIMENTAÇÃO ODELI E VARGAS LTDA EPP

ITEM E VALOR REGISTRADO: A FORNECEDORA sagrou-se vencedora em todos os itens, totalizando a quantia de R\$ 65.850,00 (Sessenta e cinco mil e oitocentos e cinquenta reais).

PRAZO DE VIGÊNCIA DA ATA: 06/10/2015 a 06/10/2016

VALIDADE DA ATA: 12 meses

Benedito Novo (SC), 06 de setembro de 2015.

Jean Michel Grundmann - Prefeito

# Biguaçu

## PREFEITURA

### PORTARIA Nº 015/2016

PORTARIA nº 15 de 07 de janeiro de 2016

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

ART. 1º - Designar os servidores GIORDANA BIANCON GANDOLFI OURIQUES, ANA CLÁUDIA SAGÁS, MIRELLA DA CONCEIÇÃO, ELINARA PERDIGÃO AFFONSO, SUELEN DE MELLO MARTINS e FRANCIELLY MARCIA SOUZA DE ANDRADE, para, sob a presidência do primeiro, constituir a Comissão Permanente de Licitação, com a finalidade de processar e julgar as licitações da Secretaria Municipal de Saúde de Biguaçu, nos termos do art. 51, da lei 8666/93, com efeitos a contar de 01/01/2016 a 31/12/2016.

ART. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/01/2016.

Biguaçu, 07 de janeiro de 2016.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

### PORTARIA Nº 016/2016

PORTARIA nº 16 de 07 de janeiro de 2016

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

ART. 1º - Designar a servidora VIVIANE CRISTINA FONTANELLA, como pregoeira, e GIORDANA BIANCON GANDOLFI OURIQUES, ANA CLÁUDIA SAGÁS, SUELEN DE MELLO MARTINS e ELINARA PERDIGÃO AFFONSO, como componentes da equipe de apoio, com a finalidade de processar e julgar as licitações na modalidade de pregão da Secretaria Municipal de Saúde de Biguaçu, nos termos do art. 3º, da lei 10520/2002, com efeitos a contar de 01/01/2016 a 31/12/2016.

ART. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/01/2016.

Biguaçu, 07 de janeiro de 2016.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

### PORTARIA Nº 037/2016

PORTARIA Nº. 037 de 13 de janeiro de 2016

Designa a comissão para que seja realizada Sindicância, nos termos do art. 204 da Lei Complementar nº 53/2012, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

Art. 1º Designar os servidores Thiago Alexandre Pereira, ocupante do cargo efetivo de Fiscal de Vigilância sanitária; Marisete da

Silva Rocha, ocupante do cargo efetivo de Advogada, e Bernardo Heringer Rodrigues Silva, ocupante do cargo efetivo de Advogado, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, para que sob a presidência do primeiro, para proceder abertura de Sindicância e apuração dos fatos ocorridos na Secretaria Municipal de Obras com o servidor Wanderley Della Gustina, ocupante do cargo efetivo de Operador de Máquinas e Equipamentos Pesados, de acordo com o Memorando 9727/2016 da Secretaria Municipal de Obras.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 13 de janeiro de 2016.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

### PORTARIA Nº 042/2016

PORTARIA nº 42 de 14 de janeiro de 2016

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

ART. 1º - Concede ao servidor (a) Francielly Márcia Souza de Andrade, ocupante do cargo efetivo de Enfermeiro II, gratificação pela participação como membro titular em Comissão Permanente de Licitações, nos termos do art. 114 caput da Lei Complementar nº 47/2011, com efeitos a contar de 01/01/2016 a 31/12/2016.

ART. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/01/2016.

Biguaçu, 14 de janeiro de 2016.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

### PORTARIA Nº 043/2016

PORTARIA nº 43 de 14 de janeiro de 2016

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

ART. 1º - Concede ao servidor (a) Giordana Biancon Gandolfi Ouriques, ocupante do cargo efetivo de Escriturário, gratificação pela participação como membro titular em Comissão Permanente de Licitações, nos termos do art. 114 caput da Lei Complementar nº 47/2011, com efeitos a contar de 01/01/2016 a 31/12/2016.

ART. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/01/2016.

Biguaçu, 14 de janeiro de 2016.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 044/2016**

PORTARIA nº 44 de 14 de janeiro de 2016

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

**RESOLVE:**

ART. 1º - Concede ao servidor (a) Ana Cláudia Sagás, ocupante do cargo efetivo de Escriturário, gratificação pela participação como membro titular em Comissão Permanente de Licitações, nos termos do art. 114 caput da Lei Complementar nº 47/2011, com efeitos a contar de 01/01/2016 a 31/12/2016.

ART. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/01/2016.

Biguaçu, 14 de janeiro de 2016.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 045/2016**

PORTARIA nº 45 de 14 de janeiro de 2016

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

**RESOLVE:**

ART. 1º - Concede ao servidor (a) Mirella da Conceição, ocupante do cargo efetivo de Escriturário, gratificação pela participação como membro titular em Comissão Permanente de Licitações, nos termos do art. 114 caput da Lei Complementar nº 47/2011, com efeitos a contar de 01/01/2016 a 31/12/2016.

ART. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/01/2016.

Biguaçu, 14 de janeiro de 2016.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 046/2016**

PORTARIA nº 46 de 14 de janeiro de 2016

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

**RESOLVE:**

ART. 1º - Concede ao servidor (a) Suelen de Mello Martins, ocupante do cargo efetivo de Escriturário, gratificação pela participação como membro titular em Comissão Permanente de Licitações, nos termos do art. 114 caput da Lei Complementar nº 47/2011, com efeitos a contar de 01/01/2016 a 31/12/2016.

ART. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/01/2016.

Biguaçu, 14 de janeiro de 2016.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 047/2016**

PORTARIA nº 47 de 14 de janeiro de 2016

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

**RESOLVE:**

ART. 1º - Concede ao servidor (a) Elinara Perdigão Affonso, ocupante do cargo efetivo de Escriturário, gratificação pela participação como membro titular em Comissão Permanente de Licitações, nos termos do art. 114 caput da Lei Complementar nº 47/2011, com efeitos a contar de 01/01/2016 a 31/12/2016.

ART. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/01/2016.

Biguaçu, 14 de janeiro de 2016.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 048/2016**

PORTARIA nº 48 de 14 de janeiro de 2016

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

**RESOLVE:**

ART. 1º - Concede ao servidor (a) Viviane Cristina Fontanella, ocupante do cargo efetivo de Escriturário, Gratificação pelo exercício da atividade de Pregoeiro, nos termos do art. 111 caput da Lei Complementar nº 47/2011, com efeitos a contar de 01/01/2016 a 31/12/2016.

ART. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/01/2016.

Biguaçu, 14 de janeiro de 2016.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 049/2016**

PORTARIA nº 049 de 13 de janeiro de 2016

**ERRATA:**

Na portaria 3344/2015, de nomeação do(a) servidor(a) Nagib Abrahão Salum Neto, ocorreu um equívoco quanto ao nome da função.

Portaria 3344 de 14 de dezembro de 2015:

Art. 1º Nomear o servidor Nagib Abrahão Salum Netto, detentor do cargo de provimento efetivo de Técnico em Desenho, inscrito na matrícula funcional nº 187, para exercer a Função de Confiança de Diretor Executivo e Financeiro, no Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Biguaçu – PREVBIGUAÇU, nos termos do art. 1º, caput da Lei Complementar nº 87/2015.

Passa a ter a seguinte redação:

Art. 1º Nomear o servidor Nagib Abrahão Salum Netto, detentor do cargo de provimento efetivo de Técnico em Desenho, inscrito na matrícula funcional nº 187, para exercer a Função de Confiança de Diretor Administrativo e Financeiro, no Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Biguaçu – PREVBIGUAÇU, nos termos do art. 1º, caput da Lei Complementar nº

87/2015.

Biguaçu, 14 de janeiro de 2016.  
Willian Lofy  
Secretário Municipal de Administração

### **PORTARIA Nº 050/2016**

PORTARIA nº 050 de 14 de janeiro de 2016

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

### **RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), DENISE VANILDA SOARES FAGANELLO, para desempenhar as funções do cargo não provido de AUXILIAR DE SAÚDE II, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Saúde, e jornada de 30 horas semanais, no período de 01/01/2016 a 31/10/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/01/2016.

Biguaçu, 14 de janeiro de 2016.  
Ramon Wollinger  
Prefeito Municipal

## **CÂMARA MUNICIPAL**

### **EXTRATO DO 1ª TERMO ADITIVO - CONTRATO 28/2015**

Extrato do 1º Termo Aditivo - Contrato nº 28/2015 – Credenciamento n. 01/2015

Objeto: Prorrogação da vigência do contrato para transmissão das sessões ordinárias da Câmara Municipal de Biguaçu, das entrevistas com os vereadores (no total de uma hora semanal); e da divulgação das notícias e informações jornalísticas de interesse da municipalidade.

Contratante: Câmara Municipal de Biguaçu

Contratado: ABRACOM - Associação Biguaçuense de radiofusão Comunitária – CNPJ n. 02.501.939/0001-65.

Valor pago a título de apoio cultural: R\$ 2.000,00 (dois mil reais) mensais.

Vigência: 31/12/2015 a 31/12/2016.

Dotação Orçamentária: 3.3.93.00.00.00.00.01.00.0.

Fundamento Legal: art. 57 da Lei 8.666/93.

Biguaçu/SC, 14 de janeiro de 2016.

Vilson Norberto Alves

Presidente da Câmara de Vereadores de Biguaçu

### **EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO - CONTRATO N. 36/2015 - DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 024/2015**

Extrato do Termo Aditivo n. 1º – Contrato n. 36/2015 – Dispensa n. 24/2015

Objeto: prorrogação do contrato n. 36/2015 (Dispensa n. 24/2015), para a prestação de serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação.

Contratante: Câmara Municipal de Biguaçu.

Contratado: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal – CIGA – CNPJ n. 09.427.503/0001-12.

Valor total do aditivo: R\$ 4.140,00 (quatro mil, cento e quarenta reais), sendo pago o valor mensal de R\$345,00 (trezentos e quarenta e cinco reais).

Dotação Orçamentária: 3.3.93.39.

Data de assinatura do contrato: 31/12/2015.

Vigência: da assinatura do contrato, pelas partes, até o dia 31/12/2016.

Fundamento legal: Art. 57, inciso II, da Lei 8.666/93.

Biguaçu/SC, 14 janeiro de 2016.

Vilson Norberto Alves

Presidente da Câmara de Vereadores de Biguaçu

### **EXTRATO DO 5º TERMO ADITIVO AO CONTRATO N. 004/2012 - TP 003/2012**

Extrato do Termo Aditivo n. 05 – Contrato n. 04/2012 – Tomada de Preço n. 003/2012

Objeto: prorrogação do contrato n. 04/2012 (Tomada de Preço n. 003/2012), para o fornecimento de licença de uso de sistema integrado de gestão pública.

Contratante: Câmara Municipal de Biguaçu.

Contratado: Betha Sistemas Ltda – CNPJ n. 00.456.865/0001-67.

Valor contratual mantido: R\$ 2.465,53 (dois mil quatrocentos e sessenta e cinco reais e cinquenta e três centavos), por mês.

Dotação Orçamentária: Os valores resultantes deste contrato serão financiados com despesas que constam na LOA de 2016, que tramita nesta Casa Legislativa, sob o seguinte elemento: 3.3.90.00.00.00.00.01.00.0.

Data de assinatura do aditivo: 30/12/2015.

Vigência: O prazo contratual fica prorrogado até 23/05/2016.

Fundamento legal: Art. 57, inciso II, da Lei 8.666/93.

Biguaçu/SC, 14 de janeiro de 2016.

Vilson Norberto Alves

Presidente da Câmara de Vereadores de Biguaçu

# Bom Jardim da Serra

## PREFEITURA

**PR 04/2016**

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM DA SERRA/SC

Processo licitatório Nº 04/2016

Modalidade: Pregão presencial para registro de preço 04/2016

Forma de julgamento: menor preço por item

Objeto: AQUISIÇÃO FRACIONADA DE PNEUS NOVOS, CAMARAS, COLARINHOS E SERVIÇO DE RECAPAGENS PARA DIVERSAS SECRETARIAS, em conformidade com o instrumento convocatório que está disponível no site do município: [www.bomjardimdaserra.sc.gov.br](http://www.bomjardimdaserra.sc.gov.br) ou na sede do município. Base legal Lei 10520/03, 8.666/93, LC 123/2006 e suas alterações.

Bom Jardim da Serra(SC), 14 de janeiro de 2016.

Edelvânio Nunes Topanoti

Prefeito Municipal



# Botuvera

## PREFEITURA

### CTR.Nº03/2016-CRS

Extrato de Contrato nº 03/2016 -FMS

Contratante: Município de Botuverá

Contratada: Catarinense Coleta de Resíduos Hospitalares-CRS

Valor: R\$ 3.051,96 (três mil, cinquenta e um reais e noventa e seis centavos)

Objeto: Coleta e destino final de Resíduos Hospitalares.

Fund.Legal: Artigo 24, inciso II, da Lei 8.666/93.

### CTR.Nº30-2013-ADITIVO PRAZO Nº3-IVANDRO JOSÉ MARIANI

Extrato de Aditivo de nº 03/2015 - Contrato nº30/2013

Contratante: Município de Botuverá

Contratada: Ivandro José Mariani ME

Objeto: Transporte escolar da rede municipal de ensino.

Tipo: Prorrogação de prazo de vigência de 12(doze) meses.

Vigência: Janeiro/2016 a dezembro/2016

Fund.Legal: Processo nº12/2013 – PP07/2013 - Art.27, II da Lei 8.666/93

### CTR.Nº34-2014-ADITIVO PRAZO Nº2-PÚBLICA INFORMÁTICA LTDA

Extrato de Aditivo de nº 02/2015 - Contrato nº34/2014

Contratante: Município de Botuverá

Contratada: Pública informática Ltda

Objeto: Locação e Manutenção de sistemas de gestão pública.

Tipo: Prorrogação de prazo de vigência de 12(doze) meses.

Vigência: Janeiro/2016 a dezembro/2016

Fund.Legal: Processo nº19/2014 – PP10/2014 - Art.57, Inciso IV da Lei 8.666/93

### CTR31/2013--ADITIVO PRAZO Nº3-BOTUVERA TRANSP. E TALHAÇÃO LTDA

Extrato de Aditivo de nº 03/2015 - Contrato nº31/2013

Contratante: Município de Botuverá

Contratada: Botuverá Transportes e Talhação Ltda

Objeto: Transporte escolar da rede municipal de ensino.

Tipo: Prorrogação de prazo de vigência de 12(doze) meses.

Vigência: Janeiro/2016 a dezembro/2016

Fund.Legal: Processo nº12/2013 – PP07/2013 - Art.27, II da Lei 8.666/93

### LEI COMPLEMENTAR Nº 26/2015

LEI COMPLEMENTAR Nº 26/2015

“Dispõe sobre a data base para fins de revisão geral anual da remuneração e subsídio dos servidores públicos, na forma do inciso X do art. 37 da Constituição Federal, e dá outras providências.”

JOSÉ LUIZ COLOMBI, Prefeito do Município de Botuverá, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes deste município que a Câmara de Vereadores aprovou e este sanciona a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º - É fixada em MARÇO de cada ano a data-base para fins de

revisão geral anual da remuneração e subsídio dos servidores públicos dos Poderes Executivo e Legislativo do Município, nos termos do disposto no art. 37, inciso X, da Constituição Federal.

Art. 2º - A revisão geral anual de que trata o art. 1º observará as seguintes condições:

I - autorização na lei de diretrizes orçamentárias;

II - definição do índice em lei específica;

III - previsão do montante da respectiva despesa e correspondentes fontes de custeio na lei orçamentária anual;

IV - comprovação da disponibilidade financeira que configure capacidade de pagamento pelo governo, preservados os compromissos relativos a investimentos e despesas continuadas nas áreas prioritárias de interesse econômico e social;

V - compatibilidade com a evolução nominal e real das remunerações no mercado de trabalho; e

VI - atendimento aos limites para despesa com pessoal de que tratam o art. 169 da Constituição e a Lei Complementar no 101, de 4 de maio de 2000.

Art. 3º - Para os salários majorados devido à elevação do salário mínimo ou do piso salarial, o referido aumento deverá ser compensado quando da aplicação do disposto nesta Lei.

Art. 4º - A despesa decorrente da aplicação desta Lei correrá a conta de dotações próprias do Orçamento-Programa anual.

Art. 5º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogada a Lei Complementar nº 07/2011, e demais disposições em contrário.

Botuverá, em 17 de Dezembro de 2015.

JOSÉ LUIZ COLOMBI

Prefeito de Municipal

### LEI Nº 1.321/2015

LEI Nº 1.321/2015

“Altera a Lei 1.199/2.013 e da outras providencias”.

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE BOTUVERA.

Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - O Inciso VI do artigo 35 da Lei 884/2002, alterado pela Lei 1.199/2013, passa a vigorar com a seguinte redação:

“VI - Remuneração de R\$ 1.550,00 (um mil e quinhentos e cinquenta reais).”

Art. 2º – Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Botuverá, 17 de dezembro de 2015.

JOSÉ LUIZ COLOMBI

Prefeito do Municipal

**REPUBLICAÇÃO DA LEI Nº 1.320/2015**

LEI Nº 1.320/2015

Estima a Receita e Fixa a Despesa do Município de Botuverá para o Exercício de 2016.

JOSÉ LUIZ COLOMBI, Prefeito Municipal de Botuverá, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Botuverá aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - O Orçamento Geral do Município de Botuverá, compreendendo o Poder Legislativo e o Poder Executivo, seus Fundos, seus Órgãos e Entidades da Administração Pública Direta e Indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Município, para o exercício financeiro de 2016, discriminando nos anexos integrantes desta Lei, estima a receita e fixa a despesa em R\$ 19.420.000,00 (Dezenove milhões, quatrocentos e vinte mil reais).

Art. 2º - A receita da administração direta será realizada mediante a arrecadação de tributos, rendas e outras receitas correntes e de capital, na forma da legislação de regência em vigor, discriminada nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento:

**RECEITAS CORRENTES**

Receita Tributária	R\$	1.043.300,00
Receita de Contribuições	R\$	153.300,00
Receita Patrimonial	R\$	186.030,00
Receita de Serviços	R\$	263.900,00
Transferências Correntes	R\$	16.486.130,00
Outras Receitas Correntes	R\$	86.140,00
(-) Dedução para formação do FUNDEB	R\$	(2.681.000,00)
<b>SUBTOTAL</b>	<b>R\$</b>	<b>15.537.800,00</b>
<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>		
Operações de Créditos	R\$	1.000.000,00
Alienções de Bens	R\$	19.500,00
Transferências de Capital	R\$	2.862.700,00
<b>SUBTOTAL</b>	<b>R\$</b>	<b>3.882.200,00</b>
<b>TOTAL</b>	<b>R\$</b>	<b>19.420.000,00</b>

Art. 3º - A despesa fixada da administração direta observará a programação constante dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação institucional, funcional programática e natureza, conforme segue:

**I – CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL (Por Órgão e Unidade Orçamentária)**

01	Câmara de Vereadores	R\$	792.000,00
01.01	Câmara de Vereadores	R\$	792.000,00
02	Gabinete do Prefeito	R\$	756.180,48
02.01	Gabinete do Prefeito	R\$	566.608,48
02.02	Assessoria Jurídica	R\$	96.900,00
02.03	Assessoria de Planejamento	R\$	87.172,00
02.05	Fundo Municipal de Proteção e Defesa Civil	R\$	5.500,00
03	Secretaria de Administração e Finanças	R\$	1.523.600,00
03.01	Divisão de Administração	R\$	341.200,00
03.02	Divisão de Finanças	R\$	1.182.400,00
04	Secretaria de Educação	R\$	4.449.053,16
04.01	Divisão de Educação	R\$	4.449.053,16
05	Secretaria de Assistência Social e Habitação	R\$	835.400,00
05.01	Fundo Municipal de Assistência Social	R\$	820.400,00
05.02	Divisão de Habitação	R\$	5.000,00
05.03	Fundo Municipal da Criança e Adolescente	R\$	10.000,00
06	Secretaria de Obras e Serviços Urbanos	R\$	5.327.900,00
06.01	Divisão de Obras e Serviços Urbanos	R\$	5.130.900,00
06.02	Divisão de Projetos e Estudos	R\$	57.000,00
06.03	Divisão de Saneamento	R\$	140.000,00
07	Secretaria de Transportes	R\$	145.000,00
07.01	Divisão de Transportes	R\$	145.000,00
08	Secretaria de Agricultura	R\$	1.301.544,00
08.01	Divisão de Agricultura	R\$	1.301.544,00
09	Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Econômico	R\$	7.000,00
09.01	Divisão de Meio Ambiente	R\$	5.000,00
09.02	Divisão de Desenvolvimento Econômico	R\$	2.000,00
10	Secretaria de Turismo, Cultura, Esportes e Juventude	R\$	792.000,00
10.01	Divisão de Turismo	R\$	225.000,00
10.02	Divisão de Cultura	R\$	215.000,00
10.03	Divisão de Esportes	R\$	167.000,00
10.04	Divisão de Juventude	R\$	5.000,00
10.05	Divisão de Turismo, Cultura, Esportes e Juventude	R\$	180.000,00
11	Fundo Municipal de Saúde	R\$	3.450.322,36



11.01	Fundo Municipal de Saúde	R\$	3.450.322,36
99	Reserva de Contingência	R\$	40.000,00
99.09	Reserva de Contingência	R\$	40.000,00

## II – CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

1	Legislativa	R\$	792.000,00
4	Administração	R\$	2.231.880,48
6	Segurança Pública	R\$	92.300,00
8	Assistência Social	R\$	637.400,00
9	Previdência Social	R\$	50.000,00
10	Saúde	R\$	3.450.322,36
12	Educação	R\$	4.449.053,16
13	Cultura	R\$	215.000,00
14	Direitos da Cidadania	R\$	193.000,00
15	Urbanismo	R\$	1.026.700,00
16	Habitação	R\$	5.000,00
17	Saneamento	R\$	140.000,00
18	Gestão Ambiental	R\$	5.000,00
20	Agricultura	R\$	1.301.544,00
22	Indústria	R\$	2.000,00
23	Comércio e Serviços	R\$	225.000,00
24	Comunicações	R\$	15.000,00
26	Transporte	R\$	4.204.400,00
27	Desporto e Lazer	R\$	172.000,00
28	Encargos Especiais	R\$	172.400,00
99	Reserva de Contingência	R\$	40.000,00
Total		R\$	19.420.000,00

## III – CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

DESPESAS CORRENTES	R\$	15.116.758,96
Pessoal e Encargos Sociais	R\$	9.149.219,07
Juros e Encargos da Dívida	R\$	8.600,00
Outras Despesas Correntes	R\$	5.958.939,89
DESPESAS DE CAPITAL	R\$	4.263.241,04
Investimentos	R\$	4.239.441,04
Amortização da Dívida	R\$	23.800,00
Reserva de Contingência	R\$	40.000,00
TOTAL	R\$	19.420.000,00

Art. 4º - Os fundos integrarão o Orçamento Geral do Município, e serão representados por Unidades Orçamentárias específicas para cada um, dentro do respectivo órgão responsável, com exceção do Fundo Municipal de Saúde que constituirá um órgão independente.

Art. 5º - O Poder Executivo é autorizado a tomar as medidas necessárias para ajustar o fluxo dos dispêndios ao efetivo comportamento da arrecadação, ao longo do exercício financeiro.

Art. 6º - Fica o Poder Executivo autorizado a:

I – Designar órgãos centrais para movimentar dotações financeiras atribuídas as Unidades Orçamentárias e promover os ajustes orçamentários, financeiros e contábeis, decorrentes de reorganização administrativa;

II – Realizar operações de crédito, ainda que por antecipação de receita, limitado o valor das primeiras ao disposto do artigo 167, inciso III, da Constituição Federal, bem como outros limites e normas dispostas na Lei Complementar nº 101, de 04/05/2000;

III – Abrir crédito suplementar até o limite de 30% (trinta por cento) da Receita estimada nesta Lei, a conta de recursos de que trata o artigo 43, parágrafo primeiro da Lei 4.320, de 17 de março de 1964;

IV – Abrir crédito suplementar até o limite do superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior;

V – Abrir crédito suplementar correspondente à aplicação de receitas ordinárias e vinculadas até o limite do excesso de arrecadação efetivamente realizado, sobre a respectiva previsão orçamentária;

VI – Remanejar e modificar as destinações de recursos e suas fontes, definidas nas dotações do orçamento do Município, para atender às necessidades de execução do orçamento;

VII – Remanejar dotações de um elemento, grupo de natureza de despesa ou modalidade para outro, dentro de cada projeto, atividade ou operações especiais; e

VIII – Elaborar e executar o orçamento até o nível de modalidade de aplicação, sendo obrigatório o empenhamento no elemento, utilizando-se do saldo da dotação do nível de modalidade de aplicação.

Art. 7º - Os recursos da Reserva de Contingência são destinados ao atendimento dos passivos contingentes, intempéries, outros riscos e eventos fiscais imprevistos.

Parágrafo primeiro – A utilização dos recursos de Reserva de Contingência será feita por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal, não se incluindo no limite previsto do item III, do Art. 6º desta Lei.

Parágrafo segundo – Para efeito desta Lei, entende-se como “Outros Riscos e Eventos Fiscais Imprevistos”, as despesas diretamente relacionadas ao funcionamento e manutenção dos serviços de competência de cada um dos órgãos e unidades não orçados ou orçados a menor.

Art. 8º - Os recursos oriundos de convênios e operações de crédito não previstos no orçamento, ou o seu excesso, poderão ser fontes de recursos para abertura de créditos adicionais suplementares de projetos ou atividades, por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal.

Art. 9º - Durante o exercício de 2015, o Executivo Municipal poderá realizar Operações de Crédito para financiamento de programas priorizados nesta Lei.

Art. 10º - Comprovado o interesse público municipal e mediante convênio, acordo ou ajuste, o Executivo Municipal poderá assumir o custeio de competência de outros entes da Federação.

Art. 11º - Fica o Executivo Municipal autorizado a firmar convênios e contratos de repasses com órgãos Federal, Estadual e Municipal, direta ou através de seus órgãos da administração direta ou indireta.

Art. 12º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 13º - Esta Lei entra em vigor em 1º de janeiro de 2016.

Botuverá, em 17 de dezembro de 2015.

JOSÉ LUIZ COLOMBI

Prefeito Municipal

## REPUBBLICAÇÃO DE DECRETO Nº 1.843/2015

DECRETO Nº 1.843/2015

### “ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR”

O PREFEITO MUNICIPAL DE BOTUVERÁ, usando da competência que lhe confere o Art.6º, inciso IV, da Lei nº 1.290/2014, de 17 de dezembro de 2014.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto o crédito suplementar no valor total de R\$ 81.000,00 (Oitenta e um mil reais), conforme abaixo especificado:

03.00	Secretaria de Administração e Finanças
03.02	Divisão de Finanças
04-123-0010-2.8	Man. Secretaria geral da Fazenda, Contabilidade, Tesouraria e CI
3.1.9.0.00.00.00	-Aplicações Diretas
0.3.00(702)	-Recursos Ordinários superávit ..... R\$ 20.000,00
04.00	-Secretaria de Educação
04.01	- Divisão de Educação
12-365-020-2.19	-Manutenção e Operação do Ensino Infantil
3.1.9.0.00.00.00.00.00	-Aplicações Diretas
0.3.00(695)	-Recursos Ordinários superávit ..... R\$ 33.000,00
05.00	Secretaria de Assistência Social e Habitação
05.01	Fundo Municipal de Assistência Social
08-244-100-2.27	Man. e Operação Ações, Programas e Projetos do Serviço Social
3.1.9.0.00.00	Aplicações Diretas
0.3.00(700)	Superávit ..... R\$ 8.000,00
06.00	Secretaria de obras e Serviços Urbanos
06.01	Divisão de Obras e Serviços Urbanos
26-782-125-2.35	Man. e Restauração de Rodovias Municipais e Logradouros Públicos
3.1.9.0.00.00	Aplicações Diretas
0.3.00(706)	Superávit ..... R\$ 5.000,00
06.02	Divisão de Projetos e Estudos
15-122-130-2.38	Manutenção do Setor de Projetos e Estudos
3.1.9.0.00.00	Aplicações Diretas
0.3.00(697)	Superávit ..... R\$ 2.000,00
10.00	Secretaria de Turismo, Cultura, Esportes e Juventude
10.00	Divisão de Turismo, Cultura, Esportes e Juventude
04-122-0170-2.54	Manutenção da Secretaria de Turismo, Cultura, Esportes e Juventude
3.1.9.0.00.00.00	-Aplicações Diretas
0.3.00(696)	-Recursos Ordinários superávit ..... R\$ 13.000,00

Art. 2º - Os recursos para atender o crédito especificado no Artigo 1º deste Decreto, decorrerão do superávit financeiro apurado no exercício anterior.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, gerando efeitos retroativos desde 25 de novembro de 2015.

Botuverá, 25 de novembro de 2015.

JOSÉ LUIZ COLOMBI

Prefeito Municipal

## REPUBLICAÇÃO DO DECRETO Nº 1.826/2015

DECRETO Nº 1.826/2015

“Retifica o artigo 4º do Decreto nº 1.820/2015 e dá outras providências”.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BOTUVERÁ, no uso de suas atribuições legais, com base no Art. 73, VII da Lei Orgânica Municipal DECRETA:

Art. 1º - Fica retificado o artigo 4º do Decreto nº 1.820/2015, passando a vigorar com o seguinte teor:

“Art. 4º: Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, gerando efeitos retroativos desde 28 de agosto de 2015”.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Botuverá, em 13 de outubro de 2015.

JOSÉ LUIZ COLOMBI

Prefeito Municipal

## REPUBLICAÇÃO DO DECRETO Nº 1.856/2015

DECRETO Nº 1.856/2015

“ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR SUPERÁVIT FINANCEIRO NO EXERCÍCIO DE 2015”.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BOTUVERÁ, usando da competência que lhe confere o Art.6º, inciso IV, da Lei nº 1.290/2014, de 17 de dezembro de 2014.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto o crédito suplementar no valor total de R\$ 302.016,44 (Trezentos e dois mil, dezesseis reais e quarenta e quatro centavos) conforme abaixo especificado:

02.00	Gabinete do Prefeito
02.01	Gabinete do Prefeito
04-122-004-2.2	Manutenção e Funcionamento do Gabinete do Prefeito
3.3.90.00.00	Aplicações Diretas
0.3.00(721)	Superávit Recursos Ordinários ..... R\$ 4.500,00
03.00	Secretaria de Administração e Finanças
03.02	Divisão de Finanças
04-123-010-2.8	Man.da secretaria Geral da Fazenda, Contabilidade,Tesouraria e CI
3.1.90.00.00	Aplicações Diretas
0.3.00(702)	Superávit Recursos Ordinários ..... R\$ 32.840,23
04.00	-Secretaria de Educação
04.01	- Divisão de Educação
12-365-020-1.9	-Manutenção e Operação do Ensino Infantil
3.1.90.00.00	Aplicações Diretas
0.3.00(695)	Superávit Recursos Ordinários ..... R\$ 7.947,94
05.00	Secretaria de Assistência Social e Habitação
05.01	Fundo Municipal de Assistência Social
08-244-100-2.27	Man.e Operação das ações, Programas e Projetos do Serviço Social
3.3.90.00.00	Aplicações Diretas
0.3.00(686)	Superávit Recursos Ordinários ..... R\$ 647,83
3.1.90.00.00	Aplicações Diretas
0.3.00(700)	Superávit Recursos Ordinários ..... R\$ 12.225,09
14-422-100-2.55	Manutenção da Casa da Cidadania
3.1.90.00.00	Aplicações Diretas
0.3.00(715)	Superávit Recursos Ordinários ..... R\$ 8.954,25
3.3.90.00.00	Aplicações Diretas
0.3.00(719)	Superávit Recursos Ordinários ..... R\$ 845,00
06.00	Secretaria de Obras e Serviços Urbanos
06.01	Divisão de Obras e Serviços Urbanos
15-452-211-7.75	Manutenção do Cemitério Público

3.1.90.00.00	Aplicações Diretas	
0.3.00(714)	Superávit Recursos Ordinários .....	R\$ 1.462,84
26-782-125-2.35	Man. e Restauração de Rodovias Municipais e Logradouros Públicos	
3.1.90.00.00	Aplicações Diretas	
0.3.00(706)	Superávit Recursos Ordinários .....	R\$ 63.592,79
06.02	Divisão de Estudos	
15-122-130-2.38	Manutenção do Setor de Projetos e Estudos	
3.3.90.00.00	Aplicações Diretas	
0.3.00(670)	Superávit Recursos Ordinários .....	R\$ 1.690,00
3.1.90.00.00	Aplicações Diretas	
0.3.00(697)	Superávit Recursos Ordinários .....	R\$ 4.116,98
08.00	Secretaria de Agricultura	
08.01	Divisão de Agricultura	
20-606-155-2.43	Assistência e Apoio e Fomento a Agricultura Familiar	
3.1.90.00.00	Aplicações Diretas	
0.3.00(713)	Superávit Recursos Ordinários .....	R\$ 33.888,60
4.4.90.00.00	Aplicações Diretas	
0.3.00(723)	Superávit Recursos Ordinários .....	R\$ 5.000,00
10.00	Secretaria De Turismo, Cultura, Esportes E Juventude	
10.05	Divisão De Turismo, Cultura, Esportes E Juventude	
04-122-170-2.54	Man. da Secretaria De Turismo, Cultura, Esportes E Juventude	
3.1.90.00.00	Aplicações Diretas	
0.3.00(696)	Superávit Recursos Ordinários .....	R\$ 11.693,67
11.00	Fundo Municipal de Saúde	
11.01	Fundo Municipal de Saúde	
10-301-090-2.30	Manutenção e Funcionamento das Unidades de Saúde da Família	
3.1.90.00.00	Aplicações Diretas	
0.3.02(716)	Superávit Recursos Saúde .....	R\$ 5.324,05
3.1.90.00.00	Aplicações Diretas	
0.6.38(717)	Superávit NASF .....	R\$ 10.644,25
3.1.90.00.00	Aplicações Diretas	
0.3.00(718)	Superávit Recursos Ordinários .....	R\$ 76.701,15
10-301-090-2.29	Serviços, Programas e Ações de Saúde de Atenção Básica	
3.3.90.00.00	Aplicações Diretas	
0.3.00(722)	Superávit Recursos Ordinários .....	R\$ 19.941,77

Art. 2º - Os recursos para atender o crédito especificado no Art. 1º deste Decreto, decorrerão do superávit financeiro apurado no exercício anterior.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, gerando efeitos retroativos desde 15/12/2015.

Botuverá, 15 de dezembro de 2015.

JOSÉ LUIZ COLOMBI

Prefeito Municipal

# Braço do Trombudo

## PREFEITURA

### EXTRATO DE CONTRATO 04/2016

EXTRATO DE CONTRATO 04/2016

Contratante: Prefeitura Municipal de Braço do Trombudo

CNPJ 95.952.230/0001-67,

Sito a Praça da Independência, 25

Braço do Trombudo / SC.

Contratada: ASSISTEL LTDA EPP

CNPJ: 73.715.856/0001-17

Sito a Rua Caetano Cé, nº 56,

Rio do Sul /SC

Objeto: contratação de serviço de locação e manutenção de central telefônica com capacidade de 08 linhas telefônicas e 48 ramais instalados no prédio da Prefeitura Municipal de Braço do Trombudo, bem como uma linha de telefone no Ponto de Cultura do Serril e uma linha de telefone na Secretaria de Obras e Agricultura deste município.

Valor: R\$ 7.920,00 (sete mil novecentos e vinte reais)

Vigência até 31.12..2016.

Data da assinatura: 14.01.2016

Charles Rafael Schwambach

Prefeito Municipal

Municipal de Saúde deste município.

Valor: R\$ 7. 800,00 (sete mil e oitocentos reais)

Vigência até 31.12..2016.

Data da assinatura: 14.01.2016

Charles Rafael Schwambach Prefeito Municipal

### PORTARIA 001/2016

PORTARIA Nº 001/2016

#### REVOGAR GRATIFICAÇÕES

Charles Rafael Schwambach Prefeito do Município de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e amparado na Lei Complementar 08/99 de 17/11/1999, art.11, etc...

#### RESOLVE:

Art. 1º - Revogar as gratificações concedidas nas Portarias nº 049/2013 de 12.02.2013, 109/2013 de 17.04.2013, 110/2013 de 17.04.2013, 168/2013 de 23.08.2013, 073/2014 de 03.04.2014 e 0131/2014 de 19.08.2014.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei nº 0597/2008 de 09.07.2008, com efeitos retroativos a 04.01.2016.

Braço do Trombudo, em 13 de janeiro de 2016.

Charles Rafael Schwambach

Prefeito Municipal

### EXTRATO DE CONTRATO 05/2016 FMS

EXTRATO DE CONTRATO 05/2016 FMS

Contratante: Fundo Municipal de Saúde de Braço do Trombudo

CNPJ 11.481.782/0001-44

Sito a Rua Leopoldo Joenck, 119 - Centro

Braço do Trombudo – SC.

Contratada: ASSISTEL LTDA EPP

CNPJ: 73.715.856/0001-17

Sito a Rua Caetano Cé, nº 56,

Rio do Sul -SC

Objeto: Contratação de Manutenção de central telefônica intelbrás 10040, configurada 04 linhas e 12 ramais, bem como Kit DVR de 4 canais, 04 câmeras instaladas, central de alarme com 06 sensores, instalados na Unidade Básica de Saúde

Valor: R\$ 7.980,00 (sete mil novecentos e oitenta reais)

Vigência até 31.12..2016.

Data da assinatura: 14.01.2016

Charles Rafael Schwambach Prefeito Municipal

### PORTARIA 002/2016

PORTARIA Nº 002/2016

Charles Rafael Schwambach, Prefeito do Município de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e amparado na Lei Complementar nº 009/99 de 17.11.99, Art. 63 e Lei Complementar 118/2013 de 05.06.2013...

#### RESOLVE:

Art. 1º - Conceder licença para repouso a gestante, a servidora Marlene da Silva ocupante do cargo de Professora (ACT), do quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Braço do Trombudo, por um período de 180 (cento e oitenta) dias, a partir de 22.12.2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei nº 0597/2008 de 09.07.2008, com efeitos retroativos à 22.12.2015.

Braço do Trombudo, em 13 de janeiro de 2016.

Charles Rafael Schwambach

Prefeito Municipal

### EXTRATO DE CONTRATO 06/2016 FMS

EXTRATO DE CONTRATO 06/2016 FMS

Contratante: Fundo Municipal de Saúde de Braço do Trombudo

CNPJ 11.481.782/0001-44

Sito a Rua Leopoldo Joenck, 119 - Centro

Braço do Trombudo – SC.

Contratada: BERKIMAU INFORMÁTICA LTDA

CNPJ: 03.263.965/0001-65

Sito a Rua Marechal Deodoro da Fonseca, 1940- Ribeirão das Pedras -Indaial, -SC

Objeto: Manutenção mensal com suporte técnico e licença de uso do sistema integrado de saúde (Criador - Saúde) para o Fundo

# Brunópolis

## PREFEITURA

### **AVISO DE LICITAÇÃO 06/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE BRUNÓPOLIS

Processo Licitatório nº 06/2016 – Edital de Pregão Presencial nº 06/2016

Objeto: Aquisição de Uniformes Escolares para a Rede Municipal de Ensino. Data e horário: o recebimento dos envelopes de "proposta comercial" e "documentação de habilitação" será até às 09h00min do dia 28/01/2016, sendo que a abertura e julgamento do processo licitatório será no mesmo dia e horário. Local: setor de Compras e Licitações, situado na Prefeitura Municipal de Brunópolis, Rua Armindo Leobet, 441, Centro, Brunópolis/SC, CEP 89634-000. A íntegra do edital está disponível no endereço eletrônico na Internet [www.brunopolis.sc.gov.br](http://www.brunopolis.sc.gov.br). Maiores informações podem ser obtidas no telefone (049) 3556-0019/3556-0020 ou no endereço citado.

Ademil Antonio da Rosa - Prefeito Municipal.

### **RETIFICAÇÃO EDITAL PROCESSO 05/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE BRUNÓPOLIS

RETIFICAÇÃO/PROCESSO LICITATÓRIO Nº 05/2016

EDITAL DE PREGÃO Nº 05/2016

Objeto: Aquisição de material de higiene e limpeza.

O Município de Brunópolis, pessoa jurídica de direito público interno, situada à Rua Armindo Leobet, nº 441, Centro, Brunópolis, SC, CEP 89634-000, inscrita no CNPJ sob o nº 01.613.853/0001-61, através do seu Prefeito Municipal, Exmo. Senhor Ademil Antonio da Rosa, TORNA PÚBLICO a presente RETIFICAÇÃO do Edital de Pregão nº 05/2016, Processo Licitatório nº 05/2016, publicado em 13/01/2016, conforme segue:

Art. 1º - No artigo 58 do Edital e no item 4.1 da minuta do contrato onde consta que a vigência do futuro contrato será até 31/07/2016, leia-se o seguinte: O(s) contrato(s) terá(ão) prazo de vigência da data de assinatura até 31 de dezembro de 2016.

Art. 2º - Permanecem inalterados os demais artigos do Edital.

Ademil Antonio da Rosa  
Prefeito Municipal

# Brusque

## PREFEITURA

### PORTARIA Nº 10.428, DE 13 DE JANEIRO DE 2016

PORTARIA Nº 10.428, DE 13 DE JANEIRO DE 2016.

Nomeia os membros da Comissão Permanente de Licitações – exercício de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea a do art. 111 da Lei Orgânica do Município, art. 51 da Lei de Licitações (Lei nº 8666/93),

#### RESOLVE:

Art. 1º Nomear os membros, abaixo nominados, para comporem a Comissão Permanente de Licitações – exercício 2016, nas modalidades de convite, tomada de preços, concorrência e leilão, incumbida de processamento e julgamento de acordo com os procedimentos legais, e emitir pareceres sobre a adjudicação para compra de bens, materiais, obras e serviços em geral.

- Rafael Luiz Pinto
- Christiane dos Santos da Silva
- Jair João Fernandes Filho
- Gilberto Raul Scherer
- Frederico Botelho Neto
- Carolina Pastor
- Anderson Viana Zaguini
- Daiane Franciele Goettems Cesari
- Angelo Segatta

Parágrafo único. A presidência da Comissão Permanente de Licitação será exercida pelos membros Christiane dos Santos da Silva ou Rafael Luiz Pinto.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se disposições em contrário.

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 13 de janeiro de 2015.

1. ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO

Prefeito Municipal

### EDITAL N. 026/2015 RESULTADO FINAL- PROCESSO SELETIV

Edital N. 026/2015 RESULTADO FINAL- PROCESSO SELETIVO

O Contador da Prefeitura Municipal de Brusque, no uso de suas atribuições legais, PUBLICA RESULTADO FINAL do Processo Seletivo para o cargo de INSTRUTOR e ARTE EDUCADOR, conforme segue:

#### Teatro

Nome	Pontos
Sílvio José da Luz	10

#### Teclado

Nome	Pontos
Louise Clemente	44

#### Dança

Nome	Pontos
Israel Luiz Pereira	11

#### Acordeon

Nome	Pontos
Jaderson Luiz de Oliveira	22
Rui Edgar Varzim Bigliardi	16,5

#### Bateria

Nome	Pontos
Fernando Dácio Francisco	23,5
Dyel Gedhay da Silva	19

#### Violão

Nome	Pontos
Gustavo Gonzaga Pereira	25
Andreza Torresani Paza	22
Matheus Teixeira	19
Luciano Coelho	18,5
Lisandro Manara Miletto	16

#### Arte Fotográfica

Nome	Pontos
Alisson Arival Cardoso	06
Izabel Krieger Moritz	05
Larissa Fernanda Kriscinski	--
Raquel de Oliveira Day Fonseca	--
Thaís Ferrari	--

#### Capoeira

Nome	Pontos
Marcelo Backes Navarro Stotz	53
Sidnei Belz	20
Jean Pierre Vinotti	15
Evandro de Souza	12
Eliomar Paulo Gomes das Neves	11
Jean Carlo Cunha	05

#### Artesanato

Nome	Pontos
Vânia Regina de Oliveira	05
Silvana dos Santos	05
Rozangela Minatti Pereira	--

#### Desenho Artístico

Nome	Pontos
Denise Dubiella	26
Brigitte Grossmann Cairus	25
Sérgio Edvaldo Alves	10
João Carlos Gonçalves	--



## Artes Visuais

Nome	Pontos
Denise Dubiella	26

Brusque, 14 de janeiro de 2016.

CRISTIANO BITTENCOURT  
Contador – Decreto 7.735/16

**PORTARIA Nº 10.429, DE 13 DE JANEIRO DE 2016**

PORTARIA Nº 10.429, DE 13 DE JANEIRO DE 2016.

Designa Pregoeira e compõe Equipe de Apoio para atuarem em licitações na modalidade de pregão, no âmbito da Prefeitura Municipal de Brusque.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "a" do artigo 111 da Lei Orgânica do Município, c/c art. 51 da Lei de Licitações (Lei nº 8666/93),

**RESOLVE:**

Art. 1º Designar para atuar como Pregoeira em licitações na modalidade de pregão, no âmbito da Prefeitura Municipal de Brusque, para o exercício de 2016, a servidora Christiane dos Santos da Silva.

Art. 2º Ficam designados para atuarem como membros da Equipe de Apoio em licitações na modalidade de pregão, no âmbito da Prefeitura Municipal de Brusque, os servidores: Jair João Fernandes Filho, Rafael Luiz Pinto, Gilberto Raul Scherer, Frederico Botelho Neto, Carolina Pastor, Daiane Franciele Goettems Cesari, Angelo Segatta e Anderson Viana Zaguini.

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 13 de janeiro de 2015.

1. ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO  
Prefeito Municipal

**DECRETO Nº 7.737, DE 12 DE JANEIRO DE 2016**

DECRETO nº 7.737, DE 12 DE JANEIRO DE 2016.

Dispõe sobre a exoneração de servidores ocupantes de cargos de provimento em comissão de Diretor na Administração Pública Municipal Direta.

O PREFEITO DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o parágrafo único do art. 88 da Lei Orgânica do Município, c/c § 1º do art. 18 da Lei Complementar nº 143/09,

**DECRETA:**

Art. 1º Ficam exonerados, a partir de 11 de janeiro de 2016, do cargo de provimento em comissão de Diretor, Símbolo CC-IV, os servidores a seguir nominados:

Nome	Lotação
Armando Knoblauch	Secretaria de Obras e Serviços Públicos
Jorge Luiz Zimmermann	Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Renda
José Altair Lana	Secretaria de Obras e Serviços Públicos

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação,

produzindo efeitos conforme a data de vigência nele prevista.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 12 de janeiro de 2016.

ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO  
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 7.734, DE 11 DE JANEIRO DE 2016.

**ANEXO I****Agentes Políticos**

Rogério dos Santos	Chefe de Gabinete
Sergio Bernardo Junior	Procurador-Geral do Município
Leonidas Pereira	Secretário de Governo e Gestão Estratégica
Cristiano Bittencourt	Secretário de Orçamento e Finanças
Zeno Heinig	Secretário da Fazenda
Fabian de Oliveira Lemos	Secretário de Comunicação Social
Ivanor de Mendonça	Secretário de Educação
Ivonir Zanata Webster	Secretária da Saúde
Rodrigo Voltolini	Secretaria de Assistência Social e Habitação
José Luiz Cunha	Secretário de Turismo
Luiz Carlos Rosin	Secretário de Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Renda
Bruno Knihs	Secretário de Trânsito e Mobilidade
Miguel Comandolli Junior	Secretário de Obras e Serviços Públicos

DECRETO Nº 7.734, DE 11 DE JANEIRO DE 2016.

**ANEXO II**

Ocupantes do cargo de provimento em comissão de Subprocurador-Geral, Diretor-Presidente, Superintendente, Médico Auditor, Médico Regulador e Diretor-Geral

Nome	Cargo
Aurinho Silveira de Souza	Subprocurador-Geral
Roberto Bolognini	Diretor-Presidente do SAMAE
Juliano Montibeller	Diretor-Presidente do IBPLAN
Cristiano Olinger	Superintendente da FUNDEMA
Delmar Alberto Tøndolo	Superintendente da Fundação Municipal de Esportes
Marciano Giraldi	Superintendente da Fundação Ecológica e Zoológica de Brusque
Célio Francisco de Camargo	Diretor-Presidente do IBPREV
José Ricardo Eing	Médico Auditor
Giane Elis Gauze	Médico Regulador
Daniela Burgonovo	Diretor-Geral da Secretaria de Comunicação Social
Jiane Mara de Melo Heil	Diretora-Geral do IBPLAN
Joaquim Costa	Diretor-Geral da Secretaria de Obras e Serviços Públicos
Luís Fernando Sanni	Diretor-Geral da Secretaria de Saúde
Marcos Bernhardt	Diretor-Geral da Secretaria da Fazenda
Rafael Luiz Pinto	Diretor-Geral da Secretaria de Orçamento e Finanças/Setor de Licitações
Rolf Kaestner	Diretor-Geral da Secretaria de Turismo
Renate Klein	Diretora-Geral da Defesa Civil



Rubio Silva Steingraber	Diretor-Geral do IBPLAN/DGI
-------------------------	-----------------------------

### Ocupantes do cargo de provimento em comissão de Procurador Adjunto e Diretor

Nome	Cargo/Lotação
Camila Ruediger Pöpper	Procurador Adjunto
Daiana Abreu	Procurador Adjunto
Danielle Mariel Heil	Procurador Adjunto
Danyelle Brem Moraes	Procurador Adjunto
Alcino Cesar da Silva	Diretor/Secretaria de Orçamento e Gestão – TI
Alessandra Maass	Diretor/Secretaria de Saúde
Alexandre Adriano Amorim	Diretor/Gabinete do Prefeito
Anderson Merlo	Diretor/Secretaria de Governo e Gestão Estratégica
Antônio Carlos Tillmann	Diretor/Controladoria
Aurélio Augusto Batista Tormena	Diretor/Secretaria de Orçamento e Finanças/Setor Licitações
Ataildo Martinenghi	Diretor/Gabinete do Prefeito
Auri Andrade	Diretor/Secretaria de Orçamento e Gestão
Clotilde Imianosky	Diretor/Secretaria de Saúde/Vigilância Sanitária
Dantes Krieger Filho	Diretor/Procuradoria/PROCON
Edison Luiz Estevão Filho	Diretor/Secretaria de Saúde
Edson Machado	Diretor/Secretaria de Turismo
Fabio Cesar Fuckner	Diretor/Secretaria de Obras e Serviços Públicos
Irineo Augusto Pereira	Diretor/Secretaria de Obras e Serviços Públicos
Jaqueline Peirão dos Santos	Diretor/Secretaria de Educação
Jeniffer da Silva Pereira Barni	Diretor/Secretaria de Saúde
Joel Cesar Schwamberger	Diretor/Secretaria de Orçamento e Gestão/Recursos Humanos
Julio Cesar dos Santos	Diretor/IBPLAN
Jussara Dell'Agno	Diretor/Secretaria de Saúde
Leonel Peralta de Moura	Diretor/Secretaria de Orçamento e Gestão
Marcelo Foppa	Diretor/Secretaria de Governo e Gestão Estratégica
Marcia Terezinha Benvenuti Zen	Diretor/Fundação Ecológica e Zootécnica de Brusque
Marcio Soares da Costa	Diretor/Secretaria de Obras e Serviços Públicos
Marcos Cesar Pires	Diretor/Secretaria de Obras e Serviços Públicos
Marcos Uendel Fumagalli	Diretor/Fundação Cultural de Brusque
Maria Salete Uller	Diretor/Secretaria de Saúde
Maristela Kunescki	Diretor/Secretaria de Educação
Maurino Casagrande	Diretor/Secretaria de Orçamento e Gestão
Nildo Raiser	Diretor/Secretaria de Obras e Serviços Públicos
Norberto Laurindo	Diretor/Secretaria de Obras e Serviços Públicos
Orlando Borchardt	Diretor/Secretaria de Educação
Osmar Ristow	Diretor/Secretaria de Obras e Serviços Públicos
Paulina Coelho Harle	Diretora/Secretaria de Assistência Social e Habitação
Paulo da Silveira Mayer	Diretor/Fundação Municipal do Meio Ambiente

Rafael Lopes de Lima	Diretor/Secretaria de Obras e Serviços Públicos
Robison Luís Koschnick	Diretor/Secretaria de Orçamento e Gestão
Rogério Adilson Lana	Diretor/Secretaria de Orçamento e Gestão/ESAP
Rosélio Padoan	Diretor/Secretaria de Obras e Serviços Públicos
Sonia Knihs Crespi	Diretor/Procuradoria-Geral do Municípios
Valcir João Heiderscheidt	Diretor/Secretaria de Obras e Serviços Públicos
Valquíria Kohler	Diretor/Secretaria de Saúde
Vilson Afonso Moresco	Diretor/Secretaria de Obras e Serviços Públicos
Adalberto Zen	Diretor/Guarda Municipal
Francisco Antonio de Souza	Diretor/IBPLAN
Valério de Moraes Kosel	Diretor/IBPLAN
Marcel Laurence Paza	Diretor/Fundação Municipal de Esportes
Antonio Carlos Cerchiari Junior	Diretor Administrativo e Financeiro do IBPREV

### Ocupantes do cargo de provimento em comissão de Coordenador

Nome	Lotação
Adalberto Zanon	Procuradoria Geral do Município
Ademir Hodecker	Secretaria Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Renda
Ademir Luiz de Souza	Gabinete do Prefeito
Adilson Bunn	Secretaria de Orçamento e Gestão
Afonso Sartori	Secretaria de Obras e Serviços Públicos
Alexandre Kenji Honda	Secretaria de Comunicação Social
Aliani Maria Zorner	Secretaria de Obras e Serviços Públicos
Altino Maçaneiro	Secretaria de Obras e Serviços Públicos
Amandos Otavio Eggert Junior	Secretaria de Orçamento e Gestão/Patrimônio
Ana Karin Silveira	Secretaria de Orçamento e Gestão
André Luis Vechini	Secretaria de Obras e Serviços Públicos
Bruna Beuting de Souza	Secretaria de Comunicação Social
Carlos Eduardo Severino	Secretaria de Saúde
Catia Fischer Custódio	Gabinete do Prefeito
Célia Pereira dos Santos	Secretaria de Saúde
César Luis Pires	Secretaria de Orçamento e Gestão/Diretoria de Compras
Christiane dos Santos da Silva	Secretaria de Orçamento e Gestão/Setor Licitações
Cintia Fernanda Gonçalves Schlindwein	Secretaria de Saúde/Vigilância Sanitária
Claudinei da Silva	Secretaria de Obras e Serviços Públicos
Cleiton Luiz Bittelbrunn	Fundação Municipal de Meio Ambiente
Cleuvir Antonio Perotoni	Secretaria de Saúde
Cristiano Simoni	Secretaria de Orçamento e Gestão/Patrimônio
Edione Maria Rescarolli Pedrini	Secretaria de Assistência Social e Habitação
Edu Gevaerd Neto	Secretaria de Educação
Endrigo Hassmann	Secretaria de Assistência Social e Habitação
Fernanda Lippert	Secretaria de Saúde
Francielle da Camino	Fundação Municipal de Meio Ambiente
Giana de Oliveira Becker	Secretaria de Obras e Serviços Públicos
Gilson Machado	Secretaria de Turismo
Giseli Schmidt Decker	Procuradoria Geral do Município
Ivo Marchi	Secretaria de Obras e Serviços Públicos
João Pedro da Silva	Secretaria de Obras e Serviços Públicos
Jorge Coradini	Secretaria de Obras e Serviços Públicos

Jorge de Oliveira	Secretaria de Obras e Serviços Públicos
Jorge Pereira	Secretaria de Assistência Social e Habitação
José Altino Filho	Secretaria de Orçamento e Gestão
Josiane Hammes	Secretaria de Orçamento e Gestão
Julio Lopes de Santa Anna	Secretaria de Obras e Serviços Públicos
Konstantin Harasimov	Secretaria de Obras e Serviços Públicos
Leila Patricia Cipriani	Secretaria de Assistência Social e Habitação
Lidiane Suavi	Fundação Cultural de Brusque
Luciana Gomes	Secretaria de Turismo
Luis Carlos Dognini	Secretaria de Orçamento e Gestão/Patrimônio
Luiz Carlos Ristow	Secretaria de Obras e Serviços Públicos
Luiz Fantini	Secretaria de Saúde
Luiz Henrique Ferreira	Secretaria de Orçamento e Gestão
Mara Juciane Souza Pereira	Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Renda
Marcelo da Silva	Secretaria de Governo e Gestão Estratégica
Marcos Zimmermann	Secretaria de Obras e Serviços Públicos
Maria Olga Rodrigues Martins	Fundação Municipal de Meio Ambiente
Marina Burger Beuting	Secretaria de Educação
Mario Luiz Puhler	Secretaria de Orçamento e Gestão/Patrimônio
Max Alexandre Teske	Fundação Cultural de Brusque
Michele Dalmarco	Secretaria de Assistência Social e Habitação
Miriam Lucia Bertotti Barni	Fundação Cultural de Brusque
Norival Minella	Secretaria de Obras e Serviços Públicos
Oberdan Grotti	Secretaria de Comunicação Social
Olga Luisa dos Santos	Secretaria de Obras e Serviços Públicos
Paulo Dittrich	Gabinete do Prefeito
Paulo Roberto Mellao Filho	Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Renda
Pedro Paulo Furtado	Secretaria de Obras e Serviços Públicos
Pedro Paulo Oliveira Barcelos	Secretaria de Obras e Serviços Públicos
Pedro Testoni	Secretaria de Saúde
Pollyana Gerola Giarola	Secretaria de Turismo
Renato Bianchi	Secretaria da Fazenda
Ricardo Ferraro de Souza	Secretaria de Educação
Rivelino Jose Cestari	Secretaria de Obras e Serviços Públicos
Rodrigo Fischer Silveira de Souza	Fundação Ecológica e Zootécnica de Brusque
Rogério Koschnik	Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Renda
Rogério Todt	DGI
Rosana Hassmann Betoldi	Secretaria de Saúde
Sandra da Conceição Bossa	Secretaria de Educação
Sebastião José Hang	Secretaria de Obras e Serviços Públicos
Silvio Bernardo	Secretaria de Obras e Serviços Públicos
Tafarel de Souza	Secretaria de Assistência Social e Habitação
Tiago Coradini	Secretaria de Comunicação Social
Valério Crespi	Secretaria de Obras e Serviços Públicos
Vilson Bohn	DGI
Vilson Frena	Secretaria de Obras e Serviços Públicos
Walter Roberto Silva	Secretaria de Obras e Serviços Públicos
Celio Clemer	IBPLAN
Celso Tenório Ferreira	IBPLAN/DGI
Claudemir José da Silva	IBPLAN/DGI
Marcio Ventureli	IBPLAN/DGI
Roxelana Grazielle Moa	IBPLAN/DGI
Vagner Marchi	IBPLAN
Ricardo Mathias Knabben	Gabinete do Prefeito

## Ocupantes do cargo de provimento em comissão de Chefe Operacional

Nome	Lotação
Acires Martins	Gabinete do Prefeito/Defesa Civil
Aldair Ribeiro Franca	Secretaria de Obras e Serviços Públicos
Amanda Paloschi	Secretaria de Saúde
Ana Marilu Dunka	Secretaria de Assistência Social e Habitação
Ananda Cristina Voltolini	Secretaria de Trânsito e Mobilidade
Andressa Zanca	Secretaria de Saúde
Angelita Pedrini	Secretaria de Governo e Gestão Estratégica
Antonio Carlos da Luz	Secretaria de Governo e Gestão Estratégica
Armin Paulo Fuchs	Secretaria de Obras e Serviços Públicos
Arno Stofela	Secretaria de Assistência Social e Habitação
Bernardo Cardeal	Secretaria de Saúde
Carlos Alberto Batisti	Secretaria de Saúde
Catia Regina Pereira	Secretaria de Governo e Gestão Estratégica
Claudio Eduardo Santanna	Fundação Municipal de Meio Ambiente
Cristine Moller	Secretaria de Orçamento e Gestão
Daniel José Pavesi	Secretaria de Assistência Social e Habitação
Daniela Hoefelmann	Secretaria de Educação
Danieli Secati	Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Renda
Emiliana da Silva	Secretaria de Saúde
Evani Maria Lopes Wehmuth	Secretaria de Turismo
Fabiana dos Santos	Secretaria de Governo e Gestão Estratégica
Felipe Takizawa	Secretaria de Orçamento e Gestão/TI
Florentina Luiza Bertotti Vicentini	Secretaria de Orçamento e Gestão/Patrimônio
Gabriel Casas Mesquita	DGI
Grasiele Dalbosco de Oliveira	Secretaria de Saúde
Grasiele Maffezzoli	Secretaria de Saúde
Hamilton Pereira Rodrigues	Secretaria de Orçamento e Gestão/Patrimônio
Hilário Reis	Secretaria de Educação
Isabela Lourenço	Secretaria de Orçamento e Gestão
Ivo Horner	Secretaria de Obras e Serviços Públicos
Jaqueline Rita Bertoldi	Secretaria de Orçamento e Gestão/Patrimônio
João Carlos Paza	Secretaria de Saúde
João Pedro Antunes	Secretaria de Obras e Serviços Públicos
José Ademar Hebile	Secretaria de Obras e Serviços Públicos
Luiz Gonzaga Zen	Secretaria de Turismo
Marcela Maria Barbosa	Fundação Cultural de Brusque
Marcos Vinicius Martins	Secretaria de Obras e Serviços Públicos
Maria Luiza Afonso	Fundação Ecológica e Zootécnica de Brusque
Maria Rosemary Censi Costa	Secretaria de Saúde
Mariana Schlindwein Brandt	Secretaria de Saúde
Monique Manrich	Gabinete do Prefeito
Nicole Ferreira	Fundação Cultural de Brusque
Norival José Maurer	Secretaria de Obras e Serviços Públicos
Nourival José Coelho	Secretaria de Obras e Serviços Públicos
Pablo Rodrigo Venske	Procuradoria Geral do Município/PROCON
Pedro Tiago Zimath Zanella	Secretaria de Saúde
Rafael da Silva	Procuradoria Geral do Município/PROCON
Renato da Silva Prates	Secretaria de Assistência Social e Habitação
Ronaldo Guilherme Melo Santos	Secretaria de Assistência Social e Habitação
Sergio José de Souza	Secretaria de Governo e Gestão Estratégica

Tiago da Silva	Secretaria de Obras e Serviços Públicos
Valdir Barni	Fundação Ecológica e Zoobotânica de Brusque
Valentim Luiz Dada	Secretaria de Educação
Valmir José Costa	Secretaria de Obras e Serviços Públicos
Vanessa Zimmermann Tonieto	Secretaria de Governo e Gestão Estratégica
Vilson Testoni	Fundação Ecológica e Zoobotânica de Brusque
Karlos Victor Zancanaro Oppermann Moura	IBPLAN/DGI
Luiz Carlos Brehm	IBPLAN/DGI
Rafael Roncaglio	Fundação Municipal de Esportes
Ronaldo Oliveira dos Santos	Fundação Municipal de Esportes

**DECRETO Nº 7.738, DE 14 DE JANEIRO DE 2015**

DECRETO nº 7.738, DE 14 DE JANEIRO DE 2015.

Atualiza o valor da Unidade Fiscal Municipal, instituída pela Lei Complementar nº 231, de 19 de dezembro de 2014.

O PREFEITO DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso IV do artigo 82 da Lei Orgânica do Município de Brusque,

Considerando o disposto no art. 279 e seus parágrafos 2º e 3º, do Código Tributário Municipal, com a redação dada pela Lei Complementar nº 231, de 19 de dezembro de 2014, no que tratam da instituição e atualização anual do valor da Unidade Fiscal Municipal,

Considerando a variação percentual de 11,96608 % do INPC (IBGE), acumulada no período de dezembro de 2014, inclusive, à dezembro de 2015,

**DECRETA:**

Art. 1º Fica o valor da Unidade Fiscal Municipal (UFM) estabelecido, a partir de 1º de janeiro de 2016, em R\$ 3,6239 (três reais e seis mil, duzentos e trinta e nove décimos de milésimos).

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 14 de janeiro de 2015.

ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO

Prefeito Municipal

**EDITAL N. 026/2015 - HOMOLOGAÇÃO PROCESSO SELETIVO**

HOMOLOGAÇÃO - PROCESSO SELETIVO N. 026/2015

1. O Contador da Prefeitura Municipal de Brusque, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o Decreto nº 7.055/2013, considerando a relação final de classificados do Edital do Processo Seletivo n. 026/2015, publicado no diário oficial dos municípios, site e mural da Prefeitura Municipal de Brusque, torna público aos interessados:

2. A Homologação do resultado final do Processo Seletivo nº 026/2015 da Prefeitura Municipal de Brusque, com a relação dos candidatos classificados publicados na data de 14 de janeiro de 2016, no site da Prefeitura Municipal da Brusque.

3. As vagas existentes no Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Brusque, ou as que vierem a existir no prazo de validade do presente Processo Seletivo, serão preenchidos, conforme a necessidade e a possibilidade financeira, respeitando-se rigorosamente a ordem de classificação dos candidatos.

4. HOMOLOGO o Resultado Final do Processo Seletivo n. 026/2015, da Prefeitura Municipal de Brusque.

Brusque, 14 de janeiro de 2016.

CRISTIANO BITTENCOURT  
Contador – Decreto 7.735/16

**EDITAL Nº 001/2016 FIA**

EDITAL nº 001/2016

FIA 2016

**SUMÁRIO**

1. O EDITAL 03
2. QUEM PODE PARTICIPAR 03
3. COMO FAZER A INSCRIÇÃO 03
4. AVALIAÇÃO DAS PROPOSTAS 06
5. ETAPAS DE SELEÇÃO 07
6. DESTINAÇÃO DE RECURSOS ÀS ENTIDADES 08
7. ASSINATURA DO TERMO DE CONVÊNIO E PRESTAÇÃO DE CONTAS 08
8. DO ACOMPANHAMENTO DAS ATIVIDADES 09
9. CRONOGRAMA 09/10
10. DISPOSIÇÕES GERAIS 10

**ANEXOS 11...**

Anexo 1 – Ofício de Encaminhamento

Anexo 2 – Formulário de Inscrição

Anexo 3– Declaração do Recebedor de recursos

Anexo 4 – Artigos da legislação relacionada mencionados no Edital

**1. O EDITAL****1.1. Natureza e objetivos**

O Edital nº 001/2016- FIA 2016 (doravante denominado "Edital") foi elaborado pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Brusque-SC, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Municipal nº 3.243/2009 para apoiar ações que contribuam para a garantia dos direitos das crianças e dos adolescentes, de acordo com a legislação em vigor, especialmente a Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente bem como as diretrizes e propostas priorizadas na Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente realizada em Novembro de 2011,

**1.2. Objetivos**

O presente instrumento visa regulamentar e publicizar o procedimento de inscrição e seleção de projetos privados voltados à promoção e defesa dos direitos da infância e da adolescência que serão considerados aptos a receber financiamento com os recursos do Fundo da Infância e Adolescência (FIA), conforme o disposto nas deliberações do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Brusque.

**1.3. Disposições preliminares**

1.3.1. O presente processo de seleção pública será regido, no que couber, pelos princípios: procedimento formal; publicidade dos atos; isonomia entre os proponentes participantes; sigilo na apresentação das propostas; vinculação ao edital; julgamento objetivo; e domicílio em Brusque-SC.

1.3.2. Os projetos serão apresentados ao CMDCA/Brusque, que os submeterá à Comissão de Avaliação, que por sua vez apresentará parecer conclusivo para deliberação da Plenária do CMDCA/Brusque.

1.3.3. Os projetos serão classificados de acordo com os critérios previstos neste Edital, e atendidos até o limite de recursos orçamentários e financeiros disponíveis para o correspondente exercício.

**1.4. Público alvo**

1.4.1. Crianças, adolescentes e suas respectivas famílias que estejam em situação(ões) de: vulnerabilidade, risco social e pessoal, violência, situação de rua, uso de substâncias psicoativas, cumprimento de Medidas Socioeducativas, adolescentes gestantes e crianças e adolescentes com deficiência, residentes no município de Brusque/SC.

**2. QUEM PODE PARTICIPAR**

2.1. Organizações não-governamentais (doravante denominada Entidade) com sede no município de Brusque/SC, desde que estejam com

sua regularidade administrativa.

### 3. COMO FAZER A INSCRIÇÃO

3.1. Para efetivação da inscrição, a entidade deve protocolar na Secretaria dos Conselhos Municipais com a secretária executiva do CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, no endereço Praça das Bandeiras, nº 77. Centro, 2º andar da Prefeitura ao Presidente do CMDCA/Brusque, ofício para protocolo dos envelopes. (ver anexo 2)

3.2. Cada entidade poderá inscrever até dois projetos por unidade gestora.

3.3. A inscrição será efetivada mediante o envio dos documentos listados neste item 3.3 – a, 3.3.1. - a, b, c, d, e, f, g, h, i e j k e 3.3.2:

a) Ofício de encaminhamento (ver Anexo 1)

Este ofício deverá ser assinado pelo Presidente ou equivalente da entidade.

3.3.1. Para comprovar a sua regularidade jurídica e administrativa as organizações não governamentais, os documentos deverão ser encaminhados em envelope com dados da entidade e a seguinte identificação: ENVELOPE 01 – DOCUMENTOS EDITAL nº 001/2016 FIA 2016 – BRUSQUE/SC;

a) Cópia da ata do mandato da diretoria em exercício;

b) Cópia de exemplar dos estatutos, regulamentos ou compromissos da instituição;

c) Cópia da certidão do registro e arquivamento dos atos constitutivos no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas;

d) Declaração de funcionamento regular da instituição atestado pelo Município;

e) Cópia do CNPJ atualizado;

f) Cópia do CPF e da Carteira de Identidade do Presidente da entidade ou cargo equivalente;

g) Cópia da lei municipal que dispõe sobre a declaração de utilidade pública, quando for o caso;

h) Certificado de regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS fornecido pela Caixa Econômica Federal;

i) Certificado de regularidade fornecido pelo Instituto Nacional do Seguro Social – INSS;

j) Certidões Negativas: de Débito municipal, estadual e federal;

k) Certidão de débitos trabalhistas;

Os documentos necessários à habilitação poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da Administração Municipal ou publicação em órgão da imprensa oficial.

3.3.2. Formulário de Inscrição (ver Anexo 2) em 01 (uma) via, estando todas as suas páginas numeradas, rubricadas e a última assinada e encaminhado em 01 (um) ENVELOPE para cada projeto apresentado devidamente lacrado e rubricado.

O Formulário de Inscrição estará disponível, anexo desse Edital, no site da Prefeitura Municipal de Brusque: [www.brusque.sc.gov.br](http://www.brusque.sc.gov.br) link Editais e na Secretaria dos Conselhos Municipais, na Prefeitura de Brusque, na Praça das Bandeiras, nº 77. Centro. Telefone: 3251-1833 (ramal 1914), de segunda a sexta-feira, em horário de expediente da Prefeitura de Brusque. Os mesmos também poderão ser solicitados através do e-mail: [cmdcabrusque@gmail.com](mailto:cmdcabrusque@gmail.com).

Não serão aceitos documentos e projetos enviados por fax ou correio eletrônico, projetos com itens e/ou componentes incompletos e projetos elaborados em formulário diferente daquele divulgado para esta seleção.

### 3.4. Áreas de atuação

3.4.1. Os projetos a serem apresentados para este Edital devem estar pautados nos Direitos Fundamentais conforme a Lei 8.069 Estatuto da Criança e do Adolescente e apresentar proposta de execução de no MÍNIMO uma das propostas da Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, realizada em outubro de 2015 na cidade de Brusque.

#### 3.4.2. Das propostas da Conferência

I – Promoção do direitos de crianças e adolescentes;

II – Proteção e defesa dos direitos;

III – Protagonismo e participação de crianças e adolescentes;

IV – Controle social da efetivação dos direitos;

V – Gestão da política nacional dos direitos humanos de crianças e adolescentes.



Eixo	Diretriz	Ação
1	Prevenir e reduzir a violência contra criança e adolescente na família e no meio social.	Palestras, audiência pública, palestras escolares a participação na associação de bairros. Projetos educativos, Campanhas de prevenção e orientação para as famílias.
	Realizar ações preventivas de doenças promocionais de saúde e prevenção de gravidez na adolescência.	Proporcionar planejamento familiar através de palestras, audiência pública, palestras escolares a participação na associação de bairros.
	Promover a permanência da criança e adolescente em período integral na escola.	No meio tempo na escola os alunos estudam as disciplinas do currículo escolar, e no contra turno ter aula de música, arte, informática, esporte, reforço escolar, curso profissionalizante e ações socioeducativas.
	Realizar atividades educativas com famílias sobre os direitos da criança e do adolescente.	Divulgação na mídia. Palestras nas comunidades.
	Profissionalização do adolescente.	Cursos e qualificação.
2	Conscientizar pais, crianças e adolescentes que o álcool também é uma droga, orientá-los sobre as drogas ilícitas lícitas e informar sobre as consequências que o uso desta pode causar; sexualidade, ECA.	Promover orientações para conscientizar a todos. Criar ou otimizar espaços comunitários que envolvam a diversidade cultural. Desenvolvimento de palestras, seminários, cursos e oficinas para famílias.
	Orientar as pessoas a entender e assumir as suas responsabilidades como cidadãos e do adolescente.	Divulgar os direitos e deveres da criança e do adolescente.
3	Promover mudanças culturais com relação à participação em espaços de convivência de construção da cidadania.	Criar espaços de participação e debates de crianças e adolescentes.
	Promover a orientação para construção, atuação de grêmios estudantis, para atuarem nas comunidades no qual estão inseridas.	Realizar na prática o grêmio estudantil com suas funções e finalidades.
4	Mobilizar a sociedade para criar mais espaços democráticos qualificando assim, a política da criança e do adolescente.	Criar grupos por regiões do município com a participação da criança e do adolescente para propor ações que garantam seus direitos
5	Projetos sociais incluindo atividades nos fins de semana nas escolas, onde haja participação dos pais com seus filhos incluindo praticas esportivas, culturais, de lazer e artes.	Impacto social. Promover a boa relação entre pais e filhos. Proporcionar a criança e ao adolescente a prevenção frente a vulnerabilidade social (trabalho infantil, drogadição, exploração sexual).
	Criar espaço de convivência familiar e comunitária nos quais sejam trabalhadas a prevenção às violências e autonomia dos sujeitos e outras temáticas relevantes à infância e adolescência.	Desenvolver atividades coletivas e comunitárias com famílias, crianças e adolescentes.
	Promover interação social de crianças e adolescentes com deficiência.	Por meio do ensino da língua de sinais, comunicação alternativa, braille, esporte e cultura.

#### 4. AVALIAÇÃO DAS PROPOSTAS

4.1. Os projetos serão avaliados pelo CMDCA, por meio de Comissões Especiais, composta de dois (02) conselheiros governamentais e dois (02) conselheiros não-governamentais.

4.1.1 A Comissão de Avaliação ficará responsável pela elaboração dos pareceres e julgamento dos recursos no período estabelecido no cronograma deste Edital.

4.1.2. Mediante solicitação da Comissão de Avaliação, o CMDCA poderá reunir-se extraordinariamente para deliberar acerca dos projetos.

4.1.3. Os membros da Comissão da Avaliação ficam impedidos de participarem deste processo seletivo na condição de proponente direto.

4.2. Os Critérios de Avaliação dos projetos são os seguintes:

- Estar relacionado à no mínimo uma das diretrizes da Conferência da Criança e do Adolescente (item 3.4.2. Das propostas da Conferência)
- Coerência entre a justificativa e os objetivos propostos no projeto;
- Consistência do projeto em relação aos objetivos propostos e resultados esperados;
- Fundamentação da metodologia e conteúdos propostos;
- Especificação de monitoramento e sistema de avaliação;
- Adequação do orçamento: coerência entre os valores solicitados; recursos necessários e meta de atendimento;
- Qualificação dos recursos humanos adequados ao objeto do projeto;
- Declaração de apoio de parcerias institucionais e sociais para a viabilização do projeto( quando houver);
- Infraestrutura física adequada para a execução do projeto;
- Viabilidade do cronograma de execução do projeto;
- Estar em consonância com a legislação relacionada à criança e ao adolescente, em especial, ao Estatuto da Criança e do Adolescente.
- Observância de não duplicidade e sobreposição de verba pública para um mesmo fim ou ação em projetos contidos nas atividades das Secretarias Municipais ou Estaduais.
- Relevância social do Projeto;
- Estar de acordo com os princípios e regras estabelecidos neste Edital.
- Contrapartida da Entidade
- Projeto inovador ou inexistente na localidade em que será implantado.

4.3. Em caso de avaliação igual entre dois ou mais projetos, serão utilizados, de forma subsequente, os seguintes critérios de desempate:

- Número de crianças e adolescentes atendidos;
- Projetos a serem desenvolvidos em áreas de maior risco e vulnerabilidade social;
- Avaliação Custo X Benefício;

d) Projeto inovador ou inexistente na localidade em que será implantado.

## 5. ETAPAS DE SELEÇÃO

### 5.1. Habilitação documental

- Nesta etapa serão analisadas as condições jurídicas e administrativas das entidades, com base nos documentos enviados, citados no item 3.3.
- O não envio de todos os documentos solicitados ou a existência de condições jurídicas e/ou administrativas que não estejam em plena consonância com as normas legais em vigor e nos casos em que a documentação, citadas no item 3.3, estiver incompleta, inadequada ou com prazos de validade vencidos na data de postagem ou protocolados, acarretarão a desclassificação das propostas.

### 5.2. Habilitação técnica das propostas

- Após habilitação documental, terá início a etapa de habilitação técnica com a abertura dos envelopes contendo os projetos dos proponentes habilitados.
- A análise do Projeto será realizada a partir dos critérios de avaliação previstos neste Edital, por comissão de avaliação composta por membros do CMDCA/Brusque. A ausência de qualquer informação solicitada para análise técnica do projeto poderá implicar na sua eliminação do processo de seleção;
- O proponente deverá apresentar seu projeto em papel timbrado da Instituição, no limite máximo de 30 (trinta) páginas, atendendo ao roteiro constante no Anexo 2 desse Edital;

### 5.3. Aprovação pela Plenária do CMDCA/Brusque

- Os projetos serão deliberados em Plenária do CMDCA, tendo como referência os pareceres conclusivos elaborados pela Comissão de Avaliação e disponibilidade de recursos do FIA para o ano de 2016.
- O processo de seleção será concluído após a deliberação pela Plenária do CMDCA/Brusque, sendo o resultado publicado no site e no mural da Prefeitura Municipal de Brusque.

### 5.4. Recursos

- Os proponentes inabilitados em qualquer etapa da seleção poderão interpor recurso ao CMDCA/Brusque, dirigido ao Presidente do Conselho, no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data de publicação do resultado da etapa, protocolado na Secretaria dos Conselhos Municipais situada na Praça das Bandeiras, nº 77. Centro. Telefone: 3251-1833. De segunda a sexta-feira em horário de expediente da Prefeitura de Brusque
- Recebido e conhecido o recurso pelo Presidente do Conselho, este o encaminhará de imediato à Comissão de Avaliação que terá 02 (dois) dias, a contar do prazo final de interposição dos recursos, para reconsiderar sua decisão, ou, nesse mesmo prazo, submeter o recurso para julgamento pelo Pleno do Conselho, para proferir sua decisão, sendo esta publicada no site da Prefeitura.
- Os recursos interpostos após o decurso do prazo estabelecido neste Edital não serão conhecidos em razão de sua intempestividade, não cabendo recurso desta decisão.

### 5.5. Divulgação dos resultados do processo de seleção

- As entidades que tiverem suas propostas selecionadas serão comunicados por correspondência eletrônica até o dia 11/02/2016. A partir desta data a relação das entidades selecionadas e respectivas propostas também estarão disponíveis no site [www.brusque.sc.gov.br](http://www.brusque.sc.gov.br)

## 6. DESTINAÇÃO DE RECURSOS ÀS ENTIDADES.

6.1. Os projetos encaminhados para avaliação do CMDCA não poderão ultrapassar o valor de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais) a serem pagos conforme previsto no cronograma de aplicação financeira;

6.2. O apoio financeiro será formalizado por Convênio entre a Prefeitura de Brusque e a entidade proponente selecionadas, sendo este em consonância com o Decreto Municipal n.º 6.209/2010;

6.3. Os recursos financeiros serão repassados do FIA diretamente para a conta bancária específica indicada pela organização e em número de parcelas previstas no Convênio.

6.4. O financiamento não cobrirá despesas com:

- a) cerimonial (a exemplo, ornamentação/decoração, mestre de cerimônia);
  - b) custos administrativos de manutenção e funcionamento da instituição proponente (luz, água, telefone, aluguel de imóvel, entre outros);
  - c) realização de despesas a título de taxa de administração, gerência ou similar;
  - d) gratificação, consultoria, assistência técnica, coordenação ou qualquer espécie de remuneração a servidores públicos estaduais e municipais integrantes da administração direta ou indireta,
  - e) pagamento de multas, juros ou correção monetária, inclusive aquelas decorrentes de pagamento ou recolhimento fora do prazo;
  - f) demais vedações legais.
  - g) bens imóveis que configurem investimento para a instituição conforme orientações contidas na Resolução CONANDA n.º 137/2010
- 6.5. O financiamento só poderá cobrir despesas que estiverem especificadas no plano de trabalho e que atendam ao objetivo proposto no

projeto.

6.6. A Dotação Orçamentária disponível no FIA para os projetos de 2016 é de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais)

## 7. ASSINATURA DO TERMO DE CONVÊNIO E PRESTAÇÃO DE CONTAS

7.1. Após publicação das entidades não governamentais que tiveram seu projetos selecionados, terão até dia 26/02/2016 para entrega dos seguintes documentos, na Secretaria de Assistência Social e Habitação

7.1.1 – Os documentos citados nos itens 7.1.1 a) e b) deverão ser apresentados com a logomarca da entidade.

a) Declaração do Recebedor de Recursos (ver Anexo 3);

b) Anexo I - Plano de Trabalho e Anexo II – Ficha Cadastral de Entidades sem Fins Lucrativos do Decreto Municipal 6.209, 09 de fevereiro de 2010, que integra este Edital; (três vias)

c) Reapresentar documentos com os prazos de validade vencidos.

7.2. O Plano de Trabalho é o instrumento que integra a solicitação de convênio, contendo todo o detalhamento das responsabilidades assumidas pelos participantes.

7.3. A Prestação de Contas deverá ser apresentada em duas vias, seguindo o Anexo III do Decreto Municipal n.º 6.209/2010, sendo original e cópia (com páginas numeradas, rubricadas e a última assinada), devendo ser entregue mensalmente na Secretaria de Assistência Social e Habitação (2º andar Prefeitura de Brusque), a contar do início da execução do projeto até seu término.

7.4. Deverá ser encaminhada a Prestação de Contas citada no item 7.2, em meio digital, também para o e-mail cmdcabrusque@gmail.com, para apreciação e monitoramento dos conselheiros.

7.5. A Prestação de contas deverá se pautar na Instrução Normativa N. TC-14/2012 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina

7.6. Declaração firmada pelo gerente da agência bancária na qual a entidade mantém conta corrente, informando o número, agência e denominação do órgão ou entidade e o CNPJ/MF.

7.7. Comprovante de Inscrição no CMAS – Conselho Municipal de Assistência Social, para as entidades que tem atividade voltadas a política de Assistência Social.

7.8. Relatório das atividades dos últimos 12 meses conforme decreto 7.373 de janeiro de 2014.

## 8. DO ACOMPANHAMENTO DAS ATIVIDADES

8.1. O CMDCA/Brusque realizará o acompanhamento das atividades desenvolvidas pelas entidades conveniadas, através do monitoramento e avaliação de Prestação de Contas, visitas em qualquer fase do desenvolvimento das atividades e reuniões com as entidades.

8.2. O público-alvo a ser atendido pelo projeto deverá ser igual ou superior à 60% (sessenta por cento) do número total de atendimentos previsto no projeto, sob pena de não recebimento da parcela referente àquela ação.

## 9. CRONOGRAMA

9.1. Publicação do Edital no Site oficial e/ou Mural da Prefeitura: 14 de janeiro de 2015

9.2- Entrega dos envelopes relativos à documentação e projetos: 03/02/2016 em horário de expediente da Prefeitura, conforme itens 3.3 a), 3.3.1 e 3.3.2.

9.3- Processo de avaliação e seleção dos projetos: 04 a 09 e fevereiro de 2016

9.4- Publicação da avaliação dos projetos 11 de fevereiro de 2016.

9.5- Período para recursos: 11 a 15 de fevereiro de 2016.

9.6- Publicação dos projetos aprovados: 18 de fevereiro de 2016.

9.7- Entrega da documentação para assinatura dos convênios 22 a 26 de fevereiro de 2016. (conforme item 7)

9.9- Assinatura dos convênios e início dos projetos aprovados: 09 de março de 2016 às 14h no Salão Nobre – Prefeitura de Brusque

Resumo do cronograma:

14/01/2015	Publicação do Edital no Site oficial e/ou Mural da Prefeitura:
03/02/2015	Entrega dos envelopes relativos à documentação e projetos.
04 a 09/02/2016	Processo de avaliação e seleção dos projetos:
11/02/2016	Publicação da avaliação dos projetos
11 a 15/02/2016	Período para recursos:
18/02/2015.	Publicação dos projetos aprovados:
22 a 26/02/2016	Entrega da documentação para assinatura dos convênios
09/03/2015 às 14h no Salão Nobre	Assinatura dos convênios e início dos projetos aprovados.

## 10. DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1. O descumprimento, total ou parcial, das obrigações assumidas acarretará a aplicação, a juízo do Pleno do CMDCA/Brusque, das seguintes sanções, independentemente da rescisão do Convênio, facultada a defesa prévia, no prazo de 05 (cinco) dias:

a) Advertência;

b) Suspensão das parcelas;

c) Suspensão temporária do direito de apresentar projetos junto ao CMDCA até a regularização dos compromissos estabelecidos no presente Edital;

d) Nos casos apurados de má utilização dos recursos ou de desvio de finalidade, será obrigatória a devolução dos valores liberados, sem prejuízos das sanções criminais, cíveis e administrativas;

e) Demais penalidades previstas em lei.

10.2. Cabe à Plenária do CMDCA/Brusque deliberar sobre as questões omissas neste Edital.



10.3. Este Edital passará a vigorar na data de sua publicação.

Brusque/SC, 14 janeiro de 2016.

MARLON SÁVIO SASSI

Presidente do Conselho Municipal dos

Direitos da Criança e do Adolescente

Anexo 1

(utilizar a logomarca da entidade)

OFÍCIO DE ENCAMINHAMENTO

Of. XXXX/2016 Brusque, XX de fevereiro de 2016

À Senhora

Helena Dias

Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente -

CMDCA/Brusque – SC

Assunto: Inscrição de projeto no Edital nº 001/2016 FIA 2016

Por meio deste, venho efetuar a inscrição da (nome da entidade e do projeto(s)) situada na cidade de Brusque/SC, rua... , no processo de seleção do Edital nº 001/2016 FIA 2016

Assim sendo solicitamos análise do projeto ora encaminhado em conformidade com o Edital mencionado acima.

Para tanto encaminho os seguintes documentos solicitados no item 3.3.1.

- Cópia da ata do mandato da diretoria em exercício;
- Cópia de exemplar dos estatutos, regulamentos ou compromissos da instituição;
- Cópia da certidão do registro e arquivamento dos atos constitutivos no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas;
- Declaração de funcionamento regular da instituição atestado pelo Município;
- Cópia do CNPJ atualizado;
- Cópia do CPF e da Carteira de Identidade do Presidente da entidade ou cargo equivalente;
- Cópia da lei municipal que dispõe sobre a declaração de utilidade pública, quando for o caso;
- Certificado de regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS fornecido pela Caixa Econômica Federal;
- Certificado de regularidade fornecido pelo Instituto Nacional do Seguro Social – INSS;
- Certidões Negativas: de Débito municipal, estadual e federal;

Neste ato, declaro estar ciente e de acordo com as condições expressas no Edital nº 001/2016 FIA 2016

Local e data:

(Assinatura do Presidente ou equivalente)

Nome:

Anexo 2 –

(utilizar a logomarca da entidade)

FORMULÁRIO DE INSCRIÇÃO

TÍTULO/NOME DO PROJETO

Nome da entidade proponente

Eixo e proposta da Conferência que busca executar

Assinatura do responsável pelo Projeto

Nome do Responsável pelo Projeto

Brusque XX de fevereiro de 2016.

#### 1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE:

a) Identificação da entidade responsável pelo projeto:

Razão Social:

Nome Fantasia:

CNPJ:

b) Endereço e dados de contato da entidade que será responsável pela execução do projeto:

Rua: nº

Bairro: CEP:

Cidade:

Telefone: Celular:

E-mail:

c)Dados do presidente ou responsável da entidade executora:

Nome completo:

CPF: RG:

Rua: nº

Bairro: Complemento.:

Cidade: CEP:

Telefone: Celular:

E-mail:

Cargo: Vencimento do mandato: XX / XX / XXXX

d) Dados da conta bancária:

Nome do Banco: Nº do Banco

Nº da Agência: Nº da Conta:

## 2 – DESCRIÇÃO DA PROPOSTA

**ATENÇÃO:** Nenhum campo deve ser deixado em branco, caso não seja possível fornecer a informação solicitada, deve ser explicado o motivo. 1) Justificativa do projeto (fundamentar a importância do projeto e sua metodologia)

### 2) PÚBLICO ALVO:

#### 2.1. Quantidade total estimada de beneficiários diretos.

Público	Total de atendimentos
Criança	
Adolescente	
Jovem	
Famílias	

#### 2.2. Perfil dos beneficiários:

Descrever itens como faixa etária, bairros de origem, situações de risco ou violações de direitos, fragilidades que estão expostos.

#### 2.3.Critérios de seleção:

#### 2.4.Local de execução do projeto:

#### 2.5.Período total de execução do projeto:

#### 2.6. Dias e período de atendimento do projeto:

Mencionar dia da semana e horários de início e término das atividades do projeto.

### 3. OBJETIVO:

#### 3.1. Objetivo Geral do projeto:

#### 3.2. Objetivo(s) específico(s) do projeto:

### 4. INSTITUIÇÃO(ÕES) QUE APOIARÃO O PROJETO OU QUE MANTERÃO VÍNCULOS OPERACIONAIS COM A ENTIDADE EXECUTORA NO PROCESSO DE EXECUÇÃO DO PROJETO.

Nomeie as instituições (órgãos públicos, organizações não governamentais, associações de bairro, empresas, etc.) e indique o tipo de apoio que fornecerá à proposta de ação ou o tipo de vínculo que manterá com a organização executora.

Nº	Instituições apoiadoras	Tipo de apoio ou vínculo
1		
2		
3		
4		
5		

### 5. PLANO DE AÇÃO:

#### 5.1 Descreva na tabela abaixo as ações que serão realizadas em 2015 diretamente junto ao público-alvo indicado no item 2.

ATI-VI-DA-DES A SE-REM DE-SEN-VOL-VI-DAS				
Nº	META	AÇÃO	RESPONSÁVEL	PRAZO
01				
02				
03				
04				
05				

Informações complementares sobre o Plano de Ação (se for o caso)

#### 6. RESULTADOS ESPERADOS:

6.1: Indique as transformações que a execução do projeto deverá gerar na situação das crianças e adolescentes

6.2. Indique as transformações que a execução do projeto deverá gerar para outros públicos (familiares, profissionais, etc.)

#### 7. MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS:

7.1 Indique os procedimentos e instrumentos de avaliação do projeto.

#### 8. ORÇAMENTO DO PROJETO:

8.1. Indique no quadro abaixo as despesas que serão necessárias para a execução da projeto.

DESCRIÇÃO DAS DESPESAS	RECURSOS DO CONCEDENTE/FIA (R\$)	RECURSOS DO CONVENIENTE/ Entidade (R\$)	DETALHAMENTO DAS DESPESAS ( o que comprar)	EXPLIQUE A NECESSIDADE (motivo)
TOTAL GERAL				

Informações complementares sobre o Orçamento (se for o caso)

8.2. Indique no quadro abaixo os recursos humanos necessários para execução do projeto indicado o perfil ou a formação de cada profissional, a função que cada um exercerá na execução do projeto e carga horária semanal de trabalho de cada um. Voluntários também devem constar na tabela:

Nº	Recursos Humanos (nome e escolaridade concluída e número de registro em conselho de classe.)	Função na execução do projeto	Carga horária semanal	Remuneração R\$
1				
2				
3				
4				
5				
Total dos recursos				R\$:

Informações complementares sobre o Recursos Humanos (se for o caso)

8.3. Síntese dos custos para execução do projeto.

Atenção: Lance no quadro abaixo os totais indicados nos quadros anteriores.

Itens de despesa	Valor em R\$
Total – Despesas	
Total - Recursos humanos	
Total geral a ser solicitado para o FIA	
Total geral da entidade	

**8.4. Cronograma físico-financeiro:**

Indique na tabela abaixo o cronograma de desembolso.

PARCELA	VALOR (R\$)	MÊS
01		
02		
03		
04		
05		
06		
07		
08		
TOTAL:		

**8.5. Informações complementares sobre o orçamento da proposta (se for o caso)****Anexo 3****DECLARAÇÃO DE RECEBEDOR DE RECURSOS****DECLARAÇÃO DO RECEBEDOR DE RECURSOS**

Declaro, de acordo com o artigo 24, inciso VIII do Decreto Municipal nº 6.209 de 09 de fevereiro de 2010, que os recursos recebidos serão regularmente empregados aos fins a que se destinaram, de acordo com a Lei, cuja prestação de contas será montada conforme os requisitos do artigo 24 do decreto supracitado, sendo que todos os documentos de despesa estão legíveis e devidamente assinados pelo presidente da entidade.

Brusque, \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_

Assinatura do Responsável:

Identificação:

**ANEXO 4**

Artigos da legislação relacionada mencionados no Edital

Resolução nº 137/2010 do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente

Dispõe sobre os parâmetros para a criação e o funcionamento dos Fundos Nacional, Estaduais e Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente e dá outras providências.

O CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - CONANDA, no uso de suas atribuições, estabelecidas na Lei nº 8.242, de 12 de outubro de 1991 e no Decreto nº 5.089, de 20 de maio de 2004, cumprindo o estabelecido nos artigos 227, caput e § 7º, e 204 da Constituição Federal e nos artigos 4º, alínea d; 88, incisos II e IV; 260, caput e § 2º, 3º e 4º e 261, parágrafo único, do Estatuto da Criança e do Adolescente, instituído pela Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990, e artigo 2º, parágrafo único, I, do Decreto nº 5.089 de 2004, resolve:

**CAPÍTULO I****Seção I****Das Regras e Princípios Gerais**

Art. 1º Ficam estabelecidos os parâmetros para a criação e o funcionamento dos Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente em todo o território nacional.

Parágrafo único. Para efeitos desta Resolução, entende-se por parâmetros os referenciais que devem nortear a criação e o funcionamento dos Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente, em obediência às regras e princípios estabelecidos pela Constituição Federal, Lei nº 8.069, de 1990 e legislação pertinente.

Art. 2º Os Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente devem ser vinculados aos Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente do respectivo ente federado, órgãos formuladores, deliberativos e controladores das ações de implementação da política dos direitos da

criança e do adolescente, responsáveis por gerir os fundos, fixar critérios de utilização e o plano de aplicação dos seus recursos, conforme o disposto no § 2º do art. 260 da Lei nº 8.069, de 1990.

Art. 3º Na União, nos Estados, no Distrito Federal e nos Municípios deve haver um único e respectivo Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente, conforme estabelece o art. 88, IV, da Lei nº 8.069, de 1990.

Art. 4º A manutenção dos Fundos Nacional, Estaduais, Distrital e Municipais vinculados aos respectivos Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente é diretriz da política de atendimento, prevista no inciso IV do art. 88, da lei nº 8.069, de 1990.

Parágrafo único. Os Fundos Nacional, Estaduais, Distrital e Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente devem ser constituídos em fundos especiais, criados e mantidos por lei, com recursos do Poder Público e de outras fontes.

Art. 5º Conforme estabelecem a Constituição Federal e legislação específica, os Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente deverão ser criados por leis propostas pelo Poder Executivo e aprovadas pelo Poder Legislativo das respectivas esferas de governo federal, estadual, distrital e municipal.

§ 1º O Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente deverá ser instituído pela mesma Lei que criar o Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente, ressalvados os casos em que, criado o Conselho, ainda não tenha sido instituído o Fundo.

§ 2º A Lei que instituir o Fundo deverá explicitar suas fontes de receitas, seus objetivos e finalidades, e determinar sua vinculação ao Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente, fixando prazo limite para a sua regulamentação pelo respectivo Poder Executivo local.

Art. 6º Caberá ao Poder Executivo, em acordo com o respectivo Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente, providenciar a regulamentação do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente, observando-se o disposto no § 2º do art. 4º, detalhando o seu funcionamento por meio de Decreto ou meio legal equivalente, em conformidade com a legislação vigente e em atenção aos parâmetros propostos por esta Resolução.

Art. 7º O Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente não deve possuir personalidade jurídica própria e deve utilizar o mesmo número base de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) do Órgão ou da Secretaria à qual for vinculado por lei, conforme dispõe o art. 2º da presente Resolução.

§ 1º Para garantir seu status orçamentário, administrativo e contábil diferenciado do Órgão ao qual se encontrar vinculado, o CNPJ do Fundo deverá possuir um número de controle próprio.

§ 2º O Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente deve constituir unidade orçamentária própria e ser parte integrante do orçamento público.

§ 3º Devem ser aplicadas à execução orçamentária do Fundo as mesmas normas gerais que regem a execução orçamentária da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

§ 4º Os Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente, em seus respectivos níveis federados, deverão assegurar que estejam contempladas no ciclo orçamentário as demais condições e exigências para alocação dos recursos do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente, para o financiamento ou cofinanciamento dos programas de atendimento, executados por entidades públicas e privadas.

Art. 8º O Poder Executivo deve designar os servidores públicos que atuarão como gestor e/ou ordenador de despesas do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente, autoridade de cujos atos resultará emissão de empenho, autorização de pagamento, suprimimento ou dispêndio de recursos do Fundo.

§ 1º O órgão responsável pela política de promoção, de proteção, de defesa e de atendimento dos direitos das crianças e dos adolescentes ao qual o Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente for vinculado deve ficar responsável pela abertura, em estabelecimento oficial de crédito, de contas específicas destinadas à movimentação das receitas e despesas do Fundo.

§ 2º Os recursos do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente devem ter um registro próprio, de modo que a disponibilidade de caixa, receita e despesa, fique identificada de forma individualizada e transparente.

§ 3º A destinação dos recursos do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente, em qualquer caso, dependerá de prévia deliberação plenária do Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente, devendo a resolução ou ato administrativo equivalente que a materializar ser anexada à documentação respectiva, para fins de controle de legalidade e prestação de contas.

§ 4º As providências administrativas necessárias à liberação dos recursos, após a deliberação do Conselho, deverão observar o princípio constitucional da prioridade absoluta à criança e ao adolescente, sem prejuízo do efetivo e integral respeito às normas e princípios relativos à administração dos recursos públicos.

## Seção II

Das atribuições dos Conselhos de Direitos em relação aos Fundos da Criança e do Adolescente

Art. 9º Cabe ao Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente, em relação aos Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente, sem prejuízo das demais atribuições:

I - elaborar e deliberar sobre a política de promoção, proteção, defesa e atendimento dos direitos da criança e do adolescente no seu âmbito de ação;

II - promover a realização periódica de diagnósticos relativos à situação da infância e da adolescência bem como do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente no âmbito de sua competência;

III - elaborar planos de ação anuais ou plurianuais, contendo os programas a serem implementados no âmbito da política de promoção, proteção, defesa e atendimento dos direitos da criança e do adolescente, e as respectivas metas, considerando os resultados dos diagnósticos realizados e observando os prazos legais do ciclo orçamentário;

IV - elaborar anualmente o plano de aplicação dos recursos do Fundo, considerando as metas estabelecidas para o período, em conformidade com o plano de ação;

V - elaborar editais fixando os procedimentos e critérios para a aprovação de projetos a serem financiados com recursos do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente, em consonância com o estabelecido no plano de aplicação e obediência aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade e publicidade;

VI - publicizar os projetos selecionados com base nos editais a serem financiados pelo Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente;

VII - monitorar e avaliar a aplicação dos recursos do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente, por intermédio de balancetes trimestrais, relatório financeiro e o balanço anual do fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente, sem prejuízo de outras formas, garantindo a devida publicização dessas informações, em sintonia com o disposto em legislação específica;

VIII - monitorar e fiscalizar os programas, projetos e ações financiadas com os recursos do Fundo, segundo critérios e meios definidos pelos próprios Conselhos, bem como solicitar aos responsáveis, a qualquer tempo, as informações necessárias ao acompanhamento e à avaliação das atividades apoiadas pelo Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente;

IX - desenvolver atividades relacionadas à ampliação da captação de recursos para o Fundo; e

X - mobilizar a sociedade para participar no processo de elaboração e implementação da política de promoção, proteção, defesa e atendimento dos direitos da criança e do adolescente, bem como na fiscalização da aplicação dos recursos do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Parágrafo único Para o desempenho de suas atribuições, o Poder Executivo deverá garantir ao Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente o suficiente e necessário suporte organizacional, estrutura física, recursos humanos e financeiros.

(...)

Art. 15. A aplicação dos recursos do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente, deliberada pelo Conselho de Direitos, deverá ser destinada para o financiamento de ações governamentais e não-governamentais relativas a:

I - desenvolvimento de programas e serviços complementares ou inovadores, por tempo determinado, não excedendo a 3 (três) anos, da política de promoção, proteção, defesa e atendimento dos direitos da criança e do adolescente;

II - acolhimento, sob a forma de guarda, de criança e de adolescente, órfão ou abandonado, na forma do disposto no art. 227, § 3º, VI, da Constituição Federal e do art. 260, § 2º da Lei nº 8.069, de 1990, observadas as diretrizes do Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária;

III - programas e projetos de pesquisa, de estudos, elaboração de diagnósticos, sistemas de informações, monitoramento e avaliação das políticas públicas de promoção, proteção, defesa e atendimento dos direitos da criança e do adolescente;

IV - programas e projetos de capacitação e formação profissional continuada dos operadores do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente;

V - desenvolvimento de programas e projetos de comunicação, campanhas educativas, publicações, divulgação das ações de promoção, proteção, defesa e atendimento dos direitos da criança e do adolescente; e

VI - ações de fortalecimento do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente, com ênfase na mobilização social e na articulação para a defesa dos direitos da criança e do adolescente.

Art. 16. Deve ser vedada a utilização dos recursos do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente para despesas que não se identifiquem diretamente com a realização de seus objetivos ou serviços determinados pela lei que o instituiu, exceto em situações emergenciais ou de calamidade pública previstas em lei. Esses casos excepcionais devem ser aprovados pelo plenário do Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Parágrafo Único. Além das condições estabelecidas no caput, deve ser vedada ainda a utilização dos recursos do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente para:

I - a transferência sem a deliberação do respectivo Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente;

II - pagamento, manutenção e funcionamento do Conselho Tutelar;

III - manutenção e funcionamento dos Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente;

IV - o financiamento das políticas públicas sociais básicas, em caráter continuado, e que disponham de fundo específico, nos termos definidos pela legislação pertinente; e

V - investimentos em aquisição, construção, reforma, manutenção e/ou aluguel de imóveis públicos e/ou privados, ainda que de uso exclusivo da política da infância e da adolescência.

Art. 17. Nos processos de seleção de projetos nos quais as entidades e os órgãos públicos ou privados representados nos Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente figurem como beneficiários dos recursos do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente, os mesmos não devem participar da comissão de avaliação e deverão abster-se do direito de voto.

Art. 18. O financiamento de projetos pelos Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente deve estar condicionado à previsão orçamentária e à disponibilidade financeira dos recursos.

Art. 19. Desde que amparada em legislação específica e condicionado à existência e ao funcionamento efetivo do Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente, em conformidade com o disposto na Lei nº 8.069 de 1990, art. 261, parágrafo único, poderá ser admitida a transferência de recursos entre os Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente dos entes federados de que trata esta Resolução.

Art. 20. O saldo financeiro positivo apurado no balanço do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente deve ser transferido para o exercício subsequente, a crédito do mesmo fundo, conforme determina o art. 73 da Lei nº 4.320 de 1964.

## Seção V

### Das Atribuições do Gestor do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente

Art. 21. O Gestor do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente, nomeado pelo Poder Executivo conforme dispõe o artigo 6º, caput, desta Resolução, deve ser responsável pelos seguintes procedimentos, dentre outros inerentes ao cargo:

I - coordenar a execução do Plano Anual de Aplicação dos recursos do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente, elaborado e aprovado pelo Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente;

II - executar e acompanhar o ingresso de receitas e o pagamento das despesas do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente;

III - emitir empenhos, cheques e ordens de pagamento das despesas do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente;

IV - fornecer o comprovante de doação/destinação ao contribuinte, contendo a identificação do órgão do Poder Executivo, endereço e número de inscrição no CNPJ no cabeçalho e, no corpo, o nº de ordem, nome completo do doador/destinador, CPF/CNPJ, endereço, identidade, valor efetivamente recebido, local e data, devidamente firmado em conjunto com o Presidente do Conselho, para dar a quitação da operação;

V - encaminhar à Secretaria da Receita Federal a Declaração de Benefícios Fiscais (DBF), por intermédio da Internet, até o último dia útil do mês de março, em relação ao ano calendário anterior;

VI - comunicar obrigatoriamente aos contribuintes, até o último dia útil do mês de março a efetiva apresentação da Declaração de Benefícios Fiscais (DBF), da qual conste, obrigatoriamente o nome ou razão social, CPF do contribuinte ou CNPJ, data e valor destinado;

VII - apresentar, trimestralmente ou quando solicitada pelo Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente, a análise e avaliação da situação econômico-financeira do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente, através de balancetes e relatórios de gestão;

VIII - manter arquivados, pelo prazo previsto em lei, os documentos comprobatórios da movimentação das receitas e despesas do Fundo, para fins de acompanhamento e fiscalização; e

IX - observar, quando do desempenho de suas atribuições, o princípio da prioridade absoluta à criança e ao adolescente, conforme disposto no art. 4º, caput e parágrafo único, alínea b, da Lei nº 8.069 de 1990 e art. 227, caput, da Constituição Federal.

Parágrafo único. Deverá ser emitido um comprovante para cada doador, mediante a apresentação de documento que comprove o depósito bancário em favor do Fundo, ou de documentação de propriedade, hábil e idônea, em se tratando de doação de bens.

## CAPÍTULO II

### Do Controle e da Fiscalização

Art. 22. Os recursos do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente utilizados para o financiamento, total ou parcial, de projetos desenvolvidos por entidades governamentais ou não governamentais devem estar sujeitos à prestação de contas de gestão aos órgãos de controle interno do Poder Executivo e aos Conselhos de Direitos, bem como ao controle externo por parte do Poder Legislativo, do Tribunal de Contas e do Ministério Público.



Parágrafo único. O Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente, diante de indícios de irregularidades, ilegalidades ou improbidades em relação ao Fundo ou suas dotações nas leis orçamentárias, dos quais tenha ciência, deve apresentar representação junto ao Ministério Público para as medidas cabíveis.

Art. 23. Os Conselhos Nacional, Estaduais, Distrital e Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente devem utilizar os meios ao seu alcance para divulgar amplamente:

I - as ações prioritárias das políticas de promoção, proteção, defesa e atendimento dos direitos da criança e do adolescente;

II - os prazos e os requisitos para a apresentação de projetos a serem beneficiados com recursos dos Fundos Nacional, Estaduais, Distrital e Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente;

III - a relação dos projetos aprovados em cada edital, o valor dos recursos previstos e a execução orçamentária efetivada para implementação dos mesmos;

IV - o total das receitas previstas no orçamento do Fundo para cada exercício; e

V - os mecanismos de monitoramento, de avaliação e de fiscalização dos resultados dos projetos beneficiados com recursos dos Fundos Nacional, Estaduais, Distrital e Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Art. 24. Nos materiais de divulgação das ações, projetos e programas que tenham recebido financiamento do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente deve ser obrigatória a referência ao Conselho e ao Fundo como fonte pública de financiamento.

#### Das Disposições Finais

Art. 25. A celebração de convênios com os recursos do Fundo para a execução de projetos ou a realização de eventos deve se sujeitar às exigências da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e legislação que regulamenta a formalização de convênios no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Art. 26 Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

CARMEN SILVEIRA DE OLIVEIRA - Presidente  
DOU

#### ANEXO 4 (continuação)

1.

2. DECRETO Nº 6.209, 09 DE FEVEREIRO DE 2010

Disciplina a celebração de convênios ou instrumentos congêneres, de natureza financeira, pelos órgãos ou entidades da administração pública municipal direta ou indireta, que tenham como objeto a execução descentralizada de programas de governo e ações.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso e suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, inciso I da Lei Orgânica do Município, e objetivando o cumprimento do art. 25 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal, art. 116 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações,

DECRETA:  
CAPÍTULO I

#### Das Disposições Iniciais

Art. 1º A execução descentralizada de programas de governo e ações de órgãos ou entidades da administração pública municipal direta ou indireta, que envolva a transferência voluntária de recursos financeiros oriundos de dotações consignadas nos Orçamentos Fiscal, da Seguridade Social e de Investimentos, será efetivada por meio da celebração de convênios ou instrumentos congêneres nos termos deste Decreto, observada a legislação pertinente.

§ 1º Para fins deste Decreto, considera-se:

I - convênios ou instrumentos congêneres - os atos administrativos praticados pelo concedente com o conveniente pelos quais são ajustadas cláusulas e condições para a efetivação de obrigações recíprocas, visando à consecução de objetivos de interesse público ou da coletividade;

II - concedente - órgão ou entidade da administração pública municipal direta ou indireta responsável pela transferência dos recursos financeiros ou pela descentralização dos créditos orçamentários destinados à execução do objeto do convênio ou instrumento congênere;

III - conveniente - organização de direito privado, nacional ou estrangeira, sem fins lucrativos ou outro ente da federação com o qual a administração pública municipal pactue a execução de programa de governo e ações mediante a celebração de convênio ou instrumento congênere;

IV - interveniente - órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta de outro ente da federação, ou organização de direito



privado, nacional ou estrangeira, sem fins lucrativos, que participe do convênio para manifestar consentimento ou assumir obrigações em nome próprio;

V - termo aditivo - instrumento que tenha como objetivo a modificação de convênios já celebrados e cuja formalização deve obrigatoriamente ocorrer durante o período de vigência do instrumento de convênio;

VI - ente da federação - a União, cada Estado, o Distrito Federal e cada Município, nos quais se incluem os respectivos Poderes e administrações diretas e indiretas;

VII - transferência voluntária - a entrega de recursos correntes ou de capital a conveniente, a título de cooperação, auxílio ou assistência financeira, que não decorra de determinação constitucional, legal ou os destinados ao Sistema Único de Saúde;

VIII – valor do convênio – o montante referente ao valor do repasse feito pelo concedente mais a importância relativa à contrapartida do conveniente ajustada no convênio e respectivo plano de trabalho, inclusive para efeitos de devolução;

IX – contrapartida – o valor dos recursos orçamentários e financeiros próprios com que o conveniente irá participar do projeto segundo os termos do convênio;

X – categoria de programação – a dotação orçamentária que abrange a função e os demais subníveis até o elemento da despesa; e

XI - termo de parceria – instrumento passível de ser firmado entre o Poder Público e as entidades qualificadas como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP, destinado à formação de vínculo de cooperação entre as partes, para o fomento e a execução de atividades de interesse público, na forma da legislação pertinente.

§ 2º A descentralização da execução de programas de governo e ações por meio de convênios e termo de parceria somente se efetivará para convenientes que disponham de condições para consecução do seu objeto e tenham atribuições regimentais ou estatutárias relacionadas com o mesmo.

§ 3º Os entes da federação, quando beneficiários das transferências voluntárias referidas neste artigo, deverão incluí-las em seus respectivos orçamentos.

## CAPÍTULO II

### Dos Requisitos para a Celebração dos Atos

Art. 2º O convênio será proposto pelo interessado ao Titular do concedente responsável pelo programa de governo e ação, mediante a apresentação do Plano de Trabalho (Anexo I), que conterá, no mínimo, as seguintes informações:

I - razões que justifiquem a celebração do convênio;

II - identificação e descrição completa do objeto a ser executado;

III - descrição qualitativa e quantitativa das metas a serem atingidas;

IV - etapas ou fases de execução do objeto;

V - previsão de início e fim da execução do objeto, bem como da conclusão das etapas ou fases programadas;

VI - plano de aplicação dos recursos a serem desembolsados pelo concedente e a contrapartida financeira do conveniente, se for o caso, para cada programa de governo e ação;

VII - cronograma financeiro de desembolso; e

VIII - data e assinaturas devidamente identificadas dos responsáveis pelos órgãos ou entidades concedente e conveniente.

Parágrafo único. Integrará o Plano de Trabalho a especificação completa do bem a ser produzido ou adquirido e, no caso de obras ou serviços de engenharia, o projeto básico, entendido como tal o conjunto de elementos necessários e suficientes para caracterizar, com nível de precisão adequado, a obra ou serviço objeto do convênio, sua viabilidade técnica, o custo, fases ou etapas e prazos de execução, devendo conter, no que forem aplicáveis, os elementos consignados no inciso IX do art. 6º da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e alterações.

Art. 3º Ficam os concedentes proibidos de firmar convênios e de realizar transferências voluntárias a convenientes que estejam em situação de débito, mora, inadimplência ou de irregularidade para com o Município, ou com as entidades da administração indireta municipal.

§ 1º Ficam os concedentes proibidos, ainda, de firmar convênios e de realizar transferências voluntárias aos convenientes que:

I – não apresentarem a prestação de contas dos recursos anteriormente recebidos no prazo previsto neste Decreto;

II – não tiverem, por qualquer motivo, a sua prestação de contas aprovada pelo concedente; e

III – não tiverem procedido à devolução, na forma determinada em regulamento, de recursos financeiros, equipamentos, veículos e máquinas cedidos pelo Município.

VI – não comprovarem a aplicação total dos recursos recebidos de parcelas anteriores.

§ 2º A proibição constante do caput e do § 1º deste artigo também se aplicam aos recursos transferidos com fulcro na Lei Ordinária Municipal nº 1.823, de 13 de novembro de 1993.

§ 3º Os débitos do conveniente em parcelamento negociado junto às entidades citadas no caput deste artigo, que estiverem com as prestações de contas regulares, devidamente atestadas pelo credor, não impedirão a celebração de convênios na forma deste Decreto nem a liberação das parcelas de convênios já firmados.

Art. 4º Atendidas as exigências previstas no artigo anterior, os setores de planejamento, administrativo, financeiro e o de assessoria jurídica do concedente, segundo suas respectivas competências, apreciarão o texto das minutas de convênio e respectivo Plano de Trabalho a que se refere o art. 2º acompanhado:

I - da comprovação, por parte de organização de direito privado, nacional ou estrangeira, sem fins lucrativos:

- a) do mandato da diretoria em exercício;
- b) de exemplar dos estatutos, regulamentos ou compromissos da instituição;
- c) da certidão do registro e arquivamento dos atos constitutivos no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas;
- d) de funcionamento regular da instituição atestado pelo Município;
- e) da ficha cadastral devidamente preenchida na forma do Anexo II parte integrante deste Decreto, acompanhada de cópia do CNPJ/MF não vencido da entidade;
- f) da cópia do CPF e da Carteira de Identidade do Presidente da entidade ou cargo equivalente;
- g) da cópia da lei municipal que dispõe sobre a declaração de utilidade pública, quando for o caso;
- h) da declaração de responsabilidade pelo recebimento, aplicação na forma do avençado e prestação de contas dos recursos financeiros.

II - do certificado de regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS fornecido pela Caixa Econômica Federal;

III - do certificado de regularidade fornecido pelo Instituto Nacional do Seguro Social – INSS; e

IV - de declaração firmada pelo gerente da agência bancária na qual o conveniente mantém conta corrente informando o número desta, o da agência, a denominação do órgão ou entidade e o seu CNPJ/MF.

§ 1º Nos casos de entidades e organizações de assistência social, além dos documentos previstos nos incisos I a IV, exigir-se-á também o comprovante de inscrição no Conselho Municipal de Assistência Social.

§ 2º Os convênios com organização de direito privado, nacional ou estrangeira, sem fins lucrativos, deverão observar obrigatoriamente a autorização constante da Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente no exercício financeiro em que se pretende operar a transferência.

§ 3º No caso de entidades qualificadas como OSCIP o Poder Público realizará Termo de Parceria, na forma da Lei Federal nº 9.790, de 23 de março de 1999 e alterações posteriores.

### CAPÍTULO III

#### Da Autorização do Chefe do Poder Executivo

Art. 5º Os instrumentos e respectivos termos aditivos, regidos por este Decreto, somente poderão ser celebrados pelos ordenadores de despesa dos concedentes, mediante despachos favoráveis dos setores referidos no caput do artigo anterior, após o que serão encaminhados, mediante Exposição de Motivos, ao Chefe do Poder Executivo, para aprovação por Decreto.

§ 1º Observadas as disponibilidades financeiras do concedente, a aprovação a que se refere o caput não implica na obrigatoriedade de celebração e de pagamento do convênio se o conveniente não atender a todos os requisitos exigidos por este Decreto.

§ 2º A Autorização para a Celebração de Convênio será na forma do Anexo I.

§ 3º A numeração sequencial da Autorização a que se refere o § 2º, será por exercício financeiro.

§ 4º Qualquer alteração de informação constante da Autorização prevista no § 2º exigirá a emissão de uma nova, devendo ser anulada a anterior.

§ 5º O Anexo I, devidamente preenchido, passará a integrar o processo previsto no art. 7º.

§ 6º A anulação da Autorização para a Celebração de Convênio implica na anulação do empenho e vice-versa.

§ 7º Após noventa dias de sua emissão, as Autorizações para Celebração de Convênios emitidas e não aprovadas na forma do caput serão automaticamente anuladas.

§ 8º A Autorização para a Celebração de Convênio se sujeita, no que couber, às normas de encerramento do exercício financeiro.

§ 9º Os aditivos a que se refere o caput restringem-se aos que produzem repercussão orçamentária e financeira.

Art. 6º Cada convênio terá um concedente e um conveniente.

§ 1º Para o mesmo objeto não poderá existir mais de um concedente e um conveniente, salvo nos casos de ações complementares, o que deverá ficar consignado no respectivo convênio, delimitando-se as parcelas referentes à responsabilidade deste e as que devam ser executadas à conta de outro instrumento.

§ 2º É vedado firmar convênios com organizações de direito privado com fins lucrativos.

#### CAPÍTULO IV

##### Da Formalização dos Atos

Art. 7º O preâmbulo dos termos de convênio conterá o número sequencial, fornecido após a emissão e indicação do número da nota de empenho; o número do processo, a denominação, o endereço e o número do CNPJ/MF do concedente, do conveniente e, se for o caso, do interveniente; o nome, endereço, número e órgão expedidor da Carteira de Identidade e o número do CPF dos respectivos responsáveis ou daqueles que estiverem atuando por delegação de competência expressa; o objeto do convênio, a sua sujeição às normas da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e alterações, no que couber, a outras normas legais e regulamentares específicas aplicáveis, se for o caso, a este Decreto e àquelas emanadas do Tribunal de Contas do Estado.

Art. 8º O convênio conterá, expressa e obrigatoriamente, cláusulas que estabeleçam:

I - o objeto e seus elementos característicos, com a descrição detalhada e objetiva do que se pretende realizar ou obter, em consonância com o Plano de Trabalho, na forma do Anexo I;

II - a obrigação de cada um dos partícipes, inclusive a contrapartida, e dos intervenientes, se houver;

III - o prazo de vigência dentro do qual poderão ser aplicados os recursos financeiros;

IV - o valor global a ser repassado pelo concedente com indicação da fonte de recursos e o da contrapartida do conveniente, observando-se em relação a esta o disposto no art. 15;

V - a prerrogativa do Município, exercida pelo concedente responsável pelo programa de governo ou ação, de exercer o controle sobre a execução do convênio;

VI - a classificação institucional, a categoria de programação da despesa, o número da nota de empenho e a data da sua emissão, desta devendo constar o número da Autorização para a Celebração de Convênio;

VII - a liberação de recursos, obedecendo ao cronograma de desembolso constante do Plano de Trabalho;

VIII - a obrigatoriedade de o conveniente apresentar a prestação de contas dos recursos recebidos, observado o disposto no Capítulo XIII;

IX - a definição do direito de propriedade dos bens remanescentes na data da conclusão do avençado, e que, em razão deste, tenham sido adquiridos, produzidos, transformados ou construídos, respeitado o disposto na legislação específica;

X - os casos de rescisão do convênio, na forma deste Decreto e da legislação específica de regência da matéria;

XI - a obrigatoriedade de devolução de eventual saldo do valor do convênio, inclusive dos rendimentos de aplicação financeira se não aplicados no seu objeto, à conta a que se refere o inciso XVIII, na data da conclusão, rescisão do convênio ou nos prazos previstos no art. 23;

XII - o compromisso de o conveniente restituir ao concedente, atualizado monetariamente, desde a data do recebimento, na forma da legislação aplicável aos débitos com a Fazenda Municipal:

a) o valor transferido pelo concedente nos casos em que não executado o objeto do convênio;

b) o valor do convênio, ou parte, utilizado em finalidade diversa da estabelecida no respectivo termo.

XIII - a indicação, quando for o caso, de cada parcela da despesa relativa à parte a ser executada em exercícios futuros, com a declaração de que serão indicados em Termos Aditivos os créditos e empenhos para a sua cobertura;

XIV - a indicação de que os recursos para atender às despesas em exercícios futuros, no caso de investimento, estão consignados no plano

plurianual, ou em autorização legislativa prévia que fixe o montante das dotações, que anualmente constarão do orçamento, durante o prazo de sua execução;

XV - a proibição de o conveniente repassar os recursos financeiros recebidos a outras entidades de direito público ou privado;

XVI - o compromisso de o conveniente movimentar os recursos em conta bancária específica e vinculada ao convênio, na forma do art. 16;

XVII - a indicação em caso de obras ou serviços de engenharia, da forma de execução, se direta ou indireta, consoante definições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas alterações;

XVIII - a indicação da conta bancária do concedente à qual devem ser recolhidos os valores não empregados no objeto do convênio bem como do foro competente para dirimir as dúvidas decorrentes de sua execução; e

XIX – outras exigências para efeitos do art. 28.

§ 1º No empenhamento global dos convênios regidos por este Decreto deverá ser observado o princípio orçamentário da anualidade, inserto no art. 2º da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

§ 2º Para o cumprimento do disposto no parágrafo anterior, a cada início de exercício financeiro deverá ser empenhado o valor previsto para ser transferido no seu decurso.

Art. 9º É vedada a inclusão, nos convênios, sob pena de nulidade do ato e de responsabilidade do agente, de cláusulas ou condições que prevejam ou permitam:

I - a realização de despesas a título de taxa de administração, de gerência ou similar;

II - o pagamento, inclusive com os recursos da contrapartida, de gratificação, consultoria, assistência técnica ou qualquer espécie de remuneração a funcionário ou empregado que pertença aos quadros de pessoal do concedente, do conveniente ou do interveniente;

III – aditamento com alteração do objeto;

IV - a utilização dos recursos em finalidade diversa da estabelecida no respectivo instrumento, ainda que em caráter de emergência;

V - a realização de despesas em data anterior ou posterior à sua vigência;

VI - a atribuição de vigência ou de efeitos financeiros retroativos;

VII - a realização de despesas com taxas bancárias, multas, juros, inclusive referentes a pagamentos ou recolhimentos fora dos prazos, exceto os relativos à Contribuição Provisória sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira – CPMF, se for o caso, e manutenção de contas ativas;

VIII - a transferência de recursos para igrejas e cultos religiosos;

IX - a realização de despesas com publicidade, ainda que de caráter educativo, informativo ou de orientação social;

X – o pagamento de despesas com pessoal ativo, inativo ou pensionistas do conveniente com os recursos referentes ao valor do convênio.

§ 1º Todos os termos de convênio e eventuais aditivos serão firmados pelos partícipes e pelos intervenientes, se houver, e, no mínimo, por 2 (duas) testemunhas devidamente qualificadas.

§ 2º Para efeitos do parágrafo anterior, compete ao Ordenador de Despesas do concedente firmar os termos nele mencionados.

§ 3º As vedações previstas nos incisos II e X não se aplicam às organizações de direito privado sem finalidade lucrativa.

Art. 10. O processo, contendo o termo de convênio e seus aditivos, bem como o Plano de Trabalho e suas eventuais reformulações, será encaminhado ao setor de contabilidade do concedente, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da data de assinatura dos instrumentos ou da aprovação da reformulação pelo concedente.

## CAPÍTULO V

### Da Alteração dos Atos

Art. 11. Os convênios e respectivos Planos de Trabalho regidos por este Decreto somente poderão ser alterados por meio de termos aditivos com as devidas justificativas, diante de proposta a ser apresentada e protocolizada antes de expirado o seu prazo de vigência e desde que aceita pelo ordenador de despesas.

Parágrafo único. É vedado aditar convênio com o intuito de modificar o seu objeto, ainda que parcialmente, mesmo que sem alteração da categoria de programação da despesa.

Art. 12. As alterações referidas no artigo anterior se sujeitam ao registro, pelo concedente, na mesma forma em que procedido com o termo

primitivo.

## CAPÍTULO VI

### Da Publicação dos Atos

Art. 13. A eficácia dos convênios e de seus termos aditivos, qualquer que seja o valor, fica condicionada à publicação do respectivo extrato no órgão de imprensa local ou por afixação na sede da prefeitura, que será providenciada pelo concedente até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de vinte dias a contar daquela data, com indicação dos seguintes elementos:

I - espécie, número, e valor do instrumento;

II - resumo do objeto do convênio;

III - crédito orçamentário pelo qual correrá a despesa, bem como o número e a data da Nota de Empenho Global;

IV - código da Unidade Orçamentária e da categoria de programação correspondente aos respectivos créditos;

V - valor a ser transferido no exercício financeiro em curso e, se for o caso, o previsto para exercícios financeiros subsequentes, bem como o da contrapartida que o conveniente se obriga a aplicar;

VI - prazo de vigência e data de assinatura.

## CAPÍTULO VII

### Da Licitação

Art. 14. Se o conveniente se incluir na definição de ente da federação prevista no art. 1º, § 1º, VI, o emprego do valor do convênio se sujeitará às normas previstas na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, consideradas suas alterações.

Parágrafo único. O procedimento licitatório para a hipótese do caput independe do efetivo recebimento dos recursos pelo conveniente.

## CAPÍTULO VIII

### Da Contrapartida

Art. 15. A contrapartida poderá ser prestada por meio de recursos financeiros que deverá ser aportada proporcionalmente às parcelas repassadas pelo concedente e de bens e serviços, desde que economicamente mensuráveis, observadas as seguintes condições:

I – quando financeira, a contrapartida deverá ser depositada na conta bancária específica do convênio, em conformidade com os prazos estabelecidos no cronograma de desembolso;

II – quando prestada por meio de bens e serviços, deverá indicar a forma de aferição do valor correspondente em conformidade com os valores praticados no mercado, comprovado por meio de 3 (três) orçamentos.

§ 1º O proponente deverá comprovar que os recursos, bens ou serviços referentes à contrapartida proposta estão devidamente assegurados.

§ 2º Após a celebração do convênio não poderá ser alterada a modalidade da contrapartida.

Parágrafo único. Em caso de atraso no repasse dos recursos, pelo concedente, o conveniente poderá aportar antecipadamente o valor da contrapartida para a execução do objeto.

## CAPÍTULO IX

### Da Liberação dos Recursos Financeiros

Art. 16. A liberação dos recursos financeiros se dará obrigatoriamente mediante a emissão de ordem bancária em nome do beneficiário, para crédito em conta individualizada e vinculada, movimentada por cheques nominais e individualizados por credor ou por ordem bancária, para pagamento de despesas previstas no convênio e respectivo Plano de Trabalho.

§ 1º A conta bancária vinculada referida no caput deverá ser identificada com o nome do conveniente acrescido da expressão convênio e do nome do concedente.

§ 2º Os recursos, enquanto não empregados na sua finalidade, serão obrigatoriamente aplicados pelo conveniente:

I – em caderneta de poupança de instituição financeira oficial, se a previsão de seu uso for igual ou superior a um mês;

II – em fundo de aplicação financeira de curto prazo, ou operação de mercado aberto lastreada em títulos da dívida pública federal, caso sua utilização estiver prevista para prazos menores.

§ 3º As receitas oriundas dos rendimentos de aplicações na forma do parágrafo anterior não serão contadas como contrapartida devida pelo conveniente.

§ 4º É vedada a utilização dos recursos transferidos em finalidade diversa da pactuada.

§ 5º É vedada a realização de transferências voluntárias:

I - em data posterior à da vigência do convênio;

II - a conveniente:

- a) sem a comprovação por meio das Certidões Negativas de Débitos a que se refere o § 3º do art. 3º;
- b) com prestações de contas vencidas.

Art. 17. A transferência de recursos financeiros destinada ao cumprimento do objeto do convênio obedecerá ao Plano de Trabalho previamente aprovado, cuja elaboração terá como parâmetro, para a definição das parcelas, o detalhamento da execução física do objeto e a programação financeira do Município.

§ 1º Os concedentes que transferirem recursos em desacordo com o disposto neste artigo terão suas Propostas de Programação revistas pelos órgãos centrais dos Sistemas de Orçamento, de Administração Financeira e de Administração Contábil e Controladoria Geral do Município.

§ 2º A liberação das parcelas do convênio será suspensa nos casos:

I - em que verificado desvio de finalidade na aplicação do valor do convênio, atrasos não justificados no cumprimento das etapas ou fases programadas, práticas atentatórias aos princípios fundamentais que regem a Administração Pública, seja no que tange às contratações ou aos demais atos praticados na execução do convênio;

II - em que verificado o descumprimento, pelo conveniente, de qualquer cláusula ou condição do convênio.

§ 3º Na hipótese de conclusão ou de rescisão do convênio, é vedada a liberação de recursos lastreada no respectivo instrumento.

§ 4º Os recursos liberados na forma deste Decreto se sujeitam a procedimentos de fiscalização "in loco" realizados periodicamente pelo concedente e, ou, pela Controladoria Geral do Município.

§ 5º Nos casos em que o cronograma financeiro não estiver sendo observado pelo concedente, podem ser liberados recursos financeiros referentes a mais de uma parcela, vedada, em qualquer hipótese, a liberação de três ou mais sem que uma das anteriores esteja com a prestação de contas aprovada.

## CAPÍTULO X

### Da Execução dos Atos

Art. 18. A função gerencial ou fiscalizadora da execução do convênio será exercida pelos concedentes dos recursos, dentro do prazo regulamentar de execução e de prestação de contas, ficando assegurado aos seus agentes o poder de reorientar ações e de acatar ou não justificativas com relação às eventuais disfunções havidas na execução, sem prejuízo da ação das unidades responsáveis pelo controle externo e pelo controle interno do Poder Executivo.

Art. 19. Nos casos em que a transferência compreender a cessão, ou os recursos forem destinados à aquisição, produção ou transformação de equipamentos ou de materiais permanentes, será obrigatória a estipulação quanto ao destino a ser dado aos bens remanescentes na data da extinção do respectivo instrumento, os quais poderão ser doados à entidade conveniente, mediante processo formal e de acordo com a legislação de regência da matéria, desde que necessários para assegurar a continuidade de programa de governo e ação.

## CAPÍTULO XI

### Da Rescisão dos Atos

Art. 20. Constitui motivo para a rescisão do convênio, além dos casos previstos em legislação específica, o inadimplemento de quaisquer das cláusulas pactuadas, especialmente nos casos em que constatada:

I - a utilização dos recursos em desacordo com o objeto do convênio e respectivo Plano de Trabalho;

II - a falta de apresentação da prestação de contas nos prazos estabelecidos.

Art. 21. A rescisão do convênio, na forma do disposto no artigo anterior, enseja a instauração do processo de tomada de contas especial na forma do regulamento próprio.

## CAPÍTULO XII



## Da Devolução dos Recursos Financeiros

Art. 22. O saldo não utilizado do valor do convênio deverá ser devolvido pelo conveniente integralmente à conta bancária a que se refere o inciso XVIII do art. 8º.

§ 1º Os recursos referentes a rendimentos de aplicação financeira como previsto no inciso XI do art. 8º, observado o disposto no § 2º do art. 16, se sujeitam à mesma forma de devolução caso não comprovado o seu emprego no objeto do convênio.

§ 2º O disposto neste artigo se aplica aos casos de conclusão, rescisão ou qualquer outra situação que enseje a devolução dos recursos, sob pena da imediata instauração da tomada de contas especial na forma disciplinada em regulamento próprio.

§ 3º Caso não iniciada a execução do objeto do Convênio ou o emprego dos recursos financeiros referentes à parcela, deverá o conveniente devolver somente o valor repassado pelo concedente, acrescido dos rendimentos auferidos das aplicações feitas na forma do § 2º do art. 16.

## CAPÍTULO XIII

### Da Prestação de Contas

Art. 23. O prazo para a apresentação da prestação de contas, contado do recebimento dos recursos financeiros pelo conveniente, é de:

I - 90 (noventa) dias em caso de primeira parcela ou de recebimento único; e

II – 60 (sessenta) dias a partir do recebimento de cada parcela, à exceção da primeira.

§ 1º Nos limites dos incisos I e II do caput, o prazo para a prestação de contas independe da vigência do convênio.

§ 2º O saldo não utilizado de parcela de recursos antecipados a título de contribuições ou destinada a obras em andamento poderá ser aplicado e comprovado na prestação de contas subsequente.

Art. 24. As prestações de contas de recursos antecipados, compostas de forma individualizada de acordo com a finalidade da despesa e no valor da parcela, conterão os seguintes documentos, no que couber, conforme o objeto do convênio ou instrumento congêneres:

I – Plano de Trabalho, apresentado na forma do Anexo I deste Decreto, devidamente aprovado pelo concedente;

II – cópia do Termo de Convênio e suas alterações, com a indicação da data de sua publicação;

III – extrato da conta bancária específica abrangendo a data do recebimento da parcela até o último pagamento efetuado e conciliação bancária, se for o caso;

IV – comprovante de recolhimento do saldo não aplicado do valor do convênio, na forma do caput do art. 22, acompanhado da nota de anulação da despesa, se for o caso;

V – documentos comprobatórios das despesas realizadas, tais como notas fiscais, recibos, bilhetes de passagem, entre outros;

VI – fotocópia dos cheques ou ordens bancárias emitidas;

VII – declaração do responsável, no documento comprobatório da despesa, certificando que o material foi recebido ou o serviço prestado em conformidade com as especificações nele consignadas; e

VIII – declaração firmada pelo Presidente da organização de direito privado, nacional ou estrangeira, sem fins lucrativos, atestando o recebimento, a aplicação e o encaminhamento ou entrega da prestação de contas do valor do convênio.

IX – balancete de prestação de contas de recursos antecipados, conforme Anexo III deste Decreto, devidamente preenchido e assinado, disponível no site da Prefeitura Municipal de Brusque [www.brusque.sc.gov.br](http://www.brusque.sc.gov.br), link Transparência, Orientações/Normalizações.

§ 1º Para efeitos do disposto no inciso V, recibos não se constituem em documentos hábeis a comprovar despesas sujeitas à incidência de tributos federais, estaduais ou municipais.

§ 2º Nos casos em que houver, a contrapartida prevista no inciso IV do art. 8º terá sua aplicação comprovada no mesmo processo de prestação de contas dos recursos transferidos pelo Município e se subordinará às normas expedidas pela Secretaria de Municipal da Fazenda, pelo Tribunal de Contas do Estado e, se for o caso, as que disciplinam o recebimento e a aplicação pelo Município de recursos financeiros oriundos de outros entes ou organismos nacionais ou internacionais.

§ 3º Os documentos referidos neste artigo serão mantidos em arquivo no próprio local em que contabilizados, à disposição dos órgãos de controle interno e externo, pelo prazo de 5 (cinco) anos, contados da data da decisão definitiva do Tribunal de Contas do Estado na prestação ou tomada de contas do gestor do concedente.

§ 4º A documentação ficará arquivada nas dependências do conveniente, pelo prazo fixado no parágrafo anterior, na hipótese de serem utilizados serviços de contabilidade de terceiros.

§ 5º Nos casos em que o conveniente for organização de direito privado, nacional ou estrangeira, sem fins lucrativos, as prestações de contas ao concedente serão feitas com documentos comprobatórios originais.

Art. 25. Incumbe ao concedente decidir sobre a regularidade ou não da aplicação dos recursos transferidos.

§ 1º A prestação de contas será analisada e avaliada na unidade técnica, responsável pelo programa de governo e ação do concedente, que emitirá parecer sobre os seguintes aspectos:

I - técnico - quanto à execução física e atingimento do objeto do convênio, podendo o setor competente se valer de laudos de vistoria ou de informações obtidas junto a autoridades públicas do local de execução do convênio;

II - financeiro - quanto à correta e regular aplicação dos recursos do convênio.

§ 2º Aprovada a prestação de contas, proceder-se-á ao devido registro de aprovação no setor contábil e se fará constar do processo declaração, da unidade técnica a que se refere o parágrafo anterior, de que os recursos transferidos tiveram boa e regular aplicação.

§ 3º Nos casos em que a prestação de contas não for encaminhada no prazo estabelecido no art. 23, o Ordenador de Despesas do concedente assinalará o prazo máximo de 15 (quinze) dias para a sua apresentação, ou para o recolhimento dos recursos financeiros antecipados, incluídos os rendimentos da aplicação no mercado financeiro, corrigido monetariamente, na forma da lei.

§ 4º Na hipótese do parágrafo anterior ou em caso de não aprovada a prestação de contas, após exauridas as providências cabíveis, o ordenador de despesas do concedente procederá à instauração da tomada de contas especial na forma do regulamento próprio.

§ 5º O Ordenador de Despesas do concedente suspenderá imediatamente a liberação de recursos financeiros caso se verifiquem as situações previstas nos §§ 3º e 4º.

§ 6º Aplicam-se, igualmente, as disposições dos §§ 3º e 4º aos casos em que o conveniente não comprovar a aplicação da contrapartida estabelecida no convênio, bem como dos rendimentos da aplicação no mercado financeiro.

#### CAPÍTULO XIV

##### Da Abrangência das Normas

Art. 26. Na definição de concedente prevista neste Decreto se incluem:

I - Administração Direta - a constituída pelos órgãos integrantes da estrutura organizacional administrativa do Gabinete Prefeito, do Gabinete do Vice Prefeito, da Procuradoria Geral do Município, das Secretarias Municipais e órgãos equivalentes;

II - Administração Indireta - a constituída pelas seguintes espécies de entidades dotadas de personalidade jurídica própria:

a) Autarquia;

b) Fundação Pública;

c) Empresa Pública; e

d) Sociedade de Economia Mista.

Art. 27. Aplicam-se as normas deste Decreto aos convênios, que impliquem transferências voluntárias pelo concedente.

Art. 28. Além do disposto neste Decreto, os recursos financeiros repassados, oriundos de outros entes ou organismos nacionais ou internacionais, se sujeitam às normas por eles editadas e aos compromissos assumidos pelo Município junto aos mesmos, o que deverá ficar expresso nas cláusulas previstas no art. 8º ou a elas acrescentadas.

Art. 29. É vedada a realização de transferências voluntárias ou de convênios na forma deste Decreto entre Órgãos e Entidades da Administração Pública Municipal.

Art. 30. Aplicam-se as normas deste Decreto, no que couberem, aos convênios e instrumentos congêneres que não envolvam a transferência de recursos financeiros.

#### CAPÍTULO XV

##### Das Disposições Finais e Transitórias

Art. 31. Ficam aprovados os formulários e documentos constantes dos Anexos I e II, partes integrantes deste Decreto, que serão utilizados pelo conveniente para instruir a solicitação.

Art. 32. A inobservância das disposições deste Decreto constitui omissão de dever funcional e será punida na forma prevista em Lei.

Art. 33. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.



Prefeitura Municipal de Brusque, em 09 de fevereiro de 2010.

PAULO ROBERTO ECCEL

1. Prefeito Municipal

ELTON RODRIGO RIFFEL

Procurador Geral do Município

Publicado na Prefeitura Municipal de Brusque, em 09 de fevereiro de 2010.

1. ANA BEATRIZ BARON LUDVIG

2. Chefe de Gabinete do Prefeito

3.

4.

5. ANEXO I

PLANO DE TRABALHO - 1/3

INICIAL: ( ) TERMO ADITIVO: ( ) REFORMULAÇÃO PLANO TRABALHO: ( )

#### 1 - DADOS CADASTRAIS

CONVENIENTE									CNPJ
ENDEREÇO							EMAIL:		
CIDADE		UF	CEP			DDD/TELEFONE			Nº Inscrição no CMAS
CONTA CORRENTE		BANCO				AGÊNCIA			PRAÇA DE PAGTO
1. NOME DO RESPONSÁVEL									CPF
CI/ÓRGÃO EXP.	CARGO				FUNÇÃO				MATRÍCULA (SE SERVIDOR PÚBLICO)
ENDEREÇO (PARTICULAR)									BAIRRO
CIDADE				CEP				DDD/TELEFONE (PARTICULAR)	

#### 2 – OUTROS PARTÍCIPES

NOME	CGC/CPF
ENDEREÇO	BAIRRO
CIDADE	CEP

#### 3 - DESCRIÇÃO DO PROJETO

TÍTULO DO PROJETO	PERÍODO DA EXECUÇÃO	
	INÍCIO	TÉRMINO
IDENTIFICAÇÃO DO OBJETO		



--	--	--	--	--	--	--

## CONTRAPARTIDA

META	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO
META	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO

## 7 – PEDIDO DE DEFERIMENTO

Na qualidade de representante legal do conveniente, peço deferimento ao que ora é solicitado para fins de desenvolver o presente Plano de Trabalho, conforme as cláusulas que irão reger o convênio.	
LOCAL E DATA	CONVENIENTE

## 11. ANEXO II

## 12. FICHA CADASTRAL DE ENTIDADES SEM FINS LUCRATIVOS

(Modelo)

Entidade Recebedora: .....

CNPJ/MF no: ..... Inscrição no CMAS no: .....

Endereço: .....

CEP: ..... Bairro: ..... Cidade: .....

Estado: ..... Telefone para contato: .....

Endereço eletrônico (e-mail): .....

Dirigente da Entidade: .....

Cargo que ocupa na Entidade: .....

CPF no: ..... Identidade(no /data/expedidor): .....

Endereço Residencial: .....

CEP: ..... Bairro: ..... Cidade: .....

Estado: ..... Telefone para contato: .....

Endereço Profissional: .....

CEP: ..... Bairro: ..... Cidade: .....

Estado: ..... Telefone para contato: .....

....., ... de ..... de 200... .

Local e data

Assinatura do Dirigente do Conveniente

ANEXO III-									
BALANCETE DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DE RECURSOS ANTECIPADOS (Adiantamentos, Subvenções, Aux., Contribuições, Convênios)						MÊS: de 2010.			
Concedente:									
Ordenador da despesa:									

Entidade Beneficiada:										
Endereço Entidade:										CEP:
Responsável:										CPF:
Nota de Empenho:				Data:					Valor R\$:	
Item / Fonte:										
Nota de Subempenho:				Data:					Valor R\$:	
HISTÓRICO FIEL DA FINALIDADE										
DOCUMENTO		HISTÓRICO				Recebimento (R\$)				Pagamento (R\$)
Nº	DATA									
TOTAIS										
Brusque, de de 2010.		Presidente/Diretor						Tesoureiro/Contador		
Local e Data										

**PRESTAÇÃO DE CONTAS DE RECURSOS ANTECIPADOS**  
(Art. 24, Inc. VIII do Decreto Municipal nº. 6.209/2010)

Beneficiário:

Responsável:

Mês:

**DECLARAÇÃO DO RECEBEDOR DE RECURSOS**

Declaro, de acordo com o artigo 24, inciso VIII do Decreto Municipal nº 6.209 de 09 de fevereiro de 2010, que os recursos recebidos foram regularmente empregados aos fins a que se destinaram, de acordo com a Lei, cuja prestação de contas foi montada conforme os requisitos do artigo 24 do decreto supracitado, sendo que todos os documentos de despesa estão legíveis e devidamente assinados pelo presidente da entidade.

Brusque, \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_

Assinatura do Responsável:

Identificação:

ANEXO 4 (continuação)

**INSTRUÇÃO NORMATIVA N.TC -14/2012**

Estabelece critérios para a organização da prestação de contas de recursos concedidos a qualquer título e dispõe sobre o seu encaminhamento ao Tribunal de Contas para julgamento.

O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições constitucionais previstas no art. 59 da Constituição do Estado, e considerando a competência que lhe foi atribuída pelos arts. 3º e 4º da Lei Complementar (estadual) n. 202, de 15 de dezembro de 2000, e 306 da Resolução n. TC-06/2001;

RESOLVE:

**CAPITULO I**  
**DISPOSIÇÕES INICIAIS**

Art. 1º O responsável pela gestão de dinheiro público deve demonstrar que os recursos foram aplicados em conformidade com as leis, regulamentos e normas emanadas das autoridades administrativas competentes e nas finalidades a que se destinavam, por meio da respectiva prestação de contas, em cumprimento ao disposto no parágrafo único do art. 58 da Constituição do Estado.

§ 1º A concessão de recursos públicos para entidades privadas fica submetida exclusivamente ao atendimento de necessidade coletiva ou interesse público devidamente demonstrado e justificado, e deve observar os princípios da legalidade, da publicidade, da impessoalidade, da eficiência, da moralidade e da economicidade.

§ 2º Para os fins desta Instrução Normativa, considera-se:

I – Responsável:

- a) a autoridade administrativa titular da competência para a concessão dos recursos e do correspondente dever de exigir a prestação de contas;
- b) a pessoa física beneficiária de recursos públicos e o representante legal de pessoa jurídica de direito público ou privado que tenha recebido recurso público sujeito à prestação de contas;
- c) a pessoa jurídica de direito privado que tenha recebido recurso público sujeito à prestação de contas;
- d) os demais agentes públicos envolvidos no processo de concessão e na fiscalização da aplicação dos recursos concedidos.

II – Recursos concedidos:

- a) os adiantamentos a agentes públicos visando atender necessidades da Administração mediante a realização de despesas que não possam subordinar-se ao processo normal de aplicação, conforme definido em lei;
- b) os valores transferidos a agentes públicos a título de diárias;
- c) as transferências de recursos, a qualquer título, entre entes da federação, excetuadas as transferências compulsórias para cumprimento de disposições constitucionais ou legais;
- d) as transferências de recursos a pessoas físicas ou jurídicas a título de subvenções, auxílios ou contribuições.

§ 3º Os responsáveis indicados no § 2º, inciso I, bem como outros que tenham concorrido para o dano, respondem solidariamente por prejuízo causado ao erário na aplicação dos recursos concedidos a qualquer título.

§ 4º A pessoa física ou as entidades sem fins lucrativos que recebam recursos públicos para realização de ações de interesse público ficam sujeitas às disposições da Lei (federal) n. 12.527, de 18 de novembro de 2011, regulamentando os procedimentos de acesso às informações no que se refere à parcela dos recursos públicos recebidos e à sua destinação, sem prejuízo da prestação de contas correspondente.

Art. 2º A organização da prestação de contas de recursos concedidos compreende as fases de concessão, aplicação, exame da legalidade do uso do recurso público pelo concedente e o seu encaminhamento ao Tribunal de Contas para julgamento.

Art. 3º Na concessão de recursos públicos a título de adiantamento, diárias, subvenções, auxílios e contribuições, e na organização das respectivas prestações de contas, a autoridade administrativa deve observar as formalidades previstas nesta Instrução Normativa, imprescindíveis para a verificação, pelo Tribunal de Contas, do cumprimento das leis e regulamentos, da probidade e da boa e regular aplicação dos recursos públicos.

## CAPITULO II

### DA CONCESSÃO DE RECURSOS PARA A REALIZAÇÃO DE DESPESAS NO REGIME DE ADIANTAMENTO

Art. 4º A autoridade administrativa deve designar, em ato formal, o servidor responsável pela realização de despesas sob o regime de adiantamento, devendo a escolha recair, preferencialmente, em ocupante de cargo efetivo ou emprego público que demonstre capacidade técnica, probidade e zelo para o desempenho da função.

Art. 5º O repasse dos recursos para atender a despesas pelo regime de adiantamento deve ser autorizado pela autoridade administrativa competente, em ato contendo as seguintes informações:

I - nome, matrícula, cargo ou emprego do responsável pelo adiantamento;

II – indicação do valor a ser concedido e da finalidade;

III – fundamentação legal;

IV – indicação da dotação orçamentária;

V - assinatura do responsável.

Art. 6º Os recursos públicos concedidos para realização de despesas pelo regime de adiantamento serão aplicados diretamente pelo servidor

formalmente designado para gerir os recursos.

Art. 7º O responsável por adiantamento não pode utilizar os recursos correspondentes para cobrir despesas realizadas fora do prazo de aplicação, bem como para atender a despesas distintas de suas finalidades.

Art. 8º Não serão concedidos recursos financeiros a título de adiantamento:

I – a responsável por dois adiantamentos;

II - a servidor responsável pela guarda ou pela utilização do material a adquirir, salvo se não houver outro servidor para tal fim no órgão ou entidade;

III - para despesas já realizadas e para despesas maiores do que as quantias adiantadas;

IV – a responsável que:

a) deixar de prestar contas nos prazos estabelecidos;

b) aplicar os recursos em desacordo com a legislação em vigor;

c) tenha dado causa a perda, extravio, dano ou prejuízo ao erário;

d) tenha praticado atos ilegais, ilegítimos ou antieconômicos;

e) dentro do prazo fixado, tenha deixado de atender a notificação de órgão do controle interno ou do Tribunal de Contas para regularizar a prestação de contas.

Art. 9º As despesas realizadas no regime de adiantamento sujeitam-se à legislação vigente sobre licitação e contratos administrativos.

#### Seção I

Da movimentação dos recursos concedidos a título de adiantamento

Art. 10. Os recursos concedidos a título de adiantamento serão depositados em conta bancária específica vinculada e movimentados por ordem bancária ou transferência eletrônica de numerário.

§ 1º A conta bancária deverá ser identificada com o nome da unidade concedente, acrescido da expressão "Adiantamento" e, sempre que possível, do nome do responsável pelos recursos.

§ 2º A movimentação por cheques nominais, cruzados e individualizados por credor e a realização de saques para pagamentos em espécie serão admitidos apenas quando não for possível a movimentação na forma do caput, devendo esta circunstância ser justificada na prestação de contas.

§ 3º Decorrido o prazo de aplicação, os recursos de adiantamentos ou saldos destes não aplicados no objeto, serão imediatamente recolhidos à conta bancária de origem juntamente com as eventuais rendas de aplicações financeiras.

§ 4º A conta bancária que deixar de ser movimentada deve ser imediatamente encerrada, sendo vedada a sua reutilização para outros fins ou sua movimentação por outro servidor.

#### Seção II

Dos documentos comprobatórios da despesa realizada pelo regime de adiantamento

Art. 11. Constituem comprovantes regulares da despesa pública no regime de adiantamento os documentos fiscais, em primeira via, conforme definido na legislação tributária.

§ 1º O documento fiscal, para fins de comprovação da despesa, deve indicar:

I – a data de emissão, o nome, o endereço e o número do CPF ou do CNPJ do destinatário, conforme o caso;

II – a descrição precisa do objeto da despesa, quantidade, marca, tipo, modelo, qualidade e demais elementos que permitam sua perfeita identificação, não sendo admitidas descrições genéricas;

III – os valores, unitário e total, de cada mercadoria ou serviço e o valor total da operação.

§ 2º Quando o documento fiscal não discriminar adequadamente os bens ou os serviços, o responsável deve elaborar termo complementando as informações, para que fiquem claramente evidenciados todos os elementos caracterizadores da despesa e demonstrada sua vinculação com o objeto do adiantamento.

§ 3º Os documentos fiscais relativos a combustíveis, lubrificantes e consertos de veículos devem conter, também, a identificação do número da placa e a quilometragem registrada no hodômetro, adotando-se procedimento análogo nas despesas em que seja possível controle semelhante.

Art. 12. Será admitido recibo apenas quando se tratar de prestação de serviços por contribuinte que não esteja obrigado a emitir documento fiscal, na forma da legislação tributária.

Parágrafo único. O recibo conterá, no mínimo, a descrição precisa e específica dos serviços prestados, nome, endereço, número do documento de identidade e do CPF do emitente, valor pago (numérico e por extenso) e a discriminação das deduções efetuadas, se for o caso.

Art. 13. Os comprovantes de despesa devem ser preenchidos com clareza e sem emendas, borrões, rasuras, acréscimos ou entrelinhas que possam comprometer a sua credibilidade.

Art. 14. Os documentos comprobatórios de despesas realizadas pelo regime de adiantamento devem ser nominais ao órgão ou entidade a que pertencer os recursos, observando-se os requisitos de validade e preenchimento exigidos pela legislação fiscal.

Art. 15. Os comprovantes de despesas com aquisição de bens e prestação de serviços devem conter o atestado de recebimento firmado pelo responsável.

### CAPITULO III DA CONCESSÃO DE DIÁRIAS

Art. 16. A concessão de diárias será prévia e formalmente autorizada pelo ordenador de despesas ou por quem detenha delegação de competência.

Art. 17. A autorização para deslocamento e a concessão de diária ocorrerão após a formalização do pedido que conterá, no mínimo:

I - matrícula, nome, cargo, emprego ou função do servidor;

II - justificativa do deslocamento;

III - indicação do período do deslocamento e do destino.

§ 1º A diária será paga antes do início da viagem, de uma só vez, salvo

situações excepcionais, previstas na legislação própria do ente.

§ 2º Os períodos de deslocamentos iniciados em sextas feiras e em dias não úteis serão expressamente justificados e autorizados pela autoridade competente.

§ 3º O pagamento das diárias correspondentes aos deslocamentos que se estenderem por tempo superior ao previsto deve estar acompanhado da autorização da prorrogação concedida pela autoridade competente.

§ 4º As despesas com pousada, alimentação e locomoção de agente que permanecer no local de destino após o término do período autorizado, serão por ele custeadas.

Art. 18. Os valores nominais das diárias serão fixados em ato normativo do ente ou de cada Poder, conforme o caso, com base em critérios que leve em consideração o local de destino e os princípios da razoabilidade, da economicidade e da moralidade administrativa.

Parágrafo único. Os valores das diárias para viagens ao exterior fixados em moeda estrangeira devem ser convertidos e pagos em moeda nacional.

#### Seção única

Dos documentos comprobatórios de despesas com diária

Art. 19. O beneficiário deve comprovar a efetiva realização da viagem, a estada no local de destino e o cumprimento dos objetivos, mediante apresentação dos seguintes documentos comprobatórios:

Art. 19. O beneficiário deverá apresentar como comprovante um dos documentos descritos em cada um dos incisos I e II ou I e III deste artigo, que dispõem: (Redação dada pela Instrução Normativa n. TC-17/2013 – DOTC-e de 26.07.2013)

I - do deslocamento:

a) ordem de tráfego e autorização para uso de veículo, em caso de viagem com veículo oficial;

b) bilhete de passagem, se o meio de transporte utilizado for o coletivo, exceto aéreo;

c) comprovante de embarque, em se tratando de transporte aéreo;

II – da estada no local de destino, quaisquer dos documentos abaixo:

- a) nota fiscal de hospedagem;
- b) nota fiscal de alimentação;
- c) nota de abastecimento de veículo oficial, no caso de motorista;
- d) outros documentos idôneos capazes de comprovar a estada.

III – do cumprimento do objetivo da viagem:

a) fotocópia de ata de presença em reunião ou missão;

a) ofício de apresentação com o ciente da autoridade competente, quando se tratar de inspeção, auditoria ou similares; (Redação dada pela Instrução Normativa n. TC-15/2012 – DOTC-e de 12/09/2012)

b) fotocópia de ata de presença em reunião ou missão;

b) lista de frequência ou certificado, quando se tratar de participação em evento ou atividade de capacitação ou formação profissional; (Redação dada pela Instrução Normativa n. TC-15/2012 – DOTC-e de 12/09/2012)

c) declaração de agente público, quando se tratar de visita a entidades e órgãos públicos;

c) outros documentos capazes de comprovar o cumprimento do objetivo da viagem. (Redação dada pela Instrução Normativa n. TC-15/2012 – DOTC-e de 12/09/2012)

d) lista de frequência ou certificado, quando se tratar de participação em evento ou atividade de capacitação ou formação profissional; (Alínea suprimida pela Instrução Normativa n. TC-15/2012 – DOTC-e de 12/09/2012)

e) outros documentos capazes de comprovar o cumprimento do objetivo da viagem. (Alínea suprimida pela Instrução Normativa n. TC-15/2012 – DOTC-e de 12/09/2012)

§ 1º O beneficiário é obrigado a restituir integralmente ao concedente ou ao detentor do adiantamento as diárias consideradas indevidas, sem prejuízo da competente apuração de responsabilidades.

§ 2º No caso de retorno antecipado ou se, por qualquer circunstância, não tiver sido realizada a viagem, o beneficiário restituirá o saldo ou a totalidade das diárias no prazo estabelecido pelo concedente.

#### CAPITULO IV DA CONCESSÃO DE RECURSOS A TÍTULO DE SUBVENÇÕES, AUXÍLIOS E CONTRIBUIÇÕES

Art. 20. A concessão de recursos a título de subvenções, auxílios e contribuições será aprovada pela autoridade administrativa competente com base em parecer fundamentado do órgão concedente que demonstre:

I - a conveniência da concessão do recurso, nos termos do art. 16 da Lei (federal) n. 4.320/64;

II - a compatibilidade entre os objetivos e/ou finalidades estatutárias da entidade beneficiária com o objeto do repasse;

III - a capacidade técnica e operacional do proponente para executar o objeto;

IV - o regular exercício das atividades estatutárias da entidade beneficiária;

V - o interesse público do objeto e os benefícios econômicos e sociais a serem obtidos;

VI – a compatibilidade entre os quantitativos de bens e serviços a serem adquiridos e o objeto proposto;

VII – a compatibilidade entre os valores solicitados, o plano de trabalho e os preços de mercado.

Art. 21. Para cada projeto será constituído processo específico ao qual serão apensadas as respectivas prestações de contas.

§ 1º O processo administrativo de concessão deve ser instruído com os documentos discriminados no Anexo I.

§ 2º O plano de trabalho apresentado pelo proponente deve conter, no mínimo, as informações constantes do Anexo II.



§ 3º Quando o repasse tiver por objeto a realização de obra, devem constar também do processo os documentos discriminados no Anexo III.

§ 4º Quando o objeto envolver a contratação de serviços, especialmente os de assessoria, assistência, consultoria, produção, capacitação e congêneres, devem ser detalhadas as horas técnicas de todos os profissionais envolvidos, discriminando-se a quantidade e o custo individual.

Art. 22. As subvenções destinadas a entidades de assistência social serão repassadas exclusivamente àquelas que detenham certificação emitida por Conselho de Assistência Social, nos termos da legislação própria. (Vide Instrução Normativa N.TC-0016/2013 – DOTC-e de 05/06/2013 que suspendeu até 31/12/2013 a exigência contida neste artigo)

Parágrafo único. Os repasses deverão ser realizados por unidade gestora com atribuições legais afetas à área social.

Art. 23. O representante legal da entidade beneficiária deve manter atualizado seu cadastro junto ao órgão concedente, informando especialmente as alterações de endereço, seu e da entidade.

Art. 24. O repasse de recursos de que trata este Capítulo deve ser feito depois de formalizado o respectivo termo de ajuste, cuja eficácia fica condicionada à publicação do respectivo extrato no órgão de imprensa oficial do concedente. § 1º O termo de ajuste deve conter, no mínimo, o conteúdo indicado no Anexo IV.

§ 2º É dever do órgão repassador dos recursos acompanhar a execução do objeto do convênio conforme plano de trabalho.

Art. 25. A concessão de subvenção social deve ser restrita às entidades sem fins lucrativos dedicadas à prestação de serviços de assistência social, médica, educacional ou cultural, nos termos da Lei (federal) n. 4.320/64 e conforme dispuser a legislação do ente, que comprovem regular exercício de suas atividades no Estado de Santa Catarina, bem como a compatibilidade entre as finalidades estatutárias e o objeto do repasse.

Art. 26. Não serão concedidos recursos a título de subvenções, auxílios e contribuições:

I - para instalação, organização ou fundação de instituições;

II – à pessoa física ou jurídica que:

a) deixar de prestar contas nos prazos estabelecidos;

b) aplicar os recursos em desacordo com a legislação em vigor;

c) tenha dado causa à perda, extravio, dano ou prejuízo ao erário;

d) tenha praticado atos ilegais, ilegítimos ou antieconômicos relacionados à aplicação de recursos públicos;

e) dentro do prazo fixado, tenha deixado de atender a notificação de órgão de controle interno ou do Tribunal de Contas para regularizar a prestação de contas.

#### Seção I

Da movimentação dos recursos concedidos a título de subvenções, auxílios e contribuições

Art. 27. Os recursos concedidos a título de subvenções, auxílios e contribuições devem ser depositados em conta bancária específica e vinculada, e movimentados por ordem bancária ou transferência eletrônica de numerário. Parágrafo único. A movimentação por cheques nominais, cruzados e individualizados por credor será admitida apenas quando não for possível a movimentação na forma do caput, devendo essa circunstância ser justificada na prestação de contas.

Art. 28. A conta bancária deve ser identificada com o nome da entidade recebedora dos recursos, acrescido da expressão “Subvenção”, “Auxílio” ou “Contribuição” e do nome da unidade concedente.

Art. 29. Quando o prazo previsto para utilização for superior a 30 (trinta) dias, os recursos devem ser obrigatoriamente aplicados em caderneta de poupança ou em fundo de aplicação financeira de curto prazo lastreado em títulos da dívida pública federal.

Parágrafo único. Os rendimentos da aplicação financeira devem ser empregados no objeto ou devolvidos ao concedente, conforme estabelecido no termo de ajuste, ficando sujeitos às mesmas regras de prestação de contas dos recursos transferidos.

#### Seção II

Dos documentos comprobatórios da despesa realizada com recursos de subvenções, auxílios e contribuições

Art. 30. Constituem comprovantes regulares da despesa custeada com recursos repassados a título de subvenções, auxílios e contribuições os documentos fiscais definidos na legislação tributária, originais e em primeira via, folha de pagamento e guias de recolhimento de encargos sociais e de tributos. § 1º O documento fiscal, para fins de comprovação de despesa, deve indicar:

I – a data de emissão, o nome, o endereço do destinatário e o número do registro no CNPJ;

II – a descrição precisa do objeto da despesa, quantidade, marca, tipo, modelo, qualidade e demais elementos que permitam sua perfeita identificação, não sendo admitidas descrições genéricas;

III – os valores, unitário e total, de cada mercadoria ou serviço e o valor total da operação.

§ 2º Quando não for possível discriminar adequadamente os bens ou serviços no documento fiscal, o emitente deverá fornecer termo complementando as informações para que fiquem claramente evidenciados todos os elementos caracterizadores da despesa e demonstrada sua vinculação com o objeto do repasse.

§ 3º Os documentos fiscais relativos a combustíveis, lubrificantes e consertos de veículos devem conter, também, a identificação do número da placa, adotando-se procedimento análogo nas despesas em que seja possível controle semelhante.

Art. 31. Os comprovantes de despesa devem ser preenchidos com clareza e sem emendas, borrões, rasuras, acréscimos ou entrelinhas que possam comprometer a sua credibilidade.

Art. 32. Admite-se a apresentação de recibo apenas quando se tratar de prestação de serviços por contribuinte que não esteja obrigado a emitir documento fiscal, na forma da legislação tributária.

Parágrafo único. O recibo conterá, no mínimo, a descrição precisa e específica dos serviços prestados, nome, endereço, número do documento de identidade e do CPF do emitente, valor pago, de forma numérica e por extenso, e a discriminação das deduções efetuadas, se for o caso.

Art. 33. As folhas de pagamento devem conter o nome, cargo, número de matrícula e CPF do empregado, valor e descrição de cada parcela da remuneração, descontos, valor líquido a pagar, período de competência, comprovação do depósito bancário em favor do credor e assinatura dos responsáveis.

§ 1º Quando os recursos concedidos se destinarem a pagamento de pessoal, o concedente deve exigir, no mínimo, a comprovação do recolhimento da contribuição previdenciária (INSS) e do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

§ 2º Quando a prestação de contas não contiver os comprovantes exigidos no § 1º, o concedente deverá exigir a apresentação e, caso não atendido, informar o fato aos órgãos federais de fiscalização.

Art. 34. Os comprovantes de despesa com publicidade serão acompanhados dos seguintes documentos:

I – memorial descritivo da campanha de publicidade quando relativa à criação ou produção;

II – cópia da autorização de divulgação e/ou do contrato de publicidade;

III – exemplar do material impresso, em se tratando de publicidade escrita;

IV – cópia do áudio ou vídeo da matéria veiculada e comprovante da emissora indicando as datas e horários das inserções quando se tratar de publicidade radiofônica ou televisiva;

V – cópia da tabela oficial de preços do veículo de divulgação e demonstrativo da procedência dos valores cobrados.

Art. 35. Serão admitidos somente os documentos de despesas realizadas em data posterior à assinatura do termo de ajuste e anterior ao término do prazo da sua vigência.

Art. 36. Deve constar dos comprovantes de despesas com aquisição de bens e prestação de serviços o atestado de recebimento firmado pelo responsável.

Art. 37. Compete ao responsável pela aplicação dos recursos demonstrar o seu bom e regular emprego no objeto para o qual foram concedidos, mediante a apresentação, na prestação de contas, de elementos que permitam a exata verificação das despesas realizadas e da sua vinculação com o objeto.

## CAPITULO V DA ORGANIZAÇÃO DA DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DE RECURSOS CONCEDIDOS

Art. 38. Os documentos que devem compor a prestação de contas de recursos concedidos a título de adiantamento, subvenção, auxílio e contribuição serão autuados no órgão concedente, constituindo processo administrativo, com folhas sequencialmente numeradas em ordem cronológica.

### Seção I

#### Da prestação de contas de adiantamento

Art. 39. A prestação de contas será organizada de forma individualizada por empenho ou nota de liquidação e corresponderá ao valor

integral do recurso recebido.

Art. 40. A prestação de contas de recursos concedidos a título de adiantamento deve conter os documentos discriminados no Anexo V.

## Seção II

### Da prestação de contas de diária

Art. 41. O beneficiário prestará contas das diárias recebidas em formulário próprio contendo, no mínimo, as seguintes informações:

I - identificação: nome, matrícula, cargo, emprego ou função do agente;

II - deslocamento: data e hora de saída do local de origem e de chegada ao local de destino;

III - meio de transporte utilizado;

IV - descrição sucinta do objetivo da viagem;

V - número de diárias e o montante creditado.

Art. 42. A prestação de contas de recursos concedidos a título de diárias será instruída com os documentos discriminados no anexo VI.

Art. 42. A prestação de contas de recursos concedidos a título de diárias será instruída com um dos documentos descritos em cada um dos incisos I e II ou I e

III do Anexo VI. (Redação dada pela Instrução Normativa n. TC-17/2013 – DOTC-e de 26.07.2013)

## Seção III

### Da prestação de contas de recursos concedidos a título de subvenções, auxílios e contribuições

Art. 43. A prestação de contas deve ser composta de forma individualizada de acordo com a finalidade do repasse e corresponderá ao valor do recurso concedido.

§ 1º Quando o repasse for realizado em parcelas, para cada parcela repassada haverá um processo de prestação de contas que será anexo ao processo de concessão.

§ 2º Integram a prestação de contas e sujeitam-se às mesmas regras dos recursos concedidos os recursos concernentes à contrapartida financeira ao encargo do proponente, quando for o caso.

§ 3º Cada prestação de contas receberá pronunciamento do órgão concedente, na forma do Capítulo VII desta Instrução Normativa.

§ 4º A prestação de contas de recursos concedidos a título de subvenções, auxílios e contribuições deve conter os documentos discriminados no Anexo VII.

§ 5º Na contratação de serviços, especialmente os de assessoria, assistência, consultoria e congêneres; produção, promoção de eventos, seminários, capacitação e congêneres; segurança e vigilância, devem ser detalhadas as horas técnicas de todos os profissionais envolvidos, discriminando-se as quantidades e os custos unitário e total, bem como as justificativas da escolha.

§ 6º As aquisições e as contratações realizadas pelas entidades privadas atenderão aos princípios constitucionais da impessoalidade, da moralidade, da transparência e da economicidade.

§ 7º A prestação de contas de despesas com cursos, palestras, seminários, work shop e congêneres será acompanhada de relação contendo o nome dos participantes, o número de inscrição no Cadastro de Pessoa Física – CPF, e respectivas assinaturas, bem como o nome do palestrante, temas abordados, a carga horária, local e data de realização e outros elementos capazes de comprovar a realização do objeto.

§ 8º No caso de despesas com locação de veículo para transporte de pessoas, a prestação de contas será acompanhada de relação dos passageiros transportados, fornecida pelo transportador contratado.

§ 9º Quando o objeto envolver a locação de imóveis, bens móveis, materiais ou equipamentos, tais como equipamentos de sonorização e iluminação, palcos e outras estruturas para eventos, a prestação de contas será acompanhada dos contratos de locação e de memorial descritivo fornecido pelo contratado que especifique o tipo de estrutura e equipamentos utilizados, quantidades, marcas, potência, prazo de locação e demais informações que permitam sua perfeita identificação.

§ 10 Quando o objeto envolver a realização de obra ou serviço de engenharia, a prestação de contas será acompanhada também dos documentos discriminados no Anexo VIII.

§ 11 Quando o objeto incluir a aquisição de materiais para distribuição gratuita, a prestação de contas será acompanhada de relação na qual conste o nome, o número de inscrição no Cadastro de Pessoa Física – CPF, ou Registro Geral - RG, endereço dos beneficiários, e suas assinaturas e elementos comprobatórios da distribuição, como matérias jornalísticas, registro fotográfico, filmagem, dentre outros.

§ 12 Quando o objeto envolver também a aplicação de recursos oriundos de outras fontes (municipais, estaduais, federais, patrocínios privados, ou outros), na prestação de contas deverão ser demonstrados tais valores, sua finalidade e a aplicação.

#### CAPITULO VI

##### DO PRAZO PARA APRESENTAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS AO CONCEDENTE

Art. 44. As prestações de contas dos recursos concedidos a título de diárias, adiantamento, subvenções, auxílios e contribuições devem ser apresentadas ao órgão repassador dos recursos no prazo estabelecido em lei ou regulamento do concedente.

Art. 45. Constatada a ausência da prestação de contas, o ordenador de despesa deverá adotar providências administrativas visando regularizar a situação, observando-se os prazos previstos em regulamento.

Parágrafo único. Persistindo a ausência da prestação de contas, a autoridade administrativa competente, sob pena de responsabilidade solidária, deverá instaurar Tomada de Contas Especial na forma do regulamento próprio do ente e de Instrução Normativa do Tribunal de Contas.

Art. 46. O detentor de adiantamento que, injustificadamente, apresentar a prestação de contas fora do prazo estabelecido pelo concedente, fica sujeito ao pagamento da atualização monetária calculada sobre o eventual montante não utilizado após o período de aplicação.

Parágrafo único. A atualização monetária tomará por base os índices de atualização dos créditos tributários do ente concedente.

#### CAPITULO VII

##### DO EXAME DA REGULARIDADE DA PRESTAÇÃO DE CONTAS PELO CONCEDENTE E DO ENVIO AO TRIBUNAL DE CONTAS

Art. 47. As prestações de contas de recursos concedidos a título de adiantamento, subvenções, auxílios e contribuições serão analisadas pelo concedente, que emitirá parecer técnico fundamentado.

§ 1º O Parecer de que trata o caput concluirá pela regularidade ou irregularidade da prestação de contas, devendo considerar, dentre outros aspectos e conforme o caso:

I – a regular aplicação dos recursos nas finalidades pactuadas;

II- a observância, na aplicação dos recursos, dos princípios da legalidade, legitimidade, economicidade, impessoalidade e das normas regulamentares editadas pelo concedente;

III – o cumprimento do plano de trabalho;

IV – a regularidade dos documentos comprobatórios da despesa e da composição da prestação de contas;

V – execução total ou parcial do objeto;

VI - aplicação total ou parcial da contrapartida;

VII – eventual perda financeira em razão não aplicação dos recursos no mercado financeiro para manter o poder aquisitivo da moeda;

VIII - devolução, ao concedente, de eventual saldo de recursos não aplicados no objeto do repasse, inclusive os decorrentes de receitas de aplicações financeiras.

§ 2º O parecer de que trata o caput versará também sobre a execução física e o atendimento do objeto do repasse, no caso de prestações de contas de recursos concedidos a título de subvenções, auxílios e contribuições.

§ 3º No caso de irregularidade na prestação de contas, o responsável pelo parecer de que trata o caput deverá fazer a correta identificação dos responsáveis e a quantificação do dano, com a indicação das parcelas eventualmente recolhidas e dos critérios para atualização do valor do débito.

Art. 48. Após analisadas na forma do artigo anterior, as prestações de contas serão encaminhadas ao órgão de controle interno para elaboração de parecer e, posteriormente, à autoridade administrativa competente para pronunciamento.

§ 1º Para os fins do caput, considera-se:

a) parecer do controle interno: o documento pelo qual o órgão se manifesta acerca do exame da prestação de contas, dos procedimentos utilizados para esta finalidade e das intercorrências no processo, manifestando-se sobre o cumprimento das normas legais e regulamentares, indicando eventuais irregularidades ou ilegitimidades constatadas, devendo manifestar a sua concordância ou não com a conclusão da análise feita pelo concedente na forma do disposto no art. 47;

b) pronunciamento da autoridade administrativa: o documento pelo qual o dirigente máximo da entidade ou autoridade de nível hierárquico

equivalente, atesta haver tomado conhecimento dos fatos apurados e indica as medidas adotadas para o saneamento das deficiências e irregularidades constatadas.

§ 2º As prestações de contas de adiantamento, diárias, subvenções, auxílios e contribuições consideradas regulares permanecerão arquivadas no órgão concedente.

§ 3º As prestações de contas de adiantamentos, subvenções, auxílios e contribuições consideradas irregulares e com valor do dano igual ou superior à quantia fixada anualmente pelo Tribunal de Contas para efeito de julgamento de Tomada de Contas Especial, serão encaminhadas ao Tribunal para julgamento.

Art. 49. Fica dispensado o encaminhamento das prestações de contas ao Tribunal e autorizado o seu arquivamento no órgão ou entidade de origem nas hipóteses de:

I – recolhimento do débito no âmbito interno, atualizado monetariamente;

II – valor do dano, atualizado monetariamente, inferior ao limite fixado pelo Tribunal para encaminhamento de Tomada de Contas Especial;

III – descaracterização do débito.

§ 1º Na hipótese prevista no inciso II do caput, a autoridade administrativa deve providenciar o lançamento contábil do valor do dano à responsabilidade da pessoa que lhe deu causa e a inclusão do nome do responsável em cadastro informativo de débitos não quitados, se houver, na forma da legislação em vigor.

§ 2º Quando o somatório dos diversos débitos de um mesmo responsável perante um mesmo órgão ou entidade exceder o valor mencionado no inciso II do caput, a autoridade administrativa competente deve encaminhar os respectivos processos ao Tribunal de Contas.

§ 3º O disposto no inciso II deste artigo não exime a autoridade da adoção de medidas administrativas e/ou judiciais para a reparação do erário, sob pena de responsabilidade solidária.

## CAPÍTULO VIII DAS TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS ENTRE ENTES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

### Seção I Dos ajustes entre entes da Administração Pública

Art. 50. Na celebração de convênio ou instrumento congênere entre entes da administração pública visando à execução de programas e ações de interesse recíproco, deve-se observar a legislação nacional, as normas legais e regulamentares próprias dos partícipes e o disposto nesta Instrução Normativa.

Art. 51. A celebração do convênio ou instrumento congênere será precedida de análise e parecer da assessoria jurídica do concedente.

Art. 52. O termo de convênio ou instrumento congênere terá o conteúdo mínimo previsto no Anexo IX, sem prejuízo do disposto na legislação própria dos partícipes.

Art. 53. A eficácia do convênio ou instrumento congênere e de seus aditivos fica condicionada à publicação do respectivo extrato no Órgão Oficial de cada um dos partícipes.

Art. 54. Para cada convênio ou instrumento congênere será constituído processo específico, ao qual serão apensados os processos de prestação de contas parciais, se for o caso, e o processo de prestação de contas final.

Art. 55. Compete aos órgãos repassadores de recursos, sem prejuízo de outras competências previstas na legislação própria do concedente e no termo de ajuste:

I – acompanhar e fiscalizar a execução do convênio ou instrumento congênere, de forma a verificar a regularidade dos atos praticados, a execução do objeto conforme o plano de trabalho, bem como os resultados obtidos;

II - suspender a liberação de parcelas ou novas concessões aos inadimplentes, quando decorrido o prazo estabelecido para a prestação de contas sem a devida regularização, quando verificado desvio de finalidade na aplicação dos recursos ou práticas atentatórias aos princípios fundamentais da administração pública;

III - manter controle atualizado sobre os recursos liberados e as prestações de contas.

### Seção II Dos Documentos de Despesa

Art. 56. Os documentos fiscais, para fins de comprovação da despesa do convênio ou instrumento congênere deverão obedecer aos requisitos de validade e preenchimento exigidos pela legislação tributária.

§ 1º Os documentos comprobatórios das despesas deverão conter referência ao termo de ajuste e ao seu número, bem como declaração

do responsável certificando que o material foi recebido ou o serviço prestado.

§ 2º Aplicam-se às transferências de que trata este Capítulo, no que couber, as normas dos arts. 30 a 37 desta Instrução Normativa.

### Seção III Da Prestação de Contas

Art. 57. A prestação de contas, observada a legislação própria do concedente, deve conter, no mínimo, os documentos e informações constantes do Anexo X.

Parágrafo único. A prestação de contas será constituída com cópias dos documentos de despesas, ficando os originais em poder do conveniente.

Art. 58. O conveniente deverá apresentar as prestações de contas nos prazos estabelecidos na legislação própria do concedente ou no termo de ajuste.

Art. 59. Constatada a ausência da prestação de contas, a autoridade administrativa deverá adotar providências visando regularizar a situação, observando-se os prazos previstos em regulamento.

Parágrafo único. Persistindo a ausência de prestação de contas, a autoridade administrativa competente, sob pena de responsabilidade solidária, deverá instaurar Tomada de Contas Especial, na forma do regulamento próprio do ente concedente e de Instrução Normativa do Tribunal de Contas.

### Seção II Dos Documentos de Despesa

Art. 56. Os documentos fiscais, para fins de comprovação da despesa do convênio ou instrumento congênere deverão obedecer aos requisitos de validade e preenchimento exigidos pela legislação tributária.

§ 1º Os documentos comprobatórios das despesas deverão conter referência ao termo de ajuste e ao seu número, bem como declaração do responsável certificando que o material foi recebido ou o serviço prestado.

§ 2º Aplicam-se às transferências de que trata este Capítulo, no que couber, as normas dos arts. 30 a 37 desta Instrução Normativa.

### Seção III Da Prestação de Contas

Art. 57. A prestação de contas, observada a legislação própria do concedente, deve conter, no mínimo, os documentos e informações constantes do Anexo X.

Parágrafo único. A prestação de contas será constituída com cópias dos documentos de despesas, ficando os originais em poder do conveniente.

Art. 58. O conveniente deverá apresentar as prestações de contas nos prazos estabelecidos na legislação própria do concedente ou no termo de ajuste.

Art. 59. Constatada a ausência da prestação de contas, a autoridade administrativa deverá adotar providências visando regularizar a situação, observando-se os prazos previstos em regulamento.

Parágrafo único. Persistindo a ausência de prestação de contas, a autoridade administrativa competente, sob pena de responsabilidade solidária, deverá instaurar Tomada de Contas Especial, na forma do regulamento próprio do ente concedente e de Instrução Normativa do Tribunal de Contas. previsto no inciso II para encaminhamento das informações ao Tribunal, conta-se da data em que deveriam ter sido apresentadas as contas.

Art. 62. Os processos de prestação de contas de que trata esta Instrução Normativa poderão, a critério do Tribunal, ser remetidos por meio informatizado.

Art. 63. O conteúdo dos anexos desta Instrução Normativa poderá ser alterado por ato do Presidente do Tribunal de Contas.

Art. 64. As normas relativas ao Capítulo IV devem ser observadas no prazo de até 90 (noventa) dias, contados da data da publicação desta Instrução Normativa.

Art. 65. Revogam-se os arts. 28 a 54, 62 e 70 a 72 da Resolução n. TC-16/94, de 21 de dezembro de 1994.

Art. 66. Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

Florianópolis, 13 de junho de 2012.  
Cesar Filomeno Fontes  
PRESIDENTE



Julio Garcia  
RELATOR

Luiz Roberto Herbst

Herneus De Nadal

Gerson dos Santos Sicca  
(art. 86, caput, da LC n. 202/00)

Cleber Muniz Gavi  
(art. 86, caput, da LC n. 202/00)

Sabrina Nunes Iocken  
(art. 86, §2º, da LC n. 202/00)

FUI PRESENTE: Aderson Flores  
Procurador-geral Adjunto do Ministério Público junto ao TCE/SC e.e.

#### ANEXO I

#### DOCUMENTOS QUE DEVEM INTEGRAR O PROCESSO DE CONCESSÃO DE SUBVENÇÕES, AUXÍLIOS E CONTRIBUIÇÕES (Art. 21, § 1º)

I	Solicitação ao dirigente máximo do concedente;
II	Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;
III	Comprovante de endereço da entidade e do seu representante legal;
IV	Cópia autenticada do RG e do CPF do presidente da entidade ou do ocupante de cargo equivalente;
V	Cópia do estatuto e de suas alterações, devidamente registrados no cartório competente;
VI	Cópia autenticada da ata da última assembleia que elegeu o corpo dirigente da entidade, registrada no cartório competente;
VII	Cópia do alvará de funcionamento fornecido pela Prefeitura Municipal;
VIII	Atestado de funcionamento fornecido pelo Conselho Municipal ou órgão de fiscalização com jurisdição sobre a entidade do município a que pertencer a entidade, com data de emissão não superior a doze meses;
IX	Comprovante de abertura de conta corrente vinculada ao projeto;
X	Plano de trabalho devidamente preenchido e assinado pelo representante legal da entidade interessada;
XI	Certificação de entidade beneficente de assistência social, emitida por Conselho de Assistência Social, nos termos da legislação, se for o caso; (Vide Instrução Normativa N.TC-0016/2013 – DOTC-e de 05/06/2013 que suspendeu até 31/12/2013 a exigência contida neste inciso)
XII	Cópia da Lei de utilidade pública, quando exigida pela legislação do concedente;
XIII	Certidão Negativa de Débitos – CND ou Certidão Positiva com Efeitos de Negativa – CPD-EN emitido pela Previdência Social
XIV	Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – CRF;
XV	Certidão Negativa de Débitos Estaduais, obtida no sítio eletrônico <a href="http://www.sef.sc.gov.br">http://www.sef.sc.gov.br</a> , quando o concedente for o Estado;
XVI	Certidão Negativa de débitos municipais, quando o concedente for município;;
XVII	Relatório de atividades desenvolvidas nos últimos doze meses;
XVIII	Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do art. 29, inciso V, da Lei 8.666/93, quando envolver o pagamento de pessoal com os recursos pretendidos.

#### ANEXO II

#### INFORMAÇÕES QUE DEVEM SER INSERIDAS NO PLANO DE TRABALHO DA ENTIDADE RECEBEDORA DE SUBVENÇÕES, AUXÍLIOS E CONTRIBUIÇÕES (Art. 21, § 2º)

I	Identificação e credenciais do proponente, objetivos sociais da entidade, com informações relativas à capacidade técnica e operacional para a execução do objeto;
II	Descrição do título, do objeto e da finalidade do projeto, de modo a permitir a identificação precisa do que se pretende realizar ou obter;



III	Justificativa contendo a caracterização do interesse público do objeto, evidenciando os benefícios econômicos e sociais a serem obtidos;
IV	Especificação de todas as demais fontes de recursos que irão financiar o objeto, com os valores estimados, se for o caso
V	Plano de aplicação com orçamento detalhado dos bens e serviços a serem adquiridos ou contratados;
VI	Cronograma físico de execução;
VII	Cronograma financeiro de desembolso;
VIII	Especificação completa dos bens a serem produzidos ou adquiridos, bem como dos serviços a serem contratados, discriminando o custo de sua aquisição no mercado

## ANEXO III

## DOCUMENTOS COMPLEMENTARES QUE DEVEM INTEGRAR O PROCESSO DE CONCESSÃO DE AUXÍLIOS E CONTRIBUIÇÕES DESTINADOS À REALIZAÇÃO DE OBRAS (Art. 21, § 3º)

I	Certidão emitida pelo Cartório de Registro de Imóveis comprovando a propriedade plena do imóvel com data não superior a trinta dias, nos casos em que o repasse tiver como objeto a execução de obras ou benfeitorias no mesmo, inclusive para a contratação de projeto arquitetônico;
II	Licença ambiental prévia e, se for o caso, outras licenças expedidas pelos órgãos ambientais competentes, quando o contrato envolver obras, instalações ou serviços que exijam estudos ambientais, conforme previsto na legislação federal e estadual aplicável;
III	Alvarás de licença necessários à realização de obras, expedidos pelos órgãos municipais competentes;
IV	Registro fotográfico da situação por ocasião do pedido, em se tratando de reforma, supressão ou acréscimo.
V	Projeto básico, conforme definido na Lei Federal sobre licitações e contratos, que poderá ser dispensado pela autoridade competente no caso de objeto padronizado.

## ANEXO IV

## CONTEÚDO MÍNIMO DO TERMO DE AJUSTE (Art. 24, § 1º)

I	Objeto e finalidade do repasse;
II	Obrigações das partes;
III	Valor total a ser transferido, com a indicação da fonte de recursos, detalhando o valor das parcelas do exercício em curso e as previstas para exercícios futuros, se for o caso;
IV	Valor da contrapartida, quando houver, seu detalhamento e a forma de sua aplicação;
V	Forma pela qual a execução física do objeto será acompanhada pelo concedente;
VI	Obrigações do beneficiário de manter atualizado seu cadastro junto ao concedente;
VII	Prerrogativa do concedente de assumir ou transferir a responsabilidade pela execução do objeto, no caso de paralisação ou da ocorrência de fato relevante, de modo a evitar sua descontinuidade;
VIII	Obrigações do beneficiário de identificar os bens permanentes adquiridos e as obras executadas;
IX	Compromisso do beneficiário de movimentar os recursos na conta bancária específica;
X	Proibição do beneficiário de repassar os recursos recebidos para outras entidades de direito público ou privado, salvo quando expressamente autorizado pela legislação própria do concedente;
XI	Obrigações do beneficiário de prestar contas dos recursos recebidos e da contrapartida;
XII	Orientação acerca da forma da prestação de contas, dos prazos, indicação expressa da documentação que deve integrar a prestação de contas e outros elementos que facilitem ao responsável cumprir adequadamente a obrigação de prestação das contas;
XIII	Hipóteses de rescisão;
XIV	Direito de propriedade dos bens remanescentes na data da conclusão, rescisão ou extinção do ajuste, se houver;
XV	Vigência do ajuste, fixada de acordo com o prazo previsto para a execução do objeto;
XVI	Obrigatoriedade de devolução dos recursos e dos rendimentos da aplicação financeira, nos casos previstos; e
XVII	Indicação do foro competente para dirimir conflitos decorrentes de sua execução.

## ANEXO V

## DOCUMENTOS QUE DEVEM ACOMPANHAR A PRESTAÇÃO DE CONTAS DE ADIANTAMENTO (Art. 40)

I	Documentos de requisição;
II	Balancete de prestação de contas;

III	Nota de empenho, nota de liquidação e nota de estorno de empenho, se houver;
IV	Extrato da conta bancária com a movimentação completa do período;
V	Documentos comprobatórios das despesas;
VI	Comprovantes das transações bancárias ou fotocópias dos cheques;
VII	Guia de recolhimento do saldo não utilizado, se houver
VIII	Relatório detalhado da utilização dos recursos com justificativa fundamentada da necessidade de utilização de cheques ou do pagamento de despesas em espécie.

## ANEXO VI

DOCUMENTOS QUE DEVEM ACOMPANHAR A  
PRESTAÇÃO DE CONTAS DE DIÁRIA (Art. 42)

I	Comprovantes do deslocamento: a) Ordem de Tráfego e Autorização para Uso de Veículo, em caso de viagem com veículo oficial; b) bilhete de passagem se o meio de transporte utilizado for o coletivo, exceto aéreo; c) comprovante de embarque em se tratando de transporte aéreo.
II	Comprovantes da estada no local de destino: a) nota fiscal de hospedagem; b) nota fiscal de alimentação; c) nota fiscal de abastecimento de veículo oficial, no caso de motorista; d) outros documentos idôneos capazes de comprovar a estada.
III	Comprovantes do cumprimento do objetivo da viagem: a) fotocópia de ata de presença em reunião ou missão; b) ofício de apresentação com o ciente da autoridade competente, quando se tratar inspeção, auditoria e similares; c) declaração de agente público quando se tratar de visita a entidades e órgãos públicos; d) lista de frequência ou certificado, quando se tratar de participação em evento, atividades de capacitação ou formação profissional; e) outros documentos capazes de comprovar o cumprimento do objetivo da viagem.

## ANEXO VI

DOCUMENTOS QUE DEVEM ACOMPANHAR A PRESTAÇÃO DE CONTAS DE  
DIÁRIA (Art. 42) (Redação do Anexo VI dada pela Instrução Normativa n. TC-  
15/2013 – DOTC-e de 12.09.2012)

I	Comprovantes do deslocamento: a) Ordem de Tráfego e Autorização para Uso de Veículo, em caso de viagem com veículo oficial; b) bilhete de passagem se o meio de transporte utilizado for o coletivo, exceto aéreo; c) comprovante de embarque em se tratando de transporte aéreo.
II	Comprovantes da estada no local de destino: a) nota fiscal de hospedagem; b) nota fiscal de alimentação; c) nota fiscal de abastecimento de veículo oficial, no caso de motorista; d) outros documentos idôneos capazes de comprovar a estada.
III	Comprovantes do cumprimento do objetivo da viagem: a) ofício de apresentação com o ciente da autoridade competente, quando se tratar de inspeção, auditoria e similares; b) lista de frequência ou certificado, quando se tratar de participação em evento, atividades de capacitação ou formação profissional; c) outros documentos capazes de comprovar o cumprimento do objetivo da viagem

## ANEXO VII

DOCUMENTOS QUE DEVEM ACOMPANHAR A PRESTAÇÃO DE CONTAS DE  
RECURSOS CONCEDIDOS A TÍTULO DE SUBVENÇÕES, AUXÍLIOS E  
CONTRIBUIÇÕES (Art. 43, § 4º)

I	Processo de concessão dos recursos;
II	Balancete de prestação de contas, assinado pelo representante legal da entidade beneficiária e pelo tesoureiro;
III	Parecer do Conselho Fiscal, quanto à correta aplicação dos recursos no objeto e ao atendimento da finalidade pactuada;
IV	Borderô discriminando as receitas, no caso de projetos financiados com recursos públicos em que haja cobrança de ingressos, taxa de inscrição ou similar;
V	Originais dos documentos comprobatórios das despesas realizadas (nota fiscal, cupom fiscal, recibo, folhas de pagamento, relatório resumo de viagem, ordens de tráfego, bilhetes de passagem, guias de recolhimento de encargos sociais e de tributos, faturas, duplicatas, etc.);
VI	Extratos bancários da conta corrente vinculada e da aplicação financeira, com a movimentação completa do período;
VII	Ordens bancárias e comprovantes de transferência eletrônica de numerário ou cópia dos cheques utilizados para pagamento das despesas;
VIII	Guia de recolhimento de saldo não aplicado, se for o caso;

IX	Declaração do responsável, nos documentos comprobatórios das despesas, certificando que o material foi recebido e/ou o serviço prestado, e que está conforme as especificações neles consignadas;
X	Cópia do certificado de propriedade, no caso de aquisição ou conserto de veículo automotor;
XI	Relatório sobre a execução física e o cumprimento do objeto do repasse ou de sua etapa, com descrição detalhada da execução, acompanhado dos contratos de prestação de serviço, folders, cartazes do evento, exemplar de publicação impressa, CD, DVD, registros fotográficos, matérias jornalísticas e todos os demais elementos necessários à perfeita comprovação da execução.
<sup>1</sup> O relatório deve apresentar de forma detalhada as horas técnicas de todos os profissionais envolvidos, discriminando as quantidades e os custos unitário e total dos serviços quando o objeto do repasse envolver a contratação de serviços, em especial os de assessoria, assistência, consultoria e congêneres; produção, promoção de eventos, seminários, capacitação e congêneres, segurança e vigilância, bem como as justificativas da escolha	

## ANEXO VIII

DOCUMENTOS COMPLEMENTARES QUE DEVEM ACOMPANHAR A  
PRESTAÇÃO DE CONTAS DE RECURSOS CONCEDIDOS A TÍTULO DE  
AUXÍLIOS E CONTRIBUIÇÕES PARA REALIZAÇÃO DE OBRA E SERVIÇO DE  
ENGENHARIA (Art. 43, § 10)

I	Laudo técnico de cada medição, assinado pelo engenheiro responsável;
II	Comprovação da realização com registros fotográficos da situação anterior e posterior às obras ou reformas realizadas;
III	Declaração do responsável com sucinta caracterização das etapas efetuadas e, no caso de conclusão, acompanhada do respectivo termo de recebimento;
IV	Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), conforme estabelecido na Legislação Federal.

## ANEXO IX

CONTEÚDO MÍNIMO DOS TERMOS DE AJUSTES FIRMADOS ENTRE ENTES  
DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (Art. 52)

I	Objeto e finalidade
II	Obrigações dos partícipes e dos intervenientes, se houver;
III	Valor total a ser transferido, com a indicação da fonte de recursos, detalhando o valor das parcelas do exercício em curso e as previstas para exercícios futuros;
IV	Valor da contrapartida, quando houver, e a forma de sua aferição, quando prestada por meio de bens e serviços economicamente mensuráveis;
V	Classificação da despesa e o número do empenho;
VI	Informação de que os recursos para atender às despesas em exercícios futuros, no caso de investimento, estão consignados no Plano Plurianual ou previstos em lei que autorize as despesas;
VII	Forma pela qual a execução física do objeto será acompanhada pelo concedente;
VIII	Prerrogativa do concedente de assumir ou transferir a responsabilidade pela execução do objeto, no caso de paralisação ou da ocorrência de fato relevante, de modo a evitar sua descontinuidade;
XIV	Obrigações do conveniente de identificar os bens permanentes adquiridos e as obras executadas;
X	Compromisso de o conveniente de movimentar os recursos na conta bancária única e específica do convênio;
XI	Proibição do conveniente repassar os recursos recebidos para outros órgãos ou entidades congêneres ou não, salvo expressa autorização na legislação própria do concedente;
XI	Sujeição da aquisição de bens e serviços à legislação sobre licitações e contratos públicos;
XII	Obrigações do conveniente prestar contas dos recursos recebidos e da contrapartida, se houver;
XIV	Hipóteses de rescisão;
XV	Direito de propriedade dos bens remanescentes na data da conclusão, rescisão ou extinção do convênio, se houver
<sup>1</sup> Consideram-se bens remanescentes os equipamentos e materiais permanentes adquiridos, produzidos, ou transformados com recursos do convênio, necessários à execução do objeto, mas que a esse não se incorporam.	

## ANEXO X

DOCUMENTOS E INFORMAÇÕES QUE DEVEM COMPOR A PRESTAÇÃO DE  
CONTAS DOS AJUSTES FIRMADOS ENTRE ENTES DA ADMINISTRAÇÃO  
PÚBLICA (Art. 57)

I	Processo de concessão;
II	Cópia dos comprovantes das despesas realizadas;
III	Extrato da conta corrente e da aplicação financeira, com a movimentação completa do período;
IV	Contratos, se houver
V	Cópia das ordens bancárias, das transferências eletrônicas ou dos cheques emitidos;
VI	Demonstrativo detalhado das horas técnicas efetivamente realizadas nas contratações de serviços, especialmente os de assessoria e assistência, de consultoria, de capacitação e promoção de seminários e congêneres, indicando o profissional, sua qualificação, a data, o número de horas trabalhadas e o valor;

VII	Anotação de Responsabilidade Técnica - ART de execução e fiscalização e laudo técnico de cada medição, assinado pelo engenheiro responsável, em caso de obras;
VIII	Cópia da proposta de preço vencedora, das atas da comissão de licitação, dos termos de adjudicação e de homologação das licitações realizadas e das justificativas para sua dispensa ou inexigibilidade.
IX	Relatório de cumprimento do objeto/finalidade;
X	Relação dos bens adquiridos, produzidos ou construídos, se houver e indicação de sua localização;
XI	Relação dos serviços prestados, se houver;
XII	Relação dos treinados ou capacitados, se houver;
XIII	Relação com o nome, número do CPF, endereço e telefone dos beneficiados, em caso de doação;
XIV	Fotografias dos bens permanentes adquiridos e das obras executadas, se houver;
XV	Comprovante de devolução dos bens remanescentes, conforme previsto no termo de convênio, se for o caso;
XVI	Cópia do termo de recebimento provisório ou definitivo a que se refere o art. 73, inciso I, alíneas "a" e "b", da Lei Federal n. 8.666, de 21 de junho de 1993;
XVII	Manifestação do controle interno do conveniente quanto à regular aplicação dos recursos no objeto do convênio; e
XVIII	Comprovante de recolhimento do saldo de recursos, quando houver.

**LEI COMPLEMENTAR Nº 251, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2015**

LEI COMPLEMENTAR nº 251, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2015.

Altera a Tabela – 01, que trata dos índices urbanísticos, uso e ocupação do solo, constante da Lei Complementar nº 136, de 23 de dezembro de 2008, alterada pela Lei Complementar 247/2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE:

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º Fica alterada a Tabela-01, que trata dos índices urbanísticos, uso e ocupação do solo, constante da Lei Complementar nº 136, de 23 de dezembro de 2008, alterada pela Lei Complementar 247/2015, passando a UP-01 Bairros Centro 01 e São Luiz a ter NMP (número máximo de pavimentos) igual a 16.

Art. 2º Esta Lei Complementar entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 18 de dezembro de 2015.

ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO

Prefeito Municipal

SERGIO BERNARDO JUNIOR

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

ROGÉRIO DOS SANTOS

Chefe de Gabinete

**LEI COMPLEMENTAR Nº 252, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2015**

LEI COMPLEMENTAR nº 252, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2015.

Dispõe sobre o Conselho Municipal de Transporte Coletivo, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE:

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei Complementar:

**CAPÍTULO I****DISPOSIÇÕES GERAIS**

Art. 1º O funcionamento, as atribuições e a composição do Conselho Municipal de Transporte Coletivo, criado pela Lei Complementar nº 144/09, reger-se-á pelas disposições da presente lei e das normas regulamentadoras que se lhe seguirem.

Art. 2º O Conselho Municipal de Transporte Coletivo ficará vinculado à Secretaria de Trânsito e Mobilidade, ou a que vier a substituí-la.

**CAPÍTULO II****DAS ATRIBUIÇÕES DO CONSELHO MUNICIPAL DE TRANSPORTE COLETIVO**

Art. 3º São atribuições do Conselho Municipal de Transporte Coletivo:

I – acompanhar e avaliar o cumprimento da legislação pertinente ao Sistema de Transporte Coletivo de Passageiros do Município de Brusque;

II – apresentar sugestões sobre o Sistema Viário do Transporte Coletivo do Município;

III – sugerir medidas a serem adotadas no sentido de melhorar o funcionamento dos serviços de transporte coletivo;

IV – sugerir sobre itinerários, linhas, prolongamentos, frequências, tempo de vida útil dos veículos usados, e a adaptação dos veículos para

o uso de portadores de deficiência;  
V – deliberar sobre a Tarifa do transporte coletivo;  
VI – elaborar seu Regimento Interno.

### CAPÍTULO III

#### DA COMPOSIÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE TRANSPORTE COLETIVO

Art. 4º O Conselho Municipal de Transporte Coletivo será composto por:

- I – 02 (dois) representantes da Secretaria de Trânsito e Mobilidade;
- II – 01 (um) representante da Secretaria de Obras e Serviços Públicos;
- III – 01 (um) representante da Secretaria de Turismo;
- IV – 01 (um) representante da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Renda;
- V – 01 (um) representante do Instituto Brusquense de Planejamento – IBPLAN;
- VI – 01 (um) representante das empresas concessionárias do serviço municipal de transporte coletivo;
- VII – 02 (dois) representantes dos Sindicatos dos Trabalhadores de Brusque;
- VIII – 01 (um) representante de entidade empresarial de Brusque;
- IX – 01 (um) representante da área de engenharia de tráfego;
- X – 01 (um) representante da UBAM – União Brusquense das Associações de Moradores.

§ 1º Cada titular do Conselho Municipal de Transporte Coletivo terá um suplente oriundo da mesma categoria representativa.

§ 2º O mandato dos membros do Conselho será de 02 (dois) anos, permitida a recondução.

Art. 5º Os membros efetivos e suplentes do Conselho Municipal de Transporte Coletivo serão nomeados por ato do Prefeito Municipal.

Art. 6º O Conselho Municipal de Transporte Coletivo será dirigido por um presidente, um vice-presidente e um secretário, eleitos entre seus pares.

§ 1º O presidente é a autoridade administrativa superior do Conselho, cabendo-lhe dirigir e orientar os trabalhos internos, presidir as reuniões do Plenário e exercer a representação externa, cumprindo e fazendo cumprir a legislação e as resoluções expedidas pelo conselho.

§ 2º Na ausência do Presidente, assume o Vice-Presidente.

Art. 7º O Conselho será regido pelas seguintes disposições referentes a seus membros:

- I – a função de membro do Conselho Municipal de Transporte Coletivo é considerada como de relevante interesse público prestado ao Município e não será remunerada;
- II – serão substituídos pelos seus respectivos suplentes os membros que faltarem, sem motivo justificado, a 03 (três) reuniões consecutivas ou a cinco intercaladas, no período de um ano.

Art. 8º O Conselho poderá criar Câmaras Especiais para estudos de assuntos relacionados ao transporte coletivo de passageiros, de caráter temporário ou específico, na forma do regimento interno.

### CAPÍTULO IV

#### DO FUNCIONAMENTO DO CONSELHO MUNICIPAL DE TRANSPORTE COLETIVO

Art. 9º O Conselho Municipal de Transporte Coletivo terá seu funcionamento regido pelas seguintes normas:

- I – o órgão de deliberação máxima é o Plenário;
- II – as sessões plenárias serão realizadas uma vez por mês, ordinariamente, e, em caráter extraordinário, mediante convocação de seu presidente ou de, no mínimo, 1/3 (um terço) dos membros titulares.

### CAPÍTULO V

#### DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 10. A Secretaria de Trânsito e Mobilidade prestará o necessário apoio administrativo e logístico ao pleno funcionamento do Conselho Municipal de Transporte Coletivo.

Art. 11. O Conselho Municipal de Transporte Coletivo elaborará seu Regimento Interno, que deve ser aprovado por ato do Poder Executivo dentro de 120 (cento e vinte) dias da posse dos seus primeiros membros.

Art. 12. O Poder Executivo adotará as medidas complementares indispensáveis ao cumprimento da presente Lei.

Art. 13. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, em especial, os artigos 7º, 8º e 9º da Lei Complementar nº 144/09.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 18 de dezembro de 2015.

ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO

Prefeito Municipal

SERGIO BERNARDO JUNIOR

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

ROGÉRIO DOS SANTOS  
Chefe de Gabinete

### **LEI COMPLEMENTAR Nº 253, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2015**

LEI COMPLEMENTAR nº 253, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2015.

Altera a Tabela I, do Anexo I, da Lei Complementar nº 46, de 23 de novembro de 1995, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE:

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º Fica alterado o Anexo I a que se refere o § 2º do art. 11 da Lei Complementar nº 46, de 23 de novembro de 1995, passando a vigorar com a seguinte Tabela I:

Código	Discriminação	Valor da Taxa de Segurança Preventiva em UFM
1	Serviços de segurança preventiva no âmbito interno dos eventos esportivos e de lazer, tais como: shows, exposições, feiras, rodeios, circos, parques de diversões, futebol amador ou profissional e outros similares, com cobrança de ingresso ou inscrição – por policial militar/hora	3,40
2	Serviços de segurança preventiva no âmbito externo dos eventos esportivos e de lazer, tais como: shows, exposições, feiras, rodeios, circos, parques de diversões, futebol amador ou profissional e outros similares, com cobrança de ingresso ou inscrição – policial militar/hora	2,50
3	Serviços de segurança preventiva em leilões de joias e de outras mercadorias – por policial militar/hora	25,30
4	Serviços de segurança preventiva para transporte de valores, animais, prova de vestibular, obras de arte ou de outros materiais, calculado com base na soma do produto das seguintes variáveis: número de policiais, número de viaturas, quantidade de quilômetros rodados ou fração e o número de horas dispensado ou fração – somatório das variáveis	3,40
5	Serviço de vigilância eletrônica, como por exemplo telealarme, linha especial de emergência – por aparelho instalado/mês	27,80
6	Serviço de ronda programada em unidades familiares, comerciais, industriais, tipo operação – viagem por ronda	5,00
7	Serviço de monitoramento externo através de câmera de vídeo em unidades familiares, comerciais, industriais e bancárias – por câmeras instaladas/mês	27,80
8	Serviços aéreos que não tenham relação com atividade fim da Polícia Militar – por hora, proporcionalmente	1063,00

Art. 2º Esta Lei Complementar passa a vigorar na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 18 de dezembro de 2015.

ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO

Prefeito Municipal

SERGIO BERNARDO JUNIOR  
Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

ROGÉRIO DOS SANTOS  
Chefe de Gabinete



**PORTARIA Nº. 3/2016 SAMAE**

PORTARIA Nº. 3/2016

O Diretor Presidente do SAMAE, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 149 da Lei n.º 147 de 25 de setembro de 2009:

**RESOLVE**

1) Conceder Licença Prêmio de 01 (hum) mês ao servidor MOACIR CAVICHIOLI, ocupante do cargo de Motorista, referente ao exercício de 07/04/2010 a 06/04/2015;

2) Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Período de Gozo: 11/01/2016 a 09/02/2016

Brusque, 04 de janeiro de 2016.

ROBERTO BOLOGNINI

Diretor Presidente

SAMAE

**PORTARIA Nº 1/2016 SAMAE**

PORTARIA Nº 1/2016

O Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE, no uso de suas atribuições:

**RESOLVE**

1) Conceder Licença Paternidade de 05 (cinco) dias ao servidor PAULO HENRIQUE FLORES, ocupante do cargo de Agente de Leitura e Inspeção, devido ao nascimento de sua filha, LETÍCIA CORSO FLORES, no dia 25 de dezembro de 2015, conforme Certidão de nascimento, Nº 108928 01 55 2016 1 00116 170 0052462 40 no Hospital Arquidiocesano Consul Carlos Renaux - Brusque – SC.

2) Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos retroativos ao dia 25.12.2015, revogando-se as disposições em contrário.

Brusque, 04 de janeiro de 2016.

ROBERTO BOLOGNINI

Diretor Presidente

SAMAE

**PORTARIA Nº 10.430, DE 13 DE JANEIRO DE 2016**

PORTARIA nº 10.430, DE 13 DE JANEIRO DE 2016.

O PREFEITO DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições, de acordo com o inciso II, alínea a do artigo 111 da Lei Orgânica do Município, c/c a Lei Complementar nº 143/09 e alterações, Anexo I - E,

**RESOLVE:**

Art. 1º Nomear Catia Fischer Custódio para ocupar o cargo de provimento em comissão, Símbolo CC-V, como Coordenadora, lotada no Gabinete do Prefeito, fixando-lhe os vencimentos mensais estabelecidos na Lei Complementar nº 143/09 – Anexo I-E, reajustados pelas Leis nºs 3.317/10, 3.377/11, 3.458/12, 3.586/13, 3.703/14 e 3.857/15.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 12 de janeiro de 2016.

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 13 de janeiro de 2016.

ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 2/2016 SAMAE**

PORTARIA Nº 2/2016

O Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE, no uso de suas atribuições:

**RESOLVE**

1) Conceder Licença Paternidade de 05 (cinco) dias ao servidor ANDRÉ VISCONTI, ocupante do cargo de Agente Hidráulico, devido ao nascimento de seu filho JOÃO GUILHERME MAFRA VISCONTI, no dia 21 de dezembro de 2015, conforme Certidão de nascimento, Nº 108928 01 55 2015 1 00116 131 0052423 83 no Hospital Arquidiocesano Consul Carlos Renaux - Brusque – SC.

2) Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos retroativos ao dia 21.12.2015, revogando-se as disposições em contrário.

Brusque, 04 de janeiro de 2016.

ROBERTO BOLOGNINI

Diretor Presidente

SAMAE

**PORTARIA Nº 4/2016 SAMAE**

PORTARIA Nº 4/2016

O Prefeito Municipal de Brusque, no uso de suas atribuições, e de acordo com o Artigo 18, Parágrafo 1º, da Lei Complementar 143/2009;

**RESOLVE**

1) Exonerar a pedido, NATHALIA SCHAUEMBERGER DE CAMPOS, do cargo de provimento em comissão de Chefe.

2) Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 04/01/2016, revogadas as disposições em contrário.

Brusque, 04 de janeiro de 2016.

ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO  
Prefeito Municipal

ROBERTO BOLOGNINI  
Diretor Presidente  
SAMAE



**PORTARIA Nº 5/2016 SAMAE**

PORTARIA Nº 5/2016

O Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE, no uso de suas atribuições:

**RESOLVE**

1) Conceder Licença Falecimento de 05 (cinco) dias ao servidor PAULO HENRIQUE FLORES, ocupante do cargo de Agente de Leitura e Inspeção, devido ao falecimento de seu pai JOÃO FLORES no dia 01 de janeiro de 2016, conforme Certidão de óbito, Nº 108928 01 55 2016 4 00041 266 00016609 13 EM SEU DOMICÍLIO à Rua Alvim Batistotti nº 57, bairro Primeiro de Maio, Brusque-SC

2) Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir do dia 01/01/2016, revogando-se as disposições em contrário.

Brusque, 04 de janeiro de 2016.

ROBERTO BOLOGNINI Diretor Presidente SAMAE
--

**PORTARIA Nº 6/2016 SAMAE**

PORTARIA Nº 6/2016

O Diretor Presidente do SAMAE, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 119, Parágrafo Único e Art.122, da Lei Complementar Nº. 147/09, ESTATUTO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS:

**RESOLVE**

Conceder Férias aos servidores:

Carolina Zimmermann, matrícula 7927-00, ocupante do cargo de Assistente Administrativo;  
José Reis Filho, matrícula 18562-01, ocupante do cargo de Operador de Sistema Isolado de Tratamento de Água;  
Murilo Soares da Silva, matrícula 18074-02, ocupante do cargo de Agente de ETA;  
Rafael Leonel Pinto, matrícula 25631-00, ocupante do cargo de Agente de ETA;  
Valdomiro Varriento dos Santos, matrícula 18180-03, ocupante do cargo de Agente de Serviços Especiais;

Pelo período de 11/01/2016 até 30/01/2016.

Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, produzindo efeitos a partir de 11/01/2016.

Brusque, 11 de janeiro de 2016.

Roberto Bolognini Diretor Presidente SAMAE
--

**PORTARIA Nº 7/2016 SAMAE**

PORTARIA Nº 7/2016

O Diretor Presidente do SAMAE, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 119, Parágrafo Único e Art.122, da Lei Complementar Nº. 147/09, ESTATUTO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS:

**RESOLVE**

Conceder Férias aos servidores:

Advilson Aparecido Pedroso, matrícula 1082-00, ocupante do cargo de Agente de Leitura e Inspeção;  
Paulo Marcelo Froggel, matrícula 28738-00, ocupante do cargo de Agente de Obras;  
Valentim Bianchezzi, matrícula 3140-00, ocupante do cargo de Auxiliar de Operações;

Pelo período de 11/01/2016 até 09/02/2016.

Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, produzindo efeitos a partir de 11/01/2016.

Brusque, 11 de janeiro de 2016.

Roberto Bolognini Diretor Presidente SAMAE
--

**PORTARIA Nº 8/2016 SAMAE**

PORTARIA Nº 8/2016

O DIRETOR PRESIDENTE DO SAMAE DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas no art. 102, inc. X, da Lei Orgânica Municipal, nos moldes do art. 37, inc. IX, da Constituição Federal, da Lei n.º 2.174/97 com suas posteriores alterações e:

Considerando que o Poder Executivo Municipal, promoveu Concurso Público para provimento de vagas na Administração Geral do Município, incluindo-se nesse, vagas para o atendimento às atividades do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto (SAMAE);

Considerando que mesmo com a convocação e posse de todos os aprovados em Concurso Público, ainda restaram vagas que não foram preenchidas no respectivo certame;

Considerando que o SAMAE é uma autarquia municipal, sendo responsável pelo serviço essencial de captação, tratamento e fornecimento de água potável aos munícipes, não podendo ter suas atividades comprometidas ou paralisadas;

Considerando que as necessárias vagas não preenchidas pelo Concurso Público necessitaram ser completadas através do Processo Seletivo Simplificado SAMAE 002/2014 homologado em 30/07/2014;

Considerando igualmente que o Edital do referido Processo Seletivo Simplificado admite a prorrogação dos contratos de trabalho através da disposição constante no item 1.5;

**RESOLVE**

Art. 1.º Prorrogar pelo período de 05/01/2016 a 04/01/2017, a contratação temporária oriunda do Processo Seletivo Simplificado SAMAE 002/2014, nos exatos termos da contratação inicial, conforme segue:

Para o cargo de Agente de Leitura e Inspeção: MANOEL GILMAR GOMES TRINDADE.

Art. 2.º Esta Portaria, entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, produzindo efeitos retroativos a partir de 05/01/2016.

Brusque/SC, 11 de janeiro de 2016.

ROBERTO BOLOGNINI

Diretor Presidente do SAMAE

# Campo Alegre

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 9.540 DE 14 DE JANEIRO DE 2016

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 9.540 DE 14 DE JANEIRO DE 2016  
DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito em Exercício do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em especial a Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de Setembro de 2002, e suas alterações; Decreta:

Art.1º) Nomear a Srª. INGRID KURZAWA ZWIENER OSTERMAYER, Matrícula Funcional nº 000850, Registro no Sistema sob nº 955549, ao Cargo Público de Médico II, para exercer a Função de Médico II, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, Categoria Funcional Atividades de Nível Superior, com provimento de caráter efetivo, Regime Estatutário, lotado na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social, cujas atribuições e responsabilidades constam do Anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de Setembro de 2002, que autorizou sua criação.

Art.2º) O padrão de vencimentos, de acordo com a Lei Complementar Municipal nº 006 é o Nível 6 Sub-Nível 61, Referência A, no valor de R\$ 6.233,51 (seis mil, duzentos e trinta e três reais, cinquenta e um centavos) mensais, além de 50% (cincoenta por cento) a título de Gratificação Especial Médica sobre o valor atribuído.

Art.3º) A presente nomeação, dá-se em razão da classificação da Srª. INGRID KURZAWA ZWIENER OSTERMAYER, aprovado em 1º lugar no Concurso Público Municipal nº 005/2015, homologado pelo Decreto nº 9.531 em data de 17 de Novembro de 2015.

Art.4º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Campo Alegre/SC., 14 de Janeiro de 2016.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

MARIA ELIANE FRIEDRICH  
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: [www.leismunicipais.com.br](http://www.leismunicipais.com.br) e [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 15/01/2016.

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete Interino

### DECRETO Nº 9.541 DE 14 DE JANEIRO DE 2016

DECRETO Nº 9.541 DE 14 DE JANEIRO DE 2016

"DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA PARA FINS DE DESAPROPRIAÇÃO"

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e atendendo ao contido no Decreto Lei nº 3.365, de 21 de Junho de 1941, considerando de interesse público, DECRETA:

Art.1º. Fica Declarada de Utilidade Pública para fins de desapropriação, uma área de terra medindo 69,82m² (sessenta e nove virgula oitenta e dois metros quadrados), parte de uma área maior com 6.655,00m² (seis mil, seiscentos e cinquenta e cinco virgula zero metros quadrados), em margem constante de Processo Administrativo nº 29/2016 pelo Serviço de Protocolo do Poder Executivo Municipal, matriculado no Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca sob nº 29.409, de propriedade de Antônio Stall, no Distrito de Bateias de Baixo, neste Município.

Art.2º. Fica declarada a urgência a desapropriação aludida no presente Decreto, especialmente para fins de imissão provisória de posse no imóvel descrito no caput do artigo anterior.

Art.3º. A área a ser desapropriada será integrada ao Patrimônio Público Municipal com status de "bem de uso especial", destinando-se reajuste de fluxo de veículos - melhoria essencial da malha viária e do sistema de tráfego.

Art.4º. O expropriante, por suas Secretarias Municipais, fica autorizado a ingressar na área expropriada afim de adotar as medidas necessárias à sua perfeita individualização.

Art.5º. As despesas decorrentes com a execução deste Decreto correrão por conta das Dotações Orçamentárias existentes, suplementadas se necessário for.

Parágrafo Único – O valor correspondente à indenização ao expropriado, deverá ser previsto em Laudo de Avaliação fidedigno aos preços aplicados neste Município, em devidas observâncias orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o Plano Plurianual e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Art.6º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,  
14 de Janeiro de 2016.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

MARIA ELIANE FRIEDRICH  
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: [www.leismunicipais.com.br](http://www.leismunicipais.com.br) e [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 15/01/2016.

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete Interino

### DECRETO Nº 9.542 DE 14 DE JANEIRO DE 2016

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 9.542 DE 14 DE JANEIRO DE 2016  
DISPÕE SOBRE PRORROGAÇÃO DE CONTRATO TEMPORÁRIO.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em especial aos Incisos IV e VII do Artigo 300 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de Setembro de 2002;

**DECRETA:**

Art.1º) Prorrogar o Contrato Temporário firmado com Srª. SUELEN APARECIDA HUMMELGEN, no Cargo Público de Professor I, exercendo a Função de Professor Educação Infantil e Anos Iniciais, Registro no Sistema sob nº 955470 Regime Jurídico Especial Administrativo, (Contrato Temporário) previsto no Inciso IX, do Artigo 37 da CF/88, e no Capítulo IV da Lei Complementar Municipal nº 006, lotada na Secretaria Municipal de Educação, vencimentos Código P1, Nível 1, Referência A, no valor de R\$ 2.117,90 (dois mil, cento e dezessete reais, noventa centavos) mensais, pelo período de 18 de Dezembro de 2015 a 31 de Janeiro de 2016.

Parágrafo único – A prorrogação de que trata o caput deste Artigo em razão do Plantão das Creches deste Município, no CMEI – Centro Municipal de Educação Infantil – “Maria da Glória Pereira Kroll”.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 18 de Dezembro de 2015.

Art.3º) Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,  
14 de Janeiro de 2016.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

MARIA ELIANE FRIEDRICH  
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: [www.leismunicipais.com.br](http://www.leismunicipais.com.br) e [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 15/01/2016.

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete Interino

**DECRETO Nº 9.543 DE 14 DE JANEIRO DE 2016**

DECRETO Nº 9.543 DE 14 DE JANEIRO DE 2016  
DISPÕE SOBRE O REAJUSTE DOS BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO IPRECAL INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC., E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,  
Considerando o disposto no § 8º do art. 40 da CF/88, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 41 de 19 de Dezembro de 2003;

Considerando o disposto na Lei nº 8.212, de 24 de Julho de 1991 e pelo art. 41-A da Lei nº 8.213, de 24 de Julho de 1991;

Considerando o disposto na Lei nº 12.382, de 25 de Fevereiro de 2011;

Considerando o disposto no Decreto nº 8.618 de 29 de Dezembro de 2015; e

Considerando ainda, o disposto na Portaria Interministerial MPS/MF nº 01 de 08 de Janeiro de 2016, publicada no D.O.U. em 11 de Janeiro de 2016;

**DECRETA:**

Art.1º) Os benefícios mantidos pelo Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Campo Alegre – IPRECAL, com fundamento no Artigo 40, § 1º, Incisos I, II, III, Alíneas “a” e “b” e § 7º, Incisos I e II da Constituição Federal e Artigo 2º da Emenda Constitucional nº 41/03, serão reajustados em 11,28% (onze inteiros e vinte e oito décimos por cento), com efeitos retroativos a contar de 1º de Janeiro de 2016.

Art.2º) Os benefícios no valor de um salário mínimo passam de R\$

788,00 (setecentos e oitenta e oito reais) para R\$ 880,00 (oitocentos e oitenta reais), a contar de 01/01/2016.

Art.3º) O teto da Previdência Social para o ano de 2016 é no valor de R\$ 5.189,82 (cinco mil, cento e oitenta e nove reais, oitenta e dois centavos).

Art.4º) Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 01 de Janeiro de 2016 .

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,  
14 de Janeiro de 2016.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

MARIA ELIANE FRIEDRICH  
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: [www.leismunicipais.com.br](http://www.leismunicipais.com.br) e [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 15/01/2016.

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete Interino

**FATOR DE REAJUSTE DOS BENEFÍCIOS CONCEDIDOS DE ACORDO COM AS RESPECTIVAS DATAS DE INÍCIO.**

DATA DE INÍCIO DO BENEFÍCIO	REAJUSTE (%)
Até Janeiro de 2015	11,28
Em Fevereiro de 2015	9,65
Em Março de 2015	8,40
Em Abril de 2015	6,78
Em Maio de 2015	6,03
Em Junho de 2015	4,99
Em Julho de 2015	4,19
Em Agosto de 2015	3,59
Em Setembro de 2015	3,33
Em Outubro de 2015	2,81
Em Novembro de 2015	2,02
Em Dezembro de 2015	0,90

RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS Nº 002/2016**

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO  
DE RECURSOS Nº 002/2016

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.  
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 002/2016

Em cumprimento ao disposto na Lei Federal nº 9.452, de 20 de Março de 1997, notificamos os PARTIDOS POLÍTICOS, os SINDICATOS DE TRABALHADORES e as ENTIDADES EMPRESARIAIS com sede neste Município, a liberação de recursos do CONVÊNIO FNS – PAB – PROGRAMA ATENÇÃO BÁSICA DE SAÚDE em data de 05 de Janeiro de 2016, no valor de R\$ 25.493,00 (vinte e cinco mil, quatrocentos e noventa e três reais).

Campo Alegre/SC., 14 de Janeiro de 2016.

JOSE LUIS SILVA

Responsável pela Tesouraria

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386, no Diário Oficial dos Municípios, endereço eletrônico: [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 15/01/2016.

### **EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS Nº 003/2016**

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO  
DE RECURSOS Nº 003/2016

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 003/2016

Em cumprimento ao disposto na Lei Federal nº 9.452, de 20 de Março de 1997, notificamos os PARTIDOS POLÍTICOS, os SINDICATOS DE TRABALHADORES e as ENTIDADES EMPRESARIAIS com sede neste Município, a liberação de recursos do CONVÊNIO FNS – PSF – PROGRAMA SAÚDE NA FAMÍLIA em data de 05 de Janeiro de 2016, no valor de R\$ 9.300,00 (nove mil e trezentos reais).

Campo Alegre/SC., 14 de Janeiro de 2016.

JOSE LUIS SILVA

Responsável pela Tesouraria

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386, no Diário Oficial dos Municípios, endereço eletrônico: [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 15/01/2016.

### **EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS Nº 004/2016**

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO  
DE RECURSOS Nº 004/2016

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 004/2016

Em cumprimento ao disposto na Lei Federal nº 9.452, de 20 de Março de 1997, notificamos os PARTIDOS POLÍTICOS, os SINDICATOS DE TRABALHADORES e as ENTIDADES EMPRESARIAIS com sede neste Município, a liberação de recursos do CONVÊNIO FNS – FARMÁCIA BÁSICA FEDERAL em data de 05 de Janeiro de 2016, no valor de R\$ 4.996,73 (quatro mil, novecentos e noventa e três reais, setenta e três centavos).

Campo Alegre/SC., 14 de Janeiro de 2016.

JOSE LUIS SILVA

Responsável pela Tesouraria

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386, no Diário Oficial dos Municípios, endereço eletrônico: [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 15/01/2016.

### **EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS Nº 005/2016**

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO  
DE RECURSOS Nº 005/2016

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 005/2016

Em cumprimento ao disposto na Lei Federal nº 9.452, de 20 de Março de 1997, notificamos os PARTIDOS POLÍTICOS, os SINDICATOS DE TRABALHADORES e as ENTIDADES EMPRESARIAIS com sede neste Município, a liberação de recursos do CONVÊNIO – ME – PNAE – APOIO EDUCAÇÃO ESPECIALIZADA em data de 05 de Janeiro de 2016, no valor de R\$ 90,00 (noventa reais).

Campo Alegre/SC., 14 de Janeiro de 2016.

JOSE LUIS SILVA

Responsável pela Tesouraria

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386, no Diário Oficial dos Municípios, endereço eletrônico: [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 15/01/2016.

### **EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS Nº 006/2016**

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO  
DE RECURSOS Nº 006/2016

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 006/2016

Em cumprimento ao disposto na Lei Federal nº 9.452, de 20 de Março de 1997, notificamos os PARTIDOS POLÍTICOS, os SINDICATOS DE TRABALHADORES e as ENTIDADES EMPRESARIAIS com sede neste Município, a liberação de recursos do CONVÊNIO – ME – PNAE – PRÉ ESCOLAR em data de 05 de Janeiro de 2016, no valor de R\$ 2.790,00 (dois mil, setecentos e noventa reais).

Campo Alegre/SC., 14 de Janeiro de 2016.

JOSE LUIS SILVA

Responsável pela Tesouraria

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386, no Diário Oficial dos Municípios, endereço eletrônico: [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 15/01/2016.

### **EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS Nº 007/2016**

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO  
DE RECURSOS Nº 007/2016

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 007/2016

Em cumprimento ao disposto na Lei Federal nº 9.452, de 20 de Março de 1997, notificamos os PARTIDOS POLÍTICOS, os SINDICATOS DE TRABALHADORES e as ENTIDADES EMPRESARIAIS com sede neste Município, a liberação de recursos do CONVÊNIO – ME – PNAE – ENSINO FUNDAMENTAL em data de 05 de Janeiro de 2016, no valor de R\$ 8.190,00 (oito mil cento e noventa reais).

Campo Alegre/SC., 14 de Janeiro de 2016.

JOSE LUIS SILVA

Responsável pela Tesouraria



Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386, no Diário Oficial dos Municípios, endereço eletrônico: [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 15/01/2016.

### **EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS Nº 008/2016**

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS Nº 008/2016

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.  
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 008/2016

Em cumprimento ao disposto na Lei Federal nº 9.452, de 20 de Março de 1997, notificamos os PARTIDOS POLÍTICOS, os SINDICATOS DE TRABALHADORES e as ENTIDADES EMPRESARIAIS com sede neste Município, a liberação de recursos do CONVÊNIO – ME – PNAE – CRECHE em data de 05 de Janeiro de 2016, no valor de R\$ 4.920,00 (quatro mil novecentos e vinte reais).

Campo Alegre/SC., 14 de Janeiro de 2016.  
JOSÉ LUIS SILVA  
Responsável pela Tesouraria

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386, no Diário Oficial dos Municípios, endereço eletrônico: [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 15/01/2016.

### **EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS Nº 009/2016**

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS Nº 009/2016

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.  
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 009/2016

Em cumprimento ao disposto na Lei Federal nº 9.452, de 20 de Março de 1997, notificamos os PARTIDOS POLÍTICOS, os SINDICATOS DE TRABALHADORES e as ENTIDADES EMPRESARIAIS com sede neste Município, a liberação de recursos do CONVÊNIO FNDE – PNATE – PROGRAMA NACIONAL DE TRANSPORTE ESCOLAR, em data de 05 de Janeiro de 2016, no valor de R\$ 12.654,04 (doze mil seiscentos e cinquenta e quatro reais e quatro centavos).

Campo Alegre/SC., 14 de Janeiro de 2016.  
JOSÉ LUIS SILVA  
Responsável pela Tesouraria

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386, no Diário Oficial dos Municípios, endereço eletrônico: [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 15/01/2016.

### **EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS Nº 010/2016**

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS Nº 010/2016

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.  
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 010/2016

Em cumprimento ao disposto na Lei Federal nº 9.452, de 20 de Março de 1997, notificamos os PARTIDOS POLÍTICOS, os SINDICATOS DE TRABALHADORES e as ENTIDADES EMPRESARIAIS com sede neste Município, a liberação de recursos do CONVÊNIO FNS – VIGILÂNCIA SANITÁRIA FEDERAL, em data de 05 de Janeiro de 2016, no valor de R\$ 4.777,85 (quatro mil setecentos e setenta e sete reais e oitenta e cinco centavos).

Campo Alegre/SC., 14 de Janeiro de 2016.  
JOSÉ LUIS SILVA  
Responsável pela Tesouraria

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386, no Diário Oficial dos Municípios, endereço eletrônico: [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 15/01/2016.

### **PORTARIA Nº 01 DE 14 DE JANEIRO DE 2016**

PORTARIA Nº 01 DE 14 DE JANEIRO DE 2016  
CONCEDE REAJUSTE PARA OS BENEFÍCIOS DOS SERVIDORES APOSENTADOS E PENSIONISTAS DO ANEXO ÚNICO DESTA PORTARIA E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Diretor Executivo do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Campo Alegre - IPRECAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 4.217 de 25 de Novembro de 2014, e o disposto no art. 40, § 8º, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, na Nota Explicativa nº 02/2008 CGNAL/DRPSP/SPS/MPS, de 05 de Dezembro de 2008 e na Portaria Interministerial nº 01, de 08 de Janeiro de 2016, dos Ministérios da Previdência Social e da Fazenda;

#### **RESOLVE:**

Art.1º Conceder reajuste para os benefícios dos Servidores Aposentados e Pensionistas que não possuem a garantia da paridade de revisão, de forma a preservar, em caráter permanente, o seu valor real, na forma do Anexo Único desta Portaria.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 1º de Janeiro de 2016.

Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Campo Alegre – IPRECAL, 14 de Janeiro de 2016.  
JEFFERSON JEAN DUVOISIN  
Diretor Executivo do IPRECAL.

Publicada no Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Campo Alegre/SC., e no endereço eletrônico: [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 15/01/2016.

#### **ANEXO ÚNICO DA PORTARIA Nº 01/2016.**

BENEFICIÁRIO BENEFÍCIO \_ ÍNDICE DO REAJUSTE(%)  
EDITE FERREIRA DA ROCHA APOSENTADORIA POR IDADE 11,28  
FRANCISCA DO ROCIO DA ROCHA APOSENTADORIA POR IDADE 11,28  
ISABEL TEREZINHA TEIXEIRA DA SILVA APOSENTADORIA POR IDADE 11,28  
JOSE EURIDES CORDEIRO DA CRUZ APOSENTADORIA

COMPULSÓRIA 11,28  
MARIANO CEFERINO LLANO SANCHEZ APOSENTADORIA COMPULSÓRIA 11,28  
IMELDA JULIA WATZKO APOSENTADORIA P/TEMPO DE CONT. 11,28  
LUIZ FRIEDRICH ZOELLNER APOSENTADORIA P/TEMPO DE CONT. 11,28  
SONIA BOETTEGER APOSENTADORIA P/TEMPO DE CONT. 11,28  
ALBINO TELMA PENSÃO 11,28  
MARIA OLINDA TELMA PENSÃO 11,28  
ALCINDO TEIXEIRA DA SILVA APOSENTADORIA INVALIDEZ 11,28  
ALFREDO FRANCO DOS SANTOS APOSENTADORIA POR IDADE 11,28  
CLAUDIA SIMÕES DE SIQUEIRA APOSENTADORIA INVALIDEZ 11,28  
DANIEL CARVALHO APOSENTADORIA INVALIDEZ 11,28  
INÊS MENDES DOS SANTOS APOSENTADORIA POR IDADE 11,28  
IVO ANTÔNIO TOMAZ APOSENTADORIA INVALIDEZ 11,28  
JOAO FRANCISCO DE LIMA APOSENTADORIA POR IDADE 11,28  
JURACEMA CANDIDO PENSÃO TESOUREIRO MUNICIPAL 11,28  
LADIR MARIA KERSCHER APOSENTADORIA POR IDADE 11,28  
LUIZA FRIEDRICH ZOELLNER APOSENTADORIA POR IDADE 11,28  
MARGARIDA LOPES HORNIG APOSENTADORIA POR IDADE 11,28  
MARIA AUGUSTA RIBEIRO DO AMARAL APOSENTADORIA TESOUREIRO MUNICIPAL 11,28  
MARIA IDENACI GROSSKOPF APOSENTADORIA POR IDADE 11,28  
NAIR NENEVE CHRISTOFF APOSENTADORIA INVALIDEZ 11,28  
RENILDA HRUSCHKA APOSENTADORIA POR IDADE 11,28  
TEREZA TELMA APOSENTADORIA POR IDADE 11,28  
ZENIR DOS SANTOS ANDRADE BARBOZA APOSENTADORIA INVALIDEZ 11,28  
ZINIL ALVES BISCAIA APOSENTADORIA POR IDADE 11,28  
PATRICIA ANDRIELI BORGES PENSÃO POR MORTE (Filha) 3,33  
MARILENE BORGES TOMAZ PENSÃO POR MORTE (Esposa) 6,78

Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Campo Alegre - IPRECAL, 14 de Janeiro de 2016.  
JEFFERSON JEAN DUVOISIN  
Diretor Executivo do IPRECAL.

#### **PORTARIA Nº 02 DE 14 DE JANEIRO DE 2016**

PORTARIA Nº 02 DE 14 DE JANEIRO DE 2016

COMPLEMENTA BENEFÍCIOS INFERIORES AO SALÁRIO MÍNIMO VIGENTE DOS SERVIDORES APOSENTADOS E PENSIONISTAS, CONSTANTES NO ANEXO ÚNICO DESTA PORTARIA.

O Diretor Executivo do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Campo Alegre - IPRECAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 4.217 de 25 de Novembro de 2014, e o disposto no art. 201, § 2º, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, e do Decreto Federal nº 8.618, de 29 de Dezembro de 2015;

#### **RESOLVE:**

Art.1º Complementar os benefícios de Aposentadorias e Pensões inferiores ao salário mínimo vigente, na forma do Anexo Único desta Portaria.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 1º de Janeiro de 2015.

Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Campo Alegre - IPRECAL, 15 de Janeiro de 2016.

JEFFERSON JEAN DUVOISIN  
Diretor Executivo do IPRECAL.

Publicada no Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Campo Alegre/SC, e no endereço eletrônico: [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 15/01/2016.

ANEXO ÚNICO DA PORTARIA Nº 02/2016.

BENEFICIÁRIO BENEFÍCIO(R\$) COMPLEMENTO(R\$) SALÁRIO(R\$)

ALBINO TELMA 788,00 0,00 880,00  
ALCINDO TEIXEIRA DA SILVA 788,00 0,00 880,00  
ALFREDO FRANCO DOS SANTOS 788,00 0,00 880,00  
CLAUDIA SIMÕES DE SIQUEIRA 788,00 0,00 880,00  
DANIEL CARVALHO 788,00 0,00 880,00  
FRANCISCA DO ROCIO DA ROCHA 697,36 182,64 880,00  
INÊS MENDES DOS SANTOS 788,00 0,00 880,00  
ISABEL TEREZINHA TEIXEIRA DA SILVA 551,10 328,90 880,00  
IVO ANTÔNIO TOMAZ 788,00 0,00 880,00  
JOAO FRANCISCO DE LIMA 788,00 0,00 880,00  
JURACEMA CANDIDO 788,00 0,00 880,00  
LADIR MARIA KERSCHER 788,00 0,00 880,00  
LUIZA FRIEDRICH ZOELLNER 788,00 0,00 880,00  
MARGARIDA LOPES HORNIG 788,00 0,00 880,00  
MARIA AUGUSTA RIBEIRO DO AMARAL 788,00 0,00 880,00  
MARIA IDENACI GROSSKOPF 788,00 0,00 880,00  
MARIA OLINDA TELMA 788,00 0,00 880,00  
MARIANO CEFERINO LLANO SANCHEZ 755,45 124,55 880,00  
NAIR NENEVE CHRISTOFF 788,00 0,00 880,00  
PATRICIA ANDRIELI BORGES 788,00 0,00 880,00  
RENILDA HRUSCHKA 788,00 0,00 880,00  
TEREZA TELMA 788,00 0,00 880,00  
ZENIR DOS SANTOS ANDRADE BARBOZA 788,00 0,00 880,00  
ZINIL ALVES FERREIRA BISCAIA 550,08 329,92 880,00  
Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Campo Alegre - IPRECAL, 27 de Janeiro de 2015.  
JEFFERSON JEAN DUVOISIN  
Diretor Executivo do IPRECAL.

#### **PORTARIA Nº 12.704 DE 14 DE JANEIRO DE 2016**

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 12.704 DE 14 DE JANEIRO DE 2016

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de Setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 10 (dez) dia de férias a Servidora Pública Municipal CILENE APARECIDA GOMES DOS SANTOS KNOEPKE, Matrícula Funcional nº 000422, Registro no Sistema sob nº 954276, no Cargo Público e exercendo a Função de Auxiliar de Odontologia, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social referente ao período aquisitivo de 22 de Maio de 2014 a 21 de Maio de 2015.

Parágrafo único – Pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo de 22 de Maio de 2014 a 21 de Maio de 2015.

Art.2º) A Servidora gozará as férias no período de 28 de Dezembro de 2015 á 06 de Janeiro de 2016, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 14 de Dezembro de 2015.



Art.4º) Revogadas as disposições em contrário em especial a Portaria nº 12.484 de 14 de Dezembro de 2015.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,  
14 de Janeiro de 2016.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

MARIA ELIANE FRIEDRICH  
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 15/01/2016.

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete Interino

#### **PORTARIA Nº 12.705 DE 14 DE JANEIRO DE 2016**

GABINETE DO PREFEITO  
PORTARIA Nº 12.705 DE 14 DE JANEIRO DE 2016  
CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A ADMINISTRADORA DO PROCON.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de Setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 10 (dez) dias de férias a Administradora do PROCON, CLEICIANE CUBAS, Registro no Sistema sob nº 955533, lotada no Gabinete do Prefeito, referente aos períodos aquisitivos 23 de Outubro de 2015 a 31 de Dezembro de 2015 = 05 (zero cinco) dias; 01 de Janeiro de 2016 a 31 de Dezembro de 2016 = 05 (zero cinco) dias.+ 4, pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo.

Parágrafo único – Pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo de 23 de Outubro de 2015 a 31 de Dezembro de 2015.

Art.2º) A Administradora gozará as férias no período de 28 de Dezembro de 2015 á 06 de Janeiro de 2016, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 08 de Dezembro de 2015.

Art.4º) Revogadas as disposições em contrário em especial a Portaria nº 12.315 de 08 de Dezembro de 2015.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,  
14 de Janeiro de 2016.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

MARIA ELIANE FRIEDRICH  
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 15/01/2016.

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete Interino

#### **PORTARIA Nº 12.706 DE 14 DE JANEIRO DE 2016**

GABINETE DO PREFEITO  
PORTARIA Nº 12.706 DE 14 DE JANEIRO DE 2016  
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de Setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 30 (trinta) dias de férias a Servidora Pública Municipal, CÁTIA LAIS DA SILVA FELICIANO PADILHA, Matrícula Funcional nº 000670, Registro no Sistema sob nº 955101, ocupante do Cargo Público e exercendo a Função de Agente Comunitário de Saúde, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social, referente ao período aquisitivo 01 de Janeiro de 2015 a 31 de Dezembro de 2015.

Art.2º) A Servidora gozará as férias no período de 15 de Dezembro de 2015 á 13 de Janeiro de 2016, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 08 de Dezembro de 2015.

Art.4º) Revogadas as disposições em contrário em especial a Portaria nº 12.346 de 08 de Dezembro de 2015.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,  
14 de Janeiro de 2016.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

MARIA ELIANE FRIEDRICH  
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 15/01/2016.

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete Interino

#### **PORTARIA Nº 12.707 DE 14 DE JANEIRO DE 2016**

GABINETE DO PREFEITO  
PORTARIA Nº 12.707 DE 14 DE JANEIRO DE 2016  
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de Setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 10 (dez) dias de férias a Servidora Pública Municipal, FRANCIÉLI NATALY MUNHOZ, Matrícula funcional nº 000744, Registro no Sistema sob nº 955285, ocupante do Cargo Público e exercendo a Função de Agente Administrativo II, lotada na Secretaria Municipal de Finanças, referente ao período aquisitivo 01 de Janeiro de 2015 a 31 de Dezembro de 2015.

Art.2º) A Servidora gozará as férias no período de 18 de Janeiro de 2016 á 22 de Janeiro de 2016, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,  
14 de Janeiro de 2016.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

MARIA ELIANE FRIEDRICH  
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 15/01/2016.

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete Interino

#### **PORTARIA Nº 12.708 DE 14 DE JANEIRO DE 2016**

GABINETE DO PREFEITO  
PORTARIA Nº 12.708 DE 14 DE JANEIRO DE 2016  
AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de Setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Autoriza pagamento de um Terço de Férias ao Servidor Público Municipal, DANIEL MARINO MUNHOZ, Matrícula Funcional nº 000528, Registro no Sistema sob nº 954631, ocupante do Cargo Público e exercendo a Função de Motorista, lotado na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social, referente ao período aquisitivo 01 de Janeiro de 2014 a 31 de Dezembro de 2014.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,  
14 de Janeiro de 2016.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

MARIA ELIANE FRIEDRICH  
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 15/01/2016.

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete Interino

#### **PORTARIA Nº 12.709 DE 14 DE JANEIRO DE 2016**

GABINETE DO PREFEITO  
PORTARIA Nº 12.709 DE 14 DE JANEIRO DE 2016  
AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de Setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Autoriza pagamento de um Terço de Férias ao Servidor Público Municipal, CÉSAR ELOIR MOURA, Matrícula Funcional nº

000703, Registro no Sistema sob nº 955147, ocupante do Cargo Público e exercendo a Função de Agente Operacional IV, lotado na Secretaria Municipal de Saneamento Ambiental, referente ao período aquisitivo 01 de Janeiro de 2015 a 31 de Dezembro de 2015.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,  
14 de Janeiro de 2016.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

MARIA ELIANE FRIEDRICH  
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 15/01/2016.

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete Interino

#### **PORTARIA Nº 12.710 DE 14 DE JANEIRO DE 2016**

GABINETE DO PREFEITO  
PORTARIA Nº 12.710 DE 14 DE JANEIRO DE 2016  
CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 191 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de Setembro de 2002, redação dada pela Lei Complementar Municipal nº 099 de 19 de Junho de 2013; Resolve:

Art.1º) Conceder Licença Prêmio a Servidora Pública Municipal, CÁ-TIA LAIS DA SILVA FELICIANO PADILHA, Matrícula Funcional nº 000670, Registro no Sistema sob nº 955101, ocupante do Cargo Público e exercendo a Função de Agente Comunitário de Saúde, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social, referente ao período aquisitivo de 02 de Julho de 2012 a 02 de Julho de 2015.

Art.2º) A Servidora gozará a Licença Prêmio no período de 14 de Janeiro de 2016 á 12 de Fevereiro de 2016.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,  
14 de Janeiro de 2016.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

MARIA ELIANE FRIEDRICH  
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 15/01/2016.

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete Interino

**PORTARIA Nº 12.711 DE 14 DE JANEIRO DE 2016**

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 12.711 DE 14 DE JANEIRO DE 2016

CONCEDE FÉRIAS A DIRETORA PEDAGÓGICA DO ENSINO FUNDAMENTAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de Setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 12 (zero cinco) dias de férias a Servidora Pública Municipal TACIANA AMORIM CUNHA, Matrícula Funcional nº 000153, Registro no Sistema sob nº 181300, no Cargo Público de Professor I, exercendo a Função Gratificada de Diretora Pedagógica do Ensino Infantil, lotada na Secretaria Municipal de Educação, referente ao período aquisitivo 19 de Fevereiro de 2014 a 18 de Fevereiro de 2015.

Art.2º) A Servidora gozará as férias no período de 18 de Janeiro de 2016 a 23 de Janeiro de 2016, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,  
14 de Janeiro de 2016.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

MARIA ELIANE FRIEDRICH  
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 15/01/2016.

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete Interino

**PORTARIA Nº 12.712 DE 14 DE JANEIRO DE 2016**

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 12.712 DE 14 DE JANEIRO DE 2016

DISPÕE SOBRE LOTAÇÃO DE SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 71, Inciso IX da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1990, e em especial a Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de Setembro de 2002, alterada pela Lei Complementar Municipal nº 067 de 24 de Julho de 2009; Resolve:

Art.1º) A Servidora Pública Municipal Srª. FERNANDA BALBINOT, Matrícula Funcional nº 000825, Registro no Sistema sob nº 955498, ocupante do Cargo Público e exercendo a Função de Agente Administrativo II, nomeada pelo Decreto Municipal nº 9.150 de 20 de Julho de 2015, sua lotação passa a ser na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social, a partir de 04 de Dezembro de 2015.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 04 de Dezembro de 2015.

Art.3º) Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,  
14 de Janeiro de 2016.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

MARIA ELIANE FRIEDRICH  
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 15/01/2016.

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete Interino

**PORTARIA Nº 12.713 DE 14 DE JANEIRO DE 2016**

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 12.713 DE 14 DE JANEIRO DE 2016

DISPÕE SOBRE LOTAÇÃO DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 71, Inciso IX da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1990, e em especial a Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de Setembro de 2002, alterada pela Lei Complementar Municipal nº 067 de 24 de Julho de 2009; Resolve:

Art.1º) O Servidor Público Municipal Sr. FÁBIO LUIS KOBUS, Matrícula Funcional nº 000778, Registro no Sistema sob nº 955400, ocupante do Cargo Público e exercendo a Função de Agente Administrativo II, nomeado pelo Decreto Municipal nº 8.499 de 13 de Agosto de 2014, sua lotação passa a ser na Secretaria Municipal de Saneamento Ambiental, a partir de 16 de Julho de 2015.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 16 de Julho de 2015.

Art.3º) Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,  
14 de Janeiro de 2016.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

MARIA ELIANE FRIEDRICH  
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 15/01/2016.

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete Interino

**PORTARIA Nº 12.714 DE 14 DE JANEIRO DE 2016**

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 12.714 DE 14 DE JANEIRO DE 2016

DISPÕE SOBRE LOTAÇÃO DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 71, Inciso IX da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1990, e em especial a Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de Setembro de 2002, alterada pela Lei Complementar Municipal nº 067 de 24 de Julho de 2009; Resolve:

Art.1º) O Servidor Público Municipal Sr. CRISTIANO CUNHA,

Matrícula Funcional nº 000847, Registro no Sistema sob nº 955541, ocupante do Cargo Público Agente Operacional III, exercendo a Função de Operador de Máquinas e Equipamentos, nomeado pelo Decreto Municipal nº 9.524 de 08 de Janeiro de 2016, sua lotação passa a ser na Secretaria Municipal de Saneamento Ambiental, a partir de 12 de Janeiro de 2016.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 12 de Janeiro de 2016.

Art.3º) Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,  
14 de Janeiro de 2016.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

MARIA ELIANE FRIEDRICH  
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 15/01/2016.

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete Interino

#### **PORTARIA Nº 12.715 DE 14 DE JANEIRO DE 2016**

GABINETE DO PREFEITO  
PORTARIA Nº 12.715 DE 14 DE JANEIRO DE 2016  
CONCEDE LICENÇA MATERNIDADE  
À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial o Artigo 187, da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de Setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder Licença Maternidade por um período de 120 (cento e vinte) dias, a Servidora Pública Municipal, CLAUDIA INÊS CARDOSO, Matrícula Funcional nº 000508, Registro no Sistema sob nº 954592, no Cargo Público de Professor I, exercendo a Função de Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Parágrafo único - A licença de que trata o caput deste artigo a partir de 15 de Janeiro de 2016 à 13 de Maio de 2016.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 15 de Janeiro de 2016.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,  
14 de Janeiro de 2016.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

MARIA ELIANE FRIEDRICH  
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 15/01/2016.

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete Interino

#### **PORTARIA Nº 12.716 DE 14 DE JANEIRO DE 2016**

GABINETE DO PREFEITO  
PORTARIA Nº 12.716 DE 14 DE JANEIRO DE 2016  
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de Setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 10 (dez) dias de férias a Servidora Pública Municipal JÉSSICA FISCHER, Matrícula Funcional nº 000443, Registro no Sistema sob nº 954381, no Cargo Público e exercendo a Função de Odontólogo, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social, referente aos períodos aquisitivos 06 de Junho de 2014 a 05 de Junho de 2015 = 08 (zero oito) dias; 06 de Junho de 2015 a 05 de Junho de 2016 = 02 (zero dois) dias .

Art.2º) A Servidora gozará as férias no período de 12 de Janeiro de 2016 à 21 de Janeiro de 2016, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 12 de Janeiro de 2016.

Art.4º) Revogadas as disposições em contrário em especial a Portaria nº 12.683 de 12 de Janeiro de 2016.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,  
14 de Janeiro de 2016.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

MARIA ELIANE FRIEDRICH  
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 15/01/2016.

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete Interino

#### **PORTARIA Nº 12.717 DE 14 DE JANEIRO DE 2016**

GABINETE DO PREFEITO  
PORTARIA Nº 12.717 DE 14 DE JANEIRO DE 2016  
AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de Setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Autoriza pagamento de um Terço de Férias ao Servidor Público Municipal, SANDRO JOSÉ CARDOSO DE MEIRA, Matrícula Funcional nº 000682, Registro no Sistema sob nº 955121, ao Cargo Público de Agente Operacional III, exercendo a Função de Motorista de Veículos e Equipamentos Pesados, lotado na Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras, referente ao período aquisitivo 01 de Janeiro de 2015 a 31 de Dezembro de 2015.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,  
14 de Janeiro de 2016.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal



MARIA ELIANE FRIEDRICH  
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 15/01/2016.

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete Interino

**PORTARIA Nº 12.718 DE 14 DE JANEIRO DE 2016**  
GABINETE DO PREFEITO  
PORTARIA Nº 12.718 DE 14 DE JANEIRO DE 2016  
AUTORIZA PAGAMENTO DE ABONO PECUNIÁRIO SOBRE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial o Artigo 161 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de Setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Autorizar o pagamento de Abono Pecuniário de 10 (dez) dias sobre Férias, ao Servidor Público Municipal, CÉSAR ELOIR MOURA, Matrícula Funcional nº 000703, Registro no Sistema sob nº 955147, ocupante do Cargo Público e exercendo a Função de Agente Operacional IV, lotado na Secretaria Municipal de Saneamento Ambiental.

Parágrafo único – O abono pecuniário de que trata o caput deste Artigo refere-se ao período aquisitivo 01 de Janeiro de 2015 á 31 de Dezembro de 2015, em moeda corrente oficial na data de pagamento, sendo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,  
14 de Janeiro de 2016.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

MARIA ELIANE FRIEDRICH  
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 15/01/2016.

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete Interino

**PORTARIA Nº 12.719 DE 14 DE JANEIRO DE 2016**  
GABINETE DO PREFEITO  
PORTARIA Nº 12.719 DE 14 DE JANEIRO DE 2016  
AUTORIZA PAGAMENTO DE ABONO PECUNIÁRIO SOBRE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial o Artigo 161 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de Setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Autorizar o pagamento de Abono Pecuniário de 10 (dez) dias sobre Férias, ao Servidor Público Municipal, CRISTIANO SLOMINSKY, Matrícula Funcional nº 000653, Registro no Sistema sob nº 955080, ocupante do Cargo Público de Agente Operacional V, exercendo a Função de Pedreiro/Carpinteiro, lotado na Secretaria

Municipal de Saneamento Ambiental.

Parágrafo único – O abono pecuniário de que trata o caput deste Artigo refere-se ao período aquisitivo 01 de Janeiro de 2015 á 31 de Dezembro de 2015, em moeda corrente oficial na data de pagamento, sendo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,  
14 de Janeiro de 2016.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

MARIA ELIANE FRIEDRICH  
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 15/01/2016.

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete Interino

**PORTARIA Nº 12.720 DE 14 DE JANEIRO DE 2016**  
GABINETE DO PREFEITO  
PORTARIA Nº 12.720 DE 14 DE JANEIRO DE 2016  
AUTORIZA PAGAMENTO DE ABONO PECUNIÁRIO SOBRE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial o Artigo 161 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de Setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Autorizar o pagamento de Abono Pecuniário de 10 (dez) dias sobre Férias, ao Servidor Público Municipal, FÁBIO LUIS KOBUS, Matrícula Funcional nº 000778, Registro no Sistema sob nº 955400, ocupante do Cargo Público e exercendo a Função de Agente Administrativo II, lotado na Secretaria Municipal de Saneamento Ambiental.

Parágrafo único – O abono pecuniário de que trata o caput deste Artigo refere-se ao período aquisitivo 01 de Janeiro de 2015 á 31 de Dezembro de 2015, em moeda corrente oficial na data de pagamento, sendo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,  
14 de Janeiro de 2016.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

MARIA ELIANE FRIEDRICH  
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 15/01/2016.

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete Interino

**PORTARIA Nº 12.721 DE 14 DE JANEIRO DE 2016**

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 12.721 DE 14 DE JANEIRO DE 2016

AUTORIZA PAGAMENTO DE ABONO PECUNIÁRIO SOBRE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial o Artigo 161 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de Setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Autorizar o pagamento de Abono Pecuniário de 10 (dez) dias sobre Férias, ao Servidor Público Municipal, ILÁRIO DE SOUZA, Matrícula Funcional nº 000704, Registro no Sistema sob nº 955148, ocupante do Cargo Público e exercendo a Função de Agente Operacional IV, lotado na Secretaria Municipal de Saneamento Ambiental.

Parágrafo único – O abono pecuniário de que trata o caput deste Artigo refere-se ao período aquisitivo 01 de Janeiro de 2014 à 31 de Dezembro de 2014, em moeda corrente oficial na data de pagamento, sendo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,  
14 de Janeiro de 2016.

RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

MARIA ELIANE FRIEDRICH  
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 15/01/2016.

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete Interino

**PORTARIA Nº 12.722 DE 14 DE JANEIRO DE 2016**

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 12.722 DE 14 DE JANEIRO DE 2016

AUTORIZA PAGAMENTO DE ABONO PECUNIÁRIO SOBRE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial o Artigo 161 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de Setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Autorizar o pagamento de Abono Pecuniário de 10 (dez) dias sobre Férias, ao Servidor Público Municipal, LEANDRO PAGANI, Matrícula Funcional nº 000705, Registro no Sistema sob nº 955149, ocupante do Cargo Público e exercendo a Função de Agente Operacional IV, lotado na Secretaria Municipal de Saneamento Ambiental.

Parágrafo único – O abono pecuniário de que trata o caput deste Artigo refere-se ao período aquisitivo 01 de Janeiro de 2015 à 31 de Dezembro de 2015, em moeda corrente oficial na data de pagamento, sendo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,  
14 de Janeiro de 2016.

RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

MARIA ELIANE FRIEDRICH  
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 15/01/2016.

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete Interino

# Campos Novos

## PREFEITURA

**AVISO DE PP Nº2/2016.**

AVISO DE LICITAÇÃO.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2015.

O Município de Campos Novos torna público que fará realizar no dia 27 de Janeiro de 2016 às 16.00 HORAS, na sala de reuniões da Prefeitura, PREGÃO PRESENCIAL tendo como objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE TRANSPORTE ESCOLAR, DO TIPO MENOR PREÇO POR KM RODADO, CONFORME ESPECIFICAÇÕES NA PROPOSTA DO ANEXO II OU PADRONIZADA DO AUTO COTAÇÃO. O Edital que está amparado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no site [www.camposnovos.sc.gov.br](http://www.camposnovos.sc.gov.br) ou na sede da Prefeitura, localizado na Rua expedicionário João Batista de Almeida nº 323, no horário das 13h30min às 18h30 horas, diariamente.

Campos Novos, 14 de janeiro de 2016.

Jairo Luft

Prefeito em exercício.

**AVISO DISP 04/2016 ALUGUEL ESF SÃO SEBASTIÃO - SAÚDE**

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Nº 09/2016

Dispensa nº 04/2016

O Fundo Municipal de Saúde de Campos Novos torna público que fará realizar no dia 14/01/2016 às 14:00 horas, na sala de reuniões da Prefeitura, dispensa de licitação, tendo como objeto DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA LOCAÇÃO DE UMA SALA EM ALVENARIA, COM ÁREA DE 140,00 M2, SITUADA NA RUA CEL. LUCIDORO, Nº 2032 NESTA CIDADE, QUE SERÁ DESTINADO AO FUNCIONAMENTO DE UM POSTO DO PROGRAMA ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA - SÃO SEBASTIÃO. O Edital que está amparado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no site [www.camposnovos.sc.gov.br](http://www.camposnovos.sc.gov.br), ou na sede do Fundo, localizado na Rua Nereu Ramos, nº 333, no horário das 13h00min às 16h00min horas diariamente.

Campos Novos, 14 de janeiro de 2.016.

Nelson Luiz de Paula

Secretario Municipal de Saúde

**AVISO DISP 05/2016 ALUGUEL FARMACIA CENTRAL - SAÚDE**

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Nº 10/2016

Dispensa nº 05/2016

O Fundo Municipal de Saúde de Campos Novos torna público que fará realizar no dia 14/01/2016 às 14:00 horas, na sala de reuniões da Prefeitura, dispensa de licitação, tendo como objeto DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA LOCAÇÃO DE UM IMÓVEL DESCRITO JUNTO A MATRÍCULA Nº 9.499 DO CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS DESTA, SITUADA NA RUA SÃO JOÃO BATISTA, CENTRO, NESTA CIDADE, QUE SERÁ DESTINADO AO FUNCIONAMENTO DA FARMÁCIA BÁSICA CENTRAL. O Edital que está amparado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no site [www.camposnovos.sc.gov.br](http://www.camposnovos.sc.gov.br), ou na sede do Fundo, localizado na Rua Nereu Ramos, nº 333, no horário das 13h00min às 16h00min horas diariamente.

Campos Novos, 14 de janeiro de 2.016.

Nelson Luiz de Paula

Secretario Municipal de Saúde

**AVISO PP 05/2016 AQUISIÇÃO DE MAT ODONTOLOGICO - SAÚDE**

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 05/2016

O Fundo Municipal de Saúde de Campos Novos torna público que fará realizar no dia 29/01/2016 às 14:30 horas, na sala de reuniões da Prefeitura, Pregão Presencial do Tipo Menor Preço por item, tendo como objeto AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ODONTOLÓGICOS E EQUIPAMENTOS PARA USO NAS ESTRATÉGIAS SAÚDE DA FAMÍLIA DO MUNICÍPIO. O Edital que está amparado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no site [www.camposnovos.sc.gov.br](http://www.camposnovos.sc.gov.br), ou na sede do Fundo, localizado na Rua Nereu Ramos, nº 333, no horário das 13h00min às 16h00min horas diariamente.

Campos Novos, 18 de janeiro de 2.016.

Nelson Luiz de Paula

Secretario Municipal de Saúde



# Canelinha

## PREFEITURA

**EXTRATO EDITAL 04/2016 - PMC**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANELINHA

AVISO DE LICITAÇÃO

EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 04/2016

MODALIDADE: Pregão Presencial nº 03/2016

OBJETO: O presente Pregão tem por objeto, à aquisição parcelada, conforme necessidade de materiais de toners e cartuchos de impressão remanufaturados e originais, para a manutenção das atividades das Secretarias do Município de Canelinha, conforme itens descritos no Anexo II, parte integrante do Pregão. DATA DE ABERTURA: 27 de janeiro de 2016, às 09:00 horas. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: O Edital e inteiro teor está à disposição dos interessados no Setor de Licitações, sito à Av. Cantório Florentino da Silva, 1683, Centro, Canelinha/SC e no site [www.canelinha.sc.gov.br](http://www.canelinha.sc.gov.br). Canelinha/SC, 14 de janeiro de 2016. ANTONIO DA SILVA - Prefeito do Município.

# Canoinhas

## PREFEITURA

### EXTRATO DO CONVÊNIO Nº 27/2015

EXTRATO DO TERMO DE CONVÊNIO N.º 27/12/2015.

CONVENENTES – O MUNICÍPIO DE CANOINHAS,

Através do Fundo Municipal de Saúde e o Instituto Vida de Assistência a Saúde.

OBJETO – A prestação de serviços médicos, por equipe médica vinculada do INSTITUTO, seja do seu quadro social, seja preposto, associado ou contratado como pessoa física ou pessoa jurídica, em plantão de 24 (vinte e quatro) horas, de forma ininterrupta, durante todos os dias do mês, inclusive sábado, domingos e feriados, na unidade de PRONTO ATENDIMENTO do Município, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) do MUNICÍPIO DE CANOINHAS, nos moldes e competências estabelecidas no presente instrumento.

DO PRAZO E DA VIGÊNCIA – Até 1 (um) ano, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2016.

VALOR – Valor mensal de até R\$ 199.700,00 (cento e noventa e nove mil) eis que o valor global deste convênio é de R\$ 2.396.400,00 (dois milhões trezentos e noventa e seis mil e quatrocentos reais).  
DATA E ASSINATURAS – Canoinhas/SC, 29 de dezembro de 2015 – Município de Canoinhas, representado por seu Prefeito Municipal Luiz Alberto Rincoski Faria, e Instituto Vida de Assistência a Saúde, representado por Richard da Silva Choseki.

### LEI Nº 5.767/2016

LEI Nº. 5.767 DE 13/01/2016

CRIA 03 (TRÊS) CARGOS DE AGENTES ADMINISTRATIVOS E 01 (UM) CARGO DE SUPERVISOR DE CONTROLE INTERNO PARA ATUAÇÃO JUNTO A ESTRUTURA FUNCIONAL DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS E ADOTA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Povo do Município de Canoinhas, por seus representantes na Câmara de Vereadores aprovou, e eu, WILSON PEREIRA, Prefeito Municipal em Exercício, em seu nome, sanciono a seguinte:

#### LEI

Art.1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a criar 03 (três) vagas de agente administrativo e 01 (uma) vaga de supervisor de controle interno junto à estrutura funcional do município de Canoinhas, todos com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

Parágrafo único – O Supervisor de Controle Interno ficará subordinado ao Coordenador de Controle Interno, com vencimento compatível ao nível salarial do cargo de Supervisor III.

Art. 2º - As 03 (três) vagas de agente administrativo criadas pela presente lei são de provimento mediante aprovação em hábil concurso público e serão regidas pela Lei Municipal nº 2.305/90 (Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Canoinhas).

Parágrafo único – O cargo de provimento em comissão de Supervisor de Controle Interno será de livre nomeação e exoneração pelo Prefeito Municipal.

Art. 3º - As despesas constantes da presente Lei, correrão por conta de dotações específicas do orçamento.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Canoinhas, 13 de janeiro de 2016.

WILSON PEREIRA

Prefeito em Exercício

Esta Lei foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 13/01/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

### LEI Nº 5.768/2016

LEI Nº. 5.768 DE 13/01/2016

“CONCEDE REPOSIÇÃO SALARIAL E ADOTA OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

O Povo do Município de Canoinhas, por seus representantes na Câmara de Vereadores aprovou, e eu, WILSON PEREIRA, Prefeito Municipal em exercício, sanciono a seguinte:

#### LEI

Art. 1º - Fica concedido, a partir de 1º de janeiro do corrente ano, reposição salarial de 11,28% (onze vírgula, vinte e oito por cento) na remuneração dos servidores públicos municipais.

Parágrafo Único. A reposição concedida no caput deste artigo refere-se ao Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) acumulado do período de janeiro/2015 a dezembro/2015.

Art. 2º - Os vencimentos relativos a 40 horas semanais que, após calculada a reposição salarial de que trata o artigo 1º, não atingirem o valor correspondente a 1 (um) salário mínimo nacional, serão automaticamente majorados para o valor deste, ou seja, R\$ 880,00 (oitocentos e oitenta reais).

Art. 3º - Ficam concedidos, os mesmos índices de reposição do Art. 1º para os servidores do Quadro pessoal do Poder Legislativo ativos, inativos e pensionistas.

Art. 4º - Ficam recompostos os valores dos subsídios previstos nas Leis nº 3.722, de 23/06/2004 e 5.050, de 26/12/2012, na mesma data e pelo índice constante do Art 1º desta Lei.

Art. 5º - As despesas desta Lei correrão por conta das dotações do orçamento vigente.

Art. 6º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas, 13 de janeiro de 2016.

WILSON PEREIRA

Prefeito em Exercício

Esta Lei foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 13/01/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

**LEI Nº 5.769/2016**

LEI Nº. 5.769 DE 13/01/2016

**“ABRE CRÉDITO ADICIONAL ATRAVÉS DO SUPERÁVIT FINANCEIRO”**

O Povo do Município de Canoinhas, por seus representantes na Câmara de Vereadores aprovou, e eu, WILSON PEREIRA, Prefeito Municipal em exercício, sanciono a seguinte:

**LEI**

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado acrescentar no Plano Plurianual 2014-2017 (Lei 5.201/2013) e seus anexos, na Lei de Diretrizes Orçamentárias 2016 (Lei nº. 5.748/2015) e seus anexos, e na Lei Orçamentária Anual 2016 (Lei nº. 5.749/2015) e seus anexos, da Prefeitura Municipal de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no corrente exercício financeiro, CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR no valor de R\$ 800.000,00 (oitocentos mil reais), com a seguinte classificação institucional:

I)  
 Órgão 03: Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento  
 Unidade 03.01: Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento  
 Função 28: Encargos Especiais  
 Subfunção 843: Serviço da dívida interna  
 Programa 3: Modernização administrativa  
 Atividade 0.002 – Amortização e encargos da dívida fundada  
 4.6.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas .....  
 ..... 800.000,00  
 Recursos 30000 – Recursos Ordinários – Superávit

Art. 2º. Para suporte do Crédito Adicional de que trata o artigo 1º desta lei, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a utilizar o valor R\$ 800.000,00 (oitocentos mil reais), por conta do superávit financeiro apurado por fonte de recurso, no exercício 2015, conforme anexo e tabela a seguir:

Tabela 1 – Quadro demonstrativo por fonte de recurso

Código Contábil	Descrição dos Recursos	Valor (R\$1,00)
30000	Recursos ordinários – superávit	800.000,00
TOTAL		800.000,00

Fonte: SMAFO/2015

Art. 3º. As unidades monetárias desta Lei estão mensuradas em valores correntes e em Reais (R\$).

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Revogam-se as disposições contrárias.

Canoinhas, 13 de janeiro de 2016.

WILSON PEREIRA

Prefeito em Exercício

Esta Lei foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 13/01/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

**LEI Nº 5.770/2016**

LEI Nº. 5.770 DE 13/01/2016

**“ABRE CRÉDITO ADICIONAL ATRAVÉS DO SUPERÁVIT FINANCEIRO E DA ANULAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS”**

O Povo do Município de Canoinhas, por seus representantes na Câmara de Vereadores aprovou, e eu, WILSON PEREIRA, Prefeito Municipal em exercício, sanciono a seguinte:

**LEI**

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado acrescentar no Plano Plurianual 2014-2017 (Lei 5.201/2013) e seus anexos, na Lei de Diretrizes Orçamentárias 2016 (Lei nº. 5.748/2015) e seus anexos, e na Lei Orçamentária Anual 2016 (Lei nº. 5.749/2015) e seus anexos, da Prefeitura Municipal de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no corrente exercício financeiro, CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL no valor de até R\$ 75.000,00 (setenta e cinco mil reais), com a seguinte classificação institucional:

I)  
 Órgão 12: Secretaria Municipal de Obras e Desenvolvimento Urbano  
 Unidade 12.01: Secretaria Municipal de Obras e Desenvolvimento Urbano  
 Função 15: Urbanismo  
 Subfunção 452: Serviços Urbanos  
 Programa 6: Ações eficientes em obras e urbanismo  
 Atividade 2.038 – Ações atinentes ao Convênio Rádio Patrulha  
 4.4.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas .....  
 ..... 75.000,00  
 Recursos 30000 – Recursos ordinários – superávit

Art. 2º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado acrescentar no Plano Plurianual 2014-2017 (Lei 5.201/2013) e seus anexos, na Lei de Diretrizes Orçamentárias 2016 (Lei nº. 5.748/2015) e seus anexos, e na Lei Orçamentária Anual 2016 (Lei nº. 5.749/2015) e seus anexos, da Prefeitura Municipal de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no corrente exercício financeiro, CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR no valor de até R\$ 31.041,21 (trinta e um mil, quarenta e um reais e vinte e um centavos), com a seguinte classificação institucional:

I)  
 Órgão 12: Secretaria Municipal de Obras e Desenvolvimento Urbano  
 Unidade 12.01: Secretaria Municipal de Obras e Desenvolvimento Urbano  
 Função 15: Urbanismo  
 Subfunção 452: Serviços Urbanos  
 Programa 6: Ações eficientes em obras e urbanismo  
 Atividade 2.025 – Ações do DETRACAN e Convênio Trânsito  
 4.4.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas .....  
 ..... 31.041,21  
 Recursos 31000 – Conv. Trânsito – PM – superávit

Art. 3º. Para suporte do Crédito Adicional de que trata os artigos 1º e 2º desta lei, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a utilizar o valor R\$ 106.041,21 (cento e seis mil, quarenta e um reais e vinte e um centavos), por conta do superávit financeiro apurado por fonte de recurso, no exercício 2015, conforme anexo e tabela a seguir:

Tabela 1 – Quadro demonstrativo por fonte de recurso

30000	Recursos ordinários – superávit	75.000,00
31000	Conv. Trânsito – PM – superávit	31.041,21

TOTAL	106.041,21
-------	------------

Art. 4º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado acrescentar no Plano Plurianual 2014-2017 (Lei 5.201/2013) e seus anexos, na Lei de Diretrizes Orçamentárias 2016 (Lei nº. 5.748/2015) e seus anexos, e na Lei Orçamentária Anual 2016 (Lei nº. 5.749/2015) e seus anexos, da Prefeitura Municipal de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no corrente exercício financeiro, CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR no valor de até R\$ 13.958,79 (treze mil, novecentos e cinquenta e oito reais e setenta e nove centavos), com a seguinte classificação institucional:

I)  
 Órgão 12: Secretaria Municipal de Obras e Desenvolvimento Urbano  
 Unidade 12.01: Secretaria Municipal de Obras e Desenvolvimento Urbano  
 Função 15: Urbanismo  
 Subfunção 452: Serviços Urbanos  
 Programa 6: Ações eficientes em obras e urbanismo  
 Atividade 2.025 – Ações do DETRACAN e Convênio Trânsito  
 4.4.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas .....  
 ..... 13.958,79  
 Recursos 11000 – Conv. Trânsito – PM

Art. 5º. Para suporte do que trata o artigo anterior, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a anular no Plano Plurianual 2014-2017 (Lei 5.201/2013) e seus anexos, na Lei de Diretrizes Orçamentárias 2016 (Lei nº. 5.748/2015) e seus anexos, e na Lei Orçamentária Anual 2016 (Lei nº. 5.749/2015) e seus anexos, da Prefeitura Municipal de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no corrente exercício financeiro, até o valor de R\$ 13.958,79 (treze mil, novecentos e cinquenta e oito reais e setenta e nove centavos), com a seguinte classificação institucional:

I)  
 Órgão 12: Secretaria Municipal de Obras e Desenvolvimento Urbano  
 Unidade 12.01: Secretaria Municipal de Obras e Desenvolvimento Urbano  
 Função 15: Urbanismo  
 Subfunção 452: Serviços Urbanos  
 Programa 6: Ações eficientes em obras e urbanismo  
 Atividade 2.025 – Ações do DETRACAN e Convênio Trânsito  
 3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas .....  
 ..... 13.958,79  
 Recursos 11000 – Conv. Trânsito – PM

Art. 6º. As unidades monetárias desta Lei estão mensuradas em valores correntes e em Reais (R\$).

Art. 7º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º. Revogam-se as disposições contrárias.

Canoinhas, 13 de janeiro de 2016.

WILSON PEREIRA  
 Prefeito em Exercício

Esta Lei foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 13/01/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL  
 Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

## LEI Nº 5.771/2016

LEI Nº. 5.771 DE 13/01/2016

“AUTORIZA A FIRMAR CONVÊNIO COM O ESTADO DE SANTA CATARINA, ATRAVÉS DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SANTA CATARINA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

O Povo do Município de Canoinhas, por seus representantes na Câmara de Vereadores aprovou, e eu, WILSON PEREIRA, Prefeito Municipal em Exercício, em seu nome, sanciono a seguinte:

### LEI

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a firmar convênio com o Estado de Santa Catarina, através da Polícia Militar do Estado de Santa Catarina, cujo objetivo é contribuir com a operacionalização de policiamento ostensivo motorizado por intermédio de guarnições de Radio Patrulha da Polícia Militar.

Art. 2º - O município disponibilizará, em parcela única, o valor de R\$40.000,00 (quarenta mil reais), sendo o valor depositado em conta corrente utilizada hodiernamente pelo Convênio Radio Patrulha.

Parágrafo Único: Os recursos recebidos deverão ser utilizados em despesas com manutenção (combustível, peças e serviços) das viaturas colocadas em serviço e para manutenção do aquartelamento da Polícia Militar, tais como materiais de expediente, limpeza e melhoria da infra-estrutura das instalações físicas, aquisição de equipamentos e/ou veículos, visando proporcionar condições de execução do policiamento de radiopatrulha no município de Canoinhas.

Art. 3º - As despesas decorrentes da presente Lei, correrão por conta de dotações orçamentárias específicas, dentro da atividade 2.038 – Ações atinentes ao Convênio Rádio Patrulha.

Art. 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas, 13 de janeiro de 2016.

WILSON PEREIRA  
 Prefeito em Exercício

Esta Lei foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 13/01/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL  
 Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

## PORTARIA Nº. 017/2016

PORTARIA Nº. 017/2016

WILSON PEREIRA, Prefeito em Exercício do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e art. 110 da Lei n.º 2.305 de 03/07/1990, resolve:

### CONCEDER FÉRIAS

Art. 1º - Ficam concedidos 30 (trinta) dias de férias a TEREZINHA FERREIRA DE SOUZA, efetiva no cargo de Servente Feminino, junto à Secretaria Municipal de Planejamento, referente ao período aquisitivo de 2012/2013, a desfrutar no período de 13/01/2016 a 11/02/2016, conforme requerimento.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 12 de janeiro de 2016.

WILSON PEREIRA

Prefeito em Exercício

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 12/01/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

### **PORTARIA Nº. 018/2016**

PORTARIA Nº. 018/2016

WILSON PEREIRA, Prefeito em Exercício do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e conforme Lei Municipal nº. 2.307/1990; Lei Municipal nº. 5.139/2013, resolve:

**NOMEIA APROVADO PELO CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL**

Art. 1º – Fica nomeada para exercer o cargo de Orientador Social, para atuar nos serviços de Proteção Social Básica – CRAS, junto à Secretaria Municipal de Assistência Social, a profissional MARIANE DAMASO, aprovada em hábil e competente concurso público previsto no edital 001/2014 inscrita sob nº. 44599, e convocada conforme Edital nº 083 de 14 de dezembro de 2015, iniciando as suas atividades a partir de 18/01/2016, conforme comunicação interna nº 011/SEMAS/2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 13 de janeiro de 2016.

WILSON PEREIRA

Prefeito em Exercício

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 13/01/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

### **PORTARIA Nº. 020/2016**

PORTARIA Nº. 020/2016

WILSON PEREIRA, Prefeito em Exercício do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, art. 89 da Lei 2.305 de 03/07/1990, Lei Municipal 3.135 de 31/03/2000 e Lei Federal 8.213/1991, resolve:

**DETERMINAR RETORNO ÀS ATIVIDADES FUNCIONAIS**

Art. 1º - Fica determinado o retorno às atividades funcionais da profissional DEOMEDES DE LOURDES DOS SANTOS, efetiva no cargo de Atendente de Saúde Pública, junto à Secretaria Municipal de Assistência Social, a partir de 15/01/2016, conforme requerimento.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 13 de janeiro de 2016.

WILSON PEREIRA

Prefeito em Exercício

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 13/01/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

### **PORTARIA Nº. 021/2016**

PORTARIA Nº. 021/2016

WILSON PEREIRA, Prefeito em Exercício do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município.

CONSIDERANDO, que a Sra. Telma Regina Bley, efetiva no cargo de Assistente Social, e, atualmente comissionada no cargo de Secretária Municipal de Saúde, está em atestado médico no período de 14/01/2016 à 28/01/2016; resolve:

**NOMEAR INTERINAMENTE**

Art. 1º - Fica nomeado interinamente THIAGO KÜCHLER, efetivo no cargo de Motorista, e, atualmente comissionado no cargo de Diretor Técnico, junto a Secretaria Municipal de Saúde, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Municipal de Saúde, no período de 14/01/2016 à 28/01/2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Fica revogada a Portaria Nº 1067/2015 a partir de 14/01/2016.

Canoinhas/SC, 14 de janeiro de 2016.

WILSON PEREIRA

Prefeito em Exercício

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 14/01/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

### **PUBLICAÇÃO DE EDITAL DE PREGÃO Nº FMS 02/2016 (ELETRÔNICO)**

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DECANOINHAS

Processo Licitatório n.º FMS 03/2016

Edital de Pregão n.º FMS 02/2016 (ELETRÔNICO)

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS, CNPJ n.º 11.206.680/0001-10, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, fará realizar no dia 27/01/2016, às 10h00min, licitação REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE ANTICONCEPCIONAIS E PRESERVATIVOS DESTINADOS A DISTRIBUIÇÃO GRATUITA NA CLÍNICA DA MULHER E DA CRIANÇA E UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE DO MUNICÍPIO. Recebimento de propostas até as 09h00min do dia 27/01/2016. Informações (47) 3621-7705. Cópia do edital (acesso livre) e pregão (acesso identificado): [www.licitacoes-e.com.br](http://www.licitacoes-e.com.br).

Wilson Pereira

Prefeito e. e./Presidente do Fundo



**CÂMARA MUNICIPAL****PORTARIA Nº 07/2016 - CONCEDE FÉRIAS**

PORTARIA Nº 07/2016

CONCEDE FÉRIAS

A Mesa da Câmara de Vereadores de Canoinhas, no uso de suas atribuições, conferidas pelo artigo 26, da Lei Orgânica do Município de Canoinhas e pela Resolução 825 de 21 de dezembro de 2001,

RESOLVE

Art. 1º - Conceder 05 (cinco) dias de férias ao servidor MÁRCIO JULIANO SELEME, ocupante do cargo de Assessor de TIC, referente ao período aquisitivo de 29/11/13 à 28/11/2014, que serão usufruídas do dia 18/01/2016 à 22/01/2016, e conceder 05 (cinco) dias de férias, referente ao período aquisitivo de 29/11/2014 à 28/11/2015, que serão usufruídas do dia 23/01/2016 à 27/01/2016, com retorno no dia 28/01/2016, totalizando 10 (dez) dias, de férias.

Art. 2º - Fica deferido o adicional de um terço sobre a remuneração, conforme o disposto no Art. 115, da Lei 2305 de 03/07/1990, do Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Canoinhas.

Art. 3º - As despesas constantes da presente Portaria correrão por conta de dotações específicas do orçamento.

Art. 4º - Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Reuniões da Câmara de Vereadores de Canoinhas, em 13 de janeiro de 2016.

Célio Galeski  
Presidente

Chiquinho da Silva  
1º Secretário

João Grein  
2º Secretário

Registrado e Publicado na Secretaria Administrativa da Câmara de Vereadores de Canoinhas, em 13 de janeiro de 2016.

**PORTARIA Nº 08/2016 - CONCEDE FÉRIAS**

PORTARIA Nº 08/2016

CONCEDE FÉRIAS

A Mesa da Câmara de Vereadores de Canoinhas, no uso de suas atribuições, conferidas pelo artigo 26, da Lei Orgânica do Município de Canoinhas e pela Resolução 825 de 21 de dezembro de 2001,

RESOLVE

Art. 1º - Conceder 20 (vinte) dias de férias a servidora JAQUELINE WRUBLESKI, ocupante do Cargo de Recepcionista, referente ao período aquisitivo de 29/11/14 à 28/11/2015, que serão usufruídas do dia 18/01/2016 à 06/02/2016, retornando suas atividades em 07/02/2016.

Art. 2º - Fica deferido o adicional de um terço sobre a remuneração, conforme o disposto no Art. 115, da Lei 2305 de 03/07/1990, do Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Canoinhas.

Art. 3º - As despesas constantes da presente Portaria correrão por conta de dotações específicas do orçamento.

Art. 4º - Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Reuniões da Câmara de Vereadores de Canoinhas, em 13 de janeiro de 2016.

Célio Galeski  
Presidente

Chiquinho da Silva  
1º Secretário

João Grein  
2º Secretário

Registrado e Publicado na Secretaria Administrativa da Câmara de Vereadores de Canoinhas, em 13 de janeiro de 2016.

# Capinzal

## PREFEITURA

### Decreto 003/2016

DECRETO No 003, DE 14 DE JANEIRO DE 2016.

Dispõe sobre o horário de funcionamento da Secretaria de Infra-estrutura.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CAPINZAL, Estado de Santa Catarina, no uso da atribuição que lhe confere o art. 58, V, da Lei Orgânica Municipal;

#### DECRETA:

Art. 1º O horário de funcionamento da Secretaria de Infraestrutura a partir do dia 18/01/16, será das 7h 30 min. às 11h 30 min. e das 13h e 30 min. às 17h e 30 min.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revoga-se o Decreto n o 110, de 26 de agosto de 2015 Capinzal, em 14 de janeiro de 2016.

Andevir Isganzella  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto na data supra.

Francisco Dirceu de Araújo  
Secretário da Administração e Finanças

### Decreto 004/2016

DECRETO No 004, DE 14 DE JANEIRO DE 2016.

Dispõe sobre o funcionamento das repartições públicas municipais (Centro Administrativo Prefeito Silvio Santos).

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CAPINZAL, Estado de Santa Catarina, no uso da atribuição que lhe confere o art. 58, V, da Lei Orgânica Municipal;

#### DECRETA:

Art. 1º O horário de funcionamento das repartições públicas municipais a partir do dia 18/01/16, será das 8h00min. às 12h00min. e das 13h e 30min. às 17h e 30min.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revoga-se o Decreto n o 133 de 8 de outubro de 2015.

Capinzal, em 14 de janeiro de 2016.  
Andevir Isganzella  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto na data supra.

Francisco Dirceu de Araújo  
Secretário da Administração e Finanças

### Decreto 005/2016

DECRETO No 005, DE 14 DE JANEIRO DE 2016.

Dispõe sobre o funcionamento das repartições públicas municipais (Secretaria de Saúde).

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CAPINZAL, Estado de Santa Catarina, no uso da atribuição que lhe confere o art. 58, V, da Lei Orgânica Municipal;

#### DECRETA:

Art. 1º O horário de funcionamento da Secretaria de Saúde, a partir do dia 18/01/16 será das 7h 30 min. às 11h e 30min. e das 13h00 min. às 17h00min..

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revoga-se o Decreto n o 148, de 26 de novembro de 2015.

Capinzal, em 14 de janeiro de 2016.  
Andevir Isganzella  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto na data supra.

Francisco Dirceu de Araújo  
Secretário da Administração e Finanças

### PMC PROCESSO LICITATÓRIO 0013/2016 PREGÃO PRESENCIAL 0011/2016

#### AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório Nº 0013/2016

Pregão Presencial Nº 0011/2016

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO para locação de tendas para utilização durante os eventos realizados pela Secretaria da Educação, Cultura e Esportes, Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Fundo Municipal de Saúde, com Recursos Próprios.

ENTREGA DE ENVELOPES E ABERTURA: Os Envelopes de Propostas e Documentos deverão obrigatoriamente serem protocolados no Setor de Protocolo até as 09:00 horas, para abertura da Seção às 09:05 horas do dia 28/01/2016.

CREDENCIAMENTO: Os documentos de Credenciamento deverão vir fora dos envelopes, em cópias autenticadas, em mãos, a serem entregues na hora da abertura da seção.

Menor Preço Item

#### INFORMAÇÕES E ENTREGA DO EDITAL:

No endereço do Centro Administrativo Prefeito Silvio Santos, sala de Licitações, RUA CARMELLO ZOCOLLI, 155.

No sítio: [www.capinzal.sc.gov.br](http://www.capinzal.sc.gov.br)

HORÁRIO: Das 8:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:30 horas.

TELEFONE Nº (0xx49) 3555-8739 e 3555-8716, FAX Nº (0xx49) 3555-8740.

Capinzal, 15 de janeiro de 2016.  
ELISÂNGELA BAGNOLIN  
Diretora de Compras e Licitações



**PORTARIA 012/2016**

PORTARIA Nº 012, DE 07 DE JANEIRO DE 2016

Contrata servidor, por tempo determinado, por excepcional interesse público

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto na Lei nº 2.178, de 23 de dezembro de 1999, alterada pela Lei nº 3.149, de 30 de outubro de 2014, resolve:

Art. 1º Fica contratada, por tempo determinado, em regime administrativo especial, através do processo seletivo nº 029/2014 e nos termos do contrato nº 012/2016, Fernanda Paula de Almeida, matrícula nº 407474/03, para exercer as funções do cargo de Odontólogo, nível 971, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, em regime de trabalho de quarenta (40) horas semanais, na unidade sanitária central.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 07 de janeiro de 2016.

Capinzal - SC, em 07 de janeiro de 2016

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAÚJO

Secretário da Administração e Finanças, interino

# Catanduvas

## PREFEITURA

### **ADENDO AO EDITAL DE PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0001/2016 - PREGÃO Nº 0001/2016**

#### ADENDO AO EDITAL

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0001/2016

EDITAL DE PREGÃO Nº 0001/2016

A Prefeita do Município de Catanduvas, Estado de Santa Catarina, Exma. Sra. Gisa Aparecida Giacomini, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei e

Considerando a necessidade de exclusão de item, do ANEXO I do Edital, por interesse da Administração Municipal;

TORNA PÚBLICO, para o conhecimento dos interessados, a seguinte supressão no edital de Pregão nº 0001/2016, conforme segue:

a) Fica excluído do edital o item 5.5, do ANEXO I do Edital.

As demais disposições do Edital permanecem inalteradas e em pleno vigor.

Catanduvas - SC, 14 de janeiro de 2016.

GISA APARECIDA GIACOMINI

Prefeita Municipal

### **AVISO DE LICITAÇÃO: PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0011/2016- PREGÃO Nº 0010/2016**

#### AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0011/2016

PREGÃO Nº 0010/2016

Objeto: Aquisição de Gêneros Alimentícios, para atender os grupos de diabéticos, hipertensos, gestantes, tabagismo e outros grupos que serão organizados pelas equipes dos ESFs e NASF EM 2015, através de programas realizados para a população nos grupos para promoção em saúde, para a manutenção e o desenvolvimento das ações da Secretaria Municipal de Saúde.

Abertura das Propostas: 13h45min, do dia 11 de fevereiro de 2016.

Da disponibilização do edital: o edital estará disponível a partir do dia 14 de janeiro de 2016, no endereço <http://www.catanduvas.sc.gov.br/> e na Prefeitura Municipal de Catanduvas – SC.

Informações: maiores informações, assim como cópia do Edital, poderão ser obtidas no site: [www.catanduvas.sc.gov.br](http://www.catanduvas.sc.gov.br) e no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Catanduvas – SC, das 13h00min às 19h00min, de segunda a sexta-feira, ou pelo telefone (049) 3525-1144, Ramal 229.

Catanduvas – SC, 14 de janeiro de 2016.

GISA APARECIDA GIACOMINI

Prefeita Municipal

### **AVISO DE LICITAÇÃO: PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0012/2016- PREGÃO Nº 0011/2016**

#### AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0012/2016

PREGÃO Nº 0011/2016

Objeto: Aquisição de materiais de limpeza e higienização para a manutenção e o desenvolvimento das ações da Secretaria Municipal de Saúde.

Abertura das Propostas: 15h15min, do dia 11 de fevereiro de 2016.

Da disponibilização do edital: o edital estará disponível a partir do dia 14 de janeiro de 2016, no endereço <http://www.catanduvas.sc.gov.br/> e na Prefeitura Municipal de Catanduvas – SC.

Informações: maiores informações, assim como cópia do Edital, poderão ser obtidas no site: [www.catanduvas.sc.gov.br](http://www.catanduvas.sc.gov.br) e no Setor de

Licitações da Prefeitura Municipal de Catanduvas – SC, das 13h00min às 19h00min, de segunda a sexta-feira, ou pelo telefone (049) 3525-1144, Ramal 229.

Catanduvas – SC, 14 de janeiro de 2016.

GISA APARECIDA GIACOMIN

Prefeita Municipal

## DECRETO Nº 2.116 DE 18 DE NOVEMBRO DE 2015

DECRETO Nº 2.116/2015 DE 18 DE NOVEMBRO DE 2015.

“AUTORIZA A SUPLEMENTAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS POR CONTA DO PROVÁVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO DE RECURSOS PRÓPRIOS E CONVÊNIOS, NO DECORRER DO EXERCÍCIO, NO ORÇAMENTO VIGENTE DA PREFEITURA”.

GISA APARECIDA GIACOMIN, Prefeita Municipal de Catanduvas-SC, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo art. 103, VIII, da Lei Orgânica do Município, Lei Municipal nº 2.478/14 de 16 de Dezembro de 2014, em seu Artigo 4º Inciso II e Lei Federal nº 4.320/64, (Art. 7º, I e 43, § 1º, II e § 3º).

### DECRETA:

Art. 1º - Fica o Setor Contábil, autorizado a proceder a SUPLEMENTAÇÃO, na importância de R\$ 146.200,66 (Cento e quarenta e seis mil, duzentos reais e sessenta e seis centavos), nas seguintes dotações orçamentárias.

ÓRGÃO	04	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E TURISMO		
UNID. ORÇ.	0401	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO		
	306	ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO		
		Merenda Escolar do Ensino Fundamental		
	160	OUT. DESPESAS CORRENTES (3390) Rec.Conv. Merenda Escolar	R\$	1.940,00

	361	ENSINO FUNDAMENTAL		
		Transporte Escolar do Ensino Fundamental		
	162	OUT. DESPESAS CORRENTES (3390) Rec.Conv. Transp. Escolar	R\$	54.260,66

UNID. ORÇ.	0403	DIVISÃO DO ENSINO SUPERIOR		
	364	ENSINO SUPERIOR		
		Apoio ao Ensino Superior		
	100	OUT. DESPESAS CORRENTES (3390) Rec.Próprios	R\$	28.000,00

UNID. ORÇ.	0404	DIVISÃO DE ESPORTES		
	812	DESPORTO COMUNITÁRIO		
		Manutenção do Esporte		
	100	OUT. DESPESAS CORRENTES (3390) Rec.Próprios	R\$	10.000,00

UNID. ORÇ.	0405	FUNDO MUNICIPAL DA CULTURA		
	722	TELECOMUNICAÇÕES		
		Manutenção das Atividades Culturais e Artísticas		
	100	OUT. DESPESAS CORRENTES (3390) Rec.Próprios	R\$	20.000,00

		Manutenção Repetidora de Sinais de Televisão		
	100	OUT. DESPESAS CORRENTES (3390) Rec.Próprios	R\$	2.000,00

ÓRGÃO	06	SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRA ESTRUTURA URBANA		
UNID. ORÇ.	0601	SERVIÇOS URBANOS		
	451	INFRA ESTRUTURA URBANA		
		Pavimentação de Ruas Estradas e Passeios		
	100	DESPESAS DE CAPITAL (4490) Rec. Próprios	R\$	30.000,00

§ 1º - Os recursos mencionados no Artigo Primeiro são oriundos de Recursos próprios, Convenio Transporte Escolar do Estado e Convênio Merenda Escolar, no decorrer do exercício de 2015.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Catanduvas SC, 18 de novembro de 2015.

GISA APARECIDA GIACOMIN

DAVI PECINATO

Prefeita Municipal

Resp. pela Secretaria de Administração

Registrado e Publicado por esta Secretaria em 18/11/2015.

## DECRETO Nº 2.121 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2015

DECRETO Nº 2.121/2015 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2015.

"AUTORIZA A SUPLEMENTAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS POR CONTA DO SUPERÁVIT FINANCEIRO CONSOLIDADO DE RECURSOS DE CONVÊNIOS TRANSFERÊNCIAS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE/SUS/UNIÃO – VIGILÂNCIA EM SAÚDE E CONVÊNIO ASSISTÊNCIA SOCIAL, APURADOS EM 2014 NO ORÇAMENTO VIGENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CATANDUVAS E FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL"

GISA APARECIDA GIACOMIN, Prefeita Municipal de Catanduvas-Sc, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo art. 103, VIII, da Lei Orgânica do Município, Lei Municipal nº 2.478/14 de 16 de Dezembro de 2014, em seu Artigo 4º Inciso I e Lei Federal nº 4.320/64, (Art. 7º, I e 43, § 1º, II e § 3º).

### DECRETA:

Art. 1º - Fica o Setor Contábil, autorizado a proceder a SUPLEMENTAÇÃO, na importância de R\$ 26.900,00 (Vinte e seis mil e novecentos reais), nas seguintes dotações orçamentárias no Orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde de Catanduvas e Fundo de Assistência Social.

ÓRGÃO	25	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CATANDUVAS		
UNID. ORÇ.	2501	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CATANDUVAS		
	301	ATENÇÃO BÁSICA		
		Manutenção da Secretaria de Saúde		
	338	OUT. DESPESAS CORRENTES (3390)Rec.Transf. SUS	R\$	15.000,00

ÓRGÃO	30	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		
UNID. ORÇ.	3001	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		
	244	ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA		
		Manutenção das Atividades do Fundo Municipal de Assistência Social		
	152	OUT. DESPESAS CORRENTES(3390)Conv. Assist. Social	R\$	11.900,00

§ 1º - Os recursos mencionados no Artigo Primeiro, são oriundos de Convênios com Sistema Único de Saúde – SUS/União, em Vigilância e Saúde, resultantes do Superávit Financeiro Consolidado de 2014.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Catanduvas SC, 07 de dezembro de 2015.

GISA APARECIDA GIACOMIN

DAVI PECINATO

Prefeita Municipal

Resp. pela Secretaria de Administração

Registrado e Publicado por esta Secretaria em 07/12/2015

## DECRETO Nº 2.122 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2015

DECRETO Nº 2.122/15 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2015.

"AUTORIZA A SUPLEMENTAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS POR CONTA DO PROVÁVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO DE RECURSOS PRÓPRIOS E CONVÊNIOS, NO DECORRER DO EXERCÍCIO, NO ORÇAMENTO VIGENTE DO FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E ADOLESCENTE, FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E PREFEITURA MUNICIPAL".

GISA APARECIDA GIACOMIN, Prefeita Municipal de Catanduvas-SC, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo art. 103, VIII, da Lei Orgânica do Município, Lei Municipal nº 2.478/14 de 16 de Dezembro de 2014, em seu Artigo 4º Inciso II e Lei Federal nº 4.320/64, (Art. 7º, I e 43, § 1º, II e § 3º).

### DECRETA:

Art. 1º - Fica o Setor Contábil autorizado a proceder a SUPLEMENTAÇÃO, na importância de R\$ 569.123,14 (Quinhentos e sessenta e nove mil, cento e vinte e três reais e quatorze centavos), nas seguintes Dotações Orçamentárias.

ÓRGÃO	30	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		
UNID. ORÇ.	3001	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		
	241	ASSISTÊNCIA AO IDOSO		
		Manutenção das Atividades do Fundo de Direito do Idoso		
	100	OUT. DESPESAS CORRENTES (3390) Rec. Próprios	R\$	3.500,00
		Manutenção da Assistência Social Geral		
	100	DESPESAS CORRENTES (3190) Rec. Próprios	R\$	20.700,00
	100	OUT. DESPESAS CORRENTES (3390) Rec. Próprios	R\$	1.200,00
		Transferências a Entidades e Associações		
	100	DESPESAS DE CAPITAL (4450) Rec. Próprios	R\$	14.342,14
ÓRGÃO	20	FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA		
UNID. ORÇ.	2001	FUNDO DA INFÂNCIA E DA ADOLESCÊNCIA		
	243	ASSISTÊNCIA A CRIANÇA E AO ADOLESCENTE		
		Manutenção das Atividades do Fundo da Infância e Adolescência		
	100	OUT. DESPESAS CORRENTES (3390) Rec. Próprios	R\$	550,00
ÓRGÃO	25	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CATANDUVAS		
UNID. ORÇ.	2501	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CATANDUVAS		
	301	ATENÇÃO BÁSICA		
		Manutenção da Secretaria de Saúde		
	102	OUT. DESPESAS CORRENTES (3390) Rec. Imp. Transf. Saúde	R\$	15.000,00
ÓRGÃO	04	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E TURISMO		
UNID. ORÇ.	0401	EDUCAÇÃO		
	361	ENSINO FUNDAMENTAL		
		Manutenção do Ensino Fundamental		
	118	DESPESAS CORRENTES (3190)– Recursos Fundeb	R\$	108.000,00
	101	DESPESAS CORRENTES (3190) – Rec. Imp. Transf. Educação	R\$	241.170,00
	119	OUT. DESPESAS CORRENTES (3390) Rec. Fundeb	R\$	2.783,00
		Transporte Escolar do Ensino Fundamental		
	136	OUT. DESPESAS CORRENTES (3390)– Recursos Sal. Educação	R\$	5.200,00
	162	OUT. DESPESAS CORRENTES (3390) – Rec. Transp. Esc. Estado	R\$	4.600,00
		Aquisição de Bens Móveis e Imóveis		
	101	DESPESAS DE CAPITAL (4490)– Rec. Imp. da Educação	R\$	378,00
	365	EDUCAÇÃO INFANTIL		
		Manutenção da Educação Infantil		
	118	DESPESAS CORRENTES (3190)– Recursos Fundeb	R\$	100.000,00
UNID. ORÇ.	0403	DIVISÃO DO ENSINO SUPERIOR		
	364	ENSINO SUPERIOR		
		Apoio ao Ensino Superior		
	100	OUT. DESPESAS CORRENTES (3390)– Recursos Próprios	R\$	13.200,00
UNID. ORÇ.	0405	FUNDO MUNICIPAL DA CULTURA		
	392	DIFUSÃO CULTURAL		
		Manutenção das Atividades Culturais e Artísticas		
	100	OUT. DESPESAS CORRENTES (3390)– Recursos Próprios	R\$	20.000,00
ÓRGÃO	06	SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA		
UNID. ORÇ.	0601	SERVIÇOS URBANOS		
	451	INFRAESTRUTURA URBANA		
		Iluminação Pública COSIP		
	108	OUT. DESPESAS CORRENTES (3390) Recursos da COSIP	R\$	18.500,00

§ 1º - Os recursos mencionados no Artigo Primeiro, são oriundos de Arrecadação através de Recursos Próprios, Fundeb, Receitas de Impostos e Transferências da Educação, Recursos de Impostos da Saúde, Salário Educação e Transferências Recursos do Estado (Transporte Escolar), no decorrer do exercício de 2015.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Catanduvas SC, 07 de dezembro de 2015.

GISA APARECIDA GIACOMIN

DAVI PECINATO

Prefeita Municipal

Resp. pela Secretaria de Administração

Registrado e Publica por esta Secretaria em 07/12/2015.

# Caxambu do Sul

## PREFEITURA

### ADITIVO 02 CONTRATO 25/2015

ADITIVO CONTRATUAL Nº. 02 AO CONTRATO Nº. 25/2015

O Município de Caxambu do Sul, inscrito com o CNPJ sob nº 83.021.816/0001-29, com endereço na Rua Índio Condá, 55 na cidade de Caxambu do Sul, representado pelo Prefeito Municipal Sr. VILMAR FOPPA, inscrito com CPF sob nº 492.145.609-78 e a Empresa LSW SERVIÇOS LTDA, com sede na(o) Rua Demétrio Lorenz, nº 563, centro, no Município de São Carlos – SC, inscrita no CNPJ sob o nº. 01.614.299/0001-37 neste ato representada por sua representante legal Senhora LIANI STOFFEL WILBERT, doravante denominada CONTRATADA, em decorrência do Processo Licitatório nº 32/2015 - Toma da de Preços p/ Obras e Serviços de Engenharia nº 04/2015, resolvem celebrar o presente Termo Aditivo ao Contrato nº 25/2015, visando à prorrogação do prazo de vigência, de conformidade com às normas da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações posteriores, e de acordo com as cláusulas e condições a seguir especificadas:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO PRAZO

Através deste instrumento as partes resolvem prorrogar o prazo do referido contrato por mais 60 (sessenta) dias. O prazo de vigência anteriormente pactuado com término previsto para dia 03 de janeiro de 2016 fica prorrogado até 03 de março de 2016, de conformidade com o estabelecido na Lei n. 8.666/93, e Cláusula Quinta do contrato originário.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DAS DEMAIS DISPOSIÇÕES

As demais disposições do contrato originário e dos termos Aditivos já firmados, que não colidirem com as disposições deste instrumento, permanecem em pleno vigor.

E, por estarem acordados, assinam o presente instrumento, os representantes das partes contratantes juntamente com as duas testemunhas.

Caxambu do Sul – SC, 28 de Dezembro de 2015.  
VILMAR FOPPA LSW SERVIÇOS LTDA  
PREFEITO MUNICIPAL LIANI STOFFEL WILBERT  
CONTRATADA

Testemunhas:

1) Nome: 2) Nome:  
CPF: CPF:

### ADITIVO 03 CONTRATO 16/2014

ADITIVO CONTRATUAL N. 03, AO CONTRATO Nº 16/2014.

O MUNICÍPIO DE CAXAMBU DO SUL, Estado de Santa Catarina, com endereço na(o) INDIO CONDA, inscrita no CNPJ sob o nº 83.021.816/0001-29, neste ato representada por seu PREFEITO MUNICIPAL, Senhor VILMAR FOPPA, doravante denominada simplesmente de CONTRATANTE e a Empresa KERMES ANTONIO MARINS - ME, de Caxambu do Sul, pessoa jurídica de direito privado, com sede na Rua América, na cidade de Caxambu do Sul, Estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ sob nº 82.912.361/0001-79, representada por seu gerente Senhor KERMES ANTONIO MARINS, inscrito no CPF sob nº 533.495.989-00, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, resolvem celebrar o presente

Termo Aditivo ao Contrato nº 16/2014, visando à prorrogação de prazo de vigência, de conformidade com às normas da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações posteriores, e de acordo com as cláusulas e condições a seguir especificadas.

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO PRAZO

Através deste instrumento as partes resolvem prorrogar o prazo do referido contrato por mais 12 (doze) meses. O prazo de vigência anteriormente pactuado com término previsto para dia 31 de dezembro de 2015 fica prorrogado até 31 de dezembro de 2016, durante o período letivo, de conformidade com o estabelecido na Lei n. 8.666/93, e cláusula primeira do contrato originário.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Permanecem ratificadas e inalteradas as demais cláusulas do Contrato original as quais se aplicam ao presente Termo Aditivo. E, por estarem acordados, assinam o presente instrumento, os representantes das partes contratantes juntamente com as duas testemunhas.

Caxambu do Sul - SC, 28 de Dezembro de 2015.  
VILMAR FOPPA KERMES ANTONIO MARINS - ME  
PREFEITO MUNICIPAL CONTRATADA

Testemunhas:

1) Nome: 2) Nome:  
CPF: CPF:

### ADITIVO 05 CONTRATO 23/2014

ADITIVO CONTRATUAL Nº. 05 AO CONTRATO Nº. 23/2014

O Município de Caxambu do Sul, inscrito com o CNPJ sob nº 83.021.816/0001-29, com endereço na Rua Índio Condá, 55 na cidade de Caxambu do Sul, representado pelo Prefeito Municipal Sr. VILMAR FOPPA, inscrito com CPF sob nº 492.145.609-78 e a empresa ARTEBRAZ SERVIÇOS DE CONSTRUÇÕES LTDA ME, com sede na(o) Rua Barão do Rio Branco, nº 2678 D, bairro São Pedro, no Município de Chapecó – SC, inscrita no CNPJ sob o nº. 09.266.219/0001-01 neste ato representado por seu representante legal Senhora ROSINHA DORETI G. DE OLIVEIRA, doravante denominada CONTRATADA, resolvem celebrar o presente Termo Aditivo ao Contrato nº 23/2014, visando à prorrogação do prazo de execução, de conformidade com às normas da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações posteriores, e de acordo com as cláusulas e condições a seguir especificadas:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO PRAZO

1.1. Através deste instrumento as partes resolvem prorrogar o prazo de execução do referido contrato por mais 08 (oito) meses. O prazo de execução anteriormente pactuado com término previsto para dia 06 de janeiro de 2016 fica prorrogado até 06 de fevereiro de 2016, de conformidade com o estabelecido na Lei n. 8.666/93, e Cláusula Quinta do contrato originário.

1.2. Não será concedido nova prorrogação de prazo para execução sem motivo comprovadamente justificado, podendo o Contrato ser rescindido unilateralmente caso a obra não seja concluída no prazo acima proposto.



**CLÁUSULA SEGUNDA – DAS DEMAIS DISPOSIÇÕES**

2.1 As demais disposições do contrato originário e dos termos Aditivos já firmados, que não colidirem com as disposições deste instrumento, permanecem em pleno vigor.

E, por estarem acordados, assinam o presente instrumento, os representantes das partes contratantes juntamente com as duas testemunhas.

Caxambu do Sul – SC, 05 de janeiro de 2016.

VILMAR FOPPA                      ARTEBRAZ SERVIÇOS DE  
PREFEITO MUNICIPAL        CONSTRUÇÕES LTDA ME  
CONTRATADA

Testemunhas:

1) Nome:                      2) Nome:  
CPF:                              CPF:

**ADITIVO 3 CONTRATO 17/2014**

ADITIVO CONTRATUAL Nº. 03 AO CONTRATO Nº. 17/2014

O MUNICIPIO DE CAXAMBU DO SUL – SC, com sede na Rua Índio Condá nº 55, Centro, na Cidade de Caxambu do Sul - SC inscrito no CNPJ sob nº 83.021.816/0001-29 neste ato representado por seu Prefeito Municipal Senhor Vilmar Foppa, denominado neste ato de CONTRATANTE, e a Empresa VANDRO GIACOMELLI ME, pessoa jurídica, de direito privado, estabelecida Linha Dom José, no município de Caxambu do Sul, inscrito no CNPJ nº 09.224.897/0001-01, neste ato representada por seu representante legal Senhor Vandro Giacomelli, inscrito no CPF sob nº 987.536.229-87, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, resolvem celebrar o presente Termo Aditivo ao Contrato nº 17/2014, visando à prorrogação do prazo de vigência, sujeição às normas da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações posteriores, e de acordo com as cláusulas e condições a seguir especificadas.

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO PRAZO**

Através deste instrumento as partes resolvem prorrogar o prazo do referido contrato por mais 12 (doze) meses. O prazo de vigência anteriormente pactuado com término previsto para dia 31 de dezembro de 2015 fica prorrogado até 31 de dezembro de 2016, durante o período letivo, de conformidade com o estabelecido na Lei n. 8.666/93, e cláusula primeira do contrato originário.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

Permanecem ratificadas e inalteradas as demais cláusulas do Contrato original as quais se aplicam ao presente Termo Aditivo. E, por estarem acordados, assinam o presente instrumento, os representantes das partes contratantes juntamente com as duas testemunhas.

Caxambu do Sul - SC, 28 de Dezembro de 2015.

VILMAR FOPPA                      VANDRO GIACOMELLI ME  
PrefeitoMunicipal                Contratada

Testemunhas:

1) Nome:                      2) Nome:  
CPF:                              CPF:

**ADITIVO 4 CONTRATO 29/2014**

ADITIVO CONTRATUAL Nº. 04 AO CONTRATO Nº. 29/2014

O Município de Caxambu do Sul, inscrito com o CNPJ sob nº 83.021.816/0001-29, com endereço na Rua Índio Condá, 55 na cidade de Caxambu do Sul, representado pelo Prefeito Municipal Sr. VILMAR FOPPA, inscrito com CPF sob nº 492.145.609-78 e a empresa ARTEBRAZ SERVIÇOS DE CONSTRUÇÕES LTDA ME, com sede na(o) Rua Barão do Rio Branco, nº 2678 D, bairro São Pedro, no Município de Chapecó – SC, inscrita no CNPJ sob o nº. 09.266.219/0001-01 neste ato representado por seu representante legal Senhora ROSINHA DORETI G. DE OLIVEIRA, doravante denominado CONTRATADA, em decorrência do Processo Licitatório nº 21/2014 - Toma da de Preços p/ Obras e Serviços de Engenharia nº 03/2014, resolvem celebrar o presente Termo Aditivo ao Contrato nº 29/2014, visando à prorrogação do prazo de execução, de conformidade com às normas da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações posteriores, e de acordo com as cláusulas e condições a seguir especificadas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO PRAZO**

Através deste instrumento as partes resolvem prorrogar o prazo de execução do referido contrato por mais 05 (cinco) meses. O prazo de execução anteriormente pactuado com término previsto para dia 07 de janeiro de 2016 fica prorrogado até 07 de fevereiro de 2016, de conformidade com o estabelecido na Lei n. 8.666/93, e Cláusula Quinta do contrato originário.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DAS DEMAIS DISPOSIÇÕES**

As demais disposições do contrato originário e dos termos Aditivos já firmados, que não colidirem com as disposições deste instrumento, permanecem em pleno vigor.

E, por estarem acordados, assinam o presente instrumento, os representantes das partes contratantes juntamente com as duas testemunhas.

Caxambu do Sul – SC, 05 de Janeiro de 2016.

VILMAR FOPPA                      ARTEBRAZ SERVIÇOS DE  
PREFEITO MUNICIPAL        CONSTRUÇÕES LTDA ME  
CONTRATADA

Testemunhas:

1) Nome:                      2) Nome:  
CPF:                              CPF:

# Chapecó

## PREFEITURA

**DECRETO Nº. 31.947, DE 11 DE JANEIRO DE 2016**

DECRETO Nº. 31.947, DE 11 DE JANEIRO DE 2016.

Dispõe sobre designação de servidor público municipal para responder como Gestor do Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe conferem os incisos IV do art. 77 da Lei Orgânica do Município de Chapecó, observando o disposto na Lei nº. 6.565/14,

DECRETA :

Art. 1º. Fica designado o servidor público municipal NÉDIO LUIZ CONCI, ocupante do cargo de provimento em comissão de Secretário de Assistência Social, para responder como Gestor do Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS.

Art. 2º. Fica revogado o Decreto nº. 30.333/15.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina,

em 11 de janeiro de 2016.

LUCIANO JOSÉ BULIGON

Prefeito Municipal

**DECRETO Nº. 31.948, DE 11 DE JANEIRO DE 2016**

DECRETO Nº. 31.948, DE 11 DE JANEIRO DE 2016.

Dispõe sobre designação de servidor público municipal para responder como Gestor do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - FIA e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe conferem os incisos IV do art. 77 da Lei Orgânica do Município de Chapecó, observando o disposto na Lei nº. 6.296/10,

DECRETA :

Art. 1º. Fica designado o servidor público municipal NÉDIO LUIZ CONCI, ocupante do cargo de provimento em comissão de Secretário de Assistência Social, para responder como Gestor do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - FIA.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Fica revogado o Decreto nº. 30.334/15.

Gabinete do Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina,

em 11 de janeiro de 2016.

LUCIANO JOSÉ BULIGON

Prefeito Municipal

**DECRETO Nº. 31.949, DE 14 DE JANEIRO DE 2016**

DECRETO Nº. 31.949, DE 14 DE JANEIRO DE 2016.

Dispõe sobre alteração de Decretos Municipais e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe conferem os incisos IV do art. 77 da Lei Orgânica do Município de Chapecó e, CONSIDERANDO a sentença dos Autos nº. 0008076-04.2009.8.24.0018 do Poder Judiciário do Estado de Santa Catarina - Comarca de Chapecó,

DECRETA :

Art. 1º. O caput do artigo 1º do Decreto nº. 19.154, de 28 de novembro de 2008, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º. Fica declarado de utilidade pública, como declarado está, para fins de desapropriação, amigável ou judicial, uma área de terras com 4.493,26m<sup>2</sup> (quatro mil e quatrocentos e noventa e três virgula vinte e seis metros quadrados), dentro de uma área maior, com os vértices e coordenadas e mapa anexos, descrita na Matrícula Imobiliária nº 73.232, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Chapecó, Estado de Santa Catarina, que consta pertencer a Félix José Trentin Filho e Sonia Helena Locatelli Trentin."

Art. 2º. O caput do artigo 1º do Decreto nº. 20.552, de 26 de março de 2009, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º. Fica desapropriado, ordinária e diretamente por utilidade pública, como desapropriado está, por via amigável ou judicial, uma área de terras com 4.493,26m<sup>2</sup> (quatro mil e quatrocentos e noventa e três virgula vinte e seis metros quadrados), dentro de uma área maior, com os vértices e coordenadas e mapa anexos, descrita na Matrícula Imobiliária nº 73.232, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Chapecó, Estado de Santa Catarina, que consta pertencer a Félix José Trentin Filho e Sonia Helena Locatelli Trentin, avaliada em R\$ 48.850,00 (quarenta e oito mil e oitocentos e cinquenta reais)."

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina,

em 14 de janeiro de 2016.

LUCIANO JOSÉ BULIGON

Prefeito Municipal

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 004/2016**

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 004/2016

O Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber:

I. Ficam CONVOCADOS, para tomar posse, nos respectivos cargos, junto a Gerência de Gestão de Pessoal da Prefeitura Municipal de Chapecó, sito à Avenida Getúlio Vargas nº 957-S, os candidatos abaixo, conforme se especifica a seguir:

EDITAL DE CONVOCAÇÃO CONCURSO Nº 001/2015		
CARGO: AUXILIAR DE ADMINISTRAÇÃO		
Nº CLASSIFICAÇÃO	Nº INSCRIÇÃO	NOME
19º	11561	MARCO AURELIO GODOI
20º	1481	MATHEUS SANTA CATHARINA PARIZOTTO
21º	10813	MARCELO FELIPE MACCARI
22º	8401	MICHELLI MARIANE
CARGO: REGENTE DE ORQUESTRA SINFONICA		
Nº CLASSIFICAÇÃO	Nº INSCRIÇÃO	NOME
1º	206	GUSTAVO PEREIRA Malfatti
CARGO: TECNICO EM EQUIPAMENTOS DE SONORIZAÇÃO E ILUMINAÇÃO		
Nº CLASSIFICAÇÃO	Nº INSCRIÇÃO	NOME
1º	5633	MARCELO ZANESCO
CARGO: MONITOR DE BIBLIOTECA		
Nº CLASSIFICAÇÃO	Nº INSCRIÇÃO	NOME
1º	7016	CASSIO GUILHERME BARBIERI
2º	11574	BARBARA SCARAVELLI MARIO
CARGO: MONITOR SOCIAL PEDAGOGO		
Nº CLASSIFICAÇÃO	Nº INSCRIÇÃO	NOME
1º	10891	SERGIO PAULO RIBEIRO

II. Em caso de não comparecimento do candidato convocado no prazo de 30 (tinta) dias a contar da data de publicação deste edital, este perderá o direito a posse;

III. A posse, o exercício e o estágio probatório, dar-se-ão nas condições da legislação específica;

IV. Este edital de convocação entrará em vigor na data de sua publicação.

V. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Município de Chapecó, em 13 de janeiro de 2016  
LUCIANO JOSE BULIGON  
Prefeito Municipal

### EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 005/2016

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 005/2016

O Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber:

I. Ficam CONVOCADOS, para tomar posse, nos respectivos cargos, junto a Gerência de Gestão de Pessoal da Prefeitura Municipal de Chapecó, sito à Avenida Getúlio Vargas nº 957-S, os candidatos abaixo, conforme se especifica a seguir:

EDITAL DE CONVOCAÇÃO CONCURSO Nº 001/2015		
CARGO: AUXILIAR DE ADMINISTRAÇÃO – PESSOA COM DEFICIENCIA		
Nº CLASSIFICAÇÃO	Nº INSCRIÇÃO	NOME
1º	5500	FRANCIELI REGINA WITEZAK

II. Em caso de não comparecimento do candidato convocado no prazo de 30 (tinta) dias a contar da data de publicação deste edital, este perderá o direito a posse;

III. A posse, o exercício e o estágio probatório, dar-se-ão nas condições da legislação específica;

IV. Este edital de convocação entrará em vigor na data de sua publicação.

V. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Município de Chapecó, em 13 de janeiro de 2016  
LUCIANO JOSE BULIGON  
Prefeito Municipal

### RESUMO DE DECRETOS 15/01/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE CHAPECÓ
--

### RESUMO DE DECRETOS

NÚMERO	DATA DO ATO	ASSUNTO
31950	14/01/2016	Declara vago e sem lotação, na Administração Municipal, um cargo de Técnico em Agropecuária, pelo passamento de seu titular INACIO ANTONIO BOMBANA
31951	14/01/2016	Concede Aposentadoria Voluntária por Tempo de Contribuição, à servidora pública municipal SUMAIA REGINA IBRAHIM
31952	14/01/2016	Concede Aposentadoria Voluntária por Tempo de Contribuição, à servidora pública municipal MARIA DE LOURDES BASTIANI
31953	14/01/2016	Concede Aposentadoria Voluntária por Tempo de Contribuição, à servidora pública municipal MARIA SUELI RICARDO BARBOSA
31954	14/01/2016	Concede Aposentadoria Voluntária por Tempo de Contribuição, à servidora pública municipal SONIA MARIA FORTES CONCATTO
31955	14/01/2016	Concede Aposentadoria Voluntária por Tempo de Contribuição, à servidora pública municipal ANA MARIA ANTUNES
31956	14/01/2016	Concede Aposentadoria Voluntária por Tempo de Contribuição, à servidora pública municipal LEDA VERINHA TASCA
31957	14/01/2016	Concede Aposentadoria Voluntária por Tempo de Contribuição, ao servidor público municipal GILBERTO DOS SANTOS DA SILVA
31958	14/01/2016	Concede Aposentadoria Voluntária por Tempo de Contribuição - Especial de Magistério, à servidora pública municipal MARLI TERESINHA COTESKOWSKI CHAGAS

# Cocal do Sul

## PREFEITURA

### DECRETO SAF/N. 01/16

DECRETO SAF/Nº. 01/16, de 04 de janeiro de 2016

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições, resolve:

#### EXONERAR

CELSON JOSÉ MAGAGNIN, portador do CPF nº. 556.370.949-34, Servente de Obras ACT, nomeado pelo Decreto SAF/N. 448/13, de 13 de agosto de 2013, a partir de 04 de janeiro de 2016.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 04 de janeiro de 2016.

ADEMIR MAGAGNIN  
Prefeito Municipal

CIRLENE GONÇALVES SCARPATO

Secretária interina de Adm., Planej., Fazenda e  
Finanças Públicas

### DECRETO SAF/N. 03.16

DECRETO SAF/Nº. 03/16, de 08 de janeiro de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições, resolve,

#### EXONERAR

Por termino de mandato de Conselheira Tutelar ANA LICE GOU-LART, brasileira, maior, portadora do CPF nº. 032.721.329-96, nomeada pelo Decreto SAF/N. 257/11, de 30 de junho de 2011, a partir de 08 de janeiro de 2016.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 08 de janeiro de 2016.

ADEMIR MAGAGNIN  
Prefeito Municipal

CIRLENE GONÇALVES SCARPATO

Secretária interina de Adm., Planej., Fazenda e  
Finanças Públicas

### DECRETO SAF/N. 04.16

DECRETO SAF/Nº. 04/16, de 08 de janeiro de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições, resolve,

#### EXONERAR

Por termino de mandato de Conselheira Tutelar JAQUELINE BRES-SAN, brasileira, maior, portadora do CPF nº. 065.844.659-26, nomeada pelo Decreto SAF/N. 261/11, de 30 de junho de 2011, a partir de 08 de janeiro de 2016.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 08 de janeiro de 2016.

ADEMIR MAGAGNIN  
Prefeito Municipal

CIRLENE GONÇALVES SCARPATO

Secretária interina de Adm., Planej., Fazenda e  
Finanças Públicas

### DECRETO SAF/N. 05.16

DECRETO SAF/Nº. 05/16, de 08 de janeiro de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições, resolve,

#### EXONERAR

Por termino de mandato de Conselheiro Tutelar LEONARDO SIL-VESTRI, brasileiro, maior, portador do CPF nº. 045.812.829-50, nomeado pelo Decreto SAF/N. 259/11, de 30 de junho de 2011, a partir de 08 de janeiro de 2016.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 08 de janeiro de 2016.

ADEMIR MAGAGNIN  
Prefeito Municipal

CIRLENE GONÇALVES SCARPATO

Secretária interina de Adm., Planej., Fazenda e  
Finanças Públicas

### DECRETO SAF/N. 06.16

DECRETO SAF/Nº. 06/16, de 08 de janeiro de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições, resolve,

#### EXONERAR

Por termino de mandato de Conselheira Tutelar MARIA APARE-CIDA DO LIVRAMENTO, brasileira, maior, portadora do CPF nº. 785.421.469-72, nomeada pelo Decreto SAF/N. 260/11, de 30 de junho de 2011, a partir de 08 de janeiro de 2016.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 08 de janeiro de 2016.

ADEMIR MAGAGNIN  
Prefeito Municipal

CIRLENE GONÇALVES SCARPATO

Secretária interina de Adm., Planej., Fazenda e  
Finanças Públicas

### DECRETO SAF/N. 07.16

DECRETO SAF/Nº. 07/16, de 08 de janeiro de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições, resolve,

#### EXONERAR

Por termino de mandato de Conselheira Tutelar MARIA APARECIDA MARGHOTTI, brasileira, maior, portadora do CPF nº. 454.999.269-72, nomeada pelo Decreto SAF/N. 258/11, de 30 de junho de 2011, a partir de 08 de janeiro de 2016.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 08 de janeiro de 2016.

ADEMIR MAGAGNIN  
Prefeito Municipal

CIRLENE GONÇALVES SCARPATO  
Secretária interina de Adm., Planej., Fazenda e  
Finanças Públicas

**DECRETO SAF/N. 08.16**

DECRETO SAF/Nº. 08/16, de 08 de janeiro de 2016.  
NOMEIA MEMBRO TITULAR DO CONSELHO TUTELAR DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DO MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições, e de acordo com a Lei Municipal nº 1.032, de 15 de dezembro de 2010, com alterações introduzidas pelas Leis n. 1.070, de 10 de agosto de 2011; Lei n. 1.148, de 27 de junho de 2013 e Lei n. 1.228, de 29 de outubro de 2014, resolve,

**NOMEAR:**

Art. 1º Fica nomeada ANA LICE GOULART, brasileira, maior, portadora do CPF nº. 032.721.329-96, membro TITULAR do Conselho Tutelar dos Direitos da Criança e do Adolescente de Cocal do Sul, para o mandato de 04(quatro) anos contados a partir de 10 de janeiro de 2016 a 09 de janeiro de 2020.

Art. 2º A diplomação e posse dar-se-á no dia 10 de janeiro de 2016, as 10:00 horas, na sede da Prefeitura Municipal de Cocal do Sul.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 08 de janeiro de 2016.  
ADEMIR MAGAGNIN  
Prefeito Municipal

CIRLENE GONÇALVES SCARPATO  
Secretária interina de Adm., Planej., Fazenda e  
Finanças Públicas

**DECRETO SAF/N. 09.16**

DECRETO SAF/Nº. 09/16, de 08 de janeiro de 2016.  
NOMEIA MEMBRO TITULAR DO CONSELHO TUTELAR DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DO MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições, e de acordo com a Lei Municipal nº 1.032, de 15 de dezembro de 2010, com alterações introduzidas pelas Leis n. 1.070, de 10 de agosto de 2011; Lei n. 1.148, de 27 de junho de 2013 e Lei n. 1.228, de 29 de outubro de 2014, resolve,

**NOMEAR:**

Art. 1º Fica nomeada MARIA APARECIDA DO LIVRAMENTO, brasileira, maior, portadora do CPF nº. 785.421.469-72, membro TITULAR do Conselho Tutelar dos Direitos da Criança e do Adolescente de Cocal do Sul, para o mandato de 04(quatro) anos contados a partir de 10 de janeiro de 2016 a 09 de janeiro de 2020.

Art. 2º A diplomação e posse dar-se-á no dia 10 de janeiro de 2016, as 10:00 horas, na sede da Prefeitura Municipal de Cocal do Sul.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 08 de janeiro de 2016.  
ADEMIR MAGAGNIN  
Prefeito Municipal

CIRLENE GONÇALVES SCARPATO  
Secretária interina de Adm., Planej., Fazenda e  
Finanças Públicas

**DECRETO SAF/N. 10.16**

DECRETO SAF/Nº. 10/16, de 08 de janeiro de 2016.  
NOMEIA MEMBRO TITULAR DO CONSELHO TUTELAR DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DO MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições, e de acordo com a Lei Municipal nº 1.032, de 15 de dezembro de 2010, com alterações introduzidas pelas Leis n. 1.070, de 10 de agosto de 2011; Lei n. 1.148, de 27 de junho de 2013 e Lei n. 1.228, de 29 de outubro de 2014, resolve,

**NOMEAR:**

Art. 1º Fica nomeada MARIA APARECIDA MARGHOTTI, brasileira, maior, portadora do CPF nº. 454.999.269-72, membro TITULAR do Conselho Tutelar dos Direitos da Criança e do Adolescente de Cocal do Sul, para o mandato de 04(quatro) anos contados a partir de 10 de janeiro de 2016 a 09 de janeiro de 2020.

Art. 2º A diplomação e posse dar-se-á no dia 10 de janeiro de 2016, as 10:00 horas, na sede da Prefeitura Municipal de Cocal do Sul.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 08 de janeiro de 2016.  
ADEMIR MAGAGNIN  
Prefeito Municipal

CIRLENE GONÇALVES SCARPATO  
Secretária interina de Adm., Planej., Fazenda e  
Finanças Públicas

**DECRETO SAF/N. 11.16**

DECRETO SAF/Nº. 11/16, de 08 de janeiro de 2016.  
NOMEIA MEMBRO TITULAR DO CONSELHO TUTELAR DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DO MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições, e de acordo com a Lei Municipal nº 1.032, de 15 de dezembro de 2010, com alterações introduzidas pelas Leis n. 1.070, de 10 de agosto de 2011; Lei n. 1.148, de 27 de junho de 2013 e Lei n. 1.228, de 29 de outubro de 2014, resolve,

**NOMEAR:**

Art. 1º Fica nomeada DALILA MANOEL MARTINS CARDOSO brasileira, maior, portadora do CPF nº. 558.385.029-91, membro TITULAR do Conselho Tutelar dos Direitos da Criança e do Adolescente de Cocal do Sul, para o mandato de 04(quatro) anos contados a partir de 10 de janeiro de 2016 a 09 de janeiro de 2020.

Art. 2º A diplomação e posse dar-se-á no dia 10 de janeiro de 2016, as 10:00 horas, na sede da Prefeitura Municipal de Cocal do Sul.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 08 de janeiro de 2016.  
ADEMIR MAGAGNIN  
Prefeito Municipal

CIRLENE GONÇALVES SCARPATO  
Secretária interina de Adm., Planej., Fazenda e  
Finanças Públicas



**DECRETO SAF/N. 12.16**

DECRETO SAF/Nº. 12/16, de 08 de janeiro de 2016.

NOMEIA MEMBRO TITULAR DO CONSELHO TUTELAR DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DO MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições, e de acordo com a Lei Municipal nº 1.032, de 15 de dezembro de 2010, com alterações introduzidas pelas Leis n. 1.070, de 10 de agosto de 2011; Lei n. 1.148, de 27 de junho de 2013 e Lei n. 1.228, de 29 de outubro de 2014, resolve,

NOMEAR:

Art. 1º Fica nomeada JAQUELINE BRESSAN, brasileira, maior, portadora do CPF nº. 065.844.659-26, membro TITULAR do Conselho Tutelar dos Direitos da Criança e do Adolescente de Cocal do Sul, para o mandato de 04(quatro) anos contados a partir de 10 de janeiro de 2016 a 09 de janeiro de 2020.

Art. 2º A diplomação e posse dar-se-á no dia 10 de janeiro de 2016, as 10:00 horas, na sede da Prefeitura Municipal de Cocal do Sul.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 08 de janeiro de 2016.

ADEMIR MAGAGNIN

Prefeito Municipal

CIRLENE GONÇALVES SCARPATO

Secretária interina de Adm., Planej., Fazenda e Finanças Públicas

**DECRETO SAF/N. 13.16**

DECRETO SAF/Nº. 13/16, de 08 de janeiro de 2016.

NOMEIA MEMBROS SUPLENTE DO CONSELHO TUTELAR DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE COCAL DO SUL.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições, e de acordo com a Lei Municipal nº 1.032, de 15 de dezembro de 2010, com alterações introduzidas pelas Leis n. 1.070, de 10 de agosto de 2011; Lei n. 1.148, de 27 de junho de 2013 e Lei n. 1.228, de 29 de outubro de 2014, resolve,

NOMEAR:

Art. 1º Ficam nomeados LEONARDO SILVESTRI, portador do CPF nº. 045.812.829-50; MARIELI FERNANDES, portadora do CPF nº. 068.331.049-64; MADIONE HERDET, portadora do CPF nº. 283.944.288-43; EVANDRO EUZEBIO, portador do CPF nº. 780.197.889-72 e RICARDO MANOEL TEIXEIRA, portador do CPF nº. 974.265.049-72, membros SUPLENTE do Conselho Tutelar dos Direitos da Criança e do Adolescente de Cocal do Sul, para o mandato de 04(quatro) anos contados a partir de 10 de janeiro de 2016 a 09 de janeiro de 2020.

Art. 2º A diplomação e posse dar-se-á no dia 10 de janeiro de 2016, as 10:00 horas, na sede da Prefeitura Municipal de Cocal do Sul.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 08 de janeiro de 2016.

ADEMIR MAGAGNIN

Prefeito Municipal

CIRLENE GONÇALVES SCARPATO

Secretária interina de Adm., Planej., Fazenda e Finanças Públicas

**DECRETO SAF/N. 14.16**

DECRETO SAF/Nº. 14/16, de 08 de janeiro de 2016.

DESIGNA MEMBROS DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO E JULGAMENTO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições resolve,

DESIGNAR

Art. 1º Ficam designados AMANDA CAROLINE COLOGNI, adjunto administrativo; FABIANO BOLSONI FRANCISCO, instrutor de informática; LUIZ CARLOS GONÇALVES, técnico em contabilidade; DANIEL FREITAS BRATTI, Assistente Administrativo; SIMONE MARTINS DA SILVA, adjunto administrativo; NELSON ROSSO, instrutor de informática, SORAYA MONTEIRO AGUIAR, assistente administrativo; LEIDIANE MANGILLI MARCELLO CECCONI, assessor executivo, para sob a presidência do primeiro, constituírem a COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO E JULGAMENTO criada pelo Decreto SA/Nº. 10/93, de 16 de fevereiro de 1993.

Parágrafo único. O presidente será substituído por um dos membros da comissão, na ordem em que figura o Art. 1º, em seus afastamentos, impedimentos legais ou regulamentares.

Art. 2º A ata da sessão pública indicará os membros da Comissão Permanente de Licitação que efetivamente atuaram no certame, sempre com um mínimo de três integrantes, incluindo o Presidente.

Art. 3º A investidura dos membros da Comissão de Licitação será de 1 (um) ano, vedada a sua recondução total para o período subsequente.

Art. 4º Revoga-se o Decreto SAF/Nº. 01/15, de 07 de janeiro de 2015.

Art. 5º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 08 de janeiro de 2016.

ADEMIR MAGAGNIN

Prefeito Municipal

CIRLENE GONÇALVES SCARPATO

Secretária interina de Adm., Planej., Fazenda e Finanças Públicas

**DECRETO SAF/N. 15.16**

DECRETO SAF/Nº. 15/16, de 08 de janeiro de 2016.

DESIGNA PREGOEIRO E COMPÕE EQUIPE DE APOIO PARA ATUAR EM LICITAÇÕES NA MODALIDADE DE PREGÃO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 45, I, da Lei Orgânica Municipal e Art. 3º, IV, da Lei Federal nº. 10.520, de 17 de julho de 2002, resolve

DECRETAR:

Art. 1º Ficam designados os servidores públicos municipais DANIEL FREITAS BRATTI e FABIANO BOLSONI FRANCISCO, para atuarem como PREGOEIROS em licitações na modalidade de pregão, no âmbito da Prefeitura Municipal de Cocal do Sul.

Art. 2º Para atuarem como membros da Equipe de Apoio em Licitações na modalidade de pregão, no âmbito da Prefeitura Municipal

de Cocal do Sul, ficam designados os servidores: LEIDIANE MANGILLI MARCELLO CECCONI, LUIZ CARLOS GONÇALVES, AMANDA CAROLINE COLOGNI, DANIEL FREITAS BRATTI, NELSON ROSSO, SIMONE MARTINS DA SILVA, FABIANO BOLSONI FRANCISCO e SORAYA MONTEIRO AGUIAR.

Art. 3º A ata da sessão pública indicará o Pregoeiro e os membros da Equipe de Apoio que efetivamente atuaram no certame, sempre com um mínimo de três integrantes, incluindo o Pregoeiro.

Art. 4º A investidura dos Pregoeiros será de 1 (um) ano, podendo ter a sua recondução para o período subsequente.

Art. 5º A investidura dos membros da Equipe de Apoio será de 1 (um) ano, vedada a sua recondução total para o período subsequente.

Art. 6º Revoga-se o Decreto 02/15, de 07 de janeiro de 2015.

Art. 7º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 08 de janeiro de 2016.

ADEMIR MAGAGNIN  
Prefeito Municipal

CIRLENE GONÇALVES SCARPATO  
Secretária interina de Adm., Planej., Fazenda  
e Finanças Públicas

#### **DECRETO SAF/N. 16.16**

DECRETO SAF/Nº. 16/16, de 08 de janeiro de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições, resolve:

FAZ CESSAR

os efeitos dos Decretos SAF/N. 595/15, de 21 de dezembro de 2015, que determina o afastamento de JAQUELINE BRESSAN, das funções de Conselheira Tutelar do Município de Cocal do Sul, a partir desta data.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 08 de janeiro de 2016.

ADEMIR MAGAGNIN  
Prefeito Municipal

CIRLENE GONÇALVES SCARPATO  
Secretária de Adm., Planej., Fazenda e  
Finanças Públicas

#### **DECRETO SAF/N. 17.16**

DECRETO SAF/Nº. 17/16, de 08 de janeiro de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições, resolve:

FAZ CESSAR

os efeitos dos Decretos SAF/N. 596/15, de 21 de dezembro de 2015, que suspende o Ato de Posse de JAQUELINE BRESSAN, para o exercício da função de Conselheira Tutelar do Município de Cocal do Sul, a partir desta data.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 08 de janeiro de 2016.

ADEMIR MAGAGNIN  
Prefeito Municipal

CIRLENE GONÇALVES SCARPATO  
Secretária de Adm., Planej., Fazenda e  
Finanças Públicas



# Concórdia

## PREFEITURA

### **AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 1/2016-FMS**

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CONCÓRDIA - SC  
AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 1/2016 - FMS

Objeto: Registro de Preço para aquisição de leites, complementos alimentares e fraldas, para atendimento de programas do Fundo Municipal de Saúde, durante o exercício de 2016, conforme descrições constantes nos anexos "A" e "B" deste edital.

Forma de Pregão: Eletrônico

Tipo: Menor Preço Por Item.

Recebimento das propostas: até as 08 h e 15 min do dia 03/02/2016.

Início da Sessão: dia 03/02/2016, às 08h e 30min, no endereço eletrônico [www.cidadecompras.com.br](http://www.cidadecompras.com.br), horário de Brasília - DF

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados no site [www.cidadecompras.com.br](http://www.cidadecompras.com.br). Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras do Fundo Municipal de Saúde de Concórdia, situada à Rua Atalípio Magarinos, nº 326, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:00, ou pelo fone (0\*\*49) 3444-0627.

Concórdia, SC, 11 de janeiro de 2016.

Alessandro Vernize

Gestor do FMS

### **EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO GRATUITO Nº 17/2013**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO TERMO DE  
AUTORIZAÇÃO DE USO GRATUITO Nº 17/2013

ESPÉCIE: Primeiro Termo Aditivo ao Termo de Autorização de Uso Gratuito nº 17/2013, celebrado entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, representado pelo seu Prefeito Municipal, senhor JOÃO GIRARDI e a ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DE ALTO SURUVI, inscrita no CNPJ sob nº 01.657.119/0001-02, representada pelo seu Presidente, senhor EUCLIDES BIZON.

OBJETO: Altera dispositivos da Clausula Primeira – Do Objeto e acresce Parágrafo único à Cláusula Segunda – Das Obrigações da Autorizada.

DATA DA ASSINATURA: 14 de dezembro de 2015.

### **EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO GRATUITO Nº 6/2013**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO TERMO DE  
AUTORIZAÇÃO DE USO GRATUITO Nº 6/2013

ESPÉCIE: Primeiro Termo Aditivo ao Termo de Autorização de Uso Gratuito nº 19/2013, celebrado entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, representado pelo seu Prefeito Municipal, senhor JOÃO GIRARDI e a ASSOCIAÇÃO AGRÍCOLA DE LAGEADO DOS PINTOS, inscrita no CNPJ sob nº 08.211.695/0001-62, representada pelo seu Presidente, senhor

LAURINDO JOSÉ DALLA COSTA.

OBJETO: Acresce incisos VIII e IX à Cláusula Primeira – Do Objeto e Parágrafo Único à Cláusula Segunda – Das Obrigações da Autorizada.

DATA DA ASSINATURA: 29 de dezembro de 2015.

### **EXTRATO DO TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO GRATUITO Nº 22/2015**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EXTRATO DO TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE  
USO GRATUITO Nº 22/2015

ESPÉCIE: Termo de Autorização de Uso Gratuito celebrado entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, representado pelo seu Prefeito Municipal, senhor JOÃO GIRARDI e a ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DE SÃO JOSÉ, inscrita no CNPJ sob nº 04.842.240/0001-94, representada pelo seu Presidente, senhor CLÁUDIO ROBERTO REOLON.

OBJETO: Autorização de uso gratuito, a título precário, à AUTORIZADA, de equipamentos para auxiliar nas atividades da Associação.

PRAZO: 31.12.2016, a partir da data de assinatura.

DATA DA ASSINATURA: 29 de dezembro de 2015.

### **AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 1/2016-PMC**

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 1/2016 – PMC

Objeto: aquisição de mobiliários, (conjuntos de carteiras e cadeiras) a ser utilizado nos Centros Municipais de Educação Infantil, com recursos oriundos do convênio Salário Educação, Conforme descrições constantes nos anexos "A" e "B" do edital.

Forma de Pregão: Eletrônico

Tipo: Menor Preço por Item

Recebimento das propostas: até as 08h e 15 min do dia 04/02/2016

Início da Sessão: dia 04/02/2016, às 08h e 30min, no endereço eletrônico [www.cidadecompras.com.br](http://www.cidadecompras.com.br), horário de Brasília - DF

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page [www.concordia.sc.gov.br](http://www.concordia.sc.gov.br), link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada na Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2207.

Concórdia, SC, 14 de janeiro de 2016.

SAMIRA ABU EL HAJE FURLAN

Secretária Municipal De Educação

## **AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 1/201-FUMDEMA**

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 1/2016 – FUMDEMA

Objeto: Aquisição de lixeiras, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" do edital.

Tipo: Menor preço por item.

Recebimento das propostas: até as 10h00min do dia 05/02/2016.

Abertura: dia 05/02/2016 as 14h00min.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page [www.concordia.sc.gov.br](http://www.concordia.sc.gov.br), link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada na Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2164.

Concórdia, SC, 14 de janeiro de 2016.

EDNO GONÇALVES

Diretor Superintendente da FUMDEMA

## **CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA DE RESCISÃO DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 21/2011- PMC**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 21/2011 - PMC

CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA DE RESCISÃO

O MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA – SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, CIDADANIA E HABITAÇÃO, vem por meio desta, convocar o representante legal da empresa IMOBILIÁRIA NMM LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 05.819.439/0001-64, com sede na Rua Anita Garibaldi, nº 326, Centro, Concórdia, para comparecer junto a Diretoria de Compras, situada à Rua Leonel Mosele, 62, Centro, para assinatura do Termo de Rescisão Contratual, originado através da Dispensa de licitação em referência.

O não comparecimento dentro do prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar desta publicação, conforme previsto no artigo 64 da Lei Federal nº 8.666/1993 acarretará na aplicação das penas prevista na Cláusula Oitava do Termo Contratual.

Concórdia, SC, 14 de janeiro de 2016.

MARGARETE POLETTI DALLA COSTA

Secretária Municipal de Desenvolvimento Social, Cidadania e Habitação, em exercício

## **DECRETO Nº 01/2016**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 1/2016, DE 4 DE JANEIRO DE 2016.

Concede licença-prêmio, convertida em pecúnia, à servidora IVONE RODRIGUES DE SOUZA.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 120 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, no mês de janeiro de 2016, à servidora IVONE RODRIGUES DE SOUZA, ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais, 1 (um) mês de licença, a título de prêmio por assiduidade, convertido em pecúnia, equivalente à remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio – período aquisitivo de 16 de outubro de 2010 a 15 de outubro de 2015.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

DILCE LURDES GEHLEN

Secretária Municipal de Administração, em exercício

MARGARETE POLETTI DALLA COSTA

Secretária Municipal de Desenvolvimento Social, Cidadania e Habitação, em exercício

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 4 de janeiro de 2016.

JOÃO PARAGUAÇU CARDOSO

Diretor Administrativo, em exercício

## **DECRETO Nº 02/2016**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 2/2016, DE 4 DE JANEIRO DE 2016.

Designa a servidora IDETE MARIA POZZO HERMANN para responder pelo cargo de Diretora de Obras; dá outras providências.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 48 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica designada a servidora IDETE MARIA POZZO HERMANN, ocupante do cargo de Desenhista, para responder pelo cargo de Diretora de Obras, no período de 4 a 10 de janeiro de 2016, em face do afastamento da titular, em gozo de férias, percebendo, nesse ínterim, vencimentos próprios do cargo, nível 2, acrescidos da gratificação de 80% (oitenta por cento).

Art. 2º Em face do disposto no art. 1º deste Decreto, fica suspensa, no mesmo período, a gratificação concedida à referida servidora, pelo inciso VII do art. 4º do Decreto nº 419/2013, de 11 de abril de 2013.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

DILCE LURDES GEHLEN Secretária Municipal de Administração, em exercício	MAURÍ MARAN Secretário Municipal de Urbanismo e Obras
---	--

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 4 de janeiro de 2016.

JOÃO PARAGUAÇU CARDOSO

Diretor Administrativo, em exercício

## **DECRETO Nº 03/2016**

### **MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA**

DECRETO Nº 3/2016, DE 4 DE JANEIRO DE 2016.

Designa o servidor VANDERLEI FERRI para responder pelo cargo de Diretor de Trânsito.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 48 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica designado o servidor VANDERLEI FERRI, ocupante do cargo de Agente Administrativo, para responder pelo cargo de Diretor de Trânsito, nos períodos de 4 a 10 de janeiro e de 25 de janeiro a 2 de fevereiro de 2016, em face do afastamento do titular, em gozo de férias, percebendo, nesse ínterim, vencimentos próprios do cargo, nível 2, acrescidos da gratificação de 80% (oitenta por cento).

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

DILCE LURDES GEHLEN

Secretária Municipal de Administração, em exercício

MAURÍ MARAN

Secretário Municipal de Urbanismo e Obras

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 4 de janeiro de 2016.

JOÃO PARAGUAÇU CARDOSO

Diretor Administrativo, em exercício

## **DECRETO Nº 04/2016**

### **MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA**

DECRETO Nº 4/2016, DE 4 DE JANEIRO DE 2016.

Revoga o Decreto nº 1.007/2015, de 2 de dezembro de 2015, que concede gozo de licença-prêmio ao servidor VANDERLEI KAIPER.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX e considerando a solicitação protocolizada sob nº 25035/2015.

DECRETA:

Art. 1º Fica revogado o Decreto nº 1.007/2015, de 2 de dezembro de 2015, que concede gozo de licença-prêmio ao servidor VANDERLEI KAIPER.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

DILCE LURDES GEHLEN

Secretária Municipal de Administração, em exercício

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 4 de janeiro de 2016.

JOÃO PARAGUAÇU CARDOSO

Diretor Administrativo, em exercício

## **DECRETO Nº 05/2016**

### **MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA**

DECRETO Nº 5/2016, DE 4 DE JANEIRO DE 2016.

Concede gratificação pelo exercício de função de direção a servidoras.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto nos arts. 74 e 75 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações e na Lei nº 4.252, de 13 de dezembro de 2010 e alteração.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedida às servidoras abaixo relacionadas, gratificação equivalente a 50% (cinquenta por cento) sobre os respectivos vencimentos, pelo exercício de função de direção, com dedicação exclusiva:

I – DAIANE ZAMPEZE, ocupante do cargo de Auxiliar de Creche, pelo desempenho da coordenação do Centro Municipal de Educação Infantil Orozimbo Michelin, no período de 11 a 31 de janeiro de 2016;

II – JULIANA RITTER DE ABREU, ocupante do cargo de Auxiliar de Creche, pelo desempenho da coordenação do Centro Municipal de Educação Infantil Primeiros Passos, no período de 4 a 18 de janeiro de 2016.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

DILCE LURDES GEHLEN Secretária Municipal de Administração, em exercício	LEONICE PARIZOTTO CAMARGO Secretária Municipal de Educação, em exercício
---	--

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 4 de janeiro de 2016.

JOÃO PARAGUAÇU CARDOSO

Diretor Administrativo, em exercício

## **DECRETO Nº 06/2016**

### **MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA**

DECRETO Nº 6/2016, DE 4 DE JANEIRO DE 2016.

Designa a servidora ANALU SLONGO para responder pelo cargo de Assessora de Comunicação Social.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 48 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

**DECRETA:**

Art. 1º Fica designada a servidora ANALU SLONGO, ocupante do cargo de Diretora de Divulgação, para responder pelo cargo de Assessora de Comunicação Social, no período de 4 a 19 de janeiro de 2016, em face do afastamento do titular, em gozo de férias, percebendo, nesse ínterim, vencimentos próprios do cargo, nível 1, acrescidos da gratificação de 80% (oitenta por cento).

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

DILCE LURDES GEHLEN

Secretária Municipal de Administração, em exercício

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 4 de janeiro de 2016.

JOÃO PARAGUAÇU CARDOSO

Diretor Administrativo, em exercício

**DECRETO Nº 07/2016**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 7/2016, DE 4 DE JANEIRO DE 2016.

Nomeia a servidora ELIZA TEBALDI BORSATTI para responder pelo cargo de Secretária Municipal de Finanças; dá outras providências.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 48 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações; nas Leis Complementares nºs. 163, de 26 de julho de 1999 e alterações e 164, de 27 de julho de 1999 e alterações, e no Decreto nº 4.152, de 2 de setembro de 1999 e alterações.

**DECRETA:**

Art. 1º Fica nomeada a servidora ELIZA TEBALDI BORSATTI, ocupante do cargo de Diretora Financeira, para responder pelo cargo de Secretária Municipal de Finanças, no período de 11 a 17 de janeiro de 2016, em razão do afastamento do titular, em gozo de férias, percebendo, nesse ínterim, subsídio previsto na legislação vigente.

Art. 2º Em face do disposto no art. 1º deste Decreto, fica designada a servidora ELIZA TEBALDI BORSATTI, para movimentar as contas bancárias abaixo, no período de 11 a 17 de janeiro de 2016:

I – do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Concórdia – IPRECON, em conjunto com a Diretora-Presidente;

II – do Fundo Municipal de Assistência ao Servidor – FUMAS, juntamente com a Secretária Municipal de Administração.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI Prefeito Municipal	DILCE LURDES GEHLEN Secretária Municipal de Administração, em exercício
------------------------------------	---

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 4 de janeiro de 2016.

JOÃO PARAGUAÇU CARDOSO

Diretor Administrativo, em exercício

**DECRETO Nº 08/2016**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 8/2016, DE 4 DE JANEIRO DE 2016.

Exonera, a pedido, a servidora MELANIA BONATO.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto nos arts. 41, I e 42 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

**DECRETA:**

Art. 1º Fica exonerada, a pedido, a servidora MELANIA BONATO, do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Creche, a partir de 4 de janeiro de 2016.

Art. 2º Fica declarada a vacância do cargo referido no art. 1º deste Decreto.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

DILCE LURDES GEHLEN

Secretária Municipal de Administração, em exercício

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 4 de janeiro de 2016.

JOÃO PARAGUAÇU CARDOSO

Diretor Administrativo, em exercício

**DECRETO Nº 09/2016**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 9/2016, DE 5 DE JANEIRO DE 2016.

Dispõe sobre o desligamento da servidora VERA LUCIA BEE.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 318, da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações e no art. 63 da Lei Complementar nº 572, de 29 de novembro de 2010 e alterações.

**DECRETA:**

Art. 1º Fica desligada, do Quadro Suplementar de Cargos do Poder Executivo, a servidora VERA LUCIA BEE, ocupante do cargo de Coordenadora, regime estatutário, em face da concessão do benefício de Aposentadoria por Tempo de Contribuição, pelo Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Concórdia – IPRECON.

Art. 2º Fica declarada extinta a vaga do cargo referido no art. 1º deste Decreto.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 4 de janeiro de 2016.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI



Prefeito Municipal

DILCE LURDES GEHLEN

Secretária Municipal de Administração, em exercício

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 5 de janeiro de 2016.

JOÃO PARAGUAÇU CARDOSO

Diretor Administrativo, em exercício

### **DECRETO Nº 10/2016**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 10/2016, DE 5 DE JANEIRO DE 2016.

Dispõe sobre o desligamento da servidora ADOLFINA ZENATTI DA SILVA.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 41, V, da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica desligada, do Quadro Permanente de Cargos do Poder Executivo, a servidora ADOLFINA ZENATTI DA SILVA, ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais, regime estatutário, em face da concessão do benefício de Aposentadoria por Idade, pelo Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Concórdia – IPRECON.

Art. 2º Fica declarada a vacância do cargo referido no art. 1º deste Decreto.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 4 de janeiro de 2016.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

DILCE LURDES GEHLEN

Secretária Municipal de Administração, em exercício

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 5 de janeiro de 2016.

JOÃO PARAGUAÇU CARDOSO

Diretor Administrativo, em exercício

### **DECRETO Nº 11/2016**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 11/2016, DE 5 DE JANEIRO DE 2016.

Exonera, a pedido, a servidora ANGELITA FAEZ.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto nos arts. 41, I e 42 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerada, a pedido, a servidora ANGELITA FAEZ, do cargo de provimento efetivo de Professor, código 10.12, matrícula 103039-02.

Art. 2º Fica declarada a vacância do cargo referido no art. 1º deste Decreto.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 31 de dezembro de 2015.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

DILCE LURDES GEHLEN

Secretária Municipal de Administração, em exercício

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 5 de janeiro de 2016.

JOÃO PARAGUAÇU CARDOSO

Diretor Administrativo, em exercício

### **DECRETO Nº 12/2016**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 12/2016, DE 7 DE JANEIRO DE 2016.

Nomeia membros para compor a Comissão Permanente de Licitação do Fundo Municipal de Saúde – FMS; dá outras providências.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI, c/c o disposto no art. 51 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações; na Lei Delegada nº 01, de 3 de setembro de 1993 e alteração; nos arts. 74 e 75 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações; na Lei nº 4.252, de 13 de dezembro de 2010 e alteração e no Decreto nº 3.546, de 19 de setembro de 1994.

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados, para compor a Comissão Permanente de Licitação do Fundo Municipal de Saúde – FMS, que terá a incumbência de receber, examinar e julgar todos os documentos e procedimentos relativos às licitações, os servidores abaixo relacionados, pertencentes ao Quadro de Pessoal do Poder Executivo, cuja investidura será de 1 (um) ano, a partir de 8 de janeiro de 2016, vedada a recondução da totalidade de seus membros, no período subsequente:

I – presidente: JACIELE TOCHETTO;

II – vice-presidente: WALI SCHOENELL ASEN;

III – secretária: MARIA DE FATIMA ZAMBONI;

IV – membros:

a) CLAUDINEIA SAIBEL;

b) MERCI ERCI LAUTERT;

c) VANUSA SALETE CAMARGO.

Art. 2º Em face do disposto no art. 1º deste Decreto, fica concedida à servidora CLAUDINEIA SAIBEL, ocupante do cargo de Agente Administrativo, do quadro de pessoal de provimento efetivo, gratificação pelo exercício de função de assessoramento, equivalente a 20% (vinte por cento) sobre o vencimento, a partir de 8 de janeiro de 2016, enquanto perdurarem os trabalhos na referida Comissão.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

DILCE LURDES GEHLEN

Secretária Municipal de Administração, em exercício

ALESSANDRO VERNIZE

Secretário Municipal de Saúde

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 7 de janeiro de 2016.

JOÃO PARAGUAÇU CARDOSO

Diretor Administrativo, em exercício

### **DECRETO Nº 13/2016**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 13/2016, DE 7 DE JANEIRO DE 2016.

Nomeia o servidor ELMO ANTONIO RICHARDI para responder pelo cargo de Secretário Municipal de Urbanismo e Obras.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 48 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado o servidor ELMO ANTONIO RICHARDI, ocupante do cargo de Diretor de Trânsito, para responder pelo cargo de Secretário Municipal de Urbanismo e Obras, no período de 11 a 24 de janeiro de 2016, em razão do afastamento do titular, em gozo de férias, percebendo, nesse ínterim, subsídio previsto na legislação vigente.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

DILCE LURDES GEHLEN

Secretária Municipal de Administração, em exercício

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 7 de janeiro de 2016.

JOÃO PARAGUAÇU CARDOSO

Diretor Administrativo, em exercício

### **DECRETO Nº 14/2016**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 14/2016, DE 8 DE JANEIRO DE 2016.

Nomeia membros para integrar o Conselho Tutelar dos Direitos da Criança e do Adolescente.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI, c/c o disposto no art. 15 da Lei Complementar nº 593, de 21 de setembro de 2011 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeadas as pessoas abaixo relacionadas, para integrar o Conselho Tutelar dos Direitos da Criança e do Adolescente do Município de Concórdia, pelo período de 4 (quatro) anos, a partir de 10 de janeiro de 2016:

I – titulares:

a) SARA FATIMA DO NASCIMENTO;

b) JAQUELINE MENEGETTI;

c) BRUNA FATIMA HILLESHEIM;

d) MARINEZ OLIVEIRA DOS SANTOS;

e) PRISCILA GRIGOL SILVA;

II – suplentes:

a) SANDRA GUGEL;

b) PRISCILA CASSOL DE BRITO;

c) LUCIANE TERESINHA PICCININ;

d) SIDNEI BEVILAQUA;

e) MARCIA INES LORENZETT;

f) SAMARA KATIA BOMBASSARO;

g) GILBERTO DA SILVA;

h) SIRLEI FRANCHIN ROVANI;

i) HELMI ERNI GOSENHEIMER.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

DILCE LURDES GEHLEN

Secretária Municipal de Administração, em exercício

MARGARETE POLETTO DALLA COSTA

Secretária Municipal de Desenvolvimento Social, Cidadania e Habitação, em exercício

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 8 de janeiro de 2016.

JOÃO PARAGUAÇU CARDOSO

Diretor Administrativo, em exercício



**DECRETO Nº1051/2015**  
MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 1.051/2015, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2015.

Designa a servidora MARCIA ROSELI CORDEIRO DE SOUZA DA SILVA como Coordenadora Geral de Políticas Públicas de parcerias voluntárias.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto na Lei Federal nº 13.019, de 21 de julho de 2014 e alterações.

**DECRETA:**

Art. 1º Fica designada a servidora MARCIA ROSELI CORDEIRO DE SOUZA DA SILVA, ocupante do cargo de Técnico Legislativo, como Coordenadora Geral de Políticas Públicas de parcerias voluntárias, estabelecidas pela Lei Federal nº 13.019, de 21 de julho de 2014 e alterações.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI  
Prefeito Municipal

DILCE LURDES GEHLEN  
Secretária Municipal de Administração, em exercício

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 28 de dezembro de 2015.

JOÃO PARAGUAÇU CARDOSO  
Diretor Administrativo, em exercício

**DECRETO Nº1052/2015**  
MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 1.052/2015, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2015.

Designa membros para compor Comissão de Seleção.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI, c/c o disposto no inciso X do art. 2º da Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014 e alterações, e no Decreto nº 6.023, de 9 de novembro de 2015.

**DECRETA:**

Art. 1º Ficam designados, para compor a Comissão de Seleção com a incumbência de processar e julgar chamamentos públicos, com objetivo de selecionar organizações da sociedade civil na realização de projetos, através de parcerias voluntárias, inclusive encargos especiais, com base na Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014 e alterações, os servidores abaixo relacionados:

I – CAMILA MARCHESAN;

II – JULIANA SALETE ROSSETTO;

III – MARCIA ROSELI CORDEIRO DE SOUZA DA SILVA;

IV – MARIA CRISTINA BERTA.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.  
Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI  
Prefeito Municipal

DILCE LURDES GEHLEN  
Secretária Municipal de Administração,  
em exercício

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 28 de dezembro de 2015.

JOÃO PARAGUAÇU CARDOSO  
Diretor Administrativo, em exercício

**DECRETO Nº1053/2015**  
MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 1.053/2015, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2015.

Designa membros para compor Comissão de Monitoramento e Avaliação da Secretaria Municipal de Saúde.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI, c/c o disposto no inciso XI do art. 2º da Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014 e alterações, e no Decreto nº 6.023, de 9 de novembro de 2015.

**DECRETA:**

Art. 1º Ficam designados para compor a Comissão de Monitoramento e Avaliação, da Secretaria Municipal de Saúde, com a incumbência de monitorar e avaliar as parcerias celebradas com organizações da sociedade civil, através de parcerias voluntárias, inclusive encargos especiais, com base na Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014 e alterações, os servidores abaixo relacionados:

I – ROMARA RITA POZZA COLOMBO;

II – SIMONE CRISTINA DALBELLO DA SILVA;

III – VANUSA SALETE CAMARGO.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI  
Prefeito Municipal

DILCE LURDES GEHLEN  
Secretária Municipal de Administração,  
em exercício

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 28 de dezembro de 2015.

JOÃO PARAGUAÇU CARDOSO  
Diretor Administrativo, em exercício

**DECRETO Nº1054/2015**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 1.054/2015, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2015.

Designa membros para compor Comissão de Monitoramento e Avaliação da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, Cidadania e Habitação.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI, c/c o disposto no inciso XI do art. 2º da Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014 e alterações, e no Decreto nº 6.023, de 9 de novembro de 2015.

DECRETA:

Art. 1º Ficam designados para compor a Comissão de Monitoramento e Avaliação, da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, Cidadania e Habitação, com a incumbência de monitorar e avaliar as parcerias celebradas com organizações da sociedade civil, através de parcerias voluntárias, inclusive encargos especiais, com base na Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014 e alterações, os servidores abaixo relacionados:

I – ANI CARINA DOSS GIRARDI;

II – NEUSA PRESOTTO COLOMBO;

III – SILVANA CASAGRANDE.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI Prefeito Municipal	DILCE LURDES GEHLEN Secretária Municipal de Administração, em exercício
------------------------------------	---

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 28 de dezembro de 2015.

JOÃO PARAGUAÇU CARDOSO

Diretor Administrativo, em exercício

**DECRETO Nº1055/2015**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 1.055/2015, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2015.

Dispõe acerca do Conselho Municipal de Política Pública – CMPP.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI, c/c o disposto no inciso IX do art. 2º da Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica remetido aos Conselhos Municipais as atribuições do Conselho Municipal de Política Pública – CMPP, para atuarem como instância consultiva, na área de atuação, na formulação, implementação, acompanhamento, monitoramento e avaliação de políticas públicas, com base na Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014 e alterações.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

DILCE LURDES GEHLEN

Secretária Municipal de Administração, em exercício

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 28 de dezembro de 2015.

JOÃO PARAGUAÇU CARDOSO

Diretor Administrativo, em exercício

**DECRETO Nº1056/2015**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 1.056/2015, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2015.

Concede licença-prêmio, convertida em pecúnia, à servidora SANDRA ZANDAVALLI.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 120 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, no mês de janeiro de 2016, à servidora SANDRA ZANDAVALLI, ocupante do cargo de Odontólogo, 1 (um) mês de licença, a título de prêmio por assiduidade, convertido em pecúnia, equivalente à remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio – período aquisitivo de 3 de julho de 2010 a 2 de julho de 2015.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

DILCE LURDES GEHLEN

Secretária Municipal de Administração, em exercício

ALESSANDRO VERNIZE

Secretário Municipal de Saúde

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 28 de dezembro de 2015.

JOÃO PARAGUAÇU CARDOSO

Diretor Administrativo, em exercício

**DECRETO Nº1057/2015**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 1.057/2015, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2015.

Nomeia MARGARETE POLETTI DALLA COSTA para responder pelo cargo de Secretária Municipal de Desenvolvimento Social, Cidadania e Habitação; dá outras providências.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 48 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações; na Lei nº 4.384, de 15 de dezembro de 2011 e nas Leis Complementares nºs. 75,

de 9 de dezembro de 1993 e alterações e 593, de 21 de setembro de 2011 e alterações.

**DECRETA:**

Art. 1º Fica nomeada a servidora MARGARETE POLETTTO DALLA COSTA, ocupante do cargo de Diretora de Habitação, para responder pelo cargo de Secretária Municipal de Desenvolvimento Social, Cidadania e Habitação, no período de 4 a 18 de janeiro de 2016, em razão do afastamento do titular, em gozo de férias, percebendo, nesse ínterim, subsídio previsto na legislação vigente.

Art. 2º Em face do disposto no art. 1º deste Decreto, fica designada a servidora MARGARETE POLETTTO DALLA COSTA, no período de 4 a 18 de janeiro de 2016, para coordenar, ordenar despesas e movimentar as contas bancárias dos seguintes Fundos:

I – Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS;

II – Fundo para a Infância e Adolescência – FIA.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI Prefeito Municipal	DILCE LURDES GEHLEN Secretária Municipal de Administração, em exercício
------------------------------------	--

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 28 de dezembro de 2015.  
JOÃO PARAGUAÇU CARDOSO  
Diretor Administrativo, em exercício

**DECRETO Nº1058/2015**  
MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 1.058/2015, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2015.

Designa a servidora DENISE MARCONATTO para responder pelo cargo de Assessora Jurídica.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 48 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

**DECRETA:**

Art. 1º Fica designada a servidora DENISE MARCONATTO, ocupante do cargo de Procurador, para responder pelo cargo de Assessora Jurídica, no período de 4 a 18 de janeiro de 2016, em razão do afastamento do titular, em gozo de férias, percebendo, nesse ínterim, vencimentos próprios do cargo, nível 1, acrescidos da gratificação de 80% (oitenta por cento).

Art. 2º Em face do disposto no art. 1º deste Decreto, fica suspensa, no mesmo período, a gratificação concedida à referida servidora, pelo Decreto nº 90/2015, de 29 de janeiro de 2015.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI  
Prefeito Municipal

DILCE LURDES GEHLEN  
Secretária Municipal de Administração, em exercício

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 29 de dezembro de 2015.

JOÃO PARAGUAÇU CARDOSO  
Diretor Administrativo, em exercício

**DECRETO Nº1059/2015**  
MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 1.059/2015, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2015.

Designa a servidora MARISETE DA SILVA para responder pelo cargo de Diretora de Gabinete.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 48 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

**DECRETA:**

Art. 1º Fica designada a servidora MARISETE DA SILVA, ocupante do cargo de Encarregada da Seção de Atendimento ao Público, para responder pelo cargo de Diretora de Gabinete, no período de 4 a 20 de janeiro de 2016, em face do afastamento do titular, em gozo de férias, percebendo, nesse ínterim, vencimentos próprios do cargo, nível 2, acrescidos da gratificação de 80% (oitenta por cento).

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI  
Prefeito Municipal

DILCE LURDES GEHLEN  
Secretária Municipal de Administração, em exercício

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 29 de dezembro de 2015.  
JOÃO PARAGUAÇU CARDOSO  
Diretor Administrativo, em exercício

**DECRETO Nº1060/2015**  
MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 1.060/2015, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2015.

Nomeia o servidor JOSE ANTONIO SARETTA para responder pelo cargo de Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 48 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

**DECRETA:**

Art. 1º Fica nomeado o servidor JOSE ANTONIO SARETTA, ocupante do cargo de Diretor de Indústria, Comércio e Turismo, para responder pelo cargo de Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo, no período de 4 a 17 de janeiro de 2016, em razão do afastamento do titular, em gozo de férias, percebendo, nesse ínterim, subsídio previsto na legislação vigente.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

DILCE LURDES GEHLEN

Secretária Municipal de Administração, em exercício

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 29 de dezembro de 2015.

JOÃO PARAGUAÇU CARDOSO

Diretor Administrativo, em exercício

### **DECRETO Nº1061/2015**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 1.061/2015, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2015.

Concede licença-prêmio, convertida em pecúnia, à servidora CRISTIANE FARIAS BENINI.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 120 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, no mês de janeiro de 2016, à servidora CRISTIANE FARIAS BENINI, ocupante do cargo de Agente de Alimentação e Nutrição, 1 (um) mês de licença, a título de prêmio por assiduidade, convertido em pecúnia, equivalente à remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio – período aquisitivo de 1º de agosto de 2010 a 31 de julho de 2015.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

DILCE LURDES GEHLEN

Secretária Municipal de Administração, em exercício

LEONICE PARIZOTTO CAMARGO

Secretária Municipal de Educação, em exercício

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 29 de dezembro de 2015.

JOÃO PARAGUAÇU CARDOSO

Diretor Administrativo, em exercício

### **DECRETO Nº1062/2015**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 1.062/2015, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2015.

Concede licença-prêmio, convertida em pecúnia, ao servidor PAULO ROBERTO REICHERT.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 120 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, no mês de janeiro de 2016, ao servidor PAULO ROBERTO REICHERT, ocupante do cargo de Eletricista Automotivo, 1 (um) mês de licença, a título de prêmio por assiduidade, convertido em pecúnia, equivalente à remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio – período aquisitivo de 1º de setembro de 2010 a 31 de agosto de 2015.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

DILCE LURDES GEHLEN

Secretária Municipal de Administração, em exercício

ANTÔNIO COLUSSI

Secretário Municipal de Transportes

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 29 de dezembro de 2015.

JOÃO PARAGUAÇU CARDOSO

Diretor Administrativo, em exercício

# **DECRETO Nº1063/2015** MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 1.063/2015, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2015.  
Concede Promoção por Desempenho.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 33 e seguintes da Lei Complementar nº 602, de 29 de novembro de 2011 e alterações, e considerando as avaliações efetuadas pela comissão especialmente designada.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedida, a partir de 1º de janeiro de 2016, aos servidores abaixo relacionados, integrantes do Quadro de Pessoal do Magistério Público Municipal, Promoção por Desempenho, correspondente a 7% (sete por cento) do respectivo vencimento-base:

Nº DE ORDEM	MATRÍCULA	NOME DO SERVIDOR	CARGO/CÓDIGO	PERÍODO AQUISITIVO
1	994383-01	Adriani Fischer Kronbauer	Professor 10.12	10.10.2012 a 10.10.2015
2	91960-00	Aldete Gasparetto	Professor 10.10	3.7.2012 a 2.7.2015
3	41033-01	Arlene Maria Pigatto	Professor 10.12	2.7.2012 a 1º.7.2015
4	91383-01	Clarice Maria Vogt Cenci	Professor 10.10	4.7.2012 a 3.7.2015
5	92282-00	Derceli Maria Bisolo Allievi	Professor 10.12	10.7.2012 a 9.7.2015
6	92258-00	Dinamar Claudia Argenton Siega	Professor 10.12	10.7.2012 a 9.7.2015
7	46531-00	Diomar Jose Perin	Professor 10.12	3.7.2012 a 2.7.2015
8	92118-00	Edila Maria dos Santos	Professor 10.12	5.7.2012 a 4.7.2015
9	49891-00	Fabio Jose Peliser	Professor 10.12	1º.12.2012 a 30.11.2015
10	18732-01	Flavia Peruzzo Schwabenland	Especialista em Educação 11.12	19.4.2010 a 31.10.2015
11	91804-04	Gelsi Trentin Niero	Professor 10.12	4.9.2012 a 3.9.2015
12	91880-01	Ieda Salete Pagliochi	Professor 10.12	3.7.2012 a 2.7.2015
13	92975-00	Ivete Albina Coldebella Ferreira	Professor 10.13	5.9.2012 a 4.9.2015
14	92045-00	Ivete Saatkamp Maestri	Professor 10.10	4.7.2012 a 3.7.2015
15	91650-01	Ivone Marxreiter Bedin	Professor 10.12	3.7.2012 a 2.7.2015
16	90743-01	Jane Bottega Centofante	Professor 10.12	3.7.2012 a 2.7.2015
17	70378-04	Janete Borsati Farias	Professor 10.12	3.8.2012 a 2.8.2015
18	15954-00	Janete Dalmaso Toerhorst	Professor 10.12	12.7.2012 a 11.7.2015
19	96652-06	Leda Ines Rosa dos Santos	Professor 10.12	7.11.2012 a 6.11.2015
20	41190-00	Luciana Salete Beal	Professor 10.10	4.7.2012 a 3.7.2015
21	92932-00	Lucilene Lourdes Dal Pra Lazzarotti	Professor 10.12	1º.9.2012 a 31.8.2015
22	92240-00	Lusiene Giacomini	Especialista em Educação 11.12	10.7.2012 a 9.7.2015
23	91979-00	Mara Rosane Saatkamp	Professor 10.12	3.7.2012 a 2.7.2015
24	40525-00	Marilene Pellizzari Bisollo	Professor 10.10	4.7.2012 a 3.7.2015
25	10251-01	Marilisa Zonin	Professor 10.12	17.7.2012 a 16.7.2015
26	59528-00	Maristela Isganzela Schwingel	Professor 10.10	4.7.2012 a 3.7.2015
27	91952-01	Maristela Suppi Rodrigues dos Santos	Professor 10.12	3.7.2012 a 2.7.2015
28	40932-01	Maritania Rodio Schmidt	Professor 10.12	4.7.2012 a 3.7.2015
29	91294-02	Marivanda Cadore Pissolo	Professor 10.12	4.7.2012 a 3.7.2015
30	92053-00	Marli Aparecida Pedroso	Professor 10.10	4.7.2012 a 3.7.2015
31	72508-02	Mauricio Jose Kirst	Professor 10.12	2.7.2012 a 1º.7.2015
32	21970-00	Nadia Dirlei Redecker	Professor 10.12	3.7.2012 a 2.7.2015
33	92231-00	Nadia Loini Kaster Scheifler	Professor 10.10	12.7.2012 a 11.7.2015
34	92550-00	Nadia Maria Cesco Ernzen	Professor 10.10	7.7.2012 a 6.7.2015
35	92037-00	Neusa Dalla Libera Franciscan	Professor 10.13	3.7.2012 a 2.7.2015
36	92002-00	Neusa Salete Lorenzetti Deon	Professor 10.12	3.7.2012 a 2.7.2015
37	13820-00	Rosani Baltazar da Rosa	Especialista em Educação 11.12	3.7.2012 a 2.7.2015
38	91375-02	Sonia Salete de Oliveira Mattana	Professor 10.12	4.7.2012 a 3.7.2015
39	50237-03	Valdirene Claire Gugel	Professor 10.12	15.9.2012 a 14.9.2015
40	92177-00	Vanessa Frizon	Professor 10.10	4.7.2012 a 3.7.2015
41	31976-00	Veranilce Boscatto	Professor 10.12	4.7.2012 a 3.7.2015
42	7706-02	Vilmar Antonio Bentz	Professor 10.12	3.7.2012 a 2.7.2015

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.



Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

DILCE LURDES GEHLEN

Secretária Municipal de Administração, em exercício

LEONICE PARIZOTTO CAMARGO

Secretária Municipal de Educação, em exercício

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 29 de dezembro de 2015.

JOÃO PARAGUAÇU CARDOSO

Diretor Administrativo, em exercício

## **DECRETO Nº1064/2015**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 1.064/2015, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2015.

Nomeia membros para compor a Comissão Permanente de Licitação; dá outras providências.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI, c/c o disposto no art. 51 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações; na Lei Delegada nº 01, de 3 de setembro de 1993 e alteração; nos arts. 74 e 75 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações; na Lei nº 4.252, de 13 de dezembro de 2010 e alteração e no Decreto nº 3.546, de 19 de setembro de 1994.

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados para compor a Comissão Permanente de Licitação, com a incumbência de receber, examinar e julgar todos os documentos e procedimentos relativos às licitações, os servidores abaixo relacionados, pertencentes ao Quadro de Pessoal do Poder Executivo, cuja investidura será de 1 (um) ano, a partir de 31 de dezembro de 2015, vedada a recondução da totalidade de seus membros, no período subsequente:

I – presidente: CAMILA CRISTINA MARINHO VIEIRA NOGUEIRA;

II – vice-presidente: MAURO FRIGO;

III – secretária: INES SALETE KLEIN;

IV – secretária suplente: LOANE APARECIDA RISSI;

V – membros:

a) ANDERSON DAL PRA DAL VESCO;

b) ANGELO BENINI FANTIN;

c) CAUANA RAIIRA MARASCHIN;

d) EDSON FABRICIO;

e) ELISANDRO JULIO LEIDOW;

f) JORGE TAKEO TOKUSUMI;

g) JULIANA SALETE ROSSETTO;

h) KENIA SIMONE LANG;

i) LAURINDO FRANCISCO KUFNER;

j) LEONICE PARIZOTTO CAMARGO;

k) LIDIANE DAL PRA;

l) MARTA DAHMER SORDI;

m) NAIANA CRISTINA FRIGO FESTUGATO;



n) ONEIDE FRUHAUF ZUQUI;

o) ROBINSON FERNANDO SGARBOZZA;

p) SANDRO MARTINI.

Art. 2º Em face do disposto no art. 1º deste Decreto, fica concedida aos servidores abaixo relacionados, do Quadro de Pessoal do Poder Executivo, gratificação pelo exercício de função de assessoramento, equivalente a 20% (vinte por cento) sobre os respectivos vencimentos, a partir de 31 de dezembro de 2015, enquanto perdurarem os trabalhos na referida comissão:

I – ANDERSON DAL PRA DAL VESCO, ocupante do cargo de Técnico Legislativo;

II – CAMILA CRISTINA MARINHO VIEIRA NOGUEIRA, ocupante do cargo de Técnico Legislativo;

III – EDSON FABRICIO, ocupante do cargo de Agente Administrativo;

IV – INES SALETE KLEIN, ocupante do cargo de Agente Administrativo;

V – LAURINDO FRANCISCO KUFNER, ocupante do cargo de Agente Administrativo;

VI – ROBINSON FERNANDO SGARBOZZA, ocupante do cargo de Agente Administrativo.

Art. 3º Em face do disposto no art. 2º deste Decreto, fica revogado o inciso II do art. 3º do Decreto nº 145/2015, de 9 de fevereiro de 2015, que concede gratificação à servidora CAMILA CRISTINA MARINHO VIEIRA NOGUEIRA.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

DILCE LURDES GEHLEN

Secretária Municipal de Administração, em exercício

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 29 de dezembro de 2015.

JOÃO PARAGUAÇU CARDOSO

Diretor Administrativo, em exercício

## **DECRETO Nº1065/2015**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 1.065/2015, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2015.

Designa o servidor SANTO HERMINIO DE LUCA para responder pelo cargo de Assessor de Planejamento.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 48 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica designado o servidor SANTO HERMINIO DE LUCA, ocupante do cargo de Diretor de Projetos, para responder pelo cargo de Assessor de Planejamento, no período de 11 a 25 de janeiro de 2016, em face do afastamento do titular, em gozo de férias, percebendo, nesse ínterim, vencimentos próprios do cargo, nível 1, acrescidos da gratificação de 80% (oitenta por cento).

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

DILCE LURDES GEHLEN

Secretária Municipal de Administração, em exercício

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 30 de dezembro de 2015.

JOÃO PARAGUAÇU CARDOSO

Diretor Administrativo, em exercício

**DECRETO Nº 1066/2015**  
MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 1.066/2015, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2015.

Designa a servidora GIOVANA MAIRA PRIAMO, para responder pelo cargo de Encarregada da Seção de Recursos Humanos; dá outras providências.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 49 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

**DECRETA:**

Art. 1º Fica designada a servidora GIOVANA MAIRA PRIAMO, ocupante do cargo de Agente Administrativo, para responder pelo cargo de Encarregada da Seção de Recursos Humanos, no período de 4 a 10 de janeiro de 2016.

Art. 2º Em face do disposto no art. 1º deste Decreto, fica suspensa, no mesmo período, a gratificação concedida à referida servidora, pelo inciso III do art. 3º do Decreto nº 90/2015, de 29 de janeiro de 2015.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI  
Prefeito Municipal

DILCE LURDES GEHLEN  
Secretária Municipal de Administração, em exercício

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 30 de dezembro de 2015.

JOÃO PARAGUAÇU CARDOSO  
Diretor Administrativo, em exercício

**DECRETO Nº 1067/2015**  
MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 1.067/2015, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2015.

Designa a servidora MILIANA ZANON, para responder pelo cargo de Encarregada da Seção de Recursos Humanos; dá outras providências.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 49 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

**DECRETA:**

Art. 1º Fica designada a servidora MILIANA ZANON, ocupante do cargo de Agente Administrativo, para responder pelo cargo de Encarregada da Seção de Recursos Humanos, no período de 11 a 18 de janeiro de 2016.

Art. 2º Em face do disposto no art. 1º deste Decreto, fica suspensa, no mesmo período, a gratificação concedida à referida servidora, pelo art. 2º do Decreto nº 105/2015, de 30 de janeiro de 2015.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI  
Prefeito Municipal

DILCE LURDES GEHLEN  
Secretária Municipal de Administração, em exercício

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 30 de dezembro de 2015.

JOÃO PARAGUAÇU CARDOSO  
Diretor Administrativo, em exercício

**DECRETO Nº 6029**  
MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 6.029, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2015.

Abre crédito suplementar.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI, c/c o disposto no art. 9º da Lei nº 4.722, de 18 de dezembro de 2014.

**DECRETA:**

Art. 1º Ficam suplementadas, com recursos do superávit financeiro verificado no exercício de 2014, as dotações constantes nos elementos dos seguintes projetos/atividades do orçamento vigente:

**Órgão 02 GABINETE DO PREFEITO**

Unidade Orçamentária 02.01 Gabinete do Prefeito  
Projeto/Atividade 04.0122.0002.2002 Manutenção das atividades do Gabinete do Prefeito  
Elemento 3.1.90.00.00.00.00.00 Pessoal e Encargos Sociais – Aplicações Diretas  
Fonte de Recursos 03.000001 Recursos Ordinários – PMC – Superávit do  
Exercício Anterior R\$ 905,00

**Órgão 03 GABINETE DO VICE-PREFEITO**

Unidade Orçamentária 03.01 Gabinete do Vice-Prefeito  
Projeto/Atividade 04.0122.0007.2006 Manutenção das atividades do Gabinete do Vice-Prefeito  
Elemento 3.1.90.00.00.00.00.00 Pessoal e Encargos Sociais – Aplicações Diretas  
Fonte de Recursos 03.000001 Recursos Ordinários – PMC R\$ 4.420,00

**Órgão 06 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**

Unidade Orçamentária 06.01 Secretaria Municipal de Educação  
Projeto/Atividade 12.0122.0018.2012 Manutenção das Atividades – Meio da SEMED  
Elemento 3.1.90.00.00.00.00.00 Pessoal e Encargos Sociais – Aplicações Diretas  
Fonte de Recursos 03.010000 Recursos Ordinários – PMC – Superávit do  
Exercício Anterior R\$ 2.380,00  
Unidade Orçamentária 06.02 Ensino Fundamental  
Projeto/Atividade 12.361.0019.2013 Ações da Administração Escolar – SEMED  
Elemento 3.1.90.00.00.00.00.00 Pessoal e Encargos Sociais – Aplicações Diretas  
Fonte de Recursos 03.010000 Recursos Ordinários – PMC – Superávit do  
Exercício Anterior R\$ 99.600,00  
Projeto/Atividade 12.0306.0019.2014 Ações de Merenda Escolar – SEMED  
Elemento 3.3.90.00.00.00.00.00 Outras Despesas Correntes – Aplicações Diretas  
Fonte de Recursos 03.000001 Recursos Ordinários – PMC

– Superávit do  
Exercício Anterior R\$ 31.000,00  
Unidade Orçamentária 06.04 Educação Infantil  
Projeto/Atividade 12.365.0021.2018 Ações de Educação Infantil para os Cmeis – SEMED  
Elemento 3.1.90.00.00.00.00.00 Pessoal e Encargos Sociais – Aplicações Diretas  
Fonte de Recursos 03.010000 Recursos Ordinários - PMC – Superávit do  
Exercício Anterior R\$ 64.100,00  
Elemento 3.3.90.00.00.00.00.00 Outras Despesas Correntes – Aplicações Diretas  
Fonte de Recursos 03.010000 Recursos Ordinários – PMC – Superávit do  
Exercício Anterior R\$ 41.325,00  
Projeto/Atividade 12.0365.0021.2019 Ações de Merenda para os Cmeis – SEMED  
Elemento 3.3.90.00.00.00.00.00 Outras Despesas Correntes – Aplicações Diretas  
Fonte de Recursos 03.000001 Recursos Ordinários – PMC – Superávit do  
Exercício Anterior R\$ 40.000,00  
Projeto/Atividade 12.0365.0021.2609 Ações de Merenda para Pré-Escola – SEMED  
Elemento 3.3.90.00.00.00.00.00 Outras Despesas Correntes – Aplicações Diretas  
Fonte de Recursos 03.000001 Recursos Ordinários – PMC – Superávit do  
Exercício Anterior R\$ 22.500,00

Órgão 12 ENCARGOS GERAIS  
Unidade Orçamentária 12.01 Encargos Gerais  
Projeto/Atividade 28.0846.0058.2043 Ações de Outros Encargos Especiais  
Elemento 3.3.20.00.00.00.00.00 Transferências a União – Aplicações Diretas  
Fonte de Recursos 03.000001 Recursos Ordinários – PMC – Superávit do  
Exercício Anterior R\$ 100.000,00

Órgão 17 FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES  
Unidade Orçamentária 17.01 Fundação Municipal de Esportes  
Projeto/Atividade 27.0122.0075.2451 Manutenção das atividades – FMEC  
Elemento 3.3.20.00.00.00.00.00 Transferências a União – Aplicações Diretas  
Fonte de Recursos 03.000001 Recursos Ordinários – PMC – Superávit do  
Exercício Anterior R\$ 120,00

TOTAL SUPLEMENTADO R\$ 406.350,00.

Art. 2º Fica suplementada, com o excesso de arrecadação verificado até 30 de novembro de 2015, a dotação constante do seguinte projeto/atividade do orçamento vigente:

Órgão 06 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
Unidade Orçamentária 06.02 Ensino Fundamental  
Projeto/Atividade 12.0361.0019.2016 Ações do Ensino Fundamental – Convênios – SEMED  
Elemento 3.3.90.00.00.00.00.00 Outras Despesas Correntes – Aplicações Diretas  
Fonte de Recursos 01.360000 Salário Educação R\$ 125.000,00

TOTAL SUPLEMENTADO R\$ 125.000,00.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.  
Centro Administrativo Municipal de Concórdia.  
JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 1º de dezembro de 2015.  
JOÃO PARAGUAÇU CARDOSO  
Diretor Administrativo, em exercício

### **DECRETO Nº 6031** MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 6.031, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2015.

Acresce inciso V ao art. 1º do Decreto nº 5.999, de 28 de julho de 2015, que autoriza o uso de bens municipais, pela Associação de Moradores de Linha Santa Lúcia.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI.

DECRETA:

Art. 1º Fica acrescido inciso V ao art. 1º do Decreto nº 5.999, de 28 de julho de 2015, que autoriza o uso de bens municipais, pela Associação de Moradores de Linha Santa Lúcia, com a seguinte redação:

“Art. 1º (...)

V – 1 (uma) colhedora de forragens acoplável a trator agrícola, marca Nogueira, código patrimonial 61.402.” (NR)

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.  
JOÃO GIRARDI  
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA  
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 10 de dezembro de 2015.  
JOÃO PARAGUAÇU CARDOSO  
Diretor Administrativo, em exercício

### **DECRETO Nº 6036** MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 6.036, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2015.

Autoriza uso de bens municipais, pela Associação de Moradores de Presidente Kennedy.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 63, VI, da Lei Orgânica do Município.

DECRETA:

Art. 1º Fica autorizado, a título precário, à Associação de Moradores de Presidente Kennedy, o uso dos seguintes bens:

I – 1 (uma) semeadeira adubadeira hidráulica para plantio direto, marca Vence Tudo, código patrimonial 20.123;

II – 1 (um) botijão para acondicionamento de sêmen, marca Semex, código patrimonial 23.374;

III – 1 (um) distribuidor de adubo orgânico líquido, marca Zanella, código patrimonial 58.720;

IV – 1 (uma) colhedora de milho graneleiras, acoplável a trator agrícola, marca Ferson, modelo Apollo 3-G, código patrimonial 32.473;

V – 1 (um) pulverizador agrícola de tração animal, marca Rube-ma, código patrimonial 34.512;

VI – 1 (uma) colhedora de forragens, marca Nogueira, modelo Pecu 9004 Super, código patrimonial 38.575;

VII – 1 (um) distribuidor de calcário, marca Ipacol, código patrimonial 47.606;

VIII – 1 (um) trator agrícola sobre pneus, modelo 5085E, código patrimonial 48.651;

IX – 1 (uma) semeadeira/adubadeira hidráulica para plantio direto, código patrimonial 58.705;

X – 1 (uma) retroescavadeira, marca Caterpillar, modelo 416E, código patrimonial 58.750;

XI – 1 (uma) carreta agrícola, marca Vencedora Maqtron, metálica, código patrimonial 58.748.

Parágrafo único. Para efetivar a autorização, será celebrado Termo de Autorização de Uso Gratuito, entre o Município e a Entidade.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 19 de novembro de 2013.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.  
JOÃO GIRARDI  
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA  
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 14 de dezembro de 2015.  
JOÃO PARAGUAÇU CARDOSO  
Diretor Administrativo, em exercício

## **DECRETO Nº 6039**

### **MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA**

DECRETO Nº 6.039, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2015.  
Autoriza uso de bens municipais, pela Associação de Moradores de Engenho Velho.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 63, VI, da Lei Orgânica do Município.

DECRETA:

Art. 1º Fica autorizado, a título precário, à Associação de Moradores de Engenho Velho, o uso dos seguintes bens:

I – 1 (um) botijão criogênico, capacidade 20,5 litros, código patrimonial 51.510;

II – 1 (uma) carreta agrícola sobre pneus, código patrimonial 20.242;

III – 1 (uma) colhedora de forragens, marca Nogueira, modelo Pecu 9004, série 10.2005.54.10977, código patrimonial 34.522;

IV – 1 (um) distribuidor de adubo orgânico líquido, marca Zanella, código patrimonial 58.718;

V – 1 (uma) grade aradora com controle remoto, 16 discos, modelo GACR/GADCR 12A16, código patrimonial 48.642;

VI – 1 (um) pulverizador agrícola estacionário, marca Yamaho, modelo S-25/TY-130, código patrimonial 31.394;

VII – 1 (uma) roçadeira, marca Super Tatu, modelo RO, código patrimonial 9.729;

VIII – 1 (um) secador de cereais, leito fixo, equipado com motor elétrico, código patrimonial 11.483;

IX – 1 (uma) semeadeira adubadeira hidráulica, marca Imasa, modelo PHS 63, série 32814, código patrimonial 31.355;

X – 1 (um) trator agrícola sobre pneus, marca Massey Ferguson, código patrimonial 58.690;

XI – 1 (um) trator para corte de grama, marca Murray, modelo 42L15G60X8A, série 082307D001592, código patrimonial 47.605;

XII – 1 (uma) carreta agrícola metálica, marca MetalFreitas, código patrimonial 58.730.

Parágrafo único. Para efetivar a autorização, será celebrado Termo de Autorização de Uso Gratuito, entre o Município e a Entidade.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 19 de agosto de 2013.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.  
JOÃO GIRARDI  
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA  
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 14 de dezembro de 2015.  
JOÃO PARAGUAÇU CARDOSO  
Diretor Administrativo, em exercício

**DECRETO Nº 6053**  
MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 6.053, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2015.

Acresce inciso IV ao art. 1º do Decreto nº 6.007, de 13 de agosto de 2015, que autoriza o uso de bens municipais, pela Associação de Moradores de Barra do Castilho.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI.

DECRETA:

Art. 1º Fica acrescido inciso IV ao art. 1º do Decreto nº 6.007, de 13 de agosto de 2015, que autoriza o uso de bens municipais, pela Associação de Moradores de Barra do Castilho, com a seguinte redação:

“Art. 1º (...)

IV – 1 (uma) roçadeira tratorizada, marca Metalfreitas, modelo RTE200, código patrimonial 58.773.” (NR)

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI  
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA  
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 18 de dezembro de 2015.

JOÃO PARAGUAÇU CARDOSO  
Diretor Administrativo, em exercício

**DECRETO Nº 6055**  
MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 6.055, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2015.

Baixa Escala de Plantão para Serviços Funerários.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI, c/c o disposto na Lei Complementar nº 82, de 17 de dezembro de 1993 e no Decreto nº 3.582, de 15 de dezembro de 1994 e alteração.

DECRETA:

Art. 1º Fica baixada a Escala de Plantão para os Serviços Funerários – exercício de 2016, na forma do Anexo Único, parte integrante deste Decreto.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, surtindo seus efeitos a partir de 1º de janeiro de 2016.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI  
Prefeito Municipal

MAURÍ MARAN  
Secretário Municipal de Urbanismo e Obras

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 21 de dezembro de 2015.

JOÃO PARAGUAÇU CARDOSO  
Diretor Administrativo, em exercício  
MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA  
fls. 2

DECRETO Nº 6.055, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2015.

ANEXO ÚNICO

ESCALA DE PLANTÃO PARA OS SERVIÇOS FUNERÁRIOS – EXERCÍCIO DE 2016



	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTU- BRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO
A	4-SEG	3-QUA	4-SEX	3-DOM	3-TER	2-QUI	2-SAB	1-SEG	5-SEG	5-QUA	4-SEX	4-DOM
	9-SAB	8-SEG	9-QUA	8-SEX	8-DOM	7-TER	7-QUI	6-SAB	10-SAB	10-SEG	9-QUA	9-SEX
	14-QUI	13-SAB	14-SEG	13-QUA	13-SEX	12-DOM	12-TER	11-QUI	15-QUI	15-SAB	14-SEG	14-QUA
	19-TER	18-QUI	19-SAB	18-SEG	18-QUA	17-SEX	17-DOM	16-TER	20-TER	20-QUI	19-SAB	19-SEG
	24-DOM	23-TER	24-QUI	23-SAB	23-SEG	22-QUA	22-SEX	21-DOM	25-DOM	25-TER	24-QUI	24-SAB
	29-SEX	28-DOM	29-TER	28-QUI	28-SAB	27-SEG	27-QUA	26-SEX	30-SEX	30-DOM	29-TER	29-QUI
								31-QUA				

	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTU- BRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO
B	5-TER	4-QUI	5-SAB	4-SEG	4-QUA	3-SEX	3-DOM	2-TER	1-QUI	1-SAB	5-SAB	5-SEG
	10-DOM	9-TER	10-QUI	9-SAB	9-SEG	8-QUA	8-SEX	7-DOM	6-TER	6-QUI	10-QUI	10-SAB
	15-SEX	14-DOM	15-TER	14-QUI	14-SAB	13-SEG	13-QUA	12-SEX	11-DOM	11-TER	15-TER	15-QUI
	20-QUA	19-SEX	20-DOM	19-TER	19-QUI	18-SAB	18-SEG	17-QUA	16-SEX	16-DOM	20-DOM	20-TER
	25-SEG	24-QUA	25-SEX	24-DOM	24-TER	23-QUI	23-SAB	22-SEG	21-QUA	21-SEX	25-SEX	25-DOM
	30-SAB	29-SEG	30-QUA	29-SEX	29-DOM	28-TER	28-QUI	27-SAB	26-SEG	26-QUA	30-QUA	30-SEX
										31-SEG		

	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTU- BRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO
C	1-SEX	5-SEX	1-TER	5-TER	5-QUI	4-SAB	4-SEG	3-QUA	2-SEX	2-DOM	1-TER	1-QUI
	6-QUA	10-QUA	6-DOM	10-DOM	10-TER	9-QUI	9-SAB	8-SEG	7-QUA	7-SEX	6-DOM	6-TER
	11-SEG	15-SEG	11-SEX	15-SEX	15-DOM	14-TER	14-QUI	13-SAB	12-SEG	12-QUA	11-SEX	11-DOM
	16-SAB	20-SAB	16-QUA	20-QUA	20-SEX	19-DOM	19-TER	18-QUI	17-SAB	17-SEG	16-QUA	16-SEX
	21-QUI	25-QUI	21-SEG	25-SEG	25-QUA	24-SEX	24-DOM	23-TER	22-QUI	22-SAB	21-SEG	21-QUA
	26-TER		26-SAB	30-SAB	30-SEG	29-QUA	29-SEX	28-DOM	27-TER	27-QUI	26-SAB	26-SEG
	31-DOM		31-QUI									31-SAB

	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTU- BRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO
D	2-SAB	1-SEG	2-QUA	1-SEX	1-DOM	5-DOM	5-TER	4-QUI	3-SAB	3-SEG	2-QUA	2-SEX
	7-QUI	6-SAB	7-SEG	6-QUA	6-SEX	10-SEX	10-DOM	9-TER	8-QUI	8-SAB	7-SEG	7-QUA
	12-TER	11-QUI	12-SAB	11-SEG	11-QUA	15-QUA	15-SEX	14-DOM	13-TER	13-QUI	12-SAB	12-SEG
	17-DOM	16-TER	17-QUI	16-SAB	16-SEG	20-SEG	20-QUA	19-SEX	18-DOM	18-TER	17-QUI	17-SAB
	22-SEX	21-DOM	22-TER	21-QUI	21-SAB	25-SAB	25-SEG	24-QUA	23-SEX	23-DOM	22-TER	22-QUI
	27-QUA	26-SEX	27-DOM	26-TER	26-QUI	30-QUI	30-SAB	29-SEG	28-QUA	28-SEX	27-DOM	27-TER
					31-TER							

	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTU- BRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO
E	3-DOM	2-TER	3-QUI	2-SAB	2-SEG	1-QUA	1-SEX	5-SEX	4-DOM	4-TER	3-QUI	3-SAB
	8-SEX	7-DOM	8-TER	7-QUI	7-SAB	6-SEG	6-QUA	10-QUA	9-SEX	9-DOM	8-TER	8-QUI
	13-QUA	12-SEX	13-DOM	12-TER	12-QUI	11-SAB	11-SEG	15-SEG	14-QUA	14-SEX	13-DOM	13-TER
	18-SEG	17-QUA	18-SEX	17-DOM	17-TER	16-QUI	16-SAB	20-SAB	19-SEG	19-QUA	18-SEX	18-DOM
	23-SAB	22-SEG	23-QUA	22-SEX	22-DOM	21-TER	21-QUI	25-QUI	24-SAB	24-SEG	23-QUA	23-SEX
	28-QUI	27-SAB	28-SEG	27-QUA	27-SEX	26-DOM	26-TER	30-TER	29-QUI	29-SAB	28-SEG	28-QUA
							31-DOM					

Obs.: O plantão será desenvolvido a partir da 0 (zero) hora.

A – FUNERÁRIA SÃO FRANCISCO

B – FUNERÁRIA CONCÓRDIA

C – FUNERÁRIA NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO

D – FUNERÁRIA SÃO JOSÉ

E – FUNERÁRIA SANTA BÁRBARA



## DECRETO Nº 6059

### MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 6.059, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2015.

Autoriza uso de bens municipais, pela Associação de Moradores de Tamanduá.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 63, VI, da Lei Orgânica do Município.

DECRETA:

Art. 1º Fica autorizado, a título precário, à Associação de Moradores de Tamanduá, o uso dos seguintes bens:

- I – 1 (um) trator agrícola, marca Massey Ferguson, modelo MF4292 HD, código patrimonial 58.778;
- II – 1 (uma) concha carregadeira, marca Becker, modelo CC, código patrimonial 34.550;
- III – 1 (uma) carreta agrícola metálica, marca Cremasco, modelo CAB 7000TANDEM, código patrimonial 47.630;
- IV – 1 (uma) colhedora de forragem, modelo Pecus 9004 super série ouro, acoplável a trator agrícola, código patrimonial 48.672;
- V – 1 (um) distribuidor de adubo orgânico líquido, marca Fatritol, modelo VACC 4000, série B777, código patrimonial 54.681;
- VI – 1 (uma) retroescavadeira, marca Randon, modelo RD 460, código patrimonial 48.680;
- VII – 1 (um) caminhão, marca Volvo, modelo VM 330, código patrimonial 59.389.

Parágrafo único. Para efetivar a autorização, será celebrado Termo de Autorização de Uso Gratuito, entre o Município e a Entidade.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 11 de novembro de 2013.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI Prefeito Municipal	BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA Secretária Municipal de Administração
------------------------------------	---

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 22 de dezembro de 2015.

## DECRETO Nº 6060

### MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 6.060, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2015.

Autoriza uso de bens municipais, pela Sociedade Esportiva e Recreativa de Linha Ouro.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 63, VI, da Lei Orgânica do Município.

DECRETA:

Art. 1º Fica autorizado, a título precário, à Sociedade Esportiva e Recreativa de Linha Ouro, o uso dos seguintes bens:

- I – 1 (uma) carreta agrícola basculante, marca MetalFreitas, modelo MFME5T, código patrimonial 58.771;
- II – 1 (uma) colhedora de forragem, marca Cremasco, modelo Custom 930 CII, acoplável a trator agrícola, código patrimonial 58.738.

Parágrafo único. Para efetivar a autorização, será celebrado Termo de Autorização de Uso Gratuito, entre o Município e a Entidade.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI Prefeito Municipal	BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA Secretária Municipal de Administração
------------------------------------	---

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 22 de dezembro de 2015.

JOÃO PARAGUAÇU CARDOSO

Diretor Administrativo, em exercício

## DECRETO Nº 6062

### MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 6.062, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2015.

Autoriza uso de bens municipais, pela Associação Agrícola de Lageado dos Pintos.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 63, VI, da Lei Orgânica do Município.

DECRETA:

Art. 1º Fica autorizado, a título precário, à Associação Agrícola de Lageado dos Pintos, o uso dos seguintes bens:

I – 1 (um) arado reversível, com 3 (três) discos, marca IBL, Yammar, código patrimonial 21.139;

II – 1 (uma) grade niveladora, marca Becker, série 114625, IBL, código patrimonial 21.140;

III – 1 (um) distribuidor de adubo orgânico líquido, marca Fatritol, modelo VACC 4000, série B723, capacidade 4.000 litros, código patrimonial 48.633;

IV – 1 (uma) semeadeira/adubadeira hidráulica, código patrimonial 48.665;

V – 1 (uma) colhedora de forragens, modelo Pecus 9004 super série ouro, código patrimonial 48.669;

VI – 1 (um) pulverizador, modelo P400 L, código patrimonial 48.675;

VII – 1 (uma) carreta agrícola metálica, marca Metalmax, código patrimonial 58.696;

VIII – 1 (uma) colhedora de forragem, marca Nogueira, modelo New Pecus, acoplável a trator agrícola, código patrimonial 58.756;

IX – 1 (uma) adubadeira e espalhadeira de ureia, marca Cremasco, modelo DAC 600, código patrimonial 58.739.

Parágrafo único. Para efetivar a autorização, será celebrado Termo de Autorização de Uso Gratuito, entre o Município e a Entidade.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 30 de julho de 2013.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.  
JOÃO GIRARDI  
Prefeito Municipal

DILCE LURDES GEHLEN  
Secretária Municipal de Administração, em exercício

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
(Diretoria Administrativa), em 29 de dezembro de 2015.

JOÃO PARAGUAÇU CARDOSO  
Diretor Administrativo, em exercício

#### **DECRETO Nº 6064** MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 6.064, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2015.  
Autoriza uso de bens municipais, pela Associação de Moradores de Terra Vermelha.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 63, VI, da Lei Orgânica do Município.

##### **DECRETA:**

Art. 1º Fica autorizado, a título precário, à Associação de Moradores de Terra Vermelha, o uso dos seguintes bens:

I – 1 (uma) colhedora de forragem, marca Nogueira, modelo New Pecu, acoplável a trator agrícola, código patrimonial 58.757;

II – 2 (duas) plantadeiras adubadeiras de plantio direto e/ou convencional, marca Tritron, tração animal, séries 53 e 54 códigos patrimoniais 31.315 e 31.316;

III – 1 (uma) grade niveladora hidráulica, marca Becker, modelo GHX 28/18, série 4172, código patrimonial 31.321;

IV – 1 (um) distribuidor de adubo orgânico líquido, marca Mepel, capacidade para 4.000 litros, código patrimonial 58.780;

V – 1 (um) trator agrícola sobre pneus, modelo 5085E, código patrimonial 48.650;

VI – 1 (uma) grade aradora, com controle remoto, marca Piccin, código patrimonial 58.694;

VII – 1 (uma) carreta agrícola metálica, marca Metalmax, código patrimonial 58.698;

VIII – 1 (um) trator cortador de grama, marca Husqvarna, modelo LTH 1842, código patrimonial 58.724;

IX – 1 (uma) semeadeira/adubadeira hidráulica, marca Vence Tudo, modelo PA 2000, série 299, código patrimonial 58.715;

X – 1 (uma) retroescavadeira, marca Randon, modelo RD 460, código patrimonial 48.680.

Parágrafo único. Para efetivar a autorização, será celebrado Termo de Autorização de Uso Gratuito, entre o Município e a Entidade.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 30 de julho de 2013.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.  
JOÃO GIRARDI  
Prefeito Municipal

DILCE LURDES GEHLEN  
Secretária Municipal de Administração, em exercício

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
(Diretoria Administrativa), em 29 de dezembro de 2015.

JOÃO PARAGUAÇU CARDOSO  
Diretor Administrativo, em exercício

#### **DECRETO Nº 6070** MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 6.070, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2015.  
Autoriza uso de bens municipais, pela Associação dos Moradores de São José.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 63, VI, da Lei Orgânica do Município.

##### **DECRETA:**

Art. 1º Fica autorizado, a título precário, à Associação dos Moradores de São José, o uso dos seguintes bens:

I – 1 (uma) grade aradora de arrasto, marca Piccin, modelo Gapp, código patrimonial 38.581;

II – 1 (uma) colhedora de forragens, marca Nogueira, modelo Pecu 9004 Super, código patrimonial 38.578;

III – 1 (uma) plantadeira e adubadeira hidráulica para plantio direto e convencional, marca Imasa, modelo PHS 63, código patrimonial 31.397.

Parágrafo único. Para efetivar a autorização, será celebrado Termo de Autorização de Uso Gratuito, entre o Município e a Entidade.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.  
JOÃO GIRARDI  
Prefeito Municipal

DILCE LURDES GEHLEN  
Secretária Municipal de Administração, em exercício

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
(Diretoria Administrativa), em 29 de dezembro de 2015.

JOÃO PARAGUAÇU CARDOSO  
Diretor Administrativo, em exercício

**DECRETO Nº 6072**  
MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 6.072, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2015.

Dá nova redação ao inciso VI do art. 1º do Decreto nº 6.059, de 22 de dezembro de 2015, que autoriza o uso de bens municipais, pela Associação de Moradores de Tamanduá.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI.

DECRETA:

Art. 1º O inciso VI do art. 1º do Decreto nº 6.059, de 22 de dezembro de 2015, que autoriza o uso de bens municipais, pela Associação de Moradores de Tamanduá, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º (...)

VI – 1 (uma) retroescavadeira, marca New Holland, modelo B95BT, código patrimonial 58.787;” (NR)

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI  
Prefeito Municipal

DILCE LURDES GEHLEN  
Secretária Municipal de Administração, em exercício

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 29 de dezembro de 2015.  
JOÃO PARAGUACU CARDOSO  
Diretor Administrativo, em exercício

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 10/2016**  
MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 10/2016

Em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede neste Município, a liberação de recursos referente à 1ª parcela proveniente do SALÁRIO EDUCAÇÃO, no valor de R\$ 261.454,70 (duzentos e sessenta e um mil quatrocentos e cinquenta e quatro reais e setenta centavos).

Concórdia SC, 14 de janeiro de 2016.  
Eliza Tebaldi Borsatti  
Secretário Municipal de Finanças, em exercício

**EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 6/2016**

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA - SC

EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 6/2016

O Secretário Municipal de Agricultura Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente, em exercício, torna público que ratificou o ato do Senhor, Jose Valdori Da Rocha Campos, Encarregado de Seção, que declarou dispensável a licitação, nos termos do inciso II, do artigo 24 da Lei Federal nº 8.666/93 e posteriores alterações, homologada em 08 de janeiro de 2016, referente as despesas com tarifas bancarias pelo recebimento de valores de boletos dos serviços agropecuários do FUMDEAGRO, no exercício de 2016, em favor das seguintes empresas: BANCO DO BRASIL S A, no valor total estimado de R\$796,95 (setecentos e noventa e seis reais com noventa e cinco centavos)

CÉSAR PELLIZZARO

Secretário Municipal de Agricultura Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente, em exercício

**EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 4/2016-FMS**

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CONCÓRDIA - SC

EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 3/2016 - FMS

O Gestor do Fundo Municipal de Saúde torna público o ato do Diretor Administrativo do Fundo Municipal de Saúde, que declarou inexigível a licitação, nos termos do artigo 25, caput da Lei Federal nº 8.666/93 e posteriores alterações, homologada em 11 de janeiro de 2016 para Credenciamento de empresa para prestação de serviços de saúde para consultas especializadas, exames e cirurgias eletivas, para atendimento à população, a favor das empresas CARDIODONTO – SERVIÇOS DE CARDIOLOGIA LTDA ME, CLINICA DE MEDICINA INTEGRADA EPP, DERMATO CLINICA S/S- ME, LA SANTÉ CLÍNICA E ADMINISTRAORA DE IMÓVEIS LTDA, CLINICA BONNA SALUTE LTDA ME, SURGAPED – SERVIÇOS DE UROLOGIA, GASTROENTEROLOGIA E PEDIATRIA SOCIEDADE SIMPLES S/S EPP, CLÍNICA DO APARELHO DIGESTIVO RODRIGUES E KOEFENDER – ME, CENTRO CLÍNICO E DIAGNOSTICO DO APARELHO DIGESTIVO, LF SERVIÇOS MÉDICOS SOCIEDADE SIMPLES LTDA, CLINICA NEUROCIRURGICA MEIRELLES S/S – ME, SEGURMED SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO SOCIEDADE SIMPLES – EPP, FST SERVIÇOS MÉDICOS LTDA – ME, CLINICA VERTIGO SOCIEDADE SIMPLES S/S ME, CLINICA DE PNEUMOLOGIA E IMUNIZAÇÕES SOCIEDADE SIMPLES S/S – ME, REUMATO CLÍNICA LTDA ME, L.E. G.M SERVIÇOS MÉDICO S/S, JOSIELE TELLES DA ROCHA GAIO – ME, OFTALMOCENTER CONCÓRDIA SOCIEDADE SIMPLES S/S EPP e CLÍNICA DE OLHOS NIEDERAUER LTDA ME, no valor estimado de R\$ 1.101.890,90 (hum milhão, cento e hum mil, oitocentos e noventa reais e noventa centavos).

ALESSANDRO VERNIZE

Gestor do Fundo Municipal de Saúde

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 1/2016 -PMC**

Contrato Nº : 1/2016

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : CONSORCIO DE INFORMATICA NA GESTAO PUBLICA MUNICIPAL -CIGA

Licitação : Dispensa de Licitação 3/2016

Objeto : Prestação de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação pela CONTRATADA, que disponibiliza: Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC; Gestão de Obras; Gestão Tributária - Gestão do Simples Nacional; Gestão Tributária - Gestão da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica - GNOTA; Gestão Tributária - Registro Mercantil Integrado - REGIN;

Vigência : Início: 04/01/2016 Término: 31/12/2016

Assinatura : 04/01/2016

Valor R\$ : 34.590,00 (Trinta e Quatro Mil e Quinhentos e Noventa Reais)

Dotação : 195 - 12.001.2043.333933999000000.01000001

Dotação : 11 - 02.001.2004.333903999000000.01000001

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 2/2016 -PMC**

Contrato Nº : 2/2016

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : MAURI FRACASSO EPP

Licitação : Pregão Presencial 130/2015

Objeto : Aquisição de Hortifrutigranjeiros para a preparação de refeições nos Centros Municipais de Educação Infantil (CMEIs) e Escolas de Ensino Fundamental da Rede Pública Municipal, em conformidade com o Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE/PNAC, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" do edital.

Vigência : Início: 04/01/2016 Término: 31/05/2016

Assinatura : 04/01/2016

Valor R\$ : 182.949,99 (Cento e Oitenta e Dois Mil, Novecentos e Quarenta e Nove Reais e Noventa e Nove Centavos)

Dotação : 76 - 06.004.2019.333903007000000.01000001

Dotação : 84 - 06.004.2609.333903007000000.01000001

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 22/2016 -PMC**

Contrato Nº : 22/2016

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : HM SERVIÇOS DE NUTRIÇÃO E FONOAUDIOLOGIA LTDA

Licitação : Inexigibilidade 8/2016

Objeto : Credenciamento de empresas, conforme discriminado abaixo, para prestação de serviços de assistência médico-hospitalar e correlata, na área específica de Saúde Física em Geral, em todas as especialidades e subespecialidades médicas, abrangendo os procedimentos descritos na Classificação Brasileira Hierarquizada de Procedimentos Médicos (CBHPM) e suas atualizações.

Vigência : Início: 07/01/2016 Término: 31/12/2016

Assinatura : 07/01/2016

Valor R\$ : 8.000,00 (Oito Mil Reais)

Dotação : 32 - 04.003.2603.333903950000000.01000003

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 23/2016 -PMC**

Contrato Nº : 23/2016

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : INSTITUTO DA CIRCULAÇÃO CONCÓRDIA S/S

Licitação : Inexigibilidade 8/2016

Objeto : Credenciamento de empresas, conforme discriminado abaixo, para prestação de serviços de assistência médico-hospitalar e correlata, na área específica de Saúde Física em Geral, em todas as especialidades e subespecialidades médicas, abrangendo os procedimentos descritos na Classificação Brasileira Hierarquizada de Procedimentos Médicos (CBHPM) e suas atualizações.

Vigência : Início: 07/01/2016 Término: 31/12/2016

Assinatura : 07/01/2016

Valor R\$ : 25.000,00 (Vinte e Cinco Mil Reais)

Dotação : 32 - 04.003.2603.333903950000000.01000003

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 24/2016 -PMC**

Contrato Nº : 24/2016

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : IPUMED SERVICOS MEDICOS AMBULATORIAIS E HOSPITALARES LTDA

Licitação : Inexigibilidade 8/2016

Objeto : Credenciamento de empresas, conforme discriminado abaixo, para prestação de serviços de assistência médico-hospitalar e correlata, na área específica de Saúde Física em Geral, em todas as especialidades e subespecialidades médicas, abrangendo os procedimentos descritos na Classificação Brasileira Hierarquizada de Procedimentos Médicos (CBHPM) e suas atualizações.

Vigência : Início: 07/01/2016 Término: 31/12/2016

Assinatura : 07/01/2016

Valor R\$ : 32.000,00 (Trinta e Dois Mil Reais)

Dotação : 32 - 04.003.2603.333903950000000.01000003

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 25/2016 -PMC**

Contrato Nº : 25/2016

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : LABORATÓRIO ANÁLISES CLÍNICAS CONCÓRDIA LTDA

Licitação : Inexigibilidade 8/2016

Objeto : Credenciamento de empresas, conforme discriminado abaixo, para prestação de serviços de assistência médico-hospitalar e correlata, na área específica de Saúde Física em Geral, em todas as especialidades e subespecialidades médicas, abrangendo os procedimentos descritos na Classificação Brasileira Hierarquizada de Procedimentos Médicos (CBHPM) e suas atualizações.

Vigência : Início: 07/01/2016 Término: 31/12/2016

Assinatura : 07/01/2016

Valor R\$ : 110.000,00 (Cento e Dez Mil Reais)

Dotação : 32 - 04.003.2603.333903950000000.01000003

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 27/2016 -PMC**

Contrato Nº : 27/2016

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : CLÍNICA NEUROCIRURGICA MEIRELLES S/S

Licitação : Inexigibilidade 8/2016

Objeto : Credenciamento de empresas, conforme discriminado abaixo, para prestação de serviços de assistência médico-hospitalar e correlata, na área específica de Saúde Física em Geral, em todas as especialidades e subespecialidades médicas, abrangendo



os procedimentos descritos na Classificação Brasileira Hierarquizada de Procedimentos Médicos (CBHPM) e suas atualizações.

Vigência : Início: 07/01/2016 Término: 31/12/2016

Assinatura : 07/01/2016

Valor R\$: 10.000,00 (Dez Mil Reais)

Dotação : 32 - 04.003.2603.333903950000000.01000003

#### **EXTRATO DO CONTRATO Nº 28/2016 -PMC**

Contrato Nº : 28/2016

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : CLINICA PEDIATRICA MERLO & SCHUMACHER SOCIEDADE SIMPLES S S

Licitação : Inexigibilidade 8/2016

Objeto : Credenciamento de empresas, conforme discriminado abaixo, para prestação de serviços de assistência médico-hospitalar e correlata, na área específica de Saúde Física em Geral, em todas as especialidades e subespecialidades médicas, abrangendo os procedimentos descritos na Classificação Brasileira Hierarquizada de Procedimentos Médicos (CBHPM) e suas atualizações.

Vigência : Início: 07/01/2016 Término: 31/12/2016

Assinatura : 07/01/2016

Valor R\$: 62.000,00 (Sessenta e Dois Mil Reais)

Dotação : 32 - 04.003.2603.333903950000000.01000003

#### **EXTRATO DO CONTRATO Nº 29/2016 -PMC**

Contrato Nº : 29/2016

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : CLINICA DE OLHOS NIEDERAUER LTDA ME

Licitação : Inexigibilidade 8/2016

Objeto : Credenciamento de empresas, conforme discriminado abaixo, para prestação de serviços de assistência médico-hospitalar e correlata, na área específica de Saúde Física em Geral, em todas as especialidades e subespecialidades médicas, abrangendo os procedimentos descritos na Classificação Brasileira Hierarquizada de Procedimentos Médicos (CBHPM) e suas atualizações.

Vigência : Início: 07/01/2016 Término: 31/12/2016

Assinatura : 07/01/2016

Valor R\$: 32.000,00 (Trinta e Dois Mil Reais)

Dotação : 32 - 04.003.2603.333903950000000.01000003

#### **EXTRATO DO CONTRATO Nº 3/2016 -PMC**

Contrato Nº : 03/2016

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : INVIOSAT SEGURANÇA LTDA

Licitação : Pregão Presencial 136/2015

Objeto : Contratação de empresa para a prestação de serviços de monitoramento eletrônico para os Centros Municipais de Educação Infantil, fornecimento de equipamentos em comodato, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento, incluindo rondas para garantir a ordem, conforme descrição deste termo com recursos oriundos do convênio Salário Educação e recursos próprios, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" do edital.

Vigência : Início: 04/01/2016 Término: 04/01/2017

Assinatura : 04/01/2016

Valor R\$: 33.720,00 (Trinta e Três Mil e Setecentos e Vinte Reais)

Dotação : 73 - 06.004.2018.333903977000000.01360000

#### **EXTRATO DO CONTRATO Nº 30/2016 -PMC**

Contrato Nº : 30/2016

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : OFTALMOCENTER CONCORDIA SOCIEDADE SIMPLES S S

Licitação : Inexigibilidade 8/2016

Objeto : Credenciamento de empresas, conforme discriminado abaixo, para prestação de serviços de assistência médico-hospitalar e correlata, na área específica de Saúde Física em Geral, em todas as especialidades e subespecialidades médicas, abrangendo os procedimentos descritos na Classificação Brasileira Hierarquizada de Procedimentos Médicos (CBHPM) e suas atualizações.

Vigência : Início: 07/01/2016 Término: 31/12/2016

Assinatura : 07/01/2016

Valor R\$: 40.000,00 (Quarenta Mil Reais)

Dotação : 32 - 04.003.2603.333903950000000.01000003

#### **EXTRATO DO CONTRATO Nº 31/2016 -PMC**

Contrato Nº : 31/2016

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : ORTOPEDIA CONCÓRDIA SERVIÇOS HOSPITALARES LTDA EPP

Licitação : Inexigibilidade 8/2016

Objeto : Credenciamento de empresas, conforme discriminado abaixo, para prestação de serviços de assistência médico-hospitalar e correlata, na área específica de Saúde Física em Geral, em todas as especialidades e subespecialidades médicas, abrangendo os procedimentos descritos na Classificação Brasileira Hierarquizada de Procedimentos Médicos (CBHPM) e suas atualizações.

Vigência : Início: 07/01/2016 Término: 31/12/2016

Assinatura : 07/01/2016

Valor R\$: 205.000,00 (Duzentos e Cinco Mil Reais)

Dotação : 32 - 04.003.2603.333903950000000.01000003

#### **EXTRATO DO CONTRATO Nº 32/2016 -PMC**

Contrato Nº : 32/2016

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : PICCOLI CLINICA S/S

Licitação : Inexigibilidade 8/2016

Objeto : Credenciamento de empresas, conforme discriminado abaixo, para prestação de serviços de assistência médico-hospitalar e correlata, na área específica de Saúde Física em Geral, em todas as especialidades e subespecialidades médicas, abrangendo os procedimentos descritos na Classificação Brasileira Hierarquizada de Procedimentos Médicos (CBHPM) e suas atualizações.

Vigência : Início: 07/01/2016 Término: 31/12/2016

Assinatura : 07/01/2016

Valor R\$: 28.000,00 (Vinte e Oito Mil Reais)

Dotação : 32 - 04.003.2603.333903950000000.01000003

#### **EXTRATO DO CONTRATO Nº 33/2016 -PMC**

Contrato Nº : 33/2016

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : CLÍNICA MÉDICA PRETTO LTDA

Licitação : Inexigibilidade 8/2016

Objeto : Credenciamento de empresas, conforme discriminado abaixo, para prestação de serviços de assistência médico-hospitalar e correlata, na área específica de Saúde Física em Geral, em todas as especialidades e subespecialidades médicas, abrangendo

os procedimentos descritos na Classificação Brasileira Hierarquizada de Procedimentos Médicos (CBHPM) e suas atualizações.

Vigência : Início: 07/01/2016 Término: 31/12/2016

Assinatura : 07/01/2016

Valor R\$ : 4.000,00 (Quatro Mil Reais)

Dotação : 32 - 04.003.2603.333903950000000.01000003

#### **EXTRATO DO CONTRATO Nº 34/2016 -PMC**

Contrato Nº : 34/2016

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : CLINICA PSICANALÍTICA JANE MARIA DE MELO BERNARDI EIRELI

Licitação : Inexigibilidade 8/2016

Objeto : Credenciamento de empresas, conforme discriminado abaixo, para prestação de serviços de assistência médico-hospitalar e correlata, na área específica de Saúde Física em Geral, em todas as especialidades e subespecialidades médicas, abrangendo os procedimentos descritos na Classificação Brasileira Hierarquizada de Procedimentos Médicos (CBHPM) e suas atualizações.

Vigência : Início: 07/01/2016 Término: 31/12/2016

Assinatura : 07/01/2016

Valor R\$ : 2.000,00 (Dois Mil Reais)

Dotação : 32 - 04.003.2603.333903950000000.01000003

#### **EXTRATO DO CONTRATO Nº 35/2016 -PMC**

Contrato Nº : 35/2016

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : CLINICA DE PSICOLOGIA PSICOVITAL LTDA

Licitação : Inexigibilidade 8/2016

Objeto : Credenciamento de empresas, conforme discriminado abaixo, para prestação de serviços de assistência médico-hospitalar e correlata, na área específica de Saúde Física em Geral, em todas as especialidades e subespecialidades médicas, abrangendo os procedimentos descritos na Classificação Brasileira Hierarquizada de Procedimentos Médicos (CBHPM) e suas atualizações.

Vigência : Início: 07/01/2016 Término: 31/12/2016

Assinatura : 07/01/2016

Valor R\$ : 8.000,00 (Oito Mil Reais)

Dotação : 32 - 04.003.2603.333903950000000.01000003

#### **EXTRATO DO CONTRATO Nº 36/2016 -PMC**

Contrato Nº : 36/2016

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : CLÍNICA DO APARELHO DIGESTIVO RODRIGUES E KOEFENDER

Licitação : Inexigibilidade 8/2016

Objeto : Credenciamento de empresas, conforme discriminado abaixo, para prestação de serviços de assistência médico-hospitalar e correlata, na área específica de Saúde Física em Geral, em todas as especialidades e subespecialidades médicas, abrangendo os procedimentos descritos na Classificação Brasileira Hierarquizada de Procedimentos Médicos (CBHPM) e suas atualizações.

Vigência : Início: 07/01/2016 Término: 31/12/2016

Assinatura : 07/01/2016

Valor R\$ : 70.000,00 (Setenta Mil Reais)

Dotação : 32 - 04.003.2603.333903950000000.01000003

#### **EXTRATO DO CONTRATO Nº 37/2016 -PMC**

Contrato Nº : 37/2016

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : ROSEMERI NOGUES BICHET RIOS - ME

Licitação : Inexigibilidade 8/2016

Objeto : Credenciamento de empresas, conforme discriminado abaixo, para prestação de serviços de assistência médico-hospitalar e correlata, na área específica de Saúde Física em Geral, em todas as especialidades e subespecialidades médicas, abrangendo os procedimentos descritos na Classificação Brasileira Hierarquizada de Procedimentos Médicos (CBHPM) e suas atualizações.

Vigência : Início: 07/01/2016 Término: 31/12/2016

Assinatura : 07/01/2016

Valor R\$ : 35.000,00 (Trinta e Cinco Mil Reais)

Dotação : 32 - 04.003.2603.333903950000000.01000003

#### **EXTRATO DO CONTRATO Nº 38/2016 -PMC**

Contrato Nº : 38/2016

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : SEGURMED SEGUR. MEDICINA DO TRAB.SOCIEDADE SIMPLES

Licitação : Inexigibilidade 8/2016

Objeto : Credenciamento de empresas, conforme discriminado abaixo, para prestação de serviços de assistência médico-hospitalar e correlata, na área específica de Saúde Física em Geral, em todas as especialidades e subespecialidades médicas, abrangendo os procedimentos descritos na Classificação Brasileira Hierarquizada de Procedimentos Médicos (CBHPM) e suas atualizações.

Vigência : Início: 07/01/2016 Término: 31/12/2016

Assinatura : 07/01/2016

Valor R\$ : 95.000,00 (Noventa e Cinco Mil Reais)

Dotação : 32 - 04.003.2603.333903950000000.01000003

#### **EXTRATO DO CONTRATO Nº 39/2016 -PMC**

Contrato Nº : 39/2016

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : SICAVI SERV.INTEGR.DE CIRURG.ABDOM.E VIDEO-LAPAROSCOPIA S S

Licitação : Inexigibilidade 8/2016

Objeto : Credenciamento de empresas, conforme discriminado abaixo, para prestação de serviços de assistência médico-hospitalar e correlata, na área específica de Saúde Física em Geral, em todas as especialidades e subespecialidades médicas, abrangendo os procedimentos descritos na Classificação Brasileira Hierarquizada de Procedimentos Médicos (CBHPM) e suas atualizações.

Vigência : Início: 07/01/2016 Término: 31/12/2016

Assinatura : 07/01/2016

Valor R\$ : 65.000,00 (Sessenta e Cinco Mil Reais)

Dotação : 32 - 04.003.2603.333903950000000.01000003

#### **EXTRATO DO CONTRATO Nº 4/2016 -PMC**

Contrato Nº : 04/2016

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : INVIOSAT SEGURANÇA LTDA

Licitação : Pregão Presencial 140/2015

Objeto : Contratação de empresa especializada na prestação de serviços, com fornecimento de equipamentos necessários para coleta e armazenamento, monitoramento de imagens de vídeo, com sistema informatizado de gerenciamento, busca e armazenamento



das mesmas, geradas por meio de câmeras de segurança a serem disponibilizadas e instaladas nas Escolas da Rede Municipal de Concórdia SC, com recursos oriundos do convênio FUNDEB e conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" do edital.  
Vigência : Início: 04/01/2016 Término: 04/01/2017  
Assinatura : 04/01/2016  
Valor R\$ : 6.516,00 (Seis Mil e Quinhentos e Dezesesseis Reais)

Dotação : 57 - 06.002.2016.333903977000000.01360000

#### **EXTRATO DO CONTRATO Nº 40/2016 -PMC**

Contrato Nº : 40/2016  
Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA  
Contratada : SURGAPED - SERVICO DE UROLOGIA, GASTROENTEROLOGIA E PEDIATRIA SOCIEDADE SIMPLES S/S  
Licitação : Inexigibilidade 8/2016  
Objeto : Credenciamento de empresas, conforme discriminado abaixo, para prestação de serviços de assistência médico-hospitalar e correlata, na área específica de Saúde Física em Geral, em todas as especialidades e subespecialidades médicas, abrangendo os procedimentos descritos na Classificação Brasileira Hierarquizada de Procedimentos Médicos (CBHPM) e suas atualizações.  
Vigência : Início: 07/01/2016 Término: 31/12/2016  
Assinatura : 07/01/2016  
Valor R\$ : 120.000,00 (Cento e Vinte Mil Reais)

Dotação : 32 - 04.003.2603.333903950000000.01000003

#### **EXTRATO DO CONTRATO Nº 41/2016 -PMC**

Contrato Nº : 41/2016  
Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA  
Contratada : CLINICA URONEFRO SOCIEDADE SIMPLES LTDA  
Licitação : Inexigibilidade 8/2016  
Objeto : Credenciamento de empresas, conforme discriminado abaixo, para prestação de serviços de assistência médico-hospitalar e correlata, na área específica de Saúde Física em Geral, em todas as especialidades e subespecialidades médicas, abrangendo os procedimentos descritos na Classificação Brasileira Hierarquizada de Procedimentos Médicos (CBHPM) e suas atualizações.  
Vigência : Início: 07/01/2016 Término: 31/12/2016  
Assinatura : 07/01/2016  
Valor R\$ : 70.000,00 (Setenta Mil Reais)

Dotação : 32 - 04.003.2603.333903950000000.01000003

#### **EXTRATO DO CONTRATO Nº 42/2016 -PMC**

Contrato Nº : 42/2016  
Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA  
Contratada : MONT KOYA COMERCIO DE VEICULOS LTDA  
Licitação : Pregão Presencial 144/2015  
Objeto : Contratação de empresa para prestação dos serviços (mão de obra) e fornecimento de peças (originais de fábrica) visando ao conserto do veículo oficial MITSUBISHI - Pajero Dakar, placas MLX3627, pertencente à 14ª DRP/CIRETRAN de Concórdia, com recursos oriundos do convênio de trânsito - Polícia Civil.  
Vigência : Início: 07/01/2016 Término: 06/05/2016  
Assinatura : 07/01/2016  
Valor R\$ : 23.770,19 (Vinte e Três Mil, Setecentos e Setenta Reais e Dezenove Centavos)

Dotação : 131 - 08.001.2031.333903039000000.01110000

Dotação : 192 - 12.001.2043.333903039000000.01110000

#### **EXTRATO DO CONTRATO Nº 43/2016 -PMC**

Contrato Nº : 43/2016  
Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA  
Contratada : DALLAGNOL ENGENHARIA DE OBRAS LTDA  
Licitação : Concorrência para Obras e Serviços de Engenharia 8/2015  
Objeto : Contratação de empresa, do ramo de engenharia e/ou construção civil, para execução de obra rodoviária, em regime de empreitada por preço global (material e mão de obra), de revitalização da Rua Tancredo de Almeida Neves, localizada neste Município, com recursos oriundos do convênio com Governo do Estado, FUNDO DE APOIO AOS MUNICÍPIOS - FUNDAM e recursos próprios.  
Vigência : Início: 11/01/2016 Término: 06/11/2016  
Assinatura : 11/01/2016  
Valor R\$ : 2.200.373,26 (Dois Milhões, Duzentos Mil, Trezentos e Setenta e Três Reais e Vinte e Seis Centavos)

Dotação : 116 - 08.001.1009.344905198000000.01390002

Dotação : 117 - 08.001.1009.344905198000000.01640001

#### **EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO GRATUITO Nº 13/2013**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO GRATUITO Nº 13/2013

ESPÉCIE: Primeiro Termo Aditivo ao Termo de Autorização de Uso Gratuito nº 13/2013, celebrado entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, representado pelo seu Prefeito Municipal, senhor JOÃO GIRARDI e a ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DE ENGENHO VELHO, inscrita no CNPJ sob nº 01.585.990/0001-30, representada pelo seu Presidente, senhor CAETANO ZAMPIERON.

OBJETO: Altera e acresce dispositivos da Cláusula Primeira – Do Objeto e acresce Parágrafo único à Cláusula Segunda – Das Obrigações da Autorizada.

DATA DA ASSINATURA: 14 de dezembro de 2015.

#### **EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO GRATUITO Nº 20/2013**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO GRATUITO Nº 20/2013

ESPÉCIE: Primeiro Termo Aditivo ao Termo de Autorização de Uso Gratuito nº 20/2013, celebrado entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, representado pelo seu Prefeito Municipal, senhor JOÃO GIRARDI e a ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DE TAMANDUÁ, inscrita no CNPJ sob nº 02.357.755/0001-73, representada pelo seu Presidente, senhor SERGIO HILARIO SCHWINGEL.

OBJETO: Altera e acresce dispositivos da Cláusula Primeira – Do Objeto e acresce Parágrafo único à Cláusula Segunda – Das Obrigações da Autorizada.

DATA DA ASSINATURA: 22 de dezembro de 2015.

**EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO GRATUITO Nº 26/2013**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO GRATUITO Nº 26/2013

ESPÉCIE: Primeiro Termo Aditivo ao Termo de Autorização de Uso Gratuito nº 26/2013, celebrado entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, representado pelo seu Prefeito Municipal, senhor JOÃO GIRARDI e a ASSOCIAÇÃO AGRÍCOLA, DE LINHA SÃO PAULO, inscrita no CNPJ sob nº 03.618.174/0001-00, representada pelo seu Presidente, senhor JANDIR LONGO.

OBJETO: Altera e revoga dispositivos da Cláusula Primeira – Do Objeto e acresce Parágrafo único à Cláusula Segunda – Das Obrigações da Autorizada.

DATA DA ASSINATURA: 29 de dezembro de 2015.

**EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO GRATUITO Nº 33/2013**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO GRATUITO Nº 33/2013

ESPÉCIE: Primeiro Termo Aditivo ao Termo de Autorização de Uso Gratuito nº 33/2013, celebrado entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, representado pelo seu Prefeito Municipal, senhor JOÃO GIRARDI e a ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DE TRÊS BARRAS, inscrita no CNPJ sob nº 01.691.289/0001-03, representada pelo seu Presidente, senhor JOÃO JACOB VERGÜTZ.

OBJETO: Altera e acresce dispositivos da Cláusula Primeira – Do Objeto e acresce Parágrafo único à Cláusula Segunda – Das Obrigações da Autorizada.

DATA DA ASSINATURA: 29 de dezembro de 2015.

**EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO GRATUITO Nº 8/2013**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO GRATUITO Nº 8/2013

ESPÉCIE: Primeiro Termo Aditivo ao Termo de Autorização de Uso Gratuito nº 8/2013, celebrado entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, representado pelo seu Prefeito Municipal, senhor JOÃO GIRARDI e a ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DE TERRA VERMELHA, inscrita no CNPJ sob nº 00.258.091/0001-60, representada pelo seu Presidente, senhor PAULO CÉSAR DEL POSSO.

OBJETO: Altera e acresce dispositivos da Cláusula Primeira – Do Objeto e acresce Parágrafo único à Cláusula Segunda – Das Obrigações da Autorizada.

DATA DA ASSINATURA: 29 de dezembro de 2015.

**EXTRATO DO TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO GRATUITO Nº 18/2015**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EXTRATO DO TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO GRATUITO Nº 18/2015

ESPÉCIE: Termo de Autorização de Uso Gratuito celebrado entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, representado pelo seu Prefeito Municipal, senhor JOÃO GIRARDI e a SOCIEDADE ESPORTIVA E RECREATIVA DE LINHA OURO, inscrita no CNPJ sob nº 07.020.223/0001-60, representada pelo seu Presidente, senhor DORNELES MAZZUTTI.

OBJETO: Autorização de uso gratuito, a título precário, à AUTORIZADA, de equipamentos para auxiliar nas atividades da entidade.

PRAZO: 31.12.2016, a partir da data de assinatura.

DATA DA ASSINATURA: 22 de dezembro de 2015.

**EXTRATO DO TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO GRATUITO Nº 23/2015**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EXTRATO DO TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO GRATUITO Nº 23/2015

ESPÉCIE: Termo de Autorização de Uso Gratuito celebrado entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, representado pelo seu Prefeito Municipal, senhor JOÃO GIRARDI e a ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DE LINHA GASPERINI, inscrita no CNPJ sob nº 01.690.969/0001-02, representada pelo seu Presidente, senhor OMAR TROJAN.

OBJETO: Autorização de uso gratuito, a título precário, à AUTORIZADA, de equipamentos para auxiliar nas atividades da Associação.

PRAZO: 31.12.2016, a partir da data de assinatura.

DATA DA ASSINATURA: 30 de dezembro de 2015.

**LEI COMPLEMENTAR Nº 717**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

LEI COMPLEMENTAR Nº 717, DE 5 DE JANEIRO DE 2016.

Institui a revisão do Plano Diretor Municipal Rural de Concórdia.

O Prefeito do Município de Concórdia.

Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

Título I

DOS PRINCÍPIOS NORTEADORES DO plano diretor RURAL,  
DA FINALIDADE E ABRANGÊNCIA

Art. 1º Esta Lei, com fundamento na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, na Lei Federal nº 10.257, de 10 de julho de 2001 e alterações – Estatuto das Cidades, na Constituição do Estado de Santa Catarina, na Lei Orgânica do Município de Concórdia, na Lei Complementar Municipal nº 614, de 16 de dezembro de 2011, que institui a revisão do Plano Diretor Municipal de Concórdia, e na legislação ambiental federal e estadual, dispõe

sobre o Plano Diretor Rural do Município de Concórdia, dando nova redação à Lei Complementar Municipal nº 134, de 16 de novembro de 1997 e alterações.

Art. 2º A denominação "Plano Diretor da Propriedade Rural – PDPR", passa a vigorar com a denominação de "Plano Diretor Municipal Rural – PDMR", a partir da vigência desta Lei.

Art. 3º O PDMR tem aplicabilidade em toda a área rural do Município de Concórdia, incluindo as comunidades e as áreas não urbanizadas dos Distritos.

Art. 4º O estabelecido nesta Lei não altera o disposto na Lei Complementar nº 614/2011, no tocante à atividade agropecuária e ao meio rural do Município, complementando os dispositivos lá existentes.

§ 1º Como norma de caráter suplementar, a presente Lei se submete aos princípios e diretrizes gerais adotados na revisão do Plano Diretor Municipal de Concórdia – Lei Complementar nº 614/2011, priorizando o estabelecimento de programas e ações concretas voltadas ao meio rural e sua atividade produtiva.

§ 2º Como princípios específicos, o PDMR estabelece os seguintes:

I – a função socioeconômica e ambiental da propriedade rural;

II – a manutenção e a diversificação da atividade agrícola, pecuária e agroindustrial;

III – a sustentabilidade das atividades rurais, preservação dos recursos naturais e recuperação ambiental;

IV – o aumento da produção e da produtividade em todos os setores;

V – a fixação do jovem na atividade produtiva rural;

VI – a melhoria da qualidade de vida da população rural;

VII – a regularização fundiária na área rural;

VIII – participação da comunidade rural na gestão.

Art. 5º As políticas, programas e ações voltados ao desenvolvimento rural obedecerão o estabelecido no Título II da Lei Complementar nº 614/2011 e, ainda, tem como objetivos gerais:

I – priorização do produtor rural, em especial o da agricultura familiar;

II – a valorização da unidade rural efetivamente produtiva;

III – incentivos à produção de alimentos.

## TÍTULO II

### DOS INSTRUMENTOS DA POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL

Art. 6º Além dos instrumentos previstos no Título III da Lei Complementar nº 614/2011, que expressa ou indiretamente abrangem as áreas e atividades rurais, o Município de Concórdia adotará para o desenvolvimento socioeconômico e ambiental rural os seguintes:

I – leis;

II – decretos;

III – programas e projetos;

IV – planos diretores específicos.

§ 1º As leis e os decretos visam complementar o PDMR ou disciplinar matéria nele não contemplada, de interesse do Município.

§ 2º Os programas e projetos são instrumentos previstos no PDMR ou dele derivados e complementares, a serem disciplinados por normas regulamentadoras.

§ 3º Os planos diretores específicos servem para estudos, planejamento e disciplinamento de matéria específica, de complexidade e relevância socioeconômica e ambiental que, a critério da administração ou por força de lei, exija tratamento especial.

## CAPÍTULO I

### DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS AO MEIO AMBIENTE RURAL

Art. 7º As diretrizes gerais relativas ao meio ambiente na zona rural do Município são aquelas contempladas na Lei Complementar nº 614/2011, e em consonância delas são estabelecidas as demais disposições de cunho ambiental desta Lei.

Art. 8º Sem prejuízo dos programas previstos nas Leis Complementares nºs. 614/2011 e 661, de 26 de dezembro de 2013, que dispõem sobre a Política Municipal de Saneamento Básico, cria o Conselho Municipal de Saneamento Básico – CMSB e o Fundo Municipal de Saneamento Básico – FMSB, o PDMR estabelece como prioritários os seguintes:

I – saneamento básico rural;

II – preservação e conservação de solos e recursos hídricos;

III – racionalização na obtenção e consumo de água na atividade rural;

IV – racionalização das atividades de florestamento e reflorestamento;

V – agilização dos procedimentos de Licenciamento Ambiental para as atividades agropecuárias.

Art. 9º Os programas de implantação de Saneamento Básico Rural deverão ter como marco regulatório Plano Diretor Específico já elaborado nos termos da legislação pertinente e que deverá abarcar os quatro eixos: abastecimento de água potável, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos e drenagem e manejo das águas pluviais urbanas.

Art. 10. Com vistas à preservação dos solos agricultáveis e produtivos, estradas rurais e recursos hídricos, fica criado o Programa Municipal de Conservação de Solos e Recursos Hídricos, que consiste em:

I – campanhas de conscientização e educação ambiental;

II – estabelecimento de convênios interinstitucionais de cooperação;

III – eventos periódicos de divulgação e treinamentos;

IV – criação de áreas de demonstração e distritos conservacionistas;

V – Semana Municipal de Conservação de Solos;

VI – conservação de solo;

VII – controle e monitoramento da qualidade das águas fluviais e

mananciais;

VIII – programa de recomposição de Áreas de Preservação Permanente – APPs.

Art. 11. O uso racional dos recursos hídricos na atividade agropecuária será fomentado através do Programa “Água na Medida Certa” englobando:

I – campanhas de conscientização;

II – incentivos na forma de subsídios e orientação técnica para construção de cisternas de captação de águas pluviais nas propriedades, reservatórios comunitários e abertura de valas.

§ 1º Os subsídios para construção de cisternas e reservatórios somente serão disponibilizados mediante a aprovação do projeto técnico respectivo, pela Secretaria Municipal de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente – SEMADRA.

§ 2º O Município, através de convênios com outros órgãos, manterá atualizado o inventário dos poços de captação de água existentes na zona rural do Município e o constante monitoramento da utilização.

Art. 12. As áreas destinadas ao florestamento e reflorestamento através do cultivo de plantas exóticas deverão observar a distância mínima de 10 (dez) metros das divisas. As margens de rios e nascentes seguem o código florestal vigente.

§ 1º A SEMADRA promoverá campanha de conscientização e orientação junto aos produtores rurais, visando a observância do disposto no caput deste artigo.

§ 2º Os produtores que deixarem de observar o disposto no caput deste artigo não poderão pleitear os incentivos e subsídios previstos na presente lei.

Art. 13. O Município poderá celebrar convênio com o Estado de Santa Catarina, visando a municipalização de processos de licenciamento ambiental ou inspeção de atividades agropecuárias.

§ 1º O licenciamento ambiental poderá abranger as atividades potencialmente poluidoras de baixo impacto e àquelas delegadas mediante instrumento, nos termos das normas do CONSEMA;

§ 2º O licenciamento ambiental poderá ser exercido mediante competência originária do Município ou através de delegação a Consórcio Público Intermunicipal, nos termos da legislação vigente.

## CAPÍTULO II

### DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS AO DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO

Art. 14. Obedecidas as diretrizes e princípios dispostos na Lei Complementar nº 614/2011, ficam estabelecidas como prioridades a criação de leis, normas e programas que disciplinem os seguintes temas:

I – diversificação dos sistemas produtivos rurais;

II – assistência técnica à atividade produtiva rural;

III – prestação de serviços municipais nas propriedades rurais produtivas;

IV – fixação do jovem na atividade rural;

V – manutenção e recuperação de estradas rurais não pavimentadas;

VI – criação de agrovilas e urbanização de aglomerados rurais;

VII – regulação da ocupação de áreas lindeiras ao Lago da Usina Hidrelétrica Itá.

Art. 15. O Município, por iniciativa e coordenação da SEMADRA, resguardada a disponibilidade de recursos financeiros para tanto, executará os seguintes programas:

I – Programa de Apoio à Agroindústria Familiar;

II – Programa de Incentivo à Piscicultura;

III – Estudo de Viabilidade da Cadeia Produtiva da Madeira;

IV – Programa de Incremento da Produção de Hortaliças e Frutíferas;

V – Programa de Apoio a Apicultura;

VI – Programa Habitação Rural;

VII – Programa de Profissionalização Rural;

VIII – Programa de Incentivo a Segurança Alimentar para Alimentação Escolar;

IX – Programa de Sistema de Informação de Serviços Prestados;

X – Programa de Incentivo ao Cooperativismo.

§ 1º Os programas serão regulamentados por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal, e contemplarão: orientação e assistência técnica, subsídios, cursos, palestras, treinamentos, promoção de feiras, exposições e repasse de equipamentos, quando couber, fiscalização e inspeção sanitária.

§ 2º A SEMADRA poderá promover estudos de viabilidade para a implantação de “Selos de Origem” para os produtos da agroindústria, com vistas à agregação de valor aos mesmos.

Art. 16. O Município desenvolverá programas e ações que visem a valorização do jovem no meio rural e a melhoria das condições de vida nas comunidades e distritos, atendendo as seguintes demandas:

I – eventos e atividades culturais, esportivas, educativas e de lazer;

II – acesso à informação e à rede mundial de computadores;

III – melhorias no sistema de comunicação telefônica.

Art. 17. A SEMADRA desenvolverá a atividade de orientação técnica à atividade agropecuária no Município, segundo as seguintes diretrizes:

I – priorização da agricultura familiar;

II – subsídios e isenção de serviços;

III – promoção de convênios, cursos, campanhas, treinamentos e dias de campo;

IV – ampliação e capacitação do quadro técnico;

V – contratação de profissionais especializados para projetos em



diversas áreas agropecuárias, de interesse do Município.

Art. 18. Constituem-se programas de fomento à atividade agropecuária e seu desenvolvimento tecnológico sustentável:

I – cedência de máquinas e equipamentos para grupos organizados de produtores;

II – subsídios de horas-máquina para obras de acesso e infraestrutura nas propriedades rurais, associações, cooperativas e empresas rurais;

III – transporte gratuito de calcário da sede do Município até a propriedade rural;

IV – análise gratuita de solo de macro e micro nutrientes;

V – distribuição de sementes e mudas de espécies produtivas, inclusive forrageiras;

VI – fornecimento subsidiado para produtores, de mudas e sementes;

VII – subsídios de horas-máquinas para construção de sistemas de captação de águas pluviais, fossas sépticas e esterqueiras;

VIII – subsídios de horas-máquina e transporte de materiais para melhoria nos acessos das propriedades rurais;

IX – inseminação artificial de bovinos, ovinos e caprinos, com fornecimento de materiais e equipamentos subsidiados;

X – programa de sanidade animal;

XI – acompanhamento e incentivo à formação de viveiros e hortas, inclusive medicinais escolares, comunitárias e demonstrativas.

Art. 19. O Município, pela SEMADRA, promoverá a readequação e ampliação do programa de prestação de serviços de máquinas e caminhões nas propriedades rurais, no sistema de subsídios de horas-máquina, segundo as disposições constantes nesta Lei.

Art. 20. Somente poderá ser beneficiado com os programas que trata esta Lei, o produtor:

I – que estiver adimplente com o Fundo Municipal de Desenvolvimento da Agropecuária – FUMDEAGRO e manter as estradas existentes em sua propriedade com suas testadas devidamente roçadas e bueiros e valetas limpos;

II – usuário do Bloco do Produtor Rural;

III – que manter em sua propriedade atividade agropecuária ou agroindustrial efetivamente produtiva.

Art. 21. Na readequação de que trata o artigo 19 desta Lei, deverão ser redefinidas as regiões das Associações Regionalizadas, ouvidas as comunidades em consultas públicas.

Art. 22. A SEMADRA realizará periodicamente treinamento e capacitação dos operadores de máquinas e equipamentos, bem como fiscalizará a realização das obras e serviços prestados nas propriedades e na manutenção de estradas.

Art. 23. O Município deverá promover estudos e planejamentos com vistas à urbanização de vilas e aglomerados populacionais rurais, bem como à regulação do uso e parcelamento do solo rural e das áreas lindeiras ao Lago da Usina Hidrelétrica Itá, podendo, para tanto, elaborar Planos Diretores Específicos.

Parágrafo único. Os Planos Diretores Específicos deverão obedecer às diretrizes já estabelecidas no PDM, PMSB, PDMR e às normas de ocupação do Consórcio da Represa da Usina Hidrelétrica Itá.

### TÍTULO III

#### DO FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO DA AGROPECUÁRIA

Art. 24. Fica criado o Fundo Municipal de Desenvolvimento da Agropecuária – FUMDEAGRO, com o objetivo de dar suporte aos programas da SEMADRA, previstos neste PDMR e em legislação posterior que assim o determine.

Art. 25. Constituem recursos financeiros do FUMDEAGRO:

I – transferências do Município;

II – os recursos oriundos de convênios, acordos e contratos;

III – doações, legados e contribuições;

IV – a remuneração oriunda de contribuições financeiras;

V – o ressarcimento dos adiantamentos concedidos com recursos do FUMDEAGRO ou de serviços prestados pelo Município de Concórdia, e destinados a melhoramentos na atividade agropecuária e agroindustrial familiar do Município;

VI – outros recursos de qualquer origem que lhe forem transferidos.

Art. 26. Os recursos do FUMDEAGRO serão utilizados para aquisição de bens de produção ou pagamento de serviços que serão repassados aos produtores rurais, na forma de incentivos diretos e indiretos.

Art. 27. O pagamento dos serviços prestados deverá ser efetuado no prazo de até 1 (um) ano após sua realização, mediante emissão de boleto bancário.

Art. 28. Cabe à SEMADRA a administração do FUMDEAGRO e à Secretaria Municipal de Finanças – SEMUF, a supervisão da destinação dos seus recursos.

Art. 29. O incentivo será concedido mediante a celebração de contrato entre SEMADRA e o produtor rural, com o aval de 1 (um) agropecuarista residente no Município.

Art. 30. A movimentação dos recursos financeiros e a prestação de contas do FUMDEAGRO obedecerão às disposições estabelecidas pelas legislações federal, estadual e municipal pertinentes e às instruções da unidade financeira do Município de Concórdia.

Art. 31. Ficam transferidos para o FUMDEAGRO os encargos relativos a aquisições já efetuadas pelo Município de Concórdia, cujos bens e serviços foram repassados aos agropecuaristas, cabendo a estes o ressarcimento dos valores devidos ao Fundo.

Art. 32. A destinação dos recursos do FUMDEAGRO, tanto na forma de incentivos diretos ou indiretos, visa, prioritariamente, o apoio ao pequeno produtor rural, à agricultura familiar e às obras e programas de interesse coletivo.

### TÍTULO IV

#### DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 33. Ficam mantidos os programas da SEMADRA em curso, nos termos de suas normas regulamentadoras, devendo a SEMADRA

editar norma regulamentadora da presente Lei, adequando os programas aos seus termos.

Art. 34. O PDMR deverá ser revisado a cada 5 (cinco) anos, ou sempre que o Município julgar necessário, quanto aos resultados da aplicação de suas diretrizes, instrumentos, ações e das modificações ocorridas no espaço físico, social e econômico do Município, procedendo-se as atualizações e adequações que se fizerem necessárias.

Art. 35. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

DILCE LURDES GEHLEN

Secretária Municipal de Administração, em exercício

Publicada nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 5 de janeiro de 2015.

JOÃO PARAGUAÇU CARDOSO

Diretor Administrativo, em exercício

#### **PORTARIA Nº 01/2016**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

PORTARIA Nº 1/2016, DE 4 DE JANEIRO DE 2016.

A Secretária de Administração do Município de Concórdia, em exercício.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 847/2013, de 13 de setembro de 2013, c/c o disposto na Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações, art. 177 e seguintes e no Decreto nº 3.516, de 6 de julho de 1994, e considerando:

- as informações contidas no processo protocolizado na Secretaria Municipal de Administração sob nº 22615/2015, em 18 de novembro de 2015, a fim de apurar a veracidade dos fatos envolvendo a servidora VANIA POZZEBON, diante da acusação de agressão física à aluna da Escola Básica Municipal Waldemar Pfeiffer;
- que a servidora infringiu, em tese, o disposto no art. 151, I e V, da Lei Complementar nº 90/1994 e alterações;
- o Parecer nº 1637/2015, da Assessoria Jurídica do Município, no sentido de instauração de Sindicância;
- que, se comprovada a culpabilidade da servidora, a mesma poderá sujeitar-se à penalidade previstas no art. 163, I, da Lei Complementar nº 90/1994 e alterações.

#### **RESOLVE:**

Art. 1º Instaurar Sindicância a fim de apurar a veracidade dos fatos envolvendo a servidora VANIA POZZEBON, ocupante dos cargos de Professor, códigos 10.12, matrículas 67423-00 e 67423-08.

Art. 2º Designar os servidores abaixo relacionados para proceder à tomada de depoimentos e demais providências que julgarem oportunas, em face da presente Sindicância:

I – presidente: LENIR GENILSE MOLOSSI COMIN, ocupante do cargo de Oficial Administrativo, Grupo Ocupacional Especialista – GE;

II – secretário: LEÃO MARCOS AMPESSAN, ocupante do cargo de Fiscal de Tributos;

III – vogais:

a) MARCOS ANTONIO MIOR, ocupante do cargo de Agente de Controle Interno;

b) MICHELE GALEAZZI, ocupante do cargo de Técnico Legislativo.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

DILCE LURDES GEHLEN

Secretária Municipal de Administração, em exercício

#### **PORTARIA Nº 02/2016**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

PORTARIA Nº 2/2016, DE 4 DE JANEIRO DE 2016.

A Secretária de Administração do Município de Concórdia, em exercício.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 847/2013, de 13 de setembro de 2013, c/c o disposto na Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações, art. 177 e seguintes e no Decreto nº 3.516, de 6 de julho de 1994, e considerando:

- o processo protocolizado na Secretaria Municipal de Administração sob nº 20463/2015, em 23 de outubro de 2015, do qual se extrai que a servidora SANDRA MARIA CARNIEL GONÇALVES, em tese, não estaria exercendo com zelo e dedicação as atribuições do cargo;

- que a servidora infringiu, em tese, o disposto no art. 151, I e assim, vindo a proceder de forma desidiosa, o que é proibido, nos termos do art. 152, XIII, ambos da Lei Complementar nº 90/1994 e alterações;

- o Parecer da Assessoria Jurídica, no sentido de instauração de Processo Administrativo Disciplinar;

- que, se comprovada a culpabilidade da servidora, a mesma poderá sujeitar-se à penalidade prevista no art. 168, XIV, da Lei Complementar nº 90/1994 e alterações.

#### **RESOLVE:**

Art. 1º Instaurar Processo Administrativo Disciplinar a fim de apurar a veracidade dos fatos envolvendo a servidora SANDRA MARIA CARNIEL GONÇALVES, ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais, Grupo Ocupacional Operacional – GO.

Art. 2º Designar os servidores abaixo relacionados para proceder à tomada de depoimentos e demais providências que julgarem oportunas, em face do presente Processo Administrativo Disciplinar:

I – presidente: LENIR GENILSE MOLOSSI COMIN, servidora estável, ocupante do cargo de Oficial Administrativo, Grupo Ocupacional Especialista – GE;

II – secretária: HILDA CAMINI, servidora estável, ocupante do cargo de Contador;

III – vogal: MARTA CORRADI, servidora estável, ocupante do cargo de Agente Administrativo.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.



Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

DILCE LURDES GEHLEN

Secretária Municipal de Administração, em exercício

## **PORTARIA Nº 03/2016**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

PORTARIA Nº 3/2016, DE 4 DE JANEIRO DE 2016.

A Secretária de Administração do Município de Concórdia, em exercício.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 847/2013, de 13 de setembro de 2013, c/c o disposto no art. 105 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações, e considerando as justificativas apresentadas.

RESOLVE:

Art. 1º Convocar os servidores abaixo relacionados, em gozo de férias, para o exercício de suas funções, por absoluta necessidade do serviço:

I – ADRIANA SALETE ONETTA, ocupante do cargo de Agente Administrativo, no período de 4 a 18 de janeiro de 2016;

II – ALEX SANDRO VERGARA BORGES, ocupante dos cargos de Médico, matrículas 99457-01 e 99457-05, a partir de 19 de janeiro de 2016;

III – ANA LUCIA DA SILVA FREIXIELA HERNANDEZ, ocupante do cargo de Coordenadora, no período de 4 a 18 de janeiro de 2016;

IV – ANDRE ROBERTO MENEGAT, ocupante do cargo de Médico, matrícula 76864-02, no período de 4 a 13 de janeiro de 2016;

V – ANDREA BECKER RUSCHEL DA SILVA, ocupante do cargo de Encarregada da Seção de Serviços Externos, no período de 19 a 22 de janeiro de 2016;

VI – ARIANE DELAI CECCHIN, ocupante do cargo de Professor, código 10.12, matrícula 117595-03, no período de 4 a 18 de janeiro de 2016;

VII – CARLOS ALBERTO BROCH, ocupante do cargo de Contador Adjunto, no período de 4 a 10 de janeiro de 2016;

VIII – CLARI BOMBANA, ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais, no período de 4 a 18 de janeiro de 2016;

IX – CLARICE MARIA VOGT CENCI, ocupante dos cargos de Professor, código 10.10, matrícula 91383-01 e código 10.12, matrícula 91383-03, no período de 4 a 18 de janeiro de 2016;

X – CLAUDIA APARECIDA CMIEL, ocupante do cargo de Auxiliar de Creche, no período de 4 a 13 de janeiro de 2016;

XI – CLAUDIA MARIA DA SILVA FONTOURA, ocupante do cargo de Farmacêutico, no período de 4 a 18 de janeiro de 2016;

XII – CRISTINA DA SILVA GUERIS KERBER, ocupante do cargo de Auxiliar de Creche, a partir de 19 de janeiro de 2016;

XIII – DAIANE ECHTERHOFF RUCH, ocupante do cargo de Técnico em Enfermagem, a partir de 19 de janeiro de 2016;

XIV – DIONE IRENE ZINKE, ocupante do cargo de Agente de

Alimentação e Nutrição, com efeitos retroativos ao período de 28 a 30 de dezembro de 2015;

XV – DIRLEI NELVI SCHWAMBACH, ocupante do cargo de Secretário Escolar, no período de 4 a 18 de janeiro de 2016;

XVI – ELIANE CAMILLO BONASSI, ocupante do cargo de Técnico em Enfermagem, a partir de 19 de janeiro de 2016;

XVII – ELIZANGELA FAVARETTO, ocupante do cargo de Técnico em Enfermagem, no período de 11 a 17 de janeiro de 2016;

XVIII – ELMO ANTONIO RICHARDI, ocupante do cargo de Diretor de Trânsito, no período de 11 a 24 de janeiro de 2016;

XIX – ELSIO JOSE LUCHETTA, ocupante do cargo de Motorista, no período de 4 a 18 de janeiro de 2016;

XX – GENAIR LOURDES BOGONI, ocupante do cargo de Chefe do Departamento da Unidade Sanitária, no período de 4 a 18 de janeiro de 2016;

XXI – GENESIO BACH DA SILVA, ocupante do cargo de Encarregado da Seção de Transporte Escolar, nos períodos de 4 a 10 de janeiro e a partir de 1º de fevereiro de 2016;

XXII – GILSON LUIZ DEL POSSO, ocupante do cargo de Motorista, no período de 4 a 18 de janeiro de 2016;

XXIII – GRACE SIMIONI MENEGAT, ocupante do cargo de Chefe do Departamento da Policlínica Concórdia, no período de 4 a 17 de janeiro de 2016;

XXIV – INDIANARA PALHANO RENOSTO, ocupante do cargo de Responsável do Setor de Projetos Pedagógicos, a partir de 19 de janeiro de 2016;

XXV – IRENE ELAINE SAATKAMP, ocupante do cargo de Professor, código 10.12, matrícula 77127-05, no período de 4 a 18 de janeiro de 2016;

XXVI – JACKSON LUIS WBATUBA, ocupante dos cargos de Médico, matrículas 87564-01 e 87564-03, a partir de 19 de janeiro de 2016;

XXVII – JORGE ZIR DIAS CARUBIM, ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais, a partir de 19 de janeiro de 2016;

XXVIII – JUCELINA ESCARSO DA SILVA, ocupante do cargo de Encarregada da Seção de Atendimento ao Público da Policlínica Concórdia, no período de 18 a 24 de janeiro de 2016;

XXIX – LEONEL ANTONIO POLETO, ocupante do cargo de Encarregado da Seção de Prestação de Serviços, a partir de 19 de janeiro de 2016;

XXX – LETICIA FARINA PUNTEL, ocupante do cargo de Enfermeiro, a partir de 19 de janeiro de 2016;

XXXI – LUCIANA KOWACICZ SANDI, ocupante do cargo de Professor, código 10.12, matrícula 90816-03, no período de 4 a 13 de janeiro de 2016;

XXXII – MARCIA DE BONA LAZZARI, ocupante do cargo de Professor, código 10.13, matrícula 4146-00, a partir de 19 de janeiro de 2016;

XXXIII – MARCIA FARINELLA SOARES DE CAMPOS, ocupante do cargo de Professor, código 10.13, matrícula 39047-01, a partir de 19 de janeiro de 2016;

XXXIV – MARGARET GOMES DE SENA, ocupante do cargo de Médico, matrícula 51640-04, a partir de 25 de janeiro de 2016;

XXXV – MARIA SULMIRA MÜLLER, ocupante do cargo de Técnico em Enfermagem, a partir de 19 de janeiro de 2016;

XXXVI – MARILU MATIELLO, ocupante do cargo de Diretora de Obras, no período de 11 a 25 de janeiro de 2016;

XXXVII – MARLENE APARECIDA GOMES SONNTAG, ocupante do cargo de Técnico em Enfermagem, a partir de 18 de janeiro de 2016;

XXXVIII – MARLI DERLI BRANDT PRIAMO, ocupante do cargo de Encarregada da Seção de Tributação, no período de 11 a 17 de janeiro de 2016;

XXXIX – MARTA CORRADI, ocupante do cargo de Agente Administrativo, a partir de 25 de janeiro de 2016;

XL – MERCI ERCI LAUTERT, ocupante do cargo de Agente Administrativo, no período de 4 a 18 de janeiro de 2016;

XLI – MOACIR ROBERTO DAL BOSCO, ocupante do cargo de Responsável do Setor de Cadastro Imobiliário Urbano, no período de 4 a 18 de janeiro de 2016;

XLII – NADIA LOINI KASTER SCHEIFLER, ocupante dos cargos de Professor, código 10.10, matrícula 92231-00 e código 10.12, matrícula 92231-02, a partir de 19 de janeiro de 2016;

XLIII – NEUDI MIGUEL RAYMUNDI, ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais, a partir de 19 de janeiro de 2016;

XLIV – NEURI JOSE DE AGOSTINI, ocupante do cargo de Servente Braçal, no período de 4 a 10 de janeiro de 2016;

XLV – ODARIO KOSENHOSKI, ocupante do cargo de Motorista, no período de 4 a 18 de janeiro de 2016;

XLVI – PATRICIA LUANA ZAIONS, ocupante do cargo de Professor, código 10.12, matrícula 104698-05, no período de 11 a 25 de janeiro de 2016;

XLVII – REJANI LOCATELLI AULER, ocupante do cargo de Técnico em Enfermagem, a partir de 19 de janeiro de 2016;

XLVIII – ROMARA RITA POZZA COLOMBO, ocupante do cargo de Auxiliar de Administração, no período de 4 a 18 de janeiro de 2016;

XLIX – ROSEMERI DALLAGNOL, ocupante do cargo de Auxiliar de Enfermagem, no período de 4 a 18 de janeiro de 2016;

L – SANDRA MORAES SULENTA, ocupante do cargo de Técnico em Enfermagem, a partir de 19 de janeiro de 2016;

LI – VANUSA SALETE CAMARGO, ocupante do cargo de Tesoureiro, no período de 4 a 18 de janeiro de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

DILCE LURDES GEHLEN  
Secretária Municipal de Administração, em exercício

## **PORTARIA Nº 04/2016**

### **MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA**

PORTARIA Nº 4/2016, DE 4 DE JANEIRO DE 2016.

A Secretária de Administração do Município de Concórdia, em exercício.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 847/2013, de 13 de setembro de 2013, c/c o disposto no art. 105 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações, e considerando as justificativas apresentadas.

#### **RESOLVE:**

Art. 1º Convocar os senhores abaixo relacionados, em gozo de férias, para o exercício de suas funções, por absoluta necessidade do serviço:

I – ALESSANDRO VERNIZE, Secretário Municipal de Saúde, no período de 4 a 13 de janeiro de 2016;

II – CLELIO IVO DAL PIAZ, Assessor de Comunicação/Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo, a partir de 20 de janeiro de 2016;

III – LEONIR GRIGOLLO, Secretário Municipal de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente, a partir de 19 de janeiro de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

DILCE LURDES GEHLEN  
Secretária Municipal de Administração, em exercício

## **PORTARIA Nº 221/2015**

### **MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA**

PORTARIA Nº 221/2015, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2015.

A Secretária de Administração do Município de Concórdia, em exercício.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 847/2013, de 13 de setembro de 2013, c/c o disposto no art. 105 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações, e considerando as justificativas apresentadas.

#### **RESOLVE:**

Art. 1º Convocar os servidores abaixo relacionados, em gozo de férias, para o exercício de suas funções, por absoluta necessidade do serviço:

I – ALBERTO FERREIRA DA FONTOURA, ocupante do cargo de Engenheiro, no período de 4 a 8 de janeiro de 2016;

II – ANDRE RIVADAVIA ALVES, ocupante do cargo de Médico Veterinário, a partir de 19 de janeiro de 2016;

III – ANDRE ROBERTO MENEGAT, ocupante do cargo de Médico, matrícula 76864-05, no período de 4 a 13 de janeiro de 2016;

IV – AURELIO PEGORARO JUNIOR, ocupante do cargo de Assessor Jurídico, a partir de 19 de janeiro de 2016;

V – ELISANDRA GOZZI, ocupante dos cargos de Professor, códigos 10.12, matrículas 52620-03 e 52620-05, no período de 8 a 13 de janeiro de 2016;

VI – FABIO DILMAR XAVIER ACOSTA, ocupante do cargo de Médico Veterinário, no período de 4 a 18 de janeiro de 2016;

VII – FRANCIELE FATIMA STEDILLE, ocupante do cargo de Professor, código 10.12, matrícula 61808-06, a partir de 25 de janeiro de 2016;

VIII – GIOVANA MAIRA PRIAMO, ocupante do cargo de Agente Administrativo, no período de 4 a 17 de janeiro de 2016;

IX – JANICE BARETTA, ocupante do cargo de Agente de Controle Interno, a partir de 19 de janeiro de 2016;

X – JORGE TAKEO TOKUSUMI, ocupante do cargo de Professor, código 10.12, matrícula 88404-00, no período de 4 a 10 de janeiro de 2016;

XI – JOSE MODOLON DANDOLINI, ocupante do cargo de Responsável do Setor de Infraestrutura do Meio Rural, a partir de 19 de janeiro de 2016;

XII – MARA ROSANE SAATKAMP, ocupante dos cargos de Professor, códigos 10.12, matrículas 91979-00 e 91979-01, no período de 4 a 12 de janeiro de 2016;

XIII – MARCIA ROSELI CORDEIRO DE SOUZA DA SILVA, ocupante do cargo de Técnico Legislativo, no período de 4 a 10 de janeiro de 2016;

XIV – MARGARETE POLETTO DALLA COSTA, ocupante do cargo de Diretora de Habitação, no período de 4 a 18 de janeiro de 2016;

XV – MARIA LORENA VITI DA SILVA, ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais, a partir de 19 de janeiro de 2016;

XVI – MAURO MARTINI, ocupante do cargo de Agente Administrativo, a partir de 25 de janeiro de 2016;

XVII – ROSILENE SALVADOR POLINA, ocupante do cargo de Professor, código 10.12, matrícula 50644-00, no período de 4 a 10 de janeiro de 2016;

XVIII – SIMONE PASQUALON MARTINI, ocupante do cargo de Escriturário, a partir de 25 de janeiro de 2016;

XIX – TATIANE LUZZI, ocupante do cargo de Encarregada da Seção de Recursos Humanos, a partir de 19 de janeiro de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

DILCE LURDES GEHLEN  
Secretária Municipal de Administração, em exercício

## **PORTARIA Nº 4/2016, DE 14 DE JANEIRO DE 2016-IPRECOM**

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA – IPRECON

PORTARIA Nº 4/2016, DE 14 DE JANEIRO DE 2016.  
Convoca a servidora DIANE DOS SANTOS, em gozo de férias.

A Diretora-Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Concórdia – IPRECON.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 164, de 27 de julho de 1999 e alterações e pelo Decreto nº 4.152, de 2 de setembro de 1999 e alterações, c/c o disposto no art. 105 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

### **RESOLVE:**

Art. 1º Convocar a servidora DIANE DOS SANTOS, ocupante do cargo de Procuradora, em gozo de férias, para o exercício de suas funções, por absoluta necessidade do serviço, a partir de 14 de janeiro de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Concórdia – IPRECON.

LUCILENE LOURDES DAL PRÁ LAZZAROTTI  
Diretora-Presidente do IPRECON

Publicada no Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Concórdia – IPRECON, em 14 de janeiro de 2016.

VANESSA DAIANE RIFFEL  
Administradora

## **PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO Nº 22/2014**

Termo nº 6/2015  
Processo nº 24406/2014

### **PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO Nº 22/2014**

Aos 16 dias do mês de dezembro de 2015, o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, senhor JOÃO GIRARDI, doravante denominado MUNICÍPIO e a EDITORA E DISTRIBUIDORA EDUCACIONAL S/A, mantenedora da Universidade Norte do Paraná – UNOPAR, inscrita no CNPJ sob nº 38.733.648/0001-40, com sede na Rua Santa Madalena Sofia, 25, Vila Paris, Belo Horizonte, MG, neste ato representada pelos seus Procuradores, senhora MARIA ISABEL ANDRADE COGO, inscrita no CPF sob nº 007.114.279-76 e EDUARDO LUIZ BERMEJO, inscrito do CPF sob nº 311.418.358-19, doravante denominada CONVENIENTE, ajustam celebrar o presente Termo Aditivo ao Convênio nº 22/2014, firmado em 31 de dezembro de 2014, sujeitando-se, no que couber, às normas da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações, bem como das cláusulas e condições seguintes:

### **CLÁUSULA PRIMEIRA:**

Fica prorrogado, até 31 de dezembro de 2016, o prazo de vigência constante na Cláusula Terceira – Do Prazo.

### **CLÁUSULA SEGUNDA:**

Ratificadas as demais cláusulas e condições do Termo que a este

dá causa.

E, por estarem justos e acertados, firmam o presente instrumento em 3 (três) vias de igual forma e teor, perante as testemunhas abaixo.

Concórdia, SC, 16 de dezembro de 2015.

JOÃO GIRARDI  
Prefeito Municipal

Procuradores da Editora e Distribuidora Educacional S/A, mantenedora da  
Universidade Norte do Paraná – UNOPAR

MARIA ISABEL ANDRADE COGO

EDUARDO LUIZ BERMEJO

Testemunhas:

1. Nome: CPF:  
2. Nome: CPF:

### PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO GRATUITO Nº 11/2015

Termo nº 5/2015  
Processo nº 14082/2015

#### PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO GRATUITO Nº 11/2015

Aos 10 dias do mês de dezembro de 2015, o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, senhor JOÃO GIRARDI, doravante denominado MUNICÍPIO e a ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DE LINHA SANTA LÚCIA, inscrita no CNPJ sob nº 05.798.078/0001-17, com sede em Linha Santa Lúcia, Concórdia, SC, neste ato representada pelo seu Presidente, senhor ODIR GERVASIO GIRARDI, inscrito no CPF sob nº 076.844.119-69, residente e domiciliado neste Município, doravante denominada AUTORIZADA, resolvem celebrar o presente Termo Aditivo ao Termo de Autorização de Uso Gratuito nº 11/2015, de 28 de julho de 2015, mediante as cláusulas e condições seguintes:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA:

Fica acrescido inciso V à Cláusula Primeira – Do Objeto, do Termo que a este dá causa, com a seguinte redação:

“V – 1 (uma) colhedora de forragens acoplável a trator agrícola, marca Nogueira, código patrimonial 61.402.” (NR)

#### CLÁUSULA SEGUNDA:

Ratificadas as demais cláusulas do Termo ora aditado.

E, por estarem justos e acertados, firmam o presente instrumento em 3 (três) vias de igual forma e teor, perante as testemunhas abaixo.

Concórdia, SC, 10 de dezembro de 2015.

JOÃO GIRARDI  
Prefeito Municipal

ODIR GERVASIO GIRARDI  
Presidente da Associação de  
Moradores de Linha Santa Lúcia

Testemunhas:

1. Nome: CPF:  
2. Nome: CPF:

### PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO GRATUITO Nº 15/2015

Termo nº 21/2015  
Processo nº 14462/2015

#### PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO GRATUITO Nº 15/2015

Aos 18 dias do mês de dezembro de 2015, o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, senhor JOÃO GIRARDI, doravante denominado MUNICÍPIO e a ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DE BARRA DO CASTILHO, inscrita no CNPJ sob nº 07.782.892/0001-79, com sede em Barra do Castilho, Concórdia, SC, neste ato representada pelo seu Presidente, senhor IVANIR LUDVIG, inscrito no CPF sob nº 777.502.689-87, residente e domiciliado neste Município, doravante denominada AUTORIZADA, resolvem celebrar o presente Termo Aditivo ao Termo de Autorização de Uso Gratuito nº 15/2015, de 13 de agosto de 2015, mediante as cláusulas e condições seguintes:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA:

Fica acrescido inciso IV à Cláusula Primeira – Do Objeto, do Termo que a este dá causa, com a seguinte redação:

“IV – 1 (uma) roçadeira tratorizada, marca Metalfreitas, modelo RTE200, código patrimonial 58.773.” (NR)

#### CLÁUSULA SEGUNDA:

Ratificadas as demais cláusulas do Termo ora aditado.

E, por estarem justos e acertados, firmam o presente instrumento em 3 (três) vias de igual forma e teor, perante as testemunhas abaixo.

Concórdia, SC, 18 de dezembro de 2015.

JOÃO GIRARDI  
Prefeito Municipal

IVANIR LUDVIG  
Presidente da Associação de  
Moradores de Barra do Castilho

Testemunhas:

1. Nome: CPF:  
2. Nome: CPF:

### SEGUNDO TERMO ADITIVO AO TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO GRATUITO Nº 20/2013

Termo nº 33/2015  
Processo nº 20933/2013

#### SEGUNDO TERMO ADITIVO AO TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO GRATUITO Nº 20/2013

Aos 29 dias do mês de dezembro de 2015, o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, senhor JOÃO GIRARDI, doravante denominado MUNICÍPIO e a ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DE TAMANDUÁ, inscrita no CNPJ sob nº 02.357.755/0001-73,



com sede no Distrito de Tamanduá, Concórdia, SC, neste ato representada pelo seu Presidente, senhor SERGIO HILARIO SCHWINGEL, inscrito no CPF sob nº 681.687.219-34, residente e domiciliado neste Município, doravante denominada AUTORIZADA, resolvem celebrar o presente Termo Aditivo ao Termo de Autorização de Uso Gratuito nº 20/2013, de 11 de novembro de 2013 e alteração, mediante as cláusulas e condições seguintes:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA:

O inciso VI da Cláusula Primeira – Do Objeto, do Termo que a este dá causa, passa a vigorar com a seguinte redação:

“VI – 1 (uma) retroescavadeira, marca New Holland, modelo B95BT, código patrimonial 58.787;” (NR)

#### CLÁUSULA SEGUNDA:

Ratificadas as demais cláusulas do Termo ora aditado e do Primeiro Termo Aditivo.

E, por estarem justos e acertados, firmam o presente instrumento em 3 (três) vias de igual forma e teor, perante as testemunhas abaixo.

Concórdia, SC, 29 de dezembro de 2015.

JOÃO GIRARDI Prefeito Municipal	SERGIO HILARIO SCHWINGEL Presidente da Associação de Moradores de Tamanduá
------------------------------------	---

Testemunhas:

1. \_\_\_\_\_  
Nome: \_\_\_\_\_  
CPF: \_\_\_\_\_

2. \_\_\_\_\_  
Nome: \_\_\_\_\_  
CPF: \_\_\_\_\_

### SEGUNDO TERMO ADITIVO AO TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO GRATUITO Nº 32/2013

Termo nº 9/2015

Processo nº 20570/2013

#### SEGUNDO TERMO ADITIVO AO TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO GRATUITO Nº 32/2013

Aos 14 dias do mês de dezembro de 2015, o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, senhor JOÃO GIRARDI, doravante denominado MUNICÍPIO e a ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DE PRESIDENTE KENNEDY, inscrita no CNPJ sob nº 02.624.055/0001-06, com sede no Distrito de Presidente Kennedy, Concórdia, SC, neste ato representada pelo seu Presidente, senhor ARLINDO RUVIARO, inscrito no CPF sob nº 422.431.499-15, residente e domiciliado neste Município, doravante denominada AUTORIZADA, resolvem celebrar o presente Termo Aditivo ao Termo de Autorização de Uso Gratuito nº 32/2013, de 19 de novembro de 2013, mediante as cláusulas e condições seguintes:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA:

A Cláusula Primeira – Do Objeto, do Termo que a este dá causa, terá os seguintes dispositivos alterados e acrescidos:

I – o inciso III passa a vigorar com a seguinte redação:

“III – 1 (um) distribuidor de adubo orgânico líquido, marca Zanella, código patrimonial 58.720;” (NR)

II – fica acrescido inciso XI com a seguinte redação:

“XI – 1 (uma) carreta agrícola, marca Vencedora Maqtron, metálica, código patrimonial 58.748.” (NR)

#### CLÁUSULA SEGUNDA:

Ratificadas as demais cláusulas do Termo ora aditado e do Primeiro Termo Aditivo.

E, por estarem justos e acertados, firmam o presente instrumento em 3 (três) vias de igual forma e teor, perante as testemunhas abaixo.

Concórdia, SC, 14 de dezembro de 2015.

JOÃO GIRARDI Prefeito Municipal	ARLINDO RUVIARO Presidente da Associação de Moradores de Presidente Kennedy
------------------------------------	--

Testemunhas:

1. \_\_\_\_\_ 2. \_\_\_\_\_

### TERMO DE COMPROMISSO DE DESAPROPRIAÇÃO AMIGÁVEL Nº 10/2015

Termo de Compromisso de Desapropriação Amigável nº 10/2015  
Protocolo nº 7948/2014

Aos 23 dias do mês de novembro de 2015, o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, neste ato representado pela sua Secretária Municipal de Administração, senhora BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA e o senhor GENUINO RAGNINI, inscrito no CPF sob nº 296.771.579-49 e sua esposa, senhora ROSANGELA BUSSOLOTTO RAGNINI, inscrita no CPF sob nº 509.672.829-34, doravante denominados PROPRIETÁRIOS, ajustam celebrar o presente Termo, mediante as cláusulas e condições seguintes:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA:

1.1. O MUNICÍPIO necessita adquirir a área de terras de 75,80m<sup>2</sup>, necessárias para a duplicação da Rua Senador Atílio Francisco Xavier Fontana, neste Município, do imóvel caracterizado como: lote urbano nº 133, da Quadra “E”, situado no lado direito da Rua “D”, Bairro Santa Cruz, neste Município, registrado no 1º Ofício do Registro de Imóveis desta Comarca sob nº 969, Livro nº 2 – “C”.

#### CLÁUSULA SEGUNDA:

2.1. OS PROPRIETÁRIOS concordam com o valor da indenização de R\$ 33.352,00 (trinta e três mil, trezentos e cinquenta e dois reais), atribuído à área de terras, objeto da avaliação efetuada pela Comissão designada pelo Decreto nº 212/2015, de 26 de fevereiro de 2015, que será pago pelo MUNICÍPIO, após efetuado o Registro do Imóvel.

#### CLÁUSULA TERCEIRA:

3.1. O MUNICÍPIO será imitido na posse do Imóvel, a partir da data de assinatura deste Termo.

3.2. A partir da data da imissão todos os impostos, taxas, tributos e demais despesas, dívidas, pendências e responsabilidades incidentes ou que venham a incidir sobre a área adquirida cujo respectivo fato gerador ocorra a qualquer momento após a posse serão de exclusiva responsabilidade do MUNICÍPIO, ainda que eventualmente os respectivos boletos sejam emitidos em nome dos PROPRIETÁRIOS.

**CLÁUSULA QUARTA:**

4.1. OS PROPRIETÁRIOS outorgarão a escritura pública da área adquirida, após a sua quitação, e compromete-se a firmá-la logo que chamada para essa finalidade, correndo as despesas por conta do MUNICÍPIO.

**CLÁUSULA QUINTA:**

5.1. O MUNICÍPIO compromete-se a:

5.1.1 promover a necessária autorização legislativa e os indispensáveis e próprios procedimentos para regularizar o pactuado, com relação à escrituração da área adquirida;

5.1.2. quando da retirada de cercas, muros ou demais proteções, efetuar a recolocação dos mesmos, mantendo as áreas protegidas.

5.2. OS PROPRIETÁRIOS comprometem-se a promover as averbações necessárias na matrícula do imóvel, junto ao 1º Ofício do Registro de Imóveis desta Comarca, possibilitando a lavratura da escritura, na forma da Cláusula Quarta deste Termo.

**CLÁUSULA SEXTA:**

6.1. Os signatários do presente, para os efeitos de direito, declaram aceitar este instrumento nos expressos termos em que está insculpido, obrigando-se por si e seus sucessores a bem e fielmente cumpri-lo.

**CLÁUSULA SÉTIMA:**

7.1. Para dirimir quaisquer questões que direta ou indiretamente decorram deste Termo de Compromisso de Desapropriação Amigável, as partes elegem o Foro da Comarca de Concórdia, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem acordes, as partes assinam este instrumento em 3 (três) vias, perante as testemunhas abaixo.

Concórdia, SC, 23 de novembro de 2015.

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA  
Secretária Municipal de Administração

GENUINO RAGNINI Proprietário	ROSANGELA BUSSOLOTTO RAGNINI Proprietária
---------------------------------	--

Testemunhas:

1. Nome: CPF:	2. Nome: CPF:
---------------------	---------------------

**TERMO DE COMPROMISSO DE DESAPROPRIAÇÃO AMIGÁVEL Nº 11/2015**

Termo de Compromisso de Desapropriação Amigável nº 11/2015  
Protocolo nº 7948/2014

Aos 23 dias do mês de novembro de 2015, o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, neste ato representado pela sua Secretária Municipal de Administração, senhora BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA e o senhor RUY PERIZZOLO, inscrito no CPF sob nº 093.965.439-34, doravante denominado PROPRIETÁRIO, ajustam celebrar o presente Termo, mediante as cláusulas e condições seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA:**

1.1 O MUNICÍPIO necessita adquirir a área de terras de 174,81m<sup>2</sup>, necessária para a duplicação da Rua Senador Atílio Francisco Xavier Fontana, neste Município, do imóvel caracterizado como: lotes urbanos nºs. 135 e 137, da Quadra "E", situado na Rua Senador Atílio Francisco Xavier Fontana, Bairro Santa Cruz, neste Município, registrado no 1º Ofício do Registro de Imóveis desta Comarca sob nº 21.780, Livro nº 2 – "BN".

**CLÁUSULA SEGUNDA:**

2.1. O PROPRIETÁRIO concorda com o valor da indenização de R\$ 76.916,40 (setenta e seis mil, novecentos e dezesseis reais e quarenta centavos), atribuído à área de terras, objeto da avaliação efetuada pela Comissão designada pelo Decreto nº 212/2015, de 26 de fevereiro de 2015, que será pago pelo MUNICÍPIO, após efetuado o Registro do Imóvel.

**CLÁUSULA TERCEIRA:**

3.1. O MUNICÍPIO será imitado na posse do Imóvel, a partir da data de assinatura deste Termo.

3.2. A partir da data da imissão todos os impostos, taxas, tributos e demais despesas, dívidas, pendências e responsabilidades incidentes ou que venham a incidir sobre a área adquirida cujo respectivo fato gerador ocorra a qualquer momento após a posse serão de exclusiva responsabilidade do MUNICÍPIO, ainda que eventualmente os respectivos boletos sejam emitidos em nome do PROPRIETÁRIO.

**CLÁUSULA QUARTA:**

4.1. O PROPRIETÁRIO outorgará a escritura pública da área adquirida, após a sua quitação, e compromete-se a firmá-la logo que chamada para essa finalidade, correndo as despesas por conta do MUNICÍPIO.

**CLÁUSULA QUINTA:**

5.1. O MUNICÍPIO compromete-se a:

5.1.1 promover a necessária autorização legislativa e os indispensáveis e próprios procedimentos para regularizar o pactuado, com relação à escrituração da área adquirida;

5.1.2. quando da retirada de cercas, muros ou demais proteções, efetuar a recolocação dos mesmos, mantendo as áreas protegidas.

5.2. O PROPRIETÁRIO compromete-se a promover as averbações necessárias na matrícula do imóvel, junto ao 1º Ofício do Registro de Imóveis desta Comarca, possibilitando a lavratura da escritura, na forma da Cláusula Quarta deste Termo.

**CLÁUSULA SEXTA:**

6.1. Os signatários do presente, para os efeitos de direito, declaram aceitar este instrumento nos expressos termos em que está insculpido, obrigando-se por si e seus sucessores a bem e fielmente cumpri-lo.

**CLÁUSULA SÉTIMA:**

7.1. Para dirimir quaisquer questões que direta ou indiretamente decorram deste Termo de Compromisso de Desapropriação Amigável, as partes elegem o Foro da Comarca de Concórdia, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.



E, por estarem acordes, as partes assinam este instrumento em 3 (três) vias, perante as testemunhas abaixo.

Concórdia, SC, 23 de novembro de 2015.

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA Secretária Municipal de Administração	RUY PERIZZOLO Proprietário
---	-------------------------------

Testemunhas:

1. Nome: CPF:	2. Nome: CPF:
---------------------	---------------------

### **TERMO DE COMPROMISSO DE DESAPROPRIAÇÃO AMIGÁVEL Nº 12/2015**

Termo de Compromisso de Desapropriação Amigável nº 12/2015  
Protocolo nº 7948/2014

Aos 23 dias do mês de outubro de 2015, o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, neste ato representado pela sua Secretária Municipal de Administração, senhora BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA e a empresa WALMI CONFECÇÕES LTDA. – ME, inscrita no CNPJ sob nº 95.817.920/0001-03, representada pela sua Sócia-Gerente, senhora VALMI DOERZBACHER, inscrita no CPF sob nº 295.190.559-91, doravante denominada PROPRIETÁRIA, ajustam celebrar o presente Termo, mediante as cláusulas e condições seguintes:

#### **CLÁUSULA PRIMEIRA:**

1.1 O MUNICÍPIO necessita adquirir a área de terras de 56,25m<sup>2</sup>, necessária para a duplicação da Rua Senador Atílio Francisco Xavier Fontana, neste Município, do imóvel caracterizado como: lote urbano nº 149, da Quadra "E", do Loteamento Santa Cruz, situado na Rua Senador Atílio Francisco Xavier Fontana, Bairro Santa Cruz, neste Município, registrado no 1º Ofício do Registro de Imóveis desta Comarca sob nº 12.387, Livro nº 2 – "AZ".

#### **CLÁUSULA SEGUNDA:**

2.1. A PROPRIETÁRIA concorda com o valor da indenização de R\$ 24.750,00 (vinte e quatro mil, setecentos e cinquenta reais), atribuído à área de terras, objeto da avaliação efetuada pela Comissão designada pelo Decreto nº 212/2015, de 26 de fevereiro de 2015, que será pago pelo MUNICÍPIO, após efetuado o Registro do Imóvel.

#### **CLÁUSULA TERCEIRA:**

3.1. O MUNICÍPIO será imitado na posse do Imóvel, a partir da data de assinatura deste Termo.

3.2. A partir da data da imissão todos os impostos, taxas, tributos e demais despesas, dívidas, pendências e responsabilidades incidentes ou que venham a incidir sobre a área adquirida cujo respectivo fato gerador ocorra a qualquer momento após a posse serão de exclusiva responsabilidade do MUNICÍPIO, ainda que eventualmente os respectivos boletos sejam emitidos em nome da PROPRIETÁRIA.

#### **CLÁUSULA QUARTA:**

4.1. A PROPRIETÁRIA outorgará a escritura pública da área adquirida, após a sua quitação, e compromete-se a firmá-la logo que chamada para essa finalidade, correndo as despesas por conta do MUNICÍPIO.

#### **CLÁUSULA QUINTA:**

5.1. O MUNICÍPIO compromete-se a:

5.1.1 promover a necessária autorização legislativa e os indispensáveis e próprios procedimentos para regularizar o pactuado, com relação à escrituração da área adquirida;

5.1.2. quando da retirada de cercas, muros ou demais proteções, efetuar a recolocação dos mesmos, mantendo as áreas protegidas.

5.2. A PROPRIETÁRIA compromete-se a promover as averbações necessárias na matrícula do imóvel, junto ao 1º Ofício do Registro de Imóveis desta Comarca, possibilitando a lavratura da escritura, na forma da Cláusula Quarta deste Termo.

#### **CLÁUSULA SEXTA:**

6.1. Os signatários do presente, para os efeitos de direito, declaram aceitar este instrumento nos expressos termos em que está insculpido, obrigando-se por si e seus sucessores a bem e fielmente cumpri-lo.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA:**

7.1. Para dirimir quaisquer questões que direta ou indiretamente decorram deste Termo de Compromisso de Desapropriação Amigável, as partes elegem o Foro da Comarca de Concórdia, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem acordes, as partes assinam este instrumento em 3 (três) vias, perante as testemunhas abaixo.

Concórdia, SC, 23 de novembro de 2015.

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA Secretária Municipal de Administração	VALMI DOERZBACHER Sócia-Gerente da empresa Walmi Confecções Ltda. – ME
---	---

Testemunhas:

1. Nome: CPF:	2. Nome: CPF:
---------------------	---------------------

### **TERMO DE COMPROMISSO DE DESAPROPRIAÇÃO AMIGÁVEL Nº 13/2015**

Termo de Compromisso de Desapropriação Amigável nº 13/2015  
Protocolo nº 7948/2014

Aos 23 dias do mês de novembro de 2015, o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, neste ato representado pela sua Secretária Municipal de Administração, senhora BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA e a senhora SIRLEI ANA DE ANDRADE, inscrita no CPF sob nº 400.646.389-87, doravante denominada PROPRIETÁRIA, ajustam celebrar o presente Termo, mediante as cláusulas e condições seguintes:

#### **CLÁUSULA PRIMEIRA:**

1.1 O MUNICÍPIO necessita adquirir a área de terras de 179,49m<sup>2</sup>,

necessária para a duplicação da Rua Senador Atílio Francisco Xavier Fontana, neste Município, do imóvel caracterizado como: parte da chácara nº 10, da Colônia Concórdia, propriedade Rio do Engano, situado a Rua Romano Anselmo Fontana, registrado no 1º Ofício do Registro de Imóveis desta Comarca sob nº 15.627, Livro nº 2 – “AAN”.

#### CLÁUSULA SEGUNDA:

2.1. A PROPRIETÁRIA concorda com o valor da indenização de R\$ 1.794,90 (um mil, setecentos e noventa e quatro reais e noventa centavos), atribuído à área de terras, objeto da avaliação efetuada pela Comissão designada pelo Decreto nº 212/2015, de 26 de fevereiro de 2015, que será pago pelo MUNICÍPIO, após efetuado o Registro do Imóvel.

#### CLÁUSULA TERCEIRA:

3.1. O MUNICÍPIO será imitado na posse do Imóvel, a partir da data de assinatura deste Termo.

3.2. A partir da data da imissão todos os impostos, taxas, tributos e demais despesas, dívidas, pendências e responsabilidades incidentes ou que venham a incidir sobre a área adquirida cujo respectivo fato gerador ocorra a qualquer momento após a posse serão de exclusiva responsabilidade do MUNICÍPIO, ainda que eventualmente os respectivos boletos sejam emitidos em nome da PROPRIETÁRIA.

#### CLÁUSULA QUARTA:

4.1. A PROPRIETÁRIA outorgará a escritura pública da área adquirida, após a sua quitação, e compromete-se a firmá-la logo que chamada para essa finalidade, correndo as despesas por conta do MUNICÍPIO.

#### CLÁUSULA QUINTA:

5.1. O MUNICÍPIO compromete-se a:

5.1.1 promover a necessária autorização legislativa e os indispensáveis e próprios procedimentos para regularizar o pactuado, com relação à escrituração da área adquirida;

5.1.2. quando da retirada de cercas, muros ou demais proteções, efetuar a recolocação dos mesmos, mantendo as áreas protegidas.

5.2. A PROPRIETÁRIA compromete-se a promover as averbações necessárias na matrícula do imóvel, junto ao 1º Ofício do Registro de Imóveis desta Comarca, possibilitando a lavratura da escritura, na forma da Cláusula Quarta deste Termo.

#### CLÁUSULA SEXTA:

6.1. Os signatários do presente, para os efeitos de direito, declaram aceitar este instrumento nos expressos termos em que está insculpido, obrigando-se por si e seus sucessores a bem e fielmente cumpri-lo.

#### CLÁUSULA SÉTIMA:

7.1. Para dirimir quaisquer questões que direta ou indiretamente decorram deste Termo de Compromisso de Desapropriação Amigável, as partes elegem o Foro da Comarca de Concórdia, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem acordes, as partes assinam este instrumento em 3 (três) vias, perante as testemunhas abaixo.

Concórdia, SC, 23 de novembro de 2015.

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA Secretária Municipal de Administração	SIRLEI ANA DE ANDRADE Proprietária
---	---------------------------------------

Testemunhas:

1. Nome: CPF:	2. Nome: CPF:
---------------------	---------------------

### TERMO DE COMPROMISSO DE DESAPROPRIAÇÃO AMIGÁVEL Nº 14/2015

Termo de Compromisso de Desapropriação Amigável nº 14/2015  
Protocolo nº 7948/2014

Aos 23 dias do mês de novembro de 2015, o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, neste ato representado pela sua Secretária Municipal de Administração, senhora BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA e o senhor EUCLYDES ANTONIO MARCON, inscrito no CPF sob nº 005.780.459-15 doravante denominado PROPRIETÁRIO, ajustam celebrar o presente Termo, mediante as cláusulas e condições seguintes:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA:

1.1 O MUNICÍPIO necessita adquirir a área de terras de 95,96m2, necessária para a duplicação da Rua Senador Atílio Francisco Xavier Fontana, neste Município, do imóvel caracterizado como: parte da chácara nº 10, do 6º Bloco da Colônia Concórdia, propriedade Rio do Engano, situada na Rua Marechal Floriano Peixoto, atual Rua Romano Anselmo Fontana, registrado no 1º Ofício do Registro de Imóveis desta Comarca sob nº 37.303, Livro nº “3AI”.

#### CLÁUSULA SEGUNDA:

2.1. O PROPRIETÁRIO concorda com o valor da indenização de R\$ 959,60 (novecentos e cinquenta e nove reais e sessenta centavos), atribuído à área de terras, objeto da avaliação efetuada pela Comissão designada pelo Decreto nº 212/2015, de 26 de fevereiro de 2015, que será pago pelo MUNICÍPIO, após efetuado o Registro do Imóvel.

#### CLÁUSULA TERCEIRA:

3.1. O MUNICÍPIO será imitado na posse do Imóvel, a partir da data de assinatura deste Termo.

3.2. A partir da data da imissão todos os impostos, taxas, tributos e demais despesas, dívidas, pendências e responsabilidades incidentes ou que venham a incidir sobre a área adquirida cujo respectivo fato gerador ocorra a qualquer momento após a posse serão de exclusiva responsabilidade do MUNICÍPIO, ainda que eventualmente os respectivos boletos sejam emitidos em nome do PROPRIETÁRIO.

#### CLÁUSULA QUARTA:

4.1. O PROPRIETÁRIO outorgará a escritura pública da área adquirida, após a sua quitação, e compromete-se a firmá-la logo que chamada para essa finalidade, correndo as despesas por conta do MUNICÍPIO.

#### CLÁUSULA QUINTA:

**5.1. O MUNICÍPIO compromete-se a:**

5.1.1 promover a necessária autorização legislativa e os indispensáveis e próprios procedimentos para regularizar o pactuado, com relação à escrituração da área adquirida;

5.1.2. quando da retirada de cercas, muros ou demais proteções, efetuar a recolocação dos mesmos, mantendo as áreas protegidas.

5.2. O PROPRIETÁRIO compromete-se a promover as averbações necessárias na matrícula do imóvel, junto ao 1º Ofício do Registro de Imóveis desta Comarca, possibilitando a lavratura da escritura, na forma da Cláusula Quarta deste Termo.

**CLÁUSULA SEXTA:**

6.1. Os signatários do presente, para os efeitos de direito, declaram aceitar este instrumento nos expressos termos em que está insculpido, obrigando-se por si e seus sucessores a bem e fielmente cumpri-lo.

**CLÁUSULA SÉTIMA:**

7.1. Para dirimir quaisquer questões que direta ou indiretamente decorram deste Termo de Compromisso de Desapropriação Amigável, as partes elegem o Foro da Comarca de Concórdia, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem acordes, as partes assinam este instrumento em 3 (três) vias, perante as testemunhas abaixo.

Concórdia, SC, 23 de novembro de 2015.

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA Secretária Municipal de Administração	EUCLYDES ANTONIO MARCON Proprietário
---	---

**Testemunhas:**

1. Nome: CPF:	2. Nome: CPF:
---------------------	---------------------

**TERMO DE COMPROMISSO DE DESAPROPRIAÇÃO AMIGÁVEL Nº 15/2015**

Termo de Compromisso de Desapropriação Amigável nº 15/2015  
Protocolo nº 7948/2014

Aos 23 dias do mês de outubro de 2015, o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, neste ato representado pela sua Secretária Municipal de Administração, senhora BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA e a senhora CAMILA DA CAMPO, inscrita no CPF sob nº 066.357.069-76, e a senhora ISABELA MARIA DA CAMPO, inscrita no CPF sob nº 079.213.839-20, doravante denominadas PROPRIETÁRIAS, ajustam celebrar o presente Termo, mediante as cláusulas e condições seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA:**

1.1. O MUNICÍPIO necessita adquirir a área de terras de 39,34m2, necessária para a duplicação da Rua Senador Atílio Francisco Xavier Fontana, neste Município, do imóvel caracterizado como: lote urbano nº 262, situado na Rua Senador Atílio Francisco Xavier Fontana, Bairro Santa Cruz, neste Município, registrado no 1º Ofício de Registro de Imóveis desta Comarca sob nº 17.433, Livro nº

2 – "AAU".

**CLÁUSULA SEGUNDA:**

2.1. AS PROPRIETÁRIAS concordam com o valor da indenização de R\$ 17.309,60 (dezesete mil, trezentos e nove reais e sessenta centavos), atribuído à área de terras, objeto da avaliação efetuada pela Comissão designada pelo Decreto nº 212/2015, de 26 de fevereiro de 2015, que será pago pelo MUNICÍPIO, após efetuado o Registro do Imóvel.

**CLÁUSULA TERCEIRA:**

3.1. O MUNICÍPIO será imitido na posse do Imóvel, a partir da data de assinatura deste Termo.

3.2. A partir da data da imissão todos os impostos, taxas, tributos e demais despesas, dívidas, pendências e responsabilidades incidentes ou que venham a incidir sobre a área adquirida cujo respectivo fato gerador ocorra a qualquer momento após a posse serão de exclusiva responsabilidade do MUNICÍPIO, ainda que eventualmente os respectivos boletos sejam emitidos em nome das PROPRIETÁRIAS.

**CLÁUSULA QUARTA:**

4.1. AS PROPRIETÁRIAS outorgarão a escritura pública da área adquirida, após a sua quitação, e compromete-se a firmá-la logo que chamada para essa finalidade, correndo as despesas por conta do MUNICÍPIO.

**CLÁUSULA QUINTA:****5.1. O MUNICÍPIO compromete-se a:**

5.1.1 promover a necessária autorização legislativa e os indispensáveis e próprios procedimentos para regularizar o pactuado, com relação à escrituração da área adquirida;

5.1.2. quando da retirada de cercas, muros ou demais proteções, efetuar a recolocação dos mesmos, mantendo as áreas protegidas.

5.2. AS PROPRIETÁRIAS comprometem-se a promover as averbações necessárias na matrícula do imóvel, junto ao 1º Ofício do Registro de Imóveis desta Comarca, possibilitando a lavratura da escritura, na forma da Cláusula Quarta deste Termo.

**CLÁUSULA SEXTA:**

6.1. Os signatários do presente, para os efeitos de direito, declaram aceitar este instrumento nos expressos termos em que está insculpido, obrigando-se por si e seus sucessores a bem e fielmente cumpri-lo.

**CLÁUSULA SÉTIMA:**

7.1. Para dirimir quaisquer questões que direta ou indiretamente decorram deste Termo de Compromisso de Desapropriação Amigável, as partes elegem o Foro da Comarca de Concórdia, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem acordes, as partes assinam este instrumento em 3 (três) vias, perante as testemunhas abaixo.

Concórdia, SC, 23 de novembro de 2015.  
BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA  
Secretária Municipal de Administração

CAMILA DA CAMPO Proprietária	ISABELA MARIA DA CAMPO Proprietária
---------------------------------	--

Testemunhas:

1. Nome: CPF:	2. Nome: CPF:
---------------------	---------------------

## **TERMO DE COMPROMISSO DE DESAPROPRIAÇÃO AMIGÁVEL Nº 16/2015**

Termo de Compromisso de Desapropriação Amigável nº 16/2015  
Protocolo nº 7948/2014

Aos 9 dias do mês de dezembro de 2015, o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, senhor JOÃO GIRARDI e a empresa BRF S.A., inscrita no CNPJ sob nº 01.838.723/0001-27, neste ato representada pelo seu Gerente Industrial, senhor RAFAEL LANDO MENUTE, inscrito no CPF sob nº 001.114.079-82, doravante denominada PROPRIETÁRIA, ajustam celebrar o presente Termo, mediante as cláusulas e condições seguintes:

### **CLÁUSULA PRIMEIRA:**

1.1 O MUNICÍPIO necessita adquirir a área de terras de 3.614,26m<sup>2</sup>, necessária para a duplicação da Rua Senador Attilio Francisco Xavier Fontana, neste Município, do imóvel caracterizado como: chácara nº 2, constituída do lote rural nº 477, do 8º Bloco, neste Município, registrado no 1º Ofício de Registro de Imóveis desta Comarca sob nº 111, prenotado sob nº 176, Livro nº 2.

### **CLÁUSULA SEGUNDA:**

2.1. A PROPRIETÁRIA concorda com o valor da indenização de R\$ 18.000,00 (dezoito mil reais), atribuído à área de terras, objeto da avaliação efetuada pela Comissão designada pelo Decreto nº 212/2015, de 26 de fevereiro de 2015, que será depositado pelo MUNICÍPIO, até 30 de abril de 2016, na conta corrente 536.151-6, agência 1893-7, Banco do Brasil, em nome de BRF S/A – CNPJ nº 01.838.723/0001-27.

### **CLÁUSULA TERCEIRA:**

3.1. O MUNICÍPIO será imitado na posse do Imóvel a partir da data de assinatura do presente Termo.

3.2. A partir da data da imissão todos os impostos, taxas, tributos e demais despesas, dívidas, pendências e responsabilidades incidentes ou que venham a incidir sobre a área adquirida cujo respectivo fato gerador ocorra a qualquer momento após a posse serão de exclusiva responsabilidade do MUNICÍPIO, ainda que eventualmente os respectivos boletos sejam emitidos em nome da PROPRIETÁRIA.

### **CLÁUSULA QUARTA:**

4.1. A PROPRIETÁRIA outorgará a escritura pública da área adquirida, após a quitação integral do valor ajustado, e compromete-se a firmá-la logo que chamada para essa finalidade, correndo as despesas por conta do MUNICÍPIO.

### **CLÁUSULA QUINTA:**

5.1. O MUNICÍPIO compromete-se a:

5.1.1 promover a necessária autorização legislativa e os indispensáveis e próprios procedimentos para regularizar o pactuado, com

relação à escrituração da área adquirida;

5.1.2. quando da retirada de cercas, muros ou demais proteções, efetuar a recolocação dos mesmos, mantendo as áreas protegidas;

5.1.3. realizar a revegetação da área de serviço utilizada durante a obra;

5.1.4. disponibilizar a PROPRIETÁRIA o material lenhoso resultante da obra.

5.2. A PROPRIETÁRIA, a fim de possibilitar a lavratura da escritura, na forma da Cláusula Quarta deste Termo, compromete-se a tomar as providências necessárias para promover as averbações devidas na matrícula do imóvel, junto ao 1º Ofício do Registro de Imóveis desta Comarca. Contudo, não se responsabiliza por eventual morosidade, em razão de conduta exclusiva de terceiro, seja do Ofício de Registro em comento ou de qualquer outra entidade ou órgão.

### **CLÁUSULA SEXTA:**

6.1. Os signatários do presente, para os efeitos de direito, declaram aceitar este instrumento nos expressos termos em que está insculpido, obrigando-se por si e seus sucessores a bem e fielmente cumpri-lo.

### **CLÁUSULA SÉTIMA:**

7.1. Para dirimir quaisquer questões que direta ou indiretamente decorram deste Termo de Compromisso de Desapropriação Amigável, as partes elegem o Foro da Comarca de Concórdia, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem acordes, as partes assinam este instrumento em 3 (três) vias, perante as testemunhas abaixo.

Concórdia, SC, 9 de dezembro de 2015.

JOÃO GIRARDI Prefeito Municipal	RAFAEL LANDO MENUTE Gerente Industrial
------------------------------------	---

Testemunhas:

1. Nome: CPF:	2. Nome: CPF:
---------------------	---------------------

## **TERMO DE COMPROMISSO DE DESAPROPRIAÇÃO AMIGÁVEL Nº 17/2015**

Termo de Compromisso de Desapropriação Amigável nº 17/2015  
Protocolo nº 21269/2011

Aos 29 dias do mês de dezembro de 2015, o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, senhor JOÃO GIRARDI e a empresa BRF S.A., inscrita no CNPJ sob nº 01.838.723/0001-27, neste ato representada pelo seu Gerente Industrial, senhor RAFAEL LANDO MENUTE, inscrito no CPF sob nº 001.114.079-82, doravante denominada PROPRIETÁRIA, ajustam celebrar o presente Termo, mediante as cláusulas e condições seguintes:

### **CLÁUSULA PRIMEIRA:**

1.1. O MUNICÍPIO necessita adquirir a área de terras de 3.230,40m<sup>2</sup>, necessária para abertura de rua ligando a Rua Andréa Adelino Biezu, do Bairro Santa Cruz e a Rua Luiz Morelato, do Bairro Jardim, do imóvel caracterizado como: parte da chácara nº 17, destacada do lote rural nº 476, do 8º Bloco da Colônia Concórdia,



Propriedade Rio do Engano, com área de 55.250m<sup>2</sup>, sem benfeitorias, situado na Rua Floriano Peixoto, atual Rua Romano Anselmo Fontana, neste Município, registrado no 1º Ofício do Registro de Imóveis desta Comarca sob nº 104, Livro nº 2.

#### CLÁUSULA SEGUNDA:

2.1. A PROPRIETÁRIA concorda com o valor da indenização de R\$ 113.000,00 (cento e treze mil reais), atribuído à área de terras, objeto da avaliação efetuada pela Comissão designada pelo Decreto nº 212/2015, de 26 de fevereiro de 2015, que será depositado pelo MUNICÍPIO, até 30 de abril de 2016, na conta corrente 536.151-6, agência 1893-7, Banco do Brasil, em nome de BRF S/A – CNPJ nº 01.838.723/0001-27.

#### CLÁUSULA TERCEIRA:

3.1. O MUNICÍPIO será imitado na posse do Imóvel, a partir da data de assinatura do presente Termo.

3.2. A partir da data da imissão todos os impostos, taxas, tributos e demais despesas, dívidas, pendências e responsabilidades incidentes ou que venham a incidir sobre a área adquirida cujo respectivo fato gerador ocorra a qualquer momento após a posse serão de exclusiva responsabilidade do MUNICÍPIO, ainda que eventualmente os respectivos boletos sejam emitidos em nome da PROPRIETÁRIA.

#### CLÁUSULA QUARTA:

4.1. A PROPRIETÁRIA outorgará a escritura pública da área adquirida, após a sua quitação, e compromete-se a firmá-la logo que chamada para essa finalidade, correndo as despesas por conta do MUNICÍPIO.

#### CLÁUSULA QUINTA:

5.1. O MUNICÍPIO compromete-se a promover a necessária autorização legislativa e os indispensáveis e próprios procedimentos para regularizar o pactuado, com relação à escrituração da área adquirida.

5.2. A PROPRIETÁRIA compromete-se a promover as averbações necessárias na matrícula do imóvel, junto ao 1º Ofício do Registro de Imóveis desta Comarca, possibilitando a lavratura da escritura, na forma da Cláusula Quarta deste Termo.

#### CLÁUSULA SEXTA:

6.1. Os signatários do presente, para os efeitos de direito, declaram aceitar este instrumento nos expressos termos em que está insculpido, obrigando-se por si e seus sucessores a bem e fielmente cumpri-lo.

#### CLÁUSULA SÉTIMA:

7.1. Para dirimir quaisquer questões que direta ou indiretamente decorram deste Termo de Compromisso de Desapropriação Amigável, as partes elegem o Foro da Comarca de Concórdia, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem acordes, as partes assinam este instrumento em 3 (três) vias, perante as testemunhas abaixo.

Concórdia, SC, 29 de dezembro de 2015.

Testemunhas:

1.

Nome:

CPF:

2.

Nome:

CPF:

### TERMO DE COMPROMISSO DE DESAPROPRIAÇÃO AMIGÁVEL Nº 18/2015

Termo de Compromisso de Desapropriação Amigável nº 18/2015  
Protocolo nº 7948/2014

Aos 29 dias do mês de dezembro de 2015, o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, senhor JOÃO GIRARDI e o senhor LUIZ FERNANDO FURLAN, inscrito no CPF sob nº 019.489.978-00 e sua esposa, senhora ANA MARIA GONÇALVES FURLAN, inscrita no CPF sob nº 160.846.148-33, doravante denominados PROPRIETÁRIOS, ajustam celebrar o presente Termo, mediante as cláusulas e condições seguintes:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA:

1.1 O MUNICÍPIO necessita adquirir as áreas de terras abaixo descritas, necessárias para a duplicação da Rua Senador Attílio Francisco Xavier Fontana, neste Município:

I – 995,651m<sup>2</sup>, do imóvel caracterizado como: parte das chácaras nºs. 7 e 8, situada na Rua Romano Anselmo Fontana, neste Município, registrado no 1º Ofício do Registro de Imóveis desta Comarca sob nº 17.712, Livro nº 2 – “AAV”;

II – 661,127m<sup>2</sup>, do imóvel caracterizado como: chácara nº 9, parte integrante do lote rural nº 476, da Colônia Concórdia, Propriedade Rio do Engano, situado na Rua Floriano Peixoto, antiga Rua Boa Esperança, atual Rua Romano Anselmo Fontana, registrado no 1º Ofício do Registro de Imóveis desta Comarca sob nº 11.236, Livro nº 2 – “AT”.

#### CLÁUSULA SEGUNDA:

2.1. OS PROPRIETÁRIOS concordam com o valor da indenização de R\$ 16.504,30 (dezesesseis mil, quinhentos e quatro reais e trinta centavos), atribuído às áreas de terras, objeto da avaliação efetuada pela Comissão designada pelo Decreto nº 212/2015, de 26 de fevereiro de 2015, que será pago pelo MUNICÍPIO, após efetuado o Registro do Imóvel.

#### CLÁUSULA TERCEIRA:

3.1. O MUNICÍPIO será imitado na posse do Imóvel, a partir da data de assinatura do presente Termo.

3.2. A partir da data da imissão todos os impostos, taxas, tributos e demais despesas, dívidas, pendências e responsabilidades incidentes ou que venham a incidir sobre a área adquirida cujo respectivo fato gerador ocorra a qualquer momento após a posse serão de exclusiva responsabilidade do MUNICÍPIO, ainda que eventualmente os respectivos boletos sejam emitidos em nome dos PROPRIETÁRIOS.

#### CLÁUSULA QUARTA:

4.1. OS PROPRIETÁRIOS outorgarão a escritura pública da área adquirida, após a sua quitação, e compromete-se a firmá-la logo que chamada para essa finalidade, correndo as despesas por conta do MUNICÍPIO.

#### CLÁUSULA QUINTA:

5.1. O MUNICÍPIO compromete-se a:

JOÃO GIRARDI  
Prefeito Municipal

RAFAEL LANDO MENUTE  
Gerente Industrial



5.1.1 promover a necessária autorização legislativa e os indispensáveis e próprios procedimentos para regularizar o pactuado, com relação à escrituração da área adquirida;

5.1.2. quando da retirada de cercas, muros ou demais proteções, efetuar a recolocação dos mesmos, mantendo as áreas protegidas.

5.2. OS PROPRIETÁRIOS comprometem-se a promover as averbações necessárias na matrícula do imóvel, junto ao 1º Ofício do Registro de Imóveis desta Comarca, possibilitando a lavratura da escritura, na forma da Cláusula Quarta deste Termo.

#### CLÁUSULA SEXTA:

6.1. Os signatários do presente, para os efeitos de direito, declaram aceitar este instrumento nos expressos termos em que está insculpido, obrigando-se por si e seus sucessores a bem e fielmente cumpri-lo.

#### CLÁUSULA SÉTIMA:

7.1. Para dirimir quaisquer questões que direta ou indiretamente decorram deste Termo de Compromisso de Desapropriação Amigável, as partes elegem o Foro da Comarca de Concórdia, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem acordes, as partes assinam este instrumento em 3 (três) vias, perante as testemunhas abaixo.

Concórdia, SC, 29 de dezembro de 2015.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

- Proprietários -

LUIZ FERNANDO FURLAN

ANA MARIA GONÇALVES FURLAN

Testemunhas:

1.  
Nome:  
CPF:

2.  
Nome:  
CPF:

### **TERMO DE COMPROMISSO DE DESAPROPRIAÇÃO AMIGÁVEL Nº 2/2015**

Termo de Compromisso de Desapropriação Amigável nº 2/2015  
Protocolo nº 7948/2014

Aos 23 dias do mês de novembro de 2015, o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, neste ato representado pela sua Secretária Municipal de Administração, senhora BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA e a empresa RMC COMÉRCIO E CONSERTOS DE BALANÇAS E EQUIPAMENTOS LTDA. – EPP, inscrita no CNPJ sob nº 03.201.633/0001-56, neste ato representada pelo seu Sócio Administrador, senhor ELOI MAXIMINO WOLOSZIN, inscrito no CPF sob nº 542.490.829-20, doravante denominada PROPRIETÁRIA, ajustam celebrar o presente Termo, mediante as cláusulas e condições seguintes:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA:

1.1 O MUNICÍPIO necessita adquirir a área de terras de 102,53m<sup>2</sup>, necessária para a duplicação da Rua Senador Atílio Francisco Xavier Fontana, neste Município, do imóvel caracterizado como: lotes urbanos nºs. 139 e 141, da Quadra "E", do Loteamento Santa Cruz, situado na Rua Senador Atílio Francisco Xavier Fontana, Bairro Santa Cruz, neste Município, registrado no 1º Ofício do Registro de Imóveis desta Comarca sob nº 29.989, Livro nº 2.

#### CLÁUSULA SEGUNDA:

2.1. A PROPRIETÁRIA concorda com o valor da indenização de R\$ 45.113,20 (quarenta e cinco mil, cento e treze reais e vinte centavos), atribuído à área de terras, objeto da avaliação efetuada pela Comissão designada pelo Decreto nº 212/2015, de 26 de fevereiro de 2015, que será pago pelo MUNICÍPIO, após efetuado o Registro do Imóvel.

#### CLÁUSULA TERCEIRA:

3.1. O MUNICÍPIO será imitido na posse do Imóvel, a partir da data de assinatura deste Termo.

3.2. A partir da data da imissão todos os impostos, taxas, tributos e demais despesas, dívidas, pendências e responsabilidades incidentes ou que venham a incidir sobre a área adquirida cujo respectivo fato gerador ocorra a qualquer momento após a posse serão de exclusiva responsabilidade do MUNICÍPIO, ainda que eventualmente os respectivos boletos sejam emitidos em nome da PROPRIETÁRIA.

#### CLÁUSULA QUARTA:

4.1. A PROPRIETÁRIA outorgará a escritura pública da área adquirida, após a sua quitação, e compromete-se a firmá-la logo que chamada para essa finalidade, correndo as despesas por conta do MUNICÍPIO.

#### CLÁUSULA QUINTA:

5.1. O MUNICÍPIO compromete-se a:

5.1.1 promover a necessária autorização legislativa e os indispensáveis e próprios procedimentos para regularizar o pactuado, com relação à escrituração da área adquirida;

5.1.2. quando da retirada de cercas, muros ou demais proteções, efetuar a recolocação dos mesmos, mantendo as áreas protegidas;

5.1.3. realizar a revegetação da área de serviço utilizada durante a obra.

5.2. A PROPRIETÁRIA compromete-se a promover as averbações necessárias na matrícula do imóvel, junto ao 1º Ofício do Registro de Imóveis desta Comarca, possibilitando a lavratura da escritura, na forma da Cláusula Quarta deste Termo.

#### CLÁUSULA SEXTA:

6.1. Os signatários do presente, para os efeitos de direito, declaram aceitar este instrumento nos expressos termos em que está insculpido, obrigando-se por si e seus sucessores a bem e fielmente cumpri-lo.

#### CLÁUSULA SÉTIMA:

7.1. Para dirimir quaisquer questões que direta ou indiretamente decorram deste Termo de Compromisso de Desapropriação Amigável, as partes elegem o Foro da Comarca de Concórdia, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.



E, por estarem acordes, as partes assinam este instrumento em 3 (três) vias, perante as testemunhas abaixo.

Concórdia, SC, 23 de novembro de 2015.

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA Secretária Municipal de Administração	ELOI MAXIMINO WOLOSZIN Sócio Administrador da empresa RMC Comércio e Consertos de Balanças e Equipamentos Ltda. – EPP
---	---

Testemunhas:

1.	2.
Nome:	Nome:
CPF:	CPF:

### **TERMO DE COMPROMISSO DE DESAPROPRIAÇÃO AMIGÁVEL Nº 3/2015**

Termo de Compromisso de Desapropriação Amigável nº 3/2015  
Protocolo nº 7948/2014

Aos 23 dias do mês de novembro de 2015, o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, neste ato representado pela sua Secretária Municipal de Administração, senhora BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA e a senhora ANGELA ALBIERO LONGO, inscrita no CPF sob nº 896.273.509-15, doravante denominada PROPRIETÁRIA, ajustam celebrar o presente Termo, mediante as cláusulas e condições seguintes:

#### **CLÁUSULA PRIMEIRA:**

1.1 O MUNICÍPIO necessita adquirir a área de terras de 49,39m2, necessária para a duplicação da Rua Senador Atílio Francisco Xavier Fontana, neste Município, do imóvel caracterizado como: lote urbano nº 151, da Quadra "E", situado na Rodovia SC 283, Bairro Santa Cruz, neste Município, registrado no 1º Ofício do Registro de Imóveis desta Comarca sob nº 3.753, Livro nº 2 – "N".

#### **CLÁUSULA SEGUNDA:**

2.1. A PROPRIETÁRIA concorda com o valor da indenização de R\$ 21.731,60 (vinte e um mil, setecentos e trinta e um reais e sessenta centavos), atribuído à área de terras, objeto da avaliação efetuada pela Comissão designada pelo Decreto nº 212/2015, de 26 de fevereiro de 2015, que será pago pelo MUNICÍPIO, após efetuado o Registro do Imóvel.

#### **CLÁUSULA TERCEIRA:**

3.1. O MUNICÍPIO será imitado na posse do Imóvel, a partir da data de assinatura deste Termo.

3.2. A partir da data da imissão todos os impostos, taxas, tributos e demais despesas, dívidas, pendências e responsabilidades incidentes ou que venham a incidir sobre a área adquirida cujo respectivo fato gerador ocorra a qualquer momento após a posse serão de exclusiva responsabilidade do MUNICÍPIO, ainda que eventualmente os respectivos boletos sejam emitidos em nome da PROPRIETÁRIA.

#### **CLÁUSULA QUARTA:**

4.1. A PROPRIETÁRIA outorgará a escritura pública da área adquirida, após a sua quitação, e compromete-se a firmá-la logo que chamada para essa finalidade, correndo as despesas por conta do MUNICÍPIO.

#### **CLÁUSULA QUINTA:**

#### **5.1. O MUNICÍPIO compromete-se a:**

5.1.1 promover a necessária autorização legislativa e os indispensáveis e próprios procedimentos para regularizar o pactuado, com relação à escrituração da área adquirida;

5.1.2. quando da retirada de cercas, muros ou demais proteções, efetuar a recolocação dos mesmos, mantendo as áreas protegidas.

5.2. A PROPRIETÁRIA compromete-se a promover as averbações necessárias na matrícula do imóvel, junto ao 1º Ofício do Registro de Imóveis desta Comarca, possibilitando a lavratura da escritura, na forma da Cláusula Quarta deste Termo.

#### **CLÁUSULA SEXTA:**

6.1. Os signatários do presente, para os efeitos de direito, declaram aceitar este instrumento nos expressos termos em que está insculpido, obrigando-se por si e seus sucessores a bem e fielmente cumpri-lo.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA:**

7.1. Para dirimir quaisquer questões que direta ou indiretamente decorram deste Termo de Compromisso de Desapropriação Amigável, as partes elegem o Foro da Comarca de Concórdia, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem acordes, as partes assinam este instrumento em 3 (três) vias, perante as testemunhas abaixo.

Concórdia, SC, 23 de novembro de 2015.

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA Secretária Municipal de Administração	ANGELA ALBIERO LONGO Proprietária
---	--------------------------------------

Testemunhas:

1. Nome: CPF:	2. Nome: CPF:
---------------------	---------------------

### **TERMO DE COMPROMISSO DE DESAPROPRIAÇÃO AMIGÁVEL Nº 4/2015**

Termo de Compromisso de Desapropriação Amigável nº 4/2015  
Protocolo nº 7948/2014

Aos 23 dias do mês de novembro de 2015, o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, neste ato representado pela sua Secretária Municipal de Administração, senhora BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA e o senhor EDIPO LEOMAR RESMIN, inscrito no CPF sob nº 010.314.409-92 e sua esposa, senhora EVANDRA APARECIDA NEOTTI REMIN, inscrita no CPF sob nº 052.752.279-14, doravante denominados PROPRIETÁRIOS, ajustam celebrar o presente Termo, mediante as cláusulas e condições seguintes:

#### **CLÁUSULA PRIMEIRA:**

1.1. O MUNICÍPIO necessita adquirir a área de terras de 67,13m2, necessária para a duplicação da Rua Senador Atílio Francisco Xavier Fontana, neste Município, do imóvel caracterizado como: lote

urbano nº 147, da Quadra "E", situado na Rua Senador Attílio Francisco Xavier Fontana, Bairro Santa Cruz, neste Município, registrado no 1º Ofício do Registro de Imóveis desta Comarca sob nº 18.286, Livro nº 2 – "AAZ".

#### CLÁUSULA SEGUNDA:

2.1. OS PROPRIETÁRIOS concordam com o valor da indenização de R\$ 29.537,20 (vinte e nove mil, quinhentos e trinta e sete reais e vinte centavos), atribuído à área de terras, objeto da avaliação efetuada pela Comissão designada pelo Decreto nº 212/2015, de 26 de fevereiro de 2015, que será pago pelo MUNICÍPIO, após efetuado o Registro do Imóvel.

#### CLÁUSULA TERCEIRA:

3.1. O MUNICÍPIO será imitido na posse do Imóvel, a partir da data de assinatura deste Termo.

3.2. A partir da data da imissão todos os impostos, taxas, tributos e demais despesas, dívidas, pendências e responsabilidades incidentes ou que venham a incidir sobre a área adquirida cujo respectivo fato gerador ocorra a qualquer momento após a posse serão de exclusiva responsabilidade do MUNICÍPIO, ainda que eventualmente os respectivos boletos sejam emitidos em nome dos PROPRIETÁRIOS.

#### CLÁUSULA QUARTA:

4.1. OS PROPRIETÁRIOS outorgarão a escritura pública da área adquirida, após a sua quitação, e compromete-se a firmá-la logo que chamada para essa finalidade, correndo as despesas por conta do MUNICÍPIO.

#### CLÁUSULA QUINTA:

5.1. O MUNICÍPIO compromete-se a:

5.1.1 promover a necessária autorização legislativa e os indispensáveis e próprios procedimentos para regularizar o pactuado, com relação à escrituração da área adquirida;

5.1.2. quando da retirada de cercas, muros ou demais proteções, efetuar a recolocação dos mesmos, mantendo as áreas protegidas.

5.2. OS PROPRIETÁRIOS comprometem-se a promover as averbações necessárias na matrícula do imóvel, junto ao 1º Ofício do Registro de Imóveis desta Comarca, possibilitando a lavratura da escritura, na forma da Cláusula Quarta deste Termo.

#### CLÁUSULA SEXTA:

6.1. Os signatários do presente, para os efeitos de direito, declaram aceitar este instrumento nos expressos termos em que está insculpido, obrigando-se por si e seus sucessores a bem e fielmente cumpri-lo.

#### CLÁUSULA SÉTIMA:

7.1. Para dirimir quaisquer questões que direta ou indiretamente decorram deste Termo de Compromisso de Desapropriação Amigável, as partes elegem o Foro da Comarca de Concórdia, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem acordes, as partes assinam este instrumento em 3 (três) vias, perante as testemunhas abaixo.

Concórdia, SC, 23 de novembro de 2015.

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA  
Secretária Municipal de Administração

EDIPO LEOMAR RESMIN Proprietário	EVANDRA APARECIDA NEOTTI RESMIN Proprietária
-------------------------------------	--

Testemunhas:

1. Nome: CPF:	2. Nome: CPF:
---------------------	---------------------

#### TERMO DE COMPROMISSO DE DESAPROPRIAÇÃO AMIGÁVEL Nº 5/2015

Termo de Compromisso de Desapropriação Amigável nº 5/2015  
Protocolo nº 7948/2014

Aos 23 dias do mês de novembro de 2015, o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, neste ato representado pela sua Secretária Municipal de Administração, senhora BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA e o senhor JAIRO RESMIN, inscrito no CPF sob nº 310.853.779-20 e sua esposa, senhora NEUSA RITA DETOFANO RESMIN, inscrita no CPF sob nº 915.042.529-34, doravante denominados PROPRIETÁRIOS, ajustam celebrar o presente Termo, mediante as cláusulas e condições seguintes:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA:

1.1. O MUNICÍPIO necessita adquirir a área de terras de 67,13m2, necessária para a duplicação da Rua Senador Attílio Francisco Xavier Fontana, neste Município, do imóvel caracterizado como: lote urbano nº 145, da Quadra "E", do Loteamento Santa Cruz, situado na Rua Senador Attílio Francisco Xavier Fontana, Bairro Santa Cruz, neste Município, registrado no 1º Ofício do Registro de Imóveis desta Comarca sob nº 20.940, Livro nº 2 – "BJ".

#### CLÁUSULA SEGUNDA:

2.1. OS PROPRIETÁRIOS concordam com o valor da indenização de R\$ 29.537,20 (vinte e nove mil, quinhentos e trinta e sete reais e vinte centavos), atribuído à área de terras, objeto da avaliação efetuada pela Comissão designada pelo Decreto nº 212/2015, de 26 de fevereiro de 2015, que será pago pelo MUNICÍPIO, após efetuado o Registro do Imóvel.

#### CLÁUSULA TERCEIRA:

3.1. O MUNICÍPIO será imitido na posse do Imóvel, a partir da data de assinatura deste Termo.

3.2. A partir da data da imissão todos os impostos, taxas, tributos e demais despesas, dívidas, pendências e responsabilidades incidentes ou que venham a incidir sobre a área adquirida cujo respectivo fato gerador ocorra a qualquer momento após a posse serão de exclusiva responsabilidade do MUNICÍPIO, ainda que eventualmente os respectivos boletos sejam emitidos em nome dos PROPRIETÁRIOS.

#### CLÁUSULA QUARTA:

4.1. OS PROPRIETÁRIOS outorgarão a escritura pública da área adquirida, após a sua quitação, e comprometem-se a firmá-la logo que chamada para essa finalidade, correndo as despesas por conta

do MUNICÍPIO.

#### CLÁUSULA QUINTA:

##### 5.1. O MUNICÍPIO compromete-se a:

5.1.1 promover a necessária autorização legislativa e os indispensáveis e próprios procedimentos para regularizar o pactuado, com relação à escrituração da área adquirida;

5.1.2. quando da retirada de cercas, muros ou demais proteções, efetuar a recolocação dos mesmos, mantendo as áreas protegidas.

5.2. OS PROPRIETÁRIOS comprometem-se a promover as averbações necessárias na matrícula do imóvel, junto ao 1º Ofício do Registro de Imóveis desta Comarca, possibilitando a lavratura da escritura, na forma da Cláusula Quarta deste Termo.

#### CLÁUSULA SEXTA:

6.1. Os signatários do presente, para os efeitos de direito, declaram aceitar este instrumento nos expressos termos em que está insculpido, obrigando-se por si e seus sucessores a bem e fielmente cumpri-lo.

#### CLÁUSULA SÉTIMA:

7.1. Para dirimir quaisquer questões que direta ou indiretamente decorram deste Termo de Compromisso de Desapropriação Amigável, as partes elegem o Foro da Comarca de Concórdia, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem acordes, as partes assinam este instrumento em 3 (três) vias, perante as testemunhas abaixo.

Concórdia, SC, 23 de novembro de 2015.

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

JAIRO RESMIN Proprietário	NEUSA RITA DETOFANO RESMIN Proprietária
------------------------------	--

#### Testemunhas:

1. Nome: CPF:	2. Nome: CPF:
---------------------	---------------------

### TERMO DE COMPROMISSO DE DESAPROPRIAÇÃO AMIGÁVEL Nº 6/2015

Termo de Compromisso de Desapropriação Amigável nº 6/2015  
Protocolo nº 7948/2014

Aos 23 dias do mês de novembro de 2015, o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, neste ato representado pela sua Secretária Municipal de Administração, senhora BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA e o senhor SEVERINO ALBERTO CASAGRANDE JUNIOR, inscrito no CPF sob nº 084.946.179-07, doravante denominado PROPRIETÁRIO, ajustam celebrar o presente Termo, mediante as cláusulas e condições seguintes:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA:

1.1. O MUNICÍPIO necessita adquirir a área de terras de 42,51m2, necessária para a duplicação da Rua Senador Atílio Francisco Xavier Fontana, neste Município, do imóvel caracterizado como: lote

urbano nº 143, da Quadra "E", do Loteamento Santa Cruz, situado no lado par da Rua "D", neste Município, registrado no 1º Ofício do Registro de Imóveis desta Comarca sob nº 1.781, Livro nº 2 – "F".

#### CLÁUSULA SEGUNDA:

2.1. O PROPRIETÁRIO concorda com o valor da indenização de R\$ 18.704,40 (dezoito mil, setecentos e quatro reais e quarenta centavos), atribuído à área de terras, objeto da avaliação efetuada pela Comissão designada pelo Decreto nº 212/2015, de 26 de fevereiro de 2015, que será pago pelo MUNICÍPIO, após efetuado o Registro do Imóvel.

#### CLÁUSULA TERCEIRA:

3.1. O MUNICÍPIO será imitado na posse do Imóvel, a partir da data de assinatura deste Termo.

3.2. A partir da data da imissão todos os impostos, taxas, tributos e demais despesas, dívidas, pendências e responsabilidades incidentes ou que venham a incidir sobre a área adquirida cujo respectivo fato gerador ocorra a qualquer momento após a posse serão de exclusiva responsabilidade do MUNICÍPIO, ainda que eventualmente os respectivos boletos sejam emitidos em nome do PROPRIETÁRIO.

#### CLÁUSULA QUARTA:

4.1. O PROPRIETÁRIO outorgará a escritura pública da área adquirida, após a sua quitação, e compromete-se a firmá-la logo que chamada para essa finalidade, correndo as despesas por conta do MUNICÍPIO.

#### CLÁUSULA QUINTA:

##### 5.1. O MUNICÍPIO compromete-se a:

5.1.1 promover a necessária autorização legislativa e os indispensáveis e próprios procedimentos para regularizar o pactuado, com relação à escrituração da área adquirida;

5.1.2. quando da retirada de cercas, muros ou demais proteções, efetuar a recolocação dos mesmos, mantendo as áreas protegidas.

5.2. O PROPRIETÁRIO compromete-se a promover as averbações necessárias na matrícula do imóvel, junto ao 1º Ofício do Registro de Imóveis desta Comarca, possibilitando a lavratura da escritura, na forma da Cláusula Quarta deste Termo.

#### CLÁUSULA SEXTA:

6.1. Os signatários do presente, para os efeitos de direito, declaram aceitar este instrumento nos expressos termos em que está insculpido, obrigando-se por si e seus sucessores a bem e fielmente cumpri-lo.

#### CLÁUSULA SÉTIMA:

7.1. Para dirimir quaisquer questões que direta ou indiretamente decorram deste Termo de Compromisso de Desapropriação Amigável, as partes elegem o Foro da Comarca de Concórdia, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem acordes, as partes assinam este instrumento em 3 (três) vias, perante as testemunhas abaixo.

Concórdia, SC, 23 de novembro de 2015.

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

SEVERINO ALBERTO CASAGRANDE JUNIOR  
Proprietário

Testemunhas:

1. Nome: CPF:	2. Nome: CPF:
---------------------	---------------------

### **TERMO DE COMPROMISSO DE DESAPROPRIAÇÃO AMIGÁVEL Nº 7/2015**

Termo de Compromisso de Desapropriação Amigável nº 7/2015  
Protocolo nº 7948/2014

Aos 23 dias do mês de novembro de 2015, o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, neste ato representado pela sua Secretária Municipal de Administração, senhora BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA e o senhor DANILO LUPATO, inscrito no CPF sob nº 078.928.290-91, doravante denominado PROPRIETÁRIO, ajustam celebrar o presente Termo, mediante as cláusulas e condições seguintes:

#### **CLÁUSULA PRIMEIRA:**

1.1 O MUNICÍPIO necessita adquirir a área de terras de 55,74m<sup>2</sup>, necessária para a duplicação da Rua Senador Atílio Francisco Xavier Fontana, neste Município, do imóvel caracterizado como: parte do lote rural nº 471, do 8º Bloco da Colônia Concórdia, Propriedade Rio do Engano, individuado como terreno urbano sem denominação especial, situado no Bairro Santa Cruz, neste Município, registrado no 1º Ofício do Registro de Imóveis desta Comarca sob nº 1.368, Livro nº 2 – “E”.

#### **CLÁUSULA SEGUNDA:**

2.1. O PROPRIETÁRIO concorda com o valor da indenização de R\$ 24.525,60 (vinte e quatro mil, quinhentos e vinte e cinco reais e sessenta centavos), atribuído à área de terras, objeto da avaliação efetuada pela Comissão designada pelo Decreto nº 212/2015, de 26 de fevereiro de 2015, que será pago pelo MUNICÍPIO, após efetuado o Registro do Imóvel.

#### **CLÁUSULA TERCEIRA:**

3.1. O MUNICÍPIO será imitido na posse do Imóvel, a partir da data de assinatura deste Termo.

3.2. A partir da data da imissão todos os impostos, taxas, tributos e demais despesas, dívidas, pendências e responsabilidades incidentes ou que venham a incidir sobre a área adquirida cujo respectivo fato gerador ocorra a qualquer momento após a posse serão de exclusiva responsabilidade do MUNICÍPIO, ainda que eventualmente os respectivos boletos sejam emitidos em nome do PROPRIETÁRIO.

#### **CLÁUSULA QUARTA:**

4.1. O PROPRIETÁRIO outorgará a escritura pública da área adquirida, após a sua quitação, e compromete-se a firmá-la logo que chamada para essa finalidade, correndo as despesas por conta do MUNICÍPIO.

#### **CLÁUSULA QUINTA:**

5.1. O MUNICÍPIO compromete-se a:

5.1.1 promover a necessária autorização legislativa e os

indispensáveis e próprios procedimentos para regularizar o pactuado, com relação à escrituração da área adquirida;

5.1.2. quando da retirada de cercas, muros ou demais proteções, efetuar a recolocação dos mesmos, mantendo as áreas protegidas.

5.2. O PROPRIETÁRIO compromete-se a promover as averbações necessárias na matrícula do imóvel, junto ao 1º Ofício do Registro de Imóveis desta Comarca, possibilitando a lavratura da escritura, na forma da Cláusula Quarta deste Termo.

#### **CLÁUSULA SEXTA:**

6.1. Os signatários do presente, para os efeitos de direito, declaram aceitar este instrumento nos expressos termos em que está insculpido, obrigando-se por si e seus sucessores a bem e fielmente cumpri-lo.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA:**

7.1. Para dirimir quaisquer questões que direta ou indiretamente decorram deste Termo de Compromisso de Desapropriação Amigável, as partes elegem o Foro da Comarca de Concórdia, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem acordes, as partes assinam este instrumento em 3 (três) vias, perante as testemunhas abaixo.

Concórdia, SC, 23 de novembro de 2015.

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA Secretária Municipal de Administração	DANILO LUPATO Proprietário
---	-------------------------------

Testemunhas:

1. Nome: CPF:	2. Nome: CPF:
---------------------	---------------------

### **TERMO DE COMPROMISSO DE DESAPROPRIAÇÃO AMIGÁVEL Nº 8/2015**

Termo de Compromisso de Desapropriação Amigável nº 8/2015  
Protocolo nº 7948/2014

Aos 23 dias do mês de novembro de 2015, o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, neste ato representado pela sua Secretária Municipal de Administração, senhora BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA e os senhores ELIANE PAULA SBARDELLA PASTRE, inscrita no CPF sob nº 005.761.809-71 e MARCIO LUIS SBARDELLA, inscrito no CPF sob nº 963.646.969-53, doravante denominados PROPRIETÁRIOS, ajustam celebrar o presente Termo, mediante as cláusulas e condições seguintes:

#### **CLÁUSULA PRIMEIRA:**

1.1 O MUNICÍPIO necessita adquirir as áreas de terras abaixo descritas, necessárias para a duplicação da Rua Senador Atílio Francisco Xavier Fontana, neste Município:

I – 38,62m<sup>2</sup>, do imóvel caracterizado como: lote urbano nº 237, situado na Rua Senador Atílio Francisco Xavier Fontana, Bairro Santa Cruz, neste Município, registrado no 1º Ofício do Registro de Imóveis desta Comarca sob nº 17.430, Livro nº 2 – “AAU”;



II – 35,61m<sup>2</sup>, do imóvel caracterizado como: lote urbano nº 239, situado na Rua Senador Atílio Francisco Xavier Fontana, Bairro Santa Cruz, neste Município, registrado no 1º Ofício do Registro de Imóveis desta Comarca sob nº 17.461, Livro nº 2 – “AAU”.

#### CLÁUSULA SEGUNDA:

2.1. OS PROPRIETÁRIOS concordam com os valores das indenizações, abaixo descritos, que serão pagos pelo MUNICÍPIO, após efetuado o Registro dos Imóveis:

I – R\$ 16.992,80 (dezesesseis mil, novecentos e noventa e dois reais e oitenta centavos), atribuído à área de terras constante no inciso I da Cláusula Primeira;

II – R\$ 15.668,40 (quinze mil, seiscentos e sessenta e oito reais e quarenta centavos), atribuído à área de terras constante no inciso II da Cláusula Primeira.

Parágrafo único. As áreas de terras foram objeto de avaliação efetuada pela Comissão designada pelo Decreto nº 212/2015, de 26 de fevereiro de 2015.

#### CLÁUSULA TERCEIRA:

3.1. O MUNICÍPIO será imitido na posse dos Imóveis, a partir da data de assinatura deste Termo.

3.2. A partir da data da imissão todos os impostos, taxas, tributos e demais despesas, dívidas, pendências e responsabilidades incidentes ou que venham a incidir sobre as áreas adquiridas cujo respectivo fato gerador ocorra a qualquer momento após a posse serão de exclusiva responsabilidade do MUNICÍPIO, ainda que eventualmente os respectivos boletos sejam emitidos em nome dos PROPRIETÁRIOS.

#### CLÁUSULA QUARTA:

4.1. OS PROPRIETÁRIOS outorgarão as escrituras públicas das áreas adquiridas, após a sua quitação, e comprometem-se a firmá-la logo que chamados para essa finalidade, correndo as despesas por conta do MUNICÍPIO.

#### CLÁUSULA QUINTA:

5.1. O MUNICÍPIO compromete-se a:

5.1.1 promover a necessária autorização legislativa e os indispensáveis e próprios procedimentos para regularizar o pactuado, com relação à escrituração da área adquirida;

5.1.2. quando da retirada de cercas, muros ou demais proteções, efetuar a recolocação dos mesmos, mantendo as áreas protegidas.

5.2. OS PROPRIETÁRIOS comprometem-se a promover as averbações necessárias nas matrículas dos imóveis, junto ao 1º Ofício do Registro de Imóveis desta Comarca, possibilitando a lavratura da escritura, na forma da Cláusula Quarta deste Termo.

#### CLÁUSULA SEXTA:

6.1. Os signatários do presente, para os efeitos de direito, declaram aceitar este instrumento nos expressos termos em que está insculpido, obrigando-se por si e seus sucessores a bem e fielmente cumpri-lo.

#### CLÁUSULA SÉTIMA:

7.1. Para dirimir quaisquer questões que direta ou indiretamente

decorram deste Termo de Compromisso de Desapropriação Amigável, as partes elegem o Foro da Comarca de Concórdia, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem acordes, as partes assinam este instrumento em 3 (três) vias, perante as testemunhas abaixo.

Concórdia, SC, 23 de novembro de 2015.

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA  
Secretária Municipal de Administração

Proprietários

ELIANE PAULA SBARDELLA PASTRE

MARCIO LUIS SBARDELLA

Testemunhas:

1.  
Nome:  
CPF:

2.  
Nome:  
CPF:

### **TERMO DE COMPROMISSO DE DESAPROPRIAÇÃO AMIGÁVEL Nº 9/2015**

Termo de Compromisso de Desapropriação Amigável nº 9/2015  
Protocolo nº 7948/2014

Aos 23 dias do mês de novembro de 2015, o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, neste ato representado pela sua Secretária Municipal de Administração, senhora BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA e o senhor GENTIL BROETTO, inscrito no CPF sob nº 347.391.819-91 e sua esposa, senhora ROSANE LASARIN BROETTO, inscrita no CPF sob nº 430.750.539-53, doravante denominados PROPRIETÁRIOS, ajustam celebrar o presente Termo, mediante as cláusulas e condições seguintes:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA:

1.1. O MUNICÍPIO necessita adquirir a área de terras de 36,78m<sup>2</sup>, necessária para a duplicação da Rua Senador Atílio Francisco Xavier Fontana, neste Município, do imóvel caracterizado como: lote urbano nº 277, da Quadra “I”, situado na Rua “D”, no Bairro Santa Cruz, neste Município, registrado no 1º Ofício do Registro de Imóveis desta Comarca sob nº 2.821, Livro nº 2 – “J”.

#### CLÁUSULA SEGUNDA:

2.1. OS PROPRIETÁRIOS concordam com o valor da indenização de R\$ 16.183,20 (dezesesseis mil, cento e oitenta e três reais e vinte centavos), atribuído à área de terras, objeto da avaliação efetuada pela Comissão designada pelo Decreto nº 212/2015, de 26 de fevereiro de 2015, que será pago pelo MUNICÍPIO, após efetuado o Registro do Imóvel.

#### CLÁUSULA TERCEIRA:

3.1. O MUNICÍPIO será imitido na posse do Imóvel, a partir da data de assinatura deste Termo.

3.2. A partir da data da imissão todos os impostos, taxas, tributos e demais despesas, dívidas, pendências e responsabilidades

incidentes ou que venham a incidir sobre a área adquirida cujo respectivo fato gerador ocorra a qualquer momento após a posse serão de exclusiva responsabilidade do MUNICÍPIO, ainda que eventualmente os respectivos boletos sejam emitidos em nome dos PROPRIETÁRIOS.

**CLÁUSULA QUARTA:**

4.1. OS PROPRIETÁRIOS outorgarão a escritura pública da área adquirida, após a sua quitação, e compromete-se a firmá-la logo que chamada para essa finalidade, correndo as despesas por conta do MUNICÍPIO.

**CLÁUSULA QUINTA:**

5.1. O MUNICÍPIO compromete-se a:

5.1.1 promover a necessária autorização legislativa e os indispensáveis e próprios procedimentos para regularizar o pactuado, com relação à escrituração da área adquirida;

5.1.2. quando da retirada de cercas, muros ou demais proteções, efetuar a recolocação dos mesmos, mantendo as áreas protegidas.

5.2. OS PROPRIETÁRIOS comprometem-se a promover as averbações necessárias na matrícula do imóvel, junto ao 1º Ofício do Registro de Imóveis desta Comarca, possibilitando a lavratura da escritura, na forma da Cláusula Quarta deste Termo.

**CLÁUSULA SEXTA:**

6.1. Os signatários do presente, para os efeitos de direito, declaram aceitar este instrumento nos expressos termos em que está insculpido, obrigando-se por si e seus sucessores a bem e fielmente cumpri-lo.

**CLÁUSULA SÉTIMA:**

7.1. Para dirimir quaisquer questões que direta ou indiretamente decorram deste Termo de Compromisso de Desapropriação Amigável, as partes elegem o Foro da Comarca de Concórdia, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem acordes, as partes assinam este instrumento em 3 (três) vias, perante as testemunhas abaixo.

Concórdia, SC, 23 de novembro de 2015.

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

GENTIL BROETTO Proprietário	ROSANE LASARIN BROETTO Proprietária
--------------------------------	--

**Testemunhas:**

1. Nome: CPF:	2. Nome: CPF:
---------------------	---------------------



**EDITAL DE PROCESSO SELETIVO PÚBLICO Nº 1/2016****MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA****EDITAL DE PROCESSO SELETIVO PÚBLICO Nº 1/2016**

O MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, pela Secretaria Municipal de Administração – SEMAD

**TORNA PÚBLICO**

o presente Edital de Homologação Final do Processo Seletivo Público, objeto do Edital nº 13/2015, de 26 de outubro de 2015, com aplicação dos critérios de desempate dispostos nos itens 5.3 e 5.4, conforme Anexo Único deste Edital.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia,  
aos 11 dias do mês de janeiro de 2016.

DILCE LURDES GEHLEN

Secretária Municipal de Administração, em exercício

**MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA****EDITAL DE PROCESSO SELETIVO PÚBLICO Nº 1/2016****ANEXO ÚNICO**

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCORDIA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
**CLASSIFICAÇÃO FINAL [Exercício - 2016]**  
Data da Emissão: 08/01/2016

Página: 1

**Nr. Edital.: 13** **Disciplina: 1 - Arte**

Classificação	Inscrição	Nome	Nota Prova Escrita	Nota Prova Títulos	Nota Final	Situ.
00001	0000000120	REJANE BASSEGIO NESI	7,60	5,9450	7,2690	Clas.
00002	000000867	MAYARA PEREZ	8,00	3,1650	7,0330	Clas.
00003	000000758	ELIANE ALBERTI	8,40	0,6000	6,8400	Clas.
00004	000000462	LUCIANE DIRLEI PANSERA PETROLI	8,40	0,4950	6,8190	Clas.
00005	000000760	LUCIANA ESPICH	8,40	0,4450	6,8090	Clas.
00006	000000444	CATI FERRI	7,20	4,0000	6,5600	Clas.
00007	000000839	DIRLEI DRESCH	7,60	0,7800	6,2360	Clas.
00008	000000164	DANIELA MARIA KOLLER DE SANTI	7,60	0,6800	6,2160	Clas.
00009	000000553	LEILA NUBIA ALTHAUS RIFFEL	7,60	0,6550	6,2110	Clas.
00010	000000244	MIRIAM MARCHEZAN PIVA	6,40	5,3150	6,1830	Clas.
00011	000000469	ELIANE DA SILVA	6,80	3,0900	6,0580	Clas.
00012	000000124	ILEANE JUCELENE ESSING	6,00	6,0000	6,0000	Clas.
00013	000000853	DENISE PRESTES DE OLIVEIRA	7,20	0,6000	5,8800	Clas.
00014	000000143	MARIA HELENA LAZZAROTTI	7,20	0,6000	5,8800	Clas.
00015	000000130	ELIANE FATIMA AZEREDO	6,80	1,1450	5,6690	Clas.
00016	000000430	FABIANO DE OLIVEIRA	6,80	1,0900	5,6580	Clas.
00017	000000887	WESLEY KRACKECKER ZILIOOTTO	6,80	0,0000	5,4400	Clas.
00018	000000224	CARLOS ROBERTO SCHWABENLAND	6,40	0,6500	5,2500	Clas.
00019	000000680	FERNANDO DA SILVA	6,40	0,6500	5,2500	Clas.
00020	000000888	ELIS REGINA SERAFIN	6,40	0,0000	5,1200	Clas.
00021	000000424	IVANEIDE MARCIA KOSSIAN	5,60	0,4150	4,5630	Clas.
00022	000000835	LUIS ENRIQUE RAINERI BEDIN	5,60	0,2150	4,5230	Clas.
00023	000000889	NADIA VAZATTA ZUCCHI DE OLIVEIRA	5,60	0,0000	4,4800	Clas.
00024	000000003	SUZANA DE ALMEIDA TAGLIARI	Ausente	5,3400	1,0680	Desc.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCORDIA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
**CLASSIFICAÇÃO FINAL [Exercício - 2016]**  
Data da Emissão: 08/01/2016

Página: 2

**Nr. Edital.: 13** **Disciplina: 2 - Ciências**

Classificação	Inscrição	Nome	Nota Prova Escrita	Nota Prova Títulos	Nota Final	Situ.
00001	000000330	CLAUDETE GOSSENHEIMER	6,00	5,8450	5,9690	Clas.
00002	000000300	DARLI FABIANI GOSSENHEIMER	6,00	5,3600	5,8720	Clas.
00003	000000638	ROSEMILDA PERUZZO	6,00	5,3100	5,8620	Clas.
00004	000000615	EDINA DE SOUZA DA SILVA	5,60	5,3850	5,5570	Clas.
00005	000000637	FRANCIELE BARATO	5,60	5,2700	5,5340	Clas.
00006	000000012	ALEXANDRA MATIOLO	5,60	5,0000	5,4800	Clas.
00007	000000133	CHANAISA FORNARI	6,00	3,0400	5,4080	Clas.
00008	000000893	MARCELO INACIO DA SILVA	6,40	0,0000	5,1200	Clas.
00009	000000891	CRISTINA AURELIA BONASSI PRETTO MURASKI	6,00	0,0000	4,8000	Clas.
00010	000000036	JULIANO MATHEUS DAL VESCO	5,20	0,6000	4,2800	Clas.
00011	000000333	MARIA PATRICIA RIGO	4,80	3,5350	4,5470	Desc.
00012	000000846	JOICE SCHUCK	4,40	0,2000	3,5600	Desc.
00013	000000895	NEIVA ALBINO DE ABREU	4,40	0,0000	3,5200	Desc.
00014	000000461	GIOVANA CAMPAGNOLO FERNANDES	3,60	3,0750	3,4950	Desc.
00015	000000128	NELICE BOSETTI RADIN	2,80	5,3400	3,3080	Desc.
00016	000000890	SHEILA ROBERTA VOSS	4,00	0,0000	3,2000	Desc.
00017	000000222	TATIANE VICENZI	Ausente	5,1250	1,0250	Desc.
00018	000000332	ISABEL DAHMER	Ausente	1,4000	0,2800	Desc.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCORDIA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
**CLASSIFICAÇÃO FINAL [Exercício - 2016]**  
Data da Emissão: 08/01/2016

página: 3

**Disciplina: 4 - Matemática**

**Nr. Edital.: 13**

Classificação	Inscrição	Nome	Nota Prova Escrita	Nota Prova Títulos	Nota Final	Situ.
00001	000000387	SAMARA ELISA PELISSON	8,40	0,6000	6,8400	Clas.
00002	000000588	JANDIRA SAIBA	7,20	5,3450	6,8290	Clas.
00003	000000416	NILZA BLOTZ	6,80	3,0850	6,0570	Clas.
00004	000000639	PATRICIA PRESOTTO	6,80	1,4000	5,7200	Clas.
00005	000000331	CLAUDETE GOSSENHEIMER	5,60	5,8450	5,6490	Clas.
00006	000000865	GIOVANNI LUIZ KUGELMEIER	6,80	0,6000	5,5600	Clas.
00007	000000384	JAQUELINE EDUARDA SIPP	6,00	3,2350	5,4470	Clas.
00008	000000900	MAICON ROBERTO HORN	6,80	0,0000	5,4400	Clas.
00009	000000096	ODAIR CERON	6,00	3,0000	5,4000	Clas.
00010	000000397	TIAGO BESEN	6,40	0,6400	5,2480	Clas.
00011	000000907	ANAXIMANDRO BERTOCHO	6,40	0,0000	5,1200	Clas.
00012	000000528	GABRIELA CAON	6,00	1,1450	5,0290	Clas.
00013	000000669	VANESSA MARQUETTE	6,00	1,0700	5,0140	Clas.
00014	000000083	MARISTELA CERUTTI	5,20	3,6800	4,8960	Clas.
00015	000000785	ROBERTO CARLOS DA SILVA	5,20	3,0500	4,7700	Clas.
00016	000000086	EDINAURA NOSSAL	5,60	1,1950	4,7190	Clas.
00017	000000699	SUSIANE ELISETE SCHNACK	5,60	0,6000	4,6000	Clas.
00018	000000301	IRLEI TANIA MASSING HEYDT	5,60	0,4000	4,5600	Clas.
00019	000000510	JORDANA MARTINS ZOLETT	5,60	0,2000	4,5200	Clas.
00020	000000628	VANIA MARA PEZZINI FRACARO	4,80	5,5350	4,9470	Desc.
00021	000000661	MARIA APARECIDA R. DA CONCEIÇÃO PASTORE	4,40	5,5250	4,6250	Desc.
00022	000000910	FRANCIELE MULLER	4,80	0,0000	3,8400	Desc.
00023	000000903	MAISA GRACIELA POPP	4,80	0,0000	3,8400	Desc.
00024	000000512	CLEISON JOSE ZIGER	4,40	1,0000	3,7200	Desc.
00025	000000901	ANDERSON MINOSSO	4,40	0,0000	3,5200	Desc.
00026	000000898	ILDERSON JHONES MARCHETTI DE MOURA	2,00	0,0000	1,6000	Desc.
00027	000000905	HILDA GENI ALVES PAIXÃO	Ausente	0,0000	0,0000	Desc.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCORDIA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
**CLASSIFICAÇÃO FINAL [Exercício - 2016]**  
Data da Emissão: 08/01/2016

Página: 4

**Disciplina: 5 - Geografia**

**Nr. Edital.: 13**

Classificação	Inscrição	Nome	Nota Prova Escrita	Nota Prova Títulos	Nota Final	Situ.
00001	000000081	BRUNA MARCOS VELHO	7,20	5,0950	6,7790	Clas.
00002	000000095	NAURI MARTINI MERLINI	6,40	5,8200	6,2840	Clas.
00003	000000167	JULIANO DE SANTI	7,20	1,0400	5,9680	Clas.
00004	000000733	ROSA ANGELA BALDISSERA	6,00	5,8250	5,9650	Clas.
00005	000000247	CRISTIANE THOMÉ CAVALLI	6,00	1,0350	5,0070	Clas.
00006	000000914	ISMAEL KRIGER	6,00	0,0000	4,8000	Clas.
00007	000000911	AIRTON DE JESUS JUNIOR	6,00	0,0000	4,8000	Clas.
00008	000000651	ALESSANDRA BAUERMANN DA SILVA	5,60	0,2000	4,5200	Clas.
00009	000000060	AILDES DE ARAUJO FARINELLA	5,20	1,0000	4,3600	Clas.
00010	000000916	JAMES LUNARDI	5,20	0,0000	4,1600	Clas.
00011	000000502	CRISTINA SOARES	4,40	7,3650	4,9930	Desc.
00012	000000442	FRANCIELE APARECIDA PASTORE SANTORI	4,80	0,2000	3,8800	Desc.
00013	000000360	CARLOS EDUARDO DOBROVOLSKI BLANCK	2,40	0,2000	1,9600	Desc.
00014	000000409	EDUARDA STOCKMANN	Ausente	5,5500	1,1100	Desc.
00015	000000854	ADRIANA GAIO	Ausente	0,6000	0,1200	Desc.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCORDIA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
**CLASSIFICAÇÃO FINAL [Exercício - 2016]**  
Data da Emissão: 08/01/2016

Página: 5

**Nr. Edital.: 13** **Disciplina: 6 - História**

Classificação	Inscrição	Nome	Nota Prova Escrita	Nota Prova Títulos	Nota Final	Situ.
00001	0000000526	CLEIDE TERESINHA DE MORAES VERUCK	7,60	5,5000	7,1800	Clas.
00002	000000271	SUSIMARA DE MARCO PETROLI	7,20	5,1500	6,7900	Clas.
00003	000000145	CARINA SANDI	6,80	5,3850	6,5170	Clas.
00004	000000885	FELIPE FIGUEIRO VELHO	6,80	3,8300	6,2060	Clas.
00005	000000121	NELSI KLUMB COLASSO	6,40	5,3950	6,1990	Clas.
00006	000000678	JONE MORAES	6,40	5,0000	6,1200	Clas.
00007	000000005	PAULO ALEXANDRE PINHO	6,80	3,0000	6,0400	Clas.
00008	000000421	GISELE CHAVES	5,60	5,1400	5,5080	Clas.
00009	000000830	RUBIA RAFAELA SCHOULTEN	6,80	0,2000	5,4800	Clas.
00010	000000844	JESSICA ROBERTA SOZO	5,60	5,0000	5,4800	Clas.
00011	000000648	ALESSANDRA BAUERMAN DA SILVA	6,00	3,0000	5,4000	Clas.
00012	000000539	NEUSA SALETE LORENSETTI DEON	5,20	6,0000	5,3600	Clas.
00013	000000137	ADREANE CAVASIN FERREIRA	5,20	5,1500	5,1900	Clas.
00014	000000188	LAIRTES KIRSTEN	5,60	3,3750	5,1550	Clas.
00015	000000547	SANDRA SCHAEFER	5,60	3,0000	5,0800	Clas.
00016	000000010	SANTO HERMINIO DE LUCA	6,00	1,0000	5,0000	Clas.
00017	000000777	BELONI FATIMA KADES	5,20	3,2100	4,8020	Clas.
00018	000000923	TEREZINHA PAGOTO	6,00	0,0000	4,8000	Clas.
00019	000000011	IVANETE SALETE FAZZIONI DE LUCA	5,60	1,0000	4,6800	Clas.
00020	000000927	IVACIR HELBING	5,60	0,0000	4,4800	Clas.
00021	000000925	ELIS REGINA SERAFIN	5,20	0,0000	4,1600	Clas.
00022	000000920	ROSELI BRANDT KOEFENDER	5,20	0,0000	4,1600	Clas.
00023	000000463	MARLICE FRASNELLI SCHIO	4,40	5,0550	4,5310	Desc.
00024	000000932	NADIA VAZATTA ZUCCHI DE OLIVEIRA	4,80	0,0000	3,8400	Desc.
00025	000000922	ANGELITA FATIMA CAMARGO	4,80	0,0000	3,8400	Desc.
00026	000000931	MARINEZI MEZACASA REFOSCO	Ausente	0,0000	0,0000	Desc.
00027	000000918	SAIURI SUELEN MARCHETTI	Ausente	0,0000	0,0000	Desc.
00028	000000929	ADINAN LUCAS RITTER	Ausente	0,0000	0,0000	Desc.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCORDIA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
**CLASSIFICAÇÃO FINAL [Exercício - 2016]**  
Data da Emissão: 08/01/2016

Página: 6

**Nr. Edital.: 13** **Disciplina: 7 - Língua Espanhola**

Classificação	Inscrição	Nome	Nota Prova Escrita	Nota Prova Títulos	Nota Final	Situ.
00001	000000401	GENOIR CONTE	7,60	3,1900	6,7180	Clas.
00002	000000574	ALAN DE BORTOLI	8,00	0,6800	6,5360	Clas.
00003	000000252	ANDREIA CRISTINA PELLIZZARO	6,40	6,0000	6,3200	Clas.
00004	000000800	CLAUDIA FERNANDES BORGES	7,20	1,7700	6,1140	Clas.
00005	000000303	GABRIELE TAFAREL	7,20	1,5500	6,0700	Clas.
00006	000000631	EDIANEZ RODRIGUES RIOS	6,00	5,5200	5,9040	Clas.
00007	000000517	DANIELE MINUSCOLI ANTUNES	6,40	3,3200	5,7840	Clas.
00008	000000749	CAMILA ROBERTA SOUZA FERREIRA	6,80	1,4900	5,7380	Clas.
00009	000000775	EDIVANDRA LAZZAROTTO TAPPARO	6,80	1,4000	5,7200	Clas.
00010	000000044	ADRIANA PALUDO	5,60	5,7200	5,6240	Clas.
00011	000000418	JANE CATARINA GRANDO	6,00	4,0000	5,6000	Clas.
00012	000000724	MARINA PRADO CARLESSO	6,40	1,5400	5,4280	Clas.
00013	000000668	SILMARA SAVOLDI PASTORE	6,40	1,4950	5,4190	Clas.
00014	000000407	MICHELE CRISTINA MARCHIORO FINGER	6,00	1,5100	5,1020	Clas.
00015	000000542	JULIANO JORGE PHILIPPSEN	6,00	1,4900	5,0980	Clas.
00016	000000781	SUZANA SAVENHAGO	6,00	0,6000	4,9200	Clas.
00017	000000597	CLEUNICE IVANA FINGER DE SOUZA	5,20	1,4400	4,4480	Clas.
00018	000000770	LUCIANA FIORENTIN SBARAINI	5,20	0,8800	4,3360	Clas.
00019	000000938	ELIEZER CANARGO KISNER	5,20	0,0000	4,1600	Clas.
00020	000000402	LIDIANE MARIA ONETTA	4,80	0,4400	3,9280	Desc.
00021	000000119	MARTA ELISABETE HOLDEFER FELICIO	4,40	1,6500	3,8500	Desc.
00022	000000573	NEUZA SALETE MORTARI	4,40	0,6000	3,6400	Desc.
00023	000000764	GRACE KELLY ASSUNTA STEDILLE DE LIMA	4,40	0,6000	3,6400	Desc.
00024	000000592	SOLANGE PIAZZENTINI	4,00	0,6000	3,3200	Desc.
00025	000000935	SONIA TERESINHA BIESUS	Ausente	0,0000	0,0000	Desc.

Página: 7

Disciplina: 8 - Língua Italiana

Classificação	Inscrição	Nome	Nota Prova Escrita	Nota Prova Títulos	Nota Final	Situ.
00001	000000875	MARIZE APARECIDA M. DA SILVEIRA DA ROSA	6,40	3,9200	5,9040	Clas.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCORDIA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
**CLASSIFICAÇÃO FINAL [Exercício - 2016]**  
Data da Emissão: 08/01/2016

Página: 8

**Nr. Edital.: 13** **Disciplina: 9 - Língua Portuguesa**

Classificação	Inscrição	Nome	Nota Prova Escrita	Nota Prova Títulos	Nota Final	Situ.
00001	000000055	MARISTELA DE LOURDES GUEDES	6,40	5,5650	6,2330	Clas.
00002	000000089	HELENA BOFF ZORZETTO	6,00	5,0900	5,8180	Clas.
00003	000000521	OLGA MARISA PINTO	6,00	3,8800	5,5760	Clas.
00004	000000134	ADRIANA CARLA LOCATELLI	5,20	5,8750	5,3350	Clas.
00005	000000260	MARISANGELA DALLÓ GUTBIER	5,60	3,2300	5,1260	Clas.
00006	000000804	ALINE SCHWABACH ALBIERO	5,60	3,0500	5,0900	Clas.
00007	000000883	JANAÍNA CRISTINA FERREIRA KUHN ZANETTI	6,00	1,1200	5,0240	Clas.
00008	000000697	WILLIAN SCARIOT	6,00	0,6400	4,9280	Clas.
00009	000000340	PAULA ROBERTA BIAZUS	5,60	0,4000	4,5600	Clas.
00010	000000438	TAIS REGINA DEITOS	5,20	0,7400	4,3080	Clas.
00011	000000530	ALINE CRISTINA DA SILVA	5,20	0,6000	4,2800	Clas.
00012	000000084	SAONARA JUDITH MARION RODRIGUES PINTO	4,80	6,0000	5,0400	Desc.
00013	000000031	GLEICI MARA DREHER	4,80	5,3350	4,9070	Desc.
00014	000000239	SALETE VOLPATO WOLOSZYN	4,40	6,0000	4,7200	Desc.
00015	000000632	EDIANEZ RODRIGUES RIOS	4,40	5,5200	4,6240	Desc.
00016	000000718	DANIELE PEGORER FAZZIONI	4,40	5,2850	4,5770	Desc.
00017	000000346	LUCIANA RODRIGUES DA ROSA	4,80	3,2050	4,4810	Desc.
00018	000000200	CLADIR PADOAN ROSSI	4,00	5,7500	4,3500	Desc.
00019	000000709	INÊS LOPES RODRIGUES ZÍLIO	4,00	5,6500	4,3300	Desc.
00020	000000004	VANESSA KIST	4,00	5,2900	4,2580	Desc.
00021	000000115	MAYARA TRENTINI DE SOUZA	4,00	5,1950	4,2390	Desc.
00022	000000818	MORGANE CESCO BATTISTELLA	3,20	5,3850	3,6370	Desc.
00023	000000211	NILVANIA GONÇALVES DA COSTA	3,20	5,3100	3,6220	Desc.
00024	000000287	ALEXANDRE PERIN	4,40	0,2000	3,5600	Desc.
00025	000000429	CRISTIANE APARECIDA FIORIO	4,00	0,6300	3,3260	Desc.
00026	000000515	NEIDA MARIA ALIEVI HAEFLIGER	4,00	0,6200	3,3240	Desc.
00027	000000833	VANESSA LECARDELLI	Ausente	1,1450	0,2290	Desc.
00028	000000940	ILDERSON JHONES MARCHETTI DE MOURA	Ausente	0,0000	0,0000	Desc.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCORDIA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
**CLASSIFICAÇÃO FINAL [Exercício - 2016]**  
Data da Emissão: 08/01/2016

Página: 9

**Nr. Edital.: 13**      **Disciplina: 10 - Literatura Dramatizada**

Classificação	Inscrição	Nome	Nota Prova Escrita	Nota Prova Títulos	Nota Final	Situ.
00001	000000243	KAREN SANDRA MAGEDAM WILSKÉ	8,80	5,2250	8,0850	Clas.
00002	000000857	MARCIÉLI REGINA BATISTELLA RAMIRES SOUTO	9,20	0,8700	7,5340	Clas.
00003	000000392	VANESSA JACQUELINE KIRSTEN	8,00	5,0800	7,4160	Clas.
00004	000000761	LUCIANA ESPICH	8,80	0,4450	7,1290	Clas.
00005	000000452	DIANE LAZAROTTO BEVILAQUA	7,60	5,1500	7,1100	Clas.
00006	000000027	MÁRCIA REGINA GREGIANIN	7,60	5,1100	7,1020	Clas.
00007	000000644	LIDIANA POLHMANN	7,60	5,0950	7,0990	Clas.
00008	000000795	DEBORA SCHNEIDER	7,60	5,0400	7,0880	Clas.
00009	000000759	ELIANE ALBERTI	8,40	0,6000	6,8400	Clas.
00010	000000483	FRANCIELI DE SOUZA	7,20	5,2650	6,8130	Clas.
00011	000000374	PATRICIA VARGAS DA COSTA	7,20	5,1050	6,7810	Clas.
00012	000000090	HELENA BOFF ZORZETTO	7,20	5,0900	6,7780	Clas.
00013	000000180	AUGUSTA ROSANA SPUDEIT	7,20	5,0900	6,7780	Clas.
00014	000000816	CARINA MACHADO SOARES	7,60	3,0000	6,6800	Clas.
00015	000000160	ROSANE SALETE DE COSTA RITTER	6,80	6,0000	6,6400	Clas.
00016	000000240	SALETE VOLPATO WOLOSZYN	6,80	6,0000	6,6400	Clas.
00017	000000730	ANDREIA DA SILVA SANTIAGO	8,00	1,0000	6,6000	Clas.
00018	000000201	CLÁDIR PADOAN ROSSI	6,80	5,7500	6,5900	Clas.
00019	000000711	INÊS LOPES RODRIGUES ZÍLIO	6,80	5,6500	6,5700	Clas.
00020	000000702	ELIANE FATIMA KUHN	8,00	0,8400	6,5680	Clas.
00021	000000768	LUCIANA FIORENTIN SBARAINI	6,80	5,2800	6,4960	Clas.
00022	000000341	FABIANA LANFREDI HERPICH	6,80	5,2700	6,4940	Clas.
00023	000000255	DIRLEI SIEVERT	6,80	5,2600	6,4920	Clas.
00024	000000041	GRACIELE GROSS DE FREITAS MARCHESI	6,80	5,2250	6,4850	Clas.
00025	000000125	ELOISA REGINA ESSING BARBOSA	6,80	5,0800	6,4560	Clas.
00026	000000492	ANGELA MARIA ZUNAZZI	7,20	3,1200	6,3840	Clas.
00027	000000805	ALINE SCHWABACH ALBIERO	7,20	3,0500	6,3700	Clas.
00028	000000076	DEISE DEL POSSO	7,20	3,0350	6,3670	Clas.
00029	000000322	ANGELICA PEDROTE	7,20	3,0350	6,3670	Clas.
00030	000000422	ADAIANE DULCINEIA LOPES SANTANA KNOBLOCH	7,20	3,0250	6,3650	Clas.
00031	000000135	ADRIANA CARLA LOCATELLI	6,40	5,8750	6,2950	Clas.
00032	000000144	MARIA HELENA LAZZAROTTI	7,60	0,6000	6,2000	Clas.
00033	000000820	MORGANE CESCO BATTISTELLA	6,40	5,3850	6,1970	Clas.
00034	000000114	SABRINA BORGES PINHEIRO MACHADO	6,40	5,3800	6,1960	Clas.
00035	000000720	DANIELE PEGORER FAZZIONI	6,40	5,2850	6,1770	Clas.
00036	000000280	MIRACI APARECIDA CALZA FALKOSKI	6,40	5,2200	6,1640	Clas.
00037	000000537	ALCIONE TEREZINHA NISSOLA MACIEL	6,40	5,2100	6,1620	Clas.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCORDIA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
**CLASSIFICAÇÃO FINAL [Exercício - 2016]**  
Data da Emissão: 08/01/2016

Página: 10

**Disciplina: 10 - Literatura Dramatizada**

**Nr. Edital.: 13**

Classificação	Inscrição	Nome	Nota Prova Escrita	Nota Prova Títulos	Nota Final	Situ.
00038	000000116	MAYARA TRENTINI DE SOUZA	6,40	5,1950	6,1590	Clas.
00039	000000129	ELIANE FATIMA AZEREDO	6,80	3,5450	6,1490	Clas.
00040	000000583	ALINE RISSO	6,40	5,0400	6,1280	Clas.
00041	000000942	LETICIA FABIULA BELTRAME HAAS DE BORTOLL	7,60	0,0000	6,0800	Clas.
00042	000000376	NATALIA AZZOLINI	6,80	3,1050	6,0610	Clas.
00043	000000278	VANESSA TERESINHA SCHWARZ	7,20	1,4800	6,0560	Clas.
00044	000000448	DANIELE GASPERINI	7,20	1,4400	6,0480	Clas.
00045	000000557	CARINA BORTOLI SCHIAVINI	6,80	3,0000	6,0400	Clas.
00046	000000717	CRISTIANE AGNOLIN	6,80	3,0000	6,0400	Clas.
00047	000000085	SAIONARA JUDITH MARION RODRIGUES PINTO	6,00	6,0000	6,0000	Clas.
00048	000000479	MARILU APARECIDA PIRES DA SILVA	6,00	5,9350	5,9870	Clas.
00049	000000520	PERLA APARECIDA SIQUEIRA FIORENTIN	7,20	1,0500	5,9700	Clas.
00050	000000827	LEILA ELOISA BET OLIVOTTO	7,20	1,0000	5,9600	Clas.
00051	000000087	ANA CLAUDIA DE OLIVEIRA	7,20	0,8400	5,9280	Clas.
00052	000000739	KASSIA CRISTINA DARTORA ELESBAO	7,20	0,8000	5,9200	Clas.
00053	000000007	SILVIA BERNARDI KAIBER	6,00	5,4250	5,8850	Clas.
00054	000000311	ROSINÉIA FONSECA DA SILVA	6,00	5,3350	5,8670	Clas.
00055	000000212	NILVANIA GONÇALVES DA COSTA	6,00	5,3100	5,8620	Clas.
00056	000000337	MICHELI CRISTINA DA CONCEIÇÃO	6,00	5,2550	5,8510	Clas.
00057	000000367	JAQUELINE GARGHETTI	6,00	5,2200	5,8440	Clas.
00058	000000674	DENISE REGINA LUTZ	6,00	5,1850	5,8370	Clas.
00059	000000059	FERNANDA TELES	6,00	5,1100	5,8220	Clas.
00060	000000298	TANAISA CAPITANI PEREIRA DOS SANTOS	7,20	0,2000	5,8000	Clas.
00061	000000466	MELANIA BELLUZZO BRUNETTO	6,80	1,6800	5,7760	Clas.
00062	000000548	ALDRIANE PEREIRA VON FRUAUFF	6,40	3,2500	5,7700	Clas.
00063	000000344	MARIANA KUTZKE	6,40	3,1400	5,7480	Clas.
00064	000000598	VANESSA DA SILVA	6,80	1,2600	5,6920	Clas.
00065	000000471	NEIVA MARISA BORLIN SVILLEN	6,80	1,2350	5,6870	Clas.
00066	000000884	JANAÍNA CRISTINA FERREIRA KUHN ZANETTI	6,80	1,1200	5,6640	Clas.
00067	000000441	JAIANE FAVARETTO	6,80	1,0550	5,6510	Clas.
00068	000000670	ANDREIA CRISTINA GRAEBIN	6,80	1,0400	5,6480	Clas.
00069	000000642	VERA LUCIA MÜLLER	6,80	0,8000	5,6000	Clas.
00070	000000849	DIRLEI DRESCH	6,80	0,7800	5,5960	Clas.
00071	000000439	TAIS REGINA DEITOS	6,80	0,7400	5,5880	Clas.
00072	000000205	EDIMAR GUGEL	5,60	5,5000	5,5800	Clas.
00073	000000555	LEILA NUBIA ALTHAUS RIFFEL	6,80	0,6550	5,5710	Clas.
00074	000000223	CARLOS ROBERTO SCHWABENLAND	6,80	0,6500	5,5700	Clas.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCORDIA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
**CLASSIFICAÇÃO FINAL [Exercício - 2016]**  
Data da Emissão: 08/01/2016

Página: 11

**Disciplina: 10 - Literatura Dramatizada**

**Nr. Edital.: 13**

Classificação	Inscrição	Nome	Nota Prova Escrita	Nota Prova Títulos	Nota Final	Situ.
00075	000000379	ANTONIA JESSICA VERAS ABREU	6,80	0,6250	5,5650	Clas.
00076	000000840	MARLENE TEREZINHA VOGT	6,80	0,6000	5,5600	Clas.
00077	000000131	FATIMA MEZZALIRA NEGRETTI	5,60	5,3600	5,5520	Clas.
00078	000000100	LUANA THAIS BENINI DIAS	5,60	5,2600	5,5320	Clas.
00079	000000440	PAULA ROBERTA BIAZUS	6,80	0,4000	5,5200	Clas.
00080	000000647	ANGELA IZAURA ROCHA PERUZZO	5,60	5,1950	5,5190	Clas.
00081	000000057	ADENILCE ELEUTÉRIO DA LUZ	5,60	5,1400	5,5080	Clas.
00082	000000245	VANESSA CRISTINA CMIEL	6,00	3,4500	5,4900	Clas.
00083	000000153	MAYARA CAROLINE PIGOSSO	6,80	0,2000	5,4800	Clas.
00084	000000944	AMANDA PATRICIA VERAS ABREU GUGEL	6,80	0,0000	5,4400	Clas.
00085	000000033	CATIANA DE OLIVEIRA	6,40	1,5450	5,4290	Clas.
00086	000000626	PATRICIA PETRI CURIOLLETTI	6,40	1,4150	5,4030	Clas.
00087	000000658	DEISE PAULA DE VARGAS	6,40	1,2000	5,3600	Clas.
00088	000000232	LETICIA LUANA CASTOLDI	6,40	0,6400	5,2480	Clas.
00089	000000454	LUCIANA PAULA RIBEIRO	5,20	5,3000	5,2200	Clas.
00090	000000736	JANARA DE SOUZA BORGES	5,20	5,1100	5,1820	Clas.
00091	000000507	DENISE RODRIGUES DA SILVA	6,40	0,2000	5,1600	Clas.
00092	000000735	ALINE BINSFELD	5,60	3,1400	5,1080	Clas.
00093	000000435	JULIANA TORMEN	5,60	3,1350	5,1070	Clas.
00094	000000541	MARIELA PROINELLI HEPIN	5,60	3,0750	5,0950	Clas.
00095	000000368	SILVANA CRISTINA F. HOECHLER CECCHIN	5,60	3,0000	5,0800	Clas.
00096	000000370	KELLY CRISTINE MICHAELSEN DE SOUZA	6,00	1,2400	5,0480	Clas.
00097	000000640	VANESSA SAMORA DA SILVA	6,00	1,2000	5,0400	Clas.
00098	000000812	MELANIA VALERIUS DA SILVA	6,00	0,8400	4,9680	Clas.
00099	000000694	WILLIAN SCARIOT	6,00	0,6400	4,9280	Clas.
00100	000000604	LENIR DAVI	6,00	0,6000	4,9200	Clas.
00101	000000339	MARA LUCIA KUNTZE	5,20	3,6400	4,8880	Clas.
00102	000000417	VANIA APARECIDA CHIOSSI ROSSETTO	6,00	0,2000	4,8400	Clas.
00103	000000771	GRACIELE MORTARI	5,20	3,3200	4,8240	Clas.
00104	000000249	TATIANE STEFANI	5,20	3,1250	4,7850	Clas.
00105	000000543	ANA RITA DE SOUZA	5,60	0,2000	4,5200	Clas.
00106	000000945	MARIELE GASTMANN	5,60	0,0000	4,4800	Clas.
00107	000000118	SUSI DE LIZ SILVA	5,20	0,4000	4,2400	Clas.
00108	000000949	RAFAELA VARELLA FRUHWIRTH	5,20	0,0000	4,1600	Clas.
00109	000000216	GELSI TRENTIN NIERO	4,80	5,8000	5,0000	Desc.
00110	000000325	IVETE PRESOTTO COLOSSI	4,80	5,3400	4,9080	Desc.
00111	000000427	ORENILCE DE SOUSA FERNANDES	4,80	5,1750	4,8750	Desc.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCORDIA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
**CLASSIFICAÇÃO FINAL [Exercício - 2016]**  
Data da Emissão: 08/01/2016

Página: 12

**Disciplina: 10 - Literatura Dramatizada**

**Nr. Edital.: 13**

Classificação	Inscrição	Nome	Nota Prova Escrita	Nota Prova Títulos	Nota Final	Situ.
00112	000000034	VIVIANE CENCI FORMAGINI	4,80	5,1300	4,8660	Desc.
00113	000000684	CÁSSIA PAULA HEDLER	4,80	0,6250	3,9650	Desc.
00114	000000696	SAIONARA RICHARDI	4,80	0,6000	3,9600	Desc.
00115	000000568	JUCENIR BATISTA DOS SANTOS	4,40	0,8000	3,6800	Desc.
00116	000000947	LEIA CRISTINA RAIMUNDI	4,40	0,0000	3,5200	Desc.
00117	000000183	ROSANGELA TERESINHA FRACASSO	Ausente	6,0000	1,2000	Desc.
00118	000000002	SUZANA DE ALMEIDA TAGLIARI	Ausente	5,3400	1,0680	Desc.
00119	000000882	VIVIANE PALKEWICH HOFFMANN	Ausente	5,0000	1,0000	Desc.
00120	000000809	JANAINA ALVES RIBEIRO	Ausente	3,1400	0,6280	Desc.
00121	000000705	ANGELICA MARIA BERNSTEIN	Ausente	1,4000	0,2800	Desc.
00122	000000832	VANESSA LECARDELLI	Ausente	1,1450	0,2290	Desc.
00123	000000355	ANA PAULA LERNER WUADEN	Ausente	0,9050	0,1810	Desc.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCORDIA	
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
CLASSIFICAÇÃO FINAL [Exercício - 2016]	
Data da Emissão: 08/01/2016	
Página: 13	

Nr. Edital.: 13		Disciplina: 11 - Ensino Religioso			
Classificação	Inscrição	Nome	Nota Prova Escrita	Nota Prova Títulos	Nota Final Situ.
00001	000000570	FRANCIELE RACOSKI	5,60	1,4000	4,7600 Clas.
00002	000000845	MARJORIE TESSIE SOZO	5,20	1,4000	4,4400 Clas.
00003	000000950	ADRIANA GAIO	Ausente	0,0000	0,0000 Desc.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCORDIA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
**CLASSIFICAÇÃO FINAL [Exercício - 2016]**  
Data da Emissão: 08/01/2016

Página: 14

Nr. Edital.: 13		Disciplina: 12 - Educação Física				
Classificação	Inscrição	Nome	Nota Prova Escrita	Nota Prova Títulos	Nota Final	Situ.
00001	000000362	BRUNA VIEIRA DE OLIVEIRA	8,00	5,2000	7,4400	Clas.
00002	000000335	SHEILA BORGES VIEIRA	7,60	5,1500	7,1100	Clas.
00003	000000410	DANIELA TEREZA PALUDO GUGEL	7,60	5,1350	7,1070	Clas.
00004	000000093	CLEIDE REGINA BARON	7,20	6,0000	6,9600	Clas.
00005	000000630	JUSSARA APARECIDA DA SILVA GAVA	7,20	6,0000	6,9600	Clas.
00006	000000482	DIRLEI APARECIDA CARPEGIANI	7,20	5,4400	6,8480	Clas.
00007	000000103	CARINE INÊS TURMENA	7,20	5,4000	6,8400	Clas.
00008	000000509	LADYR BORTOLO MIGLIORETTO JUNIOR	7,60	3,0900	6,6980	Clas.
00009	000000080	RENATA ARTIFON	7,60	3,0400	6,6880	Clas.
00010	000000671	DARLAN FERRI	6,80	5,4600	6,5320	Clas.
00011	000000420	ROZIELI RAMOS ORSOLIN	6,80	5,1900	6,4780	Clas.
00012	000000075	DAIVANE FIORINI	6,80	5,1750	6,4750	Clas.
00013	000000299	RAFAELA CRISTINA CARNIEL	6,80	5,1400	6,4680	Clas.
00014	000000302	JULIANA GRANDO	7,20	3,1000	6,3800	Clas.
00015	000000716	ANGELA LUCIA SIMON	7,20	3,0800	6,3760	Clas.
00016	000000053	GISELE MULLER	7,20	3,0400	6,3680	Clas.
00017	000000878	JESSICA BAMPI OZECOSKI	7,20	3,0000	6,3600	Clas.
00018	000000755	MARCIANO LAZZAROTTI	7,20	3,0000	6,3600	Clas.
00019	000000616	ELIS REGINA PELIN	7,20	3,0000	6,3600	Clas.
00020	000000614	EDSON CHAGAS	6,40	6,0000	6,3200	Clas.
00021	000000038	FABIANA PAULA PICININ	6,40	6,0000	6,3200	Clas.
00022	000000069	SILVANA DE VARGAS	6,40	5,5950	6,2390	Clas.
00023	000000309	FERNANDO JOSE COLOMBO	6,40	5,3100	6,1820	Clas.
00024	000000150	DAIANE CHIAPETTI	6,40	5,2700	6,1740	Clas.
00025	000000351	MAURICIO JOSE KIRST	6,40	5,2550	6,1710	Clas.
00026	000000447	ANGELA KADES	6,40	5,1500	6,1500	Clas.
00027	000000105	CAMILA ECKER	6,80	3,2050	6,0810	Clas.
00028	000000363	CHARLINE REGINATO	6,80	3,0000	6,0400	Clas.
00029	000000163	CINTIA MARA BURALI	6,00	5,2600	5,8520	Clas.
00030	000000843	DANIEL AULER	6,40	3,3150	5,7830	Clas.
00031	000000961	MICHELE CRISTINA MERTENS SOARES	7,20	0,0000	5,7600	Clas.
00032	000000744	TAIRINE ISIS PEDROSO CAMARGO	6,40	3,0000	5,7200	Clas.
00033	000000756	PATRICIA GONÇALVES	6,40	3,0000	5,7200	Clas.
00034	000000811	LUAN PEREIRA DA ROSA	6,40	3,0000	5,7200	Clas.
00035	000000061	DARCI DE MATTOS JUNIOR	6,40	3,0000	5,7200	Clas.
00036	000000834	CEDRIC FELIX ROSSINI	6,40	3,0000	5,7200	Clas.
00037	000000695	LUCIANE MAITO	5,60	6,0000	5,6800	Clas.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCORDIA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
**CLASSIFICAÇÃO FINAL [Exercício - 2016]**  
Data da Emissão: 08/01/2016

Página: 15

Nr. Edital.: 13		Disciplina: 12 - Educação Física				
Classificação	Inscrição	Nome	Nota Prova Escrita	Nota Prova Títulos	Nota Final	Situ.
00038	000000024	ALUANA COSTA	5,60	5,5700	5,5940	Clas.
00039	000000505	JAQUELINE ZANELLA	5,60	5,3500	5,5500	Clas.
00040	000000369	NATAN JOSÉ GARGHETTI	5,60	5,0900	5,4980	Clas.
00041	000000203	GABRIELA LUIZA SCHRAMMEL HOLLERWGERGER	5,60	5,0600	5,4920	Clas.
00042	000000564	ALINE BALBINOT	6,00	3,0000	5,4000	Clas.
00043	000000663	TAÍS DILDA	6,00	3,0000	5,4000	Clas.
00044	000000586	LAERCIO GIOVANNI DIAS	6,00	3,0000	5,4000	Clas.
00045	000000139	ELIANE SALETE BARP	5,20	6,0000	5,3600	Clas.
00046	000000596	EMANUELLE CHRISTINA NEUHAUSER	5,20	5,8650	5,3330	Clas.
00047	000000740	TAINARA CAVALET JACINTHO	6,40	1,0000	5,3200	Clas.
00048	000000623	ANDERSON CECCHIN	5,20	5,7450	5,3090	Clas.
00049	000000306	JULIANO PRAVATO	5,20	5,6300	5,2860	Clas.
00050	000000179	NEILA SILVANA WASEM GRANDO	5,20	5,5500	5,2700	Clas.
00051	000000221	CINTIA LETICIA BENELLI SACOMORI	5,20	5,5450	5,2690	Clas.
00052	000000220	NADIA ROSANE PALMA MIOLO	5,20	5,4850	5,2570	Clas.
00053	000000533	ROMIELE FRIEBEL	5,20	5,3500	5,2300	Clas.
00054	000000633	LEONARDO GASPAROTTO	5,20	5,2600	5,2120	Clas.
00055	000000104	VALERIA SGANZERLA ZWIRTES	5,20	5,1900	5,1980	Clas.
00056	000000860	PABLO LUIS ORLANDINI	5,20	5,1700	5,1940	Clas.
00057	000000484	FRÂNCIELI PRESOTTO	5,20	5,1500	5,1900	Clas.
00058	000000264	JONATAN DA CAMPO	5,20	5,0950	5,1790	Clas.
00059	000000743	BEATRIZ BALBINOT	5,60	3,2450	5,1290	Clas.
00060	000000708	TIAGO DA SILVA	5,60	3,1250	5,1050	Clas.
00061	000000026	DILVANA APARECIDA URBANSKI SCORTEGAGNA	5,60	3,0950	5,0990	Clas.
00062	000000071	MARILEI BASSE	5,60	3,0350	5,0870	Clas.
00063	000000238	PRISCILA TURMENA	5,60	3,0000	5,0800	Clas.
00064	000000682	EDER LUCAS DE OLIVEIRA	6,00	0,4000	4,8800	Clas.
00065	000000783	JOÃO RODRIGO PEDROZO GHIZZONI	5,20	3,5800	4,8760	Clas.
00066	000000286	CAROLINA CORRADI MINOZZO FRUHAUF	5,20	3,2150	4,8030	Clas.
00067	000000468	MARLON TADEU TIEMANN	5,20	3,0750	4,7750	Clas.
00068	000000527	DIRCE SALETE URBANSKI	5,20	3,0000	4,7600	Clas.
00069	000000732	DAIANE LORENSETTI	5,20	3,0000	4,7600	Clas.
00070	000000964	GUILHERME DE SOUZA LIMA	5,20	0,0000	4,1600	Clas.
00071	000000354	MARISTELA ARRUDA AYRES	4,80	5,8300	5,0060	Desc.
00072	000000185	FABIANA ROMAN BISON	4,80	5,8200	5,0040	Desc.
00073	000000106	CELIMARA MORANDI	4,80	5,6200	4,9640	Desc.
00074	000000050	EMERSON BORTOLOTO	4,80	5,5950	4,9590	Desc.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCORDIA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
**CLASSIFICAÇÃO FINAL [Exercício - 2016]**  
Data da Emissão: 08/01/2016

Página: 16

**Nr. Edital.: 13** **Disciplina: 12 - Educação Física**

Classificação	Inscrição	Nome	Nota Prova Escrita	Nota Prova Títulos	Nota Final	Situ.
00075	000000838	FRANCIELE FÁTIMA STEDILLE	4,80	5,4700	4,9340	Desc.
00076	000000184	FRANCIELE CRISTINA SANTANA RHEINHEIMER	4,80	5,3200	4,9040	Desc.
00077	000000377	ERIKA KATIA DE OLIVEIRA	4,80	5,2900	4,8980	Desc.
00078	000000388	TATIANA CARLA BICCA CALDEROLLI	4,80	5,2550	4,8910	Desc.
00079	000000136	CLAITON RODRIGO BRINCKMANN	4,80	5,1550	4,8710	Desc.
00080	000000018	EDISON DOS SANTOS	4,40	6,0000	4,7200	Desc.
00081	000000251	ROSENEIDE RODRIGUES DA SILVA	4,40	5,5250	4,6250	Desc.
00082	000000094	CRISTIAN BRUSCHI MARQUES	4,40	5,3950	4,5990	Desc.
00083	000000458	DANGELA CRISTINA ZANQUET	4,40	5,1250	4,5450	Desc.
00084	000000013	FRANCIELI AGUSTINI	4,00	5,2700	4,2540	Desc.
00085	000000023	MADRISON NUNES SARTORI	4,00	5,1350	4,2270	Desc.
00086	000000504	ADENILSON FELIPE FICAGNA	4,40	3,0000	4,1200	Desc.
00087	000000973	ITAMAR FRANCISCO FORNARI	4,80	0,0000	3,8400	Desc.
00088	000000963	JOÃO BATISTA REUS BIAZUS DE MELO	4,80	0,0000	3,8400	Desc.
00089	000000151	CRISTIANE BRUNETTO	Ausente	5,1650	1,0330	Desc.
00090	000000343	DIANA PAULA FERREIRA	Ausente	5,0900	1,0180	Desc.
00091	000000872	VANESSA CRISTINA MALAQUIAS ANDERSON	Ausente	3,0000	0,6000	Desc.
00092	000000952	PATRICIA DO NASCIMENTO	Ausente	0,0000	0,0000	Desc.
00093	000000959	ELIANE PECINI	Ausente	0,0000	0,0000	Desc.
00094	000000967	MANUELA CASSIA MORETTO	Ausente	0,0000	0,0000	Desc.
00095	000000969	NATALIA MILENA WEBER	Ausente	0,0000	0,0000	Desc.
00096	000000975	VINICIUS LUIS CAMPAGNOLO	Ausente	0,0000	0,0000	Desc.
00097	000000977	SIDNEI TURMINA	Ausente	0,0000	0,0000	Desc.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCORDIA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
**CLASSIFICAÇÃO FINAL [Exercício - 2016]**  
Data da Emissão: 08/01/2016

Página: 17

**Nr. Edital.: 13**      **Disciplina: 13 - Educação Infantil (Pré-Escolar e CMEIs)**

Classificação	Inscrição	Nome	Nota Prova Escrita	Nota Prova Títulos	Nota Final	Situ.
00001	000000275	DELICI SCHMITT SCHWINGEL	9,20	5,1950	8,3990	Clas.
00002	000000110	VANDERLEIA SALETE CADORIN	8,40	5,2350	7,7670	Clas.
00003	000000880	JANETE BORSATI FARIAS	8,00	5,8200	7,5640	Clas.
00004	000000359	JAIRA ZAMPIERON	8,00	5,0000	7,4000	Clas.
00005	000000290	GRACIELI BERTOCHO KUGELMEIER	8,40	3,0000	7,3200	Clas.
00006	000000814	IEDA MARIA NAIRO MORO RIOS	7,60	6,0000	7,2800	Clas.
00007	000000195	LISE MARA SCHWINGEL	7,60	6,0000	7,2800	Clas.
00008	000000635	MARILENE PELLIZZARI BISOLLO	7,60	6,0000	7,2800	Clas.
00009	000000242	KAREN SANDRA MAGEDAM WILSKE	7,60	5,2250	7,1250	Clas.
00010	000000108	JUPIELA NISSOLA DE SIMAS	7,60	5,2000	7,1200	Clas.
00011	000000349	EDICE APARECIDA CAMARGO PERKA	7,60	5,1250	7,1050	Clas.
00012	000000643	LIDIANA POLHMANN	7,60	5,0950	7,0990	Clas.
00013	000000776	MARIANE FRANKE	7,60	5,0500	7,0900	Clas.
00014	000000780	TAINARA HOECKLER	8,40	1,5500	7,0300	Clas.
00015	000000342	FABIANA LANFREDI HERPICH	7,20	5,2700	6,8140	Clas.
00016	000000253	DANIELA LAZARINI	7,20	5,2300	6,8060	Clas.
00017	000000147	PATRICIA LUANA ZAIONS	7,20	5,2150	6,8030	Clas.
00018	000000273	ANADI ROSITA VICENTE	7,20	5,1550	6,7910	Clas.
00019	000000714	NIVEA MARIA SONTAG	7,20	5,0850	6,7770	Clas.
00020	000000390	VANESSA JACQUELINE KIRSTEN	7,20	5,0800	6,7760	Clas.
00021	000000457	LUANA SCATOLIN GERMANO	7,20	5,0000	6,7600	Clas.
00022	000000607	ROSELENE DEUNER	7,60	3,0950	6,6990	Clas.
00023	000000039	DARLEIA PRIMO	7,60	3,0850	6,6970	Clas.
00024	000000580	SOLANGE BARTH PARAVIZI	6,80	6,0000	6,6400	Clas.
00025	000000404	ELISANGELA MARIA MANFROI BRUNIERA	8,00	1,0200	6,6040	Clas.
00026	000000262	DANIELA CRISTINA GROSS GALANTE	8,00	1,0000	6,6000	Clas.
00027	000000727	ANDREIA DA SILVA SANTIAGO	8,00	1,0000	6,6000	Clas.
00028	000000855	MARCELI REGINA BATISTELLA RAMIRES SOUTO	8,00	0,8700	6,5740	Clas.
00029	000000006	SILVIA BERNARDI KAIBER	6,80	5,4250	6,5250	Clas.
00030	000000550	SILVANA DE ALMEIDA	6,80	5,3700	6,5140	Clas.
00031	000000324	IVETE PRESOTTO COLOSSI	6,80	5,3400	6,5080	Clas.
00032	000000197	SIRLEI REGINATO PERIN	6,80	5,2700	6,4940	Clas.
00033	000000312	GEIZA NOEMI TEDESCO	6,80	5,1750	6,4750	Clas.
00034	000000146	MARISTELA DEOLA	6,80	5,1500	6,4700	Clas.
00035	000000415	EDIANA LUCIA CAGLIARI MENECHINI	6,80	5,1450	6,4690	Clas.
00036	000000681	JAMARA DE SOUZA BORGES	6,80	5,1100	6,4620	Clas.
00037	000000372	PATRICIA VARGAS DA COSTA	6,80	5,1050	6,4610	Clas.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCORDIA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
**CLASSIFICAÇÃO FINAL [Exercício - 2016]**  
Data da Emissão: 08/01/2016

Página: 18

**Nr. Edital.: 13**      **Disciplina: 13 - Educação Infantil (Pré-Escolar e CMEIs)**

Classificação	Inscrição	Nome	Nota Prova Escrita	Nota Prova Títulos	Nota Final	Situ.
00038	000000793	DEBORA SCHNEIDER	6,80	5,0400	6,4480	Clas.
00039	000000112	VERA LUCIA BEE	6,80	5,0000	6,4400	Clas.
00040	000000707	ODETE FERREIRA KUHN	7,20	3,2000	6,4000	Clas.
00041	000000419	ELIANE TOIGO DA ROSA	7,20	3,2000	6,4000	Clas.
00042	000000371	MONALIZE SAVOLDI CONTE	7,60	1,5600	6,3920	Clas.
00043	000000077	DEISE DEL POSSO	7,20	3,0350	6,3670	Clas.
00044	000000268	DIRCE DA SILVA	7,60	1,2400	6,3280	Clas.
00045	000000398	MICHELE ALINE RIZZI NUNES	7,60	1,2000	6,3200	Clas.
00046	000000182	ROSANGELA TERESINHA FRACASSO	6,40	6,0000	6,3200	Clas.
00047	000000822	ROSENELI RADIN MUNARETTO	6,40	6,0000	6,3200	Clas.
00048	000000453	INDIANARA ZAGONEI DE SOUZA BEGNINI	6,40	5,8350	6,2870	Clas.
00049	000000405	FERNANDA APARECIDA PELLIZZARO	6,40	5,6200	6,2440	Clas.
00050	000000098	LUANA THAIS BENINI DIAS	6,40	5,2600	6,1720	Clas.
00051	000000102	CLECI TONIOLO	6,40	5,2600	6,1720	Clas.
00052	000000546	ODETE TEIXEIRA PASINATTO	6,40	5,2350	6,1670	Clas.
00053	000000241	MARISA ALINE MAGDANS PEDROTTI	6,40	5,2250	6,1650	Clas.
00054	000000594	ALINE CARIN DA SILVA PANSERA	6,40	5,2250	6,1650	Clas.
00055	000000446	FERNANDA STOCKMANN	6,40	5,1600	6,1520	Clas.
00056	000000754	MARISA APARECIDA ELY CASAGRANDE	6,80	3,5300	6,1460	Clas.
00057	000000786	IVONE MULLER	6,40	5,1200	6,1440	Clas.
00058	000000064	THAIMARA TRAMONTINA	6,40	5,1100	6,1420	Clas.
00059	000000138	DANIELA TERESINHA RUVIARO	6,40	5,0900	6,1380	Clas.
00060	000000126	ELOISA REGINA ESSING BARBOSA	6,40	5,0800	6,1360	Clas.
00061	000000361	ELISANE FATIMA GRANA MARTELLO	6,40	5,0550	6,1310	Clas.
00062	000000020	CARINA LUISA MULLER	6,40	5,0450	6,1290	Clas.
00063	000000208	JESSICA PIRES	6,40	5,0400	6,1280	Clas.
00064	000000474	ELAINE FRANCISCON	6,80	3,0650	6,0530	Clas.
00065	000000719	CRISTIANE AGNOLIN	6,80	3,0000	6,0400	Clas.
00066	000000659	MARTA INES DE MELLO	6,00	6,0000	6,0000	Clas.
00067	000000054	LEDA INÊS ROSA DOS SANTOS	6,00	6,0000	6,0000	Clas.
00068	000000501	LUCIANA KOWACICZ SANDI	6,00	6,0000	6,0000	Clas.
00069	000000226	ANDRESSA CRUZ DA SILVA PALUDO	6,00	5,6850	5,9370	Clas.
00070	000000726	CLAUDIA MARA MALAKOWSKI VALCARENGHI	7,20	0,8000	5,9200	Clas.
00071	000000666	LUCIANE ALMEIDA RAMOS	6,00	5,5050	5,9010	Clas.
00072	000000206	EDIMAR GUGEL	6,00	5,5000	5,9000	Clas.
00073	000000210	ELAINE REDIN	6,00	5,4750	5,8950	Clas.
00074	000000841	MARLENI TEREZINHA VOGT	7,20	0,6000	5,8800	Clas.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCORDIA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
**CLASSIFICAÇÃO FINAL [Exercício - 2016]**  
Data da Emissão: 08/01/2016

Página: 19

**Nr. Edital.: 13**      **Disciplina: 13 - Educação Infantil (Pré-Escolar e CMEIs)**

Classificação	Inscrição	Nome	Nota Prova Escrita	Nota Prova Títulos	Nota Final	Situ.
00075	000000113	SABRINA BORGES PINHEIRO MACHADO	6,00	5,3800	5,8760	Clas.
00076	000000535	IRENE ELAINE SAATKAMP	6,00	5,3100	5,8620	Clas.
00077	000000478	ALEXANDRA GODIN	6,00	5,2250	5,8450	Clas.
00078	000000676	KATIA GERUSA BASEGGIO	6,00	5,2250	5,8450	Clas.
00079	000000162	ADRIANI FISCHER KROMBAUER	6,00	5,2150	5,8430	Clas.
00080	000000258	ROSEMAR BOTEGA FABRIS	6,00	5,1200	5,8240	Clas.
00081	000000228	ADRIANA APARECIDA DA SILVA	6,40	3,3000	5,7800	Clas.
00082	000000946	LISIANE CRISTINA SANTORI	7,20	0,0000	5,7600	Clas.
00083	000000493	ANGELA MARIA ZUNAZZI	6,40	3,1200	5,7440	Clas.
00084	000000091	JULIANA FERREIRA GHENO	6,40	3,0950	5,7390	Clas.
00085	000000270	ALINE VANUSA MARCOS DE SOUZA	6,80	1,4900	5,7380	Clas.
00086	000000434	MARISTELA HENKE	6,40	3,0700	5,7340	Clas.
00087	000000585	GIANE ROSSETTO	6,80	1,4300	5,7260	Clas.
00088	000000318	HELOISE BONIN	6,80	1,4000	5,7200	Clas.
00089	000000366	SILVANA CRISTINA F. HOECHLER CECCHIN	6,40	3,0000	5,7200	Clas.
00090	000000819	CARINA MACHADO SOARES	6,40	3,0000	5,7200	Clas.
00091	000000142	ADRIANA FALABRETTI	6,40	3,0000	5,7200	Clas.
00092	000000650	DAIANE TURMENA	6,80	1,2650	5,6930	Clas.
00093	000000052	MARIA DE LURDES KIRSCH PAVAN	5,60	6,0000	5,6800	Clas.
00094	000000190	MARIA DO SOCORRO GOMES ARAUJO	5,60	5,8500	5,6500	Clas.
00095	000000219	REJANE CRISTINA MULLER	5,60	5,7500	5,6300	Clas.
00096	000000480	DANIELI INES PEDROTTI COLDEBELLA	6,80	0,8400	5,6080	Clas.
00097	000000767	MARCIA ROSA HEYDT ROGOWSKI	5,60	5,3200	5,5440	Clas.
00098	000000489	CARLA ADRIANE FAZZIONI RAMÃO	5,60	5,2850	5,5370	Clas.
00099	000000336	MICHELI CRISTINA DA CONCEIÇÃO	5,60	5,2550	5,5310	Clas.
0100	000000040	GRACIELE GROSS DE FREITAS MARCHESI	5,60	5,2250	5,5250	Clas.
0101	000000281	MIRACI APARECIDA CALZA FALKOSKI	5,60	5,2200	5,5240	Clas.
0102	000000174	ALCINEIA SCHENEBERGER BATISTA	5,60	5,2100	5,5200	Clas.
0103	000000538	ALCIONE TEREZINHA NISSOLA MACIEL	5,60	5,2100	5,5200	Clas.
0104	000000037	CLÉIA BERTOCHO	5,60	5,1500	5,5100	Clas.
0105	000000030	ELCI VENDRUSCOLO FELIX	5,60	5,1400	5,5080	Clas.
0106	000000056	ADENILCE ELEUTÉRIO DA LUZ	5,60	5,1400	5,5080	Clas.
0107	000000886	SUZANA CRISTINA FLECK	5,60	5,0000	5,4800	Clas.
0108	000000951	ELISANGELA TERESINHA BALESTRIN SOSTER	6,80	0,0000	5,4400	Clas.
0109	000000283	JUCIANE VITTO DA CRUZ	6,40	1,4400	5,4080	Clas.
0110	000000620	ROSELI MARLENE LOHMANN BOHRER	6,00	3,0400	5,4080	Clas.
0111	000000320	SANDRA MARA SANTORI CAGLIARI	6,40	1,4300	5,4060	Clas.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCORDIA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
**CLASSIFICAÇÃO FINAL [Exercício - 2016]**  
Data da Emissão: 08/01/2016

Página: 20

**Nr. Edital.: 13**      **Disciplina: 13 - Educação Infantil (Pré-Escolar e CMEIs)**

Classificação	Inscrição	Nome	Nota Prova Escrita	Nota Prova Títulos	Nota Final	Situ.
00112	000000476	MARILETE DEGARAIS	6,00	3,0000	5,4000	Clas.
00113	000000516	JENNY SUMARA LONGO	6,00	3,0000	5,4000	Clas.
00114	000000757	TEREZINHA OLIVIA MEZACASA PINCEGHER	6,00	3,0000	5,4000	Clas.
00115	000000863	IREN MARIA SULZBACH BENDER	6,40	1,0850	5,3370	Clas.
00116	000000383	ZENILDA GUAREZI SALINI	5,20	5,8100	5,3220	Clas.
00117	000000328	JANE DE LURDES SIMONI	5,20	5,7300	5,3060	Clas.
00118	000000801	FABIANE PINTO PETZEN	5,20	5,6200	5,2840	Clas.
00119	000000641	VÉRA LUCIA MÜLLER	6,40	0,8000	5,2800	Clas.
00120	000000741	ANDREIA APARECIDA PEREIRA	6,40	0,8000	5,2800	Clas.
00121	000000432	LOICI SOLANGE MULLER POTTRATZ	6,40	0,8000	5,2800	Clas.
00122	000000518	MARCIA LUCIA MALDANER FROZZA	5,20	5,4050	5,2410	Clas.
00123	000000310	ROSINÉIA FONSECA DA SILVA	5,20	5,3350	5,2270	Clas.
00124	000000605	SIDIANE TEREZINHA RICHARDI PILATTI	5,20	5,3250	5,2250	Clas.
00125	000000365	PATRICIA MASIERO	5,60	3,6850	5,2170	Clas.
00126	000000082	DEBORA ROBERTA FICAGNA KAMINSKI	6,40	0,4000	5,2000	Clas.
00127	000000578	ELIZIANE APARECIDA FANTIN SCHNEIDER	5,20	5,1700	5,1940	Clas.
00128	000000074	GISLAINE MANICA DE AVILA	5,20	5,0900	5,1780	Clas.
00129	000000127	TAISE DAIANE FUCHS WENTZ	5,20	5,0600	5,1720	Clas.
00130	000000246	VANESSA CRISTINA CMIEL	5,60	3,4500	5,1700	Clas.
00131	000000584	ALINE RISSO	5,20	5,0400	5,1680	Clas.
00132	000000590	LETICIA RUVIARO POZZA	6,40	0,2000	5,1600	Clas.
00133	000000297	TATIANE CRISTINE DA SILVA	6,40	0,2000	5,1600	Clas.
00134	000000784	DAIANE DA CAMPO	6,40	0,2000	5,1600	Clas.
00135	000000715	TAINARA SCHIMMELPFENNIG	6,40	0,2000	5,1600	Clas.
00136	000000352	THAISE RENATA BOCHI COSTA	5,60	3,2150	5,1230	Clas.
00137	000000919	JANETE DAL BELLO	6,40	0,0000	5,1200	Clas.
00138	000000897	DAIANE CRISTIELI LAWRENZ DIAS	6,40	0,0000	5,1200	Clas.
00139	000000909	ELIANE KLEIN ALTHAUS	6,40	0,0000	5,1200	Clas.
00140	000000934	LEIA CRISTINA RAIMUNDI	6,40	0,0000	5,1200	Clas.
00141	000000107	LUCIANA WILSMANN PEREIRA	5,60	3,1400	5,1080	Clas.
00142	000000866	NEIVANA TEREZINHA BISCHOFF DE LIMA	5,60	3,1200	5,1040	Clas.
00143	000000291	KARINE BEVILAQUA	5,60	3,0400	5,0880	Clas.
00144	000000423	ADAIANE DULCINEIA LOPES SANTANA KNOBLOCH	5,60	3,0250	5,0850	Clas.
00145	000000870	ELIANE PEGORARO GUIMARAES	5,60	3,0000	5,0800	Clas.
00146	000000157	KARIN DEISE CERON	5,60	3,0000	5,0800	Clas.
00147	000000170	ADRIELI CISOTTO LODI	6,00	1,2450	5,0490	Clas.
00148	000000646	DEISE PAULA DE VARGAS	6,00	1,2000	5,0400	Clas.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCORDIA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
**CLASSIFICAÇÃO FINAL [Exercício - 2016]**  
Data da Emissão: 08/01/2016

Página: 21

**Nr. Edital.: 13**      **Disciplina: 13 - Educação Infantil (Pré-Escolar e CMEIs)**

Classificação	Inscrição	Nome	Nota Prova Escrita	Nota Prova Títulos	Nota Final	Situ.
00149	000000443	JAÍNE FAVARETTO	6,00	1,0550	5,0110	Clas.
00150	000000561	DELIRIS ZAGONEL DA SILVA	6,00	1,0400	5,0080	Clas.
00151	000000782	INGRID GONÇALVES	6,00	1,0000	5,0000	Clas.
00152	000000851	ADRIANA FATIMA ZAMPIERON	6,00	0,8000	4,9600	Clas.
00153	000000790	GLAUCIA HEINRICH JUSTI LOPES	6,00	0,8000	4,9600	Clas.
00154	000000831	MARLETE FATIMA DA SILVA GROSS	6,00	0,8000	4,9600	Clas.
00155	000000797	SANDRA REGINA MARIOTTI	6,00	0,6350	4,9270	Clas.
00156	000000748	SAIONARA APARECIDA CARDOSO	6,00	0,6100	4,9220	Clas.
00157	000000532	ODETE DE OLIVEIRA SAVI	6,00	0,6000	4,9200	Clas.
00158	000000140	LARISSA TELES DA ROCHA KNECHT	6,00	0,6000	4,9200	Clas.
00159	000000738	LORRAYNE CAMAYARA GOMES ARAUJO	6,00	0,4000	4,8800	Clas.
00160	000000636	MARISA REMOR	6,00	0,2000	4,8400	Clas.
00161	000000810	MARCIA SALETE PINTO JOHANN	6,00	0,2000	4,8400	Clas.
00162	000000939	MARLI FERREIRA DA SILVA	6,00	0,0000	4,8000	Clas.
00163	000000933	JOCINEIA COIMBRA DA SILVA REICHERT	6,00	0,0000	4,8000	Clas.
00164	000000540	MARIELA PROINELLI HEPIN	5,20	3,0750	4,7750	Clas.
00165	000000152	SAIONARA TERESINHA VENDRUSCOLO SCHMIDT	5,60	1,4600	4,7720	Clas.
00166	000000545	DEBORA MARINA DOS SANTOS	5,20	3,0500	4,7700	Clas.
00167	000000577	JOSIELE DA SILVA LESSE	5,60	1,4400	4,7680	Clas.
00168	000000862	DAIANE BLASQUEVITS ZENARO	5,20	3,0000	4,7600	Clas.
00169	000000347	SOLANGE MARIA MAIA	5,60	0,8000	4,6400	Clas.
00170	000000566	JUCENIR BATISTA DOS SANTOS	5,60	0,8000	4,6400	Clas.
00171	000000122	NELSI KLUMB COLASSO	5,60	0,7950	4,6390	Clas.
00172	000000687	ROSÂNGELA WOLOSZYNN ERNZEN	5,60	0,6000	4,6000	Clas.
00173	000000289	DARLENE BENINI	5,60	0,6000	4,6000	Clas.
00174	000000698	SERLENE SALETE MÜLLER	5,60	0,6000	4,6000	Clas.
00175	000000488	MAIARA LUANA WEIRICH	5,60	0,2450	4,5290	Clas.
00176	000000414	VANIA APARECIDA CHIOSSI ROSSETTO	5,60	0,2000	4,5200	Clas.
00177	000000595	LUANA INES RAHMEIER	5,60	0,2000	4,5200	Clas.
00178	000000915	JULIANA CAMELO DE OLIVEIRA BERNARDI	5,60	0,0000	4,4800	Clas.
00179	000000569	TATIANE HEINRICH	5,20	1,5000	4,4600	Clas.
00180	000000799	ESTEIA SOLANGE GROSS	5,20	1,4900	4,4580	Clas.
00181	000000046	DAIANE CRISTINA MOREIRA PAZ	5,20	1,4750	4,4550	Clas.
00182	000000625	PATRICIA PETRI CURIOLETTI	5,20	1,4150	4,4430	Clas.
00183	000000824	IVANIA ARALDI PELLIN	5,20	1,4000	4,4400	Clas.
00184	000000871	VANIA KAUPZINSKI	5,20	1,0000	4,3600	Clas.
00185	000000552	JESSICA CAROLINE SORDI	5,20	0,6000	4,2800	Clas.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCORDIA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
**CLASSIFICAÇÃO FINAL [Exercício - 2016]**  
Data da Emissão: 08/01/2016

Página: 22

**Nr. Edital.: 13**      **Disciplina: 13 - Educação Infantil (Pré-Escolar e CMEIs)**

Classificação	Inscrição	Nome	Nota Prova Escrita	Nota Prova Títulos	Nota Final	Situ.
00186	000000599	SIRLEI KOEFENDER FRARE	5,20	0,6000	4,2800	Clas.
00187	000000231	MARÍLIA BRÜCKMANN MAGRO	5,20	0,6000	4,2800	Clas.
00188	000000752	SAMARA TAIS WASEM	5,20	0,6000	4,2800	Clas.
00189	000000559	LEIDE DAIANE GRÜHLKE	5,20	0,2000	4,2000	Clas.
00190	000000391	ÁGATA LANA DALMOLIN DAHMER	5,20	0,2000	4,2000	Clas.
00191	000000688	SOLANGE GIACHINE DA SILVA	5,20	0,2000	4,2000	Clas.
00192	000000689	ANA CAROLINA GROSS	5,20	0,2000	4,2000	Clas.
00193	000000706	CHARLIZE VANICIA WEIAND	5,20	0,2000	4,2000	Clas.
00194	000000686	SOLIMARA BERNARDI	5,20	0,2000	4,2000	Clas.
00195	000000508	DENISE RODRIGUES DA SILVA	5,20	0,2000	4,2000	Clas.
00196	000000149	PATRICIA DE SOUZA NALIN POPP	5,20	0,2000	4,2000	Clas.
00197	000000848	GABRIELA FORNARI SELBACH	5,20	0,2000	4,2000	Clas.
00198	000000926	ANDREIA RAQUEL ZANON DO PRADO KRUGER	5,20	0,0000	4,1600	Clas.
00199	000000953	PAMELA CRISTINA MANGOLD	5,20	0,0000	4,1600	Clas.
00200	000000913	VANESSA MALTAURO	5,20	0,0000	4,1600	Clas.
00201	000000906	EDIVANA BET	5,20	0,0000	4,1600	Clas.
00202	000000928	JANE TEREZINHA MOTERLE ROBAERT	5,20	0,0000	4,1600	Clas.
00203	000000215	GELSI TRENTIN NIERO	5,20	0,0000	4,1600	Clas.
00204	000000199	DILEMA PERKA KIRST	4,80	5,8000	5,0000	Desc.
00205	000000874	CLAUDETE PARIZOTTO PETINI	4,80	5,6100	4,9620	Desc.
00206	000000653	IVANIR TEREZINHA DALMOLIN DAHMER	4,80	5,2950	4,8990	Desc.
00207	000000406	CHAIANE BATTISTELLA BRATTI	4,80	5,2800	4,8960	Desc.
00208	000000813	TEREZINHA TAVARES	4,80	5,1850	4,8770	Desc.
00209	00000058	FERNANDA TELES	4,80	5,1350	4,8670	Desc.
00210	000000609	LANIR SCHWANKE BEVILAQUA	4,80	5,1100	4,8620	Desc.
00211	000000487	SUZANA ZAMBONI	4,40	5,7500	4,6700	Desc.
00212	000000655	NEUSA SCHERER DANDOLINI	4,40	5,2300	4,5660	Desc.
00213	000000236	IDONES APARECIDA CITTADIN	4,40	5,2150	4,5630	Desc.
00214	000000305	LUCIANA BOCHI	4,80	5,1450	4,5490	Desc.
00215	000000869	DILCE DA ROCHA	4,80	3,1450	4,4690	Desc.
00216	000000455	LUCIANA PAULA RIBEIRO	4,00	3,0000	4,4400	Desc.
00217	000000263	ROZEMERI APARECIDA SANTOS MUNARETTO	4,00	5,3000	4,2600	Desc.
00218	000000032	VIVIANE CENCI FORMAGINI	4,00	5,2100	4,2420	Desc.
00219	000000176	DANIELA ROSANA KOCHENBORGER	4,00	5,1300	4,2260	Desc.
00220	000000808	JANAINA ALVES RIBEIRO	4,40	5,0700	4,2140	Desc.
00221	000000603	JEANE AGNOLIN	4,40	3,1400	4,1480	Desc.
00222	000000172	NEIVA VALGOI KLASSMANN	4,40	3,1150	4,1430	Desc.
			4,80	1,4550	4,1310	Desc.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCORDIA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
**CLASSIFICAÇÃO FINAL [Exercício - 2016]**  
Data da Emissão: 08/01/2016

Página: 23

**Nr. Edital.: 13**      **Disciplina: 13 - Educação Infantil (Pré-Escolar e CMEIs)**

Classificação	Inscrição	Nome	Nota Prova Escrita	Nota Prova Títulos	Nota Final	Situ.
00223	000000187	MICHELE VIEIRA	4,40	3,0250	4,1250	Desc.
00224	000000859	ISLAINE FATIMA KRAUZE	4,80	1,4000	4,1200	Desc.
00225	000000629	HELENA MARIA DA COSTA SANTIN	4,40	3,0000	4,1200	Desc.
00226	000000015	MARTA DE OLIVEIRA	4,80	1,2000	4,0800	Desc.
00227	000000494	DALVANA CRISTINA SANDI ZANINI	3,60	5,1600	3,9120	Desc.
00228	000000437	MARCIA KOZA	3,60	5,0950	3,8990	Desc.
00229	000000825	MARILIZE PERIN FARINA	4,80	0,2000	3,8800	Desc.
00230	000000921	JOICE RIZELLO	4,80	0,0000	3,8400	Desc.
00231	000000899	JOICE FERNANDES	4,80	0,0000	3,8400	Desc.
00232	000000912	ANDRESSA LAUXEN	4,80	0,0000	3,8400	Desc.
00233	000000917	MARLEI RAUBER SIEGA	4,80	0,0000	3,8400	Desc.
00234	000000894	NANCI ALINE DA SILVA	4,80	0,0000	3,8400	Desc.
00235	000000284	SUELEN CRISTINA POZZO	4,40	1,3550	3,7910	Desc.
00236	000000192	DENISE GONCALVES	4,40	1,3250	3,7850	Desc.
00237	000000731	SANDRA PIEKAS	4,40	1,0000	3,7200	Desc.
00238	000000788	CLAUDIANA DOS SANTOS SILVA	4,40	0,8000	3,6800	Desc.
00239	000000877	MARGARIDA KRUSE	4,40	0,6400	3,6480	Desc.
00240	000000842	SILMARA VOLPINI SCHIAVINI	4,40	0,6000	3,6400	Desc.
00241	000000902	VANIA PEREIRA BAHIA	4,40	0,0000	3,5200	Desc.
00242	000000943	ARIANE DALLA LIBERA RENOSTO	4,40	0,0000	3,5200	Desc.
00243	000000936	DANIELE BANHOLINI	4,40	0,0000	3,5200	Desc.
00244	000000892	GRACIELA MARCIA RAMILIO WEBER	4,40	0,0000	3,5200	Desc.
00245	000000497	ADRIANA DA SILVA LORENSETTI	3,60	3,2000	3,5200	Desc.
00246	000000734	ALINE BINSFELD	3,60	3,1400	3,5080	Desc.
00247	000000248	TATIANE STEFANI	3,60	3,1250	3,5050	Desc.
00248	000000459	IVANETE GONÇALVES	4,00	1,4000	3,4800	Desc.
00249	000000009	KELEN MUNARETTO	4,00	0,8000	3,3600	Desc.
00250	000000745	DAGMARA TIEMANN SCHWARZ	4,00	0,6000	3,3200	Desc.
00251	000000624	JOSIANE PATRICIA MACHADO	4,00	0,6000	3,3200	Desc.
00252	000000791	GILIANE GALINA HARTMANN	4,00	0,2000	3,2400	Desc.
00253	000000601	ELIANE DICKEL OLCHOVI	4,00	0,2000	3,2400	Desc.
00254	000000930	MARCIANA ZILIO	4,00	0,0000	3,2000	Desc.
00255	000000529	EDINEIA MARTINAZZO DOS SANTOS	3,60	1,0000	3,0800	Desc.
00256	000000937	CARLA MASSON CEMBRANI	3,20	0,0000	2,5600	Desc.
00257	000000941	TATIANA REGINATO	2,80	0,0000	2,2400	Desc.
00258	000000358	KARINA RUBIA SIMAO WOMMER	Ausente	5,3350	1,0670	Desc.
00259	000000308	DAIANE GOMES BORGES	Ausente	5,2650	1,0530	Desc.



Página: 24

Nr. Editorial.: 13

Classificação	Inscrição	Nome	Nota Prova Escrita	Nota Prova Títulos	Nota Final	Situ
00260	0000000881	VIVIANE PALKEWICH HOFFMANN	Ausente	5,0000	1,0000	Desc.
00261	0000000068	JUSSARA DETONI	Ausente	3,3000	0,6600	Desc.
00262	000000619	GRACIELE LEMOS ESSING	Ausente	3,2050	0,6410	Desc.
00263	000000293	TATIANE MARCOLINO DE OLIVEIRA GOMES	Ausente	3,0600	0,6120	Desc.
00264	000000728	MARISETE APARECIDA LEMOS BINSFELD	Ausente	3,0300	0,6060	Desc.
00265	000000356	ANA PAULA LERNER WUADEN	Ausente	0,9050	0,1810	Desc.
00266	000000323	DENIZE MIOLA DE BARBARA	Ausente	0,8000	0,1600	Desc.
00267	000000762	FERNANDA LAZZAROTTI RUBINI	Ausente	0,6000	0,1200	Desc.
00268	000000836	CINTIA MARA NICTERWITZ	Ausente	0,2000	0,0400	Desc.
00269	000000400	GILMARA STEDILLE	Ausente	0,2000	0,0400	Desc.
00270	000000924	OLIRIA OSOWSKI PEREIRA	Ausente	0,0000	0,0000	Desc.
00271	000000908	RAQUEL DIAS FERREIRA CRUZ	Ausente	0,0000	0,0000	Desc.
00272	000000904	JULIANE VALCARENGHI	Ausente	0,0000	0,0000	Desc.
00273	000000896	KEILA DANIELA GONCALVES	Ausente	0,0000	0,0000	Desc.
00274	000000948	LIZANDRA MARIA MARCHESI	Ausente	0,0000	0,0000	Desc.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCORDIA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
**CLASSIFICAÇÃO FINAL [Exercício - 2016]**  
Data da Emissão: 08/01/2016

Página: 25

**Nr. Edital.: 13** **Disciplina: 14 - Anos Iniciais (1° ao 5° ano)**

Classificação	Inscrição	Nome	Nota Prova Escrita	Nota Prova Títulos	Nota Final	Situ.
00001	000000123	MARCIA LISIANA SAATKAMP LAWRENZ	9,20	6,0000	8,5600	Clas.
00002	000000449	LUCIVANIA BARANOSKI SILVA	9,20	6,0000	8,5600	Clas.
00003	000000549	SILVANA DE ALMEIDA	8,00	5,3700	7,4740	Clas.
00004	000000233	ALDETE GASPARETTO	7,60	6,0000	7,2800	Clas.
00005	000000722	ELAINE GRANDO VOIDILA	7,60	5,8350	7,2470	Clas.
00006	000000021	ELISABETE RUVIARO THOME	7,60	5,6700	7,2140	Clas.
00007	000000194	MARISA FATIMA POZZO HAMERA	7,60	5,3750	7,1550	Clas.
00008	000000217	CLAUDIA FERNANDES BORGES	7,60	5,3650	7,1530	Clas.
00009	000000109	JURIELA NISSOLA DE SIMAS	7,60	5,2000	7,1200	Clas.
00010	000000565	MARISTELA DEOLA	7,60	5,1500	7,1100	Clas.
00011	000000413	EDIANA LUCIA CAGLIARI MENEHINI	7,60	5,1450	7,1090	Clas.
00012	000000350	EDILCE APARECIDA CAMARGO PERKA	7,60	5,1250	7,1050	Clas.
00013	000000774	MARIANE FRANKKE	7,60	5,0500	7,0900	Clas.
00014	000000196	MARIA ROSARIA FASOLO MARXREITER	7,60	5,0400	7,0880	Clas.
00015	000000207	JESSICA PIRES	7,60	5,0400	7,0880	Clas.
00016	000000235	EUNICE TERESINHA RAMBO ARGENTON	7,20	6,0000	6,9600	Clas.
00017	000000627	ZULAMAR MARIA COSTA	7,20	5,8000	6,9200	Clas.
00018	000000078	MARITANIA ROSANGELA HAAS BONISSONI	7,20	5,7200	6,9040	Clas.
00019	000000617	LURDES MARIA TURMENA SIEGA	7,20	5,3400	6,8280	Clas.
00020	000000256	DIRLEI SIEVERT	7,20	5,2600	6,8120	Clas.
00021	000000451	DIANE LAZAROTTO BEVILAQUA	7,20	5,1500	6,7900	Clas.
00022	000000751	MARISA APARECIDA ELY CASAGRANDE	7,60	3,5300	6,7860	Clas.
00023	000000025	MARCIA REGINA GREGIANIN	7,20	5,1100	6,7820	Clas.
00024	000000766	CAMILLE PICHININI DE SANTI DA SILVA	7,60	3,3400	6,7480	Clas.
00025	000000381	CLAUDETE DEBIAZI KALSING	8,00	1,4900	6,6980	Clas.
00026	000000475	ELAINE FRANCISCON	7,60	3,0650	6,6930	Clas.
00027	000000608	ILÓINE SANDERS HERBICH	7,60	3,0000	6,6800	Clas.
00028	000000202	SIRLEI TERESINHA KOVACIC M. DA SILVA	6,80	5,8100	6,6020	Clas.
00029	000000261	DANIELA CRISTINA GROSS GALANTE	8,00	1,0000	6,6000	Clas.
00030	000000250	MERLI THOME	7,20	4,0000	6,5600	Clas.
00031	000000572	DILCE ZATTA GASPARETTO	6,80	5,5700	6,5540	Clas.
00032	000000313	GEIZA NOEMI TEDESCO	6,80	5,1750	6,4750	Clas.
00033	000000456	LUANA SCATOLIN GERMANO	6,80	5,0000	6,4400	Clas.
00034	000000980	ROSELENE ERLO DAMBROS	8,00	0,0000	6,4000	Clas.
00035	000000828	LUANA PINCEGHER	7,60	1,4000	6,3600	Clas.
00036	000000660	MARTA INES DE MELLO	6,40	6,0000	6,3200	Clas.
00037	000000826	ROSENELI RADIN MUNARETTO	6,40	6,0000	6,3200	Clas.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCORDIA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
**CLASSIFICAÇÃO FINAL [Exercício - 2016]**  
Data da Emissão: 08/01/2016

Página: 26

**Nr. Edital.: 13** **Disciplina: 14 - Anos Iniciais (1º ao 5º ano)**

Classificação	Inscrição	Nome	Nota Prova Escrita	Nota Prova Títulos	Nota Final	Situ.
00038	000000864	MARINÊS GIRARDI	6,40	6,0000	6,3200	Clas.
00039	000000523	MARITÂNIA POLETO	6,40	6,0000	6,3200	Clas.
00040	000000610	LANIR SCHWANKE BEVILAQUA	6,40	5,7500	6,2700	Clas.
00041	000000685	MARISETE MACHADO KERN	6,40	5,6600	6,2520	Clas.
00042	000000725	CLAUDIA MARA MALAKOWSKI VALCARENGHI	7,60	0,8000	6,2400	Clas.
00043	000000156	FABIANA BEAL	6,40	5,2800	6,1760	Clas.
00044	000000664	LEDIR INÊS ADAMS	6,40	5,2550	6,1710	Clas.
00045	000000334	MARISA PASINATO PICHETTI	6,40	5,2450	6,1690	Clas.
00046	000000385	PRISCILA BIFFI	6,40	5,2400	6,1680	Clas.
00047	000000675	KATIA GERUSA BASEGGIO	6,40	5,2250	6,1650	Clas.
00048	000000168	ANA PAULA GUIMARÃES	6,40	5,1700	6,1540	Clas.
00049	000000029	ELCI VENDRUSCOLO FELIX	6,40	5,1400	6,1480	Clas.
00050	000000065	THAIMARA TRAMONTINA	6,40	5,1100	6,1420	Clas.
00051	000000067	JUSSARA DETONI	6,80	3,3000	6,1000	Clas.
00052	000000353	THAISE RENATA BOCHI COSTA	6,80	3,2150	6,0830	Clas.
00053	000000960	ALISSANDRA APARECIDA GROSSI DOS SANTOS	7,60	0,0000	6,0800	Clas.
00054	000000519	EDETE TERESINHA SCHONS	7,20	1,5450	6,0690	Clas.
00055	000000503	ENEIDE FUELBER SPELLMEIER	6,80	3,0950	6,0590	Clas.
00056	000000165	CLEIA BONASSI METZ	6,80	3,0700	6,0540	Clas.
00057	000000049	LILIAN FRANCIS GARCIA MEDINA	6,80	3,0700	6,0540	Clas.
00058	000000317	HELOISE BONIN	7,20	1,4000	6,0400	Clas.
00059	000000802	MARISTELA MACIEL	6,00	6,0000	6,0000	Clas.
00060	000000500	LUCIANA KOWACICZ SANDI	6,00	6,0000	6,0000	Clas.
00061	000000562	DELIREZ ZAGONEL DA SILVA	7,20	1,0400	5,9680	Clas.
00062	000000412	REGANE DEMARCHI	6,00	5,7600	5,9520	Clas.
00063	000000852	REGIANE ACKERMANN SIEGA	6,80	2,4000	5,9200	Clas.
00064	000000155	JULIANE MARTINS	6,00	5,5400	5,9080	Clas.
00065	000000259	ROSEMAR BOTEGA FABRIS	6,00	5,1200	5,8240	Clas.
00066	000000551	ROSEMERI LUISA FINGER	6,40	3,2850	5,7770	Clas.
00067	000000976	FRANCIELI CRISTINA MANTOVANI	7,20	0,0000	5,7600	Clas.
00068	000000467	GUOMAR FATIMA DALLO	6,40	3,1400	5,7480	Clas.
00069	000000373	NATALIA AZZOLINI	6,40	3,1050	5,7410	Clas.
00070	000000177	FRANCIELE LEVANDOVSKI	6,40	3,0950	5,7390	Clas.
00071	000000431	DEBORA CRISTINA LUCAS	6,40	3,0450	5,7290	Clas.
00072	000000321	ANGELICA PEDROTE	6,40	3,0350	5,7270	Clas.
00073	000000266	MARIANEI SALETE SOLIGO SETTE	5,60	6,0000	5,6800	Clas.
00074	000000571	TERESINHA RUBERT ZOLETTI	5,60	6,0000	5,6800	Clas.

Página: 27 |

13

Classificação	Inscrição	Nome	Nota Prova Escrita			Nota Prova Títulos	Nota Final	Situ.
00075	000000051	MARIA DE LURDES KIRSCH PAVAN	5,60			6,0000	5,6800	Clas.
00076	000000295	EVA LUCIANA DE MOURA	6,80			1,0900	5,6580	Clas.
00077	000000088	ANA CLAUDIA DE OLIVEIRA	6,80			0,8400	5,6080	Clas.
00078	000000737	KASSIA CRISTINA DARTORA ELESBAO	6,80			0,8000	5,6000	Clas.
00079	000000796	SANDRA REGINA MARIOTTI	6,80			0,6350	5,5670	Clas.
00080	000000141	LARISSA TELES DA ROCHA KNECHT	6,80			0,6000	5,5600	Clas.
00081	000000132	FATIMA MEZZALIRA NEGRETTI	5,60			5,3600	5,5520	Clas.
00082	000000329	SIMONE GOMES DE OLIVEIRA	5,60			5,3000	5,5400	Clas.
00083	000000486	SUZANA ZAMBONI	5,60			5,2300	5,5260	Clas.
00084	000000662	MIRIAM DORNELLES	5,60			5,2250	5,5250	Clas.
00085	000000408	CHAIANE BATTISTELLA BRATTI	5,60			5,1850	5,5170	Clas.
00086	000000579	ELIZIANE APARECIDA FANTIN SCHNEIDER	5,60			5,1700	5,5140	Clas.
00087	000000019	CARINA LUISA MULLER	5,60			5,0450	5,4890	Clas.
00088	000000794	VANDERLEIA DEON	6,00			3,2050	5,4410	Clas.
00089	000000254	RAQUIELI MORES	6,00			3,0400	5,4080	Clas.
00090	000000821	IVANIA ARALDI PELLIN	6,40			1,4000	5,4000	Clas.
00091	000000789	MARCIANE FRANCHIN	6,40			1,4000	5,4000	Clas.
00092	000000158	KARIN DEISE CERON	6,00			3,0000	5,4000	Clas.
00093	000000657	MARCIA SUELI MARCHESI GALEAZZI	5,20			6,0000	5,3600	Clas.
00094	000000485	MARILU APARECIDA PIRES DA SILVA	5,20			5,9350	5,3470	Clas.
00095	000000779	JOANNA APARECIDA CASON	6,40			1,1150	5,3430	Clas.
00096	000000189	MARIA DO SOCORRO GOMES ARAUJO	5,20			5,8500	5,3300	Clas.
00097	000000525	GERUSA CLAUDIA RÓDIO	5,20			5,7900	5,3180	Clas.
00098	000000403	FERNANDA APARECIDA PELLIZZARO	5,20			5,6200	5,2840	Clas.
00099	000000742	ANDREIA APARECIDA PEREIRA	6,40			0,8000	5,2800	Clas.
00100	000000214	ELIANE DECARLI NOSSAL	5,20			5,5600	5,2720	Clas.
00101	000000209	ELAINE REDIN	5,20			5,4750	5,2550	Clas.
00102	000000042	MAIKEL ANDRÉ POPP	6,40			0,6300	5,2460	Clas.
00103	000000747	SAIONARA APARECIDA CARDOSO	6,40			0,6100	5,2420	Clas.
00104	000000364	PATRICIA MASIERO	5,60			3,6850	5,2170	Clas.
00105	000000072	DIRLEI OLKOSKI SOARES	5,20			5,2100	5,2020	Clas.
00106	000000815	TEREZINHA TAVARES	5,20			5,1350	5,1870	Clas.
00107	000000436	MARCIANE KOZA	5,20			5,0950	5,1790	Clas.
00108	000000567	TATIANE HEINRICHS	6,00			1,5000	5,1000	Clas.
00109	000000575	JOSIELE DA SILVA LESSE	6,00			1,4400	5,0880	Clas.
00110	000000858	ISLAINE FATIMA KRAUZE	6,00			1,4000	5,0800	Clas.
00111	000000723	CRISTINA GRACIELA DE OLIVEIRA REFOSCO	6,00			1,4000	5,0800	Clas.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCORDIA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
**CLASSIFICAÇÃO FINAL [Exercício - 2016]**  
Data da Emissão: 08/01/2016

Página: 29

**Nr. Edital.: 13** **Disciplina: 14 - Anos Iniciais (1º ao 5º ano)**

Classificação	Inscrição	Nome	Nota Prova Escrita	Nota Prova Títulos	Nota Final	Situ.
00149	000000062	VALDEREZA KRUGER	3,60	5,6000	4,0000	Desc.
00150	000000691	ANDRESSA PELLIN	4,80	0,8000	4,0000	Desc.
00151	000000958	VANIA PEREIRA BAHIA	4,80	0,0000	3,8400	Desc.
00152	000000856	JESSICA TAPIA GOMES DE ALMEIDA	4,40	1,0000	3,7200	Desc.
00153	000000554	JESSICA CAROLINE SORDI	4,40	0,6000	3,6400	Desc.
00154	000000536	ANA RITA DE SOUZA	4,40	0,2000	3,5600	Desc.
00155	000000803	VALDIR REGIS ALMEIDA	4,40	0,2000	3,5600	Desc.
00156	000000971	CARLA MASSON CEMBRANI	4,40	0,0000	3,5200	Desc.
00157	000001001	ELAINE ROCHA DA SILVA	4,40	0,0000	3,5200	Desc.
00158	000000314	MARILEI SAGAZ BUSSOLARO	4,00	0,6000	3,3200	Desc.
00159	000000357	KARINA RUBIA SIMAO WOMMER	Ausente	5,3350	1,0670	Desc.
00160	000000307	DAIANE GOMES BORGES	Ausente	5,2650	1,0530	Desc.
00161	000000070	RACHEL RESE	Ausente	5,1400	1,0280	Desc.
00162	000000703	SOLENI LOURDES ROVANI	Ausente	5,0000	1,0000	Desc.
00163	000000319	SANDRA MARA SARTORI CAGLIARI	Ausente	1,4300	0,2860	Desc.
00164	000000576	AMANDA PATRICIA VERAS ABREU GUGEL	Ausente	1,0000	0,2000	Desc.
00165	000000956	LIDIA SALETE CERVELIN	Ausente	0,0000	0,0000	Desc.
00166	000000962	RAQUEL DIAS FERREIRA CRUZ	Ausente	0,0000	0,0000	Desc.
00167	000000968	MAIARA CRISTINA TISATTO	Ausente	0,0000	0,0000	Desc.
00168	000000978	MICHELI FURMANN COMARELLA	Ausente	0,0000	0,0000	Desc.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCORDIA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
**CLASSIFICAÇÃO FINAL [Exercício - 2016]**  
Data da Emissão: 08/01/2016

Página: 30

Nr. Edital.: 13

Disciplina: 15 - Educação Especial

Classificação	Inscrição	Nome	Nota Prova Escrita	Nota Prova Títulos	Nota Final	Situ.
00001	000000477	CARINA APARECIDA SCHOULTEN HOFFMANN	8,00	5,2500	7,4500	Clas.
00002	000000111	VANDERLEIA SALETE CADORIN	7,60	5,2350	7,1270	Clas.
00003	000000173	DUCINEIA SCHENEBERGER BATISTA	7,20	5,2100	6,8020	Clas.
00004	000000713	NIVEA MARIA SONTAG	7,20	5,0850	6,7770	Clas.
00005	000000378	KASYELLY LANGARO DE OLIVEIRA	7,60	3,1300	6,7060	Clas.
00006	000000411	SÍLVIA LESZCZINSKI GOTZ	8,00	1,4850	6,6970	Clas.
00007	000000269	DIRCE DA SILVA	8,00	1,2400	6,6480	Clas.
00008	000000327	JANE DE LURDES SIMONI	6,80	5,7300	6,5860	Clas.
00009	000000654	VANESSA PAULA DALBOSCO HOFF	6,80	5,3800	6,5160	Clas.
00010	000000272	ANADI ROSITA VICENTE	6,80	5,1550	6,4710	Clas.
00011	000000613	MARIELE COREZZOLIA	6,80	5,1400	6,4680	Clas.
00012	000000778	TAIARA HOECKLER	7,60	1,5500	6,3900	Clas.
00013	000000345	MARIANA KUTZKE	7,20	3,1400	6,3880	Clas.
00014	000000225	ANDRESSA CRUZ DA SILVA PALUDO	6,40	5,6850	6,2570	Clas.
00015	000000861	ISANIR SALETE GARBOSA CASAROTTO	6,40	5,4200	6,2040	Clas.
00016	000000380	CLAUDETE DEBIAZI KALSING	7,20	1,4900	6,0580	Clas.
00017	000000399	LAÍSA DULCE BELLINCANTA SKOWRONSKI SEHN	7,20	1,0900	5,9780	Clas.
00018	000000395	LUANA TAIS POLETO	7,20	0,4900	5,8580	Clas.
00019	000000645	ANGELA IZAURA ROCHA PERUZZO	6,00	5,1950	5,8390	Clas.
00020	000000267	DANIELA TERESINHA RUVIARO	6,00	5,0900	5,8180	Clas.
00021	000000690	GISLAINE MANICA DE AVILA	6,00	5,0900	5,8180	Clas.
00022	000000556	ALEX MADRUGA DA ROSA SEARAINI	6,40	3,4050	5,8010	Clas.
00023	000000792	VANDERLEIA DEON	6,40	3,2050	5,7610	Clas.
00024	000000294	GRACIELI BERTOCHO KUGELMEIER	6,40	3,0000	5,7200	Clas.
00025	000000652	DAIANE TURMENA	6,80	1,2650	5,6930	Clas.
00026	000000234	EUNICE TERESINHA RAMBO ARGENTON	5,60	6,0000	5,6800	Clas.
00027	000000499	MAIARA COLDEBELLA	6,80	1,0600	5,6520	Clas.
00028	000000634	PERLA APARECIDA SIQUEIRA FIORENTIN	6,80	1,0500	5,6500	Clas.
00029	000000394	ELISANGELA MARIA MANFROI BRUNIERA	6,80	1,0200	5,6440	Clas.
00030	000000704	ELIANE FATIMA KUHN	6,80	0,8400	5,6080	Clas.
00031	000000433	LOICI SOLANGE MULLER POTTRATZ	6,80	0,8000	5,6000	Clas.
00032	000000154	JULIANE MARTINS	5,60	5,5400	5,5880	Clas.
00033	000000166	ANA PAULA GUIMARÃES	5,60	5,1700	5,5140	Clas.
00034	000000563	JOSENARA TEREZINHA LEVANDOSKI	6,40	1,4850	5,4170	Clas.
00035	000000279	VANESSA TERESINHA SCHWARZ	6,40	1,4800	5,4160	Clas.
00036	000000048	LILIAN FRANCIS GARCIA MEDINA	6,00	3,0700	5,4140	Clas.
00037	000000667	ANDREIA CRISTINA GRAEBIN	6,40	1,0400	5,3280	Clas.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCORDIA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
**CLASSIFICAÇÃO FINAL [Exercício - 2016]**  
Data da Emissão: 08/01/2016

Página: 31

Nr. Edital.: 13

Disciplina: 15 - Educação Especial

Classificação	Inscrição	Nome	Nota Prova Escrita	Nota Prova Títulos	Nota Final	Situ.
00038	000000382	ZENILDA GUAREZI SALINI	5,20	5,8100	5,3220	Clas.
00039	000000198	DILEMA PERKA KIRST	5,20	5,6100	5,2820	Clas.
00040	000000045	MAIKEL ANDRÉ POPP	6,40	0,6300	5,2460	Clas.
00041	000000611	TEREZINHA LUCIA GHIDORSI	5,20	5,3000	5,2200	Clas.
00042	000000386	PRISCILA BIFFI	5,20	5,2400	5,2080	Clas.
00043	000000426	ORENILCE DE SOUSA FERNANDES	5,20	5,1750	5,1950	Clas.
00044	000000148	PATRICIA DE SOUZA NALIN POPP	6,40	0,2000	5,1600	Clas.
00045	000000227	ADRIANA APARECIDA DA SILVA	5,60	3,3000	5,1400	Clas.
00046	000000992	EULA PAULA MENDÇA GALVÃO	6,40	0,0000	5,1200	Clas.
00047	000000178	FRANCIELE LEVANDOVSKI	5,60	3,0950	5,0990	Clas.
00048	000000798	ESTEIA SOLANGE GROSS	6,00	1,4900	5,0980	Clas.
00049	000000171	NEIVA VALGOI KLASSMANN	6,00	1,4550	5,0910	Clas.
00050	000000450	DEBORA CRISTINA LUCAS	5,60	3,0450	5,0890	Clas.
00051	000000285	SUELEN CRISTINA POZZO	6,00	1,3550	5,0710	Clas.
00052	000000514	FERNANDA BORGES PIMENTEL DEBONA	6,00	0,8400	4,9680	Clas.
00053	000000348	SOLANGE MARIA MAIA	6,00	0,8000	4,9600	Clas.
00054	000000230	LETICIA LUANA CASTOLDI	6,00	0,6400	4,9280	Clas.
00055	000000001	JULIANE CAIN DA SILVA PASTORE	6,00	0,4000	4,8800	Clas.
00056	000000769	GRACIELE MORTARI	5,20	3,3200	4,8240	Clas.
00057	000000983	MARGARET VARELA	6,00	0,0000	4,8000	Clas.
00058	000000035	CATIANA DE OLIVEIRA	5,60	1,5450	4,7890	Clas.
00059	000000428	JULIANA TORMEN	5,20	3,1350	4,7870	Clas.
00060	000000612	ANA PAULA LAZZAROTTI	5,60	1,5150	4,7830	Clas.
00061	000000282	JUCIANE VITTO DA CRUZ	5,60	1,4400	4,7680	Clas.
00062	000000316	CLAUDIA SCHNEIDER	5,60	1,0950	4,6990	Clas.
00063	000000008	KELEN MUNARETTO	5,60	0,8000	4,6400	Clas.
00064	000000445	DANIELE GASPERINI	5,20	1,4400	4,4480	Clas.
00065	000000097	BRUNA OLIVIA HERNES	5,20	0,8400	4,3280	Clas.
00066	000000868	REGIANE BOZIO GONÇALVES	5,20	0,6000	4,2800	Clas.
00067	000000288	DARLENE BENINI	5,20	0,6000	4,2800	Clas.
00068	000000986	JANE TEREZINHA MOTERLE ROBAERT	5,20	0,0000	4,1600	Clas.
00069	000000982	EDIVANA BET	5,20	0,0000	4,1600	Clas.
00070	000000984	DOROTI DE CARLI	5,20	0,0000	4,1600	Clas.
00071	000000016	ANELISE GERHARDT	4,80	5,5800	4,9560	Desc.
00072	000000544	ODETE TEIXEIRA PASINATTO	4,80	5,2350	4,8870	Desc.
00073	000000495	DALVANA CRISTINA SANDI ZANINI	4,80	5,1600	4,8720	Desc.
00074	000000481	IZAURA MARIA DA SILVA DE SANTI	4,40	5,2550	4,5710	Desc.

Página: 32

## Nr. Edital.: 13

Classificação	Inscrição	Nome	Nota Prova Escrita			Nota Prova Títulos	Nota Final	Situ
00075	000000498	ADRIANA DA SILVA LORENSETTI	4,80			3,2000	4,4800	Desc.
00076	000000807	ADELAR GONÇALVES	4,80			3,1500	4,4700	Desc.
00077	000000513	JENNY SUMARA LONGO	4,80			3,0000	4,4400	Desc.
00078	000000876	CLAUDETE PARIZOTTO PETINI	4,00			5,2950	4,2590	Desc.
00079	000000506	IVANICE MARIA DALLA CORTE FOCESATO	4,00			5,1150	4,2230	Desc.
00080	000000765	GISELI ADRIANA FERREIRA	4,00			5,0300	4,2060	Desc.
00081	000000465	MELANIA BELLUZZO BRUNETTO	4,80			1,6800	4,1760	Desc.
00082	000000304	LUCIANA BOCHI	4,40			3,1450	4,1490	Desc.
00083	000000490	MARILEI SALETE FRANSNELLI	4,40			3,1100	4,1420	Desc.
00084	000000047	DAIANE CRISTINA MOREIRA PAZ	4,80			1,4750	4,1350	Desc.
00085	000000028	CARMEN LUCIA ANDRIN SCHUCK	4,80			0,8700	4,0140	Desc.
00086	000000879	MARGARIDA KRUSE	4,80			0,6400	3,9680	Desc.
00087	0000000257	LUCINEIA SOARES DOS SANTOS	4,80			0,6000	3,9600	Desc.
00088	000000600	SIRLEI KOEFENDER FRARE	4,80			0,6000	3,9600	Desc.
00089	000000534	ODETE DE OLIVEIRA SAVI	4,80			0,6000	3,9600	Desc.
00090	000000602	JEANE AGNOLIN	4,00			3,1150	3,8230	Desc.
00091	000000101	IVAN PADILHA DOS SANTOS	4,40			1,2000	3,7600	Desc.
00092	000000873	VANIA KAUPÉZINSKI	4,40			1,0000	3,7200	Desc.
00093	000000729	SANDRA PIEKAS	4,40			1,0000	3,7200	Desc.
00094	000000988	FRANCIELE ROBAERT	4,40			0,0000	3,5200	Desc.
00095	000000987	CRISTINA GORETE GNOATTO DA SILVA MORAES	4,40			0,0000	3,5200	Desc.
00096	000000193	DENISE GONÇALVES	4,00			1,3250	3,4650	Desc.
00097	000000117	SUSI DE LIZ SILVA	4,00			0,4000	3,2800	Desc.
00098	000000837	MARILEIA DA SILVA DIAS	3,60			1,4100	3,1620	Desc.
00099	000000981	JOICE RIZELLO	3,60			0,0000	2,8800	Desc.
00100	000000186	MICHELE VIEIRA	2,80			3,0250	2,8450	Desc.
00101	000000985	ANDREIA RAQUEL ZANON DO PRADO KRUGER	3,20			0,0000	2,5600	Desc.
00102	000000750	DENISE CLARA SCHUCK	Ausente			5,5100	1,1020	Desc.
00103	000000161	ADRIANI FISCHER KROMBAUER	Ausente			5,2150	1,0430	Desc.
00104	000000772	FERNANDA ZARDINELLO DE OLIVEIRA	Ausente			3,2400	0,6480	Desc.
00105	000000618	GRACIELE LEMOS ESSING	Ausente			3,2050	0,6410	Desc.
00106	000000773	SCHEILA SCHNEIDER	Ausente			3,1900	0,6380	Desc.
00107	000000092	JULIANA FERREIRA GHENO	Ausente			3,0950	0,6190	Desc.
00108	000000823	CASSIA JENIFER CESCO REFOSCO	Ausente			1,5950	0,3190	Desc.
00109	000000990	JULIANA AMPESE LAZZAROTTI DIAS	Ausente			0,0000	0,0000	Desc.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCORDIA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
**CLASSIFICAÇÃO FINAL [Exercício - 2016]**  
Data da Emissão: 08/01/2016

Página: 33

**Disciplina: 16 - Laboratório de Informática**

**Nr. Edital.: 13**

Classificação	Inscrição	Nome	Nota Prova Escrita	Nota Prova Títulos	Nota Final	Situ.
00001	000000460	LUCIANE DIRLEI PANSERA PETROLI	7,20	0,4950	5,8590	Clas.
00002	000000710	TIAGO DA SILVA	6,40	3,1250	5,7450	Clas.
00003	000000712	JEAN PABULO PITUCCO	6,80	0,8450	5,6090	Clas.
00004	000000672	SERGIO ELVICO SAVOLDI	6,00	3,1450	5,4290	Clas.
00005	000000213	ELISANGELA MARTA DA SILVA	6,40	0,3500	5,1900	Clas.
00006	000000274	CARLOS JUNIOR MORAES ANTUNES	6,40	0,2000	5,1600	Clas.
00007	000000622	CRISTINA LAURA SCHUCK	5,60	3,2800	5,1360	Clas.
00008	000000393	MARCONI JORDANO DALATEZE COPINI	6,00	0,2000	4,8000	Clas.
00009	000000673	ROSELI FERNANDA RODRIGUES DA SILVA	5,60	0,7650	4,6330	Clas.
00010	000000265	JONATAN DA CAMPO	4,40	5,0950	4,5390	Desc.
00011	000000683	CÁSSIA PAULA HEHLER	4,80	0,6250	3,9650	Desc.
00012	000000472	CARLOS EDUARDO DOBROVOLSKI BLANCK	4,80	0,2000	3,8800	Desc.
00013	000000375	EVANDRO CARLOS KUHN	4,00	3,2750	3,8550	Desc.
00014	000000593	SOLANGE PIAZENTINI	4,00	0,6000	3,3200	Desc.
00015	000001000	RAFAELA VARELLA FRUHWIRTH	4,00	0,0000	3,2000	Desc.
00016	000000989	DAIANE CORSO	3,20	0,0000	2,5600	Desc.
00017	000000073	DIRLEI OLKOSKI SOARES	Ausente	5,2100	1,0420	Desc.
00018	000000997	JONATHAN PEREIRA	Ausente	0,0000	0,0000	Desc.
00019	000000999	JEAN LUCAS DAMETTO JUNIOR	Ausente	0,0000	0,0000	Desc.
00020	000000991	MARCELIANE FRANCHIN	Ausente	0,0000	0,0000	Desc.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCORDIA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
**CLASSIFICAÇÃO FINAL [Exercício - 2016]**  
Data da Emissão: 08/01/2016

Página: 34

**Nr. Edital.: 13**      **Disciplina: 17 - Laboratório Pedagógico I (Anos Iniciais)**

Classificação	Inscrição	Nome	Nota Prova Escrita	Nota Prova Títulos	Nota Final	Situ.
00001	000000721	ELAINE GRANDO VOIDILA	7,20	5,8350	6,9270	Clas.
00002	000000022	ELISABETE RUVIARO THOME	7,20	5,6700	6,8940	Clas.
00003	000000665	LEDIR INÊS ADAMS	7,20	5,2550	6,8110	Clas.
00004	000000276	DELCI SCHMITT SCHWINGEL	6,80	5,1950	6,4790	Clas.
00005	000000181	AUGUSTA ROSANA SPUDEIT	6,80	5,0900	6,4580	Clas.
00006	000000560	CARINA BORTOLI SCHIAVINI	7,20	3,0000	6,3600	Clas.
00007	000000470	NEIVA MARISA BORLIN SVILLEN	7,60	1,2350	6,3270	Clas.
00008	000000581	SOLANGE BARTH PARAVIZI	6,40	6,0000	6,3200	Clas.
00009	000000204	SIRLEI TERESINHA KOVACIC M. DA SILVA	6,40	5,8100	6,2820	Clas.
00010	000000589	MONALISA BERNARDI	7,60	1,0000	6,2800	Clas.
00011	000000079	MARITANIA ROSANGELA HAAS BONISSONI	6,40	5,7200	6,2640	Clas.
00012	000000292	KARINE BEVILAQUA	6,80	3,0400	6,0480	Clas.
00013	000000296	EVA LUCIANA DE MOURA	7,20	1,0900	5,9780	Clas.
00014	000000606	SIDIANE TEREZINHA RICHARDI PILATTI	6,00	5,3250	5,8650	Clas.
00015	000000218	REJANE CRISTINA MULLER	5,60	5,7500	5,6300	Clas.
00016	000000396	LUANA TAIS POLEITO	6,80	0,4900	5,5380	Clas.
00017	000000679	DENISE REGINA LUTZ	5,60	5,1850	5,5170	Clas.
00018	000000491	MARILEI SALETE FRANSNELLI	6,00	3,1100	5,4220	Clas.
00019	000000159	ROSANE SALETE DE COSTA RITTER	5,20	6,0000	5,3600	Clas.
00020	000000017	ANELISE GERHARDT	5,20	5,5800	5,2760	Clas.
00021	000000656	NEUSA SCHERER DANDOLINI	5,20	5,2150	5,2030	Clas.
00022	000000993	MARGARET VARELA	6,40	0,0000	5,1200	Clas.
00023	000000746	DAGMARA TIEMANN SCHWARZ	6,00	0,6000	4,9200	Clas.
00024	000000338	MARA LUCIA KUNTZE	5,20	3,6400	4,8880	Clas.
00025	000000524	EDETE TERESINHA SCHONS	5,60	1,5450	4,7890	Clas.
00026	000000817	MELANIA VALERIUS DA SILVA	5,60	0,8400	4,6480	Clas.
00027	000000806	VALDIR REGIS ALMEIDA	5,20	0,2000	4,2000	Clas.
00028	000000175	DANIELA ROSANA KOCHENBORGER	4,40	5,0700	4,5340	Desc.
00029	000000063	VALDEREZA KRUGER	4,00	5,6000	4,3200	Desc.
00030	000000692	ANDRESSA PELLIN	4,80	0,8000	4,0000	Desc.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCORDIA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
**CLASSIFICAÇÃO FINAL [Exercício - 2016]**  
Data da Emissão: 08/01/2016

Página: 35

Nr. Edital.: 13

Disciplina: 18 - Laboratório Pedagógico II (Anos Finais)

Classificação	Inscrição	Nome	Nota Prova Escrita	Nota Prova Títulos	Nota Final	Situ.
00001	000000522	OLGA MARISA PINTO	7,20	3,8800	6,5360	Clas.
00002	000000998	ELIANE APARECIDA PASQUALOTTO BISON	7,60	0,0000	6,0800	Clas.
00003	000000496	ALENCAR BURATTO ZENI	5,60	7,0000	5,8800	Clas.
00004	000000995	TEREZINHA PAGOTO	7,20	0,0000	5,7600	Clas.
00005	000000996	MAISA GRACIELA POPP	6,40	0,0000	5,1200	Clas.
00006	000000511	JORDANA MARTINS ZOLETT	5,60	0,2000	4,5200	Clas.
00007	000000043	ADRIANA PALUDO	4,80	5,7200	4,9840	Desc.
00008	000000473	ROSENEIDE RODRIGUES DA SILVA	4,80	5,5250	4,9450	Desc.
00009	000000464	MARLICE FRASNELLI SCHIO	4,80	5,0550	4,8510	Desc.
00010	000000425	IVANEIDE MARCIA KOSSIAN	Ausente	0,4150	0,0830	Desc.
00011	000000994	PATRICIA DO NASCIMENTO	Ausente	0,0000	0,0000	Desc.



# Cordilheira Alta

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 046/2016

DECRETO Nº 046 DE 08 DE JANEIRO DE 2016

“DISPÕE SOBRE SULEMENTAÇÃO E REMANEJAMENTO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA NO ORÇAMENTO DE 2016 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em especial ao disposto no art. 70 – IV da Lei Orgânica Municipal, art. 42 da Lei 4.320/64 e Lei Municipal nº 1180/2015,

DECRETA:

Art. 1º. Fica remanejado o valor de R\$ 15.600,00 para as seguintes dotações orçamentárias:

Da: Secretaria Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento.	
03.01 – Parcerias com Entidades Municipalistas	
04.122.2503.2.043 – 3.3.90.00 – 10.00 R\$ 15.600,00	
Para: Secretaria Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento	
03.01 – Parcerias com Entidades Municipalistas	
04.122.2503.2.043 – 3.3.50.00 – 10.00 R\$ 7.800,00	
04.122.2503.2.043 – 3.3.71.00 – 10.00 R\$ 7.800,00	

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, surtindo seus efeitos a partir de 04/01/2016.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta SC, 08 de janeiro de 2016.

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra

MAURO ARLINDO MORESCO

Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento.

### DECRETO Nº 052/2016

DECRETO Nº 052/2016

“REVOGA DECRETO Nº025/2016 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no inciso IV do Art. 70 da Lei Orgânica Municipal;

DECRETA:

Art. 1o Fica revogado o Decreto nº025/2016, que dispõe sobre a concessão de férias de Servidora Municipal, a partir de 14 de janeiro de 2016.

Art. 2o Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, SC, em 14 de Janeiro de 2016.

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se.

MAURO ARLINDO MORESCO

Secretário de Administração, Fazenda e Planejamento

### DECRETO Nº 053/2016

DECRETO Nº 053/2016, DE 14 DE JANEIRO DE 2016

“ATRIBUI ADICIONAL DE RESPONSABILIDADE A SERVIDOR MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70- IV da Lei Orgânica Municipal e Art. 27 da Lei Complementar Nº. 93/2013 e alterações.

DECRETA

Art. 1º Atribui Adicional de Responsabilidade na ordem de 20 % sobre o vencimento do cargo ocupado, a Servidora Municipal, Sra. ELIANE GRACIANI, ocupante do cargo de Técnico em Enfermagem, lotado na Secretaria municipal de Saúde e Assistência Social, por desempenho de atribuições além das que o cargo obriga, à serem desempenhadas junto a Secretaria, determinadas pelo Secretário, a partir do mês de janeiro de 2016.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Registra-se, comunica-se e publica-se.

Cordilheira Alta SC, 14 de janeiro de 2016.

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

MAURO ARLINDO MORESCO

Secretário de Administração, Fazenda e Planejamento

Registrado e publicado em data supra.

### DECRETO Nº 054/2016

DECRETO Nº054/2016, DE 14 DE JANEIRO DE 2016

“DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS A SERVIDOR MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal e demais legislações aplicáveis:

DECRETA

Art. 1º Conceder ao Sr. GUSTAVO ANDRÉ FOPPA, ocupante do cargo de Secretário Municipal, lotado na Secretaria Municipal de Cultura e Esportes, 10 (dez) dias de férias relativas ao período aquisitivo de 03-02-2015 a 02-02-2016 a partir do dia 02/02/2016.

Art. 2º A importância referente ao adicional de 1/3 de férias será paga no mês de janeiro do corrente ano.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 14 de janeiro de 2016.

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

MAURO ARLINDO MORESCO

Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento

GUSTAVO ANDRÉ FOPPA Ciente em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2016

### **DECRETO Nº 055/2016**

DECRETO Nº 055/2016 DE 14 DE JANEIRO DE 2016.

“DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE ADICIONAL DE INSALUBRIDADE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70, IV da Lei Orgânica Municipal, Lei Complementar nº 18/2001 art. 56, Lei Complementar nº 93/2013 e demais alterações,

- Considerando que a tabela de insalubridade/periculosidade constante do anexo V à Lei Complementar 93/13, fica alterada e adequada ao Laudo Pericial emitido pela Policlínica Médica e Operadora de Planos de Saúde S/S,

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido Adicional de Insalubridade, a Sra. PAULA CASONATO, ocupante do cargo de Odontóloga-20hrs, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, na ordem de 40 % , conforme Anexo V da Lei Complementar nº 93/2013.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 14 de janeiro de 2016.

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

MAURO ARLINDO MORESCO

Secretário de Administração, Fazenda e Planejamento

Registrada e publicada em data supra.

### **DECRETO Nº 056/2016**

DECRETO Nº 056/2016 de 14 de Janeiro de 2016

“REVOGA DECRETO Nº608/2013 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no inciso IV do Art. 70 da Lei Orgânica Municipal;

DECRETA:

Art. 1o Fica revogado o Decreto nº 608/2013, que atribui adicional de responsabilidade de Servidor Municipal, a partir de janeiro de 2016.

Art. 2o Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, SC, em 14 de Janeiro de 2016.

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se.

MAURO ARLINDO MORESCO

Secretário de Administração, Fazenda e Planejamento

### **DECRETO Nº 057/2016**

DECRETO Nº 057/2016, DE 14 DE JANEIRO DE 2016

“ATRIBUI ADICIONAL DE RESPONSABILIDADE A SERVIDOR MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70- IV da Lei Orgânica Municipal e Art. 27 da Lei Complementar Nº. 93/2013 e alterações.

DECRETA

Art. 1º Atribui Adicional de Responsabilidade na ordem de 30 % sobre o vencimento do cargo ocupado, ao Servidor Municipal, Sr. Juliano Brustolin, ocupante do cargo de Médico Especialista-Geriatria, lotado na Secretaria municipal de Saúde e Assistência Social, por desempenhar atribuições de Responsabilidade Técnica nas Unidades Básicas de Saúde do Município, além das que o cargo obriga, a partir do mês de janeiro de 2016.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Registra-se, comunica-se e publica-se.

Cordilheira Alta SC, 14 de janeiro de 2016.

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

MAURO ARLINDO MORESCO

Secretário de Administração, Fazenda e Planejamento

Registrado e publicado em data supra.

**EXTRATO RESULTADO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 113/2015-ILUM. PUBLICA****EXTRATO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO**

O Município de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, torna público o resultado da licitação conforme a baixo especifica:

MODALIDADE: Pregão Presencial RP nº66/2015

JULGAMENTO: Menor preço por item

PROCESSO: 113/2015

SOLICITANTE: Secretaria de Infraestrutura

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ELÉTRICOS E SERVIÇO DE MÃO DE OBRA PARA MANUTENÇÃO DA REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA NO MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA PARA O EXERCÍCIO DE 2016

VALOR TOTAL DO PROCESSO R\$69.347,50.

ADJUDICAÇÃO: Deacido o direito de recorrer e considerada aceitável a melhor proposta, a Comissão de Licitações declara vencedora a empresa: LIGHT NIGHT MATERIAIS ELÉTRICOS E MANUTENÇÃO LTDA.. adjudicado em seu favor o objeto da licitação em epígrafe. Após publicado este resultado no órgão oficial de publicação do Município, os autos serão encaminhados para o Ordenador de Despesas para análise e homologação se assim o decidir;

Cordilheira Alta, SC, em 14 de Janeiro de 2016.

ALCEU MAZZIONI

Prefeito

**TERMO DE ANULAÇÃO DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 72/2015****TERMO DE ANULAÇÃO DE PROCEDIMENTO LICITATÓRIO**

PREFEITO MUNICIPAL DE CORDILHEIRA ALTA/SC, no uso de suas atribuições legais, em cumprimento ao disposto na Lei nº 10.520/2002, subsidiada pelo artigo 49, caput, da Lei nº 8.666/93, e

Considerando o Parecer Jurídico inserido nos autos do Processo Administrativo nº 123/2015 - Pregão Presencial nº 72/2015, que demonstra falhas insanáveis no Edital em epígrafe por violação ao artigo 73, VI, "b", da Lei nº 9.504/97.

**RESOLVE:**

ANULAR o procedimento licitatório na modalidade PREGÃO PRESENCIAL Nº 72/2015, processo administrativo nº 123/2015, por falhas insanáveis mencionadas nos autos - pertinentes ao edital - nos termos do artigo 49, caput, da Lei nº 8.666/93.

À Secretaria de Administração, Fazenda e Planejamento para as devidas publicações legais e para conhecimento dos interessados.

Cordilheira Alta/SC, 04 de janeiro de 2016.

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

**EXTRATO RESULTADO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 115/2015-MATER. ODONTO.**

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>MUNICIPIO DE CORDILHEIRA ALTA</b>  <b>CNPJ: 95.990.198/0001-04</b> <b>R. Celso Tozzo, 27</b> <b>C.E.P.: 89819-000 - Cordilheira Alta - SC</b>	<b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 68/2015 - PR</b>	
	<b>Processo Administrativo:</b> 115/2015 <b>Processo de Licitação:</b> 115/2015 <b>Data do Processo:</b> 24/11/2015	<b>Folha: 1/4</b>

**OBJETO DA LICITAÇÃO:**

REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL ODONTOLÓGICO PARA MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE SAÚDE PÚBLICA PARA O EXERCÍCIO DE 2016.

**ATA DE REUNIÃO DE JULGAMENTO DE PROPOSTAS Nr. 5/2016 (Sequência: 3)**

Ao(s) 11 de Janeiro de 2016, às 14:00 horas, na sede da(o) MUNICIPIO DE CORDILHEIRA ALTA, reuniram-se os membros da Comissão de Licitação, designada pela(o) Decreto nº 210, para julgamento das propostas de preço das proponentes habilitadas para fornecimento e/ou execução dos itens descritos no Processo Licitatório nº 115/2015, Licitação nº 68/2015 - PR, na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL.

Inicialmente procedeu-se a leitura do teor das propostas para estudo e análise de preço e outros fatores previstos no edital. Logo após julgadas as propostas, a comissão emitiu o parecer discriminando o(s) vencedor(es), conforme segue abaixo:

**Parecer da Comissão:** NOVA RELAÇÃO DOS ITENS VENCIDOS PELAS EMPRESAS APOS ACEITE DA CONVOCAÇÃO.

**Participante:** 921 - DENTAL OESTE LTDA

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
7	AGULHA ODONTOLOGICA CURTA 30G C/ 100UN	cx	50,00	Nipro	0,0000	29,70	1.485,00
19	BABADOR ODONTOLÓGICO IMPERMEÁVEL C/ 100UN, FOLHAS DE ALTA QUALIDADE COM CAMADA PLÁSTICA SUPERABSORVENTE, NA COR BRANCA	cx	100,00	Biodinâmica	0,0000	17,65	1.765,00
20	BROCA DE AÇO DE BAIXA ROTAÇÃO Nº4	un	50,00	Injecta	0,0000	4,86	243,00
21	BROCA DE AÇO DE BAIXA ROTAÇÃO Nº6	un	50,00	Injecta	0,0000	4,89	244,50
22	BROCA DE AÇO DE BAIXA ROTAÇÃO Nº8	un	50,00	Injecta	0,0000	4,93	246,50
27	BROCA DIAMANTADA DE ALTA ROTAÇÃO HL 1014	un	50,00	Fava	0,0000	10,00	500,00
29	BROCA ENDO Z 25MM	un	20,00	Medin	0,0000	52,75	1.055,00
36	CABO P/ BISTURI	un	10,00	Golgran	0,0000	7,08	70,80
44	COLGADURA P/ RAIJO X HASTE C/ 7 PARES	un	4,00	Golgran	0,0000	50,22	200,88
49	CONDICIONADOR ÁCIDO FOSFÓRICO 37% C/ 3 SERINGAS DE 2,5ML CADA	cx	50,00	Maquira	0,0000	9,00	450,00
52	CURETA DE LUCAS	un	5,00	Golgran	0,0000	27,70	138,50
54	CURETA P/ PERIODONTIA MCCALL 11-12	un	5,00	Golgran	0,0000	45,70	228,50
55	CURETA P/ PERIODONTIA MCCALL 13-14	un	5,00	Golgran	0,0000	45,81	229,05
59	DETERGENTE ENZIMÁTICO COM 4 ENZIMAS GALÃO DE 5 LITROS	un	25,00	DGL	0,0000	60,96	1.524,00
64	ENVELOPE P/ ESTERILIZAÇÃO 9X26 CM C/ 100 UN	pt	50,00	Hospiflex	0,0000	27,98	1.399,00
67	ESCULPIDOR HOLLENBACK 3S	un	10,00	Golgran	0,0000	20,15	201,50
84	FÓRCEPS INFANTIL 69	un	4,00	Golgran	0,0000	75,00	300,00
86	GORRO DESCARTÁVEL C/ TIRA DE AMARRAR C/ 100 UN	pt	50,00	Fava	0,0000	15,90	795,00
93	LUVA DE LATEX P/ PROCEDIMENTO TAM PP C/ 100 UNI	cx	100,00	Supermax	0,0000	23,10	2.310,00
99	MORDEDOR ODONTOLÓGICO ESTERILIZÁVEL INFANTIL	un	10,00	Maquira	0,0000	16,43	164,30
101	PEDRA P/ AFIAR BRANCA	un	2,00	Golgran	0,0000	38,90	77,80
107	PLACA DE VIDRO LAPIDADA 9,5CM X 15 CM X 10 MM	un	10,00	Golgran	0,0000	17,28	172,80
110	PONTAS P/ ULTRASSOM TAM MÉDIO	un	5,00	Schuster	0,0000	91,91	459,55
112	PORTA AMALGAMA DE PLÁSTICO	pc	15,00	Maquira	0,0000	13,00	195,00
115	PORTA MATRIZ TOFFLEMIRE	un	5,00	Golgran	0,0000	29,50	147,50
130	SELANTE VITRO SEAL ALPHA	un	4,00	DFL	0,0000	43,69	174,76
133	SERINGA DESCARTÁVEL ESTÉRIL 5ML SEM AGULHA	un	500,00	Descarpack	0,0000	0,26	130,00
139	SUGADOR CIRURGICO C/ 20 UNI	cx	50,00	Maquira	0,0000	29,44	1.472,00
147	TRICRESOLFORMALINA 10 ML	fr	5,00	Maquira	0,0000	5,50	27,50
<b>Total do Participante —&gt;</b>							<b>16.407,44</b>

**Participante:** 1502 - VANUSA DIAS EIRELI - EPP

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
12	AMÁLGAMA 2 DOSES C/ 50 CAPS	cx	20,00	SDI	0,0000	108,48	2.169,60
24	BROCA DIAMANTADA DE ALTA ROTAÇÃO 1015	un	50,00	OPTION	0,0000	10,00	500,00
26	BROCA DIAMANTADA DE ALTA ROTAÇÃO 3168 FF	un	50,00	OPTION	0,0000	10,00	500,00
30	BROCA P/ AMALGAMA Nº 1036	un	50,00	OPTION	0,0000	10,00	500,00
33	BROQUEIRO P/ ALTA ROTAÇÃO ACRÍLICO C/ 50 FUROS	un	2,00	FAVA	0,0000	48,00	96,00

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICIPIO DE CORDILHEIRA ALTA**

CNPJ: 95.990.198/0001-04  
 R. Celso Tozzo, 27  
 C.E.P.: 89819-000 - Cordilheira Alta - SC

**PREGÃO PRESENCIAL**
**Nr.: 68/2015 - PR**

Processo Administrativo: 115/2015  
 Processo de Licitação: 115/2015  
 Data do Processo: 24/11/2015

Folha: 2/4

**Participante: 1502 - VANUSA DIAS EIRELI - EPP**

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
43	CIMENTO OBTURADOR PROVISORIO 10G	un	10,00	CAVITEC	0,0000	17,40	174,00
66	ESCOVA DE DENTE INFANTIL CERDA MACIA C/ 50 UN	pt	50,00	DENTAL K	0,0000	41,90	2.095,00
72	EVIDENCIADOR DE PLACA BACTERIANA EM PASTILHAS C/ 60 UN	fr	20,00	MAQUIRA	0,0000	9,90	198,00
75	FIO DENTAL 100 METROS.	un	20,00	HIGIX	0,0000	1,90	38,00
76	FIO DENTAL 300 METROS	un	10,00	HIGIX	0,0000	18,50	185,00
77	FIO DENTAL 50 METROS	un	500,00	HIGIX	0,0000	1,85	925,00
88	HIDRÓXIDO DE CÁLCIO PA (PÓ) 10G	fr	5,00	MAQUIRA	0,0000	4,60	23,00
91	LAMINA DE BISTURI Nº15 C/ 100 UNI	cx	10,00	ADVANTIVE	0,0000	20,00	200,00
92	LUBRIFICANTE EM SPRAY P/ INSTRUMENTO DE ALTA E BAIXA ROTAÇÃO 200 ML.	fr	2,00	MAQUIRA	0,0000	28,00	56,00
97	MATRIZ DE METAL 0,5 MM 5 METROS	rl	20,00	MAQUIRA	0,0000	1,50	30,00
98	MATRIZ DE METAL 0,7 MM 5 METROS	rl	20,00	MAQUIRA	0,0000	1,50	30,00
102	PASTA PROFILÁTICA ABRASIVA 90 GR	tb	6,00	MAQUIRA	0,0000	8,90	53,40
103	PEDRA POMES EXTRA FINA 100 G	fr	5,00	MAQUIRA	0,0000	5,00	25,00
108	PÓ DE BICARBONATO P/ PROFILAXIA EXTRA FINO 200 G	fr	20,00	MAQUIRA	0,0000	8,00	160,00
124	RESINA P60 A3,5 4G	bs	5,00	3M	0,0000	159,00	795,00
135	SOLUÇÃO HEMOSTÁTICA TÓPICA 10ML	fr	6,00	MAQUIRA	0,0000	25,00	150,00
141	TESOURA IRIS RETA 12CM	un	5,00	AVC	0,0000	18,90	94,50
142	TESTE DE VITALIDADE ENDO ICE 200 ML	fr	2,00	MAQUIRA	0,0000	25,00	50,00
143	TIRAS DE AÇO ABRASIVAS P/ AMÁLGA - 4MM C/ 12 UN	pt	30,00	MAQUIRA	0,0000	9,00	270,00
144	TIRAS DE AÇO ABRASIVAS P/ AMÁLGA - 6MM C/ 12UN	pt	30,00	MAQUIRA	0,0000	9,00	270,00
148	VERNIZ FLUORETADO 2,26% FLUORNIZ	cx	25,00	SSW	0,0000	16,00	400,00

**Total do Participante —> 9.987,50**
**Participante: 1786 - ODONTOMEDI PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES**

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
4	AGUA OXIGENADA 1000ML	fr	6,00	VIC PHARMA	0,0000	4,55	27,30
13	ANESTÉSICO ARTICAINA HCL 4%+EPINEFRINA 1:100.000 C/ 50 TUBOS DE 1,8ML	cx	60,00	DFL	0,0000	105,00	6.300,00
18	APLICADOR DE MICROBRUSH REGULAR C/ 100 UN	cx	30,00	FGM	0,0000	14,15	424,50
46	COMPRESSA DE GAZE 11 FIOS C/ 500 UN	pt	100,00	BIOTEXTIL	0,0000	27,80	2.780,00
58	DESINCRUSTANTE P/ LIMPEZA DE AUTOCLAVE CLAVE CLEAN 30G	fr	2,00	ASFER	0,0000	31,35	62,70
60	DIGLOCUNATO DE CLOREXIDINE A 0,12% C/ 1,1 L	fr	5,00	REYMER	0,0000	34,20	171,00
62	DISCO DE LIXA DIAMOND PRO GRANULAÇÃO : GROSSA, MEDIA, FINA E EXTRA FINA COM LIXAS DE 8MM E 12MM+ 1 MANDRIL C/ 56 UN	cx	25,00	FGM	0,0000	105,90	2.647,50
78	FIXADOR DE RX	fr	20,00	KODAK	0,0000	13,85	277,00
87	HASTES FLEXÍVEIS C/ PONTA DE ALGODÃO C/ 75 UN	cx	20,00	CREMER	0,0000	2,97	59,40
89	IONÔMERO DE VIDRO P/ RESTAURAÇÃO COR A3 EMBALAGEM C/ 1 FRASCO DE CIMENTO EM PÓ C/ 10G + 1 FRASCO DE LÍQUIDO C/ 8G	Kit	25,00	FGM	0,0000	63,99	1.599,75
94	LUVA DE LATEX P/ PROCEDIMENTO TAM M C/ 100 UN	cx	100,00	SUPERMAX	0,0000	23,00	2.300,00
100	ÓCULOS DE PROTEÇÃO INCOLOR, LENTE FABRICADA EM DUROPOLICARBONATO, ARMAÇÃO EM NYLON REGULÁVEL E FLEXÍVEL, FILTRA 99% DOS RAIOS ULTRAVIOLETAS	un	6,00	3M	0,0000	10,25	61,50
105	PELICULA RADIOGRÁFICA INFANTIL C/ 100 UN	cx	2,00	KODAK	0,0000	193,99	387,98
121	RESINA COMPOSTA COR A4 O Z250 XT	bs	5,00	3M Z250	0,0000	69,76	348,80
122	RESINA P60 A2 4G	bs	5,00	3M	0,0000	186,75	933,75
136	SOLUÇÃO DE MILTON 1% 1000ML	fr	5,00	ASFER	0,0000	6,78	33,90
145	TIRA DE CARBONO ACCU FILM II C/ 280 UN	cx	2,00	ANGELUS	0,0000	170,00	340,00

**Total do Participante —> 18.755,08**
**Participante: 1889 - FUSÃO COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA**

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
1	ADESIVO ADPER SINGLE BOND 2, 6G	fr	6,00	3M	0,0000	136,00	816,00
14	ANESTÉSICO LIDOCAINA HCL 2%+EPINEFRINA 1:100.000 C/ 50 TUBOS DE 1,8ML	cx	60,00	SSVWHITE	0,0000	50,59	3.035,40
16	ANESTÉSICO TÓPICO GEL C/ 20% DE BENZOCAINA TUTTI FRUTTI 12G	fr	50,00	DFL	0,0000	7,25	362,50
17	APLICADOR DE MICROBRUSH MÉDIO 2MM C/ 100 UN	pot	10,00	FGM	0,0000	13,99	139,90

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICIPIO DE CORDILHEIRA ALTA**

CNPJ: 95.990.198/0001-04  
 R. Celso Tozzo, 27  
 C.E.P.: 89819-000 - Cordilheira Alta - SC

**PREGÃO PRESENCIAL**
**Nr.: 68/2015 - PR**

Processo Administrativo: 115/2015  
 Processo de Licitação: 115/2015  
 Data do Processo: 24/11/2015

Folha: 3/4

**Participante: 1889 - FUSÃO COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS LTDA**

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
23	BROCA DIAMANTADA DE ALTA ROTAÇÃO 1014	un	50,00	MICRODONT	0,0000	10,00	500,00
31	BROCA P/ AMÁLGA Nº 1047	un	50,00	MICRODONT	0,0000	10,00	500,00
38	CAIXA ORGANIZADORA 13,5 LITROS	un	4,00	ESPECIAL	0,0000	94,00	376,00
39	CAIXA ORGANIZADORA C/ 25 DIVISÓRIAS INTERNAS	un	3,00	ESPECIAL	0,0000	100,99	302,97
42	CAMPO OPERATÓRIO DESCARTÁVEL ODONTOLÓGICO 30X30	un	200,00	PROTDESC	0,0000	2,10	420,00
45	COLGADURA P/ RAO X INDIVIDUAL	un	20,00	PRISMA	0,0000	4,20	84,00
50	CORRENTE P/ GUARDANAPO	un	4,00	PREVEN	0,0000	8,30	33,20
51	CUNHA REFLEXIVA TRANSPARENTE C/ 20 UN	cx	10,00	TDV	0,0000	33,80	338,00
57	DESENSIBILIZE GEL 10G	tb	20,00	FGM	0,0000	40,88	817,60
65	ESCOVA DE DENTE ADULTO C/ CERDAS MACIAS C/ 50 UN	pt	10,00	DK	0,0000	49,00	490,00
80	FÓRCEPS INFANTIL 16	un	4,00	GOLGRAN	0,0000	68,17	272,68
81	FÓRCEPS INFANTIL 17	un	4,00	GOLGRAN	0,0000	69,80	279,20
85	GEL DENTAL INFANTIL SEM FLÚOR BAIXO pH 100G	un	50,00	CONDOR	0,0000	11,08	554,00
95	MASCARA TRIPLA DESCARTAVEL C/ ELÁSTICO C/ 50 UN	pt	50,00	LABOR	0,0000	9,70	485,00
96	MATERIAL RESTAURADOR PROVISÓRIO IRM KIT PÓ 38 LIQ 15ML	Kit	15,00	DENTSPLY	0,0000	126,70	1.900,50
106	PINÇA CLÍNICA P/ ALGODÃO	un	50,00	PRATA	0,0000	15,95	797,50
120	RESINA COMPOSTA COR A 3,5 O Z250 XT	bs	5,00	3M	0,0000	73,80	369,00
129	SACO P/ LIXO HOSPITALAR 50 LITROS C/ 100 UNID	pt	10,00	TEKPLAST	0,0000	37,40	374,00
131	SERINGA CARPULE C/ REFLUXO ARTICULADO	un	20,00	MA	0,0000	49,50	990,00
146	TOUCA SANFONADA DESCARTÁVEL TAM G C/ 100 UN	pt	40,00	INNOVA	0,0000	9,50	380,00

**Total do Participante —→ 14.617,45**
**Participante: 2369 - POSSATTO & MARCELLO LTDA ME**

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
8	ALGODÃO EM ROLETE C/ 100 UN	pt	300,00	WA	0,0000	2,47	741,00
11	AMÁLGA 1 DOSE C/ 50 CAPS	pc	30,00	SDI	0,0000	115,60	3.468,00
15	ANESTÉSICO LIDOCAÍNA HCL 2% SEM VASOCONSTRITOR C/ 50 UN	cx	10,00	CRISTALIA	0,0000	44,25	442,50
25	BROCA DIAMANTADA DE ALTA ROTAÇÃO 3118FF	un	50,00	SORENSEN	0,0000	9,90	495,00
28	BROCA DIAMANTADA DE ALTA ROTAÇÃO HL 1016	un	50,00	SORENSEN	0,0000	10,00	500,00
32	BROCA ZECRYA EXTRA LONGA 23MM	un	15,00	MICRODONT	0,0000	51,00	765,00
71	ESPELHO PLANO Nº5	un	50,00	BARASCH	0,0000	4,92	246,00
74	FIO DE SUTURA NYLON PRETO MONOFILAMENTO 4,0 C/ 24 UN	cx	20,00	SHALON	0,0000	49,00	980,00
82	FÓRCEPS INFANTIL 18 L	un	4,00	GOLGRAN	0,0000	72,90	291,60
104	PELICULA RADIOGRAFICA ADULTO E-SPEED C/ 150 UN	cx	2,00	AGFA	0,0000	160,80	321,60
118	POTE TIPO DAPPEN DE VIDRO	un	10,00	MAQUIRA	0,0000	5,40	54,00
119	RESINA COMPOSTA COR A3 O Z250 XT	bs	5,00	3M	0,0000	73,80	369,00
123	RESINA P60 A3 RESTAURADOR P/ DENTE POSTERIOR DE ALTA RESISTENCIA 01 SERINGA DE 4G.	SER	5,00	3M	0,0000	159,00	795,00
125	REVELADOR ODONTOLÓGICO DE RX	fr	20,00	CORESTREAM	0,0000	13,30	266,00
127	SACO DE LIXO DE 15 L C/ 5 UN. COR PRETO, CLASSE 1	pt	100,00	NOBRE	0,0000	12,99	1.299,00
128	SACO P/ LIXO HOSPITALAR 100 LITROS C/ 100 UNID.	pt	10,00	RAVA	0,0000	68,82	688,20
132	SERINGA DESCARTÁVEL ESTÉRIL 10 ML SEM AGULHA	un	500,00	SR	0,0000	0,37	185,00
140	SUGADOR ODONTOLÓGICO COLORIDO C/ 40 UN	pt	500,00	WA	0,0000	4,90	2.450,00

**Total do Participante —→ 14.356,90**
**Participante: 2370 - SANTA LUCIA PRODUTOS PARA SAUDE**

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
2	AFASTADOR CIRURGICO MINNESSOTA	un	5,00	GOLGRAN	0,0000	24,81	124,05
5	AGULHA HIPODÉRMICA 0,7X25 C/ 100 UN	cx	100,00	INJEX	0,0000	9,00	900,00
6	AGULHA ODONTOLÓGICA EXTRA CURTA 30G C/ 100 UN	cx	50,00	INJEX	0,0000	33,00	1.650,00
9	ALVEOLÓTOMO CURTO 16CM.	un	2,00	GOLGRAN	0,0000	80,13	160,26
10	ALVEOLÓTOMO MICRO CURVO 12CM.	un	2,00	GOLGRAN	0,0000	92,00	184,00
34	BRUNIDOR P/ AMALGAMA SIMPLES Nº 29	un	5,00	GOLGRAN	0,0000	18,43	92,15
35	CABO DE ESPELHO	un	50,00	GOLGRAN	0,0000	6,50	325,00
37	CAIXA COLETORES DE MATERIAIS PERFUROCORTE 7 LITROS.	un	10,00	DESCARPACK	0,0000	2,15	21,50
40	CALCADOR DE WOODSON Nº 3	un	10,00	GOLGRAN	0,0000	20,00	200,00



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA**

CNPJ: 95.990.198/0001-04  
 R. Celso Tozzo, 27  
 C.E.P.: 89819-000 - Cordilheira Alta - SC

**PREGÃO PRESENCIAL**
**Nr.: 68/2015 - PR**

Processo Administrativo: 115/2015  
 Processo de Licitação: 115/2015  
 Data do Processo: 24/11/2015

Folha: 4/4

**Participante: 2370 - SANTA LUCIA PRODUTOS PARA SAUDE**

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
41	CALCADOR DE WOODSON Nº 4	un	10,00	GOLGRAN	0,0000	20,00	200,00
47	CONDENSADOR DE AMÁLGAMA TIPO WARD Nº2	un	5,00	GOLGRAN	0,0000	15,00	75,00
48	CONDENSADOR DE AMÁLGAMA TIPO WARD Nº3	un	5,00	GOLGRAN	0,0000	15,00	75,00
53	CURETA MOLT Nº 2/4	un	5,00	GOLGRAN	0,0000	75,00	375,00
56	CURETA P/ PERIODONTIA MCCALL 17-18	un	5,00	GOLGRAN	0,0000	47,00	235,00
63	ENVELOPE P/ ESTERILIZAÇÃO 15X25CM C/ 100 UN	pt	50,00	VEDAMAX	0,0000	46,00	2.300,00
68	ESPÁTULA DUPLA P/ CIMENTO Nº 36	un	5,00	GOLGRAN	0,0000	11,99	59,95
69	ESPÁTULA DUPLA P/ CIMENTO Nº 70	un	5,00	GOLGRAN	0,0000	11,51	57,55
73	EXTIRPA NERVOS C/10	un	10,00	ML LIFE	0,0000	45,00	450,00
79	FLUOR EM GEL ACIDULADO 1,23% SABOR TUTTI FRUTTI 200ML	fr	20,00	IODONTOSUL	0,0000	4,25	85,00
83	FÓRCEPS INFANTIL 65	un	4,00	GOLGRAN	0,0000	76,00	304,00
90	KIT DE POLIMENTO P/ AMÁLGAMA C/ 08 UN	Kit	10,00	MICRODONT	0,0000	61,89	618,90
111	PORTA AGULHA MAYO	un	10,00	GOLGRAN	0,0000	31,80	318,00
114	PORTA MATRIZ IVORY	un	5,00	GOLGRAN	0,0000	31,59	157,95
126	ROLO FILME PVC	un	25,00	ORLEPLAST	0,0000	7,41	185,25
134	SINDESMÓTOMO	un	10,00	GOLGRAN	0,0000	30,00	300,00
137	SONDA EXPLORADORA Nº5	un	50,00	GOLGRAN	0,0000	14,95	747,50
138	SONDA RETA Nº06 PARA ENDO	un	5,00	GOLGRAN	0,0000	14,95	74,75

**Total do Participante ———> 10.275,81**
**Total Geral —————> 84.400,18**

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião de julgamento, da qual foi assinada a presente ata pela Comissão de Licitação.

Cordilheira Alta, 11 de Janeiro de 2016

**COMISSÃO:**

ADRIANA DE CEZARO MORESCO - ..... - Pregoeiro(a)  
 SONIA CRISTINA DELLA TORRES BRIANCINI - ..... - SECRETARIA  
 CACHTIUZE MAGNANTI - ..... - MEMBRO  
 KELLY CRISTINA RANZAN - ..... - MEMBRO  
 OSNI COLPANI - ..... - MEMBRO  
 IVANETE DE LOURDES PEDERSSETTI - ..... - MEMBRO  
 SOLANGE MARIA DERVANOSKI LANZARIN - ..... - MEMBRO

# Coronel Martins

## PREFEITURA

### **PREGÃO PRESENCIAL FUNSAU Nº 006/2014 SEGUNDO TERMO ADITIVO Nº 075/2015 - REGISTRO DE PREÇOS Nº 001/2014**

PREGÃO PRESENCIAL FUNSAU Nº 006/2014

SEGUNDO TERMO ADITIVO Nº 075/2015 - REGISTRO DE PREÇOS  
Nº 001/2014

PREGÃO PRESENCIAL FUNSAU Nº 006/2014  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 009/2014  
REGISTRO DE PREÇOS Nº 001/2014

O Município de Coronel Martins- SC, com sede junto a Prefeitura Municipal de Coronel Martins, na Rua Porto Alegre, 47 – CEP: 89.837-000 – Coronel Martins – SC, Centro, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. DIRCEU FAVRETTO, portador do CPF nº 743.633.529-49 e a empresa POZZER E PREZOTTO LTDA, inscrita no CNPJ nº 14.437.447/0001-37, neste ato, representada pelo Senhor ANDRÉ POZZER, portador do CPF nº 008.065.349-90;

CONSIDERANDO o disposto no art. 65, inciso II, "d", da Lei nº 8.666/93, consolidada;

CONSIDERANDO a existência de saldo financeiro remanescente;

Celebram o SEGUNDO TERMO ADITIVO ao Registro de Preços nº 001/2014, de 30 de setembro de 2014, conforme condições abaixo estabelecidas:

#### Cláusula Primeira – Da Prorrogação da Vigência

Fica prorrogado até 30 de junho de 2016, o prazo de vigência do Registro de Preços nº 001/2014, de 30 de setembro de 2014, em função da existência de saldo do objeto previsto no mencionado Registro de Preços.

#### Cláusula Segunda – Da Rerratificação

3.1 - Ficam inalteradas e rerratificadas as demais cláusulas e disposições do Registro de Preços nº 001/2014 de 30 de setembro de 2014.

#### Cláusula Terceira– Do Foro

4.1 - Fica eleito o Foro da Comarca de São Domingos – SC, para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização do presente Registro de Preços.

E por estarem acordes as partes firmam o presente instrumento na melhor forma de direito para que surta os legais efeitos.

Coronel Martins– SC, 23 de Dezembro de 2015.

ANDRÉ POZZER  
CPF: 008.065.349-90

DIRCEU FAVRETTO  
Prefeito Municipal

Visto:

Dr. Julcemar Comachio  
OAB/SC n. 18.445

### **ANEXO TC-07/94 - DADOS E TEXTO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO Nº. 087/2015 DE CONTRATO DE 23 DE DEZEMBRO DE 2015.**

ANEXO TC-07/94 - DADOS E TEXTO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO Nº. 087/2015 DE CONTRATO DE 23 DE DEZEMBRO DE 2015.

MÊS/ANO: JUNHO/2014. NÚMERO CONTRATO: 038/2014

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 05/06/2014

Celebram o SEGUNDO TERMO ADITIVO ao contrato nº 038/2014, firmado em 05 de junho de 2014, conforme condições abaixo estabelecidas:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DA VIGÊNCIA

O prazo de vigência do Contrato que antecedeu a este Termo Aditivo fica prorrogado até 31 de dezembro de 2016.

#### CLÁUSULA SEGUNDA: DA RATIFICAÇÃO

Ficam rerratificadas e inalteradas as demais Cláusulas do Contrato-Mãe que antecedeu a este Termo Aditivo.

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Dr. Julcemar Comachio OAB/SC n. 18.445

TIPO PESSOA(1/2): 2 CPF/CNPJ: 15.309.971/0001-95  
CONTRATADO: CRESCER TREINAMENTOS LTDA

### **ANEXO TC-07/94 - DADOS E TEXTO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO Nº. 083/2014 DE CONTRATO DE 23 DE DEZEMBRO DE 2015.**

ANEXO TC-07/94 - DADOS E TEXTO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO Nº. 083/2014 DE CONTRATO DE 23 DE DEZEMBRO DE 2015.

MÊS/ANO: MAIO/2013. NÚMERO CONTRATO: 023/2013

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 17/05/2013

Celebram o TERCEIRO TERMO ADITIVO ao contrato nº 023, firmado em 17 de maio de 2013, conforme condições abaixo estabelecidas:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DA VIGÊNCIA

O prazo de vigência do contrato que antecedeu a este Termo Aditivo fica prorrogado até 31 de dezembro de 2015.

#### CLÁUSULA SEGUNDA– DA RATIFICAÇÃO

Ficam rerratificadas e inalteradas as demais cláusulas do Contrato-Mãe que antecedeu a este Termo Aditivo.

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Dr. Julcemar Comachio OAB/SC n. 18.445

TIPO PESSOA(1/2): 2 CNPJ: 12.234.834/0001-40  
CONTRATADO: INOVADORA SERVIÇOS EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA ME.

**ANEXO TC-07/94 - DADOS E TEXTO DE PRIMEIRO TERMO ADITIVO Nº. 084/2014 DE CONTRATO DE 23 DE DEZEMBRO DE 2015.**

ANEXO TC-07/94 - DADOS E TEXTO DE PRIMEIRO TERMO ADITIVO Nº. 084/2014 DE CONTRATO DE 23 DE DEZEMBRO DE 2015.

MÊS/ANO: ABRIL/2015. NÚMERO CONTRATO: 001/2015

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 28/04/2015

Celebram o PRIMEIRO TERMO ADITIVO ao contrato nº 001, firmado em 28 de abril de 2015, conforme condições abaixo estabelecidas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DA VIGÊNCIA**

O prazo de vigência do contrato que antecedeu a este Termo Aditivo fica prorrogado até 31 de dezembro de 2016.

**CLÁUSULA SEGUNDA– DA RATIFICAÇÃO**

Ficam ratificadas e inalteradas as demais cláusulas do Contrato-Mãe que antecedeu a este Termo Aditivo.

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Dr. Julcemar Comachio OAB/SC n. 18.445

TIPO PESSOA(1/2): 2 CNPJ: 05.501.654/0001-12

CONTRATADO: EDNILSON ERASMO DE BITENCOURT ME

**ANEXO TC-07/94 - DADOS E TEXTO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO Nº. 070/2015 DE CONTRATO DE REPASSE Nº 017/2015.**

ANEXO TC-07/94 - DADOS E TEXTO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO Nº. 070/2015 DE CONTRATO DE REPASSE Nº 017/2015.

MÊS/ANO: NOVEMBRO/2013 NÚMERO CONT. REPASSE: PMCM 017/2015

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 05/11/2013

**CLÁUSULA PRIMEIRA**

O presente INSTRUMENTO tem por objetivo alterar o(s) item PRAZOS da(s) Cláusula(s) do Contrato de Repasse nº 1005948-13/2013/MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO/ CAIXA, realizado segundo os termos do Programa do MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, que passa(m) a ter a seguinte redação:

**“CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA- DA VIGÊNCIA**

15 – A vigência deste Contrato de Repasse iniciar-se-á na data de sua assinatura, encerrando-se no dia 30 de junho de 2016, possibilitada a sua prorrogação, mediante aprovação da CONTRATANTE, quando da ocorrência de fato superveniente que impeça a consecução do objeto no prazo acordado.”

**CLÁUSULA SEGUNDA**

Ficam ratificadas em todos os seus termos e condições as demais cláusulas do Contrato de Repasse ora aditado, ficando este Termo fazendo parte integrante e complementar daquele, a fim de que juntos produzam um só efeito.

TIPO PESSOA (1/2): 2 CNPJ:00.360.305/0001-04

CONTRATANTE: UNIÃO FEDERAL, por intermédio do Concedente MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, representada pela Caixa Econômica Federal.

**ANEXO TC-07/94 - DADOS E TEXTO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO Nº. 079 DE CONTRATO DE 23 DE DEZEMBRO DE 2015.**

ANEXO TC-07/94 - DADOS E TEXTO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO Nº. 079 DE CONTRATO DE 23 DE DEZEMBRO DE 2015.

MÊS/ANO: JULHO/2015 NÚMERO CONTRATO: 034/2015

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 01/07/2015

**CLÁUSULA PRIMEIRA- DO OBJETO**

O objeto do Contrato nº 034/2015, que antecedeu a este Termo Aditivo constitui NO FORNECIMENTO DE PNEUS E CÂMARAS PARA VEÍCULOS DAS DIVERSAS SECRETARIAS E FUNDOS DO MUNICÍPIO DE CORONEL MARTINS-SC.

**CLÁUSULA SEGUNDA- DA VIGÊNCIA**

O prazo de vigência do Contrato nº 034/2015 que antecedeu a este Termo Aditivo fica prorrogado até 30 de Abril de 2016.

**CLÁUSULA TERCEIRA- DA RATIFICAÇÃO**

Ficam ratificadas e inalteradas as demais Cláusulas e condições do Contrato-Mãe, que antecedeu a este Termo Aditivo.

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Dr. Julcemar Comachio OAB/SC n. 18.445

TIPO PESSOA (1/2): 2 CNPJ: 02.131.315/0001-01

CONTRATADO: AUTO CENTER SIMIONATO LTDA - ME.

**ANEXO TC-07/94 - DADOS E TEXTO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO Nº. 086/2015 DE CONTRATO DE 23 DE DEZEMBRO DE 2015.**

ANEXO TC-07/94 - DADOS E TEXTO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO Nº. 086/2015 DE CONTRATO DE 23 DE DEZEMBRO DE 2015.

MÊS/ANO: MARÇO/2014. NÚMERO CONTRATO: 021/2014

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 14/03/2014

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

O Contrato que antecedeu a este Termo Aditivo, tem por objeto a CONTRATAÇÃO DE INSTITUIÇÃO FINANCEIRA PARA PRESTAR SERVIÇOS BANCÁRIOS RELATIVOS A RECOLHIMENTOS DE TRIBUTOS MUNICIPAIS, através da rede de atendimento bancário.

**CLÁUSULA SEGUNDA– DA VIGÊNCIA**

O prazo de vigência do contrato que antecedeu a este Termo Aditivo fica prorrogado até 31 de dezembro de 2016.

**CLÁUSULA TERCEIRA: DA RATIFICAÇÃO**

Ficam ratificadas e inalteradas as demais Cláusulas do Contrato-Mãe que antecedeu a este Termo Aditivo.

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Dr. Julcemar Comachio OAB/SC n. 18.445

TIPO PESSOA(1/2): 2 CNPJ: 81.292.278/0001-81

CONTRATADO: COOPERATIVA DE CRÉDITO DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DE ASSOCIADOS NOROESTE- SICOOB NOROESTE SC.

**ANEXO TC-07/94 - DADOS E TEXTO DO QUARTO TERMO ADITIVO Nº 071 DE CONTRATO DE 23 DE DEZEMBRO DE 2015**

ANEXO TC-07/94 - DADOS E TEXTO DO QUARTO TERMO ADITIVO Nº 071 DE CONTRATO DE 23 DE DEZEMBRO DE 2015.

MÊS/ANO: JANEIRO/2013. NÚMERO CONTRATO: 004/2013

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 21/01/2013.

Celebram o QUARTO TERMO ADITIVO ao Contrato nº 004, firmado em 21 de janeiro de 2013, vinculado às normas previstas na Lei n. 8.666/93, e Convite PM n. 001/2013, conforme condições abaixo estabelecidas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA- DA VIGÊNCIA**

O prazo de vigência do contrato que antecedeu a este termo aditivo fica prorrogado até 31 de dezembro de 2016.

**CLÁUSULA TERCEIRA: DA RATIFICAÇÃO**

Ficam rerratificadas e inalteradas as demais Cláusulas do Contrato-Mãe que antecedeu a este Termo Aditivo.

TIPO PESSOA(1/2): 2 CPF/CNPJ: 11.812.513/0001-13

CONTRATADO: Comachio & Baptista Advogados Associados.

**ANEXO TC-07/94 - DADOS E TEXTO DO QUARTO TERMO ADITIVO Nº 074 DE CONTRATO DE 23 DE DEZEMBRO DE 2015.**

ANEXO TC-07/94 - DADOS E TEXTO DO QUARTO TERMO ADITIVO Nº 074 DE CONTRATO DE 23 DE DEZEMBRO DE 2015.

MÊS/ANO: FEVEREIRO/2014. NÚMERO CONTRATO: 008/2013

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 19/02/2013

Celebram o QUARTO TERMO ADITIVO ao Contrato nº 008/2013, firmado em 19 de fevereiro de 2013, vinculado às normas previstas na Lei nº. 332, de 31 de março de 2005, Lei nº. 368 de 06 de dezembro de 2005, Lei Orgânica do Município e demais legislação aplicável, e condições abaixo estabelecidas:

**CLÁUSULA I- PRAZO**

O prazo de vigência do contrato que antecedeu a este termo aditivo fica prorrogado até 31 de dezembro de 2016.

**CLÁUSULA II: DA RATIFICAÇÃO**

Ficam rerratificadas e inalteradas as demais Cláusulas e condições estabelecidas no Contrato original, às quais se aplicam o presente Termo Aditivo.

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Dr. Julcemar Comachio OAB/SC n. 18.445

TIPO PESSOA(1/2): 1 CPF: 015.785.819-74

LOCADOR: TEREZINHA MARIA RAVARENA

**ANEXO TC-07/94 - DADOS E TEXTO DO QUARTO TERMO ADITIVO Nº. 088 DE CONTRATO DE 23 DE DEZEMBRO DE 2015.**

ANEXO TC-07/94 - DADOS E TEXTO DO QUARTO TERMO ADITIVO Nº. 088 DE CONTRATO DE 23 DE DEZEMBRO DE 2015.

MÊS/ANO: JULHO/2013. NÚMERO CONTRATO: 038/2013

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 05/07/2013

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

Contratação de empresa especializada param prestação de serviços de disponibilização de link para acesso a internet, no Município de Coronel Martins, SC:

**CLÁUSULA SEGUNDA: DA VIGÊNCIA**

O prazo de vigência do contrato que antecedeu a este Termo aditivo fica prorrogado até 31 de janeiro de 2016.

**CLÁUSULA TERCEIRA: DA RATIFICAÇÃO**

Ficam rerratificadas e inalteradas as demais Cláusulas do Contrato-Mãe que antecedeu a este Termo Aditivo.

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Dr. Julcemar Comachio OAB/SC 18.445

TIPO PESSOA(1/2): 2 CNPJ: 00.744.497/0001-52

CONTRATADO: SABER INFORMÁTICA LTDA

**ANEXO TC-07/94 - DADOS E TEXTO DO QUINTO TERMO ADITIVO Nº. 073/2015 DE CONTRATO DE 23 DE DEZEMBRO DE 2015.**

ANEXO TC-07/94 - DADOS E TEXTO DO QUINTO TERMO ADITIVO Nº. 073/2015 DE CONTRATO DE 23 DE DEZEMBRO DE 2015.

MÊS/ANO: MARÇO/2013. NÚMERO CONTRATO: 013/2013

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 01/03/2013

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DA VIGÊNCIA**

O prazo de vigência do contrato que antecedeu a este termo aditivo fica prorrogado até 31 de dezembro de 2016.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DA RATIFICAÇÃO**

Ficam rerratificadas e inalteradas as demais Cláusulas do Contrato-Mãe, que antecederam a este Termo Aditivo.

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Dr. Julcemar Comachio OAB/SC n. 18.445

TIPO PESSOA(1/2): 1 CPF: 725.593.579-68

CONTRATADO: ISOLDA AMABILE PERTUSSATTI.

**ANEXO TC-07/94 - DADOS E TEXTO DO QUINTO TERMO ADITIVO Nº. 076/2015 DE CONTRATO DE 23 DE DEZEMBRO DE 2015.**

ANEXO TC-07/94 - DADOS E TEXTO DO QUINTO TERMO ADITIVO Nº. 076/2015 DE CONTRATO DE 23 DE DEZEMBRO DE 2015.

MÊS/ANO: ABRIL/2013. NÚMERO CONTRATO: 020/2013

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 29/04/2013

Celebram o QUINTO TERMO ADITIVO ao Contrato nº 020/2013, firmado em 29 de abril de 2013, Lei Orgânica do Município e demais legislação aplicável, e condições abaixo estabelecidas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA- DO PRAZO**

O prazo de vigência do Contrato que antecedeu a este Termo Aditivo fica prorrogado para até 31 de dezembro 2016.

**CLÁUSULA SEGUNDA- DA RATIFICAÇÃO**

Ficam rerratificadas e inalteradas as demais Cláusulas e condições estabelecidas no Contrato – Mãe que antecedeu a este Termo Aditivo.

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Dr. Julcemar Comachio OAB/SC n. 18.445

TIPO PESSOA(1/2): 1 CPF: 021.241.129-29

LOCADOR: ALBERI CASSOL

**ANEXO TC-07/94 - DADOS E TEXTO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO Nº. 077/2015 DE CONTRATO DE 23 DE DEZEMBRO DE 2015.**

ANEXO TC-07/94 - DADOS E TEXTO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO Nº. 077/2015 DE CONTRATO DE 23 DE DEZEMBRO DE 2015.

MÊS/ANO: SETEMBRO/2014. NÚMERO CONTRATO:056/2014

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 22/09/2014

Celebram o SEGUNDO TERMO ADITIVO ao Contrato nº 056/2014, firmado em 22 de setembro de 2014, oriundo do Processo Licitatório nº 038/2014, Tomada de Preço nº 004/2014, de conformidade com as cláusulas e condições abaixo estabelecidas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA- DO PRAZO**

O prazo de vigência do Contrato que antecedeu a este Termo Aditivo fica prorrogado para até 30 de junho de 2016.

**CLÁUSULA SEGUNDA- DA RATIFICAÇÃO**

Ficam rerratificadas e inalteradas as demais Cláusulas e condições estabelecidas no Contrato-Mãe, que antecedeu a este Termo Aditivo.

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Dr. Julcemar Comachio OAB/SC n. 18.445

TIPO PESSOA (1/2): 2 CNPJ: 02.131.315/0001-01

CONTRATADA: VISOLI CONSTRUTORA LTDA.

**ANEXO TC-07/94 - DADOS E TEXTO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO Nº. 078/2014 DE CONTRATO DE 23 DE DEZEMBRO DE 2015.**

ANEXO TC-07/94 - DADOS E TEXTO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO Nº. 078/2014 DE CONTRATO DE 23 DE DEZEMBRO DE 2015.

MÊS/ANO: AGOSTO/2014. NÚMERO CONTRATO: 054/2014

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 20/08/2014

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

O Contrato nº 054/2014, que antecedeu a este Termo aditivo, tem por objeto a Prestação de Serviços de Transporte de trabalhadores do Município de Coronel Martins para o Município de Ipuacu, oriundo do edital do Pregão Presencial nº 021/2014.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA**

O prazo de vigência do contrato que antecedeu a este Termo Aditivo fica prorrogado até 31 de dezembro de 2016.

**CLÁUSULA TERCEIRA: DA RATIFICAÇÃO**

Ficam ratificadas e inalteradas as demais Cláusulas e condições estabelecidas no Contrato original, às quais se aplicam o presente Termo Aditivo.

Visto/Jurídico. Julcemar Comachio- OAB/SC n. 18.445

TIPO PESSOA(1/2): 2 CPF/CNPJ: 02.314.481/0001-35

CONTRATADO: ZAPAROLI TRANSPORTES LTDA

**ANEXO TC-07/94 - DADOS E TEXTO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO Nº. 080 DE CONTRATO DE 23 DE DEZEMBRO DE 2015.**

ANEXO TC-07/94 - DADOS E TEXTO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO Nº. 080 DE CONTRATO DE 23 DE DEZEMBRO DE 2015.

MÊS/ANO: MARÇO/2014. NÚMERO CONTRATO: 014/2014

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 05/03/2014

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1.1 – Sistema de informática GEDOC (Administrativo EX) - O objeto do presente contrato é a locação de Sistema de informática GEDOC (Gerenciador eletrônico de Documentos) sob a forma de licença de uso, não exclusiva, em ambiente Windows. O sistema destina-se ao gerenciamento eletrônico e digitalização dos seguintes documentos administrativos (Atas das Sessões, Audiências Públicas, Contratos, Certidões, Ofícios / Correspondências, Decretos, Editais, Emendas, Indicações, Medidas Provisórias, Moções, Pareceres, Parecer Jurídico, Pedidos de Informação, Projetos de Lei / Leis, Protocolo, Portarias, Relatório de Controle Interno, Requerimentos, Resoluções, Lei Orgânica, Subemendas e Vetos) com o devido acompanhamento de todas as suas fases processuais, de forma ordenada, possibilitando a pesquisa e a visualização de todas as peças e o seu armazenamento digital;

1.2 – Publicação e Hospedagem da Legislação (gedocNet EX) - Hospedagem da base de dados, das imagens digitalizadas no formato PDF e das redações no formato DOC e ou HTML das Leis Municipais (Ordinárias e Complementares), Decretos e Portarias no Servidor Web da CONTRATADA, possibilitando a pesquisa da referida legislação no domínio [www.legislacaomunicipal.com](http://www.legislacaomunicipal.com) e permitindo link de um formulário de consulta para a página de internet da CONTRATANTE.

§ 1º – O espaço em disco no servidor web da CONTRATADA referente ao item 1.2 é limitado a 3000Mb (três mil megabytes), caso haja necessidade de espaço adicional o mesmo será cobrado a



parte conforme tabela de valores vigente.

1.3 – Manutenção legal e corretiva necessária ao aprimoramento dos itens deste objeto, durante o período contratual conforme Cláusula Oitava deste contrato.

#### CLÁUSULA SEGUNDA: DO PRAZO

O prazo de vigência do contrato que antecedeu a este Termo aditivo fica prorrogado até 31 de dezembro de 2016.

#### CLÁUSULA TERCEIRA: DA RATIFICAÇÃO

Ficam rerratificadas e inalteradas as demais Cláusulas do Contrato-Mãe que antecedeu a este Termo Aditivo.

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Dr. Julcemar Comachio OAB/SC 18.445

TIPO PESSOA(1/2): 2 CNPJ: 86.731.494/0001-08  
CONTRATADO: INFO DIGITALE

### **ANEXO TC-07/94 - DADOS E TEXTO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO Nº. 085/2015 DE CONTRATO DE 23 DE DEZEMBRO DE 2015.**

ANEXO TC-07/94 - DADOS E TEXTO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO Nº. 085/2015 DE CONTRATO DE 23 DE DEZEMBRO DE 2015.

MÊS/ANO: MARÇO/2015. NÚMERO CONTRATO:015/2015

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 10/03/2015

Celebram o SEGUNDO TERMO ADITIVO ao Contrato nº 015/2015, firmado em 10 de março de 2015, oriundo do Processo Licitatório nº 007/2015, Tomada de Preço nº 001/2015, de conformidade com as cláusulas e condições abaixo estabelecidas:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA- DO PRAZO

O prazo de vigência do Contrato que antecedeu a este Termo Aditivo fica prorrogado para até 30 de junho de 2016.

#### CLÁUSULA SEGUNDA- DA RATIFICAÇÃO

Ficam rerratificadas e inalteradas as demais Cláusulas e condições estabelecidas no Contrato-Mãe, que antecedeu a este Termo Aditivo.

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Dr. Julcemar Comachio OAB/SC n. 18.445

TIPO PESSOA (1/2): 2 CNPJ: 10.338.596/0001-98  
CONTRATADA: CONXAP CONSTRUTORA LTDA EPP.

### **ANEXO TC-07/94 - DADOS E TEXTO DO SEXTO TERMO ADITIVO Nº. 072/2015 DE CONTRATO DE 23 DE DEZEMBRO DE 2015.**

ANEXO TC-07/94 - DADOS E TEXTO DO SEXTO TERMO ADITIVO Nº. 072/2015 DE CONTRATO DE 23 DE DEZEMBRO DE 2015.

MÊS/ANO: FEVEREIRO/2013. NÚMERO CONTRATO: 009/2013

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 18/02/2013

Celebram o SEXTO TERMO ADITIVO ao Contrato nº 009/2013, firmado em 18 de fevereiro de 2013, conforme condições abaixo estabelecidas:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA- DA VIGÊNCIA

O prazo de vigência do contrato que antecedeu a este termo aditivo fica prorrogado até 31 de dezembro de 2016.

#### CLÁUSULA SEGUNDA: DA RATIFICAÇÃO

Ficam rerratificadas e inalteradas as demais Cláusulas do Contrato-Mãe que antecedeu a este Termo Aditivo.

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Dr. Julcemar Comachio OAB/SC n. 18.445

TIPO PESSOA (1/2): 2 CNPJ: 07.806.780/0001-00  
CONTRATADO: COLOR SUL IMPRESSORAS E SUPRIMENTOS LTDA

### **ANEXO TC-07/94 - DADOS E TEXTO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO Nº. 082 DE CONTRATO DE 23 DE DEZEMBRO DE 2015.**

ANEXO TC-07/94 - DADOS E TEXTO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO Nº. 082 DE CONTRATO DE 23 DE DEZEMBRO DE 2015.

MÊS/ANO: SETEMBRO/2014. NÚMERO CONTRATO: 055/2014

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 20/09/2014

Celebram o TERCEIRO TERMO ADITIVO ao Contrato nº 055/2014, firmado em 20 de setembro de 2014, conforme condições abaixo estabelecidas:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA- DA VIGÊNCIA

O prazo de vigência do Contrato supracitado, cujo objeto é a locação de uma sala com aproximadamente 8x10 m<sup>2</sup> (oito por dez metros quadrados) de propriedade do LOCADOR, situada à Rua Getúlio Vargas nº. 148, nesta cidade. A referida sala ficará destinada para fins de depósito de máquinas e equipamentos para confecção têxtil, ficando por este instrumento de Termo Aditivo prorrogado até 31 de dezembro de 2016.

CLÁUSULA SEGUNDA: DA RATIFICAÇÃO: Ficam rerratificadas e inalteradas as demais Cláusulas e condições estabelecidas no Contrato-Mãe, que antecedeu a este Termo Aditivo.

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Dr. Julcemar Comachio OAB/SC n. 18.445

TIPO PESSOA (1/2): 1 CPF: 422.816.159-15

LOCADOR: RENI CAPELARO.



# Corupá

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 989/15

DECRETO Nº 989/15

NOMEIA A SRA. ADILCE PASQUALINA PACHECO, PARA O CARGO DE CONSELHEIRO TUTELAR.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Municipal nº 2178/15, em seu inciso XV do artigo 5, de 31 de março de 2015,

CONSIDERANDO o processo de eleição dos membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente realizado sob o Edital CMDCA nº 002/2015;

CONSIDERANDO o resultado final dos membros do CMDCA e sua classificação,

CONSIDERANDO a resolução do CMDCA nº 26/2015, de 14 de outubro de 2015, que homologa o resultado final do Processo Eleitoral realizado no dia 04 de outubro de 2015.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica nomeada a SRA. ADILCE PASQUALINA PACHECO, para ocupar o cargo de Conselheiro Tutelar, com a remuneração fixada pelo fator 18 do anexo XI da Lei Complementar Municipal nº 014/09, e Lei Municipal nº 2178/15.

Art. 2º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a contar a partir de 10 de janeiro de 2016, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá/SC,  
21 de dezembro de 2015.

LUIZ CARLOS TAMANINI  
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

### DECRETO Nº 990/15

DECRETO Nº 990/15

NOMEIA A SRA. SILVANA ZOLETI DA SILVA FERNANDES, PARA O CARGO DE CONSELHEIRO TUTELAR.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Municipal nº 2178/15, em seu inciso XV do artigo 5, de 31 de março de 2015,

CONSIDERANDO o processo de eleição dos membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente realizado sob o Edital CMDCA nº 002/2015;

CONSIDERANDO o resultado final dos membros do CMDCA e sua classificação,

CONSIDERANDO a resolução do CMDCA nº 26/2015, de 14 de outubro de 2015, que homologa o resultado final do Processo Eleitoral realizado no dia 04 de outubro de 2015.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica nomeada a SRA. SILVANA ZOLETI DA SILVA FERNANDES, para ocupar o cargo de Conselheiro Tutelar, com a remuneração fixada pelo fator 18 do anexo XI da Lei Complementar Municipal nº 014/09, e Lei Municipal nº 2178/15.

Art. 2º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a contar a partir de 10 de janeiro de 2016, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá/SC,  
21 de dezembro de 2015.

LUIZ CARLOS TAMANINI  
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

### DECRETO Nº 991/15

DECRETO Nº 991/15

NOMEIA A SRA. GRACE RAQUEL BENKENDORF RAASCH, PARA O CARGO DE CONSELHEIRO TUTELAR.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Municipal nº 2178/15, em seu inciso XV do artigo 5º, de 31 de março de 2015,

CONSIDERANDO o processo de eleição dos membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente realizado sob o Edital CMDCA nº 002/2015;

CONSIDERANDO o resultado final dos membros do CMDCA e sua classificação,

CONSIDERANDO a resolução do CMDCA nº 26/2015, de 14 de outubro de 2015, que homologa o resultado final do Processo Eleitoral realizado no dia 04 de outubro de 2015.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica nomeada a SRA. GRACE RAQUEL BENKENDORF RAASCH, para ocupar o cargo de Conselheiro Tutelar, por opção da Conselheira, nos termos do artigo 21, parágrafo único, da Lei Municipal nº 2178/15, fica concedido a remuneração de origem do cargo de provimento efetivo, conforme a Portaria nº 82/2000.

Art. 2º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a contar a partir de 10 de janeiro de 2016, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá/SC,  
21 de dezembro de 2015.

LUIZ CARLOS TAMANINI  
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

**DECRETO Nº 992/15**

DECRETO Nº 992/15

NOMEIA A SRA. DORILDE LANGER SCHMOELLER, PARA O CARGO DE CONSELHEIRO TUTELAR.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Municipal nº 2178/15, em seu inciso XV do artigo 5, de 31 de março de 2015,

CONSIDERANDO o processo de eleição dos membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente realizado sob o Edital CMDCA nº 002/2015;

CONSIDERANDO o resultado final dos membros do CMDCA e sua classificação,

CONSIDERANDO a resolução do CMDCA nº 26/2015, de 14 de outubro de 2015, que homologa o resultado final do Processo Eleitoral realizado no dia 04 de outubro de 2015.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica nomeada a SRA. DORILDE LANGER SCHMOELLER, para ocupar o cargo de Conselheiro Tutelar, com a remuneração fixada pelo fator 18 do anexo XI da Lei Complementar Municipal nº 014/09, e Lei Municipal nº 2178/15.

Art. 2º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a contar a partir de 10 de janeiro de 2016, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá/SC,

21 de dezembro de 2015.

LUIZ CARLOS TAMANINI

PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

**DECRETO Nº 993/15**

DECRETO Nº 993/15

NOMEIA O SR. EDSON SCHIMANSKI, PARA O CARGO DE CONSELHEIRO TUTELAR.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Municipal nº 2178/15, em seu inciso XV do artigo 5, de 31 de março de 2015,

CONSIDERANDO o processo de eleição dos membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente realizado sob o Edital CMDCA nº 002/2015;

CONSIDERANDO o resultado final dos membros do CMDCA e sua classificação,

CONSIDERANDO a resolução do CMDCA nº 26/2015, de 14 de outubro de 2015, que homologa o resultado final do Processo Eleitoral realizado no dia 04 de outubro de 2015.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica nomeado o SR. EDSON SCHIMANSKI, para ocupar o cargo de Conselheiro Tutelar, com a remuneração fixada pelo fator 18 do anexo XI da Lei Complementar Municipal nº 014/09, e Lei Municipal nº 2178/15.

Art. 2º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a contar a partir de 10 de janeiro de 2016, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá/SC,

21 de dezembro de 2015.

LUIZ CARLOS TAMANINI

PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

**LEI COMPLEMENTAR Nº 060/15**

LEI COMPLEMENTAR Nº 060/15

ALTERA DISPOSITIVOS QUE ENUMERA DA LEI COMPLEMENTAR Nº. 010 DE 29 DE SETEMBRO DE 2009.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, no uso das atribuições que lhe são conferidas, FAZ SABER a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º – Acrescenta o § 6º ao artigo 33 da Lei Complementar Nº. 010, de 29 de setembro de 2009, que com a seguinte redação:

Art. 33 - [...]:

§ 6º – A isenção prevista no caput deste artigo, não será concedida aos proprietários de imóveis, pessoas físicas, que pertençam ao quadro societário de pessoas jurídicas no caso previsto no inciso IV deste artigo.

Art. 2º - Altera os incisos I a III e cria o inciso IV no artigo 43 da Lei Complementar nº 010, de 29 de setembro de 2009 - Código Tributário do Município de Corupá - CTMC, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 43 – [...]

I - Serviços previstos nos itens 6.05 12, 15, 18, 19, 22, 26 e 28, e seus respectivos subitens, do ANEXO I desta Lei: 5% (cinco por cento);

II - Serviços previstos no item 21 do ANEXO I desta Lei: 2,5% (dois vírgula cinco por cento);

III - serviços previstos nos subitens 6.01, 6.02, 10.09 e 14.04 do ANEXO I desta Lei: 2% (dois por cento);

IV - outros serviços: 3% (três por cento).

Art. 3º - Acrescenta os §§ 3º a 5º ao artigo 44 da Lei Complementar nº 010, de 29 de setembro de 2009 - Código Tributário do Município de Corupá - CTMC, passando a vigorar com a seguinte redação:

Art. 44. [...]

§3º- Nos serviços de registros públicos, cartorários e notariais, o preço dos serviços será o valor dos emolumentos incidentes sobre as escrituras e estabelecidos por Lei Estadual, deduzidos os valores destinados ao Estado e outras entidades, por determinação legal.

§4º - O montante do imposto apurado nos termos do §3º deste artigo não integra a base de cálculo, devendo ser acrescido ao valor dos emolumentos.

§5º - Nos serviços de registros públicos, cartorários e notariais, os notários e/ou registradores deverão destacar, na respectiva nota ou recibo de serviços prestados, o valor relativo ao ISSQN.

Art. 4º - Altera a alínea "d" do § 2º do artigo 50 da Lei Complementar Nº. 010, de 29 de setembro de 2009, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 50 - [...]:

d) – mais de 1 (um) empregado profissionalmente não habilitado para o exercício da atividade correspondente aos serviços prestados;

Art. 5º – Cria o artigo 51-A na Lei Complementar Nº. 010, de 29 de setembro de 2009, com a seguinte redação.

Art. 51-A – Os profissionais liberais regulamentados, não munícipes, atuantes na área da construção civil que prestarem serviços de execução, assessoria ou administração de obras no Município de Corupá/SC, deverão recolher o ISSQN pelo valor apurado nas ART's e Notas de Serviços, não podendo este ser inferior ao previsto na tabela abaixo:

Edificação de até 100,00m²	30 UFRMs
De 100,01 m² a 250,00 m²	60 UFRMs
De 250,01 m² a 500,00 m²	100 UFRMs
A partir de 500,01 m²	250 UFRMs

Art. 6º – Revoga os §§ 1º, 3º, 4º e 5º do artigo 65 da Lei Complementar Nº. 010, de 29 de setembro de 2009.

Art. 7º – Altera o artigo 219 da Lei Complementar Nº. 010 de 29 de setembro de 2009, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 219 – O atraso no pagamento das prestações sujeita o contribuinte à multa de 0,33% ao dia até o limite máximo de 20% (vinte por cento) do valor de cada prestação em atraso.

Art. 8º – Altera o caput do artigo 347 da Lei Complementar Nº. 010 de 29 de setembro de 2009, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 347 – A multa de mora será aplicada sobre o crédito atualizado, à razão de 0,33% ao dia até o limite máximo de 20% (vinte por cento), considerando-se sempre como data base a do vencimento do débito.

Art. 9º – Cria o artigo 438-A na Lei Complementar Nº. 010, de 29 de setembro de 2009, com a seguinte redação.

Art. 438-A – Serão aplicadas as seguintes reduções aos contribuintes que quitarem seus débitos com a Fazenda Municipal, em uma única parcela:

I – de 50% (cinquenta por cento) sobre juros e 50% (cinquenta por cento) sobre a multa moratória aos contribuintes que quitarem integralmente seus débitos antes da inscrição em Dívida Ativa, desde que não tenham sido objeto autuação com base no artigo 349.

II – de 30% (trinta por cento) sobre juros e 30% (trinta por cento) sobre a multa moratória aos contribuintes que quitarem integralmente seus débitos antes da inscrição em Dívida Ativa, desde que não tenham sido objeto autuação com base no artigo 349.

Parágrafo único: Em havendo débitos lançados em Dívida Ativa e outros ainda que não tenham sido lançados se aplica o disposto no inciso II deste artigo.

Art. 10 - Altera o Anexo III da Lei Complementar Municipal n. 010/2009, que trata da taxa pelo exercício de atividade eventual ou ambulante domiciliado no Município de Corupá e domiciliado fora do Município de Corupá que passa a vigorar com a seguinte redação e configuração:

#### ANEXO III

##### TAXA PELO EXERCÍCIO DE ATIVIDADE EVENTUAL OU AMBULANTE

##### DOMICILIADO NO MUNICÍPIO DE CORUPÁ:

FATOR	VALOR EM UFRMs		
	COM CAMINHÃO	OUTRO VEÍCULO	SEM VEÍCULO
Por dia	30	20	15
Por mês	100	70	60
Por ano	400	300	250

##### DOMICILIADO FORA DO MUNICÍPIO DE CORUPÁ:

FATOR	VALOR EM UFRMs		
	COM CAMINHÃO	OUTRO VEÍCULO	SEM VEÍCULO
Por dia	120	90	60
Por mês	420	315	225
Por ano	1.500	1.200	900

Art. 11 – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,

22 de dezembro de 2015.

LUIZ CARLOS TAMANINI

PREFEITO MUNICIPAL

Sancionada, Registrada e Publicada a presente Lei, nesta Secretaria de Administração e Fazenda aos vinte e dois dias do mês de dezembro de 2015.

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

# Curitibanos

## PREFEITURA

### JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 8/2016

JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 8/2016

REFERENTE: Contrato de rateio firmado entre o Município de Curitibanos e o Consórcio Intermunicipal Catarinense – CIMCATARINA, com o valor total de R\$ 59.520,00 (Cinquenta e nove mil e quinhentos e vinte reais).

RESUMO: DISPENSA DE LICITAÇÃO TENDO EM VISTA O CONTRATO DE RATEIO COM O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA, REFERENTE AO DESENVOLVIMENTO DOS PROJETOS E AÇÕES DO PROGRAMA DE LICITAÇÕES COMPARTILHADAS - PROLICITA, PARA O EXERCÍCIO DE 2015, TENDO COMO AMPARO LEGAL O ART. 24, INCISO XXVI LEI 8.666/93.

#### FUNDAMENTO DA JUSTIFICATIVA:

- "Art. 24 Inciso XXVI – na celebração de contrato de programa com ente da Federação ou com entidade de sua administração indireta, para prestação de serviços públicos de forma associada nos termos do autorizado em contrato de consórcio público ou em convênio de cooperação;"

PELO EXPOSTO: E conforme o que foi apresentado a esta Comissão, e atendidos aos preceitos do Art. 24, inciso XXVI da Lei No. 8.666/93, e suas alterações, encaminhamos ao Prefeito Municipal, sugerindo a referida contratação.

Curitibanos, 06 de Janeiro de 2016.

Diego Sebem Wordell Cristina Melo Menegotto

Presidente da Comissão Membro

Talita Daiane Schwinden

Membro

#### PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

A presente dispensa cumpre as exigências legais, estando de acordo com a Lei No. 8.666/93 e suas alterações, de acordo com o Art. 24, o inciso XXVI dou como aprovada.

Curitibanos, 06 de Janeiro de 2016.

Claudio Vieira França

Procurador Geral do Município

#### AUTORIZAÇÃO:

Autorizo a compra e venda mencionada e recomendo a observância das demais providências legais pertinentes.

Curitibanos, 06 de Janeiro de 2016.

Jose Antonio Guidi

Prefeito Municipal

### REPUBLICAÇÃO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 1/2016

REPUBLICAÇÃO

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 1/2016

O Município de Curitibanos, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço por item, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração, para a AQUISIÇÃO DE ADUBOS E FERTILIZANTES PARA USO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE, SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, ABASTECIMENTO, MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO RURAL E SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTE E OBRAS, CONFORME ANEXO I DESTA EDITAL.

Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 13:30 horas do dia 27/01/2016, no Protocolo Central da Prefeitura, sito a rua Cel. Vidal Ramos, 860. A partir das 14:00 horas do dia 27/01/2016, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas.

O inteiro teor deste ato convocatório e de seus anexos encontram-se à disposição dos interessados que o solicitarem no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura de Curitibanos no horário de expediente e na pagina da Prefeitura [www.curitibanos.sc.gov.br](http://www.curitibanos.sc.gov.br).

Curitibanos, 14 de Janeiro de 2016.

Aldo Dolberth

Prefeito Municipal e.e.

Diego Sebem Wordell

Pregoeiro

**ATA DE REUNIÃO DE JULGAMENTO DE PROPOSTAS NR . 4/2016**

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS</b>	<b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 240/2015 - PR</b>
<b>CNPJ:</b> 83.754.044/0001-34 <b>Rua Coronel Vidal Ramos, 860</b> <b>C.E.P.:</b> 89520-000 - Curitiba - SC	<b>Processo Administrativo:</b> 240/2015 <b>Processo de Licitação:</b> 240/2015 <b>Data do Processo:</b> 15/12/2015
	Folha: 1/3

**OBJETO DA LICITAÇÃO:**

AQUISIÇÃO EVENTUAL DE SERVIÇO DE TRANSPORTE PARA EVENTOS DO FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ASSISTÊNCIA SOCIAL, PREFEITURA E SUAS RESPECTIVAS SECRETARIAS E DEMAIS UNIDADES, PELO PERÍODO DE 1 ANO, CONFORME ANEXO I DESTA EDITAL.

**ATA DE REUNIÃO DE JULGAMENTO DE PROPOSTAS Nr. 4/2016 (Sequência: 3)**

Ao(s) 14 de Janeiro de 2016, às 09:00 horas, na sede da(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS, reuniram-se os membros da Comissão de Licitação, designada pela(o) Portaria nº 1415/2014, para julgamento das propostas de preço das proponentes habilitadas para fornecimento e/ou execução dos itens descritos no Processo Licitatório nº 240/2015, Licitação nº 240/2015 - PR, na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL.

Inicialmente procedeu-se a leitura do teor das propostas para estudo e análise de preço e outros fatores previstos no edital. Logo após julgadas as propostas, a comissão emitiu o parecer discriminando o(s) vencedor(es), conforme segue abaixo:

**Parecer da Comissão:** A EMPRESA REUNIDAS TURISMO SA PROTOCOLOU SEU RECURSO NO DIA 12/01/2016, FICA ASSIM APRAZADO 3 (TRÊS) DIAS ÚTEIS PARA AS EMPRESAS INTERESSADAS PROTOCOLAREM CONTRA RAZÃO, A CONTAR DE 14/01/2016.

**Participante: 334628 - DA CAPITAL TOUR LOCAÇÃO LTDA ME**

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
2	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE TRANSPORTE, COM A SEGUINTE DESCRIÇÃO: UM ONIBUS COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 27 LUGARES, BANCOS RECLINÁVEIS, MOTORISTA COM CURSO EM TRANSPORTE COLETIVO, SEGURO DPVAT, SEGURO PARA PASSAGEIROS, REGISTRO NO DETRAN, DISPONIBILIDADE PARA TODOS OS DIAS DA SEMANA A QUALQUER HORA SOLICITADA PELO DEPARTAMENTO COMPETENTE.	KM	15.000,00	AGRALE VOLARE	0,0000	2,90	43.500,00

**Total do Participante —>** 43.500,00

**Participante: 335717 - AUTO VIACAO MACHADO LTDA - ME**

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
8	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE TRANSPORTE DE DETENTOS - PENITENCIÁRIA SÃO CRISTÓVÃO DO SUL/CURITIBANOS - SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS, DE SEGUNDA A SEXTA DA SEGUINTE FORMA: PENITENCIÁRIA (VINDA DETENTOS) - CURITIBANOS (SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS); A DISTÂNCIA TOTAL POR VIAGEM SERÁ DE 50 KM. VEÍCULO COM SEGUINTE DESCRIÇÃO: CAPACIDADE MÍNIMA DE 20 LUGARES, BANCOS RECLINÁVEIS, MOTORISTA COM CURSO EM TRANSPORTE COLETIVO, SEGURO DPVAT, SEGURO PARA PASSAGEIROS, REGISTRO NO DETRAN, DISPONIBILIDADE DE SEGUNDA A SEXTA, A QUALQUER HORA SOLICITADA PELO DEPARTAMENTO COMPETENTE.	SERV	240,00	NEOBUS AGRALE	0,0000	277,00	66.480,00

**Total do Participante —>** 66.480,00

**Participante: 337026 - VIOLATUR TRANSPORTE ESCOLAR LTDA**

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
4	TRANSPORTE ALUNOS CEDUP - COLÉGIO AGRÍCOLA CAETANO COSTA/ SÃO JOSÉ DO CERRITO, LIMITADO A UMA IDA E UMA VOLTA DOS ALUNOS, 1 VÉZ AO MÊS, COM RETORNO DO VEÍCULO VAZIO, DA SEGUINTE FORMA: CURITIBANOS - SÃO JOSÉ (IDA COM ALUNOS); SÃO JOSÉ DO CERRITO - CURITIBANOS (RETORNO VAZIO); CURITIBANOS - SÃO JOSÉ DO CERRITO (IDA VAZIO); SÃO JOSÉ DO CERRITO - CURITIBANOS (RETORNO COM ALUNOS); A DISTÂNCIA TOTAL POR VIAGEM SERÁ DE 140 KM NA SEXTA FEIRA (BUSCAR ALUNOS) E 140 KM NA SEGUNDA RETORNO DOS ALUNOS, TOTALIZANDO 280 KM AO MÊS.	KM	2.800,00	MERCEDES BENZ	0,0000	1,85	5.180,00



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS**

CNPJ: 83.754.044/0001-34  
 Rua Coronel Vidal Ramos, 860  
 C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC

**PREGÃO PRESENCIAL**

**Nr.: 240/2015 - PR**

Processo Administrativo: 240/2015  
 Processo de Licitação: 240/2015  
 Data do Processo: 15/12/2015

Folha: 2/3

**Participante: 337026 - VIOLATUR TRANSPORTE ESCOLAR LTDA**

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
6	CONTRATAÇÃO DE VAN, COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 12 LUGARES, PARA TRANSPORTE DE PACIENTES COM TRATAMENTO FORA DO DOMICÍLIO; COM SAÍDA DE CURITIBANOS, COM CAPTAÇÃO DE PASSAGEIROS EM 6 PONTOS DE EMBARQUE, SEMPRE DENTRO DO PERÍMETRO URBANO, COM DESTINO AOS HOSPITAIS E CLÍNICAS ONDE FORAM AGENDADOS OS TRATAMENTOS DOS PACIENTES; SENDO QUE NO RETORNO A CURITIBANOS OS PACIENTES DEVERÃO SER CONDUZIDOS A DESEMBARCAR NOS MESMOS PONTOS ONDE OCORREU O EMBARQUE. A EMPRESA VENCEDORA DEVERÁ DISPONIBILIZAR ALÉM DO MOTORISTA UM FUNCIONÁRIO ÀS SUAS CUSTAS, ÁREA O ACOMPANHAMENTO NO EMBARQUE, ACESSO AOS HOSPITAIS E CLÍNICAS E DESEMBARQUE DOS PACIENTES, ALÉM DE RESPONSABILIZAR-SE POR RETIRAR E LEBAR CORRESPONDÊNCIAS E MATERIAIS DESTINADOS E ENCAMINHADOS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE. OS VEÍCULOS DEVEÃO CUMPRIR TODAS AS NORMAS TÉCNICAS E LEGAIS, ESTAREM DEVIDAMENTE AUTORIZADOS E EM PERFEITAS CONDIÇÕES DE CONSERVAÇÃO E SEGURANÇA PARA REALIZAÇÃO DE TRANSPORTE INTERMUNICIPAL DE PASSAGEIROS. OS VEÍCULOS DEVERÃO POSSUIR INTERIOR ADEQUADO AO TRANSPORTE INTERMUNICIPAL DE PASSAGEIROS, ALÉM DA DISPONIBILIDADE DE ÁGUA MINERAL ACONDIONADA EM EMBALAGENS DE ATÉ 500ML, COM LACRE. A EMPRESA PARTICIPANTE DEVERÁ POSSUIR EM SUA FROTA PELO MENOS DOIS VEÍCULOS QUE ATENDA A TODAS AS EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS POR ESTE EDITAL, A FIM DE GARANTIR A CONTINUIDADE DO SERVIÇO QUANDO DA MANUTENÇÃO DOS VEÍCULOS.	KM	200.000,00	RENAULT	0,0000	1,45	290.000,00

**Total do Participante ———>** 295.180,00

**Participante: 337753 - MARCO ANTONIO ALVES 91054656991**

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
5	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE TRANSPORTE, COM A SEGUINTE DESCRIÇÃO: UM ONIBUS COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 45 LUGARES, PARA ATENDIMENTO DE ALUNOS DO PROJETO TERCEIRA IDADE E CRAS, PARA DESLOCAMENTO DENTRO DO PERÍMETRO URBANO, O MOTORISTA DEVERÁ TER CURSO EM TRANSPORTE COLETIVO, SEGURO DPVAT, SEGURO PARA PASSAGEIROS, DISPONIBILIDADE PARA TODOS OS DIAS DA SEMANA A QUALQUER HORA SOLICITADA PELO DEPARTAMENTO COMPETENTE.	KM	21.000,00	MERCEDES BENZ	0,0000	4,84	101.640,00

**Total do Participante ———>** 101.640,00

**Participante: 337777 - IVONEI GONÇALVES TURISMO - ME**

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
3	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE TRANSPORTE, COM A SEGUINTE DESCRIÇÃO: UMA VAN COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 16 LUGARES, BANCOS RECLINÁVEIS, MOTORISTA COM CURSO EM TRANSPORTE COLETIVO, SEGURO DPVAT, SEGURO PARA PASSAGEIROS, REGISTRO NO DETER, DISPONIBILIDADE PARA TODOS OS DIAS DA SEMANA A QUALQUER HORA SOLICITADA PELO DEPARTAMENTO COMPETENTE.	KM	13.000,00	RENAULT MASTER	0,0000	1,50	19.500,00

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS**

CNPJ: 83.754.044/0001-34  
 Rua Coronel Vidal Ramos, 860  
 C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC

**PREGÃO PRESENCIAL**  
**Nr.: 240/2015 - PR**

Processo Administrativo: 240/2015  
 Processo de Licitação: 240/2015  
 Data do Processo: 15/12/2015

Folha: 3/3

**Participante: 337777 - IVONEI GONÇALVES TURISMO - ME**

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
7	CONTRATAÇÃO DE MICROONIBUS, COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 28 LUGARES, PARA TRANSPORTE DE PACIENTES COM TRATAMENTO FORA DO DOMICÍLIO; COM SAÍDA DE CURITIBANOS, COM CAPTAÇÃO DE PASSAGEIROS EM 6 PONTOS DE EMBARQUE, SEMPRE DENTRO DO PERÍMETRO URBANO, COM DESTINO AOS HOSPITAIS E CLÍNICAS ONDE FORAM AGENDADOS OS TRATAMENTOS DOS PACIENTES; SENDO QUE NO RETORNO A CURITIBANOS OS PACIENTES DEVERÃO SER CONDUZIDOS A DESEMBARCAR NOS MESMOS PONTOS ONDE OCORREU O EMBARQUE. A EMPRESA VENCEDORA DEVERÁ DISPONIBILIZAR ALÉM DO MOTORISTA UM FUNCIONÁRIO ÀS SUAS CUSTAS, ÁREA O ACOMPANHAMENTO NO EMBARQUE, ACESSO AOS HOSPITAIS E CLÍNICAS E DESEMBARQUE DOS PACIENTES, ALÉM DE RESPONSABILIZAR-SE POR RETIRAR E LEBAR CORRESPONDÊNCIAS E MATERIAIS DESTINADOS E ENCAMINHADOS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE. OS VEÍCULOS DEVEÃO CUMPRIR TODAS AS NORMAS TÉCNICAS E LEGAIS, ESTAREM DEVIDAMENTE AUTORIZADOS E EM PERFEITAS CONDIÇÕES DE CONSERVAÇÃO E SEGURANÇA PARA REALIZAÇÃO DE TRANSPORTE INTERMUNICIPAL DE PASSAGEIROS. OS VEÍCULOS DEVERÃO POSSUIR INTERIOR ADEQUADO AO TRANSPORTE INTERMUNICIPAL DE PASSAGEIROS, ALÉM DA DISPONIBILIDADE DE ÁGUA MINERAL ACONDIONADA EM EMBALAGENS DE ATÉ 500ML, COM LACRE. A EMPRESA PARTICIPANTE DEVERÁ POSSUIR EM SUA FROTA PELO MENOS DOIS VEÍCULOS QUE ATENDA A TODAS AS EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS POR ESTE EDITAL, A FIM DE GARANTIR A CONTINUIDADE DO SERVIÇO QUANDO DA MANUTENÇÃO DOS VEÍCULOS.	KM	252.000,00	AGRALE	0,0000	1,89	476.280,00

**Total do Participante** ———> 495.780,00

**Total Geral** —————> 1.002.580,00

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião de julgamento, da qual foi assinada a presente ata pela Comissão de Licitação e pelos representantes das proponentes.

Curitiba, 14 de Janeiro de 2016

**COMISSÃO:**

DIEGO SEBEM WORDELL

- ..... - Pregoeiro(a)

# Dionísio Cerqueira

## PREFEITURA

### LICITAÇÕES 2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

HOSPITAL MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA

AVISO DE LICITAÇÃO

O Hospital Municipal de Dionísio Cerqueira torna público que se encontra aberta ao Pregão n. 001/2016. Objeto: Aquisição de Medicamentos e materiais Hospitalares para o Hospital Municipal Entrega da documentação e propostas até as 08:00 horas do dia 02/02/2016 no Depto. de Compras e Licitações. Maiores informações junto ao Depto. de Compras e Licitações deste Município, sito a Rua Santos Dumont, N.413. Dionísio Cerqueira, 14/01/2016

Bruna Dalo - – Coordenadora HMDC

ESTADO DE SANTA CATARINA

HOSPITAL MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA

AVISO DE LICITAÇÃO

O Hospital Municipal de Dionísio Cerqueira torna público que se encontra aberta ao Pregão n. 002/2016. Objeto: Aquisição de Oxigênio Medicinal para utilização nos pacientes do Hospital Municipal Entrega da documentação e propostas até as 08:30 horas do dia 03/02/2016 no Depto. de Compras e Licitações. Maiores informações junto ao Depto. de Compras e Licitações deste Município, sito a Rua Santos Dumont, N.413.

Dionísio Cerqueira, 14/01/2016

Bruna Dalo - – Coordenadora HMDC

ESTADO DE SANTA CATARINA

HOSPITAL MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA

AVISO DE LICITAÇÃO

O Hospital Municipal de Dionísio Cerqueira torna público que se encontra aberta ao Pregão n. 003/2016. Objeto: contratação de laboratório de análises clínicas para realização de exames destinados aos pacientes internados no hospital municipal de Dionísio Cerqueira Entrega da documentação e propostas até as 10:30 horas do dia 03/02/2016 no Depto. de Compras e Licitações. Maiores informações junto ao Depto. de Compras e Licitações deste Município, sito a Rua Santos Dumont, N.413. Dionísio Cerqueira, 14/01/2016

Bruna Dalo - – Coordenadora HMDC

# Faxinal dos Guedes

## PREFEITURA

### ADITIVO11 CIDASC

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES  
EXTRATO DE ADITIVO DE CONTRATO

CONTRATANTE: O Município de Faxinal dos Guedes

CONTRATADA: CIDASC (Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina)

OBJETO: Contratação de prestação de serviços de Infra estrutura agrícola com operador e combustível.

Número do Contrato: 0118/2011

Décimo primeiro Termo Aditivo: O pagamento do serviço executado será efetuado pelo Município para a CIDASC, onde o valor será apurado após o término do serviço. Prorroga-se o prazo de execução dos serviços para mais um período com vencimento então em 14/07/2016.

Amparo Legal: O Instrumento Contratual é Originário do Processo Licitatório nº 0077/2011 na Modalidade Dispensa de Licitação nº 0011/2011 do Município de Faxinal dos Guedes, e, com base na Lei nº 8.666/93 suas alterações e demais normas vigentes.

Faxinal dos Guedes, SC, em 14 de JANEIRO de 2016.

DERLY JOSÉ TAFFAREL

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

### LEILÃO 00012016

EDITAL DE LEILÃO PÚBLICO Nº 0001/ 2016.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FAXINAL DOS GUEDES

O município de FAXINAL DOS GUEDES, SC, com sede na Av. Rio Grande do Sul, nº 458, Centro, cidade de Faxinal dos Guedes, CEP 89.694/000, inscrito no CNPJ sob nº 83.009.910/0001-62, torna público aos interessados que fará realizar LEILÃO às 09:00 horas do dia 02 de fevereiro de 2016. 1.1.- Um CAMINHÃO M. BENZ 2219 – S/ CAÇAMBA, ano/modelo 1980, placa AAJ 9351, RENAVAL nº 516380354, Patrimônio nº 3283, em condições de uso avaliado para lance mínimo em R\$ 18.000,00 (dezoito mil reais); 1.2.- Uma PÁ CARREGADEIRA CASE W-20B, ano 1986, Patrimônio nº3223, em condições de uso, avaliado para lance mínimo em R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais). Edital completo com as descrições poderá ser obtido na Prefeitura ou através do site [www.faxinal.sc.gov.br](http://www.faxinal.sc.gov.br). Aplica-se à presente licitação, as disposições da Lei nº 8.666/93, incluindo as alterações posteriores. Leia atentamente o edital.

FAXINAL DOS GUEDES (SC), 14 DE JANEIRO DE 2016.

GENARO COSTA KESKE

PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO

# Flor do Sertão

## PREFEITURA

### ATA DE JULGAMENTO DE IMPUGNAÇÃO Nº. 1941

ATA DE JULGAMENTO DE IMPUGNAÇÃO

Processo Licitatório Nº. 1941/2015

Modalidade: Pregão Presencial – Registro de Preços Nº. 28/2015

As 08:00 horas do dia 14 de janeiro de 2016, nas dependências da Prefeitura Municipal de Flor do Sertão, reuniu-se a Comissão de Licitação designada pela Portaria nº. 152/2015 para analisar pedido de impugnação do Processo Licitatório que tem por objeto: AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS PARA REALIZAÇÃO DE RECUPERAÇÃO DE PNEUS DE VEÍCULOS E MAQUINAS DA ADMINISTRAÇÃO GERAL DO MUNICÍPIO. A comissão de Licitação analisou o pedido de impugnação apresentado pela empresa A.R PNEUS LTDA, e resolveu acatar a decisão do parecer Jurídico em anexo, retirando do edital o item 4.2.2 - ISO 9001 ou superior, do FABRICANTE da borracha e do LICITANTE, não sendo mais solicitado essa documentação no presente processo, Sendo assim, a comissão resolveu abrir o prazo de dois dias úteis para recurso sobre a decisão da comissão de licitações. No caso de nenhuma empresa interpor recurso no prazo estipulado, ficara marcado para o dia 20 de janeiro de 2016 as 14:00 a abertura do processo Licitatório.

Findos os trabalhos a comissão encerrou a sessão, determinando a lavratura da presente ata que após lida e aprovada, será assinada pelos presentes. Flor do Sertão, aos quatorze dias do mês de janeiro de dois mil e dezesseis.

ADRIANO PEREIRA	DIOGO DE BEM	MARIA LUCIA FREIBERGER
Membro da comissão	Presidente da comissão	Membro da comissão

De acordo:

### CONTRATO Nº. 007/2016

CONTRATO Nº. 007/2016

O Município de Flor do Sertão – SC, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 01.566.621/0001-08 com sede na Avenida Flor do Sertão, 696, na cidade de Flor do Sertão – SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal em Exercício, Sr. Nestor Storch, brasileiro, residente e domiciliado no município de Flor do Sertão, inscrito no CPF sob o nº 552.299.809-15 de ora em diante denominado de contratante, e de outro lado à empresa INOVADORA SISTEMAS DE GESTÃO LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº. 00.867.301/0002-06, com sede na Rua Santos Dumont, nº. 186 na cidade de Herval D'Oeste - SC, neste ato representada pelo Sr. Ribamar Dalfovo, inscrito no CPF sob o nº 737.457.829-68, doravante denominada de contratada, de comum acordo e com amparo legal na Lei 8.666/93 complementada pela Lei 8.883/94, Lei Orgânica, resolvem contratar o objeto do presente pelas seguintes cláusulas que seguem:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Este contrato tem origem no edital do processo licitatório nº. 1939/2015 na modalidade de pregão presencial nº. 27/2015, que tem por objeto CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE LICENÇAS DE USO DE SOFTWARE PARA A ÁREA DE GESTÃO DA SAÚDE, COM EXECUÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS EM MANUTENÇÃO, ATUALIZAÇÃO, SUPORTE E ASSESSORIA OPERACIONAL, CUSTOMIZAÇÃO, IMPLANTAÇÃO E MIGRAÇÃO DE BASE DE DADOS, INCLUINDO A CAPACITAÇÃO DOS USUÁRIOS EM TODOS OS MÓDULOS DO SISTEMA E COM O ACOMPANHAMENTO PRESENCIAL NA FASE INICIAL DE UTILIZAÇÃO, DESCRITOS NOS ANEXOS DESTE EDITAL, POR UM PERÍODO DE 12 MESES, A CONTAR DO INÍCIO DA VIGÊNCIA DO CONTRATO, NOS TERMOS DESTE EDITAL, DE FORMA A ATENDER COMPLETAMENTE AS FUNCIONALIDADES DESCRITAS NO MESMO, na qual a contratada como vencedora se compromete a entregar os Serviços conforme itens abaixo:

ITEM	UND	QTD	DESCRIÇÃO DO OBJETO	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
1	Unit.	1	Conversão, Instalação, implantação, Treinamento (06 horas) e configuração e parametrização dos Softwares e hardware (Pacote Basico).	500,00	500,00
2	Unit.	1	Conversão, Instalação, implantação, Treinamento (06 horas) e configuração e parametrização dos Softwares e hardware.(Integração E-Sus)	500,00	500,00
3	Mensal	12	Locação e manutenção mensal do Sistema de Gestão da Saúde (Pacote Basico).	650,00	7.800,00
4	Mensal	12	Locação e manutenção mensal do Sistema de Gestão da Saúde. (Integração e-Sus)	200,00	2.400,00
5	Hora	50	Hora Técnica	80,00	4.000,00
6	Un.	10	Deslocamento diário	180,00	1.800,00

O valor total do contrato é de R\$ 17.000,00 (Dezessete mil reais)



## CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA

O prazo de vigência deste contrato administrativo será contado a partir de sua assinatura até 31 de dezembro de 2016. As quantidades descritas na Clausula primeira são a título estimativo.

## CLAUSULA TERCEIRA – A REALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS

### IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA

A implantação compreende em realizar a instalação, parametrização, adaptação, ajustes da solução em todos os computadores que o Município de Flor do Sertão determinar. A configuração e parametrização visam à carga de todos os parâmetros inerentes aos processos em uso pelo Município e que atendam a legislação Municipal, Estadual e Federal.

Na implantação do sistema acima discriminado, deverão ser cumpridas, quando couber, as seguintes etapas:

- a) entrega, instalação e configuração do sistema licitado;
- b) customização do sistema;
- c) adequação de relatórios, telas, layouts e logotipos;
- d) parametrização inicial de tabelas e cadastros;
- e) estruturação de acesso e habilitações dos usuários.

A empresa contratada deverá responsabilizar-se integralmente por sua equipe técnica, primando pela qualidade, desempenho, eficiência e produtividade, visando a consecução dos trabalhos durante toda a execução do contrato dentro dos prazos estipulados, sob pena de ser considerado infração passível de aplicação das penalidades previstas neste edital.

Todas as decisões e entendimentos havidos entre as partes durante o andamento dos trabalhos e que impliquem em modificações ou implementações nos planos, cronogramas ou atividades pactuadas, deverão ser prévia e formalmente acordados e documentados entre as partes.

A empresa contratada responderá pelas perdas, reproduções indevidas e/ou adulterações que por ventura venham a ocorrer nas informações da CONTRATANTE, quando estas estiverem sob sua responsabilidade.

A empresa contratada e os membros da equipe guardarão sigilo absoluto sobre os dados e informações do objeto da prestação de serviços ou quaisquer outras informações a que venham ter conhecimento em decorrência da execução das atividades previstas no Contrato, respondendo contratual e legalmente pela inobservância desta alínea, inclusive após o término do contrato.

### TREINAMENTO

A contratada deverá levar o conhecimento e treinamento para os operadores dos módulos contratados com todas as funções do sistema pertencente a sua área de responsabilidade com no mínimo 06 horas de capacitação. Todos os recursos e material necessário para o treinamento deverá ser por conta da contratada.

As turmas devem ser dimensionadas por módulo, sendo que cada turma não poderá ter mais de 10 (dez) participantes. Deverá ser fornecido Certificado de Participação aos funcionários que tiverem comparecido a mais de 85% (oitenta e cinco por cento) das atividades de cada curso.

A Contratante resguardar-se-á o direito de acompanhar, adequar e avaliar o treinamento contratado com instrumentos próprios, sendo que, se o treinamento for julgado insuficiente, caberá à Contratada, sem ônus para a Contratante, ministrar o devido reforço.

Quando solicitado pela Contratante, a Contratada deverá providenciar alterações no programa de treinamento, incluindo, instrutores, conteúdo, etc.

### SUPORTE TÉCNICO

Durante o período contratual, após a implantação do sistema, deverá ser garantido atendimento para suporte técnico, durante às 24 (vinte e quatro) horas por dia durante os 365 dias do ano.

A contratada deves disponibilizar Help Desk, através de um serviço de 0800 ou outro serviço telefônico, via chat, exceto comunicação do tipo VOIP ou Skype,

Esclarecer dúvidas que possam surgir durante a operação e utilização dos sistemas;

Auxílio na recuperação da base de dados por problemas originados em erros de operação, queda de energia ou falha de equipamentos.

Treinamento de servidores na operação ou utilização do sistema em função de substituição de pessoal, tendo em vista demissões, licenças,



mudanças de cargos, etc.,

1Auxiliar o usuário, em caso de dúvidas, na elaboração de quaisquer atividades técnicas relacionadas à utilização dos sistemas, como: gerar/validar arquivos para Órgão Governamental, entre outros.

No caso de parada do sistema, o atendimento de suporte deverá estar garantido nas 24 horas do dia, inclusive sábados, domingos e feriados.

#### INTEGRAÇÕES ENTRE SISTEMAS

A solução ofertada deverá possibilitar a integração com o e-SUS AB ou qualquer outro sistema informatizado exigido pelo Ministério da Saúde, permitindo de maneira prática a migração dos dados registrados na base de dados e a transmissão para os demais sistemas utilizados pelo Ministério da Saúde.

Empresa contratada deverá obrigatoriamente manter a solução ofertada em conformidade com futuras atualizações dos sistemas integrados com o governo seguindo prazos e determinações estabelecidos pelo Ministério da Saúde, sem gerar ônus.

#### CLAUSULA QUARTA – DO PAGAMENTO

O pagamento dos Serviços será efetuado até o dia 10 do mês subsequente ao da realização dos Serviços mediante apresentação da respectiva Nota Fiscal, do qual será efetuado através de cheque nominal ou ordem bancária.

Se a nota fiscal, for apresentada com erro, será devolvida ao fornecedor para retificação e reapresentação, acrescentando-se no prazo fixado acima, os dias que se passarem entre a data da devolução e a da reapresentação;

A critério da contratante poderão ser utilizados parte dos pagamentos devidos para cobrir possíveis despesas com multas, indenizações a terceiros ou outras, de responsabilidade da contratada.

#### CLAUSULA QUINTA – DA FISCALIZAÇÃO

Fica como responsável pela fiscalização dos Serviços a serem realizados a Secretaria da Saúde – Maristela Valer.

A fiscalização será exercida no interesse da administração municipal e não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades ou consequências que venham a ocorrer em razão do uso dos Serviços se, na sua ocorrência, não implica co-responsabilidade do Poder Público ou de seus agentes e prepostos.

Caso durante a fiscalização seja verificada alguma irregularidade nos Serviços a empresa fornecedora será notificada para proceder à substituição dos mesmos no prazo de 24 horas contados de sua realização.

#### CLÁUSULA SEXTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

As despesas oriundas deste contrato, correrão à conta da Classificação da Despesa:

Elementos de Despesa:

3.3.90.39.99.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica.

Projeto atividade:

103010012.2.016000 – Manutenção das atividades de Saúde Pública;

#### CLÁUSULA OITAVA – DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

Os preços dos Serviços apresentados nas propostas não serão reajustados;

#### CLAUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

A empresa vencedora obriga-se a:

A – Atender as requisições do município fornecendo os Serviços vencidos na licitação nos preços constantes de sua proposta;

B – Manter, durante a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas neste edital;

C – Assumir a responsabilidade por todos os encargos e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, uma vez que seus empregados não manterão nenhum vínculo com o município;

D – Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo município, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente;

E – Responderá a Contratada em relação a terceiros pelos danos que os Serviços por ela fornecidos causarem a terceiros, na forma da Lei.

F – Fornecer ao Município sempre que solicitadas informações e/ou esclarecimentos sobre os Serviços fornecidos.

G – É da contratada a obrigação do pagamento de tributos que incidiram sobre os serviços prestados, em qualquer esfera, especialmente ISS (5%) e INSS (11%).

#### CLAUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

Uma vez firmada a contratação, o município se obriga a:

A – Fornecer à licitante, todas as informações relacionadas com o objeto do presente contrato;

B – Acompanhar e fiscalizar, através de servidor designado, a qualidade dos Serviços entregues ao município comunicando as ocorrências de quaisquer irregularidades ao fornecedor;

C – Efetuar o pagamento à licitante vencedora, na forma e prazos estabelecidos neste contrato procedendo-se à retenção dos tributos devidos, consoante a legislação vigente;

D – Zelar para que sejam cumpridas as obrigações assumidas pela licitante vencedora, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS PENALIDADES

Em caso de inexecução do objeto, erro de execução, execução imperfeita, mora de execução, inadimplemento ou não veracidade das informações prestadas, a Contratada estará sujeita às seguintes penalidades:

I – Advertência por escrito;

II – multas:

A – De 1% por dia de atraso, calculado sobre o valor global do contrato, limitada a 10% do mesmo valor, entendendo-se como atraso a não entrega do bem no prazo total compreendido pelo prazo contratual;

B – De 5% sobre o valor total do contrato, por infração a qualquer cláusula ou condição do contrato, não especificada na alínea “a” deste inciso, aplicada em dobro na reincidência.

C – De 5% sobre o valor do contrato, pela recusa em corrigir qualquer defeito, caracterizando-se a recusa, caso a correção não se efetivar nos 02 dias úteis que se seguirem à data da comunicação formal do defeito;

D – De 10% sobre o valor do contrato, no caso de recusa injustificada da licitante adjudicatária em firmar o termo de contrato, no prazo e condições estabelecidas, bem como no caso de o serviço não ser executado a partir da data aprazada.

§ 1º - No caso de suspensão do direito de licitar, a licitante deverá ser descredenciada por igual período, sem prejuízo das multas previstas neste edital e no contrato e das demais cominações legais.

§ 2º - O valor das multas aplicadas deverá ser recolhido no prazo de 5 dias, a contar da data da notificação. Se o valor da multa não for pago, ou depositado, será automaticamente descontado do pagamento a que a contratada fizer jus. Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito da contratada, o valor devido será cobrado administrativamente e/ou judicialmente.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA RESCISÃO

I – O presente contrato poderá ser rescindido por mútuo acordo ou por conveniência administrativa, mediante comunicação por escrito, recebendo a contratada somente o valor dos serviços já fornecidos, não lhe sendo devido outro valor a título de indenização ou qualquer outro título presente ou futuro sob qualquer alegação ou fundamento.

II – Presume-se culpa da contratada a ocorrência das hipóteses descritas no artigo 78 da Lei Federal 8.666 de 21 de junho de 1993 consolidada.

III – Em havendo rescisão administrativa, ficam reconhecidos os direitos do município, nos termos do artigo 77, da Lei de Licitações.

Constituem motivo para rescisão do contrato:

A – Não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações, prazos e obrigações;

B – O cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações, prazos e obrigações;

C – A lentidão do seu cumprimento;

D – O atraso injustificado da execução do contrato sem justa causa e prévia comunicação à Administração;

E – A decretação da falência ou instauração da insolvência civil da licitante vencedora;

F – A dissolução da sociedade ou o falecimento do contratado;

G – A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, desde que prejudique a execução do contrato;

H – Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento justificada e determinadas pela máxima autoridade Administrativa a que está subordinado o contrato e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato;

I – A suspensão de sua execução por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 120 dias, salvo em caso de calamidade pública,

grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório e outras previstas, assegurado ao contratado, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação;

J – O atraso superior a 90 dias dos pagamentos devidos pela administração decorrentes dos serviços ou parcelas destes, já recebidos ou executados, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra assegurado ao contratado o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação;

Quanto à sua forma a rescisão poderá ser:

A – Por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei Federal nº. 8.666 de 21 de junho de 1993;

B – Amigável, por acordo entre as partes, reduzidas a termo no processo de Licitação, desde que haja conveniência para a Administração;

C – Judicial, nos termos da legislação.

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

O presente instrumento rege-se pelas disposições expressas na Lei Federal nº. 8.666 de 21 de Junho de 1993, consolidada, Pelo edital do processo licitatório nº 1939/2015 na modalidade Pregão Presencial nº. 27/2015, bem como a proposta apresentada pela contratada e pelos preceitos de direito público, aplicando-se, supletivamente, os princípios da Teoria Geral dos Contratos.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Este contrato é intransferível, não podendo a contratada, de forma alguma, sem anuência da contratante, sub-rogar seus direitos e obrigações a terceiros.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO FORO

Para as questões decorrentes da execução deste contrato, fica eleito o Foro da Comarca de Maravilha, Estado de Santa Catarina, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado ou especial que possa ser exceto o que dispõe o inciso X do art. 29 da Constituição Federal.

E, por estarem assim justos e contratados, firmam o presente, juntamente com duas testemunhas, em três vias de igual teor e forma, sem emendas ou rasuras, para que produza seus jurídicos e legais efeitos.

Flor do Sertão – SC, aos 13 dias do mês de janeiro de 2016.

NESTOR STORCH		RIBAMAR DALFOVO
CPF: 552.299.809-15		CPF: 737.457.829-68
CONTRATANTE		CONTRATADO

DIOGO DE BEM		LEANDRO NEUHAUS
CPF: 010.389.549-32		CPF: 015.634.579-03
TESTEMUNHA		TESTEMUNHA

#### DECRETO Nº. 08/2016

DECRETO nº. 08/2016

Homologa Julgamento proferido pela comissão de licitação, no processo licitatório nº. 1939/2015, e dá outras providências.  
NESTOR STORCH, Prefeito Municipal em Exercício de Flor do Sertão, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais;

DECRETA:

Art. 1º. Fica homologado o julgamento proferido pela comissão de licitação, nomeada pela portaria nº. 152/2015, sobre o processo de licitação nº. 1939/2015, que tem por objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE LICENÇAS DE USO DE SOFTWARE PARA A ÁREA DE GESTÃO DA SAÚDE.

Art. 2º. Fica adjudicado o objeto desta licitação em favor das empresas abaixo relacionadas, tudo conforme constatação na Adjudicação do referido processo.

INOVADORA SISTEMAS DE GESTÃO LTDA	R\$ 17.000,00
-----------------------------------	---------------

Art. 3º. Pelo presente, ficam intimados os participantes da licitação supramencionada, bem como os demais interessados, da decisão proferida neste decreto.

Art. 4º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Flor do Sertão – SC, aos 13 dias do mês de janeiro de 2016.

NESTOR STORCH	LEANDRO NEUHAUS
Prefeito Municipal em Exercício	Secretario de Administração

### PORTARIA Nº 048/2016

	PORTARIA Nº 048/2016
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.	
NESTOR STORCH, Prefeito Municipal em Exercício de Flor do Sertão, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei,	

#### RESOLVE

Art. 1º - Fica pela presente Portaria CONCEDIDO férias regulamentar a Servidora Municipal LUCIANE HAHN, ocupante do Cargo de Assistente de Administração, lotada na Câmara de Vereadores, no período de 15/01/2016 a 13/02/2016, relativo ao período aquisitivo 08/14 a 08/15.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, aos 15 dias do mês de Janeiro de 2016.

NESTOR STORCH

Prefeito Municipal em Exercício

LEANDRO NEUHAUS

Secretário de Administração

DIRCIANE F. NEUHAUS

Responsável Dpto Pessoal

# Forquilha

## PREFEITURA

### ATA DO EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº. 188/PMF/2015

MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES

ATA DO EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº. 188/PMF/2015

SEGUNDA ATA DA REUNIÃO DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DO MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA PARA ABERTURA, PROCESSAMENTO E JULGAMENTO DO EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS 188/PMF/2015, QUE TEM POR OBJETIVO RECEBER PROPOSTAS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DA ADAPTAÇÃO E REFORMA DE 751,89 M<sup>2</sup> DA ESCOLA DE EDUCAÇÃO INFANTIL WALDEMAR CASAGRANDE, NA RUA FRANCISCO RONCHI, BAIRRO OURO NEGRO, MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA/SC.

Às doze horas do dia quatorze do mês de janeiro do ano de dois mil e dezesseis, na Sala de reuniões, da Prefeitura Municipal de Forquilha, na Avenida 25 de julho, 3400, nesta cidade de Forquilha, Estado de Santa Catarina, reuniu-se a Comissão Permanente de Licitações do Município para abertura, processamento e julgamento do EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº. 188/PMF/2015. Abertos os trabalhos pelo Sr. Presidente, Valdecir Tiscoski, o mesmo informou que não houve recurso quanto à decisão proferida pela comissão quanto à fase de habilitação (envelope nº. 01), ata nº. 01. Desta forma, decide esta Comissão, por unanimidade, dar prosseguimento ao presente processo licitatório, com abertura dos envelopes de nº. 02 – Da Proposta de Preço das licitantes CONSTRUÇÕES VITÓRIA LTDA, FBB ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO LTDA, CONSTRUTORA NELGUI LTDA, BF CONSTRUÇÕES LTDA e PONTO CERTO CONSTRUÇÕES EIRELI EPP, conforme habilitação já estabelecida, para as 11:00 horas do dia 18 de janeiro de 2016, na Sala de reuniões desta Municipalidade. A presente ata será publicada no Diário Oficial dos Municípios ([www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)). As empresas habilitadas serão comunicadas por FAX ou via e-mail desta decisão. Nada mais havendo a tratar, os membros da Comissão Permanente de Licitações deram por encerrada a reunião e ordenaram que se lavrasse a presente Ata que, depois de lida e aprovada, será assinada pelos Membros da Comissão.

Forquilha, 14 de janeiro de 2016.

VALDECIR TISCOSKI

Presidente da Comissão de Licitação

MAGALI DA ROSA

Membro da Comissão

TAINARA REDIVO

Membro da Comissão

### AVISO DE LICITAÇÃO: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 06/PMF/2016

AVISO DE LICITAÇÃO

REGISTRO DE PREÇO

MODALIDADE: Edital Pregão Presencial Nº. 06/PMF/2016;

OBJETIVO: A presente Licitação tem por objetivo, a aquisição de materiais para fabricação e assentamento de lajotas, por meio da Secretaria de Obras e Desenvolvimento Urbano do Município de Forquilha/SC, durante o exercício de 2016.

DATA DE ABERTURA: Dia 28 de janeiro de 2016 às 09:00 horas.

EDITAL: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras do Município de Forquilha, no Paço Municipal "26 de Abril" Edifício sede da Municipalidade na Avenida 25 de julho, 3400, no horário das 07:00 as 13:00 horas, ou por e-mail: [editais@forquilha.sc.gov.br](mailto:editais@forquilha.sc.gov.br).

Forquilha, 14 de janeiro de 2016.

ERIKA DE LUCA TISCOSKI BACK

Pregoeira

# Fraiburgo

## PREFEITURA

### AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 0006\_2016-PMF

Aviso da Dispensa de Licitação nº 0006/2016 – PMF  
PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº 0017/2016  
MUNICÍPIO DE FRAIBURGO – SC

O Prefeito de Fraiburgo (SC), torna público a Dispensa de Licitação nº 0006/2016, para reforma da casa localizada no Loteamento Vila Nova - Fase II, lote 2, Quadra 543 B (material e mão-de-obra), referente ao Programa Municipal de Habitação de Interesse Social de Fraiburgo, Denominado Morar Bem, conforme descritos nos memoriais, e será pago em parcela única no término dos serviços. Valor Total: R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), com vigência de 13.01.2016 a 28.02.2016, com base no art. 24, II, da Lei nº 8.666/93. Empresa Contratada: Edifike Empreiteira de Mão- De- Obra Ltda -ME, CNPJ sob o nº 09.500.084/0001-05.

Fraiburgo(SC), 13 de janeiro de 2016.

Ivo Biazolo – Prefeito Municipal

### AVISO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 0004\_2016-RADIO FRAIBURGO

Aviso da Inexigibilidade de Licitação 0004/2016-PMF  
MUNICÍPIO DE FRAIBURGO  
PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº 0016/2016 – PMF  
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 0004/2016 – PMF

O Município de Fraiburgo – SC, neste ato representado pelo Prefeito, torna público, com fundamento no art. 25, Caput, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a Inexigibilidade de Licitação nº 0004/2016, cujo objeto é a contratação da RÁDIO FRAIBURGO LTDA, inscrita no CNPJ de nº 83.399.980/0001-74, para veiculação do Programa Informativo do Município de Fraiburgo, com 4 (quatro) minutos de duração nas segundas, quartas e sextas-feiras e 7 (sete) minutos nas terças e quintas-feiras, com início às 12:45 horas até as 12:49 e das 12:45 horas até as 12:52 horas respectivamente, e mais inserções conforme necessidade do CONTRATANTE, durante o período de fevereiro de 2016 a 31 de dezembro de 2016, com suspensão dos meses de julho, agosto, setembro e outubro de 2016, em virtude do período eleitoral, conforme determina Lei 9.504 de 1997 e Resolução nº 23450/2015 do Tribunal Superior Eleitoral que fixou o calendário eleitoral para as eleições 2016. Valor total do contrato: R\$ 47.147,31 (quarenta e sete mil, cento e quarenta e sete reais e trinta e um centavos) que será pago em 7 (sete) parcelas mensais de R\$ 6.735,33 (seis mil, setecentos e trinta e cinco reais e trinta e três centavos). Fraiburgo(SC), 13 de janeiro de 2016.

Ivo Biazolo – Prefeito

### EDITAL LANÇAMENTO IPTU 2016

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO E LANÇAMENTO Nº 0001/2016

O PREFEITO MUNICIPAL DE FRAIBURGO, considerando o disposto nos artigos 107, III, b, 116, I da Lei Orgânica do Município de Fraiburgo, promulgada em 05 de abril de 1990 e considerando o disposto nos artigos 6º, I, 8º, 9º, 27 a 30, do Código Tributário Municipal (Lei Complementar Municipal nº 053/2003);

NOTIFICA:

Todos os proprietários, titulares do domínio útil ou possuidores a qualquer título, por natureza ou acessão física, de imóveis urbanos ou urbanizáveis, situados no Município de Fraiburgo, que o Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana e demais taxas de serviços públicos, relativos ao exercício de 2016 foram lançadas pela Secretaria Municipal de Finanças, cuja relação encontra-se disponível junto ao mural público municipal, situado junto ao prédio da Prefeitura Municipal de Fraiburgo, na Av. Rio das Antas nº 185, e deverão ser pagos observados os seguintes prazos e condições:

I - Prazo e forma de pagamento do IPTU e demais Taxas:

- a) em um só pagamento, com desconto de 20% (vinte por cento), se recolhido até o dia 10 (dez) de abril;
- b) em um só pagamento com desconto de 10% (dez por cento), se recolhido até o dia 10 (dez) de maio;
- c) de forma parcelada, em 06 (seis) parcelas, até o dia 10 (dez) dos meses de maio, junho, julho, agosto, setembro e de outubro.

II - Isenções: deverão ser requeridas junto a Secretaria de Ação Social, situada na Av. Arnoldo Frey nº 179, do dia 01/02/2016 até a data de 07/03/2016, no horário das 12:30 às 17:30 horas. O interessado deverá cumprir as disposições contidas na Lei Complementar nº 096 de 09 de dezembro de 2008, com os seguintes requisitos básicos:

Lei Complementar nº 096/2008

Art. 1º. Fica isento do pagamento do Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU, o contribuinte que preencher cumulativamente os seguintes requisitos:

- I – Ser proprietário ou titular do domínio útil e possuidor de um único imóvel, utilizado exclusivamente para residência familiar;
- II - Não ter renda familiar mensal superior a 2 (dois) salários mínimos.

§ 1º Os requisitos para a isenção deverão ser apresentados pelo interessado até a data limite estabelecida no edital de lançamento de cada tributo, da seguinte forma:

I – Do contribuinte empregado, incluindo-se nesta situação o aposentado e pensionista, por meio da apresentação do recibo de pagamento ou declaração do empregador, relativo ao mês imediatamente anterior;

II – Do contribuinte não-empregado, de declaração expressa de seu rendimento, relativo ao mês imediatamente anterior;

III – Nos casos previstos nos incisos I e II, o interessado apresentará declaração de que atende às condições para a isenção, responsabilizando-se criminalmente e se sujeitando ao recolhimento do imposto devido juntamente com as taxas acrescidas de multa de 100% (cem por cento) sobre o valor total do tributo, juros e atualização monetária, em caso de comprovada falsidade de informações.

§ 2º O titular de domínio útil e possuidor de imóvel, citados no inciso I do caput deste artigo, deverá comprovar seus direitos documentalmente ou mediante justificação administrativa, em processo administrativo instaurado a requerimento dos interessados e dirigido ao Secretário de Finanças.

§ 3º Para os fins dos parágrafos anteriores, o Secretário de Finanças, a quem compete decidir sobre o requerimento, poderá valer-se de estudo sócio-econômico do contribuinte e se presente pessoa deficiente na família, poderá conceder a isenção, mesmo que o contribuinte não se enquadre nos incisos do caput deste artigo. Verificada a propriedade ou posse de bens móveis, veículos, equipamentos e similares será indeferido o pedido de isenção pela



presença de indícios e visível capacidade contributiva.  
§ 4º A isenção de que trata esta lei não será obstada pela existência de outros débitos tributários municipais do interessado.

III - Pagamento com atraso: o contribuinte que efetuar o pagamento com atraso estará sujeito, nos termos do artigo 545 do Código Tributário Municipal ao pagamento de:

- a) juros de mora no percentual igual a 1% (um por cento) ao mês ou fração deste, contados da data do vencimento até o seu efetivo pagamento, incidindo sobre o valor do crédito tributário devidamente corrigido;
- b) multa moratória em se tratando de recolhimento espontâneo, de 0,333% (trezentos e trinta e três milésimos por cento) do valor corrigido do crédito tributário, por dia de atraso, limitado a 10% (dez por cento), contados da data do vencimento;
- c) correção monetária, calculada da data do vencimento do crédito tributário até o efetivo pagamento, com base na variação do anual do Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC do IBGE.

IV - Falta de pagamento: os tributos não pagos nos prazos regulamentares serão inscritos em Dívida Ativa até o término do exercício financeiro correspondente (artigo 748, § 1º do Código Tributário Municipal). Os débitos inscritos em Dívida Ativa, devidamente atualizados e com os acréscimos legais, se não pagos espontaneamente, serão cobrados judicialmente.

V - Impugnações: os tributos acima mencionados poderão ser objeto de impugnação do dia 29/01/2016 até a data de 08/04/2016, obedecido o disposto nos artigos 609 e seguintes do Código Tributário Municipal.

VI – Impugnação do Presente Edital: o presente edital poderá ser impugnado até 10 (dez) dias úteis da sua publicação.

Outras informações: O contribuinte poderá obter maiores informações na Secretaria Municipal de Finanças, junto ao Departamento de Tributos, local onde poderá efetuar a retirada dos carnês para pagamento.

E, para que produza os efeitos legais e de direito, foi lavrado e publicado o presente Edital, dando-se ciência do mesmo aos contribuintes notificados.

Fraiburgo, 14 de janeiro de 2016.  
IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

#### **PORTARIA Nº 0035/2016**

PORTARIA Nº 0035, DE 14 DE JANEIRO DE 2016.

Rescinde o contrato administrativo por prazo determinado

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º – Rescindir a pedido, o contrato de ELISANGELA DA COSTA, brasileira, divorciada, inscrita no CPF sob o nº 004.861.209-02, contratada em caráter temporário na função de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 13 de janeiro de 2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 14 de janeiro de 2016.  
IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

#### **PORTARIA Nº 0036/2016**

PORTARIA Nº 0036, DE 14 DE JANEIRO DE 2016.  
Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital nº 0026 de 27 de outubro de 2015, e Contrato Administrativo;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário TACIANE MITTANCK FANTIN, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 057.194.229-60, na função de FARMACÊUTICO BIOQUÍMICO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 19 de janeiro de 2016 até 18 de março de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 14 de janeiro de 2016.  
IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

#### **PORTARIA Nº 0037/2016**

PORTARIA Nº 0037, DE 14 DE JANEIRO DE 2016.  
Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital nº 0025 de 27 de outubro de 2015, e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0029/2016, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário EVERALDO ALVES FERREIRA, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o n.º 000.181.959-38, na função de MOTORISTA, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 10 de fevereiro de 2016 até 10 de maio de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 14 de janeiro de 2016.  
IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

**PORTARIA Nº 0038/2016**

PORTARIA Nº 0038, DE 14 DE JANEIRO DE 2016.  
Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital nº 0019 de 03 de setembro de 2015, e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0009/2016, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

**RESOLVE:**

Art. 1º Contratar, em caráter temporário ROSELEI GOLYNSKI NOGUEIRA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 044.373.089-05, na função de PROFESSOR – ENSINO FUNDAMENTAL - HISTÓRIA, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 10 de fevereiro de 2016 até 03 de agosto de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 14 de janeiro de 2016.

IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

**PORTARIA Nº 0039/2016**

PORTARIA Nº 0039, DE 14 DE JANEIRO DE 2016.  
Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital nº 0019 de 03 de setembro de 2015, e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0010/2016, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

**RESOLVE:**

Art. 1º Contratar, em caráter temporário CAMILA POBENGA DOS SANTOS, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 073.030.459-02, na função de PROFESSOR – ENSINO FUNDAMENTAL - HISTÓRIA, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 10 de fevereiro de 2016 até 03 de agosto de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 14 de janeiro de 2016.

IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

**PORTARIA Nº 0040/2016**

PORTARIA Nº 0040, DE 14 DE JANEIRO DE 2016.  
Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital nº 0019 de 03 de setembro de 2015, e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0011/2016, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando que estará substituindo por 13 horas semanais a professora efetiva HELENA DE CORDOVA, que se encontra em Auxílio Doença;

**RESOLVE:**

Art. 1º Contratar, em caráter temporário MARIA DA GLORIA VARGAS LAZZAROTTO, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 015.491.419-37, na função de PROFESSOR – ENSINO FUNDAMENTAL - HISTÓRIA, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 10 de fevereiro de 2016 até 03 de agosto de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 14 de janeiro de 2016.

IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

**PORTARIA Nº 0041/2016**

PORTARIA Nº 0041, DE 14 DE JANEIRO DE 2016.  
Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital nº 0019 de 03 de setembro de 2015, e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0012/2016, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

**RESOLVE:**

Art. 1º Contratar, em caráter temporário ELIZETE LAMP, brasileira, separada judicialmente, inscrita no CPF sob o n.º 799.793.009-49, na função de PROFESSOR – ENSINO FUNDAMENTAL - HISTÓRIA, com carga horária de 13 horas semanais, no período de 10 de fevereiro de 2016 até 03 de agosto de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 14 de janeiro de 2016.

IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

**PORTARIA Nº 0042/2016**

PORTARIA Nº 0042, DE 14 DE JANEIRO DE 2016.  
Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital nº 0019 de 03 de setembro de 2015, e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0013/2016, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando que estará substituindo por 20 horas semanais a professora efetiva SIRLEI DE FATIMA CRUZ DOS PASSOS, que assumiu a direção da EMEF Eurico Pinz;

**RESOLVE:**

Art. 1º Contratar, em caráter temporário IVETE CORREA MAXIMILIANO KOENE, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 633.118.529-15, na função de PROFESSOR – ENSINO FUNDAMENTAL - GEOGRAFIA, com carga horária de 20 horas semanais, no período de 10 de fevereiro de 2016 até 03 de agosto de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 14 de janeiro de 2016.  
IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

**PORTARIA Nº 0043/2016**

PORTARIA Nº 0043, DE 14 DE JANEIRO DE 2016.  
Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital nº 0019 de 03 de setembro de 2015, e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0014/2016, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando que estará substituindo por 10 horas semanais a professora efetiva LÚCIA BERNADETE DE OLIVEIRA PANISSON, que assumiu a coordenação escolar na Secretaria Municipal de Educação;

**RESOLVE:**

Art. 1º Contratar, em caráter temporário NITA DOMINGUES DOS SANTOS MAZUCO, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 015.651.489-32, na função de PROFESSOR – ENSINO FUNDAMENTAL - GEOGRAFIA, com carga horária de 20 horas semanais, no período de 10 de fevereiro de 2016 até 03 de maio de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 14 de janeiro de 2016.  
IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

**PORTARIA Nº 0044/2016**

PORTARIA Nº 0044, DE 14 DE JANEIRO DE 2016.  
Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital nº 0019 de 03 de setembro de 2015, e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0016/2016, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

**RESOLVE:**

Art. 1º Contratar, em caráter temporário MIRIAN CARLA CRUZ, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 067.824.559-27, na função de PROFESSOR – ENSINO FUNDAMENTAL - ARTES, com carga horária de 18 horas semanais, no período de 10 de fevereiro de 2016 até 03 de agosto de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 14 de janeiro de 2016.  
IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

**PORTARIA Nº 0045/2016**

PORTARIA Nº 0045, DE 14 DE JANEIRO DE 2016.  
Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital nº 0019 de 03 de setembro de 2015, e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0017/2016, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

**RESOLVE:**

Art. 1º Contratar, em caráter temporário JANETE APARECIDA DE SOUZA RIBEIRO, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 899.064.629-49, na função de PROFESSOR – ENSINO FUNDAMENTAL - ARTES, com carga horária de 28 horas semanais, no período de 10 de fevereiro de 2016 até 03 de agosto de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 14 de janeiro de 2016.  
IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

**PORTARIA Nº 0046/2016**

PORTARIA Nº 0046, DE 14 DE JANEIRO DE 2016.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital nº 0019 de 03 de setembro de 2015, e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0018/2016, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

**RESOLVE:**

Art. 1º Contratar, em caráter temporário ALVINA ALVES DE SOUZA, brasileira, divorciada, inscrita no CPF sob o n.º 960.843.329-00, na função de PROFESSOR – ENSINO FUNDAMENTAL - ARTES, com carga horária de 35 horas semanais, no período de 10 de fevereiro de 2016 até 03 de agosto de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 14 de janeiro de 2016.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**PORTARIA Nº 0047/2016**

PORTARIA Nº 0047, DE 14 DE JANEIRO DE 2016.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital nº 0019 de 03 de setembro de 2015, e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0019/2016, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando que estará substituindo por 20 horas semanais a professora efetiva DULCINÉIA ROSA MELO, que assumiu a Direção do CEM Faxinal dos Carvalhos;

Considerando que estará substituindo por 10 horas semanais a professora efetiva ELAINE REGINA DA CRUZ, que foi cedida para o CEM Antonio Porto Burda;

Considerando que estará substituindo por 10 horas semanais o professor efetivo MAURÍCIO CÍCERI, que foi cedido para o CEM São Miguel;

**RESOLVE:**

Art. 1º Contratar, em caráter temporário LEILA CRISTINA FINK MARQUES, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 054.175.529-33, na função de PROFESSOR – ENSINO FUNDAMENTAL – EDUCAÇÃO FÍSICA, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 10 de fevereiro de 2016 até 03 de agosto de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 14 de janeiro de 2016.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**PORTARIA Nº 0048/2016**

PORTARIA Nº 0048, DE 14 DE JANEIRO DE 2016.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital nº 0019 de 03 de setembro de 2015, e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0020/2016, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando que estará substituindo por 20 horas semanais o professor efetivo JEAN SILVA, que se encontra em Licença sem Remuneração;

**RESOLVE:**

Art. 1º Contratar, em caráter temporário MARCOS JOSÉ GOMES DE CAMPOS, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o n.º 000.119.119-56, na função de PROFESSOR – ENSINO FUNDAMENTAL – EDUCAÇÃO FÍSICA, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 10 de fevereiro de 2016 até 03 de agosto de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 14 de janeiro de 2016.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**PORTARIA Nº 0049/2016**

PORTARIA Nº 0049, DE 14 DE JANEIRO DE 2016.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital nº 0019 de 03 de setembro de 2015, e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0021/2016, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando que estará substituindo por 20 horas semanais a professora efetiva DULCINÉIA ROSA MELO, que assumiu a Direção do CEM Faxinal dos Carvalhos;

**RESOLVE:**

Art. 1º Contratar, em caráter temporário MARIA CRISTINA ALMEIDA, brasileira, separada judicialmente, inscrita no CPF sob o n.º 010.027.449-89, na função de PROFESSOR – ENSINO FUNDAMENTAL – EDUCAÇÃO FÍSICA, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 10 de fevereiro de 2016 até 03 de agosto de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.



Fraiburgo, 14 de janeiro de 2016.

IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

#### **PORTARIA Nº 0050/2016**

PORTARIA Nº 0050, DE 14 DE JANEIRO DE 2016.  
Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital nº 0019 de 03 de setembro de 2015, e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0022/2016, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

#### **RESOLVE:**

Art. 1º Contratar, em caráter temporário GISLEI SAGAI S ZORNITTA, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 052.530.299-90, na função de PROFESSOR – ENSINO FUNDAMENTAL – EDUCAÇÃO FÍSICA, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 10 de fevereiro de 2016 até 03 de junho de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 14 de janeiro de 2016.  
IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

#### **PORTARIA Nº 0051/2016**

PORTARIA Nº 0051, DE 14 DE JANEIRO DE 2016.  
Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital nº 0019 de 03 de setembro de 2015, e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0023/2016, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando que estará substituindo por 23 horas semanais o professor efetivo VOLNEI SESTREN, que se encontra em Auxílio Doença;

#### **RESOLVE:**

Art. 1º Contratar, em caráter temporário BRUNA DEBORTOLI PEREIRA DOS SANTOS, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 080.073.959-03, na função de PROFESSOR – ENSINO FUNDAMENTAL – EDUCAÇÃO FÍSICA, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 10 de fevereiro de 2016 até 03 de agosto de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 14 de janeiro de 2016.

IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

#### **PORTARIA Nº 0052/2016**

PORTARIA Nº 0052, DE 14 DE JANEIRO DE 2016.  
Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital nº 0019 de 03 de setembro de 2015, e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0024/2016, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando que estará substituindo por 14 horas semanais o professor efetivo FERNANDO ANDRÉ MARQUES, que assumiu a Coordenação Escolar na Secretaria Municipal de Educação;

Considerando que estará substituindo por 10 horas semanais o professor efetivo MAURICIO CÍCERI, que foi cedido para o CEM São Miguel;

#### **RESOLVE:**

Art. 1º Contratar, em caráter temporário MICHELLI MARQUES BARTOLOMEU, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 053.180.359-73, na função de PROFESSOR – ENSINO FUNDAMENTAL – EDUCAÇÃO FÍSICA, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 10 de fevereiro de 2016 até 03 de agosto de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 14 de janeiro de 2016.  
IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

#### **PORTARIA Nº 0053/2016**

PORTARIA Nº 0053, DE 14 DE JANEIRO DE 2016.  
Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital nº 0019 de 03 de setembro de 2015, e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0025/2016, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

#### **RESOLVE:**

Art. 1º Contratar, em caráter temporário JOSIÉLE PADILHA DA SILVA PONTES, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 009.786.789-66, na função de PROFESSOR – ENSINO FUNDAMENTAL – EDUCAÇÃO FÍSICA, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 10 de fevereiro de 2016 até 03 de agosto de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 14 de janeiro de 2016.

IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

#### **PORTARIA Nº 0054/2016**

PORTARIA Nº 0054, DE 14 DE JANEIRO DE 2016.  
Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital nº 0019 de 03 de setembro de 2015, e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0051/2016, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando que estará substituindo por 13 horas semanais o professor efetivo DAVID RODRIGUES SEVERO FILHO, que foi cedido para a Fundação Municipal de Esportes;

#### **RESOLVE:**

Art. 1º Contratar, em caráter temporário GESELY APARECIDA DA SILVA MATOS, brasileira, divorciada, inscrita no CPF sob o n.º 009.786.789-66, na função de PROFESSOR – ENSINO FUNDAMENTAL – EDUCAÇÃO FÍSICA, com carga horária de 20 horas semanais, no período de 10 de fevereiro de 2016 até 03 de agosto de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 14 de janeiro de 2016.  
IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

#### **PORTARIA Nº 0055/2016**

PORTARIA Nº 0055, DE 14 DE JANEIRO DE 2016.

Reduz Carga Horária de Servidor Público Municipal.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições;

#### **RESOLVE:**

Art. 1º Reduzir de 40 (quarenta) para 20 (vinte) horas semanais, a carga horária da servidora TACIANE MITTANCK FANTIN, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 057.194.229-60, contratada na função de FARMACÊUTICO BIOQUÍMICO, no período de 19 de janeiro de 2016 até 18 de março de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 14 de janeiro de 2016.  
IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

#### **PORTARIA Nº 0056/2016**

PORTARIA Nº 0056, DE 14 DE JANEIRO DE 2016.

Dispõe sobre o afastamento por Aposentadoria por Tempo de Contribuição.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais:

Considerando o Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta, no qual se compromete a não permitir que servidores aposentados, em decorrência do exercício de cargos públicos permaneçam trabalhando, salvo quando aprovados em novo concurso público e optarem por vencimentos do cargo atual, renunciando desta forma aos proventos da aposentadoria; e considerando, a decisão exarada no Processo Administrativo n.º 5488, de 11 de dezembro de 2015;

#### **RESOLVE:**

Art. 1º Afastar em 01 de fevereiro de 2016, a servidora JUDITE DIAS DOS SANTOS, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 656.707.799-91, nomeada no cargo de provimento efetivo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 horas semanais, por Aposentadoria por Tempo de Contribuição, com data de início fixada em 24 de abril de 2015, Benefício nº 1660798318.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 14 de janeiro de 2016.  
IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

#### **PORTARIA Nº 0057/2016**

PORTARIA Nº 0057, DE 14 DE JANEIRO DE 2016.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital nº 0020 de 20 de outubro de 2015, e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0033/2016, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

#### **RESOLVE:**

Art. 1º Contratar, em caráter temporário LUCIMARA DE MELLO GOETTEN, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 042.843.579-30, na função de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 18 de janeiro de 2016 até 01 de agosto de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 14 de janeiro de 2016.  
IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento



# Frei Rogério

## PREFEITURA

### CONTRATO 10/2016 - FIQUE DE OLHO

CONTRATO Nº010/2016

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE ENTRE SI CELEBRAM:

O MUNICÍPIO DE FREI ROGÉRIO/SC E A EMPRESA:

MARIANA POMERENING STEFANES - ME

Aos treze dias do mês de janeiro do ano de dois mil e dezesseis, nesta cidade de Frei Rogério, Estado de Santa Catarina, no Gabinete do Prefeito Municipal, compareceram as partes entre si justas e contratadas, a saber: de um lado O MUNICÍPIO DE FREI ROGÉRIO/SC, pessoa jurídica de direito público interno, com sede nesta cidade de Frei Rogério/SC, inscrito no CNPJ/MF 01.616.039/0001-09, neste ato legalmente representada pelo Prefeito Municipal, Senhor, OSNY BATISTA ALBERTON, doravante denominado simplesmente "Contratante", e de outro lado A EMPRESA MARIANA POMERENING STEFANES ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 12 905 851 0001 62, neste ato representada por seu diretor no final assinado, doravante denominada simplesmente "Contratado", na presença das testemunhas no final assinadas, pelas partes contratantes, ficou acertado e ajustado o presente contrato, que se regerá pelas seguintes cláusulas e condições:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

Contratação de serviços para a divulgação em Revista com circulação mensal no município de Frei Rogério e região, das atividades municipais bem como a publicação dos atos oficiais expedidos pelo município pelo período compreendido entre o dia 13 de janeiro até o dia 31 de dezembro de 2016, devendo repassar ao município pelo menos 29 (vinte e nove) exemplares por edição.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DOS PREÇOS/PAGAMENTOS

Para execução dos serviços mencionados na cláusula anterior a "Contratante" pagará ao "Contratado", a importância global de R\$ 5.916,00 (cinco mil, novecentos e dezesseis reais), que serão pagos em 12 (doze) parcelas mensais, de R\$ 493,00 (quatrocentos e quarenta e oito reais) e efetivadas até o décimo dia do mês subsequente aos serviços prestados, mediante a apresentação de documento fiscal.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DOS PRAZOS

O prazo de duração do presente contrato é de 12 (doze) meses.

#### CLÁUSULA QUARTA - DA RESCISÃO

Para a rescisão do presente contrato, aplicam-se as disposições previstas nos artigos 77 e 80 da lei Federal nº. 8.666/93, sendo que em qualquer das hipóteses a parte interessada deverá notificar a outra, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

#### CLÁUSULA QUINTA - DAS DESPESAS

As despesas com execução do presente contrato correrão a conta das dotações próprias do orçamento vigente.

#### CLÁUSULA SEXTA - DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Curitiba, com exclusão de outro qualquer, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões oriundas deste contrato, que não forem resolvidas administrativamente ou por arbitramento, na forma de Código Civil.

E, por estar justas e contratadas assinam as partes o presente instrumento na presença de 02 (duas) testemunhas adiante indicadas.

Frei Rogério, 13 de janeiro de 2016

MUNICÍPIO DE FREI ROGÉRIO

Contratante

MARIANA POMERENING STEFANES ME

Contratado

Testemunhas:

1ª Testemunha

2ª Testemunha

### DECRETO Nº 785/2016 "DETERMINA O SISTEMA DE CREDENCIAMENTO DE MÉDICOS PARA CONSULTAS, E OUTROS PROFISSIONAIS PARA REALIZAÇÃO DE EXAMES, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

DECRETO Nº 785/2016, DE 14 DE JANEIRO DE 2016.

"DETERMINA O SISTEMA DE CREDENCIAMENTO DE MÉDICOS PARA CONSULTAS, E OUTROS PROFISSIONAIS PARA REALIZAÇÃO DE EXAMES, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

OSNY BATISTA ALBERTON, Prefeito Municipal de Frei Rogério, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

CONSIDERANDO as decisões do Conselho Municipal de Saúde de Frei Rogério, constantes das atas anexas:

#### DECRETA:

Art.1º - Fica autorizado o sistema de credenciamento de médicos especialistas, para realização de consultas nas áreas descritas no Anexo I do presente Decreto, de forma periódica, conforme ata do Conselho Municipal de Saúde de Frei Rogério, onde constam os respectivos valores a serem pagos para cada profissional.

Art. 2º - Fica autorizado o sistema de credenciamento para realização de exames nas áreas descritas no Anexo II do presente Decreto, conforme ata do Conselho Municipal de Saúde de Frei Rogério, onde constam os respectivos valores a serem pagos para cada tipo de exame.

Art. 3º - O preço estabelecido pelo Conselho Municipal de Saúde para cada especialidade e tipo de exame, são aqueles constantes dos Anexos I e II do presente Decreto, em conformidade com a respectiva ata e deliberações do Conselho, as quais são parte integrante deste Decreto.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, sendo revogadas as disposições em contrário em especial o Decreto nº 784/2016 de 07 de janeiro de 2016.

Frei Rogério, 14 de janeiro de 2016.

OSNY BATISTA ALBERTON

Prefeito Municipal

## ANEXO I

## CREDENCIAMENTO DE MÉDICOS

## RELAÇÃO DAS ESPECIALIDADES E PREÇO POR CONSULTA REALIZADA

ESPECIALIDADE	VALOR CONSULTA	CONSULTAS MENSIS
ANESTESIOLOGISTA	R\$ 200,00	ILIMITADO
OFTALMOLOGISTA	R\$ 200,00	ILIMITADO
PSIQUIATRA	R\$ 100,00	ILIMITADO
ENDOCRINOLOGISTA	R\$ 100,00	ILIMITADO
PEDIATRA	R\$ 100,00	ILIMITADO
UROLOGISTA	R\$ 200,00	ILIMITADO
REUMATOLOGISTA	R\$ 150,00	ILIMITADO
NEUROLOGISTA	R\$ 200,00	ILIMITADO
NEFROLOGISTA	R\$ 200,00	ILIMITADO
OTORRINOLARINGOLOGISTA	R\$ 180,00	ILIMITADO
CLINICO CIRURGIA GERAL	R\$ 140,00	ILIMITADO
ORTOPEDISTA	R\$ 133,00	ILIMITADO
GASTROENTEROLOGISTA	R\$ 200,00	ILIMITADO

OBS: O número de consultas mensais é ilimitado, devendo atender a demanda necessária, a critério da Secretaria de Saúde do município.

## ANEXO II

## CREDENCIAMENTO PARA EXAMES

## RELAÇÃO DOS EXAMES E PREÇO POR EXAME REALIZADO

TIPO DO EXAME	VALOR	QUANTIDADE MENSAL
AUDIOMETRIA TONAL ADULTO/INFANTIL	R\$ 80,00	ILIMITADO
AUDIOMETRIA COMPORTAMENTAL	R\$ 80,00	ILIMITADO
IMITANCIOMETRIA	R\$ 80,00	ILIMITADO
TESTE DA ORELHINHA	R\$ 60,00	ILIMITADO
PROCESSAMENTO AUDITIVO	R\$ 250,00	ILIMITADO
ESPIROMETRIA	R\$ 150,00	ILIMITADO
DENSITOMETRIA ÓSSEA	R\$ 140,00	ILIMITADO
ENDOSCOPIA	R\$ 200,00	ILIMITADO
PRÓTESE DENTÁRIA	R\$ 200,00	ILIMITADO

EXAMES LABORATORIAIS	VALOR UNITÁRIO
AMILASE	R\$ 12,93
GLICOSE	R\$ 7,02
POTASSIO	R\$ 7,02
HEMOGRAMA COMPLETO	R\$ 15,59
FATOR REUMATÓIDE, TESTE DO LATEX PARA PARCIAL DE URINA	R\$ 20,92
FERRITINA	R\$ 15,01
FERRO SÉRICO	R\$ 37,36
FERRO SÉRICO	R\$ 9,74
FOSFATASE ACIDA TOTAL	R\$ 12,93
FOSFATASE ALCALINA	R\$ 12,93
FOSFORO	R\$ 7,02
GAMA-GLUTAMIL TRANSFERASE	R\$ 12,93
GLICEMIA DE JEJUM	R\$ 7,02
HEMOGLOBINA GLICOSILADA (A1C HBA1C)	R\$ 32,89
LIPASE	R\$ 12,93
LÍPIDIOS TOTAIS	R\$ 12,93

LITIO	R\$ 9,74
MAGNÉSIO	R\$ 7,02
MUCOPROTEÍNAS	R\$ 20,92
ACIDO URICO	R\$ 7,02
ALDOLASE	R\$ 12,93
ALFA-1-GLICOPROTEÍNA ÁCIDA	R\$ 20,92
CÁLCIO	R\$ 7,02
CÁLCIO (URINA DE 24 HORAS)	R\$ 7,02
CLEARANCE DE CREATININA	R\$ 19,32
COLESTEROL (HDL)	R\$ 9,74
COLESTEROL	R\$ 7,02
COLINESTERASE	R\$ 31,45
CREATININA	R\$ 7,02
SÓDIO	R\$ 7,02
TRIGLICERÍDEOS	R\$ 9,74
UREIA	R\$ 7,02
COLESTEROL (LDL)	R\$ 12,93
COLESTEROL (VLDL)	R\$ 12,93
FRUTOSAMINAS (PROTEÍNAS GLICOSILADAS)	R\$ 12,93
PROTEÍNAS TOTAIS	R\$ 7,02
LEUCÓCITOS FECAIS, PESQUISA DE	R\$ 8,14
OXIURUS COM COLHEITA PELO SWAB ANA, PESQUISA DE	R\$ 8,14
PARASITOLÓGICO (DIRETO E ENRIQUECIDO) - PAT	R\$ 17,08
PARASITOLÓGICO (DIRETO E ENRIQUECIDO) - PAT 1	R\$ 17,08
PARASITOLÓGICO (DIRETO E ENRIQUECIDO) - PAT 2	R\$ 17,08
PARASITOLÓGICO (DIRETO E ENRIQUECIDO) - PAT 3	R\$ 17,08
HEMOSEDIMENTAÇÃO, DETERMINAÇÃO DE VELOCIDADE DE	R\$ 7,02
PROVA DO LAÇO	R\$ 4,95
CONTAGEM DE RETICULÓCITOS	R\$ 10,22
TEMPO DE SANGRAMENTO	R\$ 4,95
GONADOTROFINA CORIONICA (B-HCG) (RIE OU EIE)	R\$ 36,37
ANTICORPOS CONTRA ANTIGENO SUPERFICIE HEPATITE B (ANTI-HBS)	R\$ 32,57
FATOR ANTINÚCLEO (FAN) FIGADO DE RATO	R\$ 21,39
ANTI-ESTREPTOLISIMA O (ASLO), DETERMINAÇÃO QUANTITATIVA DE	R\$ 21,39
ANTIGENO AUSTRÁLIA (HBS-AG) RIE OU EIE PARA	R\$ 46,76
BRUCELOSE (INCLUI PESQUISA ANTICORPOS BLOQUEADORES)	R\$ 12,93
WAALER-ROSE (FACTOR REUMATÓIDE), TESTE DE	R\$ 13,41
LACTATO (ACIDO LACTICO)	R\$ 12,93
ADENOSINA DE AMINASE (ADA)	R\$ 83,81
BACIOS ALCOOL-ACIDO-RESIDENTES	R\$ 12,93
1 AMOSTRA B.A.A.R (BAR)	R\$ 12,93
2 AMOSTRA B.A.A.R (BAR)	R\$ 12,93
BACTERIOSCOPIA (GRAM, ZIEHL, ALBERT ETC) POR LAMINA, FEZES	R\$ 12,93
BACTERIOSCOPIA (GRAM, ZIEHL, ALBERT ETC) POR LAMINA, URINA	R\$ 12,93
BACTERIOSCOPIA (GRAM, ZIEHL, ALBERT ETC) P/LAMINA, S.VAGINAL	R\$ 12,93
FEZES, PESQUISA DE ROTAVIRUS (EIE)	R\$ 32,57
FUNGOS, PESQUISA DE (A FRESCO LACTOFENOL, TINTA DA CHINA)	R\$ 12,93
HEMOCULTURA (POR AMOSTRA), ANTIBIOGRAMA INCLUIDO QDO. NECESS.	R\$ 40,87
ÍNDICE DE TIROXINA LIVRE (ITL)	R\$ 45,45
ANTI-GLIADINA (GLUTEN) IGG	R\$ 32,57
ANTIMICROSSOMAL - ANTIPEROXIDASE	R\$ 44,70
ANTITIREOGLOBULINA (ANTICORPOS ANTITIREÓIDE)	R\$ 69,82
ACIDO VALPROICO	R\$ 58,12
ACIDO VANILMANDELICO	R\$ 41,49
ALDOSTERONA	R\$ 69,82

ALFA-FETOPROTEINA	R\$ 51,09
ANDROSTENEIDIONA	R\$ 85,17
ANTI-DNA	R\$ 25,70
ANTI -HCV	R\$ 44,70
ANTI -HAV IGG	R\$ 32,57
ANTI HAV IGM	R\$ 39,43
ANTI -HBC IGG	R\$ 32,57
ANTI -HBC IGM	R\$ 39,43
BILIRRUBINA TOTAL E FRAÇÕES	R\$ 7,02
REAÇÃO PARA BRUCELOSE IGG	R\$ 14,36
REAÇÃO PARA BRUCELOSE IGM	R\$ 14,36
C3	R\$ 26,66
C4	R\$ 26,66
CA199	R\$ 60,03
CA125	R\$ 60,03
CA153	R\$ 60,03
CARBAMAZEPINA	R\$ 59,55
CEA	R\$ 60,03
CH50	R\$ 22,35
COBRE	R\$ 59,55
PESQUISA DE CÉLULAS LE	R\$ 21,39
CK-FRAÇÃO MB	R\$ 38,79
COOMBS DIRETO	R\$ 11,34
COOMBS INDIRETO	R\$ 33,53
COPROCULTURA	R\$ 57,95
CORTISOL	R\$ 53,91
CREATINO FOSFOQUINASE	R\$ 19,32
UROCULTURA - CULTURA DE URINA	R\$ 32,57
DHEA	R\$ 69,35
S-DHEA	R\$ 53,38
DESIDROGENASE LACTICA	R\$ 12,93
ELETRÓFORESE DE HGB	R\$ 37,36
FENOBARBITAL	R\$ 59,55
REACAO DE WIDAL	R\$ 13,41
VITAMINA B12	R\$ 31,45
TSH	R\$ 36,37
TROPONINA T	R\$ 59,55
TRANSFERRINA	R\$ 25,23
TESTE DE FALCIZACAO	R\$ 7,02
TEMPO DE PROTROMBINA	R\$ 10,22
SORO LUES	R\$ 13,41
PESQUISA DE SANGUE OCULTO	R\$ 17,08
PSA TOTAL	R\$ 43,75
PSA LIVRE	R\$ 43,75
PROTEINA C REATIVA QUALITATIVA	R\$ 20,92
PROTEINA C REATIVA QUANTITATIVA	R\$ 38,96
PESQUISA DE CHLAMIDIA	R\$ 40,39
MICROALBUMINURIA	R\$ 32,89
KPTT	R\$ 10,22
GPT	R\$ 12,93
GOT	R\$ 12,93
CITOGAMA NASAL	R\$ 15,48
CITOMEGALOVIRUS IGG	R\$ 32,09
CITOMEGALOVIRUS IGM	R\$ 38,96
HIV1+HIV2 PESQUISA DE ANTICORPOS	R\$ 60,03
CAPACIDADE DE FIXAÇÃO DE FERRO	R\$ 11,17
CONTAGEM DE PLAQUETAS	R\$ 15,59
CULTURA DE SECREÇÃO VAGINAL	R\$ 39,44
ELETRÓFORESE DE PROTEINAS	R\$ 32,89
ESTRADIOL	R\$ 53,91
ESTROGÊNIO TOTAIS (FENOESTERÓIDES)	R\$ 32,57
ACIDO FOLICO (FOLATO SERICO)	R\$ 32,89
FOLICULO ESTIMULANTE - FSH	R\$ 38,66
FTA-ABS SIFILIS	R\$ 20,92

GLOBULINA	R\$ 9,74
DETERMINACAO DO HEMATÓCRITO	R\$ 7,02
HORMONIO DO CRESCIMENTO	R\$ 41,49
IGA	R\$ 20,92
IGE	R\$ 36,37
LH	R\$ 38,66
MANTOUX	R\$ 13,41
METANEFRIAS URINARIA	R\$ 59,55
REACAO PARA MONONUCLEOSE	R\$ 32,57
PROGESTERONA PLASMÁTICA	R\$ 41,49
DOSAGEM DE PROLACTINA	R\$ 49,53
RUBEOLA IGG	R\$ 32,09
RUBEOLA IGM	R\$ 38,96
SECREÇÃO OROFARINGE, BACTERIOSCOPIA	R\$ 12,45
T3	R\$ 36,37
T4	R\$ 36,37
T4L	R\$ 45,45
TESTOSTERONA	R\$ 53,91
TOXOPLASMOSE IGG	R\$ 32,09
TOXOPLASMOSE IGM	R\$ 38,96
ALBUMINA	R\$ 7,02
RENINA	R\$ 96,16
TEMPO DE COAGULAÇÃO	R\$ 4,95
17-ALFA-HIDROXIPROGESTERONA	R\$ 53,38
HOMOCISTEINA	R\$ 59,55
GLICOSE	R\$ 7,02
GRUPO SANGUINEO	R\$ 11,34
FATOR RH	R\$ 11,34
COLORO	R\$ 7,02
PROTEINAS TOTAIS E FRACOES	R\$ 9,74
HERPES - IGG	R\$ 32,57
HERPES - IGM	R\$ 39,43
FIBRINOGENIO	R\$ 10,22
COPROLÓGICO FUNCIONAL	R\$ 28,74
HEMOGLOBINA	R\$ 59,55
LIQUOR	R\$ 54,60
CULTURA AUTOMATIZADA	R\$ 89,88
ANTIBIOGRAMA AUTOMATIZADO	R\$ 72,80
SOMATOMEDINA C	R\$ 96,15
INSULINA	R\$ 38,66
ANTI-RO	R\$ 32,57
ANTI-LA	R\$ 32,57
ANTI-SM	R\$ 32,57
IDENTIFICACAO ANTICORPOS DENGUE IGG E IGM	R\$ 52,04
INDICE DE SATURACAO TRANSFERINA	R\$ 25,23
ESPERMOGRAMA	R\$ 57,95
DOSAGEM DE ERITROPOETINA	R\$ 96,15
GLICOSE 75G	R\$ 10,22
CARDIOLIPINA IGG	R\$ 32,57
CARDIOLIPINA IGM	R\$ 44,70
ANTICOAGULANTE LÚPICO	R\$ 33,53
DIHIDROTESTOSTERONA	R\$ 85,65
MICROALBUMINURIA DE 24 HORAS	R\$ 32,89
BETA 2 MICROGLOBULINA	R\$ 60,03
IMONOGLOBULINA A	R\$ 44,70
IMONOGLOBULINA G	R\$ 20,92
IMONOGLOBULINA M	R\$ 20,92
COAGULOGRAMA	R\$ 44,23
ANTI HBC - IGM	R\$ 39,43
TESTE DO PEZINHO AMPLIADO	R\$168,69
ANTI-GLIADINA (GLUTEN) IGA	R\$ 32,57
HEMOCULTURA AUTOMATIZADA	R\$ 57,95
PARATORHORMONIO	R\$110,46
CALCIO IONICO	R\$ 19,32

AMONIA	R\$ 38,79
TESTE TOLERANCIA LACTOSE	R\$ 38,79
PROTEINA DE BENICE JONES	R\$ 15,01
CATECOLAMINAS	R\$ 36,36
LEPTOSPIROSE IGM	R\$ 44,70
BETA HCG QUANTITATIVO	R\$ 36,37
25 HIDROXIVITAMINA 3	R\$ 32,02
CALCIO IÔNICO	R\$ 19,32
CALCIO NA URINA DE 24 HORAS	R\$ 7,02
NEUTROFILOS, ANTI-ANCA	R\$ 44,70
FATOR ANTI-NUCLEAR (HEP2)	R\$ 21,39
PRO BNP	R\$ 59,55
CATECOLAMINAS - SANGUE / URINA	R\$ 36,36
ANTICOAGULANTE LUPICO	R\$ 39,43
ANTI SM	R\$ 32,57
ANTI SSA/RO	R\$ 32,57
GLICOSE DE 50	R\$ 10,22
EPSTEIN BAR - IGG	R\$ 32,57
EPSTEIN BAR - IGM	R\$ 32,57
COMB.TOTAL LIVRE FERRO	R\$ 9,74
ANTITROMBINA III	R\$ 65,46
CA 72-4	R\$ 60,03
CULTURA E ANTIBIOGRAMA - AUTOMATIZADA	R\$ 89,88
DIMERO D	R\$145,13
PESQUISA CLOSTRIDIUM	R\$ 44,70
FATOR V DE LEIDEN	R\$455,98
CARDIOLIPINA IGA	R\$ 44,70
CARDIOLIPINA IGM	R\$ 44,70
CARDIOLIPINA IGG	R\$ 32,57
CHLAMYDIA IGM	R\$ 52,04
ANTITROMBINA 3	R\$ 65,46
1,25 DIHIDROXI VITAMINA D	R\$ 96,15
MICOLOGICO	R\$ 12,93
HLAB27	R\$ 391,63
TROPONINA I	R\$ 59,55
TIREOGLOBULINA	R\$ 69,82
FATOR REUMATOIDE QUANTITATIVO	R\$ 20,92
CALCITONINA	R\$124,53
ANTI ENDOMISIO IGA OU IGG	R\$ 60,03
CHAGAS IGG	R\$ 32,57
CHAGAS IGM	R\$ 39,43
CHLAMYDIA IGG	R\$ 39,43
PROTEINA S, DOSAGEM	R\$269,48
PROTEINA C, DOSAGEM	R\$ 99,94
LIQUIDO PLEURAL	R\$100,22
LIQUIDO ASCITICO	R\$100,22
CARIOTIPO COM BANDA G	R\$ 638,73
PARVOVIRUS IGM	R\$102,97
PARVOVIRUS IGG	R\$102,97
T3 REVERSO	R\$124,53
PESQUISA ANTIMUSCULO LISO	R\$ 32,57
PESQUISA LKM 1	R\$ 52,04
IGG SUBCLASSES 1	R\$ 89,08
IGG SUBCLASSES 2	R\$ 89,08
IGG SUBCLASSES 3	R\$ 89,08
IGG SUBCLASSES 4	R\$ 89,08
IMUN.SUBPOP.LINFOCITARIAS CD3,CD4,CD8	R\$273,00
GLOBULINA LIGADORA HORM.SEXUAIS	R\$ 96,20
ANTI-GLIADINA (IGM)	R\$ 32,57

OBS: O número de exames mensais é ilimitado, devendo atender a demanda necessária, a critério da Secretaria de Saúde do município.

# Garopaba

## PREFEITURA

### ERRATA Nº 03 DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 17/2015

ERRATA N.º 3: Processo Seletivo Simplificado n.º 017/2015

A Prefeitura Municipal de Garopaba por sua Secretaria de Administração, no uso de suas atribuições, torna público a seguinte alteração no Edital de abertura do Processo Seletivo Simplificado n.º 017/2015.

No item 1. DO CRONOGRAMA, nos subitens 5 e 6, onde se lê:

5.	Divulgação do Local da Entrevista dos candidatos	11/01/2016
6.	Realização da entrevista e avaliação dos candidatos	12 e 18/01/2016 a partir das 09:00 hs

Leiam-se:

5.	Divulgação do Local da Entrevista dos candidatos	11/01/2016
6.	Realização da entrevista e avaliação dos candidatos	12 e 19/01/2016 a partir das 09:00 hs

Os demais itens do edital permanecem inalterados.

Garopaba, 14 de janeiro de 2016

Honorato Timóteo Pacheco  
Secretário de Administração

Publicado a presente Errata no DOM/SC em 15/01/2016, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

### EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 005/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 005/2016  
PMG E FMS

Ata nº. 005/2016; Processo nº.146/2015; Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA E FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE. Contratada: I.L. MENDES JUNIOR - MENDES & PARS ME; SMI TECNOLOGIA E SERVIÇOS LTDA ME; RSM COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS ELETRONICOS LTDA ME; PERFIL COMPUTACIONAL LTDA; Objeto: Registro de preço para aquisição de peças de reposição para computadores de uso da Prefeitura e Fundo Municipal de Saúde de Garopaba e Tablets e Smartphone para uso do Corpo de Bombeiros Militar de Garopaba. Valor: R\$ 54.988,60; Data da Assinatura: 14/01/2016.

### EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 004/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 004/2016  
PMG

Ata nº. 004/2016; Processo nº.162/2015; Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA. Contratada: RICARDO ALEXANDRE GABRIEL E CIA LTDA; Objeto: Registro de preço para contratação de empresa especializada em serviços de locação e manutenção diária de sanitários ecológicos portáteis para uso nas praias do município na temporada de Verão 2015/2016. Valor: R\$ 49.800,00; Data da Assinatura: 14/01/2016.

### HOMOLOGAÇÃO DE RESULTADO PARCIAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 017/2015

HOMOLOGAÇÃO DE RESULTADO PARCIAL DO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N.º 017/2015

FICAM HOMOLOGADO o Resultado Parcial do Processo Seletivo, Edital n.º 017/2015, para os seguintes cargos:

CARGO: TÉCNICO DE RAIO-X

Classificação	Candidato
001º	Ângela Maria Gonçalves Batista
002º	Vagner da Rosa Pires
003º	Diego João Pereira
004º	Maína Neis
005º	Neylor Cravo Cardoso
006º	Rodrigo Gomes de Vargas
-	Patrícia Ribeiro (Desclassificado)

CARGO: TÉCNICO DE ENFERMAGEM

Classificação	Candidato
001º	Ana Cristina Almeida da Silva de Oliveira
002º	Maria Raimunda Miranda dos Santos
003º	Raquel Ivani Mendonça
004º	Gizele Aparecida dos Santos Feijó
005º	Alessandra Hofmann Allet

Garopaba, 14 de janeiro de 2016.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Homologação no DOM/SC em 15/01/2016, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.



# **HOMOLOGAÇÃO FINAL DE RESULTADO DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 015/2015**

## **HOMOLOGAÇÃO DE RESULTADO FINAL DO**

### **PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N.º 015/2015**

FICA HOMOLOGADO o Resultado Final do Processo Seletivo, Edital n.º 015/2015, para os seguintes cargos:

#### **CARGO: PROFESSOR PEDAGOGIA - 40horas**

Nº Inscrição	Candidato
012	Lucia Eckert Madalosso
210	Naira S. B. F. Thomaz
072	Juliana de Abreu
141	Iara dos S. Martins Westrup
091	Mª Goreth de Matos
098	Cristiane Abreu dos Santos
209	Kacilda de Souza
128	Alcina Mª de Souza
040	Tania Maria Vieira
048	Rosinei R. Pereira Lopes
142	Tatiane Agostinho
023	Marilene dos Santos
089	Conceição da S. Pacheco Pereira
149	Rosangela Lemos Delamuta
017	Gisele C. F. Thomaz Voss
067	Amanda Cristina N. Gerchevski
096	Greicy Pacheco Cardoso
160	Josiane Faraco da Luz
155	Joelma de Bona
181	Adriana dos Santos Oliveira
215	Sirlei Pereira de Abreu
090	Gislaine Kelli João
154	Ana Paula Raupp
173	Mirian M. Espindola da Silveira
206	Fabiana Custódio
108	Itamara Meneghel Demetrio
120	Adriana Ilda Torquato
124	Lays Alves dos Anjos
136	Simone Rogalsky
117	Erica Amboni Rocha
192	Fernanda Alves Cândido
166	Sandra Izabel Inácio Pedro
099	Kirley Lisboa
016	Andresa de Oliveira Fernandes
180	Darlene Pires Custódio
024	Ondina Marinet da Silva
041	Otilia D. Rodrigues Stefen
153	Georgina Dornelle Saraiva
167	Querlen B. C. de Oliveira
137	Chirlem Pacheco Cardoso
100	Etielle Pacheco de Sousa
131	Fernanda Benta da Silveira
146	Silvia A. de Souza Soares
211	Mercedes A. de Aguiar
018	Marilete Pinto de Oliveira
132	Janaina Elenir Marcelino
112	Renata Vieira Marcelino
079	Priscila Cunha Maria
081	Daiany Tolentino da Rosa
094	Rosimari Maria da Silva
179	Cristina Farias
135	Lilian Bortolatto Nunes
118	Pietra Gonzales da Silva

195	Verônica Marques de Souza
113	Luana de Lima Araujo
161	Amanda Martins Lourenço
143	Fernanda Aline Martins
178	Bruna Soares de Jesus
148	Lucilene Maciel Alexandre
097	Jéssica Helena C. dos Santos
051	Simone Menezes D. Nascimento
238	Idalimar Madruga Garcia dos Santos
010	Daniela P. Casagrande
177	Chirley Coutinho Domingos
030	Rosinete Cardoso
026	Silvia Regina de Aguiar
104	Bibiana Casulo Jaquet da Silva
032	Ana Paula Prata de Lima Santos
227	Karine Maria Schutz
224	Darllon Aldeir Paez

#### **SEM HABILITAÇÃO**

Nº Inscrição	Candidato
049	Jussandra Lopes
095	Bruna Joana David
031	Adirleia Sousa da Silva
144	Daiane C. M. Martins
121	Vanessa Souza
139	Aline Denise Ferreira
127	Tatiana Inácio Martins
080	Débora Pires Custódio
033	Raiana Kosarevitz
003	Rosiana Rodrigues Cardoso
186	Sheila Cristina J. M. Silveira

#### **CARGO: PROFESSOR PEDAGOGIA – 20horas**

Nº Inscrição	Candidato
063	Indiamara Joice de Araujo
198	Jaqueline da Silva Silveira
111	Mônica Cardoso Ribeiro
123	Claudia Marques
196	Luciane Adelino Monteiro
53	Vera Monteiro
043	Mª Inêz Ferreira Martins
045	Vivian de Abreu
070	Carmem da Motta Nunes
218	Shirley N. dos Passos
087	Cristiani Pacheco Freitas Souza
105	Katia de S. Gonçalves de Amorim
106	Josiane Terezinha G. de Souza
122	Glauce de Cassia T. Fogaça
037	Vanessa da S. João Gonçalves
130	Mariane Furtado Nascimento
174	Renata R. de Souza Soares
077	Edinete Lemos
187	Elizandra Celina da Silva
234	Liliane Gomez Wasem
197	Angela Maria Zanelato
056	Rosimere da Silveira
054	Joyce Ferreira Rosa
134	Maria Cristina de Abreu
217	Jaqueline B. Santana da Silveira
008	Osana Vieira
176	Tatiane P. Texeira da Rosa
057	Naiane da Silveira Severino
052	Clarissa Rodrigues Veronese
019	Vanessa Ojeda da Rocha
028	Márcia Regina dos Anjos



093	Valdirene R. Estevão Silveira
115	Santa Laura Martins
015	Rozane Fátima Torres Koch
036	Charlene Pacheco de Lima
171	Damaris Maiochi
059	Angelica de Amorim Constante
191	Ana Alice da Silva Freitas
156	Marilisa Menezes
229	Paula Geraldine da Costa Lazzarini
SEM HABILITAÇÃO	
Nº Inscrição	Candidato
086	Carulina Medeiros Duarte
231	Sandra Regina Silveira
152	Sheila Ruschel
005	Sônia Regina de Souza Gonçalves
205	Simoni de Sousa Crescencio
027	Eva Antoria Almeida
029	Jucimere Terezinha Lopes
226	Doraci Vieira
221	Eliana de Castro Silva
078	Leandra Carine da Costa
061	Juliana Muchalowski Borges

**CARGO: PROFESSOR PEDAGOGIA P/ CONTAÇÃO DE HISTÓRIA – 40horas**

Nº Inscrição	Candidato
098	Cristiane Abreu dos Santos
159	Mª Madalena Ponciano Torres
129	Tais Minae Gomes Massuda
022	Gabriela Mandelli Garbelotto
SEM HABILITAÇÃO	
Nº Inscrição	Candidato
031	Adirleia Sousa da Silva
092	Joyce Grazielle Kwiatkowski

**CARGO: PROFESSOR PEDAGOGIA P/ CONTAÇÃO DE HISTÓRIA – 20horas**

Nº Inscrição	Candidato
043	Mª Inêz Ferreira Martins
SEM HABILITAÇÃO	
Nº Inscrição	Candidato
039	Nathália de Oliveira Santos
061	Juliana Muchalowski Borges

**CARGO: PROFESSOR PEDAGOGIA P/ MUSICALIZAÇÃO – 40horas**

Nº Inscrição	Candidato
129	Tais Minae Gomes Massuda

**CARGO: PROFESSOR PEDAGOGIA P/ MUSICALIZAÇÃO – 20horas**

Nº Inscrição	Candidato
021	Heloiza F. de Oliveira
SEM HABILITAÇÃO	
Nº Inscrição	Candidato
126	Aniele dos Santos Abreu
039	Nathália de Oliveira Santos
084	Felipe de Paula Dias

**CARGO: PROFESSOR - EDUCAÇÃO FÍSICA – 40horas**

Nº Inscrição	Candidato
065	Eliete Serafini
060	Antônio de R. Sampaio Junior
212	Ricardo Teixeira Ferreira
118	Pietra Gonzales da Silva
047	Guilherme Castro Carvalho

194	Daniel Marcelino Rabello
182	Mirele Monguilhott
213	Mariana Barbosa Drago
073	Willian Vargas Paes
168	Zulmar L. Amorim II
204	Ana Maria Von Hoonholtz
068	Ruy Castro Silveira
013	Monique de Souza Santos
163	Tatiane do N. Oliveira
223	Roberto Colling Nardon
145	Mª Cristina Cândido da Silva
239	Jean Garcia dos Santos

**CARGO: PROFESSOR - EDUCAÇÃO FÍSICA – 30horas**

Nº Inscrição	Candidato
102	Alvaro F. Carvalho Alvares

**CARGO: PROFESSOR - EDUCAÇÃO FÍSICA – 20horas**

Nº Inscrição	Candidato
184	Eliane Pacheco da Silva
125	Bruna de Souza
133	Patricia de Toledo Ramos
006	Adriana Teixeira Fraga
185	Bruno Saraiva Lopes
151	Andrea Soares Bivanco

**CARGO: PROFESSOR - EDUCAÇÃO FÍSICA – 10horas**

Nº Inscrição	Candidato
204	Ana Maria Von Hoonholtz

**CARGO: PROFESSOR - EDUCAÇÃO FÍSICA P/ EXPRESSÃO CORPORAL – 40horas**

Nº Inscrição	Candidato
213	Mariana Barbosa Drago
163	Tatiane do N. Oliveira

**CARGO: PROFESSOR - EDUCAÇÃO FÍSICA P/ EXPRESSÃO CORPORAL – 30horas**  
Sem inscritos

**CARGO: PROFESSOR DE ARTES – 40horas**

Nº Inscrição	Candidato
046	Gislaine Nair Vieira
014	Thiago Antunes
SEM HABILITAÇÃO	
Nº Inscrição	Candidato
158	Isabel Cristina Santos
228	Andrea Mª do Nascimento
235	Aloiso de Mello Filho - Indeferido

**CARGO: PROFESSOR DE ARTES – 30horas**

Nº Inscrição	Candidato
150	Nidia Di Paula Batalha

**CARGO: PROFESSOR DE ARTES – 20horas**

Nº Inscrição	Candidato
074	Joseane A. do Nascimento
103	Celso José Barbosa de Souza
066	Cláudia Pires Bento Lobo
170	Mª de Fátima D. Pacheco
229	Paula Geraldine da Costa Lazzarini
SEM HABILITAÇÃO	
Nº Inscrição	Candidato
021	Heloiza F. de Oliveira

**CARGO: PROFESSOR C/ LICENCIATURA EM ARTES – 10horas**

Nº Inscrição	Candidato
150	Nidia Di Paula Batalha
085	Elza Helena S. H. de Souza
066	Cláudia Pires Bento Lobo
<b>SEM HABILITAÇÃO</b>	
Nº Inscrição	Candidato
228	Andrea M <sup>a</sup> do Nascimento

**CARGO: PROFESSOR - INGLÊS – 40horas**

Nº Inscrição	Candidato
192	Fernanda Alves Cândido
069	Betina Lorensi Lopes
203	Joise Luiz Bento
201	Kasiara Dias

**CARGO: PROFESSOR - INGLÊS – 30horas**

Nº Inscrição	Candidato
200	Adriana Regina Tomé

**CARGO: PROFESSOR - INGLÊS – 20horas**

Nº Inscrição	Candidato
126	Aniele dos Santos Abreu
138	Ândrea Jeanine Tecchio
157	Camila Cristina Rodrigues
039	Nathália de Oliveira Santos
169	Suelen Pienis

**CARGO: PROFESSOR - INGLÊS – 10horas**

Nº Inscrição	Candidato
192	Fernanda Alves Cândido
203	Joise Luiz Bento

**CARGO: PROFESSOR LÍNGUA PORTUGUESA – 20horas**

Nº Inscrição	Candidato
192	Fernanda Alves Cândido
203	Joise Luiz Bento

**CARGO: PROFESSOR GEOGRAFIA – 10horas**

Nº Inscrição	Candidato
226	Doraci Vieira

**CARGO: PROFESSOR HISTÓRIA – 10horas**

Nº Inscrição	Candidato
220	Mauricélia T. Albuquerque
023	Marilene dos Santos
085	Elza Helena S. H. de Souza
066	Cláudia Pires Bento Lobo
232	Renata Silvana de Carvalho
226	Doraci Vieira

**CARGO: PROFESSOR CIÊNCIAS – 10horas**

Nº Inscrição	Candidato
119	Manoel dos P. Matias Pereira
150	Nidia Di Paula Batalha
236	Jussara M <sup>a</sup> Araujo Manenti
<b>SEM HABILITAÇÃO</b>	
Nº Inscrição	Candidato
091	M <sup>a</sup> Goreth de Matos

**CARGO: PROFESSOR MATEMÁTICA – 20horas**

Nº Inscrição	Candidato
119	Manoel dos P. Matias Pereira
184	Priscilla Marcelino Martins
<b>SEM HABILITAÇÃO</b>	

Nº Inscrição	Candidato
231	Sandra Regina Silveira
236	Jussara M <sup>a</sup> Araujo Manenti

**CARGO: NUTRICIONISTA – 40horas**

Nº Inscrição	Candidato
082	Taize da Silva Aguiar
216	Gabriela da Silva Abreu Silveira

**CARGO: PSICOLOGO – 40horas**

Nº Inscrição	Candidato
076	Flora Curia Gomes
188	Karyni Cardoso Teixeira
062	Fábio Borges

**CARGO: FONOAUDIOLOGO – 40horas**

Nº Inscrição	Candidato
230	Micheli Machado

**CARGO: MOTORISTA – 40horas**

Nº Inscrição	Candidato
202	João Batista de Souza Dias
011	Edson do Nascimento
009	Alexandre José Pereira
007	Anderson da Silva
001	Batista Santana
038	Elton Filipi Coelho
199	Rondinelli Miranda Sanseverino
190	Érico Zanini Feitosa
020	Mário Sérgio dos S. Pereira
237	Carlos Adriano da Silva Dutra
083	Atanásio Gonçalves Filho
225	João Alexandre Junckes de Souza

**CARGO: MERENDEIRA – 40horas**

Nº Inscrição	Candidato
109	Andrea de Amorim Carlsem
116	Daniele Lingner Oscar
055	Zelina A. Soares de Freitas
207	Eliane Bento
114	M <sup>a</sup> Madalena T. Puchalski
193	Luciana do Nascimento
165	Rosélia do N. Oliveira
183	Gislei Aparecida da C. Campos

**CARGO: SERVENTE – 40horas**

Nº Inscrição	Candidato
110	Iara Santos
240	João Daniel Marques
034	Lisiane Duarte
241	Volnei de Souza
219	Rosimaria Rodrigues
214	Meryvone M <sup>a</sup> Cardoso
044	Valcira de Medeiros
035	Amarildo Rodrigues
147	M <sup>a</sup> Salete Vieira de Souza
208	Neide Custódio Machado
140	Rozineia P. Machado da Rosa
164	Zilma dos S. Abreu
071	Malvina Soares Estácio
107	Dalva Maria da Rocha
025	Mercedes Batista Cardoso
050	Maurina Gonçalves
058	Juliana Zilli Valnier

101	Carmina Amorim
06.4	Regina Sebastião Dias
175	Silvia Alves Flor
002	Maria Laura Martins
162	Sebastiana de Oliveira
222	Lidia Santana Soares da Silva
088	Edemir Torquato
233	Rosa Maria Furtado Scheidt
004	Rosilei de Paula
042	Elizabete Pereira

Garopaba, 14 de janeiro de 2016.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

Publicada a presente Homologação no DOM/SC em 15/01/2016, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

# Garuva

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 01/2016

DECRETO Nº. 001 de 14 de janeiro de 2016

“Dispõe sobre a nomeação do senhor Lourival Schmidt, para o cargo comissionado de Secretário Municipal de Infraestrutura e Urbanismo.”

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E COM BASE NAS LEIS COMPLEMENTARES MUNICIPAIS 001/98 DE 02 DE MARÇO DE 1998, 045/09 DE 15 DE OUTUBRO DE 2009 E 044/09 DE 09 DE OUTUBRO DE 2009.

DECRETA:

ART. 1o. – Fica nomeado o senhor LOURIVAL SCHMIDT, portador de CPF nº 614.075.779-72, para cargo comissionado de Secretário Municipal de Infraestrutura e Urbanismo - CC1, subordinado ao Gabinete do Prefeito.

ART. 2o - Este Decreto entra em vigor a contar de 15 de janeiro de 2016.

JOSÉ CHAVES

Prefeito Municipal

### DECRETO Nº 02/2016

DECRETO Nº. 002 de 14 de janeiro de 2016

“Dispõe sobre a exoneração da senhora Jucilene Furlan, da função de confiança de Coordenadora de Programa.”

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E COM BASE NAS LEIS COMPLEMENTARES MUNICIPAIS 001/98 DE 02 DE MARÇO DE 1998, 045/09 DE 15 DE OUTUBRO DE 2009 E 044/09 DE 09 DE OUTUBRO DE 2009.

DECRETA:

ART. 1o. – Fica exonerada a senhora JUCILENE FURLAN, cumulativamente da função de Coordenadora de Programa do Governo Federal dos quais a Secretaria Municipal é partícipe e Coordenadora do Programa “Ser Cidadão”.

ART. 2o – Fica revogado o Decreto nº 134/2015.

ART. 3o - Este Decreto entra em vigor a contar de 15 de janeiro de 2016

JOSÉ CHAVES

Prefeito Municipal

### DECRETO Nº 03/2016

DECRETO Nº. 003 de 14 de janeiro de 2016

“Dispõe sobre a nomeação da senhora Jucilene Furlan, para o cargo comissionado de Secretária Municipal de Educação.”

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E COM BASE NAS LEIS COMPLEMENTARES MUNICIPAIS 001/98 DE 02 DE MARÇO DE 1998, 045/09 DE 15 DE OUTUBRO DE 2009 E 044/09 DE 09 DE OUTUBRO DE 2009.

DECRETA:

ART. 1o. – Fica nomeada a senhora JUCILENE FURLAN, portadora do CPF nº 001.228.959-08, para cargo comissionado de Secretária Municipal de Educação - CC1, subordinado ao Gabinete do Prefeito.

ART. 2o - Este Decreto entra em vigor a contar de 15 de janeiro de 2016

JOSÉ CHAVES

Prefeito Municipal

### PORTARIA Nº 09/2016

PORTARIA Nº. 009 de 13 de janeiro de 2016

“Nomeia Comissão para vistoriar os ônibus escolares, conforme Processo Licitatório nº 054/2015.”

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

RESOLVE:

ART. 10. – Designam-se os seguintes funcionários para comporem a Comissão para vistoriar os ônibus escolares, conforme o Processo Licitatório nº 054/2015:

I – Presidente: Fabio Sozin. Matrícula: 17755.5.

II – Membro: Marcelo Eduardo Person. Matrícula: 10738.7.

III – Membro: Sergio Ceccatto. Matrícula 19291.0.

ART. 20. – Cabe a Comissão constituída no artigo 1º desta Portaria vistoriar.

ART. 3º. - Esta Portaria entra em vigor a na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

JOSÉ CHAVES

Prefeito Municipal

# Gaspar

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 6.681, DE 13 DE JANEIRO DE 2016

DECRETO Nº 6.681, DE 13 DE JANEIRO DE 2016.

REINTEGRA O SERVIDOR DANIEL PIRES STOLARUK AO SERVIÇO PÚBLICO MUNICIPAL DE GASPAS, NO CARGO DE ARQUITETO.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito do Município de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe conferem o artigo 72 da Lei Orgânica do Município; e

Considerando a decisão proferida por sentença e confirmada pelo Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina, em Ação Declaratória Nulidade de Ato Jurídico, registrada sob o nº 025.07.00765-3, ajuizada por Daniel Pires Stolaruk, que determinou a reintegração do autor em sua lotação funcional pelo Município de Gaspar,

DECRETA,

Art. 1º Fica reintegrado ao serviço público municipal de Gaspar o servidor DANIEL PIRES STOLARUK, no cargo em provimento efetivo de Arquiteto, 40 horas semanais, lotado na Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento, a partir de 18/12/2015, o qual foi nomeado pelo Decreto nº 006/2003.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 13 de janeiro de 2016.

PEDRO CELSO ZUCHI  
Prefeito.

### DECRETO Nº 6.682, DE 14 DE JANEIRO DE 2016

DECRETO Nº 6.682, DE 14 DE JANEIRO DE 2016.

RESTABELECE O BENEFÍCIO DE APOSENTADORIA AO SERVIDOR LUIZ ANTÔNIO BÓZIO.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 72, da Lei Orgânica do Município de Gaspar, e

Considerando a ordem judicial exarada pela Juíza de Direito da 2ª Vara Cível da Comarca de Gaspar, que defere a antecipação de tutela, nos autos da Ação de Anulação de Ato Administrativo, registrada sob o nº 0302664-85.2015.8.24.0025 e determina restabelecimento da aposentadoria de Luiz Antônio Bózio, até o julgamento do feito.

DECRETA:

Art. 1º Fica restabelecido o benefício de aposentadoria ao servidor Luiz Antônio Bózio, concedido através do Decreto nº 130/98, com proventos proporcionais ao tempo de serviço.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 14 de janeiro de 2016.

PEDRO CELSO ZUCHI  
Prefeito

### ERRATA EXTRATO DO OITAVO ADITIVO DO CONTRATO SAF-47/2012

ERRATA Extrato do Oitavo Aditivo do Contrato SAF-47/2012

Fica retificado o Extrato do Aditivo do Contrato SAF-47/2012, Publicado no DOM em 22/12/2015, Edição nº 1896, página 240, conforme segue:

Onde se lê: VENCTO.: 01/01/2017. Leia-se: VENCTO.: 27/06/2016. Gaspar/SC, 14 de janeiro de 2016.

PEDRO CELSO ZUCHI | Prefeito

### ERRATA EXTRATO DO QUARTO ADITIVO DO CONTRATO SAF-25/2012

ERRATA Extrato do Quarto Aditivo do Contrato SAF-25/2012

Fica retificado o Extrato do Aditivo do Contrato SAF-25/2012, Publicado no DOM em 22/12/2015, Edição nº 1896, página 240, conforme segue:

Onde se lê: VENCTO.: 01/01/2017. Leia-se: VENCTO.: 04/03/2016. Gaspar/SC, 14 de janeiro de 2016.

PEDRO CELSO ZUCHI | Prefeito

### LEI Nº 3685, DE 14 DE JANEIRO DE 2016

LEI Nº 3685, DE 14 DE JANEIRO DE 2016.

DISPÕE SOBRE O REGIME DE CONCESSÃO DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS MUNICIPAIS DE COLETA, TRANSPORTE, TRANSBORDO E DESTINAÇÃO FINAL DOS RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS DO MUNICÍPIO DE GASPAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Gaspar, nos termos do art. 72, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou o projeto, eu o sanciono e promulgo a seguinte Lei:

#### CAPÍTULO I

DOS SERVIÇOS DE COLETA, TRANSPORTE, TRANSBORDO, TRATAMENTO E DESTINAÇÃO FINAL DOS RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS  
E COLETA DE RESÍDUOS RECICLÁVEIS

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a delegar, por meio de licitação pública, a concessão da prestação dos serviços públicos de coleta, transporte, transbordo, tratamento e disposição final de resíduos sólidos urbanos gerados no Município de Gaspar, incluindo coleta seletiva de resíduos sólidos recicláveis, em conformidade com a Lei Nacional nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, a Lei Nacional nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, a Lei Complementar Municipal nº 04, de 25 de fevereiro de 2002, esta Lei e demais normas pertinentes.

Parágrafo único. (VETADO)

Art. 2º Os serviços públicos, indicados no art. 1º desta Lei, compreendem:

I - coleta regular, transporte, transbordo, tratamento e destinação final dos resíduos sólidos urbanos com características de

domiciliares, dispostos nas vias e logradouros públicos;

II - coleta seletiva dos resíduos sólidos recicláveis, dispostos nas vias e logradouros públicos;

III - implantação e operacionalização do sistema de cobrança direta dos usuários de modo a garantir a contraprestação dos serviços.

Art. 3º A prestação dos serviços públicos de coleta, transporte, transbordo, tratamento e disposição final de resíduos sólidos urbanos serão definidos em Edital de Licitação, observadas as diretrizes e metas estabelecidas no Plano Municipal de Saneamento Básico, na Política Municipal de Resíduos Sólidos e demais regulamentos expedidos pelo Poder Executivo.

§ 1º Fica a prestadora dos serviços públicos de coleta, transporte, transbordo, tratamento e disposição final de resíduos sólidos urbanos sujeita à fiscalização municipal, realizando as atividades de sua competência de forma adequada para o pleno atendimento dos usuários.

§ 2º Serviço adequado, para os fins desta Lei, é o que satisfaz as condições de regularidade, continuidade, eficiência, segurança, atualidade, generalidade, cortesia na sua prestação e modicidade das tarifas.

Art. 4º Cabe ao Poder Executivo e à Agência Reguladora fiscalizar a prestação dos serviços concedidos e promover as notificações e autuações necessárias, nos termos das leis e regulamentos que regem a matéria e do edital de licitação.

Art. 5º Ficam resguardados os direitos e deveres dos usuários, do Poder Concedente, da concessionária e da Agência Reguladora na utilização, prestação e fiscalização dos serviços, que deverão ser regulamentados no edital de licitação e respectivo contrato, observada a legislação específica de que trata a matéria.

## CAPÍTULO II DO REGIME DE CONCESSÃO

Art. 6º A outorga da concessão dos serviços públicos de coleta, transporte, transbordo, tratamento e disposição final de resíduos sólidos urbanos gerados no Município de Gaspar, incluindo a coleta seletiva dos resíduos sólidos recicláveis, obedecerá às normas da legislação municipal e federal sobre licitações, contratos administrativos e concessões de serviços públicos e os princípios básicos da seleção da proposta mais vantajosa para o interesse coletivo, da vinculação ao instrumento convocatório e do julgamento objetivo.

§ 1º (VETADO)

§ 2º A concessão é intransferível para terceiros, sob qualquer hipótese.

### Seção I Da Política Tarifária

Art. 7º A tarifa referente à prestação dos serviços públicos de coleta, transporte, transbordo, tratamento e disposição final de resíduos sólidos urbanos será fixada de acordo com a proposta apresentada pela concessionária na licitação, mediante ato do Poder Executivo, com a anuência da Agência Intermunicipal de Regulação do Médio Vale do Itajaí – AGIR

§ 1º A tarifa será preservada pelas regras de reajuste e revisão previstas na Lei nº 8.987/1995, na Lei nº 11.445/2007 e no contrato de concessão, com a finalidade de assegurar à empresa concessionária, durante todo o prazo da concessão, a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

§ 2º Os direitos e obrigações do Poder Concedente e da empresa concessionária, quanto às alterações e expansões do contrato de concessão, para garantir a continuidade da prestação do serviço, serão regulamentados por ato do Poder Concedente, observada a garantia da manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

Art. 8º A empresa concessionária será remunerada diretamente pelo usuário dos serviços, cujos preços obedecerão à tabela editada pelo Poder Concedente.

Art. 9º As tarifas dos serviços outorgados serão estabelecidas por ato do Chefe do Poder Executivo e atualizadas anualmente pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), ou outro índice que vier a sucedê-lo.

Art. 10. Fica autorizado o Município, após ouvido o setor competente, a subsidiar o valor da tarifa de pessoas consideradas carentes, efetuando o recolhimento dos valores à concessionária ou compensando com eventuais obrigações tributárias devidas.

Parágrafo único. Para receber o subsídio do valor da tarifa, a comprovação da situação financeira da família deverá ser realizada através de parecer da Secretaria de Assistência Social.

Art. 11. Fica autorizada a concessionária a firmar convênio com o Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE, outros órgãos e entidades públicas, para a cobrança dos serviços diretamente dos usuários.

### Seção II Das Obrigações Acessórias

Art. 12. (VETADO)

## CAPÍTULO III DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 13. O Chefe do Poder Executivo regulamentará esta Lei, no que for necessário, no prazo de 90 (noventa) dias, contados de sua publicação.

Art. 14. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 15. Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura do Município de Gaspar – SC, em 14 de janeiro de 2016.  
Pedro Celso Zuchi  
Prefeito



# Grão Pará

## PREFEITURA

### EDITAL 03/2016 RECAPE

Prefeitura Municipal de Grão-Pará

Estado de Santa Catarina

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo DE LICITAÇÃO N. 13/2016

Edital de PREGÃO PRESENCIAL n. 03/2016-PR

Objeto: CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA RECAPE DE PNEUS. Data e Horário de Abertura: 02/02/2016, às 14h. Local: Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, situada na Rua Barão do Rio Branco, 187, Centro, Grão-Pará, no prédio da Prefeitura Municipal. A íntegra do presente Edital pode ser obtida no Mural Municipal. Demais informações podem ser obtidas na Sede da Prefeitura Municipal ou pelo telefone (48) 3652-1177, com a Pregoeira.

Grão-Pará/ SC, 13 de janeiro de 2016.

AMILTON ASCARI

Prefeito Municipal

### EDITAL 04/2016 COMB S10

Prefeitura Municipal de Grão-Pará

Estado de Santa Catarina

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo DE LICITAÇÃO N. 14/2016

Edital de PREGÃO PRESENCIAL n. 04/2016-PR

Objeto: AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEL S10 PARA O EXERCÍCIO DE 2016. Data e Horário de Abertura: 04/02/2016, às 14 h. Local: Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, situada na Rua Barão do Rio Branco, 187, Centro, Grão-Pará, no prédio da Prefeitura Municipal. A íntegra do presente Edital pode ser obtida no Mural Municipal. Demais informações podem ser obtidas na Sede da Prefeitura Municipal ou pelo telefone (48) 3652-1177, com a Pregoeira.

Grão-Pará/ SC, 13 de janeiro de 2016.

AMILTON ASCARI

Prefeito Municipal

# Guaraciaba

## PREFEITURA

### CMDCA 01/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACIABA  
CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

#### RESOLUÇÃO Nº 01/2016

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DO MUNICÍPIO DE GUARACIABA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Federal nº 8.069/90 (Estatuto da criança e do Adolescente) e a Lei Municipal nº 2486/2012, em sua reunião ordinária realizada no dia 13 de janeiro de 2016, resolve:

Art. 1º Aprovar a prestação de contas do Fundo para a Infância e Adolescência de Guaraciaba, referente ao exercício de 2015, conforme aprovado por unanimidade na Reunião ordinária do dia 13 de janeiro de 2016.

Esta referida aprovação entra em vigor na data de sua publicação, conforme Ata nº 02/2016.

Guaraciaba, 13 de janeiro de 2016.

Eliza Maristela Anschau Kinsel

Presidente do CMDCA

### MINUTA EDITA CHAMADA PÚBLICA Nº 01.2016

EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA Nº01/2016

O Município de Guaraciaba, pessoa jurídica de direito público, com sede na rua Ademar de Barros, nº 85, inscrito no CNPJ sob o nº 82.821.216/0001-82, representado neste ato pelo Prefeito Municipal o Sr. Roque Luiz Meneghini, no uso de suas prerrogativas legais, e considerando o disposto no art. 21 da Lei 11.947/2009 e na Resolução FNDE/ CD n.º 26/2013, alterada pela Resolução FNDE/CD 04/2015, através da Secretaria Municipal de Educação, informa aos agricultores familiares e empreendedores familiares rurais do Município, interessados em fornecer produtos alimentícios destinado ao atendimento do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE para elaboração da Merenda Escolar, que estará recebendo a documentação e projetos de venda até o dia 11 de fevereiro de 2016, as 08h30min, no Setor de Compras e Licitações, junto a Prefeitura Municipal. Informações pelo telefone (0xx49) 3645 2000. Os interessados poderão receber cópia integral do Edital no Setor de Compras e Licitações e/ou Sec. Municipal de Educação, sito a Rua Ademar de Barros, 85, Guaraciaba-SC, nos horários: 07h30min – 11h30min e 13h30min – 17h30min de segunda a sexta-feira e ainda no site da Prefeitura Municipal [www.guaraciaba.sc.gov.br](http://www.guaraciaba.sc.gov.br)

RELAÇÃO DOS ITENS E RESPECTIVAS QUANTIDADES E VALORES A SEREM ADQUIRIDOS DA AGRICULTURA FAMILIAR E DO EMPREENDEDOR FAMILIAR RURAL.

Item	Especificação	Unid.	Quantidade	Preço Unit. Máximo	Preço Total
1	MANTEIGA	KG	50,00	18,63	931,50
2	CHUCHU	KG	120,00	2,44	292,80
3	LEITE INTEGRAL PASTEURIZADO, embalagem de 1 litro.	LIT	2.800,00	2,45	6860,00
4	DOCE DE LEITE, PACOTE 400 GR	KG	54,00	11,35	612,90
5	NATA (CREME-DE-LEITE) PCT. 300 GR	UN	60,00	12,93	775,80
6	AÇÚCAR MASCAVO, embalagem de 1kg.	KG	100,00	7,54	754,00
7	ALFACE fresca, de primeira, bem desenvolvida. Isenta de material terroso e umidade externa anormal. Livre de sujidades, parasitas e larvas. Sem danos físicos e mecânicos oriundos do manuseio e transporte. Produto orgânico.	UN	1.050,00	1,95	2047,50
8	BEBIDA LÁCTEA, acondicionada em embalagem plástica de 1litro, vários sabores, consistência cremosa, isenta de corpos estranhos.	LIT	2.600,00	2,70	7020,00
9	BETERRABA, sem lesões de origem física ou mecânica, perfurações e cortes. Tamanho e coloração uniformes devendo ser bem desenvolvida. Produto orgânico.	KG	80,00	3,14	251,20
10	BRÓCOLIS, unidade de aprox. 300 gr, sem lesões de origem física ou mecânica, perfurações e cortes. Tamanho e coloração uniformes devendo ser bem desenvolvido.	UN	105,00	4,29	450,45
11	CARNE BOVINA SEM OSSO - QUARTO congelada, acondicionada em embalagem primária constituída de plástico atóxico transparente, porções de 1kg, isenta de sujidades e ou ação de microorganismos.	KG	650,00	17,59	11433,50
12	CARNE DE GADO DE 1ª MOÍDA, congelada, sem gordura e sebo, acondicionada em embalagem plástica atóxica transparente, porção de 1kg.	KG	800,00	16,77	13416,00

13	CARNE SUÍNA SEM PELE - PERNIL, congelada, deverá ser acondicionada em embalagem primária constituída de plástico atóxico transparente, isenta de sujidades e ou ação de microorganismos, porção de 1kg.	KG	620,00	8,99	5573,80
14	LINGUIÇA DE CARNE SUÍNA, sabor e odor característico. Com aspecto normal, firme, não pegajosa, isenta de sujidades, parasitas e larvas, acondicionada em embalagem plásticas atóxicas.	KG	480,00	9,82	4713,60
15	MANDIOCA, sem casca, compacta e firme. Sem lesões de origem físicas ou mecânicas, rachaduras e cortes. Tamanho uniforme devendo ser bem desenvolvida.	KG	225,00	3,89	875,25
16	OVOS DE GALINHA, tipo grande, casca limpa, não trincados.	DZ	430,00	4,23	1818,90
17	QUEIJO COLONIAL de consistência firme, cor e odor característicos.	KG	170,00	18,14	3083,80
18	REPOLHO, isento de material terroso e umidade externa anormal. Livre de sujidades, parasitas e larvas. Sem danos físicos e mecânicos oriundos do manuseio e transporte. Produto orgânico.	KG	360,00	2,72	979,20
19	TEMPERO VERDE, maço de aprox. 180 gr	UN	195,00	2,75	536,25
20	PÃO FRANCÊS, fresco, tamanho uniforme.	KG	680,00	7,72	5249,60
21	PRESUNTO FATIADO, resfriado.	KG	85,00	28,37	2411,45
22	ABOBRINHA, sem lesões de origem física ou mecânica, perfurações e cortes. Tamanho coloração uniformes devendo ser bem desenvolvido	KG	112,00	2,77	310,24
23	DOCE DE FRUTA(CHIMIA), acondicionada em embalagem plástica, vários sabores, consistência cremosa, isenta de corpos estranhos.	KG	52,00	13,57	705,64
			Total		71.103,38

Guaraciaba – SC, 14 de janeiro de 2016.  
ROQUE LUIZ MENECHINI,  
PREFEITO MUNICIPAL

### MINUTA EDITAL DE PREGÃO 24.16 AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTICIOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACIABA-SC, EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº24/2016.

O Município de Guaraciaba, usando de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal 8.666/93, demais alterações vigentes, e Lei Federal 10.520 de 17/07/02 promove Processo Licitatório nº 29/16, Edital de Pregão Presencial Nº 24/16, Objeto: Aquisição de Gêneros alimentícios para alunos das escolas da rede municipal de ensino, para uso nas escolas do ensino fundamental e infantil; recebimento de propostas até às 09:00 horas do dia 02/02/16; a abertura do Edital será às 09:00 horas do dia 02/02/16, no Setor de Compras, Contratos e Licitações da Prefeitura Municipal, sita na Rua Ademir de Barros 85, Guaraciaba – SC, maiores informações, pelo telefone: 0xx49-36452000, no Depto de Compras, das 07:00h às 13:00h e no site [www.guaraciaba.sc.gov.br](http://www.guaraciaba.sc.gov.br)

Guaraciaba em 14 de janeiro de 2016.  
Roque Luiz Meneghini,  
Prefeito Municipal

### RETIFICAÇÃO PROCESSO 18.2016 EDITAL PREGÃO 13.2016 AQUISIÇÃO DE SEMEM

Edital de Retificação e Alteração de Prazo Processo 18/2016 Pregão Presencial 13/2016 do Município de Guaraciaba/SC.

Fica retificado o presente edital nos seguintes termos:

Na relação de itens do Edital Anexo I, o item 01:

Onde se lê "DOSES DE SÊMEN DE UM TOURO DA RAÇA RED ANGUS, ORIUNDA DE CENTRAL CADASTRADA NO MAPA (MINISTÉRIO DA AGRICULTURA PECUÁRIA E ABASTECIMENTO) COM PROVA GEN/ÔMICA QUE APRESENTA AS SEGUINTE CARACTERÍSTICAS: MACIEZ MAIOR MARMOREIO IGUAL OU MAIOR A 5, ESCOREO DE GORDURA MAIOR OU IGUAL A 4, CONSUMO RESIDUAL MAIOR OU IGUAL A 4, FACILIDADE DE PARTO IGUAL A 5. Valor máximo por dose 12,90 (dose reais e noventa centavos).

Leia-se "Permanece inalterado".

Na Relação de itens do edital Anexo I, o item 02;

onde se lê "DOSES DE SÊMEN DE UM TOURO DA RAÇA HOLANDESA PRETO E BRANCO, COM AS SEGUINTE CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS: TPI MAIOR OU IGUAL A 1700 PTA LEITE MAIOR OU IGUAL A 150LIBRAS PORCENTAGEM DE PROTEÍNA MAIOR OU IGUAL A 0.05 PORCENTAGEM DE GORDURA MAIOR OU IGUAL A 0.01 COMPOSTO DE ÚBERE POSITIVO CÉLULAS SOMÁTICAS MENOR OU IGUAL A 3 PTA TIPO MAIOR OU IGUAL A 0.5 FACILIDADE DE NASCIMENTO MENOR OU IGUAL A 8 A EMPRESA DEVERÁ TER REGISTRO NO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA. COMPROVANTE DE ASSOCIADO NA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE INSEMINAÇÃO ARTIFICIAL".

Leia-se: "DOSE DE SÊMEN DE UM TOURO DA RAÇA HOLANDESA PRETO E BRANCO, COM AS SEGUINTE CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS: TPI MAIOR OU IGUAL A 2100; PTA LEITE MAIOR OU IGUAL A 300 LIBRAS; PORCENTAGEM DE PROTEÍNA MAIOR OU IGUAL A 0,05; PORCENTAGEM DE GORDURA MAIOR OU IGUAL A 0,14; ESCORE DE CÉLULAS SOMÁTICAS MENOR OU IGUAL A 2.95; VIDA PRODUTIVA MAIOR OU IGUAL A 3,0; PTA TIPO MAIOR OU IGUAL A 0,5; COMPOSTO DE ÚBERE MAIOR OU IGUAL A 0,90; COMPOSTO DE PERNAS E PÉS MAIOR OU IGUAL A 0,25; PERNAS VISTA LATERAL E VISTA POSTERIOR POSITIVOS LARGURA DE GARUPA E ÂNGULO DE GARUPA POSITIVOS; FORÇA MAIOR OU IGUAL A 0,4; FACILIDADE DE NASCIMENTO MENOR OU IGUAL A 7,5 %; CONFIABILIDADE PARA O TIPO E PRODUÇÃO MAIOR OU IGUAL A 77%; PROVA DO TOURO A PARTIR DE DEZEMBRO DE 2015, NA BASE AMERICANA OU "INTERBULL"". Valor Máximo por dose R\$ 17,00 (dezesete reais).

Na Relação de itens do edital Anexo I, o item 03;

Onde se lê "SEMEN BOVINO DA RAÇA JERSEY, ORIUNDA DE CENTRAL CADASTRADA NO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA PECUÁRIA E

ABASTECIMENTO, COM PROVA GENÔMICA QUE APRESENTE ÍNDICE DE DESEMPENHO IGUAL OU MAIOR A 80; LEITE IGUAL OU MAIOR A 300 LIBRAS; GORDURA IGUAL OU MAIOR A 90 LIBRAS; PROTEÍNA IGUAL OU MAIOR A 15 LIBRAS; COMPOSTO DE ÚBERE ANTERIOR IGUAL OU MAIOR A 1,5; INSERÇÃO DO ÚBERE ANTERIOR IGUAL OU MAIOR A 1,0".

Leia-se "DOSES DE SÊMEN DE UM TOURO DE RAÇA JERSEY, COM AS SEGUINTE CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS: LEITE MAIOR OU IGUAL A 1000 LIBRAS; CÉLULAS SOMÁTICAS MENOR OU IGUAL A 2,8; PTA TIPO MAIOR OU IGUAL A 0,5; VIDA PRODUTIVA MAIOR OU IGUAL A 0,5; LIBRAS EM GORDURA MAIOR OU IGUAL A 50 LIBRAS; LIBRAS EM PROTEÍNAS MAIOR OU IGUAL A 35 LIBRAS; ESTATURA MAIOR OU IGUAL A 1.0; PROVA DO TOURO A PARTIR DE DEZEMBRO DE 2015, NA BASE AMERICANA OU INTERBULL". Valor Máximo por dose 13,50 (treze reais e cinquenta centavos).

No preâmbulo do edital onde se lê "O credenciamento será feito até as 14h00min do dia 22/01/2015 e a abertura da sessão a partir das 14h00min do mesmo dia". Leia-se O credenciamento será feito até as 14h00min do dia 27/01/2016 e a abertura da sessão a partir das 14h00min do mesmo dia.

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Guaraciaba 13 de janeiro de 2016.

ROQUE LUIZ MENECHINI,

Prefeito Municipal

# Guaramirim

## PREFEITURA

### AVISO LICITACAO 01 2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO
Edital: Pregão Presencial - 01/2016
Tipo : Menor Preço - por itens.
Objeto : Aquisição de material elétrico para manutenção do padrão elétrico da EMEF e PE Urbano Teixeira da Fonseca e do CEI Maurita Maria Rosa.
Entrega dos Envelopes: 28/01/2016 às 08:45 h
Abertura dos Envelopes: 28/01/2016 às 09:00 h
O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua 28 de Agosto, 1255, nos dias úteis de segunda à sexta feira, das 08:00h às 14:00h ou pelo site <a href="http://www.guaramirim.sc.gov.br">www.guaramirim.sc.gov.br</a> ou pelo fone (47) 3373-4433.
GUARAMIRIM (SC), 14/01/2016.
LAURO FROHLICH
PREFEITO MUNICIPAL

# Guarujá do Sul

## PREFEITURA

### DECRETO MUNICIPAL 07/2015

Decreto Municipal nº 07/2016

Regulamenta Lei Municipal nº 2.464/2015 de 16 de dezembro de 2015 que dispõe sobre a Inspeção Sanitária e Industrial dos Produtos de Origem Animal.

O Prefeito Municipal de Guarujá do Sul, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere a Legislação em Vigor, e com fundamento no artigo 10 Inciso XXXVI, e o disposto na Lei Municipal nº 2.464/2015 de 16 de dezembro de 2015

DECRETA:

#### CAPÍTULO I

##### DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º. O Serviço de Inspeção Industrial e Sanitária de Produtos de Origem Animal, de competência do Município de Guarujá do Sul, SC, nos termos da lei Federal no. 7.889, de 23.11.89 e Lei Municipal nº 2.464/2015 de 16 de dezembro de 2015, será executado pela Departamento de Inspeção Industrial e Sanitária de Produtos de Origem Animal, vinculada à SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE.

Art. 2º. A inspeção Industrial e Sanitária de Produtos de Origem Animal, será exercida em todo o território do Município de Guarujá do Sul, SC, em relação às condições higiênico-sanitárias a serem preenchidas pelos matadouros e estabelecimentos, que se dediquem ao abate, industrialização e transporte de carnes e demais produtos de origem animal.

Art. 3º. A implantação do Serviço de Inspeção Municipal (SIM), obedecerá a estas normas em consonância com as prioridades de Saúde Pública e abastecimento da população.

Art. 4º. Ficará a cargo do Secretário de Agricultura e Meio Ambiente, fazer cumprir estas normas, também outras que venham a ser implantadas, desde que, por meio de dispositivos legais, que digam respeito a Inspeção Industrial e Sanitária dos estabelecimentos a que se refere o Art. 2º deste Regulamento.

Parágrafo único. Além deste Regulamento, os outros que virão por força deste artigo poderão abranger as seguintes áreas:

I- Classificação do estabelecimento;

II- As condições e exigências para registro;

III- A higiene dos estabelecimentos;

IV- A inspeção "ante" e "post-mortem" dos animais destinados ao abate;

V- A inspeção e reinspeção de todos os produtos, sub-produtos e matérias primas de origem animal, durante as diferentes fases da industrialização;

VI- Padronização dos produtos industrializados de origem animal;

VII- O registro de rótulos;

VIII- As análises laboratoriais;

IX- A carimbagem de carcaças e cortes de carnes, bem como a identificação e demais dizeres a serem impressos nas embalagens de outros produtos de origem animal;

X- Quaisquer outros detalhes que se tornarem necessários, para maior eficiência da inspeção industrial e sanitária dos produtos de origem animal.

Art. 5º. Entende-se por "estabelecimento de produtos de origem animal", para efeito do presente Regulamento, qualquer instalação ou local nos quais são abatidos ou industrializados animais, bem como onde são recebidos, manipulados, elaborados,

transformados, preparados, conservados, armazenados, depositados, acondicionados, embalados e rotulados com finalidade industrial ou comercial, todos os produtos de origem animal, seus subprodutos e derivados.

Parágrafo único. A simples designação "estabelecimento" abrange todos os tipos e modalidades de estabelecimentos previstos na classificação do presente Regulamento.

Art. 6º. Os estabelecimentos de produtos de origem animal abrangem:

I - os de carne e derivados;

II - os de leite e derivados;

III - os de pescado e derivados;

IV - os de ovos e derivados;

V - os de mel e cera de abelhas e seus derivados.

#### CAPÍTULO II

##### DOS ESTABELECIMENTOS DE CARNES E DERIVADOS

Art. 7º. Os estabelecimentos de carnes e derivados são classificados e definidos:

I - matadouro-frigorífico: assim denominado o estabelecimento dotado de instalações completas e equipamento adequado para o abate, manipulação, elaboração, preparo e conservação das espécies de animais sob variadas formas, com aproveitamento completo, racional e perfeito de subprodutos não comestíveis, devendo possuir instalações de frio industrial.

II - fábrica de conservas de produtos cárneos: o estabelecimento que industrializa a carne de variadas espécies de animais, sendo dotado de instalações de frio industrial e aparelhagem adequada para o seu funcionamento.

III - fábrica de produtos suínos: o estabelecimento que dispõe de sala de matança e demais dependências, industrializa animais da espécie suína e, em escala estritamente necessária aos seus trabalhos, animais de outras espécies, dispondo de instalações de frio industrial e aparelhagem adequada para o seu funcionamento.

IV - entreposto de carnes e derivados: o estabelecimento destinado ao recebimento, guarda, conservação, manipulação, acondicionamento e distribuição de carnes frigorificadas das diversas espécies de açougues e outros produtos animais, dispondo ou não de dependências anexas para a industrialização, atendidas as exigências necessárias, a juízo do SIM.

V - matadouro de aves e pequenos animais: o estabelecimento dotado de instalações para o abate e industrialização de aves, coelhos e demais animais cuja exploração e consumo sejam permitidos, devendo dispor de frio industrial e de instalações para o aproveitamento de subprodutos não comestíveis, a juízo do SIM.

VI - entreposto-frigorífico: o estabelecimento destinado exclusivamente à estocagem de produtos de origem animal pelo emprego de frio industrial.

Art. 8º. A simples designação "produto", "subproduto", "mercadoria" significa, para efeito do presente Regulamento, que se trata de "produto ou matéria-prima de origem animal".

Art. 9º. Por "produtos cárneos" entende-se as massas musculares maturadas e demais tecidos que as acompanham, incluindo ou não a base óssea correspondente, procedentes de animais abatidos sob inspeção veterinária.

I- Quando destinada à elaboração de conservas em geral, por "carne" (matéria-prima) deve se entender as massas musculares, despojadas de gorduras, aponevroses, vasos, gânglios, tendões e ossos.

II- Consideram-se "miúdos" os órgãos e as vísceras dos animais, usados na alimentação humana (miolos, línguas, coração, fígado,



rins, rumem, retículo), além dos mocotós e rabada.

Art.10º. Entende-se por "animais de açougue" os mamíferos (bovídeos, equídeos, suínos, ovinos, caprinos e coelhos) e aves domésticas, bem como os animais silvestres criados em cativeiro, sacrificados em estabelecimentos sob inspeção veterinária.

Art. 11. O animal abatido, formado das massas musculares e ossos, desprovido da cabeça, mocotós, cauda, pele, órgãos e vísceras torácicas e abdominais, tecnicamente preparados, constitui a "carcaça".

I- Nos suínos a "carcaça" pode ou não incluir a pele, cabeça e pés.

II- A "carcaça" dividida ao longo da coluna vertebral dá origem às "meias carcaças" que, subdivididas por um corte entre duas costelas, variável segundo hábitos regionais, constituem os "quartos" anteriores ou dianteiros e posteriores ou traseiros.

### CAPÍTULO III

#### DE LEITE E DERIVADOS

Art. 12. Os estabelecimentos de leite e derivados são assim classificados e definidos:

I - usina de beneficiamento de leite: assim denominado o estabelecimento que tem por finalidade principal receber, filtrar, beneficiar e acondicionar higienicamente o leite destinado diretamente ao consumo público;

II - fábrica de laticínios: assim denominado o estabelecimento destinado ao recebimento de leite, dotado de dependências e equipamentos que satisfaçam às normas técnicas para a industrialização de quaisquer produtos de laticínios.

### CAPÍTULO IV

#### DO PESCADO E DERIVADOS

Art. 13. Os estabelecimentos destinados ao pescado e seus derivados são classificados em:

I - entreposto de pescados: assim denominado o estabelecimento dotado de dependências e instalações adequadas ao recebimento, manipulação, frigorificação, distribuição e comércio do pescado, dispondo de equipamento para aproveitamento integral de subprodutos não comestíveis.

II - fábrica de conservas de pescados: assim denominado o estabelecimento dotado de dependências, instalações e equipamento adequados ao recebimento e industrialização do pescado por qualquer forma, com aproveitamento integral de subprodutos não comestíveis.

### CAPÍTULO V

#### DE OVOS E DERIVADOS

Art.14. Os estabelecimentos de ovos e derivados são classificados em:

I - granja avícola: assim denominado o estabelecimento destinado à produção, ovos, cópia, classificação, sanitização, acondicionamento, identificação e distribuição dos ovos em natureza, oriundos de produção própria.

II - entreposto de ovos: assim denominado o estabelecimento destinado à produção, ovoscopia, classificação, sanitização, acondicionamento, identificação e distribuição dos ovos em natureza, oriundos de várias granjas.

III - fábrica de conservas de ovos: assim denominado o estabelecimento destinado ao recebimento e à industrialização de ovos.

### CAPÍTULO VI

#### DE MEL, CERA DE ABELHAS E DERIVADOS

Art. 15. Os estabelecimentos destinados ao mel e cera de abelhas são classificados em:

I - casa do mel: assim definido o estabelecimento destinado ao beneficiamento, industrialização e classificação de mel e seus derivados, oriundos de produção própria.

II - entreposto de mel e cera de abelhas: assim definido

estabelecimento destinado ao recebimento, classificação e industrialização do mel e seus derivados, oriundos de vários estabelecimentos.

### CAPÍTULO VII

#### DO REGISTRO E APROVAÇÃO DE PROJETOS

Art. 16. Para o funcionamento de qualquer estabelecimento que abata ou industrialize produtos de origem animal, obrigatoriamente deverá requerer aprovação e registro prévio ao SIM de seus projetos e localização.

Art. 17. A inspeção industrial e sanitária realizada pelo SIM deverá ser instalada de forma permanente ou periódica.

I- Terão Inspeção permanente os estabelecimentos de carnes e derivados que abatem ou abatem e industrializam as diferentes espécies de animais, e outros que se julgar necessário.

II - Os estabelecimentos não enquadrados no parágrafo anterior terão Inspeção periódica, a juízo do SIM.

Art. 18. Os produtos de origem animal em natureza ou derivados, deverão atender aos padrões de identidade e qualidade previstos pela legislação em vigor, bem como, ao Código de Defesa do Consumidor.

Parágrafo único. Os estabelecimentos registrados no SIM, ficam sujeitos às obrigações contidas no Artigo 102, itens 1, 2, 3, 4, 5, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16 e 17 do Decreto no. 30.691 de 29.03.52 e suas alterações.

Art. 19. Os estabelecimentos de produtos de origem animal que devem estar sob inspeção industrial e sanitária a nível municipal, de acordo com a Lei Federal Nº. 7.889, de 23.11.89, obrigam-se obter registro junto ao SIM – Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente.

Art. 20. Os estabelecimentos a que se refere o Art. 19º. receberão número de registro.

§ 1º. Estes números obedecerão seriação própria e independente, fornecidos pelo SIM.

§ 2º. O número de registro constará obrigatoriamente nos rótulos, certificados, carimbos de inspeção dos produtos e demais documentos.

Art. 21. Para o processo de obtenção do Registro, junto ao SIM, deverá ser seguido os seguintes procedimentos:

I- Requerimento de Registro no SIM (2 vias);

II- Fotocópia do contrato social e alterações;

III- Fotocópia do CNPJ;

IV- Fotocópia do cadastro de contribuinte do ICMS;

V- Plantas e documentos descritos na Instrução de Trabalho nº 02 do CONSAD (ANEXO 02).

VI- Fotocópia do memorial descritivo, econômico e sanitário do estabelecimento;

VII- Fotos do Estabelecimento (quatro lados);

VIII- Fotocópia da licença ambiental;

IX- Foto cópia do alvará de funcionamento;

X- Fotocópia do alvará sanitário; (quando necessário)

XI- Fotocópia do contrato do controle de Pragas (serviço terceirizado);

XII- Fotocópia do laudo de análise de água conforme Instrução de Trabalho nº 05 do CONSAD (ANEXO 05).

XIII- Fotocópia de análise microbiológica e físico química dos produtos, conforme Instrução de Trabalho nº 05 do CONSAD (ANEXO 05).

XIV- Fotocópia da anotação de Responsabilidade Técnica (ART);

XV- Fotocópia do termo de compromisso para o recolhimento dos resíduos sólidos (serviço terceirizado);

XVI- Fotocópia da carteira de saúde dos manipuladores e RT ("aptos a manipulação de alimentos");

XVII- Programas de Autocontrole, conforme Instrução de Trabalho nº 07 do CONSAD (ANEXO 07).

XVIII- Fotocópia do registro do Serviço de Inspeção Municipal (SIM);

Art. 22. A aprovação do projeto referido no Art 21º item V, deve ser precedida de vistoria prévia para aprovação de local e terreno, e devem ser encaminhados os documentos descritos na Instrução de Trabalho nº 02 do CONSAD (ANEXO 02).

Art. 23. Aprovados os projetos e o cronograma de execução, o requerente pode dar início às obras.

Art. 24. Concluídas as obras e instalados os equipamentos, de acordo com o cronograma, será requerido ao SIM a vistoria de aprovação e autorização ou não do início dos trabalhos.

Parágrafo único. Após deferido, compete ao SIM instalar de imediato a inspeção no estabelecimento.

Art. 25. Satisfeitas as exigências fixadas no presente Regulamento, será expedido o "Título de Registro", constando no mesmo o número do registro, razão social, classificação do estabelecimento, localização (estado, município, cidade, vila ou povoado), nome fantasia e outros detalhes necessários.

Art. 26. Qualquer ampliação, remodelação ou construção nos estabelecimentos registrados ou relacionados, tanto de suas dependências como instalações, só poderá ser feita após aprovação prévia dos projetos.

Parágrafo único: É de inteira responsabilidade dos proprietários as construções dos estabelecimentos sujeitos à Inspeção Municipal, cujos projetos não tenham sido previamente aprovados pelo SIM.

Art. 27. Os estabelecimentos já registrados no SIM deverão providenciar a implantação de práticas que visem o controle higiênico-sanitário dos processos de fabricação e manuseio dos produtos no estabelecimento, conforme Instrução de Trabalho nº 07 do CONSAD (ANEXO 07).

Parágrafo único Ficam sujeitos ao que dispõe este artigo os estabelecimentos elaboradores/industrializadores de alimentos de origem animal registrados no âmbito do SIM.

Art. 28. Para efetivação de novos registros de estabelecimentos, o SIM exigirá um treinamento contendo práticas higiênico-sanitárias sobre produtos e operações.

Art. 29. O plano de treinamento, específico para cada estabelecimento, deverá ser elaborado seguindo as regras previstas pela Portaria N.º 368/1997 do MAPA, ou outros que venham a substituí-la.

## CAPÍTULO VIII

### DO FUNCIONAMENTO DOS ESTABELECIMENTOS

Art. 30. O abate de animais para o consumo público, ou para matéria prima, na fabricação de derivados, bem como, o beneficiamento de leite no Município, estarão sujeitos às seguintes condições:

§ 1º. O abate, a industrialização de carnes e do leite, só poderão ser realizados no Município, em estabelecimentos registrados na União, Estado ou Município, tendo assim livre trânsito.

§ 2º. Os animais e seus produtos deverão ser acompanhados de documentos sanitários e fiscais pertinentes, para identificação e procedência.

§ 3º. Os animais deverão ser, obrigatoriamente, submetidos à inspeção veterinária "ante" e "post-mortem" e abatidos mediante processo humanitário. A manipulação, durante os procedimentos de abate e industrialização, deverá observar os requisitos de uma boa higiene.

§ 4º Os veículos de transporte de carnes e vísceras comestíveis, deverão ser providos de meios para produção e/ou manutenção de frio, observando-se as demais exigências regulamentares. A critério do SIM, o transporte poderá ser realizado apenas com meio isotérmico, desde que atendidos os aspectos de higiene e que a temperatura dos produtos seja mantida até o seu local de entrega, conforme legislações vigentes.

Art. 31. Localizar-se em pontos distantes de fontes produtoras de odores desagradáveis e poeira de qualquer natureza.

Art. 32. Ser instalado, de preferência, no centro de terreno, devidamente cercado, afastado dos limites das vias públicas no mínimo dez (10) metros e dispor de área de circulação que permita a livre movimentação dos veículos de transporte, exceção para aqueles já instalados e que não disponham de afastamento em relação às vias

públicas, os quais poderão funcionar desde que as operações de recepção e expedição se apresentem interiorizadas.

Art. 33. Dispor de abastecimento de água potável e clorada para atender, suficientemente, às necessidades de trabalho do matadouro e das dependências sanitárias.

Art. 34. Dispor de água quente para usos diversos e suficiente às necessidades do matadouro.

Art. 35. Dispor de iluminação natural e artificial abundantes, bem como de ventilação adequada e suficiente em todas as dependências.

Art. 36. Possuir piso de material impermeável, resistente à abrasão e à corrosão, ligeiramente inclinado para facilitar o escoamento das águas residuais, bem como para permitir uma fácil lavagem e desinfecção.

Art. 37. Ter paredes lisas, de cor clara, de fácil higienização e impermeáveis com azulejo ou outro material aprovado pelo SIM.

Art. 38. Possuir forro de material impermeável, resistente a umidade e a vapores, construído de modo a evitar o acúmulo de sujeira, de fácil lavagem e desinfecção. Pode o mesmo ser dispensado nos casos em que o telhado proporcionar uma perfeita vedação à entrada de poeira, insetos, pássaros e assegurar uma adequada higienização, a critério do SIM.

Art. 39. Dispor de dependência de uso exclusivo para a recepção dos produtos não comestíveis e condenados. A dependência deve ser construída com paredes até o teto, não se comunicando diretamente com as dependências que manipulem produtos comestíveis.

Art. 40. Dispor de mesas de materiais resistentes e impermeáveis, de preferência de aço inoxidável, para a manipulação dos produtos comestíveis e que permitam uma adequada lavagem e desinfecção.

Art. 41. Dispor de tanques, caixas, bandejas e demais recipientes construídos de material impermeável, de superfície lisa que permitam uma fácil lavagem e desinfecção.

Art. 42. Dispor nas dependências do estabelecimento, de pias, sabão líquido inodoro, sanitizantes e esterilizadores, quando for o caso, e em boas condições de funcionamento e número suficiente para a atividade.

§1º. Os acessos às dependências devem ser providos de barreira sanitária completa, constando de lava-botas, sanitizante, pia para higienização das mãos, sabão líquido inodoro, papel toalha e lixo provido de tampa com acionamento a pedal.

§2º. Os esterilizadores citados neste artigo devem ser utilizados exclusivamente para higienização constante de facas, fuzis (chairs), serras e demais instrumentos de trabalho. Os mesmos devem possuir carga completa de água limpa, e a temperatura da água não deve ser inferior a 82,2º C (oitenta e dois graus centígrados e dois décimos).

Art. 43. Dispor de rede de esgoto em todas as dependências, com dispositivo que evite o refluxo de odores e a entrada de roedores e outros animais, ligada a tubos coletores e estes ao sistema geral de escoamento e de instalação para a retenção de gordura, resíduos e corpos flutuantes, bem como, de dispositivo para a depuração artificial das águas servidas e de conformidade com as exigências dos órgãos oficiais responsáveis pelo controle do Meio Ambiente.

Art. 44. Dispor, conforme legislação específica, de dependências sanitárias e vestiários adequadamente instalados, de dimensões proporcionais ao número de operários, com acesso indireto às dependências industriais, quando localizadas em seu corpo.

Art. 45. Dispor de suficiente "pé direito" nas diversas dependências, de modo que permita a disposição adequada dos equipamentos, principalmente da trilha aérea, a fim de que os animais dependurados após o atordoamento, permaneçam com a ponta do focinho distante do piso, de forma que não haja contaminação da carcaça.

Art. 46. Dispor de currais, pocilgas cobertas e/ou apriscos com pisos pavimentados apresentando ligeiro caimento no sentido dos ralos. Deverá ainda ser provido de bebedouros para utilização dos animais e pontos de água, com pressão suficiente, para facilitar a lavagem e desinfecção dessas instalações e dos meios de transporte.

Parágrafo único. Os currais e pocilgas deverão dispor de plataforma, quando for o caso, para realização da inspeção "ante-mortem".

Art. 47. Dispor de espaços mínimos e de equipamentos que permitam as operações de atordoamento, sangria, esfolagem, evisceração, inspeção, resfriamento, armazenagem, estocagem, acabamento das carcaças e da manipulação dos miúdos, com funcionalidade e que preservem a higiene do produto final além de não permitir que haja contato das carcaças já esfoladas, entre si ou por contaminações cruzadas, antes de terem sido devidamente inspecionadas pelo SIM.

Art. 48. Prover a seção de miúdos, quando prevista, de separação física entre as áreas de manipulação do aparelho gastrointestinal e das demais vísceras comestíveis.

Art. 49. Dispor de telas em todas as janelas e/ou dispositivos de fechamento automático em outras passagens para o interior, de modo a impedir a entrada de insetos, pássaros e roedores.

Art. 50. Dispor de almoxarifado para guarda de embalagens, recipientes, produtos de limpeza e outros materiais utilizados na indústria.

Art. 51. Dispor de dependência, quando necessário, para uso como escritório da administração do estabelecimento, inclusive para pessoal de serviço de inspeção sanitária, podendo ser separada do estabelecimento.

Art. 52. As demais informações e especificações não contidas neste capítulo, deverão seguir as normas técnicas de instalações e equipamentos equivalentes ao Decreto nº 30.691, de 29 de Março de 1952 – RIISPOA e outras que vierem a substituí-la.

Art. 53. Será permitido o sacrifício dos animais somente após a prévia insensibilização, utilizando-se o método adequado à espécie. A sangria deve ser imediata e completa respeitando-se o tempo mínimo de 3 minutos, antes do qual não poderá ser realizado nenhum procedimento.

Parágrafo único. As etapas que antecedem a sangria dos animais, incluindo o manejo pré-abate e a insensibilização, devem seguir normas específicas de Abate Humanitário.

Art. 54. Em suínos, depilar e raspar, logo após ao escaldamento em água quente, utilizando-se temperaturas e métodos adequados, acrescentando também a necessária lavagem da carcaça antes da evisceração, conforme legislação específica vigente. Quando usados outros métodos de abate, os procedimentos higiênicos deverão ser atendidos rigorosamente.

§1º. Permitir-se-á apenas o coureamento de suínos mediante aprovação e autorização do SIM.

§2º. No caso de aves a escaldagem também será realizada em tempo e métodos adequados à boa tecnologia e à obtenção de um produto em boas condições higiênico-sanitárias.

Art. 55. Eviscerar, sob as vistas de funcionário do SIM em local em que permita o pronto exame das vísceras, com identificação entre estas, a cabeça e carcaça do animal. Em casos de evisceração retardada, a destinação será realizada a critério do médico veterinário.

Art. 56. Executar os trabalhos de evisceração com todo cuidado a fim de evitar que haja contaminação das carcaças provocada por operação imperfeita, devendo os serviços de inspeção sanitária, em casos de contaminação por fezes e/ou conteúdo ruminal, aplicar as medidas higiênicas preconizadas.

Art. 57. As operações de abate devem ser efetuadas de forma a manter a correspondência entre carcaça, cabeça e vísceras. Nos casos em que o SIM julgar necessário, que em função da velocidade de abate a empresa não conseguir realizar a relação cabeça, víscera e carcaça, os mesmos devem ser identificados.

Art. 58. A inspeção "ante" e "post mortem", bem como a inspeção de produtos de origem animal e seus derivados, obedecerá no que couber, quanto a sua forma e condições, as disposições a ela relativas, previstas pela Lei Federal Nº 1.283 de 18 de dezembro de 1950 e alterações, e pelo Regulamento da Inspeção Industrial e Sanitária dos Produtos de Origem Animal aprovado pelo Decreto Federal Nº 30.691, de 29 de março de 1952 e alterações.

Parágrafo único. Devem ser observadas, ainda, demais legislações

vigentes referentes a inspeção higiênico-sanitária dos produtos de origem animal.

Art. 59. Considerar, quando da inspeção de animais, carcaças e vísceras o previsto nos Art. 53º e 54º deste decreto as limitações do estabelecimento, admitindo o aproveitamento condicional de carcaças e/ou vísceras, apenas nos casos em que houver condições para tal.

Art. 60. A critério do SIM, permitir-se-á a retirada de materiais condenados para a industrialização fora do estabelecimento (graxaria industrial), sendo que o seu transporte será efetuado em recipientes e/ou veículos fechados específicos e apropriados.

## CAPÍTULO IX

### DA HIGIENE DO ESTABELECIMENTO E PESSOAL

Art. 61. Todas as dependências dos matadouros ou das indústrias devem ser mantidos em condições de higiene, antes, durante e após a realização dos trabalhos.

Art. 62. Será exigido que os operários lavem as mãos antes de entrar no ambiente de trabalho, quando necessário durante a manipulação e a saída de sanitários.

Art. 63. Marcar o equipamento, carrinhos, tanques, caixas de modo a evitar qualquer confusão entre os destinados a produtos comestíveis e os usados no transporte ou depósito de produtos não comestíveis.

Art. 64. Lavar e desinfetar diária e convenientemente os pisos e paredes, assim como o equipamento e utensílios usados no matadouro e demais indústrias. No caso de desinfecção, os desinfetantes empregados devem ser previamente aprovados pelos órgãos competentes.

Art. 65. Os matadouros e indústrias controlados pelo SIM devem ser mantidos livres de moscas, mosquitos, baratas, ratos, camundongos e quaisquer outros insetos, além de gatos, cães e outros animais, agindo-se cautelosamente quanto ao emprego de venenos, cujo uso só é permitido nas dependências não destinadas a manipulação ou depósito de produtos comestíveis e mediante expressa autorização do SIM.

Parágrafo único. Para estabelecimentos de produtos de origem animal registrados no SIM será exigido programa de combate a pragas e roedores, podendo ser executado por empresa terceirizada.

Art. 66. Exigir do pessoal que trabalha com produtos comestíveis, desde a área de sangria até a expedição, o uso de uniforme completo de cor branca, mantidos convenientemente limpos.

Parágrafo único. Por "uniforme completo" entende-se calça, camiseta ou jaleco, protetor de cabeça (gorro ou toca, e quando necessário capacete) e botas.

Art. 67. Exigir do pessoal que manipula produtos condenados e/ou não comestíveis, que realiza a desinfecção dos equipamentos e instrumentos com produtos apropriados e aprovados, uniformes diferenciados.

Art. 68. Será proibido que o pessoal faça suas refeições nos locais de trabalho, bem como, deposite produtos, objetos e material estranho a finalidade da dependência, ou ainda guardar roupas de qualquer natureza. Também é proibido fumar, cuspir ou escarrar em qualquer dependência de trabalho do estabelecimento.

Parágrafo único. As empresas devem apresentar ao SIM, para devolução e aprovação os programas de autocontrole. Devendo as mesmas implantar na indústria conforme Instrução de Trabalho nº 07 do CONSAD (ANEXO 07).

Art. 69. Far-se-á todas as vezes que o SIM julgar necessário, a substituição, raspagem, pinturas e reparos em pisos, paredes, tetos e equipamentos.

Art. 70. Lavar e desinfetar, tantas vezes quanto necessário, os pisos, cercas dos currais, bretes de contenção, mangueiras, pocilgas, apriscos e outras instalações próprias para guardar, pouso e contenção de animais vivos ou depósitos de resíduos industriais, bem como, de quaisquer outras instalações julgadas necessárias pelo SIM.

Art. 71. Inspecionar e manter convenientemente limpas as caixas



de sedimentação de resíduos, ligadas e intercaladas a rede de esgoto.

Art. 72. Conservar ao abrigo de contaminação de qualquer natureza, os produtos comestíveis durante a sua obtenção, embarque e transporte.

Art. 73. É vedado o emprego de vasilhames de cobre, latão, zinco, barro, ferro estanhado, madeira ou qualquer outro utensílio que por sua forma e composição possa causar prejuízos a manipulação, estocagem e transporte de matérias primas e de produtos usados na alimentação humana.

Art. 74. A inspeção de saúde poderá ser exigida sempre que a autoridade sanitária do estabelecimento achar necessária, para qualquer empregado do estabelecimento, seus dirigentes ou proprietários, mesmo que exerçam esporadicamente atividades nas dependências. Sempre que ficar comprovada a existência de dermatoses ou quaisquer doenças infecto-contagiosas ou repugnantes em qualquer pessoa que exerça atividade no matadouro ou indústria será ela imediatamente afastada do trabalho, cabendo ao serviço de inspeção sanitária comunicar o fato a autoridade da saúde pública. É obrigatório o uso de carteirinha de saúde com a expressão "apto a manipular alimentos".

Art. 75. A água de abastecimento deve atender aos padrões de potabilidade de acordo com legislação vigente.

Art. 76. Inspecionar, previamente, os continentes quando destinados ao acondicionamento de produtos utilizados na alimentação humana, rejeitados os que forem julgados sem condições de uso. De modo algum é permitido o acondicionamento de matérias-primas ou produtos destinados a alimentação humana em carrinhos, recipientes ou demais continentes que tenham servido a produtos não comestíveis. Os recipientes utilizados para acondicionamento de produtos condenados ou não comestíveis devem ser de cor vermelha ou identificados de forma a evitar o uso com produtos comestíveis.

Art. 77. Não é permitida a guarda de material estranho nos depósitos de produtos, nas salas de matança e seus anexos e na expedição.

Art. 78. Não é permitida a utilização de qualquer dependência do matadouro como residência.

Art. 79. Higienizar, diariamente, ou sempre que necessário os instrumentos de trabalho.

Art. 80. Vetar a entrada de pessoas estranhas às atividades, salvo quando devidamente uniformizadas e autorizadas pela chefia do estabelecimento, ou pelo encarregado do SIM.

## CAPÍTULO X DA EMBALAGEM E ROTULAGEM

Art. 81. Entende-se por "embalagem" o invólucro ou recipiente destinado a proteger, acomodar e preservar materiais destinados à exposição, embarque, transporte e armazenagem.

Art. 82. Os produtos de origem animal destinados à alimentação humana só podem ser acondicionados ou embalados em recipientes ou continentes aprovados pelo órgão de fiscalização competente.

Art. 83. Recipientes anteriormente usados só podem ser aproveitados para o envasamento de produtos e matérias-primas utilizadas na alimentação humana, quando absolutamente íntegros, perfeitos e higienizados.

Parágrafo único – Em hipótese alguma podem ser utilizados, se anteriormente tenham sido empregados no acondicionamento de produtos e matérias-primas de uso não comestível.

Art. 84. Todos os produtos de origem animal entregues ao comércio devem estar identificados por meio de rótulos registrados, de acordo com este Regulamento, com o Regulamento Técnico de Identidade e Qualidade - RTIQ - de cada produto e em conformidade com as normas da ANVISA, INMETRO e MAPA.

Art. 85. As solicitações para aprovação prévia do registro, alteração e cancelamento de produtos serão encaminhadas ao SIM, devendo ser conforme Instrução de Trabalho nº 03 do CONSAD (ANEXO 03).

Art. 86. A numeração do registro dos produtos será fornecida pelo estabelecimento solicitante, com numeração crescente e sequencial de três dígitos, seguido do número de registro do estabelecimento junto ao SIM.

Art. 87. Os produtos cujos padrões ainda não estejam referenciados em RTIQ ou outra legislação vigente, somente serão registrados após a realização de estudos científicos, consultas e publicações de normas técnicas. Porém, o estabelecimento poderá comprovar os padrões do produto através de laudos de análises laboratoriais e embasamento científico, descrevendo os padrões em que o produto se enquadra no memorial descritivo do produto, mediante aprovação do SIM.

Art. 88. As carcaças, as partes de carcaças e cortes armazenados ou em trânsito, ou entregues ao comércio, devem estar identificados, por meio de carimbos, etiquetas ou rótulos e embalados conforme modelos fornecidos pelo SIM.

Art. 89. Modelos dos carimbos para uso no Serviço de Inspeção Municipal – SIM:

§ 1º - Para fins de padronização, ficam definidos os seguintes modelos de carimbos do Serviço de Inspeção Municipal:

Modelo 1:

- Dimensões: 2,5cm (dois centímetros e meio) de diâmetro.
- Forma: circular
- Dizeres: Horizontalmente ao centro a palavra "INSPECIONADO" com letras maiúsculas e imediatamente abaixo o número de registro da empresa no SIM. Acompanhando a curva superior o "NOME DO MUNICÍPIO" e acompanhando a curva inferior à sigla "SIM", todos em letras maiúsculas, letra de forma "Times New Roman", com especificação mínima de tamanho da fonte nº 12, em negrito.
- Uso: embalagens e rótulos de produtos comestíveis de até 1,0 Kg (um quilograma).

Modelo 2:

- Dimensões: 3,5cm (três centímetros e meio) de diâmetro.
- Forma: circular
- Dizeres: Horizontalmente ao centro a palavra "INSPECIONADO" com letras maiúsculas e imediatamente abaixo o número de registro da empresa no SIM. Acompanhando a curva superior o "NOME DO MUNICÍPIO" e acompanhando a curva inferior à sigla "SIM", todos em letras maiúsculas, letra de forma "Times New Roman", com especificação mínima de tamanho da fonte nº 14, em negrito.
- Uso: embalagens e rótulos de produtos comestíveis com mais de 1,0 Kg (um quilograma).

Modelo 3:

- Dimensões: 7,5 (sete centímetros e meio) de largura, por 5,5 cm (cinco centímetros e meio) de altura.
- Forma: elíptica.
- Dizeres: Horizontalmente ao centro a palavra "INSPECIONADO" com letras maiúsculas e imediatamente abaixo o número de registro da empresa. Acompanhando a curva superior os dizeres "NOME DO MUNICÍPIO" e acompanhando a curva inferior a sigla "SIM" todos em letras maiúsculas, letra de forma "Times New Roman", com especificação mínima de tamanho da fonte nº 20, em negrito.
- Uso: carcaças de bovinos, suínos e ovinos em condições de consumo em natureza, aplicado externamente sobre as massas musculares de cada quarto
- A tinta utilizada na carimbagem deve ser à base de violeta de metila.

Modelo 4:

"ABREVIACÃO DO NOME DO MUNICÍPIO/SIM Reg. 000 – 000"

- Dimensões: em linha horizontal com no Máximo 20 caracteres.
- Forma: digitado em posição horizontal.

· Dizeres: impresso na ultima linha da etiqueta, que consta a denominação do produto, em letras maiúsculas a "ABREVIÇÃO DO NOME DO MUNICÍPIO" e separado por barra a palavra "SIM", um espaço em branco, seguido do registro abreviado "Reg", mais o numero do estabelecimento com três dígitos separados por um traço o numero ou código do produto de três dígitos; representado no seguinte formato: ABREVIÇÃO DO NOME DO MUNICÍPIO/SIM Reg. 000 – 000. Todos em letras maiúsculas, letra de forma "Times New Roman", com especificação mínima de tamanho da fonte nº 10, em negrito.

· Uso: em produtos de origem animal e derivados fracionados e temperados por mercados e supermercados com emissão de etiqueta em balança eletrônica juntamente com o nome do corte ou produto fracionado e temperado

§ 2º - As carcaças de aves e outros pequenos animais de consumo serão isentas de carimbo direto no produto, desde que acondicionadas por peças, em embalagens individuais e invioláveis, devendo constar o carimbo juntamente com os demais dizeres exigidos no rótulo.

Art. 90. Fica criado no âmbito do Município, o carimbo de Inspeção Municipal, para uso exclusivo no Serviço de Inspeção Municipal – SIM.

Art. 91. O carimbo de Inspeção Municipal é a identificação oficial usada unicamente em estabelecimento sujeito a fiscalização do Serviço de Inspeção Municipal–SIM, constituindo o sinal de garantia de que o produto foi inspecionado pela autoridade competente do Município.

Art. 92. O carimbo de Inspeção Municipal obedecerá exatamente à descrição e os modelos mencionado neste Decreto, devendo respeitar as dimensões, forma, dizeres, tipo e cor única, a ser usado nos estabelecimentos fiscalizados pelo Serviço de Inspeção Municipal–SIM.

Art. 93. Para confecção dos carimbos do serviço de inspeção municipal, a secretaria municipal da agricultura pecuária e meio ambiente, adotará modelo de autorização, numerado e controlado pelo próprio serviço de inspeção municipal. O carimbo utilizado durante o abate deve ficar sob a guarda do Serviço de Inspeção.

Art. 94. Os carimbos destinados à carcaças de animais, obrigatoriamente deverão ser confeccionados em material de nylon ou cobre.

## CAPÍTULO XI DAS ANÁLISES LABORATORIAIS

Art. 95. A periodicidade e o tipo das análises laboratoriais dos produtos, água e outros, a serem efetuados pelo estabelecimento registrado, serão definidos pelo controle de qualidade, observando a legislação pertinente.

Parágrafo Único: A coleta de análises oficial é obrigatória, definida e realizada pelo responsável do SIM, onde devem seguir os padrões de coleta descritos na Instrução de Trabalho nº 05 do CONSAD (ANEXO 05).

## CAPÍTULO XII DAS INFRAÇÕES

Art. 96. As infrações ao presente Regulamento, em conformidade com a Lei Federal Nº 7.889 de 23 de Novembro de 1989 e, quando for o caso, mediante responsabilidade civil e criminal.

Parágrafo único: O Serviço de Inspeção deve seguir as infrações previstas na Instrução de Trabalho nº 08 do CONSAD (ANEXO 08).

## CAPÍTULO XIII DA ORGANIZAÇÃO E ESTRUTURA DO SIM

Art. 97. O SIM deverá dispor de pessoal técnico de nível superior (Médico Veterinário) e médio em número adequado, devidamente capacitados para realização de inspeção sanitária "ante e post-mortem" e tecnológica, obedecendo à legislação vigente.

Parágrafo único. A inspeção "ante e post-mortem" é privativa do Médico Veterinário.

Art. 98. Deve dispor de meios para registro em compilação dos dados estatísticos referentes ao abate, industrialização de carnes, produção de leite e derivados, condenações e outros dados que porventura se tornem necessários.

Parágrafo único: Deve dispor de estrutura para arquivar documentos, sendo que a metodologia esta descrita na Instrução Trabalho nº 01 do CONSAD (ANEXO 01).

Art. 99. O SIM deverá ter veículo a sua disposição ou outro meio que viabilize a locomoção do seu pessoal até os locais de fiscalização, além de espaço físico e equipamentos necessários a execução das atribuições.

## CAPÍTULO XIV DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 100. As matérias-primas, de origem animal que derem entrada em indústria e/ou no comércio do próprio Município deverão proceder de estabelecimento sob inspeção industrial e sanitária, de órgão federal, ou equivalente, estadual ou do próprio município devidamente identificado por rótulos, carimbos, documentos sanitários e fiscais pertinentes.

Parágrafo único. Tratando-se de carnes in natura, deverão ser submetidos ao tratamento por frio no próprio estabelecimento de origem.

Art. 101. Os produtos industrializados serão devidamente rotulados conforme as determinações do SIM.

Art. 102. Todos os ingredientes, aditivos e outros produtos que venham a compor qualquer tipo de massa, deverão ter aprovação nos órgãos competentes do Ministério da Saúde.

Art. 103. As formulações utilizadas nos Produtos de Origem Animal deverão ser previamente aprovadas pelo SIM seguindo os Regulamentos Técnicos de Identidade e Qualidade dos Produtos, ou conforme aprovação prévia do Serviço de Inspeção.

Art. 104. Sempre que possível, a Secretaria Municipal de Agricultura deve facilitar a seus técnicos a realização de estágios e cursos, participação em Seminários, Fóruns e Congressos relacionados com os objetivos deste Regulamento.

Art. 105. O SIM organizará, em conjunto com outros órgãos públicos, os serviços de fiscalização a nível de consumo. Esta inspeção exigirá a comprovação e a documentação da origem, bem como, as condições de higiene das instalações, operações e equipamentos do estabelecimento.

§1º Para combate a fraudes de produtos de origem animal, os estabelecimentos devem seguir o disposto na Instrução de Trabalho nº 06 do CONSAD (ANEXO 06).

§2º Para controle da rastreabilidade, os estabelecimentos devem seguir o disposto na Instrução de Trabalho nº 04 do CONSAD (ANEXO 04).

Art. 106. Em casos de fraudes, adulterações e falsificações ou outras situações que julgar necessário, o SIM poderá solicitar um regime especial de fiscalização (REF).

Art. 107. Sempre que necessário, o presente regulamento poderá ser revisto, modificado ou atualizado. Art. 108. Os casos omissos ou dúvidas que surgirem na implantação e execução do presente regulamento serão resolvidos pelos responsáveis do SIM, ouvido o Secretário Municipal de Agricultura e Meio Ambiente.

Art. 109. As despesas decorrentes deste Decreto serão atendidas através de dotações orçamentárias próprias.

Art. 110. Em casos que gerem dúvida ou não estejam estabelecidos neste decreto, seguem-se as leis superiores do Ministério da Agricultura e suas atualizações.

Art. 111. Revogam-se as disposições em contrário, entrando em vigor o presente Decreto Administrativo, na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GUARUJÁ DO SUL - SC,  
em  
12 de Janeiro de 2016  
64º ano da Fundação e 54º ano da Instalação.

José Carlos Foiatto  
Prefeito Municipal

· Certificamos que o presente Decreto Administrativo foi publicado  
e registrado nesta Secretaria em data Supra.

Cláudio Inácio Weschenfelder  
Secretário da Administração e Fazenda

---

## CÂMARA MUNICIPAL

---

### **AVISO DE LICITAÇÃO - CÂMARA 01**

AVISO DE LICITAÇÃO – CÂMARA 01

ESTADO DE SANTA CATARINA

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE GUARUJÁ DO SUL

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório nº 001/2016 – Pregão Presencial nº 001/2016.

Objeto: O presente Edital tem por objetivo selecionar propostas para a Contratação de serviço de radiodifusão (AM/FM), com abrangência em todo território do município, para a divulgação dos atos e atividades da Câmara Municipal de Vereadores de Guarujá do Sul.

Propostas e Habilitação: 28/01/2015 (08h45minh Documentação – 09h00minh Abertura).

Edital e seus anexos estarão a disposição dos interessados, no horário das 07h às 13h de segunda a sexta feira na Câmara Municipal de vereadores ou informações pelo fone 49 36420291 e no site [www.camaraguarujadosul.sc.gov.br](http://www.camaraguarujadosul.sc.gov.br).

Guarujá do Sul, SC, 15 de Janeiro de 2015.

Alcione Roberto Straub  
Presidente



# Herval d'Oeste

## PREFEITURA

**PORTARIA Nº 071/2016**

PORTARIA Nº 071/2016

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

CONCEDER 12 (doze) dias de Licença Prêmio, ao servidor ALCIDES JARENTCHUK (Matr. 591), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Técnico de Edificações e Manutenção, Nível – 5, Referência "E", Anexo V da LC Nº. 280/2011, 40 horas semanais, nos termos do artigo 103, da Lei Complementar Nº. 281/2011, referente ao período aquisitivo de 19 de agosto de 2011 a 18 de agosto de 2012, para serem gozadas a contar de 14 de janeiro de 2016 a 25 de janeiro de 2016.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 14 de Janeiro de 2016.

Nelson Guindani  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 072/2016**

PORTARIA Nº 072/2016

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

CONVOCAR PARA RETORNO IMEDIATO AO TRABALHO, para fins de superior interesse público, interrompendo o gozo de férias a partir do dia 14 de janeiro de 2015, da servidora LEILA BOTTEGA DE COL (Matr. 1776), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Auxiliar de Serviços de Saúde, Nível – 8, Referência "E", 40 horas semanais, anexo V da LC Nº 280/2011, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, conforme o disposto nos art. 94 e 97 da Lei Complementar Nº 281/2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 14 de Janeiro de 2015.

Nelson Guindani  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 073/2016**

PORTARIA Nº 073/2016

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

CONVOCAR PARA RETORNO IMEDIATO AO TRABALHO, para fins de superior interesse público, interrompendo o gozo de férias a partir do dia 14 de janeiro de 2015, do servidor LUIZ HENRIQUE G. D. VALGRANDE (Matr. 3087), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Analista de Execução de Obras Públicas, Nível – 11, Referência "B", 20 horas semanais, anexo V da LC Nº 280/2011, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, conforme o disposto nos art. 94 e 97 da Lei Complementar Nº 281/2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 14 de Janeiro de 2015.

Nelson Guindani  
Prefeito Municipal

# Ilhota

## PREFEITURA

### DECRETO 100 2016

DECRETO Nº 100, DE 11 DE JANEIRO DE 2016.

ESTABELECE O CALENDÁRIO DE PONTOS FACULTATIVOS PARA OS ÓRGÃOS E ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA DO MUNICÍPIO DE ILHOTA PARA O ANO DE 2016.

DANIEL CHRISTIAN BOSI, Prefeito Municipal de Ilhota, no uso das atribuições que lhe confere o inciso IV do art. 72, da Lei Orgânica do Município, DECRETA:

Art. 1º Fica estabelecido o calendário de pontos facultativos para os órgãos e entidades da administração direta e indireta do Município para o ano de 2016, conforme segue:

I - dias 08 de fevereiro, segunda-feira de Carnaval;

II - dia 22 de abril, sexta-feira imediatamente posterior ao feriado do Dia de Tiradentes;

III - dia 27 de maio, sexta-feira imediatamente seguinte ao feriado de "Corpus Christi";

IV - dia 20 de junho, segunda-feira que imediatamente antecede o aniversário do Município de Ilhota em 21/06;

V - dia 28 de outubro, dia do servidor público;

VI – dia 14 de novembro, segunda-feira que imediatamente antecede ao feriado da Proclamação da República;

§1º As horas relativas aos dias de ponto facultativo previstos no presente Decreto, serão compensadas pelos servidores na proporção de 30 (trinta) minutos diários, entre 12:30h e 13:30h no período de março a agosto de 2015, observada a jornada de trabalho fixada para cada cargo ou função.

Art.2º Nas datas a que se refere este Decreto os serviços considerados essenciais do Município funcionarão em regime de plantão, de acordo com escala a ser estabelecida pelas respectivas chefias, não sendo consideradas como extraordinárias as horas trabalhadas.

Art.3º Registre-se. Publique-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ILHOTA, em 11 de janeiro de 2016.

DANIEL CHRISTIAN BOSI  
PREFEITO MUNICIPAL

### DECRETO 99 2016

DECRETO Nº 99, DE 11 DE JANEIRO DE 2016.

Prorroga por igual período o prazo do Concurso Público nº 01/2014, com resultado homologado em 24/09/2014 através do Decreto nº 24

DANIEL CHRISTIAN BOSI, Prefeito Municipal de Ilhota, no uso das atribuições que lhe confere o art.72, inciso IV da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. Fica prorrogado por 2 (dois) anos o prazo do Concurso Público nº 01/2014, cujo resultado homologado através do Decreto nº 24, de 24/09/2014.

Art. 2º Registre-se e publique-se.

Prefeitura Municipal Ilhota (SC), 11 de janeiro de 2016.

Daniel Christian Bosi  
Prefeito Municipal de Ilhota

### EXTRATO 6º TERMO ADITIVO 2015 PMI - COLETA DE LIXO (RECICLE)

Extrato do Sexto Termo Aditivo de Contrato nº 016/2014 – PMI

Estado de Santa Catarina

Município de Ilhota

Setor de Compras e Licitações

Extrato de Contrato nº 016/2014 – PMI

Processo: Pregão 03/2014.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE COLETA E TRANSPORTE DE RESÍDUOS SÓLIDOS E COMPACTÁVEIS DOMICILIARES, COMERCIAL-INDUSTRIAIS (COM CARACTERÍSTICAS DOMICILIARES), DAS REPARTIÇÕES PÚBLICAS E DA LIMPEZA DE ÁREAS PÚBLICAS.

Fornecedor: RECICLE CATARINENSE DE COLETA DE LIXO E ENTULHOS LTDA

PRAZO: 02/01/2016 à 31/01/2016

VALOR: R\$ 60.576,00 (sessenta mil quinhentos e setenta e seis reais)

Assinatura: 18/12/2015

Daniel Christian Bosi  
Prefeito Municipal

# Imbituba

## PREFEITURA

### DECRETO PMI Nº 001, DE 13 DE JANEIRO DE 2016.

DECRETO PMI Nº 001, DE 13 DE JANEIRO DE 2016.

Dispõe sobre a fixação de prazo para recolhimento de tributo de competência municipal e dá outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor,

#### DECRETA:

Art. 1º Fica fixado para o dia 10 de fevereiro de 2016, o prazo para o recolhimento da Taxa de Coleta de Resíduos Sólidos, para o exercício de 2016, relativo ao pagamento em Cota Única.

Parágrafo único. Para esta opção, o contribuinte deverá retirar a guia de recolhimento municipal nos seguintes locais:

1. Em qualquer lugar acessando o sítio da Prefeitura Municipal: [www.imbituba.sc.gov.br](http://www.imbituba.sc.gov.br) no link "Guia de IPTU / Coleta de Lixo", bastando informar CPF e/ou CNPJ do contribuinte.
2. Nas Superintendências Regionais:
  - 2.1. Norte, localizada na Rua Marginal da BR 101, s/nº - Alto Arroio;
  - 2.2. Oeste, localizada na Rua João Paulo, s/nº - Nova Brasília;
  - 2.3. Sul, localizada na Rua João Leopoldino Souza, s/nº - Roça Grande.
3. Na Coordenadoria do Serviço Público Funerário de Imbituba, localizada na Rua Santana, nº 937 – Vila Nova.
4. Diretamente no Departamento de Tributação da Prefeitura, em qualquer um de seus setores ou unidades, localizados no Paço Municipal Prefeito Nelson Souza, sito à Rua Ernani Cotrin, 601, Centro;
5. Ou ainda, poderá requerê-lo em tempo hábil pelos endereços eletrônicos [cadastro@imbituba.sc.gov.br](mailto:cadastro@imbituba.sc.gov.br), [fiscalizacao@imbituba.sc.gov.br](mailto:fiscalizacao@imbituba.sc.gov.br), [itbi@imbituba.sc.gov.br](mailto:itbi@imbituba.sc.gov.br), ou ainda, [tributos@imbituba.sc.gov.br](mailto:tributos@imbituba.sc.gov.br).

Art. 2º Nos casos de opção pelo pagamento de forma parcelada, ficam fixadas as datas das parcelas conforme segue:

- I – Primeira parcela: 11 de abril de 2016;
- II – Segunda parcela: 10 de maio de 2016;
- III – Terceira parcela: 10 de junho de 2016;
- IV – Quarta parcela: 11 de julho de 2016;
- V – Quinta e última parcela: 10 de agosto de 2016.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 13 de janeiro de 2016.

Jaison Cardoso de Souza  
Prefeito

Registre-se e Publique-se  
Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Cadir Garbeloto Cargnin  
Chefe de Gabinete

### DECRETO PMI Nº 002, DE 13 DE JANEIRO DE 2016.

DECRETO PMI Nº 002, DE 13 DE JANEIRO DE 2016.

Dispõe sobre a fixação de prazo para recolhimento de tributo de competência municipal e dá outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor,

#### DECRETA:

Art. 1º Fica fixado para o dia 10 de fevereiro de 2016, o prazo limite para o recolhimento do Imposto Predial e Territorial Urbano para o exercício de 2016, relativo ao pagamento em Cota Única com desconto de 20% (vinte por cento);  
Parágrafo único. Para obter o desconto nesta opção, o contribuinte deverá retirar a guia de recolhimento municipal nos seguintes locais:

- 1- Em qualquer lugar acessando o sítio da Prefeitura Municipal: [www.imbituba.sc.gov.br](http://www.imbituba.sc.gov.br) no link "Guia de IPTU / Coleta de Lixo", bastando informar CPF e/ou CNPJ do contribuinte.
- 2- Nas Superintendências Regionais:
  - 2.1. Norte, localizada na Rua Marginal da BR 101, s/nº - Alto Arroio;
  - 2.2. Oeste, localizada na Rua João Paulo, s/nº - Nova Brasília;
  - 2.3. Sul, localizada na Rua João Leopoldino Souza, s/nº - Roça Grande.
- 3- Na Coordenadoria do Serviço Público Funerário de Imbituba, localizada na Rua Santana, nº 937 – Vila Nova.
- 4- Diretamente no Departamento de Tributação da Prefeitura, em qualquer um de seus setores ou unidades, localizados no Paço Municipal Prefeito Nelson Souza, sito à Rua Ernani Cotrin, 601, Centro;
- 5- Ou ainda, poderá requerê-lo em tempo hábil pelos endereços eletrônicos [cadastro@imbituba.sc.gov.br](mailto:cadastro@imbituba.sc.gov.br), [fiscalizacao@imbituba.sc.gov.br](mailto:fiscalizacao@imbituba.sc.gov.br), [itbi@imbituba.sc.gov.br](mailto:itbi@imbituba.sc.gov.br), ou ainda, [tributos@imbituba.sc.gov.br](mailto:tributos@imbituba.sc.gov.br).

Art. 2º Ao contribuinte que não efetuou o pagamento nos termos do artigo 1º deste Decreto fica fixado para o dia 11 de abril de 2016, o prazo limite para o recolhimento do Imposto Predial e Territorial Urbano para o exercício de 2016, relativo ao pagamento em Cota Única com desconto de 10% (dez por cento);  
Parágrafo único. Para esta opção, caso não receba o carnê físico que será encaminhado ao respectivo endereço de correspondência constante no banco de dados do Sistema Tributário do Município, o contribuinte poderá retirar a guia de recolhimento municipal pelos canais mencionados no art. 1º desde Decreto.

Art. 3º Nos casos de opção pelo pagamento de forma parcelada, ficam fixadas as datas das parcelas conforme segue:

- I – Primeira parcela: 11 de abril de 2016;
- II – Segunda parcela: 10 de maio de 2016;
- III – Terceira parcela: 10 de junho de 2016;
- IV – Quarta parcela: 11 de julho de 2016;
- V – Quinta e última parcela: 10 de agosto de 2016.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 13 de janeiro de 2016.  
Jaison Cardoso de Souza  
Prefeito

Registre-se e Publique-se  
Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Cadir Garbeloto Cargnin  
Chefe de Gabinete

### **DECRETO PMI Nº 003, DE 13 DE JANEIRO DE 2016**

DECRETO PMI Nº 003, DE 13 DE JANEIRO DE 2016

Dispõe sobre a fixação de prazo para recolhimento de tributo de competência municipal e dá outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor,

DECRETA:

Art. 1º Fica fixado para o dia 10 de fevereiro de 2016, o prazo limite para o recolhimento do Imposto Sobre Serviços Fixo - ISSF - para o exercício de 2016, relativo ao pagamento em Cota Única;  
Parágrafo único. Nos casos de opção pelo pagamento de forma parcelada, ficam fixadas as datas das parcelas conforme segue:  
I – Primeira parcela: 10 de fevereiro de 2016;  
II – Segunda parcela: 10 de março de 2016;  
III – Terceira parcela: 11 de abril de 2016.

Art. 2º O contribuinte deverá retirar a guia de recolhimento municipal nos seguintes locais:

1. Em qualquer lugar acessando o sítio da Prefeitura Municipal: [www.imbituba.sc.gov.br](http://www.imbituba.sc.gov.br) no link "Guia de ISS", bastando informar CPF e/ou CNPJ do contribuinte.
2. Diretamente no Setor de Fiscalização Tributária localizado no Paço Municipal Prefeito Nelson Souza, sito à Rua Ernani Cotrin, 601, Centro, no horário de atendimento ao público das 07h00m às 13h15m.
3. Ou ainda, poderá requerê-lo em tempo hábil pelo endereço eletrônico [fiscalizacao@imbituba.sc.gov.br](mailto:fiscalizacao@imbituba.sc.gov.br) ou [tributos@imbituba.sc.gov.br](mailto:tributos@imbituba.sc.gov.br).

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 13 de janeiro de 2016.  
Jaison Cardoso de Souza  
Prefeito

Registre-se e Publique-se  
Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Cadir Garbeloto Cargnin  
Chefe de Gabinete

### **DECRETO PMI Nº 004, DE 13 DE JANEIRO DE 2016**

DECRETO PMI Nº 004, DE 13 DE JANEIRO DE 2016

Dispõe sobre a fixação de prazo para recolhimento de tributo de competência municipal e dá outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor,

DECRETA:

Art. 1º Fica fixado para o dia 10 de fevereiro de 2016, o prazo limite para o recolhimento da Taxa de Fiscalização/Localização de Funcionamento de Estabelecimento – TFFE/TFLE - para o exercício de 2016, relativo ao pagamento em Cota Única;  
Parágrafo único. Nos casos de opção pelo pagamento de forma

parcelada, ficam fixadas as datas das parcelas conforme segue:

- I – Primeira parcela: 10 de fevereiro de 2016;
- II – Segunda parcela: 10 de março de 2016.

Art. 2º O contribuinte deverá retirar a guia de recolhimento municipal nos seguintes locais:

1. Em qualquer lugar acessando o sítio da Prefeitura Municipal: [www.imbituba.sc.gov.br](http://www.imbituba.sc.gov.br) no link "Guias Diversas", bastando informar CPF e/ou CNPJ do contribuinte.
2. Diretamente no Setor de Fiscalização Tributária localizado no Paço Municipal Prefeito Nelson Souza, sito à Rua Ernani Cotrin, 601, Centro, no horário de atendimento ao público das 07h00m às 13h15m.
3. Ou ainda, poderá requerê-lo em tempo hábil pelo endereço eletrônico [fiscalizacao@imbituba.sc.gov.br](mailto:fiscalizacao@imbituba.sc.gov.br) ou [tributos@imbituba.sc.gov.br](mailto:tributos@imbituba.sc.gov.br).

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 13 de janeiro de 2016.  
Jaison Cardoso de Souza  
Prefeito

Registre-se e Publique-se  
Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Cadir Garbeloto Cargnin  
Chefe de Gabinete

### **EDITAL SEAGP Nº 005/2016**

EDITAL SEAGP Nº 005/2016

CONVOCA CANDIDATOS APROVADOS NO CONCURSO PUBLICO Nº 01/2011.

O Secretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais e por determinação do Chefe do Poder Executivo, considerando a realização do Concurso Público nº 001/2011, divulgado através do Edital nº 001/2011, de 28 de outubro de 2011, bem como, o resultado do mesmo divulgado através do EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2011, de 08 de Fevereiro de 2012, que homologou os resultados do referido Concurso.

RESOLVE:

Convocar, para aceite das vagas e contratações, os candidatos ao final relacionados (Anexo I deste Edital), aprovados no Concurso Público nº 001/2011, para comparecer a Gerencia de Gestão de Pessoas da Secretaria Municipal de Administração e Gestão Pública – GGP/SEAGP, situado na Rua Ernani Cotrin, nº 601, Centro, Imbituba, SC, no período de 15 de Janeiro a 14 de Fevereiro de 2016, no horário das 08:00h às 13:00h, para assinatura do Edital de Convocação Individual e encaminhamento para a avaliação médica pré-admissional.

O não comparecimento do(s) candidato(s) ora convocado(s) no período, horário e local indicados no presente instrumento convocatório acarretará sua automática e definitiva eliminação do processo, com a conseqüente perda da vaga em questão, independentemente dos argumentos que apresentar, perdendo, por conseguinte, todos os direitos oriundos de sua aprovação no referido Concurso Público.

Fica definido o prazo de até 30 (trinta) dias a partir da assinatura do Edital de Convocação Individual, para apresentação dos documentos necessários ao processo pré admissional.

Ficam os candidatos, inclusive os portadores de deficiência, convocados para a avaliação médica pré-admissional a ser realizada pela Comissão Municipal de Médicos Peritos, para emissão de Atestado

de Saúde Ocupacional, no prazo de até 30 (trinta) dias após a assinatura do Edital de Convocação Individual.

O exame médico é eliminatório, sendo excluído do certame o candidato que não apresentar aptidão física e/ou mental para o exercício do emprego público.

O candidato, convocado por este Edital, caso não apresente ao GGP/SEAGP a documentação exigida no prazo estabelecido perderá automaticamente a vaga, convocando-se o candidato com classificação imediatamente posterior.

Imbituba, 14 de janeiro de 2016.

Andreza Barcelos Carvalho  
Gerente de Gestão de Pessoas

EDITAL SEAGP Nº 006/2016  
Anexo I  
CANDIDATOS CONVOCADOS

Motorista  
Alexandre Queiroz da Silva

### EXTRATO: PMI SEAPI 2015/176 A00

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: PMI SEAPI 2015/176 A00

Contratada: PAVSUL ASFALTOS E PAVIMENTAÇÕES LTDA

CNPJ 18.375.607/0001-11

Objeto AQUISIÇÃO DE ASFALTO QUENTE COM APLICAÇÃO A FRIO PARA SEINFRA, SDR OESTE, SDR-SUL, SDR-NORTE.

Valor R\$37.800,00

Fundamento: Processo nº11/2014 Pregão 06/2015

Imbituba, 23 de dezembro de 2015.

Rui Geraldo Rodrigues  
Secretário municipal de  
agricultura, pesca e infraestrutura-  
SEAPI- Contratante

Pavsul Aasfaltos e Pavimentação Ltda  
Representante legal  
Contratada

### PORTARIA PMI/GGP Nº 16/2016

PORTARIA PMI/GGP Nº 16, de 14 de janeiro de 2016.

Dispõe sobre a admissão de Nutricionista, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 1.144, de 29 de abril de 1991, e o artigo 37, II, da CR/88,

#### RESOLVE:

Art.1º Admitir, a abaixo relacionada, aprovada no Concurso Público Edital - 01/2014, com carga horária de 40 horas semanais, para exercer o cargo/função, conforme descrito na tabela seguinte, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Nome	Cargo	CPF	Admissão
Constância Palma	Nutricionista	087.733.179-00	14/01/2016

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de 14 de janeiro de 2016.

Imbituba, 14 de janeiro de 2016.

Nicolau Corsino Bento  
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Andreza Barcelos Carvalho  
Gerente de Gestão de Pessoas

### PORTARIA PMI/GGP Nº 17/2016

PORTARIA PMI/GGP Nº 17, de 15 de janeiro de 2016.

Dispõe sobre a admissão de Agente Comunitário de Saúde – Área 15, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei Complementar n.º 3.330, de 30 de abril de 2008, e o artigo 37, II, da CR/88,

#### RESOLVE:

Art.1º Admitir, a abaixo relacionada, aprovada no Concurso Público Edital - 01/2014, com carga horária de 40 horas semanais, para exercer o cargo/função, conforme descrito na tabela seguinte, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Nome	Cargo	CPF	Admissão
Suzana Costa de Castro Carpes	Agente Comunitário de Saúde – Área 15	060.773.939-83	15/01/2016

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 15 de janeiro de 2016.

Nicolau Corsino Bento  
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública



Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Andreza Barcelos Carvalho  
Gerente de Gestão de Pessoas

### **PORTARIA PMI/SEAGP Nº 002, DE 14 DE JANEIRO DE 2015.**

PORTARIA PMI/SEAGP Nº 002, DE 14 DE JANEIRO DE 2015.

Dispõe sobre autorização temporária de uso de área pública e da outras providências.

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA (INTERINO), no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 22 e o art. 26 § 5º, da Lei Orgânica do Município e,  
Considerando a competência estabelecida pelo Art. 2º, II, do Decreto PMI nº 222 de 1º de Outubro de 2014;  
Considerando as informações no Processo nº 621/2016,

#### **RESOLVE:**

Art. 1º Fica autorizada a utilização temporária de bem público municipal, referente à área pública situada em frente ao prédio da Prefeitura Municipal localizada na Rua Ernani Cotrim, Centro, à entidade Lanche da Amizade de Imbituba, CNPJ nº 78624947/0001-60 representada pela Sra. Rosana Rodrigues Abreu, inscrito no CPF nº 642.159.119-15, residente a Av. Santa Catarina nº 452, Centro, Imbituba/SC, para explorar a referida área no período de 15,16 a 17 de Janeiro de 2016, com a finalidade de angariar fundos para a entidade supra citada.

§ 1º Fica vedada a cessão a terceiros, a qualquer título, da área pública ora autorizada.

§ 2º É vedada a destinação da área pública para finalidade diversa da estabelecida nesta Portaria.

§ 3º Não poderá a autorizatária usar o bem de que trata Portaria para propaganda, notadamente de cunho político ou religioso.

§ 4º A autorizatária deverá obter todas as licenças necessárias ao pleno desenvolvimento da atividade econômica, conforme exigir a legislação em vigor.

Art. 2º A presente autorização é outorgada para o período de 15,16 a 17 de Janeiro de 2016, a título precário e de caráter gratuito e intransferível.

Parágrafo único: A responsabilidade por danos a terceiros e ao patrimônio público é exclusiva da Autorizatária.

Art. 3º O Autorizador poderá revogar a autorização objeto desta Portaria, independentemente de qualquer ato ou notificação judicial ou extrajudicial, por desvio de finalidade ou descumprimento das condições ora estabelecidas ou, ainda, quando o interesse público o exigir.

§1º No caso de revogação da autorização, a Autorizatária devesse restituir o bem público imediatamente após a edição do respectivo ato revogatório, obrigando-se, enquanto o mesmo estiver sob sua guarda, a zelar pelo seu bom estado de conservação.

§2º A revogação desta autorização não importa em direito da Autorizatária a indenização de qualquer natureza, inclusive por benfeitorias introduzidas no bem.

Art. 4º A autorização de que trata esta portaria fica vinculada a assinatura do Termo de Autorização de Uso de Bem Público pelo autorizatário e autoridades competentes.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 14 de Janeiro de 2016.

NICOLAU CORSSINO BENTO

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Registra-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

ELIETE MATIAS MEDEIROS

Diretoria do Departamento de Documentação e Patrimônio



# Indaial

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 1717/16

. DECRETO Nº 1717/16

. De 13 de janeiro de 2016

Dispõe sobre os vencimentos de Taxas De Licença e Imposto Sobre Serviço – ISS para o Exercício de 2016, conforme o que dispõe a Lei Complementar 79 de 18/12/2007 - Código Tributário Municipal, e dá outras providências.

MÁRIO WITHOEFT, Vice-Prefeito, no exercício do cargo de Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 92, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município e Lei Complementar 79, de 18/12/2007 - Código Tributário Municipal, e demais dispositivos legais em vigor,

#### DECRETA:

Art. 1º – Os vencimentos para o pagamento das Taxas de Licença do exercício de 2016 ficam assim estabelecidos:

Tributo	Vencimentos
• Taxa de Fiscalização de Localização Instalação e Funcionamento (TFLIF) e Taxa de Segurança Ostensiva Contra Delitos (TSO)	Quota Única: até 29/02/2016 Parcelado: 1ª Parcela 29/02/2016 2ª Parcela 31/03/2016 3ª Parcela 29/04/2016 4ª Parcela 31/05/2016
I Taxa do Alvará Sanitário (TAS)	Quota Única: até 31/03/2016 Parcelado: 1ª Parcela 31/03/2016 2ª Parcela 29/04/2016 3ª Parcela 31/05/2016 4ª Parcela 30/06/2016
I Taxa de Vistoria Preventiva (TVP)	Quota Única: até 31/03/2016 Parcelado: 1ª Parcela 31/03/2016 2ª Parcela 29/04/2016 3ª Parcela 31/05/2016 4ª Parcela 30/06/2016

Art. 2º - O vencimento do Imposto Sobre Serviço – ISS, do exercício de 2016 fica assim estabelecido:

Tributo	Vencimento
I Imposto Sobre Serviço - Fixo anual – (ISS)	Quota Única: até 29/02/2016 Parcelado: 1ª Parcela 29/02/2016 2ª Parcela 31/03/2016 3ª Parcela 29/04/2016 4ª Parcela 31/05/2016
I Imposto Sobre Serviço – Homologado/Estimado – (ISS)	Até: o dia 15 do mês subsequente

Art. 3º – O não pagamento dos Tributos até as respectivas datas de vencimento incidirá a penalidade de multa e juros, conforme o que determina a Lei Complementar 79, de 18 de dezembro de 2007.

Art. 4º – Os contribuintes pessoa jurídica devem retirar as guias de pagamento, dos tributos acima estabelecidos, através do site do município [www.indaial.sc.gov.br](http://www.indaial.sc.gov.br), ou nos escritórios de Contabilidade.

Parágrafo único – Em casos excepcionais as guias de pagamento poderão ser retiradas no Departamento de Tributos do Município.

Art. 5º - Os contribuintes pessoa física poderão retirar as guias para pagamento dos tributos pelo site do município [www.indaial.sc.gov.br](http://www.indaial.sc.gov.br) ou junto ao Depto. Tributário do Município.

Art. 6º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 13 de janeiro de 2016.

MÁRIO WITHOEFT

Vice-Prefeito

(No exercício do cargo de Prefeito)

Publique-se na Forma da Lei.

MÁRIO ANTÔNIO FERRARI

Secretário de Administração e Finanças

### DECRETO Nº 1718/16

. DECRETO Nº 1718/16

. De 13 de janeiro de 2016

Dispõe sobre a atualização da Unidade Fiscal Municipal - UFM

MÁRIO WITHOEFT, Vice-Prefeito, no exercício do cargo de Prefeito Municipal de Indaial, no uso das atribuições legais que lhe confere o artigo 92 inciso VIII da Lei Orgânica do Município, e conforme Lei Complementar 79, de 18 de dezembro de 2007, e demais dispositivos legais em vigor:

#### DECRETA:

Art. 1º – Fica atualizada, pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor acumulado dos doze meses do ano anterior, a Unidade Fiscal do Município – UFM, conforme o que determina a Lei Complementar 79, de 18 de dezembro de 2007, e alterações.

Art. 2º – O valor nominal da UFM para o exercício de 2016 será de R\$ 3, 8294.

Parágrafo único – A Unidade Fiscal do Município – UFM, tem a finalidade de servir como base de cálculo e correção de todos os tributos e débitos de qualquer natureza para com a Fazenda Municipal, bem como correção de multas aplicadas no âmbito da administração municipal.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Município de Indaial, em 13 de janeiro de 2016.

MÁRIO WITHOEFT

Vice-Prefeito

(No Exercício do cargo de Prefeito)

Publique-se na Forma da Lei.

MÁRCIO ANTÔNIO FERRARI

Secretário de Administração e Finanças

**DECRETO Nº 1719/16**

. DECRETO Nº 1719/16

. De 14 de janeiro de 2016

Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento de 2016 no MUNICIPIO DE INDIAIAL, provenientes de Superávit Financeiro.

MARIO WITHOEFT, Vice-Prefeito, no exercício do cargo de Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município e demais dispositivos legais em vigor e, considerando a Lei 5.261/15  
DECRETA

Art. 1º - Fica aberto no orçamento vigente do MUNICIPIO DE INDIAIAL, Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 282.390,36 (duzentos e oitenta e dois mil e trezentos e noventa reais e trinta e seis centavos) destinados a atender as despesas abaixo discriminadas:

Dotação	Vínculo	Valor
10.002.0017.0512.0010.2262.333900000000000	03645502	169.186,92
22.001.0028.0843.0022.9005.332900000000000	03645502	881,28
22.001.0028.0843.0022.9005.346900000000000	03645502	112.322,16

Art. 2º - As despesas decorrentes do artigo anterior serão cobertas com recursos provenientes de Superávit Financeiro apurado no Exercício Financeiro de 2015.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 14 de janeiro de 2016.

MÁRIO WITHOEFT

Vice-Prefeito

(No Exercício do Cargo de Prefeito)

(Publicado na Forma da Lei em 14 de janeiro de 2016.

**ATA Nº 001/2016****ATA DE REGISTRO DE  
PREÇOS Nº.1/2016****Processo Licitatório Nº 15/00000197****Pregão Nº 18/2015****ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº.1/2016**

Aos doze dias do mês de janeiro de dois mil e dezesseis, de um lado o **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 11.355.483/0001-63, com sede na Leoberto Leal, nº 166, bairro Tapajós, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Sr. **Mário Withoeft**, Prefeito em exercício legitimamente eleito para o cargo, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 383.728.439-53 e Cédula de Identidade nº 3/R 1.111.815, residente e domiciliado à Rua 25 de Janeiro, nº 797, Bairro Carijós, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente de **ÓRGÃO GERENCIADOR DO REGISTRO DE PREÇOS – OGRP**; e de outro lado, a(s) empresa(s) adjudicatária(s), doravante denominada simplesmente de **FORNECEDOR**, tem entre si justo e acordado a presente Ata, fundamentado na Lei Federal nº 8.666/93 e o Decreto Municipal nº 654/2014 e vinculada aos termos da proposta apresentada no Processo licitatório 15/00000197 - Pregão Nº 18/2015, observadas as condições do edital, as seguintes condições:

**1. FORNECEDOR(ES) REGISTRADO(S):**

- 1.1 PRONTOLAB EQUIP. E PRODUTOS CIENT. LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 83.214.833/0001-82, estabelecida à RUA DOM PEDRO II, nº 272 – Bairro CAPOEIRAS, no município de Florianópolis – Santa Catarina.

**2. DO OBJETO:**

- 2.1. Aquisição de reagentes.  
2.2. Não é permitida, em hipótese alguma, a entrega de equipamentos ou quaisquer componentes refabricados ou recondicionados.

**3. VALORES REGISTRADOS:**

- 3.1. Estão registrados, através da presente ata, os seguintes valores para os respectivos itens, para cada FORNECEDOR:

## 3.1.1.

**46256 - PRONTOLAB EQUIP. E PRODUTOS CIENT. LTDA****Lote: -**

Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unit.	Valor Total
1	PONTEIRA EM POLIPROPILENO, AUTOCLAVÁVEL, TIPO UNIVERSAL OU GILSON, NÃO ESTÉRIL, FAIXA DE VOLUME 20 A200 MICROLITROS. PACOTE COM 1000 UNIDADES.	PACOTE		50	R\$13,00	R\$650,00

### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº.1/2016

2	SORO ANTI-A ANTICORPO MONOCLONAL PARA DETERMINACAO DO GRUPO SANGUINEO	UNIDADE		10	R\$24,00	R\$240,00
3	SORO ANTI-B- ANTICORPO MONOCLONAL PARA DETERMINACAODO GRUPO SANGUINEO	UNIDADE		10	R\$24,00	R\$240,00
4	SORO ANTI-AB PARA DETERMINAÇÃO DO GRUPO SANGUÍNEO.	UNIDADE		10	R\$24,00	R\$240,00
5	SORO ANTI-D - ANTICORPO MONOCLONAL PARA DETERMINACAO DO ANTIGENO D.	UNIDADE		15	R\$52,00	R\$780,00
6	SORO DE COOMBS (ANTI-GAMA GLOBULINA HUMANA)	UNIDADE		5	R\$29,50	R\$147,50
7	CONJUNTO DE CORANTES PARA COLORAÇÃO DIFERENCIAL RÁPIDA EM HEMATOLOGIA. CAIXA COM 3 FRASCOS DE 500 ML CADA.	CAIXA		20	R\$30,80	R\$616,00
9	PCR LÁTEX. TESTE DE AGLUTINAÇÃO PARA A DETECÇÃO E QUANTIFICAÇÃO DA PROTEÍNA C REATIVA NO SORO, COM CONTROLES POSITIVO E NEGATIVO. CAIXA COM 100 TESTES.	CAIXA		10	R\$60,00	R\$600,00
10	FATOR REUMATOIDE LATEX - TESTE DE AGLUTINAÇÃO PARA A DETECÇÃO E QUANTIFICAÇÃO DO FATOR REUMATOIDE NO SORO COM CONTROLES POSITIVO E NEGATIVO. CAIXA COM 100 TESTES	CAIXA		10	R\$93,00	R\$930,00
11	ASO LÁTEX. TESTE DE AGLUTINAÇÃO PARA A DETECÇÃO E QUANTIFICAÇÃO DE ANTIESTREPTOLISINA O NO SORO, COM CONTROLES POSITIVO E NEGATIVO. CAIXA COM 100 TESTES.	CAIXA		5	R\$106,00	R\$530,00
12	TUBO CONICO GRADUADO DE PLASTICO - 12ML. PACOTE COM 100 UNIDADES	PACOTE		1	R\$16,00	R\$16,00
13	TUBO EM POLIPROPILENO, 12X75 MM, VOLUME 5 ML. PACOTE COM 1000 UNIDADES.	PACOTE		5	R\$55,00	R\$275,00
14	TAMPA PARA TUBOS DE DIÂMETRO 12 MM, COR AMARELA. PACOTE COM 1000 UNIDADES.	PACOTE		5	R\$50,00	R\$250,00
17	CONSERVANTE MIF PARA EXAME PARASITOLÓGICO DE FEZES. FRASCO COM 1000 ML.	FRASCO		1	R\$31,00	R\$31,00
18	GLICOSE EM SOLUÇÃO PARA TESTE DE TOLERÂNCIA ORAL A GLICOSE 50GR, SABOR LARANJA.	FRASCO		50	R\$5,00	R\$250,00
19	SOLUÇÃO DE LACTOSE COM 50GR,	FRASCO		20	R\$6,70	R\$134,00

## ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº.1/2016

PARA TESTE DE TOLERANCIA ORAL A LACTOSE.					
					Total Lote: R\$5.929,50
					Total Fornecedor: R\$5.929,50
					Total Homologação: R\$5.929,50

- 3.2. Nos preços unitários estão incluídos todos os custos diretos e indiretos necessários ao perfeito fornecimento dos bens, inclusive as despesas com materiais e/ou equipamentos, mão-de-obra especializada ou não, fretes, mão-de-obra para carga e descarga, seguros em geral, equipamentos auxiliares, ferramentas, encargos da legislação social trabalhista e previdenciária, da infortunistica do trabalho e responsabilidade civil por quaisquer danos causados a terceiros ou dispêndios resultantes de impostos, taxas regulamentos e posturas municipais, estaduais e federais, bem como o lucro.

### 4. REAJUSTE DE PREÇOS:

- 4.1. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas na alínea "d" do inciso II do caput do art. 65 da Lei Federal no 8.666/93.
- 4.2. Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

### 5. EXECUÇÃO DAS COMPRAS:

- 5.1. As compras dos bens objeto do presente Registro de Preços serão realizadas pelo Departamento de Compras do OGRP, através da comunicação da ordem de compra.
- 5.1.1. A Ordem de Compra que conterá as informações básicas da discriminação básica e o número do item dos bens, a quantidade a ser adquirida, a unidade compradora, o fornecedor, condições de entrega e pagamento, e a assinatura do responsável.
- 5.1.2. O OGRP, sempre que achar conveniente, poderá substituir a Ordem de Compra por qualquer outro instrumento hábil para a realização das compras.
- 5.2. O OGRP realizará as compras parceladamente.
- 5.3. Fica entendido que o OGRP não terá qualquer obrigação de aquisição dos itens objeto do edital.

### 6. FISCALIZAÇÃO:

- 6.1. O exercício de fiscalização pelo preposto do OGRP não excluirá nem reduzirá as responsabilidades do FORNECEDOR.
- 6.2. À Fiscalização fica desde já assegurado o direito de:
- 6.2.2. Determinar o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados;
- 6.2.3. 6.2.3. Rejeitar todo e qualquer bem entregue de má qualidade ou em desacordo com o especificado no edital e na proposta, exigindo sua substituição ou correção imediatas;
- 6.2.4. Impugnar todo e qualquer produto em desacordo com as especificações, normas

---

**ATA DE REGISTRO DE  
PREÇOS Nº.1/2016**

---

regulamentares, legais e contratuais;

- 6.3. O OGRP, sem prejuízo de suas atribuições de acompanhamento, poderá contratar profissionais consultores ou empresas especializadas, os serviços relativos ao controle qualitativo e quantitativo dos materiais objeto do edital.

**7. PRAZO DE VALIDADE:**

- 7.1. O prazo de validade da presente Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a contar da data de sua assinatura.

**8. OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR:**

- 8.1. Assegurar o fornecimento do objeto conforme as especificações constantes no item 2 da presente ata, com entrega no prazo e no endereço constante no edital.
- 8.2. Providenciar a imediata correção de todas as deficiências detectadas pelo OGRP, quanto ao fornecimento do objeto;
- 8.3. Garantir o pagamento a todos os prestadores de serviço alocados, bem como despesas extraordinárias, quando for o caso;
- 8.4. Responsabilizar-se por quaisquer danos ou prejuízos, materiais ou pessoais, decorrentes de culpa ou dolo, causados por seus empregados ou prepostos, em decorrência do fornecimento do objeto, assegurado o direito de defesa;
- 8.5. Prestar imediatamente quaisquer esclarecimentos solicitados pelo OGRP, respeitados os casos de complexidade para os quais se fixarão prazos específicos;
- 8.6. Comunicar imediatamente o OGRP, de forma detalhada, toda e qualquer ocorrência de acidentes verificada no curso da execução da ata.
- 8.7. Manter até o termo final desta Ata de Registro de Preços todas as obrigações com os órgãos públicos e fiscais, assim como encargos trabalhistas, previdenciários, securitários, tributários e comerciais, resultantes da execução, devidamente regularizados, segundo estabelecido no art. 71 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.
- 8.8. 8.8. Manter, durante toda a execução, as obrigações assumidas relativas a todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Processo Licitatório nº 197/2015 - Edital de Pregão nº 18/2015.

**9. OBRIGAÇÕES DO OGRP:**

- 9.1. Cumprir e fazer cumprir todas as determinações constantes nesta ata e a legislação vigente correlata à execução do mesmo.
- 9.2. Efetuar o pagamento devido ao FORNECEDOR, na data e forma estabelecida no edital.
- 9.3. Fiscalizar a entrega dos bens objeto da presente Ata, registrando as ocorrências, bem como atestar o recebimento dos mesmos em conformidade com os demais itens.
- 9.4. Recusar o recebimento dos bens em desacordo com as especificações do item 2 da presente Ata, quanto à sua natureza, quantidade ou qualidade, bem como documentos fiscais em desacordo com os bens adquiridos.

**10. SANÇÕES:**



---

**ATA DE REGISTRO DE  
PREÇOS Nº.1/2016**

---

- 10.1. Advertência, no caso de falta que não motive a aplicação de multa.
- 10.2. Multa, de acordo com os seguintes critérios:
- a) No valor de 0,5% (cinco décimos percentuais) do valor contratado, por dia de atraso injustificado na entrega dos materiais/produtos/equipamentos;
  - b) No valor de 2,0% (dois por cento) do valor contratado por inobservância do item 12.4 da presente Ata de Registro de Preços;
  - c) No valor de 2,0% (dois por cento) do valor contratado por descumprimento das OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR, inseridos no item 8, desde que não previstos em outros itens;
  - d) No valor de 3,0 % (três por cento) do valor contratado, por acumulação de 03 (três) advertências;
  - e) Multa de 5% (cinco por cento) do valor contratado no caso de fornecimento de bens em desacordo com as especificações da presente Ata de Registro de Preços, desde que cause prejuízo ao OGRP;
  - f) Multa de 10% (dez por cento) do valor contratado no caso de recusa da entrega dos bens, sem justificativa e aviso prévio ao OGRP;
  - g) No valor de 10% (dez por cento) do valor contratado se der causa à Declaração de Inidoneidade.
- 10.3. Suspensão de Participação em licitações com o Município de Indaial, incluindo a administração direta e indireta, pelo prazo de 05 (cinco) anos, no caso das sanções previstas nas alíneas "e" à "g".
- 10.4. Declaração de Inidoneidade, nos seguintes casos:
- a) Se o valor acumulado das multas ultrapassarem o 10% (dez por cento) do valor contratado;
  - b) Tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
  - c) Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
  - d) Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.
- 10.5. O valor máximo das multas não poderá exceder, cumulativamente, a 10% (dez por cento) do valor contratado.
- 11. RESCISÃO DA ATA:**
- 11.1. Constituem motivo para rescisão da Ata, além dos motivos previstos no art. 78 da Lei Federal no 8.666/93:
- a) descumprir as condições da ata de registro de preços;
  - b) não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
  - c) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou,

---

**ATA DE REGISTRO DE  
PREÇOS Nº.1/2016**

---

- d) sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 87 da Lei Federal no 8.666/93, ou no art. 7º da Lei Federal no 10.520/02.

11.2. Será assegurado, a parte que tiver dado motivo à rescisão, o contraditório e a ampla defesa.

**12. DISPOSIÇÕES GERAIS:**

12.1. Todos os prazos previstos na presente Ata de Registro de Preços são contados como dias corridos, salvo disposição em contrário, e terá seu critério de contagem em consonância com o art. 110 da Lei Federal nº 8.666/93.

12.2. Não serão aceitos, em hipótese alguma, acordos verbais entre as partes com a finalidade de alteração ou substituição da Ata de Registro de Preços, ou da Ordem de Compra, ou da Nota de Empenho.

12.3. A inadimplência do FORNECEDOR, com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento.

12.4. O FORNECEDOR está terminantemente proibida de efetuar a transferência à terceiros das obrigações do fornecimento dos bens objeto desta Ata de Registro de Preços.

**13. FORO:**

13.1. O foro competente para dirimir possíveis dúvidas, após se esgotarem todas as tentativas de composição amigável, e/ou litígios pertinentes ao objeto da presente licitação, independente de outro que por mais privilegiado seja, será o da Comarca de INDIAIAL/SC.

**14. LEGISLAÇÃO APLICÁVEL:**

14.1. Aplica-se à presente Ata, nas partes omissas, a seguinte legislação:

- a) Constituição da República Federativa do Brasil de 1988;
- b) Lei Orgânica do Município de Indaial;
- c) Lei Federal nº 8.666/93. Lei das Licitações e Contratos Administrativos;
- d) Lei Federal nº 4.320/64. Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal;
- e) Lei Federal nº 8.078/90. Código de Defesa do Consumidor;
- f) Lei Federal nº 10.406/02. Código Civil Brasileiro;
- g) Decreto-Lei nº 3.689/41. Código de Processo Penal;
- h) Lei Federal nº 7.210/84. Lei de Execução Penal;
- i) Lei Complementar Federal nº 101/2000. Lei de Responsabilidade Fiscal; e,
- j) Decreto Municipal no 654/2014.

**15. AS PARTES:**

15.1. Por estarem justas e acordadas, as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo assinadas, para que

---

**ATA DE REGISTRO DE  
PREÇOS Nº.1/2016**

---

produzam seus efeitos administrativos.

Indaial/SC, em 12 de janeiro de 2016.

**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE INDAIAL**

Mário Withoeft  
Prefeito em Exercício

**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE INDAIAL**

Adriane Machado Ferrari  
Secretária de Saúde

**PRONTOLAB EQUIP. E PRODUTOS CIENT. LTDA**

MARTA HELENA DE SOUSA MATOS  
Representante

**Testemunhas:**

Assinatura: \_\_\_\_\_

Nome Legível: \_\_\_\_\_

CPF.: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_

Nome Legível: \_\_\_\_\_

CPF.: \_\_\_\_\_

**ATA Nº 048/2015****ATA DE REGISTRO DE  
PREÇOS Nº.48/2015****Processo Licitatório Nº 15/00000210****Pregão Nº 83/2015****ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº.48/2015**

Aos um dias do mês de janeiro de dois mil e dezesseis, de um lado o **MUNICÍPIO DE INDIAIAL**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.798/0001-00, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 126, bairro Centro, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Sr. **Sérgio Almir dos Santos**, Prefeito legitimamente eleito para o cargo, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 383.728.439-53 e Cédula de Identidade nº 3/R 1.111.815, residente e domiciliado à Rua 25 de Janeiro, nº 797, Bairro Carijós, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente de **ÓRGÃO GERENCIADOR DO REGISTRO DE PREÇOS – OGRP**; e de outro lado, a(s) empresa(s) adjudicatária(s), doravante denominada simplesmente de **FORNECEDOR**, tem entre si justo e acordado a presente Ata, fundamentado na Lei Federal nº 8.666/93 e o Decreto Municipal nº 654/2014 e vinculada aos termos da proposta apresentada no Processo licitatório 15/00000210 - Pregão Nº 83/2015, observadas as condições do edital, as seguintes condições:

**1. FORNECEDOR(ES) REGISTRADO(S):**

- 1.1 POSTO J R LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 82.093.097/0001-99, estabelecida à AVENIDA MARIA SIMÃO, nº 403 – Bairro DAS NAÇÕES, no município de Indaial – Santa Catarina.

**2. DO OBJETO:**

- 2.1. AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS TIPO GASOLINA, ETANOL E ÓLEO DIESEL PARA A FROTA DE VEÍCULO DE PASSEIO, MOTOCICLETAS, UTILITÁRIOS E CAMINHÕES INTEGRANTES DA FROTA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE INDIAIAL.
- 2.2. Não é permitida, em hipótese alguma, a entrega de equipamentos ou quaisquer componentes refabricados ou reconicionados.

**3. VALORES REGISTRADOS:**

- 3.1. Estão registrados, através da presente ata, os seguintes valores para os respectivos itens, para cada FORNECEDOR:

## ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº.48/2015

3.1.1.

### 17302 - POSTO J R LTDA

#### Lote: 1 - LOTE 01.

Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unit.	Valor Total
1	COMBUSTÍVEL GASOLINA ADITIVADA.	LITRO		250.000	R\$3,275	R\$818.750,00
2	COMBUSTÍVEL ETANOL COMUM.	LITRO		10.000	R\$2,91	R\$29.100,00
				Total Lote:		R\$847.850,00

#### Lote: 2 - LOTE 02.

Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unit.	Valor Total
3	COMBUSTÍVEL DIESEL S-10.	LITRO		310.000	R\$2,799	R\$867.690,00
				Total Lote:		R\$867.690,00
				Total Fornecedor:		R\$1.715.540,00
				Total Homologação:		R\$1.715.540,00

3.2. Nos preços unitários estão incluídos todos os custos diretos e indiretos necessários ao perfeito fornecimento dos bens, inclusive as despesas com materiais e/ou equipamentos, mão-de-obra especializada ou não, fretes, mão-de-obra para carga e descarga, seguros em geral, equipamentos auxiliares, ferramentas, encargos da legislação social trabalhista e previdenciária, da infortúnica do trabalho e responsabilidade civil por quaisquer danos causados a terceiros ou dispêndios resultantes de impostos, taxas regulamentos e posturas municipais, estaduais e federais, bem como o lucro.

#### 4. REAJUSTE DE PREÇOS:

4.1. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas na alínea "d" do inciso II do caput do art. 65 da Lei Federal no 8.666/93.

4.2. Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

#### 5. EXECUÇÃO DAS COMPRAS:

5.1. As compras dos bens objeto do presente Registro de Preços serão realizadas pelo Departamento de Compras do OGRP, através da comunicação da ordem de compra.

5.1.1. A Ordem de Compra que conterá as informações básicas da discriminação básica e o número do item dos bens, a quantidade a ser adquirida, a unidade compradora, o fornecedor,

**ATA DE REGISTRO DE  
PREÇOS Nº.48/2015**

condições de entrega e pagamento, e a assinatura do responsável.

5.1.2. O OGRP, sempre que achar conveniente, poderá substituir a Ordem de Compra por qualquer outro instrumento hábil para a realização das compras.

5.2. O OGRP realizará as compras parceladamente.

5.3. Fica entendido que o OGRP não terá qualquer obrigação de aquisição dos itens objeto do edital.

**6. FISCALIZAÇÃO:**

6.1. O exercício de fiscalização pelo preposto do OGRP não excluirá nem reduzirá as responsabilidades do FORNECEDOR.

6.2. À Fiscalização fica desde já assegurado o direito de:

6.2.2. Determinar o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados;

6.2.3. Rejeitar todo e qualquer bem entregue de má qualidade ou em desacordo com o especificado no edital e na proposta, exigindo sua substituição ou correção imediatas;

6.2.4. Impugnar todo e qualquer produto em desacordo com as especificações, normas regulamentares, legais e contratuais;

6.3. O OGRP, sem prejuízo de suas atribuições de acompanhamento, poderá contratar profissionais consultores ou empresas especializadas, os serviços relativos ao controle qualitativo e quantitativo dos materiais objeto do edital.

**7. PRAZO DE VALIDADE:**

7.1. O prazo de validade da presente Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a contar da data de sua assinatura.

**8. OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR:**

8.1. Assegurar o fornecimento do objeto conforme as especificações constantes no item 2 da presente ata, com entrega no prazo e no endereço constante no edital.

8.2. Providenciar a imediata correção de todas as deficiências detectadas pelo OGRP, quanto ao fornecimento do objeto;

8.3. Garantir o pagamento a todos os prestadores de serviço alocados, bem como despesas extraordinárias, quando for o caso;

8.4. Responsabilizar-se por quaisquer danos ou prejuízos, materiais ou pessoais, decorrentes de culpa ou dolo, causados por seus empregados ou prepostos, em decorrência do fornecimento do objeto, assegurado o direito de defesa;

8.5. Prestar imediatamente quaisquer esclarecimentos solicitados pelo OGRP, respeitados os casos de complexidade para os quais se fixarão prazos específicos;

8.6. Comunicar imediatamente o OGRP, de forma detalhada, toda e qualquer ocorrência de acidentes verificada no curso da execução da ata.



**ATA DE REGISTRO DE  
PREÇOS Nº.48/2015**

- 8.7. Manter até o termo final desta Ata de Registro de Preços todas as obrigações com os órgãos públicos e fiscais, assim como encargos trabalhistas, previdenciários, securitários, tributários e comerciais, resultantes da execução, devidamente regularizados, segundo estabelecido no art. 71 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.
- 8.8. 8.8. Manter, durante toda a execução, as obrigações assumidas relativas a todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Processo Licitatório nº 210/2015 - Edital de Pregão nº 83/2015.
- 9. OBRIGAÇÕES DO OGRP:**
- 9.1. Cumprir e fazer cumprir todas as determinações constantes nesta ata e a legislação vigente correlata à execução do mesmo.
- 9.2. Efetuar o pagamento devido ao FORNECEDOR, na data e forma estabelecida no edital.
- 9.3. Fiscalizar a entrega dos bens objeto da presente Ata, registrando as ocorrências, bem como atestar o recebimento dos mesmos em conformidade com os demais itens.
- 9.4. Recusar o recebimento dos bens em desacordo com as especificações do item 2 da presente Ata, quanto à sua natureza, quantidade ou qualidade, bem como documentos fiscais em desacordo com os bens adquiridos.
- 10. SANÇÕES:**
- 10.1. Advertência, no caso de falta que não motive a aplicação de multa.
- 10.2. Multa, de acordo com os seguintes critérios:
- a) No valor de 0,5% (cinco décimos percentuais) do valor contratado, por dia de atraso injustificado na entrega dos materiais/produtos/equipamentos;
  - b) No valor de 2,0% (dois por cento) do valor contratado por inobservância do item 12.4 da presente Ata de Registro de Preços;
  - c) No valor de 2,0% (dois por cento) do valor contratado por descumprimento das OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR, inseridos no item 8, desde que não previstos em outros itens;
  - d) No valor de 3,0 % (três por cento) do valor contratado, por acumulação de 03 (três) advertências;
  - e) Multa de 5% (cinco por cento) do valor contratado no caso de fornecimento de bens em desacordo com as especificações da presente Ata de Registro de Preços, desde que cause prejuízo ao OGRP;
  - f) Multa de 10% (dez por cento) do valor contratado no caso de recusa da entrega dos bens, sem justificativa e aviso prévio ao OGRP;
  - g) No valor de 10% (dez por cento) do valor contratado se der causa à Declaração de Inidoneidade.
- 10.3. Suspensão de Participação em licitações com o Município de Indaial, incluindo a administração direta e indireta, pelo prazo de 05 (cinco) anos, no caso das sanções previstas

**ATA DE REGISTRO DE  
PREÇOS Nº.48/2015**

nas alíneas "e" à "g".

10.4. Declaração de Inidoneidade, nos seguintes casos:

- a) Se o valor acumulado das multas ultrapassarem o 10% (dez por cento) do valor contratado;
- b) Tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- c) Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- d) Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

10.5. O valor máximo das multas não poderá exceder, cumulativamente, a 10% (dez por cento) do valor contratado.

**11. RESCISÃO DA ATA:**

11.1. Constituem motivo para rescisão da Ata, além dos motivos previstos no art. 78 da Lei Federal no 8.666/93:

- a) descumprir as condições da ata de registro de preços;
- b) não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- c) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou,
- d) sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 87 da Lei Federal no 8.666/93, ou no art. 7º da Lei Federal no 10.520/02.

11.2. Será assegurado, a parte que tiver dado motivo à rescisão, o contraditório e a ampla defesa.

**12. DISPOSIÇÕES GERAIS:**

12.1. Todos os prazos previstos na presente Ata de Registro de Preços são contados como dias corridos, salvo disposição em contrário, e terá seu critério de contagem em consonância com o art. 110 da Lei Federal nº 8.666/93.

12.2. Não serão aceitos, em hipótese alguma, acordos verbais entre as partes com a finalidade de alteração ou substituição da Ata de Registro de Preços, ou da Ordem de Compra, ou da Nota de Empenho.

12.3. A inadimplência do FORNECEDOR, com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento.

12.4. O FORNECEDOR está terminantemente proibida de efetuar a transferência à terceiros das obrigações do fornecimento dos bens objeto desta Ata de Registro de Preços.

**13. FORO:**

13.1. O foro competente para dirimir possíveis dúvidas, após se esgotarem todas as tentativas de

**ATA DE REGISTRO DE  
PREÇOS Nº.48/2015**

composição amigável, e/ou litígios pertinentes ao objeto da presente licitação, independente de outro que por mais privilegiado seja, será o da Comarca de INDIAIAL/SC.

**14. LEGISLAÇÃO APLICÁVEL:**

14.1. Aplica-se à presente Ata, nas partes omissas, a seguinte legislação:

- a) Constituição da República Federativa do Brasil de 1988;
- b) Lei Orgânica do Município de Indaial;
- c) Lei Federal nº 8.666/93. Lei das Licitações e Contratos Administrativos;
- d) Lei Federal nº 4.320/64. Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal;
- e) Lei Federal nº 8.078/90. Código de Defesa do Consumidor;
- f) Lei Federal nº 10.406/02. Código Civil Brasileiro;
- g) Decreto-Lei nº 3.689/41. Código de Processo Penal;
- h) Lei Federal nº 7.210/84. Lei de Execução Penal;
- i) Lei Complementar Federal nº 101/2000. Lei de Responsabilidade Fiscal; e,
- j) Decreto Municipal no 654/2014.

**15. AS PARTES:**

15.1. Por estarem justas e acordadas, as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo assinadas, para que produzam seus efeitos administrativos.

Indaial/SC, em 1 de janeiro de 2016.

**MUNICÍPIO DE INDIAIAL**

Mário Withoeft  
Prefeito em Exercício

**POSTO J R LTDA**  
RICARDO FURLAN  
Representante

**ATA DE REGISTRO DE  
PREÇOS Nº.48/2015****Testemunhas:**

Assinatura: \_\_\_\_\_

Nome Legível: \_\_\_\_\_

CPF.: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_

Nome Legível: \_\_\_\_\_

CPF.: \_\_\_\_\_

**CÂMARA MUNICIPAL****LEI 5262/2016**

Lei Nº 5262/16

Autoriza pagamento de Abono Salarial aos servidores da Câmara Municipal Indaial.

Vereador Anderson Luz dos Santos, Presidente da Mesa Diretora da Câmara Municipal de Indaial, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, Regimento Interno da Câmara, e demais atribuições legais, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Indaial aprovou, e eu promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica a Mesa Diretora da Câmara Municipal de Indaial autorizada a conceder até R\$ 60,00 (sessenta reais), de Abono Salarial aos funcionários integrantes do quadro de servidores do Poder Legislativo de Indaial, a partir de 01 de janeiro de 2016.

Art. 2º - O abono previsto no artigo anterior, será incorporado ao vencimento base do cargo do servidor, a partir de janeiro de 2016.

Art. 3º - As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta de dotação própria, previstas no orçamento vigente.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Indaial, em 14 de janeiro de 2016.

Vereador Anderson Luz dos Santos

Presidente da Câmara

Publicado na Forma da Lei em 14 de janeiro de 2016.

**LEI 5263/2016**

Lei Nº 5263/16

Dispõe sobre a Revisão Geral Anual dos Servidores da Câmara Municipal de Indaial.

Vereador Anderson Luz dos Santos, Presidente da Mesa Diretora da Câmara Municipal de Indaial, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, Regimento Interno da Câmara, e demais atribuições legais, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Indaial aprovou, e eu promulgo a seguinte Lei:

Art.1º - Fica concedida a Revisão Geral Anual prevista na CF/88, em seu artigo 37, X, aos Servidores da Câmara Municipal de Indaial, de acordo com o I.N.P.C – Índice Nacional de Preços ao Consumidor, acumulado do Ano de 2015 – Janeiro à Dezembro, observando os limites da Lei Complementar Federal 101, de 4 de maio de 2000.

Parágrafo único – A revisão prevista no caput deste artigo entrará em vigor a partir de 1º Janeiro de 2016.

Art. 2º - As despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão por conta de dotação própria prevista no orçamento.

Art.3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Indaial, em 14 de janeiro de 2016.

Vereador Anderson Luz dos Santos

Presidente da Câmara

Publicado na Forma da Lei em 14 de janeiro de 2016.

# Ipumirim

## PREFEITURA

### EXTRATO DE CONTRATO Nº 01/2016/FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE IPUMIRIM

Publicação do extrato contratual nos termos do § Único do art. 61 da Lei 8.666/93.

Contrato Administrativo Público Nº 01/2016

Objeto: Contratação de Profissional Médico, em caráter emergencial, para atendimento a população, durante o período de férias dos Médicos vinculados ao PSF do Município, no mês de janeiro de 2016.

Valor: R\$ 7.968,00 (Sete Mil Novecentos e Sessenta e Oito Reais)

Assinatura: 06/01/2016 Vigência: 04/01/2016 Á 31/12/2016

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Contratado: GILSON RODRIGUES GONÇALVES, situada na RUA RICARDO FRARE, S/N, Bairro CENTRO, cidade de LINDÓIA DO SUL-SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 686.009.500-82.

### EXTRATO DE CONTRATO Nº 01/2016/PM

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE IPUMIRIM

Publicação do extrato contratual nos termos do § Único do art. 61 da Lei 8.666/93.

Contrato Administrativo Público Nº 01/2016

Processo licitatório: Edital de Licitação da Modalidade de DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 1/2016, Processo de Licitação nº 1/2016, homologado em 06 de janeiro de 2016.

Objeto: prestação de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação pela CONTRATADA.

Valor: R\$ 10.860,00 (Dez Mil Oitocentos e Sessenta Reais)

Assinatura: 06/01/2016 Vigência: 31/12/2016

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM

Contratado: CIGA-Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, situada na RUA SANTOS SARAIVA, Nº 1.546, Bairro ESTREITO, cidade de FLORIANÓPOLIS-SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 09.427.503/0001-12.

### EXTRATO DE CONTRATO Nº 02/2016/FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE IPUMIRIM

Publicação do extrato contratual nos termos do § Único do art. 61 da Lei 8.666/93.

Contrato Administrativo Público Nº 02/2016

Processo licitatório: Edital de Licitação da Modalidade de DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 1/2016, Processo de Licitação nº 1/2016, homologado em 06 de janeiro de 2016.

Objeto: Locação de instalações da Clínica Vita Luce, com área de 256m<sup>2</sup> destinada ao funcionamento das atividades de fisioterapia e demais atividades correlatas a área de saúde pública, sendo este imóvel de propriedade da LOCADORA, para o exercício de 2016.

Valor: R\$ 34.596,00 (Trinta e Quatro Mil Quinhentos e Noventa e Seis Reais)

Assinatura: 06/01/2016 Vigência: 01/01/2016 Á 31/12/2016

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IPUMIRIM

Contratado: CLINICA VITA LUCE LTDA., situada na RUA BENTO GONÇALVES, Bairro CENTRO, cidade de IPUMIRIM-SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 03.755.911/0001-17.

### EXTRATO DE CONTRATO Nº 02/2016/PM

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE IPUMIRIM

Publicação do extrato contratual nos termos do § Único do art. 61 da Lei 8.666/93.

Contrato Administrativo Público Nº 02/2016

Processo licitatório: Edital de Licitação da Modalidade de DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 2/2015, Processo de Licitação nº 3/2015, homologado em 21 de janeiro de 2015.

Objeto: PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO PÚBLICO Nº 03/2015, QUE ENTRE SI FAZEM O MUNICÍPIO DE IPUMIRIM, ESTADO DE SANTA CATARINA E A PESSOA FÍSICA: SENHORA ANGELINA TOMASONI BALDISSARELLI, PARA O EXERCÍCIO DE 2016.

Valor: R\$ 10.560,00 (Dez Mil Quinhentos e Sessenta Reais)

Assinatura: 06/01/2016 Vigência: 01/01/2016 Á 31/12/2016

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM

Contratado: ANGELINA TOMASONI BALDISSARELLI, situada na RUA DOM PEDRO II, Bairro: CENTRO, cidade de Ipumirim-SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 824.813.939-53.

**EXTRATO DE CONTRATO Nº 03/2016/FMS**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE IPUMIRIM

Publicação do extrato contratual nos termos do § Único do art. 61 da Lei 8.666/93.

Contrato Administrativo Público Nº 03/2016

Processo licitatório: Edital de Licitação da Modalidade de DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 3/2014, Processo de Licitação nº 8/2014, homologado em 21 de maio de 2014.

Objeto: SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO PÚBLICO Nº 12/2014, QUE ENTRE SI FAZEM O MUNICÍPIO DE IPUMIRIM, ESTADO DE SANTA CATARINA E PROFISSIONAL LIBERAL ANDERSON LÍBANO CORRETOR DE IMÓVEIS- CRECI/SC 15.260.

Valor: R\$ 11.880,00 (Onze Mil Oitocentos e Oitenta Reais)

Assinatura: 06/01/2016 Vigência: 01/01/2016 Á 31/12/2016

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IPUMIRIM

Contratado: ANDERSON LIBANO CORRETOR DE IMÓVEIS- CRECI/SC 15.2, situada na AVENIDA DOM PEDRO II, Nº 537, Bairro: CENTRO, cidade de IPUMIRIM-SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 046.052.309-04.

**EXTRATO DE CONTRATO Nº 03/2016/PM**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE IPUMIRIM

Publicação do extrato contratual nos termos do § Único do art. 61 da Lei 8.666/93.

Contrato Administrativo Público Nº 03/2016

Processo licitatório: Edital de Licitação da Modalidade de INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 1/2016, Processo de Licitação nº 2/2016, homologado em 06 de janeiro de 2016.

Objeto: contratação de empresa para transporte de alunos da Educação Básica e Ensino Médio, residentes em Linha Jundiá, interior do Município de Ipumirim, para escola no vizinho Município de Arbutã, para o exercício de 2016.

Valor: R\$ 11.672,00 (Onze Mil Seiscentos e Setenta e Dois Reais)

Assinatura: 06/01/2016 Vigência: 04/01/2016 Á 31/12/2016

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM

Contratado: ANTONINHO ZANETTI-ME, situada na RUA VICTOR BASEI Nº 487, Bairro CENTRO, cidade de ARABUTÃ-SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 05.475.043/0001-47.

**EXTRATO DE CONTRATO Nº 04/2016/PM**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE IPUMIRIM

Publicação do extrato contratual nos termos do § Único do art. 61 da Lei 8.666/93.

Contrato Administrativo Público Nº 04/2016

Processo licitatório: Edital de Licitação da Modalidade de DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 2/2016, Processo de Licitação nº 3/2016, homologado em 06 de janeiro de 2016.

Objeto: Locação de imóvel na Rua Bento Gonçalves destinado ao funcionamento da Secretaria de Assistência Social e CRAS, com área de 281m², piso parte superior e mais 110m². piso parte inferior, para o exercício de 2016, já está sendo utilizadas por particulares, contratos estes já existentes anteriormente, sendo este imóvel de propriedade da LOCADORA.

Valor: R\$ 30.720,00 (Trinta Mil Setecentos e Vinte Reais)

Assinatura: 06/01/2016 Vigência: 01/01/2016 Á 31/12/2016

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM

Contratado: CLINICA VITA LUCE LTDA, situada na RUA BENTO GONÇALVES, S/N, Bairro CENTRO, cidade de IPUMIRIM-SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 03.755.911/0001-17.

**EXTRATO DE CONTRATO Nº 05/2016/PM**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE IPUMIRIM

Publicação do extrato contratual nos termos do § Único do art. 61 da Lei 8.666/93.

Contrato Administrativo Público Nº 05/2016

Processo licitatório: Edital de Licitação da Modalidade de DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 3/2016, Processo de Licitação nº 5/2016, homologado em 13 de janeiro de 2016.

Objeto: Locação de imóvel na Rua Assis Brasil, nº 122, destinado ao funcionamento de estabelecimento, para venda de produtos coloniais da Agricultura Familiar, com área de aproximadamente de 36 m², piso parte inferior, sendo este imóvel de propriedade da LOCADORA, conforme escritura de matrícula nº 5622, para o exercício de 2016.

Valor: R\$ 7.992,00 (Sete Mil Novecentos e Noventa e Dois Reais)

Assinatura: 14/01/2016 Vigência: 01/01/2016 Á 31/12/2016

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM

Contratado: ANA NAIR DALL AGNOL, situada na Rua Assis Brasil, Bairro: CENTRO, cidade de IPUMIRIM-SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 385.712.429-68.



**EXTRATO DE CONTRATO Nº 16/2015/FMS**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE IPUMIRIM

Publicação do extrato contratual nos termos do § Único do art. 61 da Lei 8.666/93.

Contrato Administrativo Público Nº 16/2015

Processo licitatório: Edital de Licitação da Modalidade de PREGÃO PRESENCIAL Nº 1/2015, Processo de Licitação nº 1/2015, homologado em 03 de fevereiro de 2015.

Objeto: PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO PÚBLICO Nº 04/2.015, QUE ENTRE SI FAZEM O MUNICÍPIO DE IPUMIRIM, ESTADO DE SANTA CATARINA E A EMPRESA CORDINTERV CLÍNICA MÉDICA LTDA.

Valor: R\$ 88,00 (Oitenta e Oito Reais)

Assinatura: 22/12/2015 Vigência: 01/01/2016 Á 31/12/2016

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IPUMIRIM

Contratado: CORDINTERV CLINICA MEDICA LTDA-ME, situada na RUA DR. SELISTRE DE CAMPOS Nº 179, AP 70, Bairro BORTOLON, cidade de XANXERÊ-SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 21.102.521/0001-20.

**EXTRATO DE CONTRATO Nº 17/2015/FMS**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE IPUMIRIM

Publicação do extrato contratual nos termos do § Único do art. 61 da Lei 8.666/93.

Contrato Administrativo Público Nº 17/2015

Processo licitatório: Edital de Licitação da Modalidade de PREGÃO PRESENCIAL Nº 1/2015, Processo de Licitação nº 1/2015, homologado em 03 de fevereiro de 2015.

Objeto: PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO PÚBLICO Nº 05/2015, QUE ENTRE SI FAZEM O MUNICÍPIO DE IPUMIRIM, ESTADO DE SANTA CATARINA E A EMPRESA SELETA DIAGNÓSTICO POR IMAGEM LTDA.

Valor: R\$ 0,01 (Um Centavo)

Assinatura: 22/12/2015 Vigência: 01/01/2016 Á 31/12/2016

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IPUMIRIM

Contratado: SELECTA DIAGNÓSTICO POR IMAGEM LTDA, situada na RUA MARECHAL DEODORO Nº 915, Bairro CENTRO, cidade de CONCÓRDIA-SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 14.599.817/0001-32.

**EXTRATO DE CONTRATO Nº 18/2015/FMS**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE IPUMIRIM

Publicação do extrato contratual nos termos do § Único do art. 61 da Lei 8.666/93.

Contrato Administrativo Público Nº 18/2015

Processo licitatório: Edital de Licitação da Modalidade de PREGÃO PRESENCIAL Nº 1/2015, Processo de Licitação nº 1/2015, homologado em 03 de fevereiro de 2015.

Objeto: PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO PÚBLICO Nº 06/2.015, QUE ENTRE SI FAZEM O MUNICÍPIO DE IPUMIRIM, ESTADO DE SANTA CATARINA E A EMPRESA TLB CLÍNICA S/S LTDA.

Valor: R\$ 220,00 (Duzentos e Vinte Reais)

Assinatura: 22/12/2015 Vigência: 01/01/2016 Á 31/12/2016

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IPUMIRIM

Contratado: TLB CLINICA S/S LTDA, situada na RUA ROMANO ANSELMO FONTANA 1008, Bairro CENTRO, cidade de CONCÓRDIA-SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 11.625.823/0001-29.

**EXTRATO DE CONTRATO Nº 71/2015/PM**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE IPUMIRIM

Publicação do extrato contratual nos termos do § Único do art. 61 da Lei 8.666/93.

Contrato Administrativo Público Nº 71/2015

Processo licitatório: Edital de Licitação da Modalidade de PREGÃO PRESENCIAL Nº 15/2014, Processo de Licitação nº 31/2014, homologado em 15 de maio de 2014.

Objeto: TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO PÚBLICO Nº 46/2014, QUE ENTRE SI FAZEM O MUNICÍPIO DE IPUMIRIM, ESTADO DE SANTA CATARINA E A EMPRESA LEOCIR TELES DA SILVA - ME, PARA O EXERCÍCIO DE 2016.

Valor: R\$ 14.400,00 (Quatorze Mil Quatrocentos Reais)

Assinatura: 18/12/2015 Vigência: 01/01/2016 Á 31/12/2016

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL

Contratado: LEOCIR TELLES DA SILVA ME, situada na LINHA POÇO FUNDO, Bairro: INTERIOR, cidade de IPUMIRIM-SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 18.088.339/0001-57.

**EXTRATO DE CONTRATO Nº 72/2015/PM**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE IPUMIRIM

Publicação do extrato contratual nos termos do § Único do art. 61 da Lei 8.666/93.

Contrato Administrativo Público Nº 72/2015

Processo licitatório: Edital de Licitação da Modalidade de PREGÃO PRESENCIAL Nº 1/2015, Processo de Licitação nº 1/2015, homologado em 23 de janeiro de 2015.

Objeto: PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO PÚBLICO Nº 05/2015, QUE ENTRE SI FAZEM O MUNICÍPIO DE IPUMIRIM, ESTADO DE SANTA CATARINA E A EMPRESA MERLIN SISTEMA DE ENSINO LIMITADA.

Valor: R\$ 0,01 (Um Centavo)

Assinatura: 21/12/2015 Vigência: 01/01/2016 Á 31/12/2016

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM

Contratado: MERLIN SISTEMA DE ENSINO LIMITADA, situada na AVENIDA MARINGÁ, Nº 350 SALA 02, Bairro: CENTRO, cidade de PINHAIS-PR, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.374.177/0001-83.

**EXTRATO DE CONTRATO Nº 73/2015/PM**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE IPUMIRIM

Publicação do extrato contratual nos termos do § Único do art. 61 da Lei 8.666/93.

Contrato Administrativo Público Nº 73/2015

Processo licitatório: Edital de Licitação da Modalidade de PREGÃO PRESENCIAL Nº 42/2014, Processo de Licitação nº 73/2014, homologado em 29 de dezembro de 2014.

Objeto: TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO PÚBLICO Nº 112/2014, PARA O ANO LETIVO DE 2016, QUE ENTRE SI FAZEM O MUNICÍPIO DE IPUMIRIM, ESTADO DE SANTA CATARINA E A EMPRESA JARLEI TRANSPORTES COLETIVOS LTDA ME.

Valor: R\$ 123.606,00 (Cento e Vinte e Três Mil Seiscentos e Seis Reais)

Assinatura: 29/12/2015 Vigência: 01/01/2016 Á 31/12/2016

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM

Contratado: JARLEI TRANSPORTES COLETIVOS LTDA ME, situada na LINHA SÃO JOSÉ - INTERIOR, Bairro: INTERIOR, cidade de IPUMIRIM-SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 14.785.889/0001-74.

**EXTRATO DE CONTRATO Nº 74/2015/PM**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE IPUMIRIM

Publicação do extrato contratual nos termos do § Único do art. 61 da Lei 8.666/93.

Contrato Administrativo Público Nº 74/2015

Processo licitatório: Edital de Licitação da Modalidade de PREGÃO PRESENCIAL Nº 54/2011, Processo de Licitação nº 78/2011, homologado em 02 de janeiro de 2012.

Objeto: NONO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO PÚBLICO Nº 06/2012 DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR, PARA O ANO LETIVO DE 2016, QUE ENTRE SI FAZEM O MUNICÍPIO DE IPUMIRIM, ESTADO DE SANTA CATARINA E A EMPRESA TS TRANSPORTES COLETIVOS LTDA.

Valor: R\$ 235.276,00 (Duzentos e Trinta e Cinco Mil Duzentos e Setenta e Seis Reais)

Assinatura: 29/12/2015 Vigência: 01/01/2016 Á 31/12/2016

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM

Contratado: TS TRANSPORTES COLETIVOS LTDA, situada na RUA DOM PEDRO II Nº 44, BAIRRO: CENTRO, cidade de IPUMIRIM-SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 95.800.470/0001-46.

**EXTRATO DE CONTRATO Nº 75/2015/PM**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE IPUMIRIM

Publicação do extrato contratual nos termos do § Único do art. 61 da Lei 8.666/93.

Contrato Administrativo Público Nº 75/2015

Processo licitatório: Edital de Licitação da Modalidade de PREGÃO PRESENCIAL Nº 42/2014, Processo de Licitação nº 73/2014, homologado em 29 de dezembro de 2014.

Objeto: PRIMEIRO TERMO DE ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO PÚBLICO Nº 111/2014, PARA O ANO LETIVO DE 2016, QUE ENTRE SI FAZEM O MUNICÍPIO DE IPUMIRIM, ESTADO DE SANTA CATARINA E A EMPRESA TS TRANSPORTES COLETIVOS LTDA.

Valor: R\$ 74.326,00 (Setenta e Quatro Mil Trezentos e Vinte e Seis Reais)

Assinatura: 29/12/2015 Vigência: 01/01/2016 Á 31/12/2016

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM

Contratado: TS TRANSPORTES COLETIVOS LTDA, situada na RUA DOM PEDRO II Nº 44, BAIRRO: CENTRO, cidade de IPUMIRIM-SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 95.800.470/0001-46.

**EXTRATO DE CONTRATO Nº 76/2015/PM**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE IPUMIRIM

Publicação do extrato contratual nos termos do § Único do art. 61 da Lei 8.666/93.

Contrato Administrativo Público Nº 76/2015

Processo licitatório: Edital de Licitação da Modalidade de PREGÃO PRESENCIAL Nº 23/2013, Processo de Licitação nº 49/2013, homologado em 04 de outubro de 2013.

Objeto: QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO PÚBLICO Nº 67/2013, DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR, PARA O ANO LETIVO DE 2016, QUE ENTRE SI FAZEM O MUNICÍPIO DE IPUMIRIM, ESTADO DE SANTA CATARINA E A EMPRESA MARCOS MAURICIO HELBING ME.

Valor: R\$ 15.090,00 (Quinze Mil e Noventa Reais)

Assinatura: 29/12/2015 Vigência: 01/01/2016 Á 31/12/2016

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM

Contratado: MARCOS MAURICIO HELBING ME, situada na RUA BENTO GONÇALVES, 20, BAIRRO: CENTRO, cidade de IPUMIRIM-SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 08.168.725/0001-03.

**EXTRATO DE CONTRATO Nº 77/2015/PM**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE IPUMIRIM

Publicação do extrato contratual nos termos do § Único do art. 61 da Lei 8.666/93.

Contrato Administrativo Público Nº 77/2015

Processo licitatório: Edital de Licitação da Modalidade de PREGÃO PRESENCIAL Nº 6/2015, Processo de Licitação nº 18/2015, homologado em 23 de março de 2015.

Objeto: PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO PÚBLICO Nº 24/2015, PARA O ANO LETIVO DE 2016, QUE ENTRE SI FAZEM O MUNICÍPIO DE IPUMIRIM, ESTADO DE SANTA CATARINA E A EMPRESA MARCOS MAURICIO HELBING ME.

Valor: R\$ 8.568,00 (Oito Mil Quinhentos e Sessenta e Oito Reais).

Assinatura: 29/12/2015 Vigência: 01/01/2016 Á 31/12/2016

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM

Contratado: MARCOS MAURICIO HELBING ME, situada na RUA BENTO GONÇALVES, 20, BAIRRO: CENTRO, cidade de IPUMIRIM-SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 08.168.725/0001-03.

**EXTRATO DE CONTRATO Nº 78/2015/PM**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE IPUMIRIM

Publicação do extrato contratual nos termos do § Único do art. 61 da Lei 8.666/93.

Contrato Administrativo Público Nº 78/2015

Processo licitatório: Edital de Licitação da Modalidade de PREGÃO PRESENCIAL Nº 15/2011, Processo de Licitação nº 25/2011, homologado em 12 de abril de 2011.

Objeto: OITAVO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO PÚBLICO Nº 54/2011, DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR, PARA O ANO LETIVO DE 2016, QUE ENTRE SI FAZEM O MUNICÍPIO DE IPUMIRIM, ESTADO DE SANTA CATARINA E A EMPRESA MARCOS MAURICIO HELBING ME.

Valor: R\$ 33.056,00 (Trinta e Três Mil e Cinquenta e Seis Reais)

Assinatura: 29/12/2015 Vigência: 01/01/2016 Á 31/12/2016

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM

Contratado: MARCOS MAURICIO HELBING ME, situada na RUA BENTO GONÇALVES, 20, BAIRRO: CENTRO, cidade de Ipumirim-SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 08.168.725/0001-03.

**EXTRATO DE CONTRATO Nº 79/2015/PM**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE IPUMIRIM

Publicação do extrato contratual nos termos do § Único do art. 61 da Lei 8.666/93.

Contrato Administrativo Público Nº 79/2015

Processo licitatório: Edital de Licitação da Modalidade de PREGÃO PRESENCIAL Nº 42/2014, Processo de Licitação nº 73/2014, homologado em 29 de dezembro de 2014.

Objeto: SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO PÚBLICO Nº 109/2014, PARA O ANO LETIVO DE 2016, QUE ENTRE SI FAZEM O MUNICÍPIO DE IPUMIRIM, ESTADO DE SANTA CATARINA E A EMPRESA MARCOS MAURICIO HELBING ME.

Valor: R\$ 70.170,00 (Setenta Mil Cento e Setenta Reais)

Assinatura: 29/12/2015 Vigência: 01/01/2016 Á 31/12/2016

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM

Contratado: MARCOS MAURICIO HELBING ME, situada na RUA BENTO GONÇALVES, 20, BAIRRO: CENTRO, cidade de Ipumirim-SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 08.168.725/0001-03.

**EXTRATO DE CONTRATO Nº 80/2015/PM**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE IPUMIRIM

Publicação do extrato contratual nos termos do § Único do art. 61 da Lei 8.666/93.

Contrato Administrativo Público Nº 80/2015

Processo licitatório: Edital de Licitação da Modalidade de PREGÃO PRESENCIAL Nº 54/2011, Processo de Licitação nº 78/2011, homologado em 02 de janeiro de 2012.

Objeto: OITAVO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO PÚBLICO Nº 05/2012 DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR, PARA O ANO LETIVO DE 2016, QUE ENTRE SI FAZEM O MUNICÍPIO DE IPUMIRIM, ESTADO DE SANTA CATARINA E A EMPRESA MARCOS MAURICIO HELBING ME.

Valor: R\$ 32.796,00 (Trinta e Dois Mil Setecentos e Noventa e Seis Reais)

Assinatura: 29/12/2015 Vigência: 01/01/2016 Á 31/12/2016

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM

Contratado: MARCOS MAURICIO HELBING ME, situada na RUA BENTO GONÇALVES, 20, BAIRRO: CENTRO, cidade de Ipumirim-SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 08.168.725/0001-03.

**EXTRATO DE CONTRATO Nº 81/2015/PM**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE IPUMIRIM

Publicação do extrato contratual nos termos do § Único do art. 61 da Lei 8.666/93.

Contrato Administrativo Público Nº 81/2015

Processo licitatório: Edital de Licitação da Modalidade de PREGÃO PRESENCIAL Nº 42/2014, Processo de Licitação nº 73/2014, homologado em 29 de dezembro de 2014.

Objeto: SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO PÚBLICO Nº 110/2014, PARA O ANO LETIVO DE 2016, QUE ENTRE SI FAZEM O MUNICÍPIO DE IPUMIRIM, ESTADO DE SANTA CATARINA E A EMPRESA WELLITUR TRANSPORTE ESCOLAR LTDA-ME.

Valor: R\$ 100.630,00 (Cem Mil Seiscentos e Trinta Reais)

Assinatura: 29/12/2015 Vigência: 01/01/2016 Á 31/12/2016

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM

Contratado: WELLITUR TRANSPORTE ESCOLAR LTDA-ME, situada na ESTRADA LINHA DO MEIO S/N, BAIRRO: INTERIOR, cidade de IPUMIRIM-SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 14.569.819/0001-89.

**EXTRATO DE CONTRATO Nº 82/2015/PM**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE IPUMIRIM

Publicação do extrato contratual nos termos do § Único do art. 61 da Lei 8.666/93.

Contrato Administrativo Público Nº 82/2015

Processo licitatório: Edital de Licitação da Modalidade de PREGÃO PRESENCIAL Nº 26/2012, Processo de Licitação nº 66/2012, homologado em 20 de julho de 2012.

Objeto: NONO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO PÚBLICO Nº 68/2012 DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR, PARA O ANO LETIVO DE 2016, QUE ENTRE SI FAZEM O MUNICÍPIO DE IPUMIRIM, ESTADO DE SANTA CATARINA E A EMPRESA WELLITUR TRANSPORTE ESCOLAR LTDA ME.

Valor: R\$ 62.070,00 (Sessenta e Dois Mil e Setenta Reais)

Assinatura: 29/12/2015 Vigência: 01/01/2016 Á 31/12/2016

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM

Contratado: WELLITUR TRANSPORTE ESCOLAR LTDA-ME, situada na ESTRADA LINHA DO MEIO S/N, BAIRRO: INTERIOR, cidade de IPUMIRIM-SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 14.569.819/0001-89.

**EXTRATO DE CONTRATO Nº 83/2015/PM**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE IPUMIRIM

Publicação do extrato contratual nos termos do § Único do art. 61 da Lei 8.666/93.

Contrato Administrativo Público Nº 83/2015

Processo licitatório: Edital de Licitação da Modalidade de PREGÃO PRESENCIAL Nº 60/2011, Processo de Licitação nº 84/2011, homologado em 12 de janeiro de 2012.

Objeto: DÉCIMO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO PÚBLICO nº 11/2012 DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR, PARA O ANO LETIVO DE 2016, QUE ENTRE SI FAZEM O MUNICÍPIO DE IPUMIRIM, ESTADO DE SANTA CATARINA E A EMPRESA TRANSPORTES ALESSI LTDA.

Valor: R\$ 175.036,00 (Cento e Setenta e Cinco Mil e Trinta e Seis Reais)

Assinatura: 29/12/2015 Vigência: 01/01/2016 Á 31/12/2016

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM

Contratado: TRANSPORTES ALESSI LTDA, situada na RUA SETE DE SETEMBRO, S/N, Bairro CENTRO, cidade de LINDOIA DO SUL-SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 81.297.012/0001-21.

**EXTRATO DE CONTRATO Nº 84/2015/PM**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE IPUMIRIM

Publicação do extrato contratual nos termos do § Único do art. 61 da Lei 8.666/93.

Contrato Administrativo Público Nº 84/2015

Processo licitatório: Edital de Licitação da Modalidade de PREGÃO PRESENCIAL Nº 54/2011, Processo de Licitação nº 78/2011, homologado em 02 de janeiro de 2012.

Objeto: SEXTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO PÚBLICO Nº 04/2012 DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR, PARA O ANO LETIVO DE 2016, QUE ENTRE SI FAZEM O MUNICÍPIO DE IPUMIRIM, ESTADO DE SANTA CATARINA E A EMPRESA TRANSPORTES POZZA LTDA ME.

Valor: R\$ 46.250,00 (Quarenta e Seis Mil Duzentos e Cinquenta Reais)

Assinatura: 29/12/2015 Vigência: 01/01/2016 Á 31/12/2016

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM

Contratado: TRANSPORTES POZZA LTDA ME, situada na BOM SUCESSO, Bairro: RURAL, cidade de IPUMIRIM-SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.447.836/0001-39.

**EXTRATO DE CONTRATO Nº 85/2015/PM**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE IPUMIRIM

Publicação do extrato contratual nos termos do § Único do art. 61 da Lei 8.666/93.

Contrato Administrativo Público Nº 85/2015

Processo licitatório: Edital de Licitação da Modalidade de PREGÃO PRESENCIAL Nº 54/2011, Processo de Licitação nº 78/2011, homologado em 02 de janeiro de 2012.

Objeto: NONO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO PÚBLICO Nº 07/2012 DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR, PARA O ANO LETIVO DE 2016, QUE ENTRE SI FAZEM O MUNICÍPIO DE IPUMIRIM, ESTADO DE SANTA CATARINA E A EMPRESA VALDECIR FALABRETTI ME.

Valor: R\$ 86.114,00 (Oitenta e Seis Mil Cento e Quatorze Reais)

Assinatura: 29/12/2015 Vigência: 01/01/2016 Á 31/12/2016

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM

Contratado: VALDECIR FALABRETTI ME, situada na BOM SUCESSO, Bairro: RURAL, cidade de IPUMIRIM-SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 12.025.975/0001-53.

**EXTRATO DE CONTRATO Nº 86/2015/PM**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE IPUMIRIM

Publicação do extrato contratual nos termos do § Único do art. 61 da Lei 8.666/93.

Contrato Administrativo Público Nº 86/2015

Processo licitatório: Edital de Licitação da Modalidade de PREGÃO PRESENCIAL Nº 2/2013, Processo de Licitação nº 7/2013, homologado em 08 de março de 2013.

Objeto: TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO PÚBLICO Nº 6/2013, PARA O ANO LETIVO DE 2016, QUE ENTRE SI FAZEM O MUNICÍPIO DE IPUMIRIM, ESTADO DE SANTA CATARINA, E A EMPRESA R E T TRANSPORTES LTDA- ME.

Valor: R\$ 69.106,00 (Sessenta e Nove Mil Cento e Seis Reais)

Assinatura: 29/12/2015 Vigência: 01/01/2016 Á 31/12/2016

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM

Contratado: R E T TRANSPORTES LTDA- ME., situada na RUA DIAS VELHO, Nº 102, Bairro: CENTRO, cidade de IPUMIRIM-SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.426.412/0001-13.

**EXTRATO DE CONTRATO Nº 87/2015/PM**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE IPUMIRIM

Publicação do extrato contratual nos termos do § Único do art. 61 da Lei 8.666/93.

Contrato Administrativo Público Nº 87/2015

Processo licitatório: Edital de Licitação da Modalidade de PREGÃO PRESENCIAL Nº 19/2012, Processo de Licitação nº 46/2012, homologado em 14 de maio de 2012.

Objeto: NONO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO PÚBLICO Nº 50/2012 DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR, QUE ENTRE SI FAZEM O MUNICÍPIO DE IPUMIRIM, ESTADO DE SANTA CATARINA E A EMPRESA VIAGENS ZONTA LTDA ME, PARA O ANO DE LETIVO DE 2016.

Valor: R\$ 138.062,00 (Cento e Trinta e Oito Mil e Sessenta e Dois Reais)

Assinatura: 29/12/2015 Vigência: 01/01/2016 Á 31/12/2016

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM

Contratado: VIAGENS ZONTA LTDA - ME, situada na RUA 7 DE SETEMBRO, Bairro: CENTRO, cidade de LINDÓIA DO SUL-SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 01.788.333/0001-90.

**EXTRATO DE CONTRATO Nº 88/2015/PM**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE IPUMIRIM

Publicação do extrato contratual nos termos do § Único do art. 61 da Lei 8.666/93.

Contrato Administrativo Público Nº 88/2015

Processo licitatório: Edital de Licitação da Modalidade de PREGÃO PRESENCIAL Nº 19/2012, Processo de Licitação nº 46/2012, homologado em 14 de maio de 2012.

Objeto: SEXTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO PÚBLICO Nº 51/2012 DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR, QUE ENTRE SI FAZEM O MUNICÍPIO DE IPUMIRIM, ESTADO DE SANTA CATARINA E A EMPRESA TRANSPORTES COLETIVOS UNIDOS LTDA - ME, PARA O ANO LETIVO DE 2016.

Valor: R\$ 60.370,00 (Sessenta Mil Trezentos e Setenta Reais)

Assinatura: 29/12/2015 Vigência: 01/01/2016 À 31/12/2016

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM

Contratado: TRANSPORTES COLETIVOS UNIDOS LTDA-ME, situada na RUA BARÃO DO RIO BRANCO Nº 259, Bairro: CENTRO, cidade de LINDÓIA DO SUL-SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 75.484.311/0001-72.

**EXTRATO DE CONTRATO Nº 89/2015/PM**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE IPUMIRIM

Publicação do extrato contratual nos termos do § Único do art. 61 da Lei 8.666/93.

Contrato Administrativo Público Nº 89/2015

Processo licitatório: Edital de Licitação da Modalidade de TOMADA DE PREÇOS Nº 1/2015, Processo de Licitação nº 33/2015, homologado em 03 de junho de 2015.

Objeto: PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PÚBLICO ADMINISTRATIVO Nº 35/2015, OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA, QUE ENTRE SI FAZEM O MUNICÍPIO DE IPUMIRIM, ESTADO DE SANTA CATARINA E A EMPRESA CONCISA PAVIMENTAÇÃO E TERRAPLENAGEM LTDA.

Valor: R\$ 246.769,86 (Duzentos e Quarenta e Seis Mil Setecentos e Sessenta e Nove Reais e Oitenta e Seis Centavos)

Assinatura: 29/12/2015 Vigência: 31/12/2016

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM

Contratado: CONCISA PAVIMENTAÇÃO E TERRAPLENAGEM LTDA, situada na RUA BORGES DE MEDEIROS Nº 1477 E, Bairro PRESIDENTE MEDICI, cidade de CHAPECÓ-SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 01.341.214/0001-94.



# Irineópolis

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 2928/2016

"ESTABELECE CRITÉRIOS PARA PISO SALARIAL MÍNIMO NACIONAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

JULIANO POZZI PEREIRA, Prefeito Municipal de Irineópolis, no uso de suas atribuições conferidas pelo inciso VII do artigo 65 da Lei Orgânica do Município, e amparada no que dispõe o inciso VI, do artigo 85, da Lei Complementar n.º 007/2001 de 15/10/2001;

CONSIDERANDO o decreto 8.618 de 29 de Dezembro de 2015 que estabeleceu o salário mínimo nacional em R\$ 880,00 (oitocentos e oitenta reais).

#### DECRETA

Art 1º - Para efeito de complementação salarial, com a finalidade de atingir o nível remuneratório mínimo assegurado pela Constituição Federal (Art. 7º, IV), os servidores ocupantes de categorias funcionais, do Quadro de Pessoal do Município, bem como da Autarquia Hospital Municipal Bom Jesus, cujos salários bases não atingem o valor do novo salário mínimo nacional, farão jus à percepção de uma Parcela Remuneratória Complementar (PRC), devida a título de ABONO SALARIAL, que fica instituído por este decreto.

§1º- O abono de que trata o "caput" deste artigo, concedido em caráter excepcional, será pago mensalmente, e terá os seguintes valores por nível salarial conforme previsto na Lei Complementares nº 057/2012 e suas alterações:

- R\$ 21,60 (vinte e um reais e sessenta centavos) para o nível 01 referência (A);
- R\$ 4,43 (quatro reais e quarenta e três centavos) para o nível 02 referência (A);

§2º- O abono ora instituído integrará as verbas mensais dos servidores, inclusive as relativas a férias e 13º salário,

§3º- O abono terá vigência a contar de 01/01/2016 garantida até a próxima revisão geral anual dos servidores públicos municipais, a partir de quando, se possível, será incorporado e absorvido pelos índices concedidos.

§4º- Os valores recebidos a título de abono salarial comporão a base de cálculo para as contribuições do INSS.

Art 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Irineópolis, em 13 de janeiro de 2016.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal.

### EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 02/2016 - PM

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 02/2016

PREGÃO PRESENCIAL N.º 02/2016 – REGISTRO DE PREÇOS

O Município de Irineópolis, torna público para conhecimento dos interessados que realizará no dia 27 de janeiro de 2016, às 09:00 horas, Processo Licitatório na Modalidade Pregão Presencial para Registro de Preços, com critério de adjudicação MENOR PREÇO POR ITEM de acordo com a Lei n.º 10.520/02, visando a "AQUISIÇÃO DE 20.000 TONELADAS DE PEDREGULHO SUJO E 20.000 TONELADAS DE AREIA PARA USO DIVERSOS, COM ENTREGA PARCELADA, PARA O EXERCÍCIO DE 2016". O Edital de Licitação encontra-se a disposição dos interessados, no Departamento de Licitações, no horário das 08:30 às 11:30 e das 13:00 às 15:00, sita a Rua Paraná, n.º 200, Centro – Irineópolis – SC, Fone (47) 3625-1111, e no site [www.irineopolis.sc.gov.br](http://www.irineopolis.sc.gov.br).

Irineópolis, 14 de janeiro de 2016.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal

# Itá

## PREFEITURA

### **AVISO DE PROCESSO LICITATÓRIO Nº 003/2016, PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE ITÁ

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 003/2016

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2016

A Prefeita Municipal de Itá - SC, torna público que fará realizar licitação, na modalidade Pregão Presencial, no dia 28 de janeiro de 2016, para aquisição de material de uso permanente (móvel) para uso nas escolas da rede municipal de ensino. As propostas serão recebidas até as 08h30min do dia 28 de janeiro de 2016 e abertas às 08h30min nesta mesma data. O edital encontra-se disponível no site "www.ita.sc.gov.br" as demais informações poderão ser obtidas diariamente na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda e pelo telefone (49) 3458-9508.

Itá - SC, 14 de janeiro de 2016.

LEIDE MARA BENDER

Prefeita Municipal

# Itaiópolis

## PREFEITURA

### **AVISO DE LICITAÇÃO - PR Nº 3/2016**

Processo Licitatório nº 7/2016 - Pregão Presencial nº 3/2016 – Objeto: Registro de Preços para contratação de empresa para prestar serviços de escavadeira hidráulica com rompedor. LOCAL/DATA E HORÁRIO PARA ENTREGA DOS ENVELOPES: Avenida Getúlio Vargas, 308, 3º Piso, Centro, Itaiópolis – SC, no Departamento de Compras e Licitações, junto a Prefeitura Municipal, no dia 28 de Janeiro de 2016, até as 09h20min. ABERTURA DOS ENVELOPES: no dia 28 de Janeiro de 2016, as 09h30min. O Edital estará à disposição dos interessados, no endereço acima mencionado ou pelo Site [www.itaioplis.sc.gov.br](http://www.itaioplis.sc.gov.br). Itaiópolis, 14 de janeiro de 2016. JOSÉ HERALDO SCHRITKE Prefeito Municipal

## FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ITAIÓPOLIS

### **AVISO DE LICITAÇÃO Nº 02/2016**

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ITAIÓPOLIS/SC Processo Licitatório Nº 02/2016; Pregão Presencial nº 02/2016; Objeto: Registro de Preços para Contratação de Empresa para Fornecimento de combustíveis (Gasolina Comum e Óleo Diesel S-10) para uso nos veículos que compõem a frota da SMS. Entrega dos Envelopes: Até às 14:00 horas do dia 29 de Janeiro de 2016; Abertura dos Envelopes: às 14:15 horas do dia 29 de Janeiro de 2016; O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos na Av. Getúlio Vargas, 308, 3º andar, de 2ª à 6ª das 08:00 às 12:00 e das 13:30 à 17:00 horas ou no site [www.itaioplis.sc.gov.br](http://www.itaioplis.sc.gov.br) - Fone 047 3652 2211. Itaiópolis, 14 de janeiro de 2016. Eliseu Alexandre Gabardo – Secretário Municipal de Saúde.

# Itapoá

## PREFEITURA

### **CMDCA: ATA EXTRAORDINÁRIA Nº 001/2016**

Ata: 001/2016

Reunião: Extraordinária

Data: 06/01/2016

Horário: 09h00

Local: Centro de Convivência

Aos seis dias do mês de janeiro de 2015, no Centro de Convivência, situado na avenida das Nações Unidas número 349, balneário Princesa do Mar, Centro, Itapoá, às 09h01 foi realizada a contagem dos presentes pela presidente do CMDCA, Sra. Yolanda Gambarini da Silva, não havendo quórum. Em nova contagem realizada às 09h30 não houve quórum novamente, conforme lista de presença. A Sra. Yolanda Gambarini da Silva encerrou a assembleia às 09h31, marcando a data da próxima extraordinária como sendo 13/01/2016. Não houve formalmente comunicação de ausências por parte dos conselheiros. Assinam a presente abaixo.

ELISA GONZALEZ CORSO	
YOLANDA GAMBARINI DA SILVA	
BRUNA DANIELE PIACENTINI	
SONIA MARIA MIRA FARIAS	
MARCELA DEUNÍSIO OLKOSKI	

### **CMDCA: ATA EXTRAORDINÁRIA Nº 002/2016**

Ata: 002/2016

Reunião: Extraordinária

Data: 13/01/2016

Horário: 09h00

Local: Centro de Convivência

Aos treze dias do mês de janeiro de 2016, no Centro de Convivência, situado na avenida das Nações Unidas número 349, balneário Princesa do Mar, Centro, Itapoá, às 09h02 foi realizada a contagem dos presentes pela presidente do CMDCA, Sra. Yolanda Gambarini da Silva, não havendo quórum. Em nova contagem realizada às 09h06 houve quórum, conforme lista de presença. A comissão de análise documentação, representada pela Sra. Sonia Maria e pelo Lincoln informaram o status do processo, e que ainda não houve retorno por parte da promotora de Jaraguá do Sul. Da mesma forma, não houve retorno por parte da Sra. Deborah Karin. A Sra. Elaine sugeriu que se use a Lei 13.019 como base da documentação. A Sra. Bruna informou que as instituições têm inscrição no CMDCA mas não há respaldo de Rol de Documentos e/ou Resolução do Conselho prevendo a documentação necessária para o cadastro das entidades. O conselho procurará o trabalho realizado pela comissão e apresentará para aprovação do conselho e posteriormente, será efetuada Resolução para publicação. A Sra. Elaine explanou sobre a inviabilidade da abertura de Edital e que as próprias entidades, quando necessário deverão procurar o CMDCA, que o edital de chamamento deverá ser realizada pela contratante, ou seja, pela Prefeitura de Itapoá e não o CMDCA. O conselho em unanimidade concordou com a conselheira Elaine Alves. A comissão deverá procurar a Sra. Deborah Karim. A Sra. Alessandra Silveira informou que os conselheiros Rosane, Levi e Taíza irão a capacitação promovida pela AMUNESC, que o transporte já está agendado e que o contrato para a construção do abrigo terá que ser prorrogado por dois meses em função das chuvas. A Sra. Yolanda informou que os conselheiros são obrigados a fazer a capacitação. A Sra. Elisa informa que os conselheiros não são

obrigados a fazer a capacitação. A Sra. Bruna informa que uma das funções dos conselheiros é se capacitar e que, se necessário, deve ser informado o M.P. A Sra. Elaine declara ser necessário a comprovação dos convites, ofícios e demais atos do conselho previamente a comunicação do M.P. Com relação a capacitação dos Conselheiros Tutelares, definiu-se oficial o Conselho Tutelar para que informe os integrantes que participarão da capacitação a ser realizada em 14/01/2016 na AMUNESC, apresentando justificativa dos que não participarão, como também quais as capacitações realizadas pelos conselheiros desta gestão e se todos tem a senha de acesso ao sistema SIPIA. Com relação a publicidade da ata de votação da presidente do CMDCA, requerida pelo Banco do Brasil para o FIA, definiu-se encaminhar a ata para publicação. A Sra. Elisa relatou o encerramento da jornada ampliada, contudo a Sra. Elaine atualizou a situação do município, relatando que não houve até o momento, notícia de fechamento de creche no município. Desta forma o conselho não se pronunciará no momento até que novos fatos venham ao conhecimento deste conselho. A Sra. Elaine informou que o Conselho de Educação está fazendo levantamento para averiguação dos fatos e que, após este levantamento, fará as devidas ações necessárias. A Sra. Alessandra encaminhará cópia do TAC para que posteriormente a Secretaria Executiva encaminhe a todos os conselheiros do CMDCA. A Sra. Elaine informa que o CMDCA deve, após encaminhamento e análise dos documentos tomar posição sobre o fato que atinge diretamente as crianças de 01 a 03 anos. A Sra. Elisa, em nome dos demais conselheiros, deu boas vindas a nova conselheira, Sra. Elaine Cristina Alves, representante da APAE. Encaminhar ofício para o M.P. informando a situação atual da abertura da conta do FIA junto ao Banco do Brasil. Não havendo mais nada a se tratar, a Sra. Yolanda Gambarini da Silva encerrou a assembleia às 10h27, marcando a data da próxima assembleia como sendo 27/01/2016. Não houve formalmente comunicação de ausências por parte dos conselheiros. Assinam a presente abaixo.

LINCOLN PAUL PRADAL
ELISA GONZALEZ CORSO
YOLANDA GAMBARINI DA SILVA
ELAINE CRISTINA ALVES
BRUNA DANIELE PIACENTINI
CENITA S. DANI
SONIA MARIA MIRA FARIAS
ALESSANDRA SILVEIRA OLIVEIRA
MARCELA DEUNÍSIO OLKOSKI

### **DECRETO MUNICIPAL Nº 2636/2016 ALTERA O DECRETO MUNICIPAL Nº 2461/2015, DE 28 DE MAIO DE 2015, QUE NOMEIA E COMPÕE O CONSELHO MUNICIPAL DE DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CMDCA, DO MUNICÍPIO DE ITAPOÁ.**

DECRETO MUNICIPAL Nº 2636/2016

Data: 12 de janeiro de 2016

ALTERA O DECRETO MUNICIPAL Nº 2461/2015, DE 28 DE MAIO DE 2015, QUE NOMEIA E COMPÕE O CONSELHO MUNICIPAL DE DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CMDCA, DO MUNICÍPIO DE ITAPOÁ.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei

Municipal nº 175/20018, de 21 de maio de 2008, alterada pelas Leis Municipais nº 235/2009, de 27 de agosto de 2009 e 573/2015, de 13 de maio de 2015, e, considerando a Of./SMAS/nº 003/2016, de 11 de janeiro de 2016,

DECRETA

Art. 1º Fica alterado o Decreto Municipal nº 2461/2015, de 28 de maio de 2015, conforme segue:

Sociedade Civil:

3) Representantes de organizações da Sociedade Civil:

b) Elaine Cristina Alves (APAE) ..... Titular

Marlene Amâncio (APAE) ..... Suplente

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação e altera o Decreto Municipal nº 2461/2015, de 28 de maio de 2015. Itapoá (SC), 12 de janeiro de 2016.

SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

**DECRETO MUNICIPAL Nº 2637/2016 ALTERA O DECRETO MUNICIPAL Nº 2565/2015, DE 09 DE OUTUBRO DE 2015, QUE NOMEIA E COMPÕE O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CMAS, PARA O BIÊNIO 2015/2017.**

DECRETO MUNICIPAL Nº 2637/2016

Data: 12 de janeiro de 2016

ALTERA O DECRETO MUNICIPAL Nº 2565/2015, DE 09 DE OUTUBRO DE 2015, QUE NOMEIA E COMPÕE O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CMAS, PARA O BIÊNIO 2015/2017.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Municipal nº 030/2001, de 29 de junho de 2001, alterada pela Lei Municipal nº 397/2012, e considerando Of./CMAS/nº 002/2016, de 11 de janeiro de 2016,

DECRETA

Art.1º Fica alterado o Decreto Municipal nº 2565/2015, de 09 de outubro de 2015, conforme segue:

Representantes não-governamentais

· Entidades ou Organizações de Assistência Social que prestam sem fins lucrativos, atendimento assistencial conforme determina a Lei:

· Lana Rosélia Quadros Beveláqua Titular

· Marlene Amâncio Suplente

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação e altera o Decreto Municipal nº 2565/2015, de 09 de outubro de 2015.

Itapoá (SC), 12 de janeiro de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

**DECRETO MUNICIPAL Nº 2638/2016 INSTAURA PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR – PAD Nº 45/2016, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

DECRETO MUNICIPAL Nº 2638/2016

Data: 13 de janeiro de 2016.

INSTAURA PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR – PAD Nº 45/2016, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições legais,

DECRETA

Art.1º Fica instaurado o Processo Administrativo Disciplinar – PAD nº 45/2016, nos termos da Lei Complementar nº 044/2014, de 12 de setembro de 2014, que será conduzido por comissão constituída pelos seguintes servidores:

a) Adalberto Geraldo Lupatelli .....Presidente

b) Maurício Deunísio Olkoski ..... Membro

c) Izabel Correia da Silva ..... Membro

§ 1º Caberá à Comissão apurar indícios de descumprimento aos incisos I, II, IV “a”, VIII e X, do artigo 151, e incisos V e VI do artigo 152, da Lei Complementar Municipal nº 044/2014, de 12 de setembro de 2014, pelo servidor Anderson Weber, lotado na Secretaria Municipal de Saúde.

§ 2º Os autos do Processo de Sindicância Investigatória nº 39/2015 integram o presente Processo Administrativo Disciplinar como peça informativa de instrução.

§ 3º A Comissão terá vigência até a conclusão dos trabalhos.

§ 4º A Comissão deverá apurar os fatos no prazo de 60 (sessenta) dias, prorrogável por igual período, a critério da autoridade superior.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itapoá (SC), 13 de janeiro de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

**SECRETARIA DE EDUCAÇÃO: TERMO DE CONVOCAÇÃO Nº 01-2016 DO EDITAL Nº 46-2016**

TERMO CONVOCAÇÃO Nº 01/2016

PROCESSO SELETIVO: Edital nº 46/2015 – Ana Claudia de Oliveira Jacinto, Secretária Municipal de Educação, no uso de suas atribuições legais, torna público pelo presente Termo os candidatos convocados à comparecerem na Secretária de Educação no dia 18/01/2016, as 9h00min, para distribuição de vagas aos professores que atuarão nas escolas de Ensino Fundamental, Educação Infantil da Rede Municipal de Itapoá.

Class.	CH	Área	Candidato	Período de Contrato	
1	40 hs	Administração	Juliana Cristina Soares Speck	01/02/2016	17/12/2016
2	40 hs	Administração	Juélcio Luiz Pereira	01/02/2016	17/12/2016

De acordo com o item 8.2 do Edital 046/2015: Perderão todos os direitos sobre a vaga os candidatos classificados que:

- Não se apresentarem no dia e horário determinado pela Secretaria Municipal de Educação;
- Não aceitarem a vaga oferecida;
- Desistirem da vaga;
- Assumirem a vaga e não se apresentarem no trabalho na data estabelecida;

Itapoá, 14 de janeiro de 2016.

Ana Claudia de Oliveira Jacinto  
Secretária de Educação

**TERMO CONVOCAÇÃO Nº 02/2016**

PROCESSO SELETIVO: Edital nº 46/2015 – Ana Claudia de Oliveira Jacinto, Secretária Municipal de Educação, no uso de suas atribuições legais, torna público pelo presente Termo os candidatos convocados à comparecerem na Secretária de Educação no dia 18/01/2016, as 9h00min, para distribuição de vagas aos professores que atuarão nas escolas de Ensino Fundamental, Educação Infantil da Rede Municipal de Itapoá.

Class	CH	Área	Candidato	Período de Contrato	
1	40 hs	Anos Iniciais 1º ao 3º	Claudineia Boegershauser	01/02/2016	17/12/2016
2	40 hs	Anos Iniciais 1º ao 3º	Gislaine da S. Rauen	01/02/2016	17/12/2016
3	40 hs	Anos Iniciais 1º ao 3º	Julio Marasck Fagundes	01/02/2016	17/12/2016

Itapoá, 14 de janeiro de 2016.

Ana Claudia de Oliveira Jacinto  
Secretária de Educação



**TERMO CONVOCAÇÃO Nº 03/2016**

PROCESSO SELETIVO: Edital nº 46/2015 – Ana Claudia de Oliveira Jacinto, Secretária Municipal de Educação, no uso de suas atribuições legais, torna público pelo presente Termo os candidatos convocados à comparecerem na Secretária de Educação no dia 18/01/2016, as 9h00min, para distribuição de vagas aos professores que atuarão nas escolas de Ensino Fundamental, Educação Infantil da Rede Municipal de Itapoá.

Class	CH	Área	Candidato	Período de Contrato	
1	40 hs	Anos Iniciais 4º e 5º	Giovana Cristina Oselame	01/02/2016	01/04/2016

Itapoá, 14 de janeiro de 2016.

Ana Claudia de Oliveira Jacinto

Secretária de Educação

**TERMO CONVOCAÇÃO Nº 04/2016**

PROCESSO SELETIVO: Edital nº 46/2015 – Ana Claudia de Oliveira Jacinto, Secretária Municipal de Educação, no uso de suas atribuições legais, torna público pelo presente Termo os candidatos convocados à comparecerem na Secretária de Educação no dia 18/01/2016, as 9h00min, para distribuição de vagas aos professores que atuarão nas escolas de Ensino Fundamental, Educação Infantil da Rede Municipal de Itapoá.

Nº	CH	Área	Candidato	Período de Contrato	
1	40 hs	Artes	Angela Regina Missio	01/02/2016	17/12/2016

Itapoá, 14 de janeiro de 2016.

Ana Claudia de Oliveira Jacinto

Secretária de Educação

**TERMO CONVOCAÇÃO Nº 05/2016**

PROCESSO SELETIVO: Edital nº 46/2015 – Ana Claudia de Oliveira Jacinto, Secretária Municipal de Educação, no uso de suas atribuições legais, torna público pelo presente Termo os candidatos convocados à comparecerem na Secretária de Educação no dia 18/01/2016, as 9h00min, para distribuição de vagas aos professores que atuarão nas escolas de Ensino Fundamental, Educação Infantil da Rede Municipal de Itapoá.

Nº	CH	Área	Candidato	Período de Contrato	
1	30 hs	Ciências	Luciano Santos Kuroba	01/02/2016	17/12/2016

Itapoá, 14 de janeiro de 2016.

Ana Claudia de Oliveira Jacinto

Secretária de Educação

**TERMO CONVOCAÇÃO Nº 06/2016**

PROCESSO SELETIVO: Edital nº 46/2015 – Ana Claudia de Oliveira Jacinto, Secretária Municipal de Educação, no uso de suas atribuições legais, torna público pelo presente Termo os candidatos convocados à comparecerem na Secretária de Educação no dia 18/01/2016, as 9h00min, para distribuição de vagas aos professores que atuarão nas escolas de Ensino Fundamental, Educação Infantil da Rede Municipal de Itapoá.

Nº	CH	Área	Candidato	Período de Contrato	
1	40 hs	Ed. Física	Rosana Nogueira Batista	01/02/2016	17/12/2016
2	40 hs	Ed. Física	Silvia Pereira dos S. Frisanco	01/02/2016	17/12/2016

Itapoá, 14 de janeiro de 2016.

Ana Claudia de Oliveira Jacinto

Secretária de Educação

**TERMO CONVOCAÇÃO Nº 07/2016**

PROCESSO SELETIVO: Edital nº 46/2015 – Ana Claudia de Oliveira Jacinto, Secretária Municipal de Educação, no uso de suas atribuições legais, torna público pelo presente Termo os candidatos convocados à comparecerem na Secretária de Educação no dia 18/01/2016, as 9h00min, para distribuição de vagas aos professores que atuarão nas escolas de Ensino Fundamental, Educação Infantil da Rede Municipal de Itapoá.

Nº	CH	Área	Candidato	Período de Contrato	
1	40 hs	Geografia	Hadryano Minatto Cavalari	01/02/2016	17/12/2016
2	40 hs	Geografia	Helga Krauss	01/02/2016	20/06/2016

Itapoá, 14 de janeiro de 2016.

Ana Claudia de Oliveira Jacinto  
Secretária de Educação

**TERMO CONVOCAÇÃO Nº 08/2016**

PROCESSO SELETIVO: Edital nº 46/2015 – Ana Claudia de Oliveira Jacinto, Secretária Municipal de Educação, no uso de suas atribuições legais, torna público pelo presente Termo os candidatos convocados à comparecerem na Secretária de Educação no dia 18/01/2016, as 9h00min, para distribuição de vagas aos professores que atuarão nas escolas de Ensino Fundamental, Educação Infantil da Rede Municipal de Itapoá.

Nº	CH	Área	Candidato	Período de Contrato	
1	30 hs	História	Marcos Alfredo Correa	01/02/2016	17/12/2016

Itapoá, 14 de janeiro de 2016.

Ana Claudia de Oliveira Jacinto  
Secretária de Educação

**TERMO CONVOCAÇÃO Nº 09/2016**

PROCESSO SELETIVO: Edital nº 46/2015 – Ana Claudia de Oliveira Jacinto, Secretária Municipal de Educação, no uso de suas atribuições legais, torna público pelo presente Termo os candidatos convocados à comparecerem na Secretária de Educação no dia 18/01/2016, as 9h00min, para distribuição de vagas aos professores que atuarão nas escolas de Ensino Fundamental, Educação Infantil da Rede Municipal de Itapoá.

Nº	CH	Área	Candidato	Período de Contrato	
1	40 hs	Inglês	Darci Pérola Schultz	01/02/2016	17/12/2016
2	40 hs	Inglês	Maris Cristina de O. da Silva	01/02/2016	01/04/2016

Itapoá, 14 de janeiro de 2016.  
Ana Claudia de Oliveira Jacinto  
Secretária de Educação

**TERMO CONVOCAÇÃO Nº 10/2016**

PROCESSO SELETIVO: Edital nº 46/2015 – Ana Claudia de Oliveira Jacinto, Secretária Municipal de Educação, no uso de suas atribuições legais, torna público pelo presente Termo os candidatos convocados à comparecerem na Secretária de Educação no dia 18/01/2016, as 9h00min, para distribuição de vagas aos professores que atuarão nas escolas de Ensino Fundamental, Educação Infantil da Rede Municipal de Itapoá.

Nº	CH	Área	Candidato	Período de Contrato	
1	40 hs	L. Portuguesa	Juliana Rodriguez Villar	01/02/2016	17/12/2016

Itapoá, 14 de janeiro de 2016.  
Ana Claudia de Oliveira Jacinto  
Secretária de Educação

**TERMO CONVOCAÇÃO Nº 11/2016**

PROCESSO SELETIVO: Edital nº 46/2015 – Ana Claudia de Oliveira Jacinto, Secretária Municipal de Educação, no uso de suas atribuições legais, torna público pelo presente Termo os candidatos convocados à comparecerem na Secretária de Educação no dia 18/01/2016, as 9h00min, para distribuição de vagas aos professores que atuarão nas escolas de Ensino Fundamental, Educação Infantil da Rede Municipal de Itapoá.

Nº	CH	Área	Candidato	Período de Contrato	
1	40 hs	Orientação	Cleniane Deodoro Leite Amaral	01/02/2016	17/12/2016

Itapoá, 14 de janeiro de 2016.  
Ana Claudia de Oliveira Jacinto  
Secretária de Educação

**TERMO CONVOCAÇÃO Nº 12/2016**

PROCESSO SELETIVO: Edital nº 46/2015 – Ana Claudia de Oliveira Jacinto, Secretária Municipal de Educação, no uso de suas atribuições legais, torna público pelo presente Termo os candidatos convocados à comparecerem na Secretária de Educação no dia 18/01/2016, as 9h00min, para distribuição de vagas aos professores que atuarão nas escolas de Ensino Fundamental, Educação Infantil da Rede Municipal de Itapoá.

Nº	CH	Área	Candidato	Período de Contrato	
1	40 hs	Supervisão	Juliana Rodriguez Villar	01/02/2016	17/12/2016
2	40 hs	Supervisão	Fabiana Helena Prado da Silva	01/02/2016	17/12/2016
3	40 hs	Supervisão	Vergínia Laurinda Rissi	01/02/2016	17/12/2016
4	40 hs	Supervisão	Cristiane do Rocio Venski Scarpin	01/02/2016	13/05/2016

Itapoá, 14 de janeiro de 2016.  
Ana Claudia de Oliveira Jacinto  
Secretária de Educação

# Ituporanga

## PREFEITURA

### **EDITAL DE PREGÃO Nº 01/2016/FEXPONACE CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONFEÇÃO DE FOLDERS, ADESIVOS, CONVITES OFICIAIS, PASTAS, CREDENCIAS, PAPEL TIMBRADO, PANFLETOS, CARTAZES, PROJETOS, BANNERS, CRACHÁS, COPOS PARA A 23º EXPOFERIA NACIONAL DA CEBOLA DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA/SC**

FEXPONACE - FUNDAÇÃO PROMOTORA DE EXPOSIÇÕES, FEIRAS E EVENTOS TURÍSTICOS, CULTURAIS E ESPORTIVOS DE ITUPORANGA  
AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL nº01/2016

Processo: 01/2016

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONFEÇÃO DE FOLDERS, ADESIVOS, CONVITES OFICIAIS, PASTAS, CREDENCIAS, PAPEL TIMBRADO, PANFLETOS, CARTAZES, PROJETOS, BANNERS, CRACHÁS, COPOS PARA A 23º EXPOFERIA NACIONAL DA CEBOLA DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA/SC. FORMA DE JULGAMENTO: Menor Preço por Item. ENTREGA DOS ENVELOPES: Dia 27 de janeiro de 2016 até as 09:00 horas. ABERTURA DOS ENVELOPES DAS PROPOSTAS E CREDENCIAMENTO: Dia 27 de janeiro de 2016 às 09:30 horas no setor de licitações. INÍCIO PARA ETAPA DE LANCES: Às 10:00 horas do mesmo dia, na sala de Reuniões da Prefeitura. Informações: Esclarecimentos poderão ser obtidos no setor de Licitações da Prefeitura do Município de Ituporanga, situada à Rua Vereador Joaquim Boeing, 40, Centro das 07:00 às 13:00 horas e pelo fone (\*\*47) 3533-1211.O Edital completo poderá ser obtido pelos interessados no endereço eletrônico: [www.ituporanga.sc.gov.br](http://www.ituporanga.sc.gov.br), no link Prefeitura/Editais/Licitações.

Ituporanga, 15 de janeiro de 2016

RICARDO DE SOUZA SALVALAGIO

Presidente da Fexponace



# Joaçaba

## PREFEITURA

### 887/2012 TA 06

CONTRATO Nº 887/2012/PMJ – TA 06

O MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC), pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Avenida XV de Novembro, nº 378, inscrito no CNPJ sob o nº 82.939.380/0001-99, por intermédio da SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, a seguir denominada simplesmente LOCATÁRIO, representada neste ato pela Secretária Marilde Terezinha Bittencourt, e a ASSOCIAÇÃO ATLÉTICA BANCO DO BRASIL, com sede administrativa na Rua Roberto Trompowski, 110, centro, Joaçaba, SC, inscrito no CNPJ nº 84.592.484/0001-03, a seguir denominado simplesmente LOCADOR, neste ato representado pelo seu presidente, Sr. Rony Edson Lenz, residente e domiciliado nesta cidade de Joaçaba, SC, celebram de comum acordo o presente TERMO ADITIVO ao contrato nº 887/2012/PMJ, firmado em 13/01/2012, proveniente do Processo de Licitação nº 4/2012/PMJ – Dispensa de Licitação nº 2/2012/PMJ, cujo objeto é a locação das dependências do ginásio de esportes de propriedade do LOCADOR, destinadas à execução das aulas de Educação Física para os alunos da rede municipal de ensino – do Centro Educacional Roberto Trompowsky, onde se ADITA a CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR E DO REAJUSTE, nos seguintes termos:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR E DO REAJUSTE

O valor mensal do contrato fica reajustado em 11,2762%, correspondente à variação do INPC/IBGE no período de 01/01/2015 a 31/12/2015, passando de R\$ 2.408,00 para R\$ 2.679,00 (dois mil seiscentos e setenta e nove reais), a partir de 01 de fevereiro de 2016.

#### CLÁUSULA SEGUNDA

As demais cláusulas do contrato original permanecem inalteradas.

Fica eleito o foro da cidade de Joaçaba (SC) para dirimir questões oriundas deste instrumento, renunciando as partes a qualquer outro que lhe possa ser mais favorável.

E, por estarem acordes, firmam o presente instrumento, juntamente com as testemunhas, em quatro vias de igual teor, para todos os efeitos de direito.

JOAÇABA (SC), em 13 de janeiro de 2016.  
MUNICÍPIO DE JOAÇABA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
Marilde Terezinha Bittencourt - Secretária

ASSOCIAÇÃO ATLÉTICA BANCO DO BRASIL - LOCADOR  
Rony Edson Lenz - Presidente

Testemunhas:

1. \_\_\_\_\_

2. \_\_\_\_\_

### DECRETO Nº 4.889 DE 14 DE JANEIRO DE 2016.

DECRETO Nº 4.889 DE 14 DE JANEIRO DE 2016.  
DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, AUTORIZADO PELO ARTIGO 15 DA LEI MUNICIPAL 4.664 DE 21/12/15 (LOA) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Joaçaba (SC), no uso de atribuições que lhe são conferidas por Lei,

#### DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar na importância de R\$ 65.092,43 (sessenta e cinco mil, noventa e dois reais e quarenta e três centavos), destinados à suplementação das dotações abaixo descritas pertencentes ao Orçamento Municipal vigente, por conta do superávit financeiro do exercício anterior dos recursos do Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS:

Órgão: 16 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Unidade Orçamentária: 01 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Proj./Atividade: 2.101 MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ASSISTENCIAIS A COMUNIDADE

Modalidade Aplicação: 3.3.50.00.00.00.00.00.0.3.000.0 (47) - R\$ 20.727,41

Modalidade Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.0.3.000.0 (48) - R\$ 5.000,00

Modalidade Aplicação: 3.1.90.00.00.00.00.00.0.3.000.0 (49) - R\$ 28.715,02

Órgão: 16 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Unidade Orçamentária: 01 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Proj./Atividade: 2.100 MANUTENÇÃO DOS BENEFÍCIOS EVENTUAIS

Modalidade Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.0.3.000.0 (50) Valor: R\$ 10.000,00

Órgão: 16 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Unidade Orçamentária: 01 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Proj./Atividade: 2.076 PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL – ABRIGO

Modalidade Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.0.3.000.0 (51) Valor: R\$ 650,00

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Joaçaba (SC), 14 de janeiro de 2016.  
RAFAEL LASKE  
Prefeito

**HOMOLOG PL 119/2015 OMJ**

PREFEITURA DE JOAÇABA

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 119/2015/PMJ

PREGÃO PRESENCIAL Nº 64/2015/PMJ

O Prefeito do Município de Joaçaba, Rafael Laske, no uso de suas atribuições, resolve:

HOMOLOGAR o Processo Licitatório nº 119/2015/PMJ.

- Modalidade: PP 64/2015/PMJ.

Objeto: o Registro de Preços para aquisição eventual e futura de combustíveis e lubrificantes, destinados à manutenção dos veículos, máquinas e equipamentos da frota municipal.

-Empresas Vencedoras:

POSTO DE COMBUSTIVEIS MICHELLOS LTDA

VALOR R\$ 397.424,20

COM. DE COMBUSTIVEIS E TRANSP. ARALDI LTDA.

VALOR R\$ 895.436,00

POSTO ESTRELA LTDA

VALOR R\$ 193.612,77

2) AUTORIZAR a emissão das notas de empenhos correspondentes.

Joaçaba (SC), 14 de janeiro de 2016.

MUNICÍPIO DE JOAÇABA

Prefeito de Joaçaba

Rafael Laske

**NOTA PUBLICAÇÃO SEM EFEITO - CREDENCIAMENTO 1/2016/FMS**

MUNICÍPIO DE JOAÇABA-SC

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

NOTA DE PUBLICAÇÃO SEM EFEITO

O Fundo Municipal de Saúde de Joaçaba TORNA SEM EFEITO a publicação do Edital de Credenciamento nº 1/2016/FMS, cujo objeto é o "credenciamento de Unidades Prestadoras de Serviços de Assistência à Saúde, na área ambulatorial, com a finalidade de atendimento as necessidades de média complexidade da população própria do Município de Joaçaba no procedimento 03.01.07.007-5 – Atendimento / Acompanhamento de Paciente em Reabilitação do Desenvolvimento Neuropsicomotor, da Tabela Unificada de Procedimentos SUS do Ministério da Saúde, em conformidade com a Portaria MS/GM nº 1.635/2002 e Portaria MS/SAS nº 728/2002 ou outra que venha substituí-la", feita no DOM, na edição nº 1909, de 13/01/2016, páginas 410-418, bem como, da errata feita na edição nº 1910, de 14/01/2016, página 292.

Joaçaba (SC), 14 de janeiro de 2016.

PAULA GIOVANA KLEBER

Secretária Municipal de Saúde - FMS

**PAUTA DA SESSÃO Nº 077/2016 - CONSELHO MUNICIPAL DE CONTRIBUINTES - SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO FINANCEIRA**

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO FINANCEIRA

CONSELHO MUNICIPAL DE CONTRIBUINTES

**PAUTA DA SESSÃO Nº 077/2016**

O CONSELHO MUNICIPAL DE CONTRIBUINTES, nomeado pelo Decreto nº 4.565 de 02 de maio de 2014, alterado pelos Decretos nº4.629 de 05 de setembro de 2014 e nº 4.838 de 09 de outubro de 2015 torna público que de acordo com o artigo 10 de seu Regimento Interno, realizará Sessão Ordinária no dia 25 de janeiro de 2016, segunda-feira, com início às 08h30min, nas dependências da Sala de Reuniões da Prefeitura de Joaçaba (SC), a fim de deliberar dos seguintes assuntos:

1. Leitura, discussão e aprovação da Ata de nº 93 de 09 de novembro de 2015;
2. Leitura do Acórdão de nº 077/2016 relativo ao Processo nº139.159/2015 em nome de ASSOCIAÇÃO ATLÉTICA FREI BRUNO, pelo Conselheiro DIRCEU ANTONIO BAZZO;
3. Encerramento da Sessão e convocação da seguinte.

JOAÇABA(SC), em 13 de janeiro de 2016.

Graciela Glasenapp

Secretária do CMC

01/2016 PMJ

Página: 1/13

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2016**

**Número do Registro de Preços: 1/2016      Data do Registro: 14/01/2016      Válido até: 14/01/2017**

**Objeto da Compra:** Registro de Preços para aquisição eventual e futura de combustíveis e lubrificantes, destinados à manutenção dos veículos, máquinas e equipamentos da frota municipal.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	GASOLINA COMUM	LTO	POSTO DE COMBUSTIVEIS MICHELLOS LTDA. (9776)	PETROBRAS	0	3.4000	1
			POSTO ESTRELA LTDA (8523)		0	3.5400	2
			COMERCIO DE COMBUSTIVEIS E TRANSPORTES ARALDI LTDA (10066)		0	3.5800	3
2	ÓLEO DIESEL S-10	LTO	COMERCIO DE COMBUSTIVEIS E TRANSPORTES ARALDI LTDA (10066)	SHELL	0	2.8300	1
			POSTO DE COMBUSTIVEIS MICHELLOS LTDA. (9776)		0	2.8500	2
			POSTO ESTRELA LTDA (8523)		0	3.2900	3
3	Óleo Lubrificante para Motores a Diesel - 30 CF (balde 20 litros)	BDE	POSTO ESTRELA LTDA (8523)	INGRAX	0	220.0000	1
			MIRANDA & MIRANDA COMERCIO DE PECAS E SERVICOS EM (6322)		0	232.5000	2
			POSTO DE COMBUSTIVEIS MICHELLOS LTDA. (9776)		0	309.0000	3
4	ÓLEO LUBRIFICANTE PARA MOTORES A DIESEL 15W40 API CI-4 (BALDE 20 LITROS)	BDE	POSTO ESTRELA LTDA (8523)	BR	0	226.0000	1
			MIRANDA & MIRANDA COMERCIO DE PECAS E SERVICOS EM (6322)		0	238.5000	2

Página: 2/13

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2016**

Número do Registro de Preços: 1/2016		Data do Registro: 14/01/2016		Válido até: 14/01/2017			
Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição eventual e futura de combustíveis e lubrificantes, destinados à manutenção dos veículos, máquinas e equipamentos da frota municipal.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

			POSTO DE COMBUSTIVEIS MICHELLOS LTDA. (9776)		0	250,0000	3
5	Óleo Lubrificante para motores a Diesel 15W/40 30 CF (balde 20 litros)	BDE	POSTO DE COMBUSTIVEIS MICHELLOS LTDA. (9776)	PETROBRAS	0	235,0000	1
			POSTO ESTRELA LTDA (8523)		0	280,0000	2
6	Óleo Lubrificante Semi-Sintético 15W/40 CG 4 para Motores a Diesel (litro)	LTO	POSTO DE COMBUSTIVEIS MICHELLOS LTDA. (9776)	PETROBRAS	0	14,8000	1
			POSTO ESTRELA LTDA (8523)		0	16,9000	2
7	ÓLEO LUBRIFICANTE SEMI-SINTÉTICO 10W/40 PARA MOTORES A GASOLINA/ÁLCOOL (LITRO)	LTO	POSTO ESTRELA LTDA (8523)	BR	0	19,9000	1
			MIRANDA & MIRANDA COMERCIO DE PECAS E SERVICOS EM (6322)		0	21,5000	2
			POSTO DE COMBUSTIVEIS MICHELLOS LTDA. (9776)		0	22,0000	3
8	Óleo Lubrificante 100% Sintético 5W/30 (litro)	LTR	COMERCIO DE COMBUSTIVEIS E TRANSPORTES ARALDI LTDA (10066)	SHELL	0	30,0000	1
			POSTO ESTRELA LTDA (8523)		0	32,0000	2
9	ÓLEO LUBRIFICANTE 15W/40 PARA MOTORES A GASOLINA/ÁLCOOL (LITRO)	LTR	COMERCIO DE COMBUSTIVEIS E TRANSPORTES ARALDI LTDA (10066)	SHELL	0	24,0000	1

Página: 3/13

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA**

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2016**

Número do Registro de Preços: 1/2016								Data do Registro: 14/01/2016		Válido até: 14/01/2017	
Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição eventual e futura de combustíveis e lubrificantes, destinados à manutenção dos veículos, máquinas e equipamentos da frota municipal.											
Item	Especificação				Unid.	Fornecedor		Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

	MIRANDA & MIRANDA COMERCIO DE PECAS E SERVICOS EM (6322)				0	25,0000	2
	POSTO ESTRELA LTDA (8523)				0	30,0000	3
10	ÓLEO LUBRIFICANTE SAE 20W50 PARA MOTORES A 04 TEMPOS (MOTOCICLETA)	LTR	POSTO ESTRELA LTDA (8523)	BR	0	25,0000	1
	POSTO DE COMBUSTIVEIS MICHELLOS LTDA. (9776)				0	28,0000	2
11	ÓLEO LUBRIFICANTE PMOTORES A 02 TEMPOS (500 ml)	LTO	POSTO ESTRELA LTDA (8523)	BR	0	12,5000	1
	POSTO DE COMBUSTIVEIS MICHELLOS LTDA. (9776)				0	14,5000	2
12	ÓLEO THF 11 PARA TRANSMISSÃO - BALDE 20 LITROS	BDE	POSTO ESTRELA LTDA (8523)	BR	0	269,0000	1
	POSTO DE COMBUSTIVEIS MICHELLOS LTDA. (9776)				0	270,0000	2
	MIRANDA & MIRANDA COMERCIO DE PECAS E SERVICOS EM (6322)				0	298,0000	3
13	ÓLEO ATF PARA TRANSMISSÃO HIDRÁULICA API 30 TDTO - BALDE 20 LITROS	BDE	POSTO DE COMBUSTIVEIS MICHELLOS LTDA. (9776)	PETROBRAS	0	365,0000	1
	POSTO ESTRELA LTDA (8523)				0	367,0000	2
	COMERCIO DE COMBUSTIVEIS E TRANSPORTES ARALDI LTDA (10066)				0	397,0000	3

Página: 4/13

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2016

Número do Registro de Preços: 1/2016		Data do Registro: 14/01/2016		Válido até: 14/01/2017			
Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição eventual e futura de combustíveis e lubrificantes, destinados à manutenção dos veículos, máquinas e equipamentos da frota municipal.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			MIRANDA & MIRANDA COMERCIO DE PECAS E SERVICOS EM (6322)		0	399,0000	4
			POSTO DE COMBUSTIVEIS BORDIGNON LTDA. - EPP (10926)		0	430,0000	5
14	ÓLEO TRANSMISSÃO SAE 30 TDTO TO-4 - BALDE 20 LITROS	BDE	POSTO ESTRELA LTDA (8523)	BR	0	457,0000	1
			COMERCIO DE COMBUSTIVEIS E TRANSPORTES ARALDI LTDA (10066)		0	459,0000	2
			POSTO DE COMBUSTIVEIS BORDIGNON LTDA. - EPP (10926)		0	480,0000	3
15	Óleo transmissão SAE 40 TDTO TO-4 (balde 20 litros)	BDE	POSTO ESTRELA LTDA (8523)	TEXACO	0	412,5000	1
16	ÓLEO TRANSMISSÃO SAE 50 TDTO TO-4 - BALDE 20 LITROS	BDE	POSTO ESTRELA LTDA (8523)	BR	0	477,0000	1
			COMERCIO DE COMBUSTIVEIS E TRANSPORTES ARALDI LTDA (10066)		0	553,0000	2
			POSTO DE COMBUSTIVEIS BORDIGNON LTDA. - EPP (10926)		0	554,0000	3
17	ÓLEO HIDRÁULICO 68 API - 10 W - BALDE 20 LITROS	BDE	POSTO ESTRELA LTDA (8523)	BR	0	174,0000	1
			POSTO DE COMBUSTIVEIS MICHELLOS LTDA. (9776)		0	175,0000	2



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2016

Página: 5/13

Número do Registro de Preços: 1/2016		Data do Registro: 14/01/2016		Válido até: 14/01/2017			
Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição eventual e futura de combustíveis e lubrificantes, destinados à manutenção dos veículos, máquinas e equipamentos da frota municipal.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

			MIRANDA & MIRANDA COMERCIO DE PECAS E SERVICOS EM (6322)		0	198,0000	3
18	Óleo Hidráulico 68 IDO 10 W (balde 20 litros)	BDE	COMERCIO DE COMBUSTIVEIS E TRANSPORTES ARALDI LTDA (10066)	PETROBRAS	0	185,0000	1
			POSTO ESTRELA LTDA (8523)		0	189,0000	2
			MIRANDA & MIRANDA COMERCIO DE PECAS E SERVICOS EM (6322)		0	209,0000	3
19	ÓLEO LUBRIFICANTE SAE 90 API GL 5 PARA ENGRENAGENS - BALDE 20 LITROS	BDE	POSTO ESTRELA LTDA (8523)	BR	0	206,0000	1
			MIRANDA & MIRANDA COMERCIO DE PECAS E SERVICOS EM (6322)		0	218,0000	2
			POSTO DE COMBUSTIVEIS MICHELLOS LTDA. (9776)		0	220,0000	3
20	Óleo Lubrificante SAE 80W140 API GL 5 para Engrenagens (balde 20 litros)	BDE	POSTO DE COMBUSTIVEIS MICHELLOS LTDA. (9776)	PETROBRAS	0	235,0000	1
			COMERCIO DE COMBUSTIVEIS E TRANSPORTES ARALDI LTDA (10066)		0	268,0000	2
21	GRAXA AZUL - BALDE 20 KG	BDE	POSTO ESTRELA LTDA (8523)	INGRAX	0	272,0000	1
			MIRANDA & MIRANDA COMERCIO DE PECAS E SERVICOS EM (6322)		0	288,0000	2

Página: 6/13

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2016**

Número do Registro de Preços: 1/2016								Data do Registro: 14/01/2016		Válido até: 14/01/2017	
Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição eventual e futura de combustíveis e lubrificantes, destinados à manutenção dos veículos, máquinas e equipamentos da frota municipal.											
Item	Especificação				Unid.	Fornecedor		Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

			POSTO DE COMBUSTIVEIS MICHELLOS LTDA. (9776)		0	290,0000	3
22	GRAXA GRAFITADA INDUSTRIAL COMUM - TAMBOR COM 170 QUILOS	TBR	COMERCIO DE COMBUSTIVEIS E TRANSPORTES ARALDI LTDA (10066)	AGRICOPEL	0	2.599,0000	1
			POSTO DE COMBUSTIVEIS MICHELLOS LTDA. (9776)		0	2.600,0000	2
			POSTO ESTRELA LTDA (8523)		0	2.798,0000	3
			POSTO DE COMBUSTIVEIS BORDIGNON LTDA - EPP (10926)		0	2.890,0000	4
			MIRANDA & MIRANDA COMERCIO DE PECAS E SERVICOS EM (6322)		0	3.023,0000	5
23	GRAXA GRAFITADA NLG#2 COM 3% DE MOLIBDÊNIO - BALDE 20 KG	BDE	POSTO DE COMBUSTIVEIS MICHELLOS LTDA. (9776)	PETROBRAS	0	520,0000	1
			COMERCIO DE COMBUSTIVEIS E TRANSPORTES ARALDI LTDA (10066)		0	535,0000	2
			POSTO ESTRELA LTDA (8523)		0	569,0000	3
			POSTO DE COMBUSTIVEIS BORDIGNON LTDA - EPP (10926)		0	643,0000	4
24	GRAXA PARA ROLAMENTOS - BALDE 20 KG	BDE	POSTO ESTRELA LTDA (8523)	BR	0	319,0000	1
			POSTO DE COMBUSTIVEIS MICHELLOS LTDA. (9776)		0	320,0000	2

Página: 7/13

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2016

Número do Registro de Preços: 1/2016		Data do Registro: 14/01/2016		Válido até: 14/01/2017			
Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição eventual e futura de combustíveis e lubrificantes, destinados à manutenção dos veículos, máquinas e equipamentos da frota municipal.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

			MIRANDA & MIRANDA COMERCIO DE PECAS E SERVICOS EM (6322)		0	339,0000	3
25	LÍQUIDO DE FREIO DOT 3 - FRASCOS 500 ML	FRC	POSTO ESTRELA LTDA (8523)	BR	0	11,5000	1
			POSTO DE COMBUSTIVEIS MICHELLOS LTDA. (9776)		0	11,8000	2
			MIRANDA & MIRANDA COMERCIO DE PECAS E SERVICOS EM (6322)		0	12,8000	3
			COMERCIO DE COMBUSTIVEIS E TRANSPORTES ARALDI LTDA (10066)		0	17,5000	4
26	LÍQUIDO DE FREIO DOT 4 - FRASCOS 500 ML	FRC	POSTO ESTRELA LTDA (8523)	BR	0	16,5000	1
			COMERCIO DE COMBUSTIVEIS E TRANSPORTES ARALDI LTDA (10066)		0	17,0000	2
			POSTO DE COMBUSTIVEIS MICHELLOS LTDA. (9776)		0	17,5000	3
			MIRANDA & MIRANDA COMERCIO DE PECAS E SERVICOS EM (6322)		0	19,5000	4
27	ARLA 32 PARA VEÍCULO A DIESEL SCR (REDUÇÃO CATALÍTICA SELETIVA) - LITRO	LTO	POSTO ESTRELA LTDA (8523)	SERQUI MICA	0	3,8000	1
			COMERCIO DE COMBUSTIVEIS E TRANSPORTES ARALDI LTDA (10066)		0	3,9900	2

Página: 8/13

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA**

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2016**

Número do Registro de Preços: 1/2016		Data do Registro: 14/01/2016		Válido até: 14/01/2017			
Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição eventual e futura de combustíveis e lubrificantes, destinados à manutenção dos veículos, máquinas e equipamentos da frota municipal.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

			POSTO DE COMBUSTIVEIS MICHELLOS LTDA. (9776)		0	4,0000	3
			MIRANDA & MIRANDA COMERCIO DE PECAS E SERVICOS EM (6322)		0	4,0500	4
28	Aditivo para radiador 40°C + 125°C (litro)	LTO	POSTO DE COMBUSTIVEIS MICHELLOS LTDA. (9776)	RV VISCONDE	0	18,5000	1
			POSTO ESTRELA LTDA (8523)		0	19,0000	2
29	Óleo Hidráulico 10 W HYDO (balde com 20 litros) - equipamentos Caterpillar	BDE	POSTO ESTRELA LTDA (8523)	INGRAX	0	262,0000	1
			POSTO DE COMBUSTIVEIS BORDIGNON LTDA. - EPP (10926)		0	360,0000	2
30	Óleo Hidráulico Advanced 309 6942 (balde com 20 litros) - equipamentos Caterpillar	BDE	POSTO ESTRELA LTDA (8523)	BR	0	590,0000	1
31	Óleo Transmissão 42520 (balde com 20 litros) - equipamentos JCB	BDE	POSTO ESTRELA LTDA (8523)	BR	0	672,0000	1
32	Óleo Diferencial 42220 (balde com 20 litros) - equipamentos JCB	BDE	POSTO ESTRELA LTDA (8523)	BR	0	650,0000	1
33	Óleo mineral para freio NH610A - Brake (balde com 20 litros) - equipamentos LHM AMBRA	BDE	COMERCIO DE COMBUSTIVEIS E TRANSPORTES ARALDI LTDA (10066)	AMBRA	0	598,0000	1
			POSTO DE COMBUSTIVEIS BORDIGNON LTDA. - EPP (10926)		0	600,0000	2

Página: 9/13

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2016

Número do Registro de Preços: 1/2016		Data do Registro: 14/01/2016		Válido até: 14/01/2017			
Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição eventual e futura de combustíveis e lubrificantes, destinados à manutenção dos veículos, máquinas e equipamentos da frota municipal.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

34	Óleo Hidro hitech 646A (balde com 20 litros) - equipamentos LHM AMBRA	BDE	POSTO ESTRELA LTDA (8523)		0	600,0000	3
			COMERCIO DE COMBUSTIVEIS E TRANSPORTES ARALDI LTDA (10066)	AMBRA	0	535,0000	1
			POSTO ESTRELA LTDA (8523)		0	540,0000	2
			POSTO DE COMBUSTIVEIS BORDIGNON LTDA - EPP (10926)		0	540,0000	3
35	Óleo TRC 50 (balde com 20 litros) - linha Tutela	BDE	POSTO ESTRELA LTDA (8523)	TUTELA	0	445,0000	1
			MIRANDA & MIRANDA COMERCIO DE PECAS E SERVICOS EM (6322)		0	446,0000	2
			COMERCIO DE COMBUSTIVEIS E TRANSPORTES ARALDI LTDA (10066)		0	465,0000	3
			POSTO DE COMBUSTIVEIS BORDIGNON LTDA - EPP (10926)		0	560,0000	4
36	Óleo TRC 30 (balde com 20 litros) - linha Tutela	BDE	POSTO ESTRELA LTDA (8523)	TUTELA	0	492,0000	1
			COMERCIO DE COMBUSTIVEIS E TRANSPORTES ARALDI LTDA (10066)		0	558,0000	2
			POSTO DE COMBUSTIVEIS BORDIGNON LTDA - EPP (10926)		0	560,0000	3

Página: 10/13

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2016

Número do Registro de Preços: 1/2016		Data do Registro: 14/01/2016		Válido até: 14/01/2017			
Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição eventual e futura de combustíveis e lubrificantes, destinados à manutenção dos veículos, máquinas e equipamentos da frota municipal.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

37	Graxa MP2 comum (tambor com 170 quilos) - linha Tutela	TBR	COMERCIO DE COMBUSTIVEIS E TRANSPORTES ARALDI LTDA (10066)	TUTELA	0	3.450,0000	1
			POSTO ESTRELA LTDA (8523)		0	3.460,0000	2
			MIRANDA & MIRANDA COMERCIO DE PECAS E SERVICOS EM (6322)		0	3.498,0000	3
			POSTO DE COMBUSTIVEIS BORDIGNON LTDA - EPP (10926)		0	3.500,0000	4
38	Graxa MRM2 grafitada (balde com 20 quilos) - linha Tutela	BDE	POSTO ESTRELA LTDA (8523)	TUTELA	0	776,0000	1
			COMERCIO DE COMBUSTIVEIS E TRANSPORTES ARALDI LTDA (10066)		0	830,0000	2
			POSTO DE COMBUSTIVEIS BORDIGNON LTDA - EPP (10926)		0	960,0000	3
39	Catexle and brake Oil Aditive 1970017 (balde com 20 litros)	BDE	POSTO ESTRELA LTDA (8523)	INGRAX	0	849,9900	1
			POSTO DE COMBUSTIVEIS BORDIGNON LTDA - EPP (10926)		0	850,0000	2
40	Óleo lubrificante A5 5W/30 Wss-m2c913-D e C (litro) - Linha Ford Ranger	LTR	POSTO ESTRELA LTDA (8523)	BR	0	32,0000	1
			MIRANDA & MIRANDA COMERCIO DE PECAS E SERVICOS EM (6322)		0	33,0000	2



Página: 11/13

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2016

Número do Registro de Preços: 1/2016							Data do Registro: 14/01/2016		Válido até: 14/01/2017	
Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição eventual e futura de combustíveis e lubrificantes, destinados à manutenção dos veículos, máquinas e equipamentos da frota municipal.										
Item	Especificação			Unid.	Fornecedor		Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

	COMERCIO DE COMBUSTIVEIS E TRANSPORTES ARALDI LTDA (10066)	0	43.0000	3
--	--	---	---------	---

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2016

Página: 12/13

Número do Registro de Preços: 1/2016		Data do Registro: 14/01/2016		Válido até: 14/01/2017			
Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição eventual e futura de combustíveis e lubrificantes, destinados à manutenção dos veículos, máquinas e equipamentos da frota municipal.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			POSTO DE COMBUSTIVEIS BORDIGNON LTDA. - EPP (10926)		0	44,0000	4

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2016

Página: 13/13

Número do Registro de Preços: 1/2016							Data do Registro: 14/01/2016		Válido até: 14/01/2017	
Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição eventual e futura de combustíveis e lubrificantes, destinados à manutenção dos veículos, máquinas e equipamentos da frota municipal.										
Item	Especificação			Unid.	Fornecedor		Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 1/2016  
PROCESSO Nº 119/2015

(6322) - MIRANDA & MIRANDA COMERCIO DE PECAS E SERVICOS EM  
(8523) - POSTO ESTRELA LTDA  
(9776) - POSTO DE COMBUSTIVEIS MICHELLOS LTDA.  
(10066) - COMERCIO DE COMBUSTIVEIS E TRANSPORTES ARALDI LTDA  
(10926) - POSTO DE COMBUSTIVEIS BORDIGNON LTDA. - EPP

Joacaba, 14 de Janeiro de 2016.

**PLASS****EXTRATO CONTRATO 03/2016/PLASS**

EXTRATO DO CONTRATO Nº 03/2016/PLASS

CONTRATANTE: PLANO DE SAUDE E ASSISTENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA-PLASS.

CONTRATADA: HAHMEIER &amp; BURGHAUSEN SOFTWARES LTDA

OBJETO: locação do software do Sistema de Saúde, para o Plano de Saúde e Assistência Social dos Servidores Públicos do Município de Joaçaba - PLASS, conforme descrito no anexo 1 do Termo de Dispensa de Licitação nº 01/2016/PLASS.

VALOR TOTAL MENSAL: R\$ 650,00,00

VIGÊNCIA: até 31 de dezembro de 2016.

JULIO CESAR BISSANI

DIRETOR EXECUTIVO - PLASS

**SIMAE - SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JOAÇABA****PORTARIA JHL 021/2016**

PORTARIA SIMAE JHL –Nº 021/2016 DE 13/01/2016

Paulo César Lamin, Diretor Adjunto do SIMAE – Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval D'Oeste e Luzerna-SC, no uso de suas atribuições legais,

**RESOLVE:**

1º Designar, o servidor Wilian Sartor Sganzerla, Engenheiro, P-8, N-1, Ref.C, para responder pela Função de Diretor Técnico, no período de 18 de Janeiro de 2016 à 06 de Fevereiro de 2016, por motivo de Férias do titular, com direito a Função Gratificada Adicional, Nível FGA-3, de acordo com Art.16 parágrafo 4º da Lei Complementar 193 de 06/09/10.

2º Suspender a designação do servidor como Gerente do Setor de Perdas, Cadastro e Infraestrutura conforme Portaria JHL 271/2015 de 13/10/2015 para o período em que estiver respondendo pela função de Direção.

3º Esta Portaria entrará em vigor a partir de 18 de Janeiro de 2016, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei nº 4.003 de 08 de Julho de 2010.

Publique-se e Registre-se,

Joaçaba-SC, 13 de Janeiro de 2016.

Paulo César Lamin

Diretor Adjunto

**PORTARIA JHL 022/2016**

PORTARIA SIMAE JHL – Nº 022/2016 DE 13.01.2016

Paulo César Lamin, Diretor Adjunto do SIMAE – Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval D'Oeste e Luzerna-SC, no uso de suas atribuições legais,

**RESOLVE:**

Art.1º Designar: André Luiz Sauer, Engenheiro, P-8, N-1, Ref.B, para responder pela Função de Gerente do Setor de Perdas, Cadastro e Infraestrutura do SIMAE, no período de 11 de Fevereiro de 2016 à 01 de Março de 2016, por motivo de Férias do titular, com direito a Função Gratificada Adicional, Nível FGA-4, de acordo com Art.16 parágrafo 4º da Lei Complementar 193 de 06/09/10, proporcional aos dias trabalhados.

Art. 2º Suspender a designação do servidor como condutor de viatura conforme Portaria JHL 109/2015 de 20/05/2015 para o período em que estiver respondendo pela função de Gerência.

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor a partir de 11 de Fevereiro de 2016, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei nº 4.003 de 08 de Julho de 2010.

Publique-se e Registre-se,

Joaçaba-SC, 13 de janeiro de 2016.

Paulo César Lamin

Diretor Adjunto

**PORTARIA JHL 023/2016**

PORTARIA SIMAE JHL – Nº 023/2016 DE 13.01.2016

Paulo César Lamin, Diretor Adjunto do SIMAE – Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval D'Oeste e Luzerna-SC, no uso de suas atribuições legais,

**RESOLVE:**

Art.1º Designar: André Luiz Sauer, Engenheiro, P-8, N-1, Ref.B, para responder pela Função de Gerente do Setor de Perdas, Cadastro e Infraestrutura do SIMAE, no período de 18 de Janeiro de 2016 à 06 de Fevereiro de 2016, com direito a Função Gratificada Adicional, Nível FGA-4, de acordo com Art.16 parágrafo 4º da Lei Complementar 193 de 06/09/10, proporcional aos dias trabalhados.

Art. 2º Suspender a designação do servidor como condutor de viatura conforme Portaria JHL 109/2015 de 20/05/2015 para o período em que estiver respondendo pela função de Gerência.

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor a partir de 18 de Janeiro de 2016, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei nº 4.003 de 08 de Julho de 2010.

Publique-se e Registre-se,

Joaçaba-SC, 13 de janeiro de 2016.

Paulo César Lamin

Diretor Adjunto

**RESUMO CONTRATO JHL 0002/2016 - SIMAE**

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO

JOAÇABA-HERVAL D´OESTE E LUZERNA-SANTA CATARINA

EXTRATO DO CONTRATO JHL 0002/2016

TERMO DO PRIMEIRO ADITIVO AO CONTRATO JHL 0091/2015

TOMADA DE PREÇOS JHL 0009/2015

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0051/2015

Data: 13/01/2016

Objeto: Com fundamento no artigo 57, § 1º, inciso II, da Lei 8.666/93, fica prorrogado o prazo de execução e de vigência do contrato aditado em 30 (trinta) dias consecutivos.

VALOR: PERMANECE O MESMO DO CONTRATO ORIGINAL

Contratado: INDUCAL IND. COM. E CONS. DE PEÇAS CAMAROTO LTDA EPP.

PROGRAMA: PERMANECE O MESMO DO CONTRATO ORIGINAL

ELEMENTO: PERMANECE O MESMO DO CONTRATO ORIGINAL

Prazo de vigência: 03/03/2016 a 01/04/2016

Paulo César Lamin – Diretor Adjunto do SIMAE.

# Lages

## PREFEITURA

**PP 05/2016 PP 06/2016 PP 07/2016 PML**

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAGES  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

**AVISO DE LICITAÇÃO**

Modalidade: PP 05-2016 PML

Objeto: Aquisição com instalação de uma estação Meteorológica de superfície – Classe 3 para o Aeroporto Federal Antônio Correia Pinto de Macedo.

Abertura: 27/01/2016 às 16:00

Valor Estimado Total: R\$ 632.432,23

Modalidade: PP 06-2016 PML

Objeto: Contratação de Empresa Especializada para prestação de serviços de Locação de Scanner de inspeção de Bagagens/Volumes através de Raio X

Abertura: 28/01/2016 às 16:00

Valor Estimado Total: R\$ 210.000,00

Modalidade: PP 07-2016 PML

Objeto: Contratação de Empresa Especializada para Prestação de Serviços auxiliares de transporte aéreo, na modalidade proteção da aviação civil, para o Aeroporto Federal Antônio Correia Pinto de Macedo, nesta cidade

Abertura: 29/01/2016 às 16:00

Valor Estimado Total: R\$ 423.404,40

A retirada obter-se-á no Setor de Licitações e Contratos, ao custo de R\$ 10,00, ou pelo site [www.lages.sc.gov.br](http://www.lages.sc.gov.br), sem ônus.  
Maiores informações pelo telefone (49) 3221-1169.

Lages, 06 de dezembro de 2015.

Pedro Marcos Ortiz

Secretário de Administração



# Laguna

## PREFEITURA

### PORTARIA 1/2016 DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO ADMINISTRATIVO

PORTARIA 01/2016 DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO ADMINISTRATIVO

O Prefeito Municipal de Laguna, EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação vigente, DETERMINA:

Considerando as informações contidas no processo administrativo n. 4762/13 e a possibilidade de infração ao art. 78, I, "a" e s. da Lei Complementar n. 136/06.

#### RESOLVE:

Art. 1º Fica instaurado o INQUÉRITO ADMINISTRATIVO, para apuração de possíveis infrações ao art. 78, I, "a" e s. da Lei Complementar n. 136/06, conforme informações do memorando interno n. 176/2016 da Secretaria de Saúde.

Art. 2º Para bem cumprir as suas atribuições a Comissão terá acesso a toda a documentação necessária à elucidação dos fatos, bem como deverá colher depoimentos e tomar todas as medidas que entender pertinentes.

Art. 3º A Comissão ora constituída é integrada pelos seguintes membros titulares: Maria Ivone Koerich Fernandes, Noely Maria Paes e Sônia Cândido da Silva Vieira .

Parágrafo Único - A presente comissão terá o prazo de 30 (trinta) dias, a partir da data da publicação desta Portaria, para concluir a apuração dos fatos, dando ciência ao Prefeito Municipal e a Coordenadoria de Controle Interno.

Registre-se. Divulgue-se. Cumpra-se.

Laguna, 14 de janeiro de 2016.  
EVERALDO DOS SANTOS  
PREFEITO MUNICIPAL

### PORTARIA Nº 075/2016

PORTARIA RH Nº 075/2016

O SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO E ESPORTES DO MUNICÍPIO DE LAGUNA, SC, de acordo com o Decreto nº 4.170, de 24 de setembro de 2014,

#### RESOLVE:

CONCEDER FÉRIAS, aos Servidores abaixo relacionados, do dia 04.01.2016 a 18.01.2016.

NOME	PERÍODO AQUISITIVO
Luciane da Silva Mattos	2015/2016
Luciane de Oliveira	2015/2016
Marilete de Aguiar Correia	2015/2016

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 11 de Janeiro de 2016.  
SIMONE BELMIRO  
Secretário Municipal

### PORTARIA Nº 076/2016

PORTARIA RH Nº 076/2016

O SECRETÁRIO DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE LAGUNA, SC, de acordo com o Decreto nº 4.170, de 24 de setembro de 2014,

#### RESOLVE:-

CONCEDER FÉRIAS, aos Servidores abaixo relacionados, do dia 04.01.2016 a 02.02.2016, com lotação na Secretaria de Saúde.

NOME	PERÍODO AQUISITIVO
Ana Paula Moura Dias dos Santos	2013/2014
Alex Silva de Bem	2015/2016
Amanda Godinho Dal Molin	2015/2016
Cleber Guedes Mattos	2014/2015
Fábio Laurentino	2014/2015
Micheli Silvano de Souza	2015/2016
Paula Christina dos Santos	2014/2015
Rodrigo Constantino Luiz	2014/2015
Solange Nunes Nascimento	2015/2016
Tayse Souza Goulart	2015/2016
Vera Lúcia de Oliveira Soares	2014/2015

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 11 de Janeiro de 2016.  
RAQUEL XAVIER  
Secretário Municipal

### PORTARIA Nº 1540/2015

PORTARIA RH Nº 1540/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

#### RESOLVE:

Tornar sem efeito a Portaria Nº 1516/2015, de 18 de dezembro de 2015.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 31 de Dezembro de 2015.  
EVERALDO DOS SANTOS  
Prefeito Municipal

# Lebon Régis

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 003/2016

DECRETO Nº. 03/2016 de 06 de Janeiro de 2016.

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR PELO PROCESSO 59050.001100/2014-14 DO MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, ATRAVÉS DA SECRETARIA NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL E O MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS..

LUDOVINO LABAS, Prefeito Municipal de Lebon Régis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e conforme art. 11, da Lei Municipal nº 1537/2015 de 10 de Dezembro de 2015;

#### DECRETA:

Art. 1º - Fica o departamento de contabilidade da Prefeitura Municipal de Lebon Régis, autorizado a proceder à suplementação no Orçamento da Prefeitura Municipal com Iduso, Fonte e detalhamento de recursos no valor de R\$. 521.960,00 ( quinhentos e vinte um mil, novecentos e sessenta reais). na seguinte dotação orçamentária:

Órgão	Unidade	Função	Sub função	Programa	Proj/Atividade	Elemento	Fonte Recurso	Valor R\$.
02	2080	26	782	21	2.34	4490	0.1.34	521.960,00

Art. 2º - Para suporte do crédito adicional suplementar de que trata o artigo 1º deste decreto, fica utilizado no mesmo valor o seguinte recurso:

Parágrafo Único: R\$ 521.960,00 (quinhentos e vinte e um mil, novecentos e sessenta reais) fonte de recursos 0.1.34.

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 06 de Janeiro de 2016.

LUDOVINO LABAS

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto No Diário Oficial dos Municípios - DOM.

CLEUZA M. R. TOMACHEUSKI

Secretária de Administração e Finanças

**Leoberto Leal****PREFEITURA****ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 001/2016 - FMS**

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 001/2016 - FMS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 022/2015, PARA EVENTUAIS AQUISIÇÕES PARCELADAS DE ÓLEO DIESEL COMUM, ÓLEO DIESEL S10 E GASOLINA COMUM, PARA O ABASTECIMENTO DA FROTA DE VEÍCULOS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LEOBERTO LEAL, DE ACORDO COM AS CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NO ANEXO I, DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 026/2015.

Aos 15 (quinze) dias do mês de dezembro do ano de 2015, nos termos do artigo 15 da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, o Pregoeiro e a Equipe de Apoio, designados através da Portaria nº 054/11, de 28 de fevereiro de 2011, para recebimento e abertura dos envelopes contendo as Propostas de Preços e os Documentos de Habilitação, visando o REGISTRO DE PREÇOS para eventuais aquisições parceladas de óleo diesel comum, óleo diesel S10 e gasolina comum, para o abastecimento da frota de veículos do Fundo Municipal de Saúde de Leoberto Leal, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.

RUDIPEL RUDNICK PETRÓLEO LTDA

CNPJ: 75.415.075/0002-13

RUA: MARCIONILO DOS SANTOS, Nº 1426, BAIRRO CORTICEIRA, CEP: 89.270-000, GUARAMIRIM/SC

AUTO POSTO CAMILO LTDA

CNPJ: 05.385.866/0001-81

RUA: ÂNGELO SILVA, Nº 317, BAIRRO CENTRO, CEP: 88.445-000, LEOBERTO LEAL/SC

**CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO.**

A presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS tem por objeto, eventuais aquisições parceladas de combustíveis (óleo diesel comum, óleo diesel S10 e gasolina comum), para o abastecimento de toda a frota de veículos do Fundo Municipal de Saúde de Leoberto Leal, sendo parte com entrega e, parte a ser retirado da bomba do Posto de Serviço, conforme especificações contidas neste Edital e seus anexos.

1.2 - O Óleo Diesel Comum e o Óleo Diesel S10 deverão ser entregue na Garagem da Prefeitura Municipal de Leoberto Leal.

1.3 - A Gasolina Comum deverá ser fornecida diretamente da bomba registradora do posto revendedor.

**CLÁUSULA SEGUNDA: DA VIGÊNCIA.**

A presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS vigorará a partir de 04/01/2016, pelo período de 12 (doze) meses.

**CLÁUSULA TERCEIRA: DO PREÇO.**

As proponentes registradas para os combustíveis cotados são as seguintes:

**LOTE I – ÓLEO DIESEL COMUM E ÓLEO DIESEL S10**

Item	Unid.	Quant.	Descrição	Marca	Preço Unitário	Preço Total	Empresa Vencedora
01	Litro	25.000	Óleo Diesel Comum	Petrobras	2,85	71.250,00	RUDIPEL RUDNICK PETRÓLEO LTDA
02	Litro	15.000	Óleo Diesel S10	Petrobras	2,95	44.250,00	RUDIPEL RUDNICK PETRÓLEO LTDA
			Total			115.500,00	

**LOTE II - GASOLINA COMUM**

Item	Unid.	Quant.	Descrição	Marca	Preço Unitário	Total Preço	Empresa Vencedora
03	Litro	40.000	Gasolina Comum	RDP	3,63	145.200,00	RUDIPEL RUDNICK PETRÓLEO LTDA
			Total			145.200,00	

**CLÁUSULA QUARTA: DO PEDIDO DE COMPRAS.**

O fornecimento do(s) produto(s), cujos preços ora registramos será solicitado mediante a apresentação do pedido de compras correspondente.

Parágrafo Único: Cada Autorização de Compras conterá sucintamente:

- a) Número da Ata;
- b) Quantidade do Produto;
- c) Descrição do Produto;



- d) Local de Entrega;
- e) Condições de Pagamento;
- f) Valor.

**CLÁUSULA QUINTA: DO PAGAMENTO.**

Os pagamentos serão efetuados em até 30 (trinta) dias, após entrega dos produtos e nota fiscal.

Parágrafo Único: Caso constatado alguma irregularidade nas faturas/notas fiscais, estas serão devolvidas ao Fornecedor, acompanhadas das informações correspondentes às irregularidades verificadas para as necessárias correções.

**CLÁUSULA SEXTA: REAJUSTAMENTO DE PREÇOS E EQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO.**

6.1 Os contratantes têm direito ao equilíbrio econômico financeiro da Ata de Registro de Preços procedendo-se a revisão do mesmo a qualquer tempo, desde que ocorra variação de preços do combustível determinado pela Petrobrás ou órgão regulador, que seja imprevisível ou previsível, porém com consequências incalculáveis, que onere ou desonere excessivamente as obrigações pactuadas no presente instrumento.

6.1.1 A contratada, quando for o caso, deverá formular à Administração requerimento para revisão do contratado, comprovando a ocorrência de aumento de preços;

6.1.2. A comprovação será feita através de documentos, tais como lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição de matérias-primas, de transporte de mercadorias, alusivas à época da elaboração da proposta e do momento do pedido de revisão da Ata de Registro de Preços;

6.1.3 Junto com o requerimento, a contratada deverá apresentar planilhas de custos comparativa entre a data da formulação da proposta e do momento do pedido de revisão da Ata de Registro de Preços, evidenciando o quanto o aumento de preços ocorrido repercute no valor total pactuado;

6.1.4 A administração, reconhecendo o desequilíbrio econômico financeiro, procederá à revisão da Ata de Registro de Preços de acordo com os parâmetros estabelecidos pela Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

6.2 Independente da solicitação, a Administração poderá convocar a contratada para negociar a redução dos preços, mantendo o mesmo objeto cotado, na qualidade e nas especificações indicadas na proposta, em virtude da redução dos preços do combustível no mercado.

6.3 As alterações decorrentes da revisão dos preços serão formalizadas através de Aditivos à Ata de Registro de Preços.

**CLÁUSULA SÉTIMA: CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO.**

7.1 As aquisições obedecerão à conveniência e as necessidades da Prefeitura Municipal de Leoberto Leal, objetivadas no atendimento do município.

7.2 Dentro do prazo da vigência da Ata de Registro de Preços, o(s) fornecedor (es) será (ao) OBRIGADO(S) ao fornecimento do(s) produtos, desde que obedecidas as condições do Edital do Pregão, de forma PRESENCIAL, que precedeu a formalização desta Ata.

7.3 A Prefeitura Municipal de Leoberto Leal promoverá ampla pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado, condição indispensável para a solicitação da aquisição.

7.4 O(s) Fornecedor(es) se obriga(m) a manter, durante o prazo de vigência do Registro de Preços, todas as condições de habilitação exigidas nesta licitação.

7.5 Como condição de fornecimento das mercadorias, os fornecedor(es) que tiver(em) seu(s) preço(s) registrado(s) se comprometem a apresentar, sempre que solicitado, os documentos que originaram a sua habilitação.

7.6 Serão de responsabilidade dos concorrentes que tiverem seus preços registrados o ônus resultante de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos ocorridos por culpa de qualquer de seus empregados e/ou prepostos, obrigando-se por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais que lhe venham a ser atribuídas por força da Lei, relacionadas com o cumprimento do presente edital e com as obrigações assumidas na ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

7.7 O Inadimplemento de qualquer item do Edital, da Carta-Proposta, da Autorização de Compras e da Presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, ensejará, a critério da Prefeitura Municipal de Leoberto Leal - SC, o cancelamento do REGISTRO DE PREÇOS dos fornecedores inadimplentes, sujeitando-o às penalidades previstas nesta ata.

**CLÁUSULA OITAVA: DAS PENALIDADES.**

8.1 Em caso do licitante vencedor recusar-se a honrar o compromisso injustificadamente será convocado outro licitante, observada a ordem de classificação, e assim sucessivamente, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, garantido o direito ao contraditório e a ampla defesa.

8.2 As penalidades referidas no caput do artigo 81, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, não se aplicam às demais licitantes que forem convocadas nos termos do item 9.11 deste Edital, conforme a ordem de classificação das propostas, que não aceitarem a contratação.

8.3 O licitante que, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar documentação

exigida para o certame ou apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no Edital e das demais cominações legais;

8.4 A CONTRATADA ficará sujeita às seguintes penalidades, garantidas a prévia defesa, pela inexecução total ou parcial do Edital:

I - advertência;

II – multa(s), que deverá(ao) ser recolhida(s) na tesouraria desta municipalidade:

a) de 1% (um por cento) do valor da Nota de Empenho, por dia de atraso por descumprimento dos prazos das entregas, previstos no edital limitado a 15 (quinze) dias de atraso;

b) de 2% (dois por cento) do valor da Nota de Empenho por infração a qualquer condição estipulada no Edital, não prevista na alínea anterior, aplicada em dobro na reincidência;

c) Pela inexecução total ou parcial do contrato, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar a Contratada as sanções previstas nos incisos I, III e IV do art. 87 da Lei 8.666/93 e 9.648/98, e multa de 15% sobre o valor total do contrato;

d) As multas aplicadas deverão ser recolhidas ao Tesouro Municipal no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data da notificação, podendo a Administração cobrá-las judicialmente;

e) Ficarão ainda sujeito às penalidades previstas nos incisos III e IV do artigo 87, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, os profissionais ou as empresas que praticarem os ilícitos previstos no artigo 88 do mesmo diploma legal;

f) Para as penalidades previstas será garantido o direito ao contraditório e ampla defesa.

#### CLÁUSULA NONA: DO RECEBIMENTO DO OBJETO.

9.1 O vencedor do Lote 01 – óleo diesel comum e óleo diesel S10 - deverá instalar na Garagem da Prefeitura, em forma de comodato, um Tanque bipartido com Reservatório com capacidade máxima total de 13.000 litros, com os compartimentos de 8.000 litros e de 5.000 litros, bomba, filtro e bacia de contenção, bem como a regularização deste junto aos órgãos competentes, inclusive órgãos ambientais e a manutenção destes equipamentos durante a vigência do contrato. Conforme as condições estabelecidas no Anexo I deste edital, com entrega em até 48 horas. A fornecedora deverá manter apólice de seguros dando cobertura a eventuais danos ao Meio Ambiente por derrame de Óleo Diesel no transporte e no armazenamento. O seguro deve cobrir, entre outros danos: limpeza, remoção e reconstrução da área contaminada, destinação final do resíduo e contratação de empresas especializadas na recuperação dos danos ambientais.

9.2 O vencedor do Lote 02 – gasolina comum - deverá entregar diariamente o produto, mediante apresentação de solicitação da Administração Municipal, conforme as condições estabelecidas no Anexo I deste edital, com entrega a qualquer momento, no horário normal de funcionamento da fornecedora.

9.3 Correrão, por conta exclusiva do Fornecedor as despesas com embalagem, seguro e transporte e quaisquer outras despesas, para entrega dos produtos até os locais designados.

#### CLÁUSULA DÉCIMA: DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

10.1 O Registro de determinado preço poderá ser cancelado, de pleno direito:

a) Se o fornecedor não cumprir as obrigações constantes desta ATA DE REGISTRO DE PREÇOS;

b) O fornecedor não entregar os materiais solicitados na "AUTORIZAÇÃO DE COMPRAS";

c) Desatender qualquer das cláusulas descritas no edital ou na ATA DE REGISTRO DE PREÇO;

d) Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos previstos nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei 8.666/93 e 9.648/98;

e) Amigável, por acordo das partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a administração;

f) A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão pela Administração, com as consequências previstas no item 8.2;

g) Constituem motivos para a rescisão contratual os previstos no art. 78 da Lei 8.666/93 e 9.648/98;

h) Em caso de rescisão prevista nos incisos XII a XVII do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93 e 9.648/98, sem que haja culpa do contratado, será este ressarcido dos prejuízos regulamentares comprovados, quando os houver sofrido;

i) A rescisão contratual de que trata o inciso I do art. 78 acarretará as consequências previstas no art. 80, incisos I a IV, ambos da Lei Federal nº 8.666/93 e 9.648/98 e 10.520/02.

#### CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA: DAS DOTAÇÕES.

As despesas decorrentes da presente licitação correrão por conta da seguinte rubrica orçamentária:

Núcleo de Apoio à Saúde da Família – NASF Estado – 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0064.000076 - Atenção Básica

Núcleo de Apoio à Saúde da Família – NASF União – 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0064.000043 - Atenção Básica

Vigilância em Saúde – Comp. Vigil. Sanitária - 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0066.000039 - Vigilância em Saúde

Vigilância em Saúde – Comp. Vigil. Epid. e Amb. em Saúde - 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0066.000031 - Vigilância em Saúde

#### CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA: DISPOSIÇÕES FINAIS.

12.1 Fica eleito o foro da Comarca de Ituporanga, para dirimir questões resultantes da ou relativas à aplicação deste Contrato ou execução do ajuste, não resolvidos na esfera administrativa.

12.2 A CONTRATADA obriga-se a manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação que originou o presente ajuste.

12.3 E por estarem justas e concordes, as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias, de igual forma e teor, na presença das testemunhas.

CLÁUSULA DÉCIMA-TERCEIRA – PUBLICAÇÃO. Esta Ata entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal/SC, 04 de janeiro de 2016.

JAQUELINE ROSÁLIA GUCHERT HOFFMANN  
PREGOEIRA MUNICIPAL

ALINE KRAUS	MAYARA CARLA GUCHERT
MEMBRO	MEMBRO
RUDIPEL RUDNICK PETRÓLEO LTDA	AUTO POSTO CAMILO LTDA
EMPRESA VENCEDORA	EMPRESA VENCEDORA

#### TESTEMUNHAS:

1- SILVANIA CAPISTRANO LOPES  
CPF: 017.410.949-09

2- LIZANDRO KREUSCH  
CPF: 023.728.959-82

VISTO:

ASSESSOR JURÍDICO

#### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 001/2016 - PMLL

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 001/2016

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 047/2015, PARA EVENTUAIS AQUISIÇÕES PARCELADAS DE ÓLEO DIESEL COMUM, ÓLEO DIESEL S10, GASOLINA COMUM E AGENTE REDUTOR LÍQUIDO ARLA 32, PARA O ABASTECIMENTO DA FROTA DE VEÍCULOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE LEOBERTO LEAL, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS NO ANEXO I, DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 059/2015.

Aos 15 (quinze) dias do mês de dezembro do ano de 2015, nos termos do artigo 15 da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, o Pregoeiro e a Equipe de Apoio, designados através da Portaria nº 054/11, de 28 de fevereiro de 2011, para recebimento e abertura dos envelopes contendo as Propostas de Preços e os Documentos de Habilitação visando o REGISTRO DE PREÇOS para eventuais aquisições parceladas de óleo diesel comum, óleo diesel S10, gasolina comum e agente redutor líquido Arla 32, para o abastecimento da frota de veículos da Prefeitura Municipal de Leoberto Leal, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.

RUDIPEL RUDNICK PETRÓLEO LTDA

CNPJ: 75.415.075/0002-13

RUA: MARCIONILO DOS SANTOS, Nº 1426, BAIRRO CORTICEIRA, CEP: 89.270-000, GUARAMIRIM/SC

AUTO POSTO CAMILO LTDA

CNPJ: 05.385.866/0001-81

RUA: ÂNGELO SILVA, Nº 317, BAIRRO CENTRO, CEP: 88.445-000, LEOBERTO LEAL/SC

AUTO POSTO LAURINDO LTDA

CNPJ: 80.658.107/0001-60

RUA: JORGE LACERDA, Nº 628, BAIRRO CENTRO, CEP: 88.445-000, LEOBERTO LEAL/SC.

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO.



1.1 - A presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS tem por objeto, eventuais aquisições parceladas de combustíveis (óleo diesel comum, óleo diesel S10, gasolina comum e agente redutor líquido Arla 32), para o abastecimento da frota de veículos da Prefeitura Municipal de Leoberto Leal, sendo parte com entrega e, parte a ser retirado da bomba do Posto de Serviço, conforme especificações contidas no Anexo I, do Edital de Pregão Presencial nº 047/2015.

1.2 - O Óleo Diesel Comum e Óleo Diesel S10, deverão ser entregues da seguinte maneira:

I- Na Garagem da Prefeitura. Sendo que o vencedor deverá realizar a instalação de um tanque bipartido, duas bombas de abastecimento e dois filtros de linha. O tanque bipartido deverá ter capacidade máxima total de 13.000 litros, onde os compartimentos serão preferencialmente de 8.000 litros e de 5.000 litros;

II- Na Localidade de Alto Vargedo, o vencedor deverá instalar uma bomba de abastecimento e filtro, juntamente com o tanque com capacidade máxima de 5.000 litros para o Óleo Diesel S10 (8 Km do Centro do Município de Leoberto Leal);

III- Na Localidade de Rio das Pedras, o vencedor deverá instalar uma bomba de abastecimento e filtro, juntamente com o tanque com capacidade máxima de 5.000 litros para o Óleo Diesel S10 (9 Km do Centro do Município de Leoberto Leal);

IV- Na Localidade de Ribeirão dos Ovos, o vencedor deverá instalar uma bomba de abastecimento e filtro, juntamente com o tanque com capacidade máxima de 5.000 litros para o Óleo Diesel S10 (16 Km do Centro do Município de Leoberto Leal);

V- Na Localidade de Vargem dos Bugres, o vencedor deverá instalar uma bomba de abastecimento e filtro, juntamente com o tanque com capacidade máxima de 5.000 litros para o Óleo Diesel S10 (30 Km do Centro do Município de Leoberto Leal);

O vencedor deverá ainda realizar por sua conta, quando solicitado e no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a manutenção dos equipamentos cedidos.

1.3 - A Gasolina Comum deverá ser fornecida diretamente da bomba registradora do posto revendedor.

#### CLÁUSULA SEGUNDA: DA VIGÊNCIA.

A presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS vigorará a partir de 04/01/2016 pelo período de 12 (doze) meses.

#### CLÁUSULA TERCEIRA: DO PREÇO.

As proponentes registradas para os combustíveis cotados são as seguintes:

##### LOTE I – ÓLEO DIESEL COMUM E ÓLEO DIESEL S10:

Item	Und.	Quant.	Descrição	Marca	Preço Unitário R\$	Preço Total R\$	Empresa Vencedora
01	Litro	165.000	Óleo Diesel Comum	Petrobrás	2,85	470.250,00	RUDIPEL RUDNICK PETRÓLEO LTDA
02	Litro	60.000	Óleo Diesel S10	Petrobrás	2,95	177.000,00	

##### LOTE II - GASOLINA COMUM:

Item	Und.	Quant.	Descrição	Marca	Preço Unitário	Preço Total	Empresa Vencedora
03	Litro	75.000	Gasolina Comum	RDP	3,48	261.000,00	AUTO POSTO CAMILO LTDA

##### LOTE III – AGENTE REDUTOR LÍQUIDO ARLA 32:

Item	Und.	Quant.	Descrição	Marca	Preço Unitário	Preço Total	Empresa Vencedora
04	Unid.	200	Agente redutor líquido Arla 32, balde com 20 litros.	ECOTEC	50,00	10.000,00	AUTO POSTO LAURINDO LTDA

#### CLÁUSULA QUARTA: DO PEDIDO DE COMPRAS.

O fornecimento do(s) produto(s), cujos preços ora registramos será solicitado mediante a apresentação do pedido de compras correspondente.

Parágrafo Único: Cada Autorização de Compras conterà sucintamente:

- Número da Ata;
- Quantidade do Produto;
- Descrição do Produto;
- Local de Entrega;
- Condições de Pagamento;
- Valor.

#### CLÁUSULA QUINTA: DO PAGAMENTO.

Os pagamentos serão efetuados em até 30 (trinta) dias, após entrega dos produtos e nota fiscal.

Parágrafo Único: Caso constatado alguma irregularidade nas faturas/notas fiscais, estas serão devolvidas ao Fornecedor, acompanhadas das informações correspondentes às irregularidades verificadas para as necessárias correções.

#### CLÁUSULA SEXTA: REAJUSTAMENTO DE PREÇOS E EQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO.

6.1 Os contratantes têm direito ao equilíbrio econômico financeiro da Ata de Registro de Preços procedendo-se a revisão do mesmo a qualquer tempo, desde que ocorra variação de preços do combustível determinado pela Petrobrás ou órgão regulador, que seja imprevisível

ou previsível, porém com consequências incalculáveis, que onere ou desonere excessivamente as obrigações pactuadas no presente instrumento.

6.1.1 A contratada, quando for o caso, deverá formular à Administração requerimento para revisão do contratado, comprovando a ocorrência de aumento de preços;

6.1.2. A comprovação será feita através de documentos, tais como lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição de matérias-primas, de transporte de mercadorias, alusivas à época da elaboração da proposta e do momento do pedido de revisão da Ata de Registro de Preços;

6.1.3 Junto com o requerimento, a contratada deverá apresentar planilhas de custos comparativa entre a data da formulação da proposta e do momento do pedido de revisão da Ata de Registro de Preços, evidenciando o quanto o aumento de preços ocorrido repercute no valor total pactuado;

6.1.4 A administração, reconhecendo o desequilíbrio econômico financeiro, procederá à revisão da Ata de Registro de Preços de acordo com os parâmetros estabelecidos pela Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

6.2 Independente da solicitação, a Administração poderá convocar a contratada para negociar a redução dos preços, mantendo o mesmo objeto cotado, na qualidade e nas especificações indicadas na proposta, em virtude da redução dos preços do combustível no mercado.

6.3 As alterações decorrentes da revisão dos preços serão formalizadas através de Aditivos à Ata de Registro de Preços.

#### CLÁUSULA SÉTIMA: CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO.

7.1 As aquisições obedecerão à conveniência e as necessidades da Prefeitura Municipal de Leoberto Leal, objetivadas no atendimento do município.

7.2 Dentro do prazo da vigência da Ata de Registro de Preços, o(s) fornecedor (es) será (ao) OBRIGADO(S) ao fornecimento do(s) produtos, desde que obedecidas as condições do Edital do Pregão, de forma PRESENCIAL, que precedeu a formalização desta Ata.

7.3 A Prefeitura Municipal de Leoberto Leal promoverá ampla pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado, condição indispensável para a solicitação da aquisição.

7.4 O(s) Fornecedor(es) se obriga(m) manter, durante o prazo de vigência do Registro de Preços, todas as condições de habilitação exigidas nesta licitação.

7.5 Como condição de fornecimento das mercadorias, os fornecedor(es) que tiver(em) seu(s) preço(s) registrado(s) se comprometem a apresentar, sempre que solicitado, os documentos que originaram a sua habilitação.

7.6 Serão de responsabilidade dos concorrentes que tiverem seus preços registrados o ônus resultante de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos ocorridos por culpa de qualquer de seus empregados e/ou prepostos, obrigando-se por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais que lhe venham a ser atribuídas por força da Lei, relacionadas com o cumprimento do presente edital e com as obrigações assumidas na ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

7.7 O Inadimplemento de qualquer item do Edital, da Carta-Proposta, da Autorização de Compras e da Presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, ensejará, a critério da Prefeitura Municipal de Leoberto Leal - SC, o cancelamento do REGISTRO DE PREÇOS dos fornecedores inadimplentes, sujeitando-o às penalidades previstas nesta ata.

#### CLÁUSULA OITAVA: DAS PENALIDADES.

8.1 Em caso do licitante vencedor recusar-se a honrar o compromisso injustificadamente será convocado outro licitante, observada a ordem de classificação, e assim sucessivamente, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, garantido o direito ao contraditório e a ampla defesa.

8.2 As penalidades referidas no caput do artigo 81, da Lei nº 8666/93 e alterações posteriores, não se aplicam às demais licitantes que forem convocadas nos termos do item 9.11 deste Edital, conforme a ordem de classificação das propostas, que não aceitarem a contratação.

8.3 O licitante que, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar documentação exigida para o certame ou apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no Edital e das demais cominações legais;

8.4 A CONTRATADA ficará sujeita às seguintes penalidades, garantidas a prévia defesa, pela inexecução total ou parcial do Edital:

I - advertência;

II – multa(s), que deverá(ao) ser recolhida(s) na tesouraria desta municipalidade:

a) de 1% (um por cento) do valor da Nota de Empenho, por dia de atraso por descumprimento dos prazos das entregas, previstos no edital limitado a 15 (quinze) dias de atraso;

b) de 2% (dois por cento) do valor da Nota de Empenho por infração a qualquer condição estipulada no Edital, não prevista na alínea anterior, aplicada em dobro na reincidência;

- c) Pela inexecução total ou parcial do contrato, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar a Contratada as sanções previstas nos incisos I, III e IV do art. 87 da Lei 8.666/93 e 9.648/98, e multa de 15% sobre o valor total do contrato;
- d) As multas aplicadas deverão ser recolhidas ao Tesouro Municipal no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data da notificação, podendo a Administração cobrá-las judicialmente;
- e) Ficarão ainda sujeito às penalidades previstas nos incisos III e IV do artigo 87, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, os profissionais ou as empresas que praticarem os ilícitos previstos no artigo 88 do mesmo diploma legal;
- f) Para as penalidades previstas será garantido o direito ao contraditório e ampla defesa.

#### CLÁUSULA NONA: DO RECEBIMENTO DO OBJETO.

9.1. O vencedor do Lote 01 – óleo diesel comum e óleo diesel S10 - deverá instalar na Garagem da Prefeitura, em forma de comodato, um Tanque bipartido com Reservatório com capacidade máxima total de 13.000 litros, com os compartimentos de 8.000 litros e de 5.000 litros, bomba, filtro e bacia de contenção, bem como a regularização deste junto aos órgãos competentes, inclusive órgãos ambientais e a manutenção destes equipamentos durante a vigência do contrato. Conforme as condições estabelecidas no Anexo I deste edital, com entrega em até 48 horas. A fornecedora deverá manter apólice de seguros dando cobertura a eventuais danos ao Meio Ambiente por derrame de Óleo Diesel no transporte e no armazenamento. O seguro deve cobrir, entre outros danos: limpeza, remoção e reconstituição da área contaminada, destinação final do resíduo e contratação de empresas especializadas na recuperação dos danos ambientais.

9.2. O vencedor do Lote 01 - Óleo Diesel S10, deverá disponibilizar em forma de comodato, um Tanque com Reservatório com capacidade máxima total de 5.000 litros nas seguintes localidades conforme mencionado:

I- Na Localidade de Alto Vargedo, o vencedor deverá instalar uma bomba de abastecimento e filtro, juntamente com o tanque com capacidade máxima de 5.000 litros para o Óleo Diesel S10 (8 Km do Centro do Município de Leoberto Leal);

II- Na Localidade de Rio das Pedras, o vencedor deverá instalar uma bomba de abastecimento e filtro, juntamente com o tanque com capacidade máxima de 5.000 litros para o Óleo Diesel S10 (9 Km do Centro do Município de Leoberto Leal);

III- Na Localidade de Ribeirão dos Ovos, o vencedor deverá instalar uma bomba de abastecimento e filtro, juntamente com o tanque com capacidade máxima de 5.000 litros para o Óleo Diesel S10 (16 Km do Centro do Município de Leoberto Leal);

IV- Na Localidade de Vargem dos Bugres, o vencedor deverá instalar uma bomba de abastecimento e filtro, juntamente com o tanque com capacidade máxima de 5.000 litros para o Óleo Diesel S10 (30 Km do Centro do Município de Leoberto Leal);

O vencedor deverá ainda realizar por sua conta, quando solicitado e no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a manutenção dos equipamentos cedidos.

9.3. A Gasolina Comum deverá ser fornecida diretamente da bomba registradora do posto revendedor.

9.4. O vencedor do Lote 02 – gasolina comum - deverá entregar diariamente o produto, mediante apresentação de solicitação da Administração Municipal, conforme as condições estabelecidas no Anexo I deste edital, com entrega a qualquer momento, no horário normal de funcionamento da fornecedora.

9.5. Correrão, por conta exclusiva do Fornecedor as despesas com embalagem, seguro e transporte e quaisquer outras despesas, para entrega dos produtos até os locais designados.

#### CLÁUSULA DÉCIMA: DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

10.1 O Registro de determinado preço poderá ser cancelado, de pleno direito:

- a) Se o fornecedor não cumprir as obrigações constantes desta ATA DE REGISTRO DE PREÇOS;
- b) O fornecedor não entregar os materiais solicitados na "AUTORIZAÇÃO DE COMPRAS";
- c) Desatender qualquer das cláusulas descritas no edital ou na ATA DE REGISTRO DE PREÇO;
- d) Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos previstos nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei 8.666/93 e 9.648/98;
- e) Amigável, por acordo das partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a administração;
- f) A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão pela Administração, com as consequências previstas no item 8.2;
- g) Constituem motivos para a rescisão contratual os previstos no art. 78 da Lei 8.666/93 e 9.648/98;
- h) Em caso de rescisão prevista nos incisos XII a XVII do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93 e 9.648/98, sem que haja culpa do contratado, será este ressarcido dos prejuízos regulamentares comprovados, quando os houver sofrido;
- i) A rescisão contratual de que trata o inciso I do art. 78 acarretará as consequências previstas no art. 80, incisos I a IV, ambos da Lei Federal nº 8.666/93 e 9.648/98 e 10.520/02.

**CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA: DAS DOTAÇÕES.**

As despesas decorrentes da presente licitação correrão por conta da seguinte rubrica orçamentária:

Funcionamento e Manutenção do Gabinete do Prefeito – 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000.000000 – Recursos Ordinários  
Manutenção do Transporte Escolar – Ensino Fundamental – 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0022.000108 – Transferências de Convênios – Educação  
Manutenção do Transporte Escolar – Ensino Fundamental – 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0058.000000 – Salário Educação  
Manutenção do Transporte Escolar – Ensino Fundamental – 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0061.000000 – Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar – PNATE  
Manutenção do Transporte Escolar – Ensino Médio – 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0022.000109 - Transferências de Convênios – Educação  
Manutenção do Transporte Escolar – Ensino Médio – 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0061.000000 - Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar – PNATE  
Apoio ao Transporte de Alunos Universitários - 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000.000000 – Recursos Ordinários  
Manutenção do Transporte Escolar – Ensino Infantil – 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0001.000000 – Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos – Educação  
Manutenção do Transporte Escolar – Ensino Infantil – 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0061.000000 – Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar – PNATE  
Funcionamento e Manutenção do F.M.A.S – 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000.000000 – Recursos Ordinários  
Bloco de Financiamento – Gestão IGD PBF/SUAS – 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0063.000308 – Bolsa Família  
Manutenção e Revitalização de Áreas Urbanas – 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000.000000 – Recursos Ordinários  
Funcionamento e Manutenção da STOSU – 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000.000000 – Recursos Ordinários  
Funcionamento e Manutenção da STOSU – 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0016.000000 – Contribuição de Intervenção do Domínio Econômico – CIDE  
Funcionamento e Manutenção da STOSU – 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0024.000000 – Transferências de Convênios  
Funcionamento e Manutenção da STOSU – 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0044.000000 – Fundo Especial do Petróleo  
Funcionamento e Manutenção da SAMA – 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000.000000

**CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA: DISPOSIÇÕES FINAIS.**

12.1 Fica eleito o foro da Comarca de Ituporanga, para dirimir questões resultantes da ou relativas à aplicação deste Contrato ou execução do ajuste, não resolvidos na esfera administrativa.

12.2 A CONTRATADA obriga-se a manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação que originou o presente ajuste.

12.3 E por estarem justas e concordes, as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias, de igual forma e teor, na presença das testemunhas.

**CLÁUSULA DÉCIMA-TERCEIRA – PUBLICAÇÃO.** Esta Ata entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal/SC, 04 de janeiro de 2016.  
JAQUELINE ROSALIA GUCHERT HOFFMANN  
PREGOEIRA MUNICIPAL

ALINE KRAUS	MAYARA CARLA GUCHERT
MEMBRO	MEMBRO
RUDIPEL RUDNICK PETRÓLEO LTDA	AUTO POSTO CAMILO LTDA
EMPRESA VENCEDORA	EMPRESA VENCEDORA

AUTO POSTO LAURINDO LTDA  
EMPRESA VENCEDORA

**TESTEMUNHAS:**

1- SILVANIA CAPISTRANO LOPES  
CPF: 017.410.949-09

2- LIZANDRO KREUSCH  
CPF: 023.728.959-82

VISTO:

ASSESSOR JURÍDICO

**CONTRATO Nº 001/2016 - FMS**

CONTRATO Nº 001/2016 - FMS

CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE ÓLEO DIESEL COMUM E ÓLEO DIESEL S10, QUE ENTRE SI CELEBRAM O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LEOBERTO LEAL/SC E A EMPRESA RUDIPEL RUDNICK PETRÓLEO LTDA.

O MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL, através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LEOBERTO LEAL - SC, pessoa jurídica de direito público, sito na Rua Mainolvo Lehmkuhl, 20, Bairro Centro, Estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ sob o nº 82.924.390/0001-50, neste ato representado pela Secretária Municipal da Saúde Senhora Irene Maria da Cunha Otto, a seguir denominado CONTRATANTE, e a Empresa RUDIPEL RUDNICK PETRÓLEO LTDA, pessoa jurídica de direito privado, sito na Rua Marcionilo dos Santos, nº 1426, Município de Guaramirim, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob o nº 75.415.075/0002-13, neste ato representada pelo Senhor Aguinaldo Moraes Tavares, a seguir denominada CONTRATADA, acordam e ajustam firmar o presente CONTRATO, nos termos da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações e legislações pertinentes, assim como pelas condições no Edital de Pregão Presencial nº 022/2015, pelos termos da proposta da Contratada datada de 15/12/2015 e pelas cláusulas a seguir expressas, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidades das partes.

**CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO.**

1 - Aquisição parcelada de até 25.000 (vinte e cinco mil) litros de óleo diesel comum, e até 15.000 (quinze mil) litros de óleo diesel S10, conforme as necessidades, mediante entrega na garagem da Prefeitura do Lote 01 – óleo diesel comum e óleo diesel S10. A Empresa vencedora que entregar o combustível na Garagem (óleo diesel comum e óleo diesel S10), deverá instalar, por sua conta, um Tanque bipartido com Reservatório com capacidade máxima total de 13.000 litros, com os compartimentos de 8.000 litros e de 5.000 litros, bomba, filtro e bacia de contenção, providenciando as devidas regularizações junto aos órgãos competentes, bem como a manutenção destes equipamentos durante a vigência do contrato.

1.1 - A Contratada declara possuir condições de executar e concluir o objeto deste Contrato dentro das normas técnicas, com qualidade e segurança.

Parágrafo Único: Integra e completa o presente Termo Contratual, para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, as condições expressas no Edital de Pregão Presencial nº 022/2015, juntamente com seus anexos e a proposta da CONTRATADA.

**CLÁUSULA SEGUNDA – VALOR CONTRATUAL.**

Pela execução do objeto ora contratado, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor de até R\$ 115.500,00 (cento e quinze mil e quinhentos reais).

**CLÁUSULA TERCEIRA – CONDIÇÕES DE PAGAMENTO.**

Os pagamentos serão realizados em até 30 (trinta) dias após recebimento do produto, mediante a apresentação da Nota Fiscal do período, devidamente certificada pelo Setor de Licitações e Compras.

**CLÁUSULA QUARTA – RECURSO FINANCEIRO.**

As despesas decorrentes do presente Contrato serão efetuadas à conta do seguinte recurso financeiro:

Núcleo de Apoio à Saúde da Família – NASF Estado – 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0064.000076 - Atenção Básica

Núcleo de Apoio à Saúde da Família – NASF União – 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0064.000043 - Atenção Básica

Vigilância em Saúde – Comp. Vigil. Sanitária - 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0066.000039 - Vigilância em Saúde

Vigilância em Saúde – Comp. Vigil. Epid. e Amb. em Saúde - 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0066.000031 - Vigilância em Saúde

**CLÁUSULA QUINTA – REAJUSTAMENTO DE PREÇOS E EQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO.**

Os contratantes têm direito ao equilíbrio econômico financeiro do contratado procedendo-se a revisão do mesmo a qualquer tempo, desde que ocorra variação de preços do combustível determinado pela Petrobrás ou órgão regulador, que seja imprevisível ou previsível, porém com consequências incalculáveis, que onere ou desonere excessivamente as obrigações pactuadas no presente instrumento.

§ 1º A contratada, quando for o caso, deverá formular à Administração requerimento para revisão do contratado, comprovando a ocorrência de aumento de preços;

I- A comprovação será feita através de documentos, tais como lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição de matérias-primas, de transporte de mercadorias, alusivas à época da elaboração da proposta e do momento do pedido de revisão do contrato;

II- Junto com o requerimento, a contratada deverá apresentar planilhas de custos comparativa entre a data da formulação da proposta e do momento do pedido de revisão do contrato, evidenciando o quanto o aumento de preços ocorrido repercute no valor total pactuado;

III- A administração, reconhecendo o desequilíbrio econômico financeiro, procederá à revisão do Contrato, de acordo com os parâmetros estabelecidos pela Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

§ 2º Independente da solicitação, a Administração poderá convocar a contratada para negociar a redução dos preços, mantendo o mesmo objeto cotado, na qualidade e nas especificações indicadas na proposta, em virtude da redução dos preços do combustível no mercado.

§ 3º As alterações decorrentes da revisão dos preços serão formalizadas através de Aditivos ao Contrato.

**CLÁUSULA SEXTA – PRAZO.**

O prazo para a execução do contrato será a partir de 04 de janeiro de 2016, pelo período de 12 (doze) meses.

**CLÁUSULA SÉTIMA – DIREITOS E RESPONSABILIDADES DAS PARTES.**

Constituem direitos do CONTRATANTE, receber o objeto desse Contrato nas condições avençadas e da CONTRATADA perceber o valor ajustado na forma e no prazo convencionados.

Parágrafo Primeiro – constituem obrigações do CONTRATANTE:

- a) efetuar o pagamento ajustado e,
- b) dar à CONTRATADA as condições necessárias à regular execução do Contrato.

Parágrafo Segundo – Constituem obrigações da CONTRATADA:

- a) executar o objeto do contrato na forma ajustada;



b) atender aos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais decorrentes da execução do presente Contrato;  
c) manter durante a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;  
d) apresentar, sempre que solicitado, durante a execução do Contrato, documentos que comprovem estar cumprindo a legislação em vigor quanto às obrigações assumidas na licitação, em especial, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, tributários, fiscais e comerciais;  
e) responsabilizar-se por danos causados diretamente ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do presente Contrato;  
f) A fornecedora do item óleo diesel deverá manter apólice de seguros dando cobertura a eventuais danos ao Meio Ambiente por derrame de Óleo Diesel no transporte e no armazenamento. O seguro deve cobrir, entre outros danos: limpeza, remoção e reconstituição da área contaminada, destinação final do resíduo e contratação de empresas especializadas na recuperação dos danos ambientais.

#### CLÁUSULA OITAVA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS PARA O CASO DE INADIMPLEMENTO CONTRATUAL.

Em caso de atraso injustificado no cumprimento do objeto do contrato, será aplicada à CONTRATADA multa moratória de valor equivalente a 0,33% sobre o valor total em atraso, por dia útil excedente ao respectivo prazo, limitada a 20% do valor total da etapa em atraso.

Parágrafo Primeiro – Pela inexecução total ou parcial do Contrato, a CONTRATANTE poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as sanções previstas no art. 87 da Lei nº 8.666/93; sendo que em caso de multa esta corresponderá a 20% sobre o valor total do Contrato.

#### CLÁUSULA NONA – RESCISÃO.

O presente Contrato poderá ser rescindido caso ocorram quaisquer dos fatos elencados no art. 78 e seguintes da Lei nº 8.666/93.

#### CLÁUSULA DÉCIMA – LEGISLAÇÃO APLICÁVEL.

O presente Instrumento Contratual rege-se pelas disposições expressas na Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, e pelos preceitos de direito público, aplicando-se supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

#### CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA – CASOS OMISSOS.

Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei nº 8.666/93, e dos princípios gerais de direito.

#### CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA – FORO.

Fica eleito o foro da Comarca de Ituporanga para dirimir dúvidas ou questões oriundas do presente contrato.

E por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento contratual, em 02 (duas) vias iguais e rubricadas para todos os fins de direito, na presença das testemunhas abaixo.

CLÁUSULA DÉCIMA-TERCEIRA – PUBLICAÇÃO - Este Contrato entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal/SC, 04 de janeiro de 2016.

IRENE MARIA DA CUNHA OTTO Secretária Municipal da Saúde Contratante	AGUINALDO MORAES TAVARES RUDIPEL RUDNICK PETRÓLEO LTDA Contratada
---	---

#### Testemunhas:

SILVÂNIA CAPISTRANO LOPES CPF/MF nº 017.410.949-09	JAQUELINE R. GUCHERT HOFFMANN CPF/MF nº 005.166.179-90
---	---

### CONTRATO Nº 001/2016 - PMLL

CONTRATO Nº 001/2016 - PMLL

CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE ÓLEO DIESEL COMUM E ÓLEO S10, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL/SC E A EMPRESA RUDIPEL RUDNICK PETRÓLEO LTDA.

O MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL - SC, pessoa jurídica de direito público, sito na Rua Mainolvo Lehmkuhl, nº 20, Bairro Centro, Estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ sob o nº 82.924.390/0001-50, neste ato representado pela Prefeita Municipal Senhora Tatiane Dutra Alves da Cunha, a seguir denominada CONTRATANTE, e a Empresa RUDIPEL RUDNICK PETRÓLEO LTDA, pessoa jurídica de direito privado, sito na Rua Marcionilo dos Santos, nº 1426, Município de Guarapiranga, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob o nº 75.415.075/0002-13, neste ato representada pelo Senhor Aguinaldo Moraes Tavares, a seguir denominada CONTRATADA, acordam e ajustam firmar o presente CONTRATO, nos termos da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações e legislações pertinentes, assim como pelas condições no Edital de Pregão Presencial nº 047/2015, pelos termos da propostas da Contratada datada de 15/12/2015 e pelas cláusulas a seguir expressas, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidades das partes.

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO.

1.1 - Aquisições de combustíveis de até 165.000 (cento e sessenta e cinco mil) litros de óleo diesel comum, de até 60.000 (sessenta mil) litros de óleo diesel S10, para o abastecimento da frota de veículos da Prefeitura Municipal de Leoberto Leal.

1.2 - O Óleo Diesel Comum e Óleo Diesel S10, deverão ser entregues da seguinte maneira:

I- Na Garagem da Prefeitura. Sendo que o vencedor deverá realizar a instalação de um tanque bipartido, duas bombas de abastecimento e dois filtros de linha. O tanque bipartido deverá ter capacidade máxima total de 13.000 litros, onde os compartimentos serão preferencialmente de 8.000 litros e de 5.000 litros;

II- Na Localidade de Alto Vargedo, o vencedor deverá instalar uma bomba de abastecimento e filtro, juntamente com o tanque com capacidade máxima de 5.000 litros para o Óleo Diesel S10 (8 Km do Centro do Município de Leoberto Leal);

III- Na Localidade de Rio das Pedras, o vencedor deverá instalar uma bomba de abastecimento e filtro, juntamente com o tanque com capacidade máxima de 5.000 litros para o Óleo Diesel S10 (9 Km do Centro do Município de Leoberto Leal);

IV- Na Localidade de Ribeirão dos Ovos, o vencedor deverá instalar uma bomba de abastecimento e filtro, juntamente com o tanque com capacidade máxima de 5.000 litros para o Óleo Diesel S10 (16 Km do Centro do Município de Leoberto Leal);

V- Na Localidade de Vargem dos Bugres, o vencedor deverá instalar uma bomba de abastecimento e filtro, juntamente com o tanque com capacidade máxima de 5.000 litros para o Óleo Diesel S10 (30 Km do Centro do Município de Leoberto Leal);



O vencedor deverá ainda realizar por sua conta, quando solicitado e no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a manutenção dos equipamentos cedidos.

1.3 - A Contratada declara possuir condições de executar e concluir o objeto deste Contrato dentro das normas técnicas, com qualidade e segurança.

Parágrafo Único: Integra e completa o presente Termo Contratual, para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, as condições expressas no Edital de Pregão Presencial nº 047/2015, juntamente com seus anexos e a proposta da CONTRATADA.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – VALOR CONTRATUAL.

Pela execução do objeto ora contratado, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor de até R\$ 647.250,00 (seiscentos e quarenta e sete mil duzentos e cinquenta reais).

#### CLÁUSULA TERCEIRA – CONDIÇÕES DE PAGAMENTO.

Os pagamentos serão realizados em até 30 (trinta) dias após recebimento do produto, mediante a apresentação da Nota Fiscal do período, devidamente certificada pelo Setor de Licitações e Compras.

#### CLÁUSULA QUARTA – RECURSO FINANCEIRO.

As despesas decorrentes do presente Contrato serão efetuadas à conta do seguinte recurso financeiro:

Funcionamento e Manutenção do Gabinete do Prefeito – 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000.000000 – Recursos Ordinários

Manutenção do Transporte Escolar – Ensino Fundamental – 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0022.000108 – Transferências de Convênios – Educação

Manutenção do Transporte Escolar – Ensino Fundamental – 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0058.000000 – Salário Educação

Manutenção do Transporte Escolar – Ensino Fundamental – 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0061.000000 – Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar – PNATE

Manutenção do Transporte Escolar – Ensino Médio – 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0022.000109 - Transferências de Convênios – Educação

Manutenção do Transporte Escolar – Ensino Médio – 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0061.000000 - Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar – PNATE

Apoio ao Transporte de Alunos Universitários - 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000.000000 – Recursos Ordinários

Manutenção do Transporte Escolar – Ensino Infantil – 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0001.000000 – Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos – Educação

Manutenção do Transporte Escolar – Ensino Infantil – 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0061.000000 – Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar – PNATE

Funcionamento e Manutenção do F.M.A.S – 3.3.90.00.00.00.00.00.00.01.0000.000000 – Recursos Ordinários

Bloco de Financiamento – Gestão IGD PBF/SUAS – 3.3.90.00.00.0

0.00.00.00.01.0063.000308 – Bolsa Família

Manutenção e Revitalização de Áreas Urbanas – 3.3.90.00.00.00.00.00.00.01.0000.000000 – Recursos Ordinários  
Funcionamento e Manutenção da STOSU – 3.3.90.00.00.00.00.00.00.01.0000.000000 – Recursos Ordinários

Funcionamento e Manutenção da STOSU – 3.3.90.00.00.00.00.00.00.01.0016.000000 – Contribuição de Intervenção do Domínio Econômico – CIDE

Funcionamento e Manutenção da STOSU – 3.3.90.00.00.00.00.00.00.01.0024.000000 – Transferências de Convênios

Funcionamento e Manutenção da STOSU – 3.3.90.00.00.00.00.00.00.01.0044.000000 – Fundo Especial do Petróleo

Funcionamento e Manutenção da SAMA – 3.3.90.00.00.00.00.00.00.01.0000.000000

#### CLÁUSULA QUINTA – REAJUSTAMENTO DE PREÇOS E EQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO.

Os contratantes têm direito ao equilíbrio econômico financeiro do contratado procedendo-se a revisão do mesmo a qualquer tempo, desde que ocorra variação de preços do combustível determinado pela Petrobrás ou órgão regulador, que seja imprevisível ou previsível, porém com consequências incalculáveis, que onere ou desonere excessivamente as obrigações pactuadas no presente instrumento.

§ 1º A contratada, quando for o caso, deverá formular à Administração requerimento para revisão do contratado, comprovando a ocorrência de aumento de preços;

I- A comprovação será feita através de documentos, tais como lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição de matérias-primas, de transporte de mercadorias, alusivas à época da elaboração da proposta e do momento do pedido de revisão do contrato;

II- Junto com o requerimento, a contratada deverá apresentar planilhas de custos comparativa entre a data da formulação da proposta e do momento do pedido de revisão do contrato, evidenciando o quanto o aumento de preços ocorrido repercute no valor total pactuado;

III- A administração, reconhecendo o desequilíbrio econômico financeiro, procederá à revisão do Contrato, de acordo com os parâmetros estabelecidos pela Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

§ 2º Independente da solicitação, a Administração poderá convocar a contratada para negociar a redução dos preços, mantendo o mesmo objeto cotado, na qualidade e nas especificações indicadas na proposta, em virtude da redução dos preços do combustível no mercado.

§ 3º As alterações decorrentes da revisão dos preços serão formalizadas através de Aditivos ao Contrato.

#### CLÁUSULA SEXTA – PRAZO.

O prazo para a execução do contrato será a partir de 04 de janeiro de 2016, pelo período de 12 (doze) meses.

#### CLÁUSULA SÉTIMA – DIREITOS E RESPONSABILIDADES DAS PARTES.

Constituem direitos do CONTRATANTE, receber o objeto desse

Contrato nas condições avençadas e da CONTRATADA perceber o valor ajustado na forma e no prazo convencionados.

Parágrafo Primeiro – constituem obrigações do CONTRATANTE:

- a) efetuar o pagamento ajustado e,
- b) dar à CONTRATADA as condições necessárias à regular execução do Contrato.

Parágrafo Segundo – Constituem obrigações da CONTRATADA:

- a) executar o objeto do contrato na forma ajustada;
- b) atender aos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais decorrentes da execução do presente Contrato;
- c) manter durante a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- d) apresentar, sempre que solicitado, durante a execução do Contrato, documentos que comprovem estar cumprindo a legislação em vigor quanto às obrigações assumidas na licitação, em especial, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, tributários, fiscais e comerciais;
- e) responsabilizar-se por danos causados diretamente ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do presente Contrato;
- f) A fornecedora do item óleo diesel deverá manter apólice de seguros dando cobertura a eventuais danos ao Meio Ambiente por derrame de Óleo Diesel no transporte e no armazenamento. O seguro deve cobrir, entre outros danos: limpeza, remoção e reconstituição da área contaminada, destinação final do resíduo e contratação de empresas especializadas na recuperação dos danos ambientais.

**CLÁUSULA OITAVA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS PARA O CASO DE INADIMPLENTO CONTRATUAL.**

Em caso de atraso injustificado no cumprimento do objeto do contrato, será aplicada à CONTRATADA multa moratória de valor equivalente a 0,33% sobre o valor total em atraso, por dia útil excedente ao respectivo prazo, limitada a 20% do valor total da etapa em atraso.

Parágrafo Primeiro – Pela inexecução total ou parcial do Contrato, a CONTRATANTE poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as sanções previstas no art. 87 da Lei nº 8.666/93; sendo que em caso de multa esta corresponderá a 20% sobre o valor total do Contrato.

**CLÁUSULA NONA – RESCISÃO.**

O presente Contrato poderá ser rescindido caso ocorram quaisquer dos fatos elencados no art. 78 e seguintes da Lei nº 8.666/93.

**CLÁUSULA DÉCIMA – LEGISLAÇÃO APLICÁVEL.**

O presente Instrumento Contratual rege-se pelas disposições expressas na Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, e pelos preceitos de direito público, aplicando-se supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

**CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA – CASOS OMISSOS.**

Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei nº 8.666/93, e dos princípios gerais de direito.

**CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA – FORO.**

Fica eleito o foro da Comarca de Ituporanga para dirimir dúvidas ou questões oriundas do presente contrato.

E por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento contratual, em 02 (duas) vias iguais e rubricadas para todos os fins de direito, na presença das testemunhas abaixo.

**CLÁUSULA DÉCIMA-TERCEIRA – PUBLICAÇÃO** - Este Contrato entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal/SC, 04 de janeiro de 2016.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA Prefeita Municipal Contratante	AGUINALDO MORAES TAVARES RUDIPEL RUDNICK PETRÓLEO LTDA Contratada
---	---

Testemunhas:

SILVÂNIA CAPISTRANO LOPES CPF/MF nº 017.410.949-09	JAQUELINE R. GUCHERT HOF-FMANN CPF/MF nº 005.166.179-90
---	--

## **CONTRATO Nº 002/2016 - PMLL**

CONTRATO Nº 002/2016 - PMLL

CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE GASOLINA COMUM, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL/SC E A EMPRESA AUTO POSTO CAMILO LTDA.

O MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL - SC, pessoa jurídica de direito público, sito na Rua Mainolvo Lehmkuhl, 20, Bairro Centro, Estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ sob o nº 82.924.390/0001-50, neste ato representado pela Prefeita Municipal Senhora Tatiane Dutra Alves da Cunha, a seguir denominada CONTRATANTE, e a Empresa AUTO POSTO CAMILO LTDA, pessoa jurídica de direito privado, sita na Rua Ângelo Silva, nº 317, Município de Leoberto Leal, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob nº 05.385.866/0001-81, neste ato representada pelo Senhor Abelardo Camilo da Cunha, a seguir denominada CONTRATADA, acordam e ajustam firmar o presente CONTRATO, nos termos da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações e legislações pertinentes, assim como pelas condições no Edital de Pregão Presencial nº 047/2015, pelos termos da propostas da Contratada datada de 15/12/2015 e pelas cláusulas a seguir expressas, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidades das partes.

**CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO.**

1.1 - Aquisições de combustíveis de até 75.000 (setenta e cinco mil) litros de Gasolina comum, para o abastecimento da frota de veículos da Prefeitura Municipal de Leoberto Leal.

1.2 - A Gasolina Comum deverá ser fornecida diretamente da bomba registradora do posto revendedor.

1.3 - A Contratada declara possuir condições de executar e concluir o objeto deste Contrato dentro das normas técnicas, com qualidade e segurança.

Parágrafo Único: Integra e completa o presente Termo Contratual, para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, as condições expressas no Edital de Pregão Presencial nº 047/2015, juntamente com seus anexos e a proposta da CONTRATADA.

**CLÁUSULA SEGUNDA – VALOR CONTRATUAL.**

Pela execução do objeto ora contratado, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor de até R\$ 261.000,00 (duzentos e sessenta e um mil reais).

**CLÁUSULA TERCEIRA – CONDIÇÕES DE PAGAMENTO.**

Os pagamentos serão realizados em até 30 (trinta) dias após recebimento do produto, mediante a apresentação da Nota Fiscal do período, devidamente certificada pelo Setor de Licitações e Compras.

**CLÁUSULA QUARTA – RECURSO FINANCEIRO.**

As despesas decorrentes do presente Contrato serão efetuadas à conta do seguinte recurso financeiro:

Funcionamento e Manutenção do Gabinete do Prefeito – 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000.000000 – Recursos Ordinários

Manutenção do Transporte Escolar – Ensino Fundamental – 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0022.000108 – Transferências de Convênios – Educação

Manutenção do Transporte Escolar – Ensino Fundamental – 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0058.000000 – Salário Educação

Manutenção do Transporte Escolar – Ensino Fundamental – 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0061.000000 – Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar – PNATE

Manutenção do Transporte Escolar – Ensino Médio – 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0022.000109 - Transferências de Convênios – Educação

Manutenção do Transporte Escolar – Ensino Médio – 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0061.000000 - Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar – PNATE

Apoio ao Transporte de Alunos Universitários - 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000.000000 – Recursos Ordinários

Manutenção do Transporte Escolar – Ensino Infantil – 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0001.000000 – Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos – Educação

Manutenção do Transporte Escolar – Ensino Infantil – 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0061.000000 – Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar – PNATE

Funcionamento e Manutenção do F.M.A.S – 3.3.90.00.00.00.00.00.00.01.0000.000000 – Recursos Ordinários

Bloco de Financiamento – Gestão IGD PBF/SUAS – 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0063.000308 – Bolsa Família

Manutenção e Revitalização de Áreas Urbanas – 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000.000000 – Recursos Ordinários

Funcionamento e Manutenção da STOSU – 3.3.90.00.00.00.00.00.00.01.0000.000000 – Recursos Ordinários

Funcionamento e Manutenção da STOSU – 3.3.90.00.00.00.00.00.00.01.0016.000000 – Contribuição de Intervenção do Domínio Econômico – CIDE

Funcionamento e Manutenção da STOSU – 3.3.90.00.00.00.00.00.00.01.0024.000000 – Transferências de Convênios

Funcionamento e Manutenção da STOSU – 3.3.90.00.00.00.00.00.00.01.0044.000000 – Fundo Especial do Petróleo

Funcionamento e Manutenção da SAMA – 3.3.90.00.00.00.00.00.00.01.0000.000000

**CLÁUSULA QUINTA – REAJUSTAMENTO DE PREÇOS E EQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO.**

Os contratantes têm direito ao equilíbrio econômico financeiro do contratado procedendo-se a revisão do mesmo a qualquer tempo, desde que ocorra variação de preços do combustível determinado pela Petrobrás ou órgão regulador, que seja imprevisível ou previsível, porém com conseqüências incalculáveis, que onere ou desonere excessivamente as obrigações pactuadas no presente instrumento.

§ 1º A contratada, quando for o caso, deverá formular à Administração requerimento para revisão do contratado, comprovando a ocorrência de aumento de preços;

I- A comprovação será feita através de documentos, tais como lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição de matérias-primas, de transporte de mercadorias, alusivas à época da elaboração da proposta e do momento do pedido de revisão do contrato;

II- Junto com o requerimento, a contratada deverá apresentar planilhas de custos comparativa entre a data da formulação da proposta e do momento do pedido de revisão do contrato, evidenciando o quanto o aumento de preços ocorrido repercute no valor total pactuado;

III- A administração, reconhecendo o desequilíbrio econômico financeiro, procederá à revisão do Contrato, de acordo com os parâmetros estabelecidos pela Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

§ 2º Independente da solicitação, a Administração poderá convocar a contratada para negociar a redução dos preços, mantendo o mesmo objeto cotado, na qualidade e nas especificações indicadas na proposta, em virtude da redução dos preços do combustível no mercado.

§ 3º As alterações decorrentes da revisão dos preços serão formalizadas através de Aditivos ao Contrato.

**CLÁUSULA SEXTA – PRAZO.**

O prazo para a execução do contrato será a partir de 04 de janeiro de 2016, pelo período de 12 (doze) meses.

**CLÁUSULA SÉTIMA – DIREITOS E RESPONSABILIDADES DAS PARTES.**

Constituem direitos do CONTRATANTE, receber o objeto desse Contrato nas condições avençadas e da CONTRATADA perceber o valor ajustado na forma e no prazo convencionados.

Parágrafo Primeiro – constituem obrigações do CONTRATANTE:

- a) efetuar o pagamento ajustado e,
- b) dar à CONTRATADA as condições necessárias à regular execução do Contrato.

Parágrafo Segundo – Constituem obrigações da CONTRATADA:

- a) executar o objeto do contrato na forma ajustada;
- b) atender aos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais decorrentes da execução do presente Contrato;
- c) manter durante a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- d) apresentar, sempre que solicitado, durante a execução do Contrato, documentos que comprovem estar cumprindo a legislação em vigor quanto às obrigações assumidas na licitação, em especial, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, tributários, fiscais e

comerciais;

e) responsabilizar-se por danos causados diretamente ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do presente Contrato;

f) A fornecedora do item óleo diesel deverá manter apólice de seguros dando cobertura a eventuais danos ao Meio Ambiente por derrame de Óleo Diesel no transporte e no armazenamento. O seguro deve cobrir, entre outros danos: limpeza, remoção e reconstituição da área contaminada, destinação final do resíduo e contratação de empresas especializadas na recuperação dos danos ambientais.

#### CLÁUSULA OITAVA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS PARA O CASO DE INADIMPLENTO CONTRATUAL.

Em caso de atraso injustificado no cumprimento do objeto do contrato, será aplicada à CONTRATADA multa moratória de valor equivalente a 0,33% sobre o valor total em atraso, por dia útil excedente ao respectivo prazo, limitada a 20% do valor total da etapa em atraso.

Parágrafo Primeiro – Pela inexecução total ou parcial do Contrato, a CONTRATANTE poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as sanções previstas no art. 87 da Lei nº 8.666/93; sendo que em caso de multa esta corresponderá a 20% sobre o valor total do Contrato.

#### CLÁUSULA NONA – RESCISÃO.

O presente Contrato poderá ser rescindido caso ocorram quaisquer dos fatos elencados no art. 78 e seguintes da Lei nº 8.666/93.

#### CLÁUSULA DÉCIMA – LEGISLAÇÃO APLICÁVEL.

O presente Instrumento Contratual rege-se pelas disposições expressas na Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, e pelos preceitos de direito público, aplicando-se supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

#### CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA – CASOS OMISSOS.

Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei nº 8.666/93, e dos princípios gerais de direito.

#### CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA – FORO.

Fica eleito o foro da Comarca de Ituporanga para dirimir dúvidas ou questões oriundas do presente contrato.

E por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento contratual, em 02 (duas) vias iguais e rubricadas para todos os fins de direito, na presença das testemunhas abaixo.

CLÁUSULA DÉCIMA-TERCEIRA – PUBLICAÇÃO - Este Contrato entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal/SC, 04 de janeiro de 2016.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA Prefeita Municipal Contratante	ABELARDO CAMILO DA CUNHA AUTO POSTO CAMILO LTDA Contratada
---	--

Testemunhas:

SILVÂNIA CAPISTRANO LOPES CPF/MF nº 017.410.949-09	JAQUELINE R. GUCHERT HOFFMANN CPF/MF nº 005.166.179-90
---	---

#### CONTRATO Nº 002/2016 - PMLL

CONTRATO Nº 002/2016 – FMS

CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE GASOLINA COMUM, QUE ENTRE SI CELEBRAM O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LEOBERTO LEAL/SC E A EMPRESA AUTO POSTO CAMILO LTDA.

O MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL, através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LEOBERTO LEAL - SC, pessoa jurídica de direito público, sito na Rua Mainolvo Lehmkühl, nº 20, Bairro Centro, Estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ sob o nº 82.924.390/0001-50, neste ato representado pela Secretária Municipal da Saúde Senhora Irene Maria da Cunha Otto, a seguir denominado CONTRATANTE, e a Empresa AUTO POSTO CAMILO LTDA, pessoa jurídica de direito privado, sita na Rua Ângelo Silva, nº 317, Município de Leoberto Leal, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob o nº 05.385.866/0001-81, neste ato representada pelo Senhor Abelardo Camilo da Cunha, a seguir denominada CONTRATADA, acordam e ajustam firmar o presente CONTRATO, nos termos da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações e legislações pertinentes, assim como pelas condições no Edital de Pregão Presencial nº 022/2015, pelos termos da proposta da Contratada datada de 15/12/2015 e pelas cláusulas a seguir expressas, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidades das partes.

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO.

1 - Aquisição parcelada de até 40.000 (quarenta mil) litros de gasolina comum, conforme as necessidades. Lote 02 – gasolina comum - deverá ser fornecida diretamente da bomba registradora do fornecedor.

1.1 - A Contratada declara possuir condições de executar e concluir o objeto deste Contrato dentro das normas técnicas, com qualidade e segurança.

Parágrafo Único: Integra e completa o presente Termo Contratual, para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, as condições expressas no Edital de Pregão Presencial nº 022/2015, juntamente com seus anexos e a proposta da CONTRATADA.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – VALOR CONTRATUAL.

Pela execução do objeto ora contratado, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor de até R\$ 145.200,00 (cento e quarenta e cinco mil e duzentos reais).

#### CLÁUSULA TERCEIRA – CONDIÇÕES DE PAGAMENTO.

Os pagamentos serão realizados em até 30 (trinta) dias após recebimento do produto, mediante a apresentação da Nota Fiscal do período, devidamente certificada pelo Setor de Licitações e Compras.

#### CLÁUSULA QUARTA – RECURSO FINANCEIRO.

As despesas decorrentes do presente Contrato serão efetuadas à conta do seguinte recurso financeiro:

Núcleo de Apoio à Saúde da Família – NASF Estado – 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0064.000076 - Atenção Básica

Núcleo de Apoio à Saúde da Família – NASF União – 3.3.90.00.00.00.00.00.00.01.0064.000043 - Atenção Básica

Vigilância em Saúde – Comp. Vigil. Sanitária - 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0066.000039 - Vigilância em Saúde

Vigilância em Saúde – Comp. Vigil. Epid. e Amb. em Saúde - 3.3.90



.00.00.00.00.00.00.01.0066.000031 - Vigilância em Saúde

#### CLÁUSULA QUINTA – REAJUSTAMENTO DE PREÇOS E EQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO.

Os contratantes têm direito ao equilíbrio econômico financeiro do contratado procedendo-se a revisão do mesmo a qualquer tempo, desde que ocorra variação de preços do combustível determinado pela Petrobrás ou órgão regulador, que seja imprevisível ou previsível, porém com conseqüências incalculáveis, que onere ou desonere excessivamente as obrigações pactuadas no presente instrumento.

§ 1º A contratada, quando for o caso, deverá formular à Administração requerimento para revisão do contratado, comprovando a ocorrência de aumento de preços;

I- A comprovação será feita através de documentos, tais como lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição de matérias-primas, de transporte de mercadorias, alusivas à época da elaboração da proposta e do momento do pedido de revisão do contrato;

II- Junto com o requerimento, a contratada deverá apresentar planilhas de custos comparativa entre a data da formulação da proposta e do momento do pedido de revisão do contrato, evidenciando o quanto o aumento de preços ocorrido repercute no valor total pactuado;

III- A administração, reconhecendo o desequilíbrio econômico financeiro, procederá à revisão do Contrato, de acordo com os parâmetros estabelecidos pela Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

§ 2º Independente da solicitação, a Administração poderá convocar a contratada para negociar a redução dos preços, mantendo o mesmo objeto cotado, na qualidade e nas especificações indicadas na proposta, em virtude da redução dos preços do combustível no mercado.

§ 3º As alterações decorrentes da revisão dos preços serão formalizadas através de Aditivos ao Contrato.

#### CLÁUSULA SEXTA – PRAZO.

O prazo para a execução do contrato será a partir de 04 de janeiro de 2016, pelo período de 12 (doze) meses.

#### CLÁUSULA SÉTIMA – DIREITOS E RESPONSABILIDADES DAS PARTES.

Constituem direitos do CONTRATANTE, receber o objeto desse Contrato nas condições avençadas e da CONTRATADA perceber o valor ajustado na forma e no prazo convencionados.

Parágrafo Primeiro – constituem obrigações do CONTRATANTE:

- a) efetuar o pagamento ajustado e,
- b) dar à CONTRATADA as condições necessárias à regular execução do Contrato.

Parágrafo Segundo – Constituem obrigações da CONTRATADA:

- a) executar o objeto do contrato na forma ajustada;
- b) atender aos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais decorrentes da execução do presente Contrato;
- c) manter durante a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- d) apresentar, sempre que solicitado, durante a execução do Contrato, documentos que comprovem estar cumprindo a legislação

em vigor quanto às obrigações assumidas na licitação, em especial, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, tributários, fiscais e comerciais;

e) responsabilizar-se por danos causados diretamente ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do presente Contrato;

f) A fornecedora do item óleo diesel deverá manter apólice de seguros dando cobertura a eventuais danos ao Meio Ambiente por derrame de Óleo Diesel no transporte e no armazenamento. O seguro deve cobrir, entre outros danos: limpeza, remoção e reconstituição da área contaminada, destinação final do resíduo e contratação de empresas especializadas na recuperação dos danos ambientais.

#### CLÁUSULA OITAVA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS PARA O CASO DE INADIMPLEMENTO CONTRATUAL.

Em caso de atraso injustificado no cumprimento do objeto do contrato, será aplicada à CONTRATADA multa moratória de valor equivalente a 0,33% sobre o valor total em atraso, por dia útil excedente ao respectivo prazo, limitada a 20% do valor total da etapa em atraso.

Parágrafo Primeiro – Pela inexecução total ou parcial do Contrato, a CONTRATANTE poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as sanções previstas no art. 87 da Lei nº 8.666/93; sendo que em caso de multa esta corresponderá a 20% sobre o valor total do Contrato.

#### CLÁUSULA NONA – RESCISÃO.

O presente Contrato poderá ser rescindido caso ocorram quaisquer dos fatos elencados no art. 78 e seguintes da Lei nº 8.666/93.

#### CLÁUSULA DÉCIMA – LEGISLAÇÃO APLICÁVEL.

O presente Instrumento Contratual rege-se pelas disposições expressas na Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, e pelos preceitos de direito público, aplicando-se supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

#### CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA – CASOS OMISSOS.

Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei nº 8.666/93, e dos princípios gerais de direito.

#### CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA – FORO.

Fica eleito o foro da Comarca de Ituporanga para dirimir dúvidas ou questões oriundas do presente contrato.

E por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento contratual, em 02 (duas) vias iguais e rubricadas para todos os fins de direito, na presença das testemunhas abaixo.

CLÁUSULA DÉCIMA-TERCEIRA – PUBLICAÇÃO - Este Contrato entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal/SC, 04 de janeiro de 2016.

IRENE MARIA DA CUNHA OTTO Secretária Municipal da Saúde Contratante	ABELARDO CAMILO DA CUNHA AUTO POSTO CAMILO LTDA Contratada
---	--

Testemunhas:

SILVÂNIA CAPISTRANO LOPES CPF/MF nº 017.410.949-09	JAQUELINE R. GUCHERT HOFFMANN CPF/MF nº 005.166.179-90
---	---

**CONTRATO Nº 003/2016 - PMLL**

CONTRATO Nº 003/2016 - PMLL

CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE AGENTE REDUTOR LÍQUIDO ARLA 32, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL/SC E A EMPRESA AUTO POSTO LAURINDO LTDA.

O MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL - SC, pessoa jurídica de direito público, sito na Rua Mainolvo Lehmkuhl, 20, Bairro Centro, Estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ sob o nº 82.924.390/0001-50, neste ato representado pela Prefeita Municipal Senhora Tatiane Dutra Alves Da Cunha, a seguir denominada CONTRATANTE, e a Empresa AUTO POSTO LAURINDO LTDA, pessoa jurídica de direito privado, sita na Rua Jorge Lacerda, nº 628, Município de Leoberto Leal, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob nº 80.658.107/0001-60, neste ato representada pelo Senhor Pedro José Laurindo, a seguir denominada CONTRATADA, acordam e ajustam firmar o presente CONTRATO, nos termos da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações e legislações pertinentes, assim como pelas condições no Edital de Pregão Presencial nº 047/2015, pelos termos da propostas da Contratada datada de 14/12/2015 e pelas cláusulas a seguir expressas, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidades das partes.

**CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO.**

1.1 - Aquisições de agente redutor líquido Arla 32, para o abastecimento da frota de veículos da Prefeitura Municipal de Leoberto Leal, sendo parte com entrega e, parte a ser retirado da bomba do Posto de Serviço, conforme especificações contidas no Anexo I, do Edital de Pregão Presencial nº 047/2015.

1.2 - A Contratada declara possuir condições de executar e concluir o objeto deste Contrato dentro das normas técnicas, com qualidade e segurança.

Parágrafo Único: Integra e completa o presente Termo Contratual, para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, as condições expressas no Edital de Pregão Presencial nº 047/2015, juntamente com seus anexos e a proposta da CONTRATADA.

**CLÁUSULA SEGUNDA – VALOR CONTRATUAL.**

Pela execução do objeto ora contratado, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor de até R\$ 10.000,00 (dez mil reais).

**CLÁUSULA TERCEIRA – CONDIÇÕES DE PAGAMENTO.**

Os pagamentos serão realizados em até 30 (trinta) dias após recebimento do produto, mediante a apresentação da Nota Fiscal do período, devidamente certificada pelo Setor de Licitações e Compras.

**CLÁUSULA QUARTA – RECURSO FINANCEIRO.**

As despesas decorrentes do presente Contrato serão efetuadas à conta do seguinte recurso financeiro:

Funcionamento e Manutenção do Gabinete do Prefeito – 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000.000000 – Recursos Ordinários

Manutenção do Transporte Escolar – Ensino Fundamental – 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0022.000108 – Transferências de Convênios – Educação

Manutenção do Transporte Escolar – Ensino Fundamental – 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0058.000000 – Salário Educação

Manutenção do Transporte Escolar – Ensino Fundamental – 3.3.90

.00.00.00.00.00.01.0061.000000 – Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar – PNATE

Manutenção do Transporte Escolar – Ensino Médio – 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0022.000109 - Transferências de Convênios – Educação

Manutenção do Transporte Escolar – Ensino Médio – 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0061.000000 - Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar – PNATE

Apoio ao Transporte de Alunos Universitários - 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000.000000 – Recursos Ordinários

Manutenção do Transporte Escolar – Ensino Infantil – 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0001.000000 – Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos – Educação

Manutenção do Transporte Escolar – Ensino Infantil – 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0061.000000 – Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar – PNATE

Funcionamento e Manutenção do F.M.A.S – 3.3.90.00.00.00.00.00.00.01.0000.000000 – Recursos Ordinários

Bloco de Financiamento – Gestão IGD PBF/SUAS – 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0063.000308 – Bolsa Família

Manutenção e Revitalização de Áreas Urbanas – 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000.000000 – Recursos Ordinários

Funcionamento e Manutenção da STOSU – 3.3.90.00.00.00.00.00.00.01.0000.000000 – Recursos Ordinários

Funcionamento e Manutenção da STOSU – 3.3.90.00.00.00.00.00.00.01.0016.000000 – Contribuição de Intervenção do Domínio Econômico – CIDE

Funcionamento e Manutenção da STOSU – 3.3.90.00.00.00.00.00.00.01.0024.000000 – Transferências de Convênios

Funcionamento e Manutenção da STOSU – 3.3.90.00.00.00.00.00.00.01.0044.000000 – Fundo Especial do Petróleo

Funcionamento e Manutenção da SAMA – 3.3.90.00.00.00.00.00.00.01.0000.000000

**CLÁUSULA QUINTA – REAJUSTAMENTO DE PREÇOS E EQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO.**

Os contratantes têm direito ao equilíbrio econômico financeiro do contratado procedendo-se a revisão do mesmo a qualquer tempo, desde que ocorra variação de preços do combustível determinado pela Petrobrás ou órgão regulador, que seja imprevisível ou previsível, porém com consequências incalculáveis, que onere ou desonere excessivamente as obrigações pactuadas no presente instrumento.

§ 1º A contratada, quando for o caso, deverá formular à Administração requerimento para revisão do contratado, comprovando a ocorrência de aumento de preços;

I- A comprovação será feita através de documentos, tais como lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição de matérias-primas, de transporte de mercadorias, alusivas à época da elaboração da proposta e do momento do pedido de revisão do contrato;

II- Junto com o requerimento, a contratada deverá apresentar planilhas de custos comparativa entre a data da formulação da



proposta e do momento do pedido de revisão do contrato, evidenciando o quanto o aumento de preços ocorrido repercute no valor total pactuado;

III- A administração, reconhecendo o desequilíbrio econômico financeiro, procederá à revisão do Contrato, de acordo com os parâmetros estabelecidos pela Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

§ 2º Independente da solicitação, a Administração poderá convocar a contratada para negociar a redução dos preços, mantendo o mesmo objeto cotado, na qualidade e nas especificações indicadas na proposta, em virtude da redução dos preços do combustível no mercado.

§ 3º As alterações decorrentes da revisão dos preços serão formalizadas através de Aditivos ao Contrato.

#### CLÁUSULA SEXTA – PRAZO.

O prazo para a execução do contrato será a partir de 04 de janeiro de 2016, pelo período de 12 (doze) meses.

#### CLÁUSULA SÉTIMA – DIREITOS E RESPONSABILIDADES DAS PARTES.

Constituem direitos do CONTRATANTE, receber o objeto desse Contrato nas condições avençadas e da CONTRATADA perceber o valor ajustado na forma e no prazo convencionados.

Parágrafo Primeiro – constituem obrigações do CONTRATANTE:

- a) efetuar o pagamento ajustado e,
- b) dar à CONTRATADA as condições necessárias à regular execução do Contrato.

Parágrafo Segundo – Constituem obrigações da CONTRATADA:

- a) executar o objeto do contrato na forma ajustada;
- b) atender aos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais decorrentes da execução do presente Contrato;
- c) manter durante a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- d) apresentar, sempre que solicitado, durante a execução do Contrato, documentos que comprovem estar cumprindo a legislação em vigor quanto às obrigações assumidas na licitação, em especial, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, tributários, fiscais e comerciais;
- e) responsabilizar-se por danos causados diretamente ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do presente Contrato;
- f) A fornecedora do item óleo diesel deverá manter apólice de seguros dando cobertura a eventuais danos ao Meio Ambiente por derrame de Óleo Diesel no transporte e no armazenamento. O seguro deve cobrir, entre outros danos: limpeza, remoção e reconstituição da área contaminada, destinação final do resíduo e contratação de empresas especializadas na recuperação dos danos ambientais.

#### CLÁUSULA OITAVA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS PARA O CASO DE INADIMPLEMENTO CONTRATUAL.

Em caso de atraso injustificado no cumprimento do objeto do contrato, será aplicada à CONTRATADA multa moratória de valor equivalente a 0,33% sobre o valor total em atraso, por dia útil excedente ao respectivo prazo, limitada a 20% do valor total da etapa em atraso.

Parágrafo Primeiro – Pela inexecução total ou parcial do Contrato,

a CONTRATANTE poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as sanções previstas no art. 87 da Lei nº 8.666/93; sendo que em caso de multa esta corresponderá a 20% sobre o valor total do Contrato.

#### CLÁUSULA NONA – RESCISÃO.

O presente Contrato poderá ser rescindido caso ocorram quaisquer dos fatos elencados no art. 78 e seguintes da Lei nº 8.666/93.

#### CLÁUSULA DÉCIMA – LEGISLAÇÃO APLICÁVEL.

O presente Instrumento Contratual rege-se pelas disposições expressas na Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, e pelos preceitos de direito público, aplicando-se supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

#### CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA – CASOS OMISSOS.

Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei nº 8.666/93, e dos princípios gerais de direito.

#### CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA – FORO.

Fica eleito o foro da Comarca de Ituporanga para dirimir dúvidas ou questões oriundas do presente contrato.

E por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento contratual, em 02 (duas) vias iguais e rubricadas para todos os fins de direito, na presença das testemunhas abaixo.

CLÁUSULA DÉCIMA-TERCEIRA – PUBLICAÇÃO - Este Contrato entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal/SC, 04 de janeiro de 2016.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA Prefeita Municipal Contratante	PEDRO JOSÉ LAURINDO Auto Posto Laurindo LTDA Contratada
---	---

Testemunhas:

SILVÂNIA CAPISTRANO LOPES CPF/MF nº 017.410.949-09	JAQUELINE R. GUCHERT HOF- FMANN CPF/MF nº 005.166.179-90
---	--

**CONTRATO Nº 004/2016 - PMLL**  
CONTRATO Nº 004/2016

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LICENÇA DE USO DO SISTEMA DE GERENCIAMENTO ESCOLAR PARA O ANO DE 2016.

O MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob o nº 82.924.390/0001-50, cujo Paço Municipal localiza-se à Rua Mainolvo Lehmkuhl, nº 20, Bairro Centro, Leoberto Leal, Estado de Santa Catarina, doravante denominado CONTRATANTE, neste ato representado pela Prefeita Municipal Senhora Tatiane Dutra Alves da Cunha, e a Empresa INTELLIBR SISTEMAS LTDA ME, estabelecida à Rua Juvenal Pereira, nº 53, Bairro Kobrasol, Município de São José, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob o nº 08.982.125/0001-76, neste ato representado pelo Senhor Cesar Murilo Muller de Jesus, brasileiro, portador do CPF nº 667.742.259-34, a seguir denominada CONTRATADA, acordam e ajustam firmar o presente CONTRATO, nos termos da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações e legislações pertinente, onde ajustam o presente CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, na forma das cláusulas que seguem:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO** – Objetiva-se a prestação de serviços de licença de uso do sistema de gerenciamento escolar, manutenção, suporte e fornecimento de licenças para o ano de 2016.

§ 1º - Este contrato não inclui qualquer outro tipo de serviço, que não sejam os previstos no Caput da Cláusula Primeira.

§ 2º- Serviços outros, que o MUNICÍPIO tenha interesse junto a CONTRATADA, deverão ser acordados entre ambas as partes, fora dos termos aqui estipulados.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DO PRAZO** – Fica através deste instrumento pactuado que o objeto deste contrato será executado até 31/12/2016, podendo ser prorrogado por períodos iguais e sucessivos até 60 (sessenta) meses, conforme preconiza a Lei nº 8.666/93.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR E PAGAMENTO** – Pelo objeto deste contrato, será pago a CONTRATADA, o valor total de R\$ 3.500,40 (três mil e quinhentos reais e quarenta centavos), pagos em 12 (doze) parcelas de R\$ 291,70 (duzentos e noventa e um reais e setenta centavos). Deve-se, ainda, observar o seguinte:

I - O pagamento será efetuado diretamente pela Prefeitura Municipal de Leoberto Leal, em até 10 (dez) dias úteis posteriores a apresentação da Nota Fiscal, através de depósito em conta bancária do fornecedor.

II – As faturas que apresentem incorreções, serão devolvidas ao emitente e seu vencimento ocorrerá em até 05 (cinco) dias após a data de sua reapresentação.

**CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES** - Ambas as partes, por conta deste instrumento, contraem obrigações as quais não cumpridas, importarão na rescisão pleno jure do presente pacto, a saber:

I – A CONTRATADA, nesta relação contratual, se obriga a:

- 1) Executar os serviços ao fiel cumprimento do objeto proposto neste Contrato;
- 2) Executar os serviços com zelo e esmero, dentro das normas e condições aqui prescritas;
- 3) Por quaisquer danos materiais ou pessoais que ocorrerem no decorrer da execução dos serviços, inclusive para com e perante terceiros;
- 4) Pelo pessoal empregado nos serviços de que trata este contrato, observando-se a legislação pertinente, especialmente das obrigações trabalhistas;
- 5) Pelo pagamento de seguros, impostos, taxas e leis sociais, encargos sociais, transporte e manutenção geral;
- 6) Pelas despesas de viagem, deslocamento, hospedagem e alimentação de seus funcionários envolvidos na execução dos serviços objeto deste contrato;
- 7) Em fornecer a CONTRATANTE, sempre que solicitado, amplos esclarecimentos sobre o andamento dos serviços;
- 8) Em executar os serviços objeto deste contrato de acordo com as melhores técnicas e com pessoal qualificado;
- 9) Por não ceder ou transferir, inteira ou parcialmente, os direitos e obrigações deste Contrato, sem prévia e formal anuência do CONTRATANTE;
- 10) Em zelar, no que lhe compete, pelo correto encaminhamento dos documentos fiscais e outros relativos ao presente Contrato, de forma a evitar extravios que possam implicar em morosidade no cumprimento das obrigações por parte da CONTRATANTE;
- 11) Por manter completo sigilo sobre as informações que lhe forem confiadas, não podendo cedê-las a terceiros, sob nenhum pretexto, comprometendo-se por seus empregados e prepostos a tê-las sob sua guarda.

II – O MUNICÍPIO, nesta relação contratual, se obriga a:

- 1) Fiscalizar e acompanhar a execução dos serviços;
- 2) Realizar com pontualidade os pagamentos de acordo com a Cláusula Terceira;
- 3) Disponibilizar em tempo hábil, todas as instalações, equipamentos e suprimentos, informações e documentos necessários à perfeita execução dos serviços;
- 4) Facilitar o acesso dos técnicos da Contratada às áreas de trabalho, registros, documentação necessária ao bom andamento dos trabalhos;
- 5) Responsabilizar-se pela supervisão, gerência e controle de utilização do sistema licenciado;
- 6) Manter a configuração adequada da máquina para a instalação do sistema;
- 7) Manter “back-ups” adequados para satisfazer as necessidades de segurança, bem como de recuperação de informações, no caso de falha de máquina;
- 8) Manter sigilo absoluto sobre as informações técnicas do sistema contratado, não podendo reproduzir ou fornecer cópias ou modelos do sistema, por meio algum, responsabilizando-se por seus servidores e prepostos.

CLÁUSULA QUINTA – DA RESCISÃO – Haverá rescisão contratual, de pleno jure, se qualquer das cláusulas aqui pactuadas forem inobservadas ou desobedecidas, devendo a parte culpada ressarcir os prejuízos causados.

PARÁGRAFO ÚNICO - O presente contrato poderá ser rescindido unilateralmente pelo MUNICÍPIO, ou bilateralmente pelas partes desde que seja de comum acordo, e por escrito.

CLÁUSULA SEXTA – DA MULTA – Estipular-se-á multa equivalente 10% (dez por cento) do valor deste Contrato na qual incorrerá a parte que infringir qualquer das cláusulas contratuais, devida sempre por inteiro, seja qual for o tempo decorrido, ressalvado à parte inocente o direito de considerar simultaneamente rescindido o presente, independentemente de qualquer aviso ou notificação judicial ou extrajudicial.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO REAJUSTE - O valor estabelecido na Cláusula Terceira, não sofrerá reajuste até o término de vigência deste instrumento de contrato.

CLÁUSULA OITAVA – DA HABILITAÇÃO – A CONTRATADA declara estar devidamente autorizada a executar os serviços aqui avençados e rigorosamente regular quanto ao seu funcionamento junto a todos os órgãos competentes, tais como: Caixa Econômica Federal no que toca ao FGTS, Fazenda Municipal, Fazenda Estadual e Fazenda Federal, Falência, Concordata e Recuperação Judicial, bem como a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

CLÁUSULA NONA – DO FORO – Fica eleito o Foro da Comarca de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, como o competente para dirimir questões decorrentes do cumprimento deste Instrumento de Contrato, renunciando, ambas as partes, a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS - Aplica-se à execução deste Contrato de Prestação de Serviços, e aos casos omissos, as disposições normativas dos preceitos de Direito Administrativo Público, os Princípios da Teoria Geral dos Contratos e, no que couberem, as disposições de Direito Privado.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – O presente Contrato obriga as partes, por si, seus herdeiros ou sucessores, o qual se firma em 02 (duas) vias de mesmo teor para que surta seus efeitos legais.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – PUBLICAÇÃO - Este Contrato entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal/SC, 06 de janeiro de 2016.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA Prefeita Municipal Contratante	CESAR MURILO MULLER DE JESUS INTELLIBR SISTEMAS LTDA ME Contratada
---	--

Testemunhas:

SILVÂNIA CAPISTRANO LOPES CPF/MF nº 017.410.949-09	JAQUELINE R. GUCHERT HOFFMANN CPF/MF nº 005.166.179-90
---	---

**R.G.F - 2º SEMESTRE DE 2015 - CÂMARA DE VEREADORES**

MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL - SC - PODER LEGISLATIVO  
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO/2015 A DEZEMBRO/2015

RGF – ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESAS COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	585.287,52	0,00
Pessoal Ativo	585.287,52	0,00
Pessoal Inativo e Pensionista	0,00	0,00
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	0,00	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00
<b>DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)</b>	<b>585.287,52</b>	<b>0,00</b>
<b>APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL</b>	<b>VALOR</b>	<b>% SOBRE A RCL</b>
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	12.023.725,68	-
<b>DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III a + III b)</b>	<b>585.287,52</b>	<b>4,87</b>
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	721.423,54	6,00
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	685.352,36	5,70
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	649.281,19	5,40

FONTE:

Leoberto Leal, 12/01/2016

ARLÉCIO LEAL

Presidente da Câmara

BRUNA PRIM

Primeiro Secretário

Controle Interno

WORLI JOSÉ KREUSCH

CONTADOR - CRC/SC 14520

MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL - SC - PODER LEGISLATIVO  
CAMARA MUNICIPAL DE LEOBERTO LEAL  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2015/SEMESTRE JULHO - DEZEMBRO

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

R\$ 1,00

IDENTIFICAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS					DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS) (f) = (a - (b + c + d + e))	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores	Demais Obrigações Financeiras				
		De Exercícios Anteriores	Do Exercício						
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)				
OUTROS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECURSOS DO TESOURO - CONTRIB. SALARIO EDUCACAO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECURSOS DO TESOURO - FUNDO RESSARC. ESTADOS EX	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECURSOS DO TESOURO - ICMS - MUNICIPAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECURSOS DO TESOURO - IPVA - MUNICIPAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECURSOS DO TESOURO - OPER. DE CREDITOS EXTERNA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECURSOS DO TESOURO - OPER. DE CREDITOS INTERNAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECURSOS DO TESOURO - RECURSOS DE CONVENIOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECURSOS OUTRAS FONTES - AUXÍLIOS E CONTRIBUIÇOE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECURSOS OUTRAS FONTES - OPER. CREDITOS INTERNAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECURSOS OUTRAS FONTES - RECURSOS DE CONVENIOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECURSOS VINCULADOS - ORÇAMENTOS MUNICIPAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSF. RECURSOS TESOURO - AUXÍLIOS E CONTRIB.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSF. RECURSOS TESOURO - OPER. CRED. EXTERNAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSF. RECURSOS TESOURO - OPER. CRED. INTERNAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSF. RECURSOS TESOURO - RECURSOS DE CONVENIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSF. RECURSOS TESOURO - RECURSOS ORDIN.VNCU	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (f)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recetitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educaçã	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recurso Ordinários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECURSOS DO TESOURO - ORDINARIOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recurso Ordinários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECURSOS ORDINARIOS - ORÇAMENTOS MUNICIPAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recurso Ordinários exercícios anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECURSOS OUTRAS FONTES - DIRETAMENTE ARRECADAC	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/2

MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL - SC - PODER LEGISLATIVO  
CÂMARA MUNICIPAL DE LEOBERTO LEAL  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

**DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2015/SEMESTRE JULHO - DEZEMBRO

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a") Continuação 2/2 R\$ 1,00

IDENTIFICAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS					DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS) (f) = (a - (b + c + d + e))	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores	Demais Obrigações Financeiras				
		De Exercícios Anteriores	Do Exercício						
Sem Recurso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
TRANSF. RECURSOS TESOUREIRO - ORDINARIOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
TOTAL (III) = (I + II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES¹	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	

FONTE:

Nota: ¹ A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial.  
Leoberto Leal, 12/01/2016

ARLÉCIO LEAL  
Presidente da Câmara

BRUNA PRIM  
Primeiro Secretário

Controle Interno

WORLD JOSÉ KREUSCH  
CONTADOR - CRC/SC 14520



MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL - SC - PODER LEGISLATIVO  
CAMARA MUNICIPAL DE LEOBERTO LEAL  
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
Até o 2º Semestre de 2015

L.R.F., Artigo 48 - Anexo 6

R\$ 1,00

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	VALOR ATÉ O BIMESTRE	
Receita Corrente Líquida	12.023.725,68	
DESPESAS COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP	585.287,52	4,87
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <%>	721.423,54	6,00
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <%>	685.352,36	5,70
DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida	0,00	0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	0,00	120,00
GARANTIA DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias Concedidas	0,00	0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	2.645.219,65	22,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Externas e Internas	0,00	0,00
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	0,00	0,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas	1.923.796,11	16,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita	841.660,80	7,00
RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Total	0,00	0,00

FONTE:

Leoberto Leal, 12/01/2016

ARLÉCIO LEAL  
Presidente da Câmara

BRUNA PRIM  
Primeiro Secretario

Controle Interno

WORLI JOSÉ KREUSCH  
CONTADOR - CRC/SC 14520

# Lindóia do Sul

## PREFEITURA

### EXTINÇÃO DE CONTRATO 01/2016

PROCESSO DE LICITAÇÃO 75/2011

CONCORRÊNCIA Nº 04/2011

DECLARAÇÃO DE EXTINÇÃO DE CONTRATO Nº 01/2016

(REFERENTE AO CONTRATO Nº 195/2011)

O MUNICÍPIO DE LINDOIA DO SUL, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ-MF sob o nº 78.510.112/0001-80, com sede na Rua Tamandaré, 98, Centro, Lindóia do Sul, SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal em exercício, Sr. Pedro Bringhenti, portador da Cédula de Identidade RG nº 1.012.097 e inscrito no CPF/MF sob o nº 346.977.999-68, doravante denominada simplesmente PODER CONCEDENTE, declara a extinção do contrato de outorga de permissão à exploração do serviço público de táxi, no ponto III do Decreto Municipal nº 1.913/2009, em conformidade com as cláusulas a seguir enunciadas:

CONSIDERANDO o disposto no inciso VI art.35 da Lei Federal nº 8.987/1995, e o inciso X art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93;

CONSIDERANDO ainda o disposto no item 5. § 2º da cláusula 14º do contrato originário, que versa sobre a extinção do contrato;

CONSIDERANDO o falecimento do titular da permissão, Sr. Aristides Venancio, conforme certidão acostada aos autos;

CONSIDERANDO o requerimento protocolado pela Sra. Nilva Capellari Venancio, viúva do titular, requerendo a extinção do contrato em epígrafe;

DECLARA-SE E CONSTITUI-SE, a extinção do Contrato nº 195/2011, efetuado entre o MUNICÍPIO DE LINDÓIA DO SUL, e o PERMISSIONÁRIO SR. ARISTIDES VENANCIO, portador da Cédula de Identidade nº 1.876.627 e inscrito no CPF/MF sob o nº 348.028.199-00, que tinha como objeto a outorga de permissão à exploração do serviço público de táxi, no ponto III do Decreto Municipal nº 1.913/2009, o que se faz com amparo nos termos anteriormente dispostos.

Lindóia do Sul SC, 14 de janeiro de 2016.

Publique-se e Registre-se.

### PORTARIA 03/2016

PORTARIA Nº 03/2016, de 06 de Janeiro de 2016.

CONCEDE GOZO DE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL

PEDRO ARI PARIZOTTO - Prefeito Municipal de Lindóia do Sul – Santa Catarina, no uso das atribuições legais e nos termos do artigo 119, da Lei Complementar nº 050/2003, de 10 de janeiro de 2003.

RESOLVE:

Conceder, a Servidora Pública Municipal Marciane Agustini, ocupante do cargo de provimento efetivo de Gestora Escolar, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, 30 (trinta) dias de licença, a título de Licença-Prêmio, compreendido entre os dias 08 de janeiro de 2016 a 07 de fevereiro de 2016, com a remuneração do cargo efetivo, relativo ao período aquisitivo de 15 de Maio de 2003 a 14 de Maio de 2008.

Gabinete do Prefeito Municipal de Lindóia do Sul-SC,  
Em 06 de Janeiro de 2016.

PEDRO ARI PARIZOTTO

Prefeito Municipal

Registra-se e publica-se.

Leonardo Júnior Cavalier  
Auxiliar de Técnico

### PORTARIA 04/2016

PORTARIA Nº 04/2016, de 13 de Janeiro de 2016.

ATRIBUI RESPONSABILIDADE TÉCNICA A FUNCIONÁRIA PÚBLICA MUNICIPAL

PEDRO BRINGHENTTI - Prefeito Municipal em Exercício de Lindóia do Sul – Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Atribuir, a funcionária pública Municipal Silvana Teresinha Dal Puppo, admitida através do Concurso Público nº 01/2015, para exercer o Cargo de Provimento Efetivo de Enfermeira, 35 (trinta e cinco) horas, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, responsabilidade técnica pela Unidade Sanitária de Saúde do Município de Lindóia do Sul .

Fica revogado a Portaria nº 075/08 de 15 de fevereiro de 2008.

Gabinete do Prefeito Municipal de Lindóia do Sul-SC,  
13 de Janeiro de 2016.

PEDRO BRINGHENTTI

Prefeito Municipal em Exercício

Registra-se e publica-se

Leonardo Júnior Cavalier  
Auxiliar de Técnico

### PORTARIA 05/2016

PORTARIA Nº 05/2016, de 14 de Janeiro de 2016.

CONCEDE FÉRIAS REGULARES A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL

PEDRO BRINGHENTTI - Prefeito Municipal em Exercício de Lindóia do Sul – Santa Catarina, usando da competência e atribuições, que lhe são conferidas pelo Artigo 126, da Lei Complementar nº 050, de 10 de janeiro de 2003.

RESOLVE:

Conceder, Férias Regulares a Servidora Pública Municipal Maristela Moretto Pagno, ocupante do cargo de Provimento Efetivo de Técnica de Enfermagem, vinculada na Secretaria Municipal de Saúde e Ação Social, referente ao período aquisitivo de 02 de maio de 2014 a 02 de maio de 2015, para gozo no período de 21 de Janeiro de 2016 a 18 de Fevereiro de 2016.

Gabinete do Prefeito Municipal de Lindóia do Sul-SC,  
Em 14 de Janeiro de 2016.

PEDRO BRINGHENTTI

Prefeito Municipal em Exercício

Registra-se e publica-se

Leonardo Júnior Cavalier  
Auxiliar de Técnico

**PORTARIA 06/2016**

PORTARIA Nº 06/2016, de 14 de Janeiro de 2016.

CONCEDE FÉRIAS REGULARES A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL

PEDRO BRINGHENTTI - Prefeito Municipal em Exercício de Lindóia do Sul – Santa Catarina, usando da competência e atribuições, que lhe são conferidas pelo Artigo 126, da Lei Complementar nº 050, de 10 de janeiro de 2003.

RESOLVE:

Conceder, Férias Regulares a Servidora Pública Municipal Neusa Maria Johann Biesek, ocupante do cargo de Provimento Efetivo de Técnica de Enfermagem, vinculada na Secretaria Municipal de Saúde e Ação Social, referente ao período aquisitivo de 02 de maio de 2014 a 02 de maio de 2015, para gozo no período de 21 de Janeiro de 2016 a 19 de Fevereiro de 2016.

Gabinete do Prefeito Municipal de Lindóia do Sul-SC,  
Em 14 de Janeiro de 2016.

PEDRO BRINGHENTTI  
Prefeito Municipal em Exercício

Registra-se e publica-se

Leonardo Júnior Cavalier  
Auxiliar de Técnico

**PORTARIA 07/2016**

PORTARIA Nº 07/2016, de 14 de Janeiro de 2016.

CONCEDE FÉRIAS REGULARES A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL

PEDRO BRINGHENTTI - Prefeito Municipal em Exercício de Lindóia do Sul – Santa Catarina, usando da competência e atribuições, que lhe são conferidas pelo Artigo 126, da Lei Complementar nº 050, de 10 de janeiro de 2003.

RESOLVE:

Conceder, Férias Regulares a Servidora Pública Municipal Gabriela Fernanda Grisa ocupante do cargo de Provimento Efetivo de Arquiteta e Urbanista, vinculada na Secretaria Municipal de Infra-Estrutura e Transportes, Diretoria de Urbanismo, referente ao período aquisitivo de 02 de janeiro de 2015 a 03 de janeiro de 2016 e (10) dez dias restantes relativo a Portaria nº 057/2015 para gozo no período de 01 de Fevereiro de 2016 a 11 de Março de 2016.

Gabinete do Prefeito Municipal de Lindóia do Sul-SC,  
Em 14 de Janeiro de 2016.

PEDRO BRINGHENTTI  
Prefeito Municipal em Exercício

Registra-se e publica-se

Leonardo Júnior Cavalier  
Auxiliar de Técnico

# Luzerna

## PREFEITURA

### 1º TERMO ADITIVO A ARP PML 044.2015

PRIMEIRO TERMO ADITIVO  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PML Nº 044/15  
PROCESSO LICITATÓRIO PML Nº 013/2015  
PREGÃO PML Nº 007/2015

Aos 14 (quatorze) dias do mês de janeiro de 2016, presentes de um lado o MUNICÍPIO DE LUZERNA/SC, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 01.613.428/0001-72, com sede administrativa na Av. 16 de fevereiro, nº 151, em Luzerna/SC, representada neste ato por seu Prefeito Municipal, o Sr. MOISÉS DIERSMANN, denominado CONTRATANTE, e de outro INCOGIL IND. DE PEÇAS CONS. GIACOMIN LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 79.395.430/0001-00, com endereço a Rua Celeste Sbruzzi, Centro, em Luzerna/SC, CEP 89609-000, representada por seu representante legal MARCOS ANDRE GIACOMIN, brasileiro, portador da cédula de identidade nº 2819136-SSP-SC e inscrito no CPF/MF sob nº 828.424.509-49, denominado FORNECEDOR 4; RESOLVEM, com supedâneo na Lei 8.666/93 e alterações posteriores, celebrar, na presença das testemunhas signatárias, o presente Termo Aditivo a Ata de Registro de Preços em epígrafe, nos termos que segue:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA DO OBJETO DO ACRÉSCIMO

O presente Termo Aditivo tem como objeto, com a concordância das partes, a alteração da ATA DE REGISTRO DE PREÇOS nº 044/2015/PML em 25% do quantitativo do item 14 (serviços de solda para categoria de veículos da categoria 3 – máquinas pesadas), alterando assim o item 1.1 da Cláusula Primeira da presente Ata.

#### CLÁUSULA SEGUNDA DA RATIFICAÇÃO

As partes, neste ato, ratificam, no que couber, todas as demais cláusulas estipuladas na Ata de Registro de Preços original, e constantes do Edital do aludido Pregão, como se aqui transcritas literalmente, para todos os fins e efeitos jurídicos.

#### CLÁUSULA TERCEIRA DO FORO

É competente o foro da Comarca de Joaçaba/SC para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da Ata de Registro de Preço e/ou deste Aditivo, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que o seja.

E, por assim estarem justos e contratados, assinam este instrumento em 03 (três) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo signatárias, de tudo inteiradas.

Luzerna/SC, 14 de janeiro de 2016.

MOISÉS DIERSMANN PREFEITO MUNICIPAL MUNICÍPIO DE LUZERNA	MARCOS ANDRE GIACOMIN INCOGIL IND. DE PEÇAS CONS. GIACOMIN LTDA FORNECEDOR 4
--	---

#### TESTEMUNHAS:

1. _____	2. _____
----------	----------

### PORTARIA 002/16

PORTARIA Nº 002/16 de 06 de janeiro de 2016.  
"EXONERA A PEDIDO SERVIDORA QUE ESPECIFICA"

JULIANO SCHNEIDER, Prefeito de Luzerna(SC) em exercício, no uso de suas atribuições legais,

#### RESOLVE:

Art.1º- EXONERAR A PEDIDO a servidora CRISTINA RAFAELA LUDWIG, ocupante do emprego público de Auxiliar de Sala, Classe "A", 30 horas semanais, do Quadro de Empregos Públicos e Vencimentos dos Servidores do Magistério Público Municipal, Anexo III, parte integrante da Lei Complementar nº 033 de 08/12/2003 e alterações posteriores, a partir de 06 de janeiro de 2016.

Art.2º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 06 de janeiro de 2016.

Luzerna(SC), 06 de janeiro de 2016.  
JULIANO SCHNEIDER  
Prefeito de Luzerna em exercício

### PORTARIA 003/16

PORTARIA Nº 003/16 de 06 de janeiro de 2016.  
"EXONERA A PEDIDO SERVIDOR QUE ESPECIFICA"

JULIANO SCHNEIDER, Prefeito de Luzerna(SC) em exercício, no uso de suas atribuições legais,

#### RESOLVE:

Art.1º- EXONERAR A PEDIDO o servidor MÁRCIO RODRIGO ROSA, ocupante do emprego público de Motorista I, Nível 06, Classe "E", do Grupo II - Atividades de Nível Operacional/ANO, do Anexo I, da Tabela de Empregos de Provimento Efetivo da Lei Complementar nº 035 de 18/03/2004 e alterações posteriores, a partir de 06 de janeiro de 2016.

Art.2º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 06 de janeiro de 2016.

Luzerna(SC), 06 de janeiro de 2016.  
JULIANO SCHNEIDER  
Prefeito de Luzerna em exercício

### PORTARIA 004/16

PORTARIA Nº 004/16 de 06 de janeiro de 2016.  
"ALTERA PORTARIA QUE ESPECIFICA"

JULIANO SCHNEIDER, Prefeito Municipal de Luzerna(SC) em exercício, no uso de suas atribuições legais,

#### RESOLVE:

Art.1º- ALTERAR a Portaria nº 036/14 de 05 de fevereiro de 2014, que CONTRATA POR PRAZO DETERMINADO, pelo regime da Consolidação das Leis do Trabalho/CLT, CESAR SCHEUFELE, para exercer as funções de Motorista I, 44 horas semanais, quanto ao motivo da contratação de "em substituição a Marcio Rodrigo Rossa, em licença sem vencimentos", para em substituição a Marcio Rodrigo

Rossa, que pediu exoneração, a partir de 06 de janeiro de 2016 até nomeação de aprovado em concurso público.

Art.2º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 06 de janeiro de 2016.

Luzerna(SC), 06 de janeiro de 2016.

JULIANO SCHNEIDER

Prefeito Municipal em exercício

#### **PORTARIA 005/16**

PORTARIA Nº 005/16 de 12 de janeiro de 2016.

"CONCEDE LICENÇA GESTAÇÃO À SERVIDORA QUE ESPECIFICA"

JULIANO SCHNEIDER, Prefeito de Luzerna(SC) em exercício, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o art.7º, inciso XVIII, da Constituição Federal,

RESOLVE:

Art.1º- CONCEDER LICENÇA GESTAÇÃO à GISELI KRUG, Agente Administrativo, Nível 02, Classe "D", do Grupo II – Atividades de Nível Operacional – ANO, parte integrante da Lei Complementar nº 035/04 e alterações posteriores, por 120 (cento e vinte) dias, a partir de 12 de janeiro de 2016.

Art.2º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 12 de janeiro de 2016.

Luzerna(SC), 12 de janeiro de 2016.

JULIANO SCHNEIDER

Prefeito de Luzerna em exercício

#### **PORTARIA 006/16**

PORTARIA Nº 006/16 de 12 de janeiro de 2016.

"DESIGNA SERVIDORA QUE ESPECIFICA"

JULIANO SCHNEIDER, Prefeito de Luzerna(SC) em exercício, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art.1º- DESIGNAR a servidora INGART MARLONE GRAHL EBERT, Assistente Administrativo, Nível CC-5, da Tabela de Cargos e Vencimentos de Cargos de Provimento em Comissão, constante do Anexo III da Lei Complementar nº 035/04 de 18 de março de 2004 e alterações posteriores, como Responsável pelo Setor de Compras durante o afastamento da titular, a partir de 12 de janeiro de 2016, sem percepção dos vencimentos da titular.

Art.2º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 12 de janeiro de 2016.

Luzerna(SC), 12 de janeiro de 2016.

JULIANO SCHNEIDER

Prefeito de Luzerna em exercício

# Macieira

## PREFEITURA

### **AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0001/2016 PP**

EDITAL DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 0001/2016

TIPO MENOR PREÇO GLOBAL

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0001/2016

O MUNICÍPIO DE MACIEIRA - SC, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa à Rua José Augusto Royer, 133, Centro, na cidade de Macieira - SC, através da Prefeitura Municipal, representado pelo Sr. Emerson Zanella, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, torna público e leva ao conhecimento das empresas interessadas, no ramo pertinente, que encontra-se aberto o Processo Licitatório nº 0001/2016, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº 0001/2016, do tipo MENOR PREÇO GLOBAL, que até 09h00min, do dia 27 de janeiro de 2016, na sede da Prefeitura Municipal localizada no endereço acima citado, a Comissão Permanente de Licitações, designada pela Portaria nº 3433, de 06 de janeiro de 2016, estará recebendo propostas para a contratação de empresa especializada para a confecção de placas de identificação de localidade e placas de inauguração de obras, de acordo com as especificações e quantitativos do Anexo I do Edital.

O início da abertura dos Envelopes dar-se-á às 09h00m horas do dia 27/01/2016, no endereço acima indicado.

Maiores esclarecimentos relativos a presente licitação e às condições para atendimento das obrigações necessárias ao cumprimento de seu objeto, bem como Edital na íntegra poderão ser obtidas diretamente no Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal de Macieira no endereço citado no preâmbulo deste Pregão Presencial nº 0001/2016, através do e-mail [compras2@macieira.sc.gov.br](mailto:compras2@macieira.sc.gov.br) ou através do telefone (49) 3574-2000, ramal 2017, de segunda à sexta-feira, das 07h30m às 12h00m e das 13h30m às 17h00m.

Macieira – SC, 14 de janeiro de 2016.

REJANE SPANHOLLO ABRAÃO

Pregoeira



# Mafra

## PREFEITURA

### CRONOLOGIA DE PAGAMENTOS

#### CRONOLOGIA DE PAGAMENTOS

De acordo com a Lei Federal 8666/93, em seu artigo 5º. E nos termos dos prejulgados 421, 431 e 505 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, JUSTIFICA a Ordem Cronológica para pagamentos a saber;

CNPJ: 09.465.889/0001-57

EXTRABRIT MINERAÇÃO LTDA

Nota Fiscal nº. 463 R\$ 31.481,28

VALOR TOTAL: R\$ 31.481,28

Justifica-se a quebra da ordem cronológica do pagamento acima, tendo em vista que o serviço ora contratado deve merecer a mesma atenção que se dá a outros serviços públicos, pois, deve ser considerado um serviço de caráter contínuo, uma vez que a empresa contratada é a responsável pelo serviço de desmonte de rocha por explosivo, incluindo transporte, perfuração, carregamento de explosivos e detonação, dentro do Município de Mafra, através da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos, não podendo sofrer descontinuidade.

Mafra (SC), 15 de janeiro de 2016.

WELLINGTON ROBERTO BIELECKI

Prefeito Municipal

ENALTO DE OLIVEIRA GONDRIGE

Secretário da Fazenda e Planejamento

RODNEY LUIZ MEDEIROS

Secretário Municipal de Administração

### CRONOLOGIA DE PAGAMENTOS

#### CRONOLOGIA DE PAGAMENTOS

De acordo com a Lei Federal 8666/93, em seu artigo 5º. E nos termos dos prejulgados 421, 431 e 505 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, JUSTIFICA a Ordem Cronológica para pagamentos a saber;

CNPJ: 81.908.469/0002-06

CETARB COMÉRCIO DE MINÉRIOS LTDA

Nota Fiscal nº. 5477 R\$ 41.000,00

VALOR TOTAL: R\$ 41.000,00

Justifica-se a quebra da ordem cronológica do Pagamento acima, tendo em vista o serviço ora contratado deve merecer a mesma atenção que se dá a outros serviços públicos, pois, deve ser considerado um serviço de caráter contínuo, uma vez que a empresa contratada é a responsável pelo fornecimento de rocha britada, pedra rachão e pó de brita à Secretaria de Obras e Serviços Públicos e a Secretaria Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano, bem como pelo fornecimento de cascalho à Secretaria de Agricultura, não podendo sofrer descontinuidade. Desta maneira, comprova-se o interesse público.

Mafra (SC), 15 de janeiro de 2016.

WELLINGTON ROBERTO BIELECKI

Prefeito Municipal

ENALTO DE OLIVEIRA GONDRIGE

Secretário da Fazenda e Planejamento

RODNEY LUIZ MEDEIROS

Secretário Municipal de Administração

### EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 007/2015

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAFRA

ESTADO DE SANTA CATARINA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 007/2015

O MUNICÍPIO DE MAFRA torna público que estará realizando CREDENCIAMENTO PARA A CONTRATAÇÃO DE PESSOA FÍSICA E/OU JURÍDICA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSULTAS MÉDICAS ESPECIALIZADAS, destinado aos usuários dos Serviços de Saúde da Secretaria Municipal da Saúde de Mafra. Os protocolos dos envelopes poderão ser feitos de 15 de janeiro de 2016, até o dia 15 de janeiro de 2021, no Departamento de Licitações. Base legal: Lei Federal nº 8.666/93. O horário de funcionamento da Prefeitura é das 08:00 às 12:00 e 13:30 às 17:00 horas pelos Fones (47) 3641-4003 ou 4061.

Mafra (SC), 14 de janeiro de 2016.

Wellington Roberto Bielecki

Prefeito Municipal

### EXTRATO DE 2º TERMO ADITIVO DO CONTRATO 145/2013

EXTRATO DE 2º TERMO ADITIVO DO CONTRATO 145/2013

Contrato nº: 145/2013

Contratante: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAFRA

Contratada: INSTITUTO BRASILEIRO DE ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL - IBAM.

CNPJ: 33.645.482/0001-96

Modalidade Processo Licitatório n.º 802/2013. Pregão Presencial n.º 143/2013.

Data Assinatura do termo aditivo: 23 de novembro de 2015.

Prazo: com vigência até 20/12/2016.

Foro: Comarca de Mafra

### EXTRATO DE CONTRATO Nº 094/2015

EXTRATO DE CONTRATO Nº 094/2015

Contrato nº: 094/2015

Contratante: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAFRA

Contratada: LN CONSTRUÇÕES LTDA

CNPJ Nº: 10.834.999/0001-28

Objeto: Construção do Centro de Cultura do município de Mafra, arcando com fornecimento de material e mão de obra, conforme projetos e memorial descritivo.

Modalidade: Processo Licitatório n.º 321/20145- Tomada de Preço n.º 005/2015

Valor: R\$ 249.798,53 (duzentos e quarenta e nove mil setecentos e noventa e oito reais e cinquenta e três centavos).).

Data de Pagamento: 30 (trinta) dias após protocolo da nota fiscal.

Data Assinatura: 16 /12/ 2.015

Prazo: prazo máximo de seis meses, após a emissão da ORDEM DE SERVIÇO, podendo ser prorrogado conforme disposto na Lei Federal 8.666/1993.

Dotação Orçamentária:

75 - 1 . 10001 . 13 . 392 . 10 . 2.191 . 0 . 449000 Aplicações Diretas

76 - 1 . 10001 . 13 . 392 . 10 . 2.191 . 0 . 449000 Aplicações Diretas

Foro: Comarca de Mafra

# Maravilha

## PREFEITURA

### Decreto nº 53/2016

DECRETO N. 053, DE 13 DE JANEIRO DE 2016.  
ANULA PROCESSO LICITATÓRIO N. 4.034/2015 NA MODALIDADE DE PREGÃO PRESENCIAL N. 039/2015 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Interino do Município de Maravilha – SC, no uso de suas atribuições e de conformidade com o Artigo 77, inciso VI da Lei Orgânica do Município,

Considerando o disposto no Art. 49, da Lei Federal 8.666/1993, bem como o inserto na Súmula 473 do Supremo Tribunal Federal;

Considerando que a fiscalização das obras caberá ao Município, consoante Art. 67, da Lei Federal n. 8.666/1993;

Considerando que a iniciativa privada somente poderá atuar na fiscalização de forma assistencial e subsidiária;

Considerando a atual situação financeira suportada pelo Município, haja vista a queda de arrecadação, diminuição das transferências constitucionais, legais e voluntárias, impondo ao Município a obrigação de arcar com inúmeras despesas através de recursos ordinários. Situação essa, pública e notória, enfrentada não só pelo Município de Maravilha, mas, por diversos municípios, estados e União Federal;

Considerando que o serviço de fiscalização seria pago com 100% (cem por cento) dos recursos próprios do Município de Maravilha, e que a perspectiva para o ano de 2016, em relação à arrecadação não é nada favorável;

Considerando que o engenheiro civil do Município de Maravilha, realizará a fiscalização da referida obra;

Considerando que não foi observado o recebimento de recurso administrativo, nos termos do Art. 49, § 3º c/c o Art. 109, I, alínea "c", ambos, da Lei Federal n. 8.666/1993, muito embora oportunizado o contraditório e ampla defesa, através do Ofício n. 440/2015;

Considerando que a Autoridade Administrativa após fundamentar o Ato poderá decretar a anulação do procedimento licitatório,

#### DECRETA:

Art. 1º Fica anulado o Processo Licitatório n. 4.034/2015, na Modalidade de Pregão Presencial n. 039/2015, o qual tinha como objeto a contratação de empresa especializada para realizar a fiscalização das obras relativas à implantação do sistema de esgotamento sanitário no Município de Maravilha.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha – SC, 13 de janeiro de 2016.

SANDRO DONATI

Prefeito Interino do Município de Maravilha

Registrado e publicado na data supra.

ELIANE FÁTIMA STRAPAZZON BEDUSCHI

Secretária Interina de Planejamento, Administração e Fazenda

### Decreto nº 54/2016

DECRETO Nº 54, DE 14 DE JANEIRO DE 2016  
Nomeia servidor público municipal e dá outras providências.

O PREFEITO EM EXERCÍCIO DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal e conforme Edital de Processo Seletivo nº 002/2015,

#### DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto nomeada VENICE TERESINHA BALDISSERA, brasileira, inscrita no CPF sob nº 025.700.589-71, para ocupar o cargo de Agente Comunitário de Saúde – Micro Área nº 09 ASC Centro, com carga horária de 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, percebendo a remuneração do quadro de pessoal próprio a partir da presente data até 13 de janeiro de 2017.

Art. 2º As despesas decorrentes da realização do presente Decreto correrão por conta do orçamento municipal vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha – SC, 14 de janeiro de 2016.

SANDRO DONATI

Registrado e publicado na data supra. Prefeito Municipal em Exercício

ELIANE BEDUSCHI

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

### Decreto nº 55/2016

DECRETO Nº 55, DE 14 DE JANEIRO DE 2016  
Dispõe sobre exclusão de candidato de certame e dá outras providências.

O PREFEITO EM EXERCÍCIO DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

#### CONSIDERANDO,

O Edital de Processo Seletivo nº 002/2015, para preenchimento de vagas ao quadro geral de pessoal do poder executivo municipal de Maravilha/SC,

Art. 6º, inciso I, da Lei Federal nº 11.350, de 5 de outubro de 2006, que prevê como requisitos para o exercício da atividade de Agente Comunitário de Saúde residir na área da comunidade em que atuar, desde a data da publicação do edital de processo seletivo,

#### DECRETA:

Art. 1º Ficam pelo presente Decreto excluídas do Processo Seletivo Edital nº 002/2015, pelo motivo de não residirem na área da comunidade que deveriam atuar, as seguintes candidatas:

I- Cristiane Nienow Puntel – CPF nº 028.028.029-76 – Micro Área nº 13 ESF Interior;

II- Keliane de Almeida Zankoski – CPF nº 096.780.629-17 – Micro Área nº 11 ASC Centro;

III- Lorena Rogovski – CPF nº 621.329.209-82 – Micro Área nº 02

ESF CAIC;

IV- Lucila Maria da Silva Pinto – CPF nº 753.231.929-68 – Micro  
Área nº 01 ESF Clóvis José Fluck.

Art. 2º As despesas decorrentes da realização do presente Decreto  
correrão por conta do orçamento municipal vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha – SC, 14 de janeiro de 2016.

SANDRO DONATI

Registrado e publicado na data supra. Prefeito Municipal em Exer-  
cício

ELIANE BEDUSCHI

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

### **Decreto nº 56/2016**

DECRETO Nº 56, DE 14 DE JANEIRO DE 2016

Nomeia servidor público municipal e dá outras providências.

O PREFEITO EM EXERCÍCIO DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Esta-  
do de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo  
com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal e conforme  
Edital de Processo Seletivo nº 002/2015,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto nomeada VERENICE SABEDOT,  
brasileira, inscrita no CPF sob nº 017.584.889-05, para ocupar o  
cargo de Técnico em Saúde Bucal, com carga horária de 40 horas  
semanais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, percebendo a  
remuneração do quadro de pessoal próprio a partir da presente  
data até 13 de janeiro de 2017.

Art. 2º As despesas decorrentes da realização do presente Decreto  
correrão por conta do orçamento municipal vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha – SC, 14 de janeiro de 2016.

SANDRO DONATI

Registrado e publicado na data supra. Prefeito Municipal em Exer-  
cício

ELIANE BEDUSCHI

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

# Modelo

## PREFEITURA

### PORTARIA Nº 014/2016

PORTARIA Nº 014/2016 DE 08 DE JANEIRO DE 2016.  
NORMATIZA A UTILIZAÇÃO DOS RECURSOS RECEBIDOS PELOS SERVIDORES MUNICIPAIS, PELO REGIME DE ADIANTAMENTO, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo SC, no uso das atribuições legais, em especial considerando as disposições da Lei Federal 4.320/64 em especial da Lei Municipal 1.144/1993 de 05.11.1993 e demais disposições legais,

RESOLVE:

CAPÍTULO I –

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º - O regime de adiantamento, no Município de Modelo SC e Fundo Municipal de Saúde, poderá ser utilizado em casos expressamente previstos em Lei, em especial a Lei Municipal 1.144/93 de 05.11.1993 e a respectiva legislação vinculada, quando não for possível o procedimento normal, conforme preconiza o Art.68 da Lei Federal 4320/1964, que dispõe:

Lei Federal nº 4.320/1964:

Art. 68. O regime de adiantamento é aplicável aos casos de despesas expressamente definidos em lei e consiste na entrega de numerário a servidor, sempre precedida de empenho na dotação própria para o fim de realizar despesas, que não possam subordinar-se ao processo normal de aplicação.

Parágrafo Único – O adiantamento, entende-se como a entrega de numerário a servidor sempre precedida de empenho, na dotação própria, para fim de realizar despesa, nos casos expressamente definido em lei, que por sua natureza não possam ou não convenham subordinar-se ao processo ordinário comum.

Art. 2º - O regime de adiantamento, conforme dispõe a Lei Municipal 1.144/93, sempre em caráter de exceção poderá ser utilizado, nas seguintes espécies de despesa:

I – com material de consumo;

II – com serviços de terceiros;

III – Com diárias e ajuda de custo;

IV – com transporte em geral;

V – Judicial;

VI – Com representação eventual;

VII – Extraordinária e urgente, cuja realização não permita delongas;

VIII – Que tenha que ser efetuada em lugar distante da sede da administração municipal ou em outro município;

IX – Miúda e de pronto pagamento.

Parágrafo Único: A definição de despesas de que trata o inciso IX, acima, estão definidas na Lei Municipal 1.144/93.

Art. 3º - Os recursos públicos concedidos para a realização de despesas pelo regime de adiantamento, serão aplicados diretamente pelo servidor formalmente designado para gerir os recursos.

Art. 4º - Na concessão de recursos públicos a título de adiantamento, diárias, e na organização das respectivas prestações de contas, a autoridade administrativa observará as formalidades previstas nesta Portaria, na Lei Municipal 1.144/93, e demais disposições legais, imprescindíveis para o cumprimento das leis e regulamentos, da probidade e da boa e regular aplicação dos recursos públicos.

### CAPÍTULO II

DA CONCESSÃO DE RECURSOS PARA A REALIZAÇÃO DE DESPESAS NO REGIME DE ADIANTAMENTO

Art. 5º A autoridade administrativa designará, em ato formal, o servidor responsável pela realização de despesas sob o regime de adiantamento, observada a conveniência e necessidade, a capacidade técnica, probidade e zelo para o desempenho da função.

Art. 6º O repasse dos recursos para atender as despesas pelo regime de adiantamento deve ser autorizado pela autoridade administrativa competente, em ato formal, contendo as seguintes informações:

I – Fundamentação legal;

II - nome, matrícula, cargo ou emprego do responsável pelo adiantamento;

III – indicação do valor a ser concedido e da finalidade, a espécie da despesa;

IV – fundamentação legal;

V – indicação da dotação orçamentária;

VI – Prazo de aplicação;

VII - assinatura do responsável.

Art. 7º Os recursos públicos concedidos para realização de despesas pelo regime de adiantamento serão aplicados diretamente pelo servidor formalmente designado para gerir os recursos, de conformidade com o requerido.

Parágrafo Único – O servidor poderá utilizar os recursos para pagamento de despesas pelo regime de adiantamento, realizadas pelos demais servidores municipais, o que deverá estar mencionado no requerimento e autorizado pela autoridade administrativa, devendo ser observadas as disposições legais.

Art. 8º - O responsável por adiantamento não pode utilizar os recursos correspondentes para cobrir despesas realizadas fora do prazo de aplicação, bem como para atender a despesas distintas de suas finalidades.

Art. 9º - Não serão concedidos recursos financeiros a título de adiantamento:

I – a responsável por dois adiantamentos;

II - a servidor responsável pela guarda ou pela utilização do material a adquirir, salvo se não houver outro servidor para tal fim no órgão ou entidade;

III - para despesas já realizadas e para despesas maiores do que as quantias adiantadas;

IV – ao responsável que:

a) deixar de prestar contas nos prazos estabelecidos;

b) aplicar os recursos em desacordo com a legislação em vigor;

c) tenha dado causa a perda, extravio, dano ou prejuízo ao erário;

d) tenha praticado atos ilegais, ilegítimos ou antieconômicos;

e) dentro do prazo fixado, tenha deixado de atender a notificação de órgão do controle interno para regularizar a prestação de contas.

Art. 10 - As despesas realizadas no regime de adiantamento sujeitam-se à legislação vigente sobre licitação e contratos administrativos.

Art. 11 - a cada pagamento efetuado o responsável exigirá o correspondente comprovante fiscal.

Art. 12 - As notas fiscais serão sempre emitidas em nome do Município de Modelo SC ou do Fundo Municipal, conforme a origem do adiantamento.

Art. 13 - Os comprovantes deverão ser sempre em 1ª via, fiscais na forma da lei, estar devidamente descrita/identificada a despesa realizada, quantificada e totalizada, não podendo conter rasuras, emendas, borrões e valor ilegível.

Art. 14 - Em todos os comprovantes deverá estar certificado, através de carimbo próprio, o fornecimento do material e ou a prestação do serviço, assinada pelo seu recebedor.

Parágrafo único - No caso deste adiantamento ter sido com despesas realizadas por diversos servidores, deverá ser efetuado relação e assinado pelo responsável que certificará a despesa.

Art. 15 - Nenhuma despesa realizada pelo regime de adiantamento poderá ultrapassar o valor correspondente a 02 (duas) vezes o salário mínimo na região.

Parágrafo Único - Ficam excluídas do limite estabelecido neste artigo, as despesas correspondentes aos incisos, III, V, VI, VII, VIII, do artigo 2º desta portaria e estabelecidos no artigo 5º da Lei Municipal 1144/93.

#### Seção I

Da movimentação dos recursos concedidos a título de adiantamento

Art. 16 - Os recursos concedidos a título de adiantamento serão depositados em conta bancária específica vinculada e movimentados por ordem bancária ou transferência eletrônica de numerário ou através de cheque nominal ao responsável na forma da Lei.

§ 1º - A conta bancária deverá ser identificada com o nome da unidade concedente, acrescido da expressão "Adiantamento" e, sempre que possível, do nome do responsável pelos recursos.

§ 2º - A movimentação por cheques nominais, cruzados e individualizados por credor e a realização de saques para pagamentos em espécie serão admitidos apenas quando não for possível a movimentação na forma do caput, devendo esta circunstância ser justificada na prestação de contas.

§ 3º - Decorrido o prazo de aplicação, os recursos de adiantamentos ou saldos destes não aplicados no objeto, serão imediatamente recolhidos à conta bancária de origem juntamente com as eventuais rendas de aplicações financeiras.

§ 4º - A conta bancária que deixar de ser movimentada deve ser imediatamente encerrada, sendo vedada a sua reutilização para outros fins ou sua movimentação por outro servidor.

§ 5º - O adiantamento em espécie, efetuado através de cheque do ente repassador, nominal ao responsável, em situações de exceção, poderá ser efetuado o saque e aplicado diretamente no pagamento das despesas, conforme previsto nesta Portaria, devidamente justificado esta necessidade, sendo precedido de designação através de ato formal, da autoridade competente, a identificação e autorização ao servidor para realização das despesas pelo regime de adiantamento.

#### Seção II

Dos documentos comprobatórios da despesa realizada pelo regime de adiantamento

Art. 17 - Constituem comprovantes regulares da despesa pública no regime de adiantamento os documentos fiscais, em primeira via, conforme definido na legislação tributária.

§ 1º O documento fiscal, para fins de comprovação da despesa, deve indicar:

I - a data de emissão, o nome, o endereço e o número do CPF ou do CNPJ do destinatário, conforme o caso;

II - a descrição precisa do objeto da despesa, quantidade, marca, tipo, modelo, qualidade e demais elementos que permitam sua perfeita identificação, não sendo admitidas descrições genéricas;

III - os valores, unitário e total, de cada mercadoria ou serviço e o valor total da operação.

§ 2º Quando o documento fiscal não discriminar adequadamente os bens ou os serviços, o responsável deve elaborar termo complementando as informações, para que fiquem claramente evidenciados todos os elementos caracterizadores da despesa e demonstrada sua vinculação com o objeto do adiantamento.

§ 3º Os documentos fiscais relativos a combustíveis, lubrificantes e consertos de veículos devem conter, também, a identificação do número da placa e a quilometragem registrada no hodômetro, adotando-se procedimento análogo nas despesas em que seja possível controle semelhante.

Art. 18 - Será admitido recibo apenas quando se tratar de prestação de serviços por contribuinte que não esteja obrigado a emitir documento fiscal, na forma da legislação tributária.

Parágrafo único. O recibo conterá, no mínimo, a descrição precisa e específica dos serviços prestados, nome, endereço, número do documento de identidade e do CPF do emitente, valor pago (numérico e por extenso) e a discriminação das deduções efetuadas, se for o caso.

Art. 19 - Os comprovantes de despesa devem ser preenchidos com clareza e sem emendas, borrões, rasuras, acréscimos ou entrelinhas que possam comprometer a sua credibilidade.

Art. 20 - Os documentos comprobatórios de despesas realizadas pelo regime de adiantamento devem ser nominais ao órgão ou entidade a que pertencer os recursos, observando-se os requisitos de validade e preenchimento exigidos pela legislação fiscal.

Art. 21 - Os comprovantes de despesas com aquisição de bens e prestação de serviços devem conter o atestado de recebimento firmado pelo responsável.

#### CAPÍTULO III

##### DAS REQUISIÇÕES DE ADIANTAMENTO E DA TRAMITAÇÃO

Art. 22 - As requisições de adiantamento serão feitas pelos servidores responsáveis pelo adiantamento e o Chefe da repartição interessada, mediante ofício requisitório, dirigido ao Chefe do Poder Executivo ou a Administração do Fundo Municipal, conforme subordinação da repartição interessada, atendidos os requisitos e informações, de conformidade com o disposto na Lei Municipal 1144/93, na forma do Anexo I, integrante desta Lei.

Art. 23 - O prazo para aplicação poderá ser mensal, mencionando-se, neste caso, o valor global do adiantamento, a quantia mensal a ser entregue e os meses de aplicação.

Art. 24 - Na hipótese de adiantamento único, o ofício requisitório deverá esclarecer esse fato e fixar o prazo de aplicação.

Art. 25 - O ofício requisitório será autuado e protocolado seguindo diretamente ao Gabinete do Prefeito ou ao Gestor do respectivo Fundo, para competente autorização, que terá sempre andamento preferencial e urgente.



Art. 26 – Autorizada a despesa, será empenhada e os recursos concedidos a título de adiantamento, serão depositados em conta bancária específica vinculada, ou e paga com cheque nominal devidamente justificado, em favor do responsável indicado no processo, que utilizará os recursos exclusivamente na finalidade solicitada e aprovada, conforme empenho e ofício requisitório.

Art. 27 – No caso de adiantamento em duodécimos, a despesa será empenhada globalmente, pelo total do período, e mensalmente far-se-á o pagamento correspondente, sendo que neste caso, todos os pagamentos correrão pelo mesmo processo.

Art. 28 – O setor de contabilidade verificará, antes de registrar o empenho, o cumprimento das disposições legais.  
Parágrafo Único – Caso seja constatado algum defeito processual, este não prosseguirá, sendo devolvido para os reparos que se fizerem necessários.

Art. 29 - Efetuado o pagamento será inscrito o nome do responsável nos registros contábeis de controle.

#### CAPÍTULO IV DO PERÍODO DE APLICAÇÃO

Art. 30 – O adiantamento solicitado em base mensal, somente poderá ser aplicado durante o mês que se refere ou durante o período de 30 (trinta) dias a contar da data da entrega do dinheiro ao responsável.

Art. 31 – No caso de adiantamento único, o período de aplicação será aquele estabelecido no ofício requisitório, conforme disposto nesta portaria.

Art. 32 – Nenhum pagamento poderá ser efetuado fora do período de aplicação.

#### CAPÍTULO V DO RECOLHIMENTO DO SALDO NÃO UTILIZADO

Art. 33 – O saldo de adiantamento não utilizados, deverão ser entregue e comunicado a tesouraria do Município ou do Fundo Municipal, mediante guia de recolhimento, devendo constar o nome do responsável a identificação do adiantamento cujo saldo está sendo restituído.

Art. 34 – O prazo para recolhimento do saldo não utilizado será de até 03 (três) dias úteis, a contar do termo final do período de aplicação dos recursos do adiantamento.

Art. 35 – O setor de empenhos, a vista da guia de recolhimento, emitirá a nota de anulação correspondente, juntando uma via ao processo, com o devido registro contábil.

Art. 36 – No mês de dezembro todos os saldo de adiantamento serão recolhidos a tesouraria, até o último dia útil, mesmo que o período de aplicação não tenha expirado.

#### CAPÍTULO VI DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

Art. 37 – No prazo de 10 (dez) dias, a contar do termo final do período de aplicação, o responsável prestará contas da aplicação do adiantamento recebido.

Parágrafo único – a cada adiantamento corresponderá a uma prestação de contas.

Art. 38 – A prestação de contas será encaminhada ao setor de contabilidade e deverá estar formalizada com os seguintes documentos:

I – ofício – conforme modelo – Anexo II, integrante desta Portaria;  
II - Balancete contendo a relação de todos os documentos de

despesa - conforme modelo – Anexo III, integrante desta Portaria;  
III – Cópia da guia de recolhimento;

IV – Cópia da Nota de empenho e da nota de anulação, caso houver recolhimento do saldo não utilizado;

V – documentos das despesas realizadas, dispostas em ordem cronológica, na sequência do balancete, observadas as disposições da Seção II – Capítulo II desta Portaria;

VI – Os documentos fiscais, da prestação de contas, se forem reduzidos, deverão ser colocados em folhas em branco, tamanho ofício, não podendo estar sobrepostos;

VII – Em cada documento deverá constar o carimbo atestando o recebimento do material ou da prestação de serviços, a finalidade da despesa, o destino do material e outras informações necessárias a perfeita caracterização das despesas.

VIII – Declaração de Prestação de contas conforme Anexo IV, integrante desta Portaria

Art. 39 – Não serão aceitos documentos rasurados, ilegíveis, com data anterior ou posterior ao período de aplicação do adiantamento ou que se refiram a despesa não classificável na espécie de atendimento concedido.

Parágrafo único – Somente serão aceitos documentos originais, não se admitindo outras vias, xerox, fotocópias ou outras espécie de reprodução.

#### CAPÍTULO VII DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 40 – O controle e encaminhamentos da prestação de contas, os registros contábeis, os processos administrativos, a aprovação, diligências, abertura de sindicância, caso houver necessidade, observará ainda, em especial, a Lei Municipal 1.144/93, a Lei Complementar do Regime Jurídico nº 1513/2002 e demais disposições legais.

Art. 41 – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo SC,  
aos 08 de janeiro de 2016.  
RICARDO LUIS MALDANER  
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicado na data supra:

Francieli Pavalicini  
Assessora de Departamento

#### ANEXO I

#### OFÍCIO REQUISITÓRIO DE ADIANTAMENTO

Modelo SC, aos ..... /...../ .....

À:

( Nome e identificação da autoridade competente)

Senhor (a) .....

Cumprimentando-vos cordialmente, vimos solicitar a liberação de adiantamento, de conformidade com as disposições da Lei Municipal 1.144/93 e Portaria 014/2016, conforme abaixo especificado:

Nome servidor:

Cargo:

Espécie da despesa: \_\_\_\_\_ Inciso \_\_\_\_\_ do art. 2º desta Portaria e do 5º da Lei Municipal 1.144/93.

Dotação Orçamentária: \_\_\_\_\_

Natureza da despesa: \_\_\_\_\_

Valor: \_\_\_\_\_ para \_\_\_\_\_

Pagamento de despesas classificadas em



( ) \_\_\_\_\_

Fundamento Legal: Lei Municipal 1144/1993 – Portarias 014/2016 e 015/2016

Prazo para aplicação dos recursos:

Prazo para prestação de contas: 10 dias do prazo para aplicação dos recursos.

Prazo para recolhimento do saldo não utilizado: 03 dias úteis do término da data da aplicação do adiantamento.

Na oportunidade reiteramos os protestos de estima e apreço.

Atenciosamente,

Nome/Assinatura do requerente acima identificado

Protocolo autoridade administrativa para análise requisição do adiantamento:

Recebi o pedido acima, em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Eu, \_\_\_\_\_, cargo: \_\_\_\_\_ (autoridade administrativa)

Defiro o presente requerimento, autorizo o empenho e pagamento do adiantamento solicitado ao servidor acima qualificado, no valor de R\$ \_\_\_\_\_

Modelo aos \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_

Nome: (autoridade administrativa)

## ANEXO II

Modelo de Ofício de encaminhamento de prestação de contas

## PRESTAÇÃO DE CONTAS DE RECURSOS ANTECIPADOS

### 01 - A SER PREENCHIDO PELA ENTIDADE/SERVIDOR RECEBEDOR DE RECURSOS

<b>PROCESSO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS MÊS DEPÓSITO:</b> <b>RECEBEDOR DE RECURSOS:</b> <b>MUNICÍPIO:</b> Modelo/SC CGC/CPF:  <b>EMPENHO Nº DATA DEPÓSITO VALOR:</b>  <b>FONE PARA CONTATO:</b> ( ..... ).....
---

### DECLARAÇÃO DO RECEBEDOR DE RECURSOS

Declaro, de acordo a Lei Municipal 1.144/93 e Resolução Municipal nº 014/2016 e demais disposições legais para o regime de adiantamento, que os recursos recebidos foram regularmente empregados, na conformidade da lei, cuja prestação de contas foi montada conforme requisitos da legislação supra, sendo que todos os documentos de despesa estão legíveis e devidamente assinados.

Modelo SC, aos \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

.....  
 .....  
 Ass.e carimbo do Superior Imediato Responsável p/Aplicação dos Recursos 02 - A SER PREENCHIDO P/PREFEITURA MUNICIPAL DE MODELO

( ) DILIGÊNCIA N. .... EM ...../...../.....

O presente processo revisado pelo Setor de Contabilidade e Controle Interno do Município de Modelo, foi achado regular, face sua documentação encontrar-se completa e correta sob o aspecto legal e aritmético Lei Municipal 1.144/93 e Resolução do Município nº 014/2016, em condições portanto, de ser submetido à superior apreciação e julgamento.

Modelo, ...../...../.....

.....  
 Assinatura e Carimbo do Analista Responsável.

## ANEXO III

### BALANCETE DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DE RECURSOS ANTECIPADOS (ADIANTAMENTO)

		MÊS E ANO	ANEXO TC 28	
UNIDADE CONCEDENTE:				
ORDENADOR DA DESPESA:				
ENTIDADE BENEFICIADA:				
ENDEREÇO:				CEP:
RESPONSÁVEL:				CPF:
NOTA DE EMPENHO Nº	DATA: ____/____/____	VALOR R\$		
PROJETO ATIVIDADE				ITEM/FONTE:
NOTA DE SUBEMPENHO Nº	DATA: ____/____/____	VALOR R\$		
HISTÓRICO FIEL DA FINALIDADE:				
DOCUMENTO				
NÚMERO	DATA	HISTORICO	RECEBIMENTOS	PAGAMENTOS
TOTAIS				
Local e Data:				
ASSINATURA DA UNIDADE GESTORA (ASS. NOME E CARGO)			CONTADOR/TEC.CONTABILIDADE (ASS.,NOME E CARGO)	

## ANEXO IV

<b>BALANCETE DE PRESTAÇÃO DE CONTAS</b>  Adiantamento entregue em ...../...../....., ao servidor .....Processo nº .....Período de Aplicação de ...../...../..... a ...../...../.....  HISTÓRICO R\$ R\$
---

...../...../.....

.....  
 Responsável pelo Adiantamento

Esta prestação de contas deu entrada no Setor de Contabilidade em ...../...../.....: .....  
 .....  
 (Nome por extenso)

CERTIFICAMOS HAVER EXAMINADO A PRESENTE PRESTAÇÃO DE

**CONTAS, ENCONTRANDO-A EXATA OPINAMOS PELA APROVAÇÃO.**

Setor de Contabilidade/Controle Interno, em ...../ ...../ .....

.....  
(nome por extenso).....  
Chefe do Setor de Contabilidade  
(nome por extenso)**ANEXO V****DOCUMENTOS QUE DEVEM ACOMPANHAR A PRESTAÇÃO DE CONTAS DE ADIANTAMENTO**

I - Documentos de requisição;

II - Balancete de prestação de contas;

III - Nota de empenho, nota de liquidação e nota de estorno de empenho, se houver

IV - Extrato da conta bancária com a Movimentação completa do período

V - Documentos comprobatórios das despesas;

VI - Comprovantes das transações bancárias ou fotocópias dos cheques;

VII - Guia de recolhimento do saldo não utilizado, se houver.

VIII - Relatório detalhado da utilização dos recursos com justificativa fundamentada da necessidade de utilização de cheques ou do pagamento de despesas em espécie.

**PORTARIA Nº 015/2016**

PORTARIA Nº 015/2016 DE 08 DE JANEIRO DE 2016.

**NOMINA E AUTORIZA SERVIDORES MUNICIPAIS RESPONSÁVEIS PELOS RECURSOS CONCEDIDOS PELO REGIME DE ADIANTAMENTO, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo SC, no uso das atribuições legais, em especial, considerando as disposições da Lei Federal 4.320/64, a Lei Municipal 1.144/1993 de 05.11.1993, a lei 2190/2014, a Portaria nº 014/2016 e demais disposições legais,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Ficam autorizados, os servidores do Município de Modelo SC, abaixo nominados, para recebimento, pagamento e movimentação bancária, de recursos na forma do regime de adiantamento, conforme dispõe a Lei Municipal 1.144/1993, sendo responsável pela regular aplicação dos recursos, demonstrado capacidade técnica, probidade e zelo para o desempenho da atribuição, sendo:

Nome Servidor	CPF	Cargo
Marcia Teresinha Jacoby	032.117.819-00	Diretora Departamento Municipal da Saude/Gestora do FMS/
Paulo Salvatori	525.742.379-00	Motorista com designação para desempenho das atribuições no Departamento Municipal de Saude
Gleison Donida	055.022.359-20	Motorista com designação para desempenho das atribuições no Departamento Municipal de Saude
Eri Evaldo Simão	250.053.919-91	Motorista com designação para desempenho das atribuições no Departamento Municipal de Saude

Mauricio Rauber	038.868.859-92	Motorista com designação para desempenho das atribuições no Departamento Municipal de Saude
Gilson Hister	075.125.099-60	Motorista com designação para desempenho das atribuições no Departamento Municipal de Saude
Adilson Cesar Braun	767.621.229-49	Diretor Municipal de Compras/ Depart. Administração e Fazenda
Jussane M. T. Frandoso	800.082.329-20	Diretora Municipal da Educação
Marizete Maria Floss	023.591.969-10	Coordenadora Departamento Municipal da Assistência Social
Carla Alexius Martini	767.623.869-20	Assistente Administrativa
Fabricio Eberhardt	039.297.229-84	Chefe Departamento de Esportes
Marcia W. Rudiger	505.040.530-00	Secretária Municipal da Agric/Es-tradas/Obras e Serviços Urban.

Parágrafo Único - Conforme dispõe, em especial o Artigo 68 da Lei Federal 4.320/64 e o Art. 2º da Lei Municipal 1.144/93, o regime de adiantamento é aplicável aos casos de despesas expressamente definidos em lei e consiste na entrega de numerário a servidor, sempre precedida de empenho na dotação própria para o fim de realizar despesas, que não possam subordinar-se ao processo normal de aplicação.

Art. 2º - Fica igualmente autorizado, o conselheiro municipal, Presidente do Conselho Tutelar do Município de Modelo SC, abaixo nominado, para recebimento, pagamento e movimentação bancária, de recursos na forma do regime de adiantamento, conforme dispõe a Lei Municipal nº 2190/2014 de 19/12/2014 e Lei Municipal nº 1144/93, sendo:

Nome Con-se-lheira(o)	CPF	Função
Sandra Maura da Silva Braun	041.170.529-69	Presidente Conselheira Tutelar do Município de Modelo SC

§ 1º - O adiantamento para atendimento do Conselho Tutelar, conforme dispõe a Lei Municipal 2190/2014, serão destinadas exclusivamente para pagamento de despesas de viagens, de alimentação, pousada e transporte, dos membros de Conselhos Municipais, que se deslocarem da sede, eventualmente, por motivo de serviço ou no desempenho de suas funções, aprovadas pelo presidente do respectivo conselho, serão pagas com a adoção dos seguintes critérios:

I – pelo sistema de indenização dos valores gastos, mediante a apresentação dos documentos legais comprobatórios de sua realização;

II – pelo regime de adiantamento, tendo por base a previsão das despesas, devendo ser observado o que segue:

a - Para a realização das despesas de que trata o caput deste artigo e igualmente o uso do meio de transporte a ser utilizado, deverão ser autorizados pelo Prefeito Municipal, admitida a delegação de competência, conforme menciona o artigo 3º desta Portaria.

b - O Presidente do conselho encaminhará a solicitação para a realização da despesa, com antecedência para empenho e pagamento.

c - A prestação de contas, com a apresentação dos documentos comprobatórios, deverá ser encaminhada até 03 (três) dias úteis, após o retorno à sede.

§ 2º – As despesas realizadas na modalidade do regime de adiantamento aplicam-se as disposições desta Lei, da Lei Municipal nº 1144/96, que dispõe sobre a matéria e demais determinações legais.

Art. 3º - Fica atribuído ao servidor Adilson Cesar Braun, a competência para autorização da despesa e do uso do meio de transporte de que trata a alínea a, inciso II, § 1º do artigo 2º desta Portaria.

Art. 4º - Os servidores são responsáveis pela regular aplicação dos recursos, prestação de contas, conforme orientações e legislação própria e respectiva movimentação bancária da conta adiantamento, conforme disposições legais.

§ 1º – A conta bancária de adiantamento, de que trata esta Portaria, deverá ser exclusivamente para movimentação dos recursos recebidos para finalidade.

§ 2º - O descumprimento das disposições legais, da movimentação, aplicação dos recursos e prestação de contas, ensejará a aplicação de penalidades, advertência, devolução dos recursos e ou outras situações conforme estabelecido em Lei.

§ 3º - Os servidores atenderão com o regime de adiantamento, para as situações requeridas e estabelecidas em Lei, preferencialmente, na área de sua atuação, cargos ou funções e ou departamentos a que estão lotados.

§ 4º - As despesas a serem realizadas pelo regime de adiantamento, vinculadas ao Gabinete do Prefeito e Vice-Prefeito, serão requeridas através do servidor designado do Departamento Municipal de Administração e Fazenda.

Art. 5º - O desempenho de responsabilidade de que trata esta portaria, não gera direito a qualquer adicional na remuneração dos servidores designados.

Art. 6º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo SC,  
aos 08 de janeiro de 2016.  
RICARDO LUIS MALDANER  
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada na data supra:

FRANCIELI PAVALICINI  
Assessora de Departamento

## **PORTARIA Nº 016/2016**

PORTARIA Nº 016/2016 DE 08/01/2016

DISPÕE SOBRE A REVISÃO DA REMUNERAÇÃO DO CONSELHEIRO TUTELAR, DO MUNICÍPIO DE MODELO SC, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Ricardo Luis Maldaner, Prefeito Municipal de Modelo SC, no uso das atribuições legais, em especial de conformidade com o artigo 50 da Lei Municipal 2216/2015,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedida a revisão na remuneração do Conselheiro Tutelar do Município de Modelo SC, conforme estabelecido no artigo 50 da Lei Municipal 2.216/2015, em 11,68 (onze vírgula sessenta e oito por cento), com base na alteração do salário mínimo nacional, pelo Governo Federal, em janeiro de 2016.

Art. 2º - A remuneração mensal, de cada Conselheiro Tutelar titular, a partir de 01 de janeiro de 2016, será de R\$ 907,96 (novecentos e sete reais e noventa e seis centavos), correspondente a carga horária de 20 horas semanais, sobreavisos, plantões, participação em curso de capacitação, orientações, atos solenes e outras atividades pertinentes a função de Conselheiro Tutelar, de acordo com o previsto na Legislação Municipal e no Estatuto da Criança e do adolescente.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com vigência a partir de 01 de janeiro de 2016.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo SC,  
aos 08 de janeiro de 2016.  
RICARDO LUIS MALDANER  
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada na data supra:

Francieli Pavalicini  
Assessora de Departamento

# Mondaí

## PREFEITURA

**EXTRATO TP Nº 002/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE MONDAÍ S/C

ATO DE AVISO LICITAÇÃO PROCESSO Nº 008/2016

TOMADA DE PREÇO Nº 002/2016.

O Município de Mondaí – SC, a partir do seu Prefeito leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na Modalidade de Tomada de Preço do tipo menor preço.

OBJETO: O objeto do presente processo licitatório é a Contratação de profissional Geólogo ou empresa especializada ou de engenharia que o contenha em seu quadro profissional, para elaboração de laudo geológico e ART, com sondagem, que comprove que os taludes no entorno da Quadra Coberta com Vestiário, localizada na Rua Ipanema, no perímetro urbano do Município de Mondaí-SC, apresentam estabilidade, bem como o patamar onde a obra se encontra, a ponto de não colocar em risco sua construção e sua utilização.

ENTREGA DOS ENVELOPES: Até as 14h55min do dia 03 de fevereiro de 2016.

ABERTURA DOS ENVELOPES: Às 15h00min do dia 03 de fevereiro de 2016.

Licitação regida pela Lei Federal n.º 8.666/93 e alterações vigentes.

Obs: O Edital de Licitação, bem como seus anexos encontram-se disponíveis aos interessados no portal do município, na rede mundial de computadores, através do link [www.mondai.sc.gov.br](http://www.mondai.sc.gov.br).

Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Compras, Licitações e Contratos desta Municipalidade pelo fone (49) 3674.3125.

Mondaí – SC, 14 de janeiro de 2016.

Valmor Cemin

Prefeito Municipal em Exercício

# Monte Carlo

## PREFEITURA

### PROCESSO LICITATÓRIO 01/2016

PROCESSO LICITAÇÃO Nº 1/2016 EDITAL DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 1/2016  
REGISTRO DE PREÇOS

O MUNICÍPIO DE MONTE CARLO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 95.996.104/0001-04, representado neste ato pelo Prefeito Municipal Sr. MARCOS NEI CORREA SIQUEIRA, juntamente com o órgãos participantes, no uso de suas atribuições, comunica aos interessados que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL visando o REGISTRO DE PREÇOS por pessoa jurídica o objeto abaixo indicado. Os envelopes de "PROPOSTA DE PREÇOS" e "DOCUMENTAÇÃO" deverão ser entregues no Setor de Licitações, localizado na sede deste Município – Rodovia SC 452 Km 24, nº 1551, Centro, Monte Carlo, SC. Os envelopes deverão ser entregues a partir das 14:00 horas do dia 12/JANEIRO/2016 até as 12:30 horas do dia 25/JANEIRO/2016. Abertura da sessão no dia 25/JANEIRO/2016 às 13:00 horas. A presente licitação será do tipo MENOR PREÇO - JULGAMENTO POR ITEM, consoante as condições estatuídas neste Edital e será regido pela Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Decreto Federal nº 7892 de 23/Janeiro/2013, Decreto Municipal nº 0149 de 24/Novembro/2006, Decreto Municipal nº 127/2013 e 128/2013 de 23/Dezembro/2013, bem como pela Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, nos casos omissos.

1.1 – O presente pregão tem como objeto o registro de preços para o fornecimento de MASSA ASFALTICA conforme especificações e quantidades constantes neste Edital.

2.1 – As quantidades de unidades individuais dos objetos licitados, que serão

### 2 – DA EXECUÇÃO

contratados, são os constantes do ANEXO VII.

2.2 – Os produtos de que trata este Pregão são aquelas previstas no Anexo VII deste edital.

2.3 - A licitante vencedora efetuará entrega do objeto do presente processo mediante a solicitação formal do Chefe do Departamento de Compras deste município no prazo máximo de 8 (oito) dias.

2.4 – As empresas que participarem desta licitação, se obrigam a emitir NF-e (Nota Fiscal Eletrônica), conforme dispõe § 6º, I, do art. 23, anexo XI, do Regulamento do ICMS catarinense, para as transações efetuadas, nos prazos fixados pela legislação vigente, quando assim se enquadrarem por força legal.

3.1 – Poderão participar desta licitação as empresas interessadas que satisfizerem as condições de habilitação preliminar enumeradas no item nº 6 do presente Edital.

3.2 – Não poderá participar desta licitação, empresas temporariamente suspensa de licitar e impedida de contratar junto ao Município de Monte Carlo.

3.3 – Não poderá participar da licitação, empresa declarada inidônea para licitar junto a qualquer órgão ou entidade da Administração direta ou indireta Federal, Estadual ou Municipal, sob pena de incidir no previsto no parágrafo único do art. 97 da Lei Federal nº 8666/1993 e suas alterações.

3.4 – É vedada a participação nesta licitação, empresas das quais participem, seja a título de sócio-administrador ou sócio-cotista, servidor público do município de Monte Carlo.

3.5 – Não será permitida a participação nesta licitação de empresas em consórcio e sejam controladoras, coligadas ou subsidiárias entre si, ou ainda, qualquer que seja sua forma de constituição.

3.6 – Não poderá participar da licitação empresa com falência decretada ou concordatária.

3.7 – Somente poderão participar da presente licitação as empresas cujo objeto social seja pertinente ao objeto licitado.

3.7.1 – Entende-se por pertinência, o objeto social da proponente que, mesmo não sendo idêntico ao objeto da licitação, seja ao menos apropriado a este, ou seja, o objeto social da licitante não deve ser totalmente estranho e incompatível com o objeto licitado.

3.8 - Por força do art. 9º, da Lei nº 8.666/93, e em honra ao princípio da moralidade, não poderão participar desta licitação, servidor público, efetivo ou não, ainda que licenciado do cargo, que mantenha vínculo de qualquer espécie com o Município de Monte Carlo, excetua-se destas vedações o servidor público municipal no gozo de licença não remunerada para tratar de interesses particulares, nos termos da legislação municipal vigente; bem como, não seja pessoa terceirizada cuja atividade esteja relacionada com os setores de Compras, Jurídico, Contábil, Financeiro, Obras, Educação ou qualquer outro setor cujo objeto licitado seja afeto.

3.9 - Estrangeiras que não funcionem no País.

3.10 – Fica vedada a participação de empresas de um mesmo grupo econômico, assim entendidas aquelas que tenham diretores, sócios ou representantes legais comuns, ou que utilizem recursos materiais, tecnológicos ou humanos em comum.

3.11 – Não será admitida a participação de cooperativas e ou instituições sem fins lucrativos cujos os estatutos e objetivos sociais não prevejam ou não estejam de acordo com o objeto ora licitado.

3.12 – A participação na licitação implica na aceitação integral e irrevogável dos termos e conteúdos deste Edital e seus anexos, a observância dos preceitos legais e regulamentos em vigor e a responsabilidade pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase do certame.

4.1 - Quando a interessada for representada por pessoa que estatutariamente tenha

### 4 - DO CREDENCIAMENTO

poder para tal, esta deverá apresentar Certidão Simplificada expedida pela Junta Comercial do Estado com data inferior a 30 (trinta) dias da apresentação ou Contrato Social na forma da lei.

4.2 - Caso seja representada por procurador, este deverá apresentar procuração (podendo utilizar o ANEXO I como modelo) ou documento



equivalente, com firma reconhecida do Outorgante, cópia do respectivo RG - Registro Geral e CPF/MF - Cadastro de Pessoa Física do Ministério da Fazenda, devendo apresentar, também, a mesma documentação constante do item 4.1 deste capítulo, a fim de comprovar os poderes do outorgante.

4.2.1 - Não poderá atuar como procurador da proponente, servidor público efetivo ou não, ainda que licenciado do cargo, que mantenha vínculo de qualquer espécie com o Município de Monte Carlo, bem como, pessoa terceirizada cuja atividade esteja relacionada com os setores de Compras, Jurídico, Contábil, Financeiro ou qualquer outro setor cujo objeto licitado seja afeto. Excetua-se desta vedação o servidor público municipal no gozo de licença não remunerada para tratar de interesses particulares, nos termos da legislação municipal vigente.

4.3 - Apresentar declaração de cumprimento de plenos requisitos da habilitação, modelo Anexo IV.

4.4 - No caso das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, e, que quiserem utilizar-se das prerrogativas e direitos da LEI COMPLEMENTAR Nº 123/2006, deverão manifestar esse interesse no momento do credenciamento, prerrogativa esta comprovada com a apresentação da Certidão Simplificada mencionada no item 4.1

4.5 - Os documentos de credenciamento de que tratam os itens 4.1, 4.2 e 4.3 deverão vir fora dos envelopes de documentação e proposta e ficarão retidos nos autos.

4.6 - Havendo remessa via postal dos envelopes ou defeito no credenciamento pela ausência de algum dos documentos tratados no item "5 - Proposta de Preços", a licitante não poderá participar da fase de lances, permanecendo com sua proposta fixa, bem como não poderá se manifestar acerca da interposição de recurso quando declarado o vencedor.

4.7 - Os documentos devem apresentar prazo de validade, conforme o caso, e poderão ser entregues em original, por processo de cópia devidamente autenticada, ou cópia não autenticada, desde que sejam exibidos os originais para autenticação pelo Pregoeiro, ou membro da Equipe de Apoio ou servidor do Departamento de Compras.

5.1 - A proposta deverá ser entregue em envelope fechado, contendo a seguinte indicação:

MUNICÍPIO DE MONTE CARLO/SC PREGÃO PRESENCIAL Nº 1/2016 (RAZÃO SOCIAL DA LICITANTE)

ENVELOPE Nº 01 - "PROPOSTA DE PREÇOS"

5.2 - A proposta necessariamente deverá preencher os seguintes requisitos:

a) ser apresentada no formulário ANEXO II ou segundo seu modelo, com prazo de validade mínima de 60 (sessenta) dias, contendo especificação detalhada do produto segundo as exigências mínimas apresentadas no Anexo VII deste Edital. Não serão permitidas alternativas, emendas, rasuras ou entrelinhas.

b) conter o nome do proponente, endereço, identificação (individual ou social), o nº do CNPJ;

c) suas folhas devem estar assinadas e rubricadas pelo seu representante legal;

d) conter o preço unitário e total de cada item, em moeda corrente nacional, em algarismo, limitado a 02 (duas) casas decimais para os centavos, respeitados os valores máximos.

e) as licitantes deverão apresentar proposta de preços contendo preços unitários, inferiores aos preços máximos admitidos pelo Edital.

f) conter prazo de validade do contrato, até doze meses;

g) oferta firme e precisa, sem alternativas de preços ou qualquer outra condição que induza o julgamento a ter mais de um resultado.

h) havendo divergência entre a descrição dos produtos constantes no Anexo VII e a proposta eletrônica disponível no sistema, prevalece a constantes neste Edital.

5.3 - Anexar à proposta, os dados bancários: nome do banco, nº da conta corrente, indicando a agência bancária para recebimento dos créditos (conforme modelo no ANEXO III).

5.4 - Anexar à proposta os dados do representante legal da empresa (aquele que assina a proposta): nome completo, cargo ou função, número de identidade e número do CPF/MF (conforme modelo no ANEXO III).

5.5 - Anexar a proposta, as Declarações solicitadas no presente Edital; que são:

5.5.1 - Declaração de inexistência de vínculo de sócio ou procurador com a administração pública municipal, modelo Anexo IX;

5.5.2 - Declaração de Idoneidade, modelo Anexo VIII;

5.5.3 - Declaração de inexistência de fato impeditivo, modelo Anexo X;

5.5.4 - Declaração de elaboração independente de proposta, conforme Instrução Normativa nº 02 de 16.Setembro.2009, modelo Anexo XI;

5.6 - Apresentação de licença ambiental de operação da usina de concreto asfáltico.

5.7 - Apresentação de licença ambiental de operação de lavra a céu aberto.

5.8 - Licença ambiental de operação de minerais por cominuição.

5.8.1 - No caso de o referido nos itens 5.6, 5.7 e 5.8 não ser de propriedade da empresa licitante, deverá ser apresentada declaração de disponibilidade para atendimento do objeto licitado.

5.9 - Certificado do INMETRO.

6.1 - Toda a documentação de habilitação deverá ser entregue em envelope fechado, contendo a seguinte indicação:

## 6 - DA HABILITAÇÃO

MUNICÍPIO DE MONTE CARLO/SC PREGÃO PRESENCIAL Nº 1/2016 (RAZÃO SOCIAL DA LICITANTE) ENVELOPE Nº 02 - "DOCUMENTAÇÃO"

6.2 - Para habilitação na presente licitação será exigida a entrega dos seguintes documentos:

6.2.1 - Quanto à habilitação Jurídica:

a) Contrato social na forma de lei (sê, não apresentado na fase de credenciamento).

6.2.2 - Quanto à regularidade Fiscal e Trabalhista:

a) Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;

b) Prova de Regularidade com a Fazenda Estadual;

c) Prova de Regularidade com a Fazenda Municipal, do domicílio ou sede do licitante;

d) Prova de Regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS (Certificado de Regularidade do FGTS - CRF);

e) Prova de Regularidade com a Previdência Social (Certidão Negativa de Débito - CND emitida pelo INSS);

f) Certidão Negativa de Débitos Trabalhista;



g) Declaração de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, modelo Anexo XII;

6.2.3 – Quanto a Qualificação Econômico-Financeira:

a) Certidão negativa de Falência e Concordata.

6.3 - Os documentos devem apresentar prazo de validade, e poderão ser entregues em original, por processo de cópia devidamente autenticada, ou cópia não autenticada, desde que sejam exibidos os originais para autenticação pelo Pregoeiro/Equipe de Apoio. Não serão aceitas cópias de documentos obtidas por meio de aparelho fac-símile (FAX). Não serão aceitas cópias de documentos ilegíveis.

6.4 - Quando não constar prazo de validade, será considerado válido aquele emitido em até 90 (noventa) dias que antecederem a apresentação da proposta.

Será de responsabilidade da licitante vencedora:

7.1 - Entregar o objeto do presente processo licitatório nas condições e formas previstas no presente Edital, vindo a responder pelos danos eventuais que comprovadamente vier a causar, em decorrência de descumprimento a quaisquer das cláusulas nele previstas;

7.2 - Realizar a entrega do objeto desta licitação, na sede do município de Monte Carlo – SC sem custo adicional.

7.3 – Entregar os objetos licitados, somente com autorização expressa e formal do Chefe do Departamento de Compras do município, salvo por motivo de força maior ou urgência comprovada;

7.4 - Enviar, juntamente com a Nota Fiscal, o documento referido no item anterior, ou fazer constar na NF em campo específico para informações adicionais o número da Ordem de Fornecimento.

7.5 - Entregar os produtos licitados com qualidade e que cumpram as determinações da legislação vigente;

7.6 - Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, conforme art. 55 inciso XIII, da Lei 8666/93.

8.1 – Cumprir com todas as obrigações em conformidade com as Disposições deste

### **8 – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

Edital e de seus Anexos.

8.2 – Aplicar as sanções administrativas, quando se façam necessárias.

8.3 – Manifestar-se formalmente em todos os atos relativos à execução do objeto, em especial quanto a aplicação de sanções, alterações e repactuações do mesmo.

8.4 – Acompanhar a execução do contrato, nos termos do inciso III do art. 58 e com art. 67 da Lei nº 8666/93, através dos fiscais do contrato, que exercerão ampla e irrestrita fiscalização e gestão do objeto, a qualquer hora, determinando o que for necessário a regularização das faltas ou defeitos observados, inclusive às obrigações da contratada constantes deste Edital e contrato.

8.5 – Efetuar juntada aos autos do processo das irregularidades observadas durante a execução da relação contratual.

8.6 – Proporcionar todas as facilidades para que a contratada possa cumprir suas obrigações dentro dos prazos e condições estabelecidas em Contrato e Edital.

8.7 – Rejeitar, no todo ou em parte, a execução do objeto do contrato em desacordo com as respectivas especificações.

8.8 – Comunicar à contratada as ocorrências ou problemas verificados para que efetue medidas corretivas.

8.9 – Verificar, durante toda a execução do contrato, a manutenção pela contratada, de todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na Licitação em compatibilidade com as obrigações assumidas.

8.10 – Impedir que terceiros estranhos à contratação forneçam objeto licitado, ressalvados os casos de subcontratação admitidos no ato convocatório e no contrato.

8.11 – Prestar informações e os esclarecimentos atinentes ao objeto que venham a ser solicitados pela contratada.

8.12 – Solicitar a reparação ou substituição do objeto que esteja em desacordo com a especificação apresentada e aceita, ou que apresente defeito.

8.13 – Fiscalizar e acompanhar a execução do objeto, alertando a contratada das falhas que porventura ocorram, exigindo sua imediata correção. Tal fiscalização, em hipótese alguma, atenua ou exime de responsabilidade a contratada.

8.13.1 – Para fiscalização dos contratos oriundos do presente processo licitatório, será definida a pessoa responsável, no contrato em cláusula específica;

8.14 – Efetuar os pagamentos devidos nas condições estabelecidas neste Edital e no Contrato.

9.1 - No dia, hora e local designados no Edital, na presença das licitantes e demais pessoas presentes ao ato público, o Pregoeiro, juntamente com a Equipe de Apoio, executará a rotina de credenciamento, conforme disposto no Capítulo 4.

9.2 - Verificadas as credenciais e declarada aberta a sessão, o Pregoeiro solicitará e receberá, em envelopes devidamente lacrados, a proposta e os documentos exigidos para habilitação.

9.3 - Em nenhuma hipótese serão recebidos envelopes contendo proposta e os documentos de habilitação fora do prazo estabelecido neste Edital.

9.4 - Serão abertos primeiramente os envelopes contendo as propostas de preços, ocasião em que será procedida à verificação da conformidade das mesmas com os requisitos estabelecidos neste instrumento, com exceção do preço, desclassificando-se as incompatíveis.

9.5 - No curso da sessão, dentre as propostas que atenderem às exigências constantes do Edital, o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços de até 10% (dez por cento) superiores àquela poderão fazer lances verbais e sucessivos, em valores distintos e decrescentes.

9.6 - Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas no item anterior, poderão os autores das melhores propostas, até o máximo de três, oferecerem lances verbais e sucessivos, quaisquer que sejam os preços oferecidos.

9.7 - A oferta dos lances deverá ser efetuada, no momento em que for conferida a palavra ao licitante, na ordem decrescente dos preços;

9.8 - Dos lances ofertados não caberá retratação.

9.9 - A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo Pregoeiro, implicará a exclusão do licitante da fase de lances e na manutenção do último preço apresentado pelo licitante.

9.10 - O encerramento da etapa competitiva dar-se-á quando, indagados pelo Pregoeiro, os licitantes manifestarem seu desinteresse em apresentar novos lances.

9.11 - Finalizada a fase de lances e ordenadas as ofertas, de acordo com o menor preço apresentado, o Pregoeiro verificará a compatibilidade dos preços ofertados com os praticados no mercado, desclassificando as propostas dos licitantes que apresentarem preço excessivo, assim considerados aqueles acima do preço de mercado.

9.12 - Neste momento, após finalizada os lances, será concedido a LICITANTE Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, que no início se credenciou como tal, o direito de preferência, conforme parágrafo 3º do Artigo 45 da LC Nº 123/2006, desde que esteja com proposta dentro do preço compreendido entre a menor proposta apresentada mais 5%(cinco por cento), apresentar no prazo máximo de 05(cinco) minutos, nova proposta menor que a menor proposta até então apresentada. O disposto neste item somente será aplicado quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

9.13 - O Pregoeiro poderá negociar diretamente com o proponente que apresentou o menor preço para que seja obtido preço ainda melhor.

9.14 - Será aberto o envelope contendo a documentação de habilitação do licitante que tiver formulado a proposta de menor preço, para confirmação das suas condições.

9.15 - Neste íterim será concedido novamente o direito de preferência, no caso de ter sido vencedora na etapa de lances uma Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, para havendo irregularidades na documentação de Regularidade Fiscal, apresentar as devidas correções e ou substituições no prazo máximo de 02 (dois) dias, prorrogáveis por mais 02 (dois), conforme parágrafo 1º do Art. 43 da LC 123/2006, para regularização da documentação.

9.16 - No caso de inabilitação do proponente que tiver apresentado a melhor oferta, serão analisados os documentos habilitatórios do licitante da proposta de segundo menor preço, e assim sucessivamente, até que um licitante atenda às condições fixadas neste instrumento convocatório.

9.17 - Verificado o atendimento das exigências habilitatórias, será declarada a ordem de classificação dos licitantes.

9.17.1 - Será declarado vencedor o licitante que ocupar o primeiro lugar. Serão registrados os fornecedores na ordem de sua classificação, para fins de convocação remanescente na forma do art. 64, § 2º, da Lei nº 8.666/93.

9.18 - O Pregoeiro somente manterá em seu poder os envelopes com a documentação dos licitantes perdedores quando houver manifestação de recurso previsto no item 14.1 deste Edital;

9.19 - Da sessão pública será lavrada Ata circunstanciada, devendo esta ser assinada pelo Pregoeiro, pela Equipe de Apoio e por todos os licitantes presentes.

9.20 - Todos os documentos e as propostas deverão ser rubricados pelo Pregoeiro, pela Equipe de Apoio e pelos representantes das licitantes que estiverem presentes.

10.1 - A presente licitação será adjudicada à licitante que apresentar proposta de

#### **10 - DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO E ADJUDICAÇÃO**

MENOR PREÇO – JULGAMENTO POR ITEM, desde que atendidas às exigências deste Edital.

11.1 – Decaíção do direito de impugnar os termos desta licitação perante a

Administração, os licitantes que não o fizerem dentro do prazo legal, conforme art. 41,

§ 2º da Lei nº 8.666/93, hipótese que tal comunicação posterior não terá efeito de recurso.

11.2 – Pedido de esclarecimento por via postal, não impede a realização do certame, ficando a cargo da proponente, certificar-se que o pedido deverá ser entregue na sede da Prefeitura Municipal, até o prazo previsto no item 11.1, sob pena de não conhecimento do mesmo.

11.3 – Somente serão aceitos pedidos de impugnação, devidamente formalizados por escrito e regularmente protocolado pelo proponente interessado perante o Setor de Compras e Licitações do Município de Monte Carlo –SC.

11.3.1 – Pelo recebimento do pedido de esclarecimento ou impugnação, terá o Presidente da Comissão de Licitações que promover sua resposta.

11.4 - Os pedidos de impugnação ou esclarecimento deverão indicar obrigatoriamente, um endereço eletrônico para onde serão remetidas as respostas e decisões, pelo Setor de Compras e Licitações.

11.5 - Pedidos de esclarecimento ou impugnações formuladas em desacordo com o previsto nos itens 11.1 a 11.4, e seus subitens, deste Edital, serão tidos como inexistentes, e não receberão resposta, sob nenhuma justificativa.

12.1 – As obrigações decorrentes da entrega dos produtos constantes no presente

#### **12 – DO CONTRATO**

Edital a serem firmadas entre a Administração e o Fornecedor serão formalizadas através de Contrato, sendo que o prazo de validade será o da assinatura do contrato com duração de 12 (doze) meses.

12.2 - O fornecedor classificado em 1º (primeiro) lugar nos preços registrados, será convocado através de publicação no DOM – Diário Oficial dos Municípios, a firmar a contrato no prazo máximo de até 3 (três) dias úteis, devendo o proponente manter-se nas mesmas condições da habilitação elencadas no item 6 bem como as do item 19 no que couber.

12.3 – O licitante que, convocado para assinar o contrato, deixar de fazê-lo no prazo fixado, dela será excluído.

12.4 – Na hipótese do fornecedor primeiro classificado ter seu registro cancelado, não assinar, não aceitar ou não retirar o contrato no prazo e condições estabelecidas, poderão ser convocados os fornecedores remanescentes, na ordem de classificação.

13.1 - Os preços poderão ser revistos durante a vigência contratual, por motivo devidamente comprovado pelo contratado ou pelo contratante.

#### **14 - DOS RECURSOS E PENALIDADES ADMINISTRATIVAS**

14.1 - Declarado(s) o(s) vencedor(es), qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 03 (três) dias úteis para a apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para apresentar contra-razões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

14.2 - Não sendo interpostos recursos, o Pregoeiro adjudicará o objeto do certame à(s) empresa(s) declarada(s) vencedora(s), sendo submetido este resultado ao Prefeito Municipal para homologação.

14.3 - O(s) recurso(s), porventura interposto(s), não terá(ão) efeito suspensivo e será(ão) dirigido(s) ao Exmo. Prefeito Municipal, por intermédio do Pregoeiro, a qual poderá reconsiderar sua decisão, em 05 (cinco) dias úteis ou, nesse período, encaminhá-lo(s) ao Prefeito Municipal, devidamente informado(s), para apreciação e decisão, no mesmo prazo.

14.4 - Decididos os recursos eventualmente interpostos, será o resultado da licitação submetido ao Exmo. Prefeito Municipal para o

procedimento de homologação com a devida adjudicação do objeto desta licitação à(s) vencedora(s).

14.5 - A recusa injustificada da adjudicatária em assinar a Ata de Registro de Preços dentro do prazo de 03 (três) dias a contar da convocação, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando a adjudicatária às penalidades legalmente estabelecidas.

14.6 - Pela inexecução total ou parcial do objeto ou falha na execução do contrato e verificado ao nexo causal devido a ação ou à omissão da CONTRATADA, relativamente as obrigações contratuais em questão, torna passível a aplicação das sanções previstas na Lei nº 10520/2002, no Decreto nº 5450/2005 e da Lei nº 8666/1993 e no contrato, observando o contraditório e a ampla defesa, conforme listado a seguir:

a) advertência,

b) multa,

c) suspensão temporária de participar em licitação e de contratar com o MUNICÍPIO DE MONTE CARLO,

d) declaração de inidoneidade para licitar e/ou contratar com a Administração Pública.

14.7 - As sanções de advertência, suspensão temporária de participar em licitação e de contratar com o MUNICÍPIO DE MONTE CARLO e de declaração de inidoneidade para licitar e/ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas a CONTRATADA juntamente com a multa e obedecerão ao disposto na legislação, no que concerne às hipóteses de aplicação, quantum e consequências.

14.8 - A advertência poderá ser aplicada no caso de descumprimento parcial das obrigações e responsabilidades assumidas contratualmente, por culpa exclusiva da CONTRATADA.

14.9 - A advertência poderá, ainda, ser aplicada no caso de outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento dos serviços do CONTRATANTE, a critério da fiscalização, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.

14.10 - O CONTRATANTE observará a boa-fé da CONTRATADA e as circunstâncias atenuantes ou agravantes em que a infração foi praticada. Assim, a Administração poderá deixar de aplicar a penalidade ou mesmo substituí-la por sanção mais branda, desde que a irregularidade seja corrigida no prazo fixado pela fiscalização e não tenha causado prejuízo a CONTRATANTE ou a terceiros.

14.11 - No caso de inexecução parcial ou total do contrato, as multas a serem aplicadas observarão os seguintes parâmetros:

a) 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, no caso de não entrega do objeto solicitado, incidente sobre o valor total do contrato até o efetivo cumprimento da obrigação limitado a 05 (cinco) dias;

b) Em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto poderá ser aplicada multa de 5,00% (cinco por cento) calculada sobre o valor total do contrato;

c) Transcorridos 06 (seis) dias do prazo de entrega estabelecido na Ordem de Compra e/ou Autorização de Fornecimento, será considerado rescindido o Contrato, cancelado o Registro de Preços e aplicado a multa de 25% (vinte e cinco por cento) por inexecução total, calculada sobre o valor da contratação.

14.12 - De acordo com o estabelecido no artigo 77, da Lei nº 8.666/93, a inexecução total ou parcial do ajuste enseja sua rescisão, constituindo, também, motivo para o seu rompimento, aqueles previstos no art. 78, incisos I a XVIII.

14.13 - Falha na execução do contrato prevista no item nº 14.6 estará configurada quando a contratada se enquadrar em pelo menos uma das situações previstas na Tabela 3, do Item nº 14.14, e alcançar o total de 20 pontos, cumulativamente, conforme a graduação de infrações constantes na Tabela a seguir:

TABELA - 1

GRAU DE INFRAÇÃO	PONTUAÇÃO PARA CADA INFRAÇÃO COMETIDA DURANTE A VIGÊNCIA CONTRATUAL
1	2
2	3
3	4
4	5
5	8
6	10

14.14 - Pelo descumprimento das obrigações contratuais, o MUNICÍPIO DE MONTE CARLO aplicará multas conforme a graduação estabelecida nas tabelas seguintes:

TABELA - 2

GRAU DE INFRAÇÃO	CORRESPONDÊNCIA
1	R\$: 300,00
2	R\$: 500,00
3	R\$: 700,00
4	R\$: 900,00
5	R\$: 2.000,00
6	R\$: 4.000,00

TABELA - 3

ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU	INCIDÊNCIA
1	Não manter a documentação de habilitação atualizada	1	Por ocorrência
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, o fornecimento do objeto	3	Por ocorrência
3	Danificar ou destruir patrimônio do município por dolo ou culpa de seus agentes	6	Por ocorrência
4	Manter funcionário sem qualificação para a execução do objeto do contrato	1	Por empregado e por dia
5	Fornecer informação pérfida sobre execução do objeto do contrato	2	Por ocorrência
6	Permitir situação que crie a possibilidade de causar ou que cause dano físico, lesão corporal ou consequências letais	6	Por ocorrência
7	Não emitir documento fiscal de forma condizente à ordem de fornecimento	1	Por ocorrência
8	Realizar serviço ou fornecimento de materiais sem autorização formal do encarregado do Dpto de Compras	2	Por ocorrência
9	Pelo não cumprimento da entrega dos produtos ou serviços no prazo determinado no Edital	1	Por ocorrência
10	Não efetuar reposição de funcionários faltosos	1	Por ocorrência
11	Recusar-se a efetuar serviço determinado pelo fiscal do contrato, sem motivo justificado	2	Por ocorrência
12	Não substituir empregado que se conduza de modo inconveniente	2	Por ocorrência
13	Executar serviço incompleto, paliativo, substitutivo como por caráter permanente ou deixar de providenciar recomposição complementar	2	Por ocorrência

14.15 – O valor da multa poderá ser descontado do pagamento ser efetuado à CONTRATADA.

14.16 – Se o valor a ser pago à CONTRATADA não for suficiente para cobrir o valor da multa, fica a CONTRATADA obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contado da comunicação oficial.

14.17 – Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela CONTRATADA ao CONTRATANTE, este poderá ser encaminhado para inscrição em dívida ativa.

15.1 – A contratação, poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

15.1.1 - O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao Órgão Gerenciador promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

15.1.2 - Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o Órgão Gerenciador deverá:

I - convocar o fornecedor visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;

II - frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e

III - convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

15.1.3 - Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o Órgão Gerenciador poderá:

I - liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes

apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento; e

II - convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

15.1.4 - Não havendo êxito nas negociações, o Órgão Gerenciador deverá proceder à revogação contratual, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

16.1 – O FORNECEDOR terá seu registro cancelado quando:

#### 16 – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR

I - descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

II - recusar-se a celebrar o contrato ou não retirar o instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

III - não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

IV - tiver presentes razões de interesse público;

V - for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a Administração nos termos do artigo 87, inciso IV, da Lei Federal nº 8.666, de 21

de junho de 1993;

VI - for impedido de licitar e contratar com a Administração nos termos do artigo 7º da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002.

16.2 - O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

16.3 - O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovado.

17.1 - As despesas decorrentes da entrega do objeto do presente certame correrão a conta de dotação específica do orçamento do exercício de 2014, com a seguinte classificação:

a) Entidade – 1 Prefeitura Municipal de Monte Carlo Órgão – 09 Secretaria Municipal de Infraestrutura Unidade – 01 Departamento de Serviços Públicos

Projeto/Atividade - 2023 Manutenção da Secretaria de Infraestrutura Código Reduzido – 135

Elemento – 3.3.90.00.00.00.00.0000

18.1 - O pagamento pela execução objeto da presente licitação, será feito em favor da

## 8 – DO PAGAMENTO

licitante vencedora, mediante crédito em conta corrente de titularidade dos fornecedores devidamente identificados, após as publicações mensais, acompanhados da respectiva Nota Fiscal/Fatura.

18.1.1 – Conforme disposição legal contida no Decreto nº 7.507, art. 2º, § 1º, de 27 de junho de 2011, os fornecedores obrigam-se a informar a esta administração, caso sejam vencedores do certame, número de conta em agência de banco oficial federal (BANCO DO BRASIL OU CAIXA ECONOMICA FEDERAL), para receberem seus créditos sem custo adicionais. Caso apresentem número de contas em bancos não oficiais, do ramo privado, ARCARÃO com os custos provenientes da transferência do pagamento.

18.2 - O número do CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - constante das notas fiscais/faturas deverá ser aquele fornecido na fase de habilitação (item 5.2. letra a deste Edital).

18.3 – O pagamento será realizado até o 10º (décimo) dia útil do mês subsequente a da emissão da nota fiscal.

18.4 - Nenhum pagamento será efetuado à licitante vencedora enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.

19.1 - Nenhuma indenização será devida às licitantes pela elaboração e/ou apresentação de documentação relativa ao presente Edital.

19.2 - O resultado desta licitação estará à disposição dos interessados, na sala do Setor de Compras e Licitações, logo após sua homologação.

19.3 - O Prefeito Municipal poderá revogar a licitação em face de razões de interesse público derivadas de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado.

19.4 - O Pregoeiro e a Equipe de Apoio prestarão os esclarecimentos necessários, bem como irão dirimir as dúvidas suscitadas, de segunda a sexta-feira, das 08:00 às 17:30 horas, através dos telefones 49/3546.0194, pessoalmente no Departamento de Compras ou ainda pelo e-Mail: [compras@montecarlo.sc.gov.br](mailto:compras@montecarlo.sc.gov.br)

19.5 – São partes integrantes deste edital os seguintes ANEXOS:

a) ANEXO I – Procuração;

b) ANEXO II – Proposta de Preços;

c) ANEXO III – Dados Bancários e Dados do Representante Legal;

d) ANEXO IV – Declaração de Cumprimento Pleno aos Requisitos de Habilitação;

e) ANEXO V – Relação dos Órgãos Participantes;

f) ANEXO VI – Minuta do Contrato.

g) ANEXO VII – Relação da quantidade e descrição do objeto.

h) ANEXO VIII – Modelo Declaração de Idoneidade.

i) ANEXO IX - Modelo de declaração de inexistência de vínculo de sócio ou procurador com a administração pública municipal.

j) ANEXO X – Modelo de Declaração de fato superveniente e impeditivo da habilitação.

l) ANEXO XI - Declaração de elaboração independente de proposta.

m) ANEXO XII – Declaração Inciso XXXIII art 7º da CF.

Monte Carlo - SC, 12 de janeiro de 2016

MARCOS NEI CORREA SIQUEIRA

PREFEITO

## ANEXO I

PREGÃO PRESENCIAL Nº 1/2016

PROCURAÇÃO

<RAZÃO SOCIAL, CNPJ, ENDEREÇO COMPLETO>

, por meio de

<NOME COMPLETO DO REPRESENTANTE LEGAL, RG, CPF E

QUALIFICAÇÃO NA EMPRESA>

, constitui como suficiente PROCURADOR o Sr.



<NOME COMPLETO, RG, CPF>  
, outorgando-lhe poderes gerais para

representar a referida empresa na Licitação <MODALIDADE,

NÚMERO/ANO>

, outorgando ainda poderes específicos para efetuar lances,

interpor recursos, assinar contratos e praticar todos os demais atos necessários a este procedimento licitatório.

<Cidade/Estado> , <data>

<nome completo do representante legal  
e qualificação na empresa>

OBS: Com assinatura do Outorgante reconhecida em Cartório.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 1/2016

PROPOSTA DE PREÇOS

1. IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA:

Razão Social: \_\_\_\_\_  
Nome de Fantasia: \_\_\_\_\_  
Endereço: \_\_\_\_\_  
Bairro: \_\_\_\_\_ Município: \_\_\_\_\_  
Estado: \_\_\_\_\_ CEP: \_\_\_\_\_  
Fone/Fax: \_\_\_\_\_  
CNPJ: \_\_\_\_\_  
Inscrição Estadual: \_\_\_\_\_  
Inscrição Municipal: \_\_\_\_\_

2. CONDIÇÕES DA PROPOSTA:

Prazo de validade da proposta: 30 (sessenta) dias. Prazo de validade contratual: 12 (doze) meses.

3. DECLARAÇÃO:

Declaramos, para os devidos fins, que nesta proposta estão inclusos todos os custos e despesas necessários a total execução do objeto ora licitado, tais como: custos diretos e indiretos, tributos incidentes, taxa de administração, materiais, serviços, fretes, seguros, encargos sociais e trabalhistas, embalagens, lucro, honorários profissionais, despesas de hospedagem, alimentação, deslocamento dos profissionais e outros necessários ao cumprimento integral do objeto de Edital do Pregão acima indicado e seus anexos.

Carimbo do CNPJ:

Assinatura do representante  
Carimbo da empresa

Continua...

PREGÃO PRESENCIAL Nº 1/2016

PROPOSTA DE PREÇOS

4. – OBJETO DA PROPOSTA

DESCRIÇÃO GERAL					
ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	QTD	R\$ UNID	R\$ TOTAL
1					

Monte Carlo – SC, xx de xxxxxxxxxxxxxxxx de xxxx

(representante legal)



**ANEXO III**

PREGÃO PRESENCIAL Nº 1/2016

**1. DADOS BANCÁRIOS:**

NOME DO BANCO:	
CIDADE:	
Nº DA AGÊNCIA:	Nº DA CONTA CORRENTE:
TITULAR DA CONTA CORRENTE:	

**2. DADOS DO REPRESENTANTE LEGAL**

NOME COMPLETO:
CARGO OU FUNÇÃO:
IDENTIDADE Nº :
CPF/MF Nº:

PREGÃO PRESENCIAL Nº 1/2016

**DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO PLENO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO**

(RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA) CNPJ nº

, sediada em (ENDEREÇO

COMERCIAL) , declara, sob as penas da Lei nº 10.520, de 17/07/2002, que cumpre plenamente os requisitos para sua habilitação no presente processo licitatório.

Obs.: Em se tratando de ME ou EPP, favor orientar-se pelo descrito no item 4.3 parágrafo único.

Monte Carlo (SC), &lt; DATA&gt;

Assinatura do representante legal da empresa

Carimbo da empresa Carimbo do CNPJ:

**ANEXO V**

PREGÃO PRESENCIAL Nº 1/2016

**ÓRGÃOS PARTICIPANTES**

ÓRGÃO GERENCIADOR	CNPJ	GESTOR DO CONTRATO
-------------------	------	--------------------

MUNICÍPIO DE MONTE CARLO

95.996.104/0001-04

Marcos Nei Correa Siqueira

PREGÃO PRESENCIAL Nº 1/2016

MINUTA DO CONTRATO

CONTRATO DE FORNECIMENTO Nº XX/2016

**DAS PARTES;**

De um lado, o MUNICÍPIO DE MONTE CARLO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 95.996.104/0001-04, representado neste ato pelo Prefeito Municipal Sr. MARCOS NEI CORREA SIQUEIRA, no uso de suas atribuições juntamente com os Órgãos Participantes, doravante designado simplesmente MUNICÍPIO, e de outro lado a empresa: ..... pessoa jurídica de direito privado, situada na Rua ..... , na cidade de ..... , inscrita no C.N.P.J. sob o nº

..... , neste ato representada pelo, Sr. .... , portador do cpf nº ..... doravante denominado FORNECEDOR para entrega dos produtos descritos a seguir, sujeitando-se as partes às determinações da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Decreto Federal nº 7892 de 23/ Janeiro/2013, Decreto Municipal nº 0149 de 24/Novembro/2006, Decreto Municipal nº 127/2013 e 128/2013 de 23/Dezembro/2013, bem como pela Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, nos casos omissos e sendo observadas as regras editalícias decorrentes do Pregão Presencial nº 31/2014. Integram o presente Contrato, independente de suas transcrições os termos e especificações constantes do Processo Licitatório nº 70/2014.

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E DO PREÇO:**

1.1 - A presente aquisição, de massa asfáltica, com as seguintes características:

ITEM	QTDADDE	UND	DESCRIÇÃO
Valor Unitário R\$:			Valor Total R\$:

**CLÁUSULA SEGUNDA – DA EXECUÇÃO**

2.1 - A licitante vencedora efetuará entrega dos objetos do presente processo mediante a solicitação formal do Chefe do Departamento de Compras deste município no prazo máximo de 8 (oito) dias.

2.2 - A contratada se obriga a emitir NF-e (Nota Fiscal Eletrônica), conforme dispõe § 6º, I, do art. 23, anexo XI, do Regulamento do ICMS catarinense, para as transações efetuadas, nos prazos fixados pela legislação vigente, quando assim se enquadrarem por força legal.

2.3 - O recebimento do bem, mesmo que definitivo não exclui a responsabilidade da contratada pela qualidade, característica do produto entregue, cabendo lhe sanar quaisquer irregularidades detectadas.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR E DO PAGAMENTO**

3.1 - A contratante pagara a contratada pela aquisição do objeto descrito na cláusula primeira o valor total de R\$: xx,xx (xxxxx).

3.2 - O pagamento será feito em favor da contratada, mediante transferência bancária da contratada até o 10º (décimo) dia útil do mês seguinte da emissão da respectiva nota fiscal.

**CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

4.1 - As despesas decorrentes da entrega do objeto do presente contrato correrão a conta de dotação específica do orçamento do exercício de 2015/2016:

**CLÁUSULA QUINTA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

5.1 - Entregar o objeto do presente processo licitatório nas condições e formas previstas no presente Edital, vindo a responder pelos danos eventuais que comprovadamente vier a causar, em decorrência de descumprimento a quaisquer das cláusulas nele previstas;

5.2 - Realizar a entrega do objeto desta licitação, na sede do município de Monte Carlo – SC sem custo adicional.

5.3 - Entregar os produtos licitados com qualidade e que cumpram as determinações da legislação vigente;

**CLÁUSULA SEXTA – DAS PENALIDADES**

6.1 - Independente da transcrição, as penalidades por descumprimento das obrigações são aquelas mencionadas no Edital de origem do presente contrato.

**CLÁUSULA SÉTIMA – RESCISÃO**

7.1 - O presente contrato poderá ser rescindido, independente de qualquer notificação judicial ou extrajudicial no caso de inexecução total ou parcial e, pelos demais motivos enumerados no art. 78 da lei 8666/93 e alterações posteriores.

**CLÁUSULA OITAVA – VIGÊNCIA E DO PRAZO**

8.1 - O presente contrato terá vigência a partir de sua assinatura, com duração de 12 (doze) meses.

**CLÁUSULA NONA – DA VINCULAÇÃO**

9.1 - O presente instrumento contratual encontra-se vinculado ao Processo Licitatório nº 1/2016 na modalidade Pregão Presencial nº 1/2016

**CLÁUSULA DÉCIMA – NORMAS E PRECEITOS COMPLEMENTARES**

10.1 - Aplicam-se a execução deste contrato e aos casos omissos a normas da Lei 8666/93 e alterações posteriores, os preceitos do direito público, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições do direito privado.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO**

11.1 - É competente o foro da Comarca de Fraiburgo para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da presente Ata de Registro de Preços.

E por estarem justas e compromissadas, as partes assinam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Monte Carlo - SC,....de ..... de 2016

MUNICIPIO DE MONTE CARLO  
Marcos Nei Correa Siqueira

EMPRESA  
Representante Legal Testemunhas:

Fiscal do Contrato:

Alcione Buyno:

**ANEXO - VII****PREGÃO PRESENCIAL Nº 1/2016 DESCRIÇÃO MÍNIMA DO OBJETO**

ITEM	QTDADE	UND	DESCRIÇÃO MÍNIMA
01	1500	UND	Massa Asfáltica, Concreto Betuminoso Usinado a Quente (CBUQ), Recompósito de pista usinado a quente - preparado com agregados pétreos CAP 50/70 modificado por aditivo, processos e mistura não emulsionado, para aplicação a frio em manutenção de pavimentos (tapa-buracos), que pode ser estocado por até 12 meses, capaz de ser aplicado mesmo em buracos com água em períodos de chuva sem a perda da sua coesão e aderência ao pavimento antigo, dispensando a pintura de ligação, embalados em sacas de 25 kg. Densidade aparente da massa entre: 1,90 e 2,20 g/m³; Teor de betume: entre 5,6 a 5,9%; Granulometria: não inferior a 97% na peneira 3/8"; Determinação de Adesividade a Ligante Betuminoso: Resultado no mínimo satisfatório de acordo com as normas: ABNT NBR NM 051:2001
Valor Máximo Unidade R\$: 31,66			Valor Máximo Total R\$: 47.490,00

**PREGÃO PRESENCIAL Nº 1/2016****DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE**

A (nome da empresa), localizada no endereço (endereço completo), devidamente inscrita no cnpj sob o nº xxxxxxxx, com vistas ao credenciamento junto a Administração do Município de Monte Carlo no Processo Licitatório nº (xx/xxxx); DECLARA sob as penas da lei que não está cumprindo penalidade de inidoneidade, suspensão ou impedimento de contratar com a Administração Pública.

xxxxxxxxxxxxxxxx-xx, xx de xxxxxxxxxxxx de xxxx

(nome/representante legal)

**ANEXO IX****PREGÃO PRESENCIAL Nº 1/2016****DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE VÍNCULO, SÓCIO OU PROCURADOR VINCULADO COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL**

(RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA) CNPJ nº

, sediada em (ENDEREÇO

COMERCIAL), declara, nos termos do art. 9º, da Lei nº 8.666/93, que não possui como sócio ou procurador, ou sendo pessoa física não é, servidor público efetivo ou não, ainda que licenciado do cargo, nem mantém vínculo de qualquer espécie com o Município de Monte Carlo, bem como, não é pessoa terceirizada cuja atividade esteja relacionada com os setores de Compras, Jurídico, Contábil, Financeiro ou

qualquer outro setor cujo objeto licitado seja afeto.

Monte Carlo (SC), < DATA>

Assinatura do representante legal da empresa  
Carimbo da empresa Carimbo do CNPJ:

PREGÃO PRESENCIAL Nº 1/2016

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO SUPERVENIENTE E IMPEDITIVO DA HABILITAÇÃO.

A (nome da empresa), localizada no endereço (endereço completo), devidamente inscrita no cnpj sob o nº xxxxxxxx, para efeito de participação junto a Administração do Município de Monte Carlo no Processo Licitatório nº (xx/xxxx); DECLARA sob as penas da lei que não possui fato impeditivo que altere os dados para efetivação da sua habilitação e ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

xxxxxxxxxxxxxxxx-xx, xx de xxxxxxxxxxxx de xxxx

(nome/representante legal)

## ANEXO XI

PREGÃO PRESENCIAL Nº 1/2016

MODELO DE DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA

(Identificação completa do representante da licitante), como representante devidamente constituído de (Identificação completa da licitante) doravante denominado LICITANTE para fins do disposto no Edital do Processo Licitatório nº xx/xxxx, declara, sob as penas da lei, em especial o art. 299 do Código Penal Brasileiro, que:

- (a) a proposta apresentada para participar do presente processo licitatório foi elaborada de maneira independente pelo Licitante, e o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;
- (b) a intenção de apresentar a proposta elaborada para participar não foi informada, discutida ou recebida de qualquer outro participante potencial ou de fato da (identificação da licitação), por qualquer meio ou por qualquer pessoa;
- (c) que não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato quanto a participar ou não da referida licitação;
- (d) que o conteúdo da proposta apresentada para participar da licitação não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado ou discutido com qualquer outro participante potencial ou de fato da licitação) antes da adjudicação do objeto da referida licitação;
- (e) que o conteúdo da proposta apresentada para participar da licitação não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer integrante de Administração Municipal antes da abertura oficial das propostas; e
- (f) que está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la.

, em de de

(representante legal do licitante).

PREGÃO PRESENCIAL Nº 1/2016

MODELO DE DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO NO DISPOSTO NO INCISO XXIII DO ARTIGO 7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL

(nome), portador do CPF N.º , na condição de preposto da empresa , inscrita no CNPJ sob o Nº , DECLARO, sob as penas da lei\*, que a pessoa jurídica acima nominada encontra-se em situação regular quanto ao cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

Por ser esta uma declaração da verdade, firmo o presente para os efeitos pretendidos, especialmente para comprovação de regularidade quanto ao cumprimento da norma constitucional de proteção ao trabalho do menor e do adolescente junto ao Sistema Federal de Inspeção do Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego.

, em / / .

\*Código Penal, art. 299.

Representante da Licitante

# Morro da Fumaça

## PREFEITURA

### LISTA DE DISTRIBUIÇÃO DEFINITIVA DO PMAQ-AB (EXERCÍCIO DE 2015/2)

**MUNICÍPIO DE MORRO DA FUMAÇA**

Paço Municipal Prefeito Auzilio Frasson, Rua 20 de Maio, 100

88.830-000 – Centro - MORRO DA FUMAÇA-SC

CNPJ: 83.000.323/0001-02 - www.morrodafumaca.sc.gov.br

**ESTADO DE SANTA CATARINA**

### LISTA DE DISTRIBUIÇÃO DEFINITIVA DO PMAQ-AB (EXERCÍCIO DE 2015/2)

**MIGUEL ZACCARON DAROLT**, Gestor do Fundo Municipal de Saúde, Secretário Municipal de Saúde, no uso de suas atribuições legais faz a todos saber o valor de repasse do Programa Nacional de Melhoria do Acesso e da Qualidade da Atenção Básica – PMAQ-AB aos servidores enquadrados na alínea “d”, §1º, do artigo 4º da Lei Complementar nº 015/2014.

4374	CRISTINA PEREIRA MACCARI	ENFERMEIRO	2.029,76
3582	JANETE DE FATIMA DOS SANTOS BORDIN	ENFERMEIRO	2.029,76
3315	RENATA D AGOSTIN	ENFERMEIRO	2.029,76
4734	VIVIANE INACIO DA SILVA	ENFERMEIRO	2.029,76

Morro da Fumaça em 04 de dezembro de 2015

MIGUEL ZACCARON DAROLT  
Secretário Municipal de Saúde

**LISTA DE DISTRIBUIÇÃO DEFINITIVA DO PMAQ-AB (EXERCÍCIO DE 2015/2).****MUNICÍPIO DE MORRO DA FUMAÇA**

Paço Municipal Prefeito Auzilio Frasson, Rua 20 de Maio, 100

88.830-000 – Centro - MORRO DA FUMAÇA-SC

CNPJ: 83.000.323/0001-02 - www.morrodafumaca.sc.gov.br

**ESTADO DE SANTA CATARINA****LISTA DE DISTRIBUIÇÃO DEFINITIVA DO PMAQ-AB (EXERCÍCIO DE 2015/2)**

**MIGUEL ZACCARON DAROLT**, Gestor do Fundo Municipal de Saúde, Secretário Municipal de Saúde, no uso de suas atribuições legais faz a todos saber o valor de repasse do Programa Nacional de Melhoria do Acesso e da Qualidade da Atenção Básica – PMAQ-AB aos servidores enquadrados na alínea “c”, §1º, do artigo 4º da Lei Complementar nº 015/2014.

4080	ADRIANA TEREZINHA GUGLIELMI	ZELADOR	487,63
4057	ANGELA MARIA DOS SANTOS	AGENTE COMUNITARIO	780,21
4386	CHANADARA FIN DA SILVA	AGENTE COMUNITARIO	780,21
3554	CLAUDETE MARIA CAVAGNOLI DA LUZ	AGENTE COMUNITARIO	780,21
4661	CLAUMECIR MENDES	AGENTE COMUNITARIO	780,21
4657	DANIELA FERNANDES D'AGOSTIM SARTOR	AGENTE COMUNITARIO	780,21
3556	DANIELA VICENTE HAHN	AGENTE COMUNITARIO	780,21
3561	ELISABETH MENDES	AGENTE COMUNITARIO	780,21
4642	ELIZANDRA FORCELLINI	AGENTE COMUNITARIO	780,21
4650	ELVIRA FRANCISCA DOS SANTOS	AGENTE COMUNITARIO	780,21
4666	FERNANDA DE JESUS ZABOT	AGENTE COMUNITARIO	780,21
4664	GILMARA SILVEIRA VISCARDI	AGENTE COMUNITARIO	780,21
4654	GISELE MENDES BRINA	AGENTE COMUNITARIO	780,21
4646	GRACIA TEREZINHA NANDI SERAFIM	ZELADOR	780,21
4310	HELENA SARAIVA BRITO	ZELADOR	780,21
3563	JANAINA ANGELO ESMERALDINO	AGENTE COMUNITARIO	780,21
4378	JANAINA SAVIATO DA ROSA	AGENTE COMUNITARIO	780,21
4388	JANETE BITENCOURT THOMAZ	AGENTE COMUNITARIO	780,21
3814	JANETE MARIA HERMENEGILDO	ZELADOR	780,21
3565	JAQUELINE PEREIRA DE SOUZA	AGENTE COMUNITARIO	780,21
4059	JUCELIA APARECIDA DA S. M. WOYCIEKOWSKI	AGENTE COMUNITARIO	780,21
4660	JUCEMARA CARRADOR MARCELINO	AGENTE COMUNITARIO	780,21
3564	JULIANGELA MEDEIROS MAXIMIANO GOULART	AGENTE COMUNITARIO	780,21
1047	LAUDELINA CARBONI	ZELADOR	780,21
3566	LENIR CARVALHO	AGENTE COMUNITARIO	780,21
4061	LIZIANI MEIRELLES SABINO SACHI	AGENTE COMUNITARIO	780,21
4062	LUZIA SARTOR VIEIRA MADEIRA	AGENTE COMUNITARIO	780,21
148	MARLENE FERREIRA FERNANDES		780,21
4063	MARTINHA SOUZA NUNES ARMENDARIS	AGENTE COMUNITARIO	780,21
4387	NATALINA DA SILVA GARCIA	AGENTE COMUNITARIO	780,21
3572	REGENE SARTOR SORATTO	AGENTE COMUNITARIO	780,21
4653	REGINA DE CASSIA RECCO	AGENTE COMUNITARIO	780,21
4381	REGINA FERNANDES	AGENTE COMUNITARIO	780,21



**MUNICÍPIO DE MORRO DA FUMAÇA**

Paço Municipal Prefeito Auzilio Frasson, Rua 20 de Maio, 100

88.830-000 – Centro - MORRO DA FUMAÇA-SC

CNPJ: 83.000.323/0001-02 - [www.morrodafumaca.sc.gov.br](http://www.morrodafumaca.sc.gov.br)**ESTADO DE SANTA CATARINA**

3571	RITA DE CASSIA MARCON	AGENTE COMUNITARIO	780,21
4656	ROSANA GEREMIAS ARAUJO	AGENTE COMUNITARIO	780,21
4651	SILVANA DE JESUS DA LUZ	AGENTE COMUNITARIO	780,21
4393	SILVANA GOULART	AGENTE COMUNITARIO	780,21
4648	SIMONI APARECIDA MACIEL DA SILVA	AGENTE COMUNITARIO	780,21
4658	TALITA DE SOUZA RONSANI JOAQUIM	AGENTE COMUNITARIO	780,21
4395	TATIANE CARDOZO SILVEIRA	AGENTE COMUNITARIO	780,21
4915	MARIA TERMA DE OLIVEIRA	ZELADOR	780,21
4914	LETICIA MAURICI	ZELADOR	780,21

Morro da Fumaça em 4 de dezembro de 2015

MIGUEL ZACCARON DAROLT  
Secretário Municipal de Saúde

**LISTA DE DISTRIBUIÇÃO DEFINITIVA DO PMAQ-AB (EXERCÍCIO DE 2015/2)..****MUNICÍPIO DE MORRO DA FUMAÇA**

Paço Municipal Prefeito Auzilio Frasson, Rua 20 de Maio, 100

88.830-000 – Centro - MORRO DA FUMAÇA-SC

CNPJ: 83.000.323/0001-02 - www.morrodafumaca.sc.gov.br

**ESTADO DE SANTA CATARINA****LISTA DE DISTRIBUIÇÃO DEFINITIVA DO PMAQ-AB (EXERCÍCIO DE 2015/2)**

**MIGUEL ZACCARON DAROLT**, Gestor do Fundo Municipal de Saúde, Secretário Municipal de Saúde, no uso de suas atribuições legais faz a todos saber o valor de repasse do Programa Nacional de Melhoria do Acesso e da Qualidade da Atenção Básica – PMAQ-AB aos servidores enquadrados na alínea “b”, §1º, do artigo 4º da Lei Complementar nº 015/2014.

4659	ALINE SABINO BERETTA	TECNICO EM ENFERMAGEM	845,14
1080	CLERIMAR SEOLIN	AUXILIAR DE ENFERMAGEM	845,14
4407	EDILENE SILVESTRI NUNES	AUXILIAR DE DENTISTA ESF	845,14
1958	EDINAR APARECIDA NOVASKI	TECNICO EM ENFERMAGEM	845,14
4888	ELINI FRATONI	TECNICO DE ENFERMAGEM	845,14
2632	ELIZANDRA MARTINS ALVES	TECNICO EM ENFERMAGEM	845,14
1079	FATIMA CECHINEL CANCELLIER	AUXILIAR DE ENFERMAGEM	405,95
4161	GRASIELA ELEOTERIO GOMES	AUXILIAR DE DENTISTA ESF	845,14
4163	GISLAINE DA ROSA FERNANDES	TECNICO EM ENFERMAGEM	845,14
4887	LARICI SARTOR COMICOLI	TECNICO DE ENFERMAGEM	845,14
1048	LAURA AGOSTINHA MOREIRA BON	AUXILIAR DE ENFERMAGEM	845,14
4679	MARCIO GONÇALVES	TECNICO DE ENFERMAGEM	845,14
3595	MARIA DE LURDES LUMERTZ SCHUTZ	TECNICO DE ENFERMAGEM	845,14
1098	MARILDA DE ROCH	AUXILIAR DE ENFERMAGEM	845,14
4160	MARLENE NIEHUES SORATO	AUXILIAR DE DENTISTA ESF	845,14
4681	SANDRA DE ANDRADE	TECNICO DE ENFERMAGEM	845,14
4179	VANESA INACIO DA SILVA	TECNICO EM ENFERMAGEM	845,14
188	VERA LUCIA DE ALMEIDA SMANIA	AUXILIAR DE ENFERMAGEM	619,61
3592	CLAUDINEIA MARQUES PIOVESAN	TECNICO DE ENFERMAGEM	845,14
1061	SIRLEY MARTIGNAGO DE L. CANCELLIER	AUXILIAR DE ENFERMAGEM	845,14

Morro da Fumaça em 4 de dezembro de 2015

MIGUEL ZACCARON DAROLT  
Secretário Municipal de Saúde

**LISTA DE DISTRIBUIÇÃO DEFINITIVA DO PMAQ-AB (EXERCÍCIO DE 2015/2)...****MUNICÍPIO DE MORRO DA FUMAÇA**

Paço Municipal Prefeito Auzilio Frasson, Rua 20 de Maio, 100

88.830-000 – Centro - MORRO DA FUMAÇA-SC

CNPJ: 83.000.323/0001-02 - www.morrodafumaca.sc.gov.br

**ESTADO DE SANTA CATARINA****LISTA DE DISTRIBUIÇÃO DEFINITIVA DO PMAQ-AB (EXERCÍCIO DE 2015/2)**

**MIGUEL ZACCARON DAROLT**, Gestor do Fundo Municipal de Saúde, Secretário Municipal de Saúde, no uso de suas atribuições legais faz a todos saber o valor de repasse do Programa Nacional de Melhoria do Acesso e da Qualidade da Atenção Básica – PMAQ-AB aos servidores enquadrados na alínea “a”, §1º, do artigo 4º da Lei Complementar nº 015/2014.

3585	ALICE LOUISE PIMENTEL VIEIRA	ENFERMEIRO	1.623,81
3550	CARLA NIEIRO DE ROCHE	ENFERMEIRO	1.623,81
3887	CLARA GIANE DA SILVA HOMEM	ENFERMEIRO	1.623,81
3850	EVELIZE ZANATTA DA ROSA SERAFIN	ASS SOCIAL	1.623,81
3870	FELIPE PEDROSO	PSICOLOGO	1.623,81
3542	FLAVIO AUGUSTO FARIAS NUNES PE	MEDICO	1.623,81
4072	GABRIELA BITTENCOURT LARROYD	ENFERMEIRO	1.623,81
4597	JESSICA SAVIATO SALVAN	FARMACEUTICO	1.623,81
4191	JULIO CESAR BATISTA PITTHAN	MEDICO	1.623,81
2460	MABEL PEREIRA GUEDIN	FARMACEUTICO	1.623,81
4297	MARLI ALMERINDO MARTINS TAUFEMBAK	EDUCADOR FISICO	1.623,81
4643	PATRICIA DA ROSA SATIRO ZANETTE	ENFERMEIRO	1.623,81
1945	SABRINA MARIA DELFINO	ENFERMEIRO	1.623,81
3844	SABRINA RONCONI BENEDET	ENFERMEIRO	1.623,81
4184	SILVIA SILVESTRE NEGRO	ODONTOLOGO	1.623,81
3541	SONIA SILVEIRA DA ROCHA DA SILVA	ENFERMEIRO	1.623,81
176	SORAIA NETO (20H)	ODONTOLOGO	811,90
1185	VILSON SAMPAIO SCHAMBECK (20H)	ODONTOLOGO	811,90
3581	KIZZY CANCELLIER (20H)	ODONTOLOGO	811,90
4865	ELVIS KLEBER GOLFETTO	MEDICO	811,90
4416	VILSON SAMPAIO SCHAMBECK (20H)	ODONTOLOGO	811,90
4402	CHEILA CASAGRANDE	NUTRICIONISTA	811,90
3858	DARIANE PAGAN PALADINI	PSICÓLOGO	811,90
4367	DARIANE PAGAN PALADINI	PSICÓLOGO	811,90

Morro da Fumaça em 4 de dezembro de 2015

MIGUEL ZACCARON DAROLT  
Secretário Municipal de Saúde

# Navegantes

## PREFEITURA

### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 140/2015.

EXTRATO - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PMN - Ret.

Ata de Registro de Preços PMN 140/2015, relativa ao Pregão Presencial 140/2015, contendo os preços registrados pelas empresas abaixo:

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A AQUISIÇÃO DE PRODUTOS (GENEROS ALIMENTICIOS PERECIVEIS E NAO PERECIVEIS) DESTINADOS AO FORNECIMENTO DIÁRIO DE ALMOÇO PARA OS FUNCIONÁRIOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES S/C. ITENS FRACASSADOS NO PREGÃO PRESENCIAL 56/2015, conforme Pregão Presencial nº 140/2015.

Fornecedor: TECNOAL COMERCIAL

Valor Total: R\$. 12.576,00.

Fornecedor: DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA

Valor Total: R\$. 4.480,90

Fornecedor: PJ Serviços e Comercio

Valor\$ 750,00

Fornecedor: Licisul Comercial

Valor: R\$ 397,00

Vigência: 12 meses.

A ata está disponível no Departamento de Licitações.

Informações: tel.: (47) 3342-9500.

Navegantes, 11 de janeiro de 2016.

### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 161/2015.

EXTRATO - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PMN 161/2015.

Ata de Registro de Preços PMN 161/2015, relativa ao Pregão Presencial 161/2015, contendo os preços registrados pela empresa abaixo:

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS REFERENTE A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS TÉCNICOS EM MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA (COM PEÇAS DE REPOSIÇÃO) DE 164 ESTAÇÕES INTERATIVAS (LOUSAS DIGITAIS), INCLUSO SUPORTE TÉCNICO PARA ATENDIMENTO À REDE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC.,

Fornecedor: Amado Tecnologia Ltda.

CNPJ: 21.580.609/0001-57.

Valor Total: R\$. 546.400,00.

Vigência: 12 meses.

A ata está disponível no Departamento de Licitações.

Informações: tel.: (47) 3342-9500.

Navegantes, 13 de janeiro de 2016.

### ATA PREGÃO 121/2015 PMN

ATA PREGÃO PRESENCIAL 121/2015 PMN

Aberto o certame conforme agendado anteriormente, com a participação do licitante Jaime Pereira, devidamente credenciado, após as considerações de praxe foi aberto seu envelope de proposta e em seguida passou-se para etapa de lances, após os descontos na etapa de lances foi aberto seu envelope de habilitação e constatado que o licitante atendeu com as exigências do edital sendo habilitado, momento em que encerra a presente e encaminha os autos a autoridade competente para a devida homologação e adjudicação.

Douglas Lemos - Pregoeiro

### ATA PREGÃO PRESENCIAL 14/2015 FME

Ata Pregão Presencial 14/2015 FME

ABERTO O CERTAME CONFORME AGENDADO ANTERIORMENTE AS 14 HORAS, COM A PARTICIPAÇÃO DOS LICITANTES ZANELA & KLEBIS E START SPORT, AMBOS DEVIDAMENTE CREDENCIADOS E POSSUIDORES DO BENEFÍCIO DE ME/EPP, APÓS AS CONSIDERAÇÕES DE PRAXE DEU-SE INÍCIO A ABERTURA DE PROPOSTAS, EM SEGUIDA PASSOU-SE PARA ETAPA DE LANCES SENDO VENCEDOR ZANELA & KLEBIS, EM SEGUIDA FOI ABERTO SEU ENVELOPE DE HABILITAÇÃO E CONSTATADO QUE O MESMO ATENDEU COM AS EXIGÊNCIAS DO EDITAL SENDO HABILITADO E TORNANDO-SE VENCEDOR DA LICITAÇÃO, MOMENTO EM QUE ENCERRO A PRESENTE E ENCAMINHO OS AUTOS À AUTORIDADE COMPETENTE

### AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL 177/2015 PMN

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

PREGÃO PRESENCIAL Nº 177/2015 PMN

Comunica na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações, que se encontra aberto o processo licitatório para: OBJETO: REGISTRO DE PREÇO VISANDO AQUISIÇÃO DE UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS (COPA E COZINHA) PARA SEREM UTILIZADOS NOS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL E NAS UNIDADES ESCOLARES DE ENSINO FUNDAMENTAL DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO. Data da entrega dos envelopes: 27/01/2016 até às 08:50 hs. Abertura envelopes: 27/01/2016 às 09:00 hs. O Edital na íntegra se encontra à disposição na Rua João Emílio nº.100 em Navegantes/SC ou no site: [www.navegantes.sc.gov.br](http://www.navegantes.sc.gov.br) link fornecedor. Navegantes, 14 de janeiro de 2016. ROBERTO CARLOS DE SOUZA- Prefeito.

# Nova Trento

## PREFEITURA

### EDITAL Nº 001/2016 - CITAÇÃO - PRAZO 15 DIAS

Edital Nº 001/2016

Citação – Prazo 15 Dias

Processo Administrativo nº 001/2016

O Presidente da Comissão de Processo Administrativo nomeado pela Portaria nº 017/2016, nos Autos do Processo Administrativo nº 001/2016, em que é autora a Prefeitura Municipal de Nova Trento e parte a servidora indiciada, CRISTIANE SILVA NUNES, brasileira, solteira, natural de Cerro Largo/RS, portadora da RG. Nº 1103571624/SJS/RS, inscrita CPF sob o nº 017.966.600-27, que se encontra em lugar incerto e não sabido, conforme Notificação enviada pelo Correio por AR e a impossibilidade da citação pessoal, para, querendo, oferecer resposta no prazo de 15 (quinze) dias, de acordo com artigo 202, do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, Lei nº 1.207/1992. O presente edital será afixado no mural do hall de entrada desta Prefeitura e, em jornal de circulação no Município e no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC., dado e passado nesta cidade de Nova Trento/SC, aos catorze dias do mês de janeiro de 2016.

Nova Trento, 14 de janeiro de 2016.

Aprijo José Botameli

Presidente da Comissão

### HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO FINAL - CONCURSO PÚBLICO Nº 003/2015

EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 003/2015,

DE 10 DE AGOSTO DE 2015

EDITAL 05

HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO FINAL

O MUNICÍPIO DE NOVA TRENTO, SC, inscrito no CNPJ sob o nº 82.925.025/0001-60, com sede administrativa na Praça Del Comune, 126, Centro, Nova Trento, SC, CEP 88270-000, SC, neste ato representado por seu Prefeito, senhor GIAN FRANCESCO VOLTOLINI, torna público a HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO FINAL ao Edital de Concurso Público nº 003/2015.

AGENTE DE DEFESA CIVIL											
Inscrição	Candidato	C.GERAIS	PORT.	MAT.	C.ESP.	T.P.O.	DISCURSIVA	Títulos	Total	Situação.	Class.
712	MAYCON DOUGLAS GUIMARÃES	2,25	2,25	2,00	1,25	7,75	0,00	0,00	7,75	APROVADO(A)	1º
1152	VICTOR ALISSON GOMES	2,50	1,50	2,25	1,25	7,50	0,00	0,00	7,50	APROVADO(A)	2º
563	JAQUELINE BOTTAMELLI	2,00	2,50	2,50	0,50	7,50	0,00	0,00	7,50	APROVADO(A)	3º
501	MARCOS FELIPE NEVES DAROS	2,00	1,75	1,50	1,50	6,75	0,00	0,00	6,75	APROVADO(A)	4º
293	SUELI ANTUNES DE OLIVEIRA	1,75	1,75	2,00	1,00	6,50	0,00	0,00	6,50	APROVADO(A)	5º
434	LUCIANO AMORIM	1,50	1,50	1,75	0,50	5,25	0,00	0,00	5,25	APROVADO(A)	6º
678	CARLA MARCOLLA	2,00	1,75	1,25	0,25	5,25	0,00	0,00	5,25	APROVADO(A)	7º
2	EDUARDO FABRIS DA SILVA	2,50	1,00	0,50	1,00	5,00	0,00	0,00	5,00	APROVADO(A)	8º
861	VALENTIM ODISI	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--
1078	EDEMAR LUIS KAUST	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--
963	ADRIANO MARCELO QUINTINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--
421	RICARDO FILIPE DALRI	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--
116	ADSON BATISTA MEDEIROS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--
171	GABRIEL AUGUSTO GUTJAHR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--
AUDITOR FISCAL											
Inscrição	Candidato	C.GERAIS	PORT.	MAT.	C.ESP.	T.P.O.	DISCURSIVA	Títulos	Total	Situação.	Class.
147	KENIA VARGAS SENS	1,98	1,98	2,20	2,16	8,32	0,00	0,00	8,32	APROVADO(A)	1º
465	ANDRÉ AFONSO TAVARES	1,76	2,20	1,76	2,40	8,12	0,00	0,00	8,12	APROVADO(A)	2º
938	NEIDE MARIA DE SOUZA RAMIRES	1,76	2,20	1,76	1,68	7,40	0,00	0,25	7,65	APROVADO(A)	3º
596	BRUNO GENOVEZ ANTUNES	2,20	1,98	1,98	1,20	7,36	0,00	0,25	7,61	APROVADO(A)	4º
246	JOÃO BATISTA CARMESINI	2,20	1,98	1,98	1,44	7,60	0,00	0,00	7,60	APROVADO(A)	5º

1351	LILIANE NILZETE SILVEIRA	1,98	1,54	1,54	1,44	6,50	0,00	0,25	6,75	APROVADO(A)	6º
789	FRANCIANI CRISTINA TOMASI	1,98	1,54	1,54	1,68	6,74	0,00	0,00	6,74	APROVADO(A)	7º
761	RODRIGO TELLES DE PROENÇA	1,98	1,76	1,98	0,96	6,68	0,00	0,00	6,68	APROVADO(A)	8º
805	JULIANA ROSA	1,76	1,98	1,54	1,20	6,48	0,00	0,00	6,48	APROVADO(A)	9º
1276	CARLOS HENRIQUE PIAZZA	1,98	1,54	1,76	0,96	6,24	0,00	0,00	6,24	APROVADO(A)	10º
1171	TIAGO COSTA BRANDO ROSA	1,76	1,32	1,54	0,96	5,58	0,00	0,00	5,58	APROVADO(A)	11º
112	VANESSA APARECIDA PEIXE	2,20	1,10	1,32	0,96	5,58	0,00	0,00	5,58	APROVADO(A)	12º
211	PRISCILA CRISTOFOLINI	1,54	1,32	1,98	0,72	5,56	0,00	0,00	5,56	APROVADO(A)	13º
1261	KARLA FRANCIELI DALSASSO	1,76	1,54	1,10	0,72	5,12	0,00	0,25	5,37	APROVADO(A)	14º
1296	CLAUDEMIR CEZAR GONÇALVES	1,98	1,32	1,32	0,72	5,34	0,00	0,00	5,34	APROVADO(A)	15º
241	LUIZ CARLOS BOSO	1,76	1,10	1,76	0,24	4,86	0,00	0,00	4,86	APROVADO(A)	16º
514	JOARI DE GOES	1,10	1,54	1,10	0,96	4,70	0,00	0,00	4,70	APROVADO(A)	17º
1140	JHESSICA THAYSE MOMM ALBANAES	1,10	1,10	0,88	1,44	4,52	0,00	0,00	4,52	APROVADO(A)	18º
487	RUBERLEI SILVEIRA	0,00	0,66	0,44	0,00	1,10	0,00	0,00	1,10	REPROVADO(A)	--
125	JOÃO HENRIQUE CARNEIRO XAVIER	0,00	0,66	0,44	0,00	1,10	0,00	0,00	1,10	REPROVADO(A)	--
656	THAIS YORRANNA M X GOUVEIA ROCHA	0,00	0,66	0,44	0,00	1,10	0,00	0,00	1,10	REPROVADO(A)	--
550	ROGERIO CORREA LEITE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--
77	LEANDRO LEITE SERRAO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--
1333	KELEM NAYHARA BATTISTI ARCHER	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--
450	KATIA LEITE BORGES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--
231	MARIA CLAUDIA VIEIRA BERTACO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--
780	MARLLON VIEIRA DE OLIVEIRA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--
309	GIOVANE GLESIAS FELDHAUS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--
587	RODOLFO BORGES DA COSTA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--
182	ALESSANDRO CLAUDIO QUAIATTO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--
711	ALEXANDRE BOOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--
592	ANDRÉ LUIZ MARCELINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--
356	PEDRO PAULO MACHADO DE MORAES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--
635	JONATAS ANDREGHETONI	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--
249	JANINI DA CONCEIÇÃO MACHADO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--
1332	ALINE BENNETT LIPPSTEIN	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--

## AUXILIAR DE CONSULTÓRIO ODONTOLÓGICO

Inscrição	Candidato	C.GERAIS	PORT.	MAT.	C.ESP.	T.P.O.	DISCURSIVA	Títulos	Total	Situação.	Class.
862	FLORA MARILY AUGUSTO BARBOSA	2,00	2,25	2,50	1,50	8,25	0,00	0,00	8,25	APROVADO(A)	1º
856	IOLANDA PESSATTI	2,25	1,75	1,50	2,00	7,50	0,00	0,00	7,50	APROVADO(A)	2º
992	NAIARA MINATTI MURARO	1,75	1,75	1,50	2,00	7,00	0,00	0,00	7,00	APROVADO(A)	3º
1117	MARIA ISABEL DE OLIVEIRA	1,50	1,75	1,25	2,00	6,50	0,00	0,00	6,50	APROVADO(A)	4º
1324	ELIZANGELA GAMBETA	2,00	1,50	1,00	2,00	6,50	0,00	0,00	6,50	APROVADO(A)	5º
1096	ANDRESA TOMASI	2,00	1,75	1,00	1,75	6,50	0,00	0,00	6,50	APROVADO(A)	6º
1258	LUCIANE PEREIRA PIRES	2,00	1,50	1,25	1,75	6,50	0,00	0,00	6,50	APROVADO(A)	7º
1013	JOSELIA MOREIRA KUTTOCHE	1,50	1,50	1,25	2,00	6,25	0,00	0,00	6,25	APROVADO(A)	8º
864	ANA SARADA SILVA	1,75	1,25	1,25	2,00	6,25	0,00	0,00	6,25	APROVADO(A)	9º
1130	ALVINA BUTTCHEWITS DALRI	2,00	1,00	1,50	1,75	6,25	0,00	0,00	6,25	APROVADO(A)	10º



803	VALDIRENI ALBANAES WILCKE	2,25	1,75	0,75	1,50	6,25	0,00	0,00	6,25	APROVADO(A)	11º
846	ANA LUIZA GESSELE	1,75	2,00	0,75	1,50	6,00	0,00	0,00	6,00	APROVADO(A)	12º
1089	ROSIA NE WERNER	2,00	1,25	1,25	1,50	6,00	0,00	0,00	6,00	APROVADO(A)	13º
785	VICTORIA GIACOMINI	1,75	1,00	1,75	1,50	6,00	0,00	0,00	6,00	APROVADO(A)	14º
1267	CRISTIANE EMILIA GROSMANN	1,75	1,50	1,50	1,25	6,00	0,00	0,00	6,00	APROVADO(A)	15º
775	SIMONI SDRIGOTTI	1,00	1,50	1,50	1,75	5,75	0,00	0,00	5,75	APROVADO(A)	16º
905	LUCIANA CRISTINA DALSASSO	1,75	1,25	1,00	1,75	5,75	0,00	0,00	5,75	APROVADO(A)	17º
1314	GRASIELA TERESA DE FARIAS	1,25	1,75	1,25	1,50	5,75	0,00	0,00	5,75	APROVADO(A)	18º
1192	MARCIA MARIA VICENTINI	1,00	1,75	1,50	1,50	5,75	0,00	0,00	5,75	APROVADO(A)	19º
1162	JURACI JUREMA VICENTINI DEMONTI	1,75	1,00	1,25	1,25	5,25	0,00	0,00	5,25	APROVADO(A)	20º
1043	ROZANA BERNARDI	0,75	1,00	1,75	1,50	5,00	0,00	0,00	5,00	APROVADO(A)	21º
1154	LUCINEIA IRENI HAMES MARCHI	1,75	1,50	0,50	1,25	5,00	0,00	0,00	5,00	APROVADO(A)	22º
1056	ENIZETE TEREZINHA CADORIN	1,75	1,00	1,25	1,00	5,00	0,00	0,00	5,00	APROVADO(A)	23º
1284	CAROLINA CASAGRANDE	1,25	1,75	1,00	0,75	4,75	0,00	0,00	4,75	APROVADO(A)	24º
1355	ADRIANE TOMASI	1,25	1,50	0,75	1,00	4,50	0,00	0,00	4,50	APROVADO(A)	25º
811	FERNANDA INGRID BATTISTI	1,00	0,75	1,25	1,25	4,25	0,00	0,00	4,25	APROVADO(A)	26º
1285	NATIELE NUNES FOGAÇA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--
989	SILVIA DE SOUZA GUEDES BENACHIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--
1235	MICHELY DE OLIVEIRA MOREIRA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--
792	MATEUS JOSÉ CONRADI	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--

## FISCAL DE OBRAS

Inscrição	Candidato	C.GERAIS	PORT.	MAT.	C.ESP.	T.P.O.	DISCURSIVA	Títulos	Total	Situação.	Class.
1151	RUAN ANGELO ARNDT DA SILVA	2,50	1,50	2,50	2,00	8,50	0,00	0,00	8,50	APROVADO(A)	1º
1357	MICHELI Y CASTRO	2,00	2,00	2,50	1,25	7,75	0,00	0,00	7,75	APROVADO(A)	2º
981	AUGUSTO ANGELO Malfatti	2,00	1,50	1,75	1,75	7,00	0,00	0,00	7,00	APROVADO(A)	3º
619	TAYNAN JOSÉ DA CUNHA	2,50	1,25	1,75	1,50	7,00	0,00	0,00	7,00	APROVADO(A)	4º
493	HENRIQUE CALIXTO PEREIRA	2,50	1,75	1,75	1,00	7,00	0,00	0,00	7,00	APROVADO(A)	5º
820	MAICKEL LUIS PILZ	1,75	2,00	1,50	1,50	6,75	0,00	0,00	6,75	APROVADO(A)	6º
1343	MARIZA SANT'ANNA DOS SANTOS LUENEBERG	1,50	2,00	1,75	1,50	6,75	0,00	0,00	6,75	APROVADO(A)	7º
304	MATHEUS ANDRADE RAISER	2,00	1,50	2,25	1,00	6,75	0,00	0,00	6,75	APROVADO(A)	8º
504	FERNANDO AUGUSTO COELHO	2,25	1,25	1,50	1,50	6,50	0,00	0,00	6,50	APROVADO(A)	9º
387	FERNANDA MAFRA	2,25	1,75	1,25	1,00	6,25	0,00	0,00	6,25	APROVADO(A)	10º
707	PEDRO COSTA JUNIOR	1,75	1,25	2,00	1,00	6,00	0,00	0,00	6,00	APROVADO(A)	11º
1279	RICARDO AUGUSTO DO LIVRAMENTO	1,75	1,25	0,75	1,75	5,50	0,00	0,00	5,50	APROVADO(A)	12º
1112	HERIVELTON DELAGNELO	2,00	1,00	1,25	1,00	5,25	0,00	0,00	5,25	APROVADO(A)	13º
715	LEONARDO DE SOUSA	1,25	1,25	1,00	1,50	5,00	0,00	0,00	5,00	APROVADO(A)	14º
1359	THIAGO SANTOS AZEVEDO	1,25	1,25	1,25	1,25	5,00	0,00	0,00	5,00	APROVADO(A)	15º
710	ANDRE LUIZ JUNKES	1,75	1,50	1,00	0,50	4,75	0,00	0,00	4,75	APROVADO(A)	16º
556	LUCIANO SILVA	1,00	1,00	1,25	1,25	4,50	0,00	0,00	4,50	APROVADO(A)	17º
855	GILSEMAR DE GOES	1,25	1,25	1,00	1,00	4,50	0,00	0,00	4,50	APROVADO(A)	18º
3	EDUARDO PEZZINI	0,75	1,50	0,75	1,25	4,25	0,00	0,00	4,25	APROVADO(A)	19º
1189	FABIANO VIEIRA DORNELES	1,75	0,75	1,25	0,25	4,00	0,00	0,00	4,00	APROVADO(A)	20º
361	GILBERTO BORGES CECHINEL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--
366	JOSIANE ALMEIDA CORDEIRO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--
334	MÁRCIO LEMOS DE CARVALHO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--

478	MÁRCIA RODRIGUES DE OLIVEIRA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--
352	VITOR HUDSON PESSOA DE BRITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--
193	GERONIMO BATTISTI DELL ANTONIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--
274	RAONY DE MORAES MATZENBACHER	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--
667	JHONATAN JHULIEVERT FRAGA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--
546	AMILTON DE SOUZA JUNIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--
365	LUCAS BUDKEWITZ	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--
832	KAREN TAIZI BATTISTI	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--
582	LEANDRO PUEL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--
731	DENER AUGSUTO DA ROSA HAAG	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--
578	LUIZ HENRIQUE NEUMAM JUNIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--
1345	DENIS MORESCO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--

## FISCAL DE POSTURAS E URBANISMO

Inscrição	Candidato	C.GERAIS	PORT.	MAT.	C.ESP.	T.P.O.	DISCURSIVA	Títulos	Total	Situação.	Class.
419	REGINA BAUER DA ROCHA	2,25	2,50	2,25	0,75	7,75	0,00	0,00	7,75	APROVADO(A)	1º
400	AILTON DE GODOI	2,25	1,50	2,25	1,50	7,50	0,00	0,00	7,50	APROVADO(A)	2º
1129	RHAVY MARCEL MOSER	2,50	1,75	2,25	1,00	7,50	0,00	0,00	7,50	APROVADO(A)	3º
1262	VLADIMIR DOS SANTOS	2,25	1,50	2,00	1,50	7,25	0,00	0,00	7,25	APROVADO(A)	4º
964	ELIANE GAMBETTA PONCIO	2,25	2,00	2,25	0,75	7,25	0,00	0,00	7,25	APROVADO(A)	5º
45	FRANTCHESCO HOFF	2,25	1,75	2,50	0,75	7,25	0,00	0,00	7,25	APROVADO(A)	6º
831	JOABE SABINO	2,25	1,75	1,75	1,25	7,00	0,00	0,00	7,00	APROVADO(A)	7º
969	OSCAR JOAO SIVIERO	2,00	1,50	2,00	1,25	6,75	0,00	0,00	6,75	APROVADO(A)	8º
688	AMANDA CRISTINE MAZZOLA	2,00	2,00	1,75	1,00	6,75	0,00	0,00	6,75	APROVADO(A)	9º
1256	ALEXANDRE CASAS	2,00	1,25	2,25	1,00	6,50	0,00	0,00	6,50	APROVADO(A)	10º
1119	KATARINE SCHMITT	1,50	1,75	1,50	1,50	6,25	0,00	0,00	6,25	APROVADO(A)	11º
315	FABIO DE FREITAS	2,25	1,25	2,25	0,50	6,25	0,00	0,00	6,25	APROVADO(A)	12º
702	MARIZE PIFFER TOMAZONI	1,75	2,00	1,25	1,00	6,00	0,00	0,00	6,00	APROVADO(A)	13º
894	PAOLO MICAEL GARCIA DA ROSA	2,50	1,50	1,00	1,00	6,00	0,00	0,00	6,00	APROVADO(A)	14º
1124	ARIBERTO MINATTI JUNIOR	1,75	1,75	1,75	0,75	6,00	0,00	0,00	6,00	APROVADO(A)	15º
133	SANDRO LUIS ECKS COSTA	2,00	1,50	1,75	0,75	6,00	0,00	0,00	6,00	APROVADO(A)	16º
651	VIVIANE MICHELE LEMES	2,25	1,75	1,50	0,50	6,00	0,00	0,00	6,00	APROVADO(A)	17º
411	LAERTI JOÃO MARCHI	2,00	1,00	1,50	1,25	5,75	0,00	0,00	5,75	APROVADO(A)	18º
1160	KARLA IZABEL DALSENTER	1,75	1,75	1,75	0,50	5,75	0,00	0,00	5,75	APROVADO(A)	19º
1341	ALEXANDRE MARCELO PIVA	2,50	1,50	1,25	0,50	5,75	0,00	0,00	5,75	APROVADO(A)	20º
270	FLÁVIO MOACIR VALLE	2,00	1,50	1,75	0,50	5,75	0,00	0,00	5,75	APROVADO(A)	21º
440	ELIZANGELA DALLA BRIDA BERTOLDI CASSANIGA	2,00	1,25	1,25	1,00	5,50	0,00	0,00	5,50	APROVADO(A)	22º
190	LUCIANO DOMINGUES DO NASCIMENTO	1,75	1,50	1,50	0,75	5,50	0,00	0,00	5,50	APROVADO(A)	23º
362	ELICE BOTTAMEDI	1,75	2,00	1,25	0,50	5,50	0,00	0,00	5,50	APROVADO(A)	24º
1323	MARIA INÊS CORRÊA	2,25	1,50	1,25	0,50	5,50	0,00	0,00	5,50	APROVADO(A)	25º
928	LÉO WALBER DE MIRANDA NICOLODI	2,00	1,25	2,00	0,25	5,50	0,00	0,00	5,50	APROVADO(A)	26º
158	AMÁBILE TOMASI	1,50	1,25	1,25	1,25	5,25	0,00	0,00	5,25	APROVADO(A)	27º
881	PABLO DIEGO GARCIA DA ROSA	1,75	1,00	1,75	0,50	5,00	0,00	0,00	5,00	APROVADO(A)	28º

1363	ROGERIO DOS SANTOS FERNANDES	2,00	1,25	1,50	0,25	5,00	0,00	0,00	5,00	APROVADO(A)	29º
468	MARCOS ANTONIO B. DOS SANTOS	1,75	1,00	1,00	1,00	4,75	0,00	0,00	4,75	APROVADO(A)	30º
1206	ALESSANDRO SATO TAMAGOSHIKO	1,75	1,50	1,25	0,25	4,75	0,00	0,00	4,75	APROVADO(A)	31º
687	ROGER FERREIRA SANTOS	1,00	1,25	1,25	1,00	4,50	0,00	0,00	4,50	APROVADO(A)	32º
1327	CARLOS ALBERTO BORGES	2,00	0,75	1,25	0,50	4,50	0,00	0,00	4,50	APROVADO(A)	33º
954	FERNANDO FELLER JUNIOR	1,25	1,00	0,75	0,75	3,75	0,00	0,00	3,75	REPROVADO(A)	--
251	RICARDO DE BORBA MINATTI	1,00	1,00	1,25	0,50	3,75	0,00	0,00	3,75	REPROVADO(A)	--
738	GIULIANO FALCK STORCH	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--
741	VANDELEI GONÇALVES DE MOURA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--
447	FRANCISCO DE ASSIS JOAQUIM DA SILVA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--
956	ANELISE RAMOS GIROLA GIACOMINI	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--
449	PAULA GABRIELLA DE OLIVEIRA GAMA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--
509	TIAGO DALSASSO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--
1177	MAYARA ANDRADE SANTOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--
433	DANIELA MICHALSKI	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--
522	FRANCINE MALU MARCOLLA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--
188	HIGOR TADEU CIPRIANI	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--
287	TAINARA DA SILVA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--

## FISCAL DE TRIBUTOS

Inscrição	Candidato	C.GERAIS	PORT.	MAT.	C.ESP.	T.P.O.	DISCURSIVA	Títulos	Total	Situação.	Class.
716	CHRISTIANO CELMER BALZ	1,98	1,98	1,76	1,92	7,64	0,00	0,50	8,14	APROVADO(A)	1º
20	IDELMAR FERNANDO DE SOUZA	2,20	1,76	1,76	2,16	7,88	0,00	0,25	8,13	APROVADO(A)	2º
896	THIAGO BIESUS BORSATTI	1,98	1,76	1,98	2,16	7,88	0,00	0,25	8,13	APROVADO(A)	3º
371	DÉLIA DE SOUZA	1,98	1,98	1,76	1,68	7,40	0,00	0,25	7,65	APROVADO(A)	4º
357	PALOMA CRIS MARCHIORI	1,76	1,98	1,98	1,92	7,64	0,00	0,00	7,64	APROVADO(A)	5º
485	LORENA WISINTAINER	2,20	1,54	1,98	1,92	7,64	0,00	0,00	7,64	APROVADO(A)	6º
674	ADRIANA PAVESI DALMARCO	1,98	2,20	1,76	1,44	7,38	0,00	0,25	7,63	APROVADO(A)	7º
349	TICIANA BEATRIZ DALAGO	2,20	1,98	1,76	1,68	7,62	0,00	0,00	7,62	APROVADO(A)	8º
1158	REJAINE REIS	1,98	1,98	1,98	1,68	7,62	0,00	0,00	7,62	APROVADO(A)	9º
625	BERNADETE LORENZI	1,98	1,76	1,54	1,92	7,20	0,00	0,00	7,20	APROVADO(A)	10º
519	VILTON JOSÉ PEREIRA JUNIOR	1,54	1,98	1,98	1,68	7,18	0,00	0,00	7,18	APROVADO(A)	11º
351	FELIPE LENZI	1,54	1,98	1,98	1,44	6,94	0,00	0,00	6,94	APROVADO(A)	12º
424	LAYS BITTENCOURT VIEIRA	2,20	1,76	1,76	1,20	6,92	0,00	0,00	6,92	APROVADO(A)	13º
814	MAICHEL DEIVIT DEMONTI	2,20	1,54	1,54	1,44	6,72	0,00	0,00	6,72	APROVADO(A)	14º
1299	MARCOS BECK VIEIRA	1,98	1,76	1,76	1,20	6,70	0,00	0,00	6,70	APROVADO(A)	15º
686	ANA LUIZA LUNGERSHAUSEN	1,76	1,76	1,10	1,68	6,30	0,00	0,00	6,30	APROVADO(A)	16º
516	LETICIA DEMONTI ROVER	1,76	1,54	1,54	1,44	6,28	0,00	0,00	6,28	APROVADO(A)	17º
1155	FABIANE MATHIAS	1,76	1,54	1,54	1,44	6,28	0,00	0,00	6,28	APROVADO(A)	18º
1223	TATIANE ROCHA DA SILVA	1,76	1,98	1,32	1,20	6,26	0,00	0,00	6,26	APROVADO(A)	19º
639	SABRINA GARBARO CIPRIANI	1,98	1,76	1,32	1,20	6,26	0,00	0,00	6,26	APROVADO(A)	20º
201	MARIANA BATISTA MACHADO	1,76	1,76	1,76	0,96	6,24	0,00	0,00	6,24	APROVADO(A)	21º
1247	ERIVELTON GEONE DOS SANTOS	2,20	1,32	1,98	0,72	6,22	0,00	0,00	6,22	APROVADO(A)	22º
680	LARISSA LILIAM DOS SANTOS	1,54	1,10	1,32	2,16	6,12	0,00	0,00	6,12	APROVADO(A)	23º

244	JOSIANE RAMOS DE SENA SCHNEIDER	1,76	1,76	0,88	1,68	6,08	0,00	0,00	6,08	APROVADO(A)	24º
1210	RUBIA CARLA XAVIER	1,54	1,76	1,54	1,20	6,04	0,00	0,00	6,04	APROVADO(A)	25º
1141	ERICO MELLO JUNIOR	1,98	1,10	1,76	1,20	6,04	0,00	0,00	6,04	APROVADO(A)	26º
520	CLODOALDO SARTORI	2,20	1,10	1,76	0,96	6,02	0,00	0,00	6,02	APROVADO(A)	27º
1322	JOSE CARLOS ALVES JUNIOR	1,54	1,76	0,88	1,68	5,86	0,00	0,00	5,86	APROVADO(A)	28º
718	PATRICK FIGUEIREDO MARTINS	1,54	1,54	1,54	1,20	5,82	0,00	0,00	5,82	APROVADO(A)	29º
1211	KAROLINI MARTINI FELLER	1,98	1,76	1,10	0,96	5,80	0,00	0,00	5,80	APROVADO(A)	30º
599	GISÉLIA LÚCIA SOARES	1,54	1,32	0,88	1,92	5,66	0,00	0,00	5,66	APROVADO(A)	31º
1282	ALINE FRAGA BRAMBATI	1,76	1,32	1,10	1,44	5,62	0,00	0,00	5,62	APROVADO(A)	32º
222	GERMANA VOLTOLINI	1,54	1,10	1,76	0,96	5,36	0,00	0,25	5,61	APROVADO(A)	33º
1331	GUILHERME CORSINI LUENE-BERG	1,54	1,32	1,54	1,20	5,60	0,00	0,00	5,60	APROVADO(A)	34º
555	MERIELEN CARDOSO	1,98	1,32	1,32	0,96	5,58	0,00	0,00	5,58	APROVADO(A)	35º
1163	EDERSON MARIO MARCHIORI	1,54	1,32	1,76	0,96	5,58	0,00	0,00	5,58	APROVADO(A)	36º
126	MELINA DE FATIMA CATAPAN	1,76	1,32	0,88	1,20	5,16	0,00	0,25	5,41	APROVADO(A)	37º
422	POLLYANNA CRISTINA VOLTO-LINI	1,54	1,10	1,32	1,44	5,40	0,00	0,00	5,40	APROVADO(A)	38º
515	JOÃO CARLOS DE GOES	1,76	1,54	1,10	0,96	5,36	0,00	0,00	5,36	APROVADO(A)	39º
799	ELISABETE GAMBETA	1,54	1,54	1,54	0,72	5,34	0,00	0,00	5,34	APROVADO(A)	40º
818	ALBERTO JOSÉ ARAÚJO DOS SANTOS	1,98	1,32	1,32	0,72	5,34	0,00	0,00	5,34	APROVADO(A)	41º
343	CARLOS ROBERTO TRIDAPALLI	1,32	1,10	1,54	1,20	5,16	0,00	0,00	5,16	APROVADO(A)	42º
901	ALANE MONIQUE POLI	1,32	1,10	1,32	1,20	4,94	0,00	0,00	4,94	APROVADO(A)	43º
779	RODRIGO RIBEIRO MELO	1,32	1,54	1,10	0,96	4,92	0,00	0,00	4,92	APROVADO(A)	44º
1292	RICARDO LAURINDO	1,54	1,32	1,10	0,96	4,92	0,00	0,00	4,92	APROVADO(A)	45º
265	EDNA MOTTA DALPRA	1,76	0,88	1,32	0,96	4,92	0,00	0,00	4,92	APROVADO(A)	46º
874	BRUNA DALLA BRIDA	1,76	1,32	1,10	0,72	4,90	0,00	0,00	4,90	APROVADO(A)	47º
482	GILMARA LUCIANO	1,32	1,54	0,66	1,20	4,72	0,00	0,00	4,72	APROVADO(A)	48º
200	JULIANA CHINI	1,32	1,32	1,10	0,96	4,70	0,00	0,00	4,70	APROVADO(A)	49º
296	LUCIANO ARY SGROTT	1,76	1,10	1,10	0,72	4,68	0,00	0,00	4,68	APROVADO(A)	50º
628	LUIZ FERNANDO SPERANZINI	1,76	0,88	1,54	0,48	4,66	0,00	0,00	4,66	APROVADO(A)	51º
950	PATRICIA CARMEM SOUZA DE CAMPOS	0,88	1,32	0,88	1,44	4,52	0,00	0,00	4,52	APROVADO(A)	52º
932	ELISANGELA TERESINHA DE ALMEIDA	1,10	1,54	0,66	1,20	4,50	0,00	0,00	4,50	APROVADO(A)	53º
1309	MICHEL CIPRIANI BOTTAMEDI	1,76	1,10	0,66	0,96	4,48	0,00	0,00	4,48	APROVADO(A)	54º
809	IURI VICENTINI DEMONTI	1,10	1,32	1,32	0,72	4,46	0,00	0,00	4,46	APROVADO(A)	55º
800	MARCOS ANDRE DE SOUZA	0,66	1,10	0,88	1,20	3,84	0,00	0,00	3,84	REPROVADO(A)	--
18	JOÃO COSME DE SANTANA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--
958	FERNANDO JOSE DA SILVA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--
760	SILVANO RAMOS LESSA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--
423	RAFAEL SCHON	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--
947	WENDEL CAMPOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--
489	MISLENE FATIMA ANTUNES ARRUDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--
1142	CRISTIANE VIAFORE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--
104	GLAUBER LUIZ DE SOUZA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--
285	THIAGO KULKAMP HAEMING	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--
584	CAIO JORGE DE QUEIROZ	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--
1193	JOÃO PAULO LOPES FERNANDES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--
153	CAROLINE BRAGANHOLO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--
889	NAITA SILVA DA SILVA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--

646	PAULO RICARDO DO NASCIMENTO FONSECA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--
734	WILSON CESAR VANIN	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--
168	MARIANA SILVEIRA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--
1191	GABRIEL NUNES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--
278	RAFAEL DA SILVA BONA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--
122	ANNI KERULINI AMORIM SCHMITZ	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--
601	DANIELE CRISTINA GUIMARAES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--
157	ELOIZA TRIDAPALLI DALRI ORSI	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--
401	MARIANA CONCEIÇÃO FAGUNDES BOSIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--
176	JONATAN BRAGA RIBEIRO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--
579	EDUARDO ANTONIO MACHADO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--
382	EDUARDO MORSCH	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--
713	SABRINA DE SOUSA GOULARTE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--
755	JOSE GILSON SARTORI MONTIBELLER	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--
350	AMANDA HENRICH POLETO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--

## FISCAL SANITÁRIO

Inscrição	Candidato	C.GERAIS	PORT.	MAT.	C.ESP.	T.P.O.	DISCURSIVA	Títulos	Total	Situação.	Class.
1291	ROBERTO MAR CARMINATTI ALONSO	2,25	2,50	2,00	2,00	8,75	0,00	0,00	8,75	APROVADO(A)	1º
1313	ANDERSON GENTIL CORDEIRO	2,50	1,75	1,75	2,00	8,00	0,00	0,00	8,00	APROVADO(A)	2º
988	IURE SOUSA SANTOS	2,00	1,50	1,75	2,00	7,25	0,00	0,00	7,25	APROVADO(A)	3º
944	FRANCISCO FLORES MARTUCCI	1,75	2,00	1,75	1,75	7,25	0,00	0,00	7,25	APROVADO(A)	4º
1055	MARLENE CECILIA DEMONTI COSTA	1,50	1,50	0,75	2,50	6,25	0,00	0,00	6,25	APROVADO(A)	5º
908	JANECIR LORENI KRUEGEL SEHN	1,50	1,50	1,00	2,25	6,25	0,00	0,00	6,25	APROVADO(A)	6º
854	DARCI MOREIRA RIBEIRO	2,00	1,50	1,00	1,75	6,25	0,00	0,00	6,25	APROVADO(A)	7º
1071	JUCILENE DAI CAMPI	1,75	1,00	1,75	1,75	6,25	0,00	0,00	6,25	APROVADO(A)	8º
1295	WILLIAN FELIPE GANDIN	2,00	1,25	1,50	1,50	6,25	0,00	0,00	6,25	APROVADO(A)	9º
1005	EDUARDO SANTOS DA SILVA	2,00	1,25	2,00	1,00	6,25	0,00	0,00	6,25	APROVADO(A)	10º
915	PÂMELA AMORIM DA SILVA	1,50	1,25	1,00	1,75	5,50	0,00	0,00	5,50	APROVADO(A)	11º
1280	ANDERSON SOARES	1,25	1,50	1,25	1,50	5,50	0,00	0,00	5,50	APROVADO(A)	12º
1179	MARCOS	0,75	1,25	0,50	1,00	3,50	0,00	0,00	3,50	REPROVADO(A)	--

## FONOAUDIÓLOGO

Inscrição	Candidato	C.GERAIS	PORT.	MAT.	C.ESP.	T.P.O.	DISCURSIVA	Títulos	Total	Situação.	Class.
111	LARISSA NUNES SCAPINI	1,98	1,98	1,76	1,44	7,16	0,00	0,00	7,16	APROVADO(A)	1º
1259	JULIANA GENTIL DE OLIVEIRA	1,10	1,76	1,54	1,68	6,08	0,00	0,25	6,33	APROVADO(A)	2º
1231	FERNANDA DE SOUZA NEVES	1,54	1,54	1,32	1,92	6,32	0,00	0,00	6,32	APROVADO(A)	3º
1265	MARTHA APARECIDA PRUNER	1,32	1,76	1,32	1,20	5,60	0,00	0,25	5,85	APROVADO(A)	4º
996	FLAVIA RODRIGUES BERNARDES	1,98	1,54	1,10	1,20	5,82	0,00	0,00	5,82	APROVADO(A)	5º
528	DANIELLE ITSO QUADROS	1,10	1,54	1,32	1,68	5,64	0,00	0,00	5,64	APROVADO(A)	6º
524	GISLEINE CRISTINA GIL	1,76	1,76	0,66	1,44	5,62	0,00	0,00	5,62	APROVADO(A)	7º
1004	ALINE MARIA FREITAS	1,98	1,32	1,32	0,96	5,58	0,00	0,00	5,58	APROVADO(A)	8º
483	MARIA EDUARDA CORREIA	1,76	1,10	1,32	1,20	5,38	0,00	0,00	5,38	APROVADO(A)	9º

837	ROBERTA GARCIA TAMAGOSHI-KO	1,10	1,54	0,88	1,68	5,20	0,00	0,00	5,20	APROVADO(A)	10º
127	MAYSA ANDRADE SANTOS	1,32	1,54	1,10	1,20	5,16	0,00	0,00	5,16	APROVADO(A)	11º
1226	ELIZANDRA APARECIDA GUEDES	1,32	1,10	1,10	1,44	4,96	0,00	0,00	4,96	APROVADO(A)	12º
238	LARISSA MARÍ PADILHA DALBOSCO	1,32	1,32	1,10	1,20	4,94	0,00	0,00	4,94	APROVADO(A)	13º
464	DIANA REGINA DOS SANTOS	1,32	1,10	1,10	1,20	4,72	0,00	0,00	4,72	APROVADO(A)	14º
121	LIDIANE PERIN	0,66	1,32	1,10	0,72	3,80	0,00	0,00	3,80	REPROVADO(A)	--
725	VALÉRIA RAMOS DE OLIVEIRA DE MOURA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--
512	RAFAELA AMORIM	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--
581	MARIANA PÉRICO DA SILVA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--
562	ANA KAROLINE BLÓS DUARTE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--

## MÉDICO

Inscrição	Candidato	C.GERAIS	PORT.	MAT.	C.ESP.	T.P.O.	DISCURSIVA	Títulos	Total	Situação.	Class.
1293	GLENDIA PAULA CARDOSO DE CARVALHO	2,20	1,98	2,20	2,40	8,78	0,00	0,00	8,78	APROVADO(A)	1º
1075	LIARA BOHNERT	2,20	2,20	2,20	2,16	8,76	0,00	0,00	8,76	APROVADO(A)	2º
934	CRISTÓVÃO SÁ FORTES MARQUES	1,98	1,76	1,98	2,16	7,88	0,00	0,00	7,88	APROVADO(A)	3º
1272	DIEGO NASCIMENTO DOS SANTOS	1,98	1,76	1,98	2,16	7,88	0,00	0,00	7,88	APROVADO(A)	4º
573	HELIO SANDOVAL BARBOSA FILHO	1,76	1,54	1,76	2,16	7,22	0,00	0,00	7,22	APROVADO(A)	5º
983	FRANCISCO JOSE CARVALHO VIEIRA	2,20	1,54	1,54	1,68	6,96	0,00	0,25	7,21	APROVADO(A)	6º
88	ELIESER LENO DE QUADROS	1,76	1,32	1,54	1,68	6,30	0,00	0,00	6,30	APROVADO(A)	7º
1173	FÁBIO SHIHADDEH MAHMUD LEITE	1,98	1,32	0,88	1,92	6,10	0,00	0,00	6,10	APROVADO(A)	8º
1219	ELTON YOJI MIYAKAVA	1,54	1,10	1,76	1,68	6,08	0,00	0,00	6,08	APROVADO(A)	9º
1220	VANESSA RODRIGUES FRANCO MIYAKAVA	0,66	1,32	1,32	1,68	4,98	0,00	0,00	4,98	APROVADO(A)	10º
1047	FLAMMARION PORTO E SOUZA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--
142	ALDO RICARDO GEISLER	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--
329	JOSE FIRMINO COUTO COSTA EVELYN SOARES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--
1148	MARCOS GONÇALVES JUNIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--
604	GUSTAVO CONDE DE FIGUEIREDO CIMA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--
566	MARCOS DE MORAES LOURENÇO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--
1339	IGOR MARTINS DE MENEZES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--
560	ROSÂNGELA DA SILVA CASTANHO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--
406	RAFAEL ABUJAMRA ALVES PINTO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--

## MOTORISTA I

Inscrição	Candidato	C.GERAIS	PORT.	MAT.	C.ESP.	T.P.O.	PRÁTICA	Títulos	Total	Situação.	Class.
922	ANDERSON THIAGO GONÇALVES DE BRITO	1,35	1,05	1,20	1,20	4,80	3,00	0,00	7,80	APROVADO(A)	1º
1298	ANTONI MARCHIORI	1,05	0,90	1,20	1,20	4,35	2,80	0,00	7,15	APROVADO(A)	2º
264	RAFAEL DS SILVA	1,20	0,75	1,05	0,90	3,90	3,20	0,00	7,10	APROVADO(A)	3º
952	GEOVANI DE SOUZA	1,35	0,90	1,05	0,90	4,20	2,60	0,00	6,80	APROVADO(A)	4º



1260	EDSON MARTINS	0,90	1,05	1,05	1,20	4,20	2,40	0,00	6,60	APROVADO(A)	5º
951	LUIZ HENRIQUE DE CAMPOS	1,35	0,60	0,75	0,90	3,60	3,00	0,00	6,60	APROVADO(A)	6º
852	GABRIEL BOUSON	0,90	1,05	1,35	0,75	4,05	2,00	0,00	6,05	APROVADO(A)	7º
806	ALAN DE MARIA	0,90	0,90	0,90	0,90	3,60	2,40	0,00	6,00	APROVADO(A)	8º
902	ELOIR TRAINOTTI	1,05	0,75	0,60	1,05	3,45	2,40	0,00	5,85	APROVADO(A)	9º
1239	JOSE ALICIO DE SOUZA	1,20	1,50	1,35	1,05	5,10	0,00	0,00	5,10	REPROVADO(A)	--
787	DIMAS HUELITON KNISS	1,35	1,35	1,05	1,20	4,95	0,00	0,00	4,95	REPROVADO(A)	--
1172	HEMERSON CUNHA	1,05	1,20	1,20	1,05	4,50	0,00	0,00	4,50	REPROVADO(A)	--
921	ELTON JOSE GAMBETA	1,05	0,90	1,50	1,05	4,50	0,00	0,00	4,50	REPROVADO(A)	--
918	RAFAEL EDUARDO BERNARDO	1,20	1,20	1,35	0,75	4,50	0,00	0,00	4,50	REPROVADO(A)	--
1227	PAULO GERSON BORGES DE CARVALHO	1,35	1,05	1,05	0,90	4,35	0,00	0,00	4,35	REPROVADO(A)	--
1046	NILSON JOÃO AUGUSTO	1,35	1,20	0,90	0,75	4,20	0,00	0,00	4,20	REPROVADO(A)	--
571	LUÍZA CRISTINA XAVIER LUCIANO	1,20	0,90	0,75	1,05	3,90	0,00	0,00	3,90	REPROVADO(A)	--
997	GILMAR CAMARGO RIBEIRO	1,05	1,05	1,05	0,75	3,90	0,00	0,00	3,90	REPROVADO(A)	--
1349	FERNANDO ERBANO	0,90	1,05	1,05	0,75	3,75	0,00	0,00	3,75	REPROVADO(A)	--
1011	FABIO TAMANINI	1,05	1,05	0,75	0,75	3,60	0,00	0,00	3,60	REPROVADO(A)	--
1350	MURILO ALBINO DA SILVA	0,90	1,20	0,90	0,60	3,60	0,00	0,00	3,60	REPROVADO(A)	--
1087	PAULO ROBERTO MARQUES	0,60	0,75	0,90	1,20	3,45	0,00	0,00	3,45	REPROVADO(A)	--
790	BRUNA REGINA DALRI	0,75	1,20	0,75	0,75	3,45	0,00	0,00	3,45	REPROVADO(A)	--
1270	ADILSON KRUG FILHO	0,90	1,05	0,75	0,75	3,45	0,00	0,00	3,45	REPROVADO(A)	--
630	TIAGO DUISDIAS	0,60	0,90	0,60	1,05	3,15	0,00	0,00	3,15	REPROVADO(A)	--
124	DEYVID CAULI SOARES	0,60	0,90	0,75	0,90	3,15	0,00	0,00	3,15	REPROVADO(A)	--
1283	VANESSA DOS SANTOS DE SOUZA	0,90	0,75	0,60	0,90	3,15	0,00	0,00	3,15	REPROVADO(A)	--
12	VANILDO DA SILVEIRA MACHADO	1,05	0,60	0,60	0,90	3,15	0,00	0,00	3,15	REPROVADO(A)	--
1110	RONALDO DE JESUS	0,75	0,75	0,90	0,75	3,15	0,00	0,00	3,15	REPROVADO(A)	--
1289	LUANA STEFFENS VOLTOLINI	0,60	1,20	0,75	0,45	3,00	0,00	0,00	3,00	REPROVADO(A)	--
1195	JOÃO PAULO MARQUES	0,60	1,05	0,60	0,60	2,85	0,00	0,00	2,85	REPROVADO(A)	--
140	RINALDO ISAIAS ECCEL	0,75	0,60	0,45	0,90	2,70	0,00	0,00	2,70	REPROVADO(A)	--
570	CLAUDEMIR GIRARDI	1,05	0,45	0,30	0,75	2,55	0,00	0,00	2,55	REPROVADO(A)	--
613	SILVIO ILÁRIO JACOBSEN	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--
1244	CÁSSIO FERNANDO WORMS-BECKER	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--
719	LUIZ ROBERTO DE OLIVEIRA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--
786	SIDNEY FABIO SILVA MARCONDES DE AQUINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--
721	MORGANA CRISTINA OTTO EBEL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--
17	DIMAS ELEDEMIR BATTISTI	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--
1277	GILMAR FINTA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--
354	MARCELO MACHADO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--
297	EDNA CRISTINA VENERI	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--
655	CARLOS EDUARDO MARTINS DOS SANTOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--
97	MAURICIO OURIQUES MEDEIROS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--
281	RAFAEL MEDEIROS ROEDEL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--
288	FELIPE BARBOSA FIALHO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--
636	EDUARDO ANTONIO BERNARDES DOS SANTOS.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--
56	RICARDO AMARANTE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--
693	VAGNER GUSSOMOROZINI	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--

394	VALDIR BENACHIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--
397	CRISSELLE STUEPP CLAUDINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--
1072	GUILERME AUGUSTO GONÇALVES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--
906	SIDNEI JOEL CHAVES VAZ	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--
376	JEFERSON DE SOUZA VERTUOSO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--
1139	FABIO SERPA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--
29	LUCINEIA KNISS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--
1362	DANIEL CAMILO DE ABREU	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--
532	MARCOSNDES DALPRA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--
94	DIEGO ANTONIO PORCATT	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--
338	BEATRIZ APARECIDA CAETANO DOS SANTOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--
757	PAULO ADILSON KRUSCINSKI	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--
1029	MAILA DÉLIS DA SILVA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--

## MOTORISTA II

Inscrição	Candidato	C.GERAIS	PORT.	MAT.	C.ESP.	T.P.O.	PRÁTICA	Títulos	Total	Situação.	Class.
1030	SERGIO LEANDRO DA COSTA	1,35	1,35	1,35	0,90	4,95	2,20	0,00	7,15	APROVADO(A)	1º
367	VALMIR SEHN	1,05	0,75	0,90	0,90	3,60	2,60	0,00	6,20	APROVADO(A)	2º
860	ALAN JONES PEDRINI	0,90	1,05	0,90	0,90	3,75	2,20	0,00	5,95	APROVADO(A)	3º
1062	PAULO VIRGILIO RAISER MOTTA	1,05	1,20	0,90	1,20	4,35	1,40	0,00	5,75	REPROVADO(A)	--
649	JOÃO LEMES	1,05	1,05	0,75	0,90	3,75	1,80	0,00	5,55	REPROVADO(A)	--
1092	WELITON CADORIN	1,05	0,75	0,90	1,05	3,75	1,40	0,00	5,15	REPROVADO(A)	--
205	ISAAC CEZAR DE GODOI	1,20	1,35	1,20	0,75	4,50	0,00	0,00	4,50	REPROVADO(A)	--
466	ANDERSON ALUIZIO CUCCO	1,05	0,60	0,60	0,90	3,15	1,20	0,00	4,35	REPROVADO(A)	--
26	MARCOS PAULO ECKS COSTA	1,05	0,60	0,90	0,60	3,15	1,00	0,00	4,15	REPROVADO(A)	--
1146	GREGORIO CORNELIO PEREIRA	1,20	1,35	0,90	0,60	4,05	0,00	0,00	4,05	REPROVADO(A)	--
1335	MARCOS ROBERTO VOLTOLINI	1,05	0,90	1,05	0,90	3,90	0,00	0,00	3,90	REPROVADO(A)	--
162	JOSÉ GERMANO FILHO	0,60	0,60	0,45	1,20	2,85	1,00	0,00	3,85	REPROVADO(A)	--
1061	ANTONIO DIAS DE SOUSA NETO	1,05	1,05	0,75	0,90	3,75	0,00	0,00	3,75	REPROVADO(A)	--
410	FABIO CRISTIANO PEREIRA WITCZAK	0,90	0,90	0,45	1,05	3,30	0,00	0,00	3,30	REPROVADO(A)	--
1310	THIAGO VOLTOLINI	0,75	0,60	1,05	0,90	3,30	0,00	0,00	3,30	REPROVADO(A)	--
1178	EDNA CRISTINA VENERI	0,75	0,90	0,60	0,60	2,85	0,00	0,00	2,85	REPROVADO(A)	--
600	ECLAIR MARQUES ACOSTA	0,90	0,90	0,75	0,30	2,85	0,00	0,00	2,85	REPROVADO(A)	--
1358	VILMAR FERREIRA DA SILVA	1,05	0,75	0,75	0,30	2,85	0,00	0,00	2,85	REPROVADO(A)	--
917	JAIME DA SILVA	0,30	0,75	0,75	0,90	2,70	0,00	0,00	2,70	REPROVADO(A)	--
568	AFONSO JOSE TELL	0,45	0,90	0,75	0,60	2,70	0,00	0,00	2,70	REPROVADO(A)	--
143	AFONSO DELL' AGNOLO	0,60	0,45	0,45	1,05	2,55	0,00	0,00	2,55	REPROVADO(A)	--
840	LEONARDO JOÃO BONECHER	0,75	0,75	0,45	0,60	2,55	0,00	0,00	2,55	REPROVADO(A)	--
1008	ALDORI DA SILVA	0,60	0,60	0,75	0,60	2,55	0,00	0,00	2,55	REPROVADO(A)	--
370	JONAS ALMEIDA DOS REIS	0,60	1,20	0,45	0,30	2,55	0,00	0,00	2,55	REPROVADO(A)	--
1076	MANOEL LORIVAL DE SIQUEIRA	0,60	0,75	0,45	0,60	2,40	0,00	0,00	2,40	REPROVADO(A)	--
84	ARNALDO MAYER	0,60	0,75	0,75	0,30	2,40	0,00	0,00	2,40	REPROVADO(A)	--
427	LÉCIO REUTER	0,30	0,60	0,75	0,00	1,65	0,00	0,00	1,65	REPROVADO(A)	--
531	CARLOS ALBERTO MULLER	0,15	0,60	0,30	0,00	1,05	0,00	0,00	1,05	REPROVADO(A)	--
317	PAULO JOSÉ RODIRGUES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--
451	NESTOR BRAS RAMOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--

212	PAULO SERGIO RODRIGUES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--
322	EVANDRO ALUIZIO CUCCO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--
226	CRISTIANO FORMONTE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--
185	VALDECIR ALVES FERREIRA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--
312	AILTON FLADIMIR KUTTOCHE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--
1230	JONES DA ROSA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--
615	MARCELO RAVACHE ABREU LIMA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--
364	REGINALDO EDESIO SILVA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--
320	VALDENEI DA SILVA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--
462	ELIONEI JEFERSON VALERIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--
460	FABIO RODRIGUES GELINSKI	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--
103	TASSIO BAUMGARDT PENS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--
732	ROBSON GOMES CALÇADO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--
733	DIEGO SAIVA ANJOS DE LIZ	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--
508	ALTAIR GOMES JUNIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--
245	NEILSON DE FREITAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--
186	MAURICIO VARELA PINTO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--
717	RICARDO MARILAC DA CUNHA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--
486	RIAN HENRIQUE ALVES CABRAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--
597	PATRIKI ANDRÉ PORTO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--

## MOTORISTA III

Inscrição	Candidato	C.GERAIS	PORT.	MAT.	C.ESP.	T.P.O.	PRÁTICA	Títulos	Total	Situação.	Class.
1111	RODRIGO CHAVES KRAMBECK	1,20	1,50	1,50	1,50	5,70	2,40	0,00	8,10	APROVADO(A)	1º
975	EMERSON JERÔNIMO MARTINS	0,90	1,35	1,20	1,05	4,50	3,20	0,00	7,70	APROVADO(A)	2º
807	LINDONEI BENVENUTTI	1,20	0,75	0,90	0,75	3,60	3,80	0,00	7,40	APROVADO(A)	3º
1022	ROGER ROGERIO DE JESUS MENDONÇA MARQUES	0,90	1,05	0,75	1,05	3,75	3,00	0,00	6,75	APROVADO(A)	4º
974	MAICON PIRES CORDEIRO	0,75	0,90	1,05	1,20	3,90	2,80	0,00	6,70	APROVADO(A)	5º
1016	CRISTIANO FORMONTE	0,90	1,05	0,75	0,90	3,60	3,00	0,00	6,60	APROVADO(A)	6º
960	RICARDO AMARANTE	1,20	1,20	0,90	1,05	4,35	2,20	0,00	6,55	APROVADO(A)	7º
1098	JEFFERSON GEVIESKI OURIQUES	0,90	1,05	0,90	1,05	3,90	2,60	0,00	6,50	APROVADO(A)	8º
1001	ÉDER MARQUATO	1,35	0,75	0,45	1,50	4,05	2,40	0,00	6,45	APROVADO(A)	9º
904	JAISON JOSE COMPIANI	1,20	1,05	0,75	0,90	3,90	2,00	0,00	5,90	APROVADO(A)	10º
879	DIEGO ALEXANDRE SOUZA	1,35	0,90	0,90	1,35	4,50	1,80	0,00	6,30	REPROVADO(A)	--
1035	EVANDRO ALUIZIO CUCCO	1,20	0,90	0,75	1,05	3,90	1,60	0,00	5,50	REPROVADO(A)	--
1006	LUCIANO NERI DE SOUZA	1,20	0,90	0,75	1,05	3,90	1,20	0,00	5,10	REPROVADO(A)	--
776	DANIEL FERRIERA COELHO	1,20	1,05	1,35	1,35	4,95	0,00	0,00	4,95	REPROVADO(A)	--
816	CRISTIAN CRIS DAS CHAGAS	0,75	0,90	0,75	1,20	3,60	0,00	0,00	3,60	REPROVADO(A)	--
1058	PAULO JOSÉ RODRIGUES	1,05	0,90	0,30	1,20	3,45	0,00	0,00	3,45	REPROVADO(A)	--
1099	MARLON ALVES TOMAZ	0,90	0,75	0,75	1,05	3,45	0,00	0,00	3,45	REPROVADO(A)	--
1329	GILBERTO DOS SANTOS JUNIOR	0,90	0,90	1,05	0,60	3,45	0,00	0,00	3,45	REPROVADO(A)	--
927	ROBSON CLEBER DA SILVA	0,75	0,75	0,75	0,90	3,15	0,00	0,00	3,15	REPROVADO(A)	--
1090	PAULO SERGIO RODRIGUES	0,90	0,75	0,45	0,90	3,00	0,00	0,00	3,00	REPROVADO(A)	--
1221	CRISTIANO CONSTANTE	1,05	0,45	0,60	0,75	2,85	0,00	0,00	2,85	REPROVADO(A)	--
1019	EDSON ADÃO FERREIRA	0,45	0,45	0,45	1,05	2,40	0,00	0,00	2,40	REPROVADO(A)	--
984	ANDRE ALEXANDRE CUCCO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--
1252	ODIRLEI PEREIRA BRITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--

1264	VALMIR ANTONIO TOMASI	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--
1213	ROBERTO COSTA MACENA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--
929	ANDRE MARTINS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--
970	VICENTE LUIZ DA SILVA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--
1169	GEOVANI ELIAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--
1288	CARLOS ADRIANO MARTINS SOARES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--
882	juliano correa rinaldi	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--
1081	ANAXIMANDRO MACIEL DOS SANTOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--

## PROFESSOR III – CIÊNCIAS

Inscrição	Candidato	C.GERAIS	PORT.	MAT.	C.ESP.	T.P.O.	DISCURSIVA	Títulos	Total	Situação.	Class.
340	TALITA GUEDES DE MATOS FRANCISCO	2,20	1,54	1,98	1,92	7,64	0,00	0,00	7,64	APROVADO(A)	1º
500	FERNANDA PIAZZA	1,98	1,54	1,76	1,68	6,96	0,00	0,25	7,21	APROVADO(A)	2º
525	TELMA GARCIA	1,32	1,54	1,32	1,92	6,10	0,00	0,25	6,35	APROVADO(A)	3º
740	RAQUEL NATALIA GERALDO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--
648	JÉSSICA APARECIDA FORMENTO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--

## PROFESSOR III – GEOGRAFIA

Inscrição	Candidato	C.GERAIS	PORT.	MAT.	C.ESP.	T.P.O.	DISCURSIVA	Títulos	Total	Situação.	Class.
388	DIRCEU ORLANDO DALBOSCO	2,20	1,54	1,54	1,68	6,96	0,00	0,00	6,96	APROVADO(A)	1º
1175	LEIA FERNANDES PAULO	1,32	0,66	1,10	1,20	4,28	0,00	0,25	4,53	APROVADO(A)	2º
302	LOURIVAL DALCASTAGNE	1,10	1,32	0,44	0,96	3,82	0,00	0,00	3,82	REPROVADO(A)	--
658	JUNIOR RODRIGUES DE SOUSA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--
620	DÉBORA CRISTINA SANTANA BITTENCOURT	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--

## PROFESSOR III – INGLÊS

Inscrição	Candidato	C.GERAIS	PORT.	MAT.	C.ESP.	T.P.O.	DISCURSIVA	Títulos	Total	Situação.	Class.
590	JUCELI MARIA ARMELINI	1,76	1,32	0,88	1,20	5,16	0,00	0,00	5,16	APROVADO(A)	1º
633	KARINA MERLINO AVILA FINATO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--
865	VANESSA DOS SANTOS DE OLIVEIRA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--

## SUPERVISOR ESCOLAR

Inscrição	Candidato	C.GERAIS	PORT.	MAT.	C.ESP.	T.P.O.	DISCURSIVA	Títulos	Total	Situação.	Class.
295	TAMIRES LEITE	2,20	1,54	1,32	1,92	6,98	0,00	0,25	7,23	APROVADO(A)	1º
1316	LUCIA MARLENE MURARO WISINTAINER	1,54	1,98	1,32	1,92	6,76	0,00	0,25	7,01	APROVADO(A)	2º
1342	ELANE CRISTINA CAMILO DE SOUZA	1,76	1,76	0,88	2,40	6,80	0,00	0,00	6,80	APROVADO(A)	3º
935	ARIANE BIDIGARAY FONSECA PERGHER	1,54	1,32	0,88	1,92	5,66	0,00	0,25	5,91	APROVADO(A)	4º
21	ANDRESA CRISTINA GEANESINI LOPES	1,54	1,10	1,32	1,20	5,16	0,00	0,00	5,16	APROVADO(A)	5º
1007	RUDILEIDI PIVA	1,54	1,10	0,88	1,44	4,96	0,00	0,00	4,96	APROVADO(A)	6º
1170	VIVIANI MAFRA NOVAK	1,32	1,32	0,88	0,72	4,24	0,00	0,00	4,24	APROVADO(A)	7º

263	ROSELI TAVARES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--
1365	JEIME ANDREIA DÁVALO GONÇALVES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--
TÉCNICO ADMINISTRATIVO											
Inscrição	Candidato	C.GERAIS	PORT.	MAT.	C.ESP.	T.P.O.	DISCURSIVA	Títulos	Total	Situação.	Class.
1125	RAFAEL VISENTAINER ADAMI	2,25	2,50	2,50	2,25	9,50	0,00	0,00	9,50	APROVADO(A)	1º
337	TIAGO SÉRGIO DE CARVALHO	2,25	2,25	2,25	2,50	9,25	0,00	0,00	9,25	APROVADO(A)	2º
1352	GUSTAVO ACHCAR	2,25	2,00	2,50	2,50	9,25	0,00	0,00	9,25	APROVADO(A)	3º
102	DENNER SOARES DE OLIVEIRA	2,00	2,25	2,50	2,25	9,00	0,00	0,00	9,00	APROVADO(A)	4º
759	CAMILA SUTIL NUNES DA SILVA	2,25	2,00	2,50	2,25	9,00	0,00	0,00	9,00	APROVADO(A)	5º
136	MARIANE ROSINEIDE ESTEFANO	2,25	2,25	2,25	2,00	8,75	0,00	0,00	8,75	APROVADO(A)	6º
627	ALICE TERESA MUNHOZ SEGA	2,25	1,75	2,25	2,25	8,50	0,00	0,00	8,50	APROVADO(A)	7º
1312	CRISTIANO NEVES WEBER	2,00	2,00	2,50	2,00	8,50	0,00	0,00	8,50	APROVADO(A)	8º
204	VIVIANE CASTIEL SILVA	2,00	2,50	2,25	1,75	8,50	0,00	0,00	8,50	APROVADO(A)	9º
709	GEISELY VICENTE	2,25	2,50	2,25	1,50	8,50	0,00	0,00	8,50	APROVADO(A)	10º
1271	MARCOS VICENTE PEDROSA CAVALCANTI	2,00	2,25	1,50	2,50	8,25	0,00	0,00	8,25	APROVADO(A)	11º
942	JOÃO DEVILART BRONDI DOS SANTOS	2,00	2,00	1,75	2,50	8,25	0,00	0,00	8,25	APROVADO(A)	12º
448	RENATO CORTEZ REIS DE FREITAS	2,00	2,25	2,00	2,00	8,25	0,00	0,00	8,25	APROVADO(A)	13º
1066	CLAUDEMIR FREITAS PEREIRA	2,25	2,00	2,00	2,00	8,25	0,00	0,00	8,25	APROVADO(A)	14º
1025	DÉBORA CRISTINE SANTANA FERREIRA	2,00	2,25	1,25	2,50	8,00	0,00	0,00	8,00	APROVADO(A)	15º
1315	LUCAS SCHLOSSER MEYER	2,00	1,75	2,00	2,25	8,00	0,00	0,00	8,00	APROVADO(A)	16º
849	GRAZIELA ALVES	2,00	2,00	2,00	2,00	8,00	0,00	0,00	8,00	APROVADO(A)	17º
1079	RODRIGO COSTA DE CASTRO	1,75	1,75	2,50	2,00	8,00	0,00	0,00	8,00	APROVADO(A)	18º
1116	GABRIEL DE OLIVEIRA	2,50	2,00	2,25	1,25	8,00	0,00	0,00	8,00	APROVADO(A)	19º
477	LETICIA CASAGRANDE	2,25	1,75	1,75	2,00	7,75	0,00	0,00	7,75	APROVADO(A)	20º
1053	LUCAS BUDKEWITZ	2,25	2,25	1,50	1,75	7,75	0,00	0,00	7,75	APROVADO(A)	21º
998	MARLON MERIZIO	2,25	1,25	2,50	1,75	7,75	0,00	0,00	7,75	APROVADO(A)	22º
691	LUIZA BLEYER COELHO	1,50	2,50	2,25	1,50	7,75	0,00	0,00	7,75	APROVADO(A)	23º
415	LAURA VIEIRA SILVA LIMA	2,00	2,00	2,25	1,50	7,75	0,00	0,00	7,75	APROVADO(A)	24º
521	AILTON ALVES MAGALHAES	2,00	2,00	1,25	2,25	7,50	0,00	0,00	7,50	APROVADO(A)	25º
32	ROBERTA TELL	2,25	1,75	1,25	2,25	7,50	0,00	0,00	7,50	APROVADO(A)	26º
598	MARIZA MARILANDE FANTINI	2,25	1,50	1,50	2,25	7,50	0,00	0,00	7,50	APROVADO(A)	27º
40	JANAINA AZEVEDO DANDOLINI	2,00	2,00	2,00	1,50	7,50	0,00	0,00	7,50	APROVADO(A)	28º
1320	ANA CAROLINA DE MELO	2,50	1,75	1,75	1,50	7,50	0,00	0,00	7,50	APROVADO(A)	29º
700	HEWERTON JOSE BERTOLDI	2,25	1,50	2,25	1,50	7,50	0,00	0,00	7,50	APROVADO(A)	30º
1185	ANDREZZA SANTIAGO MUGNOL GOMES	1,75	1,50	1,50	2,50	7,25	0,00	0,00	7,25	APROVADO(A)	31º
135	NAIARA CATTANI	2,00	1,75	1,50	2,00	7,25	0,00	0,00	7,25	APROVADO(A)	32º
1059	KAREN CRISTINE COUTINHO FLORES	2,00	1,50	1,75	2,00	7,25	0,00	0,00	7,25	APROVADO(A)	33º
940	EMANNUELLE ANGELA ROVER BERNARDO	2,00	2,00	1,50	1,75	7,25	0,00	0,00	7,25	APROVADO(A)	34º
540	JUCELINO MARINO CHINI	2,50	1,75	1,25	1,75	7,25	0,00	0,00	7,25	APROVADO(A)	35º
1014	DEBORA VALLE BOTAMELI	2,25	1,75	1,50	1,75	7,25	0,00	0,00	7,25	APROVADO(A)	36º
323	FABIANA STEIL	2,25	1,25	2,00	1,75	7,25	0,00	0,00	7,25	APROVADO(A)	37º
748	LILIANI PIVA	2,50	1,25	2,00	1,50	7,25	0,00	0,00	7,25	APROVADO(A)	38º
307	LUIZ FERNANDO TOMASONI	2,50	1,50	1,00	2,00	7,00	0,00	0,00	7,00	APROVADO(A)	39º

1269	RAFAEL PAES DE BARROS	1,50	1,50	2,00	2,00	7,00	0,00	0,00	7,00	APROVADO(A)	40º
1233	PRISCILA FARIAS NASCENTE	1,75	2,00	1,50	1,75	7,00	0,00	0,00	7,00	APROVADO(A)	41º
92	FERNANDA VOLTOLINI	1,75	1,75	1,75	1,75	7,00	0,00	0,00	7,00	APROVADO(A)	42º
529	JULIANA ROBERTO COURA	1,75	1,75	1,75	1,75	7,00	0,00	0,00	7,00	APROVADO(A)	43º
148	ALAYZE BATTISTI ARCHER	1,50	1,75	2,00	1,75	7,00	0,00	0,00	7,00	APROVADO(A)	44º
1032	PAMELA DE OLIVEIRA ANTUNES	1,75	2,00	1,75	1,50	7,00	0,00	0,00	7,00	APROVADO(A)	45º
898	RENATA CADORIN	2,25	1,75	1,50	1,50	7,00	0,00	0,00	7,00	APROVADO(A)	46º
513	CÁTIA MARIA BÚRIGO	2,00	1,75	1,75	1,50	7,00	0,00	0,00	7,00	APROVADO(A)	47º
417	SAULO VICENTE JUNIOR	2,00	1,25	1,50	2,00	6,75	0,00	0,00	6,75	APROVADO(A)	48º
542	JANE APARECIDA CUNICO	2,25	1,00	1,50	2,00	6,75	0,00	0,00	6,75	APROVADO(A)	49º
475	IZABELA DARÓS	2,25	1,50	1,25	1,75	6,75	0,00	0,00	6,75	APROVADO(A)	50º
795	NADIR ROVER CASSANIGA	1,75	2,00	1,50	1,50	6,75	0,00	0,00	6,75	APROVADO(A)	51º
900	ESTANISLAU VOLTOLINI NETO	2,25	1,50	1,50	1,50	6,75	0,00	0,00	6,75	APROVADO(A)	52º
510	RODRIGO RAMOS	1,75	1,50	1,00	2,25	6,50	0,00	0,00	6,50	APROVADO(A)	53º
1202	ISOLENE BERNADETE HOFMANN	1,75	1,25	1,25	2,25	6,50	0,00	0,00	6,50	APROVADO(A)	54º
1184	SOCIARAI FRANZOI FELLER	1,50	1,00	1,75	2,25	6,50	0,00	0,00	6,50	APROVADO(A)	55º
1344	CELLY CRISTIANE SILVEIRA CORREA	1,50	1,75	1,50	1,75	6,50	0,00	0,00	6,50	APROVADO(A)	56º
943	JUCIANE PAULA FOLGERINI	1,50	1,75	1,50	1,75	6,50	0,00	0,00	6,50	APROVADO(A)	57º
669	MARCOS PAULO MARCOLLA	2,00	1,50	1,25	1,75	6,50	0,00	0,00	6,50	APROVADO(A)	58º
844	JULIMARA CASSIA POLI	2,00	1,25	1,50	1,75	6,50	0,00	0,00	6,50	APROVADO(A)	59º
242	ELAINE CRISTINA BERTO CONSOLARO	1,50	1,75	1,75	1,50	6,50	0,00	0,00	6,50	APROVADO(A)	60º
1245	MARIANA PALMA NUNES CRUZ	1,50	1,75	1,75	1,50	6,50	0,00	0,00	6,50	APROVADO(A)	61º
1294	SHAIANI VICENTINI	2,00	1,50	1,50	1,50	6,50	0,00	0,00	6,50	APROVADO(A)	62º
259	REGIÉLI DAYSE BATTISTI	2,00	1,25	1,75	1,50	6,50	0,00	0,00	6,50	APROVADO(A)	63º
488	ROSIMERI BOZELO DE FAVERI	2,25	1,25	1,75	1,25	6,50	0,00	0,00	6,50	APROVADO(A)	64º
756	DAIANE TAISE RICARDO	1,50	1,50	1,25	2,00	6,25	0,00	0,00	6,25	APROVADO(A)	65º
1020	SARA PEREIRA SANTOS	2,25	1,25	1,25	1,50	6,25	0,00	0,00	6,25	APROVADO(A)	66º
348	RUBIANE MARIA	2,00	1,00	1,75	1,50	6,25	0,00	0,00	6,25	APROVADO(A)	67º
429	JANAÍNA TAIS BARAUNA	1,50	1,50	1,00	2,00	6,00	0,00	0,00	6,00	APROVADO(A)	68º
1188	GRASIELA LAGE VICENTE	1,50	1,50	1,25	1,75	6,00	0,00	0,00	6,00	APROVADO(A)	69º
1319	GEISE CONCEIÇÃO MARTINS	2,00	1,25	1,00	1,75	6,00	0,00	0,00	6,00	APROVADO(A)	70º
257	CAROLINE DA SILVA BRUM	1,75	1,75	1,25	1,25	6,00	0,00	0,00	6,00	APROVADO(A)	71º
913	JOSÉ MARCOS MAZZOLA	1,50	1,50	1,75	1,25	6,00	0,00	0,00	6,00	APROVADO(A)	72º
1180	JULEIDE CAROLINA KRUEGEL	2,00	1,25	1,50	1,25	6,00	0,00	0,00	6,00	APROVADO(A)	73º
473	MODESTINO DALLA BRIDA	2,00	1,50	0,50	1,75	5,75	0,00	0,00	5,75	APROVADO(A)	74º
1031	DIONE ORSI	1,75	0,75	1,50	1,75	5,75	0,00	0,00	5,75	APROVADO(A)	75º
1015	ISABELLI COSTA	1,50	1,50	1,50	1,25	5,75	0,00	0,00	5,75	APROVADO(A)	76º
577	ALTAIR FELIPE RUBERTI	1,00	1,50	1,00	2,00	5,50	0,00	0,00	5,50	APROVADO(A)	77º
1034	EUGEANI FUNDCHELLER	1,75	1,25	0,75	1,75	5,50	0,00	0,00	5,50	APROVADO(A)	78º
1017	ANA KAROLINE DE SOUZA	1,50	1,50	1,00	1,50	5,50	0,00	0,00	5,50	APROVADO(A)	79º
624	VALDIRENE FRANCO	1,50	1,50	1,25	1,25	5,50	0,00	0,00	5,50	APROVADO(A)	80º
722	JANETE KRISCINSKI KNISS	1,50	1,25	1,50	1,25	5,50	0,00	0,00	5,50	APROVADO(A)	81º
503	ELISA STELLA CASACA	0,75	1,50	1,25	1,75	5,25	0,00	0,00	5,25	APROVADO(A)	82º
47	SAMARA CRISTINA FRAGA	1,25	1,75	1,25	1,00	5,25	0,00	0,00	5,25	APROVADO(A)	83º
16	EDMILSON VINOTTI	1,50	1,50	1,25	1,00	5,25	0,00	0,00	5,25	APROVADO(A)	84º
888	KARLA DANIELE GIACOMOSSI	1,50	1,50	1,25	1,00	5,25	0,00	0,00	5,25	APROVADO(A)	85º
1109	ATAIZE CIPRIANI	1,50	1,50	0,75	1,25	5,00	0,00	0,00	5,00	APROVADO(A)	86º
995	DAIANE ADRIANO DE JESUS	1,25	1,00	1,25	1,25	4,75	0,00	0,00	4,75	APROVADO(A)	87º



4	EDSON CIM	1,50	1,00	0,75	1,00	4,25	0,00	0,00	4,25	APROVADO(A)	88º
1273	MAUDE BRIGIDA SAUGO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--
428	ALEXANDRE TEIXEIRA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--
1340	ALESSANDRA PEREIRA BARBOZA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--
71	ALEXANDRE RIBEIRO DA SILVA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--
1201	GIULIANO RICARDO TOLEDO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--
1207	PATRICIA REGINA TOLEDO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--
1254	PATRICIA GOMES LEITE WORMSBECKER	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--
368	RICARDO FUMIAKI KAWADA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--
664	JIMMY RODRIGUES CHIOGNA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--
386	MARCO ANTÔNIO FACCHIN	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--
437	MILTON FRAGA LEITAO FILHO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--
306	SILVIA LA PORTA SOARES DE OLIVEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--
736	ANGÉLICA WEBER FALKE DAIELLO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--
765	DAIANE ELISA DE FREITAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--
46	CRISTINA CIM CARDOSO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--
266	LYGIE LUCIANE DA VEIGA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--
505	GUILHERME FURTADO BERTOLLOTTE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--
374	BRUNO DE CARVALHO PEZZOTTI	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--
275	KATIA LUCIANA DOS SANTOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--
959	CLAUDIA KREUZBERG DA SILVA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--
690	MARTHA MEDEIROS GOULARTE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--
622	DANIEL HOCHSPRUNG BERTOLDI	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--
730	ELIZE CRISTINA CECCATO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--
247	FLAVIO MURILO MACHADO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--
271	LEIDIANE FERREIRA DE BARROS DE SOUZA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--
53	LIGGIA BOUVIER	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--
1360	IZABEL KLUG	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--
1249	CATIANE DE OLIVEIRA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--
425	ELITON AMAURI PRZYBYSZ	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--
250	RAQUEL VOLTOLINI COELHO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--
695	PAMMELLA EMANOELLE CAMATTINI GONÇALVES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--
973	LARISSA CECILIA COLLUSSO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--
739	DANIELA TILL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--
506	CAROLINE BATTISTI DA SILVA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--
299	RONALDO BATISTA BARBOSA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--
681	RAPHAEL LOPES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--
393	TANGREYSE TIEMI STYCHNICKI	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--
662	BRUNO GABRIEL CANI	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--
682	JULIANA CARDOZO DE ELESBÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--
549	KÁTIA REGINA DA SILVA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--
495	MARIO ANTONIO GARCIA TEIXEIRA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--
614	DIOGO ROBERTO VIEIRA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--
663	NATÁLIA CRISTINA BOTTAMEDI NUNES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--

149	CATIANI MIRIAM CARDOSO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--
616	BRUNA BETINA WUNSCH	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--
359	JULIANA DE OLIVEIRA KUNZ	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--
585	ALEXSANDER ALVES DA SILVA JUNIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--
375	BRUNA TEIXEIRA DOS SANTOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--

## TÉCNICO EM INFORMÁTICA

Inscrição	Candidato	C.GERAIS	PORT.	MAT.	C.ESP.	T.P.O.	DISCURSIVA	Títulos	Total	Situação.	Class.
384	GIOVANI VOLTOLINI	2,25	1,75	1,75	2,25	8,00	0,00	0,00	8,00	APROVADO(A)	1º
403	JARDEL SGROTT NAGEL	2,00	2,00	1,50	2,25	7,75	0,00	0,00	7,75	APROVADO(A)	2º
751	RABINSON GRINGS	1,75	1,75	2,00	2,25	7,75	0,00	0,00	7,75	APROVADO(A)	3º
551	LUIZ ANTONIO FLORES	2,50	1,25	1,75	1,75	7,25	0,00	0,00	7,25	APROVADO(A)	4º
583	CESAR AUGUSTO CASETT	1,50	1,50	1,75	2,00	6,75	0,00	0,00	6,75	APROVADO(A)	5º
435	LUAN DANIEL KOCH	2,00	1,00	1,75	2,00	6,75	0,00	0,00	6,75	APROVADO(A)	6º
1216	ROMARIO ROSA	1,75	1,50	1,75	1,75	6,75	0,00	0,00	6,75	APROVADO(A)	7º
869	JHONATAN CARLOS DA SILVA	2,25	1,50	1,50	1,50	6,75	0,00	0,00	6,75	APROVADO(A)	8º
1174	MATEUS FERNANDES PAULO	1,50	1,25	1,50	2,00	6,25	0,00	0,00	6,25	APROVADO(A)	9º
141	DOGLAS DALRI	1,25	1,25	1,50	2,00	6,00	0,00	0,00	6,00	APROVADO(A)	10º
594	SOLIMAR ALBRECHET LOPES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--
752	CARLOS RENATO MATSUMOTO LONGO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--
1105	CARLOS JOSÉ BRUM	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--
1300	RODRIGO ARONA PEREIRA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--
458	LUIZ FELIPE MERIZIO TRI-DAPALLI	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--
758	ANA PAULA DA SILVA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--

## TÉCNICO EM RADIOLOGIA

Inscrição	Candidato	C.GERAIS	PORT.	MAT.	C.ESP.	T.P.O.	DISCURSIVA	Títulos	Total	Situação.	Class.
873	FÁBIO DA SILVA	2,25	2,25	2,00	1,75	8,25	0,00	0,00	8,25	APROVADO(A)	1º
444	LUANA VARGAS DA SILVA	2,00	2,50	2,00	1,25	7,75	0,00	0,00	7,75	APROVADO(A)	2º
72	LUANA MUNIQUE DOS SANTOS FRANCO	1,75	2,25	2,00	1,50	7,50	0,00	0,00	7,50	APROVADO(A)	3º
797	OSMAR EDSON DE SOUZA	2,25	2,00	2,25	1,00	7,50	0,00	0,00	7,50	APROVADO(A)	4º
216	RICARDO DE ARAUJO CALLEZ GONZALEZ	1,75	1,50	1,75	2,25	7,25	0,00	0,00	7,25	APROVADO(A)	5º
1354	THIAGO GARRIDO PEREIRA DA SILVA	1,50	1,50	2,25	1,75	7,00	0,00	0,00	7,00	APROVADO(A)	6º
1274	CAIO FELIPE QUEIRÓZ	2,00	2,25	1,50	1,25	7,00	0,00	0,00	7,00	APROVADO(A)	7º
641	FERNANDO ROCKEMBACH MAZUIM	2,25	1,75	1,75	1,25	7,00	0,00	0,00	7,00	APROVADO(A)	8º
754	JAISON RODRIGO ALVES	2,00	1,75	2,00	1,25	7,00	0,00	0,00	7,00	APROVADO(A)	9º
517	WILLIAN ROBERTO DUTRA	1,75	1,75	2,25	1,25	7,00	0,00	0,00	7,00	APROVADO(A)	10º
945	FELIPE DOUGLAS COSTA	2,00	1,75	2,25	1,00	7,00	0,00	0,00	7,00	APROVADO(A)	11º
605	CRISTIANO ABELARDO GOMES	2,25	1,75	1,50	1,25	6,75	0,00	0,00	6,75	APROVADO(A)	12º
1337	FERNANDA KRIGER	2,00	2,00	1,75	1,00	6,75	0,00	0,00	6,75	APROVADO(A)	13º
1145	MAURO CORREIA NASCENTE	2,25	1,75	2,00	0,75	6,75	0,00	0,00	6,75	APROVADO(A)	14º
73	ANDERSON CELSO LOPES FRANCO	2,00	1,50	1,50	1,50	6,50	0,00	0,00	6,50	APROVADO(A)	15º
51	GIRLEI FAGUNDES FLORES JUNIOR	1,75	1,75	1,75	1,25	6,50	0,00	0,00	6,50	APROVADO(A)	16º

446	JULIANO MARCOS DA SILVA	2,50	1,75	0,75	1,25	6,25	0,00	0,00	6,25	APROVADO(A)	17º
1041	ANDERSON HEUSSER	1,50	1,75	1,75	1,25	6,25	0,00	0,00	6,25	APROVADO(A)	18º
1176	TIAGO MAZZAROLO	2,00	1,25	1,75	1,25	6,25	0,00	0,00	6,25	APROVADO(A)	19º
617	RODRIGO CANELLO KAUFMANN DE CAMARGO	2,25	1,75	1,50	0,75	6,25	0,00	0,00	6,25	APROVADO(A)	20º
1255	EVANILSON PORTELA	1,50	2,00	1,50	1,00	6,00	0,00	0,00	6,00	APROVADO(A)	21º
536	NEYLOR CRAVO CARDOSO	2,50	1,50	1,00	1,00	6,00	0,00	0,00	6,00	APROVADO(A)	22º
197	THIAGO MOREIRA DE CASTILHO	1,75	2,00	1,75	0,50	6,00	0,00	0,00	6,00	APROVADO(A)	23º
727	FABRISIO KEBIN	2,00	1,50	2,00	0,50	6,00	0,00	0,00	6,00	APROVADO(A)	24º
318	ANDRÉ FELIZARDO	2,00	1,50	0,75	1,50	5,75	0,00	0,00	5,75	APROVADO(A)	25º
886	RAFAELA DE ARAGÃO	1,50	1,50	1,25	1,50	5,75	0,00	0,00	5,75	APROVADO(A)	26º
1003	MÔNICA FLORCHAK RODRIGUES	1,75	1,75	1,00	1,25	5,75	0,00	0,00	5,75	APROVADO(A)	27º
461	ROSANGELA MACHADO DOS SANTOS	1,75	1,75	1,25	1,00	5,75	0,00	0,00	5,75	APROVADO(A)	28º
213	LAÍS REGINA DE SOUZA LEITE	1,25	1,75	1,75	1,00	5,75	0,00	0,00	5,75	APROVADO(A)	29º
353	GUSTAVO RODOLFO DA SILVA	2,00	1,50	1,50	0,75	5,75	0,00	0,00	5,75	APROVADO(A)	30º
1036	ANA PAULA VOLPE DE LIRAS	1,75	1,25	1,00	1,50	5,50	0,00	0,00	5,50	APROVADO(A)	31º
976	RODRIGO RIOS OLIVEIRA	1,50	1,00	1,75	1,25	5,50	0,00	0,00	5,50	APROVADO(A)	32º
24	DANIEL REUS SCHNEIDER	1,75	1,50	1,25	1,00	5,50	0,00	0,00	5,50	APROVADO(A)	33º
342	FELIPE AUGUSTO MARTINS	1,75	1,75	1,25	0,75	5,50	0,00	0,00	5,50	APROVADO(A)	34º
1361	MERCI HAAS HENTGES	2,00	1,75	1,25	0,50	5,50	0,00	0,00	5,50	APROVADO(A)	35º
1305	DAIANE HENTGES	2,00	1,50	1,50	0,50	5,50	0,00	0,00	5,50	APROVADO(A)	36º
1317	RODRIGO BOEIRA DE OLIVEIRA	1,75	1,25	1,00	1,25	5,25	0,00	0,00	5,25	APROVADO(A)	37º
290	SOLANGE ADRIANO	1,50	1,25	1,25	1,25	5,25	0,00	0,00	5,25	APROVADO(A)	38º
987	ANGÉLICA FRAPORTI	1,50	1,50	1,25	1,00	5,25	0,00	0,00	5,25	APROVADO(A)	39º
324	LUCIANE DE LIMA	1,75	1,50	1,25	0,75	5,25	0,00	0,00	5,25	APROVADO(A)	40º
1308	ELISA DE SOUZA CONCEIÇÃO	1,50	1,75	1,75	0,25	5,25	0,00	0,00	5,25	APROVADO(A)	41º
132	TIAGO HERCILIO COSTA	1,75	1,50	0,75	1,00	5,00	0,00	0,00	5,00	APROVADO(A)	42º
31	ADILSON PEREIRA	1,75	1,25	1,00	1,00	5,00	0,00	0,00	5,00	APROVADO(A)	43º
1101	SILVONEI PEREIRA DA SILVA	1,50	1,50	1,25	0,75	5,00	0,00	0,00	5,00	APROVADO(A)	44º
1266	RODRIGO REFATI	1,75	1,00	1,75	0,50	5,00	0,00	0,00	5,00	APROVADO(A)	45º
884	VANESSA ANDRÉIA LERMEN	1,75	1,50	1,50	0,25	5,00	0,00	0,00	5,00	APROVADO(A)	46º
195	ELISIANE RODRIGUES DE CASTILHO	1,50	1,50	0,75	1,00	4,75	0,00	0,00	4,75	APROVADO(A)	47º
801	KARLINE JOHNER SEABRA	1,25	1,50	1,50	0,50	4,75	0,00	0,00	4,75	APROVADO(A)	48º
38	BRUNA ZENAIDE THOMAZ DA CUNHA	1,25	1,25	1,25	0,75	4,50	0,00	0,00	4,50	APROVADO(A)	49º
405	ANA PAULA NUNES FOGAÇA	2,00	1,50	0,50	0,50	4,50	0,00	0,00	4,50	APROVADO(A)	50º
1131	CIBELE ROCHA MELLO	1,50	1,25	1,00	0,50	4,25	0,00	0,00	4,25	APROVADO(A)	51º
993	ADENIRDE ALVES DE BARROS	1,00	1,25	1,50	0,50	4,25	0,00	0,00	4,25	APROVADO(A)	52º
333	SERGIO ALBERTO SCHOLZ	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--
559	MARISA MAZUR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--
232	MARINA ALVES DE OLIVEIRA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--
1251	VERENICE APARECIDA CEZAR DE OLIVEIRA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--
409	ANTONIO CARLOS MARIANO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--
269	ALESANDRO TEODORO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--
1164	GUSTAVO ROTOLO DE VASCONCELOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--
1063	MARIA ROSELI GARBARI FINK	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--
1157	EVANDRO DE OLIVEIRA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--

494	EDSON HENRIQUE FERREIRA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--
626	FABIOLA STAHLHOFER PEREIRA ROSA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--
319	LAERCIO ALVES DE SOUZA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--
1050	MILSON GUSTAVO GONZALEZ DA SILVA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--
742	PAULO ROBERTO ROLIN	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--
925	FABIANO BROCARDO DE BARCELLOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--
971	LUIZ ANDRE ELIAS CALDEIRA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--
538	MANASSÉS CARVALHO FERNANDES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--
79	ANA PAULA MACEDO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--
1107	ERIVELTON ARI JACINTO JUNIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--
36	RAFAEL MATTOS CORREIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--
344	WALEX IRMO DANIEL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--
637	MARTIN PIRES FACIN	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--
863	PRISCILA DE OLIVEIRA ALVES LOPES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--
360	GEOVANIA PEREIRA MILANI	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--
661	GEOVANE CARLOS BARBOSA DA COSTA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--
164	BIANCA VALÉRIA REGA PIERRI	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--
726	ANDRE MARTINS DOMINGUES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--
535	PRISCILA DA SILVA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--
1200	MURILO CORRÊA MACHADO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--
819	LEANDRO JOSE BURG	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--
379	THIAGO KREUSCH	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--
99	DAYANE MARQUES DE OLIVEIRA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--
1330	TIAGO PADUAN	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--
762	PATRICIA KASIANO POLZIN	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--
1326	DOUGLAS REOLON PROENCO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--
68	ROBSON SALVADOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--
1123	GRACIELA CRISTINA BATISTA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--
991	MARCO ANTÔNIO BERTONCINI ANDRADE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--
1024	FELIPE RIBEIRO DA SILVA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--
331	WILLIAM SILVA DOS SANTOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--
967	MICHEL TOMASI	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--
180	PAMELA ANTUNES CHAGAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--
990	CRISTIANA DE SOUZA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--
33	VIRGÍLIO SILVA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--
430	ANA PAULA GEREMIAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--
392	IASMIM SOPHIAE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--
303	LARISSA GOTTHARDI DE ALMEIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--
54	PÂMELA DOS REIS SOARES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--
76	RODRIGO JOÃO NUNES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--
1135	KENNETH MOTTA FREITAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--

TURISMÓLOGO											
Inscrição	Candidato	C.GERAIS	PORT.	MAT.	C.ESP.	T.P.O.	DISCURSIVA	Títulos	Total	Situação.	Class.
931	ANELISE DALBOSCO	2,50	2,25	2,25	2,25	9,25	0,00	0,00	9,25	APROVADO(A)	1º
30	DEBORA MATTÉ	2,50	2,00	2,00	2,50	9,00	0,00	0,00	9,00	APROVADO(A)	2º
871	CAMILA QUANDT	2,50	1,75	2,50	2,25	9,00	0,00	0,00	9,00	APROVADO(A)	3º
240	GESSIANE LEONOR SIEBEN	2,25	2,25	1,75	2,50	8,75	0,00	0,00	8,75	APROVADO(A)	4º
781	CARLA BORRALHO GONÇALVES	2,00	2,25	1,50	2,50	8,25	0,00	0,00	8,25	APROVADO(A)	5º
1134	LAISIANI MARTINS DOS SANTOS	2,00	2,00	1,50	2,25	7,75	0,00	0,00	7,75	APROVADO(A)	6º
137	WENDY FERREIRA SAKIYAMA	2,25	2,00	1,50	2,00	7,75	0,00	0,00	7,75	APROVADO(A)	7º
978	DAIANE CRISTINI VELHO	2,25	1,75	1,75	2,00	7,75	0,00	0,00	7,75	APROVADO(A)	8º
1104	GABRIELLA VERIDIANA STEIN	2,25	1,75	1,75	2,00	7,75	0,00	0,00	7,75	APROVADO(A)	9º
6	LUIZ ANTÔNIO PEREIRA	2,00	1,75	2,00	2,00	7,75	0,00	0,00	7,75	APROVADO(A)	10º
10	LIA IZABEL ZILKI	2,00	2,25	1,75	1,75	7,75	0,00	0,00	7,75	APROVADO(A)	11º
1102	ANA PAULA DOS SANTOS PORTO	2,25	1,75	1,50	2,00	7,50	0,00	0,00	7,50	APROVADO(A)	12º
221	CAROLINE PEREIRA MARTINS	1,50	2,00	2,25	1,75	7,50	0,00	0,00	7,50	APROVADO(A)	13º
52	RODRIGO BONECHER	2,00	1,25	1,50	2,50	7,25	0,00	0,00	7,25	APROVADO(A)	14º
533	GABRIELA MARIANE DOS SANTOS CARMO	2,00	1,50	1,50	2,25	7,25	0,00	0,00	7,25	APROVADO(A)	15º
645	FERNANDA FINKLER	1,75	1,75	1,75	2,00	7,25	0,00	0,00	7,25	APROVADO(A)	16º
492	LARISSA CHRISTINA BITTENCOURT	2,25	1,50	1,50	1,75	7,00	0,00	0,00	7,00	APROVADO(A)	17º
34	WARLEY MARTINS MACHADO	2,25	1,25	2,00	1,50	7,00	0,00	0,00	7,00	APROVADO(A)	18º
553	FABIO ROGERIO SANTHIAGO	1,75	1,25	1,25	2,50	6,75	0,00	0,00	6,75	APROVADO(A)	19º
301	JAIR PEIXER	1,75	2,00	1,50	1,50	6,75	0,00	0,00	6,75	APROVADO(A)	20º
248	ROSIELI ALVES GONÇALVES	2,25	1,75	1,25	1,25	6,50	0,00	0,00	6,50	APROVADO(A)	21º
1068	MÁRCIO PIRES	1,75	0,75	1,25	2,50	6,25	0,00	0,00	6,25	APROVADO(A)	22º
985	PAULO VALENTE FERREIRA NETO	1,75	1,75	0,50	2,00	6,00	0,00	0,00	6,00	APROVADO(A)	23º
120	BRUNA DOS SANTOS PERES	1,25	1,25	1,50	1,00	5,00	0,00	0,00	5,00	APROVADO(A)	24º
541	FERNANDA SUAREZ GRZYBOWSKI	0,50	1,50	1,00	1,25	4,25	0,00	0,00	4,25	APROVADO(A)	25º
490	DANIELA SPERANDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--
64	JOAO RODOLFO BOSAK MENDES DE OLIVEIRA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--
1286	MARIA CELESTE DA COSTA GONDIM	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--
574	SILVIA DE FATIMA DE RAMOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--
698	THAISE SCHRAMM ALVES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--
98	AUDREY SOARES REMBOWSKI	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--
684	BRUNO DE MACEDO GARCIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--
321	LEANDRO DE PAULA NETO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--
699	KASSYANA PAULA MARTINS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--
668	MARCELO ALVES DI JURA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--
728	GISELE DE SOUZA CARVALHO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--
1070	EMERSON ARTNER	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--
139	MICHEL SOARES SANTOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--
457	MARIANA RAMOS DALLO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--
273	NEURI RODRIGUES DA SILVA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--
13	MARCIO BERTAN	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--
131	SILVANE ALTENHOFEN	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--
753	MARAISA TENORIO BARROS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--
569	MELINA CORREIA BRANCO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--

666	DÉBORA VIEIRA BORGES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--
724	MAIELE BORTOLOTO FARINA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--
729	ANDRÉ DE LARA NUNES SOUZA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--
50	WESLEY DE OLIVEIRA LAVEZZO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--
93	ALYNA DE SOUSA PEREIRA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--
194	SIOMARA CATARINA REBELO QUINTINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--
332	MAÍSA CARLA GIASSON	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--
289	NATALYÊ DE SOUZA SANTIN BRAGA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--
19	FABIÉLI ERLO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--
202	SANDRA DALILA CORBARI	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--
261	ADRIANE MARIA BACH	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--
87	RAFAELA REIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--
1010	LEONARDO TEIXEIRA DE MELO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--
644	ANA CAROLINE ROSERA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--
610	THAMIRES FOLETTO FIUZA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--
14	ANALICE FLORIANI	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--
606	LEONARDO GARCIA COELHO PEREIRA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--

Nova Trento, SC, 12 de janeiro de 2016.

GIAN FRANCESCO VOLTOLINI

Prefeito de Nova Trento, SC

#### ANEXO ÚNICO

#### CRONOGRAMA (sujeito à alterações)

DATA	ATO
10.8.2015	Publicação do Edital do Concurso Público
11 e 12.8.2015	Prazo para impugnações ao Edital
13.8.2015	Publicação das decisões acerca das impugnações ao Edital
5.10.2015	Publicação do Primeiro Adendo ao Edital
6.10 a 4.11.2015	Período de Inscrições
19.10.2015	Data limite para solicitar isenção da taxa de inscrição
21.10.2015	Divulgação do deferimento das solicitações de isenção da taxa de inscrição
4.11.2015	Data limite para pagamento da inscrição, utilizando o boleto bancário
13.11.2015	Publicação da lista dos inscritos
16.11.2015	Publicação do Segundo Adendo ao Edital
16 e 17.11.2015	Prazo para recurso do não deferimento dos pedidos de inscrição
23.11.2015	Homologação da lista de inscritos
25.11.2015	Publicação do Terceiro Adendo ao Edital
6.12.2015, com início às 8h30min e término às 11h30min	Realização das provas escritas
6.12.2015, com início às 9h30min e término previsto às 12h30min	Apresentação dos títulos
6.12.2015, a partir das 19h	Publicação dos gabaritos da prova escrita e dos cadernos de prova
7 e 8.12.2015	Prazo para recurso da formulação das questões e da discordância com o gabarito da prova escrita objetiva
14.12.2015	Publicação dos gabaritos definitivos e nota final das provas escritas
27.12.2015, com início às 9h30min e término previsto às 12h30min	Realização das provas práticas
28 e 29.12.2015	Prazo para recurso acerca da metodologia e aplicação da prova prática e contagem/pontuação na prova de títulos
5.1.2016	Publicação da nota final das provas escrita, prática e pontuação da prova de títulos e da lista de classificados
6 e 7.1.2016	Prazo de recurso para lista de classificados, nota da prova prática e pontuação da prova de títulos
12.1.2016	Homologação do resultado final, com eventuais recursos julgados



# Otacílio Costa

## PREFEITURA

### **PREGÃO 042/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE OTACÍLIO COSTA

EDITAL PREGÃO Nº 042/2015

Silvano Cardoso Antunes, Prefeito Municipal de Otacílio Costa, em exercício, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação, TORNA PÚBLICO, para conhecimento dos interessados, que fará licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, visando a contratação de empresa especializada para reforma da central de atendimento do Paço Municipal, conforme projeto arquitetônico. O credenciamento e o recebimento dos envelopes será feito até às 14:00 hs. do dia 28/01/2015 e abertura dos envelopes às 14:15 hs. do mesmo dia. A íntegra do Edital pode ser obtido no horário de expediente da Prefeitura, Setor de Licitações ou pelo site [www.licitacao@otaciliocosta.sc.gov.br](mailto:www.licitacao@otaciliocosta.sc.gov.br). Informações pelo fone: 0xx49- 3221-8014.

Otacílio Costa, 14/01/2016.

Silvano Cardoso Antunes

Prefeito Municipal em exercício.

# Ouro

## PREFEITURA

### **PREGÃO Nº 03/2016 - ILUMINAÇÃO PÚBLICA**

MUNICÍPIO DE OURO / SC

Pregão Presencial nº. 0003/2016

O Município de Ouro/SC TORNA PÚBLICO que realizará no dia 28/01/2016, às 09hs, o Processo Licitatório n. 0006/2016, na modalidade Pregão Presencial nº. 0003/2016, tipo menor preço por item, sob regime de registro de preços. Objeto: Aquisição de Material Elétrico para manutenção da rede de iluminação pública, nas áreas urbanas e rurais do Município de Ouro, para o exercício de 2016. Obtenção do edital: [licitacoes@ouro.sc.gov.br](mailto:licitacoes@ouro.sc.gov.br), [www.ouro.sc.gov.br](http://www.ouro.sc.gov.br) . Informações: (49) 3555-1300.

Município de Ouro, SC, 14/01/2016.

Vitor João Faccin,  
Prefeito Municipal.

# Ouro Verde

## PREFEITURA

**0005/2016PR**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE OURO VERDE

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO 0005/2016

O Município de Ouro Verde, por intermédio do Prefeito Municipal em exercício, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade Pregão Presencial Objeto: Registro de Preço para Aquisição de forma parcelada de Materiais de Expediente e escolar para as Secretarias do Município sendo: Administração, Agricultura, Infra-Estrutura, Educação Cultura e Esportes, Creche Municipal, Fundo Municipal de Saúde e Assistência Social Do Município. Entrega dos Envelopes: Até as 08h30min dia 28 de janeiro de 2016. Credenciamento, sessão de lances e Habilitação: Às 08h35min dia 28 de janeiro de 2016. Obt. informações e Edital: Secretaria Geral de Administração - Setor de licit. da Prefeitura Municipal de Ouro Verde-SC, na Rua João Maria Conrado, Centro nº. 425, ou pelo site [www.ouroverde.sc.gov.br](http://www.ouroverde.sc.gov.br), fone (49) 3447-0007, Ouro Verde (SC), 15 de janeiro de 2016. Rosane Minetto Selig Prefeita Municipal.

# Palhoça

## PREFEITURA

### ATA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA ALTERAÇÃO DE ZONEAMENTO DA REGIÃO CENTRAL E SUL DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA – CONVOCADA EM 16/12/2015

ATA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA ALTERAÇÃO DE ZONEAMENTO DA REGIÃO CENTRAL E SUL DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA – CONVOCADA EM 16/12/2015

Aos quatro dias do mês de janeiro do ano de dois mil e dezesseis, às quatorze horas, no auditório da Prefeitura Municipal de Palhoça, situado na Rua Hilza Terezinha Pagani, 280, Pagani, Palhoça/SC, foi aberta a audiência pública para debater publicamente sobre alteração de zoneamento no Município. Foram registradas as seguintes presenças: Secretário Municipal de Infraestrutura, Sr. Eduardo Freccia, servidores públicos e cidadãos, que assinam a ficha de inscrição e lista de presença, que são parte integrante desta ata. Consta na pauta da audiência pública as seguintes propostas: 1) no Bairro Aririú/Guarda do Cubatão, que se pretende alterar a área conforme croqui apresentado durante a audiência pública; 2) no Bairro Barra do Aririú, onde pretende alterar a área conforme croqui apresentado durante a audiência pública; 3) na Região Sul do Município, que se pretende alterar as áreas para AMC-6 (Área Mista Comercial-6) e ATR-3 (Área Turística Residencial 3), referente às áreas desanexadas do limite do Parque da Serra do Tabuleiro e outras, conforme croqui apresentado durante a realização da audiência pública. Apregoada a audiência, assinada a lista de presença e a ficha de inscrição pelos interessados. Iniciada a audiência pública, explicando sobre a necessidade da realização de convocação e participação popular, relatada que a convocação observou o prazo de quinze dias, com a publicação em jornal de circulação local, bem como no diário oficial dos municípios, e tem por base legal as regras constantes do Estatuto das Cidades, Lei Federal nº 10.257/2001. Foi explicado que a audiência pública é um mecanismo de integração entre poder público e sociedade civil, que permite a participação da coletividade no planejamento e expansão do Município. Após a explanação inicial, os trabalhos começaram pela alteração no Bairro Aririú/Guarda do Cubatão pretende atender a demanda de da localidade. Posteriormente, quanto a alteração no Bairro Barra do Aririú, para atender uma região entre os Bairros Nova Palhoça e Barra do Aririú. Em seguida iniciada a explanação sobre as alterações na Região Sul do Município, no tocante às áreas desanexadas do Parque da Serra do Tabuleiro e outras. Em todas as explicações não houve questionamentos. A Sra. Bernardete Ciriaco solicitou para incluir em pauta a possibilidade de alteração do zoneamento e perímetro da localidade do Maciambu Pequeno. Encerrada a explicação técnica foi dada a palavra aos presentes, para livremente se manifestar sobre as propostas de alteração. Nada foi dito. Assim, não havendo manifestação ou qualquer outro questionamento a ser registrado, foi determinando o encerramento desta audiência pública, com a determinação de lavratura desta ata, que será assinada por todos os presentes, e em seguida publicada no Diário Oficial dos Municípios, para conferir ampla publicidade e transparência. Eu, Osvaldo Bossolan Neto, lavrei a presente, que vai assinada pelos presentes, que estão identificadas nas fichas de inscrição que é integrante desta ata. Palhoça/SC, 04 de janeiro de 2016.

Assinaturas:

### CONVÊNIO Nº 003, DE 14 DE JANEIRO DE 2016.

CONVÊNIO Nº 003, DE 14 DE JANEIRO DE 2016.

Convênio que entre si celebram o Município de Palhoça e o Grêmio Recreativo e Escola de Samba Nação Guarani.

O MUNICÍPIO DE PALHOÇA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº. 82.892.316/001-08, com sede a Avenida Hilza Terezinha Pagani, 280, CEP: 88.130-000, Parque Residencial Pagani, cidade de Palhoça/SC, representado neste ato pelo Prefeito Municipal, Sr. CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, com o intermédio da FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTE E CULTURA, neste ato representado por seu Presidente, Sr. JOSÉ VIRGILIO JUNIOR e de outro lado o GRÊMIO RECREATIVO E ESCOLA DE SAMBA NAÇÃO GUARANI, pessoa jurídica de direito privado, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 14.756.565/0001-08, com sede na Rua Augusto Hamming, n. 98, CEP 88.130-090, Centro, Palhoça/SC, representado neste ato por seu Presidente Sr. MARCIO JOSE SCHITZ, portador da cédula de identidade nº 133695 e CPF nº 298.422.639-91, doravante denominado CONVENIADO, resolvem Celebrar o presente Termo de Convênio, amparada no que dispõe a Lei Municipal nº 4.336, de 16 de janeiro de 2016 e Decreto Legislativo nº 393/2015, mediante as seguintes cláusulas e condições:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Constitui objeto deste Convênio, a concessão do auxílio financeiro com o objetivo de custear e equipar os Blocos Carnavalescos e o Grêmio Recreativo e Escola de Samba Nação Guarani que participará do Projeto de Desfile do Carnaval 2016, conforme Plano de Aplicação (Anexo I).

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DO FUNDAMENTO LEGAL

Tem fundamento legal, no que couber, na Lei Federal nº 8.666, de 21/06/1993 e demais legislações aplicáveis.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR DO CONVÊNIO

I – Para execução do presente Convênio o MUNICÍPIO, repassará a importância de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), em parcela única, conforme PLANO DE APLICAÇÃO E CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO, apensados como Anexo I, parte integrante deste Convênio, proveniente da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 34 – FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTE E CULTURA DE PALHOÇA

Unidade: 01 FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTE E CULTURA DE PALHOÇA

Projeto Atividade –

3.3.50.00.00.00.00.00.00000 – Transferência a Instituições Privadas sem fins lucrativos

II – Fica autorizado o Poder Executivo Municipal a firmar Termo Aditivo ao presente instrumento, com finalidade única e exclusiva de recompor a parcela do repasse frente ao prazo de vigência, desde que não importe em supressão ou acréscimo de valores, e atendido os interesses das partes integrantes deste Convênio.

III – Fica autorizado, caso comprovada a oportunidade e conveniência, a prorrogação do prazo de vigência, nos termos da Lei 8.666/93, visando cumprir o repasse dos valores.

IV – Fica autorizada a realização de Termo Aditivo para adequar a dotação orçamentária deste instrumento, em cumprimento da Lei Orçamentária Anual de 2016.

#### CLÁUSULA QUARTA – DA LIBERAÇÃO DOS RECURSOS

Os recursos de que trata a Cláusula Terceira, serão liberados pelo MUNICÍPIO ao CONVENIADO, conforme obrigações, onde seguem as determinações abaixo:

I – A aplicação do recurso deve refletir exatamente o que foi solicitado no Plano de Aplicação do Projeto apresentado, sendo terminantemente proibido este recurso ser aplicado de maneira diversa a aquela prevista na autorização do Chefe do Poder Executivo. Será solicitada a devolução de todo o recurso aplicado em desconformidade com o Plano de Aplicação;

II – Definido no cronograma de repasse dos recursos conforme Plano de Aplicação do Projeto torna-se necessário à abertura de conta específica e vinculada, devendo ser identificada com o nome da unidade ou servidor receptor dos recursos acrescida da expressão Auxílio, ou Contribuição, ou Subvenção, Adiantamento ou Convênio, e do nome da unidade concedente.

III – A liberação das parcelas do Convênio poderá ser suspensa se verificado o desvio de finalidade na aplicação do valor do convênio, atrasos não justificados no cumprimento das etapas ou fases programadas e práticas atentatórias aos princípios que regem a Administração Pública;

IV – O descumprimento pela conveniada de qualquer cláusula ou condição do convênio, poderá conforme já citado, determinar que seja efetuada imediatamente a devolução do recurso.

#### CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

O MUNICÍPIO obriga-se a:

I – Efetuar o repasse do recurso financeiro.

II – Prestar orientação técnica e supervisionar a execução do programa que esteja relacionado com o objeto deste Convênio;

III – Coordenar, fiscalizar, acompanhar e avaliar a execução deste convênio;

IV – Examinar e aprovar através de parecer técnico a reformulação do Plano de Trabalho, quando se fizer necessário desde que não implique na alteração do objeto do Convênio;

#### CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONVENIADA

A CONVENIADA se obriga a:

I – Responsabiliza-se pela correta aplicação dos recursos recebidos, que não poderão ser destinados a quaisquer outros fins, bem como obedecer aos padrões de qualidade dos serviços seguindo os critérios estabelecidos pelo MUNICÍPIO sob pena de rescisão deste instrumento e responsabilidade de seus dirigentes;

II – Ressarcir ao MUNICÍPIO os recursos recebidos deste Convênio quando se comprovar a sua inadequada utilização;

III – Responsabilizar-se pelos encargos de natureza fiscal, trabalhista e previdenciária, danos causados a terceiros e pagamentos de seguros em geral, eximindo o MUNICÍPIO de quaisquer ônus e reivindicações, perante terceiros, em juízo ou fora dele;

IV – Responsabilizar-se pelo cumprimento dos prazos estabelecidos

quanto à utilização dos recursos;

V – Não usar nomes, símbolos ou imagens que caracterizam promoção social e pessoal de autoridades ou servidores públicos;

VI – Aceitar a supervisão e orientação técnica promovida pelo MUNICÍPIO, fornecendo imediatamente as informações necessárias a sua execução;

VII – Encaminhar ao MUNICÍPIO, com sede no endereço acima discriminado, a prestação de contas dos recursos recebidos, até o prazo de vigência, contados da data do recebido destes;

VIII – Manter conta corrente específica junto a Caixa Econômica Federal, ou seu substituto legal, sob o título a ser definido pelo Executivo Municipal;

IX – Computar, obrigatoriamente, a critério do Convênio as receitas financeiras auferidas na forma do item anterior, as quais serão aplicadas exclusivamente, no objeto de sua finalidade, devendo constar demonstrativo específico que integrará às prestações de contas do ajuste;

XI – Devolver ao MUNICÍPIO, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das aplicações financeiras realizadas no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias da data da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção do convênio, sob pena de imediata instauração de tomada de contas especial do responsável, pelo orçamento conveniente;

XII – Utilizar os recursos, única e exclusivamente, para o fim estabelecido na Cláusula Primeira deste Convênio, sob pena de ressarcimento ao Município, dos valores repassados, com atualização monetária e juros legais, independente de procedimentos judiciais;

XIII – Propiciar aos técnicos do MUNICÍPIO, todos os meios e condições necessários ao acompanhamento, a supervisão e a fiscalização da execução do Convênio;

XIV – Manter cadastros, prontuários e relatórios individualizados dos usuários, por tipo de atendimento, de modo a permitir o acompanhamento à supervisão e o controle dos serviços.

XV – Dispor de pessoal técnico – administrativo de acordo com o tipo de atividade desenvolvida pela Entidade e de acordo com as legislações vigentes;

É vetado:

I – Utilização dos recursos em finalidade diversa da estabelecida neste convênio, ainda que em caráter de emergência;

II – Pagamento de despesas com data anterior ao do recebimento dos valores, mensalmente, depositados em conta corrente da Entidade;

III – Pagamento de despesas após 30 (trinta) dias de seu recebimento;

IV – Realização de despesas com taxas bancárias, multas, juros ou correção monetária, inclusive, referentes a pagamentos ou recolhimentos fora do prazo;

#### CLÁUSULA SÉTIMA – DA UTILIZAÇÃO DO PESSOAL

A utilização do pessoal, de que trata o inciso XV da Cláusula Anterior, necessária à execução do objeto deste convênio, não configurará vínculo empregatício de qualquer natureza, nem gerará qualquer obrigação trabalhista ou previdenciária, para o MUNICÍPIO.

**CLÁUSULA OITAVA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS**

A INSTITUIÇÃO CREDENCIADA deverá apresentar ao MUNICÍPIO, prestação de contas até 30 dias, a partir do recebimento do recurso, a qual deverá conter na seguinte ordem:

1. Ofício do responsável encaminhado a prestação de contas;
2. Cópia do plano de trabalho aprovado pelo gestor;
3. Declaração do Presidente da Entidade e Parecer do Conselho Fiscal, no sentido de que os recursos foram rigorosamente aplicados aos fins concedidos;
4. Balancete de Prestação de Contas de Recursos Antecipados, devidamente preenchido e assinado pelo Presidente da Entidade e Tesoureiro;
5. Comprovante de recolhimento de saldo não aplicado, se for o caso;
6. Declaração do Presidente da entidade explicando o motivo da alteração de conta bancária, em caso de transferência dos recursos da conta bancária onde foi efetuado o repasse para outra conta bancária, em virtude de repasses não ter sido efetuado em conta específica;
7. Extrato bancário com a movimentação completa do período (desde a data do repasse até a saída dos cheques). No caso de cheques não compensados no prazo legal de prestação de contas, efetuar conciliação bancária;
8. Ordens bancárias e comprovantes de transferência eletrônica de numerário ou fotocópias dos cheques nominais aos credores;
9. Comprovantes de despesas em primeira via (notas fiscais, folhas de pagamento, relatórios-resumo de viagem, ordens de tráfego, bilhetes de passagem, guias de recolhimento de encargos sociais e de tributos, entre outros), preenchidos com clareza e sem rasuras (documento fotocopiado não será aceito); recibos não serão aceitos para comprovar despesas sujeitas à incidência de tributos federais, estaduais e municipais.  
Obs: Todos os dados solicitados nos documentos fiscais deverão ser preenchidos, exemplo: quantidade, marca/modelo/item, valor unitário, valor total, etc);
10. Declaração do Responsável (Engenheiro com o nº do CREA), quando se tratar de obra, dos serviços executados e, no caso de sua conclusão acompanhada do respectivo termo de recebimento.
11. Cópia do Contrato da Prestação de Serviço, quanto tratar de serviços executados por terceiros, com o comprovante de pagamento do ISS (Imposto sobre Serviços) pelo profissional contratado;
12. Cópia do certificado de propriedade, no caso de aquisição ou conserto de veículo automotor, quando na hipótese;
13. Relatório sobre a execução física e o cumprimento do objeto do repasse ou da sua etapa, com descrição detalhada da execução e sua fase, acompanhado dos contratos de prestação de serviço, folders, cartazes, publicação em imprensa local, CD, DVD, registros fotográficos antes e após, materiais impressos, e todos os documentos que julgar oportunos para comprovar a fase e/ou execução do objeto;
14. Quando se tratar de realização de obras e serviços de engenharia, deverão ser apresentados os seguintes documentos:

a) Laudo técnico de cada medição, assinado pelo engenheiro responsável, com indicação da inscrição competente;

b) Comprovação da realização com registros fotográficos da situação anterior e posterior às obras ou reformas realizadas;

c) Declaração do responsável técnico com a sucinta caracterização das etapas efetuadas e, no caso de conclusão, acompanhada do respectivo termo de recebimento;

d) Apresentação da Responsabilidade Técnica – ART, bem como o seu comprovante de pagamento, conforme estabelecido na legislação Federal.

15. Os comprovantes de despesa deverão conter carimbo assinado pelo Presidente/Tesoureiro da Entidade, certificando que o material foi recebido ou o serviço foi prestado, conforme modelo: Certifico que o material/serviço constante deste documento foi recebido/prestado e está em conformidade com as especificações nele consignadas.

....., em ...../...../.....

Nome:

Cargo:

Assinatura: 16. Declaração isentando o Município de todo e qualquer ônus relativo à previdência social e outros encargos que incidirem sobre a presente Subvenção Social.

**CLÁUSULA NONA – DOS ANEXOS APENSADOS**

Deverá conter no corpo desta Minuta de Convênio, dois (2) Anexos Apensados, sendo:

I – Anexo I - Plano de Trabalho,

II – Anexo II - Documentos pertinentes às Conveniada

**CLÁUSULA DÉCIMA – DA FISCALIZAÇÃO**

Cabe ao MUNICÍPIO, por Secretaria Municipal a ser designada pelo Chefe do Poder Executivo, decidirá sobre a oportunidade e conveniência de proceder à fiscalização nas instalações e documentos relativos à execução do presente convênio.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS PENALIDADES**

A ocorrência de irregularidades que impliquem no descumprimento de quaisquer Cláusulas deste instrumento poderá acarretar a sua rescisão imediata incluindo a suspensão de repasse de recursos financeiros pelo MUNICÍPIO, independente de procedimentos judiciais.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA RESCISÃO**

Poderá haver rescisão do presente convênio em decorrência da aplicação das penalidades previstas nas Cláusulas anteriores ou por mútuo consenso das partes, a qualquer época.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA**

O presente convênio vigorará a partir da data de sua assinatura e tem seu término em 31 de dezembro de 2016.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA ALTERAÇÃO**

Mediante prévia aprovação do MUNICÍPIO, o presente convênio poderá ter suas cláusulas alteradas através de termo aditivo, desde que não se altere o objeto, nos termos dos § 1º e 2º da Cláusula Terceira.



**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO FORO**

Fica eleito o foro da Comarca de Palhoça para dirimir as questões decorrentes da execução do presente Convênio, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que o seja.

E, para a completa validade do que ficou acordado, firmam o presente Convênio, na presença das testemunhas abaixo.

Palhoça, 14 de janeiro de 2016.  
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS  
Prefeitura Municipal

JOSÉ VIRGILIO JUNIOR  
Presidente da Fundação Municipal de Esporte e Cultura – FMEC

MARCIO JOSE SCHITZ  
Presidente do Grêmio Recreativo e Escola de Samba Nação Guarani

**TESTEMUNHAS:**

Nome:	Nome:
Assinatura:	Assinatura
Carteira de Identidade:	Carteira Identidade
CPF:	CPF:

**DECRETO Nº 1.965, DE 08 DE JANEIRO DE 2016.**

DECRETO Nº 1.965, DE 08 DE JANEIRO DE 2016.

CRONOGRAMA DE PAGAMENTO. Institui norma e cronograma de pagamento de vencimento dos servidores municipais e estabelece outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,  
No uso de suas atribuições, resolve

**DECRETAR:**

Art. 1º As Secretarias, Autarquias e Fundações Municipais deverão encaminhar para a Diretoria Geral de Gestão de Pessoas os dados para as averbações na folha de pessoal até o dia 10 de cada mês, ou dia útil subsequente.

Art. 2º A Diretoria Geral de Gestão de Pessoas deverá encaminhar a folha de pessoal para a Secretaria Municipal de Finanças até o dia 23 de cada mês, para as devidas providências, exceto quanto à folha do décimo terceiro salário.

Art. 3º O cronograma de pagamento da folha de pessoal até o mês de dezembro do corrente ano, inclusive o décimo terceiro salário, deverá ser observado e executado pelos órgãos municipais competentes, conforme estabelecido abaixo:

MÊS/REFERÊNCIA	DATA PAGAMENTO
Janeiro	até 03/02/2016
Fevereiro	até 03/03/2016
Março	até 04/04/2016
1ª parcela 13º salário efetivos	até 15/04/2016
Abril	até 03/05/2016
Maio	até 03/06/2016
1ª parcela 13º salário comissionados	até 15/06/2016
Junho	até 04/07/2016
Julho	até 03/08/2016
Agosto	até 02/09/2016
Setembro	até 03/10/2016
Outubro	até 03/11/2016
Novembro	até 05/12/2016
2ª parcela 13º salário	até 15/12/2016

Dezembro

até 03/01/2017

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

Palhoça, 08 de janeiro de 2016.  
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS  
Prefeito Municipal

**DECRETO Nº 1.966, DE 12 DE JANEIRO DE 2016.**

DECRETO Nº 1.966, DE 12 DE JANEIRO DE 2016.

CALENDÁRIO. Fixa o calendário de feriados e pontos facultativos do Poder Executivo Municipal.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,

No uso de suas atribuições, e de acordo com a Lei Federal nº 662, de 06 de abril de 1949, Lei Federal nº 6.802, de 30 de junho de 1980, Lei Federal nº 9.093, de 12 de setembro de 1995, Lei Municipal nº 008, de 18 de fevereiro de 1973, alterada pela Lei Municipal nº 127, de 31 de dezembro de 1974 e pela Lei Municipal nº 4.315, de 24 de novembro de 2015, resolve

**DECRETAR:**

Art. 1º Fica estabelecido o calendário de feriados e pontos facultativos, no período compreendido entre os dias 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2016, para os órgãos e as entidades da administração direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo Municipal, como segue:

I – 1º de janeiro, sexta-feira, Confraternização Universal (feriado nacional);

II – 08 de fevereiro, segunda-feira, Carnaval (ponto facultativo);

III – 09 de fevereiro, terça-feira, Carnaval (ponto facultativo);

IV – 10 de fevereiro, quarta-feira de Cinzas (ponto facultativo até às 12 h);

V – 24 de março, quinta-feira, véspera Paixão de Cristo – Páscoa (ponto facultativo);

VI – 25 de março, sexta-feira, Paixão de Cristo – Páscoa (feriado municipal);

VII – 21 de abril, quinta-feira, Tiradentes (feriado nacional);

VIII – 22 de abril, sexta-feira, comemoração Tiradentes (ponto facultativo);

IX – 24 de abril, domingo, Aniversário do Município (feriado municipal);

X – 1º de maio, domingo, Dia Mundial do Trabalho (feriado nacional);

XI – 26 de maio, quinta-feira, Corpus Christi (feriado municipal);

XII – 27 de maio, sexta-feira, comemoração Corpus Christi (ponto facultativo);

XIII – 07 de setembro, quinta-feira, Independência do Brasil (feriado nacional);

XIV – 12 de outubro, quarta-feira, Nossa Senhora Aparecida (feriado nacional);

XV – 28 de outubro, sexta-feira, Dia do Professor (por transferência) e Dia do Servidor Público (licença remunerada/ponto facultativo);

XVI – 02 de novembro, quarta-feira, Finados (feriado nacional);

XVII – 14 de novembro, segunda-feira, véspera da Proclamação da República (ponto facultativo);

XVIII – 15 de novembro, terça-feira, Proclamação da República (feriado nacional);e

XIX – 25 de dezembro, domingo, Natal (feriado nacional).

Art. 2º Nas datas fixadas no art. 1º deste Decreto, os serviços públicos considerados essenciais devem garantir o atendimento por meio de escalas de serviço ou plantão.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação. Palhoça, 12 de janeiro de 2016.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS  
Prefeito Municipal

### LEI Nº 4.336, DE 14 DE JANEIRO DE 2016.

LEI Nº 4.336, de 14 de janeiro de 2016.

CONVÊNIO. Grêmio Recreativo e Escola de Samba Nação Guarani.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina.

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara

Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a firmar Convênio com o Grêmio Recreativo e Escola de Samba Nação Guarani, pessoa jurídica de direito privado, inscrito no CNPJ nº. 14.756.565/0001-08, com sede na Rua Augusto Haeming, n. 98, CEP 88.130-090, Centro, Palhoça/SC, no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), com o objetivo de custear e equipar os Blocos Carnavalescos e o Grêmio Recreativo e Escola de Samba Nação Guarani que participará do Projeto de Desfile do Carnaval 2016, conforme Plano de Aplicação.

Art. 2º A despesa decorrente do repasse de recursos financeiros deste Convênio são provenientes da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 34 – FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTE E CULTURA DE PALHOÇA

Unidade: 01 FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTE E CULTURA DE PALHOÇA

Projeto Atividade

3.3.50.00.00.00.00.00.00000 – Transferência a Instituições Privadas sem fins lucrativos

Art. 3º O Convênio a ser firmado será executado durante o Exercício de 2016.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palhoça, 14 de janeiro de 2016.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS  
Prefeito Municipal

## FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

### EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº73/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº73/2015 – Pregão Presencial 19/2015 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa: MAURO MARCIANO COMERCIO DE MEDICAMENTOS. OBJETO: Aquisição de medicamentos para atendimento de Ações Judiciais impetradas contra o Município de Palhoça (com aplicação do Coeficiente de Adequação de Preços (CAP)), para distribuição nas Farmácias Básicas da rede Municipal de Saúde, para uso nos atendimentos do Centri.

DATA: 08/07/2015 à 07/07/2016.

Nome da Empresa: MAURO MARCIANO COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA					CNPJ: 94.894.169/0001-86
Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
Especificação: Alprazolam 0,25mg c/20cp					
6	30,00	CX	BRAINFARMA	R\$2,1000	R\$63,0000
Valor Total		(sessenta e três reais)			R\$63,00

### EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº74/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº74/2015 – Pregão Presencial 19/2015 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa: DIMASTER COM. DE PROD. HOSPITALARES LTDA OBJETO: Aquisição de medicamentos para atendimento de Ações Judiciais impetradas contra o Município de Palhoça (com aplicação do Coeficiente de Adequação de Preços (CAP)), para distribuição nas Farmácias Básicas da

rede Municipal de Saúde, para uso nos atendimentos do Centri.  
DATA: 08/07/2015 à 07/07/2016.

Nome da Empresa: DIMASTER COM. DE PROD. HOSPITALARES LTDA				CNPJ: 02.520.829/0001-40	
Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
Especificação: ANLODIPINO 5MG					
9	1800000,00	COMP	TEUTO	R\$0,0220	R\$39.600,0000
Especificação: Butilbrometo de escopolamina 10 mg					
14	150000,00	COMP	UNIÃO QUIMICA	R\$0,0355	R\$5.325,0000
Valor Total		(quarenta e quatro mil e novecentos e vinte e cinco reais)			R\$44.925,00

### EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº75/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº75/2015 – Pregão Presencial 19/2015 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa: ELI LILLY DO BRASIL LTDA OBJETO: Aquisição de medicamentos para atendimento de Ações Judiciais impetradas contra o Município de Palhoça (com aplicação do Coeficiente de Adequação de Preços (CAP)), para distribuição nas Farmácias Básicas da rede Municipal de Saúde, para uso nos atendimentos do Centri.

DATA: 08/07/2015 à 07/07/2016.

Nome da Empresa: ELI LILLY DO BRASIL LTDA				CNPJ: 43.940.618/0001-44	
Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
Especificação: Insulina Humalog lispro com 5 refs					
41	90,00	CX	LILLY	R\$121,0500	R\$10.894,5000
Valor Total		(dez mil, oitocentos e noventa e quatro reais e cinquenta centavos)			R\$10.894,50

### EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº76/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº76/2015 – Pregão Presencial 19/2015 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa: CIAMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA OBJETO: Aquisição de medicamentos para atendimento de Ações Judiciais impetradas contra o Município de Palhoça (com aplicação do Coeficiente de Adequação de Preços (CAP)), para distribuição nas Farmácias Básicas da rede Municipal de Saúde, para uso nos atendimentos do Centri.

DATA: 08/07/2015 à 07/07/2016.

Nome da Empresa: CIAMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA				CNPJ: 05.782.733/0001-49	
Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
Especificação: Synthroid 112mcg, caixa com 30 comp.					
58	15,00	CX	ABBOTT	R\$13,3100	R\$199,6500
Valor Total		(cento e noventa e nove reais e sessenta e cinco centavos)			R\$199,65

### EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº77/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº77/2015 – Pregão Presencial 19/2015 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa: CRISTALIA PRODUTOS QUIMICOS FARMACEUTICOS LTDA. OBJETO: Aquisição de medicamentos para atendimento de Ações Judiciais impetradas contra o Município de Palhoça (com aplicação do Coeficiente de Adequação de Preços (CAP)), para distribuição nas Farmácias Básicas da rede Municipal de Saúde, para uso nos atendimentos do Centri.

DATA: 08/07/2015 à 07/07/2016.

Nome da Empresa: CRISTALIA PRODUTOS QUIMICOS E FARMACEUTICOS LTDA					CNPJ: 44.734.671/0004-02
Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
Especificação: Biperideno 5 mg sol. injetável x 1 ml					
15	500,00	AMP	CRISTÁLIA	R\$1,5300	R\$765,0000
Especificação: Dimorf 30mg c/50cp.					
32	50,00	CX	CRISTÁLIA	R\$41,9500	R\$2.097,5000
Especificação: Lamotrigina 50mg c/30cp					
45	20,00	CX	CRISTÁLIA	R\$14,1000	R\$282,0000
Valor Total		(três mil, cento e quarenta e quatro reais e cinquenta centavos)			R\$3.144,50

**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº78/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº78/2015 – Pregão Presencial 19/2015 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa: HOSPFAR IND E COM DE PRODUTOS HOSPITALAR LTDA. OBJETO: Aquisição de medicamentos para atendimento de Ações Judiciais impetradas contra o Município de Palhoça (com aplicação do Coeficiente de Adequação de Preços (CAP)), para distribuição nas Farmácias Básicas da rede Municipal de Saúde, para uso nos atendimentos do Centri.

DATA: 08/07/2015 à 07/07/2016.

Nome da Empresa: HOSPFAR IND E COM DE PRODUTOS HOSPITALAR LTDA					CNPJ: 26.921.908/0002-02
Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
Especificação: Arpadol 400mg, caixa com 30 comp.					
10	40,00	CX	APSEN / ARPADOL 400MG CX/30 COMP REV	R\$38,6600	R\$1.546,4000
Especificação: Dimenidrinato 3mg/ml + cloridrato de piridoxina 5mg/ml+glicose 100 mg/ml + frutose 100mg/ml - 10mL EV					
33	7000,00	AMP	TAKEDA / DRAMIN B6 DL CX/100 AMP 10ML	R\$1,9400	R\$13.580,0000
Especificação: Procoralan 5mg c/56cp					
51	20,00	CX	SERVIER / PROCORALAN 5MG CX/56 COMP	R\$70,4100	R\$1.408,2000
Especificação: Spiriva respimat.					
59	180,00	FRS	BOEHRINGER / SPIRIVA 2,5MCG/DOSE FR 4ML	R\$179,0300	R\$32.225,4000
Especificação: Trayenta 5mg c/30cp					
62	15,00	CX	BOEHRINGER / TRAYENTA 5MG CX/30 COMP REV	R\$116,4900	R\$1.747,3500
Especificação: Vastarel MR 35 mg, caixa com 30 comp.					
67	400,00	CX	SERVIER / VASTAREL MR 35MG CX/30 COMP REV	R\$35,1700	R\$14.068,0000
Especificação: Valdoxan 25 mg com 28 cp					
70	30,00	CX	SERVIER / VALDOXAN 25MG CX/28 COMP REV	R\$182,1800	R\$5.465,4000
Valor Total		(setenta mil, quarenta reais e setenta e cinco centavos)			R\$70.040,75

**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº79/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº79/2015 – Pregão Presencial 19/2015 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa: PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA. OBJETO: Aquisição de medicamentos para atendimento de Ações Judiciais impetradas contra o Município de Palhoça (com aplicação do Coeficiente de Adequação de Preços (CAP)), para distribuição nas Farmácias Básicas da rede Municipal de Saúde, para uso nos atendimentos do Centri.

DATA: 08/07/2015 à 07/07/2016.

Nome da Empresa: PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA					CNPJ: 81.706.251/0001-98
Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
Especificação: Tartarato de Brimodina 0,2%, frs. c/ 5 ml					
61	50,00	FRS	HYPERMARCAS	R\$4,8900	R\$244,5000
Valor Total		(duzentos e quarenta e quatro reais e cinquenta centavos)			R\$244,50

**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº80/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº80/2015 – Pregão Presencial 19/2015 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa: SULMEDIC COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA. OBJETO: Aquisição de medicamentos para atendimento de Ações Judiciais impetradas contra o Município de Palhoça (com aplicação do Coeficiente de Adequação de Preços (CAP)), para distribuição nas Farmácias Básicas da rede Municipal de Saúde, para uso nos atendimentos do Centri.

DATA: 08/07/2015 à 07/07/2016.

Nome da Empresa: SULMEDIC COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA					CNPJ: 09.944.371/0001-04
Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
Especificação: Acetato de Medroxiprogesterona 150mg/ml, susp. injetável - ampola de 1ml					
1	2000,00	AMP	UNIÃO QUIMICA	R\$8,7900	R\$17.580,0000
Especificação: Cetoprofeno 50mg/mL IM c/2mL					
27	1700,00	AMP	UNIÃO QUIMICA	R\$1,3900	R\$2.363,0000
Valor Total		(dezenove mil e novecentos e quarenta e três reais)			R\$19.943,00

**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº81/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº81/2015 – Pregão Presencial 19/2015 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa: CENTERMEDI COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. OBJETO: Aquisição de medicamentos para atendimento de Ações Judiciais impetradas contra o Município de Palhoça (com aplicação do Coeficiente de Adequação de Preços (CAP)), para distribuição nas Farmácias Básicas da rede Municipal de Saúde, para uso nos atendimentos do Centri.

DATA: 08/07/2015 à 07/07/2016.

Nome da Empresa: CENTERMEDI COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA					CNPJ: 03.652.030/0001-70
Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
Especificação: Bromazepan 6mg c/30cp					
19	120,00	CX	TEUTO	R\$2,0400	R\$244,8000
Especificação: Cilostazol 100 mg, caixa com 30 comp.					
30	100,00	CX	BIOLAB	R\$15,0000	R\$1.500,0000
Especificação: Pantoprazol 40 mg, caixa com 28 comprimido					
50	45,00	CX	NEOQUIMICA	R\$8,3720	R\$376,7400



Especificação: Topiramato 100mg c/60cp.

65	12,00	CX	EMS	R\$44,4000	R\$532,8000
Valor Total		(dois mil, seiscentos e cinquenta e quatro reais e trinta e quatro centavos)			R\$2.654,34

**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº82/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº82/2015 – Pregão Presencial 19/2015 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa: VICTORIA COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. OBJETO: Aquisição de medicamentos para atendimento de Ações Judiciais impetradas contra o Município de Palhoça (com aplicação do Coeficiente de Adequação de Preços (CAP)), para distribuição nas Farmácias Básicas da rede Municipal de Saúde, para uso nos atendimentos do Centri.

DATA: 08/07/2015 à 07/07/2016.

Nome da Empresa: VICTORIA COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA				CNPJ: 00.088.317/0001-21	
Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
Especificação: Atacand 8 mg, caixa com 30 comprimidos					
13	40,00	CX	ASTRAZENECA	R\$70,3000	R\$2.812,0000
Especificação: Casodex 50mg, caixa com 28 comp.					
25	15,00	CX	ASTRAZENECA	R\$462,4100	R\$6.936,1500
Valor Total		(nove mil, setecentos e quarenta e oito reais e quinze centavos)			R\$9.748,15

**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº83/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº83/2015 – Pregão Presencial 19/2015 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa: CIRURGICA JAW COM. DE MAT. MEDICO HOSP. LTDA. OBJETO: Aquisição de medicamentos para atendimento de Ações Judiciais impetradas contra o Município de Palhoça (com aplicação do Coeficiente de Adequação de Preços (CAP)), para distribuição nas Farmácias Básicas da rede Municipal de Saúde, para uso nos atendimentos do Centri.

DATA: 08/07/2015 à 07/07/2016.

Nome da Empresa: CIRURGICA JAW COM. DE MAT. MÉDICO HOSP. LTDA				CNPJ: 79.250.676/0001-93	
Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
Especificação: Janumet 50/1000mg c/ 56 comprimidos					
43	40,00	CX	JANUMET 50/1000MG	R\$117,3400	R\$4.693,6000
Especificação: Vytorin 10/40mg, caixa com 28 comprimidos					
71	15,00	CX	VYTORIN 10/40MG	R\$116,7400	R\$1.751,1000
Valor Total		(seis mil, quatrocentos e quarenta e quatro reais e setenta centavos)			R\$6.444,70

**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº84/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº84/2015 – Pregão Presencial 19/2015 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa: ALTERMED MAT. MEDICO HOSPITALAR LTDA. OBJETO: Aquisição de medicamentos para atendimento de Ações Judiciais impetradas contra o Município de Palhoça (com aplicação do Coeficiente de Adequação de Preços (CAP)), para distribuição nas Farmácias Básicas da rede Municipal de Saúde, para uso nos atendimentos do Centri.

DATA: 08/07/2015 à 07/07/2016.



Nome da Empresa: ALTERMED MAT. MÉDICO HOSPITALAR LTDA				CNPJ: 00.802.002/0001-02	
Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
Especificação: Bicarbonato de sódio 8,4% frs - 10 ml					
16	300,00	AMP	SAMTEC	R\$0,4948	R\$148,4400
Especificação: Rosuvastatina 20mg c/30cp					
55	15,00	CX	TORRENT	R\$35,3460	R\$530,1900
Especificação: Sulfato de Magnésio 10 % , frasco com 10 ml					
60	500,00	FRS	SAMTEC	R\$0,3162	R\$158,1000
Valor Total		(oitocentos e trinta e seis reais e setenta e três centavos)			R\$836,73

**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº85/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº85/2015 – Pregão Presencial 19/2015 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa: DIMACI SC MATERIAL CIRURGICO LTDA. OBJETO: Aquisição de medicamentos para atendimento de Ações Judiciais impetradas contra o Município de Palhoça (com aplicação do Coeficiente de Adequação de Preços (CAP)), para distribuição nas Farmácias Básicas da rede Municipal de Saúde, para uso nos atendimentos do Centri.

DATA: 08/07/2015 à 07/07/2016.

Nome da Empresa: DIMACI SC MATERIAL CIRÚRGICO LTDA				CNPJ: 05.531.725/0001-20	
Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
Especificação: Adenosina 3mg/ml Iv 2ml					
5	1500,00	AMP	HIPOLABOR	R\$7,1400	R\$10.710,0000
Especificação: Aminofilina 10 ml injetável					
7	1000,00	AMP	HIPOLABOR	R\$0,6825	R\$682,5000
Especificação: Anestésico lidocaina 2% sem vaso constritor, frs/amp. 20 ml					
8	2000,00	F/AM	HIPOLABOR	R\$1,3650	R\$2.730,0000
Especificação: Atropina 1 ml					
12	900,00	AMP	ISOFARMA	R\$0,2950	R\$265,5000
Especificação: Cavilon creme 3M 92g					
26	25,00	TB	3M	R\$63,0000	R\$1.575,0000
Especificação: Hidroclorotiazida 25 mg					
40	2000000,00	COMP	TEUTO	R\$0,0131	R\$26.200,0000
Especificação: Xylocaina geléia 20mg/g 30g					
72	2000,00	TB	PHARLAB	R\$1,3500	R\$2.700,0000
Valor Total		(quarenta e quatro mil e oitocentos e sessenta e três reais)			R\$44.863,00

**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº86/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº86/2015 – Pregão Presencial 19/2015 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa: CO-MERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA - FILIAL. OBJETO: Aquisição de medicamentos para atendimento de Ações Judiciais impetradas contra o Município de Palhoça (com aplicação do Coeficiente de Adequação de Preços (CAP)), para distribuição nas Farmácias Básicas da rede Municipal de Saúde, para uso nos atendimentos do Centri.

DATA: 08/07/2015 à 07/07/2016.

Nome da Empresa: COMERCIAL CIRÚRGICA RIOCLARENSE LTDA - FILIAL.				CNPJ: 67.729.178/0004-91	
Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
Especificação: Ácido Fólico 5mg					
2	500000,00	COMP	NATULAB	R\$0,0300	R\$15.000,0000
Especificação: Brometo de fenoterol, gotas, frasco c/ 20 ml					
20	1500,00	FRS	HIPOLABOR	R\$1,4000	R\$2.100,0000
Especificação: Prometazina 2ml injetável					
52	2000,00	AMP	SANVAL/HIPOLABOR	R\$0,9500	R\$1.900,0000
Valor Total		(dezenove mil reais)			R\$19.000,00

**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº87/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº87/2015 – Pregão Presencial 19/2015 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa: EXTRA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PROD. HOSPITALARES LTDA. OBJETO: Aquisição de medicamentos para atendimento de Ações Judiciais impetradas contra o Município de Palhoça (com aplicação do Coeficiente de Adequação de Preços (CAP)), para distribuição nas Farmácias Básicas da rede Municipal de Saúde, para uso nos atendimentos do Centri.

DATA: 08/07/2015 à 07/07/2016.

Nome da Empresa: EXTRA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PROD. HOSPITALARES LTDA				CNPJ: 06.035.038/0001-86	
Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
Especificação: Furoato de mometasona pomada 20gr.					
38	50,00	TB	GERMED	R\$6,3440	R\$317,2000
Valor Total		(trezentos e dezessete reais e vinte centavos)			R\$317,20

**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº88/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº88/2015 – Pregão Presencial 19/2015 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa: PHARMALOG PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA. OBJETO: Aquisição de medicamentos para atendimento de Ações Judiciais impetradas contra o Município de Palhoça (com aplicação do Coeficiente de Adequação de Preços (CAP)), para distribuição nas Farmácias Básicas da rede Municipal de Saúde, para uso nos atendimentos do Centri.

DATA: 08/07/2015 à 07/07/2016.

Nome da Empresa: PHARMALOG PRODUTOS FARMACÊUTICOS LTDA				CNPJ: 13.485.130/0001-03	
Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
Especificação: Levotiroxina Sódica 25mcg.					
46	400000,00	COMP	MERCK	R\$0,0770	R\$30.800,0000
Especificação: Levotiroxina Sódica 50mcg.					
47	400000,00	COMP	MERCK	R\$0,0770	R\$30.800,0000
Especificação: Levotiroxina Sódica 100mcg.					
48	400000,00	COMP	MERCK	R\$0,0770	R\$30.800,0000
Valor Total		(noventa e dois mil e quatrocentos reais)			R\$92.400,00

**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº89/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº89/2015 – Pregão Presencial 19/2015 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa: D-HOSP DISTRIBUIDORA HOSPITALAR IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA. OBJETO: Aquisição de medicamentos para atendimento de Ações Judiciais impetradas contra o Município de Palhoça (com aplicação do Coeficiente de Adequação de Preços (CAP)), para distribuição nas Farmácias Básicas da rede Municipal de Saúde, para uso nos atendimentos do Centri.

DATA: 08/07/2015 à 07/07/2016.

Nome da Empresa: D-HOSP DISTRIBUIDORA HOSPITALAR IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA					CNPJ: 08.076.127/0009-53
Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
Especificação: Benicarano 40/10mg, caixa com 30 comprimidos					
21	12,00	CX	DAIICHI	R\$35,8700	R\$430,4400
Especificação: Benicar HCT 40/12,5mg c/30cp					
22	15,00	CX	DAIICHI	R\$32,7000	R\$490,5000
Especificação: Colirio anestésico 10ml					
29	150,00	FRS	ALLERGAM	R\$4,9000	R\$735,0000
Especificação: Insulina Levemir, caixa com 5 refs de 3ml					
42	40,00	CX	NOVO NORDISK	R\$236,0000	R\$9.440,0000
Especificação: Thioctacid 600 mg com 30 cp					
64	25,00	CX	MERCK	R\$78,0000	R\$1.950,0000
Valor Total		(treze mil, quarenta e cinco reais e noventa e quatro centavos)			R\$13.045,94

**EXTRATO DE TERMO ADITIVO N.º025/2015**

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA.

TERMO ADITIVO N.º 025/2015, DÉCIMO TERMO DE PRORROGAÇÃO AO CONTRATO N.º 052/2012 – PARTES: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a pessoa jurídica CITE CLINICA MÉDICA KAREN FRANCESCA LTDA. OBJETO: – FICA PRORROGADO ATÉ 31/12/2016 O PRAZO CONTRATUAL ANUNCIADO NA CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA DO CONTRATO DE EXECUÇÃO DE SERVIÇOS. DATA: 18/12/2015.

**EXTRATO DE TERMO ADITIVO N.º028/2015**

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA.

TERMO ADITIVO N.º 028/2015, QUINTO TERMO DE PRORROGAÇÃO AO CONTRATO N.º 051/2012 – PARTES: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a pessoa jurídica CITE CLINICA MÉDICA KAREN FRANCESCA LTDA. OBJETO: – FICA PRORROGADO ATÉ 31/12/2016 O PRAZO CONTRATUAL ANUNCIADO NA CLÁUSULA SEXTA DO CONTRATO DE EXECUÇÃO DE SERVIÇOS. DATA: 18/12/2015.

**INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DE PALHOÇA - IPPA****PORTARIA Nº 001/2016**

PORTARIA Nº 001/2016

Retifica a Portaria nº 048/2014 e dá outras providências.

Milton Luiz Espíndola, Presidente do IPPA, no uso de suas atribuições,

Resolve:

Art. 1º - Retificar a Portaria nº 048/2014, ou seja, onde lê-se "Rosana Luiz", leia-se "Rozana Luiz".

Art. 2º As demais disposições contidas na Portaria nº 048/2014 permanecem inalteradas.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos retroativos a 10/09/2014, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 1.304/2011.

Palhoça, em 14 de janeiro de 2016.

Milton Luiz Espíndola

Presidente do IPPA

# Papanduva

## PREFEITURA

### **DECRETO Nº 2592, DE 12.01.2016 - APROVA SUBDIVISÃO DE IMÓVEL URBANO DE ECLAIR RIBOSKI**

Decreto nº 2592, de 12.01.2016.

APROVA SUBDIVISÃO DE IMÓVEL URBANO DE PROPRIEDADE DE ECLAIR RIBOSKI.

O Prefeito Municipal de Papanduva, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo Artigo 59, Inciso VI, combinado com o Inciso XX da Lei Orgânica Municipal, e ainda o disposto na Lei Federal nº 6.766 de 19 de dezembro de 1979,

#### DECRETA

Art. 1º. O imóvel urbano de propriedade de ECLAIR RIBOSKI, com a área total de 750,00m<sup>2</sup> (setecentos e cinquenta metros quadrados), localizado no lado par da Rua Augustinho Teixeira de Lima, distante 31,64 metros da esquina com o lado par da Rua Jacob Schadeck, com base no Ponto OPP, Lote nº 02-A, Quadra nº 02, neste Município de Papanduva/SC – devidamente registrado sob a matrícula nº 7.726 no Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca de Papanduva/SC, passa a subdividir-se em 02(duas) Áreas, sendo:

Descrição do Lote "1" – 491,38m<sup>2</sup> - contendo uma casa em alvenaria medindo 95,00m<sup>2</sup>

Localização: O imóvel está localizado no lado par da Rua Augustinho Teixeira de Lima, distante 41,64 metros da esquina com o lado par da Rua Jacob Schadeck, com base no Ponto OPP, Quadra nº 02.

Frente:- 15,00 metros com o Município pela Rua Augustinho Teixeira de Lima, lado par;

Fundos:- 4,00 metros com a Matrícula nº 7.226-Papanduva/SC de BERNARDINA NOVAK, Lote nº 02-C; 12,50 metros com a Matrícula nº 6.223-Papanduva/SC de PEDRO STASKOVIK PRIMO, Lote nº 02-B;

Lado Direito:- 30,00 metros com a Matrícula nº 656-Papanduva/SC de ODIR VICENTE RIBOSKI, Lote 03-A;

Lado Esquerdo:- 5,15 metros e 25,09 metros com o Lote "2" Desmembrado.

Descrição do Lote "2" – 258,62m<sup>2</sup>

Localização: O imóvel está localizado no lado par da Rua Augustinho Teixeira de Lima, distante 31,64 metros da esquina com o lado par da Rua Jacob Schadeck, com base no Ponto OPP, Quadra nº 02.

Frente:- 10,00 metros com o Município pela Rua Augustinho Teixeira de Lima, lado par;

Fundos:- 8,50 metros com a Matrícula nº 7.226-Papanduva/SC de BERNARDINA NOVAK, Lote nº 02-C;

Lado Direito:- 5,15 metros e 25,09 metros com o Lote "1" Desmembrado;

Lado Esquerdo:- 18,50 metros com a Matrícula nº 3.998-Papanduva/SC de ELICIR BERNADETE CHICHOKA, Lote 01-A; 11,50 metros com a Matrícula nº 4.207-Papanduva/SC de OSVALDO DUTKA, Lote 01-B.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Município de Papanduva, 12 de janeiro de 2016.

Dario Schicovski

Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado na Secretaria da Administração e publicado no átrio – mural de publicações desta Prefeitura Municipal, e no site [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br), na mesma data supra.

Fábio José Padilha

Secretário da Administração

### **PROCESSO LICITATÓRIO Nº 003/2016 INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 003/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA.

MUNICÍPIO DE PAPANDUVA.

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 003/2016 Inexigibilidade de Licitação nº 003/2016. Objeto: Prestação de serviços de assistência técnica e extensão rural, contemplando as ações descritas no Plano anual de trabalho - PAT. Totalizando o montante de R\$ 38.996,98. Contratada: Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina – EPAGRI. Fundamento Legal: inciso II, artigo 25 e no artigo 26, ambos da Lei de Licitações em vigor.

Papanduva, 14 de janeiro de 2016

Dario Schicovski

Prefeito Municipal

# Paraíso

## PREFEITURA

### LEI 1423/2016

LEI Nº 1423/2016

"AUTORIZA ALIENAR VEÍCULOS E MAQUINAS QUE ESPECIFICA, DE PROPRIEDADE DO MUNICÍPIO DE PARAISO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ERNI GIACOMINI, Prefeito Municipal de Paraíso, Estado de Santa Catarina,  
Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a alienar, mediante prévia avaliação, os bens abaixo relacionados, todos de propriedade do Município de Paraíso.

- I- RETROESCAVADEIRA MAXION 750 4 X 2, ANO 1999 PATRIMONIO Nº 3237
- II- DISTRIBUIDOR DE ADUBO SECO 4 PNEUS, ANO 1993 PATRIMONIO Nº 0633
- III-CAMINHÃO BASCULANTE MERCEDES BENZ, ANO 1981, PLACAS MAS-2955, PATRIMONIO Nº 0678.
- IV-CAMINHÃO BASCULANTE MERCEDES BENZ LK 1519, ANO 1982, PLACAS MEB -2760, PATRIMONIO Nº 0544.
- V – MOTONIVELADORA HUBER 140, ANO 1977, PATRIMONIO Nº 7497
- VI – RETROESCAVADEIRA MAXION 4 X 4, ANO 1993, PATRIMONIO Nº 0121
- VII-FIAT PALIO FIRE FLEX, ANO 2007, PLACAS ANY-5356, PATRIMONIO Nº 7500.
- VIII-FIAT DOBLO ELX 1.4, ANO 2009/2010, PLACAS MHP-9801, PATRIMONIO Nº 6362.
- IX- FIAT PALIO YOUNG, ANO 2001/2002, PLACAS JPG-8793, PATRIMONIO Nº 6068.

Art. 2º A aplicação da receita proveniente da alienação ora autorizada, obedecerá o disposto no artigo 44º, da Lei Complementar nº 101, de 04.05.2000 e será reinvestida na aquisição de veículos, máquinas, equipamentos, obras e ampliação de instalações e demais itens de origem patrimonial, para atendimento da legislação vigente.

Art. 3º A presente lei entra em vigor na data sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Paraíso - SC, 14 de Janeiro de 2016.  
Erni Giacomini  
Prefeito Municipal

Garrido de Togni  
Sec.Mun.Adm.Faz.Plan.

Esta Lei foi registrada e  
Publicada na data supra.  
Paraíso-SC 14 de Janeiro de 2016

Servidor Responsável

### LEI 1424/2016

LEI Nº 1424/2016.

"AUTORIZA O REPASSE DE RECURSOS FINANCEIROS AO CONSELHO ESCOLAR CIEF PROFESSOR DARCY RIBEIRO, COM SEDE NA LINHA STANGA, MUNICÍPIO DE PARAÍSO – SC, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

ERNI GIACOMINI, Prefeito Municipal de Paraíso, Estado de Santa Catarina,

Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a repassar a importância de até R\$ 4.000,00 (Quatro mil reais ), ao CONSELHO ESCOLAR CIEF PROFESSOR DARCY RIBEIRO, , Associação de fins não econômicos, , com sede no, Município de Paraíso – SC, inscrita no CNPJ –03.806.458/0001-20,cuja importância se destina ao pagamento de despesas com realização do evento VELOTERRA, que será realizado 17 de Janeiro de 2016.

Art. 2º A entidade beneficiada prestará contas demonstrando a fiel aplicação dos recursos repassados, em conformidade com o Plano de Trabalho, legislação e normas em vigor, em especial o Decreto Municipal 1206/09, de 02 de janeiro de 2009.

Art. 3º As Despesas com a execução da presente Lei, correrão por conta de dotações do orçamento vigente.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Paraíso, 14 de Janeiro de 2016.  
Erni Giacomini  
Prefeito Municipal

Garrido de Togni  
Sec.Mun.Adm.Faz.Plan.

Esta Lei foi registrada e  
Publicada na data supra.  
Paraíso-SC, 14 de Janeiro de 2016.

Servidor Responsável

# Passos Maia

## PREFEITURA

**EDITAL N. 0002/2016**

MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA

PROCESSO LICITATÓRIO N. 0002/2016

PREGÃO PRESENCIAL N. 0001/2016

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO

O MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA, Estado de Santa Catarina, com sede, sito á Avenida Padre João Botero, n. 485, Centro, torna público, nos termos da Lei Federal n. 8.666/93 e suas posteriores alterações, que se encontra aberta a Licitação na MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL N. 0001/2016 – Objeto – aquisição de sêmen de touros das raças Holandesa e Jersey, Luvas e bainhas especiais para inseminação artificial, bem como nitrogênio, conforme especificações contidas em Anexo I do edital. Os envelopes contendo documentação e propostas serão recebidas até às 14:00 horas, do dia 28 de JANEIRO de 2016, iniciando-se a sessão publica às 14:15 horas do mesmo dia e local. Retirada do Edital junto a Secretaria Municipal de Administração e Fazenda das 09:00hs às 17:00hs. Maiores Informações pelo telefone (49) 3437-0010.

Passos Maia, 14 de janeiro de 2016.

IVANDRE BOCALON

PREFEITO MUNICIPAL



# Paulo Lopes

## PREFEITURA

**DECRETO Nº 01/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE PAULO LOPES

DECRETO Nº 01/2016

Altera o disposto no art. 5º do Decreto n. 37/2015, e dá outras providências.

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, usando da competência que lhe confere o incisoIV, do art. 66, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990:

**DECRETA:**

Art. 1º. Fica alterado o art. 5º do Decreto n. 37/2015, o qual passa a vigor da seguinte forma:

“Art. 5º. O exercício do comércio ambulante de que trata este Decreto será autorizado mediante Alvará com validade de uma temporada, compreendida entre 1º de dezembro do exercício anterior, a 30 de abril do exercício corrente”.

Art. 2º. O Sistema de Rodízio das barracas será garantido de forma igualitária, participando do sistema todos os usuários que estiverem com o Alvará em dia e de forma regular.

§1º. Entende-se por Sistema de Rodízio o sistema em que todos os participantes ocupem os seus postos de trabalho, de forma a não permanecerem no mesmo local durante os dias de validade de alvará, alternando-se diariamente a utilização dos espaços.

§2º. O critério de localização será utilizado por ordem de Alvará emitido, conforme o número da inscrição, havendo de ser o rodízio em sentido crescente, retornando do último ao primeiro, ao término das rodadas.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no Diário Oficial dos Municípios, em 15 de janeiro de 2016.

ALMERY ALCIDES VIEIRA

Secretário Municipal de Administração

# Penha

## PREFEITURA

### ADITIVO Nº 02/2016 FMAS

2º TERMO ADITIVO Nº 02/2016 FMAS  
AO CONTRATO Nº 01/2014 FMAS

LICITAÇÃO: Processo Adm. nº 01/2014 - FMAS modalidade Dispensa de Licitação Nº 01/2014 – FMAS

OBJETO: Locação de um imóvel localizado a Rua Felício João Adriano, 53, Centro, Penha/SC.

Os signatários deste instrumento, de um lado KATIA HELENA CORDEIRO DA SILVA, portadora do CNPJ/CPF nº924.592.429/72, residente na Rua Fermino Vieira Cordeiro, 2.142, Apartamento 236, Bloco B, Bairro Espinheiros, Itajaí/SC, e de outro lado, a Prefeitura Municipal de Penha, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 83.102.327/0001-00, representada pelo Sr. Evandro Eredes dos Navegantes, Prefeito Municipal, têm justo e contratado o seguinte, que mutuamente aceitam e outorgam, a saber:

#### CLAUSULA PRIMEIRA

O prazo previsto na clausula primeira do contrato 01/2014 FMAS fica prorrogado até o dia 15/01/2017.

#### CLAUSULA SEGUNDA

O valor presente na clausula 2.1, fica reajustada conforme o índice de IPCA (IBGE), sendo realizado o pagamento mensal de R\$ 1.766,47 (um mil, setecentos e sessenta e seis reais e quarenta e sete centavos).

#### CLAUSULA TERCEIRA

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Penha/SC, 15 de janeiro de 2016.

EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES  
LOCADOR

KATIA HELENA CORDEIRO DA SILVA  
LOCATÁRIO

#### TESTEMUNHAS:

Nome	Nome
CPF	CPF

De acordo: \_\_\_\_\_  
DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE  
SECRETÁRIA DA ADMINISTRAÇÃO

### ADITIVO Nº 09/2016 FMS

2º Termo aditivo nº 09/2016 FMS  
Ao Contrato 29/2014 FMS

Licitação: Processo Licitatório nº 08/2014 - FMS, modalidade Dispensa de Licitação nº 01/2014 – FMS.

Objeto: Locação de um imóvel situado na Avenida Antônio Joaquim Tavares, nº 460, Centro, zona urbana da sede do Município de Penha/SC, Comarca de Balneário Piçarras/SC. O imóvel tem área construída de 360,15 m².

Os signatários deste instrumento, de 2º Termo aditivo nº 09/2016 ao contrato nº 29/2014 FMS, de um lado Antidio Nunes, portador do RG de nº 572697 SSP SC e inscrito sob o CPF de nº093.513.969-91, residente e domiciliado à Rua José Pereira Liberato, 1596, Bairro São João, Itajaí/SC – CEP: 88304-400 e de outro lado, a

Prefeitura Municipal de Penha, através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PENHA, inscrita no CNPJ sob nº 10.479.670/0001-96, representada pelo Sr. Evandro Eredes dos Navegantes, brasileiro, divorciado, Prefeito Municipal, têm justo e contratado o seguinte, que mutuamente aceitam e outorgam, a saber:

#### CLAUSULA PRIMEIRA

A vigência constante no item 01 Contrato de Locação nº 29/2014 - FMS, passa a contar de 16/01/2016 até 16/01/2017.

#### CLAUSULA SEGUNDA

O valor presente na clausula segunda do contrato 29/2014 FMS fica reajustado na proporção da variação do IPCA divulgado pelo IBGE, o que corresponde a R\$ 1.046,35 (um mil e quarenta e seis reais e trinta e cinco centavos) mensais.

#### CLAUSULA TERCEIRA

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

E por estarem contratados, assinam o presente, em 03 (três) vias, na presença das testemunhas abaixo.

Penha/SC, 15 de janeiro de 2016.

EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES  
Locatário

ANTÍDIO NUNES  
Locador

#### Testemunhas:

Nome: Josiane Bento  
CPF: 053.867.439-37

Nome: \_\_\_\_\_  
CPF: \_\_\_\_\_

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE  
SECRETÁRIA DA ADMINISTRAÇÃO

### AVISO DL01/2016 - FMS

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO LICITATÓRIO 02/2016 – FMS

DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º01/2016 – FMS

Contrato: 03/2016 - FMS

Contratado: GMSHD – GRUPO MÉDICO DE SERVIÇOS HOSPITALARES E DE DIAGNOSE S.A

Objeto: GASTOS EXTRAS COM CIRURGIA CESARIANA E LAQUEADURA TUBÁRIA PARA A PACIENTE GABRIELA DUARTE VICENTE, de acordo com os autos do mandado de citação – antecipação de tutela nº 0301858-78.2015.8.24.0048. O recém nascido ficou internado por um período de 10 dias (incluindo gastos de UTI, visitas médicas e exames).

Valor: R\$ – R\$ 21.343,01 (vinte e um mil e trezentos e quarenta e três reais e um centavo).

Vigência: 28/02/2016

Fund. Legal: Art. 24, Inciso IV da Lei nº 8.666/93 e suas Alterações.

Penha, 07 de janeiro de 2016.

Evandro Eredes dos Navegantes  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 08/2016**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA Nº 08/2016

NOMEIA: a Sra. MELINA ZILLI, aprovada em Concurso Público Edital nº 01/2015, para ocupar o cargo de PSICÓLOGA, com carga horária de 20 horas semanais, a contar desta data.

Penha/SC, 14 de janeiro de 2016.

Evandro Eredes dos Navegantes - Prefeito Municipal

# Peritiba

## PREFEITURA

### **AVISO DE LICITAÇÃO 04/2016 – PREGÃO ELETRÔNICO 01/2016 - FMS**

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE PERITIBA

AVISO DE LICITAÇÃO - FMS

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PERITIBA torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2016 – FMS, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, cujo processamento e julgamento darão na forma da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e Lei 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores, Lei Complementar nº 123/2006 e suas alterações, Decreto municipal 141/2015 e nas condições do edital de Processo de Licitação 04/2016 - FMS.

Objeto: Aquisição de um (01) veículo zero Km para uso do Fundo Municipal de Saúde, proposta nº 11391.279000/1140-01 – Ministério da Saúde.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: Das 14:00 horas do dia 15/01/2016 até às 08:30 horas do dia 28/01/2016.

ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS: Às 08:30 horas do dia 28/01/2016.

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: Às 09:00 horas do dia 28/01/2016.

LOCAL: [www.bll.org.br](http://www.bll.org.br) "Acesso Identificado"

O edital na íntegra está disponível no site <http://www.peritiba.sc.gov.br/> e [www.bll.org.br](http://www.bll.org.br) e demais informações, poderão ser solicitadas junto ao Departamento de Licitações do Município de Peritiba, fone (49) 3453-1122 ou e-mail [compras@peritiba.sc.gov.br](mailto:compras@peritiba.sc.gov.br).

Adriano José Krindges / Neusa Klein Maraschini  
Secretário Municipal de Saúde / Prefeita Municipal

# Pinheiro Preto

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO Nº 004/2016

AVISO DE LICITAÇÃO

MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 004/2016

MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL

O MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, através de seu Prefeito, faz saber a todos, que realizará na data de 28/01/2016, licitação modalidade Pregão Presencial n. 004/2016, visando à CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE RECAUCHUTAGEM DE PNEUS PARA VEÍCULOS E EQUIPAMENTOS DE PROPRIEDADE DO MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO.

DATA DO RECEBIMENTO DOS ENVELOPES CONTENDO DOCUMENTOS E PROPOSTA DE PREÇO: 28/01/2016, até as 10:00hs, com abertura dos envelopes contendo as propostas de preço nesta mesma data, às 10:15hs.

Maiores informações poderão ser obtidas na Sede Administrativa de Pinheiro Preto, sito na Av. Mal. Costa e Silva, n. 111, fone (49)3562 2000, ou pelo site [www.pinheiropreto.sc.gov.br](http://www.pinheiropreto.sc.gov.br)

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO-SC, 14 DE JANEIRO DE 2016

EUZEBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal

### CONTRATO DE FORNECIMENTO DE UM VEÍCULO Nº 05/2016

LICITAÇÃO Nº 054/2015

CONTRATO DE FORNECIMENTO DE UM VEÍCULO Nº 05/2016

Contrato de "FORNECIMENTO DE UM VEICULO NOVO" firmado entre o Município de Pinheiro Preto a empresa OLEGÁRIO MOTOR 'S LTDA, autorizado através do Processo n. 278/2015 Licitação n. 054/2015 Modalidade PREGÃO PRESENCIAL.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

CNPJ-MF nº. 82.827.148/0001-69

Endereço: (sede) Avenida Mal. Costa e Silva, 111

Centro, Pinheiro Preto - SC.

Representada por: EUZEBIO CALISTO VIECELI

CONTRATADA: Empresa: OLEGÁRIO MOTOR 'S LTDA

CNPJ-MF n.º. 18.537.926/0001-86

Endereço: Al. Aristiliano Ramos, 2020 – Santana – Rio do Sul –

Santa Catarina – CEP: 89.160-320

Representada por: IVANOR OLEGÁRIO

### INTRODUÇÃO

O presente contrato rege-se pela Lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002, Decreto Municipal nº 2.785, de 24 de janeiro de 2007, bem como pela Lei nº 8.666/93, e ainda as condições da Licitação nº 054/2015, modalidade Pregão Presencial.

### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto o FORNECIMENTO DE UM VEÍCULO NOVO PARA A SECRETARIA DE SAÚDE, com as seguintes

características:

Um Veículo novo 0 Km, Marca Chery, Celer Sedan, bicombustível, cor Branca ano e modelo 2015, motor 1.5, potência de 108 CVs (gasolina) e 113 CVs (álcool), câmbio mecânico, direção hidráulica, vidros e travas elétricas, para-choques na cor do veículo, pneus novos, cintos de segurança originais de fábrica, alarme, air bag frontal, sistemas de freio ABS com EBD, itens de série, ar condicionado, protetor de motor, jogo de tapetes, áudio com CD player e MP3, na forma do folder contendo as características técnicas do veículo de folhas 073 do edital de licitação.

### CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO E DO PAGAMENTO

2.1 - A CONTRATADA obriga-se a fornecer o objeto deste instrumento, especificado (s) e quantificado (s) na cláusula primeira, pelo preço global de R\$ 43.990,00 (quarenta e três mil, novecentos e noventa reais) devendo a despesa correr à conta da seguinte dotação orçamentária, exercício 2016:

Unidade Gestora: 3 - Fundo Municipal de Saúde de Pinheiro Preto

Órgão Orçamentário: 3000 - FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE

Unidade Orçamentária: 3001 - FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE

Função: 10 - Saúde

Subfunção: 301 - Atenção Básica

Programa: 9 - Saúde Com Qualidade

Ação: 1.4 – AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS – SAÚDE.

2.2 - O pagamento será efetuado em uma única parcela, no prazo de cinco dias após a emissão do documento de recebimento definitivo do VEÍCULO, mediante apresentação da Nota Fiscal ou documento equivalente, observado o cumprimento integral das disposições contidas no edital convocatório e neste contrato.

2.3. Fica vedado reajuste de preços.

### CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA

Para fins de execução, o CONTRATO VIGORARÁ:

a) Início: 14/01/2016

b) Término: 14/01/2021 - COM O TERMO DA GARANTIA.

Parágrafo Único: O veículo terá garantia, por defeitos de fabricação, de 5 (cinco) anos.

### CLÁUSULA QUARTA - PENALIDADES E DA RESCISÃO.

#### 4.1. DAS PENALIDADES

4.1.1 - Decorridos 05 (cinco) dias de atraso na entrega do objeto especificado na cláusula primeira deste instrumento, poderá o Município rescindi-lo, sujeitando-se a CONTRATADA ao pagamento da multa de 10 % sobre o valor do contrato, sem ônus da ação cabível para ressarcimento de prejuízo decorrente da inadimplência.

4.1.2 - Ressalvados os casos de força maior ou caso fortuito, devidamente comprovados, serão aplicadas as seguintes penalidades à CONTRATADA, no caso de inadimplência contratual:

4.1.2.1 - Multa na ordem de 0,3% (três décimos por cento), por dia de atraso calculado sobre o valor total do contrato, até o limite de

10 % (dez por cento);

4.1.3 - Em caso de tolerância, após os primeiros 10 (dez) dias de atraso, e não rescindindo o Contrato, se este atraso for repetido, O MUNICÍPIO aplicará multa em dobro.

4.1.3.1 - Advertência;

4.1.3.2 - Suspensão do direito de licitar, junto à Administração Pública.

4.1.3.3 - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública Municipal, enquanto perdurarem os motivos da punição;

4.1.4 - As multas pecuniárias aqui estabelecidas serão recolhidas na Tesouraria Município, sito na Av. Mal. Costa e Silva, 111, Pinheiro Preto - SC.

#### 4.2. DA RESCISÃO DO CONTRATO

4.2.1 Inadimplência de qualquer cláusula contratual e/ou da proposta ofertada.

4.2.2 O Contrato de Fornecimento poderá ser rescindido a critério da Contratante, sem que à Contratada caiba qualquer indenização ou reclamação, nos seguintes casos:

4.2.3 Inobservância das especificações acordadas e/ou rejeição do veículo na inspeção e recebimento.

4.2.4 Falência, liquidação judicial ou extrajudicial, concordata preventiva da fornecedora, requeridas, homologadas ou decretadas.

4.2.5 A Contratada, reconhece os direitos da Administração, em caso de rescisão administrativa, de que trata o Art. 77 da Lei 8.666/93 e alterações da Lei 8.883.

#### CLÁUSULA QUINTA - DAS CONDIÇÕES GERAIS

5.1. A tolerância de qualquer das partes, relativa às infrações cometidas contra disposições deste Contrato, não exime de ver exigida, a qualquer tempo, seu cumprimento integral.

5.2. A Contratada se obriga a manter as condições de habilitação e qualificação durante a vigência deste contrato, sob pena da aplicação do disposto na Cláusula Quarta.

5.3. O presente contrato fica vinculado a licitação nº 054/2015, modalidade pregão presencial; Lei nº 10.250/2002; Decreto Municipal nº 2.785/07; e pela Lei nº 8.666/93. Nos casos omissos será aplicado o disposto na Lei 8.666/93.

5.5. A contratada obriga-se a efetuar a entrega do veículo na sede administrativa do Município, sem qualquer ônus ou custo adicional.

5.6. A contratada obriga-se a garantir, pelo prazo de até cinco anos após o término da garantia, o fornecimento de peças de reposição.

5.7. Fica eleito o Foro da Comarca de Tangará, Estado de Santa Catarina, para dirimir eventuais litígios oriundos do presente Contrato.

E, por assim acordarem, firmam este instrumento em quatro vias, de igual teor e forma, perante duas testemunhas abaixo assinadas.

Pinheiro Preto – SC, 14 de janeiro de 2016.

EUZEBIO CALISTO VIECELI  
PREFEITO MUNICIPAL  
CONTRATANTE

OLEGÁRIO MOTOR'S LTDA  
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1) .....	2) .....
Nome:	Nome:
CPF:	CPF:

#### PORTARIA Nº 025, DE 12 DE JANEIRO DE 2016

PORTARIA Nº 025, DE 12 DE JANEIRO DE 2016  
HOMOLOGA LICITAÇÃO Nº 054/2015, MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL, E ADJUDICA O OBJETO À EMPRESA VENCEDORA.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, bem como parecer da Assessoria Jurídica,

RESOLVE:

Art. 1º Homologa a licitação nº 054/2015, modalidade PREGÃO PRESENCIAL, e adjudica o objeto licitado, aquisição de um Veículo, à empresa OLEGÁRIO MOTORS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 18.537.926/0001-86, pelo preço global de R\$ 43.990,00 (quarenta e três mil e novecentos e noventa reais);

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO, 12 DE JANEIRO DE 2016

EUZEBIO CALISTO VIECELI  
Prefeito Municipal

#### PORTARIA Nº 026 DE 12 DE JANEIRO DE 2016.

PORTARIA Nº 026 DE 12 DE Janeiro DE 2016.  
NOMEIA Conselheira Tutelar.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e

Considerando a Resolução nº 170 do CONANDA, de 10 de dezembro de 2014;

Considerando o Edital 001/2015 do CMDCA;

Considerando a ata de apuração de votos para Conselheiro Tutelar, gestão 2016/2020;

Considerando a ata de solenidade de posse dos Conselheiros Tutelares, gestão 2016/2020,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear LUCIANA ZANELLA, brasileira, inscrita no CPF nº 042.582.989-80, para exercer a função de "Conselheira Tutelar", no período de 11 de janeiro de 2016 a 09 de janeiro de 2020.

Art. 2º A Conselheira tutelar foi eleita pelos eleitores do município de Pinheiro Preto por meio do processo eleitoral realizado dia 04/10/2015, e empossada no dia 08/01/2016.

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 11 de janeiro de 2016.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto, 12 de janeiro de 2016.  
EUZEBIO CALISTO VIECELI  
Prefeito Municipal



**PORTARIA Nº 027, DE 12 DE JANEIRO DE 2016.**

PORTARIA Nº 027, DE 12 DE Janeiro DE 2016.

NOMEIA Conselheira Tutelar.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e

Considerando a Resolução nº 170 do CONANDA, de 10 de dezembro de 2014;

Considerando o Edital 001/2015 do CMDCA;

Considerando a ata de apuração de votos para Conselheiro Tutelar, gestão 2016/2020;

Considerando a ata de solenidade de posse dos Conselheiros Tutelares, gestão 2016/2020,

**RESOLVE:**

Art. 1º Nomear MARINES OLIVO BAGGIO, brasileira, casada, inscrita no CPF nº 657.078.699-72, para exercer a função de "Conselheira Tutelar", no período de 11 de janeiro de 2016 a 09 de janeiro de 2020.

Art. 2º A Conselheira tutelar foi eleita pelos eleitores do município de Pinheiro Preto por meio do processo eleitoral realizado dia 04/10/2015, e empossada no dia 08/01/2016.

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 11 de janeiro de 2016.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto, 12 de janeiro de 2016.

EUZEBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 028, DE 12 DE JANEIRO DE 2016.**

PORTARIA Nº 028, DE 12 DE Janeiro DE 2016.

NOMEIA Conselheira Tutelar.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e

Considerando a Resolução nº 170 do CONANDA, de 10 de dezembro de 2014;

Considerando o Edital 001/2015 do CMDCA;

Considerando a ata de apuração de votos para Conselheiro Tutelar, gestão 2016/2020;

Considerando a ata de solenidade de posse dos Conselheiros Tutelares, gestão 2016/2020,

**RESOLVE:**

Art. 1º Nomear ANA PAULA DEMORI CARLETTTO, brasileira, casada, inscrita no CPF nº 949.608.529-68, para exercer a função de "Conselheira Tutelar", no período de 11 de janeiro de 2016 a 09 de janeiro de 2020.

Art. 2º A Conselheira tutelar foi eleita pelos eleitores do município de Pinheiro Preto por meio do processo eleitoral realizado dia 04/10/2015, e empossada no dia 08/01/2016.

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 11 de janeiro de 2016.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto, 12 de janeiro de 2016.

EUZEBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 029, DE 12 DE JANEIRO DE 2016.**

PORTARIA Nº 029, DE 12 DE Janeiro DE 2016.

NOMEIA Conselheiro Tutelar.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e

Considerando a Resolução nº 170 do CONANDA, de 10 de dezembro de 2014;

Considerando o Edital 001/2015 do CMDCA;

Considerando a ata de apuração de votos para Conselheiro Tutelar, gestão 2016/2020;

Considerando a ata de solenidade de posse dos Conselheiros Tutelares, gestão 2016/2020,

**RESOLVE:**

Art. 1º Nomear GIAN CARLOS DELZIOVO, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF nº 066.689.189-30, para exercer a função de "Conselheiro Tutelar", no período de 11 de janeiro de 2016 a 09 de janeiro de 2020.

Art. 2º O Conselheiro tutelar foi eleito pelos eleitores do município de Pinheiro Preto por meio do processo eleitoral realizado dia 04/10/2015, e empossado no dia 08/01/2016.

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 11 de janeiro de 2016.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto, 12 de janeiro de 2016.

EUZEBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 030, DE 12 DE JANEIRO DE 2016.**

PORTARIA Nº 030, DE 12 DE Janeiro DE 2016.

NOMEIA Conselheira Tutelar.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e

Considerando a Resolução nº 170 do CONANDA, de 10 de dezembro de 2014;

Considerando o Edital 001/2015 do CMDCA;

Considerando a ata de apuração de votos para Conselheiro Tutelar, gestão 2016/2020;

Considerando a ata de solenidade de posse dos Conselheiros Tutelares, gestão 2016/2020,

**RESOLVE:**

Art. 1º Nomear VERA LUCIA ZAGO, brasileira, casada, inscrita no CPF nº 296.663.769-20, para exercer a função de "Conselheira Tutelar", no período de 11 de janeiro de 2016 a 09 de janeiro de 2020.

Art. 2º A Conselheira tutelar foi eleita pelos eleitores do município de Pinheiro Preto por meio do processo eleitoral realizado dia 04/10/2015, e empossada no dia 08/01/2016.

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 11 de janeiro de 2016.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto, 12 de janeiro de 2016.

EUZEBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal

# Pomerode

## PREFEITURA

### EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 001 / 2016

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE POMERODE  
SECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E FAZENDÁRIA  
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 001 / 2016

Processo Administrativo n.º 104 / 2015.  
Pregão Presencial n.º 054 / 2015 – Registro de Preços.  
Contratante: MUNICÍPIO DE POMERODE.  
Contratada: DOMPEL INFORMÁTICA E EQUIPAMENTOS PARA ESCRITÓRIO LTDA EPP.  
Objeto: AQUISIÇÃO DE MÓVEIS DE ESCRITÓRIO E ESCOLARES PARA OS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL E FUNDAMENTAL, UNIDADES DE SAÚDE, SECRETARIAS MUNICIPAIS, FUNDOS E FUNDAÇÃO DO MUNICÍPIO DE POMERODE/SC, CONFORME DISPOSIÇÕES CONSTANTES NO EDITAL DE LICITAÇÃO E SEUS ANEXOS.  
Valor total registrado: R\$26.758,00 (vinte e seis mil e setecentos e cinquenta e oito reais) – Itens 14, 18 e 19.  
Prazo de vigência – 12 meses – Prazo final: 14/01/2017.

Pomerode/SC, 14 de Janeiro de 2016.  
ROLF NICOLODELLI  
Prefeito Municipal de Pomerode

### EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 002 / 2016

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE POMERODE  
SECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E FAZENDÁRIA  
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 002 / 2016

Processo Administrativo n.º 104 / 2015.  
Pregão Presencial n.º 054 / 2015 – Registro de Preços.  
Contratante: MUNICÍPIO DE POMERODE.  
Contratada: DISMACENTER INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MÓVEIS EIRELI EPP.  
Objeto: AQUISIÇÃO DE MÓVEIS DE ESCRITÓRIO E ESCOLARES PARA OS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL E FUNDAMENTAL, UNIDADES DE SAÚDE, SECRETARIAS MUNICIPAIS, FUNDOS E FUNDAÇÃO DO MUNICÍPIO DE POMERODE/SC, CONFORME DISPOSIÇÕES CONSTANTES NO EDITAL DE LICITAÇÃO E SEUS ANEXOS.  
Valor total registrado: R\$36.975,00 (trinta e seis mil e novecentos e setenta e cinco reais) – Itens 08 e 17.  
Prazo de vigência – 12 meses – Prazo final: 14/01/2017.

Pomerode/SC, 14 de Janeiro de 2016.  
ROLF NICOLODELLI  
Prefeito Municipal de Pomerode

### EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 003 / 2016

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE POMERODE  
SECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E FAZENDÁRIA  
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 003 / 2016

Processo Administrativo n.º 104 / 2015.  
Pregão Presencial n.º 054 / 2015 – Registro de Preços.  
Contratante: MUNICÍPIO DE POMERODE.  
Contratada: AKON LTDA ME.  
Objeto: AQUISIÇÃO DE MÓVEIS DE ESCRITÓRIO E ESCOLARES PARA OS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL E FUNDAMENTAL, UNIDADES DE SAÚDE, SECRETARIAS MUNICIPAIS, FUNDOS E FUNDAÇÃO DO MUNICÍPIO DE POMERODE/SC, CONFORME DISPOSIÇÕES CONSTANTES NO EDITAL DE LICITAÇÃO E SEUS ANEXOS.  
Valor total registrado: R\$41.336,50 (quarenta e um mil, trezentos e trinta e seis reais e cinquenta centavos) – Itens 04 e 09.  
Prazo de vigência – 12 meses – Prazo final: 14/01/2017.

Pomerode/SC, 14 de Janeiro de 2016.  
ROLF NICOLODELLI  
Prefeito Municipal de Pomerode

### EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 004 / 2016

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE POMERODE  
SECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E FAZENDÁRIA  
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 004 / 2016

Processo Administrativo n.º 104 / 2015.  
Pregão Presencial n.º 054 / 2015 – Registro de Preços.  
Contratante: MUNICÍPIO DE POMERODE.  
Contratada: M MÓBILE EIRELI - EPP.  
Objeto: AQUISIÇÃO DE MÓVEIS DE ESCRITÓRIO E ESCOLARES PARA OS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL E FUNDAMENTAL, UNIDADES DE SAÚDE, SECRETARIAS MUNICIPAIS, FUNDOS E FUNDAÇÃO DO MUNICÍPIO DE POMERODE/SC, CONFORME DISPOSIÇÕES CONSTANTES NO EDITAL DE LICITAÇÃO E SEUS ANEXOS.  
Valor total registrado: R\$77.202,50 (setenta e sete mil, duzentos e dois reais e cinquenta centavos) – Itens 05, 06, 10, 12, 15 e 20.  
Prazo de vigência – 12 meses – Prazo final: 14/01/2017.

Pomerode/SC, 14 de Janeiro de 2016.  
ROLF NICOLODELLI  
Prefeito Municipal de Pomerode

**EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 005 / 2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE POMERODE  
SECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E FAZENDÁRIA  
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS  
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 005 / 2016

Processo Administrativo n.º 104 / 2015.  
Pregão Presencial n.º 054 / 2015 – Registro de Preços.  
Contratante: MUNICÍPIO DE POMERODE.  
Contratada: M M SÃO JOSÉ LTDA ME.  
Objeto: AQUISIÇÃO DE MÓVEIS DE ESCRITÓRIO E ESCOLARES PARA OS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL E FUNDAMENTAL, UNIDADES DE SAÚDE, SECRETARIAS MUNICIPAIS, FUNDOS E FUNDAÇÃO DO MUNICÍPIO DE POMERODE/SC, CONFORME DISPOSIÇÕES CONSTANTES NO EDITAL DE LICITAÇÃO E SEUS ANEXOS.  
Valor total registrado: R\$55.750,00 (cinquenta e cinco mil e setecentos e cinquenta reais) – Itens 01 e 02.  
Prazo de vigência – 12 meses – Prazo final: 14/01/2017.

Pomerode/SC, 14 de Janeiro de 2016.  
ROLF NICOLODELLI  
Prefeito Municipal de Pomerode

**EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 006 / 2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE POMERODE  
SECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E FAZENDÁRIA  
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS  
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 006 / 2016

Processo Administrativo n.º 104 / 2015.  
Pregão Presencial n.º 054 / 2015 – Registro de Preços.  
Contratante: MUNICÍPIO DE POMERODE.  
Contratada: LUIS CESAR REIS - EPP.  
Objeto: AQUISIÇÃO DE MÓVEIS DE ESCRITÓRIO E ESCOLARES PARA OS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL E FUNDAMENTAL, UNIDADES DE SAÚDE, SECRETARIAS MUNICIPAIS, FUNDOS E FUNDAÇÃO DO MUNICÍPIO DE POMERODE/SC, CONFORME DISPOSIÇÕES CONSTANTES NO EDITAL DE LICITAÇÃO E SEUS ANEXOS.  
Valor total registrado: R\$112.100,00 (cento e doze mil e cem reais) – Itens 03, 13 e 21.  
Prazo de vigência – 12 meses – Prazo final: 14/01/2017.

Pomerode/SC, 14 de Janeiro de 2016.  
ROLF NICOLODELLI  
Prefeito Municipal de Pomerode

**EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 007 / 2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE POMERODE  
SECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E FAZENDÁRIA  
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS  
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 007 / 2016

Processo Administrativo n.º 104 / 2015.  
Pregão Presencial n.º 054 / 2015 – Registro de Preços.  
Contratante: MUNICÍPIO DE POMERODE.  
Contratada: MICANTO MÓVEIS SOB MEDIDA LTDA. - EPP.  
Objeto: AQUISIÇÃO DE MÓVEIS DE ESCRITÓRIO E ESCOLARES PARA OS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL E FUNDAMENTAL,

UNIDADES DE SAÚDE, SECRETARIAS MUNICIPAIS, FUNDOS E FUNDAÇÃO DO MUNICÍPIO DE POMERODE/SC, CONFORME DISPOSIÇÕES CONSTANTES NO EDITAL DE LICITAÇÃO E SEUS ANEXOS.

Valor total registrado: R\$41.145,00 (quarenta e um mil e cento e quarenta e cinco reais) – Itens 07 e 11.  
Prazo de vigência – 12 meses – Prazo final: 14/01/2017.

Pomerode/SC, 14 de Janeiro de 2016.  
ROLF NICOLODELLI  
Prefeito Municipal de Pomerode

**EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 008 / 2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE POMERODE  
SECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E FAZENDÁRIA  
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS  
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 008 / 2016

Processo Administrativo n.º 104 / 2015.  
Pregão Presencial n.º 054 / 2015 – Registro de Preços.  
Contratante: MUNICÍPIO DE POMERODE.  
Contratada: DOPE MÓVEIS LTDA ME.  
Objeto: AQUISIÇÃO DE MÓVEIS DE ESCRITÓRIO E ESCOLARES PARA OS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL E FUNDAMENTAL, UNIDADES DE SAÚDE, SECRETARIAS MUNICIPAIS, FUNDOS E FUNDAÇÃO DO MUNICÍPIO DE POMERODE/SC, CONFORME DISPOSIÇÕES CONSTANTES NO EDITAL DE LICITAÇÃO E SEUS ANEXOS.  
Valor total registrado: R\$15.948,00 (quinze mil e novecentos e quarenta e oito reais) – Item 16.  
Prazo de vigência – 12 meses – Prazo final: 14/01/2017.

Pomerode/SC, 14 de Janeiro de 2016.  
ROLF NICOLODELLI  
Prefeito Municipal de Pomerode

**EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 016 / 2015 – 33FP**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE POMERODE  
FUNDAÇÃO CULTURAL DE POMERODE  
33ª FESTA POMERANA  
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 016 / 2015 – 33FP

Processo Administrativo n.º 005 / 2015.  
Convite p/ Compras e Serviços n.º 004 / 2015.  
Contratante: FUNDAÇÃO CULTURAL DE POMERODE.  
Contratada: MARIA IZILDA ALVES 00188814833.  
Objeto: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE DECORAÇÃO DO PARQUE MUNICIPAL DE EVENTOS E ADJACÊNCIAS, PÓRTICOS DO MUNICÍPIO, PRAÇAS E O PRÉDIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE, BEM COMO A DECORAÇÃO DOS VEÍCULOS, CARROÇAS, REBOQUES, ENTRE OUTROS PARA A EDIÇÃO DA 33ª FESTA POMERANA, A REALIZAR-SE DE 14 A 24 DE JANEIRO DE 2016, CONFORME DISPOSIÇÕES CONSTANTES NO EDITAL DE LICITAÇÃO E SEUS ANEXOS.  
Valor Total Contratado – Item 01 – R\$30.000,00 (trinta mil reais).  
Prazo de vigência: 30 dias – durante a edição da 33ª Festa Pomerana – 14 a 24/01/2016.  
Ass. Darli Bahr Bernadino – Presidente da Fundação Cultural – Contratante; Maria Izilda Alves – Maria Izilda Alves 00188814833 – Contratada.

Pomerode/SC, 29 de Dezembro de 2015.  
DARLI BAHR BERNADINO  
Presidente da Fundação Cultural

**SAMAE - SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE POMERODE****PREGÃO PRESENCIAL 21/2015**

SAMAE POMERODE - SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO

EDITAL DE LICITAÇÃO PREGÃO N.º 21/2015 TIPO PRESENCIAL PROCESSO ADMINISTRATIVO 24/2015

O PRESENTE EDITAL TEM POR OBJETIVO RECEBER PROPOSTAS PARA: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURIDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TORNEARIA SOLDA E SERRALHERIA E PESSOA JURIDICA SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE MOTORES ELÉTRICOS E BOMBAS, CONFORME DESCRIÇÕES CONSTANTES TERMO DE REFERÊNCIALOCAL: NA SEDE DO SAMAE POMERODE.

Entrega das propostas: Até as 09:00 horas do dia 27/01/2016

Início da sessão de disputa de Preços : 09:00 horas do dia 27/01/2016

O Edital e demais esclarecimentos, poderão ser obtidos nos seguintes endereços: Na página eletrônica [WWW.pomerode.sc.gov.br](http://WWW.pomerode.sc.gov.br) ou [www.samaepomerode.com.br](http://www.samaepomerode.com.br) Departamento de Licitações e Compras do SAMAE POMERODE Av. 21 de Janeiro Nº 2233 [samae@samaepomero-de.com.br](mailto:samae@samaepomero-de.com.br) ou pelo fone (47) 3387 2550

Pomerode SC, 13 de Janeiro de 2015.

MARCIO SCHEIDEMANTEL

Presidente do SAMAE

# Presidente Castello Branco

## PREFEITURA

### EXTRATO DO DÉCIMO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 73-2013 GGF

EXTRATO DO DÉCIMO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 73/2013

CONTRATANTE:	MUNICÍPIO DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO/SC
CONTRATADO:	GGF TRANSPORTES LTDA
OBJETO:	Este Termo Aditivo tem por objeto prorrogar a vigência do Contrato nº 73/2013, embasado nos termos do art. 65, II, "d", da Lei nº 8.666/93, firmado em 30 de junho de 2015, prorrogando sua vigência até o dia 31 de dezembro de 2016.
VIGÊNCIA	01/01/2016 à 31/12/2016.

Claudio Sartori  
Prefeito Municipal

### EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO 176-2015 ALFRS

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 176/2015

CONTRATANTE:	MUNICÍPIO DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO/SC
CONTRATADO:	ALFRS INDÚSTRIA DE MÓVEIS LTDA
OBJETO:	Este Termo Aditivo tem por objeto prorrogar a vigência do Contrato nº 176/2015, embasado nos termos do art. 65, II, "d", da Lei nº 8.666/93, firmado em 11 de dezembro de 2015, prorrogando sua vigência até o dia 31 de dezembro de 2016.
VIGÊNCIA:	01/01/2016 à 31/12/2016.

Claudio Sartori  
Prefeito Municipal

### EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 118-2015 RODRIGO PETTER

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 118/2015

CONTRATANTE:	MUNICÍPIO DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO/SC
CONTRATADO:	RODRIGO PETTER 01914266951
OBJETO:	Este Termo Aditivo tem por objeto prorrogar a vigência do Contrato nº 118/2015, embasado nos termos do art. 65, II, "d", da Lei nº 8.666/93, firmado em 20 de julho de 2015, prorrogando sua vigência até o dia 31 de dezembro de 2016.
VIGÊNCIA	01/01/2016 à 31/12/2016.

Claudio Sartori  
Prefeito Municipal

### EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO 181 - 2015 FULTECH

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 181/2015

CONTRATANTE:	MUNICÍPIO DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO/SC
CONTRATADO:	FULLTECH EQUIPAMENTOS LTDA ME
OBJETO:	Este Termo Aditivo tem por objeto prorrogar a vigência do Contrato nº 181/2015, embasado nos termos do art. 65, II, "d", da Lei nº 8.666/93, firmado em 11 de dezembro de 2015, prorrogando sua vigência até o dia 31 de dezembro de 2016.
VIGÊNCIA:	01/01/2016 à 31/12/2016.

Claudio Sartori  
Prefeito Municipal

### EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO 135-2015 ESCOLA RURAL

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 135/2015

CONTRATANTE:	MUNICÍPIO DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO/SC
CONTRATADO:	ESTRUTURAL COMÉRCIO E CONSTRUÇÃO LTDA EPP
OBJETO:	Este Termo Aditivo tem por objeto prorrogar a vigência do Contrato nº 135/2015, embasado nos termos do art. 65, II, "d", da Lei nº 8.666/93, firmado em 19 de agosto de 2015, prorrogando sua vigência até o dia 31 de dezembro de 2016
VIGÊNCIA:	01/01/2016 à 31/12/2016.

Claudio Sartori  
Prefeito Municipal

### EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO 184-2015 KCRS

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 184/2015

CONTRATANTE:	MUNICÍPIO DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO/SC
CONTRATADO:	KCRS COMERCIO DE EQUIPAMENTOS EIRELLI EPP
OBJETO:	Este Termo Aditivo tem por objeto prorrogar a vigência do Contrato nº 184/2015, embasado nos termos do art. 65, II, "d", da Lei nº 8.666/93, firmado em 14 de dezembro de 2015, prorrogando sua vigência até o dia 31 de dezembro de 2016.
VIGÊNCIA:	01/01/2016 à 31/12/2016.

Claudio Sartori  
Prefeito Municipal



**EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO 93-2015 SGANZERLA**EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO  
CONTRATO Nº 93/2015

CONTRATANTE:	MUNICÍPIO DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO/SC
CONTRATADO:	SGANZERLA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO E TRANSPORTES LTDA EPP
OBJETO:	Este Termo Aditivo tem por objeto prorrogar a vigência do Contrato nº 93/2015, embasado nos termos do art. 65, II, "d", da Lei nº 8.666/93, firmado em 01 de junho de 2015, prorrogando sua vigência até o dia 31 de dezembro de 2016.
VIGÊNCIA	01/01/2016 à 31/12/2016.

Claudio Sartori  
Prefeito Municipal**EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO 94-2015 JTECH**EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO  
CONTRATO Nº 94/2015

CONTRATANTE:	MUNICÍPIO DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO/SC
CONTRATADO:	J-TECH SOLUÇÕES EM INFORMÁTICA LTDA
OBJETO:	Este Termo Aditivo tem por objeto prorrogar a vigência do Contrato nº 94/2015, embasado nos termos do art. 65, II, "d", da Lei nº 8.666/93, firmado em 01 de junho de 2015, prorrogando sua vigência até o dia 31 de dezembro de 2016.
VIGÊNCIA	01/01/2016 à 31/12/2016.

Claudio Sartori  
Prefeito Municipal**EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 02-2015 CIGA**EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO  
CONTRATO Nº 02/2015

CONTRATANTE:	MUNICÍPIO DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO/SC
CONTRATADO:	CONSÓRCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL (CIGA)
OBJETO:	Este Termo Aditivo tem por objeto prorrogar a vigência do Contrato nº 02/2015, embasado nos termos do art. 65, II, "d", da Lei nº 8.666/93, firmado em 31 de dezembro de 2014, prorrogando sua vigência até o dia 31 de dezembro de 2016.
VIGÊNCIA:	01/01/2016 à 31/12/2016.

Claudio Sartori  
Prefeito Municipal**EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 106-2015 SGANZERLA**EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO  
CONTRATO Nº 106/2015

CONTRATANTE:	MUNICÍPIO DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO/SC
CONTRATADO:	CONSTRUTORA SGANZERLA LTDA EPP
OBJETO:	Este Termo Aditivo tem por objeto prorrogar a vigência do Contrato nº 106/2015, embasado nos termos do art. 65, II, "d", da Lei nº 8.666/93, firmado em 22 de junho de 2015, prorrogando sua vigência até o dia 31 de dezembro de 2016.
VIGÊNCIA	01/01/2016 à 31/12/2016.

Claudio Sartori  
Prefeito Municipal**EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 119-2015 SGANZERLA II**EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO  
CONTRATO Nº 119/2015

CONTRATANTE:	MUNICÍPIO DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO/SC
CONTRATADO:	SGANZERLA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO E TRANSPORTES LTDA EPP
OBJETO:	Este Termo Aditivo tem por objeto prorrogar a vigência do Contrato nº 119/2015, embasado nos termos do art. 65, II, "d", da Lei nº 8.666/93, firmado em 20 de julho de 2015, prorrogando sua vigência até o dia 31 de dezembro de 2016.
VIGÊNCIA	01/01/2016 à 31/12/2016.

Claudio Sartori  
Prefeito Municipal**EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 174-2015 GEVAL**EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO  
CONTRATO Nº 174/2015

CONTRATANTE:	MUNICÍPIO DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO/SC
CONTRATADO:	GEVAL TRATORES E IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS LTDA
OBJETO:	Este Termo Aditivo tem por objeto prorrogar a vigência do Contrato nº 174/2015, embasado nos termos do art. 65, II, "d", da Lei nº 8.666/93, firmado em 09 de dezembro de 2015, prorrogando sua vigência até o dia 31 de dezembro de 2016.
VIGÊNCIA:	01/01/2016 à 31/12/2016.

Claudio Sartori  
Prefeito Municipal



**EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 177-2015 ALTERMED**

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 177/2015

CONTRATANTE:	MUNICÍPIO DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO/SC
CONTRATADO:	ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA,
OBJETO:	Este Termo Aditivo tem por objeto prorrogar a vigência do Contrato nº 177/2015, embasado nos termos do art. 65, II, "d", da Lei nº 8.666/93, firmado em 11 de dezembro de 2015, prorrogando sua vigência até o dia 31 de dezembro de 2016.
VIGÊNCIA:	01/01/2016 à 31/12/2016.

Claudio Sartori  
Prefeito Municipal**EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 180 - 2015 DESIGN**

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 180/2015

CONTRATANTE:	MUNICÍPIO DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO/SC
CONTRATADO:	DESIGN RICARDENSE INDÚSTRIA DE MÓVEIS LTDA
OBJETO:	Este Termo Aditivo tem por objeto prorrogar a vigência do Contrato nº 180/2015, embasado nos termos do art. 65, II, "d", da Lei nº 8.666/93, firmado em 11 de dezembro de 2015, prorrogando sua vigência até o dia 31 de dezembro de 2016.
VIGÊNCIA:	01/01/2016 à 31/12/2016.

Claudio Sartori  
Prefeito Municipal**EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 178-2015 ANA MARIA**

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 178/2015

CONTRATANTE:	MUNICÍPIO DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO/SC
CONTRATADO:	ANA MARIA PIRES BELEM ME
OBJETO:	Este Termo Aditivo tem por objeto prorrogar a vigência do Contrato nº 178/2015, embasado nos termos do art. 65, II, "d", da Lei nº 8.666/93, firmado em 11 de dezembro de 2015, prorrogando sua vigência até o dia 31 de dezembro de 2016.
VIGÊNCIA:	01/01/2016 à 31/12/2016.

Claudio Sartori  
Prefeito Municipal**EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 182-2015 - INFOSERV**

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 182/2015

CONTRATANTE:	MUNICÍPIO DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO/SC
CONTRATADO:	INFOSERV TECNOLOGIA EIRELLI ME
OBJETO:	Este Termo Aditivo tem por objeto prorrogar a vigência do Contrato nº 182/2015, embasado nos termos do art. 65, II, "d", da Lei nº 8.666/93, firmado em 11 de dezembro de 2015, prorrogando sua vigência até o dia 31 de dezembro de 2016.
VIGÊNCIA:	01/01/2016 à 31/12/2016.

Claudio Sartori  
Prefeito Municipal**EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 179-2015 CIRURGIA**

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 179/2015

CONTRATANTE:	MUNICÍPIO DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO/SC
CONTRATADO:	CIRURGIA SÃO FELIPE PRODUTOS PARA SAÚDE LTDA
OBJETO:	Este Termo Aditivo tem por objeto prorrogar a vigência do Contrato nº 179/2015, embasado nos termos do art. 65, II, "d", da Lei nº 8.666/93, firmado em 11 de dezembro de 2015, prorrogando sua vigência até o dia 31 de dezembro de 2016.
VIGÊNCIA:	01/01/2016 à 31/12/2016.

Claudio Sartori  
Prefeito Municipal**EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 183-2015 ITASUL**

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 183/2015

CONTRATANTE:	MUNICÍPIO DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO/SC
CONTRATADO:	ITASUL IMPORTAÇÃO E INSTRUMENTAL TÉCNICO LTDA
OBJETO:	Este Termo Aditivo tem por objeto prorrogar a vigência do Contrato nº 183/2015, embasado nos termos do art. 65, II, "d", da Lei nº 8.666/93, firmado em 11 de dezembro de 2015, prorrogando sua vigência até o dia 31 de dezembro de 2016.
VIGÊNCIA:	01/01/2016 à 31/12/2016.

Claudio Sartori  
Prefeito Municipal

**EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 183-2015 ITASUL**

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 183/2015

CONTRATANTE:	MUNICÍPIO DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO/SC
CONTRATADO:	ITASUL IMPORTAÇÃO E INSTRUMENTAL TÉCNICO LTDA
OBJETO:	Este Termo Aditivo tem por objeto prorrogar a vigência do Contrato nº 183/2015, embasado nos termos do art. 65, II, "d", da Lei nº 8.666/93, firmado em 11 de dezembro de 2015, prorrogando sua vigência até o dia 31 de dezembro de 2016.
VIGÊNCIA:	01/01/2016 à 31/12/2016.

Claudio Sartori  
Prefeito Municipal**EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 187-2015 SANDRO PIRES**

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 187/2015

CONTRATANTE:	MUNICÍPIO DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO/SC
CONTRATADO:	SANDRO VILMAR PIRES ME
OBJETO:	Este Termo Aditivo tem por objeto prorrogar a vigência do Contrato nº 187/2015, embasado nos termos do art. 65, II, "d", da Lei nº 8.666/93, firmado em 14 de dezembro de 2015, prorrogando sua vigência até o dia 31 de dezembro de 2016.
VIGÊNCIA:	01/01/2016 à 31/12/2016.

Claudio Sartori  
Prefeito Municipal**EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 185-2015 MAXI**

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 185/2015

CONTRATANTE:	MUNICÍPIO DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO/SC
CONTRATADO:	MAXI DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA
OBJETO:	Este Termo Aditivo tem por objeto prorrogar a vigência do Contrato nº 185/2015, embasado nos termos do art. 65, II, "d", da Lei nº 8.666/93, firmado em 14 de dezembro de 2015, prorrogando sua vigência até o dia 31 de dezembro de 2016.
VIGÊNCIA:	01/01/2016 à 31/12/2016.

Claudio Sartori  
Prefeito Municipal**EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 189-2015 EGIDE**

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 189/2015

CONTRATANTE:	MUNICÍPIO DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO/SC
CONTRATADO:	EGIDE COMÉRCIO DE VESTUÁRIO E ELETRODOMESTICO LTDA
OBJETO:	Este Termo Aditivo tem por objeto prorrogar a vigência do Contrato nº 189/2015, embasado nos termos do art. 65, II, "d", da Lei nº 8.666/93, firmado em 17 de dezembro de 2015, prorrogando sua vigência até o dia 31 de dezembro de 2016.
VIGÊNCIA:	01/01/2016 à 31/12/2016.

Claudio Sartori  
Prefeito Municipal**EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 186-2016 VANCIN**

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 186/2015

CONTRATANTE:	MUNICÍPIO DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO/SC
CONTRATADO:	VANCIN INFORMÁTICA COMÉRCIO LTDA
OBJETO:	Este Termo Aditivo tem por objeto prorrogar a vigência do Contrato nº 186/2015, embasado nos termos do art. 65, II, "d", da Lei nº 8.666/93, firmado em 14 de dezembro de 2015, prorrogando sua vigência até o dia 31 de dezembro de 2016.
VIGÊNCIA:	01/01/2016 à 31/12/2016.

Claudio Sartori  
Prefeito Municipal**EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 70-2015 ENGEVIA**

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 70/2015

CONTRATANTE:	MUNICÍPIO DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO/SC
CONTRATADO:	ENGHEVIA SERVIÇOS E OBRAS LTDA
OBJETO:	Este Termo Aditivo tem por objeto prorrogar a vigência do Contrato nº 70/2015, embasado nos termos do art. 65, II, "d", da Lei nº 8.666/93, firmado em 07 de abril de 2015, prorrogando sua vigência até o dia 31 de dezembro de 2016.
VIGÊNCIA:	01/01/2016 à 31/12/2016.

Claudio Sartori  
Prefeito Municipal

**EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 72-2015 ENG. CIVIL**

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 72/2015

CONTRATANTE:	MUNICÍPIO DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO/SC
CONTRATADO:	G BARBIERI ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO LTDA EPP
OBJETO:	Este Termo Aditivo tem por objeto prorrogar a vigência do Contrato nº 72/2015, embasado nos termos do art. 65, II, "d", da Lei nº 8.666/93, firmado em 22 de abril de 2015, prorrogando sua vigência até o dia 31 de dezembro de 2016
VIGÊNCIA	01/01/2016 à 31/12/2016.

Claudio Sartori  
Prefeito Municipal**EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 73-2015 ENG. AMBIENTAL**

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 73/2015

CONTRATANTE:	MUNICÍPIO DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO/SC
CONTRATADO:	MARLON HENRIQUE POYER
OBJETO:	Este Termo Aditivo tem por objeto prorrogar a vigência do Contrato nº 73/2015, embasado nos termos do art. 65, II, "d", da Lei nº 8.666/93, firmado em 22 de abril de 2015, prorrogando sua vigência até o dia 31 de dezembro de 2016.
VIGÊNCIA	01/01/2015 à 31/12/2016.

Claudio Sartori  
Prefeito Municipal**EXTRATO DO QUINTO TERMO ADITIVO AO 75-2013 VALDECIR**

EXTRATO DO QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 75/2013

CONTRATANTE:	MUNICÍPIO DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO/SC
CONTRATADO:	VALDESIR BATISTA CADORE ME
OBJETO:	Este Termo Aditivo tem por objeto prorrogar a vigência do Contrato nº 75/2013, embasado nos termos do art. 65, II, "d", da Lei nº 8.666/93, firmado em 18 de abril de 2013, prorrogando sua vigência até o dia 31 de dezembro de 2016.
VIGÊNCIA:	01/01/2016 à 31/12/2016.

Claudio Sartori  
Prefeito Municipal**EXTRATO DO QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 132-2013 GGF**

EXTRATO DO QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 132/2013

CONTRATANTE:	MUNICÍPIO DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO/SC
CONTRATADO:	GGF TRANSPORTES LTDA
OBJETO:	Este Termo Aditivo tem por objeto prorrogar a vigência do Contrato nº 132/2013, embasado nos termos do art. 65, II, "d", da Lei nº 8.666/93, firmado em 31 de julho de 2013, prorrogando sua vigência até o dia 31 de dezembro de 2016.
VIGÊNCIA:	01/01/2016 à 31/12/2016.

Claudio Sartori  
Prefeito Municipal**EXTRATO DO QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 83-2014 VALDESIR**

EXTRATO DO QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 83/2014

CONTRATANTE:	MUNICÍPIO DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO/SC
CONTRATADO:	VALDESIR BATISTA CADORE ME
OBJETO:	Este Termo Aditivo tem por objeto prorrogar a vigência do Contrato nº 83/2014, embasado nos termos do art. 65, II, "d", da Lei nº 8.666/93, firmado em 15 de abril de 2014, prorrogando sua vigência até o dia 31 de dezembro de 2016.
VIGÊNCIA:	01/01/2016 à 31/12/2016.

Claudio Sartori  
Prefeito Municipal**EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO 105-2015 GMC CONCURSO**

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 105/2015

CONTRATANTE:	MUNICÍPIO DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO/SC
CONTRATADO:	GMC ASSESSORIA E CONSULTORIA LTDA ME
OBJETO:	Este Termo Aditivo tem por objeto prorrogar a vigência do Contrato nº 119/2015, embasado nos termos do art. 65, II, "d", da Lei nº 8.666/93, firmado em 22 de junho de 2015, prorrogando sua vigência até o dia 31 de dezembro de 2016.
VIGÊNCIA	01/01/2016 à 31/12/2016.

Claudio Sartori  
Prefeito Municipal

**EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO 130-2014 ABATEDOURO**EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO  
CONTRATO Nº 130/2014

CONTRATAN-TE:	MUNICÍPIO DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO/SC
CONTRATADO:	ESTRUTURAL COMÉRCIO E CONSTRUÇÕES LTDA EPP
OBJETO:	Este Termo Aditivo tem por objeto prorrogar a vigência do Contrato nº 130/2014, embasado nos termos do art. 65, II, "d", da Lei nº 8.666/93, firmado em 14 de outubro de 2014, prorrogando sua vigência até o dia 31 de dezembro de 2016.
VIGÊNCIA	01/01/2016 à 31/12/2016.

Claudio Sartori  
Prefeito Municipal**EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO 156-2013 LOCAÇÃO SALA CULTURAL**EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO  
CONTRATO Nº 156/2013

CONTRATAN-TE:	MUNICÍPIO DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO/SC
CONTRATADO:	VALMIR SECCO
OBJETO:	Este Termo Aditivo tem por objeto prorrogar a vigência do Contrato nº 156/2013, embasado nos termos do art. 65, II, "d", da Lei nº 8.666/93, firmado em 30 de dezembro de 2013, prorrogando sua vigência até o dia 31 de dezembro de 2016.
VIGÊNCIA	01/01/2016 à 31/12/2016.

Claudio Sartori  
Prefeito Municipal**EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO 95-2014- MAT. 40 UH**EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO  
CONTRATO Nº 95/2014

CONTRATAN-TE:	MUNICÍPIO DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO/SC
CONTRATADO:	ROMANZINI & ROMANZINI LTDA - ME
OBJETO:	Este Termo Aditivo tem por objeto prorrogar a vigência do Contrato nº 95/2014, embasado nos termos do art. 65, II, "d", da Lei nº 8.666/93, firmado em 19 de maio de 2014, prorrogando sua vigência até o dia 31 de dezembro de 2016.
VIGÊNCIA	01/01/2016 à 31/12/2016.

Claudio Sartori  
Prefeito Municipal**EXTRATO DO SEXTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 82-2014 GGF**EXTRATO DO SEXTO TERMO ADITIVO AO  
CONTRATO Nº 82/2014

CONTRATAN-TE:	MUNICÍPIO DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO/SC
CONTRATADO:	GGF TRANSPORTES LTDA
OBJETO:	Este Termo Aditivo tem por objeto prorrogar a vigência do Contrato nº 82/2014, embasado nos termos do art. 65, II, "d", da Lei nº 8.666/93, firmado em 15 de abril de 2014, prorrogando sua vigência até o dia 31 de dezembro de 2016.
VIGÊNCIA:	01/01/2016 à 31/12/2016.

Claudio Sartori  
Prefeito Municipal**EXTRATO DO SÉTIMO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 74-2013 PAULO FORCHEZATO**EXTRATO DO SÉTIMO TERMO ADITIVO AO  
CONTRATO Nº 74/2013

CONTRATAN-TE:	MUNICÍPIO DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO/SC
CONTRATADO:	PAULO FOCHEZATO ME
OBJETO:	Este Termo Aditivo tem por objeto prorrogar a vigência do Contrato nº 74/2013, embasado nos termos do art. 65, II, "d", da Lei nº 8.666/93, firmado em 18 de abril de 2013, prorrogando sua vigência até o dia 31 de dezembro de 2016.
VIGÊNCIA:	01/01/2016 à 31/12/2016.

Claudio Sartori  
Prefeito Municipal**EXTRATO DO SÉTIMO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 86-2013 GGF**EXTRATO DO SÉTIMO TERMO ADITIVO AO  
CONTRATO Nº 86/2013

CONTRATAN-TE:	MUNICÍPIO DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO/SC
CONTRATADO:	GGF TRANSPORTES LTDA
OBJETO:	Este Termo Aditivo tem por objeto prorrogar a vigência do Contrato nº 86/2013, embasado nos termos do art. 65, II, "d", da Lei nº 8.666/93, firmado em 08 de maio de 2013, prorrogando sua vigência até o dia 31 de dezembro de 2016.
VIGÊNCIA:	01/01/2016 à 31/12/2016.

Claudio Sartori  
Prefeito Municipal

**EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO 15-2013 EPAGRI**

EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO  
CONTRATO Nº 15/2013

CONTRATAN-TE:	MUNICÍPIO DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO/SC
CONTRATADO:	Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina - EPAGRI
OBJETO:	Este Termo Aditivo tem por objeto prorrogar a vigência do Contrato nº 15/2013, embasado nos termos do art. 65, II, "d", da Lei nº 8.666/93, firmado em 18 de janeiro de 2013, prorrogando sua vigência até o dia 31 de dezembro de 2016.
VIGÊNCIA	01/01/2016 à 31/12/2016.

Claudio Sartori  
Prefeito Municipal

**EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 175-2015 ACLARA**

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO  
CONTRATO Nº 175/2015

CONTRATAN-TE:	MUNICÍPIO DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO/SC
CONTRATADO:	ACLARA COMÉRCIO DE INFORMÁTICA LTDA
OBJETO:	Este Termo Aditivo tem por objeto prorrogar a vigência do Contrato nº 175/2015, embasado nos termos do art. 65, II, "d", da Lei nº 8.666/93, firmado em 11 de dezembro de 2015, prorrogando sua vigência até o dia 31 de dezembro de 2016.
VIGÊNCIA:	01/01/2016 à 31/12/2016.

Claudio Sartori  
Prefeito Municipal

**EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 69-2015 SOFTWARE**

EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO  
CONTRATO Nº 69/2013

CONTRATAN-TE:	MUNICÍPIO DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO/SC
CONTRATADO:	GENESIS INFORMÁTICA LTDA ME
OBJETO:	Este Termo Aditivo tem por objeto prorrogar a vigência do Contrato nº 69/2013, embasado nos termos do art. 65, II, "d", da Lei nº 8.666/93, firmado em 27 de março de 2013, prorrogando sua vigência até o dia 31 de dezembro de 2016.
VIGÊNCIA:	01/01/2016 á 31/12/2016.

Claudio Sartori  
Prefeito Municipal

# Presidente Nereu

## PREFEITURA

### EXTRATO AO CONTRATO 02 2016- LOCAÇÃO DE IMÓVEL

EXTRATO DO CONTRATO Nº 02/2016  
MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU

Contrato que entre si celebram o Município de Presidente Nereu, representado pelo seu Fundo de Saúde e Ilza Rech, inscrita no CPF 382.753.509-30. Objeto: É objeto do presente Contrato a cessão de uma casa mobiliada, localizada na Rua Matilde Shaefer nº149, Centro, no município de Presidente Nereu, para residência do médico do programa federal mais médicos.

Data: 05/01/2016 Vigência: 31/12/2015. Valor Global: R\$ 12.000,00  
Presidente Nereu, 05 de janeiro de 2016.

Benito Brand  
Gestor

CONTRATO nº 02/2016 QUE ENTRE SI CELEBRAM DE UM LADO O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PRESIDENTE NEREU E DE OUTRO ILZA RECH

Ao quinto dia do mês de janeiro de dois mil e dezesseis (05/01/2016), de um lado o Município de Presidente Nereu através do seu fundo municipal de Saúde, inscrito sob o nº 14.488.313/0001-45, representado por seu Gestor o senhor Benito Brand, brasileiro, em união estavel, residente e domiciliado neste município, doravante denominado CONTRATANTE e de outro lado Ilza Rech, brasileira, separada judicialmente, professora aposentada, CPF: 382.753.509-30, residente neste município, doravante denominado CONTRATADO, firmam Contrato, mediante as seguintes cláusulas e condições:

#### CLÁUSULA 1ª: DO OBJETO

É objeto do presente Contrato a cessão de uma casa mobiliada, localizada na Rua Matilde Shaefer nº149, Centro, no município de Presidente Nereu, para residência do médico do programa federal mais médicos.

#### CLÁUSULA SEGUNDA: OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

É dever da CONTRATADA entregar o prédio para locação em perfeitas condições de uso.

#### CLÁUSULA TERCEIRA: OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

É dever da CONTRATANTE efetuar mensalmente o pagamento sempre até o último dia útil de cada mês. A limpeza e manutenção do local também são obrigações da CONTRATANTE, bem como os gastos com energia elétrica e água.

#### CLÁUSULA QUARTA: DO PRAZO

O prazo de duração do presente contrato é até o término de dezembro de 2016.

#### CLÁUSULA QUINTA: DO PAGAMENTO

O pagamento será efetuado pela CONTRATANTE 12 (doze) parcela no valor de R\$ 1.000,00 (hum mil reais), sendo quitado até o último dia útil do mês.

#### CLÁUSULA SEXTA – DA FONTE DE RECURSOS

As despesas decorrentes da execução do presente contrato

correrão a conta da seguinte dotação orçamentária vigente:

10.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

2.022 – Fundo Municipal de Saúde

3.3.90.36.15– Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física  
1020000 – Locação de Imóveis

#### CLÁUSULA SETIMA – PENALIDADES

7.1 – O não cumprimento dos prazos e ainda a prática de qualquer transgressão das suas condições sujeitarão a Contratada às seguintes sanções:

a – Advertência por escrito;

b – Multa de 5% (cinco por cento) aplicado sobre o valor total do item do contrato, para qualquer transgressão cometida;

c– Rescisão unilateral do contrato pela Prefeitura Municipal de Presidente Nereu e suspensão temporária da Contratada de participação em licitações e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Presidente Nereu por prazo não superior a 02 (dois) anos, no caso de ser excedido o limite de 5% (cinco por cento) estabelecido na letra b.

7.2 – As sanções previstas neste item poderão ser aplicadas desde que facultada a defesa prévia da Contratada no respectivo processo no prazo de 05 (cinco) dias úteis, conforme determina o art. 87, parágrafo 2º, da Lei 8.666/93.

7.3 – O não cumprimento das obrigações contratuais sujeitará também a Contratada às demais sanções previstas nos arts. 86 e 87 da Lei 8.666/93, com suas alterações.

#### CLÁUSULA OITAVA: DA RESCISÃO

O presente contrato poderá ser rescindido por uma das partes com comunicação de 15 (quinze) dias de antecedência.

#### CLÁUSULA NONA: DO FÓRUM:

O Fórum competente para dirimir quaisquer dúvidas ou litígios decorrentes do presente contrato será o de Rio do Sul, renunciando as partes de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E por estarem justas e contratadas as partes assinam o presente contrato em duas vias de igual teor e forma na presença e juntamente com duas testemunhas.

Presidente Nereu, 05 de janeiro de 2016.

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PRESIDENTE NEREU  
BENITO BRAND  
CONTRATANTE

ILZA RECH  
CONTRATADO

Testemunhas:

\_\_\_\_\_  
VALDECI JOSÉ COMANDOLI  
CPF: 018.560.459-51

\_\_\_\_\_  
ELISANDRA DELA BENETA KNIHS  
CPF:065.001.199-67



**EXTRATO AO CONTRATO 02 2016- INFO VR**

EXTRATO DO CONTRATO Nº 02/2016

MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU

Contrato que entre si celebram o Município de Presidente Nereu e INFO-VR Tecnologia e Consultoria Publica Eireli - ME, inscrita no CNPJ 08.662.246/0001-30. Objeto: Prestação de serviços de Sistema de Contas Públicas, geração e publicação dos relatórios apontados na Cláusula Terceira, referente aos exercícios de 2015 e serviços mensais complementares de manutenção, atualizações, assistência técnica e publicação dos relatórios no Sistema de Contas Públicas.

Data: 07/01/2016. Vigência: 31/12/2016. Valor Global: R\$ 4.200,00

Presidente Nereu, 07 de janeiro de 2016.

Antônio Francisco Comandoli

Prefeito Municipal

CONTRATO Nº 02/2016

TERMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO, QUE FAZEM ENTRE SI A PREFEITURA DE PRESIDENTE NEREU E INFO-VR TECNOLOGIA E CONSULTORIA PUBLICA EIRELI - ME

Por este instrumento público de contrato, de um lado a PREFEITURA DE PRESIDENTE NEREU, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 83.102.699/0001-28, com sede à Praça Leão Dehon, n. 50, Centro, Presidente Nereu – SC, neste ato representado pelo prefeito municipal, Sr. Antonio Francisco Comandoli, doravante denominada simplesmente CONTRATANTE de outro lado, a empresa INFO-VR TECNOLOGIA E CONSULTORIA PUBLICA EIRELI - ME, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 08.662.246/0001-30, com sede à Avenida Jorge Lacerda, nº 1017, Centro, na cidade de Vidal Ramos, neste ato representada pelo(a) Sr.(a) Evaldo Rocha, doravante denominada simplesmente CONTRATADA e, firmam o presente termo de contrato.

Os contraentes enunciam as seguintes cláusulas e condições que regerão o contrato em harmonia com os princípios e normas da legislação aplicável à espécie, especialmente a Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, doravante denominada Lei, que as partes declaram conhecer, subordinando-se, incondicional e irrestritamente, às suas estipulações.

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

O presente contrato tem por objeto a prestação de serviços de Sistema de Contas Públicas, geração e publicação dos relatórios apontados na Cláusula Terceira, referente aos exercícios de 2015 e serviços mensais complementares de manutenção, atualizações, assistência técnica e publicação dos relatórios no Sistema de Contas Públicas.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DAS BASES DO CONTRATO**

Este contrato é assinado com dispensa de licitação, baseado no artigo 24, inciso I, da Lei 8.666/93, de 21 de junho de 1993.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DOS SERVIÇOS A EXECUTAR**

Por força do presente contrato a Contratada se compromete a:

1) Oferecer espaço em hospedeiro próprio para hospedagem dos relatórios das Contas Públicas e demais relatórios de transparência conforme segue;

- a) Relatórios dos Balanços Anuais;
- b) Relatórios dos Orçamentos Anuais;
- c) Relatórios Bimestrais da LRF – Relatório Resumido da Execução Orçamentária;
- d) Relatórios Quadrimestrais da LRF – Relatório de Gestão Fiscal;
- e) Relatórios Mensais Obrigatórios do Setor de Compras e

Contabilidade.

1) Efetuar serviços contínuos de manutenção técnica e atualizações de versão necessárias para adequar o software à legislação vigente;

2) Dar suporte gratuito quando por telefone, fax ou via internet, para esclarecer dúvidas surgidas durante a utilização do software;

3) Dar suporte na sede da contratante quando necessário, neste caso cobrado separadamente, exceto quando o atendimento decorrer de defeito do programa fornecido.

**CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES**

Constituem obrigações da Contratada:

1) Não prestar informações ou declarações a respeito do presente contrato ou serviços a ele inerentes, exceto quando obtiver declaração por escrito da contratante;

2) Encaminhar mensalmente a Nota de Serviço para que seja efetuado o pagamento pela contratante.

Constituem obrigações da Contratante:

1) Disponibilizar pessoal especializado para treinamento e instalação do software;

2) Manter o sistema atualizado para atender as disposições exigidas pela legislação pertinente.

3) Encaminhar mensalmente para a Contratada, via Correio, um Backup copia de segurança) do Banco de Dados do Sistema de Contabilidade e Compras.

**CLÁUSULA QUINTA - DOS PREÇOS**

1) Pelos serviços contínuos de manutenção, atualização e assistência técnica, serviços de hospedagem e serviços de geração e publicação dos relatórios descritos no item 2 da cláusula terceira a Contratante pagará à Contratada a importância mensal de R\$. 4.200,00 (quatro mil e duzentos reais), sendo pago em 12 (doze) parcelas de R\$ 350,00 (trezentos e cinquenta reais) com vencimento até o décimo dia de cada mês.

**CLÁUSULA SEXTA - DO REAJUSTAMENTO DOS PREÇOS**

O preço das parcelas mensais será reajustado a cada 12 (doze) meses pelo índice de variação do IGP-M (Índice Geral de Preços ao Consumidor) calculado e divulgado mensalmente pela Fundação Getúlio Vargas, ou outro que vier a substituí-lo.

**CLÁUSULA SÉTIMA - DOS PRAZOS**

O presente Contrato é assinado pelo prazo de 12 (doze) meses, sendo automaticamente renovado por até 03 (três) iguais períodos, se não houver nenhuma manifestação contrária por escrito, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, de qualquer uma das partes (conforme artigo 57, inciso IV, da Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, alterada pela Lei nº. 8.883, de 08 de junho de 1994.

**CLÁUSULA OITAVA - DA RESCISÃO**

O presente contrato poderá ser rescindido conforme as disposições contidas nos artigos 77 a 80, da Lei 8.666/93, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, através de comunicação por escrito, de qualquer uma das partes interessadas na rescisão.

**CLÁUSULA NONA - DAS DESPESAS**

As despesas decorrentes da execução do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, consignadas no

orçamento municipal, de acordo com a classificação e codificação abaixo:

Projeto Atividade - 2003  
Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.00000 - Aplicações Diretas  
Complemento da Despesa - 3.3.90.39.11.00.00.00 - Locação de Softwares

#### CLÁUSULA DÉCIMA - DO FORO

As partes elegem o Foro da Comarca de Rio do Sul, com renúncia de qualquer outro por mais privilegiado que seja, para dirimir dúvidas que possam surgir na execução deste contrato.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

- 1) Em caso de reimplantação do software em equipamento novo adquirido pela Contratante, os preços e prazos serão objeto de proposta específica, com solicitação antecipada à Contratada.
- 2) O atraso no pagamento de qualquer fatura apresentada num prazo superior a 10 (dez) dias, implicará na suspensão dos serviços;
- 3) Em caso de inadimplência e ou inobservância das condições estabelecidas neste contrato, serão aplicadas as sanções previstas na Lei 8.666/93 e suas alterações;

E, por estarem de prefeito e comum acordo, assinam o presente Termo em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo elencadas, para todos os fins de direito.

Presidente Nereu, 07 de janeiro de 2016.

\_\_\_\_\_  
PREFEITURA MUN. DE PRESIDENTE NEREU  
ANTONIO FRANCISCO COMANDOLI  
Prefeito Municipal  
Contratante

\_\_\_\_\_  
EVALDO ROCHA  
Gerente da Info-VR  
Contratada

Testemunhas:

Elisandra Dela Beneta Knihs  
CPF: 065.001.199-67

Valdeci José Comandoli  
CPF: 018.560.459-51

#### EXTRATO AO CONTRATO 03 2016- INFO VR SAF

EXTRATO DO CONTRATO Nº 03/2016

MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU

Contrato que entre si celebram o Município de Presidente Nereu e INFO-VR TECNOLOGIA E CONSULTORIA PUBLICA EIRELI - ME, inscrita no CNPJ 08.662.246/0001-30. Objeto: O presente contrato tem por objeto a prestação de aluguel de software com serviços complementares de manutenção, atualizações e assistência técnica do software "SAF- Sistema de Avaliação Funcional".

Data: 07 de janeiro de 2016. Vigência: 31/12/2016. Valor Global: R\$ 3.600,00

Presidente Nereu, 07 de janeiro de 2016.

Antônio Francisco Comandoli  
Prefeito Municipal

#### CONTRATO Nº 03/2016

TERMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO, QUE FAZEM ENTRE SI A PREFEITURA DE PRESIDENTE NEREU E INFO-VR TECNOLOGIA E CONSULTORIA PUBLICA EIRELI - ME

Por este instrumento público de contrato, de um lado a PREFEITURA DE PRESIDENTE NEREU, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 83.102.699/0001-28, com sede à Praça Leão Dehon, n. 50, Centro, Presidente Nereu – SC, neste ato representado pelo prefeito municipal, Sr. Antonio Francisco Comandoli, doravante denominada simplesmente CONTRATANTE de outro lado, a empresa INFO-VR TECNOLOGIA E CONSULTORIA PUBLICA EIRELI - ME, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 08.662.246/0001-30, com sede à Avenida Jorge Lacerda, nº 1017, Centro, na cidade de Vidal Ramos, neste ato representada pelo(a) Sr.(a) Evaldo Rocha, doravante denominada simplesmente CONTRATADA e, firmam o presente termo de contrato.

Os contraentes enunciam as seguintes cláusulas e condições que regerão o contrato em harmonia com os princípios e normas da legislação aplicável à espécie, especialmente a Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, doravante denominada Lei, que as partes declaram conhecer, subordinando-se, incondicional e irrestritamente, às suas estipulações.

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a prestação de aluguel de software com serviços complementares de manutenção, atualizações e assistência técnica do software "SAF- Sistema de Avaliação Funcional".

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DAS BASES DO CONTRATO

Este contrato é assinado com dispensa de licitação, baseado no artigo 24, inciso II, da Lei 8.666/93, de 21 de junho de 1993.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DOS SERVIÇOS A EXECUTAR

Por força do presente contrato a Contratada se compromete a:

- 1) Efetuar serviços contínuos de manutenção técnica e atualizações de versão necessárias para adequar o software à legislação vigente;
- 2) Dar suporte gratuito quando por telefone, fax ou via internet, para esclarecer dúvidas surgidas durante a utilização do software;
- 3) Dar suporte na sede da contratante quando necessário, neste caso cobrado separadamente, exceto quando o atendimento decorrer de defeito do programa fornecido.

#### CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES

Constituem obrigações da Contratada:

- 1) Não prestar informações ou declarações a respeito do presente contrato ou serviços a ele inerentes, exceto quando obtiver declaração por escrito da contratante;
- 2) Encaminhar mensalmente a Nota de Serviço para que seja efetuado o pagamento pela contratante.

Constituem obrigações da Contratante:

- 1) Disponibilizar pessoal especializado para treinamento e instalação do software;
- 2) Manter o sistema atualizado para atender as disposições exigidas pela legislação pertinente.

#### CLÁUSULA QUINTA – DOS PREÇOS

Pela execução dos serviços descritos neste contrato, a Contratante pagará à Contratada os seguintes valores:

1) Pelos serviços contínuos de manutenção, atualização e assistência técnica, a importância de R\$ 3.600,00 (três mil e seicentos reais) divididos em 12 (doze) parcelas mensais de R\$ 300,00 (trezentos reais).

1.1. ) As parcelas mensais serão pagas até o décimo dia de cada mês.

#### CLÁUSULA SEXTA – DOS REAJUSTAMENTO DOS PREÇOS

O preço das parcelas mensais será reajustado a cada 12 (doze) meses pelo índice de variação do IGP-M (Índice Geral de Preços ao Consumidor) calculado e divulgado mensalmente pela Fundação Getúlio Vargas, ou outro que vier a substituí-lo.

#### CLÁUSULA SÉTIMA – DOS PRAZOS

O presente Contrato é assinado pelo prazo de 12 (doze) meses, com início na data de assinatura do contrato até 31 de dezembro de 2016, sendo automaticamente renovado até limite da Lei 8666, se não houver nenhuma manifestação contrária por escrito, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, de qualquer uma das partes (conforme artigo 57, inciso IV, da Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, alterada pela Lei nº. 8.883, de 08 de junho de 1994).

#### CLÁUSULA OITAVA – DA RESCISÃO

O presente contrato poderá ser rescindido conforme as disposições contidas nos artigos 77 a 80, da Lei 8.666/93, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, através de comunicação por escrito, de qualquer uma das partes interessadas na rescisão.

#### CLÁUSULA NONA – DAS DESPESAS

As despesas decorrentes da execução do presente contrato, correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, consignadas no orçamento municipal, de acordo com a classificação e codificação abaixo:

2.003 – Manutenção das Atividades Administrativas

3.3.90.39.00.00.00.00.0.1.0011 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

#### CLÁUSULA DÉCIMA – DO FORO

As partes elegem o Foro da Comarca de Rio do Sul, com renúncia de qualquer outro por mais privilegiado que seja, para dirimir dúvidas que possam surgir na execução deste contrato.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

1) Em caso de reimplantação do software em equipamento novo adquirido pela Contratante, os preços e prazos serão objeto de proposta específica, com solicitação antecipada à Contratada.

2) O atraso no pagamento de qualquer fatura apresentada num prazo superior a 10 (dez) dias, implicará na suspensão dos serviços;

3) Em caso de inadimplência e ou inobservância das condições estabelecidas neste contrato, serão aplicadas as sanções previstas na Lei 8.666/93 e suas alterações;

E, por estarem de prefeito e comum acordo, assinam o presente Termo em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo elencadas, para todos os fins de direito.

Presidente Nereu, 07 de janeiro de 2016.

PREFEITURA MUN. PRES NEREU

ANTONIO FRANCISCO COMANDOLI  
Prefeito Municipal  
Contratante

\_\_\_\_\_  
EVALDO ROCHA  
Gerente da Info-VR  
Contratada

Testemunhas:

ELISANDRA DELA BENETA KNIHS  
CPF: 065.001.199-67

VALDECI JOSÉ COMANDOLI  
CPF:018.560.459-51

CPF:

CPF:

### EXTRATO AO CONTRATO 03 2016- INTERNET AS.SOCIAL

EXTRATO DO CONTRATO Nº 03/2016

MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU

Contrato que entre si celebram o Município de Presidente Nereu, representado pelo seu Fundo de Assistência Social e Leonete Terezinha Sora Sezerino, inscrita no CNPJ 20.358.054/0001-30. Objeto: prestação de serviços complementares de manutenção, atualizações e assistência técnica de internet via radio a serem realizados no Centro Social João Voltolini.

Data: 11/01/2016 Vigência: 31/12/2016. Valor Global: R\$ 2.040,00 Presidente Nereu, 11 de janeiro de 2016.

Antônio Francisco Comandoli  
Prefeito Municipal

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 03/2016 QUE ENTRE SI FAZEM SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE PRESIDENTE NEREU E LEONETE TEREZINHA SORA SEZERINO

Aos 11(onze) dias do mês de janeiro de 2016, por este contrato de prestação de serviços, que entre si fazem, de um lado o SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE PRESIDENTE NEREU, pessoa jurídica de direito público, com sede à Praça Leão Dehon, Centro, Presidente Nereu, inscrita no CNPJ sob nº 13.735.201/0001-89 , neste ato representada pela SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL CLAUDELICE BELEGANTE, brasileira, casada, no exercício do cargo de Gestora, residente e domiciliada SC 429, s/n - PRESIDENTE NEREU - SC, doravante denominado "Contratante" e de outro lado a empresa Leonete Terezinha Sora Sezerino, inscrita no CNPJ sob nº. 20.358.054/0001-30, com sede a rua 22 de Julho, 34 no município de Presidente Nereu, doravante denominado "Contratada", tem entre si ajustadas as seguintes cláusulas:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a prestação de serviços complementares de manutenção, atualizações e assistência técnica de internet via radio a serem realizados no Centro Social João Voltolini.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DAS BASES DO CONTRATO

Este contrato é assinado com dispensa de licitação, baseado no artigo 24, inciso II, da Lei 8.666/93, de 21 de junho de 1993.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DOS SERVIÇOS A EXECUTAR

Por força do presente contrato a Contratada se compromete a:

- 1) Efetuar serviços contínuos de manutenção técnica e atualizações de versão necessárias para adequar a internet;
- 2) Dar suporte gratuito quando por telefone, fax ou via internet, para esclarecer dúvidas surgidas durante a utilização do serviço;
- 3) Dar suporte na sede da contratante quando necessário, e quando o atendimento decorrer de defeito do aparelho fornecido.

#### CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES

Constituem obrigações da Contratada:

- 1) Executar as atividades objeto deste contrato.
- 2) Não prestar informações ou declarações a respeito do presente contrato ou serviços a ele inerentes, exceto quando obtiver declaração por escrito da contratante;
- 3) Encaminhar mensalmente a Nota de Serviço para que seja efetuado o pagamento pela contratante.
- 4) Garantir que o sistema e suas respectivas atualizações entregues e instaladas desempenhem todas as funções e especificações necessárias ao bom cumprimento do contrato.
- 5) Manter a regularidade e a integridade do sistema.
- 6) Informar a CONTRATANTE sobre todas as atualizações realizadas no sistema, oferecendo a possibilidade de atualização de versão, desde que seja de interesse da CONTRATANTE;
- 7) Atender as chamadas destinados ao esclarecimento de dúvidas e solução de problemas;
- 8) A CONTRATADA prestará todo e qualquer suporte à CONTRATANTE, no sentido de solucionar pendências relativas à operacionalização do Sistema.
- 9) Fornecer o equipamento para pleno funcionamento dos serviços em regime de comodato.

Constituem obrigações da Contratante:

- 1) Manter o sistema atualizado para atender as disposições exigidas pela legislação pertinente.
- 2) Respeitar as condições estabelecidas pela CONTRATADA para locação dos sistemas e suas respectivas características de funcionamento.
- 3) Não ceder, em nenhuma hipótese, os direitos, uso e obrigações ou qualquer serviço sem o conhecimento e autorização prévia da CONTRATADA;
- 4) Não utilizar o Sistema em evidência, em quaisquer eventos, promoções ou publicações, sem autorização prévia e por escrito da CONTRATADA;
- 5) Criar um ambiente operacional adequado e de acordo com a especificação da CONTRATADA, sem nenhuma interferência e/ou responsabilidade da mesma;
- 6) Estabelecer orientações e determinações adequadas junto a seus empregados ou pessoas às quais venha a ser facilitado o acesso, no sentido de que os materiais e dados do link sejam corretamente manuseados, de modo a não violar qualquer dos compromissos aqui estabelecidos relativos ao uso, proteção e segurança do sistema. No caso de alguma violação se consumir contra a sua vontade e sem seu conhecimento prévio, a CONTRATANTE dará conhecimento dos fatos à CONTRATADA, além de empreender as ações necessárias no sentido de sustar ou anular a situação de violação;

#### CLÁUSULA QUINTA – PENALIDADES

- 10.1 – O não cumprimento dos prazos e ainda a prática de qualquer transgressão das suas condições sujeitarão a Contratada às seguintes sanções:
- a – Advertência por escrito;
  - b – Multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso em qualquer entrega/reposição do material, aplicado ao valor total do contrato, para o respectivo item, até o limite de 5% (cinco por cento) desse

mesmo valor;

- c – Multa de 5% (cinco por cento) aplicado sobre o valor total do item do contrato, para qualquer transgressão cometida que não seja atraso na entrega do material;
- d – Rescisão unilateral do contrato pela SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE PRESIDENTE NEREU e suspensão temporária da Contratada de participação em licitações e impedimento de contratar com a SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE PRESIDENTE NEREU por prazo não superior a 02 (dois) anos, no caso de ser excedido o limite de 5% (cinco por cento) estabelecido na letra b.

10.2 – As sanções previstas neste item poderão ser aplicadas desde que facultada a defesa prévia da Contratada no respectivo processo no prazo de 05 (cinco) dias úteis, conforme determina o art. 87, parágrafo 2º, da Lei 8.666/93.

10.3 – O não cumprimento das obrigações contratuais sujeitará também a Contratada às demais sanções previstas nos arts. 86 e 87 da Lei 8.666/93, com suas alterações.

#### CLÁUSULA SEXTA – DOS PREÇOS

Pela execução dos serviços descritos neste contrato, a Contratante pagará à Contratada os seguintes valores:

1.) Pelos serviços contínuos de manutenção, atualização e assistência técnica, a importância de R\$ 2.040,00 (dois mil e quarenta reais) dividido em 12 (doze) parcelas mensais de R\$ 170,00 (cento e setenta reais).

1.1. ) As parcelas mensais serão pagas até o último dia de cada mês.

#### CLÁUSULA SÉTIMA – DOS REAJUSTAMENTO DOS PREÇOS

O preço é irrevogável.

#### CLÁUSULA OITAVA – DOS PRAZOS

O presente Contrato é assinado pelo prazo de 12 (doze) meses, até 31 de dezembro de 2016.

#### CLÁUSULA NONA – DA RESCISÃO

O presente contrato poderá ser rescindido conforme as disposições contidas nos artigos 77 a 80, da Lei 8.666/93, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, através de comunicação por escrito, de qualquer uma das partes interessadas na rescisão.

#### CLÁUSULA DÉCIMA – DAS DESPESAS

As despesas decorrentes da execução do presente contrato, correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, consignadas no orçamento municipal, de acordo com a classificação e codificação abaixo:

12.01 - Fundo Municipal de Assistência Social  
2.006 – Fundo Municipal de Assistência Social  
3.3.90.39.9700.00.00.00.01.00000 - Despesas de Teleprocessamento

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO

As partes elegem o Foro da Comarca de Rio do Sul, com renúncia de qualquer outro por mais privilegiado que seja, para dirimir dúvidas que possam surgir na execução deste contrato.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

1) O atraso no pagamento de qualquer fatura apresentada num prazo superior a 10 (dez) dias, implicará na suspensão dos serviços;



2) Em caso de inadimplência e ou inobservância das condições estabelecidas neste contrato, serão aplicadas as sanções previstas na Lei 8.666/93 e suas alterações;

E, por estarem de prefeito e comum acordo, assinam o presente Termo em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo elencadas, para todos os fins de direito.

Presidente Nereu, 11 de janeiro de 2016.

\_\_\_\_\_  
CLAUDELICE BELEGANTE  
Gestora do Fundo Municipal de  
Assistencia Social  
CONTRATANTE

Leonete Terezinha Sora Sezerino  
CONTRATADA

Testemunhas:

\_\_\_\_\_  
Elisandra Dela Beneta Knihs  
CPF: 065.001.199-67

\_\_\_\_\_  
Valdeci José Comandoli  
CPF: 018.560.459-51

## **EXTRATO AO CONTRATO 03 2016- LOCAÇÃO DE IMÓVEL**

EXTRATO DO CONTRATO Nº 03/2016  
MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU

Contrato que entre si celebram o Município de Presidente Nereu, representado pelo seu Fundo de Saúde e Benta de Souza Prange, inscrita no CPF 038.260.649-33. Objeto: É objeto do presente Contrato a cessão de uma casa mobiliada, localizada na Rua John Kennedy s/nº, Centro, no município de Presidente Nereu, para residência do médico José Juan Aguilera Nararo do programa federal mais médicos.

Data: 12/01/2016 Vigência: 31/12/2016. Valor Global: R\$ 9.600,00  
Presidente Nereu, 12 de janeiro de 2016  
Benito Brand  
Gestor

CONTRATO nº 03/2016 QUE ENTRE SI CELEBRAM DE UM LADO O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PRESIDENTE NEREU E DE OUTRO BENTA DE SOUZA PRANGE E VALDEMAR PRANGE

Que entre si fazem o Município de PRESIDENTE NEREU -SC, representado pelo seu fundo municipal da Saúde, pessoa jurídica de direito público interno, fundo municipal de Saúde, representado por seu Gestor o senhor BENITO BRAND, brasileiro, em união estável, residente e domiciliado neste município, doravante denominado CONTRATANTE e de outro lado: BENTA DE SOUZA PRANGE pessoa física, inscrita no CPF sob N.º 038.260.649-33, e seu conjugue o senhor VALDEMARA PRANGE com CPF sob nº 446.397.329-53 domiciliados na Rua Johnn Kennedy, s/nº neste município, doravante denominados CONTRATADOS, firmam Contrato, mediante as seguintes cláusulas e condições:

### **CLÁUSULA 1ª: DO OBJETO**

É objeto do presente Contrato a cessão de uma casa mobiliada, localizada na Rua John Kennedy s/nº, Centro, no município de Presidente Nereu, para residência do médico José Juan Aguilera Nararo do programa federal mais médicos.

### **CLÁUSULA SEGUNDA: DOS RECURSOS FINANCEIROS**

Os recursos financeiros para pagamento de que trata este Edital, serão provenientes do Município.

### **CLÁUSULA TERCEIRA: DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

As despesas decorrentes da execução do presente contrato correrão a conta da seguinte dotação orçamentária vigente:

10.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

2.022 – Fundo Municipal de Saúde

3.3.90.36.15– Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física

1020000 – Locação de Imóveis

### **CLÁUSULA SEGUNDA: OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

É dever da CONTRATADA entregar o imóvel para locação em perfeitas condições de uso.

### **CLÁUSULA TERCEIRA: OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

É dever da CONTRATANTE efetuar mensalmente o pagamento sempre até o último dia útil de cada mês. A limpeza e manutenção do local também são obrigações da CONTRATANTE, bem como os gastos com energia elétrica e água.

### **CLAUSULA QUARTA: DO PREÇO E DOS PAGAMENTOS**

O pagamento será efetuado pela CONTRATANTE 12 (doze) parcelas mensais no valor de R\$ 800,00 (oitocentos reais), totalizando R\$ 9.600,00 (nove mil e seiscentos reais) sendo quitado as demais parcelas sempre até o décimo dia útil de cada mês subsequente.

### **CLÁUSULA QUINTA: DO REAJUSTE**

Os valores contratados não serão reajustados.

### **CLÁUSULA QUARTA: VIGÊNCIA**

O prazo de duração do presente contrato é de 12 (doze) meses, tendo início na data da assinatura e término em 31 de dezembro de 2016.

### **CLÁUSULA SÉTIMA: DA RESPONSABILIDADE DA CONTRATADA**

- A CONTRATADA deverá cumprir rigorosamente o estabelecido objeto deste edital e seus adendos.
- Fornecer ao Município, sempre que solicitado quaisquer informações e/ou esclarecimentos sobre o objeto do presente contrato.
- A contratada obriga-se a manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições estabelecidas, sob pena de rescisão do Contrato por não cumprimento do mesmo.
- A contratada deverá cumprir o disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, de acordo com o previsto no inciso V do artigo 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com a redação que lhe deu a Lei nº 9854, de 27 de outubro de 1999.

### **CLÁUSULA OITAVA: DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL**

A alteração do contrato dar-se-á nos termos do Art. 65, seus incisos e parágrafos da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993, consolidada.

### **CLÁUSULA DÉCIMA: DA INEXECUÇÃO E DA RESCISÃO DO CONTRATO**

A inexecução e a rescisão do contrato serão reguladas pelo Art. 58, § II e Art. 77 à 80 da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993

consolidada.

O presente contrato poderá ser rescindido por uma das partes com comunicação de 30 (trinta) dias de antecedência.

#### CLÁUSULA SETIMA – PENALIDADES

7.1 – O não cumprimento dos prazos e ainda a prática de qualquer transgressão das suas condições sujeitarão a Contratada às seguintes sanções:

a – Advertência por escrito;

b – Multa de 5% (cinco por cento) aplicado sobre o valor total do item do contrato, para qualquer transgressão cometida;

c – Rescisão unilateral do contrato pela Prefeitura Municipal de Presidente Nereu e suspensão temporária da Contratada de participação em licitações e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Presidente Nereu por prazo não superior a 02 (dois) anos, no caso de ser excedido o limite de 5% (cinco por cento) estabelecido na letra b.

7.2 – As sanções previstas neste item poderão ser aplicadas desde que facultada a defesa prévia da Contratada no respectivo processo no prazo de 05 (cinco) dias úteis, conforme determina o art. 87, parágrafo 2º, da Lei 8.666/93.

7.3 – O não cumprimento das obrigações contratuais sujeitará também a Contratada às demais sanções previstas nos arts. 86 e 87 da Lei 8.666/93, com suas alterações.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DA VINCULAÇÃO

Este contrato está vinculado ao artigo 55 pelo contratado e aos termos da lei nº 8.666/93-consolidada, especialmente nos casos omissos.

#### CLÁUSULA DECIMA : DA RESPONSABILIDADE DO CONTRATO

O contrato ficará de responsabilidade do Secretario de Saúde Senhor Benito Brand.

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DAS OBRIGAÇÕES GERAIS

Quaisquer modificações entre as partes, com relação aos assuntos relacionados a este contrato, serão formalizadas por escrito, em duas vias, uma das quais visadas pelo destinatário, e que constituirá prova de sua efetiva entrega.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DO FORO

O Fórum competente para dirimir quaisquer dúvidas ou litígios decorrentes do presente contrato será o de Rio do Sul, renunciando as partes de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E por estarem justas e contratadas as partes assinam o presente contrato em duas vias de igual teor e forma na presença e juntamente com duas testemunhas.

Presidente Nereu, 12 de janeiro de 2016.

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PRESIDENTE NEREU

BENITO BRAND

CONTRATANTE

BENTA DE SOUZA PRANGE

CONTRATADA

VALDEMAR PRANGE

CONTRATADO

Testemunhas:

VALDECI JOSÉ COMANDOLI

CPF: 018.560.459-51

ELISANDRA DELA BENETA KNIHS

CPF:065.001.199-67

#### EXTRATO AO CONTRATO 04 2016- INFODIGITALLE

EXTRATO DO CONTRATO Nº 04/2016

MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU

Contrato que entre si celebram o Município de Presidente Nereu e MARCIA M. DA SILVA CIA LTDA - INFODIGITALLE, inscrita no CNPJ 86.731.494/0001-08. Objeto: Locação de Sistema de Informática GEDOC sob a forma de licença de uso, não exclusiva, em ambiente Windows.

Data: 08/01/2016. Vigência: 31/12/2016. Valor Global: R\$ 3.480,84 Presidente Nereu, 08 de janeiro de 2016.

Antônio Francisco Comandoli

Prefeito Municipal

#### CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 04/2016

Ao quinto dia do mês de janeiro de 2016 por este contrato de prestação de serviços, que entre si fazem, de um lado o MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU, pessoa jurídica de direito público, com sede à Praça Leão Dehon, 50, Centro, Presidente Nereu, inscrita no CNPJ sob 83.102.699/0001-28, neste ato representada pelo seu Prefeito Municipal Senhor ANTONIO FRANCISCO COMANDOLI, portador do CPF nº.026.434.989-09, doravante denominado "Contratante" e de outro lado a empresa MARCIA M. DA SILVA CIA LTDA – INFODIGITALLE, pessoa jurídica de direito privado com sede à Rua Ernesto Prada, 280, na cidade de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob nº 86.731.494/0001-08, neste ato representada pelo Senhor José da Silva, doravante denominada CONTRATADA, ajustam entre si o presente contrato de prestação de serviços, mediante às cláusulas e condições que, reciprocamente aceitam, ratificam e outorgam na forma abaixo estabelecida, tudo de acordo com a Lei 8.666/93, com alterações introduzidas pela Lei 8.883/94.

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 – Sistema de informática GEDOC (Administrativo EX) - O objeto do presente contrato é a locação de Sistema de informática GEDOC (Gerenciador eletrônico de Documentos) sob a forma de licença de uso, não exclusiva, em ambiente Windows. O sistema destina-se ao gerenciamento eletrônico e digitalização dos seguintes documentos administrativos (Projetos de Lei, Leis, Contratos, Correspondências, Decretos, Editais, Emendas, Parecer Jurídico, Pedidos de Informação, Protocolo, Portarias e Relatórios do Controle Interno) com o devido acompanhamento de todas as suas fases processuais, de forma ordenada, possibilitando a pesquisa e a visualização de todas as peças e o seu armazenamento digital;

1.2 – Publicação e Hospedagem da Legislação (gedocNet EX) - Hospedagem da base de dados, das imagens digitalizadas no formato PDF e das redações no formato DOC e ou HTML das Leis Municipais (Ordinárias e Complementares), Decretos e Portarias no Servidor Web da CONTRATADA, possibilitando a pesquisa da referida legislação no domínio [www.legislacaomunicipal.com](http://www.legislacaomunicipal.com) e permitindo link de um formulário de consulta para a página de internet da CONTRATANTE.

§ 1º – O espaço em disco no servidor web da CONTRATADA referente ao item 1.2 é limitado a 3000Mb (três mil megabytes), caso haja necessidade de espaço adicional o mesmo será cobrado a parte conforme tabela de valores vigente.

1.7 – Manutenção legal e corretiva necessária ao aprimoramento dos itens deste objeto, durante o período contratual conforme Cláusula Oitava deste contrato.



**CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA**

2.1 – O presente contrato terá sua vigência até 31/12/2016, contados a partir da data da assinatura deste contrato.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DOS VALORES E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

3.1 – O valor total do presente contrato é de R\$ 3.480,84 (três mil quatrocentos e oitenta reais e oitenta e quatro centavos) e será pago pela CONTRATANTE a CONTRATADA em 12 (doze) parcelas iguais e mensais de R\$ 290,07 (duzentos e noventa reais e sete centavos), sendo R\$ 246,29 pelo item 1.1 e R\$ 43,78 pelo item 1.2 da cláusula primeira deste contrato.

3.2 – Pela prestação de serviços de suporte técnico, não coberto pela manutenção (Cláusula Oitava deste contrato), será pago o valor de R\$ 77,00 (setenta e sete reais) a hora técnica, acrescidos de despesas de deslocamento no valor de R\$ 0,85 (oitenta e cinco centavos) o KM rodado, mais despesas de estadia no valor de R\$ 120,00 (cento e vinte reais) ao dia, quando exigir a presença do técnico por mais de 5 horas.

3.3 – O pagamento será efetuado até o 10º dia útil do mês subsequente ao vencido, mediante emissão e apresentação da nota fiscal respectiva.

3.4 – Em caso de atraso, incidirão sobre o valor das locações multa de 1% (um por cento), mais juros de 2% (dois por cento) ao mês, a título de compensação financeira, desde o dia subsequente ao do vencimento até o do seu efetivo pagamento.

3.5 – Os valores contratados referentes aos itens do objeto serão corrigidos anualmente de acordo com o IGP-M acumulado no período de 12 (doze) meses, tendo como referência o mês de novembro.

§ 1º – Caso o contrato vigente não seja automaticamente renovado, ficam valendo para fins de reajuste para a elaboração de um novo contrato os valores tabelados e praticados no estado de Santa Catarina pela CONTRATADA.

**CLÁUSULA QUARTA DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

As despesas decorrentes da locação do Sistema objeto do presente contrato, correrão por conta das dotações do orçamento vigente, de acordo com a classificação e codificação abaixo:

2.003 – Manutenção das Atividades Administrativas

3.3.90.39.00.00.00.00.00.0.1.0080 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

**CLÁUSULA QUINTA DA LICENÇA DE USO DO SISTEMA GEDOC**

a) O aplicativo é de propriedade da CONTRATADA, que concede à CONTRATANTE o direito de uso de uma licença do sistema, objeto deste contrato, instalada em um único computador/servidor e em até 05 (cinco) computadores conectados em rede.

b) É vedada a cópia ou distribuição do sistema GEDOC, exceto para fazer backup. O sistema esta protegido pela legislação de direitos autorais. A lei nº. 9.609/98, prevê a pena de 06 (seis) meses a 02 (dois) anos de detenção, e indenização para cada cópia instalada ilegalmente.

c) É vedada a sublocação, empréstimo, arrendamento ou transferência do software contratado a um outro usuário, assim como também é a engenharia reversa, a decompilação ou a decomposição do(s) referido(s) sistema(s).

d) Responsabilidade por danos indiretos: Em nenhuma hipótese a CONTRATADA será responsável por qualquer dano decorrente do uso indevido ou da impossibilidade de usar o referido sistema, ainda que a CONTRATADA tenha sido alertada quanto à possibilidade destes danos.

**CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES**

6.1 – Caberá à CONTRATANTE:

a) Efetuar o pagamento pela locação do Sistema objeto do presente Contrato, na forma e no prazo convencionado, assim como, todas as despesas de correio e/ou transportadora referente ao envio de mercadorias como, software, manuais e afins, bem como o custo de CDs ou DVDs;

b) Facilitar o acesso dos técnicos da CONTRATADA às áreas de trabalho, registros, documentação e demais informações necessárias ao bom desempenho das funções;

c) Designar um técnico categorizado para acompanhar o desenvolvimento dos serviços e desempenhar as atividades de coordenação técnica e administrativa, servindo de elo entre as partes;

d) Custear os gastos necessários para implantação, assistência técnica, manutenções e eventuais alterações dos sistemas;

e) Responsabilizar-se pela supervisão, gerência e controle de utilização do sistema licenciado, incluindo:

- assegurar a configuração adequada da máquina e instalação dos sistemas;

- manter backup adequado para satisfazer as necessidades de segurança e recuperação no caso de falha da máquina;

- dar prioridade aos técnicos da CONTRATADA para utilização do equipamento da CONTRATANTE quando da visita técnica dos mesmos.

6.2 – Caberá a CONTRATADA:

a) Instalar o sistema gedoc, objeto deste contrato.

b) Disponibilizar o treinamento de utilização do sistema a CONTRATANTE conforme Cláusula Sétima.

c) Prestar suporte somente na operacionalização do sistema gedoc, objeto deste contrato, ao usuário que tenha recebido o devido treinamento.

d) Manter informado o técnico da contratante, encarregado de acompanhar os trabalhos, prestando-lhe as informações necessárias.

e) Prestar, às suas expensas, as manutenções que se fizerem necessárias no Sistema gedoc, causadas por problemas originados dos fontes do mesmo.

f) Tratar como confidenciais informações e dados contidos no Sistema da CONTRATANTE, guardando total sigilo perante terceiros.

**CLÁUSULA SÉTIMA – DO TREINAMENTO**

7.1 – O treinamento de utilização do software ao(s) usuário(s) deverá ser realizado em até 07 (sete) dias úteis após sua instalação, tendo duração de no máximo 4 (quatro) horas e obedecer aos seguintes critérios:

a) A CONTRATANTE apresentará à CONTRATADA a relação de usuários a serem treinados;

b) Definida a equipe de treinamento, a CONTRATADA realizará o treinamento em uma única etapa, sem obrigação de repetir;

c) O treinamento constará de apresentação geral do sistema e acompanhamento de todos os procedimentos em nível de usuário;

d) O treinamento prático deverá possibilitar todas as operações de inclusão, alteração, exclusão e consulta referente a cada tela, bem como a emissão de relatórios e sua respectiva análise.

**CLÁUSULA OITAVA – DA MANUTENÇÃO**

8.1 – Entende-se por manutenção a obrigação da CONTRATADA de manter o sistema de acordo com as características do Objeto:

a) Corrigir eventuais falhas do sistema, desde que originados por erro ou defeito de funcionamento do mesmo;

b) Alteração de sistema em função de mudanças legais, alteração de legislação federal, desde que tais mudanças não influam na estrutura básica do sistema.

c) Manutenção Remota através de software específico cedido pela CONTRATADA.

§ 1º – Sempre que a manutenção remota for feita por um dos técnicos credenciados da CONTRATADA, uma sessão de vídeo da manutenção será gravada e ficara arquivada no servidor da Info Digitalle. O vídeo é gravado no formato padrão do Sistema de manutenção Remota usado pela CONTRATADA e servirá de prova de que o acesso foi feito e a manutenção efetuada. A CONTRATANTE poderá solicitar uma cópia do mesmo sempre que julgar necessário. O Vídeo ficará a salvo nos arquivos da CONTRATADA por um período de 60 dias após a efetivação da manutenção remota.

**CLÁUSULA NONA – DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS**

9.1 – A prestação de serviços, não cobertas pela manutenção, será cobrada à parte, entendendo-se:

- a) Mudanças no programa descrito no Objeto para atender às necessidades específicas da CONTRATANTE;
- b) Elaboração de novos programas solicitados pela CONTRATANTE;
- c) Alterações do sistema em função de mudanças legais ou operacionais que impliquem em modificações da estrutura básica do sistema;
- d) Substituição do sistema por versões mais atualizadas em função do aprimoramento técnico e/ou operacional;
- e) Auxílio na recuperação da base de dados por problemas originados em erros de operação, queda de energia ou falha de equipamentos;
- f) Treinamento de pessoal da CONTRATANTE na operação ou utilização do sistema em função de substituição de pessoal, tendo em vista demissões, exonerações, mudanças de cargos, etc.

§ 1º – As solicitações de manutenção presencial e ou manutenção remota nos softwares instalados na CONTRATANTE serão enviadas pela mesma, através de pessoa ou área responsável à CONTRATADA, via sistema online disponível no website <http://suporte.infodigitalle.com.br>, acompanhado de documentação ou comentário que caracterize o serviço a ser efetuado. Após confirmação da solicitação, já de posse do código de autorização gerado pelo sistema, a CONTRATANTE entrará em contato com a CONTRATADA por telefone, para que as providências e as soluções necessárias sejam executadas.

§ 2º – A eventual prestação de serviço realizado por técnicos da contratada de forma remota através da WEB (Manutenção Remota) será cobrada à parte, conforme valores fracionados da hora técnica dispostos no item 3.2 deste contrato.

**CLÁUSULA DÉCIMA – DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL**

10.1 – A alteração de quaisquer das disposições estabelecidas neste contrato somente se reputará válida se tornadas conhecidas expressamente em Instrumento Aditivo, que ao presente se aderirá, passando a fazer parte dele.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA DA RESCISÃO**

A ocorrência de quaisquer das hipóteses previstas no art. 78 da Lei nº 8.666/93 ensejará a rescisão do contrato:

- a) Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.
- b) Os casos de rescisão administrativa ou amigável serão precedidos de comunicação por escrito, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.
- c) Em caso de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, o presente contrato poderá ser rescindido ou suspenso.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA DAS PENALIDADES**

Ao contratado total ou parcialmente inadimplente serão aplicadas as sanções legais, conforme segue:

- a) advertência;
- b) multa administrativa graduável conforme a gravidade da infração, não excedendo, em seu total, o equivalente a 10% (dez por cento) do valor contratado, cumulável com as demais sanções;
- c) suspensão temporária de participar em licitações e impedimento de contratar com a administração por prazo não superior a 2 (dois) anos;
- d) declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a administração pública enquanto perdurarem os motivos da punição, ou até que seja promovida a reabilitação, na forma da Lei, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

\*As inadimplências supra, bem como as penalidades consequentes, serão julgadas e propostas pela Comissão Permanente de

Licitações, ao Chefe do Poder Executivo, que as aplicará através de Decreto.

**CLÁUSULA TERCEIRA DO FORO**

As partes de comum e recíproco acordo, elegem o foro da comarca de Rio do Sul- SC para dirimir qualquer dúvida, ação ou questão oriunda deste presente contrato.

E por estarem justos e contratados, assinam o presente, por si e seus sucessores, em 2(duas) vias iguais e rubricadas para todos os fins de direito, na presença de 2 (duas) testemunhas.

Presidente Nereu, 08 de janeiro de 2016.

Município de Presidente Nereu Contratante – ANTONIO FRANCISCO COMANDOLI	Marcia M. da Silva Cia Ltda - Info Digitalle Contratada - José da Silva
Testemunhas	
Valdeci José Comandoli CPF 018.560.459-51	Elisandra Dela Beneta Knihs CPF 065.001.199-67

**EXTRATO AO CONTRATO 05 2016- IDS**

EXTRATO DO CONTRATO Nº 05/2016

MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU

Contrato que entre si celebram o Município de Presidente Nereu, através da Secretaria Municipal de Educação e IDS DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE E CONSULTORIA LTDA, inscrita no CNPJ 05.982.200/0001-00. Objeto: Contratação de licença de uso de software para gestão da Educação Municipal, incluindo serviços de instalação, impostação e/ou conversão de dados, treinamento, manutenção legal/corretiva e suporte técnico.

Data: 08/01/2016. Vigência: 31/12/2016. Valor Global: R\$ 4.878,12

Presidente Nereu, 08 de janeiro de 2016.

Antônio Francisco Comandoli

Prefeito Municipal

CONTRATO 05/2016 DE FORNECIMENTO DE LICENÇA DE USO DE SOFTWARE PARA GESTÃO DA EDUCAÇÃO MUNICIPAL E SERVIÇOS COMPLEMENTARES

O MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU, pessoa jurídica de direito público, com sede na Praça Leão Dehon, 50, Bairro Centro, Cidade de Presidente Nereu, Estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ sob nº 83.102.699/0001-28, neste ato representado pelo Prefeito Municipal ANTONIO FRANCISCO COMANDOLI, doravante denominada simplesmente de CONTRATANTE, e a empresa IDS DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE E CONSULTORIA LTDA., com sede na Rua Ibioporã, 304, sala 02, Bairro Centro, Cidade de Pato Branco, Estado do Paraná, inscrita no CNPJ sob nº 05.982.200/0001-00, neste ato representada legalmente pelo Sócio-Administrador, Sr. Mauri César Dengo, portador da cédula de Identidade nº 5.238.704-3 e registrado no Cadastro de Pessoas Físicas sob nº 761.581.289-53, doravante determinada simplesmente CONTRATADA, têm, entre si, justo e acordado o presente instrumento, celebrado e elaborado de acordo com a Lei nº 8.666/93 mediante as seguintes cláusulas e condições:

**DO FUNDAMENTO LEGAL**

CLÁUSULA PRIMEIRA. Vincula-se o presente Contrato à CONCORRÊNCIA PÚBLICA nº 02/2011, realizada pelo Consórcio Intermunicipal Multifinalitário dos Municípios da Amavi - CIM-AMAVI, e à proposta da CONTRATADA, partes integrantes deste contrato, sujeitando-se o CONTRATANTE e a CONTRATADA às normas previstas na Lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores.

**DO OBJETO DO CONTRATO**

**CLÁUSULA SEGUNDA.** Constitui objeto do presente contrato a contratação de licença de uso de software para gestão da educação municipal, incluindo serviços de instalação, importação e/ou conversão de dados, treinamento, manutenção legal/corretiva e suporte técnico conforme especificações contidas no referido Edital de Licitação.

#### DETALHAMENTO DO OBJETO

**CLÁUSULA TERCEIRA.** O fornecimento da licença de uso de software para gestão da educação municipal para o CONTRATANTE compreende:

3.1. Serviços de instalação, importação e/ou conversão de dados e treinamento e serviços de instalação do portal do professor para manutenção de registros e avaliações.

3.2. Licença de uso do software licitado, manutenção legal, corretiva e suporte técnico.

3.3. Importação e/ou conversão dos dados existentes caso haja necessidade.

3.3.1. Esta etapa compreende a importação, conversão, reorganização e reestruturação dos dados existentes no sistema atual do CONTRATANTE, visando permitir a utilização plena destas informações. O trabalho operacional de levantamento dos dados cadastrais que forem necessários à implantação efetiva do software será de responsabilidade do CONTRATANTE em conjunto com a CONTRATADA.

3.3.2. Os dados para conversão serão fornecidos à CONTRATADA na sede do CIM-AMAVI.

3.3.3. A referência de importação dos dados fornecidos pelo CONTRATANTE é originária do "Sistema Série" do Estado de Santa Catarina.

3.3.4. A migração e o aproveitamento de dados históricos e cadastrais informatizados do CONTRATANTE até a data de execução desta fase são de responsabilidade da CONTRATADA, que deverá providenciar a conversão dos dados existentes para o sistema licitado, mantendo a integridade e segurança dos dados.

3.3.5. Na ausência da possibilidade de migração dos dados do banco atual, a CONTRATADA deverá providenciar, sem ônus para o CONTRATANTE, a digitação de todos os itens corrigidos, sujeito a verificação posterior por parte do CONTRATANTE.

3.3.6. Efetuada a migração e consistência dos dados importados, as informações deverão ser homologadas pelo CONTRATANTE.

#### 3.4. Treinamento dos usuários

3.4.1. O treinamento deverá ser realizado, na sede do CIM-AMAVI, de forma simultânea aos serviços de instalação do software e oferecido a profissional indicado pelo CONTRATANTE que ficará responsável pela operacionalização do sistema na sede do CIM-AMAVI e pelo suporte direto ao CONTRATANTE.

3.4.2. As despesas relativas à participação dos instrutores e de pessoal próprio, tais como: hospedagem, transporte, diárias, etc. serão de responsabilidade da CONTRATADA.

3.4.3. Ao CONTRATANTE resguardar-se-á o direito de acompanhar, adequar e avaliar o treinamento contratado com instrumentos próprios, sendo que, se o treinamento for julgado insuficiente, caberá à CONTRATADA, sem ônus para o CONTRATANTE, ministrar o devido reforço.

#### 3.5. Manutenção legal e corretiva

3.5.1. A CONTRATADA deverá executar os serviços contínuos de manutenção legal e corretiva do sistema contratado, durante a vigência do contrato:

3.5.1.1. Manutenção corretiva: é aquela decorrente de problemas de funcionalidade detectados pelo usuário, ou seja, funcionamento em desacordo com o especificado no Edital de Concorrência, com prazo máximo de até 10 (dez) dias úteis para conclusão.

3.5.1.2. Manutenção legal: em caso de mudança na legislação, banco de dados, entre outros, a empresa contratada deverá promover as devidas mudanças no sistema, sem prejuízos à operação do mesmo, durante vigência contratual.

#### 3.6. Suporte técnico

3.6.1. Durante o período de vigência contratual deverá ser garantido atendimento para suporte técnico no horário das 08:00 às 12:00 horas e das 14:00 às 17:00 horas, de segundas às sextas feiras, através de técnicos habilitados com o objetivo de:

3.6.1.1. Esclarecer dúvidas que possam surgir durante a operação e utilização dos sistemas.

3.6.1.2. Auxílio na recuperação da base de dados por problemas originados em erros de operação, queda de energia ou falha de equipamentos.

3.6.2. Esse atendimento poderá ser realizado por telefone, e-mail, internet, através de serviços de suporte remoto, preferencialmente através de recursos gratuitos tais como msn, Skype, etc., e/ou na sede do CIM-AMAVI.

3.6.3. A CONTRATADA deverá indicar um coordenador técnico para prestar o suporte técnico.

3.6.4. O atendimento a solicitação do suporte deverá ser realizado por atendente apto a prover o devido suporte ao sistema ou redirecionar o atendimento a quem o solucione.

3.6.5. O prazo máximo para atender solicitações de suporte não poderá ser superior a 5 (cinco) dias úteis, viabilizando no caso da prioridade mais severa, em prazo não superior a 2 (dois) dias úteis, a presença de técnico nas dependências do CIM-AMAVI para a solução de quaisquer problemas do sistema contratado. Este prazo se inicia com a abertura do chamado técnico.

#### DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

**CLÁUSULA QUARTA.** As despesas do presente contrato correrão por conta da seguinte dotação orçamentária: 05.01.12.361.1501.2010.3.3.90.00.00.

#### DO VALOR

**CLÁUSULA QUINTA.** O CONTRATANTE pagará à CONTRATADA os seguintes valores:

5.1. Licença de uso do software licitado, manutenção legal/corretiva e suporte técnico: Valor de 12 (doze) parcelas de: R\$ 406,51 (quatrocentos e seis reais e cinquenta e um centavos).

#### DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

**CLÁUSULA SEXTA.** O pagamento dos serviços de instalação, importação e/ou conversão de dados e treinamento, será realizado em até 15 (quinze) dias contados do recebimento da respectiva nota



fiscal, que será emitida somente após a conclusão dos respectivos serviços, condicionado o pagamento à emissão de Termo de Aceite.

6.1. O pagamento da licença de uso do software, manutenção legal, corretiva e suporte técnico, será realizado mensalmente até o 15º (décimo quinto) dia útil do mês subsequente à apresentação da nota fiscal, que deverá ser emitida a cada período de trinta dias a contar da emissão de Termo de Aceite dos serviços de instalação, importação e/ou conversão de dados.

6.2. Juntamente com a nota fiscal, deverão ser apresentados os seguintes documentos, sob pena de ser susgado o pagamento, não incidindo quaisquer acréscimos, até a regularização:

6.3.1. Comprovante de pagamento do FGTS do mês anterior.

6.4.2. Comprovante de pagamento do INSS do mês anterior.

#### DA ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA

CLÁUSULA SÉTIMA. Se o CONTRATANTE não efetuar o pagamento no prazo previsto e tendo a CONTRATADA adimplido integralmente as obrigações avençadas, os valores devidos serão monetariamente atualizados, a partir do dia de seu vencimento e até o dia de sua liquidação, segundo os mesmos critérios adotados para atualização das obrigações tributárias para com o Município Contratante.

#### DO REAJUSTE

CLAUSULA OITAVA. Os preços serão fixos e irrevogáveis pelo período de 12 (doze) meses a contar da assinatura do contrato.

8.1. Os valores contratados poderão ser reajustados após 12 (doze) meses pela variação acumulada do Índice Geral de Preços de Mercado – INPC, calculado pelo IBGE, ou na falta desse, pelo índice legalmente permitido à época.

8.2. Em caso de desequilíbrio financeiro devidamente comprovado e aceito pelo CONTRATANTE, os preços ajustados poderão ser realinhados de comum acordo, observadas às formalidades legais.

#### DOS PRAZOS

CLÁUSULA NONA. O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, prorrogável por iguais e sucessivos períodos até o máximo de 48 (quarenta e oito) meses, nos termos do artigo 57, inciso IV da lei 8.666/93 e alterações posteriores.

9.1. O prazo para iniciar os serviços será de 5 (cinco) dias úteis a contar da emissão de Autorização de Fornecimento.

9.2. Os prazos para execução dos serviços objeto do Contrato são:

9.2.1. Instalação: deverá ser concluída em 5 (cinco) dias úteis após o início dos serviços.

9.2.2. Importação e/ou conversão de dados: a ser realizada entre o 1º (primeiro) e o 30º (trigésimo) dia útil após a conclusão da instalação.

9.2.3. Treinamento: realizado simultaneamente à instalação.

9.2.4. Manutenção legal e corretiva: durante o período de vigência contratual.

9.2.5. Suporte técnico: durante o período de vigência contratual.

9.3. O prazo para desenvolver os requisitos pontuáveis não atendidos será no máximo de 30 (trinta) dias contados a partir da

assinatura do contrato.

#### DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

CLÁUSULA DÉCIMA. A CONTRATADA obrigará-se a:

10.1. Executar o serviço, obedecendo às especificações, aos itens, aos subitens, aos elementos, às condições gerais e específicas deste Contrato, às disposições da legislação em vigor, bem como aos detalhes e instruções fornecidos.

10.2. Assumir inteira responsabilidade pelo serviço ora adjudicado.

10.3. Arcar com todas as despesas inerentes a execução do objeto deste Contrato.

10.4. Arcar com todos os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais ou comerciais.

10.5. Comunicar à CONTRATANTE, imediatamente e por escrito, quaisquer anormalidades que verificar na execução dos serviços.

10.6. Responder por quaisquer danos pessoais ou materiais ocasionados por seus empregados em decorrência da execução do Contrato.

10.7. Atender satisfatoriamente e em consonância com as regras do Edital, o objeto deste Contrato.

10.8. Cumprir rigorosamente os prazos estipulados neste Contrato.

10.9. Manter os prazos ajustados no Edital e firmados na proposta da CONTRATADA.

10.10. Reparar, corrigir, substituir, remover às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto da contratação em que se verificarem defeitos ou incorreções.

10.11. Manter durante a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

10.12. Refazer sem qualquer ônus para a CONTRATANTE, os trabalhos executados deficientemente ou em desacordo com as instruções emanadas da mesma.

10.13. Garantir o funcionamento do sistema de acordo com os requisitos especificados no Edital e em seus anexos, a partir da aceitação final pela CONTRATANTE, até o término do contrato.

10.14. Desenvolver os requisitos pontuáveis não atendidos ou não demonstrados para Comissão Técnica no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados a partir da assinatura do contrato.

10.15. A CONTRATADA será responsabilizada civil e criminalmente pelos danos causados à Administração Pública ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade com a fiscalização ou o acompanhamento pelo CONTRATANTE ou qualquer outro órgão fiscalizador.

10.16. Todos os encargos sociais trabalhistas, bem como tributos de qualquer espécie que venham a ser devidos em decorrência do presente Contrato, correrão por conta da CONTRATADA, salvo àqueles que a lei expressamente determinar como de responsabilidade do CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA. A CONTRATANTE obrigar-se-á a:

11.1. Fornecer todos os elementos básicos e dados complementares necessários para o perfeito desenvolvimento do serviço.

11.2. Notificar a CONTRATADA, por escrito, quaisquer irregularidades que venham ocorrer em função da execução do serviço, fixando-lhe prazo para correção de tais irregularidades.

11.3. Efetuar os pagamentos devidos à CONTRATADA, na forma estabelecida na Cláusula Sexta deste Contrato.

11.4. Providenciar as inspeções necessárias com vistas a assegurar o cumprimento dos prazos estabelecidos neste Contrato.

#### DAS ALTERAÇÕES, SUPRESSÕES OU ACRÉSCIMOS

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA. As alterações deste contrato somente poderão ocorrer, com as devidas justificativas, nos casos previstos no art. 65 da Lei nº 8.666/93.

12.1. A CONTRATADA obrigar-se-á a aceitar, nas mesmas condições estabelecidas neste contrato, os acréscimos e/ou supressões que se fizerem necessários, nos serviços em até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial contratado atualizado, nos termos do art. 65, § 1º da Lei 8.666/1993 e suas alterações.

12.2. Os acréscimos e/ou supressões não poderão exceder os limites acima mencionados, salvo as supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes, com fulcro no art. 65, § 2º, da Lei 8.666/1993 e suas alterações.

12.3. As supressões e/ou acréscimos referenciados serão considerados formalizados mediante aditamento contratual.

#### DAS PRERROGATIVAS DO CONTRATANTE

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA. O CONTRATANTE reserva-se o direito de uso das seguintes prerrogativas, naquilo que for pertinente a este contrato:

13.1. Modificá-lo, unilateralmente, para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitados os direitos do contratado.

13.2. Rescindi-lo unilateralmente, nos casos especificados no inciso I a XII e XVII do artigo 78 da Lei 8.666/93.

13.3. Fiscalizar-lhe a execução.

13.4. Aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste.

#### DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA. No caso de atraso injustificado por parte da CONTRATADA para o início da execução dos serviços ou para o término de cada etapa, a partir do primeiro dia, a mesma sujeitar-se-á à multa de mora de 0,3% (zero vírgula três por cento) ao dia, sobre o valor global proposto, que não excederá a 10% (dez por cento) do montante.

14.1. Pela inexecução total ou parcial do objeto do contrato, além do disposto no caput desta cláusula, estará a Contratada sujeita às seguintes sanções:

14.1.1. Advertência.

14.1.2. Multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor global proposto.

14.1.3. Suspensão temporária da possibilidade de licitar e contratar com o Município Contratante pelo período de até 02 (dois) anos consecutivos.

14.1.4. Declaração de Inidoneidade.

14.2. Caso durante a vigência do contrato o software deixe de funcionar por motivo de atualização ou qualquer problema ocasionado pela CONTRATADA, poderá o CONTRATANTE aplicar multa de 5% (cinco por cento) do valor pago mensalmente referente ao sistema.

14.3. A suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração e a declaração de inidoneidade será declarada em função da natureza e gravidade da falta cometida.

14.4. Antes da aplicação de qualquer penalidade à CONTRATADA será assegurado o contraditório e ampla defesa. Qualquer contestação sobre a aplicação de multas deverá ser feita por escrito.

14.5. A CONTRATADA não incorrerá em multa quando o descumprimento dos prazos estabelecidos resultar de força maior devidamente comprovada, ou de instruções da Administração Municipal.

14.6. Dos atos da Administração decorrentes da aplicação das penalidades previstas nesta cláusula, bem como da rescisão do contrato, serão cabíveis recursos administrativos de acordo com o artigo 109 da Lei nº 8.666/93.

#### DA SUBCONTRATAÇÃO

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA. Não será permitida a subcontratação para a execução dos serviços objeto deste contrato.

#### DA RESCISÃO

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA. O contrato poderá ser rescindido pelo CONTRATANTE, independentemente de notificação ou interpelação judicial, atendido o disposto nos artigos 77 a 80 da Lei 8.666/1993 e suas alterações.

16.1. A CONTRATANTE poderá ainda, sem caráter de penalidade, declarar rescindido o contrato por conveniência administrativa fundamentada. Neste caso, a CONTRATADA terá direito a receber os valores correspondentes aos serviços executados.

#### DO FORO

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA. Fica eleito o foro da Comarca do CONTRATANTE, com prevalência sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para adoção de medidas judiciais, pertinentes à execução presente contrato.

E, por estarem assim, justos e contratados firmam o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Presidente Nereu, 08 de janeiro de 2016.

ANTONIO FRANCISCO CO-MANDOLI MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU	MAURI CÉSAR DENG IDS DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE E CONSULTORIA LTDA.
---	---

#### TESTEMUNHAS:

1. \_\_\_\_\_  
Nome: ELISANDRA D. KNIHS  
CPF : 065.001.199-67

2. \_\_\_\_\_  
Nome: VALDECI JOSÉ COMANDOLI  
CPF: 018.560.459-51

**EXTRATO AO CONTRATO 06 2016- VIGILANCIA EDUCAÇÃO**

EXTRATO DO CONTRATO Nº 06/2016

MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU

Contrato que entre si celebram o Município de Presidente Nereu e VIGILANCIA VIP SECURITY LTDA ME, inscrita no CNPJ 11.077.136/0001-16. Objeto: Contratação de empresa de vigilância para monitoramento de vídeo (cameras) nas escolas da rede municipal de ensino. 27 cameras: 04 no CE Anita Knihs, 08 no CE Vereador Jaime Gili e 15 no CEI Vó Paulina.

Data: 08 de janeiro de 2016. Vigência: 30/06/2016. Valor Global: R\$ 3.600,00

Presidente Nereu, 08 de janeiro de 2016..

Antônio Francisco Comandoli

Prefeito Municipal

**CONTRATO Nº 06/2016**

Aos oito dias do mês de janeiro de 2016, por este contrato de prestação de serviços, que entre si fazem, de um lado a PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU, pessoa jurídica de direito público, com sede à Praça Leão Dehon, 50, Centro, Presidente Nereu, inscrita no CNPJ sob nº 83.102.699/0001-28, neste ato representada pelo seu Prefeito Municipal Senhor Antonio Francisco Comandoli, portador do CPF nº 311.919.829-72, doravante denominado "Contratante" e de outro lado a empresa VIGILANCIA VIP SECURITY LTDA ME, inscrita no CNPJ sob nº 11.077.136/0001-16, com sede a Beco Rainoldo Arnoldo Schlemper, 110, no município de Rio do Sul, doravante denominado "Contratada", tem entre si ajustadas as seguintes cláusulas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE VIGILÂNCIA PARA MONITORAMENTO DE VÍDEO (CAMERAS) NAS ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO. 27 CAMERAS: 04 NO CE ANITA KNIHS, 08 NO CE VEREADOR JAIME GILI E 15 NO CEI VÓ PAULINA.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DAS BASES DO CONTRATO**

Este contrato é assinado com dispensa de licitação, baseado no artigo 24, inciso II, da Lei 8.666/93, de 21 de junho de 1993.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DOS SERVIÇOS A EXECUTAR**

Por força do presente contrato a Contratada se compromete a:

- 1) Efetuar serviços contínuos de manutenção técnica e atualizações de versão necessárias para adequar o software ao seu pleno funcionamento;
- 2) Dar suporte gratuito quando por telefone, fax ou via internet, para os problemas surgidas durante a utilização dos produtos alugados;
- 3) Dar suporte na sede da contratante quando necessário, quando o atendimento decorrer de defeito do programa fornecido.

**CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES**

Constituem obrigações da Contratada:

- 1) Executar as atividades objeto deste contrato.
- 2) Não prestar a estranhos informações ou declarações a respeito do presente contrato ou serviços a ele inerentes, exceto quando obtiver declaração por escrito da contratante;
- 3) Encaminhar mensalmente a Nota de Serviço para que seja efetuado o pagamento pela contratante.

4) Garantir que o sistema e suas respectivas atualizações entregues e instaladas desempenhem todas as funções e especificações necessárias ao bom cumprimento do contrato.

5) Manter a regularidade e a integridade do sistema.

6) Informar a CONTRATANTE sobre todas as atualizações realizadas, oferecendo a possibilidade de atualização de versão, desde que seja de interesse da CONTRATANTE;

7) Atender as chamadas destinados ao esclarecimento de dúvidas e solução de problemas;

8) A CONTRATADA prestará todo e qualquer suporte à CONTRATANTE, no sentido de solucionar pendências relativas à operacionalização do Sistema.

9) Não ceder, em nenhuma hipótese imagens ou gravações em quaisquer eventos, promoções ou publicações realizadas no monitoramento a qualquer indivíduo sem autorização prévia e por escrito da CONTRATANTE;

10) Fornecer os equipamentos necessários sem custos para a realização dos serviços sendo:

- a) 03 DVR LuxVision 16ch HDMI D1+ HD 2T;
- b) 27 Câmeras LuxVision Infra 25m 3,6mm 600L;
- c) 13 Fontes 12 V 1A;
- d) 04 Régua de Proteção 06 pontos.

PARÁGRAFO ÚNICO: os equipamentos a serem fornecidos serão em regime de comodato.

Constituem obrigações da Contratante:

- 1) Manter o sistema atualizado para atender as disposições exigidas pela legislação pertinente.
- 2) Respeitar as condições estabelecidas pela CONTRATADA para locação do equipamento, dos sistemas e suas respectivas características de funcionamento.
- 3) Não ceder, em nenhuma hipótese, os direitos, uso e obrigações ou qualquer serviço sem o conhecimento e autorização prévia da CONTRATADA;
- 4) Criar um ambiente operacional adequado e de acordo com a especificação da CONTRATADA, sem nenhuma interferência e/ou responsabilidade da mesma;
- 5) Estabelecer orientações e determinações adequadas junto a seus empregados ou pessoas às quais venha a ser facilitado o acesso, no sentido de que os materiais e dados do sistema sejam corretamente manuseados, de modo a não violar qualquer dos compromissos aqui estabelecidos relativos ao uso, proteção e segurança do sistema. No caso de alguma violação se consumir contra a sua vontade e sem seu conhecimento prévio, a CONTRATANTE dará conhecimento dos fatos à CONTRATADA, além de empreender as ações necessárias no sentido de sustar ou anular a situação de violação;
- 6) Proteger todos os programas com os respectivos dados, contidos na máquina ou ambiente designados, e informar a CONTRATADA sobre mudanças que ocorrerem, relacionadas com a versão original do sistema da CONTRATANTE.
- 7) Permitir a qualquer tempo o acesso restrito da CONTRATADA ao ambiente onde esteja instalado o programa objeto deste contrato.



**CLÁUSULA QUINTA – DOS PREÇOS**

Pelo aluguel dos produtos descritos neste contrato, a Contratante pagará à Contratada a importância de R\$3.600,00 (três mil e seiscentos reais) divididos em 06 (seis) parcelas mensais de R\$ 600,00 (seiscentos reais).

1.1. ) As parcelas mensais serão pagas até o vigésimo dia de cada mês.

**CLÁUSULA SEXTA – DOS REAJUSTAMENTO DOS PREÇOS**

O preço das parcelas mensais será reajustado a cada 12 (doze) meses pelo índice de variação do IGP-M (Índice Geral de Preços ao Consumidor) calculado e divulgado mensalmente pela Fundação Getúlio Vargas, ou outro que vier a substituí-lo.

**CLÁUSULA SÉTIMA – DOS PRAZOS**

O presente Contrato é assinado pelo prazo de 06 (seis) meses, sendo automaticamente renovado por períodos, se não houver nenhuma manifestação contrária por escrito, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, de qualquer uma das partes (conforme artigo 57, inciso IV, da Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, alterada pela Lei nº. 8.883, de 08 de junho de 1994.

**CLÁUSULA OITAVA – DA RESCISÃO**

O presente contrato poderá ser rescindido conforme as disposições contidas nos artigos 77 a 80, da Lei 8.666/93, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, através de comunicação por escrito, de qualquer uma das partes interessadas na rescisão.

**CLÁUSULA NONA – DAS DESPESAS**

As despesas decorrentes da execução do presente contrato, correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, consignadas no orçamento municipal, de acordo com a classificação e codificação abaixo:

2.005 – Manutenção das Atividades Educação

3.3.90.39.12.00.00.00.00.0.1.010001 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

**CLÁUSULA DÉCIMA – PENALIDADES**

10.1 – O não cumprimento dos prazos e ainda a prática de qualquer transgressão das suas condições sujeitarão a Contratada às seguintes sanções:

a – Advertência por escrito;

b – Multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso em qualquer entrega/reposição do material, aplicado ao valor total do contrato, para o respectivo item, até o limite de 5% (cinco por cento) desse mesmo valor;

c – Multa de 5% (cinco por cento) aplicado sobre o valor total do item do contrato, para qualquer transgressão cometida que não seja atraso na entrega do material;

d – Rescisão unilateral do contrato pelo Município de Presidente Nereu e suspensão temporária da Contratada de participação em licitações e impedimento de contratar com ao município de Presidente Nereu por prazo não superior a 02 (dois) anos, no caso de ser excedido o limite de 5% (cinco por cento) estabelecido na letra b.

10.2 – As sanções previstas neste item poderão ser aplicadas desde que facultada a defesa prévia da Contratada no respectivo processo no prazo de 05 (cinco) dias úteis, conforme determina o art. 87, parágrafo 2º, da Lei 8.666/93.

10.3 – O não cumprimento das obrigações contratuais sujeitará também a Contratada às demais sanções previstas nos arts. 86 e 87 da Lei 8.666/93, com suas alterações.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO**

As partes elegem o Foro da Comarca de Rio do Sul, com renúncia de qualquer outro por mais privilegiado que seja, para dirimir dúvidas que possam surgir na execução deste contrato.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

1) Em caso de inadimplência e ou inobservância das condições estabelecidas neste contrato, serão aplicadas as sanções previstas na Lei 8.666/93 e suas alterações;

E, por estarem de prefeito e comum acordo, assinam o presente Termo em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo elencadas, para todos os fins de direito.

Presidente Nereu, 08 de janeiro de 2016.

PREFEITURA MUN. PRES NEREU  
ANTONIO FRANCISCO COMANDOLI  
Prefeito Municipal  
Contratante

VIGILANCIA VIP SECURITY LTDA ME  
Gerente  
Contratada

Testemunhas:

VALDECI JOSÉ COMANDOLI  
CPF: 01856045951

ELISANDRA DELA BENETA KNIHS  
CPF:06500119967

**EXTRATO AO CONTRATO 10 2016- VIGILANCIA PREFEITURA**

EXTRATO DO CONTRATO Nº 10/2016  
MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU

Contrato que entre si celebram o Município de Presidente Nereu VIGILANCIA VIP SECURITY LTDA ME inscrita no CNPJ 11.077.136/0001-16. Objeto: Locação de câmeras de monitoramento luxvision infra 25m 3,6 mm 700l para sede da Prefeitura Municipal De Presidente Nereu.

Data: 08/01/2016 Vigência: 30/06/2016. Valor Global: R\$ 1.908,00  
Presidente Nereu, 08 de janeiro de 2016.

Antônio Francisco Comandoli  
Prefeito Municipal

**CONTRATO Nº 10/2016**

Aos oito dias do mês de janeiro de 2016, por este contrato de prestação de serviços, que entre si fazem, de um lado a PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU, pessoa jurídica de direito público, com sede à Praça Leão Dehon, 50, Centro, Presidente Nereu, inscrita no CNPJ sob 83.102.699/0001-28, neste ato representada pelo seu Prefeito Municipal Senhor Antonio Francisco Comandoli, portador do CPF nº.311.919.829-72, doravante denominado "Contratante" e de outro lado a empresa VIGILANCIA VIP SECURITY LTDA ME, inscrita no CNPJ son nº. 11.077.136/0001-16, com sede a Beco Rainoldo Arnoldo Schlemper, 110, no município de Rio do Sul, doravante denominado "Contratada", tem entre si ajustadas as seguintes cláusulas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

LOCAÇÃO DE CÂMERAS DE MONITORAMENTO LUXVISION INFRA

25M 3,6 MM 700L PARA SEDE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DAS BASES DO CONTRATO

Este contrato é assinado com dispensa de licitação, baseado no artigo 24, inciso II, da Lei 8.666/93, de 21 de junho de 1993.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DOS SERVIÇOS A EXECUTAR

Por força do presente contrato a Contratada se compromete a:

- 1) Efetuar serviços contínuos de manutenção técnica e atualizações de versão necessárias para adequar o software ao seu pleno funcionamento;
- 2) Dar suporte gratuito quando por telefone, fax ou via internet, para os problemas surgidas durante a utilização dos produtos alugados;
- 3) Dar suporte na sede da contratante quando necessário, quando o atendimento decorrer de defeito do programa fornecido.

#### CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES

Constituem obrigações da Contratada:

- 1) Executar as atividades objeto deste contrato.
- 2) Não prestar a estranhos informações ou declarações a respeito do presente contrato ou serviços a ele inerentes, exceto quando obtiver declaração por escrito da contratante;
- 3) Encaminhar mensalmente a Nota de Serviço para que seja efetuado o pagamento pela contratante.
- 4) Garantir que o sistema e suas respectivas atualizações entregues e instaladas desempenhem todas as funções e especificações necessárias ao bom cumprimento do contrato.
- 5) Manter a regularidade e a integridade do sistema.
- 6) Informar a CONTRATANTE sobre todas as atualizações realizadas, oferecendo a possibilidade de atualização de versão, desde que seja de interesse da CONTRATANTE;
- 7) Atender as chamadas destinados ao esclarecimento de dúvidas e solução de problemas;
- 8) A CONTRATADA prestará todo e qualquer suporte à CONTRATANTE, no sentido de solucionar pendências relativas à operacionalização do Sistema.
- 9) Não ceder, em nenhuma hipótese imagens ou gravações em quaisquer eventos, promoções ou publicações realizadas no monitoramento a qualquer indivíduo sem autorização prévia e por escrito da CONTRATANTE;
- 10) Fornecer os equipamentos necessários sem custos para a realização dos serviços sendo:
  - a) 12 Câmeras LuxVision Infra 25m 3,6mm 700L;

PARÁGRAFO ÚNICO: os equipamentos a serem fornecidos serão em regime de comodato.

Constituem obrigações da Contratante:

- 1) Manter o sistema atualizado para atender as disposições exigidas pela legislação pertinente.

2) Respeitar as condições estabelecidas pela CONTRATADA para locação do equipamento, dos sistemas e suas respectivas características de funcionamento.

3) Não ceder, em nenhuma hipótese, os direitos, uso e obrigações ou qualquer serviço sem o conhecimento e autorização prévia da CONTRATADA;

4) Criar um ambiente operacional adequado e de acordo com a especificação da CONTRATADA, sem nenhuma interferência e/ou responsabilidade da mesma;

5) Estabelecer orientações e determinações adequadas junto a seus empregados ou pessoas às quais venha a ser facilitado o acesso, no sentido de que os materiais e dados do sistema sejam corretamente manuseados, de modo a não violar qualquer dos compromissos aqui estabelecidos relativos ao uso, proteção e segurança do sistema. No caso de alguma violação se consumir contra a sua vontade e sem seu conhecimento prévio, a CONTRATANTE dará conhecimento dos fatos à CONTRATADA, além de empreender as ações necessárias no sentido de sustar ou anular a situação de violação;

6) Proteger todos os programas com os respectivos dados, contidos na máquina ou ambiente designados, e informar a CONTRATADA sobre mudanças que ocorrerem, relacionadas com a versão original do sistema da CONTRATANTE.

7) Permitir a qualquer tempo o acesso restrito da CONTRATADA ao ambiente onde esteja instalado o programa objeto deste contrato.

#### CLÁUSULA QUINTA – DOS PREÇOS

Pelo aluguel dos produtos descritos neste contrato, a Contratante pagará à Contratada a importância de R\$ 1.908,00 (hum mil novecentos e oito reais) divididos em 06 (seis) parcelas mensais de R\$ 318,00 (trezentos e dezoito reais ).

#### CLÁUSULA SEXTA – DOS REAJUSTAMENTO DOS PREÇOS

O preço das parcelas mensais será reajustado a cada 12 (doze) meses pelo índice de variação do IGP-M (Índice Geral de Preços ao Consumidor) calculado e divulgado mensalmente pela Fundação Getúlio Vargas, ou outro que vier a substituí-lo.

#### CLÁUSULA SÉTIMA – DOS PRAZOS

O presente Contrato é assinado pelo prazo de 06 (seis) meses, sendo automaticamente renovado por períodos, se não houver nenhuma manifestação contrária por escrito, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, de qualquer uma das partes (conforme artigo 57, inciso IV, da Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, alterada pela Lei nº. 8.883, de 08 de junho de 1994.

#### CLÁUSULA OITAVA – DA RESCISÃO

O presente contrato poderá ser rescindido conforme as disposições contidas nos artigos 77 a 80, da Lei 8.666/93, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, através de comunicação por escrito, de qualquer uma das partes interessadas na rescisão.

#### CLÁUSULA NONA – DAS DESPESAS

As despesas decorrentes da execução do presente contrato, correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, consignadas no orçamento municipal, de acordo com a classificação e codificação abaixo:

03.01.2.003 – DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS  
3.3.90.39.12.00.00.00.00.0.1.000000 – Outros Serviços de

Terceiros – Pessoa Jurídica

#### CLÁUSULA DÉCIMA – PENALIDADES

10.1 – O não cumprimento dos prazos e ainda a prática de qualquer transgressão das suas condições sujeitarão a Contratada às seguintes sanções:

a – Advertência por escrito;

b – Multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso em qualquer entrega/reposição do material, aplicado ao valor total do contrato, para o respectivo item, até o limite de 5% (cinco por cento) desse mesmo valor;

c – Multa de 5% (cinco por cento) aplicado sobre o valor total do item do contrato, para qualquer transgressão cometida que não seja atraso na entrega do material;

d – Rescisão unilateral do contrato pelo Município de Presidente Nereu e suspensão temporária da Contratada de participação em licitações e impedimento de contratar com o município de Presidente Nereu por prazo não superior a 02 (dois) anos, no caso de ser excedido o limite de 5% (cinco por cento) estabelecido na letra b.

10.2 – As sanções previstas neste item poderão ser aplicadas desde que facultada a defesa prévia da Contratada no respectivo processo no prazo de 05 (cinco) dias úteis, conforme determina o art. 87, parágrafo 2º, da Lei 8.666/93.

10.3 – O não cumprimento das obrigações contratuais sujeitará também a Contratada às demais sanções previstas nos arts. 86 e 87 da Lei 8.666/93, com suas alterações.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO

As partes elegem o Foro da Comarca de Rio do Sul, com renúncia de qualquer outro por mais privilegiado que seja, para dirimir dúvidas que possam surgir na execução deste contrato.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

1) Em caso de inadimplência e ou inobservância das condições estabelecidas neste contrato, serão aplicadas as sanções previstas na Lei 8.666/93 e suas alterações;

E, por estarem de prefeito e comum acordo, assinam o presente Termo em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo elencadas, para todos os fins de direito.

Presidente Nereu, 08 de janeiro de 2016.

PREFEITURA MUN. PRES NEREU  
ANTONIO FRANCISCO COMANDOLI  
Prefeito Municipal  
Contratante

VIGILANCIA VIP SECURITY LTDA ME  
Gerente  
Contratada

Testemunhas:

VALDECI JOSÉ COMANDOLI  
CPF: 01856045951

ELISANDRA DELA BENETA KNIHS  
CPF: 06500119967

#### EXTRATO AO CONTRATO 11 2016- CIGA

EXTRATO DO CONTRATO Nº 11/2016

MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU

Contrato que entre si celebram o Município de Presidente Nereu e Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal – CIGA, inscrita no CNPJ 09.427.503/0001-12. Objeto: O objeto do presente contrato é a prestação de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação.

Data: 08/01/2016 Vigência: 31/12/2016. Valor Global: R\$ 11.340,00  
Presidente Nereu, 08 de janeiro de 2016.

Antônio Francisco Comandoli

Prefeito Municipal

CONTRATO N.º 11/2016

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU ESTADO DE SANTA CATARINA, E O CONSÓRCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL (CIGA).

Pelo presente instrumento, o Município de Presidente Nereu, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o n.º 83.102.699/0001-28, com sede à Pça. Leão Dehon, 50 - Centro, CEP 89184-000, na cidade de Presidente Nereu, Estado de Santa Catarina, neste ato representada pelo Prefeito, Senhor Antônio Francisco Comandoli, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o n.º 311.191.829-72, doravante denominada CONTRATANTE, e o Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal – CIGA, pessoa jurídica formada exclusivamente por entes da Federação, na forma da Lei n.º 11.107, de 06 de abril de 2005, que dispõe sobre normas gerais de contratação de consórcios públicos, e de seu Decreto regulamentador n.º 6.017, de 17 de janeiro de 2007, para estabelecer relações de cooperação federativa, inclusive a realização de objetivos de interesse comum, constituída como associação pública, com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica, inscrita no CNPJ sob o n.º 09.427.503/0001-12, com sede à Rua General Liberato Bittencourt, 1885, Centro Executivo Imperatriz, Sala 1307, Bairro Estreito, Florianópolis/SC, CEP 88070-800, neste ato representada pelo Diretor Executivo, Senhor Gilsoni Lunardi Albino, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o n.º 912.833.619-49, no uso de suas atribuições legais, e daqui por diante designada simplesmente CONTRATADA, ajustam entre si a presente contratação, regida nos termos das cláusulas abaixo estipuladas.

A sua formalização direta está autorizada no processo de contratação, com fulcro no artigo 2º, § 1º, inciso III, da Lei Federal n.º 11.107/05; no artigo 18 do Decreto Federal n.º 6.017/07; no artigo 24, inciso XIII, primeira parte, e inciso XVI, segunda parte, da Lei Federal n.º 8.666/93; e na Lei Municipal n.º 1242, de 25/08/2009.

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O objeto do presente contrato é a prestação de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação pela CONTRATADA, que disponibiliza:

1. Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC: serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação, destinado à publicação de atos oficiais expedidos pelos órgãos públicos do ente municipal consorciado ao CIGA, veiculado no endereço eletrônico [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br), na rede mundial de computadores – Internet, que atende aos requisitos de autenticidade, integridade, validade jurídica e interoperabilidade da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP – Brasil);

2. Gestão de Obras: serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação mediante disponibilização de programa desenvolvido em arquitetura web direcionado aos setores de

planejamento e obras para o controle de convênios federais, contratos de empreitada, termos aditivos e andamento de obras de forma integrada com uma ferramenta de confecção de orçamentos, sendo estes nos padrões da Caixa Econômica Federal (DTB) e com disponibilidade de todas as tabelas SINAPI, SEOP, DER, DNIT, DEINFRA e outras que podem ser integradas sob solicitação;

3. Gestão Tributária – Gestão do Simples Nacional: serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação para a gestão dos Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional com acesso ao sistema da nota fiscal eletrônica conjugada (NFe-C), permitindo o controle dos contribuintes e a geração de informações estratégicas relevantes para a orientação da fiscalização a ser exercida pelo Fisco municipal, bem como para a orientação dos procedimentos a serem realizados no âmbito do Simples Nacional;

4. Gestão Tributária – Gestão da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica – GNOTA: serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação que permite a emissão de Nota Fiscal de Serviços com o intuito de registrar, de forma eletrônica, as operações de prestação de serviço de pessoas jurídicas estabelecidas no município, sendo integrado ao Sistema de Gestão do Simples Nacional;

5. Gestão Tributária – Registro Mercantil Integrado – REGIN: serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação para a gestão da abertura, alteração e baixa de empresas no território do município, referente ao suporte técnico, manutenção e evolução tecnológica dos sistemas que compõem o REGIN, implantado e em operação no Estado de Santa Catarina e nos seus respectivos Municípios, sob a coordenação da Junta Comercial do Estado de Santa Catarina (JUCESC), bem como os respectivos módulos adicionais.

#### Parágrafo Primeiro.

O detalhamento técnico, contendo as descrições pormenorizadas dos serviços prestados pela CONTRATADA, consta no "Caderno de Serviços" do Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, disponível em seu sítio eletrônico.

#### Parágrafo Segundo.

A CONTRATADA disponibilizará, inicialmente, à CONTRATANTE, os seguintes serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação:

1. Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC;
3. Gestão Tributária - Gestão do Simples Nacional;
4. Gestão Tributária – Gestão da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica – GNOTA;
5. Gestão Tributária - Registro Mercantil Integrado - REGIN;

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DA DURAÇÃO

O presente contrato terá vigência de 1º de janeiro de 2016 até 31 de dezembro de 2016, podendo ser prorrogado por sucessivos períodos, por conveniência das partes, até o limite de 60 (sessenta) meses, nos termos do artigo 57, inciso II, da Lei n.º 8.666/93.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR DO CONTRATO

Dá-se a este contrato o valor total de R\$ 11.340,00 (onze mil, trezentos e quarenta reais) para os serviços previstos na Cláusula Primeira, Parágrafo Segundo, e para a totalidade do período mencionado na Cláusula Segunda, conforme segue:

1. Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC - R\$ 3.900,00;
3. Gestão Tributária - Gestão do Simples Nacional - R\$ 1.560,00;
4. Gestão Tributária – Gestão da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica – R\$ 4.320,00;
5. Gestão Tributária - Registro Mercantil Integrado - REGIN - R\$ 1.560,00.

VALOR DO CONTRATO PARA O EXERCÍCIO 2016: R\$ 11.340,00 (onze mil trezentos e quarenta reais).

#### Parágrafo Primeiro.

Os valores indicados têm por base a Tabela de Preços da CONTRATADA para o Exercício 2016, para a Administração Pública, aprovada pela Assembleia Geral do CIGA e constante de Resolução expedida pelo Presidente do CIGA.

#### Parágrafo Segundo.

A Tabela de Preços da CONTRATADA, de que trata esta Cláusula, será corrigida anualmente, com efeitos a partir do dia 1º do mês de janeiro do ano subsequente, conforme variações aprovadas pela Assembleia Geral do CIGA e constantes em Resoluções expedidas pelo Presidente do CIGA.

#### Parágrafo Terceiro.

Quando solicitado pela CONTRATANTE, o atendimento "in loco" poderá ser realizado mediante disponibilidade técnica e reembolso, por parte da CONTRATANTE, dos gastos com deslocamento (R\$ 0,80/Km) e hora técnica (R\$ 160,00).

#### Parágrafo Quarto.

A customização do sistema contratado pela CONTRATANTE, em aspectos não previstos no presente contrato e desde que haja comum acordo, poderá ser realizada mediante a cobrança de hora técnica (R\$ 160,00).

#### CLÁUSULA QUARTA – DA FORMA DE PAGAMENTO

A CONTRATANTE deverá pagar à CONTRATADA o valor total de R\$ R\$ 11.340,00 (onze mil, trezentos e quarenta reais), em 12(doze) parcelas, no valor de R\$ 945,00 (novecentos e quarenta e cinco reais) cada uma delas, sendo debitadas mensal, sucessiva e diretamente, até o último dia útil de cada mês, pela CONTRATADA, por meio do Banco do Brasil, Agência n.º 5351-1, Conta Corrente n.º 5193-4, de titularidade da CONTRATANTE.

#### CLÁUSULA QUINTA – DA REVISÃO DE PREÇOS

É permitida a alteração do valor do Contrato e dos preços, explicitados na Cláusula Terceira, com o objetivo de restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre encargos da CONTRATADA e a retribuição da CONTRATANTE, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, nas seguintes hipóteses, conforme artigo 65, inciso II, alínea 'd', da Lei n.º 8.666/93:

- Ocorrerem fatos imprevisíveis;
- Ocorrerem fatos previsíveis, porém, de consequências incalculáveis, retardadoras ou impeditivas da execução do ajustado;
- Em caso de força maior ou caso fortuito; e
- Ocorrendo fato do príncipe.

#### Parágrafo Único.

É também permitida a revisão destes para mais ou para menos, conforme o caso, quando ocorrer criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos, encargos legais ou a superveniência de disposições legais, após a data da apresentação da proposta, de comprovada repercussão nos preços contratados, nos termos do artigo 65, § 5º, da Lei n.º 8.666/93.

#### CLÁUSULA SEXTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

A CONTRATANTE compromete-se a empenhar os valores decorrentes deste contrato de prestação de serviços de acordo com a dotação orçamentária n.º 3.3.93.39 (Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica), prevista no orçamento do Município para o exercício de 2016, nos termos da Lei Municipal n.º 1482/2015 (Lei Orçamentária Anual).

#### Parágrafo único.

As despesas relativas aos exercícios subsequentes correrão por



conta das dotações orçamentárias respectivas, devendo ser empenhadas no início de cada exercício.

#### CLÁUSULA SÉTIMA – DAS RESPONSABILIDADES DAS PARTES

Por este Contrato obrigam-se as partes a promover a articulação entre os técnicos diretamente envolvidos no processo para a realização das ações necessárias à consecução do contratado.

##### Parágrafo Primeiro.

Das responsabilidades da CONTRATANTE:

- a) Fazer com que seus empregados e prepostos respeitem as normas e regulamentos da CONTRATADA, aplicáveis à execução dos serviços;
- b) Viabilizar os recursos orçamentários para pagamento dos serviços previstos no presente contrato e em conformidade com a Cláusula Sexta, sob pena de exclusão, após prévia suspensão, do ente consorciado ao CIGA;
- c.1) A exclusão não exime a CONTRATANTE do pagamento de débitos decorrentes do tempo em que permaneceu inadimplente;
- c) Transmitir os dados e informações necessários à prestação adequada dos serviços contratados;
- d) Responsabilizar-se pelo uso das informações disponibilizadas e definir a autorização de acesso aos diversos usuários de sua responsabilidade;
- e) Implementar políticas ou procedimentos para controle de acesso aos recursos de computação e redes, disponibilizados pela CONTRATADA;
- f) Comunicar à CONTRATADA qualquer anormalidade ocorrida na execução do objeto, diligenciando para que as irregularidades ou falhas sejam plenamente corrigidas; e
- g) A CONTRATANTE declara que adota políticas ou procedimentos para impedir práticas que desrespeitem a legislação em vigor, contrárias aos usos e costumes considerados razoáveis e aceitos no ambiente da internet ou que comprometam a imagem da CONTRATADA e de seus entes consorciados.

##### Parágrafo Segundo.

Das responsabilidades da CONTRATADA:

- a) Executar os serviços de acordo com a legislação, normas técnicas, padrões e especificações pertinentes;
- b) Executar os serviços descritos no presente Contrato, nas condições nele estabelecidas;
- c) Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATANTE;
- d) Adotar medidas, padrões de segurança de acesso e de integridade dos dados. Procedimentos especiais de segurança serão objeto de acordo específico entre as partes;
- e) Manter equipe de profissionais especializados, capaz de prestar suporte à CONTRATANTE em prazo razoável;
- f) Disponibilizar as novas versões dos sistemas contratados pela CONTRATANTE sem custo adicional;
- g) Manter o mais absoluto sigilo acerca de quaisquer dados e informações da CONTRATANTE, que por ventura venha a ter ciência e conhecimento, em função dos serviços prestados;
- h) Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato, nos termos do artigo 71 da Lei n.º 8.666/93; e
- i) Disponibilizar à CONTRATANTE as informações contábeis e demonstrações financeiras exigidas segundo a legislação pertinente, relativas ao desenvolvimento e ao cumprimento do objeto deste contrato.

##### Parágrafo Terceiro.

Da Força Maior

Os casos fortuitos ou de força maior serão excludentes de responsabilidade, de acordo com o Código Civil Brasileiro.

#### CLÁUSULA OITAVA – DOS REPRESENTANTES DAS PARTES

As partes credenciarão, por escrito, responsáveis com poderes para

representá-las em todos os atos praticados referentes à execução do objeto contratual, em conformidade com os Anexos I e II deste Contrato.

#### CLÁUSULA NONA – DA FISCALIZAÇÃO

O exercício pelas partes do direito de fiscalização não as exonera de suas obrigações, nem de qualquer forma diminui suas responsabilidades.

#### CLÁUSULA DÉCIMA – DOS PROGRAMAS DE COMPUTADOR

Os programas de computador desenvolvidos por meio deste Contrato são de propriedade exclusiva da CONTRATADA.

##### Parágrafo único.

Programas de computador de código fechado, utilizados neste contrato, que sejam de propriedade da CONTRATADA ou de terceiro, permanecem protegidos, não podendo ser utilizados pela CONTRATANTE, salvo autorização expressa por escrito.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS INFORMAÇÕES PROTEGIDAS

A CONTRATADA e a CONTRATANTE na execução deste contrato poderão ter que trocar informações, inclusive de produtos e materiais, que podem estar protegidas pelo direito autoral, direito de propriedade industrial, pelo direito à intimidade, ou protegidas por serem de domínio de uma delas, as quais não poderão ser copiadas, reproduzidas, publicadas, divulgadas ou de forma alguma colocadas à disposição, direta ou indiretamente, exceto àquelas pessoas envolvidas na execução do Contrato.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS PENALIDADES CABÍVEIS

O não pagamento pela CONTRATANTE na data de vencimento poderá implicar suspensão dos serviços prestados e sua exclusão do Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal.

##### Parágrafo Primeiro.

Após 10 (dez) dias de inadimplemento, a CONTRATANTE será notificada para regularizar sua situação no prazo de até 10 (dez) dias, contados do recebimento da notificação, sob pena de, após esse prazo, suspensão dos serviços prestados pela CONTRATADA até a regularização da dívida.

##### Parágrafo Segundo.

Após 30 (trinta) dias da suspensão, caso não regularizada a situação, a CONTRATANTE poderá ser excluída do Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, mediante deliberação da Assembleia Geral do CIGA, precedida de processo administrativo em que seja reconhecida a justa causa para a exclusão e seja assegurado o direito à ampla defesa e ao contraditório.

##### Parágrafo Terceiro.

As penalidades previstas poderão ser minoradas ou não serão aplicadas quando o descumprimento do estipulado no Contrato decorrer de justa causa ou impedimento devidamente comprovado e aceito pela CONTRATADA, mediante declaração expressa por escrito.

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO DISTRATO E DA RESILIÇÃO UNILATERAL

É facultado às partes promover o distrato do presente Contrato, a qualquer tempo, por mútuo consentimento, ou a rescisão unilateral por iniciativa de qualquer delas, mediante notificação por escrito, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, restando para cada qual, tão somente a responsabilidade pelas tarefas em execução no período anterior à notificação.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS DE RESCISÃO

O presente contrato poderá ser rescindido quando da ocorrência de qualquer uma das hipóteses previstas nos artigos 77 e 78 da Lei n.º 8.666, de 21/06/1993, no que couber.

**Parágrafo Primeiro.**

Quando a rescisão ocorrer motivada pela CONTRATANTE, sem que haja culpa da CONTRATADA, será esta ressarcida dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, tendo direito a:

- a) Pagamentos devidos pela execução do Contrato até a data da rescisão;
- b) Pagamentos do custo da desmobilização.

**Parágrafo Segundo.**

Ocorrendo impedimento, paralisação ou sustação do Contrato, eventual cronograma(s) de execução será(ão) prorrogado(s) automaticamente por igual tempo.

**Parágrafo Terceiro.**

Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo administrativo, assegurado às partes o direito ao contraditório e à ampla defesa.

**Parágrafo Quarto.**

A declaração de rescisão deste contrato, independentemente da prévia notificação judicial ou extrajudicial, operará seus efeitos a partir da publicação em Diário Oficial.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA VINCULAÇÃO AO TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO**

A presente contratação vincula-se ao termo que a dispensou de licitação.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL**

Aplicam-se à execução deste Contrato a Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, no que couber, os preceitos de Direito Público e, supletivamente, os Princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de Direito Privado.

**Parágrafo Único.**

No âmbito dos programas de computador, aplicam-se, à presente contratação, salvo naquilo que as partes dispuserem em sentido contrário, a Lei Federal n.º 9.609, de 19/02/1998 (proteção da propriedade intelectual de programa de computador) e a Lei Federal n.º 9.610, de 19/02/1998 (direitos autorais).

**CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DAS CONDIÇÕES EXIGIDAS NA CONTRATAÇÃO**

A CONTRATADA compromete-se a manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo de contratação, nos termos do artigo 55, inciso XIII, da Lei n.º 8.666/93.

**CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO ARMAZENAMENTO DE DADOS DA CONTRATANTE**

A CONTRATADA apenas hospeda em sua infraestrutura informações da CONTRATANTE, não sendo a detentora desses dados.

**Parágrafo Primeiro.**

Considerando esse fato, qualquer pedido de informação a respeito dos dados armazenados e outros afins, deve ser precedido de autorização da CONTRATANTE, detentora dos dados, para que a CONTRATADA possa prestar a informação solicitada, salvo a hipótese em que o acesso à informação decorra de ordem judicial.

**Parágrafo Segundo.**

Quando o pedido de informação decorrer de ordem judicial, a CONTRATADA fica autorizada a prestar a informação solicitada sem consulta prévia à CONTRATANTE, comunicando-a na sequência.

**Parágrafo Terceiro.**

A CONTRATADA manterá armazenados os dados existentes em seu servidor pelo prazo de 12 (doze) meses a contar da data do

término do contrato (rescisão contratual). Findo o prazo, o apagamento dos dados dar-se-á independentemente de qualquer aviso ou notificação, operando-se de forma definitiva e irreversível.

**Parágrafo Quarto.**

O armazenamento dos dados da CONTRATANTE não implica restabelecimento do serviço prestado pela CONTRATADA.

**CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO**

A alteração de qualquer das disposições estabelecidas neste Contrato reputar-se-á válida se tomada nos termos da lei e expressamente em Termo Aditivo.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA – DA PUBLICAÇÃO**

O extrato do presente Contrato e de seus aditivos, se ocorrerem, serão publicados no órgão oficial de divulgação dos atos das partes contratantes, como condição indispensável à sua eficácia, conforme disposto no artigo 61, parágrafo único, da Lei n.º 8.666/93.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DO FORO**

Fica eleito o foro da Capital do Estado de Santa Catarina, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir questões oriundas do presente contrato que não puderem ser resolvidas pelas partes.

E, por estarem justas e contratadas, lavra-se o presente termo de Contrato, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que produza os devidos efeitos, assinado na presença das testemunhas abaixo nomeadas, obrigando-se ao fiel cumprimento de suas obrigações.

Florianópolis – SC, 08 de janeiro de 2016.

ANTÔNIO FRANCISCO COMANDOLI Prefeito de Presidente Nereu CONTRATANTE	
GILSONI LUNARDI ALBINO Diretor Executivo do CIGA CONTRATADA	

**TESTEMUNHAS:**

JEAN TILLMANN (Gerente de Informática)	
MORGANA ARENT MICHELS BAGINI Gerente Administrativa do CIGA	

**ANEXO I****TERMO DE NOMEAÇÃO DE REPRESENTANTE DA CONTRATANTE**

O Município de Presidente Nereu, Estado de Santa Catarina, constitui o Senhor JEAN TILLMANN, brasileiro, casado, gerente de informática, inscrito no CPF sob o n.º 868.697.019-20, como seu representante no Contrato n.º 11/2016, celebrado com o Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA)).

Florianópolis – SC, 08 de janeiro de 2016.

ANTÔNIO FRANCISCO COMANDOLI Prefeito de Presidente Nereu CONTRATANTE
--



## ANEXO II

## TERMO DE NOMEAÇÃO DE REPRESENTANTE DA CONTRATADA

O Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA) constitui a Gerente Administrativa como sua representante para fiscalizar a execução do Contrato n.º 11/2016, celebrado com o Município de Presidente Nereu, Estado de Santa Catarina.

Florianópolis – SC, 08 de janeiro de 2016.

GILSONI LUNARDI ALBINO Diretor Executivo do CIGA CONTRATADA
---

**EXTRATO AO CONTRATO 12 2016- INTERNET VIA RÁDIO - ESCOLAS**

EXTRATO DO CONTRATO Nº 12/2016  
MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU

Contrato que entre si celebram o Município de Presidente Nereu e Leonete Terezinha Sora Sezerino, inscrita no CNPJ 20.358.054/0001-30. Objeto: O presente contrato tem por objeto a prestação de serviços complementares de manutenção, atualizações e assistência técnica de internet via radio a serem realizados no Nucleo Escolar Anita Knihs.

Data: 11/01/2016 Vigência: 31/12/2016. Valor Global: R\$ 2.040,00

Presidente Nereu, 11 de janeiro de 2016.  
Antônio Francisco Comandoli  
Prefeito Municipal

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 12/2016 QUE ENTRE SI FAZEM PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU E LEONETE TEREZINHA SORA SEZERINO

Aos 11 (onze) dias do mês de janeiro de 2016, por este contrato de prestação de serviços, que entre si fazem, de um lado o SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE PRESIDENTE NEREU, pessoa jurídica de direito público, com sede à Praça Leão Dehon, 50, Centro, Presidente Nereu, inscrita no CNPJ sob nº 83.102.699/0001-28, neste ato representada pelo Sr. Antônio Francisco Comandoli, doravante denominado "Contratante" e de outro lado a empresa Leonete Terezinha Sora Sezerino, inscrita no CNPJ sob nº. 20.358.054/0001-30, com sede a rua 22 de Julho, 34 no município de Presidente Nereu, doravante denominado "Contratada", tem entre si ajustadas as seguintes cláusulas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

O presente contrato tem por objeto a prestação de serviços complementares de manutenção, atualizações e assistência técnica de internet via radio a serem realizados no Nucleo Escolar Anita Knihs.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DAS BASES DO CONTRATO**

Este contrato é assinado com dispensa de licitação, baseado no artigo 24, inciso II, da Lei 8.666/93, de 21 de junho de 1993.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DOS SERVIÇOS A EXECUTAR**

Por força do presente contrato a Contratada se compromete a:

- 1) Efetuar serviços contínuos de manutenção técnica e atualizações de versão necessárias para adequar a internet;
- 2) Dar suporte gratuito quando por telefone, fax ou via internet, para esclarecer dúvidas surgidas durante a utilização do serviço;

- 3) Dar suporte na sede da contratante quando necessário, e quando o atendimento decorrer de defeito do aparelho fornecido.

**CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES**

Constituem obrigações da Contratada:

- 1) Executar as atividades objeto deste contrato.
- 2) Não prestar informações ou declarações a respeito do presente contrato ou serviços a ele inerentes, exceto quando obtiver declaração por escrito da contratante;
- 3) Encaminhar mensalmente a Nota de Serviço para que seja efetuado o pagamento pela contratante.
- 4) Garantir que o sistema e suas respectivas atualizações entregues e instaladas desempenhem todas as funções e especificações necessárias ao bom cumprimento do contrato.
- 5) Manter a regularidade e a integridade do sistema.
- 6) Informar a CONTRATANTE sobre todas as atualizações realizadas no sistema, oferecendo a possibilidade de atualização de versão, desde que seja de interesse da CONTRATANTE;
- 7) Atender as chamadas destinados ao esclarecimento de dúvidas e solução de problemas;
- 8) A CONTRATADA prestará todo e qualquer suporte à CONTRATANTE, no sentido de solucionar pendências relativas à operacionalização do Sistema.
- 9) Fornecer o equipamento para pleno funcionamento dos serviços em regime de comodato.

Constituem obrigações da Contratante:

- 1) Manter o sistema atualizado para atender as disposições exigidas pela legislação pertinente.
- 2) Respeitar as condições estabelecidas pela CONTRATADA para locação dos sistemas e suas respectivas características de funcionamento.
- 3) Não ceder, em nenhuma hipótese, os direitos, uso e obrigações ou qualquer serviço sem o conhecimento e autorização prévia da CONTRATADA;
- 4) Não utilizar o Sistema em evidência, em quaisquer eventos, promoções ou publicações, sem autorização prévia e por escrito da CONTRATADA;
- 5) Criar um ambiente operacional adequado e de acordo com a especificação da CONTRATADA, sem nenhuma interferência e/ou responsabilidade da mesma;
- 6) Estabelecer orientações e determinações adequadas junto a seus empregados ou pessoas às quais venha a ser facilitado o acesso, no sentido de que os materiais e dados do link sejam corretamente manuseados, de modo a não violar qualquer dos compromissos aqui estabelecidos relativos ao uso, proteção e segurança do sistema. No caso de alguma violação se consumir contra a sua vontade e sem seu conhecimento prévio, a CONTRATANTE dará conhecimento dos fatos à CONTRATADA, além de empreender as ações necessárias no sentido de sustar ou anular a situação de violação;

**CLÁUSULA QUINTA – PENALIDADES**

10.1 – O não cumprimento dos prazos e ainda a prática de qualquer transgressão das suas condições sujeitarão a Contratada às seguintes sanções:

- a – Advertência por escrito;
- b – Multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso em qualquer entrega/reposição do material, aplicado ao valor total do contrato, para o respectivo item, até o limite de 5% (cinco por cento) desse mesmo valor;
- c – Multa de 5% (cinco por cento) aplicado sobre o valor total do item do contrato, para qualquer transgressão cometida que não seja atraso na entrega do material;
- d – Rescisão unilateral do contrato pela SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE PRESIDENTE NEREU e suspensão temporária da

Contratada de participação em licitações e impedimento de contratar com ao SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE PRESIDENTE NEREU por prazo não superior a 02 (dois) anos, no caso de ser excedido o limite de 5% (cinco por cento) estabelecido na letra b. 10.2 – As sanções previstas neste item poderão ser aplicadas desde que facultada a defesa prévia da Contratada no respectivo processo no prazo de 05 (cinco) dias úteis, conforme determina o art. 87, parágrafo 2º, da Lei 8.666/93.

10.3 – O não cumprimento das obrigações contratuais sujeitará também a Contratada às demais sanções previstas nos arts. 86 e 87 da Lei 8.666/93, com suas alterações.

#### CLÁUSULA SEXTA – DOS PREÇOS

Pela execução dos serviços descritos neste contrato, a Contratante pagará à Contratada os seguintes valores:

1.) Pelos serviços contínuos de manutenção, atualização e assistência técnica, a importância de R\$ 2.040,00 (dois mil e quarenta reais) dividido em 12 (doze) parcelas mensais de R\$ 170,00 (cento e setenta reais).

1.1. ) As parcelas mensais serão pagas até o último dia de cada mês.

#### CLÁUSULA SÉTIMA – DOS REAJUSTAMENTO DOS PREÇOS

O preço é irrevogável.

#### CLÁUSULA OITAVA – DOS PRAZOS

O presente Contrato é assinado pelo prazo de 12 (doze) meses, até 31 de dezembro de 2016.

#### CLÁUSULA NONA – DA RESCISÃO

O presente contrato poderá ser rescindido conforme as disposições contidas nos artigos 77 a 80, da Lei 8.666/93, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, através de comunicação por escrito, de qualquer uma das partes interessadas na rescisão.

#### CLÁUSULA DÉCIMA – DAS DESPESAS

As despesas decorrentes da execução do presente contrato, correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, consignadas no orçamento municipal, de acordo com a classificação e codificação abaixo:

05.01- Depto Educação  
2010 - Manut. Ensino Fundamental  
3.3.90.39.97 - Despesas de Teleprocessamento  
1.010000 - Receitas de Impostos - Educação.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO

As partes elegem o Foro da Comarca de Rio do Sul, com renúncia de qualquer outro por mais privilegiado que seja, para dirimir dúvidas que possam surgir na execução deste contrato.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

- 1) O atraso no pagamento de qualquer fatura apresentada num prazo superior a 10 (dez) dias, implicará na suspensão dos serviços;
- 2) Em caso de inadimplência e ou inobservância das condições estabelecidas neste contrato, serão aplicadas as sanções previstas na Lei 8.666/93 e suas alterações;

E, por estarem de prefeito e comum acordo, assinam o presente Termo em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo elencadas, para todos os fins de direito.

Presidente Nereu, 11 de janeiro de 2016.

\_\_\_\_\_  
ANTONIO FRANCISCO COMANDOLI  
PREFEITO MUNICIPAL  
Contratante

\_\_\_\_\_  
Leonete Terezinha Sora Sezerino  
Contratada

Testemunhas:

\_\_\_\_\_  
Elisandra Dela Beneta Knihs  
CPF: 065.001.199-67

\_\_\_\_\_  
Valdeci José Comandoli  
CPF: 018.560.459-51

**DECRETO 04/2016****PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU - SC**

CNPJ 83.102.699/0001-28

Praça Leão Dehon, 50 – Centro – CEP 89184-000 - PRESIDENTE NEREU - SC

Fone: 0\*\* 47 3362-1108 – Fax: 0\*\* 47 3362-1108

- e-mail: prefeitura@presidentenereu.sc.gov.br

Numero Lei: 1482

Ano lei : 2015

Data Lei: 14/12/2015

DECRETO Nº 4, de 12 de janeiro de 2016

Dispõe sobre a abertura de Crédito Suplementar

O PREFEITO MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU, SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica, e de acordo com a Lei Municipal 1452, de 03 de dezembro de 2014.

**DECRETA:**

Art. 1º É aberto, ao orçamento do exercício de 2016, em favor das Unidades Orçamentárias a seguir relacionadas, créditos adicionais Suplementar no valor de R\$ 586.253,03 ( quinhentos e oitenta e seis mil e duzentos e cinquenta e tres reais e tres centavos ), observadas as seguintes classificações funcionais programáticas.

Unidade Orçamentária	Dotação	Valor
DEPTO DE ADMINISTRACAO	03.001.0004.0122.1301.2003.33900000000000.03000000	2.259,71
DEPTO DE ADMINISTRACAO	03.001.0004.0122.1301.2003.33900000000000.03100000	1.075,66
DEPTO DE ADMINISTRACAO	03.001.0004.0122.1301.2003.33900000000000.03110000	536,51
DEPTO DE ADMINISTRACAO	03.001.0004.0122.1301.2003.33900000000000.03120000	102,26
DEPTO DE EDUCACAO	05.001.0012.0306.1501.2017.33900000000000.03370200	13,22
DEPTO DE EDUCACAO	05.001.0012.0306.1501.2017.33900000000000.03370300	48,95
DEPTO DE EDUCACAO	05.001.0012.0306.1501.2034.33900000000000.03370400	22,89
DEPTO DE EDUCACAO	05.001.0012.0361.1501.2010.31900000000000.03180000	15,99
DEPTO DE EDUCACAO	05.001.0012.0361.1501.2010.33900000000000.03010000	1.595,11
DEPTO DE EDUCACAO	05.001.0012.0361.1501.2010.33900000000000.03370100	3.802,96
DEPTO DE EDUCACAO	05.001.0012.0361.1501.2010.44900000000000.03340200	6.096,74
DEPTO DE EDUCACAO	05.001.0012.0361.1501.2010.44900000000000.03870000	8.537,60
DEPTO DE EDUCACAO	05.001.0012.0361.1501.2018.33900000000000.03360000	32,81
DEPTO DE EDUCACAO	05.001.0012.0361.1501.2019.33900000000000.03370500	120,44
DEPTO DE EDUCACAO	05.001.0012.0361.1501.2019.33900000000000.03620200	51,40
DEPTO DE EDUCACAO	05.001.0012.0365.1501.2020.33900000000000.03320100	137,74
DEPTO DE EDUCACAO	05.001.0012.0365.1501.2020.44900000000000.03320100	72,54
DEPTO DE EDUCACAO	05.001.0012.0365.1501.2020.44900000000000.03320200	12.045,52
DEPTO MUNICIPAL DE TRANSP, OBRAS E	08.001.0015.0451.1701.1002.44900000000000.03000000	0,35
DEPTO MUNICIPAL DE TRANSP, OBRAS E	08.001.0015.0451.1701.1002.44900000000000.03640100	464.031,17
DEPTO MUNICIPAL DE TRANSP, OBRAS E	08.001.0015.0451.1701.1002.44900000000000.03890000	205,92
DEPTO MUNICIPAL DE TRANSP, OBRAS E	08.001.0015.0451.1701.2021.33900000000000.03080000	20.000,00
DEPTO MUNICIPAL DE TRANSP, OBRAS E	08.001.0015.0451.1701.2021.44900000000000.03080000	7.967,67
DEPTO MUNICIPAL DE TRANSP, OBRAS E	08.001.0026.0782.1801.1013.44900000000000.03830000	1.373,72
DEPTO MUNICIPAL DE TRANSP, OBRAS E	08.001.0026.0782.1801.1013.44900000000000.03890000	907,75
DEPTO MUNICIPAL DE TRANSP, OBRAS E	08.001.0026.0782.1801.2016.33900000000000.03070000	3,41

DEPTO MUNICIPAL DE TRANSP, OBRAS E	08.001.0026.0782.1801.2016.33900000000000.03390100	28,93
DEPTO MUNICIPAL DE TRANSP, OBRAS E	08.001.0026.0782.1801.2016.33900000000000.03640100	53.898,36
DEPTO MUNICIPAL DE TRANSP, OBRAS E	08.001.0026.0782.1801.2031.33900000000000.03120000	1.267,70

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no art. 1º decorrerão de anulação, no mesmo

ANTONIO F. COMANDOLI  
Prefeito Municipal

ALINE L. TILLMANN  
Contadora

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU - SC

CNPJ 83.102.699/0001-28

Praça Leão Dehon, 50 – Centro – CEP 89184-000 - PRESIDENTE NEREU - SC

Fone: 0\*\* 47 3362-1108 – Fax: 0\*\* 47 3362-1108

- e-mail: prefeitura@presidentenereu.sc.gov.br

valor do crédito adicional suplementar, das seguintes dotações orçamentárias. Superávit Financeiro :  
R\$586.253,03 ( quinhentos e oitenta e seis mil e duzentos e cinquenta e tres reais e tres centavos )

Unidade Orçamentária	Dotação	Valor
Superávit Financeiro	00.000.0000.0000.0000.00000000000000.03000000	2.260,06
Superávit Financeiro	00.000.0000.0000.0000.0000.00000000000000.03010000	1.595,11
Superávit Financeiro	00.000.0000.0000.0000.0000.00000000000000.03070000	3,41
Superávit Financeiro	00.000.0000.0000.0000.0000.00000000000000.03080000	27.967,67
Superávit Financeiro	00.000.0000.0000.0000.0000.00000000000000.03100000	1.075,66
Superávit Financeiro	00.000.0000.0000.0000.0000.00000000000000.03110000	536,51
Superávit Financeiro	00.000.0000.0000.0000.0000.00000000000000.03120000	1.369,96
Superávit Financeiro	00.000.0000.0000.0000.0000.00000000000000.03180000	15,99
Superávit Financeiro	00.000.0000.0000.0000.0000.00000000000000.03320100	210,28
Superávit Financeiro	00.000.0000.0000.0000.0000.00000000000000.03320200	12.045,52
Superávit Financeiro	00.000.0000.0000.0000.0000.00000000000000.03340200	6.096,74
Superávit Financeiro	00.000.0000.0000.0000.0000.00000000000000.03360000	32,81
Superávit Financeiro	00.000.0000.0000.0000.0000.00000000000000.03370100	3.802,96
Superávit Financeiro	00.000.0000.0000.0000.0000.00000000000000.03370200	13,22
Superávit Financeiro	00.000.0000.0000.0000.0000.00000000000000.03370300	48,95
Superávit Financeiro	00.000.0000.0000.0000.0000.00000000000000.03370400	22,89
Superávit Financeiro	00.000.0000.0000.0000.0000.00000000000000.03370500	120,44
Superávit Financeiro	00.000.0000.0000.0000.0000.00000000000000.03390100	28,93
Superávit Financeiro	00.000.0000.0000.0000.0000.00000000000000.03620200	51,40
Superávit Financeiro	00.000.0000.0000.0000.0000.00000000000000.03640100	517.929,53
Superávit Financeiro	00.000.0000.0000.0000.0000.00000000000000.03830000	1.373,72
Superávit Financeiro	00.000.0000.0000.0000.0000.00000000000000.03870000	8.537,60
Superávit Financeiro	00.000.0000.0000.0000.0000.00000000000000.03890000	1.113,67

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

PRESIDENTE NEREU - SANTA CATARINA, 12 de janeiro de 2016



ANTONIO F. COMANDOLI  
Prefeito Municipal

ALINE L. TILLMANN  
Contadora

## DECRETO 05/2016

### PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU - SC

CNPJ 83.102.699/0001-28

Praça Leão Dehon, 50 – Centro – CEP 89184-000 - PRESIDENTE NEREU - SC

Fone: 0\*\* 47 3362-1108 – Fax: 0\*\* 47 3362-1108

- e-mail: prefeitura@presidentenereu.sc.gov.br

Numero Lei: 1482

Ano lei : 2015

Data Lei: 14/12/2015

DECRETO Nº 5, de 12 de janeiro de 2016

Dispõe sobre a abertura de Crédito Suplementar

O PREFEITO MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU, SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica, e de acordo com a Lei Municipal 1452, de 03 de dezembro de 2014.

#### DECRETA:

Art. 1º É aberto, ao orçamento do exercício de 2016, em favor das Unidades Orçamentárias a seguir relacionadas, créditos adicionais Suplementar no valor de R\$ 4.989,99 ( quatro mil e novecentos e oitenta e nove reais e noventa e nove centavos ), observadas as seguintes classificações funcionais programáticas.

Unidade Orçamentária	Dotação	Valor
FUNDO MUNICIPAL AGROPECUARIO	11.001.0020.0606.1401.1015.44900000000000.03890000	4.674,71
FUNDO MUNICIPAL AGROPECUARIO	11.001.0020.0606.1401.2015.33900000000000.03000000	315,28

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no art. 1º decorrerão de anulação, no mesmo valor do crédito adicional suplementar, das seguintes dotações orçamentárias. Superávit Financeiro : R\$4.989,99 ( quatro mil e novecentos e oitenta e nove reais e noventa e nove centavos )

Unidade Orçamentária	Dotação	Valor
Superávit Financeiro	00.000.0000.0000.0000.0000.00000000000000.03000000	315,28
Superávit Financeiro	00.000.0000.0000.0000.0000.00000000000000.03890000	4.674,71

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

PRESIDENTE NEREU - SANTA CATARINA, 12 de janeiro de 2016

ANTONIO F. COMANDOLI  
Prefeito Municipal

ALINE L. TILLMANN  
Contadora

**DECRETO 06/2016**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU - SC

CNPJ 83.102.699/0001-28

Praça Leão Dehon, 50 – Centro – CEP 89184-000 - PRESIDENTE NEREU - SC

Fone: 0\*\* 47 3362-1108 – Fax: 0\*\* 47 3362-1108

- e-mail: prefeitura@presidentenereu.sc.gov.br

Numero Lei: 1482

Ano lei : 2015

Data Lei: 14/12/2015

DECRETO Nº 6, de 12 de janeiro de 2016

Dispõe sobre a abertura de Crédito Suplementar

O PREFEITO MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU, SANTA CATARINA,  
no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica, e de acordo com a Lei Municipal 1452, de 03 de  
dezembro de 2014.

DECRETA:

Art. 1º É aberto, ao orçamento do exercício de 2016, em favor das Unidades Orçamentárias a seguir  
relacionadas, créditos adicionais Suplementar no valor de R\$ 43.204,25 ( quarenta e tres mil e duzentos e  
quatro reais e vinte e cinco centavos ), observadas as seguintes classificações funcionais programáticas.

Unidade Orçamentária	Dotação	Valor
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCI	12.001.0008.0244.1602.2006.33900000000000.03000000	908,40
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCI	12.001.0008.0244.1602.2006.33900000000000.03350100	20,08
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCI	12.001.0008.0244.1602.2006.33900000000000.03350300	1.617,78
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCI	12.001.0008.0244.1602.2006.33900000000000.03350400	21,74
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCI	12.001.0008.0244.1602.2006.33900000000000.03640200	11.600,68
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCI	12.001.0008.0244.1602.2007.33900000000000.03350200	1.917,67
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCI	12.001.0008.0244.1602.2007.33900000000000.03350500	8.877,58
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCI	12.001.0008.0244.1602.2023.33900000000000.03350200	99,50
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCI	12.001.0008.0244.1602.2023.33900000000000.03350400	4.948,63
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCI	12.001.0008.0244.1602.2023.33900000000000.03350500	55,19
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCI	12.001.0008.0244.1602.2023.44900000000000.03640200	13.137,00



Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no art. 1º decorrerão de anulação, no mesmo valor do crédito adicional suplementar, das seguintes dotações orçamentárias. Superávit Financeiro : R\$43.204,25 ( quarenta e tres mil e duzentos e quatro reais e vinte e cinco centavos )

Unidade Orçamentária	Dotação	Valor
Superávit Financeiro	00.000.0000.0000.0000.0000.00000000000000.03000000	908,40
Superávit Financeiro	00.000.0000.0000.0000.0000.00000000000000.03350100	20,08
Superávit Financeiro	00.000.0000.0000.0000.0000.00000000000000.03350200	2.017,17
Superávit Financeiro	00.000.0000.0000.0000.0000.00000000000000.03350300	1.617,78
Superávit Financeiro	00.000.0000.0000.0000.0000.00000000000000.03350400	4.970,37
Superávit Financeiro	00.000.0000.0000.0000.0000.00000000000000.03350500	8.932,77
Superávit Financeiro	00.000.0000.0000.0000.0000.00000000000000.03640200	24.737,68

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

PRESIDENTE NEREU - SANTA CATARINA, 12 de janeiro de 2016

\_\_\_\_\_  
ANTONIO F. COMANDOLI  
Prefeito Municipal

\_\_\_\_\_  
ALINE L. TILLMANN  
Contadora

-----  
  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU - SC

CNPJ 83.102.699/0001-28  
Praça Leão Dehon, 50 – Centro – CEP 89184-000 - PRESIDENTE NEREU - SC  
Fone: 0\*\* 47 3362-1108 – Fax: 0\*\* 47 3362-1108  
- e-mail: prefeitura@presidentenereu.sc.gov.br

\_\_\_\_\_  
ANTONIO F. COMANDOLI  
Prefeito Municipal

\_\_\_\_\_  
ALINE L. TILLMANN  
Contadora

# Rio do Sul

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 5088, DE 04 DE JANEIRO DE 2016

DECRETO Nº 5088/2016, de 04 de janeiro de 2016.

“DISPÕE SOBRE A ADOÇÃO DE MEDIDAS ADMINISTRATIVAS PARA CONTENÇÃO DE DESPESAS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL.”

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, previstas no inciso VI, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município e no disposto na Lei de Responsabilidade Fiscal nº101/2000, CONSIDERANDO:

· que a Lei Complementar nº 101/00 - Lei de Responsabilidade Fiscal estabelece o princípio do equilíbrio das contas públicas;

a necessidade de adequar as despesas municipais à programação financeira de entrada de receitas para o corrente ano;

· ser imperativo estabelecer medidas visando à redução do custo administrativo, assegurando, todavia, o funcionamento contínuo dos serviços essenciais do Município;

· que as medidas, mesmo que de pequeno impacto, serão de fundamental importância para adequação à nova realidade financeira e orçamentária do Município e para atingir os objetivos previstos no presente ano.

#### DECRETA:

Art. 1º – Fica implantado o programa de contenção de despesas, no sentido de equilibrar as contas públicas, na execução orçamentária de 2016 evitando o déficit financeiro e o orçamentário, durante os meses de janeiro a dezembro de 2016.

Art. 2º Para a redução das despesas ficam determinadas as seguintes ações:

I – Ficam bloqueados, conforme o procedimento adotado no segundo semestre de 2015, os orçamentos de custeio e investimento das Secretarias Municipais, por meio do sistema informatizado de gestão, bem como, ficam bloqueadas as emissões de requisições, ordens de compra e empenhos das secretarias municipais.

a) As liberações serão efetivadas mediante análise das necessidades demandadas por cada secretaria, mediante aprovação conjunta dos Secretários Municipais de Administração e de Fazenda e de acordo com a arrecadação dos tributos municipais.

b) Os Secretários Municipais são responsáveis pela gestão e controle de gastos de sua secretaria.

Parágrafo Primeiro: Os pagamentos de compras efetuadas em desacordo com o presente inciso serão de exclusiva responsabilidade de quem as efetuar;

II – As despesas com diárias e adiantamentos de servidores somente serão efetivadas mediante autorização dos Secretários Municipais de Administração e de Fazenda, exceto no caso daquelas com pagamento por meio de recursos vinculados e de motoristas da Secretaria Municipal de Saúde, quando se tratar de transporte de pacientes;

III – Ficam suspensas as designações de substitutos de ocupantes de cargos em comissão e diretores de centros educacionais

em virtude de afastamento por férias, baseados nos Arts. 46 e 47 da Lei Complementar 207/2010; exceto nos casos com prévia autorização por escrito do Secretário Municipal de Administração e Fazenda;

IV – Que as Secretarias Municipais de Administração e Fazenda procedam em conjunto, a revisão em todos os contratos de prestação de serviços continuados, visando racionalizações, ajustes ou cortes de despesas;

V – Ficam limitados os pagamentos de licenças-prêmio em R\$ 30.000,00 (trinta mil reais) mensais;

VI – Ficam cancelados todos os atos que autorizam o pagamento de adicional de aulas excedentes.

Parágrafo Único: Havendo necessidade imprescindível da realização das mesmas, o secretário titular da pasta de educação deverá encaminhar previamente uma solicitação aos Secretários Municipais de Administração e de Fazenda, em um único documento, justificando individualmente e abrangendo a necessidade da secretaria dentro de um planejamento, com respectivo impacto financeiro e fonte de recursos;

Art. 3º Os casos não contemplados neste Decreto serão submetidos à apreciação do Prefeito do Município.

Art. 4º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 04 de janeiro de 2016.

Garibaldi Antônio Ayroso  
Prefeito Municipal

Givanildo Silva  
Secretário Municipal de Administração

Cristiano Contreira Dias Lopes Segatto  
Secretário Municipal da Fazenda

### DECRETO Nº 5090, DE 11 DE JANEIRO DE 2016.

DECRETO Nº 5090, de 11 de janeiro de 2016.

“EXONERA RICARDO CLAUDINO RIBEIRO”.

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o inciso X, do artigo 37, da Lei Orgânica do Município de Rio do Sul; com a Lei Complementar nº 207, de 28 de setembro de 2010; e com a Lei Complementar nº 208, de 28 de setembro de 2010,

#### DECRETA:

Art. 1º- Exonera a pedido, a partir de 08 de janeiro de 2016, o servidor RICARDO CLAUDINO RIBEIRO, do cargo em comissão de Diretor do Departamento de Medicina (20 horas), nos termos do § 6º, do artigo 55, da Lei Complementar nº 207, de 28 de setembro de 2010 e do § 2º, do artigo 11, da Lei Complementar nº 208, de 28 de setembro de 2010.

Art. 2º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º- Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO  
11 de janeiro de 2016.  
GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO  
Prefeito do Município de Rio do Sul

GIVANILDO SILVA  
Secretário Municipal de Administração

#### **DECRETO Nº 5091, DE 11 DE JANEIRO DE 2016.**

DECRETO Nº 5091, de 11 de janeiro de 2016.

“NOMEIA OS MEMBROS PARA COMPOR A COMISSÃO DE POLÍTICA E REMUNERAÇÃO DE PESSOAL”.

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o inciso VI, do artigo 37, da Lei Orgânica do Município de Rio do Sul, e com o artigo 22, da Lei Complementar nº 208, de 28 de setembro de 2010,

#### **DECRETA:**

Art. 1º- Ficam nomeados para compor a Comissão Permanente de Política e Remuneração, os membros abaixo relacionados:

I - Givanildo Silva, Secretário Municipal de Administração;

II - Daniel Gorges, advogado;

III - Laiana da Silva Ossemer, agente administrativa;

IV - Pâmela Priscila Eichholz, chefe de divisão de integração do sistema de gestão;

V - Marilene Back Espindola, presidente do sindicato dos servidores;

VI - Valdenir Borges Ribeiro, digitador;

VII - Ivone Terezinha Meneghelli Lourenço, técnica em enfermagem.

Parágrafo único - A nomeação dos membros mencionados no caput tem vigência de 01 (um) ano, iniciando o período a partir do dia 01 de fevereiro de 2016, podendo os mesmos serem reconduzidos mediante ato próprio.

Art. 2º- A comissão ora nomeada, conforme disposição contida no artigo 22, da Lei Complementar nº 208, de 28 de setembro de 2010, tem a incumbência de colher subsídios e formular sugestões que orientam as políticas municipais de pessoal e remuneração.

Parágrafo único - Além das competências previstas no caput deste artigo, deverá a comissão participar de todos os estudos e reformas eventualmente produzidas na área de política de pessoal e de remuneração.

Art. 3º- Os subsídios, as sugestões, os estudos e as propostas de reformas nas áreas de política de pessoal e de remuneração, devem ser produzidos mediante parecer fundamentado.

Art. 4º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º- Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO  
11 de janeiro de 2016.  
GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO  
Prefeito do Município de Rio do Sul

#### **DECRETO Nº 5092, DE 11 DE JANEIRO DE 2016.**

DECRETO Nº 5092, de 11 de janeiro de 2016.

“FIXA PONTO FACULTATIVO NAS REPARTIÇÕES PÚBLICAS MUNICIPAIS”.

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com a alínea “a”, inciso VIII, do artigo 37, da Lei Orgânica do Município de Rio do Sul, e com o § 2º, do artigo 50, da Lei Complementar nº 207, de 28 de setembro de 2010,

#### **DECRETA:**

Art. 1º- Será facultativo o ponto nas repartições públicas do Município de Rio do Sul, nas seguintes datas:

I - 08 e 09 de fevereiro de 2016, em comemoração ao Carnaval;

II - 22 de abril de 2016, em comemoração ao dia 21 de abril de 2016, quinta-feira, feriado de Tiradentes;

III - 27 de maio de 2016, em comemoração ao dia 26 de maio de 2016, quinta-feira, feriado Corpus Christi;

IV - 28 de outubro de 2016, em comemoração ao Dia do Servidor Público;

V - 14 de novembro de 2016, em comemoração ao dia 15 de novembro de 2016, terça-feira, feriado da Proclamação da República.

Art. 2º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º- Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO  
11 de janeiro de 2016.  
GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO  
Prefeito do Município de Rio do Sul

GIVANILDO SILVA  
Secretário Municipal de Administração

**HOMOLOGAÇÃO DOS INSCRITOS - PNE - PROCESSO SELETIVO Nº 004/2015 - MONITOR ESCOLAR****HOMOLOGAÇÃO DOS INSCRITOS**

PNE PREFEITO DO MUNICÍPIO DE RIO DO SUL, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais TORNA PÚBLICO:

O presente Edital de Homologação dos Inscritos dos Candidatos Portadores de Necessidades Especiais no Processo Seletivo objeto do Edital nº 04/2015, de 14 de dezembro de 2015 e retificação, conforme Anexo Único, parte integrante deste Edital.

1. A prova escrita será realizada no dia 24/01/2016, na Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí - UNIDAVI -, situada à Rua Dr. Guilherme Gemballa, nº 13 - Bairro Jardim América - Rio do Sul - S.C, com início às 09 horas, com duração máxima de 3 horas e mínima de 30 minutos.

1.1. O candidato deverá comparecer no local e hora marcada com antecedência mínima de 15 minutos.

1.2. O portão de acesso ao local de prova será aberto às 8h15min e fechado às 9h.

1.3. É obrigatória a apresentação de documento oficial com foto e poderá ser exigido comprovante de pagamento da taxa de inscrição em uma eventual divergência.

Prefeitura Municipal de Rio do Sul, 15 de janeiro de 2016.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul

**ANEXO ÚNICO****MONITOR ESCOLAR**

Seq	Nº INSC	CANDIDATO	RG	Data Nasc
1	261733	Monica Ariane De Paula	48927156	15/01/1993

**HOMOLOGAÇÃO DOS INSCRITOS - PROCESSO SELETIVO Nº 004/2015 - MONITOR ESCOLAR**

HOMOLOGAÇÃO DOS INSCRITOS PREFEITO DO MUNICÍPIO DE RIO DO SUL, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais TORNA PÚBLICO:

O presente Edital de Homologação dos Inscritos no Processo Seletivo objeto do Edital nº 04/2015, de 14 de dezembro de 2015 e retificação, conforme Anexo Único, parte integrante deste Edital.

1. A prova escrita será realizada no dia 24/01/2016, na Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí - UNIDAVI -, situada à Rua Dr. Guilherme Gemballa, nº 13 - Bairro Jardim América - Rio do Sul - S.C, com início às 09 horas, com duração máxima de 3 horas e mínima de 30 minutos.

1.1. O candidato deverá comparecer no local e hora marcada com antecedência mínima de 15 minutos.

1.2. O portão de acesso ao local de prova será aberto às 8h15min e fechado às 9h.

1.3. É obrigatória a apresentação de documento oficial com foto e poderá ser exigido comprovante de pagamento da taxa de inscrição em uma eventual divergência.

Prefeitura Municipal de Rio do Sul, 15 de janeiro de 2016.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul

**ANEXO ÚNICO****MONITOR ESCOLAR**

Seq	Nº INSC	CANDIDATO	RG	Data Nasc
1	260144	Adriana Aparecida Soares	44311389	05/05/1987
2	270982	Adriana Becker	43061265	04/10/1986
3	274213	Adriana Costa	3905786	15/07/1976
4	260055	Alexandra Barbosa	4496003	30/04/1989
5	260718	Alexandre Cani	3211772	19/09/1976
6	260665	Alice Cristine Becker Redel	5261117	16/11/1995
7	261420	Alice Regina Lehmann	5815894	11/03/1996
8	264460	Aline Kuchler	6033735	17/11/1990

9	270568	Allan Rodrigo Caetano	5354893	07/11/1990
10	260637	Amanda Regina Dos Santos	5888828	18/05/1995
11	261035	Ana Carolina Nilsen	4475521	11/04/1995
12	262535	Ana Caroline Wernke	4690807	20/11/1996
13	264778	Ana Claudia Hilbert	5815098	11/04/1991
14	270110	Ana Karoline Rudolf	6814669	12/10/1998
15	260806	Ana Paula Augusto Da Silva	5888663	27/06/1980
16	261722	Ana Paula Cardoso	5261645	22/09/1994
17	259901	Ana Paula Dos Santos Camargo	6675523	07/09/1997
18	262646	Ana Paula Petris Crispim	4431454	28/05/1988
19	273537	Andiara Vargas	4486009	04/10/1990
20	267151	Andre Luis De Lana Foureaux	12971869	01/02/1986
21	261361	Andressa Giacomozzi	4280775	18/05/1996
22	274371	Andressa Regina Da Silva De Freitas	337898315	24/03/1983
23	268968	Ane Caroline Fronza	4740065	29/03/1994
24	264749	Ane Caroline Steinbach	53549201	18/09/1988
25	274104	Anna Cristina Schwarz Goulart Salles	5578527	30/01/1997
26	260356	Ariane Cristina De Oliveira	5614473	05/10/1994
27	260632	Bernardete Candido Nunes	71679934	22/10/1967
28	259911	Bianca Da Silva Orso	53792424	09/04/1995
29	268389	Bruna Cestonaro Do Nascimento	4745484	13/05/1986
30	274744	Bruna Cristina Back	5379846	30/09/1996
31	267673	Bruna De Oliveira Fernandes	5088369	27/12/1997
32	274868	Bruna Leticia Lopes	55780504	11/07/1998
33	265200	Bruna Marinheiro	5412337	18/09/1995
34	271607	Bruna Sibebe Soares	6613680	16/06/1995
35	264927	Camila Do Amaral	4719500	10/12/1990
36	267343	Camila Santana Do Amaral	4859897	13/07/1988
37	267194	Camila Varela Buttner	6230139	05/07/1994
38	275112	Carina Lichtenfels	5155684	12/05/1989
39	260126	Carla Fuck Wollinger	5142437	07/06/1988
40	267806	Carla Nauila Goedert Schiestl	5009238	04/08/1988
41	260332	Carla Roberta Zanini	7073678	15/04/1997
42	267347	Carla Tatiana Pieritz	4203815	16/04/1989
43	260419	Carolina Schroder Da Silva	5815132	22/12/1994
44	263237	Caroline Kieser	4280426	06/03/1986
45	274277	Cassia Lizandra Dos Santos Pereira	5888799	28/05/1996
46	268522	Chaiany Cristina Nogueira	6050931	23/04/1996
47	273152	Clarice Cunha Berto	2626156	02/09/1975
48	270529	Claudia Janaina Hermann	6843728	07/05/1997
49	263651	Claudia Prust Wessner	4528350	28/07/1988
50	270432	Cleia Demarchi	1891538	27/02/1968
51	273710	Cleusa De Souza Batista	2916136	09/12/1975
52	274731	Crisleia Goncalves	4234862	16/04/1984
53	261262	Cristiane Kirchein Sosa	7024246	19/06/1986
54	262252	Cristiane Schweppe	4154525	09/01/1983
55	274026	Cristiano Da Silva Garcia	4210541	29/08/1987
56	264333	Cristiano Stringari	3718337	10/10/1979
57	261759	Cristilane Tuon	3453599	17/09/1977
58	263881	Cristina Navarro Lins	4740591	23/04/1992
59	259867	Cristina Visentin	44865139	17/07/1983
60	271842	Daiana Ramos Da Silva	4085017	12/01/1985
61	273114	Daiane Eger	5456580	31/08/1992

62	261531	Daiane Mariano Rode	4725692	30/11/1984
63	259865	Daiane Mauricio	6133826	04/11/1996
64	259964	Dandhara Caroline Schneider	6307271	14/03/1997
65	268532	Daniela Bianchet	4068364	02/04/1985
66	275045	Daniela Caroline Minatti Dos Santos	54651930	06/10/1996
67	261699	Daniela Ferreira Marques Ribas	1061560601	21/06/1978
68	260171	Daniele Luisa Schneider	5088246	09/01/1998
69	267087	Dara Luene Da Silva	6423366	31/03/1997
70	273255	Darciele Buscoscky Perkovski	1093578043	13/11/1988
71	265536	Debora Cristina Veneri	52321630	24/07/1986
72	274386	Deize Araujo Gross	6072034	23/05/1987
73	261275	Diane Cibele Dos Santos Do Nascimento	6072036	15/12/1989
74	273230	Diego Dela Justina	6005230	22/07/1991
75	265870	Dulce Kusters	4024278	03/01/1989
76	270520	Elena Valim Filagrana	5797117	13/09/1996
77	260826	Eliane Nunes	4233786	11/01/1984
78	273788	Eliete Cruz	4085789	11/09/1980
79	264952	Elisa Floriano	44752253	19/05/1989
80	274801	Elisabeth Carolina Coninck	5815570	01/04/1997
81	272633	Elizete Martendal Dolsan	3395197	21/03/1978
82	260267	Eloisa Lucia Sabino	6072057	25/04/1994
83	260734	Estela Isabel Franca Pereira	6072255	08/01/1996
84	269790	Evanilde Demetrio	3458873	14/10/1978
85	263407	Fabiola De Espindola	5465564	11/02/1995
86	274032	Fernanda Back Amorim	6005945	01/06/1998
87	272411	Fernanda Da Rocha	5578605	16/12/1991
88	261066	Fernanda Stephanie Scheffer	4150592	16/01/1988
89	274340	Franciane Lopes Do Amaral	5376565	08/10/1985
90	260530	Gabrielle Pereira	6774531	18/02/1998
91	272792	Geciomar Jose Ferreira De Souza	24932477	24/12/1972
92	273803	Geziane Vitorino Dos Santos	4705944	03/07/1980
93	274773	Gilvaniokülkamp	44045611	05/01/1982
94	268213	Gisele Flores	6307227	24/07/1995
95	261656	Gisele Pacheco Da Rosa Sandor	44869894	13/02/1990
96	273079	Giseli Duarte	1062960586	03/03/1980
97	274758	Glauce Regina Gerber	3499458	03/11/1976
98	260173	Graziele Aparecida Sabino	4719807	23/03/1985
99	273660	Graziele Dos Santos	4068537	03/07/1983
100	273313	Greice Kely Kraemer	46053093	11/05/1987
101	262570	Hellen Da Silva Fraron	6940565	14/03/1998
102	264380	Iraci Symczacka	6766751	04/11/1995
103	263515	Iraneide Lima De Matos	4189551	01/10/1982
104	263024	Ivone Kohls	1678080	18/10/1964
105	261111	Ivonete Do Prado	6784981	26/10/1968
106	271089	Ivonete Horacio Laurindo Raitz	2628167	13/11/1972
107	265166	Janaina Brignoli	43474667	02/01/1982
108	260254	Janaina Duarte	5750370	22/05/1997
109	275008	Janaina Ferreira	4268250	09/11/1990
110	261517	Janaina Sens Eichholz	4317943	11/03/1984
111	275067	Jaqueline Moreira Da Veiga	5663405	06/11/1991
112	261344	Jeane Antonia Da Silva Savi	5987606	16/10/1997
113	272146	Jennifer De Novais	5888078	30/12/1994
114	273855	Jessica Patricia Alves	6292786	15/06/1998



115	271300	Joao Norberto Da Costa	1842993	10/04/1966
116	273166	Joice Cintia Damori	5888796	14/02/1996
117	261907	Joice Da Silva Prim	3833438	01/05/1982
118	260048	Jonatas Marcson Wecolovis	2628995	05/12/1974
119	272828	Joraci Silverio Lemos Pollheim	2913001	16/06/1973
120	261881	Joseane De Assis	5173634	07/11/1986
121	273323	Josiane Mondini Boss	4475740	04/11/1983
122	274011	Josiane Parma	5578374	04/07/1996
123	260021	Jucelia De Souza Bueno	4740985	18/07/1985
124	261223	Julia Candido	50882740	27/06/1993
125	265862	Julia Graciela Neuhaus Emke	4403636	13/04/1989
126	268071	Juliana Aparecida Faust	44037562	02/11/1983
127	263074	Juliana Aparecida Grah Da Rocha	41182499	09/11/1981
128	273830	Juliana Januario Alves Heinz	5633397	21/05/1990
129	259912	Juliana Roth Wahlbrinck	6005279	28/07/1995
130	275080	Juliano De Almeida Volpato	5294059	27/07/1991
131	273767	Karina Brito	43473024	08/09/1986
132	271117	Katia Regina Jeremias Krambeck	543765556	03/07/1972
133	273765	Lais Coelho	52794393	24/03/1994
134	273961	Larissa Lozeyko	5193396	03/04/1995
135	272706	Larissa Moretti	6711069	12/11/1995
136	263725	Leticia Do Amaral	4719499	03/03/1997
137	270812	Leticia Marzall Lippel	6133403	04/03/1997
138	273069	Liane Caroline Perroni	6479349	14/07/1999
139	272113	Lidiane Muller Basilio	5888250	18/11/1995
140	274098	Liliane Seraphim	3458678	07/08/1977
141	261832	Lionete Aparecida Prates Dias	7478203	16/01/1969
142	260759	Loredana Priscila Costa	6072946	22/04/1994
143	267655	Luan Gustavo Bogo	5181139	02/03/1990
144	260301	Luana Caroline Avi	6133151	18/06/1996
145	273982	Luana Girardi Rossa	4404152	21/10/1993
146	274443	Lucas Gabriel	6189839	30/08/1995
147	272670	Lucelia Baggio	4085300	30/06/1983
148	273945	Lucia Ediles Lima Da Silva	6230977	11/07/1992
149	267915	Luciana Simoes Biachi	0308958545	30/06/1970
150	269955	Luciana Stockchneider Pirhardt	5670545	26/07/1984
151	274427	Luciara Julia Avi	4085872	09/10/1981
152	273342	Lucimara Dos Santos Koch	7410756	13/01/1988
153	270848	Maiko Giovani Bertoncelo	7585040	01/11/1985
154	272418	Maisa Fernanda Marciano	5088878	18/12/1997
155	268731	Marcela Costa Sales	410533555	21/02/1983
156	260822	Marcia Aparecida Rizzo	3393797	29/01/1979
157	273434	Marcia Regina Kunth	2816665	22/08/1972
158	260933	Marco Aurelio Schlemper	4085852	25/09/1981
159	273978	Marcos Antonio Hillesheim Junior	4719357	29/09/1992
160	274810	Maria Cristina Dos Santos	6794122	26/07/1964
161	262777	Maria Helena Da Silva	3989375	27/06/1976
162	260277	Maria Julia Deucher	7065267	12/07/1996
163	275054	Maria Luciana Cordeiro	4654782	26/10/1982
164	264872	Maria Luiza Ruck	5442593	01/09/1997
165	275100	Maria Melania Cunha Stock	1229392	11/06/1965
166	274099	Mariana Caetano Macedo	4117002	17/09/1985
167	265828	Mariane Hugen	5767804	12/06/1992

168	268770	Marina Guckert	4403362	03/05/1990
169	260906	Marise Wuerges	2175781	29/03/1971
170	259890	Marlla Suellyn Zanis	54658373	07/12/1994
171	274025	Mauro Gunther	5654850	05/09/1997
172	273744	Mericleia Munarin Petry	5379660	17/07/1992
173	273411	Michele Batista	5654290	28/07/1998
174	263161	Midia Paola Batschauer	55298435	19/05/1991
175	273675	Milena Aline Stock	4740038	03/02/1994
176	262195	Miriam Stadnick	3638122	21/01/1978
177	263072	Mirian Brodewolf	2251984	12/04/1969
178	261733	Monica Ariane De Paula	48927156	15/01/1993
179	260944	Natasha Da Cruz Dos Santos	6133531	08/05/1996
180	260508	Nayara Rodrigues Alves	5066848	16/03/1990
181	267716	Neide Aparecida Agostinho	3579039	12/10/1976
182	274123	Noeli Rassweiler Bachmann	4311819	23/06/1969
183	266311	Paloma Laurete Kneidl	5654266	23/09/1994
184	259900	Pamela Aparecida Cardoso	6709126	12/05/1998
185	260900	Pamela Regina Degenhardt	4347498	01/11/1995
186	260363	Patricia Demiranda Santa Na De Souza	4118692	27/01/1982
187	263693	Poliany Albertina Buss	5797620	07/03/1998
188	260238	Priscila Gisele Fernandes	5654380	03/08/1993
189	261557	Queli Cristina Da Silva Oliveira	6135001	28/10/1995
190	263146	Rafaela Hammes Depine	5412138	12/11/1993
191	259987	Ramon Jose Ferreira De Souza	5087174	22/07/1995
192	273391	Raquel Schmidt	4691280	27/01/1989
193	260568	Regina Catia Kelim Thiel	3590756	18/06/1975
194	272232	Rejane Rosa Da Silva	198314	11/04/1982
195	272714	Roberta Teixeira Karsten	4286970	10/03/1982
196	268451	Roberta Vandresen	53792858	09/11/1989
197	260509	Rosana De Fatima Pires Dos Santos	4627961	13/07/1977
198	259999	Rosane Bruggmann	3458942	21/06/1978
199	265507	Roseline Rosa	5087710	04/02/1990
200	262092	Rosemery Lehmkuhl	2122132	26/10/1968
201	262566	Rosilene Aparecida Petris Machado	33527806	03/12/1977
202	261359	Rosimeri Batista Dos Santos	4289762	23/09/1981
203	274543	Sabrina Amorim Blanck	3731502	08/05/1980
204	261739	Sabrina Loffagen Tobias	5860665	23/06/1994
205	273319	Saionara Comper Brandalize	5548918	08/10/1994
206	261480	Salvia Aparecida Schneider	10386505	25/10/1963
207	263601	Samara Dalagnelo	4706407	19/12/1989
208	271707	Sandra Herbst	3930852	31/01/1978
209	262725	Sandra Machado De Souza.	4118742	28/09/1981
210	270571	Sara Arcanjo Dos Santos Caetano	6062121	10/08/1993
211	273806	Saunara Vambommel	5888334	08/04/1996
212	263356	Scheila Mara Bressan	4403515	26/04/1991
213	259888	Sheena Carla Parma	4724847	25/11/1989
214	266184	Silvana Mello	3210469	03/11/1974
215	262436	Simone Fanton	4056946	12/08/1988
216	261367	Simone Filandiani	6292774	18/07/1995
217	273932	Sofia Caroline Boeing	5748940	30/06/1992
218	263362	Stefanie De Novais	6072596	11/11/1997
219	261081	Stephanie Borba	5379273	09/07/1991
220	260486	Stephanie Klehm Krieger	5088850	19/09/1988

221	262063	Taciane Kantovick	4475577	01/04/1985
222	263506	Taina Arseno Barboza	6133066	11/08/1995
223	274072	Taina Camargo Da Silva	5668431	06/11/1997
224	262695	Taina Cristina Gabe	4833407	05/02/1998
225	271957	Tainara De Souza	6132274	04/08/1998
226	273349	Taiza Fernanda Weiss	5456891	12/05/1992
227	261534	Talita Aparecida Mazzini Conzatti	5815314	12/10/1993
228	272437	Talita Harbs	4118836	01/03/1984
229	274542	Tamires Madalena	55291880	22/08/1993
230	274163	Tatiane Maciel Dos Santos	46915885	05/12/1983
231	260353	Thainara Thayse Steinbach De Lima	4271621	18/05/1994
232	263860	Therezia Goetten De Souza	5613045	03/12/1987
233	274324	Vanderleia Baldo	5088544	20/04/1993
234	261032	Vanessa Cristina Antonio Bertencelo	4347173	29/12/1992
235	274374	Vanessa De Souza	44035126	23/02/1986
236	263148	Vanessa Stüpp	5872297	22/01/1991
237	264746	Victoria Bonfanti Prust	5815141	02/04/1997
238	265406	Vinicius Andre Guckert Marquez	5379917	15/08/1994
239	272773	Vinicius Lange	6670680	18/12/1998
240	273672	Vitor Jose Nagel Junior	5578820	23/03/1998
241	263448	Wagner Silveira	4068194	29/07/1989
242	268677	Walter Eduardo Kaufmann	4740180	21/10/1991
243	274596	Yara Miranda	6517441	12/12/1997

**PORTARIA CONJUNTA Nº 002/2016**

PORTARIA CONJUNTA Nº 002/2016.

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração e CRISTIANO CONTREIRA DIAS LOPES SEGATTO, Secretário Municipal da Fazenda do município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais previstas no inciso III do Parágrafo Único, do Art. 41, da Lei Orgânica do Município e no disposto nos Decretos Municipais nº 4764/2015, de 19 de junho de 2015 e 5088/2016, de 04 de janeiro de 2016, considerando:

- o disposto no Decreto Municipal nº 5088, de 04 de janeiro de 2016, que dispõe sobre adoção de medidas administrativas para contenção de gastos do município de Rio do Sul, nos termos da Lei Complementar nº 101/00 - Lei de Responsabilidade Fiscal, que estabelece o princípio do equilíbrio das contas públicas e dá outras providências;
- o disposto no Decreto Municipal nº 4764, de 19 de junho de 2015, que define critérios e estabelece procedimentos sobre o empenhamento de despesas na administração pública municipal, nos termos da Lei Federal nº 4.320/1964, que estabelece os critérios e procedimentos de execução de despesas na Administração Pública e dá outras providências;
- a necessidade de adequar as despesas municipais à programação financeira de entrada de receitas para o corrente ano;
- ser imperativo estabelecer medidas visando à redução do custo administrativo, assegurando, todavia, o funcionamento contínuo dos serviços essenciais do Município

**RESOLVEM:**

Art. 1º – Fica estabelecido que a execução de qualquer despesa, prestação de serviços ou aquisição de materiais, obrigatoriamente deverá ser precedida de:

- a) Aprovação conjunta dos Secretários de Administração e Fazenda para emissão da Requisição de Compras para fornecimento de materiais e serviços;
- b) Obrigatoriedade de obediência da ordem cronológica dos serviços prestados para emissão da respectiva Requisição de Compras;
- c) Cumprimento de todas as medidas para redução de gastos com água, luz e telefone por secretaria.

Art. 2º – Todas as secretarias e órgãos públicos municipais deverão:

I – abster-se de realizar despesa em desacordo com o estabelecido na presente Portaria Conjunta;

II – restringir o gasto com combustível de acordo com a programação mensal de cada secretaria;

III – não efetuar gastos acima do limite permitido para cada secretaria para custeio e manutenção;

Art. 3º – Toda despesa realizada em desacordo com o estabelecido nos decretos 4764/2015 e 5088/2016 e nesta Portaria Conjunta, será sumariamente glosada, sendo responsabilizado o ordenador da mesma.

Parágrafo Único: Ocorrendo esse tipo de infração, instaurar-se-á o respectivo processo de sindicância com o objetivo de investigar a razão dessa prática de pagamento sem prévio empenho, e, quando for o caso, a instauração de inquérito administrativo para punir os responsáveis.

Art. 4º – Esta Portaria Conjunta entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 04 de janeiro de 2016.  
Givanildo Silva  
Secretário Municipal de Administração

Cristiano Contreira Dias Lopes Segatto  
Secretário Municipal da Fazenda

## RESUMO DO CONTRATO 002/2016

RESUMO DO CONTRATO DE COMPRA E VENDA Nº 002/2016

Pregão presencial nº 094/2015  
Contratante: Município de Rio do Sul/SC  
Contratada: Zoom Tecnologia Ltda  
1.1 Objeto:

1 - LOTE 01			
Item	Qtd	Unid	Produto
1	2	Unidade	Tablets, conforme termo de referência, descrito no Anexo 08 do edital, Marca Sansung, Modelo Galaxy Tba Active SM-T365
2	2	Unidade	Impressora térmica, conforme termo de referência, descrito no Anexo 08 do edital, Marca Zebra, Modelo iMZ320
3	2	Unidade	Suportes, conforme termo de referência, descrito no Anexo 08 do edital, Marca ACN

Valor: R\$

Item	Valor Unitário	Valor Total
01	2.750,00	5.500,00
02	2.850,00	5.700,00
03	2.050,00	4.100,00
	Total	15.300,00

Prazo de Execução: 30 (trinta) dias após a emissão da Ordem de Compra. Local

Condições de Pagamento: até 30 (trinta) dias após os seguintes procedimentos e a apresentação dos documentos:

Recurso: Transito

Fundamento Legal: Parágrafo único do Art. 61 da Lei de Licitações nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

Rio do Sul/SC, 05 de janeiro de 2016.  
GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO  
Prefeito de Rio do Sul

## TERMO DE POSSE E EXERCÍCIO - CONCURSO PÚBLICO Nº 003/2014 - GILVANE VOSS

### TERMO DE CONVOCAÇÃO

Senhor(a) GILVANE VOSS estamos procedendo a convocação para que se apresente no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, sito a Praça 25 de Julho, 01, no prazo máximo de 02 dias úteis, munido(a) de documento de identidade.

Informamos que a presente convocação objetiva a sua contratação no emprego de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, BAIRRO BARRAGEM, 40H, conquistada no Concurso Público n.º 003/2014– EMPREGO PÚBLICO.

Rio do Sul (SC), 14 de Janeiro de 2016.

Ciente: \_\_\_\_\_ em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Responsável pela Convocação  
Departamento de Recursos Humanos  
Recrutamento e Seleção

**TERMO DE POSSE E EXERCÍCIO - CONCURSO PÚBLICO Nº 003/2014 - LICE KRUEGER MAUL DA SILVA**  
TERMO DE CONVOCAÇÃO

Senhor(a) ALICE KRUEGER MAUL DA SILVA estamos procedendo a convocação para que se apresente no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, sito a Praça 25 de Julho, 01, no prazo máximo de 02 dias úteis, munido(a) de documento de identidade.

Informamos que a presente convocação objetiva a sua contratação no emprego de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – BAIRRO FUNDO CANOAS, 40H, conquistada no Concurso Público n.º 003/2014 – EMPREGO PÚBLICO.

Rio do Sul (SC), 14 de Janeiro de 2016.

Ciente: \_\_\_\_\_ em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Responsável pela Convocação

Departamento de Recursos Humanos  
Recrutamento e Seleção

**DECRETO Nº 5093, DE 13 DE JANEIRO DE 2016**

**DECRETO Nº 5093**, de 13 de janeiro de 2016.

**"ESTABELECE CONTROLES FINANCEIROS".**

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o inciso VI, do artigo 37, da Lei Orgânica do Município de Rio do Sul, e com os artigos 8º e 13 da Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000,

**DECRETA:**

- Art. 1º- Fica estabelecido demonstrativo da Programação Financeira e o cronograma mensal de desembolso para o exercício de 2016, previsto no artigo 8º, da Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000, anexo a este Decreto.
- Art. 2º- Fica estabelecido demonstrativo do desdobramento das receitas previstas no orçamento de 2016, em metas bimestrais de arrecadação referido no artigo 13, da Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000, anexo a este Decreto.
- Art. 3º- Os demonstrativos referidos nos artigos anteriores, poderão ser modificados em decorrência da execução orçamentária e fluxo de caixa.
- Art. 4º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
- Art. 5º- Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO  
13 de janeiro de 2016.

**GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO**  
Prefeito do Município de Rio do Sul

**CRISTIANO CONTREIRA DIAS LOPES SEGATTO**  
Secretário Municipal da Fazenda



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL  
ESTADO DE SANTA CATARINA

DESDOBRAMENTO DA RECEITA EM METAS BIMESTRAIS DE ARRECAÇÃO - 2016  
Art. 13 da LC 101/2000

RECEITAS	1º Bimestre			2º Bimestre			3º Bimestre			4º Bimestre			5º Bimestre			6º Bimestre			TOTAL
	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ							
RECEITAS CORRENTES	19.719.669,00	24.008.680,00	23.339.680,00	21.156.137,00	21.085.193,00	20.856.985,00	20.759.679,00	20.639.681,00	20.742.679,00	20.551.680,00	20.569.680,00	20.513.793,33	253.913.546,33						
Receta Tributária	2.600.000,00	6.500.000,00	6.000.000,00	4.000.000,00	3.900.000,00	3.700.000,00	3.600.000,00	3.500.000,00	3.600.000,00	3.400.000,00	3.400.000,00	3.448.900,00	47.646.900,00						
Receta de Contribuição	730.000,00	977.000,00	950.000,00	770.000,00	760.000,00	770.000,00	775.000,00	760.000,00	765.000,00	770.000,00	780.000,00	762.500,00	9.569.500,00						
Receta Patrimonial	760.000,00	765.000,00	760.000,00	755.000,00	761.000,00	759.000,00	758.000,00	755.000,00	760.000,00	763.000,00	777.000,00	759.024,00	9.132.024,00						
Receta Agropecuária	1.685,00	1.680,00	1.690,00	1.687,00	1.693,00	1.685,00	1.679,00	1.681,00	1.679,00	1.680,00	1.690,00	1.471,00	20.000,00						
Transferências Correntes	16.272.000,00	16.266.000,00	16.270.000,00	16.271.000,00	16.273.000,00	16.268.000,00	16.270.000,00	16.269.000,00	16.267.000,00	16.275.000,00	16.276.000,00	16.284.822,33	195.261.822,33						
Outras Receitas Correntes	459.984,00	602.000,00	459.990,00	459.950,00	459.500,00	460.300,00	458.000,00	456.000,00	450.000,00	445.000,00	440.000,00	367.576,00	5.518.300,00						
( - ) Deduções da Receita	- 1.104.000,00	- 1.103.000,00	- 1.102.000,00	- 1.101.500,00	- 1.100.000,00	- 1.102.000,00	- 1.103.000,00	- 1.102.000,00	- 1.101.000,00	- 1.103.000,00	- 1.105.000,00	- 1.108.500,00	- 13.235.000,00						
RECEITAS DE CAPITAL	800.000,00	1.700.000,00	3.400.000,00	3.650.000,00	4.050.000,00	4.220.000,00	4.550.000,00	4.700.000,00	4.950.000,00	4.800.000,00	4.200.000,00	3.855.149,62	44.875.149,62						
Operações de Crédito	300.000,00	1.000.000,00	1.100.000,00	1.150.000,00	1.250.000,00	1.100.000,00	1.050.000,00	1.000.000,00	1.150.000,00	1.100.000,00	1.200.000,00	1.280.000,00	12.800.000,00						
Alienação de Bens	-	-	-	-	-	20.000,00	-	-	-	-	-	-	20.000,00						
Transferências de Capital	500.000,00	700.000,00	2.300.000,00	2.500.000,00	2.800.000,00	3.100.000,00	3.500.000,00	3.700.000,00	3.800.000,00	3.700.000,00	3.000.000,00	2.455.149,62	32.055.149,62						
RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	1.000.000,00	1.050.000,00	1.030.000,00	1.020.000,00	1.040.000,00	1.035.000,00	1.038.000,00	1.027.000,00	1.030.000,00	1.025.000,00	1.015.000,00	1.213.000,00	12.523.000,00						
Contribuição Previdenciária	1.000.000,00	1.050.000,00	1.030.000,00	1.020.000,00	1.040.000,00	1.035.000,00	1.038.000,00	1.027.000,00	1.030.000,00	1.025.000,00	1.015.000,00	1.213.000,00	12.523.000,00						
TOTAL DA RECEITA	21.519.669,00	26.758.680,00	27.769.680,00	25.826.137,00	26.145.193,00	26.111.985,00	26.347.679,00	26.366.681,00	26.722.679,00	26.376.680,00	25.784.690,00	25.581.942,95	311.311.695,95						

Rio do Sul, 11 de Janeiro de 2016

Garibaldi Antonio Ayroso  
Prefeito Municipal  
CPF 292.826.679-87

Cristiano Contrreira Dias Lopes Segatto  
Secretário da Fazenda  
CPF 219.470.648-86

Rubia Cristina Mohr  
Contadora CRC/SC 028616/O-4  
CPF: 031.262.039-06

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL  
ESTADO DE SANTA CATARINA

DESDOBRAMENTO DA DESPESA EM METAS BIMESTRAIS – 2016  
Art. 13 da LC 101/2000

DESPESAS	1º Bimestre		2º Bimestre		3º Bimestre		4º Bimestre		5º Bimestre		6º Bimestre		TOTAL
	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	
DESPESAS CORRENTES	20.115.000,00	19.900.000,00	19.615.000,00	19.696.000,00	19.658.000,00	23.420.000,00	19.737.000,00	19.718.000,00	19.685.000,00	19.609.000,00	19.596.000,00	21.885.682,81	242.634.682,81
Pessoal e Encargos Sociais	7.450.000,00	7.430.000,00	7.440.000,00	7.420.000,00	7.430.000,00	11.160.000,00	7.425.000,00	7.435.000,00	7.430.000,00	7.425.000,00	7.430.000,00	11.248.981,96	96.723.981,96
Pessoal e Encargos Sociais	7.450.000,00	7.430.000,00	7.440.000,00	7.420.000,00	7.430.000,00	11.160.000,00	7.425.000,00	7.435.000,00	7.430.000,00	7.425.000,00	7.430.000,00	11.248.981,96	96.723.981,96
Juros e Encargos da Dívida	65.000,00	70.000,00	75.000,00	76.000,00	78.000,00	80.000,00	82.000,00	83.000,00	85.000,00	84.000,00	86.000,00	136.000,00	1.000.000,00
Juros e Encargos da Dívida	65.000,00	70.000,00	75.000,00	76.000,00	78.000,00	80.000,00	82.000,00	83.000,00	85.000,00	84.000,00	86.000,00	136.000,00	1.000.000,00
Outras Despesas Correntes	12.600.000,00	12.400.000,00	12.100.000,00	12.200.000,00	12.150.000,00	12.180.000,00	12.230.000,00	12.200.000,00	12.170.000,00	12.100.000,00	12.080.000,00	10.500.700,85	144.910.700,85
Outras Despesas Correntes	12.600.000,00	12.400.000,00	12.100.000,00	12.200.000,00	12.150.000,00	12.180.000,00	12.230.000,00	12.200.000,00	12.170.000,00	12.100.000,00	12.080.000,00	10.500.700,85	144.910.700,85
DESPESAS DE CAPITAL	4.065.000,00	4.670.000,00	4.975.000,00	5.176.000,00	5.128.000,00	5.080.000,00	5.262.000,00	5.183.000,00	4.985.000,00	4.934.000,00	4.686.000,00	4.522.943,14	58.666.943,14
Investimentos	4.065.000,00	4.670.000,00	4.975.000,00	5.176.000,00	5.128.000,00	5.080.000,00	5.262.000,00	5.183.000,00	4.985.000,00	4.934.000,00	4.686.000,00	4.522.943,14	58.666.943,14
Investimentos	4.065.000,00	4.670.000,00	4.975.000,00	5.176.000,00	5.128.000,00	5.080.000,00	5.262.000,00	5.183.000,00	4.985.000,00	4.934.000,00	4.686.000,00	4.522.943,14	58.666.943,14
Amortização da Dívida (Principal)	65.000,00	70.000,00	75.000,00	76.000,00	78.000,00	80.000,00	82.000,00	83.000,00	85.000,00	84.000,00	86.000,00	91.000,00	955.000,00
Amortização da Dívida (Principal)	65.000,00	70.000,00	75.000,00	76.000,00	78.000,00	80.000,00	82.000,00	83.000,00	85.000,00	84.000,00	86.000,00	91.000,00	955.000,00
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	10.000,00	10.000,00
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	10.000,00	10.000,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	10.010.000,00	10.010.000,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	10.010.000,00	10.010.000,00
Reserva de Contingência	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	10.010.000,00	10.010.000,00
TOTAL DA DESPESA	24.180.000,00	24.570.000,00	24.590.000,00	24.872.000,00	24.786.000,00	28.500.000,00	24.999.000,00	24.901.000,00	24.670.000,00	24.543.000,00	24.282.000,00	36.418.625,95	311.311.625,95
TOTAL DA DESPESA	24.180.000,00	24.570.000,00	24.590.000,00	24.872.000,00	24.786.000,00	28.500.000,00	24.999.000,00	24.901.000,00	24.670.000,00	24.543.000,00	24.282.000,00	36.418.625,95	311.311.625,95

Rio do Sul, 11 de Janeiro de 2016

Garibaldi Antonio Ayrosa  
Prefeito Municipal  
CPF 292.826.679-87

Cristiano Contrreira Dias Lopes Segatto  
Secretário da Fazenda  
CPF 219.470.646-86

Rubia Cristina Mohr  
Contadora CRC/SC 028616/O-4  
CPF: 031.262.039-06

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
DEMONSTRATIVO DO CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO MENSAL DE DESEMBOLSO – 2016  
Art. 13 da LC 101/2000

UNIDADES GESTORAS	1º Bimestre		2º Bimestre		3º Bimestre		4º Bimestre		5º Bimestre		6º Bimestre		TOTAL
	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	
CAMARA MUNICIPAL	539.615,17	539.615,17	539.615,17	539.615,17	539.615,17	539.615,17	539.615,17	539.615,17	539.615,17	539.615,17	539.615,17	539.615,17	6.475.382,00
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTOS	162.500,00	162.500,00	162.500,00	162.500,00	162.500,00	162.500,00	162.500,00	162.500,00	162.500,00	162.500,00	162.500,00	162.500,00	1.950.000,00
FUNDAÇÃO CULTURAL - MENSAL	162.500,00	162.500,00	162.500,00	162.500,00	162.500,00	162.500,00	162.500,00	162.500,00	162.500,00	162.500,00	162.500,00	162.500,00	1.950.000,00
FUNDO DE CULTURA	25.000,00	25.000,00	25.000,00	25.000,00	25.000,00	25.000,00	25.000,00	25.000,00	25.000,00	25.000,00	25.000,00	25.000,00	300.000,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	1.751.083,33	1.751.083,33	1.751.083,33	1.751.083,33	1.751.083,33	1.751.083,33	1.751.083,33	1.751.083,33	1.751.083,33	1.751.083,33	1.751.083,33	1.751.083,33	21.013.000,00
FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL	40.000,00	40.000,00	40.000,00	40.000,00	40.000,00	40.000,00	40.000,00	40.000,00	40.000,00	40.000,00	40.000,00	40.000,00	480.000,00
FUNDO APOSENTADORIA E PENSÕES	36.400,00	36.400,00	36.400,00	36.400,00	36.400,00	36.400,00	36.400,00	36.400,00	36.400,00	36.400,00	36.400,00	36.400,00	436.800,00
FUNDO DA GRIANÇA E DO ADOLESCENTE	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	12.000,00
TOTAL	2.718.098,50	2.718.098,50	2.718.098,50	2.718.098,50	2.718.098,50	2.718.098,50	2.718.098,50	2.718.098,50	2.718.098,50	2.718.098,50	2.718.098,50	2.718.098,50	32.617.182,00

Rio do Sul, 11 de Janeiro de 2016

Garibaldi Antonio Ayrosa  
Prefeito Municipal  
CPF 292.826.679-87

Cristiano Contreira Dias Lopes Segatto  
Secretário da Fazenda  
CPF 219.470.648-86

Rubia Cristina Mohr  
Contadora CRC/SC 028616/O-4  
CPF: 031.262.039-06

# Rio dos Cedros

## PREFEITURA

### **EXTRATO DO EDITAL DE PREGÃO Nº 2/2016 - AQUISIÇÃO DE PEÇAS E MÃO DE OBRA - CONserto CAMINHÃO MKA-3296 (VOLKSWAGEM)**

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DOS CEDROS

Extrato do Edital de Pregão Nº 2/2016

Tipo do Julgamento: Menor Preço

Tipo de Comparação: Por Lote

O Município de Rio dos Cedros, estabelecido na Rua Nereu Ramos, 205, Centro – Rio dos Cedros - SC, informa que realizará licitação na modalidade de Pregão, com a finalidade de selecionar proposta objetivando a aquisição de AQUISIÇÃO DE PEÇAS E MÃO DE OBRA - CONserto CAMINHÃO MKA-3296 (VOLKSWAGEM), conforme especificações constantes do edital. Rege a presente licitação, a Lei Federal 10.520/2002, a Lei Federal nº. 8.666/93, o Decreto Municipal nº. 2.279/2007, a Lei Complementar nº. 123/2006 e demais legislações aplicáveis. Serão observados os seguintes horários e datas para os procedimentos que seguem: Recebimento do envelope de proposta e do envelope de habilitação: Data: 21/01/2016 - Hora: 08:45. Início da Sessão Pública e abertura dos envelopes de propostas: Data: 21/01/2016 - Hora: 09:00. O Edital e seus anexos poderão ser extraídos através do site [www.riodoscedros.sc.gov.br](http://www.riodoscedros.sc.gov.br) no link Licitações. As dúvidas pertinentes a presente licitação serão esclarecidas pelo Departamento de Licitações na Rua Nereu Ramos, nº 205, Centro, Rio dos Cedros – SC, pelo telefone: (47) 3386-1050 ramal 2006 ou ainda pelo e-mail: [licitacao@riodoscedros.sc.gov.br](mailto:licitacao@riodoscedros.sc.gov.br).

Rio dos Cedros, 11 de janeiro de 2016.

FERNANDO TOMASELLI

Prefeito Municipal

### **EXTRATO DO EDITAL DE PREGÃO Nº 3/2016 - AQUISIÇÃO DE PEÇAS E SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA PARA VEÍCULO PEGEOUT BOXER M330M 23S - EDUCAÇÃO**

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DOS CEDROS

Extrato do Edital de Pregão Nº 3/2016

Tipo do Julgamento: Menor Preço

Tipo de Comparação: Por Lote

O Município de Rio dos Cedros, estabelecido na Rua Nereu Ramos, 205, Centro – Rio dos Cedros - SC, informa que realizará licitação na modalidade de Pregão, com a finalidade de selecionar proposta objetivando a aquisição de AQUISIÇÃO DE PEÇAS E SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA PARA VEÍCULO PEGEOUT BOXER M330M 23S - EDUCAÇÃO, conforme especificações constantes do edital. Rege a presente licitação, a Lei Federal 10.520/2002, a Lei Federal nº. 8.666/93, o Decreto Municipal nº. 2.279/2007, a Lei Complementar nº. 123/2006 e demais legislações aplicáveis. Serão observados os seguintes horários e datas para os procedimentos que seguem: Recebimento do envelope de proposta e do envelope de habilitação: Data: 22/01/2016 - Hora: 08:45. Início da Sessão Pública e abertura dos envelopes de propostas: Data: 22/01/2016 - Hora: 09:00. O Edital e seus anexos poderão ser extraídos através do site [www.riodoscedros.sc.gov.br](http://www.riodoscedros.sc.gov.br) no link Licitações. As dúvidas pertinentes a presente licitação serão esclarecidas pelo Departamento de Licitações na Rua Nereu Ramos, nº 205, Centro, Rio dos Cedros – SC, pelo telefone: (47) 3386-1050 ramal 2006 ou ainda pelo e-mail: [licitacao@riodoscedros.sc.gov.br](mailto:licitacao@riodoscedros.sc.gov.br).

Rio dos Cedros, 12 de janeiro de 2016.

FERNANDO TOMASELLI

Prefeito Municipal

# Rio Fortuna

## PREFEITURA

### DESIGNAÇÃO CPL E EQUIPE DO PREGÃO 2016

DECRETO nº 001/2016, de 04 de janeiro de 2016

"DESIGNA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO, NOMEIA O PREGOEIRO E COMPÕE EQUIPE DE APOIO PARA ATUAREM EM LICITAÇÕES NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE RIO FORTUNA E RESPECTIVOS FUNDOS MUNICIPAIS PARA O EXERCÍCIO DE 2016 E ADOTA OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Prefeito Municipal de Rio Fortuna, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições conferidas pela Lei Orgânica do Município, bem como da Constituição da República Federativa do Brasil;

#### DECRETA:

Art. 1º. Ficam designados os servidores abaixo relacionados para comporem a Comissão Permanente de Licitação de 2016, conforme estabelecido no art. 51 da Lei Federal 8.666/93:

- Marta Regina Neckel: Presidente;
- Vanessa Oliveira Schuelter: Secretária;
- Anderson Buss Feldhaus: Membro;
- Kátia Maria Felisberto Vandresen: Suplente.

Art. 2º. Ficam designados os servidores abaixo relacionados para atuarem como Pregoeiro e substituto de Pregoeiro em licitação na modalidade de Pregão, no âmbito do Município de Rio Fortuna e respectivo Fundos Municipais em 2016, conforme estabelecido na Lei Federal nº 10.520/2002, respectivamente:

- Marta Regina Neckel: Pregoeira Oficial;
- Renério Roecker: Pregoeiro Substituto.

Art. 3º. Ficam designados para atuarem como membros da Equipe de Apoio em licitação na modalidade de Pregão, no âmbito do Município de Rio Fortuna e respectivos Fundos Municipais em 2015, os servidores:

- Vanessa Oliveira Schuelter: Membro;
- Anderson Buss Feldhaus: Membro;
- Kátia Maria Felisberto Vandresen: Suplente.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Município de Rio Fortuna, em 04 de janeiro de 2016.

LOURIVALDO SCHUELTER

Prefeito Municipal

Registrado na Secretaria de Administração, Planejamento e Finanças e Publicado no Mural Municipal aos quatro dias do mês de janeiro do ano de dois mil e dezesseis.

### EDITAL DE CHAMAMENTO DE FORNECEDORES PARA 2016

CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CADASTRO/RENOVAÇÃO

DE FORNECEDORES

Edital de Chamamento 2016

O Município de Rio Fortuna/SC, através da Comissão Permanente de Licitação, atendendo ao disposto na Lei nº. 8.666/93, artigo 34, § 1º, comunica aos interessados que estará recebendo requerimentos de cadastro de novos fornecedores e atualização de dados dos já cadastrados. Poderá se inscrever qualquer pessoa física ou jurídica, atendidas as exigências legais, que tenham interesse em fornecer produtos e/ou serviços ao Município de Rio Fortuna. Os interessados poderão obter maiores informações junto à Comissão de Licitações, pelo telefone (48) 3653-1122 no horário das 7h às 13horas, ou pelo e-mail: prefeitura@riofortuna.sc.gov.

Rio Fortuna, em 04 de janeiro de 2016.

LOURIVALDO SCHUELTER

Prefeito Municipal

# Romelândia

## PREFEITURA

### JULGAMENTO DOS RECURSOS TESTE SELETIVO 001/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE ROMELÂNDIA  
EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 01/2015

### JULGAMENTO DOS RECURSOS CONTRA NOTAS E CLASSIFICAÇÃO

#### RECURSO 01

A candidata de inscrição nº 140 impetrou recurso alegando que a candidata de inscrição nº 190 aparece em duas colocações no cargo de enfermeiro.

Despacho/Justificativa: DEFERIDO. Após analisar a classificação provisória constatou-se que a candidata de inscrição nº 153 ANDRÉIA LUIZA FINGER registrou em seu cartão identificador a inscrição nº 190, fato que gerou duas classificações para a candidata 190. Cópia do cartão identificador será enviado para o e-mail das candidatas envolvidas para que façam a conferência. Alterar classificação e acrescenta a candidata de inscrição nº 153 na 5ª colocação.

Romelândia 15 de janeiro de 2016

VALDOCI SAUL  
Prefeito Municipal

### RESULTADO FINAL TESTE SELETIVO 001/2015

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 01/2015

VALDOCI SAUL, PREFEITO MUNICIPAL DE ROMELÂNDIA, no uso de suas atribuições legais, nos termos do artigo 37 da Constituição Federal, Lei 1.937/2011, Lei 1.931/2011, Lei Complementar 004/2011, Lei Complementar 004/2009 e Lei Orgânica Municipal, TORNA PÚBLICO o RESULTADO FINAL DO PROCESSO SELETIVO 01/2015, que será homologado, com a seguinte classificação:

#### RESULTADO FINAL

AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE MICRO ÁREA 05											
Inscrição	Candidato	LP	CG	MAT	ESP	T.P.O.		Total	Situação.	Class.	Dta. Nasc.
128	SERGIO JOSE RECH	0,70	0,70	0,70	3,90	6,00		6,00	APROVADO(A)	1º	28/07/1978
AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - MICRO ÁREA 06											
Inscrição	Candidato	LP	CG	MAT	ESP	T.P.O.		Total	Situação.	Class.	Dta. Nasc.
134	FERNANDO DOMINGUES	1,05	1,05	0,70	5,85	8,65		8,65	APROVADO(A)	1º	27/09/1997
137	LIANE MARIA SCHUSTER	0,70	0,70	0,35	4,55	6,30		6,30	APROVADO(A)	2º	07/11/1982
AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - MICRO ÁREA 07											
Inscrição	Candidato	LP	CG	MAT	ESP	T.P.O.		Total	Situação.	Class.	Dta. Nasc.
168	MARCOS ALBERTO MAYER	0,70	0,70	0,70	3,90	6,00		6,00	APROVADO(A)	1º	28/01/1986
AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - MICRO ÁREA 10											
Inscrição	Candidato	LP	CG	MAT	ESP	T.P.O.		Total	Situação.	Class.	Dta. Nasc.
118	DANIELA RAMPAZZO	1,05	1,05	0,35	5,20	7,65		7,65	APROVADO(A)	1º	25/10/1983
150	JÉSSICA MARA BIRKHEUER	0,70	0,70	1,05	5,20	7,65		7,65	APROVADO(A)	2º	18/04/1995
161	ANDRESA CARLA BAGNARA	1,05	0,35	0,70	4,55	6,65		6,65	APROVADO(A)	3º	07/07/1995
147	LAINIR SALETE BACH	0,70	0,70	0,70	4,55	6,65		6,65	APROVADO(A)	4º	10/12/1978
127	ANDERSON LUIZ SCHUSTER	0,35	0,70	0,70	3,90	5,65		5,65	APROVADO(A)	5º	17/06/1996
ASSISTENTE SOCIAL											
Inscrição	Candidato	LP	CG	MAT	ESP	T.P.O.		Total	Situação.	Class.	Dta. Nasc.
62	IVANETE GONÇALVES	0,70	0,70	0,35	4,55	6,30		6,30	APROVADO(A)	1º	14/03/1980



84	ELIANE BAÚ	1,05	0,70	0,70	2,60	5,05		5,05	APROVADO(A)	2º	10/08/1984
AUXILIAR DE ENFERMAGEM											
Inscrição	Candidato	LP	CG	MAT	ESP	T.P.O.		Total	Situação.	Class.	Dta. Nasc.
181	CLAUDETE CONRADO BECKER	0,70	0,35	0,35	3,90	5,30		5,30	APROVADO(A)	1º	05/03/1986
AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS											
Inscrição	Candidato	LP	CG	MAT	ESP	T.P.O.		Total	Situação.	Class.	Dta. Nasc.
81	SILVINHA DE SOUZA MACHADO	0,70	0,70	0,70	4,55	6,65		6,65	APROVADO(A)	1º	10/08/1986
183	PALOMA CIERVINSKI	0,70	0,70	0,35	3,90	5,65		5,65	APROVADO(A)	2º	22/06/1993
187	JAQUELINE RAQUEL HIRT FONTOURA DA SILVA	0,70	0,35	0,70	3,25	5,00		5,00	APROVADO(A)	3º	09/10/1981
ENFERMEIRO											
Inscrição	Candidato	LP	CG	MAT	ESP	T.P.O.		Total	Situação.	Class.	Dta. Nasc.
96	JOCIELE RAQUEL REICHERT	0,70	0,35	0,70	5,20	6,95		6,95	APROVADO(A)	1º	04/07/1990
190	ANDREA PAULA PINTO	0,70	0,35	0,70	4,55	6,30		6,30	APROVADO(A)	2º	26/01/1983
140	SAHRA REGINA DA SILVA	0,70	0,35	0,35	4,55	5,95		5,95	APROVADO(A)	3º	04/08/1991
61	SOLANGE TARELI	0,00	0,70	0,70	4,55	5,95		5,95	APROVADO(A)	4º	16/08/1993
153	ANDRÉIA LUIZA FINGER	0,35	0,70	0,00	4,55	5,60		5,60	APROVADO(A)	5º	26/01/1983
33	DAYANE ANDRÉIA DIEHL	0,00	0,70	0,70	3,90	5,30		5,30	APROVADO(A)	6º	27/04/1993
FARMACÊUTICO BIOQUÍMICO											
Inscrição	Candidato	LP	CG	MAT	ESP	T.P.O.		Total	Situação.	Class.	Dta. Nasc.
104	LAURA ZANDONÁ	0,70	0,35	0,70	3,90	5,65		5,65	APROVADO(A)	1º	30/11/1989
FISIOTERAPEUTA NASF											
Inscrição	Candidato	LP	CG	MAT	ESP	T.P.O.		Total	Situação.	Class.	Dta. Nasc.
130	EVELYN TAVARES GUARNIERI	0,70	0,00	0,70	3,90	5,30		5,30	APROVADO(A)	1º	22/01/1995
MÉDICO VETERINÁRIO											
Inscrição	Candidato	LP	CG	MAT	ESP	T.P.O.		Total	Situação.	Class.	Dta. Nasc.
67	TIAGO HENRIQUE FRONCHETTI	1,05	0,70	1,05	5,20	8,00		8,00	APROVADO(A)	1º	29/11/1991
63	DANDARA MONIQUE SCHNEIDER	1,05	0,00	0,70	5,85	7,60		7,60	APROVADO(A)	2º	22/01/1992
32	JESSICA FERLIN	0,70	0,70	0,35	5,20	6,95		6,95	APROVADO(A)	3º	25/11/1992
121	AGUACY OLIVEIRA BRAZ	0,70	0,35	0,35	5,20	6,60		6,60	APROVADO(A)	4º	25/07/1953
MOTORISTA											
Inscrição	Candidato	LP	CG	MAT	ESP	T.P.O.	PRÁTICA	Total	Situação.	Class.	Dta. Nasc.
92	JULIANO MIGUEL BIAZI	1,05	1,05	0,70	4,55	7,35	10,00	8,68	APROVADO(A)	1º	03/05/1977
154	EDERSON ZATT	1,05	0,35	0,70	5,20	7,30	9,00	8,15	APROVADO(A)	2º	07/10/1986
89	DELCIR BEILKE	1,05	1,05	0,70	3,90	6,70	8,50	7,60	APROVADO(A)	3º	27/04/1988
152	GILLIARD GROSELLI	0,70	0,35	0,35	5,20	6,60	7,00	6,80	APROVADO(A)	4º	07/09/1987
MOTORISTA – EDUCAÇÃO											
Inscrição	Candidato	LP	CG	MAT	ESP	T.P.O.	PRÁTICA	Total	Situação.	Class.	Dta. Nasc.
179	CLAIR JOSÉ LIMBERGER	1,40	1,05	0,70	4,55	7,70	9,50	8,60	APROVADO(A)	1º	04/07/1979
39	DARI MACHADO DE ALMEIDA	1,40	0,70	1,05	3,90	7,05	9,50	8,28	APROVADO(A)	2º	14/08/1970
132	VILMAR PAULETTI	0,70	1,05	0,70	4,55	7,00	9,50	8,25	APROVADO(A)	3º	06/01/1983

**MOTORISTA – SAÚDE**

Inscrição	Candidato	LP	CG	MAT	ESP	T.P.O.	PRÁTICA	Total	Situação.	Class.	Dta. Nasc.
1	LUAN JUNIOR KLAUK	1,05	0,35	0,70	5,85	7,95	9,50	8,73	APROVADO(A)	1º	13/04/1994
186	JAIR IVAN RODRIGUES DA FONSECA	1,40	1,05	0,70	4,55	7,70	9,50	8,60	APROVADO(A)	2º	08/09/1969
75	LEONARDO BUSSE	0,35	1,05	0,70	5,85	7,95	9,00	8,48	APROVADO(A)	3º	24/06/1994
188	DAVID FABIAN PICCININ SAIDENFUS	1,40	0,70	0,70	4,55	7,35	9,50	8,43	APROVADO(A)	4º	14/10/1991

**ODONTÓLOGO**

Inscrição	Candidato	LP	CG	MAT	ESP	T.P.O.		Total	Situação.	Class.	Dta. Nasc.
144	KELLYN ZANELLA	1,05	0,70	1,05	3,25	6,05		6,05	APROVADO(A)	1º	17/02/1993
201	CAROLINE LOWIS	1,05	0,35	0,35	3,90	5,65		5,65	APROVADO(A)	2º	20/02/1992

**OPERADOR DE MÁQUINAS**

Inscrição	Candidato	LP	CG	MAT	ESP	T.P.O.	PRÁTICA	Total	Situação.	Class.	Dta. Nasc.
177	IVANDRO ROBERTO MORAS	0,70	1,05	0,70	5,85	8,30	5,50	6,90	APROVADO(A)	1º	14/03/1988
119	ALDOIR CARTERI	1,40	0,35	0,70	3,25	5,70	2,50	4,10	APROVADO(A)	2º	04/07/1971

**PSICÓLOGO**

Inscrição	Candidato	LP	CG	MAT	ESP	T.P.O.		Total	Situação.	Class.	Dta. Nasc.
156	HENRIQUE MANOROV MOHR	0,70	1,05	0,35	3,25	5,35		5,35	APROVADO(A)	1º	11/02/1987

**PSICÓLOGO CRAS**

Inscrição	Candidato	LP	CG	MAT	ESP	T.P.O.		Total	Situação.	Class.	Dta. Nasc.
40	FRANCIELI CRISTINA WINGERT	0,70	0,00	0,70	4,55	5,95		5,95	APROVADO(A)	1º	29/12/1993
5	FRANCIELI PANDOLFO	0,70	0,35	0,70	3,90	5,65		5,65	APROVADO(A)	2º	21/02/1989
98	KALINE CARLA MARCON	0,70	0,00	0,35	4,55	5,60		5,60	APROVADO(A)	3º	01/06/1992

**PSICÓLOGO NASF**

Inscrição	Candidato	LP	CG	MAT	ESP	T.P.O.		Total	Situação.	Class.	Dta. Nasc.
111	DAYANE BOUFLEUR GRASEL	1,05	0,35	0,70	4,55	6,65		6,65	APROVADO(A)	1º	20/09/1988
166	EDUARDO HUBNER	0,00	0,70	1,05	4,55	6,30		6,30	APROVADO(A)	2º	15/02/1992

**TÉCNICO ADMINISTRATIVO I**

Inscrição	Candidato	LP	CG	MAT	ESP	T.P.O.		Total	Situação.	Class.	Dta. Nasc.
196	GIANA DIEINIFFER ESCEMBACH	1,05	0,35	0,70	4,55	6,65		6,65	APROVADO(A)	1º	08/03/1997
142	NAIRA LÚCIA VACCARIN CAMBRUZZI	1,05	0,00	0,35	3,90	5,30		5,30	APROVADO(A)	2º	16/10/1991
126	VINICIUS FERREIRA	0,70	0,70	0,00	3,90	5,30		5,30	APROVADO(A)	3º	20/01/1996

**TÉCNICO ADMINISTRATIVO II**

Inscrição	Candidato	LP	CG	MAT	ESP	T.P.O.		Total	Situação.	Class.	Dta. Nasc.
94	JUCIANI CAMBRUZZI	1,05	0,35	0,00	3,90	5,30		5,30	APROVADO(A)	1º	03/02/1988
199	DANIELA FIOR	0,70	0,70	0,35	3,25	5,00		5,00	APROVADO(A)	2º	03/09/1981

Romelândia 15 de janeiro de 2016  
 VALDOCI SAUL  
 Prefeito Municipal

# Salto Veloso

## PREFEITURA

### ERRATA - DECRETO MUNICIPAL Nº 155/2015

Errata – Decreto nº 155/2015 de 28 de Dezembro de 2015

#### ERRATA

Informamos que a "DECRETO Nº 155/2015 DE 28 DE DEZEMBRO DE 2015", foi publicado com erro na edição 1903, veiculada em 05 de janeiro de 2016, no Diário Oficial dos Municípios.

Sendo o Conteúdo Correto do Decreto conforme segue:

DECRETO Nº 155/2015 - DE 28 DE DEZEMBRO DE 2015.

ABRE CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR CONTA DO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CLAUDEMIR CESCA, PREFEITO MUNICIPAL DE SALTO VELOSO, SANTA CATARINA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e de conformidade com a Lei Municipal 01.526/2014 de 19/12/2014;

Decreta:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um crédito suplementar no valor de R\$ 18.356,01 (Dezoito Mil Trezentos e Cinquenta e Seis Reais e um Centavo), conforme discriminação abaixo:

Órgão: 04 – INSTITUTO DE PREV. DO SERVIDOR PUBLICO.

Projeto/Atividade: 2.027 – MAN. DA PREV. SOCIAL SERV. PUBLICO.

Modalidade de Aplicação: 3190.00. - APLICAÇÕES DIRETAS

Valor: R\$ 5.758,54

Fonte: 1103.00000

RED: 1

Órgão: 04 – INSTITUTO DE PREV. DO SERVIDOR PUBLICO.

Projeto/Atividade: 2.027 – MAN. DA PREV. SOCIAL SERV. PUBLICO.

Modalidade de Aplicação: 3390.00. - APLICAÇÕES DIRETAS

Valor: R\$ 12.597,47

Fonte: 1100.00000

RED: 2

Art. 2º - Para suporte de que se trata o Artigo anterior, fica utilizado o mesmo valor do Excesso de Arrecadação.

Art. 3º. Este Decreto entre em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Salto Veloso - SC, 28 de Dezembro de 2015.

CLAUDEMIR CESCA

Prefeito Municipal

# Santa Rosa do Sul

## PREFEITURA

### DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 002/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO SUL-SC  
TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 02/2016 - DL  
CONTRATADO: MAURI TREVISOL.

Objeto: Locação de 02 (dois) imóvel, localizado à Rua Natalino Teixeira da Rosa nº 246- Edifício Trevisol, apartamentos 101 e 103 - Centro - Santa Rosa do Sul-SC, com área de 98,00m², respectivamente, destinado à moradia. Conforme Lei municipal 934 de 12 de Novembro de 2013, para o "Programa Mais Médicos" disponibilizados no município.

Da base legal: Artigo 24, Inciso X da Lei 8.666/93 de 21 de junho de 1993.

Do valor: R\$ 19.176,00(Dezenove mil, cento e setenta e seis reais), conforme avaliação prévia do corretor de imóveis.

Da Justificativa do Preço: Por estarem os preços de acordo com os praticados no mercado.

Assinatura: 12/01/2016

Vigencia:12/01/2016 à 31/12/2016.

Nelson Cardoso de Oliveira  
Prefeito Municipal

Joelson Farias Pereira  
Presidente da CPL

### INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 001/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO SUL-SC  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 001/2016 - INEXIGIBILIDADE

CONTRATADA: BETHA SISTEMAS LTDA  
CNPJ: 00.456.865/0001-67

Objeto: FORNECIMENTO DE LICENÇAS DE USO, NÃO EXCLUSIVA, MEDIANTE CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA LICENCIAMENTO DO DIREITO DE USO DO APLICATIVO DE SAÚDE DOMICILIAR COM USUÁRIOS ATIVOS, SETOR DE SAÚDE.

VALOR: R\$ 1.956,80 (mil novecentos e cinquenta e seis reais e oitenta centavos).

Da Justificativa do Preço: É inexigível por estar utilizando outros programas e aplicativos interligados, PL 79/2013.

Do Fundamento Legal: Artigo 25, inciso II da Lei nº 8.666/93.

Assinatura: 12/01/2016

Nelson Cardoso de Oliveira  
Prefeito Municipal

Joelson Farias Pereira  
Presidente da CPL

### INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 003/2016 IL

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO SUL-SC  
TERMO DE INEXIGIBILIDADE  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 003/2016-INEXIGIBILIDADE

CONTRATADO: GIZELI CARDOSO DA SILVA & CIA LTDA.  
CNPJ: 04.088.632/0001-00

Objeto: Prestação de serviços de exames laboratoriais de análises clínicas no atendimento aos serviços de saúde ofertados pela Rede Municipal de Saúde, usando como referência os procedimentos e valores da Tabela SIA/SUS, conforme credenciamento na Chamada Pública nº 02/2015.

Da base legal: artigo 25, inciso II da Lei nº 8.666/93.

Da justificativa: A Inexigibilidade justifica-se por inviabilidade de competição, haja visto a contratação do universo de fornecedores do ramo de atividade compatível com o objeto, que demonstre interesse na prestação dos serviços e satisfaçam as exigências do Edital Credenciamento.

A escolha dos fornecedores deu-se por chamada pública através do Edital de Credenciamento nº 02/2015, aberto a todos os interessados.

Assinatura: 13/01/2016

Nelson Cardoso de Oliveira  
Prefeito Municipal

Joelson Farias Pereira  
Presidente da CPL

### INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 004/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO SUL-SC  
TERMO DE INEXIGIBILIDADE  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 03/2016-INEXIGIBILIDADE  
CONTRATADO: LABORATORIO DE ANÁLISES CLÍNICAS E CITOLÓGIA SÃO JOÃO LTDA

CNPJ: 04.746.998/0004-71

Objeto: Prestação de serviços de exames laboratoriais de análises clínicas no atendimento aos serviços de saúde ofertados pela Rede Municipal de Saúde, usando como referência os procedimentos e valores da Tabela SIA/SUS, conforme Edital de credenciamento nº 02/2015.

Da base legal: artigo 25, inciso II, da Lei nº 8.666/93.

Da justificativa: A Inexigibilidade justifica-se por inviabilidade de competição, haja visto a contratação do universo de fornecedores do ramo de atividade compatível com o objeto, que demonstre interesse na prestação dos serviços e satisfaçam as exigências do Edital Credenciamento.

A escolha dos fornecedores deu-se por chamada pública através do Edital de Credenciamento nº 02/2015, aberto a todos os interessados.

Assinatura: 13/01/2016

Nelson Cardoso de Oliveira  
Prefeito Municipal

Joelson Farias Pereira  
Presidente da CPL

# Santa Terezinha do Progresso

## PREFEITURA

### DECRETO Nº003/2016 LOTAÇÃO DE VEICULOS

DECRETO Nº 003/2016, DE 05 DE JANEIRO DE 2015  
DISPÕE SOBRE A LOTAÇÃO DE VEÍCULOS E MÁQUINAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO PARA O EXERCÍCIO DE 2015 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JACOB GILMAR JUNGES, Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Art. 41, incisos V e VII, da Lei Orgânica Municipal;

#### DECRETA:

Art. 1º. Fica pelo presente decreto alterada a lotação dos veículos e máquinas do Município para o exercício de 2016, conforme a seguir discriminado:

Gabinete do Prefeito Municipal:  
Fiat/ Siena PLACAS MLV - 6742

Fundo da Infância e Adolescência (Conselho Tutelar)  
Fiat/ Pálio Weekend PLACAS MLM - 2970

Secretaria da Administração  
Fiat/ Uno Mille PLACAS MLI - 6240

Secretaria Municipal de Educação:  
Micro Ônibus PLACAS MLH - 7455  
Micro Ônibus PLACAS MKW - 6886  
Ônibus Placa PLACAS MLN - 3555  
Ônibus Placa PLACAS LBE - 9266  
Ônibus Placa PLACAS MHJ - 3781  
Micro Ônibus PLACAS MGC - 5389  
Kombi Placa PLACAS LZQ - 9676  
Fiorino PLACAS AIU - 2301  
Gol PLACAS HSA - 4843

Secretaria Municipal de Saúde Pública:  
Fiat/Siena PLACAS MLI - 6230  
Fiat/Pálio Weekend PLACAS MJM - 8733  
Fiat/Doblô PLACAS MJZ - 3892  
Fiat/Ducato PLACAS MGC - 0247  
Fiat/Ducato PLACAS OKH - 7923  
Ambulância PLACAS MHM - 0646  
Fiat/Uno Way PLACAS MLM - 7091  
Fiat/Pálio PLACAS MDB - 6817

Secretaria Municipal de Infraestrutura:  
Fiat/Uno PLACAS MLF - 1217  
Caminhão M. Benz Eletrônico (01) PLACAS MGK - 3928  
Caminhão M. Benz Eletrônico (02) PLACAS MGK - 3988  
Caminhão VW/17.210 Motor MWM PLACAS MBI - 3024  
Caminhão Basculante Ford/ Cargo 2422 PLACAS ATE - 2422  
Caminhão Basculante Iveco/ Tector 260E28 PLACAS QHD - 5594  
Caminhão Basculante M. Benz/ Atron 2729 K PLACAS OKH - 1225  
Logan PLACAS MIR - 8759  
Gol PLACAS DEE - 6726  
Motoniveladora Velha  
Motoniveladora New Holland RG140B  
Pá Carregadeira  
Trator de Pneu John Deer (01)  
Retroescavadeira Randon RD-406 (1)  
Retroescavadeira Randon RD-406 (2)

Secretaria Municipal de Assistência Social:  
GM/ Corsa PLACAS MLV - 1476

Secretaria Municipal de Agricultura:  
Moto PLACAS MDC - 5595  
Fiat Strada Working PLACAS MLV - 6622  
Trator New Holland (02)  
Trator de Pneu John Deer 4x4 5605 (03)  
Trator de Pneu New Holland TL 75 E (04)  
Trator Masse Ferguson MF 4275 (05)  
Trator de Pneu John Deer (06)  
Motoniveladora Caterpillar 120K  
Escavadeira Hidráulica Doosan  
Retroescavadeira Caterpillar (03)

Trator de Esteiras New Holland D140

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso - SC, 05 de Janeiro de 2016.  
JACOB GILMAR JUNGES  
Prefeito

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA.

### ERRATA N.º EDITAL 066/2015

ERRATA Nº 01 EDITAL DE PROCESSO LICITATÓRIO N. 66/2015, PREGAO PRESENCIAL N. 15/2015

O Fundo Municipal de Saúde de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, torna público para o conhecimento dos interessados, pela republicação do Edital do PROCESSO LICITATÓRIO n. 66/2015 na MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL n. 15/2015, para AQUISICAO DE COMBUSTIVEL, LUBRIFICANTES, SERVIÇO DE LUBRIFICAÇÃO, LAVAGEM E CONserto DE PNEU DOS VEICULOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE PARA O EXERCÍCIO DE 2016. Em virtude das alterações, os envelopes de documentação e proposta de preços deverão ser entregues até as 14:00 horas do dia 28/01/2016, junto ao Setor de Compras e Licitações do Município. Os quais serão abertos às 14:30 horas, no mesmo local. Maiores informações, bem como cópia do edital poderão ser obtidos junto ao Setor de Compras e Licitações do Município, sito na Avenida Tancredo Neves, 337 ou pelo fone (0xx49) 36570001, ou através do site: <http://www.staterezhinaprogreso.sc.gov.br/>. Santa Terezinha do Progresso (SC), 23/12/2015. Jacob Gilmar Junges – Prefeito Municipal.

**PORTARIA N° 017/2016 DESIGNA SERVIDOR**

PORTARIA N°17/2016

DESIGNA SEVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 41, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal;

**RESOLVE:**

Art. 1º. Fica designado o servidor Lourenço Rigo, Matrícula 11614/02 para responder interinamente por todos os atos da Secretaria Municipal de Educação no período de férias do titular.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Santa Terezinha do Progresso - SC, 14 de Janeiro de 2016.

JACOB GILMAR JUNGES

Prefeito

**REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:**

ELISANGELA SASSI

Diretora de Recursos Humanos

Matricula nº



# São Bento do Sul

## PREFEITURA

### **ERRATA PORTARIA Nº 10744/2016**

#### **ERRATA:**

Na publicação da Portaria nº 10744, no DOM nº 1909, de 13 de janeiro de 2016, pág. 619, no local que se lê "Processo Administrativo Disciplinar 4098/2014" leia-se "Processo Administrativo Disciplinar 4098/2015".

# São Carlos

## PREFEITURA

### EXT TA OI MÓVEL

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS  
EXTRATO TERMO ADITIVO  
Contrato Nº.:030/2013 – TERCEIRO TERMO ADITIVO  
Contratante.:PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS  
Contratada...:OI MÓVEL S/A  
Objeto ..... :CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAR SERVIÇOS DE TELEFONIA MOVEL  
Valor ..... :R\$28.549,20(vinte e oito mil quinhentos e quarenta e nove reais e vinte centavos)  
PROCESSOPREGÃO PRESENCIAL  
Vigência ..... : 12 MESES

SAO CARLOS, 09 DE JANEIRO DE 2016  
CLEOMAR WEBER KUHN  
PREFEITO MUNICIPAL

### RES CONT 01-02-03-2016 ADM

Estado de Santa Catarina  
MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS  
EXTRATO CONTRATUAL  
Contrato Nº.:03/2016  
Contratante.:MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS  
Contratada...:CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE GERENCIAMENTO AMBIENTAL – CONSÓRCIO IBERÊ  
Objeto ..... :PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESP . DE PROJETOS AMBIENTAIS  
Valor ..... :R\$11.140,00(once mil cento e quarenta reais)  
Vigência ..... : 31.12.2016  
Licitação ..... :03/2016  
SAO CARLOS, 13 de janeiro de 2016  
CLEOMAR WEBER KUHN  
PREFEITO MUNICIPAL

Estado de Santa Catarina  
MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS  
EXTRATO CONTRATUAL  
Contrato Nº.:02/2016  
Contratante.:MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS  
Contratada...:CONSÓRCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL (CIGA).  
Objeto ..... :prestação de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação  
Valor ..... :R\$11.010,00(once mil e dez reais)  
Vigência ..... : 31.12.2016  
Licitação ..... :02/2016  
SAO CARLOS, 13 de janeiro de 2016  
CLEOMAR WEBER KUHN  
PREFEITO MUNICIPAL

Estado de Santa Catarina  
MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS  
EXTRATO CONTRATUAL  
Contrato Nº.:01/2016  
Contratante.:MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS  
Contratada...:VALDIR KONZEN TRANSPORTES ME  
Objeto ..... :CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTES COLAR ANO LETIVO 2016  
Valor ..... :R\$55.902,00(cinquenta e cinco mil novecentos e dois

reais)  
Vigência ..... : 31.12.2016  
Licitação ..... :104/2015

SAO CARLOS, 12 de janeiro de 2016  
CLEOMAR WEBER KUHN  
PREFEITO MUNICIPAL

### RES CONT 07-08-16-FMS

Estado de Santa Catarina  
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE  
EXTRATO CONTRATUAL  
Contrato Nº.:07/2016  
Contratante.:FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE  
Contratada...:CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA – CIS-AMOSC  
Objeto ..... :Prestação de serviços de saúde especializados de referência e de maior complexidade a nível ambulatorial para a população do ao Município de São Carlos  
Valor ..... :R\$285.000,00(duzentos e oitenta e cinco mil reais)  
Vigência ..... : 31.12.2016  
Licitação ..... :Dispensa n.01/2016

SAO CARLOS, 13 de janeiro de 2016  
CLEOMAR WEBER KUHN  
GESTOR DO FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

Estado de Santa Catarina  
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE  
EXTRATO CONTRATUAL  
Contrato Nº.:08/2016  
Contratante.:FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE  
Contratada...:CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA – CIS-AMOSC  
Objeto ..... :Prestação de serviços de manutenção do Consórcio  
Valor ..... :R\$9.600,00(nove mil e seiscentos reais)  
Vigência ..... : 31.12.2016  
Licitação ..... :Dispensa n.02/2016

SAO CARLOS, 13 de janeiro de 2016  
CLEOMAR WEBER KUHN  
GESTOR DO FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

# São Domingos

## PREFEITURA

### **DEC 2160 DE 11 01 16 EXONERA A PEDIDO LUIZA TEIXEIRA DO CARGO EFETIVO DE AUXILIAR DE FINANÇAS I**

DECRETO Nº 2160, DE 11 DE JANEIRO DE 2016.

Dispõe sobre a exoneração do Cargo Efetivo a Servidora Pública Municipal.

O Prefeito Municipal em Exercício de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal de 28/09/90, atualizada; pela Lei Complementar Municipal nº. 0018, de 28/01/08 atualizada; pela Lei Complementar nº. 0042, de 04/04/12 atualizada e pela Lei Complementar 0045, de 06/11/12 atualizada; e:

Considerando requerimento apresentado junto ao setor de pessoal solicitando exoneração do cargo, firmado pelo servidora Luiza Teixeira, protocolo sob nº 2689, na data de 16 de dezembro de 2015;

#### DECRETA:

Art. 1º Fica exonera a pedido a servidora pública municipal Luiza Teixeira, do cargo efetivo de Auxiliar de Finanças II deste Município de São Domingos (SC), a partir desta data.

Art. 2º Ficam revogadas as portarias nº 1879, de 03 de dezembro de 2015, nº 300, de 03 de setembro de 2007, nº 1429, de 27 de março de 2013, e nº 1613, de 26 de maio de 2014, nº 944, de 31 de agosto de 2010, nº 131, de 08 de abril de 2008, no que diz respeito a servidora;

Art. 3º Fica revogado o decreto nº 1893, de 10 de março de 2015, no que diz respeito a servidora;

Art. 4º As despesas provenientes do cumprimento deste decreto, correrão por conta das dotações constantes no orçamento geral do município.

Art. 5º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 11 de janeiro de 2016.

Sandro Figueiró

Prefeito Municipal em Exercício

Registrada e publicada em data supra.

Silvia Rozani de Brito Baggio

Secretária de Administração e Fazenda Designada

### **POR 1902 DE 11 01 16 DESIGNA LUIZ EDUARDO VALENTINI PARA RESPONDER PELA TESOUREARIA**

PORTARIA Nº 1902, DE 11 DE JANEIRO DE 2016.

Designa servidor público municipal para responder pela Tesouraria do Município.

O Prefeito Municipal em exercício de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 100 da Lei Orgânica Municipal, de 28/09/90, atualizada; na Lei Complementar Municipal nº 0018, de 28/01/08 atualizada; pela Lei Complementar nº 0045 de 06/11/12 e pela Lei Complementar nº 0042 de 04/04/12; e:

Considerando que a servidora Luiza Teixeira, designada para responder pela tesouraria conforme portaria nº 1429, de 27/03/2013, solicitou exoneração do cargo;

Considerando o princípio da legalidade e do interesse público dos atos da Administração Municipal;

#### RESOLVE:

Art. 1º Fica designado o servidor Luiz Eduardo Valentini, ocupante do cargo de Coordenador de Programas, para responder pela Tesouraria deste Município de São Domingos (SC), junto a Secretaria Municipal de Administração e Fazenda.

Art. 2º As despesas provenientes do cumprimento desta portaria, correrão por conta das dotações constantes no orçamento geral do município.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação,

São Domingos (SC), 11 de janeiro de 2016.

Sandro Figueiró

Prefeito Municipal em exercício

Registrado e publicado em data supra.

Silvia Rozani de Brito Baggio

Secretária Municipal de Administração e Fazenda designada

# São João do Oeste

## PREFEITURA

### CONT.09.16.HOSPITAL

MUNICIPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

EXTRATO DA ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 003/2016 E CONTRATO 09/2016

PARTES: Fundo Municipal da Saúde de São João do Oeste e Instituto de Assistência e Educação São João

ORIGEM: Inexigibilidade de licitação nº 001/2016

OBJETO: "contratação de prestação de serviços de saúde, abrangendo procedimentos/atendimentos de atenção básica, disponibilizando sobreaviso médico (para realização de consultas de atenção básica) 24 (vinte e quatro) horas ininterruptas, durante os 07 (sete) dias da semana.."

VALOR TOTAL: 648.000,00

VIGÊNCIA: 04.01.2016 até 31.12.2016

São João do Oeste – 04 de janeiro de 2016

Ernani Miguel Hoff

Prefeito Municipal em exercício.

### CONT.10.16.APAE

MUNICIPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

EXTRATO DA ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 004/2016 E CONTRATO 10/2016

PARTES: Fundo Municipal da Saúde de São João do Oeste e Associação de Pais e Amigos do Excepcionais- APAE

ORIGEM: Inexigibilidade de licitação nº 002/2016

OBJETO: "prestação de serviços de saúde para atendimento ambulatorial em 03.01.07.007-5 – Atendimento/Acompanhamento de Paciente em Reabilitação do Desenvolvimento Neuropsicomotor, aos alunos de Escola Especial e usuários do Sistema Único de Saúde (SUS), de acordo com as normas do SUS."

VALOR TOTAL: 64.712,96

VIGÊNCIA: 11.01.2016 até 31.12.2016

São João do Oeste – 11 de janeiro de 2016

Ernani Miguel Hoff

Prefeito Municipal em exercício.

### EXTRATO DO CONTRATO Nº 14/2016

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

EXTRATO DO CONTRATO Nº 14/2016

PARTES: Município de São João do Oeste e Carlos Henrique Grasel

ORIGEM: Dispensa de licitação nº 04/2016

OBJETO: "Locação de Imóvel para funcionamento de correio na comunidade de Cristo Rei".

VALOR ADITADO: R\$ 5.910,00

VIGÊNCIA: 11.01.2016 até 31.12.2016

São João do Oeste – 11 de Janeiro de 2016

Sérgio Luís Theisen

Prefeito Municipal

### RETIFICAÇÃO PP 05/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

AVISO DE RETIFICAÇÃO DE EDITAL

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 007/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/2016 – exclusivo para empresas MPES.

OBJETO: O Município de São João do Oeste torna público e para o conhecimento dos interessados, que realizará licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, nº 005/2016, conforme descrito a seguir:

OBJETO: Aquisição materiais para o viveiro do município de São João do Oeste

Tipo: menor preço por item.

Sendo retificado alguns itens no edital, modificando o item 5.2.1, letras i e j, como também o item 03 do anexo 01. Com isso, fica alterado a ENTREGA DOS ENVELOPES: até as 14:00 horas do dia 10 de fevereiro de 2016. ABERTURA DOS ENVELOPES: às 14:00 horas do dia 10 de fevereiro de 2016 no setor de compras e licitações da Prefeitura Municipal. Maiores informações e cópia do edital junto ao setor de licitações e compras da Prefeitura Municipal sito à Rua Encantado, 66, centro – São João do Oeste e ou pelo fone (49) 3636.1122 no horário de expediente. São João do Oeste, SC, 14 de janeiro de 2.016. ERNANI MIGUEL HOFF – PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO.

# São João do Sul

## PREFEITURA

### EXTRATO DE CONVÊNIO Nº 001/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL

EXTRATO DE CONVÊNIO Nº 001/2016

OBJETO: MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE ABRIGO DE CRIANÇAS MENORES ABANDONADAS OU EM SITUAÇÃO DE RISCO.

CONVENIENTE: Prefeitura Municipal de São João do Sul

CONVENIADA: ASSOCIAÇÃO IRMÃ CARMEN

VIGÊNCIA: 14/01/2016 à 31/12/2016

VALOR: R\$ 33.600,00 - Total

FUNDAMENTO LEGAL: 1.742, de 11/12/2014e subsidiariamente a Lei Federal nº. 8.666/93 e suas alterações.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 0802 – 08.243.0125.2014 – 3.3.50.43.02.00.00.0080

São João do Sul, 14 de Janeiro de 2016.

NATANAEL CANDIDO VIEIRA

Prefeito Municipal em Exercício

# São Joaquim

## PREFEITURA

**PP 01/2016 FME**

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOAQUIM COM RECURSOS DO FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Nº 02/2016

Pregão Presencial 01/2016 - Registro De Preço

Objeto: Contratação de Prestação de Serviço de Transporte Escolar no Interior do Município

Tipo: Menor Preço por Item

Abertura: 28/01/2016 às 09:15 horas

O Processo será regido pela Lei nº 8.666/93, em especial pelo contido no edital. Interessados poderão obter a cópia do edital, no Dep. de Compras no prédio da Prefeitura, horário de expediente ou ainda solicitar pelo e-mail pmsj\_licitacao@hotmail.com inf. (49)3233-0411.

São Joaquim, 14 de janeiro de 2016

Humberto Luiz Brighenti

Prefeito Municipal

**PROCESSO 04/2016 PMSJ**

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOAQUIM  
AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Nº 04/2016

Pregão Presencial Nº 02/2016

Objeto: Aquisição de peças e mão de obra para conserto, reparos de funilaria, pintura e montagem de Caçambas Ford Cargo.

Tipo: Menor preço por item – Registro de Preço

Abertura: 27/01/2016 – 14h00min

Valor estimado: R\$ 18.986.42

O Processo será regido pela Lei nº 8.666/93, em especial pelo contido no edital. Interessados poderão obter a cópia do edital, no Dep. de Compras no prédio da Prefeitura, horário de expediente ou ainda pelo site <http://www.saojoaquim.sc.gov.br> inf. (49)3233-0411.

São Joaquim, 14 de janeiro de 2016

HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI

Prefeito Municipal



# São José

## PREFEITURA

### INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 001/2016

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 001/2016

O Grupo Gestor de Governo, no uso das atribuições, RESOLVE baixar a seguinte Instrução Normativa, que regulamenta o processo de compra de equipamentos de informática e softwares de gestão, visando à padronização das aquisições feitas pela Prefeitura Municipal de São José:

Art. 1º. A Secretaria de Administração DETERMINARÁ a todas as unidades administrativas da Administração Pública Direta e Indireta do Município de São José, que o processo de aquisição de equipamentos e hardwares deverão estar em conformidade com os padrões homologados pela Diretoria de Informações e Sistemas, quanto ao quesito especificação;

§1º. A Diretoria de Informações e Sistemas deverá readequar as especificações sempre que os equipamentos e hardwares se atualizarem.

§2º. Para que todas as unidades administrativas tenham conhecimento da referida especificação, a Diretoria de Informações e Sistemas disponibilizará as características básicas de padronização dos equipamentos, devendo o usuário consultar previamente o referido sistema computacional antes de emitir Solicitação de Materiais e/ou Execução de Obras/Serviços;

Art. 2º. As unidades administrativas da Administração Pública Direta e Indireta do Município de São José, que optarem pela aquisição de software de gestão, DEVERÃO encaminhar o pedido à Diretoria de Informações e Sistemas, que instruirá o Processo Licitatório conforme especificação que atenderá o padrão de mercado conjuntamente com as necessidades de cada Órgão.

Art. 3º A não observância destas normas implica a responsabilização do servidor que a descumprir.

Art. 4º Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação, aplicando-se aos processos em trâmite.

Paço Municipal em São José, 14 de janeiro de 2016

Waldemar Bornhausen Neto	Antônio Carlos Vieira	
Secretário de Governo	Secretário de Finanças	
Sinara R. Landt Simioni	Antônio Carlos Vieira	
Secretária de Administração	Secretário da Receita	

Rodrigo João Machado  
Procurador Geral do Município

### RESULTADO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 131/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

RESULTADO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 131/2015 - Processo nº 430/2015. Fornecedor: STOCK CONSTRUÇÕES COMERCIAL LTDA - EPP. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EVENTUAL PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO DE REDE ELÉTRICA, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS, DESTINADOS ÀS UNIDADES DE ATENDIMENTO DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ/SC. Valor: R\$ 312.000,00 – trezentos e doze mil reais. Cláudia Schweitzer Pflieger - Diretora de Compras.

# São José do Cedro

## PREFEITURA

### EXTRATO DE CONTRATO N. 101.2015

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO  
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 101.2015

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO

Contratada...: ANDREI ROSSETTI

Valor ..... : 83.490,00 (oitenta e três mil quatrocentos e noventa reais)

Vigência ..... : Início: 31/08/2015 Término: 31/12/2015

Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 84/2015

Recursos ..... : Dotação:

Objeto ..... : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA QUE POSSUA RESPONSÁVEIS TÉCNICOS HABILITADOS, PARA FINS DE PROVIDENCIAR AS LICENÇAS EXIGIDAS PARA A UTILIZAÇÃO DA ÁREA DE LAVRA E BENEFICIAMENTO, QUE SERÁ UTILIZADA NA EXTRAÇÃO DE BRITAS e PARA PROVIDENCIAR AS LICENÇAS E ENCAMINHAMENTOS EXIGIDOS PARA A IMPLANTAÇÃO DE LOTEAMENTO HABITACIONAL, DENOMINADO "SANTA RITA 2", LOCALIZADO NA LINHA SANTA RITA, PERÍMETRO URBANO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO.

Aditivo Nº ..... : 144.2015 - Contrato Nº: 101.2015

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO

Contratada...: ANDREI ROSSETTI

Valor ..... : 0,00 (zero)

Vigência ..... : Início: 30/12/2015 Término: 30/03/2016

Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 84/2015

Recursos ..... : Dotação:

Objeto ..... : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA QUE POSSUA RESPONSÁVEIS TÉCNICOS HABILITADOS, PARA FINS DE PROVIDENCIAR AS LICENÇAS EXIGIDAS PARA A UTILIZAÇÃO DA ÁREA DE LAVRA E BENEFICIAMENTO, QUE SERÁ UTILIZADA NA EXTRAÇÃO DE BRITAS e PARA PROVIDENCIAR AS LICENÇAS E ENCAMINHAMENTOS EXIGIDOS PARA A IMPLANTAÇÃO DE LOTEAMENTO HABITACIONAL, DENOMINADO "SANTA RITA 2", LOCALIZADO NA LINHA SANTA RITA, PERÍMETRO URBANO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO.

São José do Cedro, 14 de Janeiro de 2016

# São Lourenço do Oeste

## PREFEITURA

### **AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 008/2016 - SRP - PR Nº 003/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE – SC

AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE–SC, ATRAVÉS DO SR. PREFEITO, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará Sessão de Licitação no dia 28/01/2016, às 14:30 horas, no Centro Administrativo no endereço, Rua Duque de Caxias, 789, conforme especificado no PROCESSO LICITATÓRIO Nº 008/2016, SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS, MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 003/2016. OBJETO: AQUISIÇÃO DE NITROGÊNIO LÍQUIDO, LUVAS, BAINHAS E SÊMEN BOVINO DE DIVERSAS RAÇAS PARA UTILIZAÇÃO NO PROGRAMA MUNICIPAL DE INSEMINAÇÃO ARTIFICIAL DO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE – SC. Informações e/ou cópia da íntegra deste Edital: fone (49) 3344-8500 – ramal 8502. Site [www.saolourenco.sc.gov.br](http://www.saolourenco.sc.gov.br).

São Lourenço do Oeste – SC, 14 de janeiro de 2016.

GERALDINO CARDOSO

PREFEITO MUNICIPAL

### **EXTRATO DA ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 171/2015**

EXTRATO DA ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 171/2015

ORIGEM: Processo Licitatório Nº 171/2015 – Pregão Presencial Nº 110/2015.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MEDICINA E SEGURANÇA NO TRABALHO, PARA ELABORAÇÃO DOS PROGRAMAS DE SAÚDE DO TRABALHO, EXIGIDOS PELA LEGISLAÇÃO TRABALHISTA VIGENTE, CONFORME ESPECIFICADOS NO ANEXO I DO PROCESSO LICITATÓRIO, QUE É PARTE INTEGRANTE DO OBJETO PARA TODOS OS FINS E EFEITOS.

FORNECEDOR: POLIMEDICI ASSESSORIA E CONS. EM MEDICINA DO TRAB. - CNPJ: 00.975.647/0001-39.

VALOR: R\$ 50.950,00 (cinquenta mil, novecentos e cinquenta reais).

TOTAL: R\$ 50.950,00 (cinquenta mil, novecentos e cinquenta reais).

DATA DE ASSINATURA: 30/12/2015.

VIGÊNCIA: 30/12/2015 à 31/12/2016.

INFORMAÇÕES: [licitacoes@saolourenco.sc.gov.br](mailto:licitacoes@saolourenco.sc.gov.br) ou (49) 3344-8588.

### **EXTRATO DO CONTRATO Nº 001/2016, DE 05 DE JANEIRO DE 2016.**

EXTRATO DO CONTRATO Nº 001/2016, DE 05 DE JANEIRO DE 2016.

Segundo Termo Aditivo ao Contrato nº 054/2015.

Origem: Processo Licitatório nº 020/2015, Modalidade Pregão Presencial nº 015/2015.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: EMP TELECOMUNICAÇÕES EIRELI ME, CNPJ nº 10.463.951/00001-50.

Objeto: Alterar o preâmbulo do Contrato nº 054/2015, de

13/03/2015, em razão da alteração do nome empresarial, de FRANCIELI DELA GIUSTINA ME para EMP TELECOMUNICAÇÕES EIRELI ME, bem como da alteração do endereço da sede da Contratada.

Data de Assinatura: 05/01/2016.

Vigência: de 05/01/2016 a 31/12/2016.

Signatários: Geraldino Cardoso (Prefeito Municipal) - pela Contratante e Francieli Dela Giustina - pela Contratada.

### **EXTRATO DO CONTRATO Nº 002/2016, DE 12 DE JANEIRO DE 2016.**

EXTRATO DO CONTRATO Nº 002/2016, DE 12 DE JANEIRO DE 2016.

Origem: Processo Licitatório nº 004/2016, Modalidade Inexigibilidade de Licitação nº 001/2016.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: DISTRIBUIDORA CURITIBA DE PAPÉIS E LIVROS S/A, CNPJ nº 79.065.181/0001-94.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE LIVROS DE LÍNGUA INGLESA E ESPANHOLA PARA OS ALUNOS DO ENSINO FUNDAMENTAL, E DE MATERIAIS DIDÁTICOS PARA OS ALUNOS DA EDUCAÇÃO INFANTIL DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE ENSINO, PARA O ANO LETIVO 2016.

Valor: R\$ 377.507,56 (trezentos e setenta e sete mil, quinhentos e sete reais, e cinquenta e seis centavos).

Pagamento: Os pagamentos deverão ser efetuados pela CONTRATANTE em até 30 (trinta) dias corridos, após a emissão da nota fiscal, de acordo com a ordem cronológica disposta no Decreto nº 5.306, de 05 de janeiro de 2016.

Recursos Financeiros: As despesas decorrentes da presente inexigibilidade serão custeadas através de recursos próprios do Município, por conta do orçamento do exercício financeiro de 2016.

Rubrica orçamentária: a) D - 81/2016 - 08.01.12.36.4505.2.015.3.3.90.00.00.00.00.00.00.01.0001 - Manutenção das atividades do Ensino Infantil; e b) D - 56/2016 - 08.01.12.361.4505.2.014.3.3.90.00.00.00.00.00.00.01.0019 - Manutenção das atividades do Ensino Fundamental.

Data de Assinatura: 12/01/2016.

Vigência: de 12/01/2016 a 31/12/2016.

Signatários: Geraldino Cardoso (Prefeito Municipal) - pela Contratante e Job Marta da Silva - pela Contratada.

### **EXTRATO DO CONTRATO Nº 003/2016, DE 12 DE JANEIRO DE 2016.**

EXTRATO DO CONTRATO Nº 003/2016, DE 12 DE JANEIRO DE 2016.

Origem: Processo Licitatório nº 005/2015, Modalidade Inexigibilidade de Licitação nº 002/2016.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: EDITORA POSITIVO LTDA., CNPJ nº 79.719.613/0001-33.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE LIVROS DE MATERIAIS DIDÁTICOS PARA OS ALUNOS DO 9º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL II DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE ENSINO, PARA O ANO LETIVO 2016.

Valor: R\$ 120.471,12 (cento e vinte mil, quatrocentos e setenta e um reais e doze centavos).

Pagamento: Os pagamentos deverão ser efetuados pela CONTRATANTE em até 30 (trinta) dias corridos, após a emissão da nota

fiscal, de acordo com a ordem cronológica disposta no Decreto nº 5.306, de 05 de janeiro de 2016.

Recursos Financeiros: As despesas decorrentes da presente inexigibilidade serão custeadas através de recursos próprios do Município, por conta do orçamento do exercício financeiro de 2016.

Rubrica orçamentária: D - 56/2016 - 08.01.12.361.4505.2.014.3.3.90.00.00.00.00.00.00.01.0019 - Manutenção das atividades do Ensino Fundamental.

Data de Assinatura: 12/01/2016.

Vigência: de 12/01/2016 a 31/12/2016.

Signatários: Geraldino Cardoso (Prefeito Municipal) - pela Contratante e Acedriana Vicente Sandi - pela Contratada.

#### **EXTRATO DO CONTRATO Nº 004/2016, DE 14 DE JANEIRO DE 2016.**

EXTRATO DO CONTRATO Nº 004/2016, DE 14 DE JANEIRO DE 2016.

Origem: Processo Licitatório nº 171/2015, Modalidade Pregão Presencial nº 110/2015.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: POLIMEDICI ASSESSORIA E CONSULTORIA EM MEDICINA DO TRABALHO LTDA. EPP, CNPJ nº 00.975.647/0001-39.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MEDICINA E SEGURANÇA NO TRABALHO, PARA ELABORAÇÃO DOS PROGRAMAS DE SAÚDE DO TRABALHO, EXIGIDOS PELA LEGISLAÇÃO TRABALHISTA VIGENTE, CONFORME ESPECIFICADOS NO ANEXO I DO PROCESSO LICITATÓRIO, QUE É PARTE INTEGRANTE DO OBJETO PARA TODOS OS FINS E EFEITOS.

Valor: R\$ 50.950,00 (cinquenta mil, novecentos e cinquenta reais).

Pagamento: Os pagamentos serão realizados com recursos próprios do Município, e de acordo com a ordem cronológica a ser estabelecida por Decreto no exercício de 2016, que poderá ser de no máximo 30 (trinta) dias, acompanhada da respectiva nota fiscal, cujo documento deverá conter todas as especificações.

Recursos Financeiros: As despesas decorrentes da execução do Contrato, serão custeadas através de recursos próprios do Município, por conta do orçamento do exercício financeiro de 2016.

Data de Assinatura: 14/01/2016.

Vigência: de 14/01/2016 a 31/12/2016.

Signatários: Geraldino Cardoso (Prefeito Municipal) - pela Contratante e Gilmar Pedro Resende - pela Contratada.

#### **EXTRATO DO CONTRATO Nº 005/2016, DE 14 DE JANEIRO DE 2016.**

EXTRATO DO CONTRATO Nº 005/2016, DE 14 DE JANEIRO DE 2016.

Oitavo Termo Aditivo ao Contrato nº 076/2012.

Origem: Processo Licitatório nº 001/2012, Modalidade Concorrência nº 001/2012.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: T.O.S. OBRAS E SERVIÇOS AMBIENTAIS LTDA., CNPJ nº 72.332.778/0001-09.

Objeto: Retificar o item II.1 da cláusula segunda do Sétimo Termo Aditivo ao Contrato nº 076/2012, de 22/02/2012, a fim de suprimir o quadro constante de referida cláusula, eis que constou valores monetários e quantitativos equivocados; aditar as quantidades dos itens 1 e 2 em 486,40 TO/A, para cada item; e alterar o preâmbulo do Contrato nº 076/2012, de 22/02/2012, em razão da alteração do nome empresarial, de TUCANO OBRAS E SERVIÇOS LTDA. para T.O.S. OBRAS E SERVIÇOS AMBIENTAIS LTDA., bem como da alteração do endereço da sede da Contratada.

Valor Aditado: R\$ 108.175,36 (cento e oito mil, cento e setenta e cinco reais e trinta e seis centavos) para os itens 1 e 2.

Recursos Financeiros: As despesas resultantes deste termo aditivo correrão por conta do orçamento municipal vigente no exercício de 2016.

Rubrica orçamentária: 09.03.17.512.4511.2.032.3.3.90.00.00.00.00 (108/2016).

Data de Assinatura: 14/01/2016.

Vigência: de 14/01/2016 a 31/12/2016.

Signatários: Geraldino Cardoso (Prefeito Municipal) - pela Contratante e Juleide Inês D' Agostini - pela Contratada.

# São Miguel da Boa Vista

## PREFEITURA

### PROCESSO LICITATÓRIO 03/2016.

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DA BOA VISTA - SC.

PROCESSO LICITATORIO Nº 03/2016.

MODALIDADE: TOMADA DE PREÇO.

GILNEI ANTONIO GUTH, Prefeito Municipal de São Miguel da Boa Vista (SC), torna publico, Licitação do tipo "MENOR PREÇO GLOBAL", para execução de obra global, com fornecimento de materiais para construção de passeios público na Avenida São Miguel e na Rua São Luis, conforme memorial descritivo, orçamento e projeto de engenharia disponível, e estará recebendo envelopes da documentação e proposta até às 08:45 horas do dia 01/02/2016. Maiores informações, bem como cópia do edital poderão ser obtida com o setor de Licitações, e setor de licitações, de Segunda a Sexta-Feira, horário de expediente, das 07:00 às 13:00 horas. A presente licitação será regida pela Lei n.º 8.666/93, e alterações posteriores. São Miguel da Boa Vista (SC), 14 de janeiro de 2016.

GILNEI ANTONIO GUTH – Prefeito Municipal.

### PROCESSO LICITATÓRIO 04/2016.

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DA BOA VISTA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 04/2016.

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL

GILNEI ANTONIO GUTH, Prefeito Municipal de São Miguel da Boa Vista (SC), torna publico, Licitação do tipo "MENOR PREÇO", por item, para contratação de serviços na área de Medicina Veterinária, e estará recebendo envelopes da documentação e proposta até às 08:45 horas do dia 28/01/2016. Maiores informações, bem como cópia do edital poderão ser obtidas com o setor de Licitações, e setor de compras, de Segunda a Sexta – Feira, horário de expediente, das 07:00 as 13:00 horas. A presente licitação será regida pela Lei n.º 10.520/02 com aplicação subsidiária da Lei nº. 8.666/93 e alterações posteriores. São Miguel da Boa Vista (SC), 14 de janeiro de 2016.

GILNEI ANTONIO GUTH – Prefeito Municipal.

### PROCESSO LICITATÓRIO 05/2016.

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DA BOA VISTA - SC.

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 05/2016.

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL

GILNEI ANTONIO GUTH, Prefeito Municipal em exercício de São Miguel da Boa Vista (SC), torna publico, Licitação do tipo "MENOR PREÇO", por item, na modalidade Pregão Presencial, para aquisição de serviços de limpeza, ajardinamento, dedetização e pintura de imóveis, e estará recebendo envelopes da documentação e proposta até às 8:45 horas do dia 29/01/2016. Maiores informações, bem como cópia do edital poderá ser obtida com o setor de compras e Licitações, de Segunda a Sexta-Feira, horário de expediente, das 7:00 às 13:00 horas. A presente licitação será regida pela Lei n.º 10.520/02 com aplicação subsidiária da Lei nº. 8.666/93 e alterações posteriores. São Miguel da Boa Vista (SC), 14 de janeiro de 2016.

GILNEI ANTONIO GUTH – Prefeito Municipal.

# São Miguel do Oeste

## PREFEITURA

### **DECRETO Nº 8.541/2016 - DÁ NOVA REDAÇÃO AOS INCISOS IV, V, VI E VII DO ART 1º E DOS INCISOS III, IV, V E VI DO ART. 2º, AMBOS DO DECRETO N. 8.339/2015, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

DECRETO Nº 8.541/2016

DÁ NOVA REDAÇÃO AOS INCISOS IV, V, VI E VII DO ART 1º E DOS INCISOS III, IV, V E VI DO ART. 2º, AMBOS DO DECRETO N. 8.339/2015, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de São Miguel do Oeste, Estado de Santa Catarina, usando a competência que lhe confere o inciso VII, do art. 72 da Lei Orgânica Municipal, promulgada em 5 de abril de 1990 e,

1. Considerando que o Decreto nº 8.339/2015, estabeleceu cronograma de nomeações dos candidatos aprovados nos concurso público lançado pelos editais nºs. 21 e 22 ambos de 2014 tiveram sua homologação final em 28/04/2015.

2. Considerando que no ano de 2015, as receitas públicas municipais sofreram queda e que a municipalidade não dispõe recursos financeiros para efetuar todas as rescisões contratuais dos servidores contratados em ACT, neste momento sem prejudicar as finanças públicas municipais, bem como prejudicar os serviços essenciais.

3. Considerando que há necessidade de efetuar um cronograma de rescisão de contratos para que o Departamento de Recursos Humanos tenha tempo hábil para promover todos os atos de rescisão de contrato de trabalho dos servidores contratados em ACT.

4. Considerando que as receitas advindas do IPTU, fonte de receitas próprias tem seu vencimento agendado para iniciar em 10/03/2016, na forma do Edital de Lançamento nº 023/2015.

5. Considerando que há necessidade de adequar as receitas com o desembolso da despesa.

#### DECRETA:

Art. 1º os incisos IV, V, VI e VII, do art. 1º, do Decreto n. 8.339/2015, passam a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º .....

.....

IV – mês de março de 2016:

- a) Odontólogo
- b) Cirurgião Dentista
- c) Farmacêutico

V – mês de abril de 2016:

- a) Auxiliar de Consultório Dentário
- b) Agente de Saúde
- c) Técnico em Enfermagem

VI – mês de junho de 2016:

- a) Médico
- b) Enfermeiro

VII – mês de julho de 2016:

- a) Vigias
- b) Operador de Maquinas

- c) Recepcionista
- d) Motorista
- e) Técnico em informática

Art. 2º os incisos III, IV, V e VI, do art. 2º, do Decreto n. 8.339/2015, passam a vigorar com a seguinte redação:

Art. 2º .....

.....

III – até 31 de março de 2016:

- d) Odontólogo
- e) Cirurgião Dentista
- f) Farmacêutico

IV – até 30 de abril de 2016:

- d) Auxiliar de Consultório Dentário
- e) Agente de Saúde
- f) Técnico em Enfermagem

V – até 30 de junho de 2016:

- c) Médico
- d) Enfermeiro

VI – até 30 de julho de 2016:

- f) Vigias
- g) Operador de Maquinas
- h) Recepcionista
- i) Motorista
- j) Técnico em Informática

Art.3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação. Publique-se, Registre-se, Cumpra-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC,  
Em 12 de janeiro de 2016.  
JOÃO CARLOS VALAR  
Prefeito Municipal

AIRTON LUIZ FAVERO  
Secretário de Administração  
Designado pela Portaria nº 1078/2015

Este Decreto foi publicado no  
Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

ELIANE TEIXEIRA DA ROSA  
Técnico Administrativo



**DECRETO Nº8.540/2016 -FICA APROVADO O DESDOBRAMENTO, PARTE DO LOTE RURAL 83 COM 5.047,13 M2, SITUADO NO 2º. PERÍMETRO DA SECÇÃO ARROIO VEADO, NO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE – SC, MATRICULA Nº 41.897, DE PROPRIEDADE DE ROSALINDA PRIORI IZÉ E JOSÉ ANTONIO PRORI.**

DECRETO Nº 8.540/2016

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o inciso VII, do art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990,

**DECRETA:**

Art. 1º Fica aprovado o Desdobramento, parte do lote rural 83 com 5.047,13 m2, situado no 2º. Perímetro da Secção Arroio Veado, no município de São Miguel do Oeste – SC, matrícula nº 41.897, de propriedade de Rosalinda Priori Izé e José Antonio Prori, passando de ora em diante a terem as seguintes confrontações:

**DESDOBRAMENTO:**

Lote urbano nº 04 da subdivisão PLR nº 83, com 1.150,46 m2, confrontando-se: Ao Norte com inclinação noroeste com parte do lote rural 83 de Rosalinda Priori Izé e José Antonio Prori, por linha seca com 56 mt. Ao Leste com parte do lote rural 83 de Ascoli, por linha seca medindo 27,60 mt. Ao Sul com parte do lote rural 83 de Rosalinda Priori Izé e José Antonio Prori, por linha seca, medindo 60,11 mt. Ao Oeste com inclinação noroeste com parte do lote 83, com a Rua João Antonio Simioni, medindo 15 mt.

Lote urbano nº 05 da subdivisão PLR nº 83, com 920,06 m2, confrontando-se: Ao Norte com parte do lote rural 83 de Rosalinda Priori Izé e José Antonio Prori, por linha seca com 60,11 mt. Ao Leste com parte do lote rural 83 de Ascoli, por linha seca medindo 15,65 mt. Ao Sul com parte do lote rural 83 de Rosalinda Priori Izé e José Antonio Prori, por linha seca, medindo 67,33 mt. Ao Oeste com inclinação noroeste com parte do lote 83, com a Rua João Antonio Simioni, medindo 15,07 mt.

Lote urbano nº 06 da subdivisão PLR nº 83, com 920 m2, confrontando-se: Ao Norte com parte do lote rural 83 de Rosalinda Priori Izé e José Antonio Prori, por linha seca com 67,33 mt. Ao Leste com parte do lote rural 83 de Ascoli, por linha seca medindo 13,00 mt. Ao Sul com parte do lote rural 83 de Rosalinda Priori Izé e José Antonio Prori, por linha seca, medindo 75,32 mt. Ao Oeste com inclinação noroeste com parte do lote 83, pelo eixo da Rua João Antonio Simioni, medindo 15,00 mt.

Lote urbano nº 07 da subdivisão PLR nº 83, com 1.551,73 m2, confrontando-se: Ao Norte com parte do lote rural 83 de Rosalinda Priori Izé e José Antonio Prori, por linha seca com 75,32 mt. Ao Leste com parte do lote rural 83 de Ascoli, por linha seca medindo 24,62 mt. Ao Sul com parte da chácara 13, de Alceu e Clementina Zanchim, por linha seca, medindo 45,96 mt.; e área verde por linha seca com parte do lote 83 medindo 38,68 mt. Ao Oeste com inclinação noroeste com parte do lote 83, pelo eixo da Rua João Antonio Simioni, medindo 16,07 mt.

Área verde da subdivisão PLR nº 83, com área de 504,88 m2, confrontando-se: Ao Norte com parte do lote 83 de Rosalinda Priori Izé e José Antonio Prori, por linha seca medindo 38,68 mt. Ao Leste com parte do lote 83 de Rosalinda Priori Izé e José Antonio Prori, por linha seca medindo 13,00 mt. Ao Sul com parte da chácara No.13 , de Alceu e Clementina Zanchim, medindo 45,96 mt. Ao Oeste com com inclinação noroeste com parte do lote 83, pelo eixo da Rua João Antonio Simioni, medindo 13,00 mt.

Art. 2º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE– SC.

Em, 12 de janeiro de 2016.

JOÃO CARLOS VALAR

Prefeito Municipal

AIRTON LUIZ FAVERO

Secretário de Administração

Designado pela Portaria nº 1078/2015

Este Decreto foi publicado no

Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

ELIANE TEIXEIRA DA ROSA

Técnico Administrativo

# São Pedro de Alcântara

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO 99.2015

#### AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA. Avisa da abertura do Processo nº 99/2015- MODALIDADE: Pregão Presencial – Registro de Preços

TIPO: Menor Preço

OBJETO: Contratação de Serviço de Impressão do Mapa Turístico, Histórico e Cultural do Município de São Pedro de Alcântara, conforme a arte disponibilizada em CD, anexo ao Edital.

DATA DE ABERTURA: 28/01/2016 às 09:00h com entrega dos envelopes para credenciamento até às 08:45h do mesmo dia. RETIRADA DO EDITAL: sede da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara, na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro, São Pedro de Alcântara, ou pelos e-mails: camilli@pmspa.sc.gov.br ou licitações@pmspa.sc.gov.br

MAIORES INFORMAÇÕES: Pelo telefone 0xx-48-3277-0122 R: 202 e 203 das 07:00h às 13:00.

São Pedro de Alcântara, 14/01/2016.

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO

Prefeito Municipal e.e

### DISPENSA 01.2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 – Fone: 48-32770122 – R.202

www.pmspa.sc.gov.br – licitacoes@pmspa.sc.gov.br – compras@pmspa.sc.gov.br

#### PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 01.2016

O MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA, localizado na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, nº 01, Centro, torna público que realizará DISPENSA DE LICITAÇÃO, regida pela Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, pela Lei Orgânica Municipal, pelos Decretos n.º 08 de 23 de Janeiro de 2011, bem como por este EDITAL, em conformidade com as condições e anexos que seguem:

Nos termos do art. 24, XXVI, da Lei n.º 8.666/1993, dispensável é a licitação com a empresa CONSORCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL, CNPJ 09.427.503/0001-12, para a contratação dos serviços relativos ao Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina para o exercício de 2016.

O preço que a CONTRATANTE pagará a CONTRATADA será de R\$ 3.540,00 (três mil, quinhentos e quarenta reais), divididos em 12 (doze) parcelas de R\$295,00 (duzentos e noventa e cinco reais) até 31/12/2016.

E para atendimento ao preceito do art. 26, da Lei n.º 8.666/1993, além da justificativa em anexo, expõe-se o que segue:

Contrata-se a Empresa acima descrita para a contratação dos Serviços relativos ao Diário Oficial dos Municípios de Santa, CONSORCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL, Associação pública com personalidade jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº 09.427.503/0001-12, estabelecida na Rua Santos Saraiva, 1546 – Estreito – Florianópolis SC- CEP: 88070-101.

Para a assinatura do contrato e pagamento, a CONTRATADA deverá apresentar os seguintes documentos:

a) prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica

(CNPJ) ou cópia da cédula de identidade, se pessoa física;

b) ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais; e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, com a comprovação da publicação na imprensa da ata arquivada, bem como das respectivas alterações, caso existam;

c) prova de regularidade fiscal para com a Fazenda Federal (CND);

d) prova de regularidade fiscal para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede da licitante, expedida pelo órgão competente (CND);

e) prova de regularidade fiscal para com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede da licitante, expedida pelo órgão competente (CND);

f) prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS (CND);

g) declaração de que a empresa licitante cumpre o disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal;

Os recursos para dos serviços que constam neste Edital correrão por conta de dotação orçamentária específica: 03.01.2.004.3.3.93.00.00.00.00.0000 (13)

No mais, a presente contratação, na modalidade Dispensa de Licitação, obedece a todos os termos da Lei n.º 8.666/1993, sujeitando-se a ela, na sua totalidade.

São Pedro de Alcântara/SC, 04 de janeiro de 2016.

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO

Prefeito Municipal e.e

# Schroeder

## PREFEITURA

### CONVOCAÇÃO CONCURSO PÚBLICO Nº. 003/2015 – GAB/PMS

Convocação Concurso Público nº. 003/2015 – GAB/PMS

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR a Sra. EDEL-TRAUD SCHULZ DA ROSA, inscrita no CPF sob nº. 020.487.829-22, aprovada em 1º lugar no Concurso Público nº. 003/2015 – GAB/PMS, para o cargo de PROFESSORA B – LÍNGUA ALEMÃ, para assumir o respectivo cargo.

Levando em consideração o erro formal na data da convocação publicada no Diário Oficial dos Municípios (DOM), edição nº 1909, página 644 dia 13/01/2016 segue abaixo;

A convocada deve comparecer à Diretoria de Recursos Humanos (47 3374-6514), até as 17:00 h do dia 14 de janeiro de 2016, na Rua Marechal Castelo Branco, 3201, Centro, Schroeder, a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada, sob pena de reclassificação, conforme preveem os itens 13.5 e 13.6, passando a ocupar o último lugar da listagem de classificação para uma eventual 2ª chamada.

Schroeder (SC), 12 de janeiro de 2016.

OSVALDO JURCK  
Prefeito Municipal

Maykel Roberto Laube  
Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

### PORTARIA Nº 6.334/2016, DE 13 DE JANEIRO DE 2016

PORTARIA Nº 6.334/2016, DE 13 DE JANEIRO DE 2016.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

Considerando o término do contrato de trabalho por prazo determinado da servidora, Sra. Carina Yumi Takahashi em 06 de dezembro de 2015;

Considerando a realização do Concurso Público nº. 002/2015 – SMS/PMS – Emprego Público;

Considerando o Decreto nº. 3.468/2015, de 03 de novembro de 2015, que homologa a lista dos classificados no referido Concurso Público;

#### RESOLVE:

Art. 1º ADMITIR, a Sra. Bárbara Klein para exercer o cargo de Médica - ESF, percebendo o nível salarial nº 001 (ESF), conforme tabela salarial da Lei Complementar nº 079/2009, de 16/10/2009, e alterações, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, em virtude de sua aprovação no Concurso Público nº. 002/2015 – SMS/PMS – Emprego Público, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 13 de janeiro de 2016.

OSVALDO JURCK  
Prefeito Municipal

Publicada por:

FERNANDO RODRIGO DA ROSA  
Procurador Municipal

### PORTARIA Nº 6.340/2016, DE 13 DE JANEIRO DE 2016

PORTARIA Nº 6.340/2016, DE 13 DE JANEIRO DE 2016.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

Considerando o término do contrato de trabalho por prazo determinado da servidora, Sra. Ana Claudia Feo em 17 de dezembro de 2015;

Considerando a realização do Processo Seletivo nº. 002/2015-SE-CEL/PMS;

Considerando o Decreto nº. 3.506/2015, de 02 de dezembro de 2015, que homologa a lista dos classificados no referido Processo Seletivo;

#### RESOLVE:

Art. 1º ADMITIR, a Sra. Patricia de Lima, para exercer o cargo de Professora B, subárea Educação Infantil, percebendo o nível salarial B-Inicial, conforme tabela salarial da Lei Complementar nº 096/2010, de 14/12/2010 e alterações, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, em virtude de sua aprovação no Processo Seletivo nº. 002/2015/SECEL/PMS, por necessidade de atendimento aos serviços essenciais deste Município conforme o disposto no Art. 2º, III, da Lei Municipal nº 1.690/2008, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 13 de janeiro de 2016.  
OSVALDO JURCK  
Prefeito Municipal

MAYKEL ROBERTO LAUBE  
Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Publicada por:

FERNANDO RODRIGO DA ROSA  
Procurador Municipal

**PORTARIA Nº. 6.333/2016, DE 13 DE JANEIRO DE 2016**

PORTARIA Nº. 6.333/2016, DE 13 DE JANEIRO DE 2016.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

Art. 1º ACEITAR o pedido de demissão do contrato de trabalho por prazo determinado da servidora Sra. Bárbara Klein, com efeitos retroativos a partir de 12 de janeiro de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 13 de janeiro de 2016.  
OSVALDO JURCK  
Prefeito Municipal

Publicada por:

FERNANDO RODRIGO DA ROSA  
Procurador Municipal

**PORTARIA Nº. 6.335/2016, DE 13 DE JANEIRO DE 2016**

PORTARIA Nº. 6.335/2016, DE 13 DE JANEIRO DE 2016.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

Considerando o término do contrato de trabalho por prazo determinado da servidora, Sra. Pricila Lourenço em 17 de dezembro de 2015;

Considerando a realização do Concurso Público nº. 001/2015-GAB/PMS - Administração;

Considerando o Decreto nº. 3.467/2015, de 03 de novembro de 2015, que homologa a lista dos classificados no referido Concurso Público;

**RESOLVE:**

Art. 1º ADMITIR, a Sra. Marcia Cristina Dutra, para exercer o cargo de Auxiliar de Sala, percebendo o nível salarial 21 (Administração), conforme tabela salarial da Lei Complementar nº 139/2013, de 15/10/2013, e alterações, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, em virtude de sua aprovação no Concurso Público nº. 001/2015-GAB/PMS - Administração, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 13 de janeiro de 2016.  
OSVALDO JURCK  
Prefeito Municipal

MAYKEL ROBERTO LAUBE  
Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Publicada por:

FERNANDO RODRIGO DA ROSA  
Procurador Municipal

**PORTARIA Nº. 6.336/2016, DE 13 DE JANEIRO DE 2016**

PORTARIA Nº. 6.336/2016, DE 13 DE JANEIRO DE 2016.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

Considerando o término do contrato de trabalho por prazo determinado da servidora, Sra. Gislaine Vital dos Santos Ludtke em 17 de dezembro de 2015;

Considerando a realização do Concurso Público nº. 001/2015-GAB/PMS - Administração;

Considerando o Decreto nº. 3.467/2015, de 03 de novembro de 2015, que homologa a lista dos classificados no referido Concurso Público;

**RESOLVE:**

Art. 1º ADMITIR, a Sra. Charlene Aparecida Ferreira Scoz, para exercer o cargo de Auxiliar de Sala, percebendo o nível salarial 21 (Administração), conforme tabela salarial da Lei Complementar nº 139/2013, de 15/10/2013, e alterações, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, em virtude de sua aprovação no Concurso Público nº. 001/2015-GAB/PMS - Administração, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 13 de janeiro de 2016.  
OSVALDO JURCK  
Prefeito Municipal

MAYKEL ROBERTO LAUBE  
Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Publicada por:

FERNANDO RODRIGO DA ROSA  
Procurador Municipal

**PORTARIA Nº. 6.337/2016, DE 13 DE JANEIRO DE 2016**

PORTARIA Nº. 6.337/2016, DE 13 DE JANEIRO DE 2016.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

Considerando o término do contrato de trabalho por prazo determinado da servidora, Sra. Graciella Strelow em 17 de dezembro de 2015;

Considerando a realização do Concurso Público nº. 001/2015-GAB/PMS - Administração;

Considerando o Decreto nº. 3.467/2015, de 03 de novembro de 2015, que homologa a lista dos classificados no referido Concurso Público;

**RESOLVE:**

Art. 1º ADMITIR, a Sra. Analu Coelho Antunes, para exercer o cargo de Auxiliar de Sala, percebendo o nível salarial 21 (Administração), conforme tabela salarial da Lei Complementar nº 139/2013, de 15/10/2013, e alterações, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, em virtude de sua aprovação no Concurso Público nº. 001/2015-GAB/PMS - Administração, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 13 de janeiro de 2016.

OSVALDO JURCK  
Prefeito Municipal

MAYKEL ROBERTO LAUBE  
Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Publicada por:

FERNANDO RODRIGO DA ROSA  
Procurador Municipal

**PORTARIA Nº. 6.338/2016, DE 13 DE JANEIRO DE 2016**

PORTARIA Nº. 6.338/2016, DE 13 DE JANEIRO DE 2016.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

Considerando a quebra do contrato de trabalho por prazo determinado da servidora, Sra. Nadia de Fátima Machado Grossklags em 04 de fevereiro de 2015;

Considerando a realização do Concurso Público nº. 001/2015-GAB/PMS - Administração;

Considerando o Decreto nº. 3.467/2015, de 03 de novembro de 2015, que homologa a lista dos classificados no referido Concurso Público;

**RESOLVE:**

Art. 1º ADMITIR, a Sra. Viviane Xavier, para exercer o cargo de Auxiliar de Sala, percebendo o nível salarial 21 (Administração), conforme tabela salarial da Lei Complementar nº 139/2013, de 15/10/2013, e alterações, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, em virtude de sua aprovação no Concurso Público nº. 001/2015-GAB/PMS - Administração, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 13 de janeiro de 2016.

OSVALDO JURCK  
Prefeito Municipal

MAYKEL ROBERTO LAUBE  
Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Publicada por:

FERNANDO RODRIGO DA ROSA  
Procurador Municipal

**PORTARIA Nº. 6.339/2016, DE 13 DE JANEIRO DE 2016**

PORTARIA Nº. 6.339/2016, DE 13 DE JANEIRO DE 2016.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

Considerando o término do contrato de trabalho por prazo determinado da servidora, Sra. Lineia Fernanda Cora em 17 de dezembro de 2015;

Considerando a realização do Concurso Público nº. 001/2015-GAB/PMS - Administração;

Considerando o Decreto nº. 3.467/2015, de 03 de novembro de 2015, que homologa a lista dos classificados no referido Concurso Público;

**RESOLVE:**

Art. 1º ADMITIR, a Sra. Paola Marostica, para exercer o cargo de Auxiliar de Sala, percebendo o nível salarial 21 (Administração), conforme tabela salarial da Lei Complementar nº 139/2013, de 15/10/2013, e alterações, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, em virtude de sua aprovação no Concurso Público nº. 001/2015-GAB/PMS - Administração, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 13 de janeiro de 2016.

OSVALDO JURCK  
Prefeito Municipal

MAYKEL ROBERTO LAUBE  
Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Publicada por:

FERNANDO RODRIGO DA ROSA  
Procurador Municipal



**PORTARIA Nº. 6.341/2016, DE 13 DE JANEIRO DE 2016**

PORTARIA Nº. 6.341/2016, DE 13 DE JANEIRO DE 2016.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

Considerando o término do contrato de trabalho por prazo determinado da servidora, Sra. Edna da Luz Vieira em 25 de outubro de 2015;

Considerando a realização do Concurso Público nº. 001/2015-GAB/PMS - Administração;

Considerando o Decreto nº. 3.467/2015, de 03 de novembro de 2015, que homologa a lista dos classificados no referido Concurso Público;

**RESOLVE:**

Art. 1º ADMITIR, a Sra. Lucélia Estefânia Oliveira de Belo Schwirkowski, para exercer o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais I, percebendo o nível salarial nº 07 (Administração), conforme tabela salarial da Lei Complementar nº 004/1998, de 19/05/1998, e alterações, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, em virtude de sua aprovação no Concurso Público nº. 001/2015-GAB/PMS - Administração, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 13 de janeiro de 2016.  
OSVALDO JURCK  
Prefeito Municipal

Publicada por:

FERNANDO RODRIGO DA ROSA  
Procurador Municipal

**PORTARIA Nº. 6.342/2016, DE 14 DE JANEIRO DE 2016**

PORTARIA Nº. 6.342/2016, DE 14 DE JANEIRO DE 2016.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

Considerando o término do contrato de trabalho por prazo determinado da servidora, Sra. Laila Jaisza Monteiro em 17 de dezembro de 2015;

Considerando a realização do Concurso Público nº. 001/2015-GAB/PMS - Administração;

Considerando o Decreto nº. 3.467/2015, de 03 de novembro de 2015, que homologa a lista dos classificados no referido Concurso Público;

**RESOLVE:**

Art. 1º ADMITIR, a Sra. Luciene do Carmo, para exercer o cargo de Auxiliar de Sala, percebendo o nível salarial 21 (Administração), conforme tabela salarial da Lei Complementar nº 139/2013, de 15/10/2013, e alterações, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, em virtude de sua aprovação no Concurso Público nº. 001/2015-GAB/PMS - Administração, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 14 de janeiro de 2016.  
OSVALDO JURCK  
Prefeito Municipal  
MAYKEL ROBERTO LAUBE  
Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Publicada por:

FERNANDO RODRIGO DA ROSA  
Procurador Municipal



# Seara

## PREFEITURA

### PORTARIA Nº. 002/2016 - FMES

Portaria nº. 002/2016. O Superintendente da Fundação Municipal de Esportes de Seara – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições de acordo com o que lhe confere o Estatuto da Entidade, e nos termos do inciso VIII, do artigo 2º da Lei Complementar nº 30/2008, que dispõe sobre a contratação de pessoal em caráter temporário para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, combinado com as disposições do Edital de Processo Seletivo nº. 02/2015, resolve,

Contratar, Clarice Teresinha Heinemann, em caráter temporário para exercer a função de Servente, Nível CE-01, Anexo I, do Quadro de pessoal efetivo da Fundação Municipal de Esportes de Seara – FMES, Lei Complementar nº 005/2001, e vencimentos de acordo com o estabelecido na mesma lei, com carga horária de 40 horas semanais, em vaga não ocupada por concurso, no período de 13 de janeiro de 2016 a 12 de janeiro de 2017.

A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Seara - SC, em 13 de janeiro de 2016.

ROGÉRIO ANDRÉ FRANCIO

Superintendente da Fundação Municipal  
de Esportes de Seara – FMES

### PROCESSO LICITATÓRIO Nº 005/2016

Processo Licitatório 005/2016

Edital de Pregão Presencial nº. 001/2016 – Registro de Preço.

O Município de Seara, SC., Comunica aos interessados, que de acordo com a lei nº. 10.520/02 e lei nº. 8.666/93, estará recebendo até às 08h30min do dia 28/01/2016, “envelope de credenciamento, da proposta e da documentação” referentes à seleção de fornecedores e propostas para aquisição de pneus, câmaras e protetores novos. A íntegra do Edital de Pregão Presencial – Registro de Preço poderá ser obtida no Departamento de Licitações do Município e informações pelos telefones (49) 3452-8328 ou 3452-8327.

Seara, SC., aos 14 dias do mês de janeiro do ano de 2016.

Henrique Joacir Carlos Fabrin

Prefeito Municipal em Exercício

# Serra Alta

## PREFEITURA

### EXTRATO PREGÃO PRESENCIAL Nº 006/2016- SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SERRA ALTA

AVISO DE LICITAÇÃO:

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 006/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 006/2016 – SISTEMA REGISTRO DE PREÇO

Tipo: Menor Preço/Por item.

OBJETO: Registro de Preços para a eventual Aquisição de Pneus novos, câmaras de ar e serviços de recauchutagem, para reposição e manutenção da Frota de Veículos e Equipamentos Rodoviários oficiais pertencentes a esta municipalidade.

Entrega dos Envelopes: 08:30 horas do dia 29 de janeiro de 2016.

Abertura dos Envelopes: 09:00 horas do dia 29 de janeiro de 2016.

O Edital se encontra disponível na Prefeitura e no site <http://www.serraalta.sc.gov.br/>

ou maiores informações no seguinte endereço e horário: Av.Dom Pedro II, nº 830,

nos dias úteis, de Segunda à Sexta, das 07:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:30horas.

SERRA ALTA, 15 de janeiro de 2016.

FRANCISCO ARTUR BOTH

PREFEITO MUNICIPAL

# Sombrio

## PREFEITURA

### DECRETO N. 006/2016

DECRETO Nº 006, DE 12 DE JANEIRO DE 2016.  
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO FISCAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SOMBRIO – SC.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO, Senhor Zênio Cardoso, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Sombrio - SC, de 06 de abril de 1990 e o artigo 6º, da Lei nº 2250 de 22 de Dezembro de 2015, (Lei Orçamentária)

#### DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto ao orçamento fiscal da Prefeitura Municipal de Sombrio, crédito suplementar, no valor de R\$ 5.334.480,28 (cinco milhões, trezentos e trinta e quatro mil, quatrocentos e oitenta reais e vinte e oito centavos), nas seguintes dotações orçamentárias:

#### 04.02 - DIRETORIA DE OBRAS

##### 1.014 - Pavimentação de Vias Urbanas

4.4.90.00.00.00.00.00.0501 - Aplicações Diretas ..... R\$ 623.892,96  
4.4.90.00.00.00.00.00.0506 - Aplicações Diretas ..... R\$ 80.442,96  
4.4.90.00.00.00.00.00.0515 - Aplicações Diretas ..... R\$ 190.112,92  
4.4.90.00.00.00.00.00.3515 - Aplicações Diretas ..... R\$ 10.788,29  
4.4.90.00.00.00.00.00.0507 - Aplicações Diretas ..... R\$ 40.401,31  
4.4.90.00.00.00.00.00.3507 - Aplicações Diretas ..... R\$ 24.587,32  
4.4.90.00.00.00.00.00.0611 - Aplicações Diretas ..... R\$ 3.026,79  
4.4.90.00.00.00.00.00.3611 - Aplicações Diretas ..... R\$ 3.312,21  
4.4.90.00.00.00.00.00.0510 - Aplicações Diretas ..... R\$ 599.956,50  
4.4.90.00.00.00.00.00.0512 - Aplicações Diretas ..... R\$ 2.003.283,22  
4.4.90.00.00.00.00.00.0513 - Aplicações Diretas ..... R\$ 194.479,38  
4.4.90.00.00.00.00.00.3513 - Aplicações Diretas ..... R\$ 4.783,47

#### 05.04 - DIRETORIA DE ASSIST. TÉCNICA E ADMINISTRATIVA

1.008 - Reforma e Ampliação da Rede Física do Ensino Infantil  
4.4.90.00.00.00.00.00.0022 - Aplicações Diretas ..... R\$ 29.139,26

#### 06.01 - Secretaria Mun. do Bem Estar Soc. e Ação Comunitária

1.017 - Construção e Reforma de Unidades Habitacionais Populares  
4.4.90.00.00.00.00.00.0503 - Aplicações Diretas ..... R\$ 947.696,69  
4.4.90.00.00.00.00.00.3503 - Aplicações Diretas ..... R\$ 49.152,00

#### 09.01 - SECRET. MUNIC. DO DESENVOLV. ECONÔMICO

1.031 - Construção do Parque de Eventos Municipal  
4.4.90.00.00.00.00.00.0511 - Aplicações Diretas ..... R\$ 264.390,47  
4.4.90.00.00.00.00.00.3511 - Aplicações Diretas ..... R\$ 265.034,53

Art. 2º A abertura de Crédito de que trata o art. 1º, correrá a conta do provável excesso de arrecadação das fontes 501, 506, 515, 3515, 507, 3507, 611, 3611, 510, 512, 513, 3513, 22, 503, 3503, 511 e 3511.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Município de Sombrio – SC, 12 de janeiro de 2016.  
Zênio Cardoso  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta secretaria em data supracitada

José Sidnei Januário  
Secretário Municipal de Finanças, Administração e Planejamento

### DECRETO N. 007/2016

DECRETO Nº 007, DE 12 DE JANEIRO DE 2016.  
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO FISCAL DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SOMBRIO – SC.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO, Senhor Zênio Cardoso, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Sombrio - SC, de 06 de abril de 1990 e o artigo 6º, da Lei nº 2250 de 22 de Dezembro de 2015, (Lei Orçamentária)

#### DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto ao orçamento fiscal do Fundo Municipal de Saúde, crédito suplementar, no valor de R\$ 1.398.532,52 (um milhão, trezentos e noventa e oito mil, quinhentos e trinta e dois reais e cinquenta e dois centavos), na seguinte dotação orçamentária:

#### 07.02 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

##### 1.005 - Ampliação e Reforma da Rede Física de Saúde

4.4.90.00.00.00.00.00.0049 - Aplicações Diretas ... R\$ 1.398.532,52

Art. 2º A abertura de crédito de que trata o art. 1º, correrá a conta do provável excesso de arrecadação da fonte de recursos 49.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Município de Sombrio – SC, 12 de janeiro de 2016.  
Zênio Cardoso  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta secretaria em data supracitada

José Sidnei Januário

Secretário Municipal de Finanças, Administração e Planejamento

### LEI 2251/2015

LEI Nº. 2251, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2015.

“ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI Nº 1.071, DE 22 DE ABRIL DE 1996, QUE DISPÕE SOBRE O CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO-SC, Senhor Zênio Cardoso, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei.

Art. 1º. O artigo 3º, da Lei nº 1.071, de 22 de abril de 1996, passa a vigorar com a inclusão do seguinte inciso:

XII – Realizar políticas voltadas ao controle de zoonoses no território do Município de Sombrio – SC;

XIII – promover campanhas de castração objetivando o controle para a população canina e felina, de acordo com programas específicos;

XIV – promover campanhas de educação e conscientização propagando filosofia de amor e respeito aos animais.

Art. 2º. O artigo 7º, da Lei nº 1.071, de 22 de abril de 1996, passa a vigorar com a inclusão dos seguintes incisos:

"XIII - subsidiar o Ministério Público no exercício de suas competências para a proteção do meio ambiente previstas na Constituição Federal de 1988;

XIV - receber denúncias feitas pela população, diligenciando no sentido de sua apuração junto aos órgãos federais, estaduais e municipais responsáveis e sugerindo ao Prefeito Municipal as providências cabíveis;

XV - opinar nos estudos sobre o uso, ocupação e parcelamento do solo urbano, posturas municipais, visando a adequação das exigências do meio ambiente, ao desenvolvimento urbano do município;

XVI - decidir sobre a concessão de licenças ambientais de sua competência e a aplicação de penalidades, respeitadas as disposições do Art. 9º, incisos XIV e XV da LEI COMPLEMENTAR Nº 140, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2011, regulamentada pela Resolução CONSEMA nº 052/2014;

XVII - orientar o Poder Executivo Municipal sobre o exercício do poder de polícia administrativa no que concerne a fiscalização e aos casos de infração a legislação ambiental;

XVIII - opinar quando solicitado sobre a emissão de alvarás de localização e funcionamento no âmbito municipal das atividades potencialmente poluidoras e degradadoras;

XIX - decidir juntamente com o órgão executivo de Meio Ambiente, sobre a aplicação dos recursos provenientes do Fundo municipal de Meio Ambiente."

Art. 3º. O artigo 8º, da Lei nº 1.071, de 22 de abril de 1996, passa a vigorar com a seguinte alteração:

"Art. 8º- O Conselho Municipal do Meio Ambiente, será constituído por representantes do Poder Executivo e Legislativo Municipal e membros dos órgãos não governamentais do município, com mandatos renováveis a cada 2 (dois) anos, e com a seguinte composição:

I- 01 (um) representante do Sistema Autônomo de Água e Esgoto (SAMAE)

II- 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Saúde;

III- 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Educação

IV- 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo;

V- 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Esporte, Cultura e Meio Ambiente;

VI- 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Agricultura e Pesca;

VII- 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Obras e Viação e Serviços Urbanos;

VIII- 01 (um) representantes do Poder Legislativo do Município de Sombrio;

IX- 01 (um) representante da ACIS;

X- 01 (um) representante da CDL;

XI- 01 (um) representante do Sindicato das Indústrias e Cerâmica;

XII- 01 (um) representante de Entidades Ambientalistas – Organizações Não Governamentais (ONG);

XIII- 01 (um) representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais."

XIV- 01 (um) representante de entidades protetora dos animais Organizações Não Governamentais (ONG);

Art. 4º. O artigo 9º, da Lei nº 1.071, de 22 de abril de 1996, passa a vigorar com a seguinte alteração:

"Art. 9º- O Conselho Municipal do Meio Ambiente terá uma diretoria composta pelos seguintes membros:

I - Presidente;  
II- Vice-Presidente;  
III-Secretário; e  
IV-Tesoureiro

§ 1º- A diretoria mencionada acima será eleita pelos membros do Conselho;

§ 2º- O mandato dos membros do Conselho será de 2 (dois) anos;

§ 3º- Os membros do Conselho exercerão seus mandatos gratuitamente e suas funções consideradas como prestação de serviços relevante ao Município.

Art. 5º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Município de Sombrio - SC, 22 de dezembro de 2015.

Zênio Cardoso

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado nesta Secretaria em data supracitada.

José Sidnei Januário

Secretário Municipal de Finanças, Administração e Planejamento

## LEI 2252/2015

LEI Nº 2252, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2015.

DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO BAIRRO SANTA GERTRUDES, PELA DIVISÃO DOS BAIRROS SÃO FRANCISCO E SÃO LUIZ, SETOR 10 DO DISTRITO 01, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO-SC, Senhor Zênio Cardoso, no exercício de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

Art. 1º. Fica criado o Bairro SANTA GERTRUDES, pela divisão dos Bairros São Francisco e São Luiz, Setor 10 do Distrito 01.

Art. 2º. O Bairro Santa Gertrudes terá as seguintes medidas, confrontações e coordenadas Geográficas, como segue:

Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice marco M44, de coordenadas N 6.780.629,13 m e E 635.279,35 m, ;; com os seguintes azimutes e distâncias: 126º11'36" e 913,75 m até o vértice marco M42, de coordenadas N 6.780.089,54 m e E 636.016,77 m;; com os seguintes azimutes e distâncias: 197º27'19" e 589,79 m até o vértice marco M43, de coordenadas N 6.779.526,92 m e E 635.839,86 m;; com os seguintes azimutes e distâncias: 221º04'14" e 664,25 m até o vértice marco M44, de coordenadas N 6.779.026,14 m e E 635.403,46 m;; com os seguintes azimutes e distâncias: 309º17'28" e 457,50 m até o vértice marco M17, de coordenadas N 6.779.315,86 m e E 635.049,38 m;; com os seguintes azimutes e distâncias: 232º24'06" e 414,33 m até o vértice marco M49, de coordenadas N 6.779.063,07 m e E 634.721,10 m;; com os seguintes azimutes e distâncias: 308º49'27" e 534,83 m até o vértice marco M48, de coordenadas N 6.779.398,37 m e E 634.304,42 m;; com os seguintes azimutes e distâncias: 37º24'34" e 375,86 m até o vértice marco M47, de coordenadas N 6.779.696,92 m e E 634.532,76 m;; com os seguintes azimutes e distâncias: 127º40'14" e 26,70 m até o vértice marco M46, de coordenadas N 6.779.680,61 m e E 634.553,90 m;; com os seguintes azimutes e distâncias: 37º24'34" e 1.194,14 m até o vértice marco M44, de coordenadas N 6.780.629,13 m e E 635.279,35 m até o vértice inicial da descrição deste perímetro. Todas as coordenadas aqui descritas estão georreferenciadas ao Sistema Geodésico

Brasileiro, Meridiano Central 51o WGr e encontra-se representadas no Sistema UTM, tendo como datum o SIRGAS2000. Todos os azimutes e distâncias, área e perímetro foram calculados no plano de projeção UTM.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Sombrio, 22 de dezembro de 2015.

Zênio Cardoso

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado nesta Secretaria em data supracitada.

José Sidnei Januário

Secretária Municipal de Finanças, Administração e Planejamento

### **LEI 2253/2015**

LEI Nº. 2253 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2015.

“DENOMINA VIA PÚBLICA QUE ESPECIFICA”.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO-SC, Senhor Zênio Cardoso, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei.

Art. 1º. A CICLOVIA implantada na Av. Nereu Ramos, por toda a sua extensão passa a denominar-se, CICLOVIA: JOSÉ LUIZ GONZAGA.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Município de Sombrio (SC), 22 de dezembro de 2015.

Zênio Cardoso

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado nesta Secretaria em data supracitada.

José Sidnei Januário

Secretário Municipal de Finanças, Administração e Planejamento

# Sul Brasil

## PREFEITURA

### DECRETO 018/2015

DECRETO Nº. 018, DE 11 DE JANEIRO DE 2016  
DISPÕE SOBRE A HOMOLOGAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO 002/2015 PARA PROVIMENTO DE CARGOS NO QUADRO GERAL DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EDER IVAN MARMITT, Prefeito Municipal de Sul Brasil, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, e de conformidade como disposto nas Leis Municipais nº385 de 01 de junho de 2001, Complementar nº640, de 11 de dezembro de 2007, Lei Complementar nº678, de 19 de janeiro de 2009 e Lei Complementar nº776, de 10 de janeiro de 2011 e Edital de Processo Seletivo nº 002/2015 de 12 de novembro de 2015.

DECRETA:

Art. 1º. Fica homologado o resultado do Processo Seletivo nº 002/2015, para cargos do quadro geral de pessoal da Prefeitura Municipal, na sua exata ordem de classificação, conforme segue:

Art. 2º. As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta de dotação própria prevista no orçamento.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, Vinculada ao DOM, conforme Lei Municipal nº 1.027 de 06 de abril de 2015, Diário Oficial dos Municípios.

Art.4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Sul Brasil,  
aos 11 de janeiro de 2016.  
EDER IVAN MARMITT  
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO NA DATA SUPRA:

VALDECIR TOSETTO  
Diretor de Administração

### PREGÃO PRESENCIAL 01/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE SUL BRASIL  
AVISO DE LICITAÇÃO/PREGÃO PRESENCIAL  
Processo Administrativo nº 001/2016  
Edital: PREGÃO PRESENCIAL nº 001/2016

Tipo: Menor Preço Global

Objeto: PREGÃO PRESENCIAL PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS DE NUTRICIONISTA, COM REGISTRO NA ENTIDADE PROFISSIONAL COMPETENTE COM CARGA HORÁRIO DE 30 HORAS SEMANAIS, PARA ELABORAÇÃO DE CARDÁPIOS, ACOMPANHAMENTO DE PROGRAMA DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR E PROGRAMAS DE SAÚDE.

Entrega dos envelopes: 08:00 horas do dia 25 de janeiro de 2016  
Abertura dos envelopes: 08:15 horas do dia 25 de janeiro de 2016  
O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horários:

Av. Dr. José Leal Filho 589, nos dias úteis, de segunda à sexta-feira, das 07:45 às 11:45 e das 13:30 às 17:30 horas, ou pelo fone (49)3367-0030 ou pelo [www.sulbrasil.sc.gov.br](http://www.sulbrasil.sc.gov.br).

SUL BRASIL – SC, 14 de janeiro de 2016.

EDER IVAN MARMITT  
Prefeito Municipal

### PREGÃO PRESENCIAL 02/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE SUL BRASIL  
AVISO DE LICITAÇÃO/PREGÃO PRESENCIAL  
Processo Administrativo nº 002/2016  
Edital: PREGÃO PRESENCIAL nº 002/2016

Tipo: Menor Preço Global

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE ÓLEOS LUBRIFICANTES E GRAXA.

Entrega dos envelopes: 08:30 horas do dia 26 de janeiro de 2016  
Abertura dos envelopes: 09:00 horas do dia 26 de janeiro de 2016  
O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horários:

Av. Dr. José Leal Filho 589, nos dias úteis, de segunda à sexta-feira, das 07:45 às 11:45 e das 13:30 às 17:30 horas, ou pelo fone (49)3367-0030 ou pelo [www.sulbrasil.sc.gov.br](http://www.sulbrasil.sc.gov.br).

SUL BRASIL – SC, 15 de dezembro de 2016.

EDER IVAN MARMITT  
Prefeito Municipal



# Tigrinhos

## PREFEITURA

### EXTRATO DE CREDENCIAMENTO 001-2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE TIGRINHOS

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº. 001/2016

O Fundo Municipal de Saúde do Município de Tigrinhos (SC) torna público para o conhecimento dos interessados, que estarão abertas para o exercício de 2016, as inscrições para o Processo de Credenciamento de Prestadores de Serviços Especializados na Área da Saúde – Pessoa Jurídica para realização de exames laboratoriais de análises clínicas, conforme TABELA SUS, dando efetivo atendimento à população na Unidade de Saúde do Município de Tigrinhos/SC, nos termos e condições constantes no Edital na forma do disposto no artigo 25, caput, da Lei Federal nº. 8.666/93. Os interessados deverão se dirigir ao Setor de Licitações do Município de Tigrinhos, sito a Avenida Felipe Baczinski, nº. 479, Centro, Município de Tigrinhos, ou pelo Telefone: 49-36580064 no horário das 07h00min às 13h00min.

Tigrinhos (SC), 14 de Janeiro de 2016.

NERI ARNOLDO NEU

Prefeito Municipal

# Timbé do Sul

## PREFEITURA

### **AVISO DE ERRATA AO EXTRATO DO 2º TA AO CONTRATO 09/2014**

Estado de Santa Catarina  
Prefeitura Municipal de Timbé do Sul

#### **AVISO DE ERRATA AO EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 09/2014**

Onde se lê:

Extrato de Termo Aditivo

2º Termo Aditivo ao Contrato 09/2014

Locatário: Município de Timbé do Sul

Locador: Selito Luiz Savio

Objeto: Prorroga o prazo de vigência e reajusta valor do Contrato nº 09/2014

Prazo: 01/01/2016 a 31/12/2016

Valor: O valor mensal será de R\$ 1.772,00 (um mil, setecentos e setenta e dois reais)

Timbé do Sul/SC, 22/12/2015

Leia-se:

Extrato de Termo Aditivo

2º Termo Aditivo ao Contrato 09/2014

Locatário: Município de Timbé do Sul

Locador: Selito Luiz Savio

Objeto: Prorroga o prazo de vigência e reajusta valor do Contrato nº 09/2014

Vigência: 01/01/2016 a 28/02/2016

Valor: O valor mensal será de R\$ 1.772,00 (um mil, setecentos e setenta e dois reais)

Timbé do Sul/SC, 22/12/2015

# Timbó

## PREFEITURA

### **PRIMEIRA REPUBLICAÇÃO EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 09 2015 FUMTRAN**

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 09/2015 FUMTRAN

ÓRGÃO GESTOR: Município de Timbó através do Fundo Municipal de Trânsito.

OBJETO: Registro de preço para destinado à aquisição de material (tintas e solventes) para implantação e/ou manutenção da sinalização viária no município de Timbó/SC.

EMPRESA FORNECEDORA: Madevia Ltda Me

TOTAL ESTIMADO: R\$ 115.960,00 (cento e quinze mil novecentos e sessenta reais).

MODALIDADE: Pregão Presencial

VALIDADE DA ATA: 14/10/2016

Timbó, 15/10/2015

FABIANO MARTINS ADRIANO

Secretário de Planejamento, Trânsito e Meio Ambiente

### **PRIMEIRA REPUBLICAÇÃO EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 95 2015 PMT**

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 95/2015 PMT

ÓRGÃO GESTOR: Município de Timbó.

OBJETO: Registro de preços para contratação de empresa (s) especializada (s) para confecção e fornecimento de material gráfico (papel timbrado da prefeitura de timbó, fundação cultural, e defesa civil) em atendimento às necessidades de rotinas administrativas da administração direta e indireta.

EMPRESAS FORNECEDORAS: Norte Indústria Gráfica Ltda Me; Business Editora e Publicação de Informativos Ltda Epp.

VALOR TOTAL ESTIMADO: R\$ R\$ 14.683,00 (quatorze mil seiscentos e oitenta e três reais).

MODALIDADE: Pregão Presencial

VALIDADE DA ATA: 13/10/2016

Timbó, 14/10/2015

MARIA ANGÉLICA FAGGIANI

Secretária da Fazenda e Administração

### **TERCEIRA REPUBLICAÇÃO EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 03 2015 FMS**

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 03/2015 FMS

ÓRGÃO GESTOR: Município de Timbó, através do Fundo Municipal de Saúde

OBJETO: Registro de preços para aquisição de filme radiográfico destinado ao Centro de Imagens da Policlínica de Referência

EMPRESA FORNECEDORA: IBF Indústria Brasileira de Filmes S/A

TOTAL ESTIMADO: R\$ 19.490,00 (dezenove mil quatrocentos e noventa reais)

MODALIDADE: Pregão Presencial

VALIDADE DA ATA: 14/04/2016

Timbó, 15/04/2015

ALFREDO JOÃO BERRI

Secretário Municipal de Saúde

# Timbó Grande

## PREFEITURA

### 03/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMBÓ GRANDE  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 03/2016  
MODALIDADE Pregão Presencial N 03/2016

O município de Timbó Grande torna publico para conhecimento dos interessados que estará realizando processo licitatório na modalidade Pregão Presencial, com objetivo de Contratação de Serviços para Britagem de Rocha na Pedreira Municipal. Acesso pública terá início às 11:00 horas, do dia 01 de fevereiro de 2016, junto ao Departamento de Compras e Licitações. Maior informação será disponibilizada junto ao Departamento de Compras ou pelo telefone (049) 3252-1278.

Timbó Grande, 14 de janeiro de 2016.  
ALMIR FERNANDES  
Prefeito Municipal

### PREGÃO 02/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMBÓ GRANDE  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 02/2016  
MODALIDADE Pregão Presencial N 02/2016

O município de Timbó Grande torna publico para conhecimento dos interessados que estará realizando processo licitatório na modalidade Pregão Presencial, com objetivo de contratar serviços para perfuração de rocha. Acesso pública terá início às 09:00 horas, do dia 01 de fevereiro de 2016, junto ao Departamento de Compras e Licitações. Maior informação será disponibilizada junto ao Departamento de Compras ou pelo telefone (049) 3252-1278 ou (49) 8437-3822

Timbó Grande, 14 de janeiro de 2016.  
ALMIR FERNANDES  
Prefeito Municipal

# Três Barras

## PREFEITURA

### PORTARIA Nº. 012 DE 11 DE JANEIRO DE 2016.

PORTARIA Nº. 012 DE 11 DE JANEIRO DE 2016

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

NOMEAR, a Servidora MARCILENE JUSSARA PIRES para exercer suas funções no cargo de CONSELHEIRA TUTELAR, do quadro de funcionários comissionados desta Prefeitura. Lotada na Secretaria de Assistência Social deste município.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 10 de janeiro de 2016.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 11 de janeiro de 2016.

ELOI JOSÉ QUEGE

Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER

DIRETOR

### PROCEDIMENTO LICITATORIO Nº. 01/2016

"AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL".

PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS – SC.

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL.

Procedimento Licitatório nº. 01/2016 - Edital Pregão nº. 01/2016.

O FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS - SC torna publico para conhecimento dos interessados, que sob a regência da Lei Federal nº 10.520/2002, Decreto Municipal nº 2.851 de 07/03/2005 e Decreto Municipal nº. 3.016/2006, e, da Lei de Licitações nº 8.666/93 com as alterações da 8.883/94, recebera ate as 09 h e 00 min. do dia 27 de janeiro de 2016, Propostas para "REGISTRO DE PREÇOS DE CESTAS BASICAS" para atendimento a famílias carentes do município.

Sistema de entrega: em parcelas mensais de ate 800 unidades, mediante solicitação do contratante.

Abertura / Sessão de disputa: em reunião pública, na Prefeitura Municipal, às 09 h e 00 min. do dia 27 de janeiro de 2016.

Informações e cópias do Edital poderão ser obtidas na Coordenadoria de Licitações, na Avenida Santa Catarina, nº. 616, Centro – Fone / Fax: 47 3623-0121 ou 9151-8357 – Três Barras – SC.

Três Barras - SC, 11 de janeiro de 2016.

ELOI JOSE QUEGE – PREFEITO MUNICIPAL

NILTON AVANIR HURMUS - PREGOEIRO

### PROCEDIMENTO LICITATORIO Nº. 02/2016

"AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL".

PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS – SC.

Procedimento Licitatório nº. 02/2016 - Edital Pregão nº. 02/2016.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS - SC torna publico para conhecimento dos interessados, que sob a regência da Lei

Federal nº 10.520/2002, Decreto Municipal nº 2.851 de 07/03/2005 e Decreto Municipal nº. 3.016/2006, e, da Lei de Licitações nº 8.666/93 com as alterações da 8.883/94, recebera ate as 14h. e 00 min. do dia 27 de janeiro de 2016, Propostas para a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de realização de concurso publico (com a realização de todos os procedimentos e serviços necessários) .

Abertura / Sessão de disputa: em reunião pública, na Prefeitura Municipal, às 14 h e 00 min. do dia 27 de janeiro de 2016.

Informações e cópias do Edital poderão ser obtidas na Coordenadoria de Licitações, na Avenida Santa Catarina, nº. 616 Centro – Fone/Fax: 47 3623-0121 ou pelo e-mail editais@tresbarras.sc.gov.br - Três Barras - SC.

Três Barras - SC, 11 de janeiro de 2016.

ELOI JOSE QUEGE – PREFEITO MUNICIPAL

NILTON AVANIR HURMUS - PREGOEIRO

### PROCEDIMENTO LICITATORIO Nº. 03/2016

"AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL".

PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS – SC.

Procedimento Licitatório nº. 03/2016 - Edital Pregão nº. 03/2016.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS - SC torna publico para conhecimento dos interessados, que sob a regência da Lei Federal nº 10.520/2002, Decreto Municipal nº 2.851 de 07/03/2005 e Decreto Municipal nº. 3.016/2006, e, da Lei de Licitações nº 8.666/93 com as alterações da 8.883/94, recebera ate as 09 h e 00 min. do dia 28 de janeiro de 2016, Propostas para "Registro de Preço de Combustíveis (Gasolina Comum e Etanol), destinados a manutenção da frota veicular da Prefeitura.

Sistema de Entrega: Abastecimento direto no(s) Posto(s) da(s) Contratada(s).

Abertura / Sessão de disputa: em reunião pública, na Prefeitura Municipal, às 09 h e 00 min. do dia 28 de janeiro de 2016.

Informações e cópias do Edital poderão ser obtidas na Coordenadoria de Licitações, na Avenida Santa Catarina, nº. 616 Centro – Fone/Fax: 47 3623-0121 ou pelo e-mail editais@tresbarras.sc.gov.br - Três Barras - SC.

Três Barras - SC, 11 de janeiro de 2016.

ELOI JOSE QUEGE – PREFEITO MUNICIPAL

NILTON AVANIR HURMUS - PREGOEIRO

### PROCEDIMENTO LICITATORIO Nº. 04/2016

"AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL".

PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS – SC.

Procedimento Licitatório nº. 04/2016 - Edital Pregão nº. 04/2016.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS - SC torna publico para conhecimento dos interessados, que sob a regência da Lei Federal nº 10.520/2002, Decreto Municipal nº 2.851 de 07/03/2005 e Decreto Municipal nº. 3.016/2006, e, da Lei de Licitações nº 8.666/93 com as alterações da 8.883/94, recebera ate as 14 h e 00 min. do dia 28 de janeiro de 2016, Propostas para "Registro de Preço de Combustíveis (Óleo Diesel), destinados a manutenção da frota veicular da Prefeitura.

Sistema de entrega: mediante solicitação do contratante, independente de quantidade mínima a ser solicitada ou quantidade de entregas que serão realizadas.

Abertura / Sessão de disputa: em reunião pública, na Prefeitura Municipal, às 14 h e 00 min. do dia 28 de janeiro de 2016.  
Informações e cópias do Edital poderão ser obtidas na Coordenação de Licitações, na Avenida Santa Catarina, nº. 616 Centro – Fone/Fax: 47 3623-0121 ou pelo e-mail editais@tresbarras.sc.gov.br - Três Barras - SC.

Três Barras - SC, 11 de janeiro de 2016.  
ELOI JOSE QUEGE – PREFEITO MUNICIPAL  
NILTON AVANIR HURMUS - PREGOEIRO

#### **PROCEDIMENTO LICITATORIO Nº. 05/2016**

“AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL”.  
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS – SC.  
Procedimento Licitatório nº. 05/2016 - Edital Pregão nº. 05/2016.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS – SC torna publico para conhecimento dos interessados, que sob a regência da Lei Federal nº 10.520/2002, Decreto Municipal nº 2.851 de 07/03/2005 e Decreto Municipal nº. 3.016/2006, e, da Lei de Licitações nº 8.666/93 com as alterações da 8.883/94, receberá até as 09 h e 00 min. do dia 29 de janeiro de 2016, Propostas para “REGISTRO DE PREÇOS DE COMBUSTÍVEIS (Gasolina Comum, Etanol e Óleo Diesel) com abastecimento diretamente no Posto da Contratada” destinado ao abastecimento de veículos desta Prefeitura no retorno de viagens a cidade Florianópolis - SC.  
Exigência: Possuir posto de abastecimento na Região de Florianópolis – SC.

Abertura / Sessão de disputa: em reunião pública, na Prefeitura Municipal, às 09 h e 00 min. do dia 29 de janeiro de 2016.  
Informações e cópias do Edital poderão ser obtidas na Coordenação de Licitações, na Avenida Santa Catarina, nº. 616 Centro – Fone/Fax: 47 3623-0121 ou pelo e-mail editais@tresbarras.sc.gov.br - Três Barras - SC.

Três Barras - SC, 11 de janeiro de 2016.  
ELOI JOSE QUEGE – PREFEITO MUNICIPAL.  
NILTON AVANIR HURMUS – PREGOEIRO.

#### **PROCEDIMENTO LICITATORIO Nº. 06/2016**

“AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL”.  
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS – SC.  
Procedimento Licitatório nº. 06/2016 - Edital Pregão nº. 06/2016.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS - SC torna publico para conhecimento dos interessados, que sob a regência da Lei Federal nº 10.520/2002, Decreto Municipal nº 2.851 de 07/03/2005 e Decreto Municipal nº. 3.016/2006, e, da Lei de Licitações nº 8.666/93 com as alterações da 8.883/94, receberá até as 14 h e 00 min. do dia 29 de janeiro de 2016, Propostas para “Registro de Preço de Materiais Escolares”, destinados aos alunos da Rede Municipal de Ensino.

Sistema de entrega: mediante solicitação do contratante, independente de quantidade mínima a ser solicitada ou quantidade de entregas que serão realizadas.

Abertura / Sessão de disputa: em reunião pública, na Prefeitura Municipal, às 14 h e 00 min. do dia 29 de janeiro de 2016.  
Informações e cópias do Edital poderão ser obtidas na Coordenação de Licitações, na Avenida Santa Catarina, nº. 616 Centro – Fone/Fax: 47 3623-0121 ou pelo e-mail editais@tresbarras.sc.gov.br - Três Barras - SC.

Três Barras - SC, 11 de janeiro de 2016.  
ELOI JOSE QUEGE – PREFEITO MUNICIPAL  
NILTON AVANIR HURMUS - PREGOEIRO

#### **PROCEDIMENTO LICITATORIO Nº. 07/2016**

PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS – SC.  
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE.  
“AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL”.  
Procedimento Licitatório nº. 07/2016 - Edital Pregão nº. 07/2016.

O FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS – SC torna publico para conhecimento dos interessados, que sob a regência da Lei Federal nº 10.520/2002, Decreto Municipal nº 2.851 de 07/03/2005 e da Lei de Licitações nº 8.666/93 com as alterações da 8.883/94, receberá até as 10 h e 00 min. do dia 29 de janeiro de 2016, propostas para aquisição de um veículo tipo caminhonete, 04 portas, novo, zero km, cor preta ou prata, motor diesel, (demais especificações conforme edital) destinado a manutenção dos serviços da Secretaria de Saúde da Prefeitura Municipal.

Recursos Financeiros: R\$ 93.400,00 provenientes do Ministério da Saúde e saldo com recursos próprios do município.

Abertura / Sessão de disputa: em reunião pública, na Prefeitura Municipal, às 10 h e 00 min. do dia 29 de janeiro de 2016.  
Informações e cópias do Edital poderão ser obtidas na Coordenação de Licitações, na Avenida Santa Catarina, nº. 616 Centro – Fone/Fax: 47 3623-0121 ou pelo e-mail editais@tresbarras.sc.gov.br - Três Barras - SC

Três Barras - SC, 11 de janeiro de 2016.  
ELOI JOSE QUEGE – PREFEITO MUNICIPAL.  
NILTON AVANIR HURMUS – PREGOEIRO.

#### **PROCEDIMENTO LICITATORIO Nº. 08/2016**

PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS – SC.  
“AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL”.  
Procedimento Licitatório nº. 08/2016 - Edital nº. 08/2016.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS - SC torna publico para conhecimento dos interessados, que sob a regência da Lei Federal nº 10.520/2002 e da Lei de Licitações nº 8.666/93 com as alterações da 8.883/94, receberá até as 09 h e 00 min. do dia 01 de fevereiro de 2016, Propostas para “REGISTRO DE PREÇO DE EMBALAGENS DESCARTÁVEIS PARA MARMITAS, destinadas ao refeitório municipal.

Abertura / Sessão de disputa: em reunião pública, na Prefeitura Municipal, às 09 h e 00 min. do dia 01 de fevereiro de 2016.  
Informações e cópias do Edital poderão ser obtidas na Coordenação de Licitações, na Avenida Santa Catarina, nº. 616, Centro – Fone / Fax: 47 3623-0121 ou 9151-8357 – Três Barras – SC.

Três Barras - SC, 11 de janeiro de 2016.  
ELOI JOSE QUEGE – PREFEITO MUNICIPAL  
NILTON AVANIR HURMUS - PREGOEIRO

#### **PROCEDIMENTO LICITATORIO Nº. 09/2016**

PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS – SC.  
“AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL”.  
Procedimento Licitatório nº. 09/2016 - Edital nº. 09/2016.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS - SC torna publico para conhecimento dos interessados, que sob a regência da Lei Federal nº 10.520/2002 e da Lei de Licitações nº 8.666/93 com as alterações da 8.883/94, receberá até as 10 h e 00 min. do dia 02 de fevereiro de 2016, Propostas para “REGISTRO DE PREÇO DE MARMITAS, para fornecimento nos sábados e domingos e esporadicamente a noite, destinadas aos funcionários da Prefeitura que trabalham como vigilantes.

Abertura / Sessão de disputa: em reunião pública, na Prefeitura Municipal, às 10 h e 00 min. do dia 02 de fevereiro de 2016.



Informações e cópias do Edital poderão ser obtidas na Coordenadoria de Licitações, na Avenida Santa Catarina, nº. 616, Centro – Fone / Fax: 47 3623-0121 ou 9151-8357 – Três Barras – SC.

Três Barras - SC, 11 de janeiro de 2016.  
ELOI JOSE QUEGE – PREFEITO MUNICIPAL  
NILTON AVANIR HURMUS - PREGOEIRO

#### **PROCEDIMENTO LICITATORIO Nº. 10/2016**

“AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL”.  
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS – SC.  
Procedimento Licitatório nº. 10/2016 - Edital Pregão nº. 10/2016.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS - SC torna publico para conhecimento dos interessados, que sob a regência da Lei Federal nº 10.520/2002, Decreto Municipal nº 2.851 de 07/03/2005 e Decreto Municipal nº. 3.016/2006, e, da Lei de Licitações nº 8.666/93 com as alterações da 8.883/94, recebera ate as 14 h e 00 min. do dia 01 de fevereiro de 2016, Propostas para “Registro de Preço de Gêneros Alimentícios”, destinados as Escolas Municipais, CMEI’s, CAPS, Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos e outros.

Sistema de entrega: mediante solicitação do contratante, independente de quantidade mínima a ser solicitada ou quantidade de entregas que serão realizadas.

Abertura / Sessão de disputa: em reunião pública, na Prefeitura Municipal, às 09 h e 00 min. do dia 03 de fevereiro de 2016.

Informações e cópias do Edital poderão ser obtidas na Coordenadoria de Licitações, na Avenida Santa Catarina, nº. 616 Centro – Fone/Fax: 47 3623-0121 ou pelo e-mail editais@tresbarras.sc.gov.br - Três Barras - SC.

Três Barras - SC, 11 de janeiro de 2016.  
ELOI JOSE QUEGE – PREFEITO MUNICIPAL  
NILTON AVANIR HURMUS - PREGOEIRO

#### **PROCEDIMENTO LICITATORIO Nº. 11/2016**

“AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL”.  
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS – SC.  
Procedimento Licitatório nº. 11/2016 - Edital Pregão nº. 11/2016.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS - SC torna publico para conhecimento dos interessados, que sob a regência da Lei Federal nº 10.520/2002, Decreto Municipal nº 2.851 de 07/03/2005 e Decreto Municipal nº. 3.016/2006, e, da Lei de Licitações nº 8.666/93 com as alterações da 8.883/94, recebera ate as 10 h e 00 min. do dia 01 de fevereiro de 2016, Propostas para “Registro de Preços de Mochila Escolar Personalizada, Pasta Para Professor Personalizada e Penal personalizado” destinadas aos alunos e professores da rede municipal de ensino.

Entrega: Mediante solicitação do Contratante independentemente de quantidade mínima a ser solicitada.

Abertura / Sessão de disputa: em reunião pública, na Prefeitura Municipal, às 10 h e 00 min. do dia 02 de fevereiro de 2016.

Informações e cópias do Edital poderão ser obtidas na Coordenadoria de Licitações, na Avenida Santa Catarina, nº. 616 Centro – Fone/Fax: 47 3623-0121 ou pelo e-mail editais@tresbarras.sc.gov.br - Três Barras - SC..

Três Barras - SC, 11 de janeiro de 2016.  
ELOI JOSE QUEGE – PREFEITO MUNICIPAL  
NILTON AVANIR HURMUS - PREGOEIRO

# Tunápolis

## PREFEITURA

**PORTARIA 3972/2016**

PORTARIA Nº. 3.972/2.016  
Em 08 de Janeiro de 2.016

O PREFEITO MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinada com a Lei Complementar nº. 025/2011 de 21 de Dezembro de 2010 e atualizações;

**RESOLVE:**

Art. 1º. NOMEAR, MAIKON PAULATA, no cargo de AGENTE OPERACIONAL, lotado na Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Urbanismo, cargo este de provimento efetivo, Nível TSG 1 – A-04, baseado no Decreto nº 1.737/2015 de 07 de Dezembro de 2015, referente à homologação da classificação do Concurso Público nº 01/2015, percebendo vencimentos e vantagens previstas na mesma Lei e sujeito ao Estágio Probatório.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos em 11 de Janeiro de 2.016.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS SC.

Em 08 de Janeiro de 2.016.

ENOÍ SCHERER

Prefeito Municipal

Esta portaria foi publicada na  
Presente data

ELISABETH INÊS HEBERLE SCHERER

Secretário Municipal de Administração, Planejamento e Finanças

**PORTARIA 3973/2016**

PORTARIA Nº. 3.973/2.016  
Em 12 de Janeiro de 2.016

O PREFEITO MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinada com a Lei Complementar nº. 027/2011 de 01 de Dezembro de 2011 e atualizações;

**RESOLVE:**

Art. 1º. ENQUADRAR, ANGELITA TERESINHA STULP BOURSCHIEDT, no cargo efetivo de PROFESSORA, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esportes e Turismo, transferindo do nível PROFESSOR A-9 para o nível PROFESSOR B-9.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos retroativos à 01 de Janeiro de 2.016.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS SC.

Em 12 de Janeiro de 2.016.

ENOÍ SCHERER

Prefeito Municipal

VIANEI LUÍS HAMMERSCHMITT

Secr. Munic. Educação Cultura e Esportes

Esta portaria foi publicada na  
Presente data

ELISABETH INÊS HEBERLE SCHERER

Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento

**PORTARIA 3974/2016**

PORTARIA Nº. 3.974/2.016  
Em 12 de Janeiro de 2.016

O PREFEITO MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinada com a Lei Complementar nº. 027/2011 de 01 de Dezembro de 2011 e atualizações;

**RESOLVE:**

Art. 1º. ENQUADRAR, CLACI MARIA WELTER, no cargo efetivo de PROFESSORA, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esportes e Turismo, transferindo do nível PROFESSOR F-9 para o nível PROFESSOR G-9.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos retroativos à 01 de Janeiro de 2.016.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS SC.

Em 12 de Janeiro de 2.016.

ENOÍ SCHERER

Prefeito Municipal

VIANEI LUÍS HAMMERSCHMITT

Secr. Munic. Educação Cultura e Esportes

Esta portaria foi publicada na  
Presente data

ELISABETH INÊS HEBERLE SCHERER

Secretário Municipal de Administração, Planejamento e Finanças

**PORTARIA 3975/2016**

PORTARIA Nº. 3.975/2.016  
Em 12 de Janeiro de 2.016

O PREFEITO MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinada com a Lei Complementar nº. 027/2011 de 01 de Dezembro de 2011 e atualizações;

**RESOLVE:**

Art. 1º. ENQUADRAR, CLAIR ELENA THEISEN FOLLMANN, no cargo efetivo de PROFESSORA, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esportes e Turismo, transferindo do nível PROFESSOR A-9 para o nível PROFESSOR B-9.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos retroativos à 01 de Janeiro de 2.016.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS SC.

Em 12 de Janeiro de 2.016.

ENOÍ SCHERER

Prefeito Municipal

VIANEI LUÍS HAMMERSCHMITT

Secr. Munic. Educação Cultura e Esportes

Esta portaria foi publicada na  
Presente data

ELISABETH INÊS HEBERLE SCHERER

Secretário Municipal de Administração, Planejamento e Finanças

**PORTARIA 3976/2016**

PORTARIA Nº. 3.976/2.016

Em 12 de Janeiro de 2.016

O PREFEITO MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinada com a Lei Complementar nº. 027/2011 de 01 de Dezembro de 2011 e atualizações;

**RESOLVE:**

Art. 1º. ENQUADRAR, DULCE TERESINHA WEIS SPANIOL, no cargo efetivo de PROFESSORA, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esportes e Turismo, transferindo do nível PROFESSOR F-9 para o nível PROFESSOR G-9.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos retroativos à 01 de Janeiro de 2.016.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS SC.

Em 12 de Janeiro de 2.016.

ENOI SCHERER

Prefeito Municipal

VIANEI LUÍS HAMMERSCHMITT

Secr. Munic. Educação Cultura e Esportes

Esta portaria foi publicada na

Presente data

ELISABETH INÊS HEBERLE SCHERER

Secretário Municipal de Administração, Planejamento e Finanças

**PORTARIA 3977/2016**

PORTARIA Nº. 3.977/2.016

Em 12 de Janeiro de 2.016

O PREFEITO MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinada com a Lei Complementar nº. 027/2011 de 01 de Dezembro de 2011 e atualizações;

**RESOLVE:**

Art. 1º. ENQUADRAR, ERVINO ROQUE BIEGER, no cargo efetivo de PROFESSOR, lotado na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esportes e Turismo, transferindo do nível PROFESSOR F-9 para o nível PROFESSOR G-9.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos retroativos à 01 de Janeiro de 2.016.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS SC.

Em 12 de Janeiro de 2.016.

ENOI SCHERER

Prefeito Municipal

VIANEI LUÍS HAMMERSCHMITT

Secr. Munic. Educação Cultura e Esportes

Esta portaria foi publicada na

Presente data

ELISABETH INÊS HEBERLE SCHERER

Secretário Municipal de Administração, Planejamento e Finanças

**PORTARIA 3978/2016**

PORTARIA Nº. 3.978/2.016

Em 12 de Janeiro de 2.016

O PREFEITO MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinada com a Lei Complementar nº. 027/2011 de 01 de Dezembro de 2011 e atualizações;

**RESOLVE:**

Art. 1º. ENQUADRAR, IDILENE CARMEM PETRY, no cargo efetivo de PROFESSORA, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esportes e Turismo, transferindo do nível PROFESSOR D-9 para o nível PROFESSOR E-9.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos retroativos à 01 de Janeiro de 2.016.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS SC.

Em 12 de Janeiro de 2.016.

ENOI SCHERER

Prefeito Municipal

VIANEI LUÍS HAMMERSCHMITT

Secr. Munic. Educação Cultura e Esportes

Esta portaria foi publicada na

Presente data

ELISABETH INÊS HEBERLE SCHERER

Secretário Municipal de Administração, Planejamento e Finanças

**PORTARIA 3979/2016**

PORTARIA Nº. 3.979/2.016

Em 12 de Janeiro de 2.016

O PREFEITO MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinada com a Lei Complementar nº. 027/2011 de 01 de Dezembro de 2011 e atualizações;

**RESOLVE:**

Art. 1º. ENQUADRAR, IRENE NEISS EIDT, no cargo efetivo de PROFESSORA, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esportes e Turismo, transferindo do nível PROFESSOR D-9 para o nível PROFESSOR E-9.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos retroativos à 01 de Janeiro de 2.016.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS SC.

Em 12 de Janeiro de 2.016.

ENOI SCHERER

Prefeito Municipal

VIANEI LUÍS HAMMERSCHMITT

Secr. Munic. Educação Cultura e Esportes

Esta portaria foi publicada na

Presente data

ELISABETH INÊS HEBERLE SCHERER

Secretário Municipal de Administração, Planejamento e Finanças

**PORTARIA 3980/2016**

PORTARIA Nº. 3.980/2.016

Em 12 de Janeiro de 2.016

O PREFEITO MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinada com a Lei Complementar nº. 027/2011 de 01 de Dezembro de 2011 e atualizações;

**RESOLVE:**

Art. 1º. ENQUADRAR, JANETE THEISEN ETGES, no cargo efetivo de PROFESSORA, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esportes e Turismo, transferindo do nível PROFESSOR B-9 para o nível PROFESSOR C-9.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos retroativos à 01 de Janeiro de 2.016.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS SC.

Em 12 de Janeiro de 2.016.

ENOI SCHERER

Prefeito Municipal

VIANEI LUÍS HAMMERSCHMITT

Secr. Munic. Educação Cultura e Esportes

Esta portaria foi publicada na

Presente data

ELISABETH INÊS HEBERLE SCHERER

Secretário Municipal de Administração, Planejamento e Finanças

**PORTARIA 3981/2016**

PORTARIA Nº. 3.981/2.016

Em 12 de Janeiro de 2.016

O PREFEITO MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinada com a Lei Complementar nº. 027/2011 de 01 de Dezembro de 2011 e atualizações;

**RESOLVE:**

Art. 1º. ENQUADRAR, MARISTELA SCHAPUIS WENDLING, no cargo efetivo de PROFESSORA, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esportes e Turismo, transferindo do nível PROFESSOR H-8 para o nível PROFESSOR I-8.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos retroativos à 01 de Janeiro de 2.016.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS SC.

Em 12 de Janeiro de 2.016.

ENOI SCHERER

Prefeito Municipal

VIANEI LUÍS HAMMERSCHMITT

Secr. Munic. Educação Cultura e Esportes

Esta portaria foi publicada na

Presente data

ELISABETH INÊS HEBERLE SCHERER

Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento

**PORTARIA 3982/2016**

PORTARIA Nº. 3.982/2.016

Em 12 de Janeiro de 2.016

O PREFEITO MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinada com a Lei Complementar nº. 027/2011 de 01 de Dezembro de 2011 e atualizações;

**RESOLVE:**

Art. 1º. ENQUADRAR, NÁDIA INÊS MARCONATTO, no cargo efetivo de ORIENTADORA EDUCACIONAL, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esportes e Turismo, transferindo do nível PROFESSOR E-8 para o nível PROFESSOR F-8.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos retroativos à 01 de Janeiro de 2.016.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS SC.

Em 12 de Janeiro de 2.016.

ENOI SCHERER

Prefeito Municipal

VIANEI LUÍS HAMMERSCHMITT

Secr. Munic. Educação Cultura e Esportes

Esta portaria foi publicada na

Presente data

ELISABETH INÊS HEBERLE SCHERER

Secretário Municipal de Administração, Planejamento e Finanças

**PORTARIA 3983/2016**

PORTARIA Nº. 3.983/2.016

Em 12 de Janeiro de 2.016

O PREFEITO MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinada com a Lei Complementar nº. 027/2011 de 01 de Dezembro de 2011 e atualizações;

**RESOLVE:**

Art. 1º. ENQUADRAR, ROSELENE THEISEN, no cargo efetivo de PROFESSORA, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esportes e Turismo, transferindo do nível PROFESSOR D-9 para o nível PROFESSOR E-9.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos retroativos à 01 de Janeiro de 2.016.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS SC.

Em 12 de Janeiro de 2.016.

ENOI SCHERER

Prefeito Municipal

VIANEI LUÍS HAMMERSCHMITT

Secr. Munic. Educação Cultura e Esportes

Esta portaria foi publicada na

Presente data

ELISABETH INÊS HEBERLE SCHERER

Secretário Municipal de Administração, Planejamento e Finanças

**PORTARIA 3984/2016**

PORTARIA Nº. 3.984/2.016

Em 12 de Janeiro de 2.016

O PREFEITO MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinada com a Lei Complementar nº. 027/2011 de 01 de Dezembro de 2011 e atualizações;

**RESOLVE:**

Art. 1º. ENQUADRAR, SEDI TREVIZAN, no cargo efetivo de PROFESSOR, lotado na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esportes e Turismo, transferindo do nível PROFESSOR C-9 para o nível PROFESSOR D-9.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos retroativos à 01 de Janeiro de 2.016.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS SC.

Em 12 de Janeiro de 2.016.

ENOI SCHERER

Prefeito Municipal

VIANEI LUÍS HAMMERSCHMITT

Secr. Munic. Educação Cultura e Esportes

Esta portaria foi publicada na

Presente data

ELISABETH INÊS HEBERLE SCHERER

Secretário Municipal de Administração, Planejamento e Finanças

**PORTARIA 3985/2016**

PORTARIA Nº. 3.985/2.016

Em 12 de Janeiro de 2.016

O PREFEITO MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinada com a Lei Complementar nº. 027/2011 de 01 de Dezembro de 2011 e atualizações;

**RESOLVE:**

Art. 1º. ENQUADRAR, CECI ANTÔNIA PETRY STRIEDER, no cargo efetivo de AUXILIAR DE ENSINO, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esportes e Turismo, transferindo do nível MAGI C-1 para o nível MAGI D-1.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos retroativos à 01 de Janeiro de 2.016.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS SC.

Em 12 de Janeiro de 2.016.

ENOI SCHERER

Prefeito Municipal

VIANEI LUÍS HAMMERSCHMITT

Secr. Munic. Educação Cultura e Esportes

Esta portaria foi publicada na

Presente data

ELISABETH INÊS HEBERLE SCHERER

Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento

**PORTARIA 3986/2016**

PORTARIA Nº. 3.986/2.016

Em 12 de Janeiro de 2.016

O PREFEITO MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinada com a Lei Complementar nº. 027/2011 de 01 de Dezembro de 2011 e atualizações;

**RESOLVE:**

Art. 1º. ENQUADRAR, CLARI WERHMANN, no cargo efetivo de PROFESSORA, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esportes e Turismo, transferindo do nível PROFESSORA C-7 para o nível PROFESSORA D-7.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos retroativos à 01 de Janeiro de 2.016.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS SC.

Em 12 de Janeiro de 2.016.

ENOI SCHERER

Prefeito Municipal

VIANEI LUÍS HAMMERSCHMITT

Secr. Munic. Educação Cultura e Esportes

Esta portaria foi publicada na

Presente data

ELISABETH INÊS HEBERLE SCHERER

Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento

**PORTARIA 3987/2016**

PORTARIA Nº. 3.987/2.016

Em 12 de Janeiro de 2.016

O PREFEITO MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinada com a Lei Complementar nº. 027/2011 de 01 de Dezembro de 2011 e atualizações;

**RESOLVE:**

Art. 1º. ENQUADRAR, CLEDINES FÁTIMA VIVIAN, no cargo efetivo de PROFESSORA, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esportes e Turismo, transferindo do nível PROFESSORA C-7 para o nível PROFESSORA D-7.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos retroativos à 01 de Janeiro de 2.016.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS SC.

Em 12 de Janeiro de 2.016.

ENOI SCHERER

Prefeito Municipal

VIANEI LUÍS HAMMERSCHMITT

Secr. Munic. Educação Cultura e Esportes

Esta portaria foi publicada na

Presente data

ELISABETH INÊS HEBERLE SCHERER

Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento

**PORTARIA 3988/2016**

PORTARIA Nº. 3.988/2.016

Em 12 de Janeiro de 2.016

O PREFEITO MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinada com a Lei Complementar nº. 027/2011 de 01 de Dezembro de 2011 e atualizações;

**RESOLVE:**

Art. 1º. ENQUADRAR, CLEITON KIST, no cargo efetivo de PROFESSOR, lotado na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esportes e Turismo, transferindo do nível PROFESSORA I-7 para o nível PROFESSORA J-7.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos retroativos à 01 de Janeiro de 2.016.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS SC.

Em 12 de Janeiro de 2.016.

ENOI SCHERER

Prefeito Municipal

VIANEI LUÍS HAMMERSCHMITT

Secr. Munic. Educação Cultura e Esportes

Esta portaria foi publicada na

Presente data

ELISABETH INÊS HEBERLE SCHERER

Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento

**PORTARIA 3989/2016**

PORTARIA Nº. 3.989/2.016

Em 12 de Janeiro de 2.016

O PREFEITO MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinada com a Lei Complementar nº. 027/2011 de 01 de Dezembro de 2011 e atualizações;

**RESOLVE:**

Art. 1º. ENQUADRAR, CRISTIANE ELISABETH CUPCHINSKI, no cargo efetivo de PROFESSORA, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esportes e Turismo, transferindo do nível PROFESSORA C-7 para o nível PROFESSORA D-7.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos retroativos à 01 de Janeiro de 2.016.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS SC.

Em 12 de Janeiro de 2.016.

ENOI SCHERER

Prefeito Municipal

VIANEI LUÍS HAMMERSCHMITT

Secr. Munic. Educação Cultura e Esportes

Esta portaria foi publicada na

Presente data

ELISABETH INÊS HEBERLE SCHERER

Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento

**PORTARIA 3990/2016**

PORTARIA Nº. 3.990/2.016

Em 12 de Janeiro de 2.016

O PREFEITO MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinada com a Lei Complementar nº. 027/2011 de 01 de Dezembro de 2011 e atualizações;

**RESOLVE:**

Art. 1º. ENQUADRAR, CRISTIANE KAPPAUN, no cargo efetivo de PROFESSORA, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esportes e Turismo, transferindo do nível PROFESSORA E-7 para o nível PROFESSORA F-7.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos retroativos à 01 de Janeiro de 2.016.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS SC.

Em 12 de Janeiro de 2.016.

ENOI SCHERER

Prefeito Municipal

VIANEI LUÍS HAMMERSCHMITT

Secr. Munic. Educação Cultura e Esportes

Esta portaria foi publicada na

Presente data

ELISABETH INÊS HEBERLE SCHERER

Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento

**PORTARIA 3991/2016**

PORTARIA Nº. 3.991/2.016

Em 12 de Janeiro de 2.016

O PREFEITO MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinada com a Lei Complementar nº. 027/2011 de 01 de Dezembro de 2011 e atualizações;

**RESOLVE:**

Art. 1º. ENQUADRAR, DENISE ORSO SCHNEIDER, no cargo efetivo de PROFESSORA, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esportes e Turismo, transferindo do nível PROFESSORA C-7 para o nível PROFESSORA D-7.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos retroativos à 01 de Janeiro de 2.016.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS SC.

Em 12 de Janeiro de 2.016.

ENOI SCHERER

Prefeito Municipal

VIANEI LUÍS HAMMERSCHMITT

Secr. Munic. Educação Cultura e Esportes

Esta portaria foi publicada na

Presente data

ELISABETH INÊS HEBERLE SCHERER

Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento



**PORTARIA 3992/2016**

PORTARIA Nº. 3.992/2.016

Em 12 de Janeiro de 2.016

O PREFEITO MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinada com a Lei Complementar nº. 027/2011 de 01 de Dezembro de 2011 e atualizações;

**RESOLVE:**

Art. 1º. ENQUADRAR, FRANCIELE DE LURDES SARZI, no cargo efetivo de AUXILIAR DE ENSINO, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esportes e Turismo, transferindo do nível MAGI C-1 para o nível MAGI D-1.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos retroativos à 01 de Janeiro de 2.016.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS SC.

Em 12 de Janeiro de 2.016.

ENOI SCHERER

Prefeito Municipal

VIANEI LUÍS HAMMERSCHMITT

Secr. Munic. Educação Cultura e Esportes

Esta portaria foi publicada na

Presente data

ELISABETH INÊS HEBERLE SCHERER

Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento

**PORTARIA 3993/2016**

PORTARIA Nº. 3.993/2.016

Em 12 de Janeiro de 2.016

O PREFEITO MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinada com a Lei Complementar nº. 027/2011 de 01 de Dezembro de 2011 e atualizações;

**RESOLVE:**

Art. 1º. ENQUADRAR, JULIANA JANSTCH, no cargo efetivo de PROFESSORA, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esportes e Turismo, transferindo do nível PROFESSORA D-7 para o nível PROFESSORA E-7.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos retroativos à 01 de Janeiro de 2.016.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS SC.

Em 12 de Janeiro de 2.016.

ENOI SCHERER

Prefeito Municipal

VIANEI LUÍS HAMMERSCHMITT

Secr. Munic. Educação Cultura e Esportes

Esta portaria foi publicada na

Presente data

ELISABETH INÊS HEBERLE SCHERER

Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento

**PORTARIA 3994/2016**

PORTARIA Nº. 3.994/2.016

Em 12 de Janeiro de 2.016

O PREFEITO MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinada com a Lei Complementar nº. 027/2011 de 01 de Dezembro de 2011 e atualizações;

**RESOLVE:**

Art. 1º. ENQUADRAR, MARIZETE FRANCESCON, no cargo efetivo de PROFESSORA, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esportes e Turismo, transferindo do nível PROFESSORA E-7 para o nível PROFESSORA F-7.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos retroativos à 01 de Janeiro de 2.016.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS SC.

Em 12 de Janeiro de 2.016.

ENOI SCHERER

Prefeito Municipal

VIANEI LUÍS HAMMERSCHMITT

Secr. Munic. Educação Cultura e Esportes

Esta portaria foi publicada na

Presente data

ELISABETH INÊS HEBERLE SCHERER

Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento

**PORTARIA 3995/2016**

PORTARIA Nº. 3.995/2.016

Em 12 de Janeiro de 2.016

O PREFEITO MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinada com a Lei Complementar nº. 027/2011 de 01 de Dezembro de 2011 e atualizações;

**RESOLVE:**

Art. 1º. ENQUADRAR, SOLENI ROLOFF KUMM, no cargo efetivo de PROFESSORA, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esportes e Turismo, transferindo do nível PROFESSORA D-7 para o nível PROFESSORA E-7.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos retroativos à 01 de Janeiro de 2.016.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS SC.

Em 12 de Janeiro de 2.016.

ENOI SCHERER

Prefeito Municipal

VIANEI LUÍS HAMMERSCHMITT

Secr. Munic. Educação Cultura e Esportes

Esta portaria foi publicada na

Presente data

ELISABETH INÊS HEBERLE SCHERER

Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento

**TERMO ADITIVO CONVÊNIO 03/2015**

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO Nº 003/2015

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM A ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE TUNÁPOLIS E A PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS.

O MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS, doravante denominado simplesmente MUNICÍPIO, inscrito no CGC sob o nº 78.486.198/0001-52, estabelecido na Rua João Castilho, nº 111, no Município de Tunápolis, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Senhor ENOÍ SCHERER, brasileiro, casado, CI 2.529.279-0 e CPF 656.321.769-91, residente e domiciliado na Rua Santa Maria, no Município de Tunápolis – SC, e a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE TUNÁPOLIS, doravante denominada simplesmente APAE, inscrita no CNPJ sob o nº 11.201.022/0001-36, neste ato representada por seu Presidente MARINO JOSÉ FREY, brasileiro, casado, empresário, CI nº 506.483, CPF sob nº 345.967.559-49, residente e domiciliado à Rua 25 de Julho, no Município de Tunápolis - SC, resolvem celebrar este Termo Aditivo ao Convênio 03/2015.

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DA ALTERAÇÃO:**

Ao convênio nº 03/2015, fica alterado o valor de R\$ 7.750,00 (sete mil, setecentos e cinquenta reais) para R\$ 8.566,85 (oito mil, quinhentos e sessenta e seis reais e oitenta e cinco centavos) conforme variação do IGPM acumulado no Exercício e em conformidade com os ditames da Lei 1216/2015, entrando esta alteração em vigor a partir de janeiro de 2016 até 31 de dezembro de 2016.

**CLÁUSULA SEGUNDA:** As demais cláusulas e termos permanecem inalterados.

Por estarem justos e contratadas, as partes firmam este em duas vias de igual teor e forma, cabendo uma via para cada parte, para que surta os legais e desejados efeitos.

Tunápolis – SC, aos 30 de dezembro de 2015.

ENOÍ SCHERER MARINO  
Prefeito Municipal

JOSÉ FREY  
Presidente da APAE

Testemunha

Testemunha

# Turvo

## PREFEITURA

### PORTARIA 002/2016

PORTARIA Nº 002/16, de 04 de Janeiro de 2016.  
DEFERI RENUNCIA DE MEMBRO EFETIVO DO CONSELHO TUTELAR DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o estabelecido na Lei nº 1.267/1997, de 28 de novembro de 1997, e suas alterações,

#### RESOLVE

Art. 1º - Deferir, pedido de Renuncia da Sra. CLAUDIA VISENTIN, CPF nº. 061.681.039-37, matrícula nº 2475, exercendo a função de Conselheiro Tutelar-Efetivo.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 04 de janeiro de 2016.  
RONALDO CARLESSI  
Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Roberto Carlos Patel  
Secretário de Adm. e Finanças.

### PORTARIA 008/2016

PORTARIA Nº 008/16, de 04 de Janeiro de 2016.  
PRORROGA A CONTRATAÇÃO DE AUXILIAR DE ENSINO DA EDUCAÇÃO INFANTIL, NOMEADA EM CARÁTER TEMPORÁRIO, NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o estabelecido na Lei nº 1.071/1994, combinado com a Lei Complementar nº 10/11 de 24 de Agosto de 2011,

Considerando que a servidora se encontra em Auxílio Doença resolve,

#### RESOLVE

Art. 1º - Prorrogar até 15 de Fevereiro de 2016 a contratação da servidora LEONIR DA SILVA PIAZZOLI CPF nº 713.311.079-20, matrícula nº 3290, nomeada através do Processo Seletivo 001-2014-SME, exercendo a função pública de Auxiliar de Ensino da Educação Infantil, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, do Plano de Cargos, Carreira e Remuneração do Magistério Público Municipal, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 04 de janeiro de 2016.  
RONALDO CARLESSI  
Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Roberto Carlos Patel  
Secretário de Adm. e Finanças.

### PORTARIA 009/2016

PORTARIA Nº 009/16, de 05 de Janeiro de 2016.  
NOMEIA MÉDICO, EM CARÁTER TEMPORÁRIO, NA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o estabelecido na Lei nº 1.001/1993, combinado com a Lei Complementar nº 09/11, de 24 de Agosto de 2011,

#### RESOLVE

Art. 1º - Nomear pelo Processo Seletivo nº 003/2015 - PMT, o servidor abaixo relacionado, com carga horária de 10 (dez) horas semanais, para exercer a função pública de Médico, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Turvo, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

NOME	CPF
Sandra Aparecida Manenti	551.507.059-34

Art. 2º - O prazo de contratação em caráter temporário, relacionado no art. 1º desta Portaria, iniciará em 05 de Janeiro de 2016 e encerrará em 20 de Outubro de 2016.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 05 de janeiro de 2016.  
RONALDO CARLESSI  
Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Roberto Carlos Patel  
Secretário de Adm. e Finanças.

# Vidal Ramos

## PREFEITURA

### **PREGÃO PRESENCIAL Nº. 09/2016 - RISOTO DIA DO MUNICÍPIO**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDAL RAMOS  
SETOR DE COMPRAS  
PREGÃO Nº. 09/2016

OBJETO: Constitui objeto do presente certame ALIMENTAÇÃO (RISOTO COM DOIS TIPOS DE SALADAS). Que deverá ser servido no dia 21 de fevereiro de 2016 a partir das 11:00 horas no Pavilhão Central localizado no Parque de Exposição do Município de Vidal Ramos.

REGIMENTO: A Prefeitura Municipal de Vidal Ramos, doravante denominada ENTIDADE DE LICITAÇÃO, designada pelo PORTARIA Nº. 14/2013 de 03 de janeiro de 2013, torna público aos interessados, que estará reunida no dia, hora e local abaixo discriminado, a fim de receber, abrir e examinar documentação e propostas de empresas que pretendam participar do PREGÃO PRESENCIAL nº. 09/2016, do tipo MENOR LANCE POR ITEM, tudo de conformidade com as regras estipuladas na Lei nº. 10.520, de 17/07/2002, Decreto nº. 3.555, de 08/08/2000, Decreto nº. 3.693 de 20/12/2000, Decreto nº. 3.784 de 06/04/01, Lei nº. 6.474, de 06/08/2002, Decreto nº. 0199, de 09/06/2003 e legislação correlata aplicando-se, subsidiariamente, a Lei 8.666, de 21/06/93, com suas alterações e demais exigências deste Edital.

ENTREGA DOS ENVELOPES E ABERTURA DAS PROPOSTAS: Às 15:00 hrs do dia 26 de fevereiro de 2016.

CREDENCIAMENTO DE REPRESENTANTES e a SESSÃO DE LANÇES: Às 09:00 hrs do dia 26 de fevereiro de 2016, na Av. Jorge Lacerda, nº. 1180 - Centro, no Gabinete do Prefeito.

INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital, o Decreto que regulamenta a modalidade e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço: Prefeitura Municipal de Vidal Ramos, Avenida Jorge Lacerda nº. 1180, centro, Setor de Compras nos seguintes horários, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:00 HRS, telefone (47) 3356-2300, email: [compras@prefeituravidalramos.com.br](mailto:compras@prefeituravidalramos.com.br).

Vidal Ramos (SC), 14 de janeiro de 2016.  
LAERCIO DA CRUZ  
Prefeito Municipal

### **PREGÃO PRESENCIAL Nº. 10/2016 - PRESTAÇÃO DE SERVIÇO SISTEMA ESPORTE**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDAL RAMOS

PROCESSO DE LICITAÇÃO: 10/2016  
MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL  
FORMA DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO GLOBAL DO LOTE  
RECEBIMENTO DOS ENVELOPES: 26/01/2016 ÀS 16:00 HORAS  
ABERTURA DOS ENVELOPES: 26/01/2016 ÀS 16:00 HORAS

O Município de Vidal Ramos, representado neste ato por seu Prefeito, Sr. Laercio da Cruz, com sede na Avenida Jorge Lacerda, 1180, Vidal Ramos/SC, torna público que realizará PREGÃO PRESENCIAL, tipo MENOR PREÇO e forma de julgamento pelo MENOR PREÇO POR ITEM, nos termos da Lei Federal nº 10.520/2002, da Lei Complementar nº 123/2006, aplicando-se subsidiariamente, no que couberem, as disposições contidas na Lei Federal nº 8.666/93 com alterações posteriores, e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie, bem como de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

A presente licitação tem por objeto A CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSULTORIA POR EMPRESA ESPECIALIZADA, PARA RESTAGAR E INFORMATIZAR EM SISTEMA LOCADO PELA PREFEITURA DE VIDAL RAMOS, TODAS AS INFORMAÇÕES POSSÍVEIS DAS ETAPAS DOS EVENTOS ESPORTIVOS PROMOVIDOS PELA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL NAS MODALIDADES DE FUTEBOL DE SALÃO ESTIMADAS EM 29 CAMPEONATOS TOTALIZANDO CERCA DE 80 EDIÇÕES EM TODAS AS CATEGORIAS, FUTEBOL DE CAMPO ESTIMADA EM 10 CAMPEONATOS, E BOCHA ESTIMADA EM 10 CAMPEONATOS. O RESGATE INCLUI A PESQUISA E DIGITALIZAÇÃO DE REGISTROS FOTOGRÁFICOS DAS EQUIPES, DO EVENTO E DE ATLETAS AO LONGO DAS EDIÇÕES INICIADAS EM 1987.

Os documentos para o credenciamento das empresas, os envelopes contendo a proposta e os documentos de habilitação serão recebidos no Setor de Compras e Licitações do órgão licitante, sito no endereço mencionado no preâmbulo, até o horário estipulado para o início da sessão pública de abertura dos envelopes e processamento do pregão que se dará na Prefeitura Municipal de Vidal Ramos.

Os envelopes poderão ser remetidos em correspondência registrada, por sedex e/ou despachados por intermédio de empresas que prestam este tipo de serviço, hipóteses em que o Município não se responsabilizará por extravio ou atraso.

A sessão de processamento do pregão será conduzida pelo Pregoeiro ou seu substituto, com o auxílio da Equipe de Apoio, designados nos autos do processo em epígrafe.

Vidal Ramos, 14 de janeiro de 2016  
LAERCIO DA CRUZ  
Prefeito Municipal

# Videira

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 12.666/16

DECRETO Nº 12.666/16, DE 14 DE JANEIRO DE 2016  
Nomeia Presidente, vice-presidente e secretária do Conselho Municipal Antidrogas - COMAD.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e alterações e, à vista do contido no Processo Administrativo nº 21518/2015,

#### DECRETA

Art. 1º Ficam nomeados, Presidente, vice-presidente e secretária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, os seguintes membros:

I - Presidente: JOCIANE OLIVEIRA DUTRA

II – Vice- presidente: FRANCISCO ROSALINO MARCHETTI

II – Secretario: MAURO CÉSAR TELLES

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 14 de janeiro de 2016.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 14 dias do mês de janeiro de 2016.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS

Secretária de Administração

### EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 01/2016

Ata de Registro de Preços nº: 01/2016

Data de Assinatura: 04/01/2016

Fornecedor....: ROBERTO TESSARO E CIA LTDA.

Valor .....: R\$ 164.444,53

Licitação ..... : Pregão Presencial nº 160/2015-PMV

Vigência ..... : Início: 04/01/2016 Término: 04/01/2017

Objeto ..... : REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES FUTURAS, COM PEDIDOS PARCELADOS, DE MATERIAL DE HIGIENE E LIMPEZA PARA O ÓRGÃO GERENCIADOR MUNICÍPIO DE VIDEIRA (SECRETARIAS DE TURISMO E CULTURA, ADMINISTRAÇÃO, AGRICULTURA, EDUCAÇÃO, INFRAESTRUTURA, POLICIA MILITAR E CORPO DE BOMBEIROS) E ÓRGÃOS PARTICIPANTES (FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES)

### EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 02/2016

Ata de Registro de Preços nº: 02/2016

Data de Assinatura: 04/01/2016

Fornecedor....: AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA.

Valor .....: R\$ 414.476,59

Licitação ..... : Pregão Presencial nº 160/2015-PMV

Vigência ..... : Início: 04/01/2016 Término: 04/01/2017

Objeto ..... : REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES FUTURAS, COM PEDIDOS PARCELADOS, DE MATERIAL DE HIGIENE E

LIMPEZA PARA O ÓRGÃO GERENCIADOR MUNICÍPIO DE VIDEIRA (SECRETARIAS DE TURISMO E CULTURA, ADMINISTRAÇÃO, AGRICULTURA, EDUCAÇÃO, INFRAESTRUTURA, POLICIA MILITAR E CORPO DE BOMBEIROS) E ÓRGÃOS PARTICIPANTES (FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES)

### EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 03/2016

Ata de Registro de Preços nº: 03/2016

Data de Assinatura: 04/01/2016

Fornecedor....: OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA ME.

Valor .....: R\$ 50.044,59

Licitação ..... : Pregão Presencial nº 160/2015-PMV

Vigência ..... : Início: 04/01/2016 Término: 04/01/2017

Objeto ..... : REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES FUTURAS, COM PEDIDOS PARCELADOS, DE MATERIAL DE HIGIENE E LIMPEZA PARA O ÓRGÃO GERENCIADOR MUNICÍPIO DE VIDEIRA (SECRETARIAS DE TURISMO E CULTURA, ADMINISTRAÇÃO, AGRICULTURA, EDUCAÇÃO, INFRAESTRUTURA, POLICIA MILITAR E CORPO DE BOMBEIROS) E ÓRGÃOS PARTICIPANTES (FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES)

### EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 04/2016

Ata de Registro de Preços nº: 04/2016

Data de Assinatura: 04/01/2016

Fornecedor....: COMECIAL ATACADISTA SOL MIO LTDA ME.

Valor .....: R\$ 5.379,14

Licitação ..... : Pregão Presencial nº 160/2015-PMV

Vigência ..... : Início: 04/01/2016 Término: 04/01/2017

Objeto ..... : REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES FUTURAS, COM PEDIDOS PARCELADOS, DE MATERIAL DE HIGIENE E LIMPEZA PARA O ÓRGÃO GERENCIADOR MUNICÍPIO DE VIDEIRA (SECRETARIAS DE TURISMO E CULTURA, ADMINISTRAÇÃO, AGRICULTURA, EDUCAÇÃO, INFRAESTRUTURA, POLICIA MILITAR E CORPO DE BOMBEIROS) E ÓRGÃOS PARTICIPANTES (FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES)

### EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 05/2016

Ata de Registro de Preços nº: 05/2016

Data de Assinatura: 04/01/2016

Fornecedor....: SIPROLIMP – SIMIONATO PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA.

Valor .....: R\$ 8.312,30

Licitação ..... : Pregão Presencial nº 160/2015-PMV

Vigência ..... : Início: 04/01/2016 Término: 04/01/2017

Objeto ..... : REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES FUTURAS, COM PEDIDOS PARCELADOS, DE MATERIAL DE HIGIENE E LIMPEZA PARA O ÓRGÃO GERENCIADOR MUNICÍPIO DE VIDEIRA (SECRETARIAS DE TURISMO E CULTURA, ADMINISTRAÇÃO, AGRICULTURA, EDUCAÇÃO, INFRAESTRUTURA, POLICIA MILITAR E CORPO DE BOMBEIROS) E ÓRGÃOS PARTICIPANTES (FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES)



**EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 06/2016**

Ata de Registro de Preços nº: 06/2016

Data de Assinatura: 04/01/2016

Fornecedor....: PRO LIMPE COMERCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA ME.

Valor .....: R\$ 1.033,80

Licitação .....: Pregão Presencial nº 160/2015-PMV

Vigência .....: Início: 04/01/2016 Término: 04/01/2017

Objeto .....: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES FUTURAS, COM PEDIDOS PARCELADOS, DE MATERIAL DE HIGIENE E LIMPEZA PARA O ÓRGÃO GERENCIADOR MUNICÍPIO DE VIDEIRA (SECRETARIAS DE TURISMO E CULTURA, ADMINISTRAÇÃO, AGRICULTURA, EDUCAÇÃO, INFRAESTRUTURA, POLICIA MILITAR E CORPO DE BOMBEIROS) E ÓRGÃOS PARTICIPANTES (FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES)

**EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 07/2016**

Ata de Registro de Preços nº: 07/2016

Data de Assinatura: 04/01/2016

Fornecedor....: NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA ME.

Valor .....: R\$ 12.869,24

Licitação .....: Pregão Presencial nº 160/2015-PMV

Vigência .....: Início: 04/01/2016 Término: 04/01/2017

Objeto .....: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES FUTURAS, COM PEDIDOS PARCELADOS, DE MATERIAL DE HIGIENE E LIMPEZA PARA O ÓRGÃO GERENCIADOR MUNICÍPIO DE VIDEIRA (SECRETARIAS DE TURISMO E CULTURA, ADMINISTRAÇÃO, AGRICULTURA, EDUCAÇÃO, INFRAESTRUTURA, POLICIA MILITAR E CORPO DE BOMBEIROS) E ÓRGÃOS PARTICIPANTES (FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES)

**EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 08/2016**

Ata de Registro de Preços nº: 08/2016

Data de Assinatura: 04/01/2016

Fornecedor....: VW COMÉRCIO ATACADISTA LTDA ME.

Valor .....: R\$ 22.218,84

Licitação .....: Pregão Presencial nº 160/2015-PMV

Vigência .....: Início: 04/01/2016 Término: 04/01/2017

Objeto .....: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES FUTURAS, COM PEDIDOS PARCELADOS, DE MATERIAL DE HIGIENE E LIMPEZA PARA O ÓRGÃO GERENCIADOR MUNICÍPIO DE VIDEIRA (SECRETARIAS DE TURISMO E CULTURA, ADMINISTRAÇÃO, AGRICULTURA, EDUCAÇÃO, INFRAESTRUTURA, POLICIA MILITAR E CORPO DE BOMBEIROS) E ÓRGÃOS PARTICIPANTES (FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES)

**EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 09/2016**

Ata de Registro de Preços nº: 09/2016

Data de Assinatura: 04/01/2016

Fornecedor....: TEREZINHA DE OLIVEIRA LUZ ME.

Valor .....: R\$ 13.888,26

Licitação .....: Pregão Presencial nº 160/2015-PMV

Vigência .....: Início: 04/01/2016 Término: 04/01/2017

Objeto .....: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES FUTURAS, COM PEDIDOS PARCELADOS, DE MATERIAL DE HIGIENE E LIMPEZA PARA O ÓRGÃO GERENCIADOR MUNICÍPIO DE VIDEIRA (SECRETARIAS DE TURISMO E CULTURA, ADMINISTRAÇÃO, AGRICULTURA, EDUCAÇÃO, INFRAESTRUTURA, POLICIA MILITAR E CORPO DE BOMBEIROS) E ÓRGÃOS PARTICIPANTES (FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES)

**EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 10/2016**

Ata de Registro de Preços nº: 10/2016

Data de Assinatura: 04/01/2016

Fornecedor....: GD COMÉRCIO DE PRODUTOS SANEANTES LTDA ME.

Valor .....: R\$ 116.191,09

Licitação .....: Pregão Presencial nº 160/2015-PMV

Vigência .....: Início: 04/01/2016 Término: 04/01/2017

Objeto .....: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES FUTURAS, COM PEDIDOS PARCELADOS, DE MATERIAL DE HIGIENE E LIMPEZA PARA O ÓRGÃO GERENCIADOR MUNICÍPIO DE VIDEIRA (SECRETARIAS DE TURISMO E CULTURA, ADMINISTRAÇÃO, AGRICULTURA, EDUCAÇÃO, INFRAESTRUTURA, POLICIA MILITAR E CORPO DE BOMBEIROS) E ÓRGÃOS PARTICIPANTES (FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES)

**EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 11/2016**

Ata de Registro de Preços nº: 11/2016

Data de Assinatura: 04/01/2016

Fornecedor....: ROBERTO TESSARO E CIA LTDA.

Valor .....: R\$ 54.216,00

Licitação .....: Pregão Presencial nº 21/2015-FMS

Vigência .....: Início: 04/01/2016 Término: 04/01/2017

Objeto .....: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES FUTURAS, COM PEDIDOS PARCELADOS, DE FRALDAS GERIÁTRICAS DESCARTÁVEIS PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

**EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 12/2016**

Ata de Registro de Preços nº: 12/2016

Data de Assinatura: 05/01/2016

Fornecedor....: OBJETIVA COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA ME.

Valor .....: R\$ 39.600,00

Licitação .....: Pregão Presencial nº 144/2015-PMV

Vigência .....: Início: 05/01/2016 Término: 05/01/2017

Objeto .....: REGISTRO DE PREÇOS, COM PEDIDOS PARCELADOS, PARA AQUISIÇÕES FUTURAS DE ROUPAS DE CAMA, MESA E BANHO PARA SEREM UTILIZADOS NAS UNIDADES DE ENSINO DA REDE MUNICIPAL DA SECERTARIA DE EDUCAÇÃO.

**EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 13/2016**

Ata de Registro de Preços nº: 13/2016

Data de Assinatura: 05/01/2016

Fornecedor....: BOZZANO E BOZZANO LTDA

Valor .....: R\$ 5.135,00

Licitação .....: Pregão Presencial nº 144/2015-PMV

Vigência .....: Início: 05/01/2016 Término: 05/01/2017

Objeto .....: REGISTRO DE PREÇOS, COM PEDIDOS PARCELADOS, PARA AQUISIÇÕES FUTURAS DE ROUPAS DE CAMA, MESA E BANHO PARA SEREM UTILIZADOS NAS UNIDADES DE ENSINO DA REDE MUNICIPAL DA SECERTARIA DE EDUCAÇÃO.

**EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 14/2016**

Ata de Registro de Preços nº: 14/2016

Data de Assinatura: 05/01/2016

Fornecedor....: VW COMÉRCIO ATACADISTA LTDA ME

Valor .....: R\$ 1.000,00

Licitação .....: Pregão Presencial nº 144/2015-PMV

Vigência .....: Início: 05/01/2016 Término: 05/01/2017

Objeto .....: REGISTRO DE PREÇOS, COM PEDIDOS PARCELADOS, PARA AQUISIÇÕES FUTURAS DE ROUPAS DE CAMA, MESA E BANHO PARA SEREM UTILIZADOS NAS UNIDADES DE ENSINO DA REDE MUNICIPAL DA SECERTARIA DE EDUCAÇÃO.



**EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 15/2016**

Ata de Registro de Preços nº: 15/2016

Data de Assinatura: 05/01/2016

Fornecedor....: GTA ATACADO E VAREJO EIRELI – EPP

Valor .....: R\$ 24.757,00

Licitação .....: Pregão Presencial nº 144/2015-PMV

Vigência .....: Início: 05/01/2016 Término: 05/01/2017

Objeto .....: REGISTRO DE PREÇOS, COM PEDIDOS PARCELADOS, PARA AQUISIÇÕES FUTURAS DE ROUPAS DE CAMA, MESA E BANHO PARA SEREM UTILIZADOS NAS UNIDADES DE ENSINO DA REDE MUNICIPAL DA SECERTARIA DE EDUCAÇÃO.

**EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 16/2016**

Ata de Registro de Preços nº: 16/2016

Data de Assinatura: 05/01/2016

Fornecedor....: SANTA CONTEX INDUSTRIA TEXTIL LTDA

Valor .....: R\$ 4.950,00

Licitação .....: Pregão Presencial nº 144/2015-PMV

Vigência .....: Início: 05/01/2016 Término: 05/01/2017

Objeto .....: REGISTRO DE PREÇOS, COM PEDIDOS PARCELADOS, PARA AQUISIÇÕES FUTURAS DE ROUPAS DE CAMA, MESA E BANHO PARA SEREM UTILIZADOS NAS UNIDADES DE ENSINO DA REDE MUNICIPAL DA SECERTARIA DE EDUCAÇÃO.

**EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 17/2016**

Ata de Registro de Preços nº: 17/2016

Data de Assinatura: 12/01/2016

Fornecedor....: POSTO DOIS PINHEIROS PERDIZES LTDA

Valor .....: R\$ 1.317.157,60

Licitação .....: Pregão Presencial nº 192/2015-PMV

Vigência .....: Início: 12/01/2016 Término: 12/07/2016

Objeto .....: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES FUTURAS, COM FORNECIMENTO PARCELADO, DE COMBUSTÍVEIS PARA O ÓRGÃO GERENCIADOR MUNICÍPIO DE VIDEIRA (SECRETARIAS DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS, PLANEJAMENTO, EDUCAÇÃO, AGRICULTURA, INFRAESTRUTURA, TURISMO E CULTURA, POLÍCIA MILITAR, BOMBEIROS E CHEFIA DE GABINETE) E ÓRGÃOS PARTICIPANTES (FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL).

**EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 18/2016**

Ata de Registro de Preços nº: 18/2016

Data de Assinatura: 12/01/2016

Fornecedor....: AUTO POSTO CAPRICHIO LTDA

Valor .....: R\$ 413.681,70

Licitação .....: Pregão Presencial nº 192/2015-PMV

Vigência .....: Início: 12/01/2016 Término: 12/07/2016

Objeto .....: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES FUTURAS, COM FORNECIMENTO PARCELADO, DE COMBUSTÍVEIS PARA O ÓRGÃO GERENCIADOR MUNICÍPIO DE VIDEIRA (SECRETARIAS DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS, PLANEJAMENTO, EDUCAÇÃO, AGRICULTURA, INFRAESTRUTURA, TURISMO E CULTURA, POLÍCIA MILITAR, BOMBEIROS E CHEFIA DE GABINETE) E ÓRGÃOS PARTICIPANTES (FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL).

**EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 19/2016**

Ata de Registro de Preços nº: 19/2016

Data de Assinatura: 12/01/2016

Fornecedor....: DISMACENTER SUPRIMENTOS PARA INFORMÁTICA LTDA-ME

Valor .....: R\$ 5.149,00

Licitação .....: Pregão Presencial nº 186/2015-PMV

Vigência .....: Início: 12/01/2016 Término: 12/07/2016

Objeto .....: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES FUTURAS, COM PEDIDOS PARCELADOS, DE MÓVEIS PARA A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO.

**EXTRATO CONTRATO Nº 01/2016**

Contrato nº: 01/2016

Data de Assinatura: 04/01/2016

Fornecedor...: APAE – ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS.

Valor .....: R\$ 329.616,00

Licitação .....: INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO nº 01/2016-FMS

Vigência .....: Início: 04/01/2016 Término: 31/12/2016

Objeto .....: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS À SAÚDE PARA ATENDIMENTO/ACOMPANHAMENTO AMBULATORIAL DE PACIENTES EM REABILITAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO NEUROPSICOMOTOR AOS USUÁRIOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS, DE ACORDO COM AS NORMAS DO SUS..

**EXTRATO CONTRATO Nº 02/2016**

Contrato nº: 02/2016

Data de Assinatura: 04/01/2016

Fornecedor...: CONSÓRCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL

Valor .....: R\$ 25.950,00

Licitação .....: DISPENSA DE LICITAÇÃO nº 01/2016-PMV

Vigência .....: Início: 04/01/2016 Término: 31/12/2016

Objeto .....: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO, QUE DISPONIBILIZA: DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICÍPIOS DE SANTA CATARINA - DOM/SC; GESTÃO TRIBUTÁRIA - GESTÃO DO SIMPLES NACIONAL E GESTÃO TRIBUTÁRIA - REGISTRO MERCANTIL INTEGRADO - REGIN

**EXTRATO CONTRATO Nº 03/2016**

Contrato nº: 03/2016

Data de Assinatura: 04/01/2016

Fornecedor...: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE – CIMCATARINA

Valor .....: R\$ 67.200,00

Licitação .....: DISPENSA DE LICITAÇÃO nº 02/2016-PMV

Vigência .....: Início: 04/01/2016 Término: 31/12/2016

Objeto .....: ENTREGA DE RECURSOS FINANCEIROS A SEREM DISPONIBILIZADOS PELO CONTRATANTE AO CONSÓRCIO PÚBLICO CONTRATADO PARA ATENDIMENTO DO OBJETO DO CONTRATO DE PROGRAMA ESPECIFICADO NA CLÁUSULA PRIMEIRA DO CONTRATO, RELATIVO AO RATEIO FIXO DAS DESPESAS PARA DESENVOLVIMENTO DOS PROJETOS E AÇÕES DO PROGRAMA DE LICITAÇÕES COMPARTILHADAS - PROLICITA, PREVIAMENTE APROVADO EM ASSEMBLÉIA GERAL DO CONSÓRCIO, PARA O EXERCÍCIO DE 2016, NA AÇÃO: DESENVOLVIMENTO E GESTÃO DE CONTRATAÇÕES COMPARTILHADAS.

**EXTRATO CONTRATO Nº 04/2016**

Contrato nº: 04/2016

Data de Assinatura: 04/01/2016

Fornecedor...: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO ALTO VALE DO RIO DO PEIXE - CIS AMARP

Valor .....: R\$ 18.600,00

Licitação .....: DISPENSA DE LICITAÇÃO nº 01/2016-FMS

Vigência .....: Início: 04/01/2016 Término: 31/12/2016

Objeto .....: ENTREGA DE RECURSOS FINANCEIROS A SEREM DISPONIBILIZADOS PELO CONTRATANTE AO CONSÓRCIO PÚBLICO CONTRATADO RELATIVO AO RATEIO FIXO DAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS, PREVIAMENTE APROVADO EM ASSEMBLÉIA GERAL DO CONSÓRCIO, PARA O EXERCÍCIO DE 2016.

**EXTRATO CONTRATO Nº 05/2016**

Contrato nº: 05/2016

Data de Assinatura: 04/01/2016

Fornecedor...: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE DO ALTO  
VALE DO RIO DO PEIXE - CIS AMARP

Valor ..... : R\$ 1.272.000,00

Licitação ..... : DISPENSA DE LICITAÇÃO nº 02/2016-FMS

Vigência ..... : Início: 04/01/2016 Término: 31/12/2016

Objeto ..... : ENTREGA DE RECURSOS FINANCEIROS A SEREM  
DISPONIBILIZADOS PELO CONTRATANTE AO CONSÓRCIO PÚBLI-  
CO DE SAÚDE CONTRATADO RELATIVO AO ATENDIMENTO DO OB-  
JETO DISCIPLINADO NO CONTRATO DE PROGRAMA Nº 16/2010  
FIRMADO, PARA O EXERCÍCIO DE 2016..

# Xanxerê

## PREFEITURA

### AVISO ABERTURA PROPOSTAS PREÇO RDC Nº 0001/2015

AVISO DE DIVULGAÇÃO DA NOTA DA PROPOSTA TÉCNICA (NT) E ABERTURA DA PROPOSTA DE PREÇO.

Processo Nº 0134/2015 – RDC nº 0001/2015

Tendo sido julgada a Proposta Técnica da proponente Consórcio Empresarial constituído pelas empresas PALOMA CONSTRUÇÕES EIRELI e CONSTRUTORA SGANZERLA LTDA, pela Comissão Especial de acordo com os critérios de pontuação definidos no item 9.1 do Edital, convocamos o representante da proponente e a todos os interessados para participar da Sessão de divulgação da Nota de Proposta Técnica (NT) e ABERTURA DA PROPOSTA DE PREÇO (Envelope II) de acordo com o item 9.2 do Edital que se dará as 10:00 horas do dia 18 de janeiro de 2016 na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal.

Xanxerê-SC, 13 de janeiro de 2016.

Rivael Sander Freschi

Presidente Comissão

### DECRETO Nº GS 008/2016

DECRETO Nº GS 008/2016

DESCREDENCIA MONITORAS DA EMPRESA DAC SERVIÇOS DE ESTACIONAMENTO LTDA-ME PARA O EXERCÍCIO DAS ATIVIDADES DE FISCALIZAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS NORMAS MUNICIPAIS ACERCA DO ESTACIONAMENTO ROTATIVO NAS ÁREAS SOB CONCESSÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

GELSON SAIBO, Prefeito Municipal de Xanxerê, em Exercício, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 69 incisos III e VII da Lei Orgânica Municipal, pela Lei Complementar Municipal nº AM 2907/06, de 12 de julho de 2006 e Lei Municipal nº 3402, de 14 de dezembro de 2011, e demais dispositivos legais, e

Considerando o disposto no Ofício nº 0001/2016, de 14.01.2016, da empresa DAC – Serviços de Estacionamento Rotativo Ltda;

DECRETA:

Art. 1º. Ficam as monitoras da empresa DAC – Serviços de Estacionamento Rotativo Ltda. ME, concessionária dos serviços de estacionamento rotativo em Xanxerê, abaixo relacionadas, descredenciadas para fiscalizar o cumprimento das normas municipais acerca do estacionamento de veículos nas áreas sob concessão:

NOME	CPF	IDENTIDADE
Ana Paula Costa	086.659.779-45	5.519.026.0
Lenoir da Luz	074.119.589-56	5.540.849-4
Rosângela Pilnatir	008.410.549-67	4.165.224-0

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Xanxerê/SC, 14 de janeiro de 2016.

GELSON SAIBO

Prefeito Municipalem Exercício

### PREGAO PRESENCIAL 0004/2016

AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE XANXERÊ-SC, nos termos da Lei Federal nº 10.520/02 e suas alterações, torna público que fará realizar licitação na modalidade de Pregão Presencial nº 0004/2016, tendo como objeto a Aquisição de Pães e Leite Integral, destinados ao programa "Leite Pão Amigo". O recebimento das propostas será até as 09h45min, do dia 01 de fevereiro de 2016, no setor de protocolo e a abertura será realizada às 10:00 h do mesmo dia. Retirada do Edital no site [www.xanxere.sc.gov.br](http://www.xanxere.sc.gov.br).

Xanxerê-SC, 14 de janeiro de 2016.

Gelson Saibo

Prefeito Municipal em exercício.

# Xavantina

## PREFEITURA

### CONTRATO Nº 001/2016 FMS

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE XAVANTINA.

Contratado: GEOVANI BARANZELLI EIRELI ME.

Número do Contrato: 001/2016 FMS

Objeto: OBJETIVANDO O FORNECIMENTO DE ALMOÇOS PARA SERVIDORES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE QUANDO OS MESMOS ESTIVEREM NO MUNICÍPIO DE XANXERÊ-SC.

Data da Assinatura: 01/01/2016.

Vigência: 31/12/2016.

Valor do Contrato: R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais).

## CÂMARA MUNICIPAL

### 2º ADITIVO

TERMO ADITIVO CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE XAVANTINA

2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 001/2014, QUE ENTRE SI CELEBRAM A CÂMARA MUNICIPAL DE XAVANTINA E A EMPRESA BETHA SISTEMAS LTDA.

CONTRATANTE: Câmara de Vereadores de Xavantina.

CONTRATADO: EMPRESA BETHA SISTEMAS LTDA.

OBJETO : A Câmara Municipal pagará à CONTRATADA a importância total de R\$ 11.414,52 (Onze mil quatrocentos e quatorze reais e cinquenta e dois centavos), sendo o valor de R\$ 424,03 (quatrocentos e vinte e quatro reais e três centavos) pelo Sistema de Contabilidade Pública, o valor de R\$ 378,19 (trezentos e setenta e oito reais e dezenove centavos) pelo Sistema de Folha de Pagamento e o valor de R\$ 148,99 (cento e quarenta e oito reais e noventa e nove centavos) pelo sistema Fly Transparência, pagos mensalmente em parcelas correspondentes ao mês comercial (trinta dias), sempre no montante de R\$ 951,21 (Novecentos e cinquenta e um reais e vinte e um centavos). O prazo Contratual fica prorrogado por mais 12 (doze) meses, com início em 01/01/2016 e com término em 31/12/2016.

Os valores contratados serão reajustados a partir de 02/01/2016 pelo IGP-M (FGV) acumulado no período.

Xavantina, 04 de janeiro de 2016

Claudi Babinski

Presidente

### 3º ADITIVO

TERMO ADITIVO CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE XAVANTINA

3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 007/2014, QUE ENTRE SI CELEBRAM A CÂMARA MUNICIPAL DE XAVANTINA E A EMPRESA BETHA SISTEMAS LTDA.

CONTRATANTE: Câmara de Vereadores de Xavantina.

CONTRATADO: EMPRESA BETHA SISTEMAS LTDA.

OBJETO: Sistema Patrimônio Público

O prazo Contratual fica prorrogado por mais 09 (nove) meses, com início em 01/01/2016 e término em 30/09/2016.

Os valores contratados serão reajustados a partir de 01/10/2016 pelo IGP-M (FGV) acumulado no período

Xavantina, 04 de janeiro de 2016

Claudi Babinski

Presidente

# Zortéa

## PREFEITURA

### **EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 01/2016 - PAVIMENTAÇÃO ALCEU BORTOLI**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE ZORTÉA

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 008/2016

TOMADA DE PREÇOS PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA Nº 001/2016

#### AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de Zortéa - Prefeitura Municipal de Zortéa, Estado de Santa Catarina, torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação conforme discriminado abaixo: Objeto: Contratação de Empresa Especializada para execução de Obra de Pavimentação Asfáltica, Drenagem Pluvial e Passeios de parte da Rua Alceu Bortoli. MODALIDADE: Tomada de Preços nº 001/2016 Tipo: Menor Preço Global – Obras e Serviços de Engenharia. Processo de Licitação nº 0008/2016 conforme Contrato de Repasse nº 1.024.890-02/2015 – Programa Gestão da Política de Desenvolvimento do Ministério das Cidades – Siconv 822399, de acordo com o cronograma físico, projeto e memorial descritivo, anexo ao edital. Entrega dos Envelopes e Abertura: até as 09:00 horas do dia 08 de Fevereiro de 2016. Maiores informações e esclarecimentos poderão ser obtidos pelo telefone (49) 3557-2019 ou pelo e-mail [compras@zortea.sc.gov.br](mailto:compras@zortea.sc.gov.br) – [prefeitura@zortea.sc.gov.br](mailto:prefeitura@zortea.sc.gov.br).

Zortea – SC, 14 de janeiro de 2016.

PAULO JOSÉ FRANCESCKI

PREFEITO MUNICIPAL

# Consórcios

## CIGA

### Extrato de Contrato n. 503 - Câmara Municipal de Bom Jesus do Oeste

Extrato de Contrato nº 503/2016

Contrato de Prestação de Serviços - Câmara Municipal de Bom Jesus do Oeste

CONTRATANTE: Câmara Municipal de Bom Jesus do Oeste

CNPJ: 1735722000170

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: 002/2015

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: prestação de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação pelo Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, que disponibiliza:

O objeto do presente contrato é a prestação de serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação pela CONTRATADA, notadamente o Programa Gestão das Câmaras de Vereadores, que envolve as seguintes atividades: promoção do governo eletrônico no Poder Legislativo Municipal de Santa Catarina; inclusão digital das Câmaras de Vereadores; disponibilização de informações e serviços ao cidadão; acompanhamento online dos projetos de lei e demais atos normativos em tramitação nas Câmaras de Vereadores; - divulgação das potencialidades econômicas e culturais dos municípios; promoção da gestão transparente do Poder Legislativo Municipal; economia dos recursos públicos.

VALOR: R\$ 3.120,00 (tres mil e cento e vinte reais)

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2016.

Florianópolis, 18 de dezembro de 2015.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

## CIMCATARINA

### DECISÃO CHAMADA PÚBLICA Nº 0011\_2015 - MERCO

DECISÃO

PRÉ-QUALIFICAÇÃO DE BENS

Trata-se do resultado da proposta de pré-qualificação de bens apresentada pela empresa MERCO SOLUÇÕES EM SAÚDE LTDA pessoa jurídica de direito privado, situada na Rua Brescia, Nº 184, Bairro Maua, na cidade de Colombo – PR, CEP: 83.413-575, inscrita no CNPJ sob o nº 05.912.018/0001-83, conforme bens a pré-qualificar constante do Edital Nº 0011/2015-CIMCATARINA, Processo Administrativo Nº 0182/2015, Chamada Pública para Pré-Qualificação de Bens.

BENS SUBMETIDOS À AVALIAÇÃO QUE FORAM APROVADOS

ITEM	ESPECIFICAÇÕES BÁSICAS E REQUISITOS MÍNIMOS	MARCA	MODELO
1	ALIMENTO NUTRICIONALMENTE COMPLETO PARA NUTRIÇÃO ENTERAL/ORAL NORMOCALÓRICA 1.0KCAL/ML COM NO MÍNIMO 52% DE PROTEÍNA DO SORO DO LEITE, COM OLEOS VEGETAIS E MALTODEXTRINA. OSMOLALIDADE ATÉ 350MOSM/KG. NAO CONTEM GLUTEN E LACTOSE. APRESENTAÇÃO: LATA OU POTE COM LACRE INTERNO COM TAMPA PROTETORA, CONTENDO NO MÍNIMO 400G.	NESTLÉ	NUTREN 1.0
2	ALIMENTO PARA SITUAÇÕES METABÓLICAS ESPECIAIS PARA NUTRIÇÃO ENTERAL OU ORAL, FORMULADO COM ARGININA, NUCLEOTÍDEOS E ÁCIDOS GRAXOS ÔMEGA 3. NORMOCALÓRICA (1.0 KCAL/ML), HIPERPROTEICA. COM L-ARGININA 23% E OSMOLALIDADE DE 350 MOSM/KG DE ÁGUA. FORMULADO PARA PACIENTES COM PROBLEMAS DE CICATRIZAÇÃO DE FERIDAS GERAIS E SITUAÇÕES DE PRÉ E PÓS OPERATÓRIO ATÉ 7 DIAS DE GRANDES CIRURGIAS EM TERAPIA INTENSIVA COM SEPSE LEVE A MODERADA OU TRAUMA. SABORES: TORTA DE LIMÃO E ARTIFICIAL DE PÊSSEGO. LACTOSE 0G/100ML. SACAROSE 0G/100ML. NÃO CONTÉM GLÚTEN. EMBALAGEM COM NO MÍNIMO 200 ML.	NESTLÉ	IMPACT
3	ALIMENTO PARA SITUAÇÕES METABÓLICAS ESPECIAIS PARA NUTRIÇÃO ENTERAL/ORAL. FORMULADO PARA AUXILIAR NO CONTROLE DE QUADROS DE DIARRÉIA AGUDA OU CRÔNICA. FÓRMULA HIPERCALÓRICA, ACRESCIDA DE FIBRAS SOLÚVEIS. ISENTA DE SACAROSE, LACTOSE E GLÚTEN. DENSIDADE CALÓRICA: 1,5KCAL/ML. FONTE DE FIBRAS: 20G/L, 100% GOMA GUAR PARCIALMENTE HIDROLISADA. OSMOLALIDADE: 440MOSM/KG DE ÁGUA. SABOR: BAUNILHA. EMBALAGEM COM 1000ML.	NESTLÉ	NOVASOURCE GI CONTROL
4	ALIMENTO PARA SUPLEMENTAÇÃO DE NUTRIÇÃO ENTERAL OU ORAL, HIPERPROTEICO, RICO EM VITAMINAS E MINERAIS, PODENDO SER UTILIZADO EM PREPARAÇÕES SALGADAS E DOCES. CONTENDO NO MÍNIMO 34% DE PROTEÍNA ANIMAL, NO MÍNIMO 34% DE CARBOIDRATOS, SENDO 100% MALTODEXTRINA E NO MÍNIMO 31% DE LIPÍDEOS, POSSUIR FIBRAS, SEM SABOR, SEM GLÚTEN, OSMOLALIDADE ATÉ 400 MOSM/KG DE ÁGUA, EMBALAGEM LATA COM NO MÍNIMO 360G.	NESTLÉ	NUTREN SENIOR PÓ



5	COMPLEMENTO NUTRICIONAL COM 25 VITAMINAS E MINERAIS, PRESENÇA DE PREBIO. FONTE DE FIBRA: 31,5G, SENDO 70% FOS E 30% INULINA. SEM ADIÇÃO DE AÇÚCAR NOS SABORES: MORANGO, BANANA E BAUNILHA. INDICADO PARA: CONVALESCENTES, BAIXO PESO, DESNUTRIDO E INAPETENTES. APRESENTAÇÃO: LATA E LACRE INTERNO EM ALUMÍNIO, COM TAMPA PROTETORA, COM NO MÍNIMO 400G	NESTLÉ	NUTREN ACTIVE
6	COMPLEMENTO NUTRICIONAL EM PÓ, PARA ADULTOS EM RECUPERAÇÃO DE PESO OU NECESSIDADES AUMENTADAS DE VITAMINAS E SAIS MINERAIS. APRESENTAÇÃO: LATA COM LACRE INTERNO, COM TAMPA PROTETORA COM NO MÍNIMO 350 GRAMAS, DIVERSOS SABORES.	NESTLÉ	NUTREN ACTIVE (SABORES)
8	FÓRMULA LÍQUIDA, NUTRICIONALMENTE COMPLETA E BALANCEADA, HIPERCALÓRICA, HIPERPROTEICA, RICA E CÁLCIO E VITAMINA D, INDICADA PARA IDOSOS. EMBALAGEM COM 200ML.	NESTLÉ	NUTREN SÊNIOR (SABORES)
9	NUTRIÇÃO ESPECIALIZADA, ENTERAL/ORAL, COMPLETA E BALANCEADA, NORMOCALÓRICA, NORMOPROTEICA E HIPERLÍPIDICA, COM ATÉ 19G/L DE FIBRA. OSMOLALIDADE ATÉ 190MOSM/KG. INDICADO PARA ATENDER PACIENTES COM NECESSIDADE DE CONTROLE GLICÊMICO. ISENTA DE SACAROSE, LACTOSE E GLUTEN. APRESENTAÇÃO: LATA E LACRE INTERNO EM ALUMÍNIO, COM TAMPA PROTETORA, COM NO MÍNIMO 400G.	NESTLÉ	NOVASOURCE GC PÓ
12	ALIMENTO NUTRICIONALMENTE COMPLETO PARA USO ORAL OU ENTERAL. NORMOCALÓRICO, NORMOPROTEICO. 1,0KCAL/ML. DISTRIBUIÇÃO ENERGÉTICA: PROTEÍNA 12% SENDO, 52% SORO DE LEITE E 48% CASEINATO DE POTÁSSIO. 53% CARBOIDRATO SENDO, 32,5% MALTODEXTRINA, 35% SACAROSE E 32,5% XAROPE DE MILHO. 35% DE GORDURAS SENDO, 20% TCM, 42% ÓLEO DE GIRASSOL, 26% ÓLEO DE CANOLA, 7% ÓLEO DE MILHO E 5 % LECITINA DE SOJA. OSMOLALIDADE: 308 MOSM/KG DE ÁGUA. INDICADO PARA CRIANÇAS DE 1 A 10 ANOS DE IDADE, SEM PROBLEMAS DE ABSORÇÃO E QUE NECESSITEM DE NUTRIÇÃO ESPECIALIZADA PARA RECUPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DO ESTADO NUTRICIONAL: INADEQUAÇÃO ALIMENTAR ASSOCIADA OU NÃO À DIVERSAS SITUAÇÕES CLÍNICAS; DÉFICIT DE CRESCIMENTO E BAIXO PESO; DESNUTRIÇÃO; INTOLERÂNCIA À LACTOSE. APRESENTAÇÃO: LATA E LACRE INTERNO EM ALUMÍNIO COM TAMPA PROTETORA, CONTENDO NO MÍNIMO 400G.	NESTLÉ	NUTREN JUNIOR
13	ALIMENTO PARA SUPLEMENTAÇÃO DE NUTRIÇÃO ENTERAL OU ORAL A BASE DE PEPTÍDEOS, NORMOCALÓRICA NA DILUIÇÃO PADRÃO. PROTEÍNA 100% PROTEÍNA DO SORO DE LEITE HIDROLISADO. PARA PACIENTES PEDIÁTRICOS CRÍTICOS DE 1 A 10 ANOS COM RETARDO DE ESVAZIAMENTO GÁSTRICO E RISCO DE BRONCOASPIRAÇÃO, DIFICULDADE NA ABSORÇÃO DE PROTEÍNA INTACTA E EM DESMAME DE NUTRIÇÃO PARENTERAL. APRESENTAÇÃO: LATA E LACRE INTERNO EM ALUMÍNIO COM TAMPA PROTETORA, CONTENDO NO MÍNIMO 400G.	NESTLÉ	PEPTAMEN JUNIOR
14	COMPLEMENTO ALIMENTAR PARA CRIANÇA À PARTIR DE 4 ANOS, COM NECESSIDADES CALÓRICAS AUMENTADAS. APRESENTAÇÃO: LATA OU POTE COM LACRE INTERNO, COM TAMPA PROTETORA COM NO MÍNIMO 350 GRAMAS.	NESTLÉ	NUTREN KIDS
17	FÓRMULA INFANTIL DESDE O NASCIMENTO ATÉ 36 MESES, A BASE DE 100% DE AMINOÁCIDOS LIVRES, COM DHA, ARA E TCM. SEM LACTOSE. APRESENTAÇÃO: LATA E LACRE INTERNO EM ALUMÍNIO COM TAMPA PROTETORA, CONTENDO NO MÍNIMO 400G.	NESTLÉ	ALFAMINO
19	FÓRMULA INFANTIL EM PÓ PARA LACTENTES DE 0 A 12 MESES A BASE DE 100% PROTEÍNA DE SORO DE LEITE EXTENSAMENTE HIDROLISADO, CARBOIDRATO: MALTODEXTRINA E LACTOSE. DHA E ARA. APRESENTAÇÃO: LATA E LACRE INTERNO EM ALUMÍNIO COM TAMPA PROTETORA, CONTENDO NO MÍNIMO 400G.	NESTLÉ	ALTHÉRA
28	FÓRMULA INFANTIL HIPOALERGÊNICA, SEMI-ELEMENTAR INDICADA PARA CRIANÇAS DE 0 A 12 MESES, COM ALERGIA A PROTEÍNA DO LEITE DE VACA, E/OU QUADROS DE DIARRÉIA SEVERA, FONTE DE PROTEÍNA 100% SORO DO LEITE HIDROLIZADO, ISENTA DE LACTOSE, SACAROSE E GLÚTEN; COM ÓLEOS VEGETAIS E ÓLEO DE PEIXE. APRESENTAÇÃO: LATA E LACRE INTERNO EM ALUMÍNIO COM TAMPA PROTETORA, LATA CONTENDO NO MÍNIMO 400GR.	NESTLÉ	ALFARÉ
32	ESPESSANTE E GELIFICANTE PARA ALIMENTOS. NÃO ALTERA COR, SABOR E CHEIRO DOS ALIMENTOS QUENTES OU FRIOS. INDICADO PARA ESPESSAR E GELIFICAR ALIMENTOS E PREPARAÇÕES CULINÁRIAS. APRESENTAÇÃO: LATA E LACRE INTERNO EM ALUMÍNIO, COM TAMPA PROTETORA, CONTENDO 125G, RENDENDO 104 PORÇÕES.	NESTLÉ	RESOURCE THICKEN UP CLEAR
33	MÓDULO DE FIBRAS SOLÚVEIS, INDICADO PARA REGULARIZAR O FUNCIONAMENTO INTESTINAL, EM QUADROS DE DIRREIA OU OBSTIPAÇÃO. NÃO ALTERA O SABOR E A TEXTURA DOS ALIMENTOS. APRESENTAÇÃO: LATA OU POTE COM LACRE INTERNO, CONTENDO ATÉ 260G.	NESTLÉ	RESOURCE FIBER MAIS

Justificativa: O proponente cumpriu os requisitos formais da Chamada Pública. As amostras para avaliação foram apresentadas através de prospectos, fichas técnicas, amostras físicas e demais documentos, contendo informações do atendimento de todas as especificações básicas e requisitos mínimos do bem, e demais exigências conforme item 4 do Projeto Básico.

#### BENS SUBMETIDOS À AVALIAÇÃO QUE FORAM REPROVADOS

ITEM	ESPECIFICAÇÕES BÁSICAS E REQUISITOS MÍNIMOS	MARCA	MODELO
10	SUPLEMENTO NUTRICIONAL PARA SITUAÇÕES METABÓLICAS ESPECIAIS PARA NUTRIÇÃO ENTERAL/ORAL, HIPERPROTEICA, 1,25KCAL/ML E ARGININA 3G/EMBALAGEM. INDICADO PARA: CICATRIZAÇÃO DE ULCERA POR PRESSÃO E OUTRAS SITUAÇÕES QUE EXIJAM ESTÍMULO DE CICATRIZAÇÃO. EMBALAGEM COM NO MÍNIMO 200ML.	NESTLÉ	IMPACT (SABORES)
16	DIETA NUTRICIONALMENTE COMPLETA PARA NUTRIÇÃO ORAL/ENTERAL, PARA CRIANÇA ACIMA DE 36 MESES. CONTENDO 1KCAL/ML, A BASE DE 100% DE AMINOÁCIDOS, CARBOIDRATOS (MALTODEXTRINA), ÓLEOS VEGETAIS, VITAMINAS, SAIS MINERAIS E OLIGOELEMENTOS. ISENTA DE LACTOSE, SACAROSE, GALACTOSE, SACAROSE, FRUTOSE E GLUTEN. APRESENTAÇÃO: LATA E LACRE INTERNO EM ALUMÍNIO, COM TAMPA PROTETORA, CONTENDO NO MÍNIMO 400G.	NESTLÉ	PEPTAMEN JÚNIOR PÓ

Justificativa: O proponente cumpriu os requisitos formais da Chamada Pública. As amostras para avaliação foram apresentadas através de prospectos, fichas técnicas, amostras físicas e demais documentos, porém, não atendeu todas as especificações básicas e requisitos mínimos do bem, e demais exigências conforme item 4 do Projeto Básico, conforme motivos abaixo relacionados.

ITEM	MOTIVO DA REPROVAÇÃO
10	Produto apresentado possui 1,09KCAL/ML
16	Produto apresentado não é isento de sacarose

Diante ao exposto, decido que os bens submetidos à avaliação e que foram aprovados, apresentam qualidade e requisitos mínimos satisfatórios para atender as necessidades administrativas, portanto serão incluídos no "Cadastro de Bens Pré-Qualificados do CIMCATARINA", contendo a marca e o modelo pelo prazo de 1 (um) ano.

Quanto aos bens submetidos à avaliação e que foram reprovados em conformidade com o item 3.7 do Edital de Chamada Pública, poderão ser submetidos à nova análise e avaliação.

Intime-se a referida empresa acerca desta Decisão, bem como, cientifique-a que o prazo de recurso é de até 05 (cinco) dias úteis da publicação desta decisão no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina, exclusivamente mediante instrumento escrito e protocolizado em horário de expediente na sede do Consórcio Intermunicipal Catarinense - CIMCATARINA, Rua Nereu Ramos, nº 761, Centro, Município de Fraiburgo, SC, CEP: 89.580-000; será admitida, no entanto, aquele encaminhado pelo correio com aviso de recebimento, considerando-se como protocolo a data de postagem.

Não serão conhecidos os recursos apresentados por intermédio de fac-símile ou via e-mail e/ou apresentados fora do prazo legal e/ou subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pelo proponente.

Publique-se,

Fraiburgo, 13 de janeiro de 2016.

Luiza Sabina Gazzi

Presidente Comissão Especial

Resolução nº 0036/2015

## DECISÃO CHAMADA PÚBLICA Nº 0011\_2015 - NUTRIPORT

### DECISÃO

### PRÉ-QUALIFICAÇÃO DE BENS

Trata-se do resultado da proposta de pré-qualificação de bens apresentada pela empresa NUTRIPORT COMERCIAL LTDA pessoa jurídica de direito privado, situada na Rua Judite Melo dos Santos, S/Nº, Bairro Distrito Industrial, na cidade de São José – SC, CEP: 88.104-765, inscrita no CNPJ sob o nº 03.612.312/0004-97, conforme bens a pré-qualificar constante do Edital Nº 0011/2015-CIMCATARINA, Processo Administrativo Nº 0182/2015, Chamada Pública para Pré-Qualificação de Bens.

### BENS SUBMETIDOS À AVALIAÇÃO QUE FORAM APROVADOS

ITEM	ESPECIFICAÇÕES BÁSICAS E REQUISITOS MÍNIMOS	MARCA	MODELO
6	COMPLEMENTO NUTRICIONAL EM PÓ, PARA ADULTOS EM RECUPERAÇÃO DE PESO OU NECESSIDADES AUMENTADAS DE VITAMINAS E SAIS MINERAIS. APRESENTAÇÃO: LATA COM LACRE INTERNO, COM TAMPA PROTETORA COM NO MÍNIMO 350 GRAMAS, DIVERSOS SABORES.	NUTRIMED	NUTRI ENTERAL SF
7	DIETA EM PÓ A BASE DE PROTEÍNA ISOLADA DE SOJA, RICA EM ISOFLAVONAS. NUTRICIONALMENTE COMPLETA, PARA NUTRIÇÃO ORAL/ENTERAL, NORMOCALÓRICA NA DILUIÇÃO PADRÃO. HIPOSSÓDICA, ISENTA DE SACAROSE, LACTOSE E GLÚTEN. APRESENTAÇÃO: LATA OU POTE COM LACRE INTERNO COM TAMPA PROTETORA, CONTENDO NO MÍNIMO 800GR. SABOR: BAUNILHA	NUTRIMED	NUTRI ENTERAL SOYA
8	FÓRMULA LÍQUIDA, NUTRICIONALMENTE COMPLETA E BALANCEADA, HIPERCALÓRICA, HIPERPROTEICA, RICA EM CÁLCIO E VITAMINA D, INDICADA PARA IDOSOS. EMBALAGEM COM 200ML.	DANONE	NUTRIDRINK PROTEIN
10	SUPLEMENTO NUTRICIONAL PARA SITUAÇÕES METABÓLICAS ESPECIAIS PARA NUTRIÇÃO ENTERAL/ ORAL, HIPERPROTEICA, 1,25KCAL/ML E ARGININA 3G/EMBALAGEM. INDICADO PARA: CICATRIZAÇÃO DE ULCERA POR PRESSÃO E OUTRAS SITUAÇÕES QUE EXIJAM ESTIMULO DE CICATRIZAÇÃO. EMBALAGEM COM NO MÍNIMO 200ML.	DANONE	CUBITAN
11	ALIMENTO NUTRICIONALMENTE COMPLETO PARA USO ORAL OU ENTERAL, NORMOCALÓRICO, NORMO-PROTEICO, NORMOLIPIDICO, INDICADO PARA CRIANÇAS DE 1 A 10 ANOS DE IDADE, SEM PROBLEMAS DE ABSORÇÃO E QUE NECESSITEM DE NUTRIÇÃO ESPECIALIZADA PARA RECUPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DO ESTADO NUTRICIONAL: INADEQUAÇÃO ALIMENTAR ASSOCIADA OU NÃO À DIVERSAS SITUAÇÕES CLÍNICAS; DÉFICIT DE CRESCIMENTO E BAIXO PESO; DESNUTRIÇÃO; INTOLERÂNCIA À LACTOSE. FONTE PROTEICA CASEINATO. LATA E LACRE INTERNO EM ALUMÍNIO COM TAMPA PROTETORA, LATA CONTENDO NO MÍNIMO 400GR. SABORES DIVERSOS.	DANONE	FORTINI
14	COMPLEMENTO ALIMENTAR PARA CRIANÇA À PARTIR DE 4 ANOS, COM NECESSIDADES CALÓRICAS AUMENTADAS. APRESENTAÇÃO: LATA OU POTE COM LACRE INTERNO, COM TAMPA PROTETORA COM NO MÍNIMO 350 GRAMAS.	DANONE	SUSTAIN JUNIOR
15	COMPOSTO LÁCTEO COM FERRO, ÓLEOS VEGETAIS, DHA E FIBRAS, ISENTA DE SACAROSE. PARA CRIANÇAS ACIMA DE 1 ANO. APRESENTAÇÃO: LATA E LACRE INTERNO EM ALUMÍNIO, COM TAMPA PROTETORA, CONTENDO NO MÍNIMO 400G.	DANONE	MILNUTRI

16	DIETA NUTRICIONALMENTE COMPLETA PARA NUTRIÇÃO ORAL/ENTERAL, PARA CRIANÇA ACIMA DE 36 MESES. CONTENDO 1KCAL/ML, A BASE DE 100% DE AMINOÁCIDOS, CARBOIDRATOS (MALTODEXTRINA), ÓLEOS VEGETAIS, VITAMINAS, SAIS MINERAIS E OLIGOELEMENTOS. ISENTA DE LACTOSE, SACAROSE, GALACTOSE, SACAROSE, FRUTOSE E GLUTEN. APRESENTAÇÃO: LATA E LACRE INTERNO EM ALUMÍNIO, COM TAMPA PROTETORA, CONTENDO NO MÍNIMO 400G.	DANONE	NEO ADVANCE
17	FÓRMULA INFANTIL DESDE O NASCIMENTO ATÉ 36 MESES, A BASE DE 100% DE AMINOÁCIDOS LIVRES, COM DHA, ARA E TCM. SEM LACTOSE. APRESENTAÇÃO: LATA E LACRE INTERNO EM ALUMÍNIO COM TAMPA PROTETORA, CONTENDO NO MÍNIMO 400G.	DANONE	NEOCATE LCP
18	FÓRMULA INFANTIL EM PÓ NUTRICIONALMENTE COMPLETA, DESDE O NASCIMENTO ATÉ 36 MESES, A BASE DE 100% DE AMINOÁCIDOS LIVRES E 100% XAROPE DE GLICOSE. COM DHA, ARA E TCM, CROMO E MOLIBDÊNIO. APRESENTAÇÃO: LATA E LACRE INTERNO EM ALUMÍNIO, COM TAMPA PROTETORA, CONTENDO NO MÍNIMO 400GR.	DANONE	NEOCATE LCP
19	FÓRMULA INFANTIL EM PÓ PARA LACTENTES DE 0 A 12 MESES A BASE DE 100% PROTEÍNA DE SORO DE LEITE EXTENSAMENTE HIDROLISADO, CARBOIDRATO: MALTODEXTRINA E LACTOSE. DHA E ARA. APRESENTAÇÃO: LATA E LACRE INTERNO EM ALUMÍNIO COM TAMPA PROTETORA, CONTENDO NO MÍNIMO 400G.	DANONE	APTAMIL PEPTI
20	FÓRMULA INFANTIL EM PÓ PARA LACTENTES DE 0 A 12 MESES A BASE DE PROTEÍNA DE SORO DE LEITE PARCIALMENTE HIDROLISADA. DHA E ARA E NUCLEOTÍDEOS. APRESENTAÇÃO: LATA E LACRE INTERNO EM ALUMÍNIO, COM TAMPA PROTETORA, CONTENDO NO MÍNIMO 400G.	DANONE	APTAMIL HÁ
21	FÓRMULA INFANTIL EM PÓ PARA LACTENTES DE 0 A 12 MESES ANTI-REGURGITAÇÃO. COM PROTEÍNA DO SORO DE LEITE E CASEÍNA. APRESENTAÇÃO: LATA E LACRE INTERNO EM ALUMÍNIO, COM TAMPA PROTETORA, CONTENDO NO MÍNIMO 400G.	DANONE	APTAMIL AR
22	FÓRMULA INFANTIL EM PÓ PARA LACTENTES DE 0 A 12 MESES ISENTA DE LACTOSE, A BASE DE PROTEÍNA LÁCTEA E CARBOIDRATO: MALTODEXTRINA. APRESENTAÇÃO: LATA E LACRE INTERNO EM ALUMÍNIO, COM TAMPA PROTETORA, CONTENDO NO MÍNIMO 400G.	DANONE	APTAMIL SL PROE-XPRT
23	FÓRMULA INFANTIL EM PÓ PARA LACTENTES DE 0 A 6 MESES A BASE DE PROTEÍNA ISOLADA DE SOJA. 100% DE MALTODEXTRINA. APRESENTAÇÃO: LATA E LACRE INTERNO EM ALUMÍNIO, COM TAMPA PROTETORA, CONTENDO NO MÍNIMO 400G.	DANONE	APTAMIL SOJA 1
24	FÓRMULA INFANTIL EM PÓ PARA LACTENTES DE 0 A 6 MESES, COM DHA, ARA E PREBIÓTICOS. APRESENTAÇÃO: LATA E LACRE INTERNO EM ALUMÍNIO, COM TAMPA PROTETORA, CONTENDO NO MÍNIMO 400G.	DANONE	APTAMIL 1 PREMIUM
25	FÓRMULA INFANTIL EM PÓ PARA LACTENTES DE 6 A 12 MESES A BASE DE PROTEÍNA ISOLADA DE SOJA. 100% DE MALTODEXTRINA. APRESENTAÇÃO: LATA E LACRE INTERNO EM ALUMÍNIO, COM TAMPA PROTETORA, CONTENDO NO MÍNIMO 400G.	DANONE	APTAMIL SOJA 2
26	FÓRMULA INFANTIL EM PÓ PARA LACTENTES DE 6 A 12 MESES, COM DHA, ARA E PREBIÓTICOS. APRESENTAÇÃO: LATA E LACRE INTERNO EM ALUMÍNIO, COM TAMPA PROTETORA, CONTENDO NO MÍNIMO 400G.	DANONE	APTAMIL 2 PREMIUM
27	FÓRMULA INFANTIL EM PÓ PARA NASCIDOS PRÉ-TERMO E/OU BAIXO PESO, COM ARA E DHA E PREDOMÍNIO DA PROTEÍNA SORO DO LEITE. APRESENTAÇÃO: LATA E LACRE INTERNO EM ALUMÍNIO, COM TAMPA PROTETORA, CONTENDO NO MÍNIMO 400G.	DANONE	APTAMIL PRE
28	FÓRMULA INFANTIL HIPOALERGÊNICA, SEMI-ELEMENTAR INDICADA PARA CRIANÇAS DE 0 A 12 MESES, COM ALERGIA A PROTEÍNA DO LEITE DE VACA, E/OU QUADROS DE DIARRÉIA SEVERA, FONTE DE PROTEÍNA 100% SORO DO LEITE HIDROLIZADA, ISENTA DE LACTOSE, SACAROSE E GLÚTEN; COM ÓLEOS VEGETAIS E ÓLEO DE PEIXE. APRESENTAÇÃO: LATA E LACRE INTERNO EM ALUMÍNIO COM TAMPA PROTETORA, LATA CONTENDO NO MÍNIMO 400GR.	DANONE	PREGOMIN PEPTI
31	ESPESSANTE ALIMENTAR INSTANTÂNEO A BASE DE AMIDO DE MILHO MODIFICADO, UTILIZADO PARA ESPESSAR PREPARAÇÕES QUENTES OU FRIAS. INDICADO PARA PACIENTES COM DISFAGIA, DIFICULDADE DE DEGLUTIR. APRESENTAÇÃO: LATA E LACRE INTERNO EM ALUMÍNIO, COM TAMPA PROTETORA, CONTENDO 300G.	DANONE	NUTILIS
33	MÓDULO DE FIBRAS SOLÚVEIS, INDICADO PARA REGULARIZAR O FUNCIONAMENTO INTESTINAL, EM QUADROS DE DIRREIA OU OBSTIPAÇÃO. NÃO ALTERA O SABOR E A TEXTURA DOS ALIMENTOS. APRESENTAÇÃO: LATA OU POTE COM LACRE INTERNO, CONTENDO ATÉ 260G.	DANONE	STIMULANCE
34	MÓDULO DE LÍPÍDEOS A BASE DE TRIGLICERÍDEOS DE CADEIA MÉDIA COM ÁCIDOS GRAXOS ESSENCIAIS. ALIMENTO PARA NUTRIÇÃO ORAL E/ OU ENTERAL. INDICADO PARA PACIENTES COM NECESSIDADES ENERGÉTICAS AUMENTADAS. ISENTA DE SABOR. FRASCO COM 250ML.	NUTRIMED	NUTRI TCM AGE
35	MÓDULO ENERGÉTICO A BASE DE MALTODEXTRINA, ELABORADO PARA SUBSTITUIR O AÇÚCAR COMUM. ISENTA DE SACAROSE. CARBOIDRATO: MALTODEXTRINA. APRESENTAÇÃO: LATA OU POTE COM LACRE INTERNO, COM TAMPA PROTETORA COM NO MÍNIMO 400 GRAMAS.	NUTRIMED	NUTRI DEXTRIN

Justificativa: O proponente cumpriu os requisitos formais da Chamada Pública. As amostras para avaliação foram apresentadas através de prospectos, fichas técnicas, amostras físicas e demais documentos, contendo informações do atendimento de todas as especificações básicas e requisitos mínimos do bem, e demais exigências conforme item 4 do Projeto Básico.

**BENS SUBMETIDOS À AVALIAÇÃO QUE FORAM REPROVADOS**

ITEM	ESPECIFICAÇÕES BÁSICAS E REQUISITOS MÍNIMOS	MARCA	MODELO
1	ALIMENTO NUTRICIONALMENTE COMPLETO PARA NUTRIÇÃO ENTERAL/ORAL NORMOCALÓRICA 1.0KCAL/ML COM NO MÍNIMO 52% DE PROTEÍNA DO SORO DO LEITE, COM OLEOS VEGETAIS E MALTODEXTRINA. OSMOLALIDADE ATÉ 350MOSM/KG. NAO CONTEM GLUTEN E LACTOSE. APRESENTAÇÃO: LATA OU POTE COM LACRE INTERNO COM TAMPA PROTETORA, CONTENDO NO MÍNIMO 400G.	NUTRIMED	NUTRI ENTERAL SF
2	ALIMENTO PARA SITUAÇÕES METABÓLICAS ESPECIAIS PARA NUTRIÇÃO ENTERAL OU ORAL, FORMULADO COM ARGININA, NUCLEOTÍDEOS E ÁCIDOS GRAXOS ÔMEGA 3. NORMOCALÓRICA (1.0 KCAL/ML), HIPERPROTEICA. COM L-ARGININA 23% E OSMOLALIDADE DE 350 MOSM/KG DE ÁGUA. FORMULADO PARA PACIENTES COM PROBLEMAS DE CICATRIZAÇÃO DE FERIDAS GERAIS E SITUAÇÕES DE PRÉ E PÓS OPERATÓRIO ATÉ 7 DIAS DE GRANDES CIRURGIAS EM TERAPIA INTENSIVA COM SEPSE LEVE A MODERADA OU TRAUMA. SABORES: TORTA DE LIMÃO E ARTIFICIAL DE PÊSSEGO. LACTOSE 0G/100ML. SACAROSE 0G/100ML. NÃO CONTÉM GLÚTEN. EMBALAGEM COM NO MÍNIMO 200 ML.	DANONE	CUBITAN
3	ALIMENTO PARA SITUAÇÕES METABÓLICAS ESPECIAIS PARA NUTRIÇÃO ENTERAL/ORAL. FORMULADO PARA AUXILIAR NO CONTROLE DE QUADROS DE DIARRÉIA AGUDA OU CRÔNICA. FÓRMULA HIPERCALÓRICA, ACRESCIDA DE FIBRAS SOLÚVEIS. ISENTA DE SACAROSE, LACTOSE E GLÚTEN. DENSIDADE CALÓRICA: 1,5KCAL/ML. FONTE DE FIBRAS: 20G/L, 100% GOMA GUAR PARCIALMENTE HIDROLISADA. OSMOLALIDADE: 440MOSM/KG DE ÁGUA. SABOR: BAUNILHA. EMBALAGEM COM 1000ML.	NUTRIMED	NUTRI ENTERAL 1.5
4	ALIMENTO PARA SUPLEMENTAÇÃO DE NUTRIÇÃO ENTERAL OU ORAL, HIPERPROTEICO, RICO EM VITAMINAS E MINERAIS, PODENDO SER UTILIZADO EM PREPARAÇÕES SALGADAS E DOCES. CONTENDO NO MÍNIMO 34% DE PROTEÍNA ANIMAL, NO MÍNIMO 34% DE CARBOIDRATOS, SENDO 100% MALTODEXTRINA E NO MÍNIMO 31% DE LIPÍDEOS, POSSUIR FIBRAS, SEM SABOR, SEM GLÚTEN, OSMOLALIDADE ATÉ 400 MOSM/KG DE ÁGUA, EMBALAGEM LATA COM NO MÍNIMO 360G.	NUTRIMED	NUTRI ENTERAL SF
5	COMPLEMENTO NUTRICIONAL COM 25 VITAMINAS E MINERAIS, PRESENÇA DE PREBIO. FONTE DE FIBRA: 31,5G, SENDO 70% FOS E 30% INULINA. SEM ADIÇÃO DE AÇÚCAR NOS SABORES: MORANGO, BANANA E BAUNILHA. INDICADO PARA: CONVALESCENTES, BAIXO PESO, DESNUTRIDO E INAPETENTES. APRESENTAÇÃO: LATA E LACRE INTERNO EM ALUMÍNIO, COM TAMPA PROTETORA, COM NO MÍNIMO 400G	DANONE	SUSTAIN
9	NUTRIÇÃO ESPECIALIZADA, ENTERAL/ORAL, COMPLETA E BALANCEADA, NORMOCALÓRICA, NORMOPROTEICA E HIPERLIPÍDICA, COM ATÉ 19G/L DE FIBRA. OSMOLALIDADE ATÉ 190MOSM/KG. INDICADO PARA ATENDER PACIENTES COM NECESSIDADE DE CONTROLE GLICÊMICO. ISENTA DE SACAROSE, LACTOSE E GLUTEN. APRESENTAÇÃO: LATA E LACRE INTERNO EM ALUMÍNIO, COM TAMPA PROTETORA, COM NO MÍNIMO 400G.	NUTRIMED	NUTRI DIABÉTIC
12	ALIMENTO NUTRICIONALMENTE COMPLETO PARA USO ORAL OU ENTERAL. NORMOCALÓRICO, NORMOPROTEICO. 1,0KCAL/ML. DISTRIBUIÇÃO ENERGÉTICA: PROTEÍNA 12% SENDO, 52% SORO DE LEITE E 48% CASEINATO DE POTÁSSIO. 53%CARBOIDRATO SENDO, 32,5% MALTODEXTRINA, 35% SACAROSE E 32,5% XAROPE DE MILHO. 35% DE GORDURAS SENDO, 20% TCM, 42% ÓLEO DE GIRASSOL, 26% ÓLEO DE CANOLA, 7% ÓLEO DE MILHO E 5 % LECITINA DE SOJA. OSMOLALIDADE:308 MOSM/KG DE ÁGUA. INDICADO PARA CRIANÇAS DE 1 A 10 ANOS DE IDADE, SEM PROBLEMAS DE ABSORÇÃO E QUE NECESSITEM DE NUTRIÇÃO ESPECIALIZADA PARA RECUPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DO ESTADO NUTRICIONAL: INADEQUAÇÃO ALIMENTAR ASSOCIADA OU NÃO À DIVERSAS SITUAÇÕES CLÍNICAS; DÉFICIT DE CRESCIMENTO E BAIXO PESO; DESNUTRIÇÃO; INTOLERÂNCIA À LACTOSE. APRESENTAÇÃO: LATA E LACRE INTERNO EM ALUMÍNIO COM TAMPA PROTETORA, CONTENDO NO MÍNIMO 400G.	DANONE	FORTINI

Justificativa: O proponente cumpriu os requisitos formais da Chamada Pública. As amostras para avaliação foram apresentadas através de prospectos, fichas técnicas, amostras físicas e demais documentos, porém, não atendeu todas as especificações básicas e requisitos mínimos do bem, e demais exigências conforme item 4 do Projeto Básico, conforme motivos abaixo relacionados.

Item	Motivo da Reprovação
1	Produto apresentado possui osmolalidade superior ao solicitado
2	Produto apresentado possui osmolalidade superior ao solicitado
3	Produto apresentado possui osmolalidade inferior ao solicitado
4	Produto apresentado possui osmolalidade superior ao solicitado
5	Produto apresentado não possui FOS
9	Produto apresentado possui osmolalidade superior ao solicitado
12	Produto apresentado possui osmolalidade de 243 na diluição de 1.0 KGCAL/ML e 462 na diluição de 1.5KCAL/ML e a porcentagem de proteína é de 9%

Diante ao exposto, decido que os bens submetidos à avaliação e que foram aprovados, apresentam qualidade e requisitos mínimos satisfatórios para atender as necessidades administrativas, portanto serão incluídos no "Cadastro de Bens Pré-Qualificados do CIMCATARINA", contendo a marca e o modelo pelo prazo de 1 (um) ano.

Quanto aos bens submetidos à avaliação e que foram reprovados em conformidade com o item 3.7 do Edital de Chamada Pública, poderão ser submetidos à nova análise e avaliação.

Intime-se a referida empresa acerca desta Decisão, bem como, cientifique-a que o prazo de recurso é de até 05 (cinco) dias úteis da publicação desta decisão no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina, exclusivamente mediante instrumento escrito e protocolizado em

horário de expediente na sede do Consórcio Intermunicipal Catarinense - CIMCATARINA, Rua Nereu Ramos, nº 761, Centro, Município de Fraiburgo, SC, CEP: 89.580-000; será admitida, no entanto, aquele encaminhado pelo correio com aviso de recebimento, considerando-se como protocolo a data de postagem.

Não serão conhecidos os recursos apresentados por intermédio de fac-símile ou via e-mail e/ou apresentados fora do prazo legal e/ou subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pelo proponente.

Publique-se,

Fraiburgo, 13 de janeiro de 2016.

Luiza Sabina Gazzi

Presidente Comissão Especial

Resolução nº 0036/2015

## DECISÃO CHAMADA PÚBLICA Nº 0011\_2015 - PFG

DECISÃO

PRÉ-QUALIFICAÇÃO DE BENS

Trata-se do resultado da proposta de pré-qualificação de bens apresentada pela empresa PFG COMERCIAL LTDA ME pessoa jurídica de direito privado, situada na Rua Equador, Nº 665, Bairro Nações na cidade de Fazenda Rio Grande – PR, CEP: 83.823-072, inscrita no CNPJ sob o nº 20.438.684/0001-15, conforme bens a pré-qualificar constante do Edital Nº 0011/2015-CIMCATARINA, Processo Administrativo Nº 0182/2015, Chamada Pública para Pré-Qualificação de Bens.

### BENS SUBMETIDOS À AVALIAÇÃO QUE FORAM APROVADOS

ITEM	ESPECIFICAÇÕES BÁSICAS E REQUISITOS MÍNIMOS	MARCA	MODELO
6	COMPLEMENTO NUTRICIONAL EM PÓ, PARA ADULTOS EM RECUPERAÇÃO DE PESO OU NECESSIDADES AUMENTADAS DE VITAMINAS E SAIS MINERAIS. APRESENTAÇÃO: LATA COM LACRE INTERNO, COM TAMPA PROTETORA COM NO MÍNIMO 350 GRAMAS, DIVERSOS SABORES.	VITAFOR	SUSTEVIT
7	DIETA EM PÓ A BASE DE PROTEÍNA ISOLADA DE SOJA, RICA EM ISOFLAVONAS. NUTRICIONALMENTE COMPLETA, PARA NUTRIÇÃO ORAL/ENTERAL, NORMOCALÓRICA NA DILUIÇÃO PADRÃO. HIPOSSÓDICA, ISENTA DE SACAROSE, LACTOSE E GLÚTEN. APRESENTAÇÃO: LATA OU POTE COM LACRE INTERNO COM TAMPA PROTETORA, CONTENDO NO MÍNIMO 800GR. SABOR: BAUNILHA	VITAFOR	ENTERAL COMP
15	COMPOSTO LÁCTEO COM FERRO, ÓLEOS VEGETAIS, DHA E FIBRAS, ISENTO DE SACAROSE. PARA CRIANÇAS ACIMA DE 1 ANO. APRESENTAÇÃO: LATA E LACRE INTERNO EM ALUMÍNIO, COM TAMPA PROTETORA, CONTENDO NO MÍNIMO 400G.	NESTLÉ	NESLAC
20	FÓRMULA INFANTIL EM PÓ PARA LACTENTES DE 0 A 12 MESES A BASE DE PROTEÍNA DE SORO DE LEITE PARCIALMENTE HIDROLISADA. DHA E ARA E NUCLEOTÍDEOS. APRESENTAÇÃO: LATA E LACRE INTERNO EM ALUMÍNIO, COM TAMPA PROTETORA, CONTENDO NO MÍNIMO 400G.	NESTLÉ	NAN HÁ
21	FÓRMULA INFANTIL EM PÓ PARA LACTENTES DE 0 A 12 MESES ANTI- REGURGITAÇÃO. COM PROTEÍNA DO SORO DE LEITE E CASEÍNA. APRESENTAÇÃO: LATA E LACRE INTERNO EM ALUMÍNIO, COM TAMPA PROTETORA, CONTENDO NO MÍNIMO 400G.	NESTLÉ	NAN AR
22	FÓRMULA INFANTIL EM PÓ PARA LACTENTES DE 0 A 12 MESES ISENTA DE LACTOSE, A BASE DE PROTEÍNA LÁCTEA E CARBOIDRATO: MALTODEXTRINA. APRESENTAÇÃO: LATA E LACRE INTERNO EM ALUMÍNIO, COM TAMPA PROTETORA, CONTENDO NO MÍNIMO 400G.	NESTLÉ	NAN SL
23	FÓRMULA INFANTIL EM PÓ PARA LACTENTES DE 0 A 6 MESES A BASE DE PROTEÍNA ISOLADA DE SOJA. 100% DE MALTODEXTRINA. APRESENTAÇÃO: LATA E LACRE INTERNO EM ALUMÍNIO, COM TAMPA PROTETORA, CONTENDO NO MÍNIMO 400G.	NESTLÉ	NAN SOY
24	FÓRMULA INFANTIL EM PÓ PARA LACTENTES DE 0 A 6 MESES, COM DHA, ARA E PREBIÓTICOS. APRESENTAÇÃO: LATA E LACRE INTERNO EM ALUMÍNIO, COM TAMPA PROTETORA, CONTENDO NO MÍNIMO 400G.	NESTLÉ	NAN COMFOR 1
25	FÓRMULA INFANTIL EM PÓ PARA LACTENTES DE 6 A 12 MESES A BASE DE PROTEÍNA ISOLADA DE SOJA. 100% DE MALTODEXTRINA. APRESENTAÇÃO: LATA E LACRE INTERNO EM ALUMÍNIO, COM TAMPA PROTETORA, CONTENDO NO MÍNIMO 400G.	NESTLÉ	NAN SOY
26	FÓRMULA INFANTIL EM PÓ PARA LACTENTES DE 6 A 12 MESES, COM DHA, ARA E PREBIÓTICOS. APRESENTAÇÃO: LATA E LACRE INTERNO EM ALUMÍNIO, COM TAMPA PROTETORA, CONTENDO NO MÍNIMO 400G.	NESTLÉ	NAN COMFOR 2
27	FÓRMULA INFANTIL EM PÓ PARA NASCIDOS PRÉ-TERMO E/OU BAIXO PESO, COM ARA E DHA E PREDOMÍNIO DA PROTEÍNA SORO DO LEITE. APRESENTAÇÃO: LATA E LACRE INTERNO EM ALUMÍNIO, COM TAMPA PROTETORA, CONTENDO NO MÍNIMO 400G.	NESTLÉ	PRÉ NAN
29	LEITE EM PÓ INTEGRAL INSTANTÂNEO, PARA CRIANÇAS A PARTIR DE 12 MESES. APRESENTAÇÃO, EMBALAGEM COM NO MÍNIMO 400GR. RENDIMENTO: 3,1 LITROS/UNID.	NESTLÉ	NINHO FORTI PÓ INTEGRAL
30	LEITE EM PÓ INTEGRAL INSTANTÂNEO, PARA CRIANÇAS A PARTIR DE 12 MESES. APRESENTAÇÃO: LATA OU POTE COM LACRE INTERNO, COM TAMPA PROTETORA, COM NO MÍNIMO 400GR. RENDIMENTO: 3,1 LITROS/LATA OU POTE.	NESTLÉ	NINHO FORTI PÓ INTEGRAL INSTANTÂNEO
33	MÓDULO DE FIBRAS SOLÚVEIS, INDICADO PARA REGULARIZAR O FUNCIONAMENTO INTESTINAL, EM QUADROS DE DIRREIA OU OBSTIPAÇÃO. NÃO ALTERA O SABOR E A TEXTURA DOS ALIMENTOS. APRESENTAÇÃO: LATA OU POTE COM LACRE INTERNO, CONTENDO ATÉ 260G.	VITAFOR	FOSVITA



35	MÓDULO ENERGÉTICO A BASE DE MALTODEXTRINA, ELABORADO PARA SUBSTITUIR O AÇÚCAR COMUM. ISENTO DE SACAROSE. CARBOIDRATO: MALTODEXTRINA. APRESENTAÇÃO: LATA OU POTE COM LACRE INTERNO, COM TAMPA PROTETORA COM NO MÍNIMO 400 GRAMAS.	VITAFOR	CARBOFOR
----	--	---------	----------

Justificativa: O proponente cumpriu os requisitos formais da Chamada Pública. As amostras para avaliação foram apresentadas através de prospectos, fichas técnicas, amostras físicas e demais documentos, contendo informações do atendimento de todas as especificações básicas e requisitos mínimos do bem, e demais exigências conforme item 4 do Projeto Básico.

#### BENS SUBMETIDOS À AVALIAÇÃO QUE FORAM REPROVADOS

ITEM	ESPECIFICAÇÕES BÁSICAS E REQUISITOS MÍNIMOS	MARCA	MODELO
5	COMPLEMENTO NUTRICIONAL COM 25 VITAMINAS E MINERAIS, PRESENÇA DE PREBIO. FONTE DE FIBRA: 31,5G, SENDO 70% FOS E 30% INULINA. SEM ADIÇÃO DE AÇÚCAR NOS SABORES: MORANGO, BANANA E BAUNILHA. INDICADO PARA: CONVALESCENTES, BAIXO PESO, DESNUTRIDO E INAPETENTES. APRESENTAÇÃO: LATA E LACRE INTERNO EM ALUMÍNIO, COM TAMPA PROTETORA, COM NO MÍNIMO 400G	VITAFOR	SUSTEVIT PRÓ
34	MÓDULO DE LÍPÍDEOS A BASE DE TRIGLICERÍDEOS DE CADEIA MÉDIA COM ÁCIDOS GRAXOS ESSENCIAIS. ALIMENTO PARA NUTRIÇÃO ORAL E/ OU ENTERAL. INDICADO PARA PACIENTES COM NECESSIDADES ENERGÉTICAS AUMENTADAS. ISENTO DE SABOR. FRASCO COM 250ML.	VITAFOR	MCT

Justificativa: O proponente cumpriu os requisitos formais da Chamada Pública. As amostras para avaliação foram apresentadas através de prospectos, fichas técnicas, amostras físicas e demais documentos, porém, não atendeu todas as especificações básicas e requisitos mínimos do bem, e demais exigências conforme item 4 do Projeto Básico, conforme motivos abaixo relacionados.

ITEM	MOTIVO DA REPROVAÇÃO
5	Na informação nutricional do produto tem de fibra alimentar 1,7g em 40g de produto, resultando em 17g em uma lata de 400g, sendo que o solicitado na especificação do item é 31,5g
34	Produto apresentado não embalagem superior ao solicitado

Diante ao exposto, decido que os bens submetidos à avaliação e que foram aprovados, apresentam qualidade e requisitos mínimos satisfatórios para atender as necessidades administrativas, portanto serão incluídos no "Cadastro de Bens Pré-Qualificados do CIMCATARINA", contendo a marca e o modelo pelo prazo de 1 (um) ano.

Quanto aos bens submetidos à avaliação e que foram reprovados em conformidade com o item 3.7 do Edital de Chamada Pública, poderão ser submetidos à nova análise e avaliação.

Intime-se a referida empresa acerca desta Decisão, bem como, cientifique-a que o prazo de recurso é de até 05 (cinco) dias úteis da publicação desta decisão no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina, exclusivamente mediante instrumento escrito e protocolizado em horário de expediente na sede do Consórcio Intermunicipal Catarinense - CIMCATARINA, Rua Nereu Ramos, nº 761, Centro, Município de Fraiburgo, SC, CEP: 89.580-000; será admitida, no entanto, aquele encaminhado pelo correio com aviso de recebimento, considerando-se como protocolo a data de postagem.

Não serão conhecidos os recursos apresentados por intermédio de fac-símile ou via e-mail e/ou apresentados fora do prazo legal e/ou subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pelo proponente.

Publique-se,

Fraiburgo, 13 de janeiro de 2016.

Luiza Sabina Gazzì

Presidente Comissão Especial

Resolução nº 0036/2015